ANDRÉ PROUS
VALDECI DOS SANTOS JÚNIOR

AS GRAVURAS RUPESTRES DO BRASIL

André Prous
Valdeci dos Santos Júnior
ORGANIZADORES

Alessandra Veiga
CAPA E DESIGN

André Braga Carneiro
DIAGRAMAÇÃO

Mariana Rebouças
REVISÃO E ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DA ABNT

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

As Gravuras rupestres do Brasil / organizadores
André Prous, Valdeci dos Santos Júnior. --
Recife, PE : C&M, 2026.

Bibliografia.
ISBN 978-65-987865-4-0

1. Arqueologia - Brasil 2. Arte rupestre
I. Prous, André. II. Santos Júnior, Valdeci dos.

26-362830.0 CDD-709.01130981

Índices para catálogo sistemático:

1. Arte rupestre 709.01130981

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

C&M
EDITORA

CNPJ 22.495.740/0001-89

SUMÁRIO

QUADRO GERAL DAS GRAVURAS RUPESTRES NO BRASIL 15

AS GRAVURAS RUPESTRES DA REGIÃO NORTE DO BRASIL 33

AS GRAVURAS RUPESTRES DO AMAPÁ 35

NOTAS PARA UMA HISTÓRIA DAS PESQUISAS EM PETRÓGLIFOS NO AMAZONAS 53

AS GRAVURAS RUPESTRES DO PARÁ 89

AS GRAVURAS RUPESTRES DE RONDÔNIA 123

AS GRAVURAS RUPESTRES DO SÍTIO ARARA VERMELHA EM RORAIMA: UMA PROPOSTA DE ESTUDO CONTEXTUAL 149

AS GRAVURAS RUPESTRES DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL 179

AS GRAVURAS RUPESTRES DO BAIXO RIO SÃO FRANCISO NOS ESTADOS DE SERGIPE E ALAGOAS 181

GRAVURAS RUPESTRES NO ESTADO DA BAHIA 201

AS GRAVURAS RUPESTRES DO CEARÁ E AS PESQUISAS EM CURSO 221

OS SÍTIOS COM GRAVURAS RUPESTRES NO MARANHÃO: ELES EXISTEM! 257

AS ITACOATIARAS DA PARAÍBA 297

GRAVURAS RUPESTRES NO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU – PE: MORFOLOGIAS E PAISAGENS GRÁFICAS 323

AS GRAVURAS RUPESTRES DO CÂNION DO RIO POTI – NORTE DO PIAUÍ 353

AS GRAVURAS RUPESTRES DA ÁREA ARQUEOLÓGICA SERRA DA CAPIVARA 377

AS GRAVURAS RUPESTRES NOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE 395

AS GRAVURAS RUPESTRES DA REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL 425

ROCHAS HORIZONTAIS E VERTICAIS: UM BREVE PANORAMA DAS GRAVURAS RUPESTRES DO ESTADO DE GOIÁS 427

PODOMORFOS NA ARTE RUPESTRE DE SERRANÓPOLIS – GOIÁS: UMA PROPOSTA HOLÍSTICA DE ANÁLISE 457

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM GRAVURAS RUPESTRES EM MATO GROSSO, BRASIL 505

AS GRAVURAS RUPESTRES NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, BRASIL 531

AS GRAVURAS RUPESTRES DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL 553

GRAVURAS NO CENTRO E NO SUL DO ESTADO DE MINAS GERAIS 555

GRAVURAS E SUAS PINTURAS: OLHARES ARQUEOLÓGICOS SOBRE A DIVERSIDADE DAS GRAVURAS E SUAS COMPANHEIRAS NO NORTE DE MINAS GERAIS 587

INCISÕES E *CUPULES* EM ABRIGOS DO VALE DO RIO PERUAÇU (NORTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS) 617

CIRCULAÇÃO DE IDEIAS E RECORRÊNCIAS GRÁFICAS: ANÁLISE DAS GRAVURAS RUPESTRES NO ESTADO DE SÃO PAULO – BRASIL 643

AS GRAVURAS RUPESTRES DA REGIÃO SUL DO BRASIL 675

GRAVURAS RUPESTRES NO PARANÁ: ENTRELAÇANDO MEMÓRIAS, PAISAGENS E NARRATIVAS DE DIVERSIDADE 677

REPRESENTAÇÕES RUPESTRES DE SANTA CATARINA: O QUE AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS TÊM A NOS DIZER? 709

GRAVURAS RUPESTRES NO RIO GRANDE DO SUL 731

QUADRO GERAL DAS GRAVURAS RUPESTRES NO BRASIL

André Prous
Valdeci Santos

Parece estranho, *a priori,* tratar os registros gráficos gravados independentemente daqueles pintados ou esculpidos; contudo, quando se menciona a "arte pré-histórica", costuma-se pensar logo em pinturas. Com efeito, como primatas humanos, não somente a visão é o nosso sentido dominante, mas as cores desempenham nela uma função essencial. Assim, as pinturas são muito mais visíveis do que as gravuras, que costumam contrastar menos com seu suporte do que as pinturas coloridas. Teria essa diferença influenciado os pesquisadores em sua tarefa de busca, reconhecimento e análise dos registros gravados? Se isso tiver ocorrido, um trabalho focalizado essencialmente nas gravuras permitiria estabelecer um equilíbrio saudável.

Por outro lado, teriam as próprias populações pretéritas privilegiado as pinturas e não as gravuras para atrair a atenção? Neste caso, as ocorrências pintadas deveriam ser de fato mais numerosas e/ou destacadas do que as gravadas; ou então, as gravuras só ocorreriam na ausência de suportes adequados para ressaltar as tintas coloridas.

Finalmente, teria a técnica de gravura sido utilizada para fins diferentes da pintura? Neste caso, poder-se-ia esperar que os temas fossem distintos nos conjuntos realizados com uma ou outra técnica. O mesmo poderia ocorrer no caso de grupos aparentados pelo seu imaginário, mas que quisessem se diferenciar de seus vizinhos e por sítio, utilizando técnicas diferentes.

De qualquer forma, vemos que focalizar, em um primeiro momento, os conjuntos gravados pode ajudar a preparar, a seguir, uma comparação mais sistemática e um diálogo mais frutífero com os registros pintados — estes, mais amplamente estudados até agora.

Elemento de quantificação

Ao se tentar avaliar a proporção de sítios rupestres com gravuras e de locais com pinturas, é necessário considerar as probabilidades de uma conservação diferencial em razão das respectivas sensibilidades ao intemperismo. Pode-se admitir, provisoriamente, que, em um mesmo tipo de suporte, as

pinturas, penetrando apenas superficialmente na superfície das rochas, poderiam desaparecer mais facilmente do que as gravuras — pelo menos do que as gravuras mais profundas. Dessa forma, em suportes mais expostos ao intemperismo (particularmente em lajedos e matacões a céu aberto, mas também em paredes verticais não protegidas por marquises), a proporção de registros pintados seria, provavelmente, subestimada.

Essa possibilidade se reforça quando se trata de gravuras sazonalmente submersas, particularmente numerosas na região amazônica, mas também presentes em vários sítios do Nordeste. Neste volume, L. Lage identificou resquícios de tinta vermelha nas gravuras da famosa Pedra do Ingá (PB); no mesmo estado, J. Santos notou a presença de contorno vermelho nas gravuras da Cachoeira do Pedro; F. Comerlato assinala gravuras pintadas no Morro do Avencal (SC); Procópio e Pereira reportam o mesmo no estado de Goiás; e A. Bandeira, em São João do Sôter (MA).

Já em 1959, M. Rauscher (citado por E. Pereira, 2003, p. 69) mencionava a presença de restos de tinta em duas gravuras da Cachoeira do Inferno, no vale do rio Erepecuru. Em 1970, D. Aytai descreveu várias gravuras do sítio da Fazenda Fracarolli preenchidas por traços de cor ocre ou preta, cuja oposição de cores serviu de base a uma brilhante interpretação. Infelizmente, esse pesquisador não sabia que o seu guia havia enegrecido, pouco antes, algumas figuras com carvão (fomos informados desse fato pelo próprio responsável por esses "retoques" quando visitamos o sítio, em 1973); ainda assim, não há razões para desconsiderar a antiguidade dos pigmentos em outras gravuras desse abrigo.

Ainda no Pará, na região de Prainha, observamos que muitas gravuras dos sítios da Serra das Caretas e de Jatuarana apresentam seus sulcos realçados por tinta; na caverna Fernanda Carolina, em Rurópolis, fotografias enviadas por Rommel Oliveira mostram figuras que combinam traços gravados com superfícies e traços pintados. No Rio Grande do Norte, algumas gravuras têm seu contorno pintado, tal como ocorre no sítio Pinturas, em Santana do Matos (Santos Jr., 2022).

Em sentido contrário, a falta de visibilidade de certas gravuras pode também prejudicar seu reconhecimento. Particularmente típico é o caso dos sítios de Minas Gerais que apresentam figuras discretamente incisas (Lapa Vermelha IV, Sumidouro etc., descritas por Baeta e Prous, nesta obra) ou conjuntos de orifícios (*cupules*) abertos em concreções carbonáticas de superfície irregular (no vale do rio Peruaçu, ocorrência apresentada por Prous, Panachuk e Cruz, *ibidem*). Tais ocorrências passam despercebidas aos leigos e, muitas vezes, até aos arqueólogos. Mesmo gravuras figurativas, quando rasas e muito patinadas, podem ser de difícil identificação. Apesar dessas ressalvas, é possível evidenciar a importância quantitativa dos sítios com gravuras em várias regiões.

Os sítios de gravuras predominam amplamente nos estados meridionais. Em Santa Catarina, apenas um dos cerca de 50 sítios rupestres atualmente conhecidos apresenta pinturas. Em menor grau, o mesmo ocorre no estado do Pará, no qual, em 2004, E. Pereira contabilizava 125 sítios rupestres, dos quais 82 de gravuras e apenas 14 com gravuras e pinturas. A desproporção a favor das gravuras é ainda maior nos estados do Acre, do Amazonas e de Rondônia. As gravuras também predominam em boa parte do Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba) e em parte do Tocantins; no Rio Grande do Norte, Santos Jr. (2022) menciona que 57% dos sítios apresentam gravuras. De fato, a proporção se inverte essencialmente nos estados de Minas Gerais, no sul de Goiás, no Mato Grosso, na Bahia, em Pernambuco, na região do Seridó Potiguar e em parte do Piauí. Até na Serra da Capivara, as gravuras ocorrem em cerca de 30% dos 1.042 sítios rupestres catalogados (V. Linke, neste volume), apesar de serem pouquíssimos divulgados em relação aos conjuntos pintados. Mesmo assim, nessas áreas localizadas no espaço mais "centralizado" do Brasil, aparecem também algumas concentrações de gravuras; em Montal-

vânia (MG), por exemplo, elas são particularmente espetaculares e dividem, em pé de igualdade, os suportes rochosos dos abrigos com as pinturas (mais de 5.000 grafismos picoteados na Lapa de Posseidon!). Mesmo no restante do estado de Minas Gerais, cerca de 30% dos sítios apresentam figuras gravadas, embora elas sejam, quase sempre, muito mais discretas e bem menos numerosas que as pinturas.

Haveria algumas regras que regeriam a preferência pela escolha de gravar ou de pintar? Discutiremos isso mais adiante, ao tratar dos suportes naturais.

As técnicas utilizadas na elaboração das gravuras

As técnicas de gravura são bastante diversas, produzindo diferentes efeitos visuais e consequências na visibilidade dos grafismos. A leitura dos textos publicados nesta obra evidencia a ausência de padronização do vocabulário utilizado pelos pesquisadores brasileiros; assim, tentaremos aqui estabelecer as equivalências entre eles.

Aparentemente, vários autores (por exemplo, C. Etchevarne, Juvandi Santos, Valdeci dos Santos Jr.) opõem duas famílias de gravuras: aquelas produzidas por percussão, agrupadas na categoria picoteado, e aquelas obtidas a partir de pressão e fricção — cujo resultado é designado como raspagem (M. Coimbra Oliveira, neste volume, fala em arrastado). Outros arqueólogos (por exemplo, os pesquisadores mineiros) subdividem a segunda família em várias categorias, entre as quais a palavra raspagem designa apenas uma delas.

Não é nosso propósito propor uma unificação do vocabulário descritivo — o que poderia ser uma proposta da Associação Brasileira de Arte Rupestre (ABAR) —, mas apenas listar e explicitar aqui as várias modalidades de gravuras que aparecem nas contribuições ao presente livro. Entre as modalidades observadas, o *picoteado* (ou *picotado*) — resultado de uma percussão, que pode ser direta ou indireta — merece destaque, tanto pela frequência quanto pela identificação dos vestígios e materiais associados à sua execução.

De forma geral, seixos rolados mostram-se particularmente adequados a essa tarefa, sendo numerosos os exemplares com marcas de desgaste em suas extremidades encontrados em superfície nas proximidades dos suportes picoteados, especialmente na região fronteiriça entre o Ceará e o Rio Grande do Norte (Queirós; Chagas; Nascimento, neste volume). As marcas resultantes configuram-se como microdepressões que, quando contíguas e em determinados suportes, podem provocar o destacamento de pequenas escamas mais largas.

O picoteado direto refere-se às marcas deixadas pelo choque direto de uma pedra em movimento contra o suporte rochoso. A precisão do golpe depende do grau de controle exercido por quem o realiza.

No caso do picoteado indireto, a cicatriz no suporte resulta do choque transmitido por um cinzel de pedra, este percutido por um percutor. A percussão indireta permite, obviamente, controle total sobre o local de impacto. Notamos, em alguns sítios de Montalvânia (particularmente na Lapa do Gigante), uma utilização limitada dessa técnica, evidenciada pela forma diferenciada das marcas, que correspondem à aplicação no suporte de um gume curto e não de uma extremidade rombuda. Nesse caso, provavelmente o cinzel era uma massa de extremidade lascada, que se retocava es-

pontaneamente durante a utilização; ao final, se assemelharia a uma peça nucleiforme bipolar. De fato, conseguimos reproduzir experimentalmente essas marcas com cinzéis feitos de uma peça robusta de sílex (Pires, 1989). Poucas peças possivelmente utilizadas como cinzel foram registradas em escavações. Após analisar quase 7.000 artefatos provenientes de 12 sítios paraguaios com gravuras, Lascheras e Monforte (2015) encontraram apenas um cinzel característico; em sua revisão bibliográfica, os mesmos autores encontraram apenas outra referência a este instrumento intermediário, proveniente das escavações na Toca do Morcego, na Serra da Capivara. Contudo, o texto de Santos Jr., Oliveira e Martins (neste volume) apresenta um bom exemplo de cinzéis provenientes do sítio arqueológico Pedra Ferrada, no município de Jucurutu (RN).

As gravuras obtidas por *fricção* (ditas, como vimos acima, raspadas, arrastadas ou polidas) podem ser incisas, polidas ou raspadas stricto sensu. Em nossas publicações, chamamos de incisão um traço fino gravado pela ação linear de um gume estreito (que pode ser a ponta de uma faca de pedra ou uma quina triédrica de buril). O resultado pode ser um simples risco pouco profundo. Quando o gesto é repetido para aprofundar um pouco a marca, o traço pode alargar-se na zona mediana ou apresentar uma seção transversal em "V". Bastante numerosas no norte de Minas Gerais, tais incisões em "V" foram alcunhadas de "afiadores" nos anos 1970, quando cheguei a pensar tratar-se de sulcos para afiar agulhas de osso — o que, definitivamente, não é o caso.

Chamamos *sulcos* depressões também lineares, porém de maior largura e profundidade, com corte transversal geralmente em "U". Esses sulcos podem decorrer do polimento final de um sulco inicialmente picoteado (particularmente em suportes resistentes como calcário ou granito) ou de um trabalho exclusivamente de fricção desde o início (particularmente em arenitos pouco compactos). O sulcamento foi uma técnica amplamente utilizada na elaboração de gravuras do estilo de pisadas.

Raspagem seria arrastar, no suporte rochoso, um gume linear por movimento transversal para retirar uma película superficial em uma área ampla (não de forma linear), que fica toscamente alisada, mas permanece fosca. Essa técnica ocorre excepcionalmente no centro de Minas Gerais (Lagoa Santa), parecendo mais comum no vale do rio Unini (AM) ou na bacia do rio Trombetas (PA).

O *polimento* (chamado de raspagem por alguns colaboradores desta obra) consiste em uma abrasão linear ou superficial, com o objetivo de escavar uma superfície ou simplesmente retirar completamente as irregularidades decorrentes dos processos de picoteamento ou raspagem; cria-se, assim, uma superfície lisa e brilhante, que reflete a luz. O processo de polir sulcos já picoteados é mencionado, por exemplo, por Procópio e Pereira (neste volume). Para alcançar esse efeito em granito ou gnaisse, pode-se utilizar um abrasivo, como areia silicosa fina. O exemplo mais famoso dessa técnica é a Pedra Lavrada de Ingá (PB). Obviamente, o intemperismo pode provocar o início da desagregação da rocha e, consequentemente, o desaparecimento do brilho, ainda que a depressão permaneça.

Nota-se que as figuras delineadas por sulcos profundos podem ser simples baixos-relevos; contudo, as figuras também podem ser definidas por estreitos altos-relevos, intermediários entre sulcos próximos uns dos outros — trata-se então de *excisões* (F. Comerlato, nesta obra, refere-se a elas como *demi-relief*). Esse procedimento ocorre em alguns sítios amazônicos (Prainha, no Pará; estilo Iaçá, no Amazonas) e no Planalto Catarinense (Morro do Avencal).

Para a escavação de *cupules* hemisféricas, a técnica de elaboração mais comum é o picoteado, frequentemente finalizado por polimento. Contudo, encontramos, em bloco enterrado na Lapa do Boquete (MG), microcupules com perfil em "V", obtidas por perfuração rotativa. Como já frisamos, várias dessas técnicas podem ser utilizadas em associação ou sucessivamente — o caso mais comum sendo o polimento de áreas previamente picoteadas.
Na Europa, alguns pesquisadores dedicaram-se particularmente à observação dos gestos técnicos que produziram as gravuras pleistocênicas, como F. d'Errico e N. Mélard (2010), bem como B. e G. Delluc (1997). Estes últimos propuseram uma forma padronizada de expressão gráfica para as observações realizadas pelos pesquisadores, que poderia servir de inspiração aos arqueólogos brasileiros interessados em aprofundar a análise das características dos traços gravados.

O investimento das populações pretéritas nos registros rupestres gravados

Houve poucas tentativas de avaliar o tempo investido na elaboração de gravuras em sítios brasileiros. A primeira e, provavelmente, a mais sistemática delas é de Desidério Aytai (*op. cit.*), que mediu o tempo necessário para reproduzir, em blocos de rocha locais, os mesmos sulcos observados na Fazenda Fracarolli. A partir desse experimento, calculou quanto os autores pretéritos teriam necessitado para produzir o conjunto de figuras gravadas do painel.

De fato, a tarefa não é muito difícil nem demorada em suportes de arenito friável, rocha dominante em vários sítios de São Paulo ou do sul de Goiás, como se verifica em Serranópolis. Mesmo no calcário Bambuí, do Brasil central, o picoteado não é mais demorado usando-se um percutor ou um cinzel de sílex, conforme pudemos verificar em experiência realizada junto com Leonardo Pires, quando se reproduziram figuras da Tradição Desenhos no vale do Rio Peruaçu. Gastou-se entre 3 e 4 minutos apenas por cm² para reproduzir o mesmo picoteamento denso observado nos paredões do mesmo calcário local (Pires, *op. cit.*).

Em lajedos de rochas como o gnaisse ou o granito, abundantes em várias regiões do Nordeste, é provável que a dificuldade seja maior, mas tal aspecto ainda não parece ter sido testado.

É claro que a posição de trabalho influencia, sendo menos cansativo gravar em superfícies horizontais ou bem inclinadas para fora do que em paredes verticais ou inclinadas para dentro. A escolha preferencial de lajedos ou da parte inferior dos afloramentos para gravar — enquanto as pinturas costumam ocupar partes mais altas — nos sítios rupestres decorre possivelmente desse fato.

Ao tratar das incisões do cânion do rio Peruaçu, apresentamos, na Associação Brasileira de Arte Rupestre (ABAR), a produção de feições do tipo "afiador" — termo que, como já dissemos, não deve ser interpretado em sentido funcional (Prous, Panachuk & Cruz, 2019). Essas feições são rapidamente obtidas no calcário local, mas não realizamos experimentos para reproduzir grandes e profundas canaletas, como aquelas observadas no sítio da Itabaiana.

De qualquer forma, mesmo os milhares de grafismos — sejam incisos, raspados ou picoteados — encontrados em sítios do Nordeste ou do Brasil central não implicam um investimento elevado em horas de trabalho por parte dos autores que os produziram. Apenas as figuras polidas em suportes duros, como granito ou gnaisse, poderiam requerer mais tempo.

Precisa-se ainda levar em conta que ainda não sabemos se muitas figuras foram feitas por poucas pessoas em cada geração ou se numerosos atores elaboraram, cada um, um número reduzido de grafismos. É provável que ambas as situações tenham ocorrido no passado, mas, para testar essas possibilidades, seria necessária a identificação das possíveis autorias a partir de idiossincrasias e características estilísticas; ora, isso ainda não passa de um sonho. Até o momento, não existem análises de qualidade dos traços gravados e da habilidade de execução das figuras em um mesmo sítio que possam sustentar hipóteses sobre quem (criança, jovem, adulto ou não; pessoa experiente ou não) teria sido "autorizado" a gravar em determinados sítios de um território ou nos diversos setores de um mesmo conjunto rupestre.

Pode-se refletir sobre a desigual repartição dos sítios rupestres no território brasileiro. Nota-se o número restrito de figuras — que variam de poucas unidades a algumas dezenas em cada sítio, e poucas dezenas de sítios em cada estado — no sul do Brasil. Em cada subdivisão dessa macrorregião, observa-se também a pouca variedade temática e estilística, como o estilo de pisadas no Rio Grande do Sul, a fácies Morro do Avencal no planalto catarinense e a tradição Litorânea em Santa Catarina.

Pode-se debater se isso significaria a existência de apenas um curto período de prática da arte rupestre, seguido por um desinteresse pelos temas gravados ou, pelo contrário, uma manutenção por longo tempo do significado das poucas figuras deixadas nos paredões pelos "fundadores" da tradição. Por outro lado, o texto de C. I. Parellada (neste volume), ao informar sobre a existência de dois sítios de gravuras inéditos nas imediações de sítios conchíferos no litoral paranaense, aponta para a possibilidade de que muitas ocorrências rupestres discretas ainda estejam esperando para serem descobertas pelos pesquisadores.

No Brasil central (considerando os estados da região Centro-Oeste e Minas Gerais) e na região Nordeste, observa-se, pelo contrário, uma exuberância muito maior dos registros rupestres em geral, tanto em razão do número significativamente maior de sítios quanto da quantidade muito mais expressiva de figuras na maioria dos locais decorados.

No sul do estado de Goiás e do Mato Grosso, assim como na maior parte dos estados de Minas Gerais e da Bahia, já verificamos que os registros pintados predominam absolutamente sobre os gravados, sendo a região de Montalvânia a principal exceção.
Mesmo assim, existem fortes disparidades regionais nessa parte central do país: o médio vale do rio São Francisco e a Serra do Espinhaço apresentam altíssima densidade de sítios rupestres, enquanto o alto São Francisco (que também possui numerosos suportes rochosos adequados) e o vale do rio Doce são bastante paupérrimos nesse aspecto.

Ao longo dos vales perpendiculares até a fachada litorânea do Nordeste predominam os sítios de gravuras, geralmente no leito dos cursos d'água, enquanto no interior do Piauí meridional e nos sertões do Rio Grande do Norte observa-se uma grande densidade de sítios pintados, com temáticas semelhantes às vistas nos estados da Bahia e Pernambuco.

É difícil avaliar a densidade de sítios rupestres na Amazônia fora da calha dos maiores cursos d'água, uma vez que as "terras firmes" ainda foram pouco exploradas arqueologicamente. Contudo, sempre que existirem suportes rochosos disponíveis (afloramentos laterais, cachoeiras e matacões nas praias), há grandes chances de se encontrar ocorrências rupestres gravadas. Já os raros abrigos em elevações podem apresentar

tanto principalmente pinturas (como em Monte Alegre e Alenquer) quanto essencialmente gravuras (que podem conservar vestígios pintados em seus sulcos), como ocorre na região de Prainha.

A datação das figuras gravadas e sua associação com outras manifestações arqueológicas

As datações diretas são particularmente difíceis de serem obtidas para gravuras. A técnica proposta por R. Bednarik (1992), que consiste em medir o grau de arredondamento dos cristais fraturados pelo picoteado em rochas silicosas, exige uma calibração a partir de exemplos históricos, como grafites incisos com data escrita, e nunca foi replicada por outros pesquisadores. Contudo, essa técnica foi testada no Brasil em vários sítios do Rio Grande do Norte, permitindo a proposição de um quadro cronológico inicial (Santos Jr. & R. Bednarik, 2018; Santos Jr., Oliveira, D. & Martins, A., neste volume).

A estimação da antiguidade dos traços a partir do desenvolvimento de sua patinação e/ou da deposição neles de partículas orgânicas (particularmente pelo "verniz do deserto") é particularmente difícil, embora tenha sido tentada na Austrália (cf. Prous, 1989) e na Extremadura espanhola. Contudo, a comparação dos graus de pátinas diferenciadas pode permitir a elaboração de uma cronologia relativa em certos suportes; uma alusão a essa abordagem aparece na presente obra (texto de Isnardis e Damiance a respeito da Lapa dos Desenhos, no vale do rio Peruaçu, MG).

Verificamos, com Valdeci dos Santos Júnior, a mesma possibilidade em vários conjuntos em lajedos do Rio Grande do Norte. Observa-se que muitos autores de gravuras do noroeste deste mesmo estado escolheram um suporte natural avermelhado (oxidado naturalmente) para servir de fundo às suas figuras. No momento de um estudo específico da cronologia de um sítio desses, seria importante verificar até que ponto a profundidade dos sulcos ultrapassou originalmente a superfície assim alterada ou apenas removeu sua parte superior. No segundo caso, já se notaria algum contraste com o suporte, mas o restante da parte alterada pode sugerir uma patinação secundária do fundo do traço e, portanto, uma antiguidade maior do seria realmente.

De qualquer forma, a observação das diferenças entre pátinas de figuras vizinhas é uma ferramenta essencial para a elaboração de cronologias relativas. Já mencionamos a Fazenda Fracarolli, em Itapeva (SP), onde observamos, em 1973, que os traços e pontos presentes no interior de um dos círculos gravados (conjunto cuja figuração na publicação evocava obviamente uma "careta") não estavam patinados; ao questionar mais uma vez o guia, este admitiu que ele próprio havia deixado essas marcas com uma picareta.

A simples superposição entre gravuras e pinturas também pode proporcionar uma cronologia relativa significativa, quando a relação de sobreposição é sempre a mesma; isso parece ocorrer em vários sítios de Goiás, onde as gravuras estão sempre sobre as pinturas (Procópio e Pereira, neste volume). As melhores informações cronológicas são proporcionadas pelas gravuras (em paredões, plaquetas e blocos desabados) enterradas em pisos arqueológicos datáveis. Esses achados são raros. Podemos mencionar um bloco com "pisadas" encontrado por G. Martins (2003) no abrigo Casa de Pedra – MS, fragmentos de gravuras enterradas no Rio Grande do Sul (L. Oliveira, neste volume) e gravuras também enterradas por V. Calderón em Itaparica – BA (Calderón de La Vara *et al.*, 1977; Etchevarne, neste volume). Em Minas Gerais, destacam-se blocos desabados nos abrigos de Santana do Riacho e do Boquete (Baeta & Prous, 1992, 1993; Prous, 2010, 2011; Baeta & Prous, neste volume) e uma figura em paredão na Lapa do Santo (Neves

et al., 2012). Haveria também gravuras enterradas na Toca dos Oitenta – PI (Lascheras & Fatás Monforte, 2015).

A maioria das datações mencionadas foram obtidas por análises de radiocarbono dos pisos arqueológicos; contudo, C. Parellada informa que, no Paraná, outras foram realizadas a partir de análises de luminescência do sedimento arenoso.

Tais datações costumam ser mínimas (quando se determina apenas que as gravuras foram realizadas antes da deposição da camada arqueológica datada que as recobre). Raramente, permitem definir um intervalo preciso correspondente à sua época de realização; contudo, isso ocorreu nos blocos desabados mencionados anteriormente, encontrados na Lapa do Boquete e na Casa de Pedra. Nesses casos, a datação da camada sedimentar sobre a qual repousa o bloco rochoso indica a idade máxima, enquanto o piso que o recobre indica a antiguidade mínima.

Também é mínima a idade obtida a partir de concreções que recobrem gravuras (por U/Th, luminescência ou ressonância paramagnética). Mesmo assim, as possibilidades desses métodos apresentarem resultados inadequados são grandes. Na Lapa de Posseidon (Montalvânia – MG), por exemplo, a datação realizada por S. Watanabe de concreções por EPR foi prejudicada pelo fato de que a amostra continha tanto calcita (adequada para a datação das gravuras) quanto grãos de areia trazidos pelo vento (que haviam sido expostos à luz solar muito antes da elaboração dos grafismos). Como consequência, o resultado inicial indicou uma antiguidade bem maior que a idade real (Prous, 2019).

Existe uma possibilidade que permitiria obter uma datação mais precisa, a qual testamos sem sucesso na Lapa de Posseidon, em Montalvânia, em 1977. No entanto, um colega (comunicação pessoal no Congresso Internacional de Foix, em 2010) teria obtido sucesso com essa técnica no norte da América do Sul. Trata-se de peneirar, de forma cuidadosa e com malha muito fina, os sedimentos de uma sondagem realizada ao pé de blocos gravados, para localizar fragmentos destacados da rocha suporte, enterrados em algum nível arqueológico junto ao suporte rochoso.

Os diferentes graus de erosão dos traços gravados — como o arredondamento dos limites e a diminuição da profundidade das depressões — em um mesmo suporte podem ser uma boa forma de diferenciar figuras mais antigas de outras mais recentes, mesmo que o aspecto da pátina não seja diagnóstico. Isso se verifica em várias lajes gravadas do Rio Grande do Norte, registradas por V. dos Santos Jr. (Santos Júnior, 2022), em uma das lajes submersas do rio Muçura — PA (Prous, neste volume).

M. Coimbra Oliveira (também neste volume) utiliza o grau relativo de erosão em matacões de um mesmo granito para propor um quadro de antiguidade relativa entre as figuras executadas com técnicas de picoteado (a mais antiga), percussão direta seguida de polimento, e finalmente arrastado, categorias cujo valor diagnóstico é confirmado pela existência de três estilos de representação que coincidem, cada um, com apenas uma das técnicas. A situação fluvial em relação ao nível dos rios também pode ser considerada; ou seja, gravuras realizadas em suportes permanentemente submersos teriam sido, teoricamente, feitas em fases climáticas menos úmidas ou quando o leito do rio era diferente do atual. Contudo, bastaria um ano excepcionalmente seco para permitir o acesso, mesmo durante uma oscilação úmida (como ocorreu nos anos de 1990 para as gravuras do sítio Muçurá – PA, ou, em 2010 e 2023, para aquelas da Praia das Lajes, em Manaus – AM).

As variações do nível do mar também podem servir como indicador temporal; caso sejam descobertas gravuras submersas em suportes costeiros, elas seriam anteriores à subida do oceano até o nível atual (ou seja, anteriores a 6.500 ou 7.000 anos BP).

Em compensação, no caso de conjuntos gravados localizados no âmbito da variação da amplitude das enchentes de rios ou das marés, deve-se considerar que seus autores podem ter desejado que as figuras fossem, por razões relacionadas à sua cosmovisão, periodicamente recobertas pelas águas. Isso pode ter ocorrido, particularmente, nos lajedos e paredões baixos do interior — especialmente no Pantanal (cf. Aguiar), nos estados nordestinos (Piauí Oriental: cf. Lage *et al.*; Rio Grande do Norte e Ceará: V. dos Santos; Paraíba: J. Souza Santos) e na Amazônia (Pará: Medeiros *et al.*), todos, textos publicados nesta obra.

A temática e o estilo de representação de certas gravuras justificam a tentativa de associá-las a determinadas "culturas" arqueológicas. Desde a década de 1950, A. Serrano atribuía as gravuras das ilhas catarinenses aos sambaquieiros, por ter encontrado zigue-zagues tanto em uma peça óssea no sambaqui de Matinhos (PR) quanto em gravuras insulares. Fundamentada apenas nessa coincidência, a conclusão, contudo, parece arriscada. Poucos anos depois, P. Frikel associou as "caretas" amazônicas gravadas no Erepecuru às modelagens dos ceramistas Konduri. Já neste século, E. Pereira as atribui aos ceramistas Santarém, pertencentes à mesma grande tradição. Por sua vez, Cabral e Costa Leite (neste volume) sugerem que os ceramistas Koriabó seriam os autores das gravuras geométricas do Amapá; também destacam que três dos seis sítios conhecidos estão situados nas proximidades de arranjos de pedras.

O exemplo do Rio Grande do Sul ilustra as dificuldades de justificar uma atribuição cultural, já que os autores ora propõem uma autoria Kaingang, ora uma origem Guarani para o mesmo estilo de pisadas (L. Oliveira, neste volume).

Finalmente, é importante destacar que a associação entre conjuntos rupestres gravados e camadas de ocupação datadas no mesmo sítio deve ser feita com extrema cautela. Neste sentido procedem os autores dos textos sobre o sítio Arara Vermelha, no Estado de Roraima (Cavallini *et al.*, 2022; Cavallini *et al.*, neste volume). Ao escavarem o abrigo, determinaram a existência de 2 faixas temporais de ocupação bem definidas (através de datações radiocarbônicas e LOE), que poderiam corresponder aos dois perfis cenográficos, temáticos e técnicos gravados observados no abrigo e nos rochedos decorados circundantes, que apresentam grau diferenciado de erosão. Cautelosamente, os próprios autores reconhecem que se trata apenas de uma hipótese (Cavallini *et al.*, 2022). As figuras menos alteradas poderiam ter sido produzidas por indivíduos responsáveis pelos vestígios da última ocupação ou, inclusive, por uma comunidade que não deixou nenhum registro arqueológico detectável. Com efeito, no passado, assim como hoje, pessoas podem ter deixado marcas de sua passagem ao pé de gravuras muito mais antigas, enquanto os autores originais dessas manifestações podem ter removido seus próprios vestígios ou evitado "sujar" os espaços horizontais cujas paredes gravaram com seus grafismos.

Nota-se que a diferença de temática entre sítios (ou painéis) decorados, próximos entre si, pode indicar uma diferença cronológica entre eles (S. Martinelli, neste volume). Contudo, esse tipo de variabilidade pode também resultar de outros fatores: talvez alguns temas tenham sido privativos de um segmento populacional (fratria, clã, metade etc.) de uma mesma comunidade ou sejam consequência de uma especialização ritual dos sítios e suportes de um mesmo território — da mesma forma que, no período barroco, igrejas e capelas de uma mesma cidade, dedicadas a santos diferentes ou encomendadas por confrarias distintas, apresentavam iconografias específicas.

A cronoestilística: os grandes conjuntos temáticos gravados no Brasil e suas possíveis relações com os registros pintados

Apesar de alguns pesquisadores desconfiarem dos agrupamentos de conjuntos temáticos e estilísticos dentro de unidades classificatórias, esse procedimento constitui uma etapa necessária das pesquisas, desde que apoiado em continuidades geográficas e em alguns indícios cronológicos. Tais conjuntos cronoestilísticos, sendo apenas construções provisórias elaboradas pelos pesquisadores para refletir sobre os materiais disponíveis, não devem, contudo, ser considerados categorias objetivas e imutáveis (Prous, 1999). Apresentaremos, a seguir, alguns desses agrupamentos temáticos gravados, entre os mais característicos e de maior extensão observados no Brasil.

A *Tradição Guiano-Amazônica*, cujas manifestações se estendem até a Venezuela, é amplamente descrita neste volume por Medeiros, Fernandez e Rodrigues (embora esses autores evitem utilizar uma classificação que inclua o termo "Tradição"), assim como por A. Prous.

O *estilo de pisadas* foi inicialmente definido por O. Menghin, em meados do século XX, na República Argentina, sendo caracterizado por gravuras de pegadas animais (particularmente tridáctilas) e, mais raramente, humanas. Em certas regiões, alguns desses sinais tridáctilos transformam-se em representações de triângulos pubianos. No Brasil, denominamos esse estilo, em 1989, de "Tradição Geométrica Meridional"; contudo, provavelmente seria mais adequado manter a denominação argentina, a fim de evitar confusão com a "Tradição Geométrica" proposta por N. Guidon para o Nordeste. O nome proposto por A. Mendonça de Souza para a fácies local do Alto Araguaia e Tocantins — Complexo Estilístico Geométrico Horizontal — não foi retomado por outros autores.

Os conjuntos gravados de pisadas distribuem-se ao longo dos rios Paraná e Paraguai, sendo também encontrados de forma característica — embora apresentem fácies locais (cf. Prous, 2019) — em Goiás, no Tocantins e em poucos sítios do Piauí, como na Pedra do Castelo e em alguns sítios da Serra da Capivara, entre os quais se destacam as Tocas dos Oitenta, o Buraco do Pajéu e o Mulungu. Ocorrem ainda no Maranhão; no Ceará, onde merece destaque o belo paredão da Pedra do Letreiro, no município de Quixeramobim; no Rio Grande do Norte, nos sítios Pedra Ferrada (município de Jucurutu) e Poço do Letreiro (município de Itaú) (Santos Jr., 2022); e no norte do estado da Bahia, no Lajeado Bordado (cf. Etchevarne, neste volume). Os sítios desse estilo formam um arco que se estende do sudoeste ao nordeste no interior do Brasil, evitando as regiões Sudeste e Centro-Leste, bem como a Amazônia. Fora dessa faixa, existem ocorrências esparsas de gravuras de pisadas de animais, porém em número reduzido e com poucas figuras.

É possível, contudo, que esse conjunto temático tenha exercido influência sobre regiões próximas. Esse pode ser o caso do vale do rio Peruaçu e de Montalvânia, onde a temática do *Complexo Montalvânia* inclui um grande número de representações de pés — praticamente todos *humanos*. Outro exemplo é o sítio Tanques, próximo a Prainha (PA), onde observamos uma pequena "trilha" de patas de onça em um paredão vertical, pintadas delicadamente em vermelho, e não gravadas. A utilização dessa técnica, somada ao isolamento geográfico dessa ocorrência amazônica, sugere tratar-se de uma convergência temática, e não de uma extensão setentrional do estilo de pisadas.

Por fim, destaca-se que são praticamente inexistentes as gravuras de mãos humanas associadas às pisadas de animais, havendo apenas algumas exceções, como no Lajeado Bordado (BA).

As datações para este estilo na Argentina e no Paraguai apontam para uma antiguidade relativamente tardia, entre aproximadamente 1.700 e 2.800 BP (Lascheras & Fatás Monforte, 2015). No Brasil, a datação obtida em Itacoatiara I (BA) indica um mínimo de 2.290 BP; contudo, o bloco gravado da Casa de Pedra (Alto Sucuriu, MS) foi encontrado em piso arqueológico datado de cerca de 7.680 anos atrás (Martins, 2003).

Um "Horizonte" de figuras circulares radiadas?

Trata-se de um tema muito característico e visualmente dominante em muitos sítios, nos quais parece perpassar diversos conjuntos cronoestilísticos. São grandes círculos (simples ou concêntricos) gravados, com raios internos, encontrados desde o Pantanal sul-rio-grandense (tratado por R. de Aguiar, neste volume) até raros exemplares menores no Paraná (na divisa com o Mato Grosso do Sul) e no noroeste paulista. Ao Norte, figuras semelhantes aparecem ao longo do rio Madeira e na gruta de Rurópolis (sudoeste do Pará).

Tais grandes figuras radiadas internamente também reaparecem em sítios do Rio Grande do Norte (Santos Jr., neste volume), no meio de outras gravuras que apresentam a mesma temática tradicionalmente atribuída pelos arqueólogos nordestinos, quando pintadas, à Tradição Agreste. A grande distância entre esses dois conjuntos, ocidental e oriental, poderia sugerir tratar-se de fenômenos de convergência, sem relação significativa entre eles.

Contudo, existem conjuntos espetaculares de círculos radiados pintados, intermediários entre essas regiões, no norte de Minas Gerais (Peruaçu, Montalvânia) e na Chapada Diamantina (BA). Nesses estados, os raios podem ser internos — evocando as tampas de bueiros atuais — ou sair do círculo, como ocorre em representações infantis do sol. Assim, observa-se que temas relevantes podiam ser expressos tanto em pinturas quanto em gravuras.

A partir dessas vistosas figuras pintadas da Chapada Diamantina, frequentemente associadas a linhas de pontos e a representações de sauros, M. Beltrão criou uma "Tradição Astronômica", posteriormente rebatizada como Cosmológica. As figuras dessa tradição aparecem frequentemente próximas de grafismos que consideramos características de uma fácies São Francisco, com os quais compartilham a policromia e o senso de teatralidade. Como pretendemos demonstrar mais adiante, acreditamos que as gravuras ditas Agreste, presentes no Piauí, no Ceará e no Rio Grande do Norte, compartilham muitos temas com as pinturas da Tradição São Francisco.

Uma macro Tradição São Francisco/Geométrica/Agreste?

Boa parte do Brasil central e nordestino apresenta sítios ricos em grafismos pintados ou gravados, frequentemente não figurativos ou, pelo menos, não reconhecíveis — ou seja, ditos "geométricos", dependendo do vocabulário utilizado pelos pesquisadores. Entre eles, podem ser distinguidas pelo menos três categorias bem distintas:

Grafismos lineares: conjuntos de "bastonetes", asteriscos, zigue-zagues que frequentemente formam losangos atravessados por um traço reto (lembrando um caduceu), "aspas" etc.;

Grafismos punctiformes: particularmente frequentes no sertão leste do Piauí e na região limítrofe entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, comportam numerosos conjuntos de pontos, muitas vezes alinhados;

Figuras fechadas: delimitadas por um contorno, geralmente quadrangular. As mais simples são preenchidas por traços paralelos ("grades" ou "gradis"), enquanto as mais complexas apresentam decoração interna com elementos variados (traços retos, "aspas", losangos, triângulos etc.) inseridos em compartimentos que evidenciam simetria de translação ou de espelhamento. Essa última variante também pode ser observada em sítios da Chapada dos Guimarães (Salgadeira e Morro da Lagoinha, mencionados por S. Hirooka *et al.*), no Mato Grosso.

A primeira dessas categorias inclui os estilos mais antigos, denominados Tradição São Francisco, cujas figuras pintadas predominam no extremo nordeste de Minas Gerais e na região vizinha da Bahia. Nos demais estados nordestinos, essas figuras costumam ser inseridas pelos pesquisadores na Tradição Agreste. Contudo, durante nossa recente estadia no Ceará, com pesquisas realizadas no leste do Piauí (em Sete Cidades, onde as figuras são pintadas) e visitas realizadas com Valdeci dos Santos Júnior. a sítios do Rio Grande do Norte (onde os mesmos temas são essencialmente gravados), constatamos que esse amplo espaço reflete a existência de comunidades que compartilhavam um mesmo vocabulário gráfico e, provavelmente, uma ideologia geral comum. Algumas diferenças na frequência de determinados tipos justificariam, a nosso ver, falar em fácies distintos dentro de uma mesma Tradição: um deles seria predominantemente pintado (a leste) e o outro, gravado (a nordeste).

A segunda categoria se manifesta na forma de pontos pintados (como no Parque de Sete Cidades) ou de *cupules* gravadas (em outras regiões dos estados nordestinos, ao norte da Bahia). É raríssima no norte de Minas Gerais, mas talvez tenha um equivalente nos alinhamentos de "bastonetes" pintados que caracterizam alguns sítios do vale do rio Peruaçu, como os do sítio do Malhador (Borges & Prous, 1989).

A última dessas categorias é ainda mais rara. Contudo, apresenta-se pintada no norte de Minas Gerais (figuras que denominamos Caboclo), na região de Serranópolis-GO, em Sobradinho-BA (C. Kestering) e até em Pernambuco. Quando gravada, ocorre na Chapada Diamantina-MT (Hirooka *et al.*, neste volume) e no vale do rio Paraguaçu (T. Sampaio, 1918).

Outros conjuntos extremamente homogêneos poderiam receber uma denominação específica, mas não alcançam extensão tão grande. Entre eles, destacam-se os matacões gravados do rio Poty, descritos por Lage *et al.,* (PI e CE); os do rio Ji-Paraná, apresentados por M. Coimbra (RO); as ocorrências das ilhas catarinenses, relatadas por F. Comerlato; e as do litoral paranaense, mencionadas por C. I. Parellada — todos neste volume. Apesar de suas relações com a Tradição São Francisco, o conjunto Montalvânia, no norte de Minas Gerais, também mereceu ser designado como um complexo específico.

Além de apresentarem temas semelhantes, alguns conjuntos podem ressaltar elementos específicos que funcionam como "conjunções" de caráter gramatical; por exemplo, os longos e sinuosos elementos de ligação entre as gravuras em lajedos ou no chão lateríticos cobertos por figuras do estilo de pisadas, no Mato Grosso do Sul e no norte de Goiás, e os preferencialmente curtos, observados em sítios do Complexo Montalvânia.

Neste volume, vários autores diferenciam conjuntos estilísticos em âmbito regional ou local. Procópio e Pereira, por exemplo, distinguem três unidades estilísticas gravadas na região do Alto Tocantins e do Alto Araguaia, em Goiás, enquanto M. Coimbra realiza análise similar para os sítios do Jí-Paraná.

A escolha dos sítios e dos suportes

É provável que os grupos pretéritos tenham selecionado os sítios a serem decorados com base em critérios precisos, que poderiam variar conforme a região e o período. A preocupação em desvendar tais critérios é claramente evidenciada em diversos textos deste volume (por exemplo, Etchevarne, dos Santos Jr. e Bandeira).

Um ponto importante a respeito dos suportes para grafismos rupestres é determinar se eles foram efetivamente escolhidos pelos pré-históricos — caso em que outras opções de afloramentos adequados estariam disponíveis na região — ou se foram utilizados apenas por serem os únicos disponíveis no território. Esse aspecto, contudo, é raramente abordado nas publicações arqueológicas.

Escolha dos sítios

Quando os afloramentos rochosos são escassos em um território, a presença de gravuras em um local específico pode decorrer apenas da disponibilidade de um suporte. Este pode ser o caso em várias partes da Amazônia, onde as rochas afloram especialmente em zonas de cachoeiras. Por isso, é necessário refletir se a relação das gravuras com essas feições naturais seria significativa ou se apenas resultaria da falta de outros suportes adequados próximos. De fato, nos paredões de altitude de Monte Alegre (PA) encontram-se caretas pintadas que, no restante da calha do rio Amazonas, só aparecem gravadas em corredeiras ou cachoeiras (Prous, neste volume).

Em compensação, no vale do rio Parnaíba, no Maranhão, os suportes próximos aos cursos de água perenes foram muito mais intensamente utilizados como suportes do que aqueles em posição mais elevada, como observa Bandeira (neste volume). Isso evidencia claramente uma escolha, restando apenas determinar se essa preferência por lugares baixos se deve a um imperativo ideológico ou a um desejo de poupar esforços físicos para acessá-los.

Havendo abundância e variedade de rochas disponíveis, o arqueólogo pode questionar se houve uma escolha preferencial de suportes específicos, em razão de determinados critérios. Esses critérios podem ser espaciais — considerando a localização no território, como áreas centrais ou periféricas, equidistantes ou não; visuais — avaliando a maior ou menor visibilidade à distância; topográficos — selecionando locais elevados, em meio à encosta ou em zonas baixas; ou relacionados à hidrografia — próximos ou afastados de cursos de água, do mar ou de lagoas, acima do leito de inundação dos rios ou em zonas ciclicamente submersas por enchentes (como ocorre no Lajedo Bordado – BA, neste volume) ou pelas marés.

Podem também relacionar-se a corredores de circulação: C. I. Parellada menciona, no Paraná, pequenos monólitos marcados por alguma gravura que acompanham o traçado do Peabiru — caminho de origem pré-histórica que ligava o litoral atlântico ao interior paraguaio.

Vários desses critérios podem se combinar. Por exemplo, no Seridó potiguar, as gravuras ocupam majoritariamente as zonas baixas ocidentais, enquanto as pinturas se concentram predominantemente nas áreas de altitude, na parte oriental do Estado (dos Santos Jr., neste volume). Isso seria consequência da altitude ou do fato de que, na região baixa, predominam os lajedos horizontais, enquanto em altitude existem abrigos e suportes verticais?

No Mato Grosso do Sul, Aguiar (neste volume) menciona a existência de estilos contrastados entre a planície (menos de 100 m acima do nível do mar) e os cerrados de altitude (entre 400 e 600 m a.n.m.), enquanto se observa um "estilo híbrido" por volta de 300 m a.n.m.

Quando há muitos afloramentos e, particularmente, processos de carstificação, existe a possibilidade de escolha entre paredões verticais, abrigos sob rocha, locais de penumbra ou zonas afóticas. Aparentemente, apenas excepcionalmente haveria gravuras em galerias ou salões totalmente escuros: somente M. Perazzo (neste volume) assinala gravuras em zona afótica, na Gruta Colorida – SP, enquanto no estado de Minas Gerais há apenas casos duvidosos (Baeta & Prous, neste volume). Mesmo em Rurópolis (PA), apenas pinturas foram executadas em áreas que exigem luz artificial, ficando as gravuras restritas à entrada. Obviamente, essa situação pode mudar caso os espeleólogos realizem novas descobertas, observando de forma mais sistemática os detalhes microtopográficos das cavernas.

Os diversos suportes dentro de um mesmo sítio

Os suportes podem se concentrar em uma parte do sítio ou ocupar a maior parte dos espaços disponíveis, cabendo ao pesquisador indagar qual teria sido, para os gravadores, o conceito de "adequado". O registro rupestre pode se limitar às paredes subverticais de um afloramento, enquanto certos elementos utilizam pisos subhorizontais, superfícies polidas por mocós (como incisões em alguns sítios do rio Peruaçu ou do Lajedo de Soledade) ou, ainda, preferem degraus rochosos, como as grandes *cupules* e pilões observados na região fronteiriça entre o Piauí e o Ceará (sitio da Ema, em Sete Cidades), ou no cânion do rio Peruaçu (MG). É particularmente importante considerar as possibilidades de transformação dos suportes após as intervenções pré-históricas (ou ocorridas entre várias destas), tal como aconteceu no atual abrigo Arara Vermelho, cujo teto atual decorre do basculamento tardio de um bloco originalmente vertical (Cavallini *et al.*, neste volume, fig. 7).

O sistema rupestre também pode combinar paredes com blocos avulsos em áreas abrigadas, como ocorre em parte do cânion do rio Peruaçu. Em outros casos, associa-se uma estrutura rochosa principal a blocos externos, como no estado de Roraima, onde as gravuras do sítio Arara Vermelha ocupam tanto um abrigo formado por um caos de blocos quanto quase uma centena de matacões espalhados por extensa superfície a céu aberto (Cavallini, *op. cit.*).

Uma vez escolhida a localidade (o "sítio"), os antigos ocupantes costumavam selecionar as superfícies a serem decoradas: altas, medianas ou baixas; centrais ou marginais dentro do espaço do sítio ou de um setor específico; mais ou menos visíveis, etc. Nenhum autor registra gravuras realizadas no teto ou na parte superior dos suportes. Pelo contrário, as gravuras ocorrem geralmente na parte inferior dos afloramentos ou em matacões que poderiam ser trabalhados facilmente por uma pessoa, preferencialmente acocorada ou sentada. Nesse aspecto, a situação das gravuras contrasta com a das pinturas.

Um excelente exemplo dessa oposição pode ser observado nos sítios do norte de Minas Gerais: em Montalvânia, propulsores de dardos aparecem pintados em posição elevada, enquanto as mesmas armas se apresentam gravadas ao pé do mesmo suporte.

A visibilidade dos grafismos pode ser evitada (como no caso das gravuras da Gruta Colorida – SP, situadas em zona afótica, conforme Perazzo e colaboradores, neste volume) ou, pelo contrário, procurada, o que ocorre na maioria dos casos. O suporte também pode ser escolhido para ressaltar os grafismos: incisões concentrando-se em superfícies muito polidas, naturalmente ou pela passagem dos mocós, ou na beirada de pequenas plataformas (sítios da região de Troncos e das Cobras, no vale do rio Peruaçu – MG, e Lajedo de Soledade – RN). Já se observou que, na fronteira entre o Ceará (Queirós e Chagas, neste volume) e o Rio Grande do Norte (Santos, *ibidem*), preferiam-se suportes naturalmente oxidados.

Dentro de uma mesma região, cada unidade estilística pode apresentar exigências distintas: no cânion do Peruaçu, enquanto as incisões "geométricas" requeriam suporte polido e brilhante, as gravuras picoteadas representando cervídeos e pássaros da unidade estilística Desenhos ocupavam superfícies planas, lisas, eventualmente pintadas de vermelho, porém foscas, sobre as quais se destacavam visualmente. Por sua vez, representações picoteadas de vegetais (milho e coqueiro) ou biomorfas, bem como *cupules* de outros conjuntos estilísticos, localizavam-se em concreções de textura irregular, de forma mais discreta. Ainda no mesmo cânion, na Lapa do Malhador, certas gravuras só podem ser percebidas com dificuldade ao final da tarde, devido à incidência oblíqua dos raios solares. Na Lapa de Rezar, pequenos biomorfos permanecem escondidos, desta vez na penumbra do fundo do salão de entrada, e não na irregularidade das concreções.

Teriam as formações geológicas ou ecológicas influenciado os autores dos registros rupestres? Neste volume, C. Etchevarne observa que, no estado da Bahia, os suportes calcários ou de arenito eram preferidos em relação aos granitoides, enquanto A. Bandeira destaca que, no Maranhão, os pintores utilizaram calcário, ao passo que os gravadores optaram por arenito. Seriam essas diferenças resultado de uma escolha consciente — privilegiando suportes menos duros para gravar — ou reflexo do fato de que grupos baianos, vivendo em regiões do embasamento cristalino, e maranhenses, ocupando zonas calcáreas, simplesmente não praticavam a gravura? De forma análoga, Hirooka e colaboradores relatam que, no Mato Grosso, as gravuras aparecem apenas nos cerrados; seriam seus autores exclusivamente moradores dessas formações ou teriam se deslocado especialmente para elas a fim de produzir figuras em relevo?

Segundo Cisneiros e colaboradores, os antigos habitantes do Catimbau – PE selecionavam preferencialmente arenitos de grão mais fino. Por sua vez, Perazzo e colaboradores observaram que, em São Paulo, as técnicas empregadas permaneciam as mesmas, independentemente do tipo de rocha. No Ceará oriental, A. Queirós registrou que as gravuras aparecem picoteadas no quartzito, enquanto em outros tipos de rocha eram polidas.

As cenografias, composição e associações

Algumas gravuras parecem ter sido realizadas de forma independente, misturando-se ou até sobrepondo-se sem uma ordem aparente, como ocorre em diversos lajedos do oeste do Rio Grande do Norte. De fato, somente uma análise detalhada de conjuntos completos permitiria verificar se, em certas situações, não haveria normas implícitas de associação e disposição.

Em outros sítios, observa-se claramente uma organização, com as figuras dispostas de modo a preencher o espaço sem sobreposições ou áreas excessivamente densas. Tal padrão é notório em determinados abrigos de Montalvânia, como no painel III da Lapa do Gigante (cf. L. Ribeiro, 1996, 1997). O mesmo se verifica em grandes matacões, como os da Pedra Lavrada de Ingá – PB, do flanco do Morro da Pedra Preta de Paranaitá – MT, ou ao longo do Rio Poty – PI, onde as gravuras foram posicionadas de modo a permitir sua individualização, ao mesmo tempo em que podiam ser apreciadas em conjunto a partir de certa distância.

Não apenas se buscou visibilidade e legibilidade em determinados sítios, como também a disposição das figuras pode obedecer a uma verdadeira cenografia — característica particularmente valorizada pelas pesquisadoras formadas na UFPE (por exemplo, Cisneiros e Perazzo, neste volume).

Mais raramente, conjuntos menores evidenciam uma intenção descritiva, como parece ocorrer em Itapeva – SP (Aytai, *op. cit.*), na região de Xingó, na possível cena já mencionada do Talhado III – AL (Prous, 2019), ou na Lapa da Esquadrilha, em Montalvânia – MG (Castro e Silva, 1996, 1997). Ainda é necessário explicitar as regras de composição perceptíveis nesses conjuntos, que integram o "perfil gráfico" que diversos pesquisadores buscam definir em suas regiões de atuação.

As associações e as evitações entre determinados temas, frequentemente apontadas nos registros pintados, foram pouco estudadas nos sítios de gravuras brasileiros. Essas associações, por vezes, são explicitadas pelos antigos autores de gravuras por meio dos "elementos de ligação", amplamente documentados nos sítios de Montalvânia (Castro e Silva, *op. cit.*), bem como nos sítios do Pantanal sul-mato-grossense (Girelli, 1994; Aguiar, neste volume) e no alto curso dos rios Araguaia e Tocantins (Mendonça de Souza, *op. cit.*). Talvez a necessidade de explicitar certas associações tenha motivado o isolamento de determinados conjuntos de grafismos elementares dentro de traços de contorno, como ocorre em alguns conjuntos atribuídos à Tradição Agreste do Nordeste: no Poço da Bebidinha, no rio Poty (ilustrações neste volume, em Lage *et al.*), no Mato Grosso (Hirooka *et al.*) e no Amapá (Cabral & Leite, também neste volume).

Gravuras rupestres e pareidolia

Costumamos atentar às modificações realizadas pelas populações pretéritas sobre os suportes naturais, mas raramente se observam análises sobre como as formas naturais poderiam ter sido inspiradoras, por meio de um clássico fenômeno de pareidolia.

Ao visitar a famosa Pedra de Ingá, fiquei impressionado com a forma do suporte rochoso, que sugere o corpo de uma imensa cobra direcionando-se para o ponto de água permanente situado à frente. Pode-se considerar essa impressão subjetiva; contudo, ao visitar com M. Marques outro sítio nordestino de gravuras, a Pedra do Letreiro de Quixeramobim, observei em 2014 uma faixa serpentiforme de pedra com vários metros de comprimento, situada entre dois bandamentos sinuosos paralelos e terminando em uma diaclase à beira da água — totalmente natural. Ao analisar de perto, percebi que os autores das gravuras tinham discretamente acrescentado algumas incisões verticais, sugerindo dentes na extremidade da "cabeça" já naturalmente evocativa de uma serpente. As incisões confirmavam e acentuavam a pareidolia.

Mesmo na ausência de grafismos, é possível suspeitar que formas naturais provocassem interpretações entre as populações antigas. Em expedições de canoa pelos rios Mapuera e Katxuru, minha equipe observou inúmeros rochedos em forma de sapo, tartaruga e outros animais; vários deles ainda são identificados como animais por indígenas contemporâneos. Abordamos alguns desses rochedos, sem, contudo, encontrar marcas antrópicas que comprovassem a antiguidade dessas interpretações. As figuras 10 e 13 do artigo de Lage *et al.* também mostram rochedos cuja morfologia poderia ser interpretada como cabeças reptilianas. No mesmo rio Poti, pouco mais a jusante, vimos no Poço da Bebidinha outro matacão cuja forma natural foi ressaltada pelo picoteamento de detalhes que sugerem os olhos e talvez o bico de uma coruja

Finalmente, é importante ressaltar que muitas feições naturais podem ter influenciado e inspirado as populações pré-históricas. Como sugere C. I. Parellada, algumas gravuras paranaenses estão relacionadas a estruturas sedimentares microbianas do Salto São João – PR. De forma semelhante, na Casa de Pedra de Ubajara – CE, onde realizamos pesquisas em 2014 com M. Marques, notamos que numerosas diminutas *cupules* picoteadas pelos pré-históricos possuíam formato e dimensões muito semelhantes aos negativos deixados pela erosão de pisólitos ferruginosos abundantes no arenito local.

Importância e objetivos do registro

Os levantamentos de sítios gravados não seguiram uma única orientação metodológica. Na fase "pioneira" (antes de 1960), muitos relatos sobre registros rupestres eram apenas alusivos, embora alguns naturalistas e amadores reproduzissem parcial ou integralmente determinados conjuntos, como fez Domingos Soares Ferreira Penna com a Pedra de Itamaracá (ver o capítulo sobre o Pará, neste volume). Outros, como Spix & Martius, selecionavam algumas figuras sem preservar, contudo, as relações espaciais entre elas. Ainda, pesquisadores como B. Ramos reproduziam preferencialmente as figuras que supostamente sustentavam uma determinada tese interpretativa.

Para fotografar as gravuras, era comum que os interessados passassem giz nos sulcos perceptíveis, a fim de aumentar o contraste com o fundo. Esse procedimento foi abandonado pelos profissionais a partir da década de 1980, permanecendo apenas em alguns países, como a Suécia.

A partir da década de 1960, observa-se uma crescente preocupação de alguns pesquisadores em sistematizar os levantamentos de sítios rupestres. Essa sistematização possibilitou o desenvolvimento de diversos tipos de estudos: classificações tipológicas e estilísticas, análises das técnicas de elaboração, avaliação do tempo investido na execução das gravuras e pinturas, entre outros. Tornou-se viável, assim, realizar uma quantificação dos temas, permitindo comparações tanto intra-sítios quanto inter-sítios.

Cada pesquisador ou equipe passou a desenvolver abordagens e metodologias específicas, decorrentes de suas experiências e do contexto do momento. Por exemplo, nos anos de 1970, A. Laming-Emperaire elaborava, em seu seminário, fichas descritivas sistemáticas para o registro em campo: fichas de sítio, de painel e até de cada figura individual. Contudo, tais fichas eram essencialmente adaptadas aos grafismos pintados, predominantes nos sítios de Lagoa Santa, que eram objeto do levantamento realizado na época.

Concluída, em determinada região, a fase pioneira de levantamento preliminar, as equipes de arqueologia interessadas em aprofundar seus estudos precisam adequar suas abordagens às oportunidades e limitações apresentadas pelos conjuntos existentes na área de atuação, ao mesmo tempo em que fornecem subsídios para comparações inter-regionais. Como gosto de enfatizar, na arqueologia, o Homem propõe, mas o sítio dispõe.

Ao refletir sobre os levantamentos atualmente em curso em São Paulo, Perazzo e seus colaboradores salientam, nesta obra, a importância de estabelecer um protocolo capaz de orientar e unificar a atuação dos pesquisadores. Eles explicitam seu método para definir o perfil gráfico dos sítios rupestres — uma abordagem constante nos trabalhos recentes de pesquisadores formados na UFPE. Por sua vez, entre os pesquisadores treinados na UFMG, desenvolveu-se uma preocupação especial com o estabelecimento de uma cronologia relativa entre os grafismos de um mesmo conjunto, visando à construção posterior de cronoestilísticas locais ou regionais. Essa orientação, contudo, tem sido, até o momento, mais refinada para os registros pintados do que para os conjuntos gravados, nos quais os critérios de identificação cronológica diferem em alguns aspectos (como a ordem de recorte dos sulcos).

Dentro dessa tradição "mineira", Isnardis e Damiance destacam, neste volume, a importância de uma qualidade raramente mencionada nos textos técnicos: uma sensibilidade — tanto individual quanto coletiva — que se desenvolve a partir do contato direto com o objeto de estudo e do intercâmbio prolongado entre os pesquisadores que trabalham juntos.

Queirós aponta um aspecto até então inexplorado pelos arqueólogos brasileiros (embora conhecido por camponeses cearenses desde o século XIX): a utilização, pelas populações pretéritas, das propriedades sonoras dos suportes rochosos. De forma análoga, L. Oliveira menciona o possível papel do ruído produzido durante o picoteamento das figuras como um elemento significativo da performance no ato de sua elaboração; infelizmente, esse aspecto permanece impossível de comprovar.

W. e C. Lage, por sua vez, ilustram uma vertente específica de pesquisa voltada à preservação dos sítios: o diagnóstico dos fatores de alteração e destruição. Embora todos os arqueólogos possam observar e relatar aspectos gerais sobre os riscos enfrentados pelos sítios, o diagnóstico preciso e a capacidade de propor intervenções protetoras requerem formação específica.

Obviamente, todas essas orientações não são exclusivas; ao contrário, elas se complementam. Cada uma, contudo, acabou sendo desenvolvida principalmente por determinadas pessoas ou equipes, em razão de fatores históricos, como trajetória de vida, preferências pessoais, formação acadêmica inicial e experiências específicas em campo.

Não seria, portanto, realista nem eficiente exigir uma unificação total das abordagens e metodologias. Cada pesquisador pode, assim, aproveitar e desenvolver suas próprias qualidades em uma área menos sensível do que a arqueologia de vestígios enterrados, uma vez que a reprodução dos grafismos — independentemente da técnica utilizada — é minimamente danosa ou até totalmente inócua para os conjuntos rupestres, diferentemente do que ocorre durante a escavação de sedimentos contendo vestígios arqueológicos. Dessa forma, um mesmo sítio pode ser abordado sucessivamente por diferentes pesquisadores, possibilitando novos resultados a partir de perspectivas e problemáticas inéditas.

As técnicas de registro

Os textos deste livro não se detêm nos sistemas de reprodução dos grafismos, mesmo quando mencionam a utilização da fotografia. Para os leitores não familiarizados com o tema, apresentaremos rapidamente os procedimentos tradicionais disponíveis. Croquis realizados à vista, sem contato com a rocha, já eram feitos desde o século XIX por naturalistas — por exemplo, as figuras antropomorfas do rio Japurá reproduzidas por Spix e Martius. Uma técnica mais precisa, proposta por uma pesquisadora norte-americana, vem sendo particularmente adotada pelos pesquisadores colombianos do GIPRI desde a década de 1990.

Outra opção consiste em realizar moldes, seja em gesso, látex ou silicone — como aqueles que produzimos em 1977 no sítio de Posseidon, em Montalvânia, que permitiram reproduzir o relevo do sítio em várias exposições. Nota-se que a confecção de moldes deve ser evitada em rochas pouco compactas, como os arenitos friáveis, e atualmente tornou-se praticamente obsoleta devido às novas técnicas de registro.

Outra técnica é a reprodução por *frottis* em folhas de papel fino, particularmente adequada para capturar detalhes e relevos muito discretos, inclusive marcas individuais de picoteamento. Este procedimento foi e ainda é amplamente utilizado na Europa, como no levantamento das gravuras de Val Camonica, na Itália. O calque em folhas de plástico, com reprodução dos desenhos por traços de caneta, pincel "atômico" ou lápis de cera, produz resultados menos precisos e é mais suscetível a erros de interpretação por parte dos executantes.

A projeção ortogonal — em que o calque é feito sem contato direto com a rocha, a folha transparente sendo mantida esticada em um quadro rígido a poucos centímetros do original — não parece ter sido utilizada no Brasil. Este tipo de calque (assim como a fotografia) permite restituir a forma das figuras tais como seriam vistas por um observador perpendicular a elas, enquanto o calque por contato reproduz as deformações da folha em função do relevo, captando melhor a textura da superfície gravada, mas sem refletir exatamente a percepção visual planejada pelo gravador pré-histórico.

De qualquer forma, é importante frisar que indicar as peculiaridades do suporte rochoso — como cor, textura, relevo e alterações — pode ser essencial durante a elaboração dos calques. Tal procedimento permite mostrar como os autores dos grafismos utilizaram ou contornaram essas características do suporte, além de justificar por que algumas figuras podem estar atualmente incompletas ou degradadas. Por exemplo, V. dos Santos Jr. destaca nesta obra a escolha preferencial de suportes avermelhados por oxidação em lajedos e matacões na região fronteiriça entre o Ceará oriental e o Rio Grande do Norte ocidental. Uma questão pertinente seria verificar se essa rubefação é sempre natural ou se poderia ter sido deliberadamente provocada, por exemplo, com a instalação de uma fogueira preparatória.

Atualmente, todas essas técnicas tradicionais tendem a ser substituídas por procedimentos fotográficos avançados. Por exemplo, levantamentos extensos com scanner a laser permitem reproduzir a microtopografia das superfícies, inclusive detalhes como picotamentos; esse método, proposto inicialmente por nós para as gravuras da Ilha dos Martírios em 2009, foi posteriormente utilizado em sítios do estado de Rondônia por R. Kipnis. Outra técnica, a RTI (*Reflectance Transformation Imaging*; ver Mélard, 2010), revela-se particularmente adequada para analisar as marcas deixadas pelas diferentes técnicas de execução das gravuras.

Dessa forma, verifica-se que os *relevés* constituem processos complexos, sendo necessário alertar o leitor de publicações técnicas sobre as dificuldades inerentes à sua execução. Deve também ficar evidente que a correta interpretação dos registros fotográficos depende, em parte, das anotações feitas em campo. A fotografia é um recurso valioso e essencial, mas não substitui a observação direta. Nesse contexto, o calque — que obriga o arqueólogo a aprofundar e questionar intensamente sua percepção — permanece como um instrumento precioso para aqueles que podem dedicar tempo ao estudo detalhado dos conjuntos rupestres.

Interpretações populares e arqueológicas

Interpretações populares

O texto de Fabiana Comerlato, neste volume, aborda as ideias populares a respeito da arte rupestre, reportando que, até hoje, as gravuras catarinenses são frequentemente atribuídas a templários, fenícios e até a navegadores chineses. Tais fantasias são divulgadas naquele Estado não apenas por leigos, mas também por pseudocientistas.

Esse fato evidencia o descaso de autores de livros escolares de História — e, em certa medida, de cursos universitários — em relação à arqueologia indígena. As interpretações hoje consideradas fantasiosas surgiram no século XIX entre intelectuais brasileiros, quando qualquer manifestação cultural que sugerisse habilidade artística ou capacidade tecnológica parecia fora do alcance das populações nativas, ao passo que naturalistas europeus não hesitavam em creditá-las aos registros rupestres. Essas concepções, oriundas das elites intelectuais, foram rapidamente aceitas pela população em geral.

Um exemplo notável é o do erudito e fundador do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, que "traduzia" as supostas "inscrições" do estado do Amazonas (Ramos, 1939; Medeiros, Rodrigues e Wallace, neste volume). Mesmo em tempos mais recentes (1988), o arqueólogo uruguaio Mário Consens foi convidado pela Fundação Ecocultura do Paraguai e chegou a receber ameaças de autoridades ao negar que as gravuras rupestres fossem inscrições rúnicas deixadas por vikings — interpretação já tradicional e considerada mais prestigiosa para a história do país do que a atribuição a uma origem local (Consens, 2002; comunicação pessoal).

De fato, desde o século XVI, os europeus buscaram atribuir uma origem não indígena às manifestações rupestres. Depressões e gravuras em rocha foram interpretadas como marcas de São Tomé, possivelmente polidores no litoral carioca, associados às supostas pisadas do apóstolo. Mais tarde, interpretações similares surgiram em relação a conjuntos como as gravuras da Ilha dos Martírios (ver a nota sobre este sítio no capítulo dedicado ao estado do Pará).

A essas interpretações fantasiosas soma-se outra, ancorada em episódio histórico mais recente: no estado de São Paulo, nos anos de 1970, nossos guias atribuíam as gravuras de Itapeva aos Jesuítas, supostamente para indicar os locais onde teriam enterrado seu ouro durante as perseguições do Marquês de Pombal.

Qual seria a razão profunda das relações entre as crenças populares e os sítios gravados ou pintados, particularmente aqueles situados em grutas ou abrigos? Essa relação decorre apenas da presença das feições cársticas, ou a existência dos grafismos antigos reforça a atração das populações modernas? A frequentação religiosa e/ou turística atua como um fator de respeito e preservação ou, ao contrário, representa um risco adicional aos sítios?

Um dos textos deste volume aborda essa questão em relação à Pedra do Castelo – PI (Laje *et al.*). Por sua vez, Queirós e Chagas (*ibidem*) destacam, a partir de sua experiência em escolas, a importância de utilizar os registros rupestres para ensinar às crianças nordestinas, muitas delas de descendência indígena, o valor da história pré-colonial – uma experiência que qualificam como "educação libertadora".

Interpretações de arqueólogos moderno

Os arqueólogos brasileiros, por sua vez, têm se interessado pelo discurso dos povos indígenas. Na Europa, há milênios, as culturas letradas perderam o contato com o pensamento e as tradições dos povos pretéritos, motivo pelo qual, a partir dos anos 1960, A. Laming (mais tarde Laming-Emperaire) e A. Leroi-Gourhan rejeitaram as "comparações etnográficas" utilizadas para interpretar a arte paleolítica europeia.

No Brasil, ao contrário, existe uma continuidade entre as populações nativas antigas e seus descendentes atuais. Por essa razão, certos povos indígenas ainda podem conhecer o sentido original de conjuntos rupestres relativamente recentes; chegou-se a entrevistar um indígena que ainda gravara suportes rochosos mato-grossenses no século XX (Moi *et al.*, 2009).

Nos séculos XIX e início do XX, naturalistas frequentemente interrogavam seus guias indígenas sobre a autoria e o significado de gravuras amazônicas, mas estes, geralmente, negavam qualquer relação com tais manifestações gráficas. É possível que desconhecessem de fato a origem e o significado das figuras ou que, em certos casos, não quisessem transmitir informações reservadas aos membros de sua própria comunidade. Hoje, a situação mudou, na medida em que os sítios arqueológicos – inclusive rupestres – passam a servir como justificativa para afirmar os direitos das comunidades sobre os territórios que ocupam. Cavallini e seus colaboradores (neste volume), além de mencionar este fato, frisam que a noção de sítio de de Patrimoônio não existem nas comunidades indígenas; estas pensariam em termos de "simetria de domínio entre humanos e não humanos", enquanto os funcionários dos órgãos patrimoniais como o IPHAN pensam em registros e propriedade.

Dessa forma, o status administrativo dos sítios rupestres e a afirmação de sua importância tradicional tornaram-se elementos políticos relevantes na relação das comunidades indígenas com as autoridades nacionais. Um exemplo disso são as lutas dos Mundurucu para preservar sítios que representam marcos fundamentais para sua cultura (Daniel Mundurucu, comunicação verbal durante o Congresso da Associação de Arte Rupestre Brasileira, Diamantina – MG, 2019).

Contudo, os pesquisadores devem ter consciência de que muitos conjuntos rupestres são extremamente antigos e que as interpretações fornecidas por representantes das atuais comunidades indígenas refletem processos de reformulação elaborados ao longo de milênios. Mesmo assim, familiarizar-se com as lógicas, filosofias e mitologias indígenas contemporâneas – herdeiras de uma longa história – constitui um procedimento justificado

e necessário. Tal abordagem pode abrir a mente dos pesquisadores para possibilidades interpretativas que escapariam àqueles formados exclusivamente no pensamento dito "ocidental".

Nesse sentido, G. Reichel-Dolmatoff (1968) já havia registrado a interpretação que as comunidades Desana — parentes dos Tucano brasileiros — atribuem às gravuras do rio Vaupés, na fronteira entre Colômbia e Brasil. Mais recentemente, Raoni Valle relacionou as representações amazônicas de tocadores de flauta ao mito de Jurupari (Valle, 2014).

Eu arrisquei uma leitura de um painel gravado do Talhado – AL a partir de um mito indígena da escalada do céu (Prous, 1989, 2019), sem, contudo, me iludir quanto ao caráter especulativo dessa tentativa. É notável que se conheçam tão poucas cenas descritivas gravadas que pareçam interpretáveis, diferentemente do que ocorre em certos estilos de pintura.

As "explicações universais" que periodicamente ganham popularidade — como a relação da arte pré-histórica com a caça, ritos de fertilidade, práticas curativas xamânicas ou uso de substâncias alucinógenas — devem ser encaradas com cautela. Como observa J. Santos neste volume, tais interpretações não podem ser consideradas universais. Parece mais seguro admitir que, de alguma forma, os registros rupestres afirmem a posse de territórios e, de qualquer modo, contribuam para "culturalizar" as paisagens das comunidades. Atualmente, os arqueólogos tendem a adotar uma postura prudente, uma virtude que se reflete nas contribuições reunidas neste livro.

Conclusão

Esperamos que a presente obra tenha contribuído para sensibilizar tanto o público quanto os arqueólogos quanto à grande representatividade das gravuras na arte rupestre brasileira, assim como à sua diversidade. Além das figuras picoteadas, geralmente mais facilmente observáveis, as incisões e *cupules* em suportes irregulares costumam passar despercebidas ou ser subvalorizadas em relatórios e publicações, embora tenham sido elementos quantitativamente — e, provavelmente, qualitativamente — significativos na construção do registro rupestre em certas regiões e períodos. Também não se deve subestimar a possibilidade de identificação de novas formas de manifestações rupestres, como os arranjos zoomorfos de pedra registrados no Amapá e na Guiana Francesa, ou o aproveitamento e reforço de volumes sugestivos mediante pareidolia.

Por outro lado, a relação entre as pinturas e as diversas categorias de gravuras, dentro de uma mesma região ou sítio, foi raramente analisada. Em certos casos, ambas as técnicas apresentam exatamente a mesma temática e podem, como vimos, ser razoavelmente atribuídas a uma mesma Tradição. Mesmo quando os temas não são compartilhados, cabe aos arqueólogos investigarem se as figuras executadas em cada técnica estabelecem ou não algum tipo de diálogo entre si. Como observam Isnardis e Damiance neste volume, "embora regionalmente se vejam outros estilos tanto pintados quanto gravados, temos… um repertório… cujas conexões envolvem temas, estilos e seleção de suportes". Esse diálogo pode ter ocorrido entre autores de gerações sucessivas ou, ainda, entre indivíduos de diferentes grupos que compartilharam um mesmo espaço durante um mesmo período. A existência de divisão ou compartilhamento do espaço, bem como a obliteração, destruição ou evitação da sobreposição em reação a figuras anteriores, são atitudes que podem refletir as relações ideológicas das sucessivas gerações em relação aos seus antecessores (Prous & Seda 1987).

Em todo caso, tais análises somente podem ser realizadas a partir do levantamento sistemático das temáticas, dos procedimentos gráficos e dos elementos de cronologia, ainda que relativa, nos conjuntos estudados. A interpretação dos vestígios que chegaram até nós passa por uma tipologia que permite agrupar os grafismos em unidades cronoestilísticas, apesar da onda "pós-estilista" que se difundiu no Brasil a partir da publicação do texto de Lorblanchet & Bahn (1993). Vários pesquisadores brasileiros, então, passaram a questionar a validade de se estabelecer sequências cronoestilísticas no contexto nacional. Cabe observar que o texto de Lorblanchet e Bahn se referia essencialmente à proposta de A. Leroi-Gourhan para a arte rupestre paleolítica europeia, a qual raramente se apoiava na observação de sobreposições, não pretendendo, portanto, ter validade universal. De qualquer forma, poucos anos depois, esses mesmos autores relativizaram suas críticas (Lorblanchet & Bahn, 1999). Mais recentemente, a revisão e discussão realizada por González & Behrmann (2007) sobre as numerosas datações obtidas por métodos químicos e físicos para as figuras europeias mostrou que as discrepâncias entre essas datações e o esquema proposto nos anos 1960 não chegam a invalidar o procedimento "estilístico". De fato, datações absolutas, datações relativas e análises temáticas e estilísticas se complementam e se corrigem mutuamente.

As nossas próprias atitudes perante as manifestações gráficas rupestres refletem a diversidade da cultura "moderna". As gravuras podem ser encaradas como obstáculos ao "desenvolvimento", impedindo ou retardando a execução de obras consideradas de interesse público. Esse ponto de vista é mitigado, ainda que nem sempre respeitado, pelas leis que exigem o levantamento e o "salvamento" de registros gráficos ameaçados. Alguns desses registros podem ser retirados do local, como ocorreu nas regiões de Balbina (Medeiros *et al.*) e de Xingó (Martinelli, neste volume). Outros são temidos como manifestações diabólicas, sendo eventualmente "neutralizados" por meio da adjunção de uma cruz gravada. Ainda, há interpretações fundamentadas nas tradições religiosas das populações atuais, sejam indígenas – como a apropriação dos sítios pelos Mundurucu – ou pós-coloniais, quando as gravuras são associadas a elementos da crucificação de Cristo, como na Ilha dos Martírios. Mais recentemente, gravuras deixadas por pessoas escravizadas na Vila Rica colonial evidenciam o valor dos registros rupestres para a história moderna do país (Villaça Klink, 1923).

A tradição de utilizar suportes rochosos permanece entre nós, particularmente na forma de graffiti populares em cavernas, afloramentos ao longo de estradas ou em monumentos arquitetônicos, assim como em propagandas políticas. Essas manifestações são frequentemente malvistas por intelectuais e administrações, que as classificam como "depredações" do patrimônio natural ou cultural. No entanto, poderia ser ponderado que se trata de uma continuidade da mais recente tradição de "arte rupestre" mundial. Destacam-se, por exemplo, as gravuras deixadas pelos maniçobeiros na Serra da Capivara (Linke, neste volume), que testemunham as atividades e crenças dos camponeses pobres do sertão instalados nos abrigos, constituindo, obviamente, verdadeiros documentos arqueológicos.

Hoje, como já ocorria no passado desde a pré-história, as manifestações gráficas dos que nos precederam suscitam sentimentos contraditórios, pois desafiam nosso domínio sobre o território e questionam nossa relação com a alteridade.

REFERÊNCIAS

AYTAI, D. As gravações rupestres de Itapeva. **Revista da Universidade Católica de Campinas**, v. 14, n. 33, p. 29-62, 1970.

BAETA, A.; PROUS, A. Elementos de cronologia, descrição de atributos e tipologia. "Santana do Riacho". **Arquivos do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 13/14, p. 241-332, 1992/1993.

BORGES, M.; PROUS, A. As obras rupestres da Lapa do Malhador. *In:* REUNIÃO CIENTÍFICA DA SAB, 4., 1989, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: MAE-USP, 1989. p. 297-312.

CALDERÓN DE LA VARA, J.; BANDEIRA DE ATAÍDE, Y.; SOARES, I. D. C. **Relatório do projeto Sobradinho de salvamento arqueológico**. [S. l.]: Hidroelétrica de São Francisco, 1977. 73 p.

CAVALLINI, M. S. *et al.* The Arara Vermelha Rock Shelter, Roraima, Brazil: Perspectives Concerning Amazonian Sheltered Petroglyphs. *In:* CARRERO-PAZER *et al.* (ed.). **Rock Art Research in the Digital Era.** Oxford: BAR, 2022. p. 7-23.

CONSENS, M. Vikings and Rock Art in Paraguay: Ethno-Anthropological Discrepancies. *In:* INTERNATIONAL ROCK ART CONGRESS PROCEEDINGS, 2002, Tucson. **Anais [...]**. Tucson: American Rock Art Research Association, 2002. v. 2, p. 209-214.

DELLUC, B.; DELLUC, G. Les gravures de la grotte ornée de Bara-Bahau. **Gallia Préhistoire**, v. 39, p. 109-150, 1997. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/galip_0016-4127_1997_num_39_1_2151. Acesso em: 18 abr. 2021.

GIRELLI, M. **Lajedos com gravuras na região de Corumba, MS**. 1994. 176 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1994.

GONZÁLEZ, J. J.; BEHRMANN, R. B. C14 et style La chronologie de l'art pariétal à l'heure actuelle. **L'Anthropologie**, v. 111, p. 435-466, 2007.

LASCHERAS, J.; FATÁS MONFORTE, P. El "estilo de pisadas" en América del Sur. *In:* INTERNATIONAL ROCK ART CONFERENCE – IFRAO, 19., 2015. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2015. p. 2131-2144. Disponível em: https://www.cultura.gob.es/mnaltamira/dam/jcr:4664a3d3-cd5c-40e3-981a-f3dc1d-fd1253/lasheras-fatas-2015-estilo-pisadas-ifrao.pdf. Acesso em: 18 abr. 2021.

LORBLANCHET, M.; BAHN, P. (ed.). **Rock art studies**: the Post-stylistic era or where do we go from here? Oxford: Oxbow Monograph, 1993. 35. Atas do Symposium A of the 2nd AURA Congress, Cairns 1992.

LORBLANCHET, M.; BAHN, P. Diez años después de la "era postestilística": dónde estamos ahora? *In:* CACHO, R.; GÁLVEZ, N. (ed.). **32 000 BP**: Una odisea en el tiempo. Reflexiones sobre la definición cronológica del arte parietal paleolítico. Santander: Universidad de Cantabria, 1999. p. 115-121.

MARTINS, G. **Arqueologia do Planalto de Maracaju**: Campo Grande. Campo Grande: [s.n.], 2003. 255 p.

MÉLARD, N. L'étude microtopograhique et la visualisation 3D dans l'analyse des gravures préhistoriques – l'exemple des pierres gravées de La Marche. **In Situ**, n. 13, 2010. Disponível em: https://journals.openedition.org/insitu/6837. Acesso em: 18 abr. 2021.

MENDONÇA DE SOUZA, A. *et al.* **Projeto Bacia do Paranã**: A fase Paranã: apontamentos sobre uma fase pré-cerâmica e de arte rupestre do planalto central. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Museu Antropológico, 1977.

MOI, F. P. *et al.* Memória e oralidade: interpretação dos grafismos rupestres entre os Aruak do Noroeste do estado de Mato Grosso, Brasil. *In:* MORALES, F.; PRADO (org.). **Cenários regionais em Arqueologia Brasileira**. São Paulo: AnaBlume ed., 2009. p. 205-237.

NEVES, W. *et al.* Rock Art at the Pleistocene/Holocene Boundary in Eastern South America. **PLoS ONE**, v. 7, n. 2, p. E32228, 2012.

PIRES, L. **Trabalho de picoteamento feito por Leonardo Moraes**. Orientador: Prof. André Prous. 1989. Relatório interno. Setor de Arqueologia do MHN-UFMG.

PROUS, A. As categorias estilísticas nos estudos de arte pré-histórica: arqueofatos ou realidades? **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**, [S. l.], p. 251-261, 1999. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revmaesupl/article/view/113472. Acesso em: 18 abr. 2021.

PROUS, A. As tentativas de datación de las obras de arte rupestre. **Boletin de la Sociedade de Arte Rupestre de Bolívia**, La Paz, v. 3, p. 19-29, 1989.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**: a pré-história e os verdadeiros colonizadores. Campo Grande: Carlini/Caniato, 2019. 880 p.

PROUS, A. Le plus ancien art rupestre du Brésil central: état de la question. *In:* CONGRES IFRAO, 2010, Tarascon. **Préhistoire et Art Sociétés**. Tarascon: Revue de La Société Préhistorique Ariège- Pyrénées, 2010/2011. v. 65-66, p. 130-131.

PROUS, A.; SEDA, P. Cronologia, Tradições e metodologia na arte rupestre do Sudeste. **Boletim do Instituto Arqueológico Brasileiro**, série Catálogo, Rio de Janeiro, v. 3, p. 177-181, 1987.

RAMOS, B. **Inscrições e tradições da América Pré-Histórica, especialmente do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939. 2 v.

EICHEL-DOLMATOFF, G. **Desana**: Simbolismo de los índios Tucano del Vaupés. Bogotá: Universidade de los Andes, Departamento de Antropologia, 1968. 216 p.

RIBEIRO, L. O acervo gráfico da Lapa do Gigante. **Arquivos do Museu de História Natural, Belo Horizonte**, v. XVII, p. 331-405, 1996/1997.

SAMPAIO, T. Inscrições lapidares indígenas no vale do rio Paraguassu. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAPHIA, 5., 1918, Bahia. **Anais [...]**. Bahia: [s.n.], 1918. v. 1, p. 6-32.

SANTOS JÚNIOR., V. **A simbologia rupestre do Rio Grande do Norte**. Mossoró: [s.n.], 2022. 354 p.

SANTOS JR., V. *et al.* Direct dating of petroglyphs in Rio Grande do Norte, Brazil. **Rock Art Research**, v. 35, p. 85-97, 2018.

SILVA, M. C. As Gravuras do Complexo Montalvânia – Vale do rio Cochá. **Arquivos do Museu de História Natural – UFMG**, Belo Horizonte, v. XVII/XVIII, p. 287-329, 1996/1997

SPIX, J. von; MARTIUS, C. F. **Viagem pelo Brasil 117-1820**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos/IHGB/INL, 1976.

VALLE, R. Arte Rupestre do Jurupari? Explorando relações iconográficas entre gravuras rupestres e o complexo mito-ritual do Jurupari no Baixo rio Negro, Amazônia. *In:* ENCUENTRO INTERNACIONAL DE ARQUEOLOGÍA AMAZÓNICA, 3., 2014, Lima. **Antes de Orellana**: Actas del 3º Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica. Lima: Actes & Mémoires de l'Institut Français d'Études Andines, 2014. p. 339-345.

VILLAÇA KLINK, L. L. Mãos e traços na parede: os baixos-relevos em um contexto de escravidão como subsídios ao estudo da trajetória, da presença e da lembrança africana, Ouro Preto/MG (séculos XVIII-XIX). **Saeculum – Revista de Historia**, v. 28, n. 49, 2023.



AS GRAVURAS RUPESTRES DA REGIÃO NORTE DO BRASIL



AS GRAVURAS RUPESTRES DO AMAPÁ

Mariana Petry Cabral[1]
Lúcio Flávio Siqueira Costa Leite[2]

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As pesquisas arqueológicas no Estado do Amapá possuem um longo histórico, iniciado no final do século XIX com expedições naturalistas (Ferreira Penna, 1879; Coudreau, 1887; Lima Guedes, 1896; Goeldi, 1905). Esse percurso se consolidou ao longo do século XX por meio de diversos estudos (por exemplo, Nimuendajú, 2004; Meggers; Evans, 1957; Hilbert, 1957; Pereira *et al.*, 1986; Machado, 1997; Guapindaia, 1997) e, mais recentemente, com a institucionalização formal da arqueologia nas últimas duas décadas, através da criação de laboratórios de pesquisa na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e no Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA). Esse processo foi também acompanhado pela fundação da Superintendência do IPHAN no Amapá, em 2009.

Nas últimas duas décadas, observou-se um florescimento das pesquisas arqueológicas no Estado, assim como a ampliação significativa do número de profissionais da área residentes no Amapá. Apesar desse avanço, que fortaleceu a relevância da arqueologia amapaense no contexto amazônico mais amplo, a atenção especializada sobre sítios com arte rupestre permanece limitada. As publicações a respeito do tema são esparsas (Lima Guedes, 1896; Meggers; Evans, 1957; Pereira, 2004, 2017; Cabral; Saldanha, Costa Leite, 2019), com referências pontuais em relatórios técnicos e outros documentos de circulação restrita (p. ex., Hilbert; Barreto, 1988; Brandt, 2010; Figueiredo; Pereira; Bezerra, 2010; Saldanha; Cabral, 2015; Souza; Penha, 2021).

1 Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Antropologia e Arqueologia, Museu de História Natural e Jardim Botânico. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: nanacabral75@gmail.com.
2 Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), Núcleo de Pesquisa Arqueológica. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Minas Gerais. Macapá, Amapá, Brasil. E-mail: luciocostaleite@gmail.com

Em um contexto de pesquisa no qual a arte rupestre tem sido pouco explorada, este capítulo busca incitar o interesse na temática, destacando o potencial de estudos no Amapá que ainda carecem de desenvolvimento. No que se refere às gravuras rupestres, nossas limitações tornam-se ainda mais evidentes, uma vez que, até o momento, há registros de apenas seis sítios arqueológicos com gravuras no estado, sendo que um deles ainda demanda descrições mais precisas. Em um artigo anterior (Cabral; Saldanha; Costa Leite, 2019), já apontávamos essas limitações e sugeríamos a realização de pesquisas mais intensivas com foco específico na arte rupestre do Amapá. No entanto, desde então, houve apenas o registro de um novo sítio, identificado no contexto de Licenciamento Ambiental (Souza; Penha, 2021), sem avanços significativos no desenvolvimento de projetos específicos sobre o tema. Para evitar a repetição de nossa publicação anterior (Cabral; Saldanha; Costa Leite, 2019), optamos por apresentar, com maior detalhamento, os sítios com gravuras e suas inserções na paisagem, além de indicar potenciais conexões com contextos arqueológicos do entorno ou já mais bem documentados.

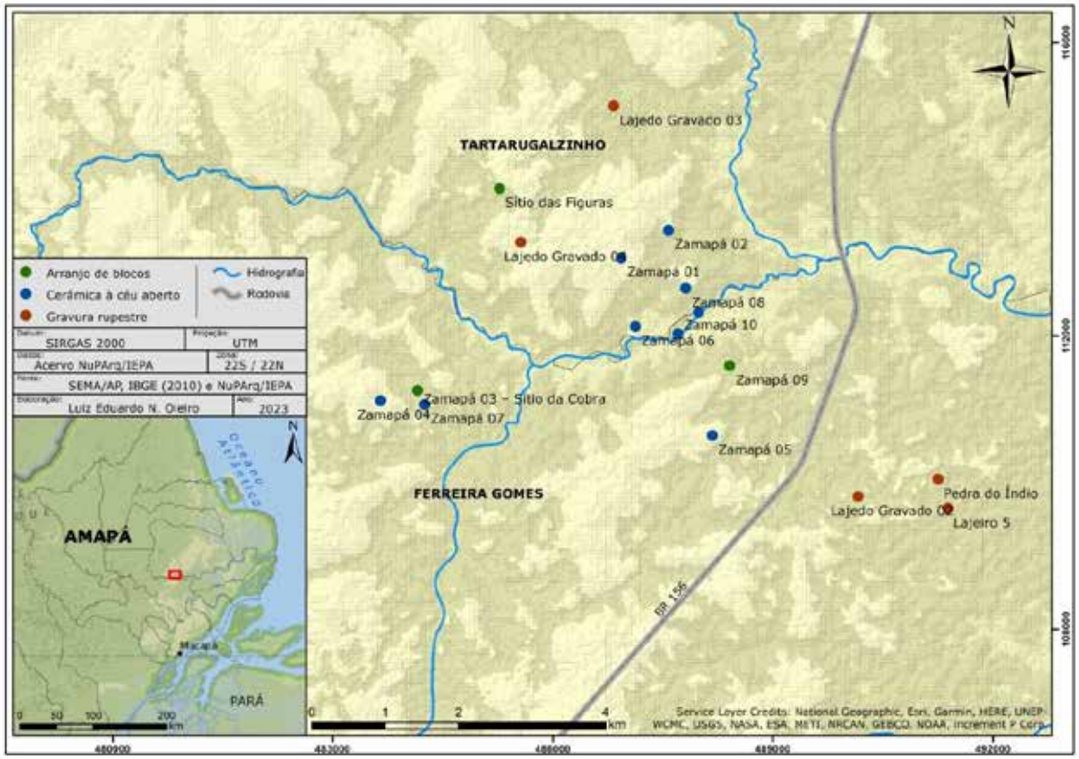
Considerando que, dos seis sítios com gravuras, cinco estão concentrados em uma pequena área na região central do Amapá, optamos por organizar este capítulo apresentando, primeiramente, esses cinco sítios e o contexto arqueológico de seu entorno. Em seguida, abordamos o sítio com menos informações, incluído aqui com o propósito de registrar sua existência, uma vez que ainda carece de descrições mais detalhadas. Ao final do capítulo, buscamos sintetizar as informações discutidas e apontar possíveis direções para pesquisas futuras.

2 CONTEXTO ARQUEOLÓGICO DA ÁREA NO ENTORNO DA PEDRA DO ÍNDIO

Na porção central do Estado do Amapá, em uma área de savanas naturais (Costa Neto, 2014), com relevo suavemente ondulado, caracterizado geomorfologicamente como Colinas do Amapá (IBGE, 2004), estão localizados cinco sítios arqueológicos com gravuras, que apontam para um contexto singular e ainda pouco explorado pela arqueologia. Esses sítios encontram-se distribuídos em uma área de aproximadamente 8 km de diâmetro, ao norte do rio Araguari e nas proximidades da rodovia BR-156 (FIGURA 1).

Embora um dos sítios, a Pedra do Índio, seja conhecido há muitos anos (Pereira, 2004), apenas recentemente foram conduzidas prospecções sistemáticas na região (Brandt Amazônia, 2010; Cabral *et al.*, 2013; Souza e Penha, 2021). Essas pesquisas estão associadas aos processos de licenciamento ambiental para a implantação de atividades minerárias, em conformidade com a legislação vigente no que se refere à identificação e à proteção do patrimônio arqueológico.

Figura 1 – Mapa de localização dos sítios arqueológicos no entorno do sítio Pedra do Índio. A distribuição dos sítios em uma área de aproximadamente 8 km de diâmetro indica um contexto que abrange diferentes tipos de ocupação. Os sítios com gravuras estão destacados em vermelho



Fonte: L. E. Oleiro/IEPA (2023).

Por meio dos estudos realizados para a elaboração do EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental) do Projeto Tracajatuba — um empreendimento voltado à exploração de ferro pela empresa Zamapá Mineração — foram identificados dois sítios com gravuras[3] no entorno do já conhecido sítio Pedra do Índio (Brandt Amazônia, 2010). Posteriormente, nossa equipe conduziu as atividades iniciais de prospecção e resgate na área do Projeto Tracajatuba, identificando mais 13 sítios arqueológicos, dentre os quais um contém gravuras. Mais recentemente, Souza e Penha (2021) registraram outro sítio com gravuras na região, consolidando o conjunto de cinco sítios rupestres que apresentamos neste estudo.

3 Outros dois sítios cerâmicos com presença de Terra Preta Arqueológica (TPA) também foram incluídos no EIA/RIMA: AP-AR-31 e AP-AR-32, ambos situados na margem do rio Araguari e identificados por outra equipe em pesquisa anterior (Eco-Tumucumaque, 2009, *apud* Brandt Amazônia, 2010). Neste texto, discutiremos apenas os sítios localizados nas áreas de savana adjacentes ao conjunto de lajedos com gravuras.

Esse conjunto, composto por 17 sítios, está distribuído em uma área de aproximadamente 8 km de diâmetro. Outros sítios arqueológicos conhecidos na região encontram-se a distâncias mínimas entre 15 e 20 km, o que possivelmente reflete mais a ausência de pesquisas sistemáticas na área do que um padrão real de distribuição dos sítios. Para a apresentação do contexto arqueológico relacionado aos sítios com gravuras, optamos por considerar esse conjunto mais próximo, ainda que haja lacunas significativas nas informações disponíveis. A seguir, apresentamos a descrição de cada um dos sítios com gravuras.

Apesar das limitações dos dados disponíveis, as pesquisas nessa pequena área do Estado do Amapá revelam uma diversidade significativa de contextos arqueológicos, que se destaca por sua falta de semelhanças com outras regiões e contextos mais bem documentados no estado. Dos 17 sítios identificados, nove são sítios cerâmicos, sendo que quatro deles também contêm material lítico lascado. Desses nove sítios cerâmicos, seis estão localizados no topo de platôs, enquanto três situam-se em áreas baixas próximas a cursos d'água. A cerâmica encontrada nesses contextos é predominantemente lisa e altamente fragmentada, o que dificulta sua associação com conjuntos já conhecidos para a região. Os sítios apresentam pacotes estratigráficos pouco espessos e com material arqueológico escasso em subsuperfície. Até o momento, não foram realizadas escavações em larga escala nesses locais.

Outro tipo de sítio arqueológico identificado nessa pequena área corresponde ao que denominamos, em estudo anterior, de Arranjos de Blocos sobre o Solo (Cabral; Saldanha; Costa Leite, 2019), caracterizados pela movimentação de blocos de rocha dispersos na paisagem, organizados diretamente sobre o solo para formar linhas e figuras. Os blocos, de tamanho médio, variando entre 20 cm e 30 cm de diâmetro, são de fácil manuseio e foram dispostos para compor diferentes padrões, o que resultou em três sítios registrados: um alinhamento de aproximadamente 100 metros de comprimento, situado em um declive e seguindo a inclinação da colina (sítio Zamapá 09); um alinhamento de cerca de 30 metros de comprimento, localizado em um platô, com uma das extremidades formando um círculo (Sítio da Cobra ou Zamapá 03); e um conjunto de arranjos composto por algumas linhas e por figuras que remetem ao antropomorfismo, sugerindo formas como cabeça, corpo, braços e pernas (Sítio das Figuras) (Cabral; Saldanha; Costa Leite, 2019).

O Sítio da Cobra foi o único escavado nessa área[4], por estar localizado em uma das primeiras zonas de exploração mineral do Projeto Tracajatuba/ Zamapá Mineração. A escavação abrangeu toda a extensão do alinhamento, com a coleta sistemática de todos os blocos e de outros fragmentos líticos, que podem corresponder a estilhas naturais. Com exceção dos dois extremos da linha, onde alguns blocos apresentavam bases enterradas a aproximadamente 10 cm de profundidade, os demais estavam dispostos rente à superfície, com mínima deposição sedimentar. Além disso, foram abertos dez poços-teste (1 m^2), que resultaram na coleta de fragmentos cerâmicos lisos e/ou erodidos, encontrados de forma esparsa na superfície ou nos primeiros centímetros do solo, sem evidência de um pacote estratigráfico bem definido. Assim como nos sítios cerâmicos da região, a cerâmica desse sítio não pôde ser associada a conjuntos tipológicos previamente conhecidos. Esse tipo de sítio arqueológico, caracterizado pela disposição de blocos diretamente sobre o solo, ainda não foi identificado em outras áreas do estado. No entanto, arranjos de blocos sobre lajedos foram documentados em outras regiões do Amapá (Hurault; Frenay; Raoux, 1963; Rostain, 1987; Mazière, 1997; Cabral; Saldanha; Costa Leite, 2019).

É nesse contexto que se insere o conjunto de sítios com gravuras. Embora não seja possível estabelecer relações diretas entre os grupos indígenas responsáveis pela produção das gravuras, dos arranjos de blocos e da cerâmica, devido à ausência de datações e estudos detalhados sobre esse conjunto

4 O projeto de resgate dos sítios arqueológicos foi interrompido em 2013, em decorrência da decisão da mineradora de suspender suas atividades.

de sítios, é relevante considerar a associação entre esses distintos tipos de evidências arqueológicas, especialmente por se tratarem de formas singulares no Estado do Amapá.

Ainda que os povos indígenas que produziram e vivenciaram esses sítios não tenham sido necessariamente os mesmos, o fato de as gravuras e os arranjos de blocos criarem marcas permanentes e visíveis em uma paisagem compartilhada sugere um interessante contexto de transformação e marcação do mundo, mesmo que por meio de técnicas e tecnologias distintas. Certamente, trata-se de uma região do Amapá com grande potencial para a continuidade e intensificação de pesquisas. Por ora, entretanto, nos ateremos à caracterização dos sítios com gravuras rupestres.

2.1 Pedra do Índio

Localizado no município de Ferreira Gomes, a aproximadamente 130 km da capital, Macapá, este sítio é amplamente conhecido pela população local e recebe visitas frequentes. Muitas vezes, é mencionado pelos habitantes da capital como um destino de visitação, embora a área não disponha de qualquer estrutura para esse tipo de atividade. Nas últimas duas décadas, temos observado a presença constante de visitantes, evidenciada por marcas de pneus sobre os lajedos, vestígios de pequenas fogueiras, acúmulo de lixo (latas, sacos plásticos, embalagens de alimentos) e interações diretas com as gravuras. O acesso ao sítio se dá por uma estrada de terra, em um trecho de aproximadamente 3,5 km a partir da Rodovia BR-156.

O sítio foi registrado pela arqueóloga Edithe Pereira, vinculada ao Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), durante uma visita à área no ano 2000. Segundo a pesquisadora, sua identificação foi feita inicialmente por técnicos do Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva, em Macapá, que comunicaram a descoberta à Superintendência do IPHAN, a qual solicitou à arqueóloga uma inspeção no local (Pereira, 2004). A autora descreveu os grafismos da Pedra do Índio como conjuntos compostos essencialmente por "grafismos puros, entre os quais destacam-se os círculos, as espirais e as cruzes" (Pereira, 2004, p. 371). Essa configuração não permitiu sua inserção na chamada "Tradição Amazônica". Já à época, a autora destacava a necessidade de ampliar as pesquisas para possibilitar comparações com outros contextos e identificar conjuntos similares.

O sítio Pedra do Índio apresenta inscrições rupestres gravadas tanto em um extenso lajedo quanto em grandes blocos rochosos (matacões). Recentemente, Kleber Souza e Anastácio Penha identificaram 97 gravuras distribuídas em 29 painéis (Souza; Penha, 2021). Do alto desses blocos rochosos, é possível obter uma vista panorâmica da paisagem ao redor (FIGURA 2). Os grafismos ocorrem tanto em superfícies horizontais quanto verticais. Embora ainda não tenham sido realizados estudos geológicos específicos sobre a Pedra do Índio e outros sítios com gravuras na região, uma consulta à geóloga Doutora Valdenira Ferreira dos Santos, especialista na área e pesquisadora do IEPA em Macapá, indicou que esses afloramentos são compostos por rochas ígneas (comunicação pessoal, 2023).

Dentre os cinco sítios com gravuras identificados nesta área, a Pedra do Índio é o maior e o único caracterizado pela associação entre um extenso lajedo e grandes blocos rochosos (FIGURA 2), os quais também servem de suporte para os grafismos. De fato, há grafismos dispersos por esses blocos, em diferentes alturas e orientações.

Figura 2 – Sítio Pedra do Índio: implantação na paisagem. Vistas gerais da área do lajedo e sua associação com os grandes blocos



Fonte: Fotografia de K. Oliveira Souza; M. Cabral/ IEPA (2021).

Figura 3 – Sítio Pedra do Índio: gravuras em espirais. Exemplos de grafismos com uso de espirais



Fonte: Fotografia do acervo IEPA (2021).

Figura 4 – Sítio Pedra do Índio: composição dos grafismos. Exemplos de grafismos presentes no lajedo ou nos blocos, evidenciando a recorrência das linhas de contorno ou repetição cadenciada de traços



Fonte: Fotografia do acervo IEPA (2021).

Os grafismos apresentam formas variadas, com ampla presença de espirais, isoladas ou integradas a composições com outros elementos gráficos (FIGURA 3). Observa-se uma recorrência no uso de linhas de contorno para delimitar figuras, o que resulta em um efeito de ampliação dos desenhos (FIGURA 4). Um efeito semelhante ocorre com a repetição cadenciada de linhas paralelas dispostas em formas sinuosas. É relevante destacar que esse estilo composicional, caracterizado pelo uso de linhas de contorno para ampliar as figuras[5], também se manifesta nos grafismos presentes em cerâmicas classificadas como Koriabo (Evans; Meggers, 1957; Rostain, 2008; Cabral, 2011; Barreto *et al.*, 2021). Esse estilo se estende das Guianas à Volta Grande do Xingu, podendo, possivelmente, alcançar até mesmo ilhas caribenhas (Barreto *et al.*, 2021).

No entanto, vale ressaltar que, no Amapá, a cerâmica Koriabo não foi identificada nessa área de savanas da planície litorânea, embora esteja presente na região de floresta ao redor do rio Araguari, a aproximadamente 20 km desses sítios (Saldanha; Cabral, 2015; Nunes Filho, 2014). Assim, torna-se

5 Grafismos produzidos atualmente por populações Kali'na, da Guiana de colonização francesa (Collomb; Tiouka, 2000), também utilizam um modo de composição semelhante, com linhas de contorno paralelas aos motivos.

pertinente aprofundar a investigação sobre as possíveis relações estilísticas entre os grafismos rupestres e a cerâmica, uma abordagem que Edithe Pereira já demonstrou ser frutífera em outros contextos da Amazônia (Pereira, 2010).

Como já relatado por Pereira (2004), a prática de riscar os grafismos e/ou esfregá-los para remover líquens ainda ocorre até os dias atuais, possivelmente como uma tentativa de tornar os desenhos mais visíveis. Além disso, há inscrições recentes gravadas superficialmente nas rochas, incluindo nomes e outras marcações. Embora essas práticas frequentemente resultem em danos aos grafismos, elas também indicam um interesse manifesto dos visitantes em interagir com o sítio.

Nesse sentido, assim como discutido por Márcia Bezerra em relação a outras formas de engajamento das pessoas com a materialidade arqueológica na Amazônia, observa-se aqui um contexto que evidencia a "fruição do passado" pelos visitantes (Bezerra, 2018). Ações preventivas, como a sinalização da área como sítio arqueológico, acompanhada de informações básicas sobre sua preservação, podem contribuir para modificar essas práticas e ampliar o conhecimento dos visitantes sobre a importância desse patrimônio cultural.

Figura 5 – Sítio Pedra do Índio: intervenções recentes. Marcas e grafismos recentes produzidas por visitantes. À esquerda, as áreas mais claras indicam o esforço de limpar os grafismos experimentado por visitantes



Fonte: Fotografia de M. Cabral/IEPA (2021).

2.2 Lajedo Gravado 2

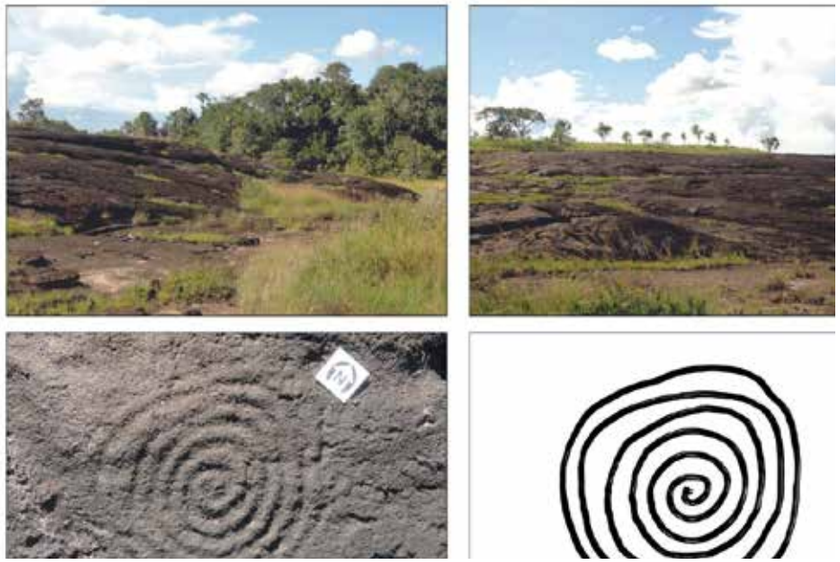
A aproximadamente um quilômetro a oeste da Pedra do Índio, situa-se o sítio Lajedo Gravado 2, também localizado no município de Ferreira Gomes. Esse sítio foi registrado durante a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para o Projeto Tracajatuba (Brandt Amazônia, 2010). A numeração presente em seu nome indica sua inserção em um conjunto de sítios com gravuras na região, sendo que o número 1 corresponde ao sítio Pedra do Índio. Os demais sítios — Lajedo Gravado 3, Lajedo Gravado 4 e Lajeiro 5 — serão apresentados a seguir.

Nossa equipe teve a oportunidade de visitar os sítios Pedra do Índio, Lajedo Gravado 2, Lajedo Gravado 3 e Lajedo Gravado 4 durante as atividades de prospecção e resgate arqueológico realizadas na área do Projeto Tracajatuba, entre 2011 e 2013 [6] (Cabral *et al.* 2013). Nenhum desses sítios com gravuras estava localizado em área de impacto direto do empreendimento (Brandt Amazônia, 2010; Cabral *et al.*, 2013). No entanto, o registro recente do sítio Lajeiro 5 indica sua localização em uma Área de Impacto Direto de um novo empreendimento minerário (Souza; Penha, 2021), situado a apenas 300 metros da Pedra do Índio, evidenciando um cenário crítico de impacto sobre sítios ainda pouco estudados.

Os sítios com gravuras dessa região foram produzidos sobre o mesmo tipo de embasamento rochoso, embora apresentem distintas configurações na superfície. Enquanto a Pedra do Índio é caracterizada por grandes blocos que formam um relevo proeminente na paisagem, no sítio Lajedo Gravado 2 a rocha aflora em dois extensos lajedos, cada um com aproximadamente 50 m², situados em uma área de declive que adentra uma depressão na paisagem, sem proporcionar vistas amplas do entorno.

Os motivos grafados incluem espirais e cruzes, frequentemente acompanhadas por linhas de contorno. Esses grafismos se repetem nos cinco sítios do conjunto — Pedra do Índio, Lajedo Gravado 2, Lajedo Gravado 3, Lajedo Gravado 4 e Lajeiro 5 — evidenciando uma forte coerência estilística e características distintivas.

Figura 6 – Sítio Lajedo Gravado 02: inserção na paisagem e detalhe de um dos grafismos



Fonte: Fotografia do acervo IEPA; ilustração de L. Costa Leite (2018).

6 Atividades de prospecção e resgate autorizadas pelo IPHAN. Processo 01492.000144/2010-14, a partir das Portarias Nº18 (30 de maio de 2011) e Nº 46 (30 de setembro de 2013).

2.3 Lajedo Gravado 3

O sítio Lajedo Gravado 3 está situado a aproximadamente 7 km em linha reta da Pedra do Índio e a cerca de 6 km do sítio Lajedo Gravado 2, na direção noroeste, já no município de Tartarugalzinho. Sua identificação e registro ocorreram durante a elaboração do EIA/RIMA do Projeto Tracajatuba (Brandt Amazônia, 2010), com visitas subsequentes de nossa equipe no contexto das prospecções realizadas na área.

Sua implantação na paisagem apresenta certas semelhanças com o sítio Pedra do Índio, uma vez que ambos ocupam áreas elevadas e aplainadas, com declive suave, o que confere ampla visibilidade do entorno. Outro paralelo entre os dois sítios é a ocorrência de grandes blocos rochosos, embora, no caso em questão, esses elementos estejam dispostos no perímetro do sítio e não exibam indícios claros de grafismos. No presente local, os registros rupestres concentram-se em dois extensos lajedos, distanciados aproximadamente 20 metros entre si. Conforme as estimativas registradas no EIA/RIMA (Brand Amazônia, 2010), as superfícies gravadas abrangem cerca de 50 m² e 100 m², respectivamente.

Os desenhos seguem o estilo presente nos dois sítios já descritos, com espirais e outras composições com volutas e linhas encaixadas/paralelas, criando o efeito de propagação e alargamento da imagem já apontado mais acima. Nota-se em algumas partes do afloramento que o destacamento natural da rocha impactou alguns desenhos, quebrando fragmentos do suporte. Esse destacamento também pode ser agravado por conta de aspectos relacionados ao clima e ao regime de fogo característico do bioma da região.

Figura 7 – Sítio Lajedo Gravado 3: vista geral do sítio e detalhe de grafismos



Fonte: Fotografia de M. Cabral/IEPA; ilustração de L. Costa Leite (2018).

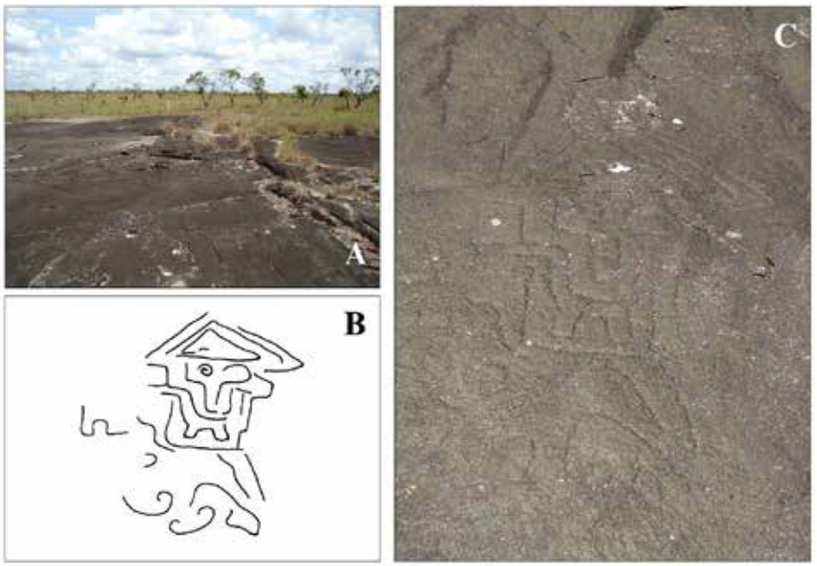
2.4 Lajedo Gravado 4

Também situado no município de Tartarugalzinho, este sítio arqueológico localiza-se aproximadamente 2 km a sudoeste do Lajedo Gravado 3 e a mais de 6 km de distância do sítio Pedra do Índio. Seu registro e identificação foram efetuados pela equipe responsável durante as atividades de prospecção arqueológica vinculadas à implantação do empreendimento minerário (Cabral *et al.*, 2013).

O lajedo apresenta aproximadamente 100 m² de área total, situando-se em uma depressão topográfica que o mantém circundado por elevações, resultando em baixa visibilidade do entorno. Essa configuração assemelha-se à do sítio Lajedo Gravado 2, diferenciando-se, contudo, pela disposição horizontal da superfície rochosa – plana no presente caso, em contraste com a característica declivosa do Lajedo Gravado 2. Adicionalmente, enquanto o Lajedo Gravado 4 está implantado em uma posição topograficamente elevada na paisagem, o Lajedo Gravado 2 localiza-se em uma cota altimétrica inferior.

Ainda que não tenha sido realizada uma atividade sistemática de mapeamento, nossa equipe registrou pelo menos sete conjuntos de grafismos, compostos por padrões similares aos encontrados nos sítios anteriormente descritos. Além das espirais e cruzes já documentadas, foram observados também triângulos e outras composições geométricas, mantendo a recorrência característica de linhas paralelas e contornos que ampliam as figuras.

Figura 8 – Sítio Lajedo Gravado 4: vista geral e detalhe de gravura com grafismos triangulares



Fonte: Fotografia do acervo IEPA; ilustração de L. Costa Leite (2018).

2.5 Sítio Lajeiro 5

O sítio Lajeiro 5 foi identificado mais recentemente durante atividades de licenciamento ambiental para um novo empreendimento minerário (Souza e Penha, 2021). Kleber de Oliveira Souza e Anastácio Penha registraram este novo sítio arqueológico através das atividades de prospecção e avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico. Ao percorrerem a área no entorno do sítio Pedra do Índio, inserido na Área Diretamente Afetada (ADA) do empreendimento, identificaram outro lajedo contendo gravuras, o qual foi registrado como Lajeiro 5 (Souza; Penha, 2021) e também inserido na ADA do empreendimento.

A partir das imagens disponíveis, observa-se que o sítio Lajeiro 5 está situado em uma área com baixa visibilidade do entorno, característica similar à dos sítios Lajedo 2 e Lajedo 4. Souza e Penha (2021) registraram a presença de um painel contendo três gravuras rupestres: uma cruz e duas espirais. Conforme o levantamento, foram realizados calques dessas gravuras, cujos resultados ainda não se encontram publicados.

Figura 9 – Sítio Lajeiro 5: vista geral do sítio e vista aérea do procedimento de registro das gravuras, com detalhamento das gravuras em destaque



Fonte: Fotografia de K. Oliveira Souza; ilustração de L. Costa Leite (2018).

2.6 Notícia de outro sítio com gravuras no Amapá

Como já apontamos (Cabral; Saldanha; Costa Leite, 2019), há registros da existência de, pelo menos, um outro sítio de gravuras rupestres que ainda não foi cadastrado no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN. As informações provêm de conhecedores indígenas da região do Oiapoque e referem-se a um local situado nas proximidades de uma aldeia da Terra Indígena Uaçá, próxima à Rodovia BR-156.

Fotografias registradas durante a visita de uma turma de estudantes da Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) evidenciam gravuras rupestres esculpidas sobre blocos de rocha com pelo menos 50 cm de largura. As imagens mostram gravuras localizadas nas laterais dos blocos, com formas que remetem a figuras antropomorfas, um estilo que se distingue significativamente dos sítios situados na região da Volta da Pedra do Índio.

Vale ressaltar que há uma categoria classificatória para a arte rupestre da Amazônia, denominada Tradição Amazônica, cuja característica distintiva é a presença de figuras interpretadas como antropomorfas (Gaspar, 2003). Esse aspecto poderia subsidiar comparações caso esse sítio fosse devidamente estudado.

Outro ponto a ser considerado é que, aproximadamente 100 km ao norte da área onde esse sítio está localizado, já em território da Guiana Francesa, encontra-se o sítio de Montagne d'Argent, que apresenta um conjunto diversificado e expressivo de figuras gravadas sobre blocos rochosos, algumas das quais possuem características antropomorfas (Visigalli; Sarge, 2011).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomarmos a análise da arte rupestre no estado do Amapá, com foco específico em sítios com gravuras, tivemos a oportunidade de revisar informações ainda restritas a relatórios de circulação limitada. Nesse contexto, este artigo contribui para ampliar o acesso a esses dados e destacar a relevância, ainda pouco explorada, dos estudos sobre arte rupestre no estado do Amapá.

O conjunto de sítios arqueológicos no entorno da Pedra do Índio, localizado na região central do estado do Amapá, caracteriza-se por uma cobertura vegetal de savanas e relevos de colinas suaves, compondo um contexto arqueológico de grande interesse que ainda carece de estudos sistemáticos. Em uma área de aproximadamente 8 km de raio, encontram-se sítios com gravuras em lajedos ou grandes blocos, sítios cerâmicos e lito-cerâmicos a céu aberto, além de sítios com arranjos de blocos sobre o solo, representando mais uma expressão de arte rupestre (Cabral; Saldanha; Costa Leite, 2019). Os grafismos gravados apresentam padrões recorrentes nos cinco sítios conhecidos, com a presença frequente de espirais, cruzes e linhas paralelas cadenciadas, em formatos sinuosos. Observa-se ainda uma estratégia gráfica recorrente de contorno das figuras, associada a diferentes formas. Estratégia semelhante pode ser identificada na cerâmica Koriabo, encontrada em sítios localizados em áreas florestadas do Amapá (Cabral, 2011; Barreto *et al.*, 2020).

A possibilidade de conexão entre esses contextos merece investigação mais aprofundada, especialmente considerando a proximidade entre sítios com cerâmica Koriabo e a área dos sítios com gravuras. Essa proximidade é evidenciada, por exemplo, por sítios identificados durante atividades de licenciamento ambiental de duas usinas hidrelétricas no rio Araguari, situados a aproximadamente 20 km a sudoeste da área das gravuras (Nunes Filho, 2014; Saldanha; Cabral, 2015).

Outro aspecto relevante a ser destacado, diretamente relacionado ao potencial de pesquisa dos sítios com gravuras apresentados neste estudo, é o ainda precário registro disponível dessas áreas. A ausência de estudos sistemáticos evidencia a fragilidade das informações atualmente acessíveis. Durante a organização deste texto, constatamos a escassez de fotografias e a limitação das descrições existentes.

Nesse sentido, o recente trabalho de Souza e Penha (2021), que quantificou as gravuras da Pedra do Índio e realizou calques e outros registros sistemáticos, representa um avanço significativo para o enriquecimento dos acervos sobre esses sítios. Esse esforço torna-se ainda mais relevante diante do risco iminente que tais sítios enfrentam devido ao crescente interesse minerário na região. Essa ameaça se reflete no fato de que as pesquisas arqueológicas recentes na área estão majoritariamente vinculadas a estudos de licenciamento ambiental para empreendimentos minerários.

Também é importante destacar a presença de gravuras em blocos na região norte do estado, em terras indígenas no município de Oiapoque. As informações disponíveis sobre um único sítio indicam a existência de um estilo diverso de grafismos, com formas que remetem a feições humanas e apresentam semelhanças com grafismos encontrados em cerâmicas, particularmente aquelas associadas à Fase Aristé (Cabral; Saldanha, 2011; Rostain, 2011).

Pesquisas conduzidas em colaboração com os povos indígenas do Oiapoque representam um caminho promissor de investigação, com potencial significativo para o fortalecimento local dos conhecimentos sobre os sítios arqueológicos. Nesse sentido, a Licenciatura Intercultural Indígena, oferecida pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), pode desempenhar um papel fundamental nesse processo. Experiências anteriores na região do Oiapoque reforçam o potencial dessa abordagem (Green; Green; Neves, 2003; Silva, 2023).

Ainda que as pesquisas com foco sobre a arte rupestre no Estado do Amapá sigam pouco desenvolvidas, este artigo aponta o forte potencial que estudos nessa linha oferecem. Ampliar os registros dos sítios conhecidos, produzindo informações mais detalhadas e precisas, é uma etapa importante que devemos encarar urgentemente.

REFERÊNCIAS

BARRETO, B. S. Understanding Jari and Koriabo ceramics from Southern Amapá. *In:* BARRETO, C; LIMA, H. P.; ROSTAIN, S.; HOFMAN, C. (org.). **Koriabo**: from the Caribbean sea to the Amazon River. Belém; Leiden: MPEG; Leiden University, p. 121-144, 2020.

BARRETO, C.; HOFMAN, C.; LIMA, H. P.; ROSTAIN, S. (Ed.). **Archaeological ceramics from the Amazon**: Koriabo, from the Caribbean Sea to the Amazon River. Belém; Leiden: MPEG; Leiden University, 2021.

BEZERRA, M. Com os cacos no bolso: o colecionamento de artefatos arqueológicos na Amazônia brasileira. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, v. 38, p. 85-99, 2018.

BRANDT AMAZÔNIA. **Zamapá Mineração S/A** – Estudo de Impacto Ambiental – Projeto Tracajatuba – v. 1. Belém: Brandt Meio Ambiente Amazônia LTDA, 2010.

CABRAL, M. P.; SALDANHA, J. D. M. Du corps à la céramique: un regard sur les objets funéraires Aristé. *In:* THYS, M. (Ed.). **Índios no Brasil**. Bruxelles; Anvers: Europalia International; Ludion, p. 135-136, 2011.

CABRAL, M. P.; SALDANHA, J. D. M.; LEITE, L. F. C. Um breve panorama sobre a arte rupestre no Amapá. **Habitus** – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 425-448, 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.18224/hab.v16i2.6334. Acesso em: 20 ago 2023.

CABRAL, M. P. *et al.* **Programa de Levantamento e Resgate Arqueológico da Zamapá Mineração S.A., Municípios de Tartarugalzinho e Ferreira Gomes, AP** – Relatório Final Prospecção. Macapá: IEPA, 2013. 144 p.

COLLOMB, G.; TIOUKA, F. **Na'na Kali'na** – une histoire des Kali'na en Guyane. Paris: Ibis Rouge, 2000.

COSTA NETO, S. V. **Fitofisionomia e florística de savanas no Amapá**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2014.

COUDREAU, H. **La France Équinoxiale**: Voyage a travers les Guaynes et l'Amazonie. Paris: Challamel Ainé Éditeur, 1887.

EVANS, C.; MEGGERS, B. J. Archaeological Investigations in British Guyana. **Bulletin of the Bureau of American Ethnology**. Washington: Smithsonian Institutio, n. 177, p. 1-418, 1957.

FERREIRA PENNA, D. S. Urnas do Maracá. **Archivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 69-71, 1879.

FIGUEIREDO, S.; PEREIRA, E.; BEZERRA, M. **Projeto Básico e Especificações Técnicas para Elaboração de Projetos de Socialização de Sítios Arqueológicos na Amazônia**: Musealização, Educação e Turismo. Parte 2 – Maracá. Belém: UFPA/MPEG/IPHAN, 2010.

GASPAR, M. **Arte rupestre no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 84 p.

GOELDI, E. Excavações Archeologicas em 1895. 1ª parte: As Cavernas funerarias artificiaes dos indios hoje extinctos no rio Cunany (Goanany) e sua ceramica. **Memórias do Museu Goeldi**, p. 1-45, 1905.

GREEN, L.; GREEN, D. R.; NEVES, E. G. Indigenous knowledge and archaeological science: the challenges of public archaeology in the Reserva Uaça. **Journal of Social Archaeology**, Reino Unido, v. 3, n. 3, p. 365-39, 2003.

GUAPINDAIA, V. O potencial arqueológico da região do Rio Maracá/Igarapé do Lago (AP). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, Brasília, v. 13, n. 1, p. 67-102, 1997.

HILBERT, K. P.; BARRETO, M. V. Relatório de viagem do projeto arqueológico de levantamento de sítios pré-cerâmicos no rio Maracá-AP. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Antropologia, Brasília, v. 4, n. 1, p. 1-45, 1988.

HILBERT, P. P. Contribuição à arqueologia do Amapá: Fase Aristé. **Boletim do MPEG Antropologia**, Belém, 1957. p. 1-37.
HURAULT, J.; FRENAY, P.; RAOUX, Y. Petroglyphes et assemblages de pierres dans le sud-est de la Guyane Française. **Journal de la Société des Américanistes**, Paris, v. 52, p. 157-166, 1963.
LIMA GUEDES, A. P. Relatório sobre uma missão ethnographica e archeologica aos rios Maracá e Anauerápucu (Guyana Brazileira). **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, Belém, v. 10, Tomo I, p. 42-54, 1896.
MACHADO, A. L. **Relatório**: Salvamento arqueológico no Campus Universitário da Universidade Federal do Amapá/UNIFAP. Macapá, FUNDECAP/MHJCS/MPEG. 1997.
MAZIÈRE, M. L'art rupestre amérindien de Guyane. *In:* MAZIÈRE, G. **L'archéologie en Guyane**. Cayenne: APPAAG, p. 101-130, 1997.
NIMUENDAJÚ, C. **In Pursuit of a Past Amazon**. Goteborg: Ethnological Studies, 2004.
NUNES FILHO, E. P. **Relatório final**: Projeto de salvamento arqueológico da área da Hidrelétrica Ferreira Gomes, município de Ferreira Gomes – AP. Macapá: CEPAP; ECOARUÃ, 2014.
PEREIRA, E. S. Três sítios com arte rupestre no Amapá, Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, Belém, v. 14, p. 367-377, 2004.
PEREIRA, E. Arte rupestre e cultura material na Amazônia Brasileira. *In:* PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V (ed.). **Arqueologia Amazônica**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, p. 261-283, 2010.
PEREIRA, E.; KERN, D. C.; VERÍSSIMO, C. U. Nota sobre o salvamento arqueológico do sítio AP-MA-03: Pacoval, Macapá, AP. **Arqueologia (CEPA-UFPR)**, Curitiba, v. 5, p. 55–67, 1986.
PEREIRA, E. Maravillas impresas en piedras: el arte rupestre de la Amazonía. *In:* ROSTAIN, S.; BETANCOURT, C. J. (org.). **Las siete maravillas de Amazonía precolombina**. Bonn: Institut für Archäologie und Kulturanthropologie, Universität Bonn, p. 152–183, 2017.
ROSTAIN, S. Que hay de nuevo al norte. Apuntes sobre el Ariste. **Revista de Arqueologia da SAB**, Minas Gerais, v. 24, n. 1, p. 10-31, 2011.
ROSTAIN, S. Roche gravées et assemblées de pierres en Guyane française. **Equinoxe Publishing Ltd.**, Reino Unido, n. 24, p. 29–69, 1987.
ROSTAIN, S. The Archaeology of the Guianas: An Overview. *In:* SILVERMAN, H.; ISBELL, W. H. (Ed.). **Handbook of South American Archaeology**. New York, Springer, 2008. p. 279-302.
SALDANHA, J. D. M.; CABRAL, M. P. **Relatório Final de Campo dos Resgates Arqueológicos dos Sítios Registrados no Canteiro de Obras e Reservatório da UHE Cachoeira Caldeirão, AP**. Macapá: IEPA, 2015.
SILVA, M. B. **Uma História De Longa Duração Na Terra Indígena Uaçá**: Arqueologia, Paisagem e Memória na Costa Atlântica do Amapá. 2023. Tese (Doutorado em Arqueologia) Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo – MAE/USP, São Paulo, 2023.
SOUZA, K. de O.; PENHA, A. **Relatório de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico da área do empreendimento Pedreira Santa Bárbara III, município de Ferreira Gomes/AP**. Macapá: Arqueologia Amapá, Consultoria Científica, 2021. 71 p.
VISIGALLI, E. B.; SARGE, K. **La Montagne d'Argent**. Paris: Ibis Rouge, 2011.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o convite de André Prous e Valdeci dos Santos Júnior para compor este texto, que nos instigou a retomar o tema dos grafismos rupestres. A Kleber de Oliveira Souza, agradecemos pela disponibilidade em compartilhar informações inéditas e ceder fotografias sobre o sítio Lajeiro 5. Para Mariana P. Cabral, a redação deste texto ocorreu durante seu afastamento regular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na modalidade de Professora Visitante Júnior na Brown University (EUA), como bolsista do Programa Institucional de Internacionalização da CAPES (CAPES/PrInt). Assim, este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. A autora é também Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



NOTAS PARA UMA HISTÓRIA DAS PESQUISAS EM PETRÓGLIFOS NO AMAZONAS

Samuel Luzeiro Lucena de Medeiros[7]
Flávia de Oliveira Fernandes[8]
Cícero Alves Rodrigues[9]

1 INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Falar de arte rupestre quase sempre remete aos ricamente decorados painéis rochosos de Chauvet ou Lascaux, às famosas "cenas ritualísticas de caça", como as definiu Henri Breuil (2006). Quando não, evocam-se referências que abrangem até mesmo produções hollywoodianas, como as marcações pré-históricas positivas das palmas de mãos desconhecidas, destacando-se na superfície de abrigos e painéis rochosos, em tons terrosos. Aqueles mais familiarizados com o passado brasileiro, por vezes, recordar-se-ão das pinturas rupestres do Planalto Central ou do Nordeste.

Quando não suscita imagens de pinturas, a arte rupestre remete às gravações mecânicas em material rochoso, como as formas espiraladas amplamente conhecidas nas ilhas britânicas ou as "formas humanas" encontradas nos paredões das planícies desérticas dos Estados Unidos.

Se o referencial for brasileiro, é difícil não recordar a lendária e polêmica Pedra da Gávea, na Floresta da Tijuca, cujo "código" foi alvo de inúmeras tentativas de deciframento — todas sem sucesso. Afinal, como isso seria possível, se nem mesmo os fenícios foram responsáveis por tais gravuras rupestres? Ou, ainda, as enigmáticas "pegadas" de São Tomé, mencionadas desde o século XVI em diversas regiões das antigas colônias, como cita Cavalcante (2008)?

7 Doutorando em História pela Universidade Federal do Amazonas (PPGH/UFAM). Pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (NIPAAM), grupo vinculado ao CNPq, e do projeto PROCAD Amazônia (2019–2023). Arqueólogo do Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza, vinculado à Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas (SEC/AM). E-mail: samuelmedeiroscomp@gmail.com.
8 Mestra em Ciências Humanas pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (NIPAAM). E-mail: flavia.fernandes_@hotmail.com.
9 Graduado em Geografia e Arqueologia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: ciceroalrod@hotmail.com.

Todas essas referências simples e amplamente difundidas sobre os registros rupestres ainda não abarcam a diversidade e especificidade com que essas manifestações se apresentam. Funari (1994) observa que, mesmo considerando o longo período de amadurecimento desse campo de estudos, que possibilitou a consolidação de suas contribuições e a divulgação de resultados, grande parte desse conhecimento ainda não alcançou os grupos fora do meio acadêmico. Não surpreende, portanto, que, mesmo entre pesquisadores da área, ainda haja uma troca limitada de conhecimentos gerados a partir de suas pesquisas.

Essa dinâmica sociointelectual abre espaço para divagações muitas vezes desconectadas da realidade, fazendo com que a noção de "arte rupestre" ou "desenhos rupestres" adquira interpretações distorcidas. Quando não amplamente reconhecidos apenas nas terras distantes do "Velho Continente", esses registros acabam tendo sua presença em território brasileiro destacada apenas em circunstâncias específicas, como quando há o envolvimento de instituições de renome (culturais ou acadêmicas), teorias conspiracionistas — muitas vezes permeadas por narrativas de interferências alienígenas — ou tristes notícias de destruição.

Além desses fatores, as predileções e omissões do meio acadêmico também exercem influência, levando à valorização de determinados vestígios em detrimento de outros. Le Goff (1984) já apontava que perturbações na memória — aqui, a memória científica — podem acarretar consequências negativas que transcendem a esfera individual e afetam a coletividade, resultando em verdadeiros apagamentos. Ainda que não dos vestígios em si, esses apagamentos comprometem o arcabouço mnemônico acadêmico.

Destacamos, para introduzir nossa discussão, dois níveis de esquecimento relacionados ao estudo da arte rupestre que pretendemos dirimir: o classificatório/compartimentador e o geográfico. O primeiro busca responder a uma demanda teórico-epistemológica inerente à vida humana e que, conforme Foucault (1999), passou a orientar o pensamento nas Ciências Humanas, incluindo a Arqueologia: identificar, definir, nomear e organizar as coisas. Como ciência em constituição no século XIX, a Arqueologia promoveu uma divisão lógica dos vestígios denominados "rupestres" — ou seja, aqueles encontrados sobre as rochas — em duas macrocategorias: pinturas e gravuras.

Enquanto primeiro vestígio a ser considerado seriamente para estudo acadêmico, mas ainda com receios quanto à veracidade de sua antiguidade, as pinturas rupestres se tornaram mais conhecidas a partir de Altamira na Espanha, e passaram a ser identificadas ao redor de todo o mundo. Sua primazia então parece ter se instalado, ao menos no que considera a sua divulgação a um público mais geral, mas que também se nota no número de publicações científicas a seu respeito.

As gravuras rupestres, embora conhecidas desde a Antiguidade, tiveram um percurso relativamente mais lento no despertar do interesse científico. Seja pelo baixo contraste visual em relação à paisagem ou pela quase ausência de vestígios orgânicos que possibilitassem conexões com as chamadas "ciências auxiliares", por muito tempo poucos estudos lhes conferiram o devido destaque. Alguns exemplares podem ser observados desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX[10]. Sem estabelecer juízos de valor entre uma e outra abordagem, é necessário reconhecer que a cate-

10 No Brasil, pode-se citar o curioso caso da Pedra da Gávea – detalhado nos próximos tópicos –, com estudos realizados em 1839 por Barbosa e Porto Alegre (Relatório sobre a inscrição da Gávea. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 1, 1839, p. 86–91), e retomado quase um século mais tarde por Bernardo Ramos (Inscripções e tradições da América pré-histórica, especialmente do Brasil, v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930–1939).

goria das gravuras rupestres, tecnicamente denominadas petróglifos, exige dos pesquisadores um esforço maior tanto em número e aprofundamento de estudos quanto na sistematização e divulgação dos dados obtidos. Propomos, assim, o resgate da atenção para essa unidade categórica nos estudos arqueológicos, em consonância com um dos objetivos deste livro. No entanto, não deixamos de enfatizar o outro nível de esquecimento mencionado, relativo às diferenças geográficas, especialmente no território brasileiro.

Dentre as unidades administrativas já estabelecidas quando do início das pesquisas arqueológicas consideradas propriamente "científicas" em gravuras rupestres, o Estado do Amazonas foi uma das que menos recebeu quem se interessasse formalmente a estudá-las em seu território. Mais adiante destacamos as pesquisas realizadas, e notar-se-á que o conhecimento de sua existência, para aqueles "de fora", se daria apenas muito mais tarde. Antes, cabe destacar as iniciativas que deixam-nos ver o impacto que os fatores geográficos tiveram sobre o histórico de pesquisas, publicações e divulgação de sítios rupestres identificados no Amazonas.

Uma das primeiras grandes pesquisas que perpassaram pelas gravuras rupestres — ainda que não fossem seu foco principal —, com suficientes recursos humanos e financeiros, ocorreu sob a liderança de uma das figuras mais importantes para o desenvolvimento da arqueologia acadêmica e disciplinar no Brasil. Trazida por intermédio de Paulo Duarte, a arqueóloga Annette Laming-Emperaire, com seu esposo Joseph Emperaire, foi responsável pelas primeiras grandes pesquisas em arte rupestre, especialmente na região de Minas Gerais (Funari, 1994). Incorporando as contribuições acerca da pré-história desenvolvidas por Leroi-Gourhan, Laming-Emperaire liderou a Missão Arqueológica Franco-Brasileira na década de 1970. A década anterior representou o auge — por muito tempo inalcançável — da produção científica sobre arte rupestre no Brasil e na América do Sul, incluindo as gravuras, com a publicação de, pelo menos, três estudos de Laming-Emperaire[11]. Uma de suas propostas era abordar os registros rupestres para além do olhar "artístico", como manifestação puramente estética, considerando-os parte integrante de discursos — um viés muito presente no pensamento francês de sua época. De acordo com Santos (2015), foi nesse período que ela socializou com a Europa os conhecimentos referentes à arqueologia sul-americana, ocasionalmente tangenciando as gravuras rupestres.

Esses e outros trabalhos não contemplaram os grafismos rupestres do Amazonas, especialmente as gravuras, não por intenção deliberada ou má-fé. Acreditamos que as condições da época não eram favoráveis a tal abordagem, considerando que a planície amazônica, com exceção do Marajó, era vista como um espaço de ocupação humana recente e sem formas complexas de organização sociocultural. Além disso, a área de atuação dos pesquisadores franceses — e, consequentemente, suas produções acadêmicas — concentrou-se nas regiões do Brasil Central, Sul e Nordeste, incluindo os trabalhos de Niède Guidon[12].

11 Doutora em arte rupestre na França desde 1951, Laming-Emperaire publicou importantes estudos sobre vestígios arqueológicos no Brasil e na América do Sul. Entre suas principais obras destacam-se: Travaux archéologiques en Amérique du Sud (Objets et Mondes, n. 2, Paris: Musée de l'Homme, 1962); La signification de l'art rupestre paléolithique (Paris: A. & J. Picard, 1962); e o capítulo Amérique, incluído em Leroi-Gourhan, André. La Préhistoire (Paris: Presses Universitaires de France, coleção Nouvelle Bibliothèque Scientifique, 1965), posteriormente atualizado e publicado em português em 1981.

12 PIVETTA, M. NIÈDE, G. **Revista Pesquisa FAPESP** – Revolução Genômica, São Paulo, abril 2008. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/niede-guidon/. Acesso em 28 de abril de 2025.

Contudo, não foram apenas as limitações geoespaciais brasileiras — decorrentes de suas dimensões continentais e da variação de biomas — que dificultaram a identificação das gravuras rupestres no Amazonas. Mais determinante, à época, foi a barreira imposta pelo acesso restrito a notícias e documentação sobre sua presença, o que fez com que esses registros ressurgissem apenas nas décadas de 1970 e 1980 (Simões, 1981). Assim, é compreensível que os petróglifos em território amazonense tenham se tornado mais amplamente conhecidos a partir da década de 1990, com o crescimento das publicações a seu respeito (Pereira, 2010).

Mesmo com o boom das pesquisas arqueológicas na região da Bacia Amazônica, impulsionado pelas atividades do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA) na segunda metade da década de 1970, e considerando-se as incipientes, mas importantes, investidas de pesquisadores desde a década de 1950, como Betty Meggers e Clifford Evans (1957); Peter Paul Hilbert (1957), Mario Ferreira Simões (1974), entre outros, os vestígios rupestres foram deixados de lado em detrimento da cerâmica arqueológica, ficando "à margem".

Na realidade, apenas dois sítios rupestres foram registrados nesse período, no Baixo Xingu e no Médio Urubu. No entanto, como destacou Pereira (2009), a ausência desses vestígios nos registros arqueológicos não significava necessariamente sua inexistência, mas refletia uma discrepância que poderia começar a ser corrigida por meio da consulta aos relatos de antigos cronistas que percorreram a região.

Almejando esse objetivo — preencher as lacunas que se seguiram ao longo da trajetória das pesquisas sobre petróglifos no Amazonas —, apresentamos adiante os dados atualmente disponíveis, que nos permitem vislumbrar o histórico de contatos com essa categoria de vestígios desde os primórdios colonial e imperial, inicialmente como curiosidade, até o momento de abordagens metodologicamente "científicas" e "modernas", na transição dos séculos XIX e XX.

2 AS GRAVURAS RUPESTRES NO VALE DO AMAZONAS: PRIMEIROS REGISTROS

Com base no Jornal do Commercio (1971), na década de 1970 ainda se lutava pelo reconhecimento, mais geral do que acadêmico, da antiguidade dos registros rupestres encontrados no território brasileiro, então considerados vestígios muito recentes, atribuídos a populações indígenas contemporâneas. No entanto, desde os primeiros séculos da colonização, esses registros já eram notados e interpretados como obras de pessoas que viveram em um passado distante — um passado que, no futuro, se tornaria objeto de estudo da arqueologia.

Entre os séculos XVI e XVII, os relatos cronísticos baseados em viagens pela região amazônica nos permitem perceber, se não a clara menção a qualquer tipo de registro rupestre, ao menos a constante presença de aglomerados rochosos, chamados de "pedrais" ou simplesmente "pedras". Ao passar pelo rio Negro, no final da década de 1630, o padre Cristóbal de Acuña (1941, p. 251) registrou que o rio possuía "pedra muito boa, abundante […]" e que sua foz era especialmente adequada para a construção de uma fortaleza, pois dispunha de "muita pedra" para a fabricação. Da mesma forma, um conjunto de ferramentas e instrumentos de pedra foi mencionado — entre eles os "machados"[13] — o que nos leva a subentender

13 Ferramentas semelhantes também são mencionadas no relato de Maurício de Heriarte (1662), ao descrever sua passagem pelo rio Solimões. Cf.: Descripção do Estado

a existência e a utilização das chamadas "oficinas líticas", hoje amplamente identificadas na região.

É, todavia, apenas com os relatos do padre João Daniel, escritos entre 1757 e 1776, que se começa a observar um maior detalhamento descritivo e indicações mais sugestivas de registros rupestres na região que viria a se tornar parte da administração do Amazonas. Ele menciona ter ouvido falar de um determinado lago, localizado na banca Norte do Amazonas, que transformaria índios em estátuas de pedra. Isso se deveria ao fato de, nas margens daquele lago, encontrarem-se diversas estátuas que lembravam corpos humanos petrefactos.

Seria essa uma referência distante ao que hoje entendemos por petróglifos? Certo é que, adiante, o autor faz uma clara menção a vestígios também notados por viajantes posteriores na região próxima ao rio Urubu: "nas margens do Amazonas […], entre Pauxiz e a foz do rio Madeira, chamada na língua dos índios naturais *ita coatiará*, que quer dizer 'pedra pintada ou debuxada' [sic]" (Daniel, 1975, p. 61). Ali, encontrar-se-iam várias figuras gravadas e pintadas nas pedras, estando mais acima gravadas "algũas pegadas de gente".

Anos depois, em 1787, o naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira indicava a presença de uma grande quantidade de "pedra" na enseada da então Vila de Moura. Fundada como Aldeia de Santa Rita de Itarendaua (em Nheengatu, "lugar da pedra"), a localidade também fora chamada de Pedreira (Ferreira, 2007).

Na manhã do dia 29 de maio do mesmo ano, ao partir do Lugar de Airão em direção ao Fortim da Barra do rio Negro, Ferreira destacou a presença de uma ponta de pedras, peculiar por suas formas e aparência. "Pela figura de algumas das suas escavações, chamam os brancos de Igrejinhas" (Ferreira, 2007, p. 317). Seriam essas escavações interferências antrópicas, formações naturais ou um misto de ambas?

Certo é que o cronista dedicou, em sua "Participação Geral do Rio Negro", uma seção especial para tratar da "Pedraria" da região. Ele menciona a formação rochosa que se estende da foz do rio Negro até o riacho de Curiacu, em frente a Airão. Apesar de descontinuada em sua extensão, a qualidade da pedra era "[…] de um cós, e em outras partes de um saxo mais ou menos homogêneo e endurecido; mas quase todo ele, ou mineralizado de ferro visivelmente tal, ou tinto da sua ocra metálica, ou amarela, ou avermelhada" (Ferreira, 2007, p. 342). Estaria ele se referindo aos afloramentos areníticos que margeiam quase todo o rio Negro e que, hoje, sabe-se que contêm registros rupestres (*vide* tópico "Sítios e Achados")?

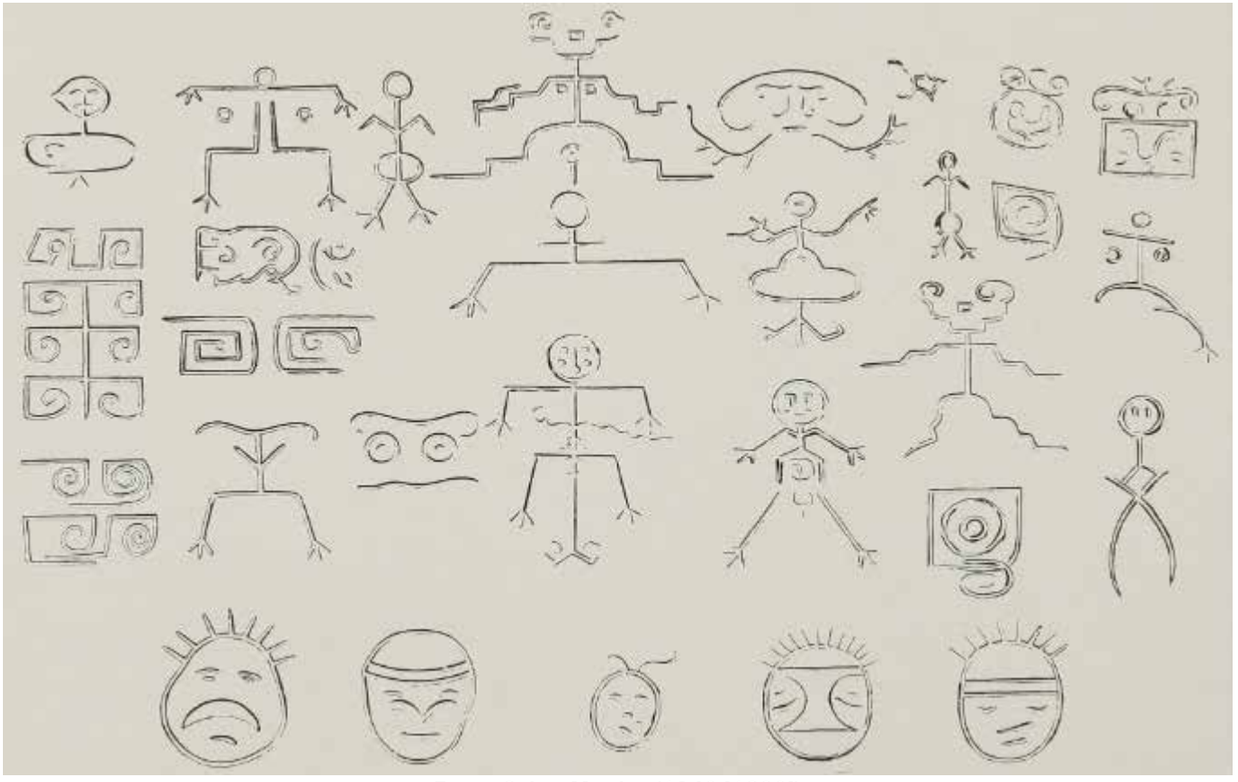
Décadas depois, os naturalistas alemães Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius registraram, em seu extenso relatório de viagem à Bacia do Amazonas, que, certo dia do ano de 1819, ao subirem o rio Solimões, notaram a repetição grafada de um determinado tema nos mais diversos suportes — entre eles, o rochoso. Segundo os viajantes, nenhum dos indígenas consultados foi capaz de explicar o significado do motivo representado. Descreveram-no da seguinte forma: "É uma espiral de mais ou menos curvas dentro de um quadrado, e ligada a um dos lados do mesmo" (Spix e Martius, 2017, p. 245). Posteriormente, observaram que a mesma figura estava "grafada nas lajes de pedra às margens do Japurá" (citadas adiante). Para Spix, esse grafismo poderia ser interpretado como um simples apego daquela "raça" à imitação dos redemoinhos formados pelos movimentos das

do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas, feita por Maurício de Heriarte, ouvidor-geral, provedor-mor e auditor no governo de D. Pedro de Mello, 1662. Por mandado do governador-geral Diogo Vaz de Sequeira. Publicada pela primeira vez em Viena d'Áustria: Imprensa do Filho de Carlos Gerold, 1874, p. 50.

remadas. O naturalista sugere que "o olhar dessa gente anfíbia, volvido para abaixo e cativado pelo surpreendente e contínuo movimento das águas, talvez fosse estimulado à imitação" (Spix e Martius, 2017, p. 245).

Mais adiante, os naturalistas puderam comparar os abundantes desenhos do Solimões com aqueles presentes nas faces rochosas da entrada do Japurá, para os quais os indígenas haviam chamado sua atenção. Aproximando-se respeitosamente das "esculturas pouco visíveis", os indígenas seguiram com o dedo as figuras "levemente gravadas e já quase irreconhecíveis pela erosão", exclamando: "Tupã! Tupã! (Deus! Deus!)". Entre os registros, foram identificadas cinco figuras antropomorfas, descritas como "cabeças", sendo que quatro delas apresentavam uma "auréola de raios (calântica?)" e a quinta possuía dois "chifres". Para os viajantes, a deterioração das imagens indicava uma "considerável idade". Em uma "rocha plana horizontal" situada próxima ao rio, com cerca de três metros de comprimento, observaram-se 16 desenhos "grosseiramente traçados", os quais, segundo os estrangeiros, representariam "caras de gente", cobras, cabeças de onça, sapos, entre outros (Spix e Martius, 2017).

Figura 1 – Esculturas em pedra no rio Japurá



Fonte: Spix e Martius (1940 [1820]).

O avistamento desses registros continuou ao longo dos rios Meçaí e dos Enganos, bem como em grande quantidade nas proximidades da cachoeira de Cupati. Ao passarem próximo ao rio Enganos, os indígenas Manacaru compartilharam diversas narrativas e explicações sobre as "esculturas que aí cobrem em imensa extensão as rochas, de imagens (cabeças) e grandes vasilhas, que sobressairiam, esculpidas em pedra, aqui e acolá nos campos da serra dos Umauás" (Spix e Martius, 2017, p. 350).

Próximo a Cupati, no Alto Rio Negro, Spix observou, devido ao baixo nível das águas, a presença de "figuras gravadas, semelhantes às de Araraquara, somente em maior quantidade" nas rochas da margem meridional (Spix e Martius, 2017, p. 359). O naturalista destacou que quase todas as faces rochosas lisas continham essas "esculturas". Embora as considerasse de pouca execução artística, sua ampla distribuição lhe causou grande impressão, uma vez que "ocupavam, em certos locais, algumas centenas de pés quadrados".

As gravuras apresentavam figuras semelhantes a seres humanos, animais e traços geométricos, com profundidade variando entre três a seis linhas e dimensões que iam de meio até 12 pés. Todas estavam dispostas sem ordem ou simetria entre si (Spix e Martius, 2017). O naturalista também observou que a ação da correnteza havia quase apagado a maioria delas. Para ele, não se poderia afirmar que seus autores pertenceriam a uma "civilização mais avançada", tampouco estabelecer a antiguidade desses registros.

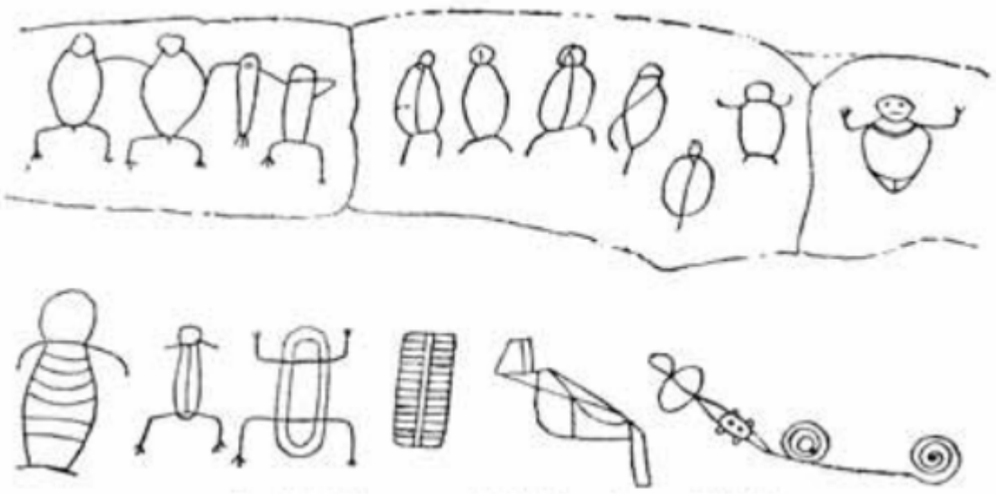
Em meados de 1850, o naturalista francês Paul Marcoy, ao descer o rio Solimões, assinalou em seu diário que a então Vila de Serpa também levava o nome de *Itacoatiara* ("pedra pintada")[14] desde meados do século XVIII, devido à presença de gravações nas rochas logo a sua frente, no rio Urubu[15]. Naquele mesmo período, conforme a obra Viagens pela Amazônia e rio Negro (2004), o britânico Alfred Russel Wallace, interessado no tema e atento em seus registros de diário, escreveu um apêndice detalhado sobre as "inscrições do Amazonas", no qual indicou a localização e as características dos desenhos que identificara sobre os rochedos em todo o vale do Amazonas. Entre os exemplos mencionados, destacou-se a presença de pinturas vermelhas nas serras de Monte Alegre, além de gravuras na parte inundável de rochedos próximos à Serpa (Itacoatiara), descritas como figuras semelhantes às do Orinoco e atualmente interpretadas como antropomorfas. Wallace (2004 [1853]) também registrou figuras humanas e animais esculpidas em um rochedo granítico no meio do rio Branco, bem como gravuras nas proximidades de Santa Isabel, São José, Castanheiro e em áreas mais altas do rio Negro. Ademais, observou numerosas figuras no Uaupés (FIGURA 2). Muitas estavam cobertas de líquens, pela ação da água, outras quase abaixo do nível dela[16].

14 Segundo Lourenço da Silva Araújo e Amazonas (1852), a antiga Vila de Serpa passou a se chamar Nossa Senhora do Rosário de Itacoatiara em razão dos pedrais que, durante a vazante do rio, emergiriam no porto da localidade, os quais conteriam "escriptas de hyerogliphicos".

15 Como bem apontara o padre João Daniel, conforme citado anteriormente. Cf.: MARCOY, Paul. **Voyage à travers l'Amérique du Sud, de l'Océan Pacifique à l'Océan Atlantique**, par Paul Marcoy, illustré de 626 vues, types et paysages par E. Riou, et accompagné de 20 cartes gravées sur les dessins de l'auteur. Tome deuxième. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie, 1869, p. 448.

16 Ver também o relato de Francis de Castelnau (1850) sobre o que lhe contaram os habitantes da Barra do Rio Negro acerca das gravuras nas rochas daquele rio: CASTELNAU, Francis de. **Histoire du Voyage**. Tome cinquième. Paris: Chez P. Bertrand, Libraire-Éditeur, 1851, p. 113–114.

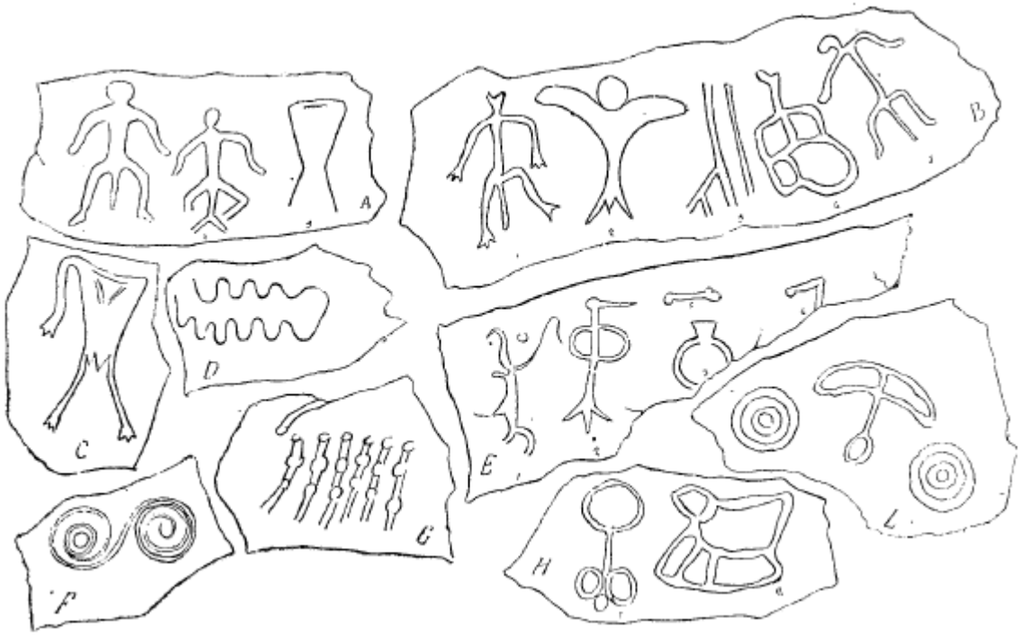
Figura 2 – Inscrições indígenas em rochedos de granito, no rio Uaupés



Fonte: Wallace (2004 [1853]).

Ao final do século XIX, registros ainda eram realizados por estudiosos que, em sua maioria, percorriam o curso do rio Negro — um dos mais antigos em termos de formação geológica, com afloramentos de arenito e granito expostos em suas margens. Ao observarem as chamadas inscripções em pedras ou em faces rochosas que integravam o ambiente fluvial, esses viajantes frequentemente se entregavam a divagações sobre sua origem e significado. Um deles foi o italiano Ermanno Stradelli, que, em viagem ao Alto rio Negro, observou pela primeira vez entre 1881 e 1882 as inscrições existentes sobre um painel rochoso da cachoeira de Iauaretê, queda do Uaupés (Stradelli, 1890). Esteve fascinado pelos possíveis significados daqueles desenhos, refletindo sobre a relação entre os grafismos e a importância das lendas para os povos que habitavam a região. Uma das narrativas que mais lhe chamou a atenção foi a do Jurupari, levando-o a publicar, a partir de 1900, diversos ensaios sobre essa conexão.

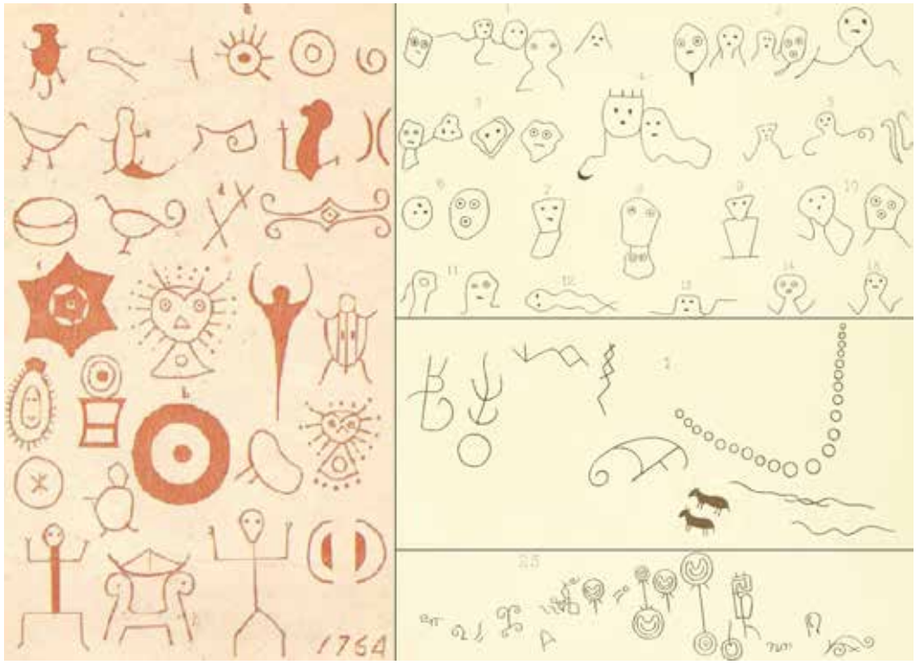
Figura 3 – Gravuras existentes na pedra de Iauareté (Cascata do Uaupés, 1/6 do natural)



Fonte: Stradelli (1890).

Antes de Stradelli, o botânico e escritor João Barbosa Rodrigues (1875) já havia identificado e mencionado diversos registros rupestres, tanto pintados quanto gravados, em rochas ao longo do rio Negro e de seus afluentes. Em 1877, publicou a obra Antiguidades do Amazonas, um estudo bastante completo — sobretudo para um amador, como ele próprio se considerava — sobre as "inscripções" do Amazonas, que vinha observando desde 1874. Nesse trabalho, citou figuras encontradas desde a Guiana Inglesa até o rio Amazonas, destacando os registros de Itacoatiara, Santa Isabel, São José, Castanheiro e de "Aruchy", na serra do rio Ererê, localizada em frente ao antigo Lugar de Tomar e próxima a Barcelos.

Figuras 4 e 5 – Da esquerda para a direita, de cima a baixo: inscrições das serras do Ererê e Aruqui (*a – e*)[17]; inscrições do rio Urubu, copiadas pelo 1º Tenente Shaw (1-15); inscrições do rio Negro, copiadas por Vedani, Laurindo e Barbosa (1); inscrições das proximidades de Moura (25)



Fonte: Barbosa Rodrigues (1877), estampa VI[18]; Netto (1885), estampas XI e XV.

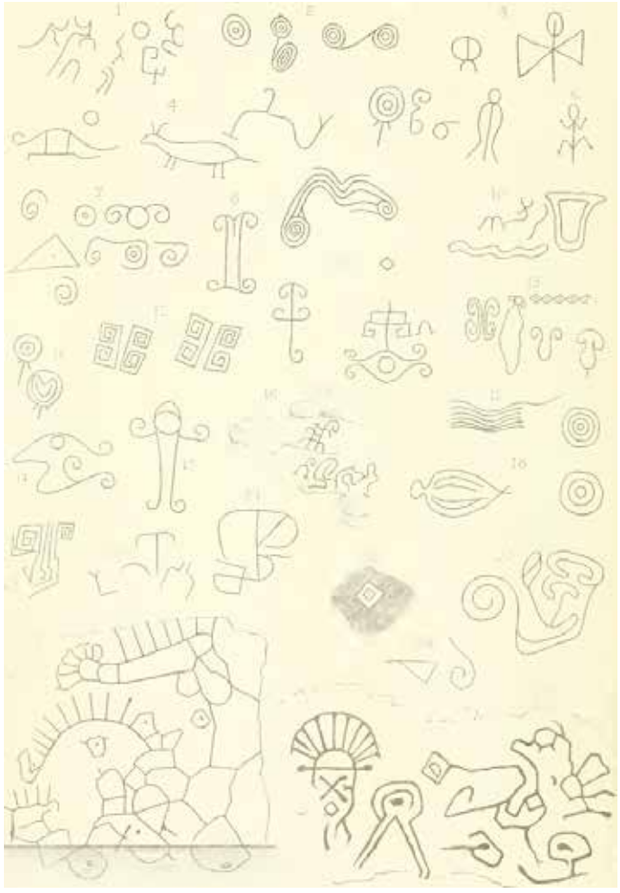
Mais tarde, corroborando com as observações de Alexandre Rodrigues Ferreira, Barbosa Rodrigues, ao passar em frente a Moura em março de 1884, registrou que a razão da povoação estar assentada em lugar alto se devia ao fato de estar sustentada por uma "pedraria" que circundava o lugar. "Sobre estas pedras estão gravadas várias figuras hieroglyphicas de tempos immemoriaes" (Barbosa Rodrigues, 1885, p. 27), das quais tirou cópias em desenhos e fotografias, levando consigo mais tarde ao Museu Nacional do Rio de Janeiro; verificou ainda outras durante a época da vazante do rio. De acordo com o autor, as gravuras se estendiam desde Moura até o rio Piuri, sendo figuras "anthropomorphas, zoomorphas e phantasticas, feitas de linhas curvas, caprichosas, em combinação com outras rectilineas"[19] (Barboza Rodrigues, 1885, p. 170).

17 Explicação das gravuras e pinturas: "As figs *a* e *b*, representam o sol e a lua, de que falla a tradicção, tendo o primeiro 0 m 21 de diametro e a segunda 0 m 20. As figs. *c d e* estão unidas quasi ao solo. Em geral todas as figuras não tem menos de dez centimetros". (Barbosa Rodrigues, 1885, p. 55).

18 Barbosa Rodrigues (1885) interpreta que a datação da inscrição pode ser associada à data de "1764" visível na superfície rochosa. No entanto, acreditamos que essa data tenha sido uma adição posterior aos desenhos, uma marcação de origem colonial.

19 Barbosa Rodrigues acrescenta que as inscrições estavam "espalhadas, apparecendo em todas as direcções das rochas, umas inteiras, outras partidas, outras occultas, com as faces para baixo" (1885, p. 169).

Figura 6 – Gravuras encontradas desde Moura até Manaus, copiadas por Vedani e Tenentes Bessa, Laurindo e Barbosa[20]



Fonte: Netto (1885) estampa XIII.

Em 1881, Ladislau Netto dedicou um número significativo de páginas ao estudo das chamadas *inscrições*, abordando sua ampla dispersão por toda a região amazônica e reproduzindo fac-símiles dos desenhos em pranchas ilustradas. Ele reconheceu a contribuição do artista italiano Camillo Vedani, que, ao integrar a comissão Madeira-Mamoré, desenhou e fotografou diversas gravuras, oferecendo ao Museu Nacional algumas cópias, entre elas registros de ocorrências nos rios Negro, Urubu, Amazonas, Nhamundá, Solimões e Madeira. Essas referências foram apresentadas na Exposição Antropológica Brasileira de 29 de julho de 1882. Além disso, outras expedições foram realizadas, contando com a participação do 1º Tenente Shaw, dos

20 Encontravam-se os elementos de 1 a 10 nas proximidades de Moura, de 11 a 18 nas margens entre aquela localidade e Manaus, e de 19 a 26 em "rochedos" e "penedos" perto de Manaus.

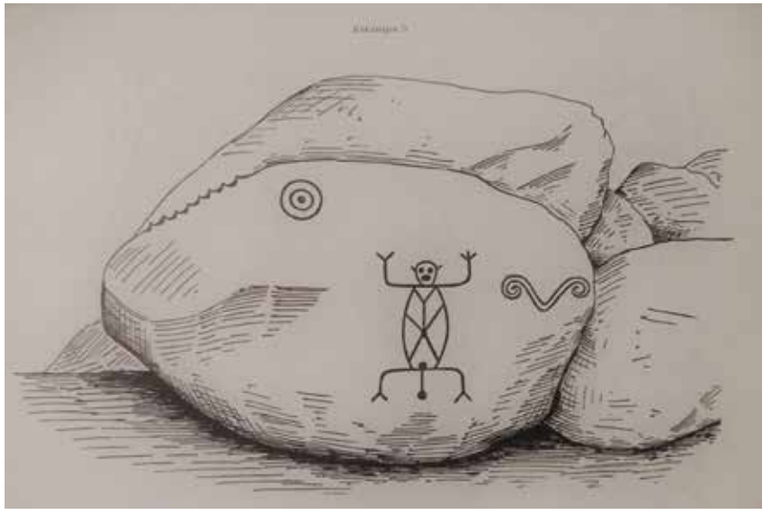
tenentes Bessa, Laurindo Victor e Barbosa, bem como de Ermano Stradelli e do próprio Vedani. Esses exploradores realizaram registros importantes (FIGURAS 4, 5 e 6), alguns dos quais foram posteriormente publicados sob a organização de Netto (1885).

A respeito das gravuras situadas nas proximidades da cidade de Manaus, lamenta-se o trágico destino que tiveram. Entre 1887 e 1889, durante o período da seca — quando as pedras ficavam visíveis devido ao baixo nível do rio —, a equipe do Museu Botânico do Amazonas, sob a liderança de Barbosa Rodrigues, retirou diversos blocos de arenito contendo antigas gravuras e os transferiu para o referido museu, onde foram dispostos na entrada.

No entanto, em 1889, Barbosa Rodrigues deixou Manaus para assumir a direção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Com sua saída, e por ordem do governador, a instituição que ele havia fundado em 1883 foi fechada. Durante a transferência do acervo para o Colégio Pedro II, entre julho daquele ano e meados do seguinte, grande parte dos materiais foi saqueada. Os blocos de arenito remanescentes acabaram sendo utilizados como fundação para o polêmico, mas hoje aclamado, Teatro Amazonas (Leong, 2010).

Outro nome de destaque foi o etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg, que, interessado nas formas de expressão artística dos indígenas contemporâneos, dedicou-se, entre 1903 e 1905, ao estudo dos antigos grafismos, frequentemente mencionados pelos povos que pesquisava. Como resultado desse trabalho, publicou, em 1907, uma monografia bastante completa, na qual indicava diversas ocorrências: quatro no rio Negro, quatro no rio Içana, nove no rio Aiari, onze no rio Caiari-Uaupés, seis no rio Cuduiari, duas no rio Tiquié, uma no rio Curicuriari e várias em diferentes locais ao longo do rio Pira-Paraná, afluente do Japurá. Essa extensa lista revela que, mesmo considerando apenas uma das regiões do Amazonas, seu extremo norte, há uma miríade de vestígios rupestres ainda a serem estudados, sem mencionar aqueles espalhados por todo o território que permanecem desconhecidos pelos pesquisadores.

Figura 7 – Petróglifo da Cachoeira Bokoëpana, rio Aiari



Fonte: Estampa em Koch-Grünberg (2010 [1907]).

3 LENDAS E FANTASIAS

Ao longo do século XX, manteve-se o interesse pelo registro das chamadas "inscrições" rupestres no Amazonas. No entanto, um aspecto peculiar passou a caracterizar os trabalhos de levantamento desses vestígios: a busca por uma interpretação definitiva. Se desde os primeiros relatos já se tentava "desvendar o mistério" dos grafismos rupestres no vale amazônico — ainda que com cautela e reconhecendo a natureza especulativa das interpretações —, com a transição para os anos 1900, ganhou força um movimento discursivo que procurava afirmar explicações categóricas sobre essas manifestações.

Sem incorrer em anacronismos que poderiam ridicularizar os esforços de pesquisadores que acreditavam firmemente em suas conclusões, é necessário reconhecer o contexto teórico-epistemológico em que se encontravam as Ciências Sociais e Humanas à época. Essas disciplinas eram então dominadas por um estilo ensaístico e, especialmente durante a Primeira República Brasileira, desenvolvidas em grande parte por literatos e pesquisadores amadores.

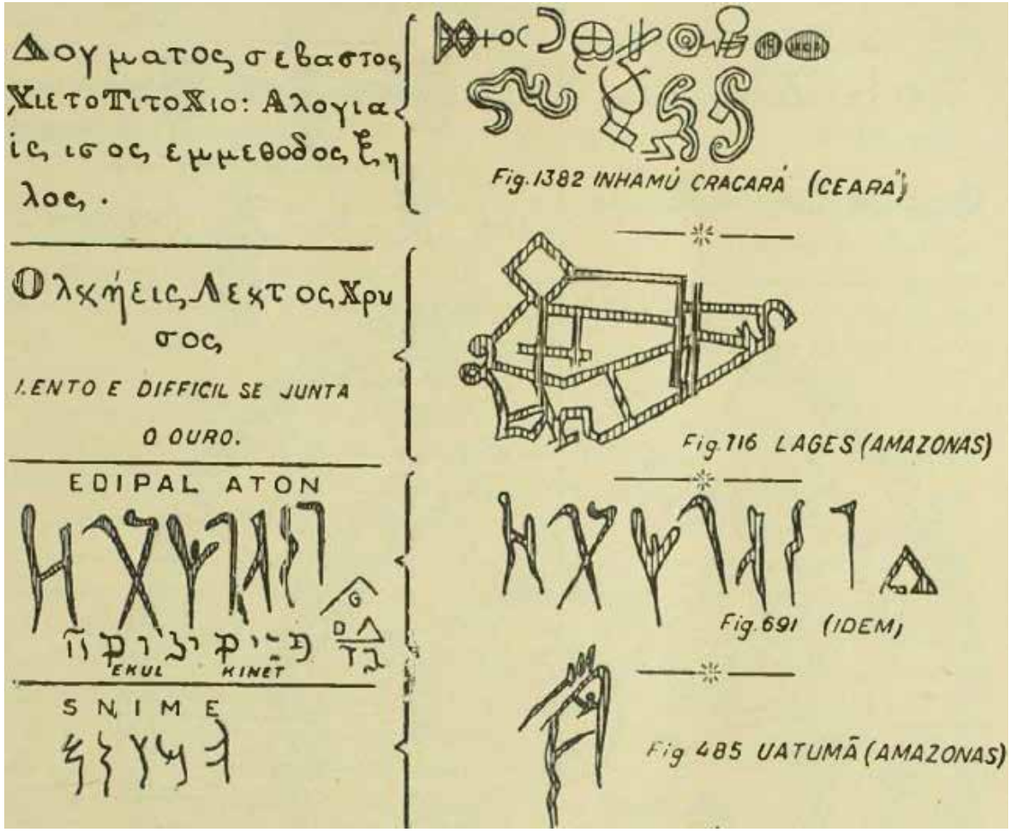
Um dos pesquisadores mais conhecidos por seus esforços em buscar uma tradução para os grafismos rupestres do Amazonas foi Bernardo de Azevedo da Silva Ramos. Com base em levantamentos documentais e expedições exploratórias ao longo das calhas dos rios, ele escreveu, entre outras obras, *Inscripções e Tradições da América Prehistórica*, publicada em dois volumes entre 1930 e 1939. Para o Cel. Ramos, a decifração das inscrições e seu estudo aprofundado deveriam constituir o objetivo principal da Arqueologia.

Apoiando-se em opiniões de estudiosos que o precederam, como Frederico Münter, Ramos (1930, 1939) propôs que os grafismos rupestres amazônicos corresponderiam a formas de escrita alfabética, silábica e ideográfica, seguindo essa ordem em proporção decrescente. No entanto, sua principal inspiração veio de áreas como a Assiriologia, a Egiptologia e a Arqueologia das sociedades clássicas, disciplinas que teve a oportunidade de estudar *in loco*.

Assim, ao tomar conhecimento das inscrições encontradas nos rios Urubu e Negro, Bernardo Ramos, que possuía experiência na decifração de inscrições em moedas antigas, rapidamente identificou nas gravuras os mesmos caracteres, os quais afirmou serem fenícios. Considerando a relação entre essa língua e o hebraico, recorreu ao Rabino de Manaus para auxiliá-lo nas transcrições e traduções, buscando validar sua hipótese sobre a origem e o significado dos registros rupestres amazônicos.

De acordo com o próprio idealizador do projeto, foi um sucesso, "as palavras formavam sentido e os factos referidos remontavam a uma antiguidade correspondente à expansão dos fenícios cananeus pelo noroeste da África. A leitura tinha sido obtida da direita para a esquerda, segundo o systema phenicio" (Ramos, 1930, p. 17). Para ele, a inscrição da Pedra da Gávea também era fenícia; identificou no Amazonas também outras línguas antigas, como o Chinês, Árabe, Egípcio Antigo e Grego Antigo. Membro fundador e 1º Presidente do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), Ramos retirou diversas amostras rochosas com gravuras, as quais depositou no acervo da mesma instituição.

Figura 8 – Exemplos da tradução de Bernardo Ramos



Fonte: Bernardo Ramos (1930).

Antes mesmo de se considerar uma origem externa para as gravuras encontradas na bacia do Amazonas, o Pe. João Daniel já sugeria duas possibilidades para os desenhos de Itacoatiara e do Xingu. A primeira hipótese atribuía-lhes uma natureza sobrenatural, interpretando-os como "signaes misteriosos". A segunda via sua origem como "casual", supondo que, "passando por ali algum indio, quando ainda aquelas pedras estivessem barro brando, debuxar por divertimento as taes pinturas e figuras" (Daniel, 1975, p. 61). Segundo o autor, com o passar do tempo, esse barro teria se transformado em rocha, preservando os grafismos originais.

Atribuir tais grafismos a povos antigos de outros continentes, contudo, não foi uma inovação de Ramos. Já em 1885, Barbosa Rodrigues, ao se referir às inscrições nos pedrais que se estendem das Guianas até a foz do Amazonas, sugeriu que seus autores, os *Neengaybas*, seriam descendentes de normandos que teriam emigrado para o sul do continente. No mesmo ano, Ladislau Netto, ao comentar as gravuras de *Dighton Rock* — que Schoolcraft havia atribuído a uma origem indígena —, rejeitou essa possibilidade. Para Netto (1885), não apenas aquelas inscrições encontradas em Gila, Arizona e Colorado teriam origem fenícia e islandesa, mas também grande parte das gravuras do rio Negro, bem como as de Itacoatiara e Silves, no rio Urubu, devido à semelhança de seus caracteres.

Koch-Grünberg (2010), por sua vez, critica duramente as comparações abstratas feitas pelo engenheiro e arquiteto italiano Giuseppe Orsi di Mombello — cujas ideias influenciaram profundamente Ramos — sobre os petróglifos da Venezuela e da Abissínia (atual Etiópia). Mombello atribuía essas manifestações a fenícios ou egípcios, hipótese que, para o etnólogo alemão, não passava de um "escuro labirinto da hipótese" (Koch-Grünberg, 2010, p. 21).

Todavia, as tentativas de decifração idiomática dos grafismos não cessaram. Nos anos 1960, o explorador Roldão Pires Brandão, entusiasta da obra de Ramos, buscou dar continuidade aos trabalhos de identificação, transcrição e tradução das inscrições. Em 1968, publicou *Notas para a Pré-História Brasileira, principalmente da Amazônia*, um opúsculo no qual reproduziu, muitas vezes *ipsis litteris*, hipóteses dos estudiosos dos oitocentos e início dos novecentos. Brandão (1968) defendeu que apenas os "incrédulos" poderiam contestar as inscrições do Brasil e suas supostas origens externas.

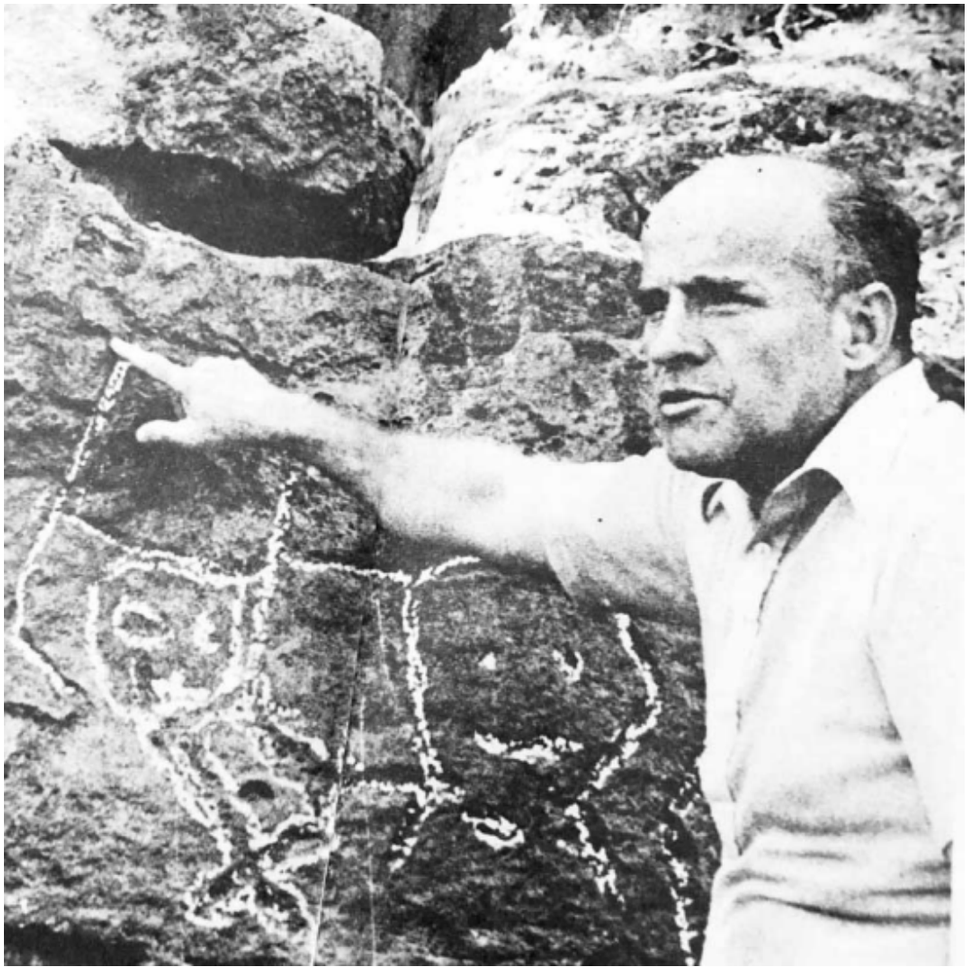
O livreto traz incursões por diversas áreas do conhecimento do passado — algumas reconhecidas, outras não —, incluindo referências ao catastrofismo, à existência da Atlântida como "nossa América", às lendas de Eldorado e Manoa, além de teorias conspiracionistas e especulações sobre intervenções alienígenas (Brandão, 1968).

Autoproclamado arqueólogo, em 1966 assumiu a chefia de uma expedição militar para a conquista do Pico da Neblina. Na época, era presidente da Associação Brasileira de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (ABEPA), entidade que fundou em 1958, e manteve relações estreitas com setores militares e com a diretoria do Museu Nacional por longos anos, antes da institucionalização acadêmica da Arqueologia no Brasil (Correio da Manhã, 1960).

Em 1976, com o apoio da Marinha e da Prefeitura de Itacoatiara, Brandão chegou ao rio Urubu em busca de uma "antiga civilização perdida", da qual, segundo suas palavras, tomara conhecimento pela obra de Bernardo Ramos. Para ele, as "caretas" esculpidas indicavam que algo de grande valor estaria enterrado no local, possivelmente sarcófagos. Além disso, afirmou ter descoberto uma muralha de pedras polidas que supostamente sustentariam as barrancas do rio. Suas conclusões, no entanto, baseavam-se essencialmente em lendas e suposições (O Povo Amazonense, 2021).

Em 1979, Brandão foi acompanhado por João Américo Peret em uma expedição ao Alto Rio Negro, parte de uma jornada em busca de "pirâmides" perdidas na Amazônia. O episódio rendeu a publicação do livro *Amazonas: história, gente, costumes*, no qual descreve suas percepções e teorias. Ao longo dessas buscas, Brandão manteve diálogos com figuras como Karl Brugger, Ferdnand Shimid e Erich von Däniken, todos defensores da existência dessas supostas pirâmides, afirmando tê-las avistado pessoalmente e atribuindo às inscrições rupestres significados místicos e extraordinários (Amazon Amazônia, 2023).

Figura 9 – Roldão Brandão numa das “caretas” do rio Urubu



Fonte: https://opovoamazonense.com.br/a-busca-de-roldao-brandao-por-uma-civilizacao-de-3-mil-anos-no-rio-urubu-no-amazonas/.

As explorações de inclinação pseudocientífica conservadora diminuíram a partir da década de 1980, acompanhando a consolidação das escolas arqueológicas no Brasil. A busca por “traduções” dos grafismos rupestres, frequentemente associada à concepção de pensá-los como elaborações artísticas ou não, passou por transformações significativas no meio acadêmico, especialmente nos anos 1960 e 1970. A influência da chamada “escola francesa” foi fundamental nesse processo, deslocando o olhar da História da Arte para uma abordagem que enxergava os registros rupestres como expressões simbólicas, passíveis de análise linguística e discursiva, mas não idiomática.

Atualmente, com os avanços alcançados pela Arqueologia em diálogo interdisciplinar, compreende-se que é impossível traduzir tais grafismos, uma vez que não possuímos, no presente, o arcabouço de códigos e referenciais necessários para acessar sua significação exata. Além disso, não há evidências que permitam afirmar que desempenhavam a função de uma língua no sentido estrito do termo. Dessa forma, o interesse arqueológico concentra-se no estudo das técnicas de produção dos grafismos e dos elementos contextuais associados, registrando informações como "o estilo, maneira de pintar ou gravar, largura dos sulcos ou linhas, tipos de associações de desenhos, fontes de água mais próximas, e assim por diante" (Aguiar, 2012, p. 3).

Se, por um lado, os antigos exploradores do Amazonas tentaram estabelecer datações fixas para as gravuras — como Brandão, que atribuiu 3 mil anos às do rio Urubu, ou Koch-Grünberg, que as considerava obra artística indígena contemporânea —, por outro, há um grande obstáculo: a intensa ação intempérica e a constante transformação do ambiente amazônico. Com base em Prous (1989), esse dinamismo ambiental impede a definição de parâmetros de referência estáveis, tornando inviáveis tanto as datações absolutas quanto as semiabsolutas, que utilizam técnicas laboratoriais amostrais, como datação por C-14, termoluminescência e análise do nível de pátina.

Considerando o contexto da maioria das gravuras rupestres na Amazônia, sua proximidade com cursos d'água — frequentemente cachoeiras e corredeiras que transportam grandes quantidades de sedimentos — impõe um fator adicional de desgaste e transformação contínua. A ação constante da água sobre os registros não apenas dificulta sua preservação, mas também compromete a possibilidade de estabelecer cronologias precisas, inclusive no âmbito da datação relativa (Hemming, 2009).

4 SÍTIOS: ACHADOS, ESTILOS, TRADIÇÕES E AFINS

Nos primeiros três anos de implementação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), o relatório preliminar relegou a Amazônia a um papel secundário, tanto em termos culturais quanto cronológicos, além de excluir o território amazonense dos principais focos de investigação. De acordo com Brochado *et al.* (1969), a justificativa para essa omissão baseava-se na dificuldade de acesso aos sítios arqueológicos no interior da floresta densa e no reduzido número de pesquisadores designados para a região — apenas um à época. Da mesma forma, nenhum sítio rupestre foi considerado no levantamento prévio, evidenciando a falta de atenção às manifestações gráficas e simbólicas presentes no contexto amazônico.

Todavia, naquele mesmo período, o arqueólogo Mário Ferreira Simões conduzia pesquisas na área do Baixo Rio Negro, abrangendo o município de Manaus, a ilha de Terra Nova e os cursos dos rios Apuauí e Preto da Eva, ambos afluentes do Negro. Em seus estudos, indicou a predominância das rochas pertencentes à chamada "Formação Manaus", conhecidas desde o final do século XIX como "arenito Manaus", sobre as quais se encontravam gravuras rupestres. No entanto, essas inscrições não foram objeto de destaque em sua pesquisa, que priorizou a análise da cerâmica (Simões, 1974). Já durante a implementação do PRONAPABA, programa voltado à investigação arqueológica da Bacia Amazônica e iniciado em 1976, uma área mais ampla do Amazonas foi delimitada para pesquisas. Como resultado, 21 áreas – incluindo algumas onde cronistas haviam registrado a presença de gravuras – foram inseridas nos planos de investigação, seja para estudos já em andamento, seja para pesquisas futuras (Simões, 1977).

Contudo, até o ano de 1978, o PRONAPABA ainda não havia identificado nenhum sítio rupestre no território do Amazonas, apesar de mencionar evidências cerâmicas em diversas localidades historicamente associadas a grafismos rupestres, como Itacoatiara e Lajes. Somente em 1981, após a realização de projetos como Lago de Silves (1970), Médio Rio Negro (1978), Baixo Uatumã/Jatapu (1979) e, principalmente, Médio Rio Urubu (1980), sob a coordenação de Mário Simões (1981), foi registrado, nas imediações de Itacoatiara, o Sítio Caretas (AM-IT-31)[21].

Figura 10 – Matacão com petróglifos (sítio AM-IT-31: Caretas), no médio rio Urubu

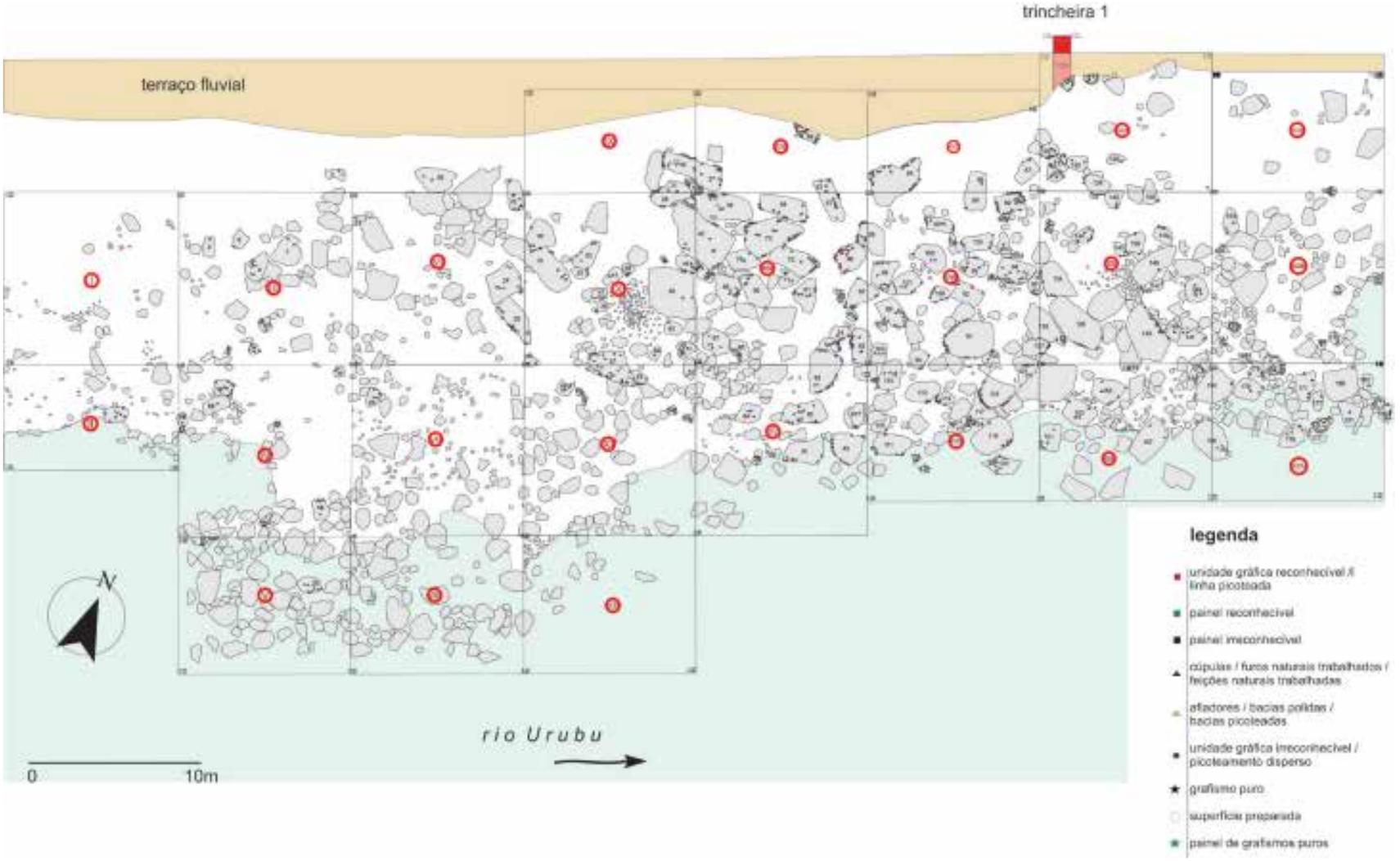


Fonte: Mário F. Simões (1981).

O trabalho de mais recente destaque a respeito dos sítios rupestres do Baixo Urubu foi realizado entre 2009 e 2014 pela arqueóloga Marta Sara Cavallini, no qual, a partir da relação pensada entre o Caretas para com um sítio cerâmico de terra preta próximo (AM-IT-30: Pedra Chata), buscou contextualizar as gravuras rupestres à paisagem arqueológica. A autora atribuiu a formação dos petróglifos ao Holoceno Recente, utilizando-se de análise da dinâmica de sedimentação fluvial, datações radiocarbônicas e por luminescência opticamente estimulada (OSL), chegando à datação média de 1.150 AP e ao limite temporal de 2.000 AP.

21 Até essa época, ainda era possível observar os afloramentos de "arenito Manaus" na margem oposta do rio Negro, na famosa Praia da Ponta Negra. Neles, assim como nos matacões que surgiam esporadicamente sob a areia, podiam ser vistas gravuras produzidas por povos pretéritos que habitaram ou transitaram pela região. Infelizmente, esses afloramentos foram dinamitados para uso na construção civil.

Figura 11 – Croqui do sítio AM-MA-31 Caretas, Itacoatiara – AM



Fonte: Marta S. Cavallini (2014).

Ainda nos anos 1970, cabe destacarmos a atuação da arqueóloga Maria Arminda Castro Mendonça de Souza e seu irmão, Alfredo Augusto Castro Mendonça de Souza, para os estudos rupestres no Amazonas. Com extenso currículo, os irmãos foram responsáveis pela consolidação metodológica e de pesquisas de campo na arqueologia amazonense. Arminda publicou, desde 1973, importantes estudos acerca da terminologia arqueológica para Sítios de Sinalação Rupestre, bem como, juntamente a seu irmão Alfredo, desenvolveu uma extensa pesquisa na Bacia do rio Paraná, resultando numa

publicação em dois tomos, nos quais também dissertam acerca da metodologia para sítios rupestres (Souza; Souza, 1979). Com base no Jornal do Commercio (1978), ela viria a compartilhar tais contribuições em diversos cursos ministrados em Manaus por meio da Fundação Cultural do Amazonas, a partir de 1978. De forma semelhante, Alfredo Mendonça deixou sua contribuição, destacando-se um Guia para arte rupestre no Brasil, de 1976, e acréscimos por desdobramento do Projeto Bacia do Rio Paraná (Souza; Ferraz, 1976).

No entanto, pode-se dizer que o marco de suas contribuições ao estudo da arte rupestre no Amazonas tenha se dado entre 1987 e 1988, durante atuação no Projeto de Salvamento do Patrimônio Cultural e Arqueológico da UHE de Balbina e seu Entorno (SAUHEB), na bacia do rio Uatumã. Durante o trabalho de salvamento, muito intensificado, "corrido, minucioso, árduo, quase ininterrupto", por conta da pressão do setor construtivo-empresarial, que levaria a uma inundação sem precedentes na história do Amazonas, foram levantados inicialmente 109 sítios arqueológicos, ocorrendo num deles a presença de um artefato lítico de arte mobiliar, o famoso muiraquitã de Balbina (Jornal do Commercio, 1987).

De acordo com Souza (1995), ao final das duas etapas, foram localizados 143 sítios — 121 novos, mais 22 já levantados por Simões —, sendo 21 deles com petróglifos, 15 conjuntos de oficinas líticas (polidores) e sete amoladores (sulcos afiadores). Infelizmente, já no início dos anos 1990, os sítios e boa parte do acervo teve um triste fim, sendo destruído — submerso ou descaracterizado — ou abandonado[22]. O pouco que restou, considerados os 4 matacões com petróglifos (FIGURAS 12 e 13), coletados do sítio Cachoeira Balbina (AM-UR-47), está guardado no acervo arqueológico da "Vila Balbina", exposto na Casa dos Matacões, integrante do Centro de Proteção Ambiental (Lopes, 2021).

À época, os registros rupestres puderam ser amplamente documentados e analisados, sendo inicialmente selecionados dez sítios com gravuras e um com pintura rupestre. Um levantamento detalhado pode ser encontrado em uma relação oficial de sítios do SAUHEB, na qual, entre muitos outros, constam os seguintes sítios com petróglifos: AM-UR-47 – Cachoeira Balbina, AM-UR-50 – Corredeiras Anamã, AM-UR-62 – Sítio do Molequinho, AM-UR-63 – Sítio do Bacurau, AM-UR-65 – Sítio da Pedra Pintada e AM-UR-66 – Sítio do Estevão.

O pesquisador do SAUHEB, Marcus Vinícius de Miranda Corrêa (1994), contabilizou, anos depois, 22 sítios de arte rupestre ao longo dos rios Uatumã e Pitinga, sendo 21 com gravuras e apenas um com pintura rupestre (AM-UR-40: Gruta do Batismo). A partir da análise desses conjuntos, e baseando-se nas contribuições anteriores de Maria Arminda, Alfredo Mendonça de Souza e Sheila Ferraz, identificou 151 motivos, entre abstratos e figurativos, dos quais 10 estavam incompletos. Dentre os demais, 10 foram classificados como culturais (referências à cultura material e narração), 47 como naturalistas (16 zoomorfos e 31 antropomorfos) e 83 como geométricos.

Ao final, os autores propuseram a definição de dois estilos distintos para as gravuras: Pitinga, caracterizado pela presença de figuras zoomorfas, poucos elementos geométricos e ausência de motivos culturais; e Uatumã-Abonari, no qual predominam os motivos culturais e geométricos (Corrêa, 1994; Souza 1973; Souza e Ferraz, 1976). Mais tarde, os estilos foram identificados como pertencentes à "Tradição Amazônica", classificação defendida desde o final dos anos 1980 (Lopes, 2021).

22 Para informações mais detalhadas sobre as perdas, ver: CAVALCANTE, Daniel Lopes Comapa. Resgate arqueológico UHE Balbina: de quem é o passivo? **Revista Manduarisawa**, Manaus, v. 2, n. 1, 2018, p. 123–138.

Figuras 12 e 13 – Matacões 2 e 4, da esquerda para a direita, com suas respectivas documentações gráficas das gravuras[23]



Fonte: Rhuan C. Lopes *et al.* (2021).

Também citados pelos antigos cronistas do rio Negro, os petróglifos de Velho Airão (AM-MA-37) – assim nomeados por estarem próximos da antiga sede do município – começaram a ser registrados e pesquisados de forma mais sistemática a partir de 1993. Impulsionada pelo SAUHEB, devido à participação no projeto, e pela implementação do "Programa de Arqueologia do Município de Novo Airão", vinculado ao Museu Arqueológico de Novo Airão (MANA), a equipe de pesquisadores, em parceria com o município, a Superintendência de Cultura do Estado e a Emantur, iniciou os trabalhos técnicos arqueológicos em 1995, após dois anos de levantamento de informações com moradores locais.

23 Explicação dos matacões: 2 – Riólito Porfirítico com 83 cm de altura e 1,83 m de comprimento, apresentando grandes alterações por intemperismo; 4 – Riólito Porfirítico com 1,45 m de altura e 1,33 m de comprimento, apresentado percolações férricas.

Seguindo a metodologia de seus mentores intelectuais, os irmãos Mendonça de Souza, os pesquisadores realizaram um extenso levantamento das gravuras, que à época encontravam-se em excelente estado de conservação. Foram identificados blocos com uma a 17 sinalações, sendo a principal técnica de confecção o picoteamento, seguido pelo polimento. Os motivos predominantes são os antropomorfos, seguidos pelos abstratos e geométricos. No total, foram registradas 46 gravuras, sendo 26 naturalistas (antropomorfas e zoomorfas) e 20 geométricas (Silva, 2012 [2003]).

Figura 14 – Petroglifo antropomorfo, com característica de estilo II E IV[24]



Fonte: Adilson Silva (2012 [2003]).

24 Refere-se aos Estilos Naturalistas contemplados pela metodologia de Mendonça de Souza, de 1976, correspondendo às variações de antropomorfos. De acordo com o autor, "os estilos devem ser definidos a partir dos motivos, do tratamento, da representação, do equilíbrio e da composição" (Souza; Ferraz, 1976, p. 173).

Quanto aos outros petróglifos do Baixo Rio Negro, incluindo os de Barcelos, registrados e mencionados desde o início do século XIX, foram amplamente estudados pelo arqueólogo Raoni Bernardo Maranhão Valle entre 2006 e 2012. Durante suas pesquisas, foram identificados 20 sítios rupestres em afloramentos areníticos e graníticos. A partir dessa investigação, Valle (2012) analisou a influência das características geológicas e hidrográficas variáveis — ou seja, dos fatores geoambientais — na diversidade do que denominou "fenômeno gráfico-rupestre". Ele propôs a existência de uma fronteira geocognitiva entre os povos indígenas que, fundamentados em seus próprios mitos e ritos, produziram essas gravuras. Nesse contexto, retomou a ideia de Stradelli ao relacionar o mito do Jurupari aos registros rupestres do rio Negro. Nos sítios estudados, foi identificada a presença da chamada "Tradição Guiano-Amazônica", embora com expressões bastante particulares da região, ainda em processo de definição. Entre essas variações estilísticas, Valle (2012) propôs a diferenciação de três estilos: Unini, caracterizado por figuras naturalistas, com predominância de zoomorfos e ausência de elementos geométricos, confeccionados pelas técnicas de percussão e abrasão; Iaçá, marcado pelo predomínio de formas geométricas "herméticas", reconhecíveis e não reconhecíveis, produzidas por percussão direta; e Jaú, definido pela predominância de percussão direta, com maior frequência de figuras antropomorfas e poucos elementos geométricos.

Figura 15 – Decalque digital de figura flautista-zoomorfo em segunda interface da rocha quatro, Sítio Ilha das Andorinhas, foz do rio Branco



Fonte: Raoni Valle (2012 [2010]).

Outro local importante com gravuras rupestres é o Sítio Ponta das Lajes, em Manaus. Localizado em frente ao antigo e conhecido sítio cerâmico de terra preta Lajes (AM-MA-1) — por vezes considerado sua continuação —, recebe esse nome devido ao grande afloramento arenítico que se projeta no rio Negro em direção ao Encontro das Águas.

Embora suas imediações tenham sido pesquisadas diversas vezes desde as incursões de Simões em 1968 — ou até mesmo desde o início do século XX, considerando os registros de Bernardo Ramos —, o sítio apenas ganhou maior destaque em 2010, quando uma intensa estiagem e a consequente vazante do rio Negro revelaram gravuras antes submersas. Essas gravuras, em sua maioria, apresentam motivos antropomorfos cefaloides e "máscaras", além de figuras zoomorfas e geométricas, elaboradas por meio das técnicas de percussão, picoteamento, incisão e polimento (abrasão).

Além dos petróglifos, o local conta com as chamadas "oficinas líticas", sulcos, "buracos" ("pilões") e pontos de polimento e amolação de artefatos líticos, abrangendo uma área de 5.000 m² (Lima, 2011). Em uma estimativa publicada à época de sua "descoberta", o arqueólogo Eduardo Góes Neves sugeriu que os petróglifos com "rostos e cobras", avistados primeiramente por um pescador local, teriam sido produzidos entre 3.000 e 7.000 anos atrás (Phillips, 2010).

No entanto, essas gravuras apenas se tornam acessíveis durante períodos de forte estiagem, sendo normalmente ocultadas pela turbidez das águas do rio Negro. Além dessa dificuldade de acesso, o sítio enfrenta ameaças mais graves: desde 2011, existe o risco de destruição devido à possível construção do Terminal Portuário das Lajes por uma empresa internacional, com o processo atualmente sob responsabilidade do STF. Já o sítio cerâmico Lajes, por sua vez, sofreu severos danos, restando quase nada de sua estrutura original após o desbarrancamento do paredão argilo-arenoso e seu respectivo perfil de solo em setembro de 2022[25].

Figura 16 – Petróglifo antropomorfo (máscara) por incisão abrasiva na Ponta das Lajes



Fonte: Helena Lima e Valter Calheiros (2011).

25 Informação verificada por ocasião de visita técnica ao referido sítio, acompanhada de registro fotográfico. Dado fornecido por Cícero Alves Rodrigues em 2 de setembro de 2023.

De descoberta mais recente e desconhecidos pelos pesquisadores do passado, mas não menos relevantes no cenário dos sítios rupestres do Amazonas, destacam-se os petróglifos situados na região de confluência dos rios Amazonas e Puraquequara. Por ocasião de uma visita exploratória realizada em outubro de 2015, por via fluvial e terrestre[26], uma equipe de pesquisadores, incluindo Cícero Rodrigues e Samuel de Medeiros, identificou e registrou dezenas de gravuras rupestres sobre os afloramentos areníticos que se estendem pela margem esquerda do Amazonas e adentram o Puraquequara.

Diversas visitas foram realizadas entre novembro de 2015 e janeiro de 2016, aproveitando o baixo nível das águas para melhor visualização dos grafismos, já que grande parte permanece submersa durante a maior parte do ano. Como resultado, foi gerado um banco de dados fotográficos e georreferenciados, além do preenchimento de fichas específicas para o órgão responsável pela proteção e preservação de sítios arqueológicos. Ao final, dois novos sítios de gravuras rupestres foram identificados e nomeados Novas Tribos I e Novas Tribos II, em referência à missão evangélica norte-americana homônima, historicamente presente na região e ocupando uma extensa porção de terra na margem. Além desses dois sítios delimitados, foram registradas ocorrências de petróglifos e oficinas líticas — podendo representar um conjunto de cinco ou seis sítios — localizados na margem esquerda dos rios Negro e Amazonas, bem como no médio Puraquequara e alto Igarapé Tarumã Mirim.

Como resultado, uma síntese preliminar dos levantamentos foi apresentada em 2016 na VI Reunião da Associação Brasileira de Arte Rupestre, em Canindé do São Francisco, Sergipe, e em 2017 no Congresso Colombiano de Arqueologia, em Barranquilla. Além disso, os estudos culminaram na produção de um detalhado trabalho do arqueólogo Cícero Alves Rodrigues, defendido em 2017, intitulado *Levantamento dos Sítios Arqueológicos com Arte Rupestre da Tradição Amazônica no Município de Manaus-AM*.

Figuras 17 e 18 – Sítio Novas Tribos I, sentido Oeste/Leste; Sítio Novas Tribos II visto da margem do Puraquequara



Fonte: Cícero A. Rodrigues (2015).

26 Parte do itinerário incluía um trajeto demorado de lancha ("voadeira") e longas caminhadas de até quatro horas, repetindo-se na volta, sob intensa incidência de raios solares, chuvas torrenciais e diversos percalços.

Para os dois sítios mencionados, foram identificados motivos geométricos, zoomorfos e antropomorfos atrelados à Tradição Amazônica, sendo predominantes estes últimos, com expressões faciais bem definidas, semelhantes a "máscaras". Nos barrancos e areais próximos, há uma grande concentração de artefatos líticos, incluindo lâminas de machado e arte mobiliar. Os sítios, que distam aproximadamente 100 metros um do outro – sendo o Novas Tribos II uma ilhota na desembocadura do Puraquequara com o Amazonas –, apresentam petróglifos confeccionados principalmente por picoteamento e polimento. No entanto, também são observadas interferências contemporâneas, uma vez que os pedrais são utilizados por banhistas e pescadores como pontos de parada, o que leva ao acendimento de fogueiras sobre as rochas e ao desprendimento de blocos que acabam rolando para o fundo do rio. No sítio Novas Tribos I, foram identificados oito petróglifos e seus respectivos conjuntos de gravuras, enquanto no Novas Tribos II foram registrados cinco, com desenhos que variam de 10 cm a 1 metro de extensão.

Notou-se que o estado de conservação dos sítios diferia significativamente: enquanto o Novas Tribos II apresentava menor grau de descaracterização das gravuras, o Novas Tribos I já exibia fortes interferências e modificações resultantes da ação antrópica contemporânea. Esse fato pode ser explicado pela diferença de localização, pois o primeiro está à margem direita do Puraquequara, de fácil acesso por terra, enquanto o segundo só pode ser alcançado por meio de pequenas embarcações. Além disso, as intempéries e a erosão natural das rochas também contribuem para a degradação dos registros rupestres. Espera-se, contudo, que os petróglifos possam ser estudados de forma mais detalhada no futuro, com melhor disponibilidade de recursos. Para oferecer uma visão das gravuras encontradas, apresentamos abaixo uma montagem representativa de cada um dos sítios.

Figura 19 – Quatro gravuras dos petróglifos do Sítio Novas Tribos I



Fonte: Cícero A. Rodrigues (2015).

Figura 20 – Quatro gravuras dos petróglifos do Sítio Novas Tribos II



Fonte: Cícero A. Rodrigues e Samuel L. L. de Medeiros (2015).

Para os sítios rupestres com petróglifos atualmente conhecidos no Amazonas, a tipologia ou taxonomia empregada para organizar analiticamente os registros passou, desde a década de 1970, pelas seguintes classificações: sinalação, que corresponde a uma unidade ou figura tomada per si; sinalação-tipo, que se refere a um conjunto contínuo ou descontínuo de sinalações com atributos em padrão identificável; e motivo, que diz respeito ao conjunto de elementos formais simples que acompanham as sinalações-tipo.

Assim, seguindo a metodologia dos irmãos Mendonça de Souza, "um triângulo circunscrito em um círculo constitui uma sinalação. Se essa combinação se repete várias vezes em um sítio ou em sítios distintos, configura-se como uma sinalação-tipo. Os motivos, nesse caso, são o triângulo e o círculo" (Souza *et al.*,1977, p. 173). Para os arqueólogos da época, era mais prático empregar siglas alfanuméricas para identificação e descrição dos registros, pois, em processamento eletrônico, fazia-se apenas o tratamento estatístico dos dados, enquanto a dificuldade residia na metodologia e

nos procedimentos para designação das sinalações, etapa inicial que frequentemente conduzia a equívocos interpretativos.

Os Estilos eram definidos pelo conjunto de motivos, tratamento, representação, composição e equilíbrio das sinalações, enquanto as Fases eram determinadas a partir dos tipos e da frequência dos estilos. Já as Tradições eram concebidas como categorias macro, que, em muitos casos, podiam estar associadas ao mesmo estilo, mas também podiam abranger vários deles (Souza *et al.*,1977).

Figura 21 – Gravura de antropozoomorfos no petróglifo de número cinco. Sítio Novas Tribos II[27]



Fonte: Cícero A. Rodrigues (2015).

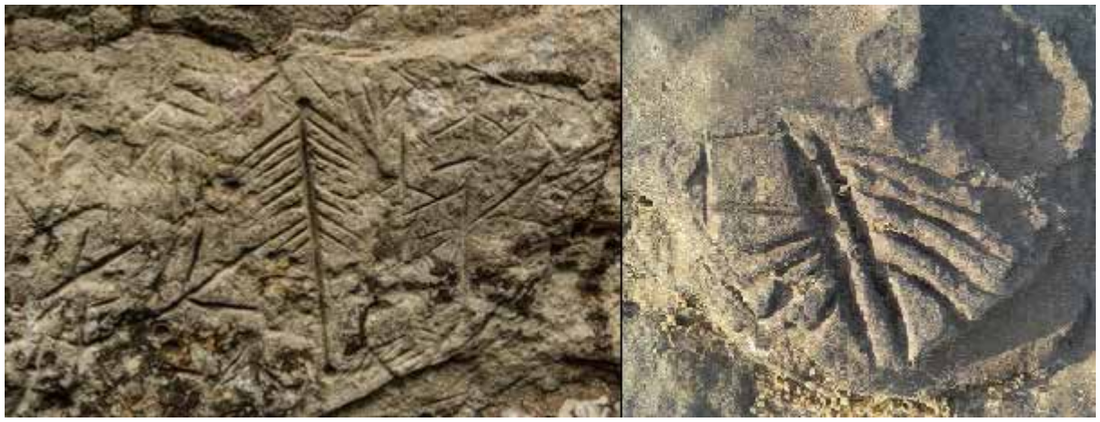
A chamada Tradição Amazônica, ou Tradição Guiano-Amazônica, proposta nos anos 1980 pelo arqueólogo Denis Williams (Williams, 1985)[28], só ganhou amplo reconhecimento no Brasil após a corroboração de André Prous, em 1992. Em sua tentativa de inserir a arte rupestre amazônica em um quadro arqueológico macronacional, Prous sugeriu aos pesquisadores a necessidade de uma abordagem mais flexível aos painéis rupestres, considerando a possibilidade de "misturas de vários estilos ou tradições entre as figuras" e ressaltando que era "indispensável procurar-se descobrir a ordem sucessora entre os grafismos (motivo)" (Prous, 1992, p. 53).

27 Observa-se certa semelhança das formas com outras gravuras encontradas em rios da Amazônia, especialmente no rio Urubu, rio Negro e rio Uatumã, vinculadas à Tradição Amazônica, corroborando as considerações de Souza (1976).

28 Oriunda de trabalhos arqueológicos realizados na região do planalto das Guianas, relacionada à presença e migração de povos pretéritos à região amazônica; depois também seria chamada de "Tradição Amazônica", por pesquisadores no Pará.

Tal postura se fez prolífica, visto que muito bem serviu para o estudo das diferentes manifestações de artes rupestre no território brasileiro, onde tradições, dentre elas a Amazônica, se interpenetram. De modo semelhante, temos a contribuição de Alfredo Mendonça de Souza (1997) ao chamar a atenção para o conjunto rupestre, que também inclui a presença de sulcos de polimento e oficinas líticas, intrinsecamente ligadas aos fenômenos rupestres às margens dos rios. A partir desse arcabouço teórico-metodológico, também foi possível notar desdobramentos que alcançaram novos campos dialógicos, mesmo entre modalidades de estudo arqueológico, como pensar na possibilidade de relação simbólica e material entre arte rupestre e cultura material amazônicas (Pereira, 2010)[29].

Figuras 22 e 23 – Grafismos encontrados no Parque do Xingu e Sítio Novas Tribos II, da esquerda para a direita, respectivamente. Pode-se notar semelhanças, apesar da distância geográfica



Fonte: Giovana Girardi, (2018); Samuel L. L. de Medeiros (2015).

4 CONSIDERAÇÕES… MAS NÃO SÃO AS FINAIS

O Amazonas, sob a perspectiva arqueológica, revela-se como um território que abriga vestígios de uma extraordinária diversidade cultural do passado. Para além dos estudos cerâmicos, é possível também investigar a "Arte" ou os Registros Rupestres, com destaque, neste caso, para os petróglifos, as famosas gravuras rupestres. Identificados historicamente desde o período de invasão e colonização dos arredores do grande rio Amazonas, esses registros passaram a ser documentados com maior interesse a partir do século XVIII. Atualmente, os pesquisadores dispõem de um vasto material escrito, que serve como referência tanto para sua localização quanto para a identificação de possíveis alterações ao longo do tempo.

29 A ideia de relacionar os desenhos presentes em diferentes suportes — entre eles o têxtil, o cerâmico e o rochoso — já podia ser vislumbrada, ainda que de forma incipiente, nos diários de Spix e Martius, durante sua passagem pelos rios Solimões e Japurá (Spix; Martius, 2017).

Mesmo antes da criação da unidade administrativa do Estado do Amazonas, em 1890, da Província do Amazonas, em 1850, da Comarca do Alto Amazonas, em 1833, e da Capitania de São José do rio Negro, em 1755, seu território — no que se refere à localização geográfica dos sítios rupestres conhecidos — manteve-se com poucas alterações. Com base nesse raciocínio, conduzimos o levantamento e a compilação de dados referentes à periodização anterior à configuração atual do Estado do Amazonas. A partir desses dados, buscamos apresentar as mudanças e permanências no campo teórico-metodológico dos registros e das pesquisas realizadas ao longo do tempo, desde as primeiras notícias conhecidas até os estudos mais recentes. As grandes secas que afetaram a Bacia Amazônica nos anos de 2023 e 2024 fizeram emergir das águas diversas gravuras rupestres, cujos pedrais chamaram a atenção de curiosos e da mídia local. Além das famosas "caretas" do Sítio Ponta das Lajes, em Manaus, outras gravuras foram identificadas — por moradores locais, vale destacar — em municípios do interior, sendo as mais divulgadas aquelas situadas na praia da orla de Urucará, onde puderam ser observados motivos em forma de máscaras e figuras antropomorfas[30].

Apesar de terem sido consideradas um "achado inédito" pelos meios de comunicação, os petróglifos já eram conhecidos pelas nações indígenas da região e pelos antigos moradores das margens daqueles rios. Diversas outras gravuras também foram registradas nos municípios de São Sebastião do Uatumã, Novo Aripuanã, Alvarães, Novo Airão, Barcelos, São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro (Castro e Beltrão, 2023; Farias, 2024). As notícias sobre os aparecimentos chegaram ao IPHAN-AM, que enviou equipes técnicas para a identificação e o cadastro arqueológico dos sítios.

Figuras 24 e 25 – Gravuras emersas na orla do município de Urucará, Amazonas, durante as grandes secas de 2023 e 2024(da esquerda para a direita, respectivamente)



Fonte: Portal Amazônia (2023); Gustavo Henrique F. Maia (2024).

30 Com correspondências aproximadas ao estilo "Uatumã-Abonari" (Corrêa, 1994).

Apresentados os sítios — que, independentemente de estarem ou não cadastrados como tal, merecem a devida proteção e salvaguarda por parte do Estado e da sociedade brasileira —, assim como o que se sabe sobre eles até o momento, é necessário reconhecer os alcances e limites deste trabalho. Se, por um lado, foi possível apresentar de forma concisa as principais informações sobre os sítios e ocorrências de petróglifos no Amazonas, por outro, não foi viável aprofundar a complexa rede de conhecimentos, técnicas, análises e tentativas de interpretação a eles associada. Ainda assim, esperamos ter lançado a "pedra de toque" para futuros estudos sobre o tema, almejando contribuir para a construção da história das pesquisas sobre petróglifos na região amazônica.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, C. de. Novo descobrimento do Grande Rio das Amazonas. *In:* MELO-LEITÃO, C. de (org., Trad. e Anot.). **Descobrimentos do Rio das Amazonas**. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941. p. 251.

AGUIAR, R. L. S. **Arte Rupestre**: conceitos introdutórios. 2012. Documento digital. Disponível em: www.scribd.com/rodrigo_simas_aguiar. Acesso em: 16 jun. 2023.

AMAZON AMAZÔNIA. **Pirâmides do Amazonas**: fantasias de um alemão. 8 jun. 2023.

AMAZONAS, L. da S. A. e. **Diccionario topographico, historico, descriptivo da comarca do Alto-Amazonas**. Recife: Typographia Commercial de Meira Henriques, 1852.

BARBOSA RODRIGUES, J. **Exploração dos Rios Urubú e Jatapú**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

BARBOSA RODRIGUES, J. **Antiguidades do Amazonas** – Inscripções. Ensaios de Sciencia por Diversos Amadores, F. III. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo, 1877.

BARBOSA RODRIGUES, J. **Rio Jauaperi – Pacificação dos Crichanás**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885. p. 27.

BRANDÃO, R. P. **Notas para a Pré-História Brasileira, principalmente da Amazônia**. Rio de Janeiro, 1968.

BROCHADO, J. *et al.* **Arqueologia Brasileira em 1968** – um relatório preliminar sôbre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1969.

CAVALCANTE, T. L. V. As pegadas de São Tomé: Ressignificações de Sítios Rupestres. **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 21, n. 2, p. 121-137, 2008.

CAVALLINI, M. S. **As gravuras rupestres da bacia do baixo rio Urubu**: levantamento e análise gráfica do sítio Caretas, Itacoatiara – Estado do Amazonas. Uma proposta de contextualização. 2014. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CASTRO, M.; BELTRÃO, J. **Após Manaus, seca revela gravuras rupestres em cidade do interior do AM**. Portal G1 Amazonas. 27 out. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2023/10/27/apos-manaus-grupo-acha-gravuras-rupestres-em-cidade-do-interior-do-am-video.ghtml. Acesso em 28 de abril de 2025.

CORREIO DA MANHÃ. **Pirâmide plástica na Cinelândia mostra mistérios da Arqueologia**. 1º caderno, 5 ago. 1960, p. 3.

CORREIO DA MANHÃ. **Museu Nacional só abriu para receber arqueólogos**. 1º caderno, 2 jun. 1963, p. 2.

CORREIO DA MANHÃ. **Pico da Neblina alcançado em três tentativas**. 1º caderno, 2 mar. 1966, p. 8.
CORRÊA, M. V. de M. **As gravuras e pinturas rupestres na área do Reservatório da UHE – BALBINA – AM**. 1994. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Belas Artes) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.
DANIEL, J. Tesouro descoberto no rio Amazonas. Rio de Janeiro, **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 95, t. 1-2, p. 61-62, 1975.
FARIAS, E. **Seca extrema faz "caretas" reaparecerem, de novo, em Manaus**. Portal Amazônica Real – Povos Indígenas. 04 de outubro de 2024. Disponível em: https://amazoniareal.com.br/extremo-climatico-faz-caretas-reaparecerem-de-novo-na-amazonia/. Acesso: 28 de abril de 2025.
FERREIRA, A. R. **Viagem Filosófica ao Rio Negro**. 2. ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas e Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2007.
FUNARI, P. P. de A. Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. **Revista de História da Arte e Arqueologia**, Campinas, p. 23-41, 1994.
GIRARDI, G. **Gravuras rupestres sagradas para tribos do Xingu são destruídas**. Estadão, São Paulo, 29 set. 2018. Disponível em: https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/gravuras-rupestres-sagradas-para-tribos-do-xingu-sao-destruidas/. Acesso em: 16 jun. 2023.
HEMMING, J. **Tree of Rivers**: The story of The Amazon. London: Thames & Hudson, 2009. p. 274.
JORNAL DO COMMERCIO. **Brasil também tem Arte Pré-Histórica**. Manaus, 3 fev. 1971, Caderno 2, p. 1.
JORNAL DO COMMERCIO. **Mestra amazonense vem dar curso sobre arqueologia**. Primeiro caderno. Manaus, 21 jul. 1978, p. 3.
JORNAL DO COMMERCIO. **Curso informativo de Arqueologia da Fundação Cultural**. Primeiro caderno. Manaus, 23 jul. 1978, p. 5.
JORNAL DO COMMERCIO. **A história de um povo massacrado**. Manaus, 6 dez. 1987, p. 9.
KOCH-GRÜNBERG, T. **Petróglifos Sul-americanos**. (org.) PEREIRA, E.; SILVA, J. B. P. da. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém. Instituto Socioambiental, São Paulo, 2010 [1907].
LE GOFF, J. Memória. *In:* ROMANO, R. (Dir.). **Enciclopédia Einaudi**. v. 1 – Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 12-13.
LEONG, L. **João Barbosa Rodrigues e o Museu de Botânica do Amazonas**. Manaus: Editora Valer, 2010.
LIMA, H. P. **Relatório da Visita Técnica ao sítio arqueológico Ponta das Lajes**. Superintendência do IPHAN-AM. Manaus, 2011.
LOPES, R. C. dos S. *et al.* **Projeto específico de curadoria e educação patrimonial – Acervo Arqueológico da UHE Balbina, Amazonas**: Relatório de Análise. Presidente Figueiredo: [s.n.], 2021. Documento digital consultado no acervo do Laboratório de arqueologia Alfredo Mendonça de Souza.
NETTO, L. Investigações sobre a Archeologia Brazileira. **Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**, v. 4, 1º-4º Trimestre, correspondente a 1881. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. Economica de Machado & CA, 1885. p. 551-554.
O POVO AMAZONENSE. **A busca de Roldão Brandão por uma civilização de 3 mil anos no Rio Urubu, no Amazonas**. 9 dez. 2021. Disponível em: https://opovoamazonense.com.br/a-busca-de-roldao-brandao-por-uma-civilizacao-de-3-mil-anos-no-rio-urubu-no-amazonas/. Acesso em: 16 jun. 2023.
OLIVEIRA, D. **Novas gravuras rupestres de "caretas" são encontradas no município de Urucará**. Disponível em: https://portalamazonia.com/cultura/novas-gravuras-rupestres-sao-encontradas-no-municipio-de-urucara/. Acesso em 28 de abril de 2025.
PEREIRA, E. Arte rupestre e cultura material na Amazônia brasileira. *In:* PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. (org.). **Arqueologia Amazônica**. Museu Paraense Emílio Goeldi, IPHAN, SECULT, Belém, 2010, v. 1, p. 259-283.
PEREIRA, E. Um panorama da arte rupestre no Norte do Brasil. *In:* MORALES, W. F.; MOI, F. P. (org.). **Cenários regionais em arqueologia brasileira**. São Paulo: Annablume; Porto Seguro: Acervo – Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa, 2009. p. 189.

PHILLIPS, T. Stone age etchings found in Amazon basin as river levels fall. **The Guardian – Brazil**, Rio de Janeiro, 10 nov. 2010. Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2010/nov/10/amazon-brazil-stone-age-etchings. Acesso em: 12 ago. 2023.
PROUS, A. Arte rupestre brasileira: uma tentativa de classificação. **Revista de Pré-História**, São Paulo, n. 7, p. 9-33, 1989.
PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992, p. 53.
RAMOS, B. de A. da S. **Inscripções e Tradições da America Prehistorica, especialmente do Brasil**. Vol. I e II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930-1939.
RAMOS, B. de A. da S. **Inscripções e Tradições da America Prehistorica, especialmente do Brasil**. Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930. p. 16.
RODRIGUES, C. A. **Levantamento dos Sítio Arqueológicos com Arte Rupestre da Tradição Amazônica no Município de Manaus-AM**. 2017. 49 p. Monografia (Bacharelado em Arqueologia) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2017.
SANTOS, T. de L. P. Memória e Identidade: o que vem primeiro, Annette Laming-Emperaire ou a missão franco-brasileira? **Revista Memorare**, Tubarão, SC, v. 2, n. 2, p. 72-84, jan./abr. 2015. p. 75.
SAUHEB. **Relação oficial dos sítios arqueológicos do Programa SAUHEB**. Avulso oficial, 2 f. Acervo do Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza, 1987-1988, f. 1-2.
SILVA, A. R. da. **Petroglifos de Velho Airão**: panorama da arqueologia do município de Novo Airão. Manaus: Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado de Cultura, 2012 [2003].
SIMÕES, M. F. As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). **Acta Amazônica**, Manaus, v. 11, n. 1, p. 149-165, 1981.
SIMÕES, M. F. Contribuições à Arqueologia dos arredores do Baixo Rio Negro, Amazonas. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 26, p. 165-188, 1974.
SIMÕES, M. F. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 7, n. 3, p. 297-300, 1977.
SIMÕES, M. F. O INPA e o Museu Goeldi nos 30 anos do CNPq – As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). **Acta Amazônica**, Manaus, v. 11, n. 1, p. 149-165, 1981.
SIMÕES, M. F. ARAUJO-COSTA, Fernanda. **Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1978.
SOUZA, A. M. de. **Dicionário de Arqueologia**. Rio de Janeiro: Associação de Docentes da Estácio de Sá, 1997.
SOUZA, A. M. de; FERRAZ, S. M. **Guia para o Estudo da Arte Rupestre no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Cultura Brasileira, 1976.
SOUZA, A. M. de; SOUZA, M. A. C. M. de; FERRAZ, S. **Projeto Bacia do Rio Paranã I e II**. Museu Antropológico, UFGO, 1977-1979.
SOUZA, A. M. de; SOUZA, M. A. C. M. de; FERRAZ, S. **Projeto Bacia do Rio Paranã I**. Museu Antropológico, UFGO, 1977. p. 173-174.
SOUZA, M. A. C. M. de. **Modernidade e preservação**. Balbina: O Amazonas e sua primeira hidrelétrica. 1995. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Documento) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
SOUZA, M. A. C. M. de. Terminologia Arqueológica para Sítios-Sinalação. **Anais do I Congresso de Arqueologia Brasileira**, Rio de Janeiro, 1973.
SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. von. Viagem pelo Brasil – 1817. **Tiragem Especial da Revista do Arquivo**, São Paulo, n. 5, p. 118-145, 1940.
SPIX, J. B. von; MARTIUS, C. F. von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017. p. 245.
STRADELLI, E. Il Vaupes e gli Vaupes. **Bolletino della Società Geografica Italiana**, Roma, n. 3, v. 3, 1890.

STRADELLI, E. O segredo das ltacoatiaras – Iscrizioni indigene della regione dell'Uaupés. **Bolletino della Società Geografica Italiana**, Roma, Serie IV, v. 1, n. 37, p. 458-459, 1900.

VALLE, R. B. M. **Mentes graníticas e mentes areníticas** – fronteira geo-cognitiva nas gravuras rupestres do Baixo Rio Negro, Amazônia Setentrional. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

WALLACE, A. R. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. Notas de Basílio de Magalhães. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004 [1853]. p. 625-626.

WILLIAMS, D. **Petroglyphs in the prehistory of northern amazonia and antilles**. Advances in World archaeology. New Cork: Academia Press, 1985, p. 335-87.



AS GRAVURAS RUPESTRES DO PARÁ

André Prous[31]

1 INTRODUÇÃO

Devemos, inicialmente, esclarecer que esta apresentação faz uso extensivo do histórico das pesquisas e do levantamento dos sítios paraenses publicado por Pereira (2003). Acompanho essa pesquisadora desde quando, há vinte anos, visitamos os sítios de Monte Alegre e de Prainha, ocasião em que eu preparava, com Ribeiro e Jorge, um livro sobre a arte rupestre brasileira. Meus outros — e mais pontuais — contatos diretos com registros rupestres no Pará ocorreram entre 2011 e 2014, quando, em parceria com Jácome, realizei pesquisas em terras indígenas e quilombolas nos rios Mapuera, Katxuru e no baixo Erepecuru; e, ainda, em 2009, quando conheci a Ilha dos Martírios e os sítios vizinhos, também acompanhada por Ribeiro.

2 HISTÓRICO DAS PESQUISAS

Até poucos anos atrás, a maioria dos sítios rupestres do estado do Pará — assim como aqueles situados ao longo do rio Amazonas — era conhecida exclusivamente por meio de publicações antigas de viajantes do final do século XIX e início do século XX.

31 Professor aposentado do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFMG, bolsista do CNPq, pesquisador voluntário no Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, e ex-responsável pela Mission Archéologique Française de Minas Gerais. E-mail: aprous80@gmail.com.

2.1 Na Amazônia Setentrional (curso do rio Amazonas e afluentes da margem esquerda)

Creveaux já mencionava, em 1878, a existência de gravuras no rio Paru do Leste; contudo, não forneceu detalhes sobre sua localização nem se deteve quanto à temática. A bacia do rio Trombetas — que abrange os rios Trombetas, Mapuera, Katxuru, Erepecuru, Murapi, Anapu e Paru do Oeste — também foi explorada precocemente. O padre Nicolino de Souza, em 1878, e a exploradora Olga Coudreau, em 1900, foram os primeiros a registrar sítios com gravuras no vale do Erepecuru.

Já em meados do século XX, Crüls — que acompanhava uma expedição do marechal Cândido Rondon — descreveu diversas ocorrências, e o alemão Manfred Rauschert (1959) destacou-se como o primeiro pesquisador cuja abordagem tinha caráter propriamente arqueológico. Devem ser destacadas, ainda, as informações reunidas na mesma época pelo missionário e etnólogo Protásio Frikel, que foi o primeiro a realizar calques no Erepecuru. Ele mapeou sítios até a Serra do Tumucumaque, na fronteira com a Guiana Francesa, onde identificou arranjos de pedras formando geóglifos. Frikel (1963) também reconheceu alguns sítios rupestres na bacia do rio Jari.

Na virada do século XIX para o XX, os geólogos norte-americanos Derby (1998) e Hartt (1871), assim como seu compatriota, o antropólogo Farabee (1916), mencionaram alguns sítios com gravuras entre Óbidos e Monte Alegre, sendo Hartt o que mais se deteve nas pinturas rupestres de Monte Alegre.

Na virada do século XX para o XXI, Pereira desenvolveu um exaustivo trabalho de levantamento da arte rupestre no estado do Pará para sua tese, revisitando diversos sítios já conhecidos — inclusive aqueles com pinturas em Monte Alegre — e realizando prospecções no vale do rio Maicuru. Com o apoio dos arqueólogos mergulhadores Calippo e Rambelli, documentou as gravuras submersas registradas por Baeta e Lopes de Paula em 1998, no sítio Muçura (baixo rio Trombetas). Em 2011, durante nossas pesquisas em terra indígena WaiWai, Jácome e Tobias levantaram as gravuras do rio Mapuera, complementando, assim, as primeiras informações sobre sítios rupestres mencionadas anteriormente pelo missionário J. Hyde (1965).

2.2 Ao sul do rio Amazonas

No sudeste do estado do Pará localizam-se os três sítios rupestres registrados antes do século XIX pelos colonizadores europeus. No vale do rio Parajá, os guias Tapejarás mostraram, em 1656, ao padre João de Sotto Maior um penedo onde estavam gravadas “lavouras, figuras e rostos”, assim como a “figura de um crocodilo”.

Em 1746, o capitão-mor Luiz Rodrigues Villares desembarcou em uma ilha do rio Araguaia, rica em milhares de gravuras que, à época, pareceram representar os instrumentos da crucifixão de Cristo: a coroa de espinhos (na verdade, representações de cocares), os cravos (na realidade, machados cuja lâmina foi interpretada como a cabeça dos pregos), além de "cruz, lanças e mais cousas", segundo o relatório de Antônio Pires de Campos. Por essa razão, os portugueses nomearam o local como "Ilha dos Martírios".

Ainda hoje, visitantes modernos interpretam algumas dessas imagens como representações religiosas, como, por exemplo, um desenho em forma de triângulo — que seria o manto da Virgem Maria — encimado por um círculo, entendido como a cabeça da Santa; ou ainda uma ave, associada ao galo que teria cantado após o renegamento de São Pedro.

Os textos originais do capitão-mor e dos dois padres foram reproduzidos por Pereira (2003). As primeiras reproduções gráficas das figuras da Ilha dos Martírios foram realizadas por Ehrenreich (1948), mas uma cópia sistemática, por meio de calques, tanto deste sítio quanto de outro vizinho, foi feita por uma equipe da Casa de Cultura de Marabá, sob a direção do biólogo N. von Atzingen (1989), totalizando cerca de 4.000 figuras registradas nos dois sítios.

Em 2000, Pereira localizou vários outros rochedos gravados no vale do rio Araguaia.

No mesmo período histórico, por volta de 1750, o padre João Daniel percorreu o rio Xingu e registrou sua passagem pela cachoeira Itamaracá. Segundo ele: "Ao pé das primeiras cachoeiras deste rio estão uas [sic] pedras… e têm a singularidade de soarem como metal quando lhes tocam, e por esta razão os naturais as chamam de Ita Maracá, que quer dizer sinos, porque têm o som de sinos" (Daniel, 1750, p. 57). O padre reconheceu o caráter natural do fenômeno, mas, logo em seguida, mencionou o que interpretou como pisadas humanas — possivelmente bacias de polimento — e rochedos gravados, sendo que um deles lhe pareceu um altar, por apresentar um petróglifo em forma de cruz. Atribuiu então essas gravuras a São Tomé, figura que, desde o século XVI, vários cronistas e missionários acreditavam ter passado pelo Brasil, com base em relatos de que os Tamoios atribuíam a uma entidade chamada Sumé — um enviado de *Tupã* — supostas pisadas encontradas no litoral carioca (muito provavelmente, também bacias de polimento).

No final do século XIX, Itamaracá ganhou notoriedade com a descrição de D. Soares Ferreira Penna, que visitou o local em 1863. Outros visitantes identificaram novas ocorrências ao longo do rio Xingu, como Coudreau (1896), o geólogo Oliveira (1922), Melquíades Borges (1932) e o historiador Ferreira (1957), além do arqueólogo Perota (1977), durante as pesquisas do PRONAPABA.

A partir da década de 1980, a previsão da construção de um reservatório em Kararaô e da implantação de uma grande usina hidrelétrica em Belo Monte motivou a criação de um programa de pesquisas arqueológicas sistemáticas, coordenado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi e executado pela *Scientia Consultoria*. Esse programa possibilitou a ampliação e o aprofundamento do conhecimento sobre as ocorrências rupestres na região da Volta Grande do rio Xingu (Arnt, 2019).

No baixo Tocantins, o catálogo de Pereira menciona apenas dois sítios, ambos visitados no século XIX — um por Baeta, em 1839, e outro por Hartt, em 1871.

Não se conhecem sítios com gravuras ao longo do rio Tapajós, no Pará, onde há apenas o registro de um local com pinturas rupestres: o sítio de Cantagalo, conhecido desde 1877 por meio do relato de Gonçalves Tocantins.

Até agora, mencionamos apenas sítios localizados ao longo dos principais rios amazônicos, o que pode dar a impressão de que os indígenas teriam marcado exclusivamente essas vias fluviais. Contudo, essa distribuição reflete, na verdade, o fato de que os europeus e pesquisadores, em geral, se deslocaram pela Amazônia essencialmente por meio dos rios.

A instalação, em 1988, de uma linha de transmissão pela ELETROBRAS — atravessando o estado do Pará no sentido leste-oeste, em contraste com a orientação predominante norte-sul da rede fluvial — permitiu a Miller e Pereira a descoberta de sítios com características originais em áreas de interflúvio.

Em 2011, Erismar Silva, da Associação de Exploradores de Cavernas de Rurópolis, descobriu cinco cavernas com arte rupestre no município de Rurópolis (Pereira *et al.*, 2014; Travassos *et al.*, 2019), das quais três apresentam gravuras. Esses achados evidenciam o potencial arqueológico das vastas regiões de interflúvio, ainda pouco exploradas pelos pesquisadores.

Dessa forma, ao atualizarmos os dados coletados por Pereira (2003) com a inclusão dos novos sítios encontrados no vale do rio Mapuera, na região de Belo Monte e no município de Rurópolis, contabilizam-se pelo menos 125 sítios com registros rupestres no estado do Pará. Desses, 82 apresentam exclusivamente gravuras — embora se deva considerar a possibilidade de que também tenham abrigado pinturas no passado. Outros 14 sítios exibem, além das gravuras, pinturas ou traços que ainda conservam evidências de pigmentação em preto ou vermelho (como é o caso de Prainha e Rurópolis). Ou seja, são conhecidos, até o momento, pelo menos 96 sítios com gravuras atribuídas a populações indígenas.

Mesmo com tantos registros já identificados, ainda estamos longe de poder propor uma visão sintética — ainda que superficial — da arte rupestre nesta imensa região. Isso se deve, em grande parte, à escassez de monografias e de publicações analíticas detalhadas sobre os sítios. Por outro lado, é importante lembrar que as atuais fronteiras estaduais não existiam há apenas alguns séculos. Assim, o estudo dos conjuntos rupestres localizados no estado do Pará deve necessariamente considerar as ocorrências identificadas nos estados vizinhos, a fim de permitir uma compreensão mais ampla e integrada dos contextos culturais e territoriais das populações que produziram esses registros.

2.3 Os sítios com gravuras no Pará

Enquanto em quase todas as regiões do Brasil predominam quantitativamente as pinturas sobre as gravuras, observa-se o inverso na região amazônica e nas Guianas. Tal predominância das gravuras deve-se, provavelmente, à escassez de afloramentos rochosos verticais que permitam a formação de espaços protegidos do intemperismo — como grutas ou abrigos sob rocha — nos quais as figuras pintadas possam se conservar ao longo do tempo. Existem poucas exceções, como as serras de Monte Alegre e o carste de Rurópolis (PA), além dos inselbergues do norte de Roraima, todos na Amazônia brasileira. Na Amazônia colombiana, destacam-se as serras de Chiribiquete e da Lindoia. Nesses contextos, observa-se justamente uma grande concentração de registros pintados.

Nas demais regiões amazônicas, os afloramentos rochosos ocorrem, em geral, nas cachoeiras e corredeiras dos afluentes do rio Amazonas. Nesses locais, matacões e lajes costumam apresentar figuras gravadas, muitas das quais estão sujeitas à submersão sazonal.

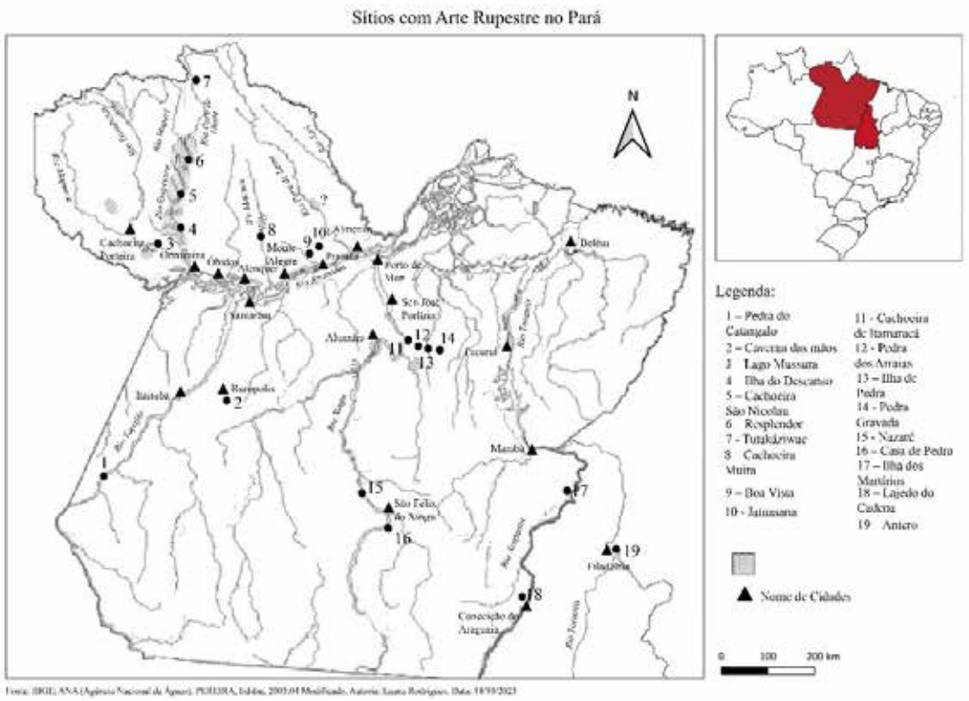
É importante frisar que muitas dessas gravuras podem ter sido originalmente pintadas. Isso foi verificado, por exemplo, nos sítios da Serra da Careta e de Jatuarana, no município de Prainha (PA), onde gravuras localizadas fora do alcance das cheias ainda conservam traços de tinta vermelha em seus sulcos. Já em 1959, Rauschert (citado por Pereira, 2003) mencionava a presença de restos de tinta em duas gravuras na Cachoeira do Inferno, no vale do rio Erepecuru.

Esse realce das gravuras por meio de pintura é particularmente evidente na Caverna das Mãos, em Rurópolis, onde o ambiente cárstico tem protegido os grafismos da ação erosiva natural.

Cabe, contudo, frisar que os paredões disponíveis em elevações e os matacões à beira dos rios não receberam exatamente os mesmos temas iconográficos. Enquanto as chamadas "caretas" e outras representações antropomorfas predominam amplamente nas gravuras localizadas nas corredeiras — particularmente no estado do Pará —, tais motivos são minoritários ou mesmo ausentes nas pinturas encontradas nos abrigos sob rocha do Pará e de Roraima.

Dessa forma, desde 1980, pareceu-nos justificado diferenciar, por um lado, uma tradição temática de ampla expansão territorial — inicialmente denominada "amazônica", e posteriormente rebatizada como "guiano-amazônica" em 1994 — e, por outro lado, outras manifestações rupestres caracterizadas por temáticas distintas e distribuição territorial restrita, cada uma delas com alcance essencialmente regional.

Figura 1 – Sítios com arte rupestre no Pará



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

3 A TRADIÇÃO GUIANO-AMAZÔNICA

Fora do Brasil, essa tradição se expande ao norte, ao longo do litoral caribenho, desde a Venezuela (Lago de Valência, Departamento de Carabobo – *vide* Paez, 2023) até a Guiana Francesa (La Carapa, perto da base de Kourou – *vide* Mazière, 1997; Aujoulat, 1997), manifestando-se por meio de gravuras picoteadas em afloramentos horizontais a céu aberto. A ocorrência mais oriental provavelmente corresponde a algumas "caretas" pintadas em pequenas grutas do Laranjal, a oeste do estado do Amapá.

No Brasil, essa tradição (que Pereira prefere chamar de "Amazônica") limita-se, de fato, quase exclusivamente aos afluentes setentrionais e à margem norte dos rios Negro e Amazonas. As únicas exceções correspondem a raras ocorrências nos baixos cursos dos rios Jau (afluente do rio Negro)

e Xingu. Por isso, consideramos importante introduzir o termo "Guiano-" em sua denominação.
Com exceção das serras do Parque Nacional de Monte Alegre, onde as figuras que atribuímos a essa tradição são pintadas em paredões abrigados e pequenas grutas abertas no arenito, nos demais sítios os grafismos encontram-se gravados em rochedos à beira das cachoeiras, em lajes ou em blocos isolados no meio das corredeiras. Essas manifestações estão, em sua maioria, situadas na faixa de flutuação sazonal dos rios, ficando emersas durante a vazante e submersas nas enchentes; algumas só podem ser observadas em anos de seca excepcional, como é o caso das gravuras de Muçura, no baixo Trombetas.

A temática característica refere-se essencialmente à figura humana, seja ela representada de corpo inteiro, seja apenas por evocações de rostos (que também poderiam ser máscaras). Eventualmente, às figuras antropomorfas associam-se alguns grafismos zoomorfos e/ou "geométricos" (aparentemente não figurativos). Ilustraremos essa predominância da figura humana com os três maiores conjuntos de gravuras conhecidos, situados nos dois extremos e em uma zona mais central da distribuição geográfica da tradição. A oeste, Paez (2023) analisou sistematicamente as 714 figuras registradas nos 28 sítios do Lago de Valência (Carabobo, Venezuela). Neles, a temática comporta 299 figuras antropomorfas, das quais 94 são representadas de corpo inteiro, 194 limitam-se ao desenho da cabeça e 41 correspondem a mãos e pés, totalizando 41,42% de todas as figuras. Há apenas 74 zoomorfos (10,4% do total), enquanto os 285 grafismos geométricos perfazem 39,1%.

No extremo leste da difusão da tradição, próximo à base de lançamento de foguetes de Kourou (Guiana Francesa), o rochedo de La Carapa, estudado por Aujoulat (1997), apresenta 248 figuras antropomorfas, acompanhadas apenas de algumas "*cupules*" (pequenas depressões circulares). Neste sítio, não há ocorrência de figuras zoomorfas nem de desenhos "geométricos".

No estado do Amazonas, entre Itacoatiara e Oriximiná, o sítio Caretas corresponde a uma concentração de 116 rochedos gravados próximos à desembocadura do rio Urubu no "rio-mar". As figuras antropomorfas, representadas apenas por cabeças e registradas por Sara Cavallini (2014), totalizam 590 exemplares (77% das figuras). Além delas, foram identificados 173 desenhos aparentemente não figurativos (22%) e apenas cinco zoomorfos (menos de 1%).

3.1 A Tradição Guiano-Amazônica no Estado do Pará

3.1.1 Distribuição das ocorrências

A área onde se concentram no Pará os sítios que se podem atribuir à Tradição Guiano-amazônica estão em continuidade com aqueles do estado de Amazonas; trata-se da bacia do Trombetas (particularmente, do vale do rio Erepecuru) para o norte, e da margem esquerda do rio Amazonas de Óbidos a Prainha passando por Monte Alegre (onde os temas da Tradição são exclusivamente pintados). Algumas ocorrências estão ainda assinaladas no curso médio inferior dos dois principais afluentes seguintes (rios Muira e Paru do Leste). Finalmente, a Tradição parece ter-se propagado pelo baixo rio Xingu, onde ocorrem sítios na região de Altamira, num raio de uma centena de quilômetros ao redor desta cidade.

3.1.2 Temática

É difícil estabelecer uma lista das figuras representadas e de quantificar os temas, pois as informações encontradas na bibliografia não são descrições sistemáticas. Contudo, as apresentaremos esperando que elas sejam pelo menos representativas. Outra questão é da interpretação que os arqueólogos fazem dos grafismos figurativos; basta um exemplo: durante a pesquisa realizada por nossa equipe no vale do rio Mapuera, uma gravura do sítio Waiawaikirî que parecia para os arqueólogos obviamente representar uma cara humana era identificada por Poriswe, um morador indígena do local como sendo um escorpião. É claro, aqueles que fizeram esta figura séculos ou milênios atrás bem poderiam ter dado a ela um significado ainda diferente. De qualquer forma, não podemos deixar de estabelecer categorias para ter a possibilidade de comparar os sítios, as unidades estilísticas e os dispositivos rupestres; isto, sem nunca esquecer da fragilidade das nossas interpretações das figuras.

Como já foi mencionado, as figuras antropomorfas predominam, sendo elas apenas cefalomorfas (a expressão é de Cavallini) ou de corpo inteiro. Elas podem ocorrer isoladas (rio Katxuru – também dito "Cachorro") ou formando pares; estes representariam possivelmente casais (por exemplo, os cefalomorfos de Boa Vista – Prainha) pois se inserem sem se destacar no meio de outras figuras semelhantes, ou gêmeos míticos (como as duplas bem destacadas e isoladas no suporte rochoso e de corpo inteiro adornado, como na Cachoeira Resplendor, no Erepecuru). Em alguns locais, tanto sob abrigo o quanto em rochedos no leito de rio, as figuras podem se agregar às dezenas (em uma das lajes submersas de Mussura (ou: Muçura), no baixo Trombetas) ou até as centenas (no já mencionado abrigo de Boa Vista). Raras representações de mulheres grávidas (com o feto visível na barriga) podem ser encontradas em um sítio do baixo Erepecuru (Ilha do Descanso) e em dois abrigos de Prainha (Boa Vista e Serra da Careta); na Cachoeira Tarumã, uma pessoa adulta parece segurar duas crianças, uma em cada braço.

Em toda a zona de dispersão da Tradição Guiano-amazônica há uma grande variedade de formas de representação da anatomia, que quase todas se encontram no Estado do Pará, várias delas podendo coexistir em um mesmo sítio.

As "caretas" (tanto gravadas como aquelas pintadas de Monte Alegre) podem apresentar contorno circular, semicircular aberto no topo, onde a linha de contorno termina em espiral, cuja terminação evoca os olhos; em meia-lua (com a parte plana virada para cima ou para baixo), quadrada (eventualmente aberta para baixo, os limites laterais terminando em sua parte inferior em voluta, como se fossem duas madeixas aneladas) ou até triangular. Algumas vezes estão pintados ou gravados apenas dois olhos, a boca e por vezes, o nariz, sem nenhum contorno. Todos esses elementos costumem ser simples "*cupules*" (pequenas depressões circulares), mas também podem ser lineares, a boca por vezes curvada (como em nossa convenção para evocar um sorriso em desenhos de crianças). É frequente dois arcos de círculo delinear as sobrancelhas, um traço vertical descendo do seu encontro para formar o nariz. Muito raramente as orelhas são delineadas – por um semicírculo. Acima da cabeça pode haver evocação de adornos em forma de diadema com elementos radiais (penas?) curto ou muito compridos. No sítio Mussura, são volutas que adornam o topo da cabeça em meia lua. Dois apêndices retos, ou curvos e terminados por volutas podem dominar lateralmente uma cabeça circular ou quadrangular, como se fossem chifre.

Os corpos, quando existem, podem ser filiformes ou elíptico (neste caso, pode apresentar um traço vertical central que poderia evocar a coluna vertebral e se prolonga entre as pernas para evocar o pênis). Quando retangular, o corpo costuma conter traços retos verticais, formando "X" ou zigue-za-

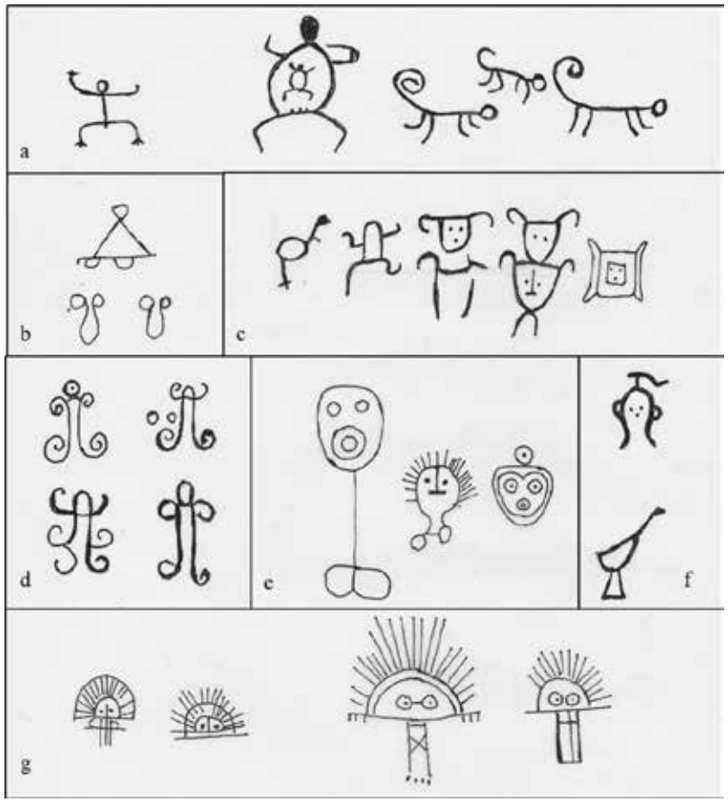
gues. Alguns sítios se singularizam apresentando corpos losangulares (Muçura) ou não contornados e evocados por duas volutas duplas em simetria espelhada (Cachoeira do São Nicolau).

Raramente, os elementos internos são círculos ou "*cupules*" (que parecem evocar o os mamilos e o umbigo). Um desenho de Frikel sugere que uma figura feminina do Canal da Pedra Pintada (no vale do rio Maicuru) teria seus seios gravados. Os membros podem ser desenhados de forma linear, retos ou dobrados, com ou sem dedos (estes podem inclusive serem substituídos por um pequeno círculo); embora excepcional, a representação os seios estão também registrados numa figura venezuelana e num sítio da região do rio Jaú, no vizinho Estado de Amazonas. As figuras antropomorfas se apresentam por vezes como uma simples cabeça da qual saem lateralmente dois braços curvos. Uma versão difícil de se interpretar é de figuras com larga cabeça se circular e estreito corpo retangular. Na junção entre estas duas partes um traço horizontal terminado por traços verticais curtos ou por um pequeno círculo costuma ser interpretados como sendo uma representação dos braços; contudo, poderiam também se tratar de brincos.

Também no rio Cuminá e alto Erepecuru, duplas de antropomorfos de cabeça radiada (cocar?) parecem vestir uma vestimenta ritual dos indígenas atuais, que representa um monstro aquático.

Nota-se que em nenhum dos sítios gravados da Tradição Guiano-amazônica no Pará foram registradas pisadas (humanas ou animais) ou impressões de mãos. Contudo, esses temas ocorrem pintados nos abrigos de Monte Alegre, mas neles provavelmente coexistam registros gráficos de várias culturas, pois apresentam uma temática muito mais variada que os sítios de gravuras. Contudo, mãos gravadas ocorrem em sítios do Lago de Valência, na Venezuela, junto das "caretas".

Figura 2 – Tradição Guiano-amazônica (1): figuras antropomorfas e zoomorfas



Legenda:
a) Ilha do Descanso, *apud* **Pereira 2003;**
b) Ilha dos Macacos, *apud* **Frikel 1959;**
c) Acampamentos Porco, *apud* **Rauschert 1959;**
d) Cachoeira São Nicolau, *apud* **O. Coudreau;**
e) Cachoeira do Mel, *apud* **Rauschert 1939;**
f) Cachoeira do Inferno, *apud* **Rauschert 1959;**
g) Cachoeira do Jacaré, *apud* **Rondon 1953; Cachoeira Resplendor,** *apud* **Frikel 1959.**

Fonte: Ilustração adaptada pelo autor (2024)[32].

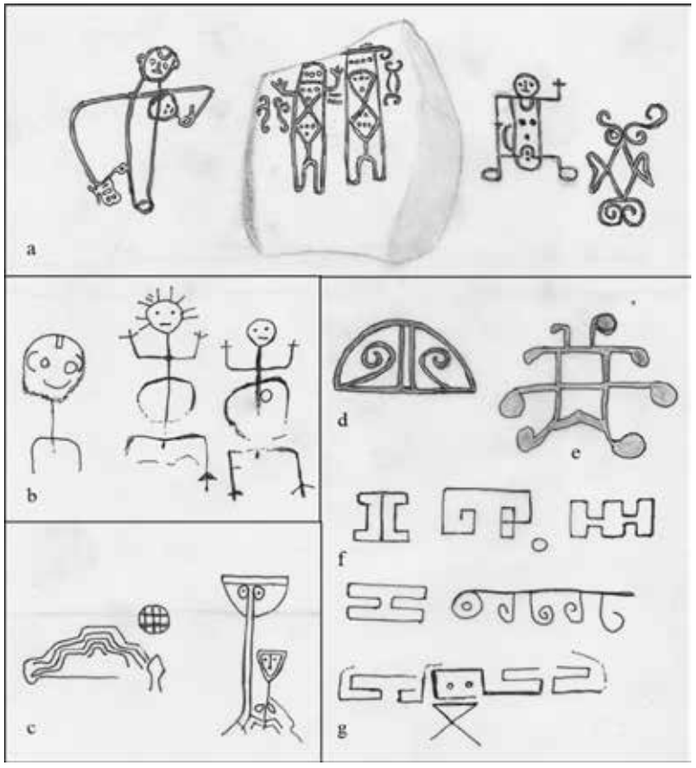
Em poucos sítios do baixo rio Erepecuru, algumas figuras zoomorfas aparecem associadas a figuras antropomorfas, compartilhando o mesmo suporte ou dispostas em blocos próximos entre si. Isso indicaria que possuem a mesma antiguidade, foram produzidas possivelmente pelos mesmos autores e estão vinculadas de forma significativa? Um estudo comparativo dos graus de pátina entre as diferentes categorias temáticas e estilísticas dos grafismos constitui um primeiro passo para esclarecer essa questão. De qualquer forma, mesmo que houvesse diferenças temporais e de autoria, os últimos a gravar suas marcas na pedra aceitaram a proximidade com as figuras deixadas por seus predecessores – ainda visíveis –, uma vez que não há indícios de destruição intencional para "limpar" os suportes. Também não se observa uma busca sistemática por espaços onde certas tipologias, possivelmente preexistentes, ficariam ocultas aos autores de gravuras com características distintas.

32 Os desenhos deste texto foram elaborados pelo autor a partir de croquis e fotografias publicadas em várias obras, e particularmente reproduzidas do livro de E. Pereira 2003. Trata-se, portanto, de documentos apenas ilustrativos e não de documentos precisos. Por exemplo, há deformações devidas ao ângulo em relação aos painéis a partir do qual as fotografias foram tiradas. As linhas de gravuras nem sempre aparecem nítidas, particularmente em zonas mais erodidas; várias foram "interpretadas" pelos seus autores mais antigos através do realce com giz, etc.

Os animais representados nas gravuras concentram-se predominantemente nos baixos cursos dos rios. As figuras identificadas incluem: macacos (reconhecíveis pelos rabos recurvados em voluta, registrados em três sítios), frequentemente dispostos em fileiras; pássaros representados de perfil (documentados em dois sítios); possíveis batráquios (atestados em três sítios); e um sauro. Quanto aos peixes, há registros de sua presença na Cachoeira Paciência feitos por Frikel (1963) embora sem descrições detalhadas.

A questão da possível associação das figuras geométricas com as representações antropomorfas coloca-se da mesma forma que aquela das zoomorfas. Pode-se tentar agrupá-las em categorias morfológicas: uma delas seria formada pelos grafismos que constituem volutas simples (presentes nos sítios Pirarara, Cajuaçu, Cachoeira Zoada e Cachoeira Paciência), às vezes terminando em um traço reto vertical (como no rio Murapi); outro grupo incluiria conjuntos complexos (atestados na Cachoeira Paraíso). Nota-se que volutas compõem, em alguns sítios, o corpo e/ou membros das figuras antropomorfas, como na Cachoeira de São Nicolau – padrão também observado em sítios próximos no Amazonas. Há ainda grafismos que formam gregas (Banco da Cobra, rio Murapi) e superfícies quadrangulares com apêndices terminados em volutas (Cachoeira do Armazém) ou compartimentadas (Cachoeira do Cajuaçu e no sítio sem nome do baixo curso do rio Anamu).

Figura 3 – Tradição Guiano-amazônica (2): figuras antropomorfas e geométricas



Legenda:
a) Cachoeira Tarumã, *apud* Rondon 1953 e Cruls 1954;
b) Cachoeira Muira, *apud* Pereira 2007;
c) Canal da Pedra Pintada, *apud* fotos de Frikel, *in* Pereira 2003;
d) Cachoeira Cajuaçu, *apud* Frikel 1959;
e) Cachoeira Armazem, *apud* Cruls 1954;
f) Rio Anamu, *apud* Farabee 1916 e rio Muriapi, *apud* O. Coudreau;
g) Banco da Cobra, *apud* Frikel 1959.

Fonte: Ilustração adaptada pelo autor (2024).

Finalmente, deve-se questionar se as "*cupules*" e grandes depressões polidas — incluindo as bacias de polimento — que ocorrem próximas a muitas gravuras manteriam relações simbólicas com as representações rupestres. No sítio Okoimo koto (médio/alto Mapuera), um conjunto dessas depressões apresenta ordenação e morfologia peculiares: formato elíptico (distinto dos padrões circulares ou biogivais observados em outros sítios), cuja configuração parece transcender a mera funcionalidade na fabricação de artefatos.

3.1.3 Técnicas de elaboração

As gravuras rupestres da Tradição Guiano-amazônica foram executadas mediante diversas técnicas. Muitos exemplares foram realizados através de picoteamento, cujos sulcos resultantes foram, em alguns casos, posteriormente alisados ou polidos — especialmente quando destinadas a receber pintura complementar. Na bacia do Trombetas e em outras localidades, observa-se uma técnica distinta: as figuras foram produzidas exclusivamente por raspagem, resultando em rebaixamento mínimo da superfície rochosa (aproximadamente 2 a 3 mm de profundidade). Após o processo de patinação, esses grafismos tornam-se particularmente discretos, perceptíveis apenas à curta distância. Caracteristicamente, tais representações exibem sulcos extremamente superficiais, sugerindo técnica de execução por esfregamento contínuo em vez de percussão (particularidade já documentada por Im Thurn no século XIX).

A técnica de incisão fina parece ser rara nesse contexto, registrada apenas em uma figura atípica de quadrúpede na Cachoeira Resplendor — cujo estilo de representação sugere possível origem alóctone em relação ao universo da Tradição Guiano-amazônica. Conforme mencionado anteriormente, os sítios com pinturas concentram-se em abrigos com paredes protegidas nos municípios de Monte Alegre e Prainha. Em Monte Alegre, em particular, observa-se a coexistência de figuras antropomorfas típicas dessa tradição com motivos iconográficos completamente distintos, compartilhando os mesmos suportes e espaços rupestres.

No município de Prainha, os quatro sítios rupestres documentados em abrigos apresentam exclusivamente representações antropomorfas gravadas. Dois desses sítios destacam-se pela técnica mista: na Serra da Careta, os traços gravados são realçados com pigmentação vermelha, enquanto no Jatuarana observa-se o emprego de bicromia (vermelho e preto) sobre os sulcos incisos.

Nota-se que o cuidado dedicado às figurações é extremamente variável; em alguns sítios (particularmente aqueles nos quais há um maior número de figuras), as "caretas" podem ser extremamente elementares (um simples círculo com dois ou três "*cupules*"), enquanto em outros sítios o cuidado estético é bem maior (tanto em sítios de pinturas como a Serra do Ererê e a Gruta do Pilão, em Monte Alegre, quanto em sítios de gravuras, como o sítio da Cachoeira Tarumã, no Erepecuru). Na região de Prainha, nota-se uma preocupação em diferenciar tanto as expressões quanto os adornos das "caretas", como se houvesse um desejo de individualizar o que seriam representações de pessoas reais. A mulher grávida da Serra da Careta apresenta uma tendência naturalista ímpar nas gravuras da tradição Guiano-amazônica. Por sua vez, as gravuras da Cachoeira Tarumã apresentam um cuidado especial na execução formal das figuras antropomorfas geometrizadas.

Evidencia-se, assim, uma expressiva diferenciação quanto à maestria e à dedicação entre os autores das figuras, tanto entre os diversos sítios quanto no interior de um mesmo sítio.

3.1.4 Localização dos sítios na paisagem e densidade de figuras

Os sítios conhecidos da Tradição costumam localizar-se próximos a caudalosos cursos d'água. Em geral, tratam-se de rochedos situados nas margens ou no leito dos rios, em zonas de corredeiras, ou ainda em paredões localizados junto a cachoeiras. Encontram-se, por exemplo, gravuras na Ilha do Descanso, pouco antes da Cachoeira da Pancada, no Erepecuru, e no Varredouro, no rio Katxuru. No entanto, no rio Mapuera, não foram registradas figuras rupestres nas corredeiras perigosas da região de Paraíso. Foi necessário subir até as corredeiras quase intransponíveis de Bateria para encontrar gravuras rupestres. Nossa equipe realizou uma verificação sistemática de todos os rochedos notáveis por sua morfologia em um trecho de 90 km do rio e de seus afluentes (e até de outros, em um trecho adicional de 20 km), tendo identificado apenas quatro sítios com gravuras.

Fora da bacia do Trombetas, o fato de que nem todas as corredeiras ou cachoeiras com suportes rochosos adequados apresentam registros gráficos já havia sido observado por Cavallini (2014), no rio Urubu, no estado do Amazonas. Também não foram utilizados todos os abrigos situados em zonas elevadas. É o caso dos amplos paredões de Itxunuri (denominados "Morro do Cachorro" por Pereira), que dominam o curso do baixo Katxuru e foram decorados com pinturas, mas não apresentam nenhuma figura cujo tema possa ser atribuído à Tradição Guiano-Amazônica.

De qualquer forma, o mapa dos sítios rupestres sugere, à primeira vista, uma relação significativa entre as manifestações gráficas pré-históricas e os cursos d'água. Contudo, talvez se trate de uma ilusão. Com efeito, a Amazônia é uma região predominantemente plana, geralmente pobre em suportes rochosos, de modo que as gravuras só podiam ser realizadas nos raros locais onde há afloramentos de rocha — os quais estão, majoritariamente, na origem das corredeiras. De fato, há "caretas" gravadas em alguns abrigos situados em altitudes mais elevadas, particularmente na região de Prainha e no Alto Erepecuru. À medida que se sobem os afluentes da margem esquerda do rio Amazonas, em direção às regiões mais acidentadas da Guiana, a disponibilidade de suportes rochosos aumenta consideravelmente.

Não se pode descartar a possibilidade de que, em regiões de interflúvio, desenhos semelhantes aos das gravuras rupestres tenham sido realizados em suportes perecíveis — por exemplo, por meio da remoção parcial da casca de árvores, de modo que as figuras aparecessem em negativo.

Não apenas nem todos os suportes potenciais foram utilizados, como também aqueles que foram escolhidos raramente foram intensamente decorados. No alto curso dos rios que descem do platô das Guianas, em particular, os sítios podem conter apenas uma ou poucas figuras. Já nas proximidades das confluências com o curso inferior do rio Trombetas ou do Amazonas, observam-se locais com maior número de rochedos gravados ou com amplos paredões intensamente utilizados, por vezes dispersos em áreas de vários hectares. Tal parece ser o caso da Ilha do Descanso, no baixo Erepecuru, onde podem ser avistadas facilmente algumas dezenas de gravuras, e dos abrigos de Prainha (Bela Vista e Jatuarana), à beira do Amazonas, que reúnem até centenas de figuras. Esses seriam exemplos de sítios com registro quantitativamente mediano.

Destacam-se, por fim, os sítios intensamente gravados. No estado do Pará, os já mencionados abrigos de Prainha concentram uma ou várias centenas de figuras. Fora do Pará, observa-se que, no baixo rio Urubu, o sítio Caretas contém quase 600 figuras antropomorfas, enquanto no litoral do Caribe, o sítio de La Carapa reúne cerca de 250 delas. Ainda próximo ao Brasil, no sudoeste do Suriname, o sítio de Werehpai abriga mais de 500 gravuras, algumas delas extremamente elaboradas.

O que significariam essas diferenças quantitativas? Estaríamos diante de locais de maior ou menor prestígio — em escalas local, regional ou inter-regional? Ou essas variações refletiriam diferenças na densidade populacional dos territórios que cada sítio marcaria?

Não se pode descartar, também, que rochedos com formatos sugestivos — como aquele com forma de sapo, a montante da Cachoeira São João, no rio Katxuru — tenham sido percebidos pelas antigas populações como elementos figurativos significantes, tanto quanto os desenhos gravados, por meio de um processo de pareidolia. No mesmo rio, os indígenas Wayana nos mostraram um bloco trabalhado, conhecido como Muruti. Segundo eles, esse rochedo transforma-se em homem ou em cobra gigante para seduzir mulheres; outros, mesmo sem gravuras, são identificados como sapos ou quelônios.

Nesse sentido, o "registro gráfico" dos locais que hoje interpretamos como "pobres" em manifestações rupestres pode ter sido, na verdade, muito mais amplo do que supomos.

3.1.5 Qual seriam os significados da repartição dos sítios e o da temática?

O fato de haver pouquíssimas figuras na maioria dos sítios sugere que nem todos estavam autorizados a gravar nos suportes rochosos. O fato de as figuras estarem, em geral, nas margens ou até mesmo no meio dos cursos d'água implica uma ausência de restrição à sua contemplação. Com efeito, e tal como ainda ocorre hoje, boa parte da movimentação das pessoas devia ocorrer por via fluvial. Por outro lado, a pesca é particularmente favorecida nos ambientes que circundam as cachoeiras e corredeiras, que forneceram os principais suportes para as gravuras.

Assim sendo, essas manifestações gráficas provavelmente eram conhecidas e comentadas por todos os membros das comunidades locais, além de notadas por visitantes. Elas marcavam locais de passagem delicada ou, por vezes, intransponível. Entre os indígenas atuais, é comum deixar a canoa ao pé de locais não navegáveis e transportar-se, com eventuais cargas, até o topo da escarpa, onde outra canoa os aguarda. As viagens fluviais, portanto, são realizadas em trechos aquáticos intercalados por percursos terrestres.

As gravuras poderiam fornecer informações sobre as condições de transbordo, que podem ser complexas? Em uma ocasião, nossa equipe perdeu uma grande canoa ao atracar no local, pois um dos canoeiros não conhecia aquele trecho do rio.

Supondo que o universo conhecido das gravuras rupestres do noroeste do estado do Pará seja representativo do registro pré-histórico da região, pode-se destacar a grande originalidade de sua temática, que confere ênfase quase exclusiva à figura humana — em contraste com as regiões vi-

zinhas, onde predominam representações faunísticas e/ou desenhos geométricos. Essa temática, muito restrita, implica uma regra muito precisa sobre o que era para ser gravado.

Em vários sítios, nota-se que algumas figuras antropomorfas se destacam — raramente de forma individual (como é o caso das mulheres grávidas), mas mais frequentemente organizadas em pares. Isso é particularmente evidente em certas cabeças nos abrigos de Prainha; em uma dupla pintada, de corpo triangular e delicadamente delineada, na Serra do Ererê, em Monte Alegre; e também nas belas representações de corpos inteiros com grandes cocares, nos rochedos do Alto Erepecuru. Seriam essas figurações destinadas a celebrar os fundadores de comunidades locais? Em muitas duplas, uma das figuras costuma ser ligeiramente maior que a outra, mas os sexos não costumam estar indicados, o que impede a certeza de que se tratem de casais. Essas duplas poderiam também remeter à figura dos gêmeos presentes nas mitologias caribenhas (Rostain, 2015; Jácome *et al.*, 2023), os quais parecem igualmente representados em algumas modelagens de borda da cerâmica Konduri. Na Cachoeira Tarumã, há figuras gêmeas que contêm, dentro de si, outros antropomorfos, enquanto outras parecem segurar criancinhas — elementos que sugerem situações excepcionais ou simbólicas específicas.

Algumas figuras biomorfas gravadas na bacia do rio Trombetas foram interpretadas por visitantes como representações de batráquios. Esse tema poderia, em princípio, relacionar-se à produção Santarém; no entanto, a forma de representação desses biomorfos não corresponde àquela dos batráquios em cerâmica ou em pedra polida (muiraquitãs) do baixo rio Amazonas, atribuídos comumente aos ceramistas Konduri e Santarém. É também digno de nota que, nos sítios com gravuras rupestres, há ausência total de papagaios — tema típico das vasilhas com cariátides Santarém — e de gaviões-ralas, característicos dos vasos de gargalo Konduri. Da mesma forma, são extremamente raras as representações de sáurios, enquanto o jacaré constitui o tema principal de muitos vasos de gargalo Santarém. É claro que, pelo fato de as vasilhas representarem fartamente esses animais, não se pode supor que seus autores estivessem obrigados a gravá-los também na pedra. Ainda assim, é importante destacar que não há uma superposição temática total entre as gravuras rupestres e a cerâmica decorada do período pré-colonial tardio no baixo Amazonas.

3.1.6 Datação

Não há, até o momento, datações diretas para a arte rupestre no estado do Pará, de modo que não se dispõe de uma cronologia absoluta para esses registros. No caso da Tradição Guiano-Amazônica, contudo, é legítimo considerar o quadro coerente de datações obtidas por Cavallini (2014) no sítio Caretas, localizado no rio Urubu. Embora esse rio esteja situado no estado do Amazonas, ele não fica muito distante da bacia do rio Trombetas.

Nesse sítio, onde foram realizados levantamentos sistemáticos e escavações, um bloco gravado foi naturalmente soterrado por sedimentos e encontrado abaixo de uma camada (camada II) datada por AMS entre 1110 e 1170 anos AP, o que fornece uma idade mínima para as figuras nele gravadas. Por outro lado, o estudo geomorfológico conduzido paralelamente à pesquisa arqueológica sugere que o depósito sedimentar da camada II teria iniciado por volta de 2000 anos AP. Dessa forma, as figuras gravadas nesse bloco (e, possivelmente, nos demais) teriam sido produzidas por volta do século VIII da nossa era.

Considerando a presença, no sítio, de cerâmica da Fase Itacoatiara, Cavallini (2014) atribui o registro rupestre à autoria dos produtores dessa tradição cerâmica.

No Pará, diante da ausência de datações arqueológicas diretamente associadas à Tradição Guiano-Amazônica, Pereira (2010) propõe uma comparação entre as feições das modelagens antropomorfas e das incisões geométricas presentes na cerâmica da cultura Santarém e aquelas observadas nas figurações rupestres. De fato, nota-se uma grande semelhança entre os traços das chamadas "bonecas" de cerâmica, dos apliques e das cariátides das vasilhas dessa cultura. Também são típicas da decoração dos pedestais desses vasos cerimoniais as mesmas volutas que acompanham as "caretas" em muitos sítios do vale do rio Trombetas.

Dessa forma, é tentador relacionar os grafismos da Tradição Guiano-Amazônica aos portadores da cerâmica Santarém e, provavelmente, também àqueles que produziram a cerâmica Konduri — presentes no Baixo Trombetas nos séculos que antecederam a chegada dos europeus. Já na década de 1950, Frikel havia salientado a proximidade entre os rochedos gravados do Erepecuru e as terras pretas que contêm cerâmica "Condori".

De todo modo, parece razoável atribuir a iconografia aqui discutida ao conjunto das populações ceramistas que ocuparam as Guianas e a margem setentrional do rio Amazonas, desde a Venezuela até o Baixo Amazonas, entre os séculos VIII e XVI da nossa era.

Além de se estabelecer uma faixa cronológica plausível para as gravuras, seria igualmente importante avaliar a duração do período durante o qual essas figuras teriam sido produzidas.

O grau de erosão das figuras pode, eventualmente, ser utilizado para diferenciar os grafismos mais antigos daqueles mais recentes, desde que estejam gravados em um mesmo tipo de rocha e submetidos às mesmas condições de intemperismo. Uma pesquisa com esse enfoque seria particularmente viável ao se comparar os desenhos presentes em um mesmo suporte.

Por exemplo, em cada um dos rochedos imersos do Lago Muçura, as fotografias apontam para a coexistência de gravuras bastante abrasadas e rasas — que poderiam ser anteriores — com outras bem mais visíveis. Seria necessário, contudo, verificar se essas primeiras não teriam sido simplesmente feitas com sulcos menos profundos que as demais. Para isso, seria imprescindível uma análise criteriosa dos sulcos, o que exigiria um investimento específico ainda não realizado. Tratando-se de gravuras em suporte arenítico, talvez fosse possível aplicar, nessa situação, um método semelhante ao proposto por Bednarik (1992), baseado na comparação dos graus de arredondamento dos grãos de sílica. Ainda que os resultados não permitissem uma datação absoluta das gravuras, poderiam ao menos indicar a possível existência de longos lapsos de tempo entre a elaboração das diferentes figuras — ou, ao contrário, sugerir a quase simultaneidade de sua execução.

Na Venezuela, os pesquisadores costumam atribuir as figuras da Tradição Guiano-Amazônica aos portadores da cerâmica barrancoide/saladoide (Scaramelli, 2010), o que indicaria uma antiguidade um pouco anterior à das ocorrências do rio Urubu. No sudoeste do Suriname, Versteeg (2003) escavou o sítio de Werehpai e datou três amostras de carvão entre 5000 e 4200 AP. Em razão disso, costuma-se atribuir essa antiguidade às centenas de gravuras antropomorfas que cobrem as paredes e blocos do sítio. Contudo, não se pode afirmar, com certeza, que os carvões datados tenham

sido deixados pelos autores das gravuras. Essa atribuição parece improvável quando confrontada com o estudo sistemático realizado por Cavallini (2014) e seus colaboradores.

3.1.7 As diferenças estilísticas na Tradição

Resta a dúvida sobre se as variações morfológicas e de detalhamentos observados nas figuras antropomorfas da Tradição refletiriam especificidades de ordem regional ou cronológica, ou se decorreriam do grau de habilidade dos autores — ou ainda de traços idiossincráticos.

Existe um evidente parentesco entre figuras de características bastante peculiares encontradas a mais de 2.000 km de distância umas das outras no eixo leste-oeste. Por exemplo, figuras que ostentam volutas na parte superior da cabeça ou dois traços verticais terminando também em volutas, substituindo o corpo, ocorrem tanto no lago de Valência (norte da Venezuela) quanto na bacia do Erepecuru (Cachoeira São Nicolau e rio Muçura, no estado do Pará). Contudo, essas figuras características (que indicam a existência de modelos comuns) são raras e se misturam, nos sítios, há outras estilisticamente completamente distintas. No estado do Amazonas, elas são características do Estilo Jaú, proposto por Valle (2010) para os sítios encontrados no curso inferior do rio epônimo.

No eixo norte-sul, pode-se notar também a similitude instigante entre os antropomorfos lineares "filiformes", de cabeça triangular, encontrados no Pará apenas em um sítio do rio Paru de Leste, mas que são semelhantes às figuras que compõem o grande conjunto gravado de Kourou, na Guiana Francesa, sugerindo também a existência de modelos comuns.

Ao longo do rio Amazonas, os cefalomorfos (ou figuras com a cabeça destacada, enquanto o corpo mal está esboçado) parecem formar a quase totalidade das representações (com exceção das pinturas de Monte Alegre), enquanto as figuras de corpo inteiro se tornam mais numerosas no curso superior dos afluentes. Da mesma forma, a utilização da pintura (associada ou não a sulcos gravados) parece restrita às imediações do grande rio, nos abrigos rochosos de terra firme, no trecho que vai de Monte Alegre a Prainha; contudo, isso só é significativo caso as gravuras das zonas baixas inundáveis nunca tenham sido pintadas, pois é possível que a erosão decorrente das enchentes tenha removido pigmentos antigos.

Figura 4 – Tradição Guiano amazônica (3): na região ao oeste de Prainha

a) Sítio Boa Vista



b) Sítio Boa Vista



c) Sítio Boa Vista



d) Sítio Boa Vista – ilustração de uma mulher grávida



e) Sítio Serra da Careta – ilustração de uma mulher grávida



Fonte: Fotografias registradas pelo autor (2003).

Nota-se que alguns modelos morfológicos parecem restritos a determinados setores geográficos ou, ao menos, concentrados ao longo de trechos limitados dos cursos d'água. Por exemplo, os antropomorfos com cabeça muito alargada e cocar vistoso, encimando um corpo simplificado representado por um simples retângulo, concentram-se no vale do rio Erepecuru, particularmente em seu curso médio-superior. Por sua vez, as poucas figuras zoomorfas parecem concentrar-se no curso inferior do rio Erepecuru, enquanto os motivos geométricos mais elaborados ocorrem com maior frequência em seu curso médio.

Nota-se, na Cachoeira Muira, a predominância de desenhos antropomorfos filiformes, com corpo e membros dispostos em ângulos retos, à semelhança do que ainda ocorre nas pinturas de teto das Casas Grandes coletivas tradicionais indígenas da região. Estariam esses gravados rupestres marcando a originalidade de uma comunidade antiga? Teria sido essa forma de desenhar característica de pessoas especializadas na produção de trançados, que teriam projetado nos suportes gravados as mesmas formas decorativas resultantes do cruzamento de talos vegetais?

As figuras antropomorfas mais numerosas são, como vimos, as cefalomorfas elementares — simples contornos com três ou quatro orifícios. Seria essa prevalência resultado de uma execução mais acessível a pessoas com menor habilidade em desenho? Ou estariam essas figuras destinadas a representar um grupo de "espectadores" com participação menos relevante nas narrativas mitológicas associadas às gravuras?

É preciso reconhecer que todas essas "explicações" não passam de divagações, uma vez que não há como sustentá-las de forma objetiva. Além disso, a maioria dos sítios ainda não foi objeto de levantamentos sistemáticos, o que impede saber até que ponto o material atualmente disponível na bibliografia é, de fato, representativo.

4 AS OCORRÊNCIAS RUPESTRES NA SERRA DO TUMUCUMAQUE

Próximo às nascentes do rio Paru de Oeste, na Serra do Tumucumaque, Frikel (1963) relata ter visitado vários abrigos de pedra com paredes gravadas, situados em território Tiriyó. Descreve, em particular, o abrigo menor de Tuhtakáriwae. As gravuras mais numerosas seriam figuras "geométricas", algumas bastante elaboradas, como triângulos ou quadriláteros compartimentados, preenchidos com elementos geométricos dispostos simetricamente. Destacam-se, no entanto, algumas representações zoomorfas, especialmente sapos, alguns dos quais também executados com esmero — como um sapo no abrigo menor e uma ave no abrigo maior de Tuhtakáriwae. Observa-se uma semelhança impressionante, tanto no tema quanto na forma de execução, entre uma figura do abrigo (um sapo?) no Tumucumaque e uma gravura isolada em um rochedo proeminente da Crique Pavé, na ilha de Caiena, litoral da Guiana Francesa.

Figura 5 – Gravuras da Serra do Tumucumaque: abrigo menor de Tuhtakáriwae



Fonte: Frikel (1961).

Segundo o pesquisador, os sapos representariam, para os Tiriyó, a forma visível de uma velha mítica — a dona do fogo —, enquanto a ave seria a manifestação visível das almas dos mortos.

Nota-se que, além da temática — que sequer inclui figuras antropomorfas —, o estilo de representação é bastante distinto daquele apresentado pelas figuras da Tradição Guiano-Amazônica, as quais, como vimos, ocupam os trechos mais a jusante dos rios da região. Frikel (1963) escavou um dos abrigos, sem encontrar vestígios arqueológicos além das próprias gravuras, ou, na superfície, uma grande quantidade de vegetais queimados. Segundo os Tiriyó, esses vestígios seriam restos de tochas dos "Antigos", feitas com resina de jataicica.

Ainda na Serra do Tumucumaque, encontram-se figuras zoomorfas formadas por pequenas placas de pedra, dispostas artificialmente sobre a superfície dos morros rochosos. A primeira referência a esses arranjos deve-se a Frikel (1963), no lado brasileiro, embora tais configurações rochosas também sejam conhecidas no lado da Guiana Francesa (Mazière, 1997).

5 AS OCORRÊNCIAS AO SUL DO RIO AMAZONAS

Ao sul da calha do rio Amazonas não se encontram mais conjuntos de sítios rupestres com uma temática específica e espacialmente em continuidade. Apenas tem em comum o fato de apresentarem, quase todos, uma predominância de gravuras. De qualquer forma, a densidade de sítios conhecidos diminui em relação àqueles da margem setentrional.

5.1 Sítios rupestres ao longo do rio Tapajós

Há pouquíssima informação disponível sobre sítios rupestres ao longo do rio Tapajós. No entanto, há registros de sítios com gravuras na região de seus formadores, como a monumental Pedra Preta de Paranaitá (já no Estado do Mato Grosso, quase na divisa com o Pará), especialmente no rio Teles Pires. Em seu catálogo, Pereira (2003) menciona, no Pará, apenas a Pedra do Cantagalo, conhecida desde 1887, mas descrita de forma bastante vaga, a ponto de não ser possível afirmar com clareza se as figuras seriam apenas pintadas (como sugere o relato de Antônio Gonçalves Tocantins) ou gravadas — termo utilizado por Coudreau (1901). O sítio foi apresentado a Tocantins pelos indígenas Munduruku como o registro da instalação da primeira aldeia humana pelo herói cultural Caru Sacaebé.

5.2 Os sítios do rio Xingu e imediações

Como vimos anteriormente, o trecho do rio Xingu que se estende desde a Volta Grande e o rio afluente Bacajá até a confluência com o rio Iriri é o único local onde parece ter havido uma difusão da Tradição Guiano-Amazônica ao sul do rio Amazonas. Contudo, outros sítios com gravuras apresentam temas geométricos comuns bastante elaborados, eventualmente complementados por motivos zoomorfos que variam de sítio para sítio.

5.3 A Cachoeira de Itamaracá e o sítio de Nazaré

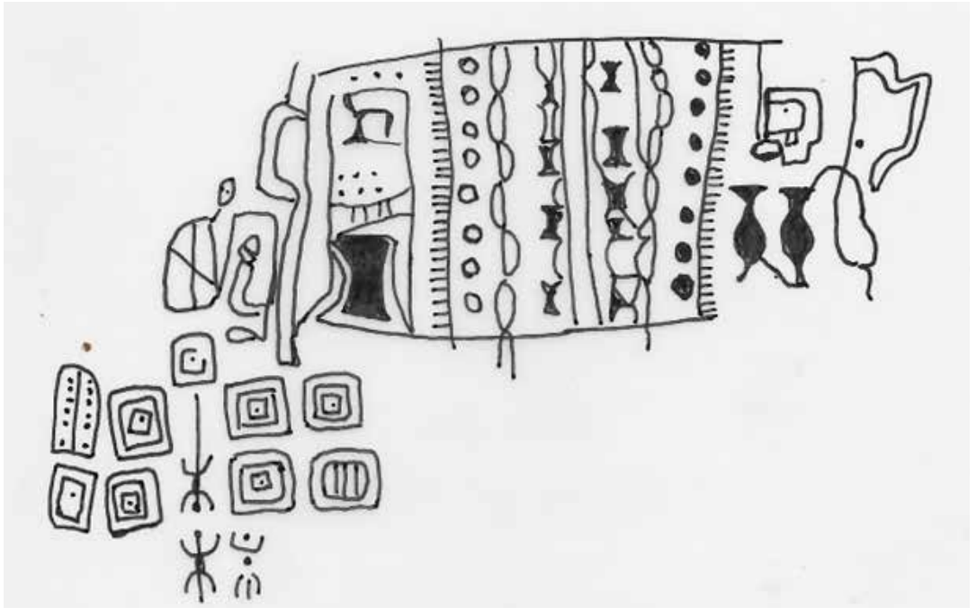
Infelizmente, a única descrição ilustrada da "suberba inscrição" (sic) da Cachoeira de Itamaracá deve-se a Domingos Soares Ferreira Penna, que visitou brevemente o local em 1879 e elaborou um croqui de duas das três pedras "desenhadas" do sítio. Posteriormente, enviou um artista para realizar um molde, mas este foi executado de forma incompleta devido às cheias. O material assim obtido foi publicado por Netto (1885), que fez uma "leitura" criativa do painel principal, o qual, segundo ele, registraria uma conferência entre três chefes, próxima a uma aldeia fortificada.

Vale a pena deter-se sobre esse conjunto de Itamaracá, em razão de sua originalidade.

Em uma ilha fluvial, uma parede rochosa sulcada por gretas se ergue abruptamente. O compartimento mais elevado apresenta-se como um "quadro de salão" e abriga a maior parte das figuras. A figura principal — a "aldeia" de Netto —, mais alta e vistosa, possui contorno retangular compartimentado verticalmente. Cada compartimento é preenchido com padrões distintos: ampulhetas dispostas verticalmente, pequenos círculos, pontos grossos ou duas linhas associadas, entrelaçadas como se formassem um par helicoidal. Logo abaixo desse grafismo complexo, encontram-se três representações sauromorfas e um conjunto de quadrados concêntricos (encaixados como bonecas russas), dispostos simetricamente ao redor das figuras zoomorfas e, possivelmente, executados posteriormente a elas.

Aparentemente, parte das gravuras era destacada com tinta amarela, que ora preenchia os sulcos, ora os acompanhava na forma de um traço paralelo, a uma distância de 3 ou 4 centímetros.

Figura 6 – Cachoeira de Itamaracá



Fonte: *Apud* Domingos Soares Ferreira Penna (2003), reproduzido por Pereira (2003).

Particularmente instigante é o fato de a figura geométrica complexa apresentar a mesma estrutura de uma categoria de grafismos normalmente pintados, característicos de um estilo — que denominamos *Caboclo* — encontrado em trechos do médio-alto e médio-baixo vale do rio São Francisco. A complexidade das figuras *Caboclo* é grande demais para que se possa afirmar tratar-se de uma convergência casual. Deve-se considerar a possibilidade de que a gravura tenha sido feita por um visitante oriundo de Minas Gerais ou da Bahia, a não ser que se tratasse de um nativo do Xingu de volta de um périplo pelos sertões das terras mais meridionais. É claro que modelos gráficos sobre suportes móveis e perecíveis — como cabaças, por exemplo — também poderiam ter circulado entre as diversas regiões.

Nota-se que os mesmos quadrados concêntricos alinhados — outro grafismo marcante de Itamaracá — aparecem, desta vez como tema exclusivo, nas gravuras do sítio de Nazaré, também situado às margens do rio Xingu, mas a cerca de 500 km a montante de Itamaracá. Esses quadrados ocorrem ainda de forma mais discreta na Pedra das Arraias, descrita mais adiante. Por outro lado, o tema dos sauromorfos pode ser encontrado também a poucas dezenas de quilômetros a oeste (no abrigo do Rodrigo e na própria Pedra das Arraias) e a montante, na Casa de Pedra, situada na região de São Félix do Xingu.

5.4 As Pedras das Arraias e dos Macacos

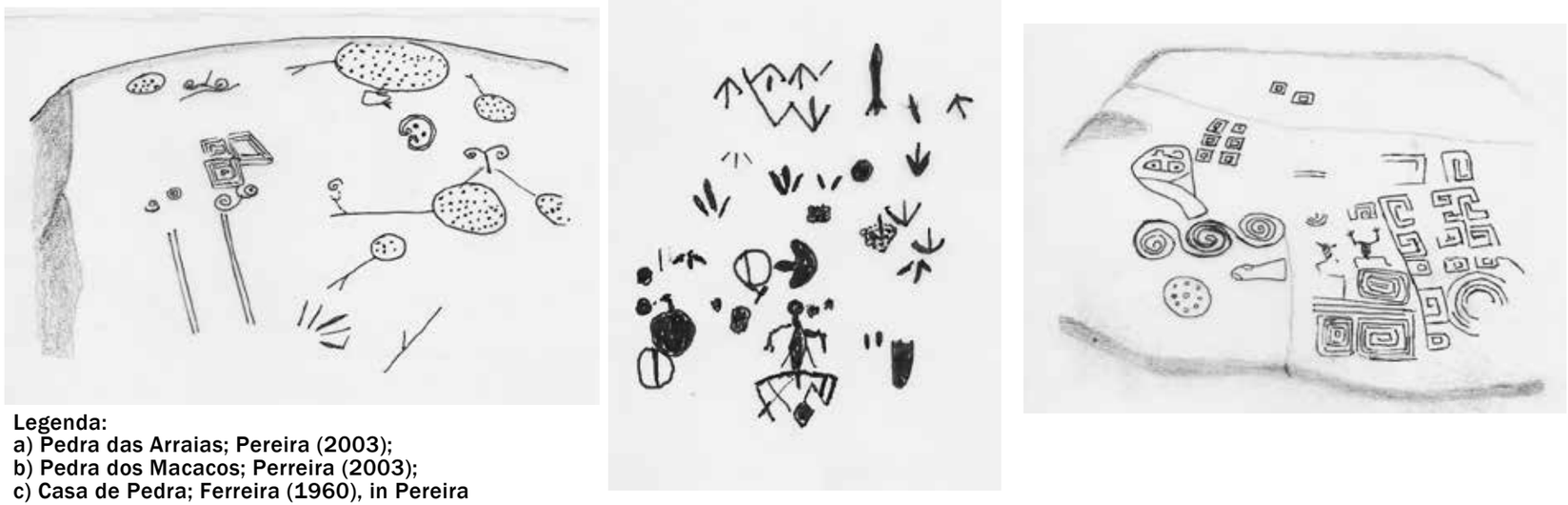
Registrada em 1998 por Pereira, a Pedra das Arraias localiza-se próxima a um pequeno afluente do rio Xingu, nas proximidades de sua Grande Volta. Trata-se de um bloco de granito com cerca de 4 metros de altura, cujo topo, com aproximadamente 60 m², está coberto por gravuras zoomorfas e geométricas. Visual e quantitativamente, o tema dominante são as arraias, representadas por círculos preenchidos com pontos — evocando as pintas do animal — acompanhados por um traço reto que representa a cauda, por vezes com terminação múltipla (ferrão?).

Na foto publicada por Pereira, uma das representações sauromorfas parece ter a cabeça posteriormente retocada, de forma a evocar um ser antropomorfo. Observa-se também a presença de gravuras representando pisadas humanas.

Destacam-se ainda conjuntos de quadrados e losangos concêntricos que remetem à Pedra de Itamaracá; faixas alongadas formando frisos de triângulos hachurados; e uma linha adornada por ganchos bilaterais, completando a temática geométrica visível nas ilustrações disponíveis na bibliografia (Pereira, 2003; Etzel *et al.*, 2007).

A poucos quilômetros do sítio anterior, a Pedra dos Macacos também combina representações zoomorfas — particularmente uma fileira de macacos e uma tartaruga — com desenhos geométricos de cuidadosa execução. Destacam-se conjuntos de quadrados concêntricos, gregas e duplas espirais contrariadas ou terminadas simetricamente na extremidade de um curto traço reto.

Figuras 7 – Rio Xingu e adjacências



Legenda:
a) Pedra das Arraias; Pereira (2003);
b) Pedra dos Macacos; Perreira (2003);
c) Casa de Pedra; Ferreira (1960), in Pereira

Fonte: Imagem adaptada pelo autor (2024).

5.5 As gravuras da Casa de Pedra

Nas imediações do rio Fresco, afluente do Xingu, o pequeno abrigo Casa de Pedra apresenta pinturas geométricas sobre as quais foram posteriormente gravadas figuras tridáctilas. Estas se associam ao chamado Estilo das Pisadas, cuja distribuição se estende desde a Argentina, ao sul, e o leito do rio Paraná até o curso do Araguaia, alcançando o interior do Ceará e do Maranhão, ao norte. As ocorrências mais próximas da bacia do rio Xingu, no Pará, localizam-se no município de Filadélfia (Tocantins), a cerca de 400 km a leste da Casa de Pedra.

6 OS SÍTIOS DO RIO ARAGUAIA

Os sítios com gravuras rupestres conhecidos ao longo do rio Araguaia concentram-se, por um lado, nas proximidades da Serra das Andorinhas — onde também se encontram alguns sítios com pinturas — e, por outro, a pouca distância da cidade de Conceição do Araguaia.

6.1 A Ilha dos Martírios e seus arredores

A Ilha dos Martírios é uma ilha de baixa altitude, que permanece submersa durante as cheias e se torna periodicamente acessível a pé durante a vazante. Mede cerca de 2 km de comprimento por 800 metros de largura e apresenta amplas superfícies sub-horizontais de xisto relativamente pouco resistente à gravação. De fato, esse suporte foi amplamente aproveitado por populações pré-históricas, que deixaram mais de 3.300 figuras distribuídas em 760 agrupamentos (ou "painéis"), conforme registrado por Atzingen (1989), que realizou a cópia integral dos motivos.

Ainda assim, os traços produzidos por picoteamento não são muito profundos — poucos milímetros — nem muito largos, variando entre 1 e 2 cm de largura, como já havia observado Ehrenreich em 1888. As figuras antropomorfas são raras e bastante esquemáticas, sendo registradas algumas representações de pisadas. O bestiário inclui quadrúpedes de traços rudimentares, figuras sauromorfas de variados formatos e proporções — incluindo jacarés com focinhos detalhados — além de prováveis quelônios, macacos com cauda enrolada e aves. Entre estas, as maiores são representadas de frente, com as asas abertas, enquanto as menores aparecem de perfil, com as asas recolhidas.

Ehrenreich (1948) reproduziu, por meio de desenhos, discos repletos de pontos, que poderiam representar corpos de arraias — embora o antropólogo alemão aparentemente não tenha identificado a cauda. Destacam-se, ainda, representações de artefatos, como cocares circulares — geralmente com duas penas gêmeas mais longas que as demais — e machados de formatos diversos, com lâmina e cabo bem diferenciados.

Entre as formas geométricas se destacam cruzes, quadriláteros de "*cupules*" e, sobretudo, um triângulo equilátero com um dos ápices substituído por um círculo.

Ao que parece, algumas figuras foram “retocadas” muito tempo depois de elaboradas, em razão das diferenças de patina.

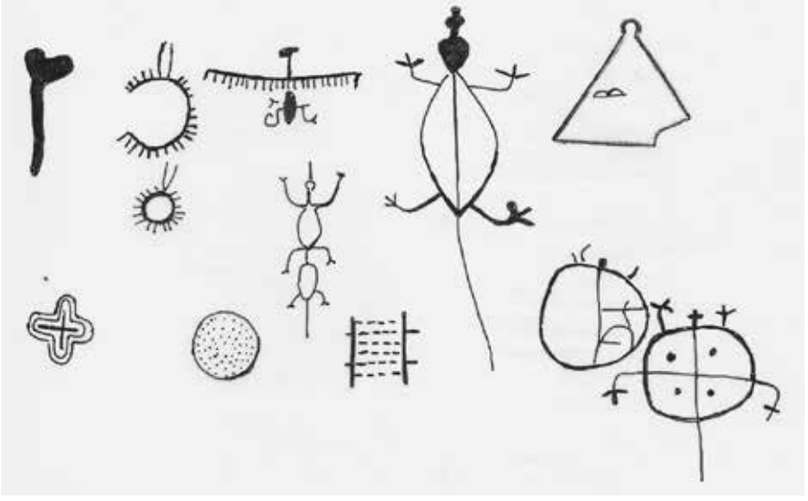
Na mesma altura da Ilha dos Martírios, as gravuras da Pedra Escrita se espalham numa área de cerca de 250 x 50 m na margem esquerda do rio Araguaia, próximo a corredeiras.

Os suportes consistem em grandes lajes, geralmente sub-horizontais e submersas durante as enchentes. No entanto, três dessas lajes se erguem verticalmente, permitindo que as gravuras sejam visíveis a certa distância; o maior desses suportes, com 3 metros de altura, encontra-se acima do nível alcançado pelas águas fluviais. Segundo Atzingen (1989), as gravuras da Pedra Escrita podem atingir até 3 cm de profundidade — bem mais do que se observa na ilha vizinha.

O mesmo autor aponta a presença de temas comuns aos registrados na Ilha dos Martírios, como machados e círculos radiados. Estes últimos, contudo, parecem representar mais “sóis” do que cocares, apresentando raios curtos e de igual comprimento, conforme os registros gráficos publicados. Diferentemente do que se observa na Ilha, predominam aqui figuras antropomorfas, de traço filiforme e extremamente esquemático.

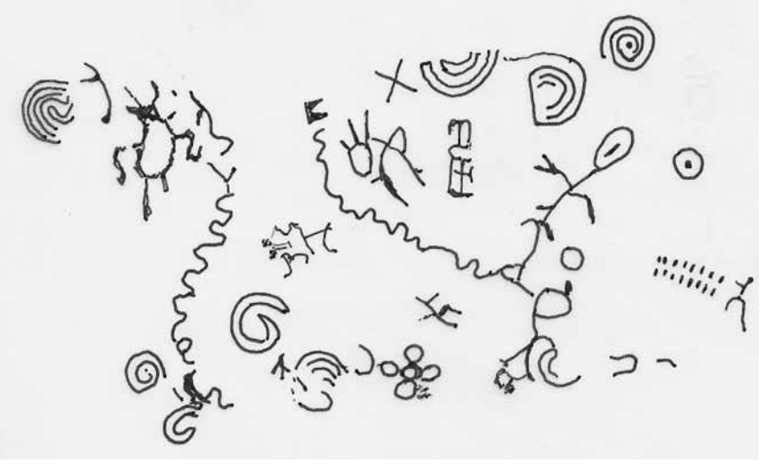
Figura 8 – Sítio do rio Araguaia

a) Ilha dos Martírios



Fonte: Pereira (2003).

b) Lajedo do Cadena (ou de Conceição)



Fonte: Vellard (1931).

6.2 A região de Conceição do Araguaia

Cerca de 150 km a montante do complexo da Ilha dos Martírios, seis sítios com gravuras rupestres apresentam predominantemente figuras geométricas, incluindo espirais, "asteriscos", linhas de pontos, pectiformes e sulcos serpentiformes. No Lajedo do Cadena (ou Lageiro de Conceição), esses elementos aparecem associados a representações de "pisadas" tridáctilas. A temática desses sítios parece divergir significativamente daquela observada nos sítios do baixo Araguaia.

6.3 As cavernas de Rurópolis

Não há registros de sítios rupestres ao longo do rio Tapajós, no Pará, até cerca de 50 km a sudeste desse curso d'água. Contudo, em 2009, Souza e Motta identificaram pinturas em cinco grutas areníticas localizadas no município de Rurópolis. A descoberta chamou atenção por incluir, pela primeira vez no Brasil, pinturas rupestres situadas em galerias totalmente escuras, a até 450 metros da entrada.

Também foram registradas algumas gravuras em quatro sítios, mas estas se encontram apenas nas zonas de entrada ou em áreas próximas às partes naturalmente iluminadas. Na Caverna das Mãos, dois pequenos painéis gravados se dispõem um em frente ao outro, de cada lado da entrada. Um deles, bem visível, apresenta figuras zoomorfas: um peixe ósseo, uma arraia, possivelmente um peixe-boi, aves de perfil com asas recolhidas e um biomorfo. Do outro lado da entrada, na penumbra, encontram-se gravuras com figuras geométricas, destacando-se representações em forma de grades, cujos sulcos foram, em alguns casos, retocados com tinta preta.

Mais adiante, observa-se uma notável figura gravada em forma de "pizza" fatiada, cujos segmentos foram pintados alternadamente de preto e vermelho.

Figura 9 – Caverna da Mãos: Rurópolis



Fonte: Fotografia de Bruno Darão Rodrigues e Luiz E. P. Travassos (2012).

Já em zona afótica, a cerca de 30 metros da entrada da galeria, ocorrem incisões muito finas que formam figuras pectiformes, uma figura radiada e silhuetas antropomorfas esquemáticas. Algumas dessas figuras preenchem uma superfície de contorno elíptico, sugerindo a representação de um artefato trançado semelhante a um tipiti. Em outra entrada, duas gravuras em forma de rodas foram destruídas para dar lugar à instalação de um pequeno altar.

Na Caverna Caximbão, uma parede localizada no fundo da sala de entrada foi decorada com um retângulo subdividido em quatro compartimentos. Dois desses compartimentos foram rebaixados por raspagem, enquanto os outros dois permaneceram intactos, criando um contraste cromático entre as superfícies (bege e branco). Os compartimentos de cor bege receberam a pintura de um antropomorfo filiforme e esquemático. Também foram registrados, nesse sítio, três conjuntos compostos por figuras geométricas e antropomorfos gravados.

Na Caverna do 110, observa-se a coexistência de diferentes técnicas: há figuras pintadas, gravadas, e gravuras reforçadas com pintura nas cores preta e vermelha. Entre os motivos, destacam-se elementos geométricos e alguns quadrúpedes.

Por fim, na Caverna da Borboleta Azul, alguns pectiformes gravados concentram-se no interior de uma pequena cavidade. Nota-se uma grande diversidade de temas e de técnicas de execução tanto entre os diferentes sítios quanto no interior de uma mesma caverna.

7 CONCLUSÃO

Esta apresentação geral das gravuras paraenses mostra uma oposição entre a bacia do Trombetas e a região de Monte Alegre, que concentram a maior parte dos sítios conhecidos, e o restante do estado. Talvez isso se explique pela proximidade das fronteiras entre os países das Guianas e o Brasil, cujos limites, ainda pouco definidos ou de posse disputada até meados do século XX, justificaram expedições por parte de intelectuais brasileiros, alemães, dinamarqueses e franceses, com objetivos tanto políticos ou religiosos quanto científicos. A penetração, pela sociedade dominante, da parte meridional da região amazônica foi feita mais por razões econômicas e por pessoas sem interesse nem formação científica; essas devem ter encontrado muitos sítios sem ter relatado os achados.

Hoje em dia, as grandes obras de infraestrutura (Transamazônica, UHE de Belo Monte, etc.) estão obrigatoriamente acompanhadas por levantamentos arqueológicos que permitem ampliar pontualmente os conhecimentos. Em compensação, acarretam perturbações tanto físicas quanto simbólicas na vida das populações tradicionais, tal como ocorreu com a comunidade Arara, afetada pela UHE de Belo Monte, ou com os Munduruku, nos rios Tapajós e Teles Pires (Pugliese e Valle, 2015; Rocha e Oliveira, 2016). Eles receiam que o rebaixamento do nível das águas (o território deles fica na zona de vazão reduzida) afete não apenas a pesca, mas provoque a fuga dos "Encantados" que povoam cachoeiras e corredeiras marcadas por gravuras. As populações recém-chegadas, por sua vez, costumam cooptar o que veem como templos naturais pagãos, por meio de sinais e instalações relacionadas com suas crenças — como foi recentemente o caso na Caverna das Mãos, em Rurópolis, onde uma parede gravada foi "limpa" para acomodar um pequeno altar cristão.

De qualquer forma, a observação das temáticas presentes nos sítios aponta para a presença, no nordeste do Estado, de uma grande Tradição guiano-amazônica, compartilhada por populações das Guianas, do norte do Estado do Amazonas e da Venezuela, estendendo-se aparentemente por parte do litoral caribenho. No sudeste do Pará, vimos que se encontram gravuras de tridáctilos, sugerindo a presença dos portadores do Estilo de Pisadas. Nota-se que, em pintura, observamos pisadas (de felino) em um abrigo da região de Alenquer; porém, trata-se de uma ocorrência totalmente isolada tão ao norte.

Na parte meridional do Estado do Pará, as manifestações rupestres apontam para a existência de pequenos núcleos regionais independentes e de temática bem diferenciada (Grande Volta do rio Xingu, baixo ou médio curso do rio Araguaia, cavernas de Rurópolis, etc.). Contudo, alguns temas e estilos parecem perpassar as divisões geográficas. Por exemplo, as figuras sauromorfas (visualmente destacadas, embora raras) são compartilhadas por sítios nordestinos e até do Estado de Minas Gerais.

Em Rurópolis, as "rodas" evocam temas do Pantanal e do Médio São Francisco, enquanto a "pizza" gravada e pintada da Caverna das Mãos parece uma cópia perfeita de figuras encontradas por Zimpel (2012) imersas no rio Guaporé. Obviamente, não se pode descartar a existência de convergências para a recorrência de formas simples, porém a repetição de algumas figuras mais complexas em regiões afastadas merece reflexão, inclusive porque se sabe da grande capacidade de mobilidade dos grupos indígenas.

REFERÊNCIAS

ARNT, F. **Cartaz sobre os sítios rupestres na área afetada pela UHE de Belo Monte**, apresentado ao Congresso da SAB em Pelotas, 2019.
ATZINGEN, N. **Estudo preliminar visando a implantação da área de proteção ambiental Serra das Andorinhas – São Geraldo do Araguaia (Pará)**. Marabá: Fundação Casa da Cultura de Marabá, 1989, p. 17-31. il. inédito.
AUJOULAT, N. Le site d'art rupestre de Carapa. *In:* **L'Archéologie en Guyane**. Association pour la Protection du Patrimoine Archéologique et Architectural de Guyane, 1997. p. 131-141.
BAETA, A.; PAULA, F. L. de. **Relatório técnico para a Mineração do Norte**, [S. l.: s, n], 1998.
BORGES, M. Inscrições rupestres no Pará. **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, n. 9, p. 120-121, 1933.
BEDNARIK, R. A New Method to Date Petroglyphs. **Archaeometry**, Reino Unido, v. 34, n. 2, p. 279-291, 1992.
CAVALLINI, M.; SARA, M. **As gravuras rupestres da bacia do rio Urubu**: levantamento e análise gráfica do sítio Caretas, Itacoatiara, estado do Amazonas. 2014. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
COUDREAU, O. **Viagem ao Cumina**. Paris: La Hure, 190 p., 1901.
DANIEL, J. Padre. Tesouro Descoberto no rio Amazonas. **Separata dos Anais do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, v. 95, t. l, p. 57, 1976.
DERBY, O. O rio Trombetas. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**, Belém, v. 2, n. 1-4, p. 366-382, 1998.
EHRENREICH, P. Contribuições para a etnografia do Brasil. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, n. 2, p. 89-93, 1948.

FARABEE, W. C. Some South American petroglyphs. *In:* **HOLMES Anniversary volume**: Washington, 1916, p. 91.
FERREIRA PENNA, D. S. Archeologia e Ethnographia no Brasil. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia**. Belém, t. 1, n. 1-4, p. 30-31, 1896.
FRIKEL, P. Tradição tribal e arqueologia no Tumucumaque. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 14, p. 47-91, 1963.
HARTT, C. F. Brazilian rock inscriptions. **American Naturalist**. Chicago, v. 5, n. 3, p. 139-147, 1871.
HETZEL, B.; NEGREIROS, S.; GASPAR, M. (org.). **Pré-História do Brasil**. Rio de Janeiro: Manati, 2007, p. 272.
JÁCOME, C. P.; RODRIGUES, I. M. M.; WAI WAI, C. Corpos fragmentados feitos de olhares: perspectivas Wai Wai e Karaiwa. **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 36, n. 3, p. 390–423, 2023. DOI: 10.24885/sab.v36i3.1106. Disponível em: https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/1106. Acesso em: jul. 2023.
JÁCOME, C. P. **Dos Waiwai aos Pooco**: Fragmentos de história e arqueologia das gentes dos rios Mapuera (Mawtohrî), Cachorro (Katxuru) e Trombetas (Kahu). 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. DOI:10.11606/T.71.2017.tde-07072017-160154. Acesso em: 05 maio 2025.
JORGE, M.; PROUS, A.; RIBEIRO, L. **Brasil Rupestre / Brazil on Rock**. Curitiba: Zencrane Livros, 2007. 270 p.
HYDE, J. **Material Culture of the Waiwai**. Copenhaguen, [s. n.],1965, 318 p.
MAZIÈRE, M. L'art rupestre amérindien de Guyane. *In:* **L'Archéologie en Guyane**. APPAG, 1997. p. 99-127.
NETTO, L. Investigação sobre a arqueologia brasileira. **Arquivos do Museu Nacional**, n. 6, p. 257-553, 1885.
PAEZ, L. **Petroglifos de Carabobo**: uma introducción al estudio de los rostos o máscaras de la cuenca tacarigüense. Disponível em: http://www.rupestreweb.info. Acesso em: 6 jul. 2023
PANISSET, L. E. T.; RODRIGUES, B. D.; SCHWARTZ MOTTA, A. R. Caverna das Mãos, Rurópolis, Pará: importante exemplo brasileiro de arte rupestre em zona afótica. **RAEGA**, Curitiba, Departamento de Geografia da UFPR, n. 28, p. 226-241. 2013
PEREIRA, E. **Arte rupestre na Amazônia**. Pará. Belém/São Paulo: UNESP/Museu Paraense Emílio Goeldi, 2003. 245 p.
PEREIRA, E. Arte rupestre e cultura material na Amazônia Brasileira. *In:* PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. (org.). **Arqueologia amazônica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, IPHAN, SECULT, 2010. v. 1. p.259-283.
PEREIRA, E.; SILVA, E. de; SOUZA, E. de. **Da penumbra à escuridão**: a arte rupestre das cavernas de Rurópolis, Pará, Amazônia, Brasil. Rupestreweb, 2014. Disponível em: http://rupestreweb.info/cavernasruropolis.html. Acesso em: 02 jan 2023
PEROTA, C. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica. PRONAPABA. **Relatório de Campo (rio Xingu)**.Vitória: CNPq, Inpa, Iphan, Ufes, 1978.
PROUS, A. L'art rupestre du Brésil. **Bulletin de la Société Préhistorique de l'Ariège**, Foix, v. 49, p. 77-144, 1994.
PROUS, A. **Rapport de la Mission archéologique française de Minas Gerais – Projeto "Fouilles dans le bassin du rio Trombetas"**. 2º ano. Apresentado à Commission des fouilles du Ministère des Affaires Étrangères français, 2012.
PROUS, A. **Arqueologia Brasileira** – a pré-história e os verdadeiros colonizadores. Campo Grande: Carlini e Caniato/TantaTinta, 2019. 880 p.
PUGLIESE, F.; VALLE, R. A gestão do Patrimônio Arqueológico em territórios indígenas: a resistência Mundurucu. **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 28, n. 1, p. 215-…, 2015.
RAUSHERT, M. Bericht über den Verlauf meiner-Para-Expedition 1954/55. **Zeitschrift für Ethnologie**, Berlin, v. 84, n. 1, p. 110-123, 1959.
ROCHA, B. C. da; OLIVEIRA, V. H. de. Floresta virgem? O longo passado humano da bacia do Tapajós. *In:* ALARCON, D. F.; TORRES, M. (org.).

Ocekadi: Hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na Bacia do Tapajós. 2016. p. 395-415.
ROSTAIN, S. (Ed.). **Archéologie de l'Amazonie**: Les premiers habitants de la Guyane côtière. Oxford: Archaeopress, 2015. (BAR International Series, 2758). DOI: 10.30861/9781407314204. Acesso em: 5 maio 2025.
SCARAMELLI, K. T.; SCARAMELLI, F. El arte rupestre y su contexto arqueológico en el Orinoco Médio, Venezuela. *In:* PEREIRA, E.; GUAPINDAIA, V. (org.). **Arqueologia Amazônica**. IPHAN/SECULT, 2010. v. 2, p. 285-315.
TRAVASSOS, L. E. P.; RODRIGUES, B. D.; MOTTA, A. R. S. Caverna das Mãos, Rurópolis, Pará: importante exemplo brasileiro de arte rupestre em zona afótica. **RAEGA – O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, n. 28, p. 226–241, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.5380/raega.v28i0.32308. Acesso em: 5 maio 2025.
TOCANTINS, A. G. Estudos sobre a tribu Mundurucu. **Revista do Instituto História e Geografia do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 40, p. 104-146, 1877.
VALLE, R. **Mentes graníticas e mentes areníticas**: fronteira geo-cognitiva nas gravuras rupestres do baixo rio Negro, Amazônia setentrional. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
VERSTEEG, A. **Suriname before Colombus**. Paramaribo: Stichting Surinam Museum, 2003.
ZIMPEL NETO, M. C. **Na direção das periferias extremas da Amazônia**: arqueologia na bacia do rio Jiparaná, Rondônia. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-01112012-165047/publico/MECarlosZimpelNeto.pdf. Acesso em: 05 maio. 2025.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Bruno Durão Rodrigues e a Luiz E. P. Travassos pela autorização para utilizar suas fotografias da Caverna das Mãos; e a Luana Rodrigues Nascimento pela elaboração do mapa e pelo auxílio na organização das ilustrações.



AS GRAVURAS RUPESTRES DE RONDÔNIA

Maria Coimbra de Oliveira[33]

1 INTRODUÇÃO

Rondônia possui um denso patrimônio arqueológico, porém as pesquisas arqueológicas na região iniciaram-se apenas a partir da década de 1980. No entanto, não deram muita importância aos grafismos rupestres encontrados, sendo alguns citados por alguns arqueólogos em suas pesquisas ou apontados por outros pesquisadores ou leigos, no decorrer da história. O centro-leste rondoniense apresenta características especiais dentro desse contexto, tanto pela densidade de gravuras rupestres quanto pelas temáticas e estilos diferenciados em seus sítios arqueológicos.

As primeiras informações na literatura sobre os sítios arqueológicos com grafismos são do século XIX, com Franz Keller (1874), passando pelos trabalhos de Becker-Donner (1956) no rio Guaporé, Metweu (2020), Miller (1992), Garcia e Oliveira (2012) e Oliveira (2013). Tais pesquisadores abarcaram, no tocante à apresentação de sítios com gravuras rupestres, as bacias dos rios Madeira, Mamoré, Guaporé e Machado.

As pesquisas arqueológicas sistemáticas na Amazônia iniciaram-se com o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), realizado entre 1965 e 1970, coordenado pelos arqueólogos norte-americanos Betty e Clifford Evans (Carneiro, 1992). O objetivo do PRONAPA era o estabelecimento de padrões de povoamento e rotas de difusão de populações pré-históricas e suas características culturais na Amazônia. Porém, os vestígios arqueológicos considerados eram apenas os cerâmicos, não sendo levados em consideração, nessas análises, os vestígios líticos nem a arte rupestre (Pereira, 2003).

Porém, os primeiros levantamentos arqueológicos em Rondônia foram realizados na década de 1980, quando o governo estadual instituiu o Programa de Arqueologia do Estado de Rondônia, assentado nas orientações do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA), continuação do PRONAPA, já encerrado.

33 Professora Me. de História da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia, Arqueóloga especialista em Arqueologia da Amazônia. E-mail: m.coimbra.ro@gmail.com.

Eurico T. Miller, um dos pesquisadores do PRONAPA, foi o arqueólogo responsável pelas primeiras pesquisas arqueológicas em Rondônia, quando foi realizado o salvamento arqueológico da área a ser inundada pelo lago da Usina Hidrelétrica de Samuel (Miller, 1992a). Nesse período, Miller (1987) também realizou a prospecção da BR-429, ligando a BR-364, na altura de Presidente Médici, à Costa Marques. Foi então que, auxiliado por Josuel Ravani[34], Miller localizou dois sítios com gravuras rupestres no vale do ribeirão Riachuelo, nas proximidades do distrito de Novo Riachuelo[35]. Porém, como esses vestígios não eram o foco de suas pesquisas, não foram mencionados em seus trabalhos.

Somente em 2002, quando o governo do Estado de Rondônia publicou o *Atlas Geoambiental do Estado* (Fernandes e Guimarães, 2002), é que Ravani, então responsável pela Divisão de Patrimônio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), disponibilizou tais informações, além de outros sítios arqueológicos do Estado, de diversos perfis tipológicos.

As primeiras pesquisas institucionais de documentação, porém, só ocorreram com Oliveira e Garcia (2012) e Oliveira (2013), que documentaram os sítios com gravuras do centro-leste rondoniense. Oliveira, além de uma documentação mais robusta, também realizou uma análise morfológica dessa região e uma análise formal de estilos, porém ainda sem definir uma Tradição.

No decorrer deste trabalho, apresentaremos um quadro geral dos registros gráficos de Rondônia, inseridos em diferentes tipos de afloramentos rochosos, localizados nas bacias hidrográficas dos principais rios de Rondônia: Madeira, Guaporé/Mamoré e Ji-Paraná [36](ou Machado). Serão apresentados dados preliminares da inserção histórica e geográfica da região; uma síntese envolvendo a temática, a organização das figuras, os diferentes tipos e/ou variações de cada tema, as técnicas de elaboração, os elementos que definem cada estilo, além de uma breve comparação com outros sítios da região. Serão apresentados os resultados parciais das análises das gravuras, nos quais constam a tipologia morfológica e tecnológica, e a classificação estilística.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Só foram considerados, para este trabalho, os sítios rupestres oficialmente conhecidos, registrados e constantes no banco de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Para melhor apresentação, tais sítios foram divididos em dois grupos: os descobertos e registrados por mim, e os registrados por outras instituições.

As fotos e os dados obtidos em pesquisas anteriores foram novamente analisados. Em alguns casos, uma nova etapa de campo foi realizada, com vistas à obtenção de novas fotografias e à execução do decalque das gravuras, para o qual utilizamos duas técnicas: a técnica do *frottage*[37], e do decalque

34 Comunicação pessoal, Josuel Ravani, 2012.

35 Sítios arqueológicos: o painel principal do sítio Mirante e dois painéis do sítio Igreja.

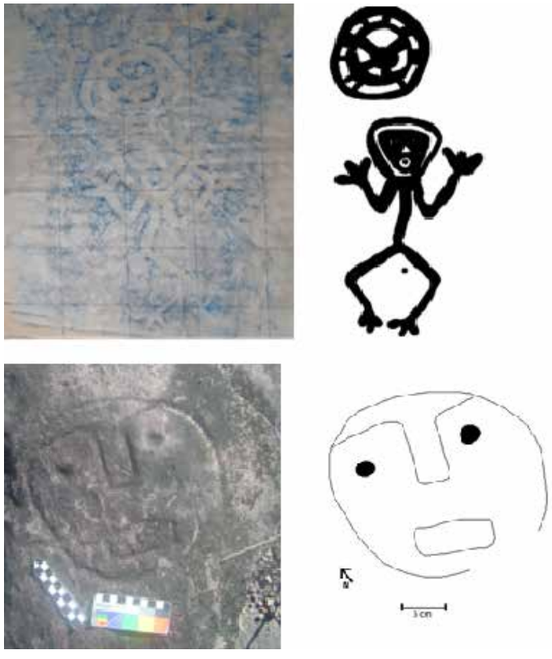
36 O nome Ji-Paraná, também estendido a um município do centro-leste rondoniense, tem origem na língua geral setentrional "jy paraná", que significa "rio dos machados", através da junção de "jy" (machado) e "paraná" (rio). É uma alusão ao grande número de pedras que se pareciam com machados indígenas no então rio Ji-Paraná, atualmente conhecido como rio Machado. Disponível em: https://rondonia.ro.gov.br/ji-parana-aos-44-anos-de-criacao-consolida-se-na-condicao-de-segundo-maior-municipio-de-rondonia/

37 *"[...] para los petroglifos se ha desarrollado el frottage que registra las formas con alta fidelidad. [..]. No sólo registra las reales proporciones de las formas, sino que*

digital[38]. Para essa nova análise, foram consideradas informações como o estado de conservação dos grafismos, superposições, técnicas de elaboração, descrição do tipo de suporte, entre outras.

As gravuras fotografadas e decalcadas foram utilizadas para a realização do decalque digital, com o objetivo de evidenciar melhor a forma das figuras e possibilitar a classificação tipológica. Alguns detalhes só foram percebidos no decalque digital, enquanto outros apenas nas fotografias dos decalques realizados por meio da técnica do *frottage*.

Figura 01 – Acima, exemplo de decalque tradicional, utilizando papel-carbono e tecido (Sítio da Conceição, Costa Marques); abaixo, decalque digital, realizado a partir de fotografia e editado no programa Adobe Illustrator (Sítio Molim I, Ji-Paraná)



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

facilita también estudiar las alteraciones del surco y su soporte. Esta técnica permite tener una imagen completa y de alta calidad de las particularidades, incluso de los detalles más imperceptibles de rotura o abrasión de los petroglifos y sus formas. Es de gran fidelidad, pues es a escala 1:1 y la posibilidad de que el criterio del transcriptor cree su versión se reduce al mínimo. Consiste en frotar sobre una tela (entretela, utilizada para dar forma a los vestidos), previamente dispuesta sobre la superfície del petroglifo, con una hoja de papel carbón, que se desliza reproduciendo las líneas de las formas y los contornos de las figuras. Los surcos, y en general, los bajorelieves permanecen blancos mientras los límites de las formas se hacen oscuros; se trata de un 'negativo' del petroglifo." MARTINEZ CELIS, D. **Propuesta para la documentación general de yacimientos rupestres**: el petroglifo de la piedra de Sasaima, Cundinamarca (Colombia). Disponível em: http://rupestreweb.info/sasaima.html. Acesso em: 20 de jun de 2024.

38 Documentação de arte rupestre utilizando os programas Adobe Photoshop e Illustrator.

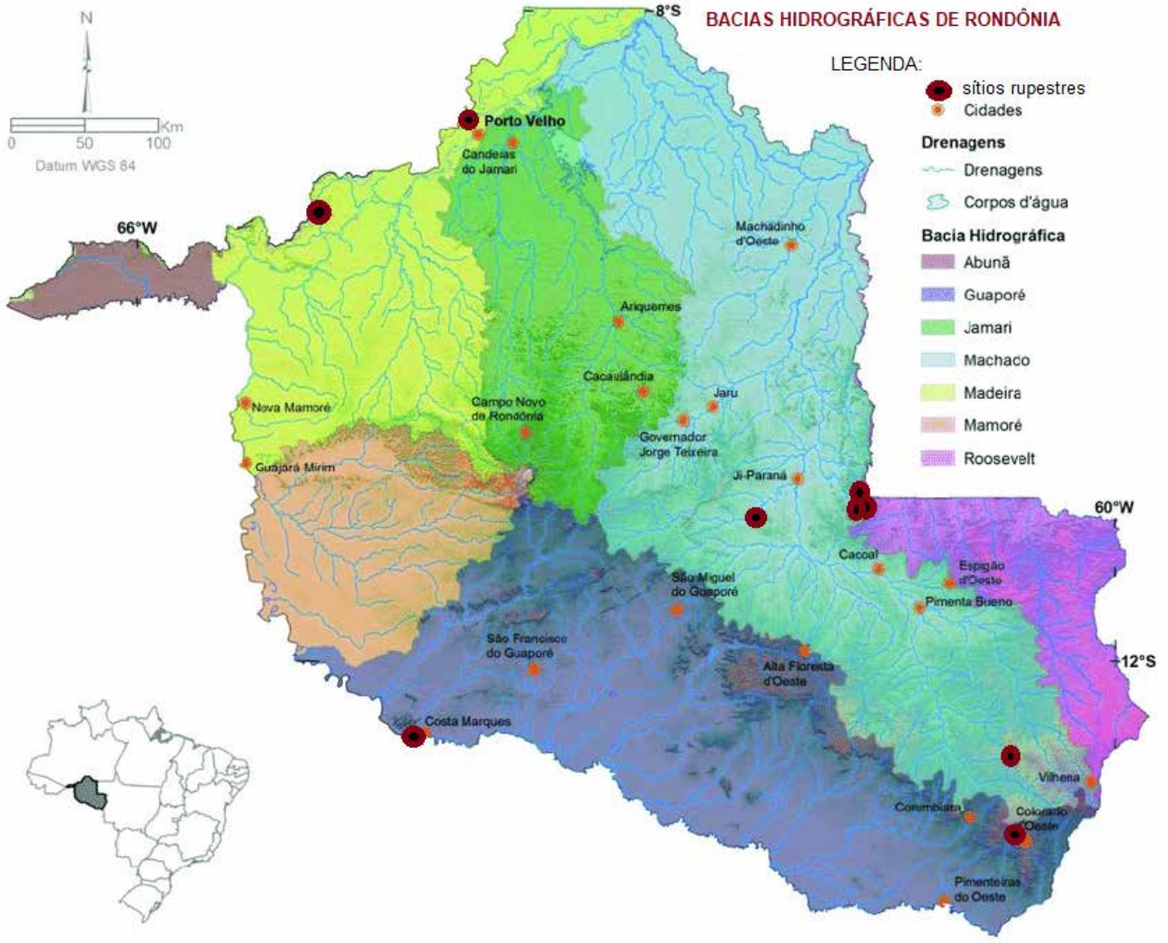
Os sítios rupestres com gravuras, em Rondônia, são os únicos oficialmente encontrados até o momento, embora haja rumores de pinturas na região central do estado. Também há algumas notícias sobre registros rupestres em localidades ainda não verificadas. Neste trabalho, apresentamos os sítios rupestres conforme a bacia hidrográfica em que estão inseridos, para melhor compreensão das diferentes temáticas e técnicas de cada região.

Até o momento, foram documentadas nove regiões rupestres, com dezenas de sítios, distribuídas em três bacias hidrográficas: rios Machado, Madeira e Guaporé (FIGURA 2). A seguir, apresentaremos cada uma das regiões com suas respectivas inserções rupestres.

3 DISTRIBUIÇÃO DAS GRAVURAS

A seguir, apresentaremos as gravuras rupestres em suas respectivas regiões hidrográficas, abordando brevemente alguns aspectos, bem como dados diversos obtidos pela arqueologia sobre as sociedades originárias de cada uma dessas regiões. Neste trabalho, trataremos apenas das bacias do rio Ji-Paraná (denominado na cartografia mais recente como rio Machado) e do rio Guaporé, deixando os registros da bacia do Madeira para outro estudo, pois são numerosos e não haveria espaço suficiente neste capítulo. Por esse motivo, os sítios rupestres serão apontados de forma sucinta, com atenção especial à região centro-leste.

Figura 02 – Bacias hidrográficas de Rondônia. Em destaque, os sítios rupestres



Fonte: Silva; Lisboa; Lima (2018).

3.1 Bacia do rio Ji-Paraná

Os sítios arqueológicos encontrados nessa região estão distribuídos no centro-leste de Rondônia, abrangendo os municípios de Presidente Médici, Ji-Paraná e Ministro Andreazza; na região central do estado, no município de Urupá; e no sul de Rondônia, no município de Chupinguaia.

3.1.1 Centro-leste rondoniense

Os sítios rupestres dessa região estão inseridos na falha geológica da Previdência, que, por sua vez, faz parte da suíte intrusiva da Previdência. As gravuras encontram-se em afloramentos areníticos friáveis, localizados ao longo dos ribeirões Riachuelo e Molim, em outros pequenos cursos d'água sem denominação e em baixadas úmidas. Ao todo, foram catalogados 21 sítios rupestres, sendo 13 no município de Presidente Médici (62%), 6 no município de Ministro Andreazza (29%) e 2 no município de Ji-Paraná (9%) (Oliveira, 2013).

Outros vestígios arqueológicos podem ser observados no entorno ou nas proximidades dos sítios rupestres. Com exceções, nas imediações, numa distância média de 500 metros, é possível observar sítios cerâmicos e/ou com feições de polimento. Nos riachos e ribeirões próximos, e mesmo nas baixadas úmidas, é grande a quantidade de feições de polimento fixas.

A presença de fragmentos de granito no entorno das lajes de arenito onde se encontram os painéis gráficos, aliada à experimentação em um fragmento de arenito com esses mesmos fragmentos de granito, nos levou a considerar a hipótese de que esse material teria sido utilizado na confecção das gravuras ou de artefatos líticos. Reforça essa hipótese a grande quantidade de bacias de polimento observadas nos mesmos suportes das gravuras ou em suas proximidades (FIGURAS 3 e 4). A região, ao longo de boa parte do ribeirão Riachuelo e em áreas próximas, apresenta afloramentos de quartzo — principalmente na forma leitosa —, o que também pode ter sido utilizado como instrumento para sulcar o arenito, considerando o alto grau de dureza do material, que atinge 7,0 na escala de Mohs.

Figura 03 e 04 – Sítio Mirante, polidores na superior da foto, ao centro



Fonte: Fotografia de Coimbra Garcia (2010).

Figura 05 – sítio Complexo da gruta. Painel apresentando figuras, afiadores e polidores



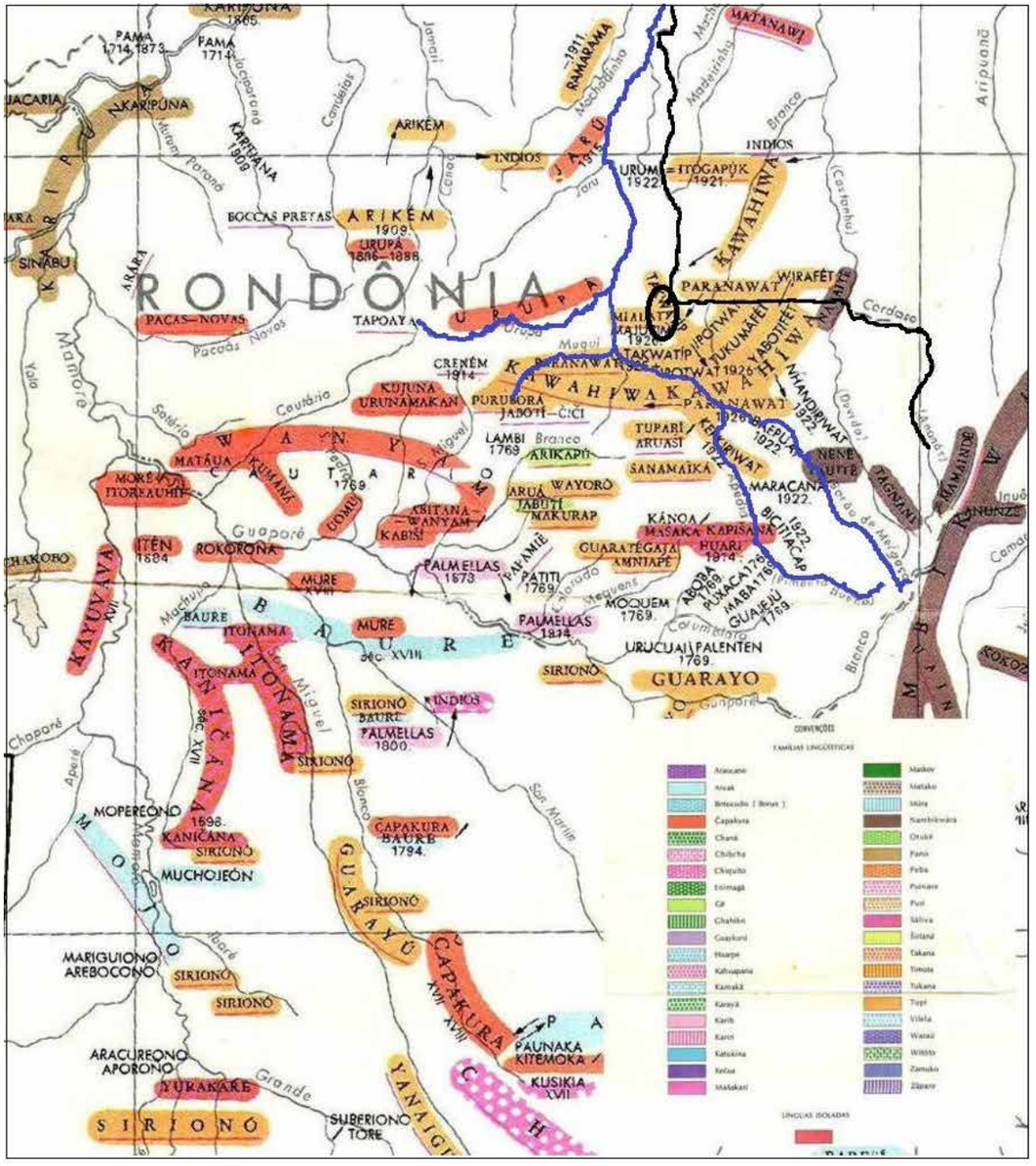
Fonte: Fotografia de Coimbra Garcia (2010).

A área onde se localizam os sítios rupestres é limítrofe aos três municípios, e as gravuras distribuem-se ao longo dos dois principais ribeirões da região: Riachuelo e Molim. Esses cursos d'água acompanham o traçado da Falha da Providência, sendo o ribeirão Molim afluente da margem direita do Riachuelo, o qual, por sua vez, deságua na margem direita do rio Ji-Paraná. A região está inserida em uma unidade litoestratigráfica composta por granitóides pós-orogênicos e anorogênicos da Suíte Intrusiva da Serra da Providência — matéria-prima abundante utilizada na confecção dos artefatos líticos encontrados nos sítios arqueológicos locais. Na região do alto curso do ribeirão Riachuelo, há jazidas de estanho (Sn) e opala (Op) (Quadros, 2007).

A precipitação na região é maior nas áreas mais centrais e orientais, com médias anuais entre 1.700 e 1.900 mm. A temperatura média anual varia entre 23 °C e 24 °C (Fernandes e Guimarães, 2002). Segundo Miller (2009), o clima em toda a Amazônia pode ter sido diferente no passado; contudo, até o momento, não há estudos específicos sobre o histórico climático e ambiental da região aqui enfocada.

A região abrigou, no passado — com alguns resquícios ainda presentes —, uma grande diversidade de fauna e flora, o que possibilitava a abundante caça de mamíferos, aves e peixes. Segundo relatos de pioneiros, espécies como tatus, pacas, capivaras, veados e cutias eram comumente caçadas. A vegetação local incluía grande quantidade de castanheiras (*Bertholletia excelsa*), ipês (*Tabebuia* sp.), copaíbas (*Copaifera multijuga*), mognos (*Swietenia macrophylla*), cedros (*Cedrela odorata*) e cerejeiras (*Torresia acreana*), entre outras espécies de alto valor comercial (Atlas Geoambiental, 2002).
A região de ocorrência dos sítios rupestres, conforme o mapa elaborado por Curt Nimuendajú entre 1942 e 1944, apresenta representações de grupos indígenas — alguns já extintos — que habitaram essa área, em sua maioria pertencentes ao tronco linguístico Tupi. Esses dados reforçam a teoria, proposta em meados do século XX, de que a região do Alto-Médio Ji-Paraná teria sido o berço dos grupos falantes do tronco Tupi (Miller, 2009).

Figura 6 – Mapa Etno-histórico: Destaque em azul para os principais formadores do Ji-paraná e os dois principais afluentes da margem esquerda (Muqui e Urupá), ficando sua foz à cerca de 50 km da área pesquisada. Em preto, destaque na área onde se encontram os sítios rupestres enfocados neste trabalho e divisa com o Estado de Mato Grosso



Fonte: Scientia (2010).

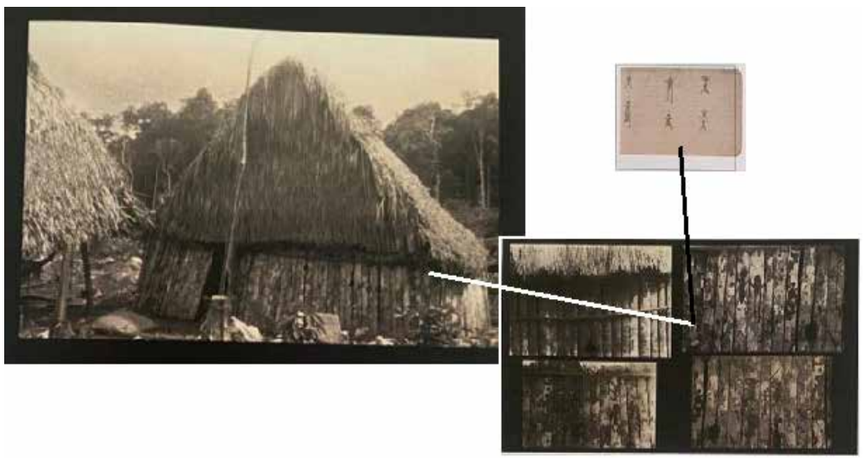
A região abriga 21 sítios arqueológicos, documentados e analisados pela primeira vez por Oliveira (2013), com base na inserção ambiental e geológica, nas formas, técnicas e temáticas das gravuras rupestres. O autor identifica, nos painéis gráficos, figuras zoomorfas, geométricas, indefinidas, cúpulas e antropomorfas, sendo estas últimas destacadas da seguinte forma: "[…] considerando todos os sítios analisados, os antropomorfos se sobrepõem às outras formas identificáveis, não em quantidade, mas pela visibilidade com que se apresentam nos painéis." (Oliveira, 2013, p. 153).

Os sítios rupestres do centro-leste de Rondônia, inseridos na Falha Geológica da Providência e localizados em afloramentos de arenito friável, distinguem-se dos demais sítios rupestres do sudoeste amazônico por suas características singulares. Assim como Oliveira (2013) propõe uma nova tradição para o centro-leste de Rondônia, Prous (2019) também a reconhece, denominando-a Tradição Ji-Paraná. Dessa forma, com base nos trabalhos de Oliveira (2013) e Prous (2019), inaugura-se a Tradição Ji-Paraná.

Os sítios cerâmicos localizados no entorno do complexo de sítios rupestres da Tradição Ji-Paraná são atribuídos a grupos Tupi, conforme indicam pesquisas realizadas na região por Oliveira, bem como pelos arqueólogos Miller (2009), Zimpel Neto (2009), Suñer (2015) e pela Scientia Consultoria Arqueológica (2019). Com base nesses estudos, Oliveira propõe que a autoria dessa nova tradição rupestre seja dos grupos Tupi que habitaram a região há pelo menos 7.000 anos, e que teriam deixado, inclusive, pinturas em suas ocas com motivos semelhantes às gravuras encontradas no centro-leste de Rondônia.

Em *Tristes Trópicos*, Claude Lévi-Strauss (1988) corrobora a teoria de que os grupos Tupi foram os autores das gravuras rupestres da região. Ao descrever a aldeia que denomina de "Los Grillos", localizada na foz do ribeirão Leitão com o rio Ji-Paraná — incluindo sua implantação, entorno e a arquitetura das ocas —, o autor observa, na casa principal, desenhos feitos nas paredes externas que se assemelham, em forma, às gravuras do estilo Riachuelo.

Figura 07 – Pinturas na parede externa de casa indígena, na aldeia dos grilos

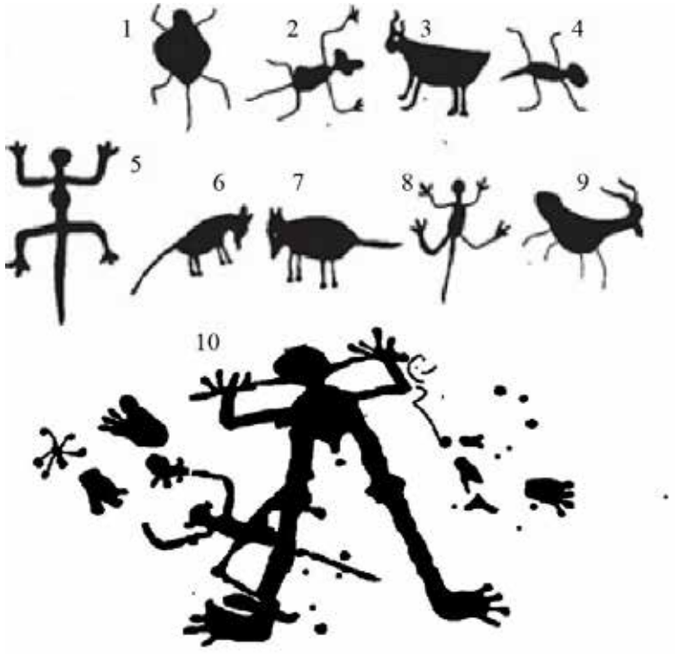


Fonte: Faria (2001).

Diante do exposto, ao abraçar a proposta da nova Tradição Ji-Paraná, Oliveira — que já havia classificado as gravuras do centro-leste de Rondônia em estilos — reforça, neste trabalho, os estilos gráficos associados à Tradição Ji-Paraná. Sua ênfase recai sobre as representações antropomorfas, embora outras temáticas também possam estar incluídas nesses estilos. A seguir, são apresentados os estilos identificados:

a) Estilo Riachuelo: Representações antropomorfas medindo entre 10 e 50 cm, executadas em baixo-relevo ou por contorno. A técnica empregada é a percussão direta, associada ou não ao polimento. Este estilo ocorre em todos os sítios rupestres do vale do Riachuelo;

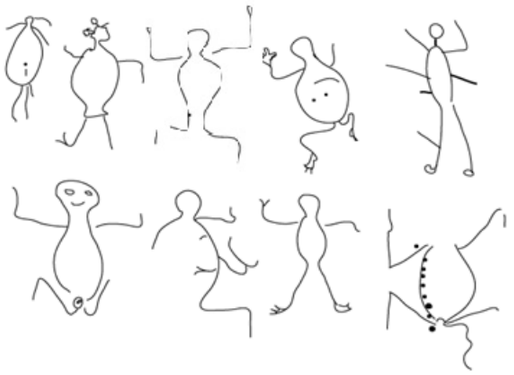
Figura. 08 – Gravuras do estilo Riachuelo:
1,3 e 5: sítio Mirante; 2 e 4: Sítio Riachuelo; 6 e 8: Sítio Pedra dos Animais; 7: Sítio da Igreja; 9: Sítio Molim II; 10: Sítio da Gruta



Fonte: Decalque digital e fotografia de Coimbra Garcia (2010).

b) Estilo Cachoeira Alta: Representações antropomorfas medindo de 5 a 150 cm, com corpos esféricos, executadas em baixo-relevo ou por contorno. Apresentam-se em vista frontal ou de perfil. A técnica empregada é a percussão direta, associada ou não ao polimento. Esse estilo é recorrente na maioria dos sítios da região, muitos dos quais apresentam um número considerável de figuras cupulares;

Figura 09 – Figuras antropomorfas do estilo Cachoeira Alta



Fonte: Decalque digital e fotografia de Coimbra Garcia (2010).

c) Estilo Mirante: Representações antropomorfas medindo entre 50 e 171 cm, com formas mais naturalistas. São contornadas por percussão direta e polidas, apresentando expressões faciais, pés e mãos com dedos. Esse estilo ocorre exclusivamente no sítio Mirante;

Figura 10 – Gravura do Estilo Mirante: Painel no sítio Mirante, composto por antropomorfos e zoomorfos, mãos e geométricos



Fonte: Fotografia do acervo do Museu Regional (2012).

d) Estilo Molim: Representações antropomorfas com até 187 cm de altura, estilizadas ou não, contornadas com a técnica da percussão direta, polimento e incisão. Pés e mãos apresentam-se arredondados, com dedos anexados por traços nas extremidades, embora também ocorram figuras com mãos e pés apenas arredondados, sem indicação de dedos. As figuras exibem expressões faciais, incluindo rostos e/ou máscaras com traços expressivos, que também ocorrem em outros sítios da região.

Figura 11 – Rostos e/ou máscaras do centro-leste rondoniense



Fonte: Decalque digital e fotografia de Oliveira (2013).

Figura 12 e 13 – Estilo Molim: sítio Molim II

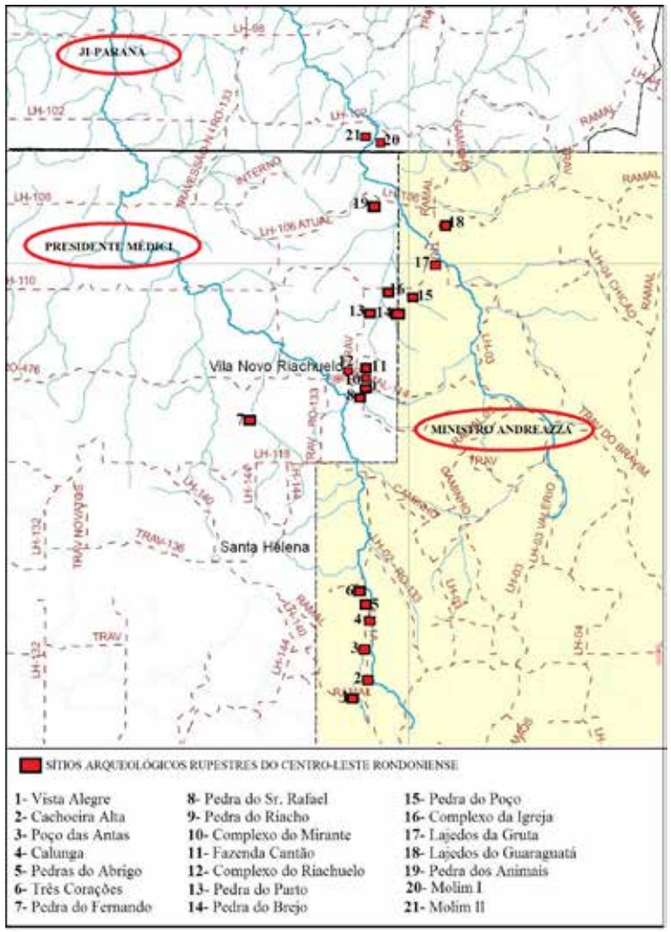


Fonte: Fotografia de Coimbra Garcia (2010).

As gravuras encontram-se em diferentes estágios de conservação. As figuras em baixo-relevo estão menos visíveis do que as contornadas, sendo algumas perceptíveis apenas nas primeiras e últimas horas do dia, ou em condições de tempo nublado. Destacam-se, por sua visibilidade, as gravuras dos estilos Molim e Mirante. É necessária uma análise mais minuciosa desses dois estilos, pois, em certos aspectos, apresentam semelhanças — havendo a possibilidade de o estilo Molim ser uma variante do estilo Mirante. No entanto, ainda não há dados suficientes para sustentar essa hipótese.

Os sítios rupestres localizados no centro-leste rondoniense, até o momento, estão distribuídos ao longo dos ribeirões Riachuelo e Molim, ambos afluentes diretos da margem esquerda do rio Ji-Paraná. A seguir, apresenta-se a localização desses sítios:

Figura 14 – Mapa da área limítrofe entre os três municípios do centro-leste rondoniense (Ji-Paraná, Presidente Médici e Ministro Andreazza): em azul as sub-bacias dos ribeirões Riachuelo e Molim; em vermelho, sítios rupestres de gravuras



Fonte: SIPAM CTO – PV – Divisão de Sistematização da Informação – DINF – Malha Viária de Ministro Andreazza-RO. Adaptação pelo autor (2022).

3.1.2 Urupá

O rio Urupá nasce na região central do estado de Rondônia, no interior da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, área de origem de alguns dos principais rios do estado. Seu curso segue de oeste para leste, até encontrar as águas do rio Machado, na cidade de Ji-Paraná. Tanto o rio quanto o município de Urupá adotaram o nome de uma sociedade originária que habitava a região até as primeiras décadas do século XX (Lévi-Strauss, 1988; Rondon, 1916). Hoje extintos, os Urupás foram vistos e noticiados pela última vez pelo Marechal Rondon e sua comitiva, no alto-médio rio Machado, já se aproximando dos Pernau-Uats, que se localizavam na embocadura do ribeirão Leitão com o rio Machado. A esse respeito, Oliveira (2023, p. 80) aponta que os Urupá, "[…] vindos do rio Urupá, de onde eram originários, haviam se estabelecido na localidade há pouco tempo", mas pouco discorre sobre eles. As pesquisas arqueológicas na região ainda estão em andamento e, até o momento, foi localizado e documentado apenas um sítio rupestre: o sítio Urupá. Localizado em um afloramento de rochas areníticas friáveis, sobre uma colina pouco elevada e relativamente próxima ao rio Urupá, o sítio apresenta algumas gravuras — algumas ainda visíveis, outras bastante desgastadas pelas intempéries naturais e impossíveis de serem definidas.

A técnica de produção observada no sítio é a percussão direta, associada ao abrasamento e/ou polimento. A temática, por sua vez, concentra-se em figuras geométricas e algumas cúpulas, estas ainda bastante visíveis.

Figura 15 – Sítio Urupá: círculos concêntricos marcam um dos limites do sítio



Fonte: Fotografia de Coimbra Garcia (2010).

4 BACIA DO GUAPORÉ

O rio Guaporé e sua região possuem uma história rica em informações sobre as sociedades indígenas que habitaram suas margens à época do contato, ainda no período colonial. Contudo, pouco se sabe sobre os períodos anteriores, e menos ainda sobre os registros rupestres. Existem muitas fotografias e citações dispersas em livros, revistas e jornais — uma documentação básica, e nada mais. Esses registros encontram-se localizados em três municípios distintos: Costa Marques, Chupinguaia e Colorado do Oeste.

4.1 Costa Marques

Alguns dos registros rupestres apresentados aqui, localizados na bacia do rio Guaporé, correspondem a sítios já mencionados anteriormente em publicações da literatura histórica, desde a década de 1950. Destacam-se as pesquisas de Etha Becker (1956), que apresentou imagens de gravuras em pedrais situados em pequenas "ilhas" no médio rio Guaporé, nas proximidades do Real Forte Príncipe da Beira.

A formação rochosa, e consequentemente as bases dos painéis gráficos do Guaporé, foram descritas pelo CPRM (2007), em concordância com Figueiredo *et al.* (1974), ao corroborar que:

> […] subdividiram a formação Guaporé em três unidades, isto é, seqüência laterítica, seqüência arenosa e depósitos pantanosos, localmente interdigitadas. A seqüência laterítica situa-se entre 170 m e 220 m de altitude e aflora como "ilhas" no interior da cobertura mais recente, o que evidencia a existência de antiga superfície topográfica, tectonicamente rebaixada e parcialmente erodida, com conseqüente fornecimento de detritos para depósitos mais novos (CPRM, 2007, p. 61).

A partir desse esclarecimento, aliado ao fato de que os pedrais permanecem submersos durante boa parte do ano, tornando-se visíveis apenas nos períodos mais secos, é possível compreender o polimento natural dos painéis, o que dificulta a descrição das técnicas utilizadas na elaboração das gravuras. Esse mesmo fator também contribui para o entendimento do caráter quebradiço das rochas que servem de base aos painéis gráficos, frequentemente carreando partes delas durante as enchentes anuais do rio, que se prolongam por vários meses todos os anos.

Quando abordei tais sítios, já se tinha conhecimento de sua existência; no entanto, a população local nos apresentou outros pedrais, tanto a montante quanto a jusante do rio Guaporé, em relação ao Forte.

Os registros aqui apresentados localizam-se em uma baía, às margens do rio Guaporé — tanto na margem direita, pertencente ao Brasil, quanto na esquerda, pertencente à Bolívia —, e ao longo de aproximadamente 10 quilômetros, em ilhas e pedrais situados no leito do rio.

As gravuras localizadas à margem do rio Guaporé, em alguns pedrais na margem direita, nas proximidades do porto do Real Forte Príncipe da Beira,

consistem exclusivamente em figuras geométricas, predominantemente círculos concêntricos e espirais.
A baía, já denominada Baía de São Carlos pela comunidade local, conta com três painéis gráficos: dois localizados na margem direita e um no leito do rio. As figuras geométricas, especialmente os círculos concêntricos, predominam em todos os painéis; no entanto, no painel situado sobre o pedral no leito do rio, observa-se a presença de duas figuras antropomorfas.

Em todos os sítios do Guaporé, a base dos painéis já não é mais o arenito friável, mas sim uma rocha muito mais resistente: o granito (Quadros, 2007), que, ano após ano, vem sendo varrido pelas enchentes, quebrando-se e sofrendo processos de desplacamento. Como resultado, alguns pequenos blocos de pedra que continham gravuras já se desprenderam e foram levados pela correnteza, enquanto outros apresentam sinais evidentes de desgaste. Um detalhe interessante é que todas as gravuras estão voltadas para o rio, ou seja, para a via fluvial, de modo que ficam visíveis aos navegantes. Sabe-se que, em quase toda a sua extensão, o Guaporé é navegável e serve como fronteira oeste entre o Brasil e a Bolívia.

Figura 16 – Sítio Baía do Seu Carlos – espirais e antropomorfos



Fonte: Fotografia de Coimbra Garcia (2012).

Podem ser considerados nove sítios arqueológicos na região do Guaporé: Baía de São Carlos, Porto, Ilhas Pikinik I e II, Conceição (ilha situada em frente às ruínas do antigo Fortim da Conceição, do qual restam apenas alguns vestígios das fundações), Pedra dos Círculos e Sítio Novo.

Figura 17 – Sítio do Porto. Margem direita do Guaporé



Fonte: Fotografia de Coimbra Garcia (2024).

Todas as denominações dos sítios dessa região seguem a nomenclatura já utilizada pela comunidade quilombola do Forte. No sítio Baía de São Carlos, os sítios localizados em terra firme apresentam as mesmas características dos pedrais ao longo do leito do rio: predominância de figuras geométricas, com a presença de algumas figuras antropomorfas.

As Ilhas Piknik apresentam gravuras de caráter geométrico, compostas quase exclusivamente por círculos concêntricos ou espirais. Nesses pedrais, assim como no Pedral dos Círculos, os painéis exibem um polimento natural em suas superfícies, e o limo depositado sobre as rochas contribui para a visualização das gravuras.

O Sítio da Conceição é o mais complexo entre os nove sítios. Nele, observa-se uma ampla variedade temática, com representações de antropomorfos, zoomorfos, figuras geométricas e outras de difícil definição. Trata-se do sítio mais conhecido e mais amplamente divulgado, estando presente em diversas publicações, desde notícias de jornal até obras mais elaboradas, como a de Eta Becker (1956).

Figura 18 – Sítio Ilha Pikink II – Painel composto apenas de círculos concêntricos



Fonte: Fotografia de Coimbra Garcia (2012).

4.2 Chupinguaia

Situado no sudeste do estado de Rondônia, o vilarejo de Viradouro recebeu seus primeiros migrantes na década de 1970, atraídos pela presença de madeiras de lei na região, como cerejeira, mogno, cabriúva, entre outras. Com a chegada dos madeireiros e a instalação de serrarias, teve início a formação do vilarejo. Emancipado em 1995, passou a se chamar Chupinguaia, nome de origem indígena que significa "rio vermelho".

A região ainda carece de estudos arqueológicos mais aprofundados. No entanto, durante a construção da Linha Telegráfica, o Marechal Rondon entrou em contato com o povo Kepikiri-Uats, na área onde atualmente se localiza o Sítio Palmeiras, onde está situado o enclave rupestre que será abordado mais adiante. Na ocasião, também visitou os grupos Xaramein, Uapurutá, Bicop-Uap e Barepit. Um pouco mais ao sudeste, encontravam-se os Nhambiquaras. Contudo, até o momento, não há registros na literatura que estabeleçam relação entre esses grupos e a arte rupestre da região (Rondon, 1916).

Ainda inserido em uma área com abundante cobertura florestal, o sítio rupestre localiza-se na encosta de uma serra, dentro de uma área de conservação particular, sobre afloramentos de arenito. Os painéis rupestres estão dispostos no interior de uma pequena caverna, embora, nas proximidades, exista outra cavidade de dimensões consideravelmente maiores.

As gravuras presentes nos painéis são exclusivamente de temática geométrica, distribuídas em dois afloramentos externos, em dois pequenos blocos na entrada da caverna e, por fim, em um painel localizado no teto da caverna, na parte mais profunda — onde a luz do dia não alcança. Esse último é acessível apenas rastejando por cerca de dois metros.

Figura 19 – Sitio das Palmeiras: Entrada da Caverna e gravuras no interior (teto)



Fonte: Fotografia de Coimbra Garcia (2014).

As gravuras externas foram riscadas com giz branco por algum visitante desconhecido, em momento anterior à nossa descoberta. Acreditamos que as gravuras localizadas no teto da caverna não tenham sido vandalizadas por não terem sido vistas, dada a dificuldade de observação, já que não há nenhuma incidência de luz natural na parte mais profunda da caverna. A equipe não estava preparada para fotografar o ambiente, que foi iluminado apenas pela lanterna de um celular.

4.3 Colorado do Oeste

As formas predominantes são curvilíneas, embora também estejam presentes linhas retas e estáticas. Nessa localidade, há apenas um painel, composto por figuras geométricas. Aparentemente, a técnica de confecção envolveu incisão e abrasamento/polimento. É possível que a ação da água tenha modificado parte das gravuras ao longo do tempo, uma vez que, durante boa parte do ano, o painel permanece úmido e, em determinados períodos, é atingido por enchentes abundantes, embora de curta duração.

Localizado à margem direita de um pequeno córrego, em uma área de corredeira e inserido em meio a uma pequena mata primária. Há dois painéis de gravuras na localidade, ambos dispostos na face vertical da rocha — um arenito, porém mais firme do que os encontrados em Presidente Médici e Urupá. Um dos painéis encontra-se na parte inferior do paredão, contendo gravuras geométricas e algumas cúpulas. O segundo painel está localizado na altura mediana do paredão, conforme figura abaixo.

Figura 20 – Sítio Pizza o, e Colorado do Oeste, sul do Estado. Apresenta gravuras geométricos e cúpulas



Fonte: Fotografia de Coimbra Garcia (2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marcas simbólicas (gravuras) e funcionais (amoladores/polidores) estão dispostas nas bases rochosas do rio Guaporé, na região centro-leste, próximas às gravuras. Assim como em outras áreas da Amazônia, no centro-leste predominam as representações antropomorfas. Embora em alguns sítios elas não estejam em maior número, sua disposição nos painéis gráficos faz com que se destaquem em relação às demais, como ocorre no Sítio Mirante, onde

há gravuras antropomórficas orientadas para cada ponto cardeal. Nesta região, as gravuras apresentam variações estilísticas distintas que compõem a Tradição Ji-Paraná, incluindo os estilos Riachuelo, Cachoeira Alta, Molim e Mirante — sendo este último característico exclusivamente desse sítio.

As gravuras dessa região encontram-se em diferentes estágios de conservação. No Sítio Mirante, é possível observar figuras do estilo Mirante sobrepostas às do estilo Molim, bem como gravuras reaproveitadas para fins funcionais. Considerando que todas essas gravuras estão expostas aos mesmos agentes de degradação — como vento, chuva e radiação solar —, por estarem a céu aberto, é plausível supor que algumas delas pertençam a períodos distintos. No entanto, os estilos Riachuelo e Cachoeira Alta possivelmente foram contemporâneos entre si.

A diversidade temática é observada principalmente nos sítios da região centro-leste e, em menor escala, ao longo do rio Guaporé. No entanto, as gravuras mais elaboradas e complexas concentram-se no centro-leste, onde são identificadas representações fálicas, figuras com genitálias e cenas de cópula, além de diversos zoomorfos e formas esquemáticas. Na maioria dos sítios dessa região, é comum a presença de partes do corpo humano, como mãos, pés, pernas, braços e cabeças, além de numerosos rostos e possíveis representações de máscaras.

Nas localidades de Chupinguaia, Colorado do Oeste e Urupá — onde, até o momento, foi identificado apenas um sítio rupestre em cada município — predominam as figuras geométricas e alguns grafismos puros. Assim como no centro-leste, os painéis gráficos foram executados sobre afloramentos de arenito bastante friáveis, o que contribui para processos acelerados de desintegração e/ou desplacamento dessas superfícies rochosas.

Comuns a todos os sítios, tanto na bacia do Guaporé quanto na do Ji-Paraná, as formas cupulares estão presentes em maior ou menor número, com diâmetros e profundidades variáveis. Em alguns casos, compõem partes de gravuras maiores; em outros, aparecem dispersas sobre a base rochosa ou ainda alinhadas, em quantidades que variam de poucas unidades a mais de uma centena.

As pesquisas na região ainda estão em andamento e se encontram na fase de documentação. No entanto, algumas hipóteses já começam a se delinear. A região centro-leste se diferencia tanto pela temática e pelas técnicas de confecção das gravuras quanto pela forma como estas se inserem na paisagem, frequentemente situadas nas proximidades de sítios de moradia e oficinas líticas. Para além de seu caráter simbólico, observam-se, em alguns objetos, semelhanças entre a decoração e os grafismos rupestres. Essas evidências levaram à formulação da hipótese de que os criadores dessas gravuras pertenciam a grupos do tronco linguístico Tupi, que habitam há milênios o vale do alto rio Ji-Paraná.

É possível identificar certas características comuns entre as gravuras dos sítios da região centro-leste de Rondônia, que totalizam 19 sítios. Primeiramente, observa-se que: (1) as técnicas utilizadas na confecção das gravuras são as mesmas entre os sítios; (2) entre os estilos gráficos identificados, apenas o estilo Mirante não ocorre nos demais sítios da região; (3) as gravuras realizadas por meio da técnica do picoteamento, por apresentarem um estágio mais avançado de desgaste e, em alguns casos, estarem sobrepostas por outros grafismos, sugerem ser mais antigas do que aquelas produzidas com a técnica que combina percussão direta e polimento. Estas últimas, por sua vez, parecem anteceder, cronologicamente, as gravuras confeccionadas por meio da técnica de incisão e arraste, também com base em seu grau de conservação. Além disso, é comum encontrar, nos sítios do centro-leste, "bacias" e "pilões" esculpidos na mesma base rochosa dos painéis, além de numerosos polidores e afiadores, o que reforça a multifuncionalidade desses contextos arqueológicos.

A implantação dos sítios na paisagem apresenta semelhanças dentro de cada uma das regiões abordadas, com ocorrências em morros, meias encostas ou baixadas úmidas. No entanto, apenas os sítios localizados em Costa Marques encontram-se inseridos em pedrais situados no próprio leito do rio. A região centro-leste abriga centenas de sítios cerâmicos e numerosas oficinas líticas, com alta densidade de feições associadas ao polimento e afiamento. Em sua quase totalidade, esses sítios ainda carecem de análises aprofundadas, tendo sido, até o momento, apenas identificados e documentados. Algumas poucas pesquisas pontuais concentraram-se na análise de determinados sítios vinculados à Tradição Tupi.

Análises recentes de material cerâmico e lítico realizadas no Sítio Encontro, localizado nas proximidades da nascente do ribeirão Riachuelo, com os estudos conduzidos por Eurico T. Miller na região, apontam para a predominância de características associadas a grupos do tronco linguístico Tupi presentes nos vestígios cerâmicos e líticos (Miller, 2009; Zimpel Neto, 2009). Zimpel Neto apresenta uma datação superior a 4 mil anos para o Sítio Encontro, que se encontra a aproximadamente 2 km do Sítio Cachoeira Alta — este, por sua vez, também inserido em um contexto de sítio de habitação. Além disso, a Scientia (2019) apresentou uma datação de pouco mais de 7 mil anos AP para a região.

Desconhece-se o ambiente geográfico existente à época da confecção das gravuras, e até o momento não há estudos que permitam a datação direta de nenhum dos sítios rupestres da região. Podemos apenas supor uma possível relação entre a arte gráfica e os grupos de agricultores e ceramistas que habitaram a área, uma vez que, até agora, não há nenhuma evidência ou pesquisa que aponte para a inexistência dessa prática entre esses grupos. Assim, propusemos, em um de nossos trabalhos anteriores, a possibilidade de estarmos diante de uma nova tradição rupestre, hipótese também apresentada por Prous (2019), que a denominou Tradição Ji-Paraná — nomenclatura que adotaremos a partir deste trabalho. Para além da teoria que sugere a originalidade dos grupos falantes do tronco linguístico Tupi no alto/médio Ji-Paraná, observa-se que os sítios arqueológicos no entorno das áreas rupestres estão associados a grupos Tupi. Com base na identificação de objetos líticos ornamentados com grafismos semelhantes aos das gravuras rupestres, bem como nos padrões decorativos observados em malocas da região centro-leste, atribuímos a autoria dessas gravuras a algum dos grupos Tupi que habitaram a região.

REFERÊNCIAS

BECKER-DONNER, E. **Archäologische Funde AM mittleren Guaporé (Brasilien)**. William Braumüller, livraria da universidade verlag Ges m. b. h. Win IX - Stuttgart. Separata da Archiv Para Folclore, Volume XI, 1956.

BEDNARIK, R. A. **Cúpulas**: el arte rupestre más antiguo que se ha preservado. SIARB: Boletin, nº 12, 1998.

CUNHA, M. C. da. (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992

COIMBRA, M. de O. G.; GARCIA, J. da S.; FERNANDES, D. D. **Pedras que guardam segredos**: catalogação de registros rupestres do município de Presidente Médici – a partir do distrito de Novo Riachuelo. 2004. 90 p. Monografia (Especialização em História contemporânea) - Faculdade Barão do Rio Branco, Rio Branco, 2004.

COIMBRA, M. C. de O. G. **Inventário dos sítios rupestres do centro-leste de Rondônia – Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em História, Direitos Humanos, Cultura e Território no Brasil e na América Latina) - Universidade Pablo de Olavide, Porto Velho, 2010.

FARIA, L. de C. **Um outro Olhar**: diário da expedição à Serra do Norte. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2001.
FERNANDES, L. C.; GUIMARÃES, S. C. P. (org.). **Atlas Geoambiental de Rondônia**. 2. ed. Porto Velho: Governo do Estado de Rondônia, 2002.
GARCIA, M. C. de O.; GARCIA, J. da S. Pedras que guardam segredos: catalogação de sítios arqueológicos na região centro-leste de Rondônia. **Revista Veredas Amazônicas**, vol. II, nº 1, jan./jun. 2012. ISSN: 2237-4043.
LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes Trópicos**. Tradução de Noelia Bastard. Barcelona: Editorial Paidós, 1988.
KELLER, F. **The Amazon And Madeira Rivers**. London, 1874.
MATHEWS, E. D. **Viagens pelos rios Amazonas e Madeira (Brasil), Bolívia & Peru (1872-1874)**. Manaus: Editora Valer, 2020.
MILLER, E. T. A cultura cerâmica do tronco tupi no alto Ji-Paraná, Rondônia – Brasil: algumas reflexões teóricas, hipotéticas e conclusivas. *In:* RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (Ed.). **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 147–169, jul. 2009. Brasília: Universidade de Brasília, Laboratório de Línguas Indígenas, 2009.
MILLER, E. T. **Relatório das pesquisas arqueológicas efetuadas na área de influência da Rodovia BR 429.** Avaliação de potencial arqueológico (1986/87). Porto Velho/RO, SEPLAN, 1987.
MILLER, E. T. **Brasília**: Universidade de Brasília, Laboratório de Línguas Indígenas, 2009.
NIMUENDAJÚ, Curt. **Mapa Etno-Histórico**. Rio de Janeiro: IBGE; Brasília, DF: Ministério da Educação, 2002. (Ed. Fac-Similar).
OLIVEIRA, M. C. de. **Arte rupestre em Rondônia**. 1. ed. Presidente Médici, RO: [s.n.], 2013.
OLIVEIRA, M. C.; GARCIA, J. da S. Pedras que guardam segredos: catalogação de sítios arqueológicos na região centro-leste de Rondônia. **Revista Veredas Amazônicas**, Porto Velho, v. 2, n. 1, jan./jun. 2012. ISSN 2237-4043. Disponível em: https://periodicos.unir.br/index.php/veredasamazonicas/article/view/283/492. Acesso em: jun. 2025.
PEREIRA, E. **A arte rupestre na Amazônia – Pará**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; São Paulo: UNESP, 2003.
PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1992.
PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**: a pré-história e os verdadeiros colonizadores. MT: Carline/Caniato – Tanta Tinta, 2019.
QUADROS, M. L. do E. S.; RIZZOTTO; GILMAR. J (org.). **Geologia e recursos minerais do Estado de Rondônia: Sistema de Informações Geográficas – SIG**: Texto Explicativo do Mapa Geológico e de Recursos Minerais do Estado de Rondônia. Porto Velho: CPRM, 2007. 153 p.
QUADROS, M. L. do E. S.; RIZZOTTO; GILMAR. J. (org.). **Geologia e recursos minerais do Estado de Rondônia: Sistema de Informações Geográficas – SIG**: Texto Explicativo do Mapa Geológico e de Recursos Minerais do Estado de Rondônia. Porto Velho: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2007. 76 p. Disponível em: https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/11094. Acesso em: 9 abr. 2025.
RONDON, C. M. da S. **Missão Rondon**: apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon, de 1907 a 1915. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1916.
SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Arqueologia Preventiva associada à LT em 600 kV Porto Velho/RO – Araraquara/SP – N1**: diagnóstico, prospecção e salvamento arqueológico. São Paulo, 2019.
SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Relatório de salvamento arqueológico na LT 138 kV / LT 230 kV Ji-Paraná – Pimenta Bueno / Vilhena (RO)**. Relatório Parcial 1. Adaptações realizadas por Coimbra, 2010.
SOUZA, A. M. de. **Dicionário de Arqueologia**. Rio de Janeiro: Adesa, 1997.
SUÑER, R. A. **Arqueologia Tupi no Médio Ji-Paraná (RO)**: teoria do não-equilíbrio dinâmico e abordagem multifocal dos processos de mobilidade

populacional no Sudoeste Amazônico. 2015. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-03022016-142136/publico/RodrigoSunerREVISADA.pdf. Acesso em: 18 jun. 2025.

ZIMPEL NETO, C. A. **Na direção das periferias extremas da Amazônia**: arqueologia na bacia do rio Ji-Paraná-RO. 2009. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.



AS GRAVURAS RUPESTRES DO SÍTIO ARARA VERMELHA EM RORAIMA: UMA PROPOSTA DE ESTUDO CONTEXTUAL

Marta Sara Cavallini[39]
Andrei Isnardis[40]
Irmânio Sarmento de Magalhães[41]

1 O CONTEXTO DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS EM RORAIMA

Guardando um riquíssimo patrimônio, Roraima é o estado brasileiro com o menor número de pesquisas acadêmicas em arqueologia. A larga maioria das informações atualmente disponíveis sobre o patrimônio indígena antigo provém de duas fontes: trabalhos "de contrato" (ditos "preventivos", como avaliações de impacto, prospecções e resgates) e iniciativas da sociedade civil e de comunidades tradicionais voltadas à defesa e ao registro dos sítios.

O quadro que se desenha no momento sobre o conhecimento e gestão do patrimônio arqueológico no estado é bastante complexo e se constitui, em si, como relevante tema para pesquisas e discussões públicas (Magalhães, 2025). Esta não é a ocasião para avançarmos muito no tema, mas consideramos relevante apresentar o sítio Arara Vermelha dentro de seu contexto científico e sociopolítico, apontando algumas questões prementes e compartilhando um breve mapeamento dos atores em cena.

Em artigo recente, Rafaela Leal (2024), arqueóloga da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em Roraima[42], apresentou um inventário de 411 sítios arqueológicos de conhecimento dessa instituição, dos quais 49 possuem grafismos rupestres, entre petróglifos e pictóglifos. Notável é a escassez de fontes acadêmicas, clara expressão da ausência de pesquisas sistemáticas e/ou continuadas.

39 Doutora em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). E-mail: cavallini.marta@gmail.com.
40 Professor do Departamento de Antropologia e Arqueologia e pesquisador do Setor de Arqueologia do Museu de História Natural Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais (MHNJB/UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais. E-mail: isnardis.andrei@gmail.com.
41 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Antropologia Social da Universidade Federal de Roraima (PPGANTS-INAN/UFRR), Boa Vista, Roraima. E-mail: irmaniosarmento@gmail.com.
42 A Superintendência do IPHAN em Roraima foi criada somente em 2009, estando, portanto, entre as últimas estabelecidas no país.

Uma parcela significativa desses sítios (48) foi registrada por Pedro Augusto Mentz Ribeiro e sua equipe, responsáveis pelos primeiros estudos arqueológicos em Roraima, cujos trabalhos superaram, em qualidade, o padrão usual das pesquisas realizadas no âmbito do licenciamento ambiental. A atuação do referido pesquisador ocorreu sob demanda do governo do estado de Roraima, com o objetivo de realizar uma avaliação abrangente do patrimônio arqueológico que se encontrava ameaçado pelos empreendimentos econômicos então em curso.

Com vistas à investigação dos grafismos no panorama arqueológico regional, esses vestígios foram objeto de ampla documentação, que incluiu, além de anotações e do preenchimento de fichas padronizadas, a elaboração de mapas, registros fotográficos e a realização de decalques diretos, totalizando mais de 150 m² de cópias em plástico. Ademais, procederam-se comparações com vestígios arqueológicos de regiões vizinhas, especialmente das Guianas (Ribeiro; Guapindaia, 1985; Ribeiro *et al.*, 1986; Ribeiro; Machado; Guapindaia, 1987; Ribeiro; Ribeiro; Pinto, 1989).

Entre os sítios registrados, destaca-se o da Pedra Pintada, situado na Terra Indígena São Marcos, no município de Pacaraima, reconhecido como um dos mais relevantes sítios com pinturas rupestres do estado, em virtude do expressivo conjunto de grafismos geométricos de grande dimensão. Escavações realizadas em uma das áreas abrigadas possibilitaram à equipe associar os grafismos a um período compreendido entre 4.000 e 3.000 anos AP, com base na ocorrência de material corante e de fragmentos pintados da parede (Ribeiro; Ribeiro; Pinto, 1989).

A relevância do sítio da Pedra Pintada não deve, entretanto, obscurecer o fato de que a mesma área abriga diversos outros sítios rupestres, alguns dos quais se destacam pelo número de figuras, pelo estado de conservação e pelo modo como as pinturas se articulam com as feições dos afloramentos rochosos.

No artigo de Leal (2024), também é mencionado o projeto de Lira e colaboradores, no qual são registrados quatro sítios com grafismos rupestres no sudeste do estado, entre eles o sítio Arara Vermelha (Lira; Castro; Valle, 2009).

Outra fonte relevante sobre o patrimônio arqueológico roraimense, que não foi incorporada ao artigo de Leal em razão da incompletude dos dados de seus registros (conforme apontado pela autora), consiste em um trabalho de avaliação de impacto ambiental referente à implantação de uma linha de transmissão de energia entre a Venezuela e o Brasil, coordenado por Eurico Miller (1999). O referido relatório apresenta um total de 230 sítios arqueológicos, dos quais dois incluem registros de arte rupestre. Dez desses sítios foram "qualificados para resgate" (Miller, 1999, p. 6), entre eles um com grafismos.

Apesar da ausência de maior detalhamento, o material encaminhado ao IPHAN impacta de modo significativo o panorama regional, sobretudo em função do elevado número de sítios a céu aberto identificados.

Trabalhos de avaliação de impacto e de resgate arqueológico têm sido realizados com grande frequência em Roraima (Leal, 2024), respondendo pela maior parte dos registros de novos sítios arqueológicos. Observa-se que tais atividades, via de regra, não se aprofundam nas análises, não promovem a revisão sistemática dos sítios identificados e não têm sido capazes de produzir um conhecimento de escala regional acessível a estudantes, pesquisadores e comunidades (Bueno; Isnardis, 2007; Gnecco; Dias, 2017).

O avanço de empreendimentos econômicos, do turismo e das demandas de reconhecimento territorial dos povos indígenas e de outras comunidades tradicionais em Roraima têm levado à sociedade civil e as associações indígenas a identificar e registrar sítios arqueológicos junto ao IPHAN, bem como a encaminhar denúncias de agressões a esses bens e a demandar posicionamentos do órgão acerca de inconsistências observadas nas avaliações de impacto (Magalhães, 2025).

O projeto Inventário Arqueológico de Roraima, desenvolvido por um dos coautores deste capítulo em parceria com o arqueólogo Luiz Coimbra, em articulação com as comunidades da Terra Indígena São Marcos, já registrou e georreferenciou 60 sítios de arte rupestre, dos quais 32 não constam no artigo de Leal (2024) e tampouco haviam sido identificados por outras equipes de pesquisa (Coimbra, 2024[43]).

Ademais, um projeto acadêmico de relevância, que igualmente visa contribuir para o registro sistemático de sítios arqueológicos nessa região, encontra-se em fase inicial, tendo sido aprovado no edital *Iniciativa Amazônia +10*, sob coordenação geral de Ananda Machado (Universidade Federal de Roraima – UFRR) e de Edithe Pereira na área de Arqueologia (Machado, 2024).

Vale destacar que não foram localizadas referências a pesquisas arqueológicas na Terra Indígena Yanomami, a qual corresponde a uma parcela significativa do território do estado de Roraima.

A pesquisa em andamento de um dos coautores deste capítulo (Magalhães, 2025) destaca, a partir do caso empírico da comunidade Wapichana e Macuxi de Perdiz, localizada na Terra Indígena São Marcos, alguns aspectos cruciais das relações que envolvem aquilo que o pensamento científico ocidental e o Estado brasileiro denominam "sítios arqueológicos".

O trabalho aponta divergências de perspectiva entre o IPHAN, os agentes de turismo, os arqueólogos e os antropólogos, e as tradições, bem como a ação política, de comunidades constituídas pelos povos Taurepang e Macuxi (ambos falantes de línguas da família Karib) e Wapichana (falantes de língua da família Arawak), localizados nas Terras Indígenas São Marcos, Anaro e Raposa Serra do Sol.

Como tem sido cuidadosamente discutido em pesquisas realizadas em outras áreas indígenas (Cabral, 2014; 2022; Jácome; Wai Wai, 2020; Honorato; Rocha, 2024; Rocha *et al.*, 2014; Wai Wai, 2023), os conceitos de "sítio arqueológico" e de "patrimônio" mostram-se inteiramente alheios às filosofias ameríndias, assim como a outras formas de pensamento tradicionais não indígenas. O emprego dessas noções coloca problemas concretos quando são operacionalizadas por pesquisadores e por agentes do IPHAN e de outros órgãos estatais nas relações estabelecidas com as populações indígenas.

De fato, observa-se uma divergência radical entre esses atores no que se refere às concepções de passado e de presente, de agência humana e não humana e de narrativas orais, além de uma expressiva dificuldade, por parte dos agentes do Estado, em lidar com a necessidade das populações indígenas de interagir com aquilo que foi produzido pelos "antigos" ou por "outras gentes".

43 Embora o levantamento tenha sido realizado conjuntamente pelos dois pesquisadores, a responsabilidade técnica perante o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é atribuída a Luiz Coimbra, ficando registrado apenas o seu nome como autor. Cabe destacar que esse constitui um fenômeno recorrente no Brasil, o qual acaba por obscurecer a relevância de pesquisadores da arqueologia, de conhecedores tradicionais e de guias locais.

Nesse sentido, as comunidades indígenas são convocadas a atuar em um terreno discursivo e político demarcado por categorias e normativas cujas bases não encontram ressonância nos modos tradicionais de relação com a terra, com os locais pintados e gravados, com os enterramentos, com as antigas aldeias e, sobretudo, com os agentes plenos de potência que geraram e que permanecem presentes nesses lugares.

Nas ações de fiscalização e regulação, os representantes do Estado tendem a atuar como "donos", acionando uma lógica ocidental de propriedade privada (ainda que ajam em nome do bem público), ao passo que, nas cosmologias indígenas, a relação com os locais que o Ocidente denomina sítios arqueológicos deveria pautar-se pela simetria de domínio e de maestria entre humanos e não humanos (Fausto, 2008). Produz-se, assim, um ruído significativo, que compromete a interlocução e a interação entre as comunidades indígenas e os agentes do Estado brasileiro.

As pesquisas recentes que se propõem a superar essa segregação de saberes e de direitos têm adquirido maior concretude em Roraima. Nelas, observa-se uma disposição para o estabelecimento de diálogos efetivos com as comunidades indígenas (Magalhães, 2025; Coimbra, 2024; Machado, 2024) e, inclusive, a participação de arqueólogos indígenas em sua condução (Wai Wai *et al.*, 2022).

Um efeito inovador e construtivo da interlocução entre pesquisadores não indígenas e os povos Macuxi e Wapichana tem sido o desenvolvimento do interesse pelos fragmentos cerâmicos. Os membros dessas duas etnias não associavam tais materiais à ideia de ocupações anteriores, realizadas por seus antigos ou por outras gentes que habitaram esses territórios. Com o interesse despertado pelos pesquisadores, as pessoas da comunidade Perdiz, bem como de outras comunidades, passaram a compreender que esses vestígios cerâmicos podem ser mobilizados para atestar, perante a sociedade não indígena, que suas terras preservam elementos fundamentais para o reconhecimento de uma história profunda em seus territórios (Magalhães, 2025).

De modo semelhante, a aproximação com os vestígios arqueológicos líticos tem provocado um interesse crescente por parte das populações indígenas, e um número expressivo de sítios com materiais dessa natureza tem sido evidenciado (Magalhães, 2025; Coimbra, 2024).

Outra dimensão desse cenário merece ser considerada. O projeto conduzido por Edithe Pereira e pela coautora deste capítulo, sob coordenação da primeira, realiza um levantamento da documentação produzida e do acervo gerado pelos trabalhos de Pedro Augusto Mentz Ribeiro e de sua equipe em Roraima. A documentação encontra-se distribuída em diferentes instituições: a Universidade FEEVALE, em Novo Hamburgo (RS); o Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém (PA); e o Museu Integrado de Roraima (MIRR), em Boa Vista.

O acervo arqueológico, por sua vez, foi depositado no MIRR, cuja situação atual é precária, uma vez que não há inventário preciso, tampouco medidas protetivas adequadas (Pereira; Cavallini, 2025). Ademais, o MIRR não integra, atualmente, o rol de instituições qualificadas pelo IPHAN para a guarda de coleções arqueológicas, não havendo, igualmente, nenhuma outra instituição autorizada com essa finalidade em todo o estado de Roraima. Em razão disso, os acervos produzidos nos últimos anos, e aqueles que venham a ser gerados futuramente, não permanecem no estado. Esses materiais são encaminhados, prioritariamente, às instituições de guarda autorizadas mais próximas, situadas em outros estados da Amazônia, há centenas de quilômetros das comunidades de origem, quando não a museus localizados a milhares de quilômetros de distância.

Não é necessário insistir no caráter expropriatório e desarticulador das relações entre as comunidades e seu patrimônio arqueológico promovido por essa situação.

Diversas pessoas nas Terras Indígenas São Marcos, Anaro e Raposa Serra do Sol, notadamente nas duas primeiras, mantêm pequenas coleções de peças líticas polidas. Trata-se de uma prática antiga, que não foi desencadeada pela interlocução com pesquisadores, mas que antecede tais interações. Observa-se, portanto, um interesse de longa data por esses materiais, em torno dos quais são mobilizados múltiplos e diversos significados e explicações.

Em contraste com esse interesse das pessoas indígenas, outros atores também têm atuado como colecionadores, e há registros recorrentes (e lamentáveis) de venda ilegal de artefatos arqueológicos (Magalhães, 2025). Configura-se, assim, mais uma dimensão de uma trama complexa que envolve direitos, legislações, normativas e demandas diversas.

O interesse turístico pelos sítios arqueológicos tem se desenvolvido nas terras indígenas de Roraima, sobretudo na Terra Indígena São Marcos, agregando ao cenário outro feixe de relações. Imagens e discursos sobre a Pedra Pintada e outros afloramentos com grafismos da região têm circulado fora das esferas da pesquisa científica, do movimento indígena e das ações do Estado, por meio de redes sociais e de outros meios de comunicação. A exuberância da arte rupestre e a intensa beleza cênica do Lavrado têm atraído agentes do turismo.

Tal interesse pode, eventualmente, convergir com demandas indígenas, uma vez que pode gerar proteção ao patrimônio e recursos para as comunidades; mas pode também entrar em choque direto com elas, quando o turismo busca impor suas "urgências" e suas expectativas de faturamento (Magalhães, 2025). Vale sublinhar que o controle efetivo dos territórios tradicionais, mesmo nos casos de terras já homologadas, constitui uma luta contínua das comunidades indígenas em todo o Brasil, e a Terra Indígena São Marcos não é exceção.

Em diversas regiões do estado, têm-se multiplicado notícias sobre sítios arqueológicos, assim como demandas das comunidades, de professores e historiadores locais e de agentes públicos pelo registro e pela avaliação técnica dos achados. Esse é o caso, por exemplo, da região do Baixo Rio Branco, onde numerosos sítios com rica e exuberante cerâmica indígena têm sido localizados.

A região do rio Anauá, onde se encontra o sítio Arara Vermelha, é conhecida há longo tempo por seu grande potencial arqueológico (Valle, 2005; Lira; Castro; Valle, 2009); entretanto, apenas nos últimos anos a área voltou a ser objeto de estudos, por meio de um projeto de doutorado da coautora deste capítulo (Cavallini, 2025).

O IPHAN não tem sido capaz de atender a essas demandas, uma vez que, na ausência de empreendimentos que impliquem a realização de avaliações de impacto ambiental, não há exigências legais nem recursos destinados à condução de estudos arqueológicos. O órgão não se encontra estruturado, em termos orçamentários e de pessoal, para a realização de trabalhos sistemáticos de levantamento de sítios.

Tampouco existe uma política nacional de construção do conhecimento sobre o patrimônio arqueológico que não esteja vinculada às demandas do licenciamento ambiental ou a recursos escassos oriundos de termos de ajustamento de conduta (TAC), geralmente marcados por recortes temáticos e

geográficos muito específicos, além de longos prazos e de complexos trâmites político-burocráticos para sua efetiva implementação.

A pesquisa no sítio Arara Vermelha, apresentada neste capítulo, insere-se nesse contexto de múltiplos e díspares agentes, estando ciente dos desafios enfrentados pela arqueologia em Roraima e atenta às peculiaridades da região.

2 O SÍTIO RUPESTRE ARARA VERMELHA

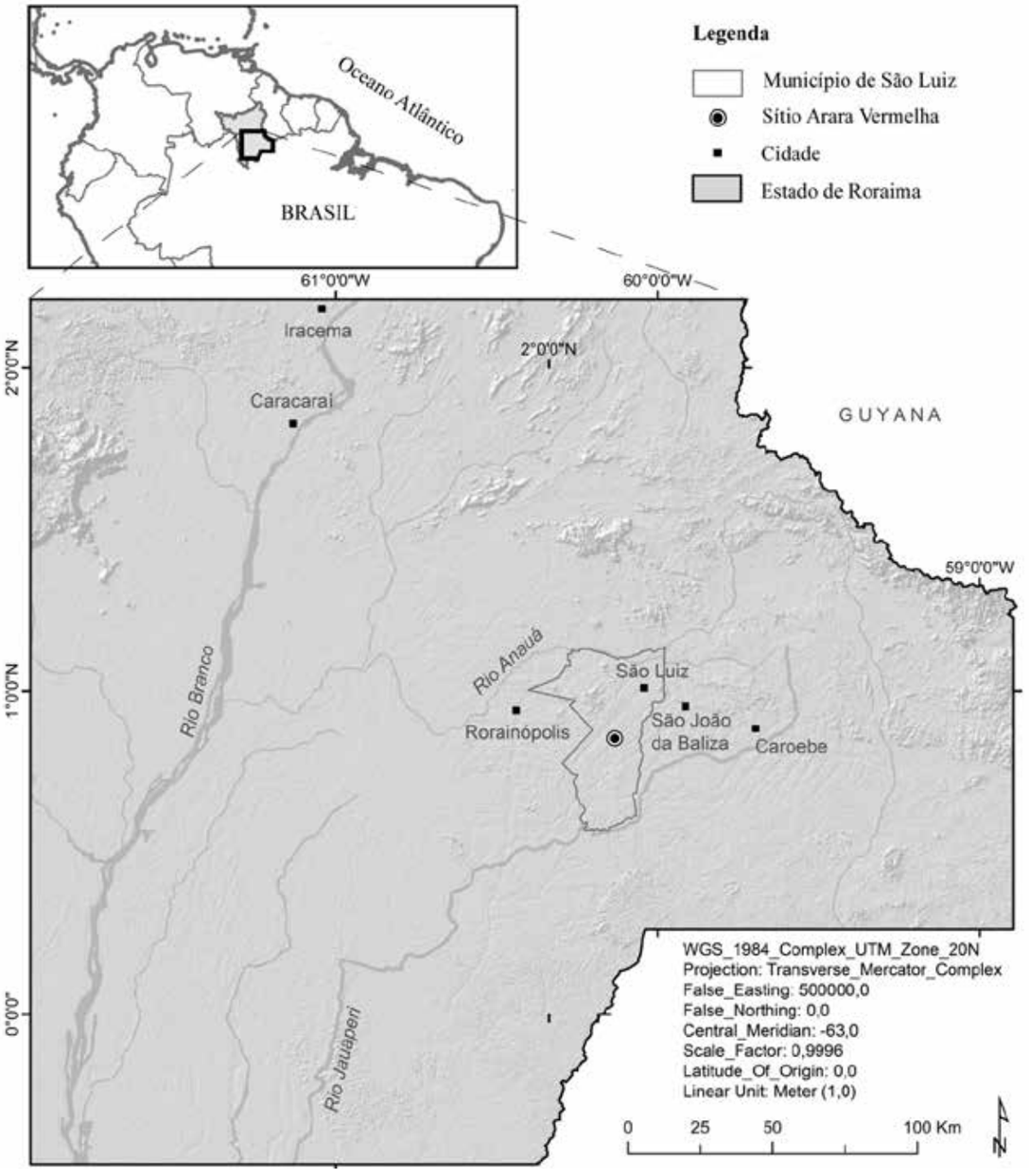
O sítio Arara Vermelha, situado no sudeste do estado, destaca-se por ter sido o único local no qual foram realizados estudos arqueológicos em âmbito acadêmico (Valle, 2012; Cavallini, 2025), com objetivos distintos daqueles das pesquisas de resgate. Durante o doutorado da coautora deste artigo, o propósito foi contextualizar arqueologicamente a arte rupestre no processo de ocupação local, seguindo uma abordagem ainda bastante rara nessa região, assim como em outras áreas do Brasil e no panorama mundial (Chippindale; Nash, 2004; Whitley, 2001).

De fato, a trajetória das investigações arqueológicas no país levou à consideração do registro rupestre como pouco informativo, quando comparado a outros tipos de vestígios, sendo, portanto, secundário no que se refere à construção de um discurso sobre a história de longa duração dos grupos indígenas.

Na Amazônia brasileira, é evidente a dificuldade de se estudar sítios rupestres em contextos sedimentares mais preservados e, eventualmente, passíveis de datação e associação aos grafismos, em razão de a maioria dos sítios conhecidos localizar-se às margens dos rios. Aqueles situados em abrigos rochosos, em áreas de terra firme, ainda são pouco escavados, sobretudo em função das evidentes dificuldades logísticas de acesso.

O território do sudeste de Roraima representa uma exceção nesse panorama, pois, nos últimos decênios, a intensificação da ocupação da região levou ao aumento das áreas desmatadas, bem como à abertura de estradas e ramais, o que resultou em maior visibilidade e em mais fácil acesso aos sítios arqueológicos.

Figura 1 – Posição do sítio Arara Vermelha



Fonte: Cavallini *et al.* (2022); ilustração de Stampanoni (2019).

Em relação à problemática da contextualização cronocultural da arte rupestre, o sítio Arara Vermelha configura-se como um interessante caso de estudo para a arqueologia amazônica, na medida em que apresenta petróglifos tanto a céu aberto quanto em abrigo. Este abrigo contém depósitos sedimentares com alto potencial para a preservação e datação de possíveis correlatos materiais das atividades realizadas pelos ocupantes da cavidade ao longo do tempo, incluindo os registros rupestres.

A pesquisa realizada neste sítio, portanto, é aqui proposta com o objetivo de contribuir, nessa imensa região amazônica, para o debate sobre as abordagens no estudo dos petróglifos e para o avanço do conhecimento das gravuras e dos contextos de que elas fazem parte.

Na região do Arara Vermelha, foram identificados, desde 1995, outros oito sítios arqueológicos, com ocorrência de material cerâmico e lítico em superfície e sub-superfície, entre abrigos, afloramentos de granitos com marcas de polimento e terras pretas de índio (TPI) (Cavallini, 2025; Lira; Castro; Valle, 2009). As pesquisas realizadas não disponibilizaram parâmetros cronológicos para tais assentamentos; todavia, os dados levantados evidenciam que o caso de estudo se insere em um contexto de ocupação indígena composto por sítios diversificados, em uma área de aproximadamente 130 km².

O sítio Arara Vermelha está localizado no município de São Luiz do Anauá (FIGURA 1) e ocupa uma superfície de 27,3 ha[44], dissociada de cursos de água. É composto por um abrigo de granito de 132 m² com arte rupestre, o qual assenta-se no topo de um promontório de cerca de 10 ha, imerso na floresta tropical densa, que se eleva suavemente a 38 m acima de uma área plana (FIGURA 2).

Figura 2 – Vista de sudeste do morro acima do qual se localiza o abrigo Arara Vermelha



Fonte: Cavallini (2025). Fotografia: Silva (2024).

44 As coordenadas UTM do perímetro de delimitação do sítio são: 20 N, E819360 N94780; E819519 N94175; E819347 N93959; E818874 N94236.

Figura 3 – Paisagem rupestre no setor externo do sítio Arara Vermelha



Fonte: Cavallini (2025). Fotografia: (a) e (c) Cavallini (2024); (b) Makuxi (2024).

Atualmente, essa área é intensamente impactada pelo desmatamento. O local apresenta 97 matacões de granito gravados, distribuídos em uma superfície de aproximadamente 17,3 ha, que circunda a cavidade nas direções Nordeste (NE), Leste (L), Sul (S) e Sudoeste (SW) (FIGURA 3). A área do morro caracteriza-se por outros afloramentos esparsos de granito, nos quais não foi evidenciada a ocorrência de petróglifos até o momento.

2.1 As gravuras rupestres do sítio Arara Vermelha

O espaço interno do abrigo, em penumbra, possui altura máxima de 240 cm e é caracterizado por dois painéis de petróglifos distribuídos nas paredes dos matacões NE e SW (FIGURA 4a). O primeiro possui 450 cm de comprimento por 210 cm de altura, destacando-se pelo maior adensamento gráfico e por ser o mais intensamente impactado por processos erosivos (FIGURA 4b). Já o segundo apresenta 280 cm de comprimento por 170 cm de altura, com figuras menos numerosas. Ao norte da parede NE, encontra-se uma unidade gráfica isolada de, aproximadamente, 13 por 25 cm.

Ocorrem, ainda, outras duas rochas gravadas, indicadas como C e S na planta (FIGURA 10). A primeira apresenta duas unidades gráficas reconhecíveis, além de picoteamentos esparsos; a segunda possui um painel de 60 cm de comprimento por 120 cm de altura.

Na proximidade imediata do abrigo, a arte rupestre localiza-se em um painel na superfície interna do matacão número 1 (FIGURA 7), ocupando uma área de aproximadamente 0,5 m².

Do ponto de vista temático, os motivos predominantes no sítio Arara Vermelha são os geométricos. Sobretudo na parede NE da cavidade, as figuras apresentam-se como linhas simples, retas ou circulares, em ziguezague, paralelas e/ou convergentes, ou compondo cadeias de losangos. Ocorrem também círculos, que são concêntricos apenas no painel da rocha S. Neste matacão, estão presentes linhas retas que terminam com três apêndices (semelhantes a uma pata), comuns na área externa, onde se encontram também figuras que evocam pegadas humanas ou não humanas, todas com comprimento igual ou inferior a 20 cm.

Nesse setor, os motivos circulares e concêntricos são frequentes; recorrem grafismos conhecidos na bibliografia como “grade” (traços verticais paralelos com dois transversais que os unem pelas extremidades) e “nuvens”, linhas ou alinhamentos sinuosos de pontos. As “cúpulas” estão presentes tanto interna quanto externamente ao abrigo, assim como os picoteamentos esparsos.

Figura 4 – Entrada e painéis de petróglifos do abrigo Arara Vermelha: (a) entrada ao norte do abrigo; (b) painel da parede nordeste, com visão parcial da rocha S

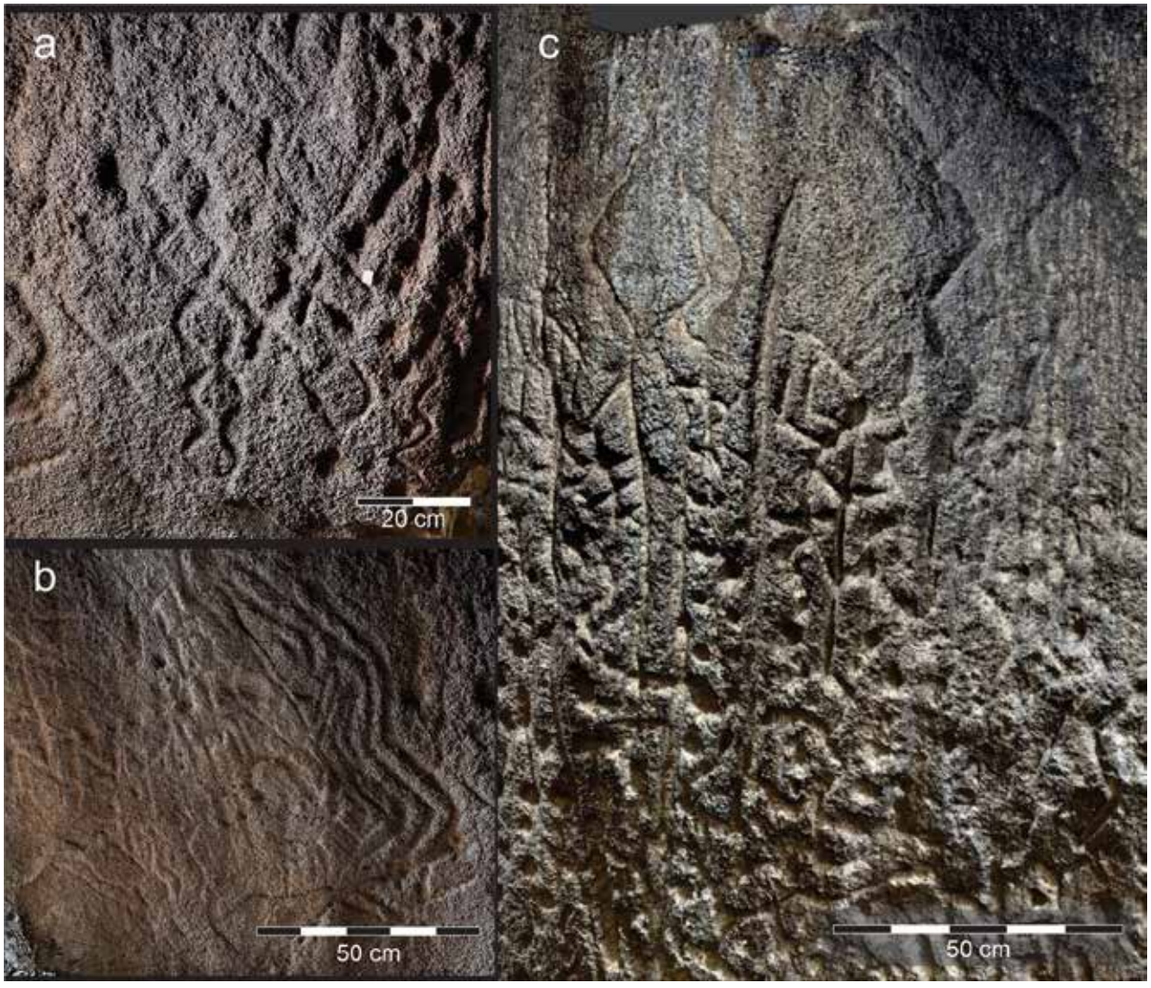


Fotografia: (a) Valle (2014); (b) Cavallini (2024).

O repertório temático inclui motivos herpetomorfos (que sugerem, à nossa cognição, lagartos), antropo-herpetomorfos ou antropomorfos, tendo o "corpo" como eixo, incluindo uma "cauda" no caso dos zoomorfos, de onde os "membros" derivam em simetria bilateral, com tendência à geometrização formal. Todavia, as proporções entre as partes ("pernas", "braços", "mãos" ou "patas", "pescoços" e "caudas") não são constantes. O caso mais representativo na área abrigada, na qual esse tipo de figura é muito raro, é constituído pela unidade gráfica isolada na entrada NE.

A análise gráfica preliminar realizada permitiu diferenciar ao menos dois grupos de grafismos sob as perspectivas temática, técnica e cenográfica.

Figura 5 – Motivos atribuídos ao primeiro grupo de petróglifos do abrigo Arara Vermelha



Fonte: Cavallini (2025). Fotografia: (a) e (b) Cavallini (2024). Modelo digital: Veiga (2025). Elaboração gráfica: Isnardis (2025).

O primeiro grupo foi observado somente na área do abrigo, majoritariamente na parede NE. É caracterizado por abundantes sobreposições de figuras geométricas de grandes dimensões, com formas lineares bastante alongadas (excedendo, com frequência, os 80 cm) e pela abundância de cúpulas. Os petróglifos desse tipo, presentes também na parede SW e no matacão 1 (FIGURA 7), foram realizados por picoteamentos profundos, combinados com incisão e abrasão (FIGURA 5).

O segundo grupo de gravuras compreende, provavelmente, a totalidade da arte rupestre na área plana do sítio e está presente também no abrigo, onde ocupa as rochas C e S, e o matacão 1. Inclui, ainda, os motivos não geométricos e se caracteriza por uma maior variabilidade temática. Trata-se de grafismos isolados ou que priorizam ocupações pouco densas da superfície, evitando sobreposições e produzindo, nos casos de maior concentração, justaposições ou conexões entre as extremidades das figuras. Nesse caso, o picoteamento é mais controlado, com menor remoção da superfície rochosa, o que resulta em figuras pouco profundas e largas (FIGURA 6).

Figura 6 – Motivos atribuídos ao segundo grupo de petróglifos: (a),(c) e (d) gravuras em rochas do setor externo do sítio; (b) figura antropomorfa no painel nordeste do abrigo



Fonte: Cavallini (2025). Fotografia: (a), (c) e (d) Cavallini (2024); (b) Cavallini (2024). Elaboração gráfica: Isnardis (2025).

Um elemento distintivo entre os dois tipos de petróglifos é a construção do espaço gráfico, que abrange desde a distribuição das figuras nas rochas até o tipo e o grau de visibilidade do gravado, além de suas relações com os suportes na paisagem.

Na área plana do sítio, observou-se uma diversidade de formas de ocupação gráfica das superfícies rochosas: alguns matacões apresentam um número muito restrito de petróglifos (apenas um ou dois), enquanto em outros, menos frequentes, observam-se dezenas de figuras. A limitação numérica parece ser intencional, pois todas as rochas com poucos grafismos dispõem de espaços vazios, por vezes amplos. Ademais, há evidências de uma correlação entre certos temas e a morfologia ou topografia dos matacões graníticos, como no caso das figuras que evocam pegadas humanas e de animais, encontradas somente em superfícies horizontais no topo das rochas. Inclusive, o posicionamento dos petróglifos nitidamente mais frequente (31%) é o topo dos afloramentos. Em muitos casos, para visualizar as superfícies gravadas, é necessário que o observador tenha conhecimento prévio de sua existência ou esteja dedicado a procurar pelos grafismos, visto que sua localização ocorre a uma altura superior a 1,50 m em relação ao solo.

No setor abrigado, por outro lado, prevalece o acúmulo gráfico: o painel da parede NE é predominante sob o aspecto perceptivo, capturando a atenção por sua imponência e densidade figurativa, a qual dificulta uma diferenciação clara dos elementos gráficos. O espaço limitado, inclusive, favorece a apreensão desse setor em detrimento dos outros, ainda que todos os petróglifos sejam visíveis simultaneamente, resultando em uma experiência estética intensa, que beira a "superdose" gráfica.

Nas proximidades da cavidade, os petróglifos identificados ocorrem somente em um matacão entre muitos, evidenciando, na construção da paisagem rupestre, uma intencionalidade oposta à da porção topograficamente menos elevada do sítio. Nesta última, a distribuição das gravuras é ampla, contrariando o adensamento que os afloramentos de granito possibilitariam; nota-se, também, um arranjo geral descentrado e pouco geometrizado, inclusive em relação aos alinhamentos estruturais de distribuição das rochas. Como mencionado anteriormente, a paisagem que se conforma não é autoevidente, exigindo um interesse ativo para a interação com os matacões e suas gravações.

À luz de todos esses aspectos, resulta evidente que, entre os dois setores do sítio Arara Vermelha, a experiência estética e a percepção do espaço graficamente construído são distintas. Tais dados permitem propor a existência de dois perfis gráficos (Pessis, 1994), considerando tal categoria analítica em termos crono-culturais; ou seja, supõe-se que as diferenças técnicas, temáticas e cenográficas dos grupos de figuras remetam a autorias pertencentes a distintos sistemas culturais e cronológicos (Criado-Boado, 1993; Pessis, 2002). Tal interpretação é coerente com a hipótese já sugerida por Valle para esse sítio (Valle, 2017).

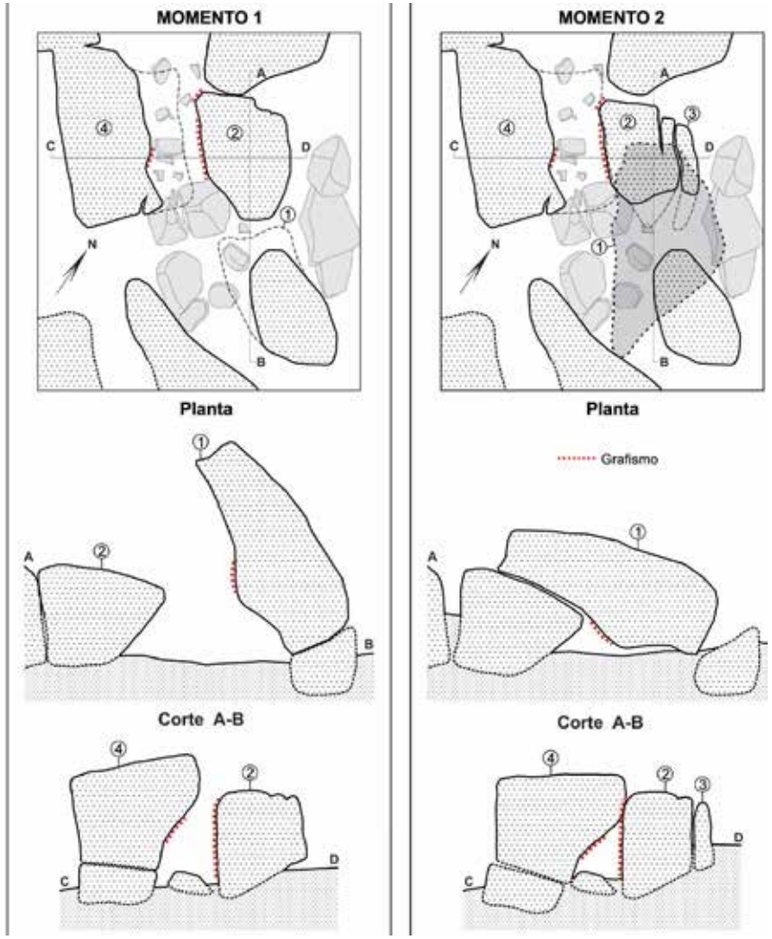
No interior do abrigo, na parede NE, realizou-se uma análise gráfica preliminar visando destacar elementos úteis para sustentar a suposta cronologia relativa entre os dois perfis definidos. Embora não tenham sido reconhecidos com clareza casos de sobreposição entre figuras pertencentes a ambos, foi possível distinguir diversos padrões de distribuição espacial: enquanto a maior parte da superfície é ocupada pelo primeiro perfil, os motivos antropo-zoomorfos que integram o segundo inserem-se em espaços marginais ou em porções restritas não gravadas, situadas entre os motivos geométricos.

2.2 Estudo geoarquelógico do sítio Arara Vermelha

Com o objetivo de levantar elementos mais sólidos para corroborar a hipótese de, ao menos, dois momentos culturalmente distintos de execução dos petróglifos, privilegiou-se a pesquisa geoarqueológica do sítio, a qual incluiu diversas atividades.

A observação em campo e os dados levantados pelos estudos topográfico, fotográfico e pelo processamento geomático permitiram propor uma hipótese de evolução geomorfológica do abrigo em dois momentos, esquematizados na figura 7, mediante a análise de contextos específicos.

Figura 7 – Representação esquemática da evolução geomorfológica do abrigo Arara Vermelha



Fonte: Brito (2025).

Na parede NE do abrigo, foram identificados dois setores com gravuras e cúpulas em superfícies de contato entre os dois matacões que formam a cavidade, em um espaço de condições evidentemente limitadas para a manipulação de qualquer instrumento, mesmo que muito pequeno, para a realização das gravuras (FIGURA 8). Como já mencionado, embora na parede NE sejam reconhecidos indícios de diacronia gráfica (expressos pela diversidade na distribuição espacial entre os dois perfis), essa superfície se apresenta densamente ocupada por figuras do primeiro perfil, compondo um painel continuativo. Ressalta-se, ainda, que o alto grau de intemperismo que caracteriza esse setor se apresenta de forma homogênea, tanto nas áreas gravadas quanto nas não gravadas.

Figura 8 – Vista de norte da parede NE do abrigo Arara Vermelha (à esquerda), com detalhes dos dois setores com traços gravados na área de contato entre os matacões NE e SW que formam a cavidade



Fonte: Isnardis (fotografia à esquerda) e Cavallini (2024).

Em segundo lugar, foi observada uma área em degrau na superfície externa do matacão SW, conforme ilustra o número 4 (FIGURA 7), originada a partir de uma fratura sub-horizontal, interpretada como evidência de um episódio de deslocamento lateral da porção superior da rocha em direção leste, de cerca de 37 cm (FIGURA 9).

Finalmente, reconhecemos um evento de queda do matacão indicado como número 1 (FIGURA 7), em direção ao número 2, que resultou no fraturamento deste último em duas porções: a rocha 3 e outra que, ao girar ligeiramente em direção oeste, posicionou-se na configuração atual, constituindo a parede NE do abrigo.

Figura 9 – (a) Imagem de angulação ampla, subproduto da modelagem 3D, mostrando o degrau na parede externa do matacão 4, que forma o abrigo Arara Vermelha, e seu deslocamento em direção leste; (b) imagem extraída da modelagem 3D, com detalhe da fratura do matacão 4, na superfície externa.



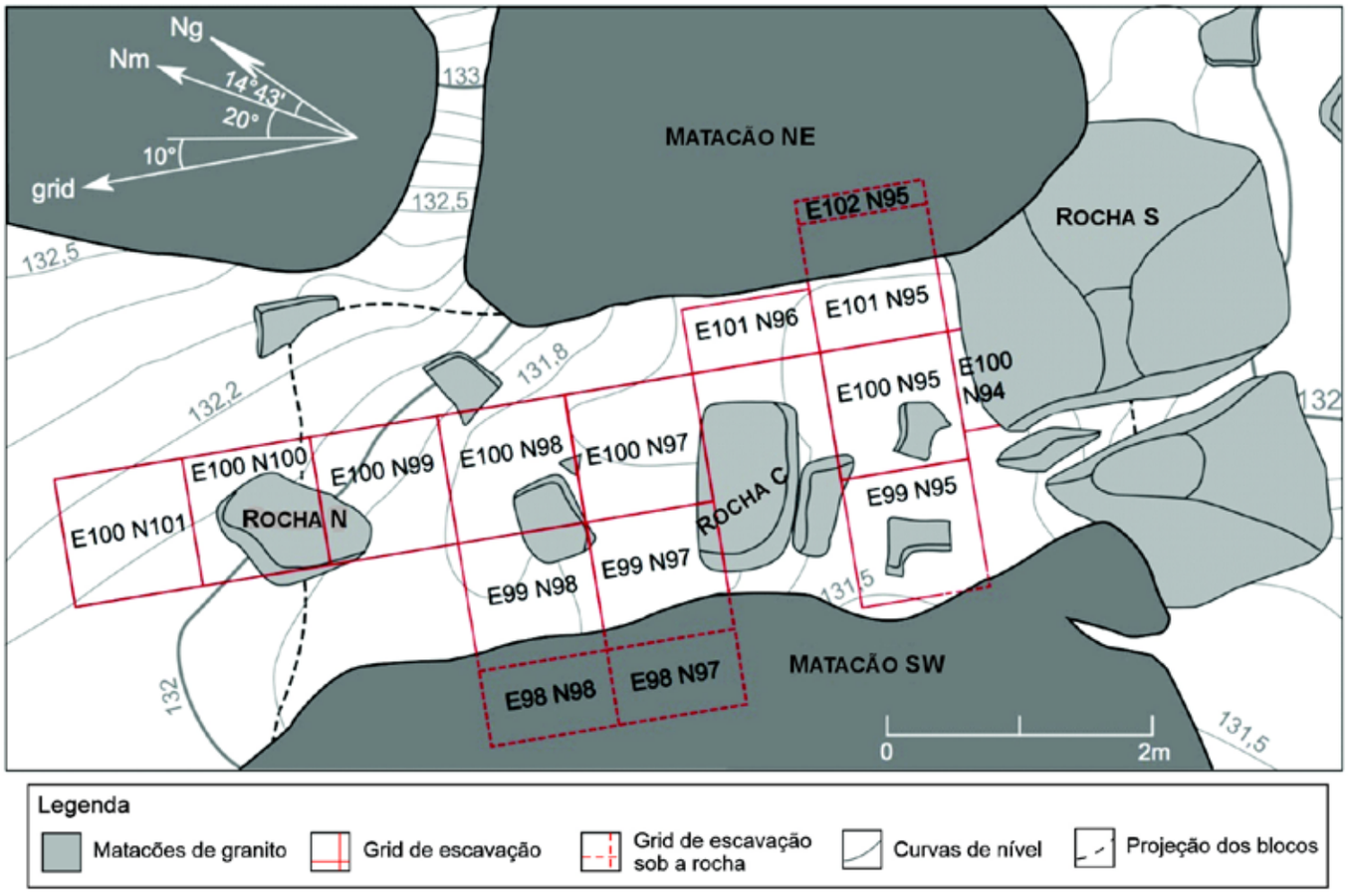
Fonte: Isnardis (2025), elaborado por Veiga (2025, *apud* Cavallini, 2025).

À luz desse estudo, sugerimos que, ao menos parte do ciclo de atividade gráfica do sítio tenha ocorrido anteriormente à formação da cavidade, quando as rochas que atualmente a compõem se encontravam assentadas uma em frente à outra, sem contato entre si; e que a conformação atual do abrigo represente o segundo de dois momentos evolutivos dessa porção do sítio. Não dispomos de elementos suficientes para relacionar os petróglifos do segundo suposto perfil gráfico das rochas C e S, no interior da cavidade, a esse último período; todavia, não se pode excluir a hipótese de que os eventos geológicos envolvidos tenham gerado o rompimento de fraturas e sucessivos desplacamentos de porções graníticas que, após sua deposição no piso, tenham sido gravadas.

As atividades realizadas com o objetivo de contextualizar crono-culturalmente a prática gráfica do sítio Arara Vermelha incluíram a escavação, no interior da cavidade, de uma área total de 14,45 m² (FIGURA 10). Os objetivos consistiram em definir os processos naturais e antrópicos de formação desse setor, bem como caracterizar a organização do espaço durante as ocupações indígenas e seus correlatos materiais, possivelmente associados aos petróglifos.

Os resultados alcançados permitiram estabelecer um segundo parâmetro cronológico para a confecção das gravuras no interior do abrigo. No setor central e sul (E100 N97–98–99–100 e E100–101 N95, figura 10), foram expostos, respectivamente, uma grande laje e dois matacões, os quais apresentam pequenos conjuntos de picoteamentos não diagnósticos em termos estilísticos. Esses elementos foram datados por C^{14} e pelo método de Luminescência Opticamente Estimulada (LOE), a partir de amostras de carvão e de sedimentos coletados na base e na superfície dos elementos líticos.

Figura 10 – Planta do abrigo Arara Vermelha, com a malha das escavações em vermelho



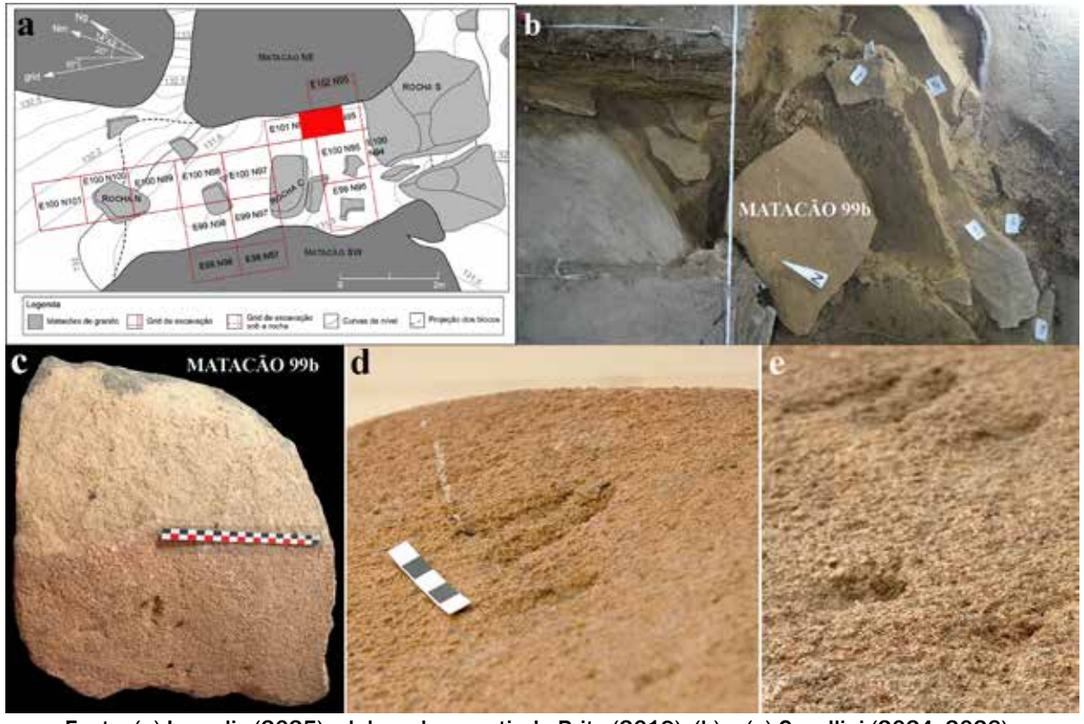
Fonte: Isnardis (2025), adaptado de Brito (2019, *apud* Cavallini, 2025).

No primeiro caso, trata-se de uma linha e de pontos esparsos soterrados por sedimento, datados entre 1362 ± 158 e 1136 ± 111 anos AP. No segundo caso, foi atribuída a idade de 3355 ± 325 anos AP a uma amostra de sedimento coletada a poucos centímetros do contexto de alocação do matacão com picoteamentos (FIGURA 11). Nessa porção meridional do sítio, foi possível contextualizar cronologicamente, entre 1105 e 627 anos AP, também a deposição de um segundo matacão com picoteamentos, a partir da datação de duas amostras de carvão coletadas abaixo e acima desse elemento.

Definiu-se, portanto, uma antiguidade mínima coincidente com o período final do Holoceno médio para intervenções gráficas pontuais no sítio Arara Vermelha, relacionando-as ao processo de deposição sedimentar da cavidade, posterior aos primeiros indícios de ocupação dessa área, possivelmente ainda não abrigada.

O material arqueológico lítico reconhecido, que inclui um pequeno núcleo de quartzo (ausente de forma natural no abrigo), um artefato retocado em granito e um pequeno percutor do mesmo material (FIGURA 12), demonstra uma ocupação humana, ainda que discreta, durante o Holoceno inferior, entre 9.683 e 9.400 anos AP, e o Holoceno médio, entre 2.939 e 3.355 anos AP. As evidências tornam-se mais robustas a partir de, pelo menos, 1.500 anos AP e indicam, ao longo de cerca de 450 anos, uma intensa presença de granito e quartzo lascados, além da produção de artefatos cerâmicos e de estruturas antropogênicas em granito.

Figura 11 – Contexto de deposição em subsuperfície do matacão 99b (a) e (b); detalhes de seus picoteamentos (c), (d) e (e), no abrigo Arara Vermelha.



Fonte: (a) Isnardis (2025), elaborado a partir de Brito (2019); (b) a (e) Cavallini (2024; 2026).

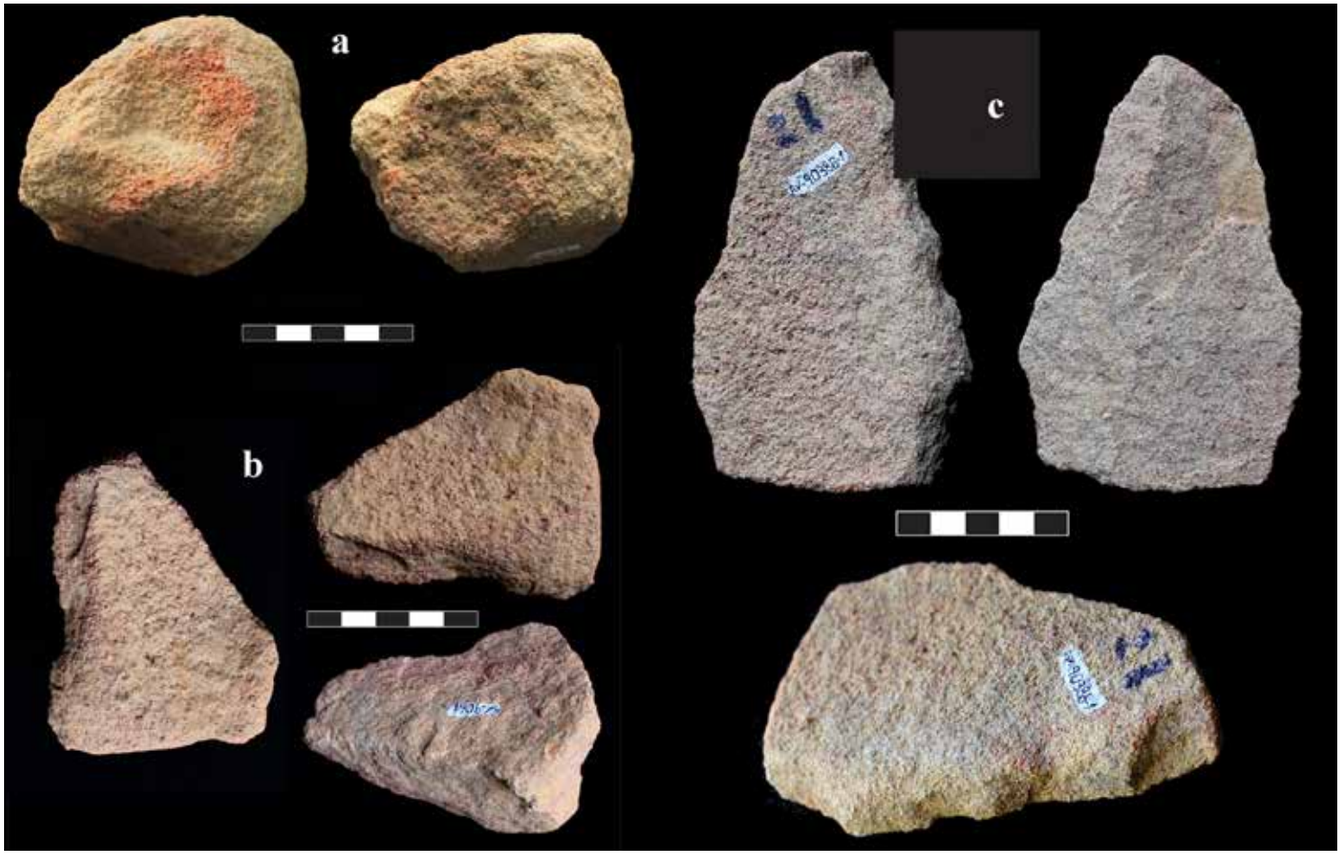
3 OS ARTEFATOS LÍTICOS E CERÂMICOS

Entre o material lítico, foram identificadas, no total, 82 peças, assim distribuídas: 56 lascas, das quais uma possivelmente em diorito/tonalito e 43 em granito; um buril de quartzo; sete núcleos de quartzo (entre os quais três foram coletados em superfície, no setor externo ao abrigo) e um núcleo de granito; um seixo retocado e dois outros artefatos retocados de quartzo; cinco artefatos retocados em granito e um supostamente em diorito/tonalito; um percutor de quartzo e dois percutores de granito; uma lâmina de machado e um fragmento de artefato polido, possivelmente em diorito/tonalito; uma pré-forma de lâmina de machado em granito; e dois nucleiformes bipolares em quartzo. Ressalta-se a clara presença de lascamento bipolar (Prous; Lima, 1986–1990), representada por dois nucleiformes e duas lascas bipolares.

É importante destacar que a identificação de material lascado em granito representa um ineditismo que ultrapassa as fronteiras nacionais. De fato, a recorrência dessa matéria-prima, usualmente entendida como pouco propensa ao lascamento, inclusive na Amazônia, associa-se, em geral, a instrumentos brutos (como bigornas, quebra-cocos e percutores), à exceção do reconhecimento de artefatos polidos ou de fragmentos lascados relacionados à pré-formatação de peças polidas ou à produção de superfícies planas.

No sítio Arara Vermelha, todavia, a presença e as características de artefatos retocados em granito sobre plaquetas e blocos não deixam dúvidas quanto à produção de gumes nessa matéria-prima (FIGURA 12). Foram observados gumes abruptos ou semiabruptos, com delineamentos diversos, que variam de côncavos a convexos em uma mesma peça. A distribuição dos retoques foi identificada em uma única face do suporte, aquela menos aplainada, com exceção de um caso.

Figura 12 – Material lítico em granito proveniente do abrigo Arara Vermelha.
Percutor (a) e artefato retocado (b), Holoceno inferior; artefato retocado (c), Holoceno superior.



Fonte: Isnardis (2025).

Os atributos reconhecidos nas lascas, por outro lado, sinalizam a existência de uma efetiva debitagem em granito e descartam a hipótese de se tratar de materiais resultantes de uma mera regularização de bordas de blocos ou plaquetas (FIGURA 13). Observou-se a ocorrência de gumes consideravelmente extensos em, ao menos, sete lascas, que alcançam ou ultrapassam 5 cm de comprimento. Foram também reconhecidos negativos opostos (9%) e ortogonais (13%), havendo, ainda, peças com negativos multidirecionais e centrípetos. No caso de uma lasca entre as maiores da coleção (227 mm de comprimento por 135 mm de largura) e bastante delgada (40 mm de espessura), por exemplo, foram documentados não menos de oito negativos em sua face dorsal, provenientes de três direções distintas, indicando um uso sofisticado do núcleo ou um trabalho de façonagem.

Figura 13 – Material lítico proveniente do abrigo Arara Vermelha. Artefatos de quartzo: buril (AV 8029) e lasca (AV 8038), Holoceno superior; artefatos de granito: lascas remontáveis (AV 15026 e AV 15027), associadas a um depósito datado entre 1284 e 1174 anos AP; lasca de granito (AV 9064) coletada durante a limpeza de corte estratigráfico.

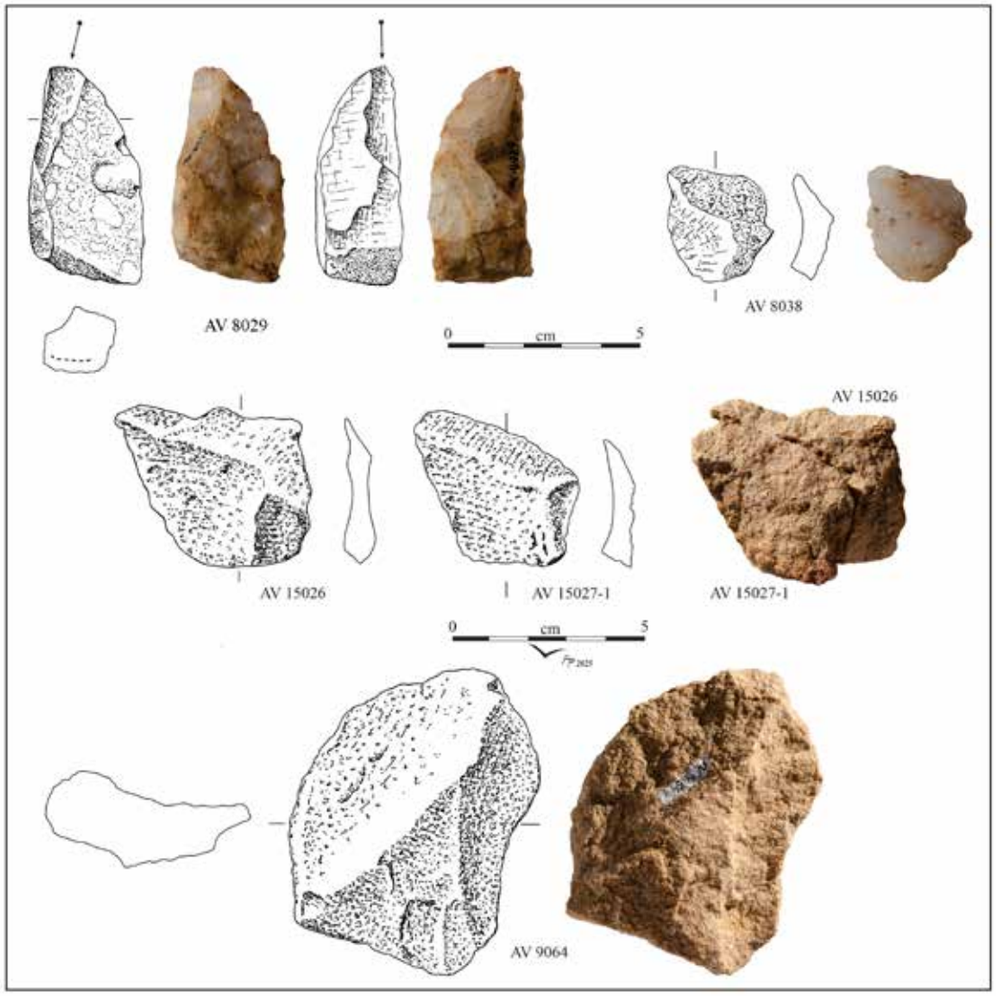
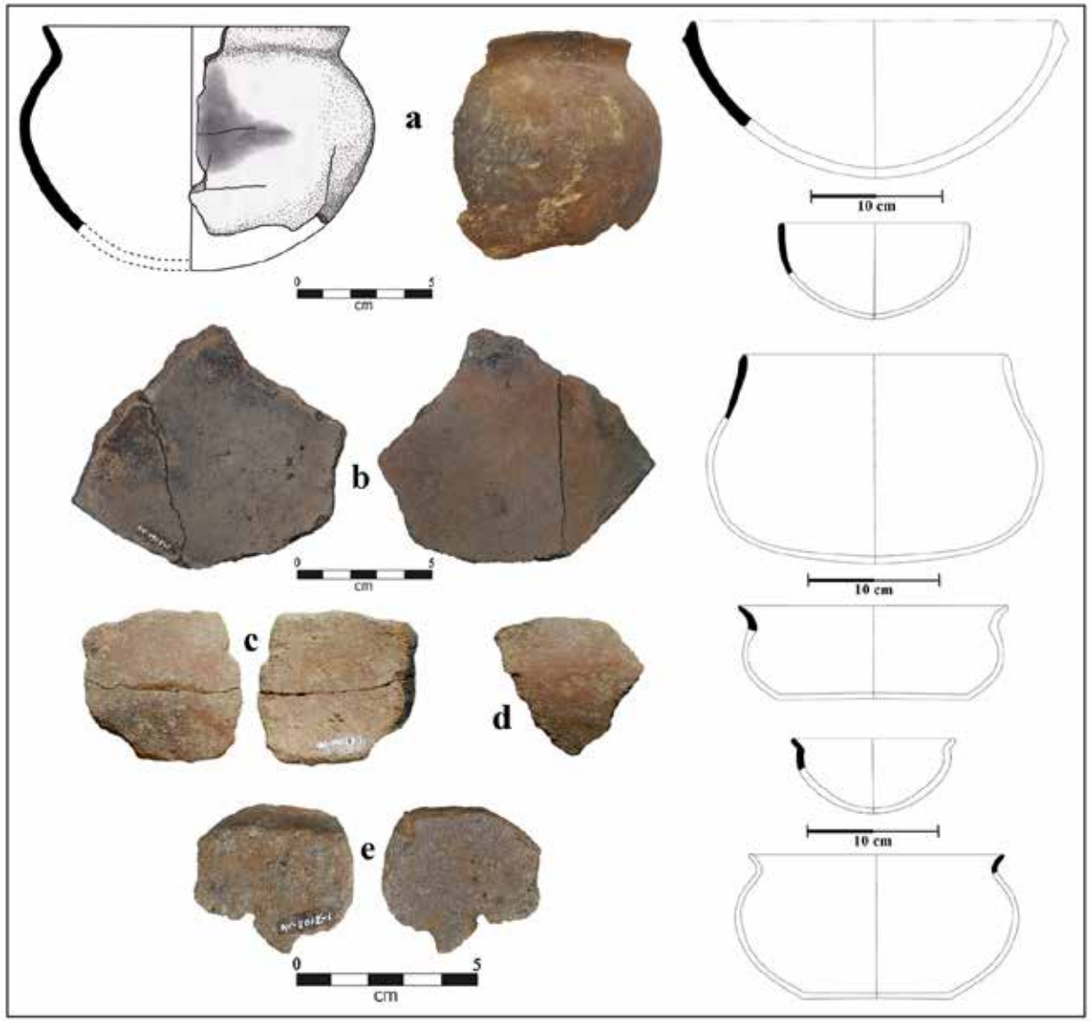


Ilustração: Parenti (2025). Fotografia: Fróis (2025).

O conjunto cerâmico coletado no abrigo é composto por 108 peças, sendo 14 fragmentos de borda, sete de base, 86 de parede e uma vasilha conservada em cerca de 20%. A análise evidenciou uniformidade interna e permitiu identificar vasos de pequeno porte e de espessura fina (entre 4 e 15 mm), com formas simples — como cuia, vaso de gargalo, tigela e vaso globular —, bocas circulares e restritivas, ausência de decoração e alisamento como único tratamento de superfície, além da prevalência de quartzo e mica entre os antiplásticos (FIGURA 14). Foram reconhecidos recipientes característicos do consumo de alimentos e bebidas.

A única peça reconstruída corresponde a um vaso globular, com 4 mm de espessura, boca circular de 140 mm de diâmetro e marcas de fogo e fuligem (FIGURA 14a). Em seu contexto de proveniência, foram identificados restos de troncos de árvores ou arbustos (eudicotiledôneas), enquanto, em seu interior e no sedimento associado, foram reconhecidos microvestígios de amidos de mandioca, cará e batata-doce.

Figura 14 – À esquerda, fragmentos cerâmicos do abrigo Arara Vermelha: (a) desenho do fragmento com a forma do vasilhame e foto do fragmento (sondagem E100 N97); (b) parede, pasta clara com polimento e marcas de fuligem (sondagem E100 N95); (c) parede, pasta clara e marca de fogo, setor centro-oeste (sondagem E99 N97-98); (d) parede com pasta clara e polimento; (e) parede com pasta laranja e base plana (sondagem E100 N98). À direita: projeções das formas das vasilhas a partir das bordas selecionadas na análise



Fonte: Cavallini (2019) e Vieira (2025).

A despeito da reduzida amostragem, a análise cerâmica sugeriu elementos de similitude com a fase Rupununi, de cronologia arqueológica recente, identificada no ambiente de Lavrado da bacia do rio homônimo, no sudoeste da República da Guiana (Evans; Meggers, 1960) , e no alto curso do rio Branco, no nordeste de Roraima (Ribeiro; Guapindaia, 1985; Ribeiro *et al.*, 1986; Ribeiro; Ribeiro; Pinto, 1989). Semelhanças também foram observadas em contextos florestais do alto e médio curso do rio Mapuera (Gloria, 2019; Jácome, 2017), regiões adjacentes ao sítio Arara Vermelha. Tal fase foi datada entre aproximadamente 300 e 1200 anos AP (Ribeiro; Ribeiro; Pinto, 1989), sendo relacionada a ocupações de curta duração e alta frequência, situadas em topo de elevações, com a presença de espaços cerimoniais e funerários, sem proximidade imediata a cursos d'água (Evans; Meggers, 1960). Adicionalmente, a fase é associada por pesquisadores a grupos de filiação linguística Karib (Macuxi).

Pesquisas mais recentes (Gloria, 2019) sugerem a existência de atributos cerâmicos compartilhados entre as áreas do Rupununi e do Mapuera, combinados de forma fluida pelas comunidades da região.

Ambos os materiais, lítico e cerâmico, estão associados a três estruturas de granito antropogênicas: conjuntos formados por placas (que, em certos casos, são posicionadas verticalmente, com baixa ou nula fragmentação) e por matacões depositados entre estas; em algumas ocorrências, as rochas são posicionadas de modo a calçar outras, sobrepostas por placas de grandes dimensões, resultando na composição de superfícies horizontais acima de planos topograficamente inclinados (FIGURA 15). Duas das três estruturas foram posicionadas em uma camada sedimentar datada, respectivamente, em 1653 ± 155 e entre 1278 e 1173 anos AP; foram possivelmente construídas ao longo de 1000 anos (a primeira) e 300 anos (a segunda).

As investigações sedimentológicas e as observações em campo demonstraram que o processo de formação natural do abrigo (bem como o desplacamento de rochas localizadas em seu interior ou a desagregação de material das paredes e do teto da cavidade) não poderia ter causado o arranjo dos elementos líticos de tais estruturas, o que demonstra, portanto, sua natureza intencional . Foram também realizadas análises comparativas macroscópicas, químicas e de suscetibilidade magnética entre amostras de sedimento e de fragmentos de rocha coletados fora e dentro dessas feições, em setores supostamente associados a fogos, para avaliar a presença de áreas de combustão antrópica.

Figura 15 – Estruturas antropogênicas identificadas durante as escavações do abrigo Arara Vermelha: (a) detalhe da Estrutura 1, com possível percutor de quartzo localizado sobre o bloco (sondagem E101 N95); ao fundo, observa-se o painel da rocha S, atribuído ao segundo perfil gráfico; (b) Estrutura 6, com detalhe de sua porção triangular (setor E99 N97-98)



Fonte: Moraes (2014 *apud* Valle, 2017) para o item (a); Parenti (2024) para o item (b).

Os resultados obtidos indicam que a função dessas estruturas, embora ainda não claramente definida, poderia ser diversificada, não excluindo uma relação direta com a prática gráfica. Tais funções incluiriam: a obtenção de superfícies aplainadas (contrapondo-se às abruptas inclinações topográficas do abrigo) para servirem de apoio à execução dos petróglifos; a estruturação de áreas de combustão, com fogueiras que não atingiram a temperatura de 500 °C e que teriam provido, inclusive, a iluminação da cavidade e dos painéis gravados; e a delimitação de espaços protegidos para o resguardo de elementos em seu interior, os quais poderiam integrar práticas rituais associadas à arte rupestre.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem contextual proposta para o estudo de caso das gravuras rupestres do sítio Arara Vermelha visou levantar dados pertinentes à integração desse registro arqueológico na construção de um discurso sobre a história de longa duração dos povos indígenas do sudeste de Roraima. O intuito foi buscar uma alternativa ao cenário dominante nas pesquisas atuais, caracterizado por uma acentuada dissociação entre os registros rupestres (petróglifos e pictóglifos) e os demais vestígios arqueológicos. Em Roraima, como em outras regiões brasileiras, é premente a necessidade de inserir a arte rupestre nos contextos de ocupação, especialmente diante do complexo panorama de discussões demandado pela gestão do patrimônio arqueológico em terras indígenas.

Os resultados alcançados permitiram propor parâmetros cronológicos para a presença humana no local e para a prática gráfica. Disponibilizaram, outrossim, elementos úteis à sua caracterização em termos de cultura material e de relação com a paisagem, incluindo as diversas atividades de manejo de seus componentes.

Neste capítulo, não foi possível apresentar a totalidade das informações obtidas, as quais se encontram detalhadas na tese de doutorado da coautora (Cavallini, 2025). A síntese aqui exposta visou destacar os pontos principais para esboçar o quadro crono-cultural no qual foram realizados os petróglifos.

O estudo geoarqueológico do abrigo Arara Vermelha permitiu relacionar cronologicamente dois momentos do ciclo de atividade gráfica com a evolução geomorfológica dessa porção do sítio e com o processo de deposição sedimentar no interior da cavidade. As investigações arqueológicas, por outro lado, permitiram caracterizar a ocupação indígena a partir de seus correlatos materiais (incluindo uma análise preliminar dos petróglifos) além de disponibilizar um sólido conjunto de 28 datações.

Sugerimos que, no sítio Arara Vermelha, um primeiro momento de produção de gravuras, reconhecido em um perfil gráfico inicial, tenha ocorrido no topo do morro, em um espaço dominado por matacões a céu aberto. Os materiais oriundos das escavações no abrigo apontam para uma presença indígena, ainda que discreta, em torno de 9000 anos AP, durante o Holoceno Inferior.

O posterior processo de formação da cavidade, caracterizado por fraturas, quedas e deslizamento de rochas, é o resultado de eventos visíveis também no setor mais plano do sítio, onde foi identificado um segundo perfil gráfico para os petróglifos. Nessa área, os matacões foram gravados nas superfícies expostas pelos desplacamentos, os quais ocorreram em momentos sucessivos à realização de petróglifos pretéritos.

Indícios robustos demonstraram uma ocupação indígena contínua no abrigo desde cerca de 1500 anos AP, estendendo-se por 900 anos, caracterizada por uma indústria lascada de granito e quartzo e por vestígios cerâmicos. Não dispomos de dados assertivos para identificar o momento preciso de formação da cobertura do local; todavia, os resultados provenientes das análises sedimentológicas permitiram inferir que, no período de ocupação mais recente, o abrigo já estivesse formado. Propomos que, ao menos, parte do segundo perfil gráfico, que compreende os petróglifos gravados nos 97 matacões da área plana do sítio e, minoritariamente, na área da cavidade, tenha sido realizada nessas condições.

Embora não dispúnhamos de datações diretas para os distintos momentos de produção da arte rupestre, foi possível definir uma antiguidade mínima de 3355 ± 325 anos AP para intervenções gráficas pontuais, relacionando-as ao processo de deposição sedimentar no abrigo. A partir desse período, foram também construídas três estruturas líticas, cuja função, ainda não claramente definida, poderia ser diversificada, não excluindo uma relação direta com a prática gráfica.

Sugerimos, por fim, que, no momento mais recente de ocupação indígena, o sítio tenha integrado uma região partilhada por grupos que a ocupam há pelo menos 1200 anos. Essa ocupação se estende desde o ambiente de Lavrado da bacia do rio Rupununi (sudoeste da Guiana) e da bacia do rio Branco (nordeste de Roraima) até o ambiente de floresta equatorial do alto e médio curso do rio Mapuera.

No Arara Vermelha, evidentemente, as autorias gravadoras vivenciaram eventos naturais de incisiva transformação da paisagem e do espaço gráfico, continuando a ressignificar este lugar ao longo do tempo e incorporando, na própria prática, a natureza dinâmica de seus suportes rochosos.

O sítio revelou uma construção da paisagem rupestre diversificada quanto aos temas, às técnicas e à cenografia dos petróglifos. Destaca-se a existência de possíveis funções distintas para espaços diferenciados: o abrigo, mais densamente gravado, implanta-se em uma área elevada e sem continuidade direta com os petróglifos distribuídos de forma ampla no setor plano do entorno.

REFERÊNCIAS

BUENO, Lucas; ISNARDIS, Andrei. Introdução. *In:* BUENO, Lucas; ISNARDIS, Andrei (org.). **Das Pedras aos Homens**: Tecnologia Lítica na Arqueologia Brasileira. Belo Horizonte: Argumentum/FAPEMIG, 2007. p. 9-19.

CABRAL, Mariana. Cuando un pájaro viviente es un vestigio arqueológico: considerando la arqueología desde una perspectiva de conocimiento diferente. *In:* ROJAS, Felipe; ELLSWORTH HAMANN, Byron; ANDERSON, Benjamin (org.). **Otros pasados**: ontologías alternativas y el estudio de lo que ha sido. Bogotá: Universidad de los Andes, Ediciones Uniandes: Fondo de Promoción de la Cultura, 2022. p. 25-51.

CABRAL, Mariana. “E se todos fôssemos arqueólogos?”: experiências na Terra Indígena Wajãpi. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 39, n. 2, p. 115-132, 2014.

CAVALLINI, Marta Sara. **Petróglifos, pedras e pessoas**: contextualização da arte rupestre do sítio Arara Vermelha, Roraima, Amazônia brasileira. 2025. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. 639 p.

CAVALLINI, Marta Sara *et al.* The Arara Vermelha Rock Shelter, Roraima, Brazil - Perspectives Concerning Amazonian Sheltered Petroglyphs. *In:* CARRERO-PAZOS, Miguel *et al.* (ed.). **New challenges for rock art research in the Digital Era**: Proceedings of the 20th International Rock Art Congress IFRAO 2018. [S. l.]: BAR Publishing, 2022. (Archaeology of Prehistoric Art series). DOI: 10.30861/9781407360119.

CHIPPINDALE, Christopher; NASH, George (ed.). **The figured landscape of Rock Art**: Looking at Pictures in the Place. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

COIMBRA, Luiz. **Inventário Arqueológico de Roraima**: projeto de pesquisa. Boa Vista: [s. n.], 2024. Manuscrito.

CRIADO BOADO, Felipe. Limites y posibilidades de la Arqueología del Paisaje. **SPAL: Revista de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Sevilla**, Sevilla, n. 2, p. 9-55, 1993.

EVANS, Clifford; MEGGERS, Betty J. **Archaeological Investigations in British Guiana**. Washington: Smithsonian Institution, 1960. 418 p. (Bureau of American Ethnology, Bulletin 177).

FAUSTO, Carlos. Too many owners: mastery and ownership in Amazonia. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 329-366, 2008.

GLORIA, Elber L. **Espaço e Tempo Guianense**: sobre a fluidez das formas líticas e cerâmicas ao longo do rio Mapuera. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

GNECCO, Cristóbal; DIAS, Adriana. Sobre Arqueología de contrato. *In:* GNECCO, Cristóbal; DIAS, Adriana (org.). **Crítica de la razón arqueologica**: arqueología de contrato y capitalismo. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología y Historia, 2017. p. 9-28.

HONORATO, Vinicius; ROCHA, Bruna. Arqueologia dos Povos da Floresta. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 38, n. 110, p. 31-54, 2024.

JÁCOME, Camila. **Dos Waiwai aos Poocó**: fragmentos de história e arqueologia das gentes dos rios Mapuera (Mawtohrî), Cachorro (Katxuru) e Trombetas (Kahu). 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

JÁCOME, Camila; WAI WAI, Jaime Xamen. A paisagem e as cerâmicas arqueológicas na bacia Trombetas: uma discussão da Arqueologia Karaiwa e Wai Wai. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 15, n. 2, p. 1-25, 2020.

LEAL, Rafaela. A arqueologia em Roraima nos últimos 40 anos. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 19, n. 1, p. 1-63, 2024.

LIRA, Fábio O.; CASTRO, Marcio W. M.; VALLE, Raoni B. M. Reconhecimento arqueológico preliminar nos Municípios de Caracaraí, e São Luís do Anauá/RR. *In:* _____. **Identificação e inventário dos sítios arqueológicos da região Nordeste do estado de Roraima**: relatório de campo. [S. l.]: MC Consultoria, 2009. v. 2, p. 60-76. (Processo IPHAN nº 01490.000633/2008-71).

MACHADO, Ananda. **Patrimônio Material e Imaterial dos Povos Ancestrais, Indígenas e Tradicionais e seus Conhecimentos Associados: Etnografias de Roraima**. Boa Vista: CNPq, 2024. Manuscrito.

MAGALHÃES, Irmânio Sarmento de. **Afinidades possíveis entre pedras e gente: um diálogo com a comunidade indígena Perdiz e as pedras pintadas**. 2025. Projeto de dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2025. Manuscrito.

MILLER, Eurico. **Projeto de salvamento arqueológico na linha de interligação Venezuela/Brasil – trecho Boa Vista a Pacaraima**: SALTROVEN. [S. l.]: IPHAN, 1999. (Processo nº 01490.000023/2000-11).

PESSIS, Anne-Marie. Registros rupestres: perfil gráfico e grupo social. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 283-289, 1994.

PESSIS, Anne-Marie. Do estudo das gravuras rupestres pré-históricas no Nordeste do Brasil. **CLIO**: Série Arqueológica, Recife, v. 1, n. 15, p. 29-44, 2002.

PROUS, André; LIMA, Márcio A. A tecnologia de debitagem do quartzo no centro de Minas Gerais: lascamento bipolar. **Arquivos do Museu de História Natural**, Belo Horizonte, v. 11, p. 91-111, 1986-1990.

RIBEIRO, Pedro A. M.; GUAPINDAIA, Vera L. C. **Salvamento arqueológico na área de Boa Vista (RR)**: Projeto Roraima. [S. l.: s. n.], 1985. Relatório.

RIBEIRO, Pedro Mentz; GUAPINDAIA, Vera; MACHADO, Ana Lúcia. **Projeto Arqueológico de Salvamento na região de Boa Vista, Território Federal de Roraima, Brasil**: primeiro relatório preliminar. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985.

RIBEIRO, Pedro A. M.; MACHADO, Ana L.; GUAPINDAIA, Vera L. C. Projeto Arqueológico de Salvamento na região de Boa Vista, Território Federal de Roraima, Brasil - primeira etapa de campo (1985). **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 17, p. 1-81, 1987.

RIBEIRO, Pedro A. M. *et al.* Projeto Arqueológico de Salvamento na região de Boa Vista, Território Federal de Roraima, Brasil - segunda etapa de campo (1985) – Nota prévia. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 16, p. 5-48, 1986.

RIBEIRO, Pedro A. M.; RIBEIRO, Catharina T.; PINTO, Francisca C. B. Levantamentos arqueológicos no Território Federal de Roraima - 3ª etapa de campo: 1987. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 19, p. 5-48, 1989.

ROCHA, Bruna *et al.* Na Margem e à Margem: Arqueologia Amazônica em Territórios Tradicionalmente Ocupados. Amazônica. **Revista de Antropologia**, Belém, v. 6, n. 2, p. 358-384, 2014.

VALLE, Raoni B. M. **Relatório Técnico Preliminar de Expedição à Roraima e registro fotográfico do sítio Arara Vermelha, São Luís do Anauá, RR**. Manaus: NPCHS/INPA, 2005.

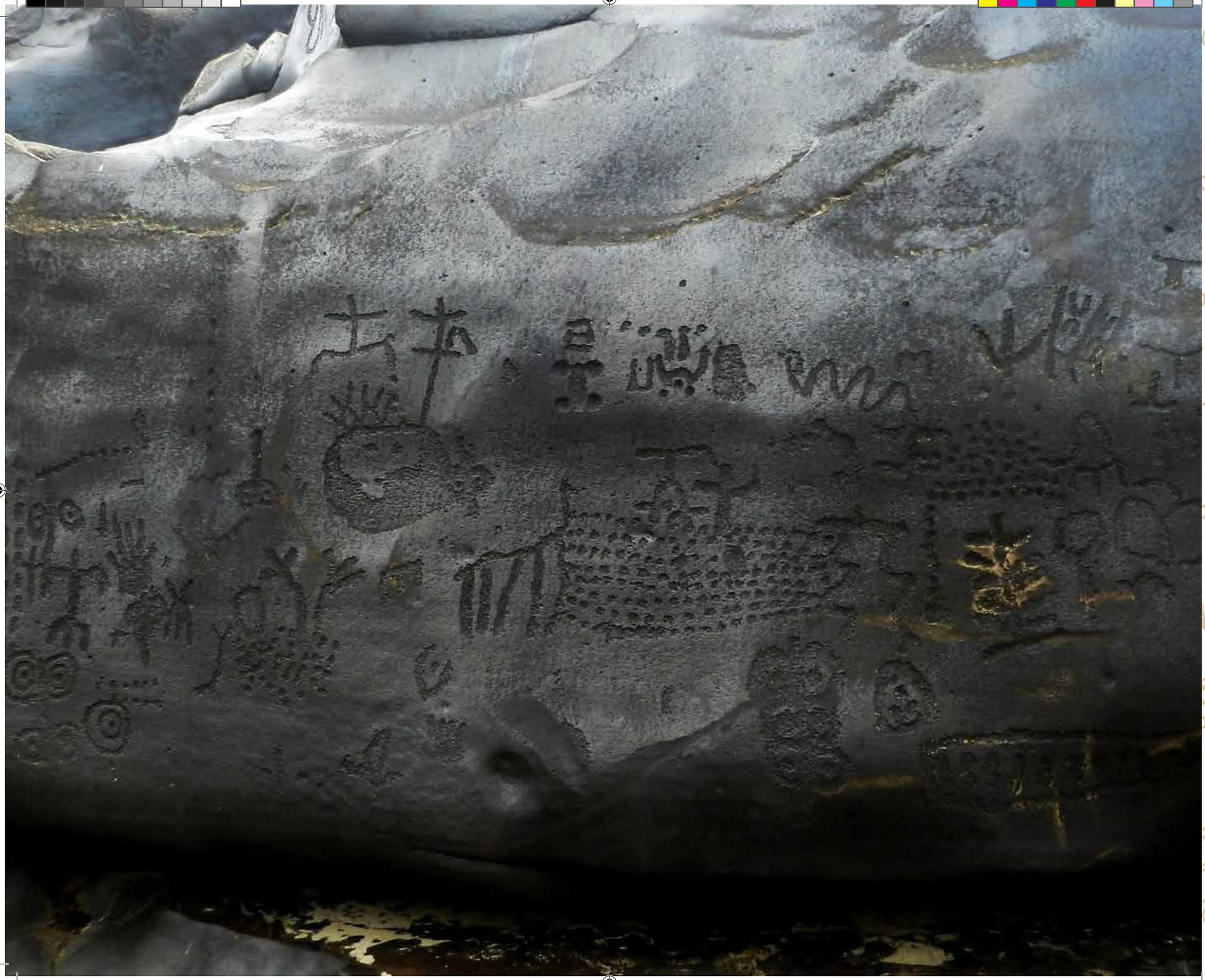
VALLE, Raoni B. M. **Mentes Graníticas e Mentes Areníticas**: Fronteira Geo-Cognitiva nas Gravuras Rupestres do Baixo Rio Negro, Amazônia Setentrional. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VALLE, Raoni B. M. **Projeto pedra do Sol – Datação relativa e contextualização arqueológica de gravuras rupestres na Amazônia brasileira – Roraima**: relatório técnico preliminar e cadernos de imagens. Santarém: IPHAN, 2017.

WAI WAI, Jaime Xamen. **Etnografia e História das Aldeias Antigas do Rio Kikwo, Pará**. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

WAI WAI, Jaime Xamen *et al.* **Heritage and territoriality**: Past, present, and future perceptions among the Tacana, T'simane and Waiwai. Santarém: [s. n.], 2022. Manuscrito.

WHITLEY, David S. (ed.). **Handbook of Rock Art Research**. New York: Altamira Press, 2001.



AS GRAVURAS RUPESTRES DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL



AS GRAVURAS RUPESTRES DO BAIXO RIO SÃO FRANCISCO NOS ESTADOS DE SERGIPE E ALAGOAS

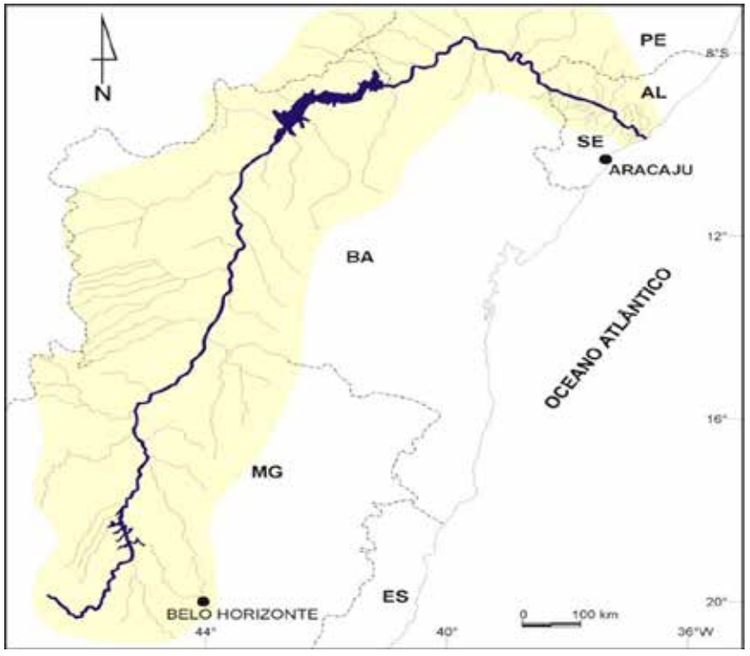
Suely Amâncio-Martinelli[45]

1 INTRODUÇÃO

O rio São Francisco é considerado um dos mais importantes do Brasil e de toda a América do Sul, drenando uma área de aproximadamente 641 000 km². Ele percorre os Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, desaguando no Oceano Atlântico. Além disso, destaca-se como a principal rota de migração e assentamentos de grupos pré-coloniais, não só para a região costeira de Sergipe e Alagoas, como também para toda a região nordestina e parte do sudeste brasileiro (Amancio-Silva, 2001) (FIGURA 1).

45 Arqueóloga e Professora Associada do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe-Doutorado em Geologia Costeira (UFBA). E-mail: suelyamancio@hotmail.com.

Figura 1 – Abrangência do rio São Francisco



Fonte: Elaborada pela autora (2001).

Diversos estudos apontam para a presença de vestígios dos povos pré-coloniais ao longo das áreas associadas ao rio São Francisco. Os sítios arqueológicos com arte rupestre são abundantes, e foi por meio de várias pesquisas realizadas nos estados de Minas Gerais e Bahia, no vale do São Francisco, e de registros identificados nos estados de Goiás e Mato Grosso que o arqueólogo André Prous, após seus estudos, definiu a Tradição São Francisco. Nessa tradição, os grafismos apresentam tendência para os motivos geométricos, mas também se verificam desenhos que representam formas humanas e animais, tais como peixes, pássaros, cobras, sáurios e algo semelhante a uma tartaruga (Prous, 2019).

Segundo Martin (2013), a região Nordeste do Brasil apresenta uma das artes rupestres pré-coloniais mais ricas e expressivas do mundo, demonstrando a capacidade de adaptação de numerosos grupos humanos que povoaram a região em épocas que remontam ao Pleistoceno final. Os sítios arqueológicos com arte rupestre no Nordeste do Brasil são frequentes e abundantes, e sua associação com outros tipos de vestígios também tem sido documentada de forma sistemática na literatura arqueológica.

A dispersão dos sítios arqueológicos que apresentam gravuras ao longo da bacia do rio São Francisco é bastante significativa, e vários estudos estão sendo desenvolvidos e apresentados por meio da academia e do salvamento arqueológico. É oportuno esclarecer que evidências dessa natureza são documentadas em todos os trechos da bacia do rio São Francisco, incluindo as regiões do baixo, médio, submédio e alto São Francisco (Lima Filho, 2013).

Na região do submédio São Francisco, pesquisas de arqueologia preventiva foram realizadas em dois sítios com gravuras rupestres no município de Sento Sé, estado da Bahia, com foco na documentação, sistematização, estudo da temática dominante e do padrão de cognoscibilidade dos sítios com arte rupestre.

Como resultado dessas pesquisas, foram estudados o sítio Serra da Caixa II, onde a temática dominante é composta por figuras em formato geometrizado, com a predominância de círculos, formas subcirculares internas e zigue-zagues, e o sítio Serra da Caixa III, no qual foram identificados sete painéis com gravuras e três com gravuras e pinturas. Nesse último, verifica-se a interação entre os motivos das gravuras e das pinturas, ainda com a predominância das gravuras geometrizadas (Lima Filho; Santos e Barbosa, 2016).

Ainda no município de Sento Sé, foi identificada e caracterizada uma feição geomorfológica chamada Boqueirão do Niso, onde foram registrados vários painéis gravados e também bases fixas de polimentos. Os motivos representados variam entre pegadas, círculos, linhas, grades, representações antropomorfas e uma variedade de outros motivos geometrizados (Kestering, 2014).

Em Pernambuco, no distrito de Rajada, município de Petrolina, o sítio Açude das Pedras apresenta gravuras com configurações geométricas de traços retos, linhas sinuosas e espirais. Segundo os pesquisadores, além das figuras geométricas, nas pedras empilhadas do riacho do Pontal, foram identificadas figuras antropomorfas, fitomorfas, folhas de palmeira, cruzes e outras figuras geométricas (Kestering, 2014; Oliveira, 2015, 2018).
Segundo Kestering (2014), é grande a variabilidade e a diversidade de sítios arqueológicos rupestres, tanto na região de Sento Sé quanto em Sobradinho, ambas localizadas no norte da Bahia, praticamente às margens do São Francisco.

Mais uma vez, vale destacar a potencialidade e a dispersão dos sítios arqueológicos com arte rupestre, especificamente com gravuras, em várias regiões que integram a bacia do rio São Francisco. Nesta escrita, apenas uma parcela está sendo apresentada com o objetivo de contextualização.

2 ÁREA DE ESTUDO E INSERÇÃO AMBIENTAL

A área estudada com gravuras rupestres, aqui apresentada, está situada na divisa natural dos estados de Sergipe e Alagoas, onde foi desenvolvido um Projeto de Salvamento Arqueológico durante a construção da Hidrelétrica do Xingó, localizada em um *canyon* do rio São Francisco (FIGURA 2).

Figura 2 – Localização da área dos sítios com gravuras rupestres



Fonte: Google Earth (2023).

Segundo Ab'Sáber (2002), a região de Xingó é uma área de sertões rebaixados e configurada por pequenas serras. Tem-se discutido muito a respeito da origem do rio São Francisco, mas pode-se afirmar que tanto o alto quanto o médio curso do rio cobriram a formação de sedimentação cretácea, seguindo uma longa faixa de depressões periféricas. Essa configuração se deve ao nivelamento tectônico baixo. No período pós-cretáceo, o rio desvia-se para o sentido leste da região, conforme as irregularidades das estruturas sedimentares. "Temos boas razões para dizer que o *canyon* Paulo Afonso-Xingó-Piranhas teve longa duração durante o Quaternário, envolvendo aproximadamente três milhões de anos, em trabalhos de erosão de talvegue" (Ab'Sáber, 2002).

Ainda segundo Ab'Sáber (2002), com o encaixamento definitivo do rio, paredões verticais se formaram e configuraram o aparecimento de platôs em um ambiente demarcado pelo sertão, onde as bases dos cânions estão inseridas em um cenário de afloramento de rochas de granito e migmatitos, com a presença de terraços arenosos e estreitos, cercados pela vegetação de caatinga e grandes espaços arborizados, presentes desde 9.000 anos AP.

Quanto à vegetação, os afloramentos rochosos e os solos pouco profundos formam as condições ideais para os cactos, e muitas espécies crescem nas pedras, em fissuras ou depressões da rocha, onde ocorre a acumulação de areia, pedregulhos, matéria orgânica e outros detritos (MMA, 2012)[46].

Durante os trabalhos de salvamento do Projeto Arqueológico Xingó, além de vários sítios nos terraços do rio São Francisco, foram identificados quinze sítios arqueológicos com arte rupestre, localizados ao longo dos afluentes do referido rio, que sofreriam diretamente a influência da construção da Hidrelétrica (Relatório Salvamento Arqueológico de Xingó, 2002).

Nos quinze sítios estudados com gravuras e pinturas na década de noventa por Amancio-Silva (1997), constatou-se a predominância de grafismos não figurativos (92,6%). Os poucos exemplares de grafismos figurativos são antropomorfos, zoomorfos, propulsores, luas, sóis, pirogas, mãos carimbadas, pegadas e biomorfos.

Este primeiro estudo da arte rupestre do baixo São Francisco evidenciou a existência de um conjunto original de grafismos e uma heterogeneidade temática que aponta para a existência de vários momentos de decoração dos abrigos (Amancio-Silva, 1997).

3 OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM GRAVURAS RUPESTRES

No decorrer da execução do Projeto Arqueológico Xingó, pesquisa desenvolvida por pesquisadores da Universidade Federal de Sergipe, foram localizados nos afluentes e platôs associados ao rio São Francisco 15 sítios com arte rupestre (6 com gravuras, 4 com pinturas e gravuras, e 6 com pinturas, totalizando 700 gravuras e 729 pinturas). No primeiro momento, esses sítios foram apresentados no *Cadernos de Arqueologia: Arte Rupestre do Xingó* (Amancio-Silva, 1997). Aqui, vamos explanar e atualizar os seis sítios com gravuras e os quatro sítios compostos por pinturas e gravuras (FIGURA 3).

46 Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Figura 3 – Localização dos sítios com gravuras nos Estados de Sergipe e Alagoas



Fonte: Google Earth (2023).

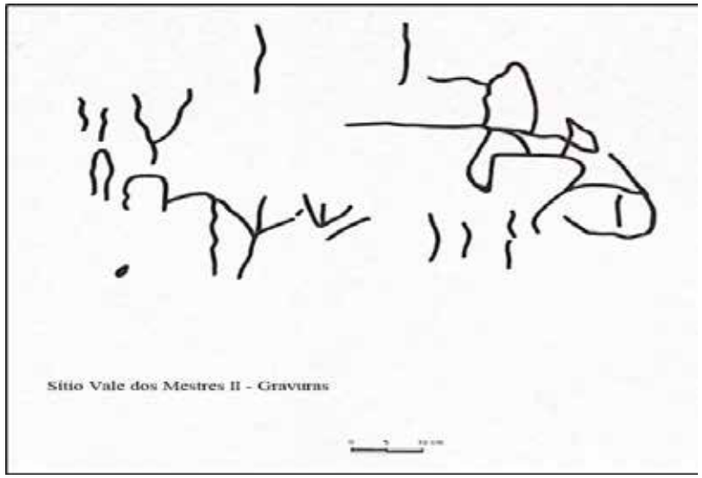
3.1 Sítio Vale dos Mestres II (Canindé de São Francisco/SE)

É um pequeno abrigo de arenito, medindo vinte metros de comprimento, três metros de altura e sete metros de profundidade, localizado no leito do *canyon* do riacho Poço, a cento e trinta metros do sítio Vale dos Mestres III. O solo do abrigo é arenoso e úmido, ficando alagado em períodos de chuva, com a água chegando perto das gravuras.

As vinte e quatro gravuras estão localizadas em uma parede, a cerca de cinquenta centímetros de altura a partir do solo, ocupando um espaço gráfico de 1,50 m x 80 cm. As representações gráficas nesse sítio são principalmente figuras circulares acompanhadas por *cupules* (reentrâncias circulares confeccionadas, por vezes, com picoteamento seguido de polimento), além de tridáctilos e bastonetes (FIGURAS 4 e 5).

Há uma variação no tamanho das gravuras, desde os *cupules* (3 cm de diâmetro), os tridáctilos (25 cm de altura) e os círculos (30 cm de diâmetro). As técnicas utilizadas na confecção das gravuras foram o picoteamento, a incisão e o polimento.

Figura 4 e 5 – representações gráficas do sítio Vale dos Mestres II



Fonte: Reprodução elaborada pela autora com base em registros fotográficos (2012).



Fonte: Fotografia registrada pela autora (2012).

3.2 Sítio Vale dos Mestres III (Canindé de São Francisco/SE)

Trata-se de um abrigo em arenito, localizado no leito do *canyon*, na margem direita do riacho Poço Verde (FIGURA 6), medindo 13 metros de comprimento, 1,80 m de altura e 4,50 m de profundidade. As gravuras ocupam um espaço gráfico de 11,00 m x 1,40 m, localizadas na parede subvertical do fundo do abrigo, cujo piso é arenoso e espesso, resultado da deposição de sedimentos durante o período das enchentes.

As 212 gravuras deste sítio são compostas por inúmeros tridáctilos, figuras circulares e *cupules*, além de alguns pectiformes e bastonetes (FIGURAS 7, 8 e 9). As técnicas utilizadas para a execução dos grafismos foram o picoteamento e o polimento. As gravuras variam de tamanho, desde os *cupules* (com 4 cm de diâmetro), os tridáctilos (com até 30 cm de altura) e os círculos (com até 40 cm de diâmetro). Assim como no sítio Vale dos Mestres II, as técnicas utilizadas na confecção das gravuras foram o picoteamento, a incisão e o polimento.

Figura 6 – Sítio Vale dos Mestres III: abrigo



Fonte: Fotografia registrada pela autora (2012).

Figura 7 – Apresentação do painel Vale dos Mestres III com a redução das figuras



Fonte: Reprodução elaborada pela autora com base em registros fotográficos (2012).

Figuras 8 e 9 – Configurações do sítio Vale dos Mestres III



Fonte: Fotografia registrada pela autora (2012).



Fonte: Fotografia registrada pela autora (2012).

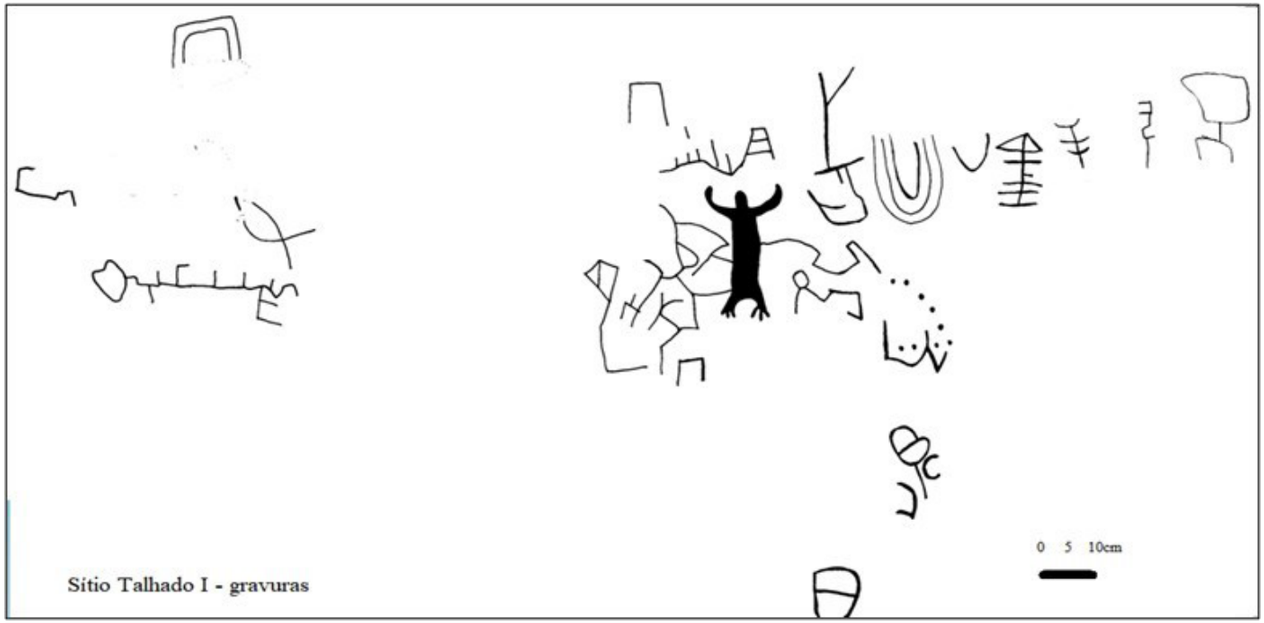
3.3 Sítio Talhado I (Olho d'Água do Casado/AL)

O sítio está localizado à margem esquerda do riacho Talhado, ocupando parte de uma parede de arenito abaixo da ponte da linha férrea desativada, que ligava Piranhas, em Alagoas, a Petrolândia, em Pernambuco.

Quando a ponte foi construída, no século XIX, cerca de 60% do suporte rochoso foi destruído, deixando cicatrizes na rocha que evidenciam a interrupção dos grafismos. Assim, é evidente que existiam mais gravuras, mas estas foram destruídas.

As gravuras estão localizadas em uma parede vertical, lisa e não abrigada, medindo 3,79 m de altura por 4 m de largura, com um total de 47 grafismos (FIGURA 10). A parte central desse pequeno painel é ocupada por uma figura antropomorfa (cujo corpo foi raspado), a única gravada na região, da qual parecem sair traços divagantes. De cada lado, há um conjunto de figuras lineares. Os grafismos foram picoteados e, em seguida, parcialmente polidos.

Figura 10 – Conjunto de gravuras do sítio Talhado I



Fonte: Reprodução elaborada pela autora com base em registros fotográficos (2012).

3.4 Sítio Talhado III (Olho d'Água do Casado/AL)

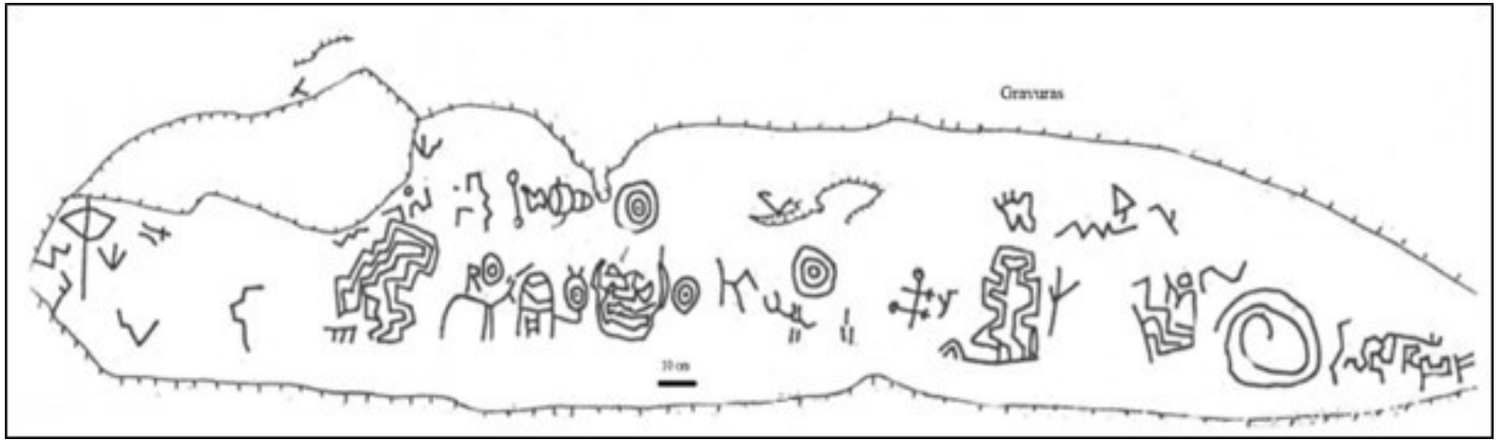
Trata-se de um abrigo localizado na margem direita do riacho Talhado, próximo ao ponto onde deságua no rio São Francisco. O abrigo mede 15,50 metros de largura, 6,50 metros de profundidade e 2 metros de altura, tendo como base um afloramento arenítico e blocos caídos, com uma camada de sedimentação de poucos centímetros de espessura.

O sítio possui 142 gravuras divididas em dois painéis: o primeiro ocupa uma parte externa, situada abaixo do abrigo, com cinquenta figuras; o segundo corresponde à parede interna do abrigo, apresentando noventa e duas gravuras (FIGURA 11).

A leste do painel principal interno, verifica-se uma concentração de círculos concêntricos e meandros complexos, dois dos quais formam figuras geometrizadas, denominadas aqui de "geométrico complexo". A oeste, nota-se a presença de possíveis pegadas de ave e de felino. No chão, predominam novamente os círculos concêntricos. As técnicas utilizadas para a execução das gravuras foram o picoteamento, a incisão e o polimento. O tamanho das gravuras varia entre 3 cm (*cupules*) e 40 cm (bastonetes).

Durante a realização da parte topográfica e dos decalques, verificou-se um intenso processo de descamação na parede do painel interno, com o desprendimento de camadas da superfície gravada em um processo de erosão acelerado, comprometendo a integridade das gravuras. Considerando que esse sítio ficaria submerso com o enchimento do reservatório da hidrelétrica do Xingó e que as gravuras não resistiriam ao período de vida útil da barragem, o painel 2 foi retirado para ser posteriormente remontado. Atualmente, ele está em exposição no Museu de Arqueologia do Xingó, da Universidade Federal de Sergipe, em Canindé do São Francisco, no estado de Sergipe.

Figura 11 – Configurações do segundo painel do sítio Talhado III

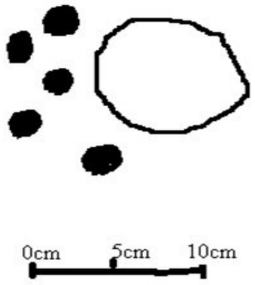


Fonte: Reprodução elaborada pela autora com base em registros fotográficos (2012).

3.5 Sítio Sal (Olho d'Água do Casado/AL)

As gravuras deste sítio — seis *cupules* e uma forma circular (FIGURA 12) — estão localizadas em um bloco de arenito no leito da margem esquerda do riacho Talhado. O bloco mede 7,50 cm de largura por 3 metros de altura, e o chão sobre o qual está depositado é arenoso e úmido devido à proximidade das águas do riacho. Durante o período de chuvas, forma-se uma pequena lagoa em frente ao bloco. A técnica utilizada na elaboração das gravuras foi o picoteamento seguido de polimento.

Figura 12 – configurações do sítio Sal



Fonte: Reprodução elaborada pela autora com base em registros fotográficos (2012).

3.6 Sítio Riacho (Olho d'Água do Casado/AL)

Localizado no leito do riacho das Águas Mortas, onde foi construída uma pequena represa, o sítio Riacho apresenta dificuldades de acesso, uma vez que, para visualizar as figuras, é necessário atravessar as águas do riacho, o que torna o acesso ao local ainda mais difícil.

O sítio é um pequeno nicho em arenito, medindo 6 metros de altura, 1,60 metro de largura e 1 metro de profundidade. Apresenta um pequeno conjunto de gravuras no piso, composto por uma figura circular, um biomorfo e quarenta e um *cupules* (FIGURA 13). As técnicas utilizadas na elaboração das gravuras foram o picoteamento e o polimento, resultando em sulcos mais profundos.

Figura 13 – figura circular, biomorfo e *cupules* do sítio Riacho



Fonte: Reprodução elaborada pela autora com base em registros fotográficos (2012).

4 SÍTIOS COM GRAVURAS E PINTURAS

Além dos sítios exclusivos com gravuras rupestres, foram localizados também sítios com figuras pintadas e gravadas no mesmo espaço gráfico. Aqui, apresentaremos esses sítios, com enfoque nas configurações das gravuras.

4.1 Sítio Maribondo (Olho d'Água do Casado/AL)

Trata-se de um abrigo de composição arenítica, localizado em um platô associado ao riacho Talhado, medindo 18 metros de largura, 5 metros de altura e 3,80 metros de profundidade. O sítio é composto por 282 grafismos, sendo 81 pinturas em vermelho e 201 gravuras, que ocupam espaços gráficos de 11 metros x 1,30 metro (painel 1) e 8,50 metros x 3 metros (painel 2). Os grafismos do painel superior (pinturas), destacam-se configurações de lua, "piroga" aves e figuras pectiformes.

As gravuras deste sítio estão localizadas entre as partes superior e inferior do abrigo, com uma concentração na parte inferior (FIGURA 14). Elas se diferenciam da temática das figuras pintadas, apresentando uma diversidade representativa de formas, entre as quais se destacam os bastonetes, tridáctilos, círculos concêntricos (correntes), *cupules*, pectiformes, grades e outras formas circulares. As gravuras foram executadas por picoteamento, sendo que as do painel inferior foram posteriormente retocadas por polimento.

Figura 14 – Configurações da parte inferior do abrigo



Fonte: Reprodução elaborada pela autora com base em registros fotográficos (2012).

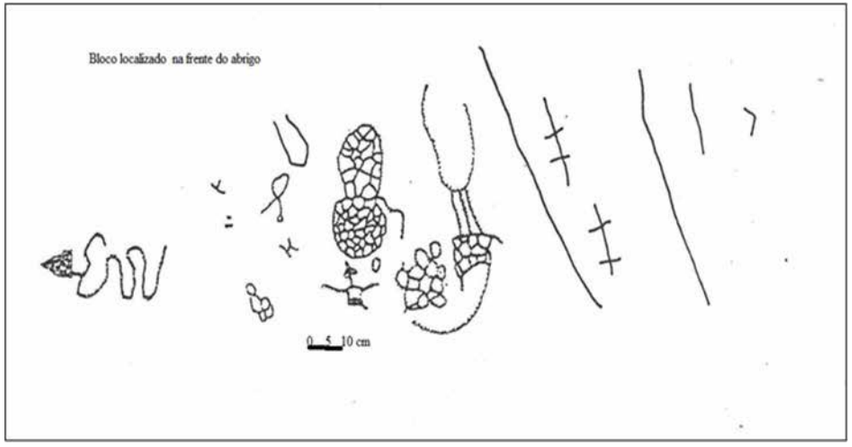
4.2 Sítio Talhado II (Olho d'Água do Casado/AL)

Trata-se de um abrigo localizado na margem direita do riacho Talhado, com 45 metros de largura, 4 metros de altura e 3 metros de profundidade. As gravuras encontram-se em um bloco caído em frente ao abrigo, enquanto as pinturas estão distribuídas na parte frontal e no teto do abrigo, além de três nichos — um à esquerda e dois à direita.

Foram identificados 149 grafismos, dos quais 131 são pinturas em vermelho (88,3%) e 18 são gravuras (11,7%). Esses grafismos ocupam os seguintes espaços gráficos: 2,70 m x 1 m (painel 1), 6,70 m x 2,70 m (painel 2), 3 m x 1,70 m (nicho 1), 0,50 m x 0,60 m (nicho 2) e 1 m x 0,40 m (nicho 3). O painel central destaca-se pela presença de pinturas lineares e sinuosas.

As configurações das gravuras deste sítio diferem das dos sítios anteriormente citados. As figuras apresentam conjuntos de círculos interligados, formando uma espécie de rede confeccionada por picoteamento. Além disso, há uma linha sinuosa com um triângulo na extremidade, também picoteada, caracterizando um motivo serpentiforme (FIGURA 15). Os bastonetes e as linhas barradas foram produzidos por incisão. O tamanho das gravuras varia entre 3 cm e 30 cm no caso dos bastonetes.

Figura 15 – Gravuras do sítio Talhado II



Fonte: Reprodução elaborada pela autora com base em registros fotográficos (2012).

4.3 Sítio Letreiro (Canindé de São Francisco/SE)

O sítio é um abrigo de arenito situado no topo do platô da Fazenda Lamarão, com 13 metros de comprimento, 2,40 metros de altura e 3,20 metros de profundidade. Apresenta um total de 214 grafismos, sendo 201 pinturas em vermelho e 13 gravuras, distribuídos em um espaço gráfico de 11,30 metros por 4,20 metros.

As figuras pintadas ocupam a parede central e o teto do abrigo, com destaque para grandes representações antropomorfas e zoomorfas, como lagartos (FIGURA 16). Além disso, há círculos radiados e um grande conjunto vertical de círculos interligados, formando uma "corrente".

As poucas gravuras existentes sobrepõem as pinturas e estão localizadas na parte central do abrigo, consistindo, sobretudo, em figuras circulares (FIGURA 17). Observa-se que as duas "correntes" — uma gravada e outra pintada — aparecem paralelamente na área de maior destaque do sítio (FIGURA 18), onde também se concentra a maior densidade de figuras, especialmente antropomorfas. A técnica utilizada na execução das gravuras foi o picoteamento, e seu tamanho varia entre 6 cm de diâmetro e 1,50 m (círculos interligados que formam uma grande corrente).

Figura 16 – sítio Letreiro



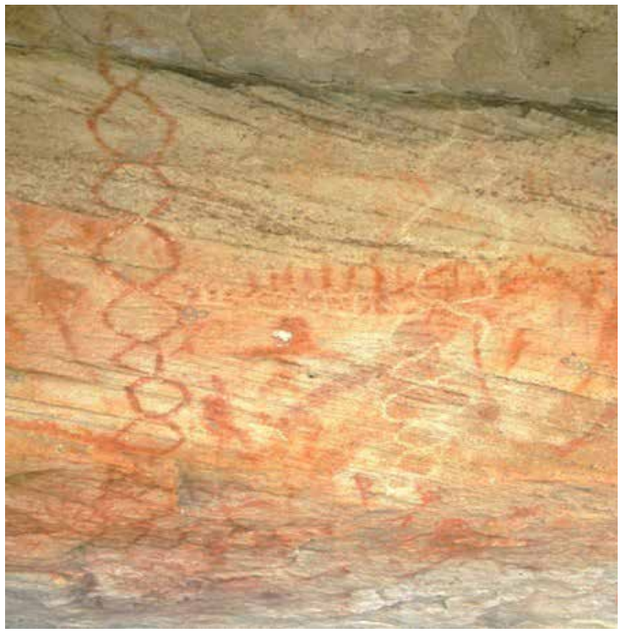
Fonte: Reprodução elaborada pela autora com base em registros fotográficos (2012).

Figura 17 – Gravura picoteada sobrepondo a pintura



Fonte: Fotografia registrada pela autora (2012).

Figura 18 - “Correntes” gravada e outra pintada



Fonte: Fotografia registrada pela autora (2012).

5 TIPOS DE GRAFISMOS

Os grafismos foram organizados em diversas categorias, sendo a maioria comum tanto às pinturas quanto às gravuras. Nas gravuras, predominam os grafismos geometrizados, distribuídos em diferentes tipos: bastonetes, *cupules*, círculos, semicírculos (simples ou concêntricos), linhas barradas ou sinuosas, “grades”, pectiformes, padrões em zigue-zague, “setas” e figuras geométricas complexas (FIGURAS 19 e 20).

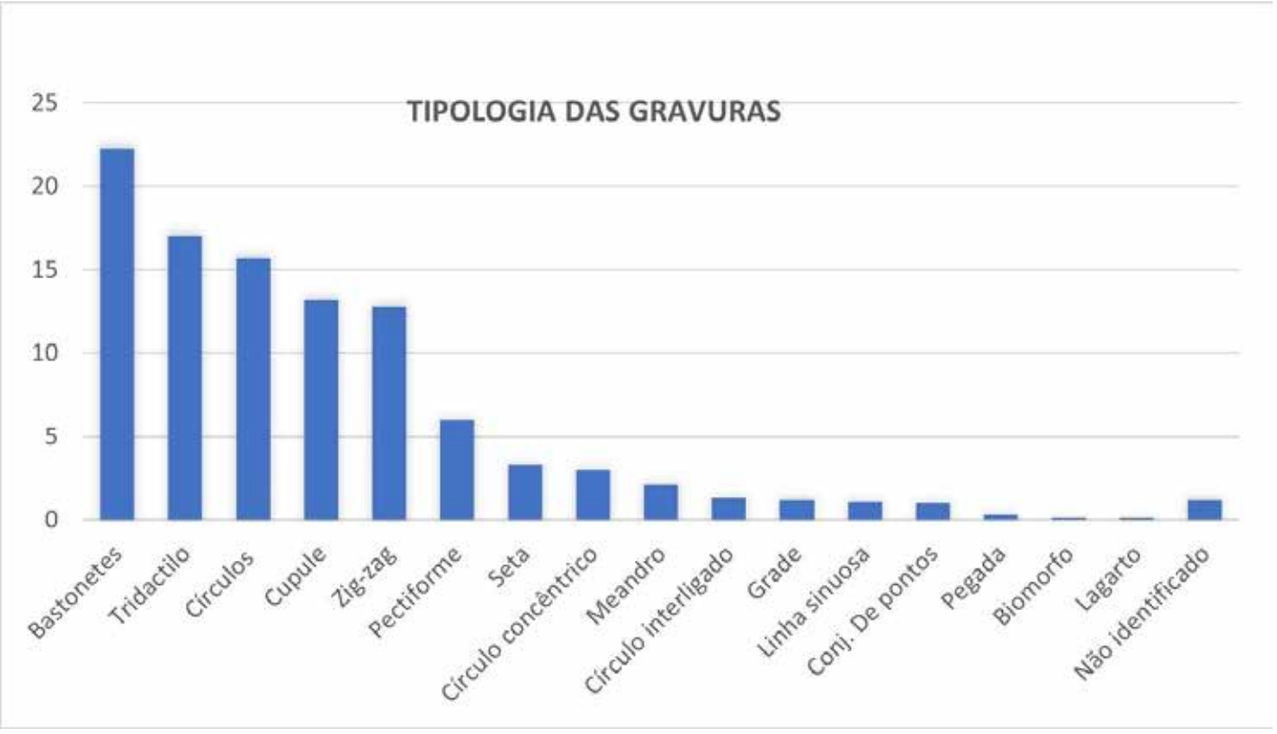
Os grafismos figurativos incluem representações antropomorfas, zoomorfas, “tridáctilos” (pegadas de aves) e “pegadas de felinos”. Além disso, foram classificados como “biomorfos” os grafismos pouco definidos, que podem representar tanto figuras antropomorfas quanto zoomorfas. Cada conjunto de bastonetes, *cupules* ou antropomorfos interligados foi considerado uma única figura.

É importante destacar que os sítios com a maior diversidade de grafismos são Talhado III e Maribondo. Além disso, esses sítios, com Talhado II, apresentam a particularidade de serem os únicos onde a configuração de meandro duplo é perceptível.

As figuras classificadas como geométrico complexo, círculos concêntricos, pegada de felino, lagarto, pontos, forma espiral e linha sinuosa são exclusivas do sítio Talhado III. Já as gravuras em forma circular interligada, formando uma rede, são específicas do sítio Talhado II. Gravuras semelhantes foram constatadas no sítio Bebedouro das Pedras, localizado no município de Rodelas, no Estado da Bahia, às margens do rio São Francisco (Etchevarne, 2007). Além disso, círculos interligados formando corrente foram identificados no sítio Letreiro, enquanto formas circulares interligadas simples estão presentes nos sítios Maribondo e Talhado III.

Os sítios Talhado I e Riacho apresentam características diferenciadas. O primeiro se destaca pela presença de um antropomorfo e de configurações como grade, estrela e seta, elementos não comuns nos demais sítios com gravuras. Já o segundo se diferencia pela ênfase em um antropomorfo e um biomorfo.

Figura 19 – Tipologia geral das gravuras



Fonte: Elaborado pela autora (2012).

Quadro 1 – SÍTIOS E TIPOLOGIA DAS GRAVURAS

Sítio	Bastonete	Circulares	Tridactilos	Zig-Zag	Pectiforms	*Cupules*	Pontos
Vale dos Mestres II	42%	34%	13%	-	-	11%	-
Vale dos Mestres III	24,5%	19,8%	38%	2%	4,5%	8,5%	-
Talhado 1	10%	11,5%	22,5%	-	9%	2,5%	-
Talhado III	15%	27,5%	12,9%	19%	7%	3,5%	1%
Riacho	1,8%	1,8%	-	-	-	94,6%	-
Sal	-	0,1%	-	-	-	99%	-
Talhado II	12,5%	24%	10%	-	-	6%	-
Maribondo	30%	11%	23%	5%	2%	8,5%	1,5%
Letreiro	7,6%	23%	-	-	-	-	30%

Fonte: Elaborado pela autora (2012).

Foram identificadas algumas associações temáticas, embora sua frequência não seja elevada. Tanto em pinturas quanto em gravuras, destaca-se a representação de antropomorfos dos quais partem linhas retas e sinuosas. A associação entre círculos e *cupules* foi observada exclusivamente nos sítios com gravuras. Nos sítios situados em compartimentos topográficos elevados (platôs), não há presença de sedimentos. Já nos locais mais baixos, onde há passagem de água permanente ou sazonal, as enxurradas impedem a preservação das estruturas arqueológicas e a definição de uma cronologia estratigráfica. Dessa forma, não foi possível estabelecer uma relação direta entre os registros gráficos e eventuais vestígios encontrados em escavações. Entre os sítios analisados, observamos que os motivos figurativos são diversificados e presentes em um número reduzido de locais, variando em suas formas e composições. Já no modelo geométrico, há uma recorrência significativa de figuras circulares, bastonetes, semicírculos e representações tridáctilas, comuns à maioria dos sítios.

Ainda sobre a recorrência de motivos nos sítios com arte rupestre, Amancio-Martinelli (2015), ao correlacionar as pinturas e gravuras dos sítios rupestres do município de Canindé de São Francisco com aquelas das regiões de Bari e Perugia, na Itália, e ao realizar levantamentos bibliográficos sobre a arte rupestre da Galícia, Savóia e da França Mediterrânea, aponta semelhanças entre alguns dos motivos identificados nesses locais. Essa correspondência pode indicar que os povos pré-históricos compartilhavam repertórios temáticos semelhantes, embora com diferentes intenções e funções. Portanto, os motivos gravados são recorrentes nos sítios arqueológicos da área estudada, estando dispersos em abrigos, paredes e blocos situados nos riachos Talhado e Poço Verde, afluentes do rio São Francisco. Além disso, esses grafismos também ocorrem nos platôs e podem ser encontrados ao longo das áreas associadas à bacia desse rio, assim como em outras regiões.

No que diz respeito à distribuição dos desenhos nos painéis, verificou-se que os locais apresentam escolhas comuns, como a presença de figuras em superfícies de rocha lisa, a utilização de quase toda a extensão da parede do painel e de blocos, sem indícios de preparação prévia.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. O homem dos terraços de Xingó. *In:* **SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO DE XINGÓ**: Relatório Final. Aracajú: UFS/MAX, 2002.

AMANCIO-MARTINELLI, S. Caratterizzazione delle figure di siti di arte rupestre della Fazenda Mundo Novo Caninde di San Francisco – Sergipe – Brasile. Interrelazione di simboli Brasile–Italia. *In:* CREMONESI, R. Grifoni; TOSATTI, A. M. (org.). **L'arte rupestre dell'età dei metalli nella penisola italiana**: localizzazione dei siti in rapporto al territorio, simbologie e possibilità interpretativa. Oxford: Archaeopress Publishing Ltd, 2015. p. 241-275.

AMANCIO-MARTINELLI, S. **Influência da Evolução Costeira Holocênica na Ocupação por Grupos PCC no Litoral de Sergipe**. 2001. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Geologia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

AMANCIO-SILVA, S. **Projeto arqueológico de Xingó**: arte rupestre em Xingó. Brasil: Universidade Federal de Sergipe/CHESF/PETROBRÁS, 1997.

BARBOSA, E. P.; SANTOS, D. B. dos; LIMA FILHO, S. L. de. **Relatório final do projeto de resgate arqueológico para ADA e AID dos Parques Eólicos Baraúnas I, Morro Branco I e Mussambê, município de Sento Sé – Bahia**. Salvador: [s.n.], 2016.

ETCHEVARNE, C. **Escrito na pedra**: cor, forma e movimento nos grafismos rupestres da Bahia. Rio de Janeiro: Versal, 2007.

KESTERING, C. **Patrimônio arqueológico de Sento Sé – BA**. São Raimundo Nonato, PI: UNIVASF, 2014.

LIMA FILHO, S. L. de; SANTOS, D. B. dos; BARBOSA, E. P. Boqueirão da Serra da Caixa, Sento Sé, Norte da Bahia, Brasil: considerações sobre uma documentação preliminar. **Al-Madan Online**, Portugal, v. 2, n. 24, tomo 2, jul. 2021. ISSN 2182-7265. Disponível em: http://issuu.com/almadan. Acesso em: 05 jun 2023.

LIMA FILHO, S. L. de. **Pintura rupestre**: definição das fronteiras da subtradição Sobradinho. 2013. Dissertação (Mestrado em Pós-Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2013.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 2. ed. atual. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005. 450 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. Disponível em: http://www.mma.gov.br. Acesso em: 05 jun 2023.

OLIVEIRA, N. R. de. **Complexo arqueológico do Açude das Pedras**: a dinâmica de ocupação de um contexto singular no riacho do Pontal. 2015. 42f. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, 2015.

OLIVEIRA, N. R. de. **As gravuras rupestres do Complexo Arqueológico Açude das Pedras em Rajada, no município de Petrolina – PE**. 2018. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2018.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira**: a pré-história e os verdadeiros colonizadores. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2019. 880 p.



GRAVURAS RUPESTRES NO ESTADO DA BAHIA

Carlos Etchevarne[47]

1 ALGUNS ASPECTOS GERAIS SOBRE AS REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS EM TERRITÓRIO BAIANO

No território do Estado da Bahia, há sítios arqueológicos com gravuras rupestres distribuídos em diversas condições topográficas e ambientais. De fato, esses motivos gravados podem ser encontrados de norte a sul do estado, em lajedos, na margem de riachos, caldeirões ou lagoas, assim como em abrigos rochosos e paredões que afloram à superfície.

Como veremos nos exemplos a seguir, essa variedade de contextos indica que, embora possa ter havido certos locais preferenciais, não parece ter existido uma padronização específica no uso de suportes rochosos. Essa hipótese poderá ser confirmada à medida que novas pesquisas, voltadas exclusivamente para as gravuras, forem realizadas, uma vez que ainda são poucos os estudos com esse foco específico.

Nesse sentido, podemos destacar os trabalhos de Etchevarne (1995, 1998, 2007), Comerlato (2007, 2021), Lima Lacerda (2017) e Kestering (2007, 2021), que iniciaram abordagens sobre o tema com diferentes níveis de aprofundamento. Embora pontuais, esses estudos fornecem uma visão sobre os diferentes tipos de gravuras, os suportes rochosos e sua distribuição no território da Bahia. No entanto, tais pesquisas ainda carecem de análises mais detalhadas e abrangentes.

Para compreender melhor a distribuição dos grafismos gravados na Bahia, é fundamental considerar os grandes domínios petrológicos existentes no território baiano, como os calcários, os arenitos e os granitos. Esses diferentes tipos de rocha oferecem ambientes específicos, uma vez que os agentes

47 Arqueólogo e Professor Titular de Arqueologia na Universidade Federal da Bahia – Doutorado em Quaternaire, Geologie et Pré-Histoire pelo Museum National D Histoire Naturelle, Paris. E-mail: etchevarnebahia@gmail.com.

geodinâmicos atuaram de forma diferenciada, resultando em modelamentos particulares. Essas formações influenciaram a ocupação das populações pré-coloniais, determinando sua utilização tanto para habitação quanto como suporte para gravuras e pinturas.

Os relevos pertencentes à família dos granitoides foram pouco utilizados para a produção de gravuras rupestres, principalmente devido à composição e consistência dessas rochas, que são pouco adequadas para incisões. Por outro lado, os relevos de arenitos e calcários foram amplamente aproveitados para a confecção de grafismos gravados, com destaque para os arenitos, tanto em termos quantitativos quanto na diversidade de motivos.

No que diz respeito aos instrumentos e técnicas utilizados na produção das figuras, pode-se deduzir que foram empregados objetos de dureza igual ou superior à do suporte rochoso, como o quartzo. A repetição de pequenos impactos sobre a superfície resultaria na formação das linhas ou dos planos das figuras gravadas. Essa técnica, conhecida como picoteamento, foi, sem dúvida, a mais utilizada no período pré-colonial na Bahia.

Outra forma de modificação da superfície rochosa pode ser deduzida a partir da observação dos grafismos retilíneos. Nesse caso, os instrumentos possuíam um gume reto e fino que, ao ser passado repetidamente sobre a rocha, produzia linhas bem definidas e estreitas. Essa técnica permitia a criação de figuras como tridáctilos e motivos estrelados, entre outros.

No caso das gravuras circulares e semiesféricas de pequenas dimensões, conhecidas tecnicamente como *cupules*, pode-se inferir que foram produzidas com um instrumento de bordo ligeiramente convexo. Esse formato permitiria o aprofundamento da rocha ao girá-lo sobre um único ponto do suporte, resultando em uma depressão arredondada. Como motivo, os *cupules* podem compor um conjunto de grafismos ou ser produzidos como figuras isoladas e repetidas, formando agrupamentos ou fileiras.

Com relação ao uso combinado de gravuras e pinturas, na Bahia foram identificados alguns sítios em que painéis de gravuras, ou parte deles, foram cobertos com pintura avermelhada. Esse fenômeno pode ser observado, por exemplo, em Moita dos Porcos, em Caetité, e no Serrote do Velho Chico, em Curaçá, onde também há o uso da cor preta. Até o momento, essa combinação parece ser bastante restrita, mas, ainda assim, é importante registrá-la.

O último aspecto a ser considerado é a relação desigual, do ponto de vista estatístico, entre os sítios com gravuras e aqueles com pinturas. De fato, os sítios com pinturas são significativamente mais numerosos e, do ponto de vista estilístico, apresentam uma maior diversidade de variações gráficas. Embora sejam quantitativamente reduzidos, os sítios com gravuras na Bahia, de acordo com as informações coletadas até o momento, parecem estar distribuídos por todo o território, com exceção do litoral. Sua presença sugere a expansão de diferentes grupos sociais ao longo do tempo.

Ao contrário dos sítios com pinturas, que são mais conhecidos, minimamente caracterizados e enquadrados em marcos temporais — ainda que relativos —, os sítios com painéis de gravuras não têm recebido a mesma atenção por parte dos arqueólogos. Isso tem dificultado a determinação de horizontes gráficos e temporais regionais. A denominação popular de certos locais com gravuras de "Itacoatiara"[48] não é suficiente para explicar a diversidade de motivos, técnicas e suportes que são encontrados.

48 Termo Tupi que alude genericamente a suportes rochosos com gravuras.

2 SÍTIOS COM GRAVURAS

Para exemplificar algumas das tendências dos grafismos gravados observados na Bahia, apresentaremos alguns sítios localizados em diferentes áreas do estado. O primeiro deles é o Lajedo Bordado, situado no município de Morro do Chapéu, no extremo oeste da Chapada Diamantina.

2.1 Lajedo Bordado – Morro do Chapéu

A existência desse sítio foi comunicada pelo ambientalista Irmão Delmar L. Alvim, em 1999, a Carlos Etchevarne, enquanto este realizava escavações na Praça da Sé, em Salvador. A visita técnica só pôde ser realizada quase dois anos depois, em resposta ao convite feito por Alvim, com o apoio da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), por meio do geólogo Antônio Dourado. Na ocasião, ficou comprovado que se tratava de um contexto arqueológico bastante especial, sobretudo em relação às gravuras sobre lajedo.

Em 2007, a arqueóloga Fabiana Comerlato realizou seu trabalho de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), adotando uma abordagem metodológica para o registro do sítio Lajedo Bordado. O trabalho consistiu no uso de um equipamento composto por uma câmera fotográfica acoplada a um suporte de quatro pés, que era deslocado sistematicamente. Todas as imagens capturadas pela câmera foram posteriormente processadas digitalmente.

2.1.1 O sítio e suas gravuras

O sítio Lajedo Bordado está localizado na fazenda Formosa, a cerca de 40 km da cidade de Morro do Chapéu, à margem esquerda do rio Salitre, que atravessa boa parte do município. Do outro lado do rio, há atualmente uma mata nativa de altura média. A parte reconhecível do setor de gravuras fica exposta aos agentes intempéricos, especialmente às cheias cíclicas, que quase a cobrem totalmente. Trata-se de uma superfície relativamente plana, com pouca inclinação para o rio, onde aparecem também plantas arbustivas que conseguem enraizar nas fissuras das pedras. A matriz petrológica do lajedo é composta por arenito intemperizado, de granulação média a grossa, que apresenta, na superfície, uma cor bege-amarelada, bastante trabalhada, conferindo-lhe um aspecto alisado. As gravuras estendem-se por uma superfície de aproximadamente 70 metros de comprimento, acompanhando o leito do rio Salitre. A largura, por sua vez, varia de 5 a 10 metros, tomando como ponto de partida o próprio curso d'água, a depender da época do ano.

Devido ao tipo de cobertura vegetal de média altura já mencionada, não parece possível a existência de gravuras na outra margem do rio. Na superfície do lajedo, observam-se, aqui e ali, fragmentos rochosos que aparentemente estão se desprendendo de forma natural, o que pode ameaçar a integridade do sítio. Já os moradores da área apontam também a intervenção antrópica de pessoas que exploraram o lajedo em busca de um tipo específico de rocha.

Neste lajedo, concentra-se um grande número de figuras gravadas, formando um extenso tapete, o que, muito pertinentemente, deu nome popular ao local. No caminho, antes de chegar a esse setor, em, pelo menos, três pontos também compostos por lajedos, foram encontrados pequenos grupos de cinco ou seis motivos gravados ou, então, alguns grafismos isolados, com as mesmas características de confecção e figuras similares. Dessa forma, é possível pensar que se está diante de um mesmo estilo de representações gráficas, correspondente a um único grupo ou a grupos distintos que compartilhavam os mesmos padrões de gravuras.

As técnicas utilizadas na confecção dos motivos são duas: o picoteamento e a raspagem. O conjunto de representações produzidas com a primeira técnica supera, em grande medida, a segunda em quantidade. A técnica de picoteamento, nesse caso, foi empregada na criação de diversos tipos de representações, enquanto a raspagem ou fricção, pelo que foi possível observar, ocorreu apenas em dois casos: uma espécie de "estrela", ou melhor, um grafismo formado por traços curtos que confluem radialmente para um ponto, e outro motivo denominado "pegada de ema" ou tridáctilo.

Com o picoteamento, aprofundou-se apenas o necessário para destacar os grafismos, alcançando, em alguns casos, pouco mais de 1 cm de profundidade. Com isso, a superfície alisada e com pátina da rocha ficou marcada por sulcos largos (entre 1 e 2 cm), cujas bordas mantiveram a irregularidade de cada golpe, permitindo a identificação dos relevos deixados pelos pontos percutidos.

A raspagem ou fricção, por sua vez, consistiu na passagem intensa e repetida de um elemento fino e abrasivo, com o objetivo de provocar o desgaste da rocha, formando fendas. Esses traços não ultrapassam 10 cm de comprimento, com menos de 1 cm de largura, formando sulcos em forma de "V". Em alguns casos, houve sobreposição de motivos raspados aos realizados por picoteamento, o que, acompanhado das diferenças tecno-morfológicas, aponta para uma tendência de representações diferenciadas em um momento posterior.

Os motivos representados por picoteamento são variados, podendo ser, na sua maioria, classificados como elementos geométricos. Há também uma nítida divisão entre os grafismos que foram desenhados com linhas e aqueles que configuram áreas definidas pelos próprios pontos de picoteamento. Deve-se ressaltar que, dentro dos limites do Lajedo Bordado, não foram encontrados instrumentos que pudessem ser utilizados para a confecção de alguns dos tipos de gravuras. Por isso, é necessária uma pesquisa sistemática nas imediações para verificar se ainda podem ser encontrados vestígios dessa natureza, que não tenham sido acarretados pelas inundações.

Representações lineares:

a) agrupamentos constelares de círculos concêntricos, com cada unidade composta por três ou quatro elementos circulares. Em alguns casos, algumas linhas, aproximadamente retas, podem unir dois círculos;

b) círculos com divisões internas em linhas retas perpendiculares, à maneira de cruz;

c) linhas paralelas: formam motivos simples (de linhas contínuas) ou complexos, com sinuosidades (até cinco linhas), entrecruzamentos ou cruzes (com quatro linhas). Outro tipo é definido por conjuntos de linhas retas ou ligeiramente curvadas, com sulcos descontínuos ou tracejados;

d) linhas compostas: correspondem a motivos de linhas retas que se tocam entre si, partindo de uma linha central e formando tridáctilos ou outros elementos simétricos;

e) motivos unilineares: constituem elementos simples, alguns deles pequenos e outros com metros de extensão. Em certos casos, essas linhas formam "trajetórias" (pois atravessam o lajedo) e terminam em elementos "estelares" (isto é, com cinco ou seis traços radiais);

f) zoomorfos, provavelmente lagartiformes.

Representações de motivos por planos ou áreas:

Nestes tipos de figuras são os planos que definem os motivos, e não as linhas, como nos casos anteriores. Essas representações adquirem uma fisionomia um pouco naturalística, podendo-se atribuir a algumas delas as formas de "mãos" e "pés", que se orientam em uma direção ou se opõem. Identifica-se claramente que existe uma intenção proposital em não usar os contornos, ou seja, as linhas, para desenhar essas figuras. A seguir, descrevem-se os principais motivos identificados:

a) mãos: representações à maneira da palma da mão, com cinco dedos esticados;

b) pés: motivos semelhantes à planta do pé, com dedos (em muitos casos, com apenas quatro deles). É necessário ressaltar uma distribuição singular, alinhada e sequencial, de "pés" que seguem uma mesma orientação, atravessando grande parte do lajedo;

c) figuras "mascaradas": trata-se de elementos semiarredondados ou alongados, que, em um extremo, apresentam uma série de traços (geralmente cinco). Essas são figuras realmente indefinidas, sendo o termo popular "mascaradas" utilizado apenas porque evocam grandes mascarões ou cocares, de maneira a distingui-las das outras. Por outro lado, também podem ser considerados pés, formando fileiras de pegadas humanas.

Figura 1 – Lajedo Bordado: vista parcial do sítio



Fonte: Fotografia de Antônio Dourado (2000).

Figura 2 – Lajedo Bordado: figura de mão humana, pés e de tridáctilo



Fonte: Fotografia de Antônio Dourado (2000).

Figura 3 – Lajedo Bordado: conjunto de círculos com técnica de picoteamento



Fonte: Fotografia de Antônio Dourado (2000).

Figura 4 – Lajedo Bordado: distribuição de grafismos e alteração da superfície do lajedo



Fonte: Fotografia de Antônio Dourado (2000).

3 GRAVURAS NA REGIÃO DE ITAPARICA: SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO

Durante o projeto de Salvamento Arqueológico Itaparica de São Francisco, uma equipe coordenada pelos professores Pedro Agostinho e Maria Rosário Carvalho, do Departamento de Antropologia da UFBA, executou um programa de acompanhamento da transferência da população Tuxá e de salvamento arqueológico, entre os anos de 1996 e 1998.

Os trabalhos de campo de Arqueologia, coordenados pela arqueóloga Verbena Galvão, do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA, permitiram salvaguardar material de sítios arqueológicos pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais, proporcionando um espectro básico sobre as ocupações sanfranciscanas. Nesse programa de estudos arqueológicos, colocou-se ênfase em alguns sítios denominados referenciais, selecionados para escavação sistemática, entre eles os sítios de gravuras rupestres. Na área da margem baiana atingida pela barragem de Itaparica, foram encontrados os sítios sob abrigo Itacoatiara I, III, V e o sítio da Geó, além de um afloramento na planície de inundação, chamado Pedra da Moeda, e outro na beira de um riacho.

3.1 Itacoatiara I

Trata-se de um abrigo formado na base de afloramentos rochosos areníticos, no piemonte da Serra do Curral, Município de Rodelas, que nesse local se aproxima do rio São Francisco, cerca de 200 metros, avançando sobre a planície de inundação[49]. Por essa proximidade, cabe pensar que sofreu o efeito das inundações, que ocorrem, circunstancialmente, nessa região e que são a origem das planícies ou várzeas.

Figura 5 – Itacoatiara I: vista aérea geral do sítio, dos afloramentos rochosos e da planície de inundação



Fonte: Fotografia de PSAI/ MAE/UFBA (1989).

49 Segundo a professora Tereza Rocha, do Instituto de Geologia da UFBA, as paredes do abrigo são constituídas de arenito residual, formado por grãos angulares de quartzo impregnados de óxido de ferro, que conferem à rocha uma coloração avermelhada acinzentada.

A parte mais protegida do abrigo se estende por uma superfície de aproximadamente 20 m², com um fundo composto por duas paredes que formam um ângulo, marcando nitidamente a divisão entre dois painéis de gravuras, um maior que o outro. O painel 1 tem uma altura de 1,35 metro por 5,40 metros de comprimento. Proporciona uma topografia plana na sua parte superior e um setor reentrante na parte central e inferior. Por sua vez, as representações gráficas do painel 2 se estendem à mesma altura do primeiro painel, ocupando o resto do abrigo.

As gravuras de Itacoatiara I se distribuem compondo dois painéis, ocupando as duas paredes do abrigo voltadas para o leste e o nordeste. Alguns blocos rochosos, desprendidos das paredes ou do teto, também foram utilizados como suportes para as gravuras. Eles foram encontrados no solo areno-argiloso de várzea, enterrados até 1,20 metro de profundidade, embaixo do painel maior (número 1), e a 0,80 metro de profundidade, um bloco beirando o painel menor (número 2). Esses blocos apresentavam gravuras com as mesmas características daquelas encontradas nas paredes. Em alguns deles, podem ser observadas concavidades bem circunscritas, de cerca de 20 cm de comprimento e 15 cm de profundidade, denotando que foram usadas como pilões[50].

Figura 6 – Itacoatiara I, Painel 1



Fonte: Fotografia de PSAI/ MAE/UFBA (1999).

50 Um desses blocos, de menor dimensão, foi transportado para Salvador e está em exposição no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA.

Figura 7 – Itacoatiara I: vista da escavação do abrigo com blocos rochosos gravados e com concavidades pronunciadas para pilar



Fonte: Fotografia de PSAI/ MAE/UFBA (1989).

3. 1. 1 Características das gravuras

Sobre os painéis nas paredes do abrigo, assim como nos blocos soltos agrupados no chão, pode-se constatar a existência de três tipos de gravuras, realizadas pelas técnicas de raspagem ou fricção, picotagem e "creusage". Pelo que se observa nesse sítio, cada uma dessas técnicas está associada a motivos específicos.

Raspagem ou fricção

Trata-se de marcas provocadas pela fricção de um instrumento de pedra sobre a rocha, gerando sulcos de profundidade e largura variáveis. A maioria apresenta um perfil em forma de "V" bem marcado, embora, em menor quantidade, possa adotar a forma de U. Em todos os casos, as paredes dos sulcos estão bem alisadas.

Convém ressaltar que se observa, em alguns lugares, um aproveitamento intencional das rugosidades da parede rochosa para os traços da gravura: estes foram executados seguindo a topografia arenítica, ou seja, aproveitando as depressões das ondulações naturais das paredes.

Os traços produzidos pela técnica de raspagem ou fricção formam, na sua maioria, motivos retilíneos, verticais, horizontais e oblíquos. Podem ser encontrados em grupos de três traços ou mais. Estão presentes nos dois painéis e se distribuem desde a parte superior até 1,20 metro de profundidade em relação à superfície do solo.

Uma grande porcentagem de gravuras retilíneas forma conjuntos mais ou menos paralelos que se sucedem, seguindo, aparentemente, uma linha horizontal. Outro conjunto de traços retilíneos constitui motivos em forma de pente, tridáctilos, linhas convergentes em ângulos e, pelo menos, em dois casos, formam figuras aproximadamente retangulares.

Picoteamento

Algumas gravuras foram realizadas pela percussão de um instrumento duro diretamente sobre a parede rochosa. Em alguns casos, há indícios de que houve raspagem posterior; no entanto, nesses casos, os sulcos conservam os pontos de impacto do picoteamento.

Os motivos realizados por picoteamento são ovoides, arredondados e elipsoidais, com a parte superior mais larga e com traços retilíneos, verticais ou oblíquos, que dividem a área perimetrada em duas partes, sendo, por isso, associados a motivos vulvares. A distribuição dessas figuras sobre os painéis é irregular, mas elas se concentram na parte superior, onde aparecem isoladas ou agrupadas. Comparados aos motivos retilíneos realizados por raspagem (ou fricção), os efetuados por picoteamento são menos numerosos.

É digno de destaque o fato de que, em alguns setores, as figuras vulvares interceptam os motivos lineares, não existindo a situação inversa. Essa sobreposição de motivos picoteados sobre os motivos raspados permite estabelecer uma cronologia relativa, indicando dois momentos de utilização dos painéis, situando os motivos vulvares em um período posterior aos motivos lineares. Ainda no que se refere à cronologia relativa, os ovoides descritos encontram-se em um estrato anterior ao intervalo entre 50 e 70 cm, portanto, sendo anteriores à datação de fogueira de 2.290 AP, como mínimo (MAE/UFBA 1989:43).

Gravuras pontuais (*cupules*)

Trata-se de incisões em forma de ponto arredondado, denominadas tecnicamente de *cupules*, provocadas por um instrumento que gira sobre seu próprio eixo. Essas cavidades, afuniladas ou arredondadas, medem entre 1 cm e 1,5 cm de diâmetro e de 1 cm a 2,5 cm de profundidade.

As incisões desse tipo são pouco numerosas, quando comparadas aos outros motivos gravados, e apresentam uma distribuição irregular nos dois painéis. Esses motivos não formam conjuntos entre si, mas parecem estar associados aos motivos vulvares, localizados no centro ou nas extremidades dos traços retilíneos que dividem as figuras vulvares.

Os sítios Itacoatiara III e V apresentam os mesmos tipos de gravuras que o sítio Itacoatiara I, ou seja, gravuras lineares, ovoidais e as *cupules*, mas em número mais reduzido. Os dois primeiros sítios apresentam marcas de erosão acentuada nos painéis, de origem pluvial e eólica, que atenuaram os sulcos das gravuras.

Em Itacoatiara V, algumas gravuras feitas por picoteamento foram executadas sobre uma superfície limitada da parede. Trata-se de três figuras: um círculo e dois motivos vulvares, localizados a poucos centímetros da superfície atual do abrigo. Por sua vez, no sítio Geó, foram realizadas algumas figuras vulvares por picoteamento.

Deve ser ressaltado que, à mesma altura, do lado da margem pernambucana do São Francisco, a arqueóloga da Universidade Federal de Pernambuco, professora Gabriela Martin, identificou um sítio denominado localmente Letreiro do Sobrado, com o mesmo tipo de representações gravadas. Elas estão distribuídas em um painel de 12 metros de comprimento por uma largura máxima de 1,50 metro. Nele foram identificados os motivos retilíneos, circulares, vulvares e as cúpulas, já mencionadas para Itacoatiara. Essa localização próxima à do lado baiano poderia assinalar uma microunidade estilística de gravuras nesta região do Submédio São Francisco.

3.2 O sítio Bebedouro das Pedras

O lajedo Bebedouro das Pedras encontra-se na beira do rio São Francisco, no distrito de Tapera, município de Rodelas e, por essa razão, é afetado pelas variantes do nível das águas. Além da erosão fluvial, eólica e pluvial, o lajedo e suas gravuras estão sujeitos à ação antrópica.

Figura 8 – Lajedo Bebedouro das Pedras: vista geral



Fonte: Fotografia de PSAI/MAE/UFBA (1989).

Em função da identificação e registro fotográfico, os motivos gravados foram cobertos com pó de giz branco, para realçar as figuras e provocar um contraste com o suporte arenítico, também da mesma formação geológica Tacaru. Assim, puderam ser observadas as gravuras espalhadas no lajedo, formando seis motivos soltos em torno de um grande buraco na rocha, que acumula água pluvial.

As representações gráficas foram executadas por meio da técnica de picotagem, com tratamento posterior de raspagem, que não conseguiu eliminar as irregularidades dos sulcos. As incisões medem cerca de 1,5 cm de largura e 1 cm de profundidade, formando um perfil em "U".

As figuras gravadas sobre a superfície plana do lajedo se distribuem em torno de uma depressão e constituem seis unidades gráficas separadas, cada uma com motivos distintos. Em três delas, próximas entre si, predominam as linhas retas. O outro grupo é composto por motivos nos quais predominam as linhas curvas: formas serpentiformes, com um círculo central, onde se encontra uma seta; um corpo elipsoidal subdividido internamente, com um apêndice e linhas curvas. A última composição é formada por linhas curvas e retas, que resultam em uma forma indefinida e orgânica.

3.3 Pedra da Moeda

Trata-se de um afloramento rochoso localizado na planície de inundação do Rio São Francisco, no distrito de Penedo, município de Rodelas. Ele é formado por um único bloco emergente, com base de pouco mais de 4 metros e altura de 3,30 metros, ambos compostos pela mesma natureza arenítica da formação Tacaratu. A parede do bloco voltada para o rio serve de suporte a um conjunto de gravuras com motivos vulvares.

As gravuras formam um único painel, parcialmente coberto por uma fina camada de pátina escura, que não chega a ocultá-las. O conjunto mede 80 cm de altura por 45 cm de largura, localizando-se, aproximadamente, na parte central inferior do bloco, onde a parede é lisa e pouco inclinada.

O painel é composto por dez unidades de figuras vulvares, do mesmo tipo identificado em Itacoatiara I. Os sulcos foram realizados por picotagem, com perfil em forma de "U", de quase 1 cm de largura e 1 cm de profundidade. Quatro cavidades, sob a forma de *cupules*, estão associadas aos traços retilíneos no interior dos motivos vulvares.

Parece haver uma organização das figuras em três níveis sucessivos: cinco delas formam um alinhamento na parte superior, quatro em um nível médio e apenas uma, na parte inferior. Todas estão orientadas da mesma forma e, em termos de dimensões, são aproximadamente do mesmo tamanho, ou seja, entre 10 e 12 cm. Em resumo, as dez figuras transmitem um profundo sentido de unidade, o que leva a crer que foram executadas por uma única pessoa ou por um grupo trabalhando coletivamente.

Figura 9 – Sítio Pedra da Moeda: vista frontal do afloramento com painel de gravuras na base



Fonte: Fotografia de PSAI/MAE/UFBA (1989).

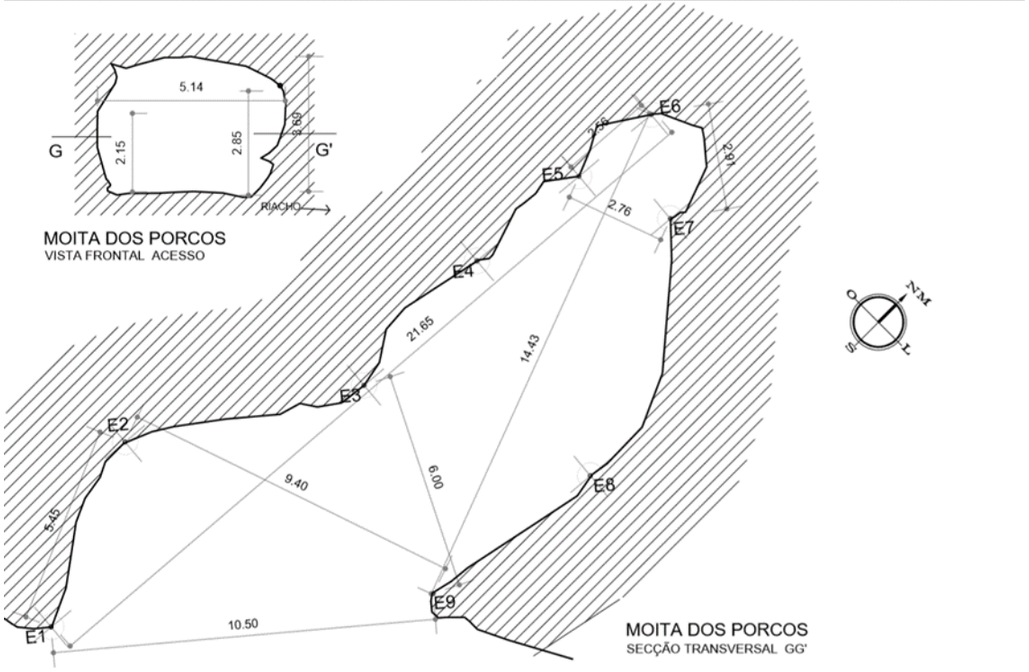
3.4 Sítio Moita dos Porcos – Caetité

Na localidade de Moita do Porcos, no município de Caetité, a apenas 15 km da sede, encontra-se um sítio de gravuras rupestres, registrado em 2006 pela equipe de pesquisadores do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da UFBA, com o nome da localidade, conforme indicado pelos moradores. Posteriormente, o sítio recebeu várias visitas técnicas e até uma pequena prospecção no final do abrigo, realizada pela equipe da Zanettini Arqueologia em 2010, durante um levantamento de sítios, preventivamente à implementação de um programa de energia eólica (Zanettini, 2010).

Trata-se de um abrigo situado sobre uma colina formada por várias camadas de arenito ferroso, cuja base abriga um riacho, atualmente com pouca água. A alternância de camadas de diferentes alturas, entre arenitos mais ou menos ferruginosos, pode ser observada nas paredes e no teto. No chão, há uma camada de solo arenoso compactado, provavelmente devido ao uso do espaço para confinamento de gado ou, mais recentemente, à visitação.

Para chegar à entrada do abrigo, é necessário subir por uma trilha íngreme, atualmente facilitada pela construção de rampas e escadas, que permitem uma visitação sem grandes esforços. Após atravessar uma espécie de adro amplo, o que chama imediatamente a atenção é o formato muito particular do abrigo, que se aprofunda para o interior da colina, assumindo a forma de um tubo, com cerca de 10 metros de altura na entrada. À medida que se avança para o interior da colina, o solo eleva-se levemente, enquanto o teto desce um pouco; no entanto, isso não é suficiente para alterar o aspecto cilíndrico do abrigo.

Figura 10 – Planta do sítio Moita dos Porcos



Fonte: Elaborado por Júlio C. Melo de Oliveira (2006).

O que deve ser considerado é que um abrigo com essas características não pode ser formado por agentes naturais, como o vento, a chuva ou a erosão causada pela dissolução do fluxo d'água interno, atuando de forma localizada, a ponto de proporcionar o formato tão regular que o abrigo apresenta. Ademais, é importante considerar que o túnel-abrigo termina em uma parede que não foi escavada. Ou seja, não é possível pensar em uma ação de

dentro para fora, por efeito da filtração d'água. Por isso, é perfeitamente plausível supor que se trata de uma obra resultante do trabalho humano. Efetivamente, com instrumentos líticos duros (como seixos de quartzo, por exemplo), é possível escavar as paredes desse abrigo e conferir o formato regular que ele apresenta hoje.

Alguns indícios de que os grupos responsáveis pelas gravuras internas possuíam conhecimentos técnicos para a escavação em rochas são as paredes alisadas, que apresentam uma superfície plana, sem os sulcos originados pela sucessão de camadas areníticas. Esse tratamento permitia que as figuras fossem bem recortadas e contrastadas com o fundo alisado. Vários fragmentos de paredes com esse tratamento testemunham essa combinação entre a parede e as gravuras.

Em resumo, a cavidade da gruta fazia parte de um projeto único e muito especial de construção de um espaço interno dentro da colina, que deveria ser recoberto de gravuras realizadas com esmero, começando na entrada e se estendendo até o final do túnel, abrangendo desde o solo até o teto. O resultado é um conjunto de painéis altamente elaborados, com figuras que se repetem e outras que são únicas. Esses painéis formam frisos de baixo relevo, produzidos por picoteamento e fricção.

Figura 11 – Colina de Moita dos Porcos: ao centro, observa-se a entrada do abrigo antes da instalação das rampas e escadas



Fonte: Fotografia de Júlio C. Melo de Oliveira (2006).

Figura 12 – Interior do abrigo tubular: as paredes exibem estratos finos de arenito ferroso e uma área remanescente dos frisos gravados sobre superfície alisada



Fonte: Fotografia de Júlio C. Melo de Oliveira (2006).

Figura 13 – Detalhe de um dos frisos das paredes do abrigo, no qual se observa o uso de técnicas de picotagem, incisões por fricção e alisamento dos sulcos maiores



Fonte: Fotografia de Júlio C. Melo de Oliveira (2006).

Figura 14 – Detalhe de um fragmento de friso, no qual se observa a perda do alisamento da parede e as marcas da profundidade dos grafismos que se desprenderam



Fonte: Fotografia de Júlio C. Melo de Oliveira (2006).

4 POSSÍVEIS ANALOGIAS DOS SÍTIOS DE GRAVURAS COM OS DE PINTURAS

Com relação às possíveis associações entre gravuras e pinturas, deve-se considerar que há uma diferença fundamental entre os suportes rochosos, a topografia das paredes e a própria localização no sítio de ambas as expressões gráficas. No entanto, isso não significa que muitos dos motivos gravados não possam se assemelhar a outros pintados em diferentes regiões da Bahia. Os grafismos "pés" e "mãos" pintados, assim como os motivos "mascarados" gravados, por exemplo, poderiam indicar paralelismos ou, então, semelhanças.

Aprioristicamente, pode-se levantar a hipótese de uma possível vinculação entre os estilos pictóricos e os de gravuras na mesma região baiana. Não obstante, é necessário aguardar a realização de estudos mais sistemáticos e aprofundados em todo o território baiano para que essa convergência possa ser afirmada. A prática arqueológica ensina que os resultados dos questionamentos são efetivamente válidos quando passam por diversas etapas, como registro, análise tecnológica e formalística, levantamento estatístico, comparação e classificação, até se chegar a uma interpretação final.

REFERÊNCIAS

COMERLATO, F. **Estudo metodológico em sítios de gravuras rupestres em lajedos, Bahia**. 2007. 42 f. Monografia (Pós-Doutorado Júnior) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

COMERLATO, F. **Estudo metodológico em sítios de gravuras rupestres em lajedos, Bahia**. 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350290357. Acesso em: 10 out. 2023.

ETCHEVARNE, C. **Étude de l'appropriation des ressources du milieu**: Les populations pré-coloniales sanfranciscaines dans l'État de Bahia (Brésil). 1995. Tese (Doutorado em Quaternaire Geologie Paleontologie Humaine Et Prés) – Museum d'Histoire Naturelle, Paris, 1995. Digitalizado.

ETCHEVARNE, C. **Relatório de visita técnica sobre o sítio Lajedo Bordado, Morro do Chapéu, Bahia**. Salvador: UFBA/CPRM, 1998. Digitalizado.

ETCHEVARNE, C. **Escrito na Pedra**: Cor, forma e movimento nos grafismos rupestres da Bahia. Rio de Janeiro: Editora Versal, 2007.

LACERDA, S. de L. **Estudo da apropriação do espaço**: Um estudo de caso do complexo rupestre Rio de Peixe, região Coronel Sá, nordeste da Bahia. 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2017. Digitalizado.

LACERDA, S. de L. **Museu de Arqueologia e Etnologia/Universidade Federal da Bahia. Projeto Itaparica do São Francisco**: Relatório Final. Salvador, 1989. Digitalizado.

KESTERING, C. **Identidade dos grupos pré-históricos de Sobradinho, Bahia**. Recife, 2007. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

KESTERING, C. **Patrimônio Jaguarari**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

ZANETTINI, P. **Programa de prospecções e resgate arqueológico**: Parque eólico Renova Energia, municípios de Caetité, Igaporã e Guanambi, estado da Bahia. São Paulo, 2010. Digitalizado.



AS GRAVURAS RUPESTRES DO CEARÁ E AS PESQUISAS EM CURSO

Agnelo Fernandes de Queirós[51]
Hávner Girão de Moura Chagas[52]
Rafael Alves Moreira Nascimento[53]

1 INTRODUÇÃO

Por meio da interlocução entre estudos arqueológicos nos âmbitos acadêmico, da arqueologia pública e da arqueologia preventiva, realizados pelos pesquisadores autores, o presente trabalho apresenta o potencial informativo dos sítios arqueológicos pré-coloniais com gravuras rupestres, situados em três grandes áreas arqueológicas e geográficas do Estado do Ceará, mais especificamente em sub-bacias das bacias e vales dos rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú.

As gravuras rupestres são aqui concebidas como representações imagéticas e comunicativas, estruturadas por uma linguagem visual de compreensão polissêmica (Comerlato, 2005). Portanto, são abordadas como elementos significativos da cosmologia e da vivência dos grupos que as produziram. A maioria foi elaborada a céu aberto, em suportes rochosos predominantemente aflorados em cursos e/ou corpos d'águas naturais, o que torna esses locais, até os dias atuais, referências de destaque na paisagem. Essas paisagens, por sua vez, são permeadas por uma multivocalidade de significados e apropriações (Marques, 2010).

51 Mestre em arqueologia e membro do Grupo de Pesquisa em Arqueometria da Universidade Federal do Piauí – UFPI/CNPQ. Arqueólogo curador do MUPHI – Museu da Pré-história de Itapipoca-CE e pesquisador colaborador do Instituto Tembetá, em Fortaleza-CE. Sócio da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB e da Associação Brasileira de Arte Rupestre – ABAR. E-mail: agnelofqueiros@gmail.com.

52 Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ensino de História, Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Ensino de História, pela Faculdade Futura (Instituto de Ciência, Educação e Tecnologia de Votuporanga – SP). Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará/Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (UECE/FAFIDAM). Professor efetivo da rede estadual de ensino (SEDUC-CE). E-mail: havner.chagas@prof.ce.gov.br.

53 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – PPGAP/UFRB. Membro do Instituto Cobra Azul de Arqueologia e Patrimônio – ICA. Membro do grupo de pesquisa Recôncavo Arqueológico. Sócio da Associação Brasileira de Arte Rupestre – ABAR. E-mail: rafaelnettur@gmail.com.

Nosso objetivo é apresentar um perfil geral do conteúdo gravado, considerando as características técnicas de elaboração, a apresentação formal e as temáticas abordadas, quando possível. Além disso, buscamos caracterizar os contextos geoambientais de implantação dos sítios e o estado de conservação do acervo gráfico rupestre documentado. Para isso, incluímos resultados de análises preliminares que consideram as propriedades litológicas e as principais alterações nos suportes rochosos gravados, seguidas das evidências de escolhas, preferências e apropriações de materiais, bem como dos saberes aplicados na elaboração das gravuras, resultando em diferentes efeitos formais e gráficos. Por fim, abordamos os desafios e as experiências na perspectiva dos usos socioeducacionais dos bens patrimoniais arqueológicos, em especial das gravuras rupestres, como ferramentas didáticas e pedagógicas para o ensino da história dos povos indígenas comuns.

Além de contribuir para uma melhor caracterização dos atributos gráficos e dos geoindicadores, visando à construção de modelos preditivos para o estudo dos sítios das áreas analisadas e de outros contextos semelhantes, acreditamos que os dados e experiências aqui apresentados também se justificam pelo interesse científico que ainda deve ser dedicado à grande quantidade de sítios com gravuras existentes no Ceará. Esses sítios, já registrados e mencionados por historiadores desde meados do século XX, incluem referências como Tomás Pompeu Sobrinho (1956). No entanto, esses sítios são frequentemente preteridos devido à ausência de destaque e apelo pictórico, ao contrário do que ocorre com as pinturas rupestres (Correia, 2009). Para a descrição, caracterização e identificação na análise formal do acervo gráfico rupestre apresentado, primeiramente consideramos o estado de conservação e as condições visuais ainda presentes nos motivos gravados, em relação ao suporte e ao conjunto das demais gravuras. Neste aspecto, Lage (2007) afirma que é a partir dessas condições ambientais que podemos nos aproximar do reconhecimento das formas e do conteúdo gravado ou pintado. Segundo a pesquisadora, os processos de alteração que afetam os grafismos rupestres resultam das modificações nos suportes rochosos, sendo estes processos, na maior parte, naturais e inevitáveis, e causados principalmente por fatores mecânicos, físico-químicos e biológicos.

Neste contexto, por serem a céu aberto, a grande maioria dos sítios desse tipo apresenta um acelerado processo de degradação das rochas, ocasionado sobretudo por efeitos mecânicos decorrentes das diferenças térmicas, além do contato intermitente com a água e o fluxo hídrico gerado, o que acarreta também efeitos químicos e biológicos, resultando em alterações e desagregação dos minerais e, consequentemente, mudanças nas formas gráficas das gravuras como as observamos atualmente. Em relação às ações antrópicas, sem políticas de gestão e conservação a nível local, os sítios geralmente se encontram em áreas com diversos riscos. Entre os maiores estão os incêndios, o vandalismo e a extração mineral.

Diante dessas questões e devido às dificuldades na análise dos motivos gravados, *a priori*, em relação ao conteúdo gráfico, desconsideramos traços vestigiais de grafismos, ou seja, aqueles que não oferecem condições mínimas de identificação na análise visual: prováveis formas inacabadas, marcas e/ou vestígios de gravuras sem possibilidade de identificação visual no presente (Queirós, 2016). Portanto, demos preferência às gravuras com formas e temáticas reconhecíveis e às de reconhecimento diferido (Magalhães, 2011)[54], isto é, embora ainda não reconhecíveis do ponto de vista temático, apresentam formas básicas identificáveis. Dentre estas últimas, incluímos as de formas geométricas e outras.
Deste modo, destacamos os motivos mais recorrentes, bem como os emblemáticos e as possíveis associações entre alguns deles. Contudo, deixamos

54 Magalhães (2011) utiliza o termo *reconhecimento diferido* para se referir aos grafismos considerados não figurativos e aos denominados puros ou não reconhecíveis, os quais, no entanto, necessitam de outras abordagens analíticas para seu reconhecimento em momentos futuros. Para isso, consideramos também as condições do estado de conservação do suporte e das gravuras. Deste modo, evitamos especulações interpretativas sem as mínimas condições materiais para a análise visual e formal de determinados motivos gráficos deteriorados ou, atualmente, restritos a traços vestigiais.

claro que, ao apresentarmos os motivos individualizados, nossa finalidade metodológica está voltada para o estudo inicial, por meio do agrupamento formal e estilístico das unidades gráficas. Todavia, isso não anula as prováveis associações nas quais diversos motivos possam compor conjuntos e/ou arranjos em uma linguagem visual que não é mais compreendida no presente.

De acordo com a caracterização e apresentação das temáticas observadas, a fim de proporcionar uma melhor visualização e leitura formal do acervo, apresentamos, por meio de técnicas de decalque digital, quadros que sintetizam o conteúdo temático gravado nos sítios. Consideramos, para isso, todos os sítios de cada área geográfica especificamente abordada. Dessa forma, pretendemos possibilitar a observação das diferenças e similaridades estilísticas entre alguns motivos com formas e/ou temáticas identificáveis e, assim, contribuir para o avanço das pesquisas nas áreas, subsidiando inferências contextuais sobre as possíveis distribuições regionais e territorialidades de possíveis culturas visuais e seus simbolismos.

2 O CONTEXTO GEOAMBIENTAL DAS ÁREAS APRESENTADAS

Os sítios apresentados estão situados em áreas de vales e planícies da vasta depressão sertaneja cearense, conforme pode ser visto no mapa de distribuição geográfica dos sítios.

Figura 1 – Mapa geral das áreas apresentadas e localização dos sítios abordados



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020); CPRM (2010), elaborado por Rafael Alves Moreira Nascimento (2024).

As áreas geográficas aqui abordadas são destacadas por já terem sido estudadas pelos autores deste trabalho. Portanto, embora não tratem da totalidade do atual território estadual, elas apresentam e representam significativamente os tipos de sítios de gravuras identificados, bem como os padrões e as particularidades geoambientais de implantação desses sítios no Ceará.

As bacias hidrográficas e os vales dessas áreas situam-se na depressão sertaneja. Esse compartimento geoambiental constitui-se como um piso regional, abrangendo quase 70% do território cearense, com níveis altimétricos inferiores a 400 metros. Dentro dos recortes espaciais das áreas pesquisadas, as cotas altimétricas da depressão sertaneja são interrompidas por maciços residuais e inselbergs, além de serem sobrepostas, em alguns pontos, por feições tabuliformes dissecadas por cursos d'água (Moura-Fé, 2015). Esse geocompartimento se destaca pelos intensos processos erosivos, que, ao longo do tempo, fizeram aflorar rochas do embasamento cristalino de origem magmática, ígnea e metamórfica, especialmente do tipo granito e gnaisse (Maia *et al.*, 2018). Esses afloramentos rochosos são elementos que marcam expressivamente a paisagem semiárida da região Nordeste.

Os afloramentos rochosos das áreas são caracterizados por extensos lajedos e matacões nos leitos e nas margens dos corpos hídricos, incluindo rios, riachos e lagoas intermitentes, onde também se formaram tanques ou caldeirões, criados por cavidades e depressões erodidas na própria estrutura rochosa. Além disso, há corredeiras e pequenas canhoeiras com poços impermeabilizados pela rocha matriz.

A primeira área apresentada, o grande vale do rio Jaguaribe, é constituída pela maior bacia hidrográfica do Ceará, sendo suas principais sub-bacias formadas pelos rios Banabuiú, Rio do Sangue, Figueiredo, dentre outros, bem como por diversos riachos de médio e grande porte hídrico, todos intermitentes, que compõem o vale e grande parte da microrregião do Médio Jaguaribe, situada no centro-leste do Estado, até próximo à divisa com o Rio Grande do Norte. Esses recursos hídricos drenam diversos municípios cearenses, entre os quais estão Jaguaribe, Jaguaribara, Morada Nova, Alto Santo, Potiretema, Iracema, Banabuiú e Solonópole, todos marcados pelo clima semiárido e pela vegetação típica de caatinga.

A segunda área é formada por parte da bacia e das sub-bacias do rio Acaraú, mais especificamente pelos rios dos Macacos, Jucurutu e Salgadinho, que drenam os municípios de Santa Quitéria e Hidrolândia, desaguando no subdomínio do Alto Acaraú, ao oeste do Estado.

A terceira área compõe parte da bacia do rio Coreaú e é formada pela sub-bacia do rio Itacolomi. Esta sub-bacia localiza-se na região noroeste do estado do Ceará e drena parcialmente os municípios de Granja, Viçosa do Ceará, Tianguá e Uruoca. Suas nascentes estão localizadas na Cuesta da Chapada da Ibiapaba, desaguando na bacia principal, no subdomínio do Médio Coreaú, setor topograficamente rebaixado em relação ao seu entorno, e situado também na depressão sertaneja (Guimarães, 2020).

A área possui uma rica diversidade litoestratigráfica, compreendendo distintas formações geológicas, como depósitos aluviais e cenozoicos. Segundo Claudino Sales e Lira (2011), a Formação São Joaquim corresponde a uma das mais importantes litologias desta área do Coreaú, sendo composta por gnaises, migmatitos e quartzitos.

Os quartzitos e micaxistos que compõem o Médio Coreaú, e, consequentemente, a sub-bacia do rio Itacolomi, demonstraram-se resistentes aos climas tropicais secos. Deste contexto, resultaram os maciços cristalinos residuais, com altitudes situadas entre 700 e 900 metros, ficando abaixo apenas

dos setores mais elevados da Ibiapaba. As rochas mais frágeis, como as gnáissicas e migmáticas, que configuram um relevo aplainado e adjacente aos maciços cristalinos, deram origem à depressão sertaneja (Claudino Sales; Lira, 2011).

Alguns dos afloramentos residuais que ocorrem em meio à depressão sertaneja formam lajedos no curso de riachos de caráter intermitente, como o caso do riacho do Puxa, que atravessa o afloramento quartzítico no qual se localiza o sítio arqueológico Pedra dos Pilões.

É importante salientar que todas essas estruturas geomorfológicas e hídricas naturais dos contextos mencionados da depressão sertaneja se transformaram, ao longo de diferentes tempos geológicos até o presente momento, em importantes cursos e depósitos sazonais de água, isto é, um recurso fundamental à subsistência humana, em especial nesse geoambiente, assim como na maior parte do Nordeste brasileiro desde o Holoceno médio, aproximadamente entre 6 e 4 mil anos AP, quando o clima de semiaridez se instalou (de Oliveira; Barreto; Suguio, 1999). Esse período também é provavelmente o momento em que as gravuras rupestres começaram a se tornar uma prática cultural dos primeiros grupos humanos a ocuparem e deixarem marcadas simbolicamente tais áreas.

3 OS SÍTIOS E AS GRAVURAS RUPESTRES DA BACIA E SUB-BACIAS DO MÉDIO JAGUARIBE

Através dos estudos do pesquisador e primeiro autor deste trabalho, Agnelo Queirós, Queirós (2016), pela pós-graduação em arqueologia da Universidade Federal de Piauí e das ações do Projeto Arqueologia e Patrimônio do Vale do Jaguaribe, com Processo nº 1496.000002/2015-21/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), juntamente às atividades de arqueologia preventiva, já foram registrados e parcialmente documentados 24 sítios arqueológicos com gravuras rupestres, o que certamente representa apenas parte do potencial da região, que deve ainda ser mais sistematicamente pesquisada. A seguir, no quadro 1, a lista de sítios com status de cadastramento no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG)/IPHAN e localização municipal, contexto que também pode ser observado no mapa geral de distribuição geográfica dos sítios nas áreas do Ceará em destaques (FIGURA 1).

Quadro 1 – Sítios arqueológicos com gravuras rupestres na bacia e sub-bacias do Médio Jaguaribe

Nº	Sítio Arqueológico	Tipo de Registro	Status de Cadastro/ SICG/IPHAN	Município
01	Lagoa das Pedras Pintadas	Gravuras	CE-2300705-BA-ST-00002	Alto Santo
02	Lagoa do Boi Morto	Gravuras	CE-2300705-BA-ST-00001	Alto Santo
03	Lagoa do Junco	Gravuras	CE-2300705-BA-ST-00003	Alto Santo

Nº	Sítio Arqueológico	Tipo de Registro	Status de Cadastro/ SICG/IPHAN	Município
04	Lagoa Grande	Gravuras	CE-2300705-BA-ST-00004	Alto Santo
05	Fazenda Sombrio	Gravuras	Em cadastramento	Alto Santo
06	Caraúbas	Gravuras	Em cadastramento	Alto Santo
07	Serrote do Mineiro	Gravuras	CE-2306801-BA-ST-00001	Jaguaribara
08	Pedra do Sino	Gravuras	Em cadastramento	Jaguaribara
09	Pedra do Castelo	Gravuras	CE-2308708-BA-ST-00005	Morada Nova
10	Cumbi	Gravuras	Em cadastramento	Morada Nova
11	Caraúbas	Gravuras e Pinturas	Em cadastramento	Morada Nova
12	Lagoa do Campestre	Gravuras	Em cadastramento	Morada Nova
13	Sítio Campestre	Gravuras	Em cadastramento	Morada Nova
14	Lagoa Ferrada	Gravuras	Em cadastramento	Morada Nova
15	Complexo arqueológico Uiraponga	Gravuras	Em cadastramento	Morada Nova
16	Cachoeira do Purrão	Gravuras	CE-2311231-BA-ST-00001	Potiretama
17	Capucho	Gravuras	CE-2311231-BA-ST-00002	Potiretama
18	Pitombeira	Gravuras	CE-2311231-BA-ST-00003	Potiretama
19	Monte Alegre	Gravuras	CE-2306009-BA-ST-00002	Iracema
20	Jurema	Gravuras	Em cadastramento	Jaguaribe
21	Lagoas	Gravuras	Em cadastramento	Solonópole
22	Caldeirões	Gravuras	Em cadastramento	Solonópole
23	Riacho da Penha	Gravuras	Em cadastramento	Banabuiú
24	Jiqui	Gravuras	Em cadastramento	Banabuiú

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2024).

Sobre contexto ambiental e os geoindicadores específicos onde foram implantados os sítios da área em apreço, se destacam como locais de preferências para a elaboração das gravuras os suportes em formato de lajedos sub-horizontais ou no nível do solo, em grande parte deles com tanques, ou

caldeirões, naturais formados na sua própria estrutura, bem como em blocos e matacões do entorno imediato e sobre os lajedos. Também se notabilizam gravuras em suportes aflorados em lagoas, e ainda, em cursos d'água de córregos e riachos de pequeno e médio porte, que formam estruturas de pequenas cachoeiras com poços que acumulam água até parte do período de estiagem. Nunca ou raramente são observadas gravuras em suportes aflorados nos leitos dos rios de médio e grande porte.

Figura 2 – Visão geral dos padrões geoambientais de implantação dos sítios da área:
A – Lajedos com tanques naturais; B – Lajedos em curso d'água; C – Blocos rochosos em lagoa; D – Estrutura de cachoeira de pequeno porte



Fonte: Fotografias de Agnelo Queirós (2016).

O estado de conservação das gravuras está diretamente relacionado aos intemperismos pelos quais passam os suportes gravados, os quais apresentam um acelerado processo de degradação, como descamação, desplacamento, fissuras e fraturas, causadas, sobretudo, por efeitos físicos e mecânicos das diferenças térmicas a que são naturalmente submetidos. Esses efeitos provavelmente estão sendo agravados pelo aquecimento global em escala local. Os sítios também se encontram em áreas de risco devido a incêndios, pisoteio de animais de grande porte, extração de rocha para fins diversos e outras atividades humanas.

A respeito dos saberes e das técnicas de elaboração das gravuras, o principal procedimento utilizado foi a percussão direta, da qual são observadas as seguintes características principais:

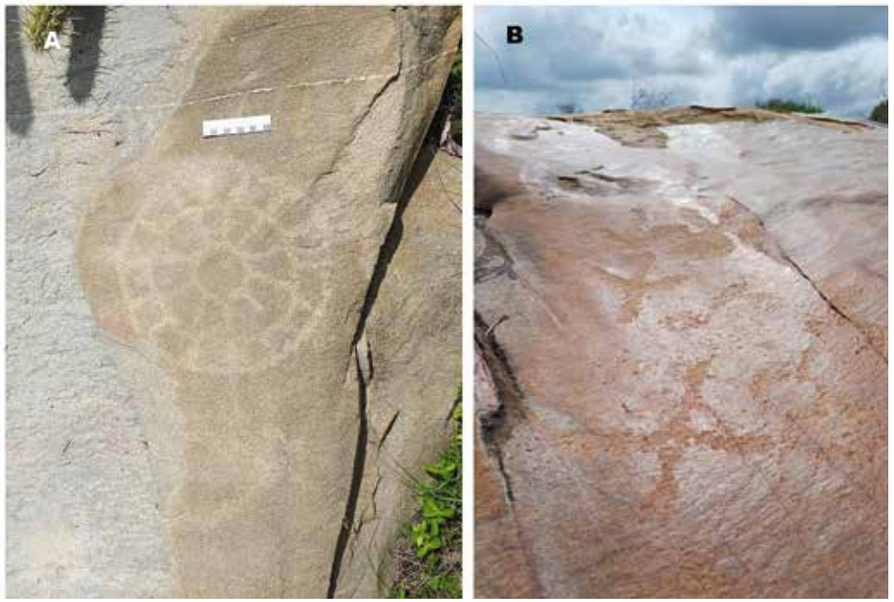
Quadro 2 – Perfil das características técnicas predominantes nas gravuras da área

TÉCNICAS	TIPOS DE INCISÕES	TIPOS DE DELINEAMENTO E PREENCHIMENTO
Majoritariamente em raspagem simples, e minoritariamente em picotagem com posterior polimento, e raramente com somente picotagem	Majoritariamente em forma de "U", rasos ou pouco profundo, no máximo de 0,5 cm de profundidade.	Majoritariamente figuras delineadas e minoritariamente figuras delineadas preenchidas ou com preenchimento completo.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2024).

Sobre os materiais utilizados, destacam-se a litologia dos suportes gravados e dos instrumentos empregados. Para a implantação do acervo gráfico, observa-se a preferência pelo granito ou gnaisse de granulometria fina, com apropriações, sobretudo, de partes da superfície da rocha onde a textura é menos áspera e o nível de oxidação (Fe2O3) é maior, resultante das alterações químicas pela perda do ferro (Fe) diante da dinâmica em que estão inseridas: mineralogia, água e ar (Becerra; Costa, 2005). Esse processo oferece maior porosidade superficial e menor dureza à rocha, e, consequentemente, economia de esforço físico na prática laboral de gravar.

Figura 3 – Detalhes das principais características técnicas das gravuras da área.
A – Gravura elaborada por raspagem simples e polimento; B – Gravuras elaboradas por picoteamento



Fonte: Fotografias de Agnelo Queirós (2016).

A partir da técnica da percussão direta certamente foram usados instrumentos percutores e incisores em tipos de rochas com maior dureza e resistência que as dos suportes gravados. Exemplares desses instrumentos ainda são comumente observados, em superfície, e, alguns dos sítios em apreço: são seixos de quartzo com tamanhos e formas naturalmente anatômicas à pegada da mão humana, e geralmente com uma aresta ressaltada onde apresentam intensas marcas de uso, marcas estas expressivamente compatíveis com as técnicas usadas e com as dimensões (largura e profundidade) das incisões de algumas gravuras do sítio.

Figura 4 – Exemplar de percutores incisores observados em superfície:
A – Morfologia de seixo, medições de suas dimensões e das marcas de uso; B – Comparação com as incisões das algumas gravuras analisadas

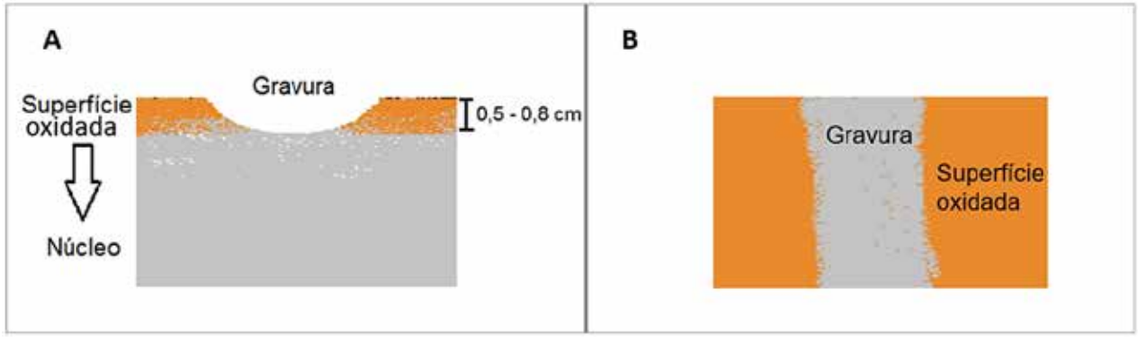


Fonte: Fotografias de Agnelo Queirós (2016).

Ainda sobre as questões técnicas, um significante aspecto observado nos resultados gráficos atingidos trata da coloração gerada pela oxidação (amarelo-ocre7.5Y – R 6/6 na escala Munsell) da superfície em relação núcleo dos suportes (cinza-esbranquiçada – 7.5YR 6/1 na escala Munsell). Isto é, a diferença natural de cores também possibilitou um contraste cromático gerado pelos incisos das gravuras quando estes, embora com profundidades rasas, ultrapassaram a superfície e atingiram o núcleo do suporte.

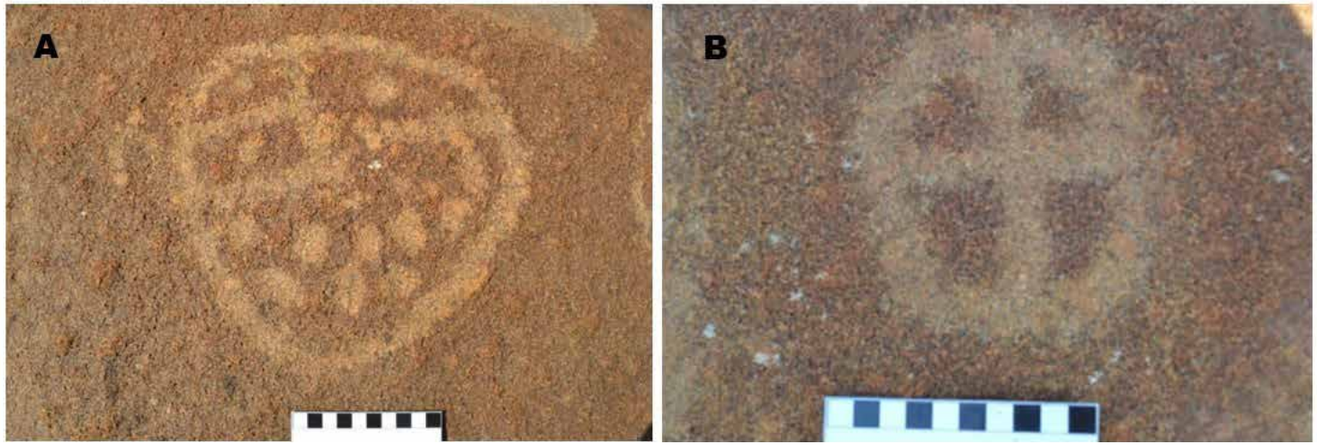
E o que esse detalhe técnico-cromático pode revelar? Que um dos processos físico-químico de degradação química das rochas suportes provavelmente foi intencionalmente aproveitado como material e elemento gráfico importante nas estratégias de visualização do conteúdo gravado (Queirós e Lage, 2023). As estratégias de *visualização* e *visibilidade* já são tratadas por Boado (1999) na caracterização da paisagem de sítios de arte rupestre, o que também é discutido aqui a partir desse aspecto específico observado e analisado.

Figura 5 – Modelo esquemático simplificado das gravuras em relação a oxidação do suporte e resultados gráficos atingidos: A – Perfil do suporte rochoso com alterações naturais e gravura; B – Face do suporte rochoso com resultado gráfico e contraste cromático



Fonte: Elaborado pelos autores Queirós e Lage (2023).

Figura 6 – Detalhes das gravuras em relação a oxidação do suporte e resultados gráficos atingidos: A – Incisos com menor profundidade; B – Incisos com maior profundidade



Fonte: Fotografias de Agnelo Queirós e Lage (2023).

Com relação às temáticas dos motivos e representações visuais do acervo gravado, vale ressaltar que é possível observar uma grande quantidade de traços gráficos em estado vestigial. Isso se deve aos fatores relacionados ao péssimo estado de conservação em que se encontram, bem como, provavelmente, há fortes indícios de intensa prática de sobreposições gráficas e/ou traços de prováveis motivos inacabados. Essa situação geralmente dificulta consideravelmente a identificação e a especificação de possíveis temáticas do acervo.

No entanto, com relação aos motivos com formas minimamente identificáveis, a grande maioria dos conjuntos analisados apresentou uma temática única ou majoritariamente de reconhecimento diferido, e, minoritariamente, uma temática reconhecível, com especificações para cada grupo temático observado.

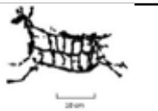
Quadro 3 – Síntese das características temáticas predominantes dos grafismos nos sítios da área

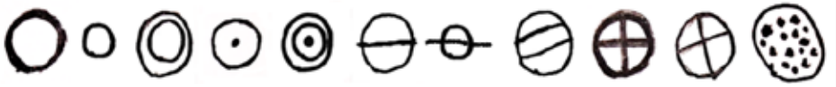
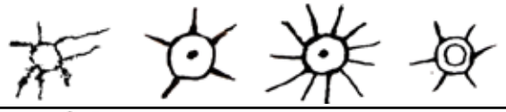
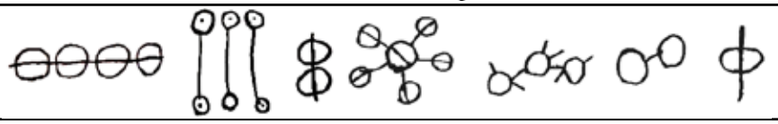
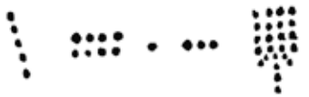
RECONHECIMENTOS DAS TEMÁTICAS	ESPECIFICAÇÕES DAS TEMÁTICAS RECONHECÍVEIS (R)	ESPECIFICAÇÕES DAS TEMÁTICAS NÃO RECONHECÍVEIS OU DE RECONHECIMENTO DIFERIDO (RD)
Majoritariamente não reconhecíveis ou de reconhecimento diferido (RD) e minoritariamente de temáticas reconhecíveis (R).	R-1 – Antropomorfo; R-2 – Zoomorfo; R-3 – Fitomorfo;	RD-1 – Circulares e elipse forma; RD-2 – Retangulares e quadrados; RD-3 – Cupulares e pontilhados; RD-4–Curvilíneos e serpentiformes; RD-5 – Retilíneos; RD-6 – Outros.

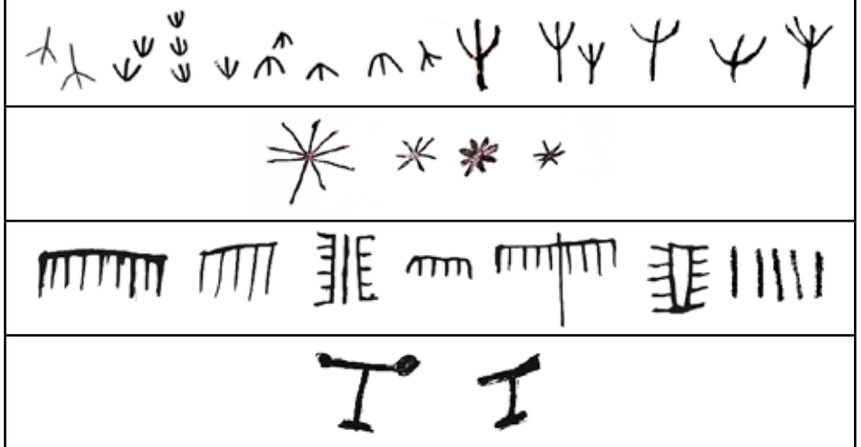
Fonte: Elaboração dos autores com base na documentação formal das gravuras dos sítios e na literatura referenciada (2024).

De acordo com o quadro acima, é também apresentado a síntese formal do conteúdo temático gravado nos sítios da área abordada.

Quadro 4 – Síntese das características temáticas e representações predominantes e emblemáticas do acervo gravado nos sítios da área

MOTIVOS DE TEMÁTICAS RECONHECÍVEIS (R)	
R-1	
R-2	
	
	
R-3	

MOTIVOS DE TEMÁTICAS NÃO RECONHECÍVEIS OU DE RECONHECIMENTO DIFERIDO	
RD-1	
	
	
	
	
	
RD-2	
RD-3	
RD-4	
	

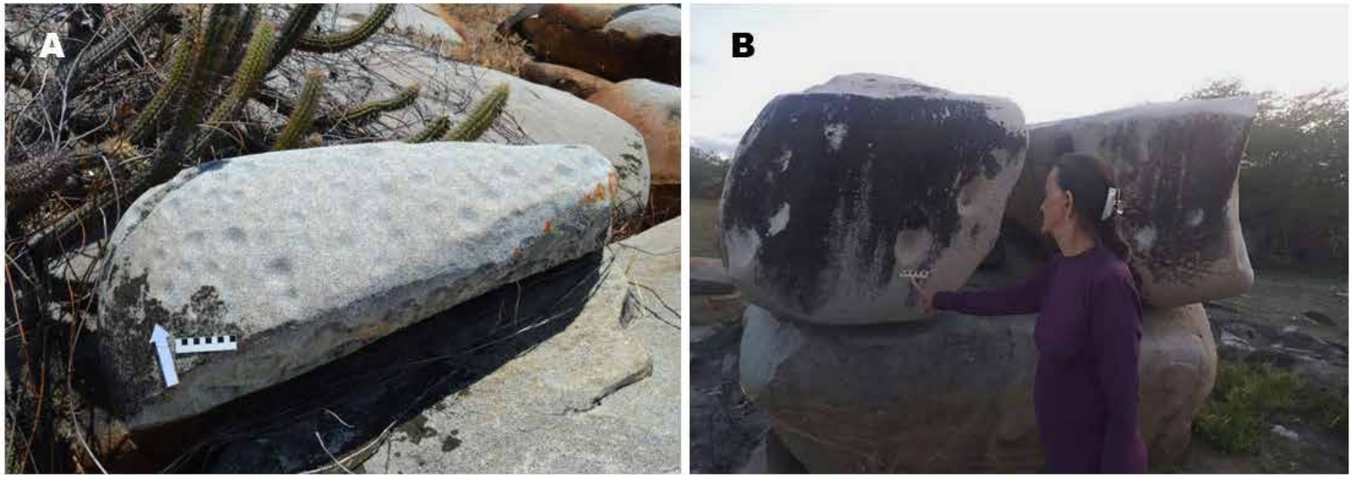
RD-4	
RD-5	
RD-6	

Fonte: Elaboração dos autores com base na documentação formal das gravuras dos sítios e na literatura referenciada (2024).

Quanto à recorrência dos motivos, a análise das temáticas observadas nos sítios da área revelou que as representações antropomórficas, assim como a zoomórfica de cervídeo, são únicas ou, possivelmente, raras. Os demais motivos, pertencentes a diferentes temáticas, apresentam, em sua maioria, alta ou média recorrência, com exceção dos quadros concêntricos (RD-6).

Outro elemento de produção antrópica particularmente significativo em sítios da área são as cúpulas polidas. Distribuídas de forma curiosa, ou seja, sem compor qualquer conjunto ou motivo figurativo, essas marcas foram elaboradas em suportes rochosos popularmente conhecidos como "pedras de sino", designadas assim por apresentarem propriedades sônicas especiais quando percutidas, produzindo filhos metálicos semelhantes a um sino. A hipótese da relação entre o tipo de marcas cupulares subjacentes essas propriedades sônicas do suporte vem sendo estudos por Queirós *et al.* (2022). Os estudos em andamento investigam as possibilidades de percepção, escolha e prática do uso sonoro desses tipos específicos de rochas em períodos pré-coloniais na área observada, bem como sua recorrência em diversos sítios de diferentes continentes, conforme apontado por Bednarik (2008).

Figura 7 – Pedras do Sino somente com marcas cupulares:
A – Sítio Lagoa das Pedras Pintadas, Alto Santo-CE; B – Sítio Pedra do Sino, Jaguaribara-CE



Fonte: Fotografias de Agnelo Queirós (2016).

4 OS SÍTIOS E AS GRAVURAS RUPESTRES DA BACIA E SUB-BACIAS DO ALTO ACARAÚ

Mais especificamente nos leitos dos rios Macacos, Jucurutu e Salgadinho, afluentes do rio Acaraú, estudos prolongados pelo pesquisador e segundo autor, Agnelo Queirós (Queirós, 2022), em conjunto com atividades de arqueologia pública, resultaram no registro e na documentação parcial de seis importantes sítios descobertos com gravuras rupestres, os quais, certamente, representam apenas uma fração do potencial destruído da região. O quadro 5 apresenta a lista desses sítios, informações com seu status de cadastro no SICG/IPHAN e sua localização municipal. Esse contexto também pode ser visualizado no mapa geral de distribuição geográfica dos sítios nas áreas do Ceará destacadas na figura 1.

Quadro 5 – Sítios arqueológicos com gravuras rupestres na bacia e sub-bacias do Médio Acaraú

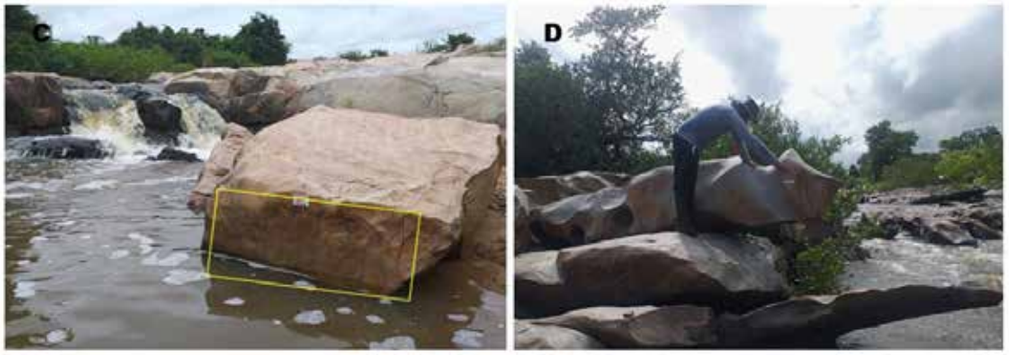
Nº	SÍTIO ARQUEOLÓGICO	TIPO DE REGISTRO	STATUS DE CADASTRO / SICG/IPHAN	MUNICÍPIO
01	Barragem João Romão	Gravuras e Pinturas	CE2312205BAST00002	Santa Quitéria
02	Fazenda Campina	Gravuras	CE2312205BAST00005	Santa Quitéria
03	Fazenda Novilho	Gravuras	CE2305209BAST00001	Santa Quitéria
04	Jucurutu	Gravuras	CE2312205BAST00012	Santa Quitéria
05	Iguará I	Gravuras	CE2312205BAST00006	Santa Quitéria e Hidrolândia
06	Salgadinho	Gravuras	CE2305209BAST00002	Hidrolândia

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2024).

Sobre o contexto ambiental e os geoindicadores específicos de implantação, vale ressaltar que os sítios também se encontram predominantemente nos afloramentos rochosos associados à rede hídrica, no entanto, particularmente, são observados no talvegue e leito rochoso dos principais cursos d'água, sendo estes intermitentemente de médio porte, o que faz com que as gravuras sejam, na maior parte, sazonalmente submersas e emersas durante o ano. Se destacam como locais de preferência para a elaboração das gravuras os suportes onde formam estruturas de corredeiras e pequenas cachoeiras com poços que acumulam água até parte do período de estiagem. A maioria dos motivos foram gravados separadamente ou compondo paneis – em porções verticais de blocos e matacões sobre a parte superior do leito rochoso, bem como, em paredes e reentrasses de grandes marmitas, ou caldeirões naturais de formação circular, erodidas na própria rocha por meio da energia hídrica em movimentos turbilhonares (Guerra, 1980).

Figura 8 – Visão geral dos padrões geoambientais de implantação dos sítios da área:
A e B – porções verticais sobre leito rochoso; C e D – blocos sobre leito rochoso em meio a corredeiras





Fonte: Fotografias de Agnelo Queirós (2016).

No contexto específico, o estado atual de conservação das gravuras destaca-se pelos processos de alteração resultantes de fatores mecânicos superficiais, como a erosão e a lixiviação da superfície dos suportes, resultando do intenso de água corrente e de outros fatores associados. Além disso, observem-se alterações provocadas por fatores biológicos, responsáveis pela formação de pátinas e líquidos sobre as gravuras. Grande parte dessas alterações é naturalmente inevitável. Ademais, por estarem localizados em áreas utilizadas para lazer por banhistas e outras atividades locais, os sítios também estão expostos a riscos de manipulação decorrentes de vandalismo e outras ações relevantes.

No que diz respeito aos saberes e técnicas de elaboração do acervo gravado, tiveram como principal procedimento a percussão direta, da qual são observadas as seguintes características principais:

Quadro 6 – Perfil das características técnicas predominantes nas gravuras da área

TÉCNICAS	TIPOS DE INCISÕES	TIPOS DE DELINEAMENTO E PREENCHIMENTO
Majoritariamente em raspagem simples, minoritariamente em picotagem com posterior polimento, e raramente com somente picotagem.	Majoritariamente em forma de "U", rasos ou pouco profundo, no máximo de 0,5 cm de profundidade.	Majoritariamente figuras delineadas e minoritariamente figuras delineadas preenchidas ou com preenchimento completo.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Sobre a litologia dos suportes gravados e os materiais usados, também é observada a preferência pelo granito ou gnaisse de granulometria fina, com apropriações, sobretudo, de partes da superfície da rochosa onde apresenta textura menos áspera, com maior nível de oxidação e menor dureza. Foi observado raros motivos com incisos mais profundos, sendo estes elaborados justamente em suportes de menor resistência.

Figura 9 – Detalhes das principais características técnicas das gravuras da área:
A – Gravura elaborada por picoteamento e raspagem; B – Gravuras elaboradas por raspagem simples



Fonte: Fotografias de Agnelo Queirós (2022).

No que diz respeito às temáticas dos motivos e às representações visuais presentes no acervo gravado, é possível identificar uma quantidade específica de traços gráficos em estado vestigial. Isso se deve ao precário estado de conservação das gravuras, em grande parte devido à lixiviação física da superfície dos suportes, o que, sem dúvida, já comprometeu a visibilidade de diversas gravuras que fizeram parte do acervo original.

A grande maioria dos motivos com formas minimamente identificáveis presentaram, em sua maioria, temas não reconhecíveis ou de reconhecimento diferido, enquanto, em menor proporção, foram observados temas reconhecíveis, com especificações para cada grupo temático analisado.

Quadro 7 – Síntese das características temáticas predominantes dos grafismos nos sítios da área

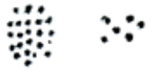
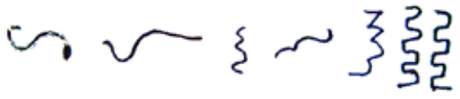
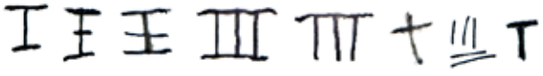
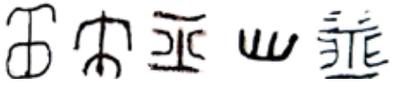
RECONHECIMENTOS DAS TEMÁTICAS	ESPECIFICAÇÕES DAS TEMÁTICAS RECONHECÍVEIS (R)	ESPECIFICAÇÕES DAS TEMÁTICAS NÃO RECONHECÍVEIS OU DE RECONHECIMENTO DIFERIDO (RD)
Majoritariamente não reconhecíveis ou de reconhecimento diferido (RD) e minoritariamente de temáticas reconhecíveis (R).	R-1 – Antropomorfo; R-2 – Zoomorfo; R-3 – Fitomorfo;	RD-1 – Circulares e elipse forma; RD-2 – Retangulares e quadrados; RD-3 – Cupulares e pontilhados; RD-4 – Curvilíneos e serpentiformes; RD-5 – Retilíneos; RD-6 – Triangulares RD-7-Outros.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

De acordo com o quadro acima, é também apresentado a síntese do conteúdo temático gravado nos sítios da área abordada.

Quadro 8 – Síntese das características temáticas e das representações predominantes e emblemáticas do acervo gravado nos sítios da área

MOTIVOS DE TEMÁTICAS RECONHECÍVEIS (R)	
R-2	
R-3	

MOTIVOS DE TEMÁTICAS NÃO RECONHECÍVEIS OU DE RECONHECIMENTO DIFERIDO	
RD-1	
	
	
RD-2	
RD-3	
RD-4	
RD-5	
	
RD-6	
RD-7	

Fonte: Elaboração dos autores com base na documentação formal das gravuras dos sítios e na literatura referenciada (2024).

Quanto à recorrência dos motivos nas especificações das temáticas observadas até o momento, identificamos que as representações antropomórficas, assim como as zoomórficas, são raras ou provavelmente não mais identificáveis. Por outro lado, os demais motivos, pertencentes às diversas temáticas, apresentam-se majoritariamente com alta ou média recorrência, com exceção dos motivos triangulares internamente utilizados (RD-06).

5 AS GRAVURAS RUPESTRES DA BACIA E SUB-BACIAS DO COREAÚ – O SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA DOS PILÕES

A presente pesquisa está sendo desenvolvida pelo pesquisador e segundo autor deste trabalho, Rafael Alves Moreira Nascimento, no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural (PPGAP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O sítio Pedra dos Pilões representa, sem dúvida, uma das primeiras evidências do potencial desastre da bacia hidrográfica do Vale Coreaú e de sua região, que ainda carece de estudos sistemáticos. O tratamento e a análise dos dados encontrados no campo estão na fase inicial, permitindo, até o momento, a identificação de algumas características particulares do sítio, além de fornecer um panorama preliminar do potencial de destruição da área onde está inserido.

Apesar de ainda não ter sido pesquisado sistematicamente, o site está cadastrado no SICG/IPHAN, conforme mostrado no quadro 9, e também pode ser apresentado no mapa geral de distribuição geográfica dos sites nas áreas de destaque do Ceará (FIGURA 1).

Quadro 9 – Sítios arqueológicos com gravuras rupestres na bacia e sub-bacias do Coreaú

Nº	SÍTIO ARQUEOLÓGICO	TIPO DE REGISTRO	STATUS DE CADASTRO / SICG/IPHAN	MUNICÍPIO
01	Pedra dos Pilões	Gravuras	CE-2304707-BA-ST-00022	Granja

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2024).

O sítio em questão está localizado no sudeste do município de Granja, no noroeste do estado do Ceará, próximo à divisa com o Piauí, dentro da sub-bacia do rio Itacolomi, que integra o sistema hidrográfico da bacia do rio Coreaú. Situa-se em uma área topograficamente rebaixada em relação ao seu entorno, sobre um afloramento quartzítico, sendo circundada por um conjunto de maciços também quartzíticos e, em uma distância maior, pela Cuesta sedimentar da Ibiapaba.

Trata-se de um sítio a céu aberto, implantado no leito rochoso do riacho do Puxa, um curso d'água intermitente e afluente do rio Itacolomi. Durante o período de cheia, uma grande parte das gravuras fica submersa. O afloramento rochoso onde o sítio está inserido, devido à sua origem geológica, apresentação específica e uma feição escalonada. As gravuras que compõem a litologia do sítio estão distribuídas em diversos espaços e em diferentes níveis: ao nível do solo, de fácil visualização; no interior de marmitas e caldeirões (depressões circulares de dimensões variadas formadas pela erosão fluvial nas rochas); verticalmente, nas paredes rochosas, em diferentes alturas; em áreas facilmente submersas e também em locais protegidos da passagem da água.

Figura 10 – Visão geral das características naturais e gráficas do sítio Pedra dos Pilões: A – Visão geral do sítio, destacando a inclinação de suas rochas; B – Visão das paredes gravadas do sítio; C – Gravura na parede do bloco rochoso; D – Gravura executada dentro do caldeirão



Fonte: Acervo Instituto Cobra Azul – ICA (2022 e 2024).

Quanto ao estado de conservação, atualmente, por se tratar de um local balneável durante a quadra chuvosa, o sítio atrai frequentadores em busca de lazer. Algumas ações desse público acabam comprometendo a preservação das gravuras. Um dos principais fatores de dano é a produção de gravuras recentes, muitas vezes sobrepostas às inscrições dos povos originários, resultando na perda de informações arqueológicas. Além dos impactos antrópicos, também são perceptíveis alterações causadas por fatores biológicos, como o desenvolvimento de pátinas e líquens sobre as gravuras.

Figura 11 – Fatores de desgaste do sítio: A – Desgaste oriundo de fatores antrópicos; B – Desgaste oriundo de fator biológico



Fonte: Acervo Instituto Cobra Azul – ICA (2022 e 2024).

Em relação às técnicas empregadas na produção das gravuras do sítio, há evidências de que a geologia influenciou significativamente suas escolhas. As gravuras foram elaboradas em rochas compostas predominantemente por quartzitos. O quartzito é uma rocha metamórfica caracterizada por sua alta coesão e estrutura cristalina densa e organizada, o que confere grande resistência à abrasão e ao ataque químico (Santos *et al.*, 2014).

Essas características da rocha ajudam a explicar o uso da picotagem, técnica que consiste na aplicação de pequenos golpes diretos com um instrumento de pedra, frequentemente associados à raspagem. A combinação dessas duas técnicas representa a principal abordagem utilizada na produção das gravuras do sítio Pedra dos Pilões.

Quadro 10 – Perfil das características técnicas predominantes nas gravuras da área

TÉCNICAS	TIPOS DE INCISÕES	TIPOS DE DELINEAMENTO E PREENCHIMENTO
Predominância de picotagem associada a raspagem e ocasionalmente somente picotagem.	Majoritariamente em forma de "U", rasos ou pouco profundo.	A priori foi percebido, um predomínio de figuras, preenchidas; e em menores proporções figuras delineadas.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2024).

Figura 12 – Principais características técnicas do sítio: A – Picotagem com raspagem; B – Picotagem



Fonte: Fotografia de Rafael Alves (2024).

Outro fator observado em campo, que pode estar relacionado à formação geológica e à litologia do sítio, são possíveis áreas com marcas de lascamento. Saiba que o quartzito é um material amplamente utilizado na confecção de ferramentas líticas devido à sua resistência. Nesse sentido, a área do site também pode ter sido utilizada para a remoção de matéria-prima destinada à produção dessa materialidade.

Figura 13 – Possíveis áreas de lascamento nos suportes rochosos do sítio



Fonte: Fotografia de Rafael Alves (2024).

Outro fator que influenciou as escolhas de locais para a gravação foram os aspectos hídricos, que se desenvolveram significativamente para a formação da paisagem do sítio. A erosão fluvial, provocada pelo riacho do Puxa, encharcou a polimento natural das rochas localizadas em seu curso, e fez com que algumas delas adquirissem uma coloração avermelhada devido ao processo de oxidação. Esse fenômeno também foi apresentado nos sites do Médio Jaguaribe pesquisados por Queirós (2016). Esse processo de polimento e oxidação resultou na separação dessas rochas em relação a outras do mesmo afloramento, que possuem uma textura porosa e coloração cinza. Tais características de polimento natural e oxidação favoreceram a visualização das gravuras produzidas.

Figura 14 – Processos de polimento e oxidação dos suportes rochosos



Fonte: Fotografia de Rafael Alves (2024).

A quase totalidade das gravuras que compõem o sítio Pedra dos Pilões foi realizada nessas superfícies, deixando que os grupos possuíssem uma escolha bem definida sobre onde gravar. Outra característica observada é que, em alguns suportes, as gravuras acompanham a detalhe geológico das rochas, com as falhas geológicas ocorridas como guia para a produção das gravuras, como pode ser observado na figura 15.

Figura 15 – Detalhe da orientação das gravuras no suporte rochoso inclinado



Fonte: Fotografia de Rafael Alves (2024).

As gravuras são, em grande parte, de caráter não reconhecível, ou de reconhecimento diferido, sendo formas geométricas como traços, retângulos, círculos, isolados ou em associação. Mas há também motivos reconhecíveis, como representações de animais e seres humanos, conhecidas na literatura arqueológica como zoomorfos e antropomorfos.

Quadro 11 – Características temáticas prévias dos grafismos do sítio Pedra dos Pilões

RECONHECIMENTOS DAS TEMÁTICAS	ESPECIFICAÇÕES DAS TEMÁTICAS RECONHECÍVEIS ®	ESPECIFICAÇÕES DAS TEMÁTICAS DE RECONHECIMENTO DIFERIDO (RD)
Majoritariamente de reconhecimento diferido e minoritariamente de temáticas reconhecíveis.	R-1 – Antropomorfo; R-2 – Zoomorfo;	RD-1 – Circulares e elipse forma; RD-2 – Retangulares e quadrados; RD-4 – Curvilíneos e serpentiformes; RD-5 – Retilíneos; RD-6 – Outros.

Fonte: Elaboração do autor com base na literatura referenciada (2024).

De acordo com o quadro acima, é também apresentado as características prévias dos grafismos do sítio Pedra dos Pilões.

Quadro 12 – Síntese das características temáticas e representações predominantes e emblemáticas do acervo gravado nos sítios da área

MOTIVOS DE TEMÁTICA RECONHECÍVEL	
R-1	
R-2	
	

MOTIVOS DE TEMÁTICAS NÃO RECONHECÍVEIS OU DE RECONHECIMENTO DIFERIDO	
RD-1	
RD-2	
RD-4	
RD-5	
RD-6	

Fonte: Elaboração do autor com base na documentação formal das gravuras do sítio e na literatura referenciada (2024).

Apesar da predominância de motivos temáticos não reconhecíveis, o sítio Pedra dos Pilões apresenta uma variedade significativa de representações antropomórficas e zoomórficas. Entre os antropomorfos, além da representação esquemática de todo o corpo humano, há gravuras que retratam apenas alguns membros, como as mãos e os pés. Em alguns casos, os antropomorfos parecem estar adornados. Quanto aos zoomorfos, destaca-se uma variedade de representações de sáurios, em diferentes estilos; alguns apresentam os dedos, enquanto outros não. O site também possui um número específico de representações de cágados (tipo de quelônio de água doce), cujas gravuras possuem como destaque a superfície interna.

6 A ARTE RUPESTRE COMO FERRAMENTA DIDÁTICA E PEDAGÓGICA DE DIVULGAÇÃO DA ARQUEOLOGIA E O ENSINO DA HISTÓRIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS INDÍGENAS

A discussão proposta refere-se ao desenvolvimento de experiências educativas em sala de aula, com foco nos registros rupestres de sítios devastados dos municípios do Vale do Jaguaribe, Ceará, como ferramenta didática e pedagógica. A experiência integra a pesquisa em andamento, desenvolvida pelo pesquisador e terceiro autor deste trabalho, Hávner Girão de M. Chagas, no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). A proposta tem como base prática a Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) Osmira Eduardo de Castro, em Morada Nova – CE.

A proposta visa entender a arte rupestre como um recurso propício para fomentar experiências pedagógicas que promovam a construção do conhecimento destruído e histórico, além da compreensão da trajetória dos povos originários que habitaram essa região do estado em períodos pré-coloniais, destacando sua contribuição ativa na formação cultural da sociedade cearense contemporânea. Também se busca construir o conhecimento sobre a história e os direitos culturais dos povos indígenas, de forma que os alunos e ex-alunos participantes possam se reconhecer em outras histórias, não abordadas pela educação formal, mas como partes constitutivas de suas identidades e territórios. O objetivo é promover o respeito pelas ancestralidades, combatendo o racismo e os preconceitos, celebrando a diversidade cultural do Brasil e do mundo.

Para a proposta de interface entre arqueologia e história, são abordadas as gravuras rupestres dos sítios abandonados de dois municípios da região do Vale do Jaguaribe. Os sítios onde foram selecionados os grafismos para este estudo são: St. Cumbe, Complexo Arqueológico do Uiraponga, St. Campestre e St. Lagoa Ferrada, localizados no município de Morada Nova, e o St. Lagoa das Pedras Pintadas, em Alto Santo.

Antes de tudo, é importante destacar alguns marcos teóricos conceituais, necessários para se demarcar o lugar de onde essa discussão está partindo. Em primeiro lugar, nesse debate, a Educação Patrimonial é entendida como:

> […] todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (Florêncio *et al.*, 2014, p. 19).

Nesse sentido, essa proposta de educação não é concebida apenas como uma metodologia, mas como um conjunto de práticas educativas que possibilita a diferentes grupos sociais a apropriação de seus referenciais culturais em suas diversas formas de expressão. O objetivo é permitir que esses grupos compreendam sua formação histórica e social, com ênfase na identificação e na proteção desses referenciais.

Dessa maneira, a Educação Patrimonial transcende a mera metodologia e se configura como um campo de atuação com potencial para cultivar, de fato, um senso crítico na sociedade, resultando na proteção efetiva do seu patrimônio cultural (Gil, 2020; Scifoni, 2015). Portanto, esse processo educativo se alinha a uma concepção analítica e inclusiva de educação, na qual o conhecimento é produzido de forma crítica e por parte dos interesses das comunidades detentoras e produtoras de seus bens culturais.

Nessa perspectiva, o pressuposto para o processo de ensino e aprendizagem é a investigação por meio de um debate dialógico, que discute questões delicadas, polêmicas e urgentes. A educação é vista, assim, como uma prática de liberdade e uma forma de superação do racismo epistêmico e do colonialismo dos valores, dos sentidos e do poder. Portanto, sob essa ótica, as metodologias de instrução nesse campo de ação educacional são baseadas em práticas reflexivas, participativas e democráticas, além de serem atentas às histórias silenciadas pelos poderes instituídos e ainda colonizadores. A educação, assim concebida, será sempre um processo ininterrupto de escolhas políticas e pedagógicas (Gil, 2020).

Diante desses parâmetros reflexivos, a proposta deste trabalho é pensar a Educação Patrimonial na perspectiva de uma nova pedagogia do patrimônio, que vise ao desenvolvimento de um entendimento crítico sobre o processo de formação do conjunto patrimonial de uma determinada comunidade. Essa abordagem possibilita a reflexão acerca das memórias silenciadas, dos sujeitos subalternizados e da memória imposta e operada pelos poderes econômico, político, religioso e militar. Trata-se, portanto, de uma pedagogia fundada em uma educação humanizadora, problematizadora e libertadora (Scifoni, 2015).

Essas premissas acabam por se filiar à concepção de ensino de História, pois o conhecimento histórico em sala de aula não deve se limitar à mera transmissão de informações, à celebração e preservação de memórias ou à valorização dos monumentos históricos. Pelo contrário, a História deve estimular a reflexão, a criticidade e a desconstrução da memória em favor de sua problematização, permitindo que os monumentos sejam compreendidos dentro de processos históricos marcados por conflitos e disputas entre diferentes grupos sociais, cada qual em defesa de seus interesses (Gil, 2020).
Ao considerar experiências didáticas com arte rupestre, é fundamental ter em mente que se trata de bens patrimoniais sujeitos a diferentes reconhecimentos e interpretações. No entanto, o valor desses objetos não é inerente, pois são os seres humanos que produzem as referências culturais que os representam. Assim, são as comunidades que, de fato, atribuem significado e reconhecimento a seus bens patrimoniais.

As situações de aprendizagem ou as metodologias adotadas pelo(a) professor(a) devem estar fundamentadas na noção de que os bens patrimoniais não possuem um valor intrínseco. Isso porque são as pessoas, em determinados contextos históricos, atravessadas por conflitos e/ou guiadas por critérios e interesses específicos, que atribuem significado e valor simbólico aos bens culturais (Gil, 2020).

Nesse sentido, torna-se inadequado iniciar uma ação educativa patrimonial com a apresentação de conceitos abstratos, pois isso parte do pressuposto equivocado de que os educandos são receptáculos vazios, em vez de sujeitos ativos no processo de construção do conhecimento. Os conceitos devem ser desenvolvidos a partir de estímulos gerados pelo contexto no qual os estudantes estão inseridos, permitindo uma aprendizagem significativa e conectada com suas realidades (Scifoni, 2017).

Portanto, é necessário iniciar as atividades de educação patrimonial possibilitando o contato direto dos alunos com os bens culturais estudados, conduzindo-os, ao longo do processo, à apropriação dos conceitos que serão mobilizados. A proposta consiste em inverter a abordagem tradicional da educação patrimonial: em vez de partir do abstrato para o concreto, busca-se o caminho inverso, do concreto para o abstrato (Scifoni, 2017; Gil, 2020).

Dessa forma, a intenção da proposta em experimentação é iniciar as intervenções didáticas proporcionando, já nas primeiras aulas, o contato dos alunos com os registros rupestres gravados. Partindo dessa premissa, acredita-se que os(as) professores(as) possam desenvolver atividades que desafiem os(as) alunos(as) a identificar sinais e marcadores culturais materializados ou simbolizados. Ou seja, a proposta é levá-los a observar se há marcas de intervenções humanas nas rochas e, caso existam, analisar se esses sinais antrópicos representam figuras ou cenas reconhecíveis ou não reconhecíveis.

Esse primeiro contato com as gravuras pode contribuir para o desenvolvimento dos níveis de interpretação cognitiva, como a capacidade de perceber a ação humana nos suportes rochosos, a aptidão para identificar se as gravuras são reconhecíveis ou não e a formulação de hipóteses sobre formas significantes e possíveis significados expressos pelos conjuntos gráficos (Santos Júnior, 2022). Esse tipo de atividade possui grande potencial para desenvolver habilidades relacionadas à compreensão e interpretação de textos imagéticos, além de estimular o levantamento de hipóteses a partir da análise e do reconhecimento dos próprios repertórios visuais dos alunos.

Essa etapa do trabalho com as gravuras rupestres, dependendo das condições de cada realidade escolar, pode ser seguida por uma aula de campo. O contato direto com os bens patrimoniais é fundamental para a eficácia dos procedimentos educacionais voltados para o estudo do patrimônio, e preparar aulas no próprio espaço do sítio pode se converter em atividades de aprendizado altamente enriquecedoras.

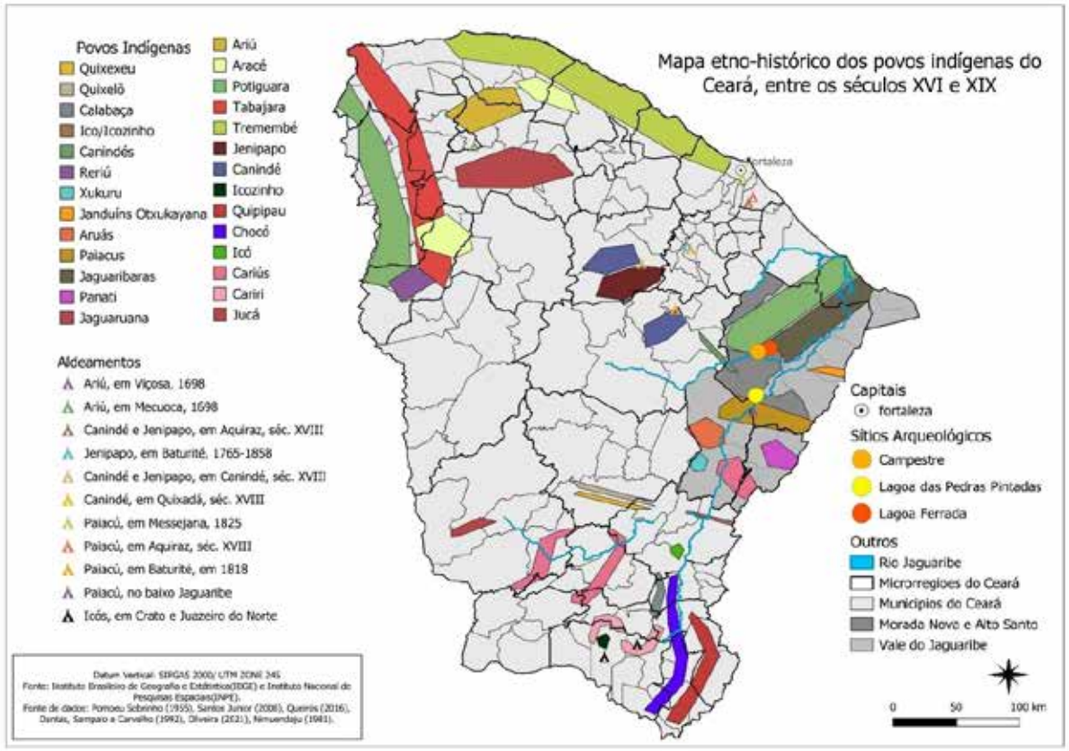
Dessa forma, o sítio arqueológico, compreendido como um espaço educativo não formal, tem o potencial de proporcionar intervenções pedagógicas leves, lúdicas e livres dos limites impostos pelas estruturas físicas das salas de aula, funcionando, portanto, como um laboratório a céu aberto. Em campo, sob orientação do(a) professor(a), é possível trabalhar em grupo, estabelecer diálogos com outros campos do saber, como matemática, geografia e biologia, além de discutir preliminarmente as primeiras descobertas. Nesse espaço, os(as) estudantes podem tocar, sentir, medir, conjecturar, compartilhar e verificar seu aprendizado. O contato direto com o meio, onde podem visualizar e interagir com o objeto de aprendizagem, oferece uma excelente oportunidade para desenvolver um olhar mais crítico sobre a realidade, superando o senso comum e caminhando em direção ao desenvolvimento de uma percepção mais científica do real (Falker *et al.*, 2017).

O desdobramento dessa aula de campo pode ser realizado no espaço da sala de aula. O professor pode trabalhar com os mesmos grupos formados anteriormente, organizando-os de maneira que possam interpretar as informações reunidas nas práticas realizadas no sítio. As equipes de alunos(as), munidas das fotografias, decalques ou croquis do acervo gráfico rupestre, bem como de registros das características ambientais do local, serão desafiadas a descrever os motivos gravados, incluindo tamanhos, formas, temáticas, além de analisar o contexto da paisagem e possíveis significados que possam indicar pistas sobre aspectos do modo de vida e das cosmologias dos grupos humanos produtores das gravuras rupestres.

Outra forma e ferramenta didática possível para trabalhar o conteúdo proposto é o uso da cartografia, por meio da releitura e produção de mapas etnohistóricos em sala de aula. A partir da pesquisa na literatura historiográfica e da plotagem dos sítios de arte rupestre em mapas, utilizando softwa-

res como o *Quantum GIS* (QGIS), os alunos, sob a orientação do(a) professor(a) e com a colaboração de professores(as) de informática e geografia, podem criar mapas que ilustram a história e a espacialidade dos povos indígenas que ocuparam a região. A partir dos sítios arqueológicos abordados, essa experiência foi aplicada na prática da proposta apresentada, resultando em significativa participação, compreensão e aprendizagem por parte dos participantes, além de excelente resultado cartográfico, como pode ser visto na figura 16.

Figura 16 – Mapa produzido em colaboração com estudantes do curso técnico integrado em Informática da Escola Estadual de Educação Profissional (EEEP) Osmira Eduardo de Castro, em Morada Nova – CE



Fonte: Elaborado por Guilherme Lima (2023), releitura e adaptação do mapa etnohistórico de Curt Nimuendajú (1944) e outras referências.

Embora não seja possível associar diretamente os povos indígenas de períodos pós-coloniais aos grafismos rupestres pré-coloniais, a construção desses mapas contribui para fomentar a compreensão de que esses registros arqueológicos marcam a presença de grupos antigos na região estudada. Assim, a atividade gera conhecimentos que remontam à história da ocupação do território, valorizando as culturas e a diversidade dos povos originários, desde um passado remoto até o presente.

Concluídas essas etapas, o(a) professor(a) pode orientar os(as) alunos(as) a organizarem uma apresentação, em formato de seminário ou exposição para o público escolar, ou outra estratégia sugerida pela turma, com o propósito de sintetizarem e expressarem os resultados de seus aprendizados. Dessa forma, a partir do estudo investigativo, por meio do exercício interpretativo e da análise crítica das fontes, aliado a uma pesquisa bibliográfica direcionada pelo(a) docente, os conceitos poderão ser mobilizados, e os processos que explicam a trajetória histórica dos povos indígenas serão apreciados e apropriados pelos alunos.

Esta breve discussão sobre o potencial uso das gravuras rupestres como ferramenta no estudo da História dos povos originários e indígenas nas escolas básicas, alinhada à perspectiva de uma nova pedagogia do patrimônio, representa apenas um ponto de partida — uma proposta de metodologia de ensino de história que ainda está em constante aprimoramento e experimentação em um processo investigativo. Para isso, é fundamental que as pesquisas nesse campo, focadas em práticas pedagógicas relacionadas à arte rupestre, assim como à história da arte, conquistem maior adesão por parte dos acadêmicos e educadores(as), a fim de promover o aprofundamento do debate e estimular a produção de mais trabalhos sobre essa temática e os desafios que ela apresenta.

7 CONCLUSÃO

A respeito das preferências e características da paisagem de implantação dos sítios, sabe-se que foram elaborados a céu aberto, em suportes rochosos de origem magmática, ígnea e metamórfica, predominantemente aflorados nas margens e em cursos e/ou corpos naturais de água com dinâmicas sazonais. Esse contexto remete a marcadores culturais da presença dos primeiros grupos humanos e da relação e convivência destes com o ambiente semiárido e a caatinga, provavelmente desde a segunda metade da época holocênica.

Sobre o estado de conservação dos sítios apresentados, em todos consta alto grau de degradação e processos acelerados de destruição. Dentre os vários problemas, os que mais afetam os grafismos rupestres são os resultantes das alterações dos suportes rochosos, que ocorrem principalmente por fatores mecânicos, físico-químicos e biológicos, na maior parte deles naturalmente inevitáveis. Isso se deve, principalmente, ao contato intermitente com a água e ao fluxo hídrico gerado, o que, de diferentes maneiras, acarreta alterações e desagregação dos minerais, e, consequentemente, deterioração das formas gráficas das gravuras.

Com relação às ações antrópicas danosas, os sítios geralmente se encontram em áreas com diversos riscos, entre os maiores estão: incêndios, vandalismo, assoreamento dos rios e a extração mineral. Esse contexto crítico é agravado pela ausência de políticas e ações de gestão e conservação a nível local, que, caso acontecessem, de forma compartilhada com os órgãos responsáveis nos diversos âmbitos federativos e com as comunidades locais, poderiam ao menos prevenir e/ou minimizar tais problemas. Contudo, já está sendo formado em alguns municípios grupos de trabalho que, com a colaboração de pesquisadores da área, como os autores deste capítulo, estão voltados para a construção de Planos de Gestão Social Compartilhada do Patrimônio Cultural Arqueológico, o que deve ser um primeiro passo para o registro, pesquisa, conservação, preservação e uso social dos sítios como direito cultural ao patrimônio arqueológico.

No que diz respeito a saberes e fazeres na elaboração das gravuras dos sítios, tendo como método geral a percussão direta e incisões rasas, há evidências de que a geologia, a geomorfologia da área e, sobretudo, as condições litológicas específicas dos locais dos sítios influenciaram significativamente as escolhas das técnicas empregadas. Nesse sentido, as áreas tratadas apresentam semelhanças, mas também particularidades nos detalhes técnicos aplicados, conforme os graus de dureza e resistência dos suportes, nos quais foram usadas as técnicas de raspagem simples, picotagem isolada, picotagem associada à raspagem e picotagem com posterior polimento. Também foi observado, nos sítios de todas as áreas, a preferência por porções oxidadas das rochas, e que o contraste cromático gerado foi um fator e elemento gráfico utilizado nas estratégias de visualização dos motivos gravados.

No que se refere ao conteúdo gráfico e às temáticas visuais representadas, em todas as áreas as gravuras são predominantemente de caráter não reconhecível, ou de reconhecimento diferido, sendo formas geométricas como traços, retângulos, círculos, isolados ou em associação. Contudo, também existem raros motivos com representações reconhecíveis, como figuras de seres humanos, animais e vegetais. Na área do Médio Jaguaribe, estudos em andamento também apontam fortes evidências de que blocos rochosos específicos foram apropriados, por meio de marcas cupulares distintas, em função de suas propriedades acústicas especiais. Essas formações são popularmente chamadas de "Pedras do Sino", as quais, quando tocadas e percutidas, emitem sons metálicos semelhantes aos de um sino. Esse fenômeno indica um potencial significativo de pesquisa na área da arqueoacústica.

A partir dos dados apresentados, foi sugerido que é possível promover experiências educativas bem-sucedidas e promissoras a partir da interface entre a arqueologia e a história, especialmente no uso das gravuras rupestres como ferramenta didática e pedagógica no estudo da história dos povos originários e indígenas nas escolas básicas. Ao integrar a educação patrimonial com temáticas arqueológicas no ensino de História, essa abordagem expande as possibilidades de diálogo interdisciplinar e motiva os estudantes a desenvolver habilidades relacionadas à interpretação e compreensão de fontes primárias. Esse processo busca possibilitar o reconhecimento de práticas e saberes que marcam a identidade de uma sociedade, tanto no tempo quanto no espaço.

Além disso, essas experiências devem estar alinhadas à perspectiva de uma nova pedagogia do patrimônio, que propõe uma metodologia de ensino de História baseada em um processo investigativo voltado para a formação identitária antirracista, com ênfase na diversidade étnica e cultural. Esse processo ocorre por meio do reconhecimento de ancestralidades e territorialidades por parte dos educandos. No entanto, é importante destacar que essa proposta de ensino ainda está em fase de experimentação, com resultados preliminares, e requer mais estudos para sua efetiva implementação e disseminação no contexto educacional. Em resumo, o uso das gravuras rupestres como recurso didático se apresenta não apenas como uma estratégia inovadora para o ensino de História, mas também como um convite ao aprofundamento do debate e à produção de mais pesquisas nessa área do conhecimento.

Por fim, dentre outras, essas são as principais questões abordadas e considerações na apresentação dos sítios de gravuras rupestres das áreas geográficas contempladas. Contudo, é importante salientar que o conteúdo aqui apresentado representa apenas uma parte do significativo potencial arqueológico do estado do Ceará. Nesse sentido, fica evidente a necessidade da continuidade das pesquisas com responsabilidade científica e compromisso com uma ciência cidadã, onde o respeito à legislação patrimonial, ao trabalho do(a) profissional de arqueologia, aos povos originários indígenas e a todas as comunidades que buscam a defesa dos seus direitos culturais e territoriais deve ser prioritário.

REFERÊNCIAS

BECERRA, J. E. B.; COSTA, A. G. Avaliação do grau de oxidabilidade de rochas graníticas com aplicação ornamental. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE ROCHAS ORNAMENTAIS, 1., 2005, Guarapari. **Anais [...]**. Guarapari: [S.n.], 2005.

BEDNARIK, R. G. Cupules. **Rock Art Research**, v. 25, n. 1, p. 61-100, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281317650_Cupules. Acesso em: 14 ago. 2023.

BOADO, F. C. **Del terreno al espacio**: planteamiento y perspectiva para la arqueología del paisaje. Santiago de Compostela: Grupo de Investigación en Arqueología del Paisaje, 1999.

CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG). **Balanço das realizações governamentais 2007-2010**: Macrorregião Litoral Leste/Jaguaribe. Fortaleza: SEPLAG, 2010. Disponível em: https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2011/05/LITORAL-LESTE-JAGUARIBE.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

CLAUDINO-SALES, V.; LIRA, M. V. Megageomorfologia do noroeste do estado do Ceará. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 38, p. 200-209, 2011. DOI: 10.14393/RCG123816343. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16343. Acesso em: 15 ago 2023.

COMERLATO, F. **As representações rupestres do litoral de Santa Catarina**. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

CORREIA, A. C. **Engraved world**: a contextual analysis of figures and markings on the rocks of South-eastern Piauí, Brazil. 2009. Tese (Doutorado em Arqueologia) – School of Historical Studies, Newcastle University, Newcastle, 2009.

OLIVEIRA, P. E. de; BARRETO, A. M. F.; SUGUIO, K. Late Pleistocene/Holocene climatic and vegetational history of the Brazilian caatinga: the fossil dunes of the middle São Francisco River. **Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology**, [S. l.], v. 152, n. 3-4, p. 319-337, 1999. DOI: 10.1016/S0031-0182(99)00061-9. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0031018299000619. Acesso em: 23 jul. 2023.

FALKER, J. E. W. *et al.* Aprendendo ciências e matemática em um sítio arqueológico sob diversos olhares: das práticas de ensino ao ensino das práticas. **RBECT**, Ponta Grossa, v. 10, n. 12, p. 1-18, maio/ago. 2017. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect. Acesso em: 25 out. 2023.

FLORÊNCIO, S. R. *et al.* Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: IPHAN/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

GIL, C. Z. de V. Investigações em educação patrimonial e ensino de História (2015-2017). **Revista Clio** – Série Arqueológica, Recife, v. 38, n. 1, p. 107-127, jan./jun. 2020. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213748. Acesso em: 18 out. 2023.

GUERRA, A. T. **Dicionário geológico-geomorfológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

GUIMARÃES, L. S. **Geoecologia das paisagens**: aportes para o planejamento ambiental na sub-bacia hidrográfica do rio Itacolomi-Ceará-Brasil. 2020. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Vale do Acaraú, Sobral, 2020.

LAGE, M. C. S. M. A conservação de sítios de arte rupestre. *In:* LIMA, T. A. (org.). **Revista do Patrimônio**. Brasília, DF: IPHAN, n. 33, p. 95-107, 2007.

LAGE, M. C. S. M.; QUEIROS, A. F.; LAGE, W. Arte Rupestre Pré-Histórica: algumas medidas de conservação. *In:* **Preservação do Patrimônio Arqueológico**: desafios e estudos de caso. Rio de Janeiro: Editora do MAST, 2017. p. 99-119.

MAGALHÃES, S. M. C. **Arte rupestre do centro-norte do Piauí**. Indícios de narrativas icônicas. 2011. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

MAIA, R. P. *et al.* **Paisagens Graníticas do Nordeste Brasileiro**. Fortaleza: Edições UFC, 2018.
MARQUES, M. La multivocalidad: cultos cristianos y arte rupestre. **Rupestreweb**, 2010. Disponível em: http://www.rupestreweb.info/multivocalidad.html. Acesso em: 02 abr. 2024.
MOURA-FÉ, M. M. **Evolução geomorfológica da Ibiapaba setentrional**: gênese, modelagem e conservação. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
POMPEU SOBRINHO, T. Algumas inscrições rupestres inéditas do Estado do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo LXX, p. 115-144, 1956.
QUEIRÓS, A. F. *et al.* Arqueologia e sonoridades: um estudo de caso das "Pedras do Sino" com marcas cupulares em sítios arqueológicos do Vale do Jaguaribe, Ceará, Brasil. **Arquivos**, Belo Horizonte, v. 30/31,e47544, p. 1-23, 2021/2022. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/mhnjb/article/view/47544. Acesso em: 10 fev. 2024.
QUEIRÓS, A. F. **Os grafismos rupestres do Médio Jaguaribe, Ceará**: documentação, estado de conservação e análise contextual. 2016. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.
QUEIRÓS, A. F. **Relatório de avaliação de potencial de impacto ao patrimônio arqueológico na área da Barragem Poço Comprido, Santa Quitéria-CE e Hidrolândia-CE**. Fortaleza: IPHAN, 2022. Processo 1496.000578/2021-37.
QUEIRÓS, A. F.; LAGE, M. C. S. M. Os sítios de arte rupestre do Vale do Jaguaribe: do estado de conservação às técnicas, materiais e resultados gráficos. *In:* SIMPÓSIO EM HOMENAGEM AOS 10 ANOS DO PPGARQ DA UFPI, 2023, Ponta Grossa. **Anais [...]**. Ponta Grossa: Atena, 2023.
SANTOS JÚNIOR, V. **A simbologia rupestre do Rio Grande do Norte**. Mossoró, RN: Edição do autor, 2022.
SANTOS, D. A.; GURGEL, M. T.; MOTA, A. F.; PAIVA, F. I. G. **Extração mineral de quartzito e sua aplicabilidade na construção civil na cidade de Várzea** – PB. HOLOS, [S. l], v. 4, p. 89-100, 2014. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=481547173010. Acesso em: 05 fev. 2024.
SCIFONI, S. Para repensar a Educação Patrimonial. *In:* PINHEIRO, A. R. S. (org.). **Cadernos do patrimônio cultural**. Fortaleza: Secultfor: IPHAN, v. 1, p. 193-206, 2015
SCIFONI, S. Desafios para uma nova educação patrimonial. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 48, p. 5-16, jan./mar. 2017. Disponível em: https://research.amanote.com/publication/-owb03MBKQvf0Bhi-rXY/desafios-para-uma-nova-educao-patrimonial. Acesso em: 18 out. 2023.



OS SÍTIOS COM GRAVURAS RUPESTRES NO MARANHÃO: ELES EXISTEM!

Arkley Marques Bandeira[55]

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O capítulo apresenta uma síntese das pesquisas arqueológicas conduzidas pelo autor, cujo objetivo central foi a identificação de sítios com gravuras rupestres em diversas regiões do estado do Maranhão. Trata-se, portanto, de um esforço para consolidar, em um único texto, diferentes etapas da trajetória acadêmica do pesquisador, com base em uma ampla variedade de fontes, tais como documentos históricos, estudos anteriores, prospecções intensivas e relatos fornecidos pela população local.

Após mais de uma década da defesa do doutorado deste autor, quando foi elaborada uma arqueografia exaustiva sobre as pesquisas arqueológicas no Maranhão, os trabalhos de identificação e registro de sítios com gravuras rupestres tiveram um avanço significativo. Isso porque, até a década de 1990, as informações disponíveis eram escassas, limitando-se a relatos dispersos e a informações orais sobre a existência de figuras em cavidades rochosas e paredões de arenito na região Centro-sul do estado. Essa lacuna fez com que o Maranhão fosse mencionado em diversos manuais sobre a arqueologia do Brasil e da região Nordeste como um dos poucos estados da federação onde não havia sítios com registros rupestres.

Nessa trajetória, já havíamos destacado que as pesquisas arqueológicas no Maranhão percorreram três fases distintas: a primeira, relacionada aos pioneiros e ao seu legado na descoberta de sítios arqueológicos; a segunda, associada à institucionalização da arqueologia; e a terceira, vinculada às pesquisas aplicadas ao licenciamento ambiental (Bandeira, 2013). Ressalta-se que, em todas as fases mencionadas, inúmeros sítios arqueológicos foram identificados, mapeados e caracterizados, o que permitiu a construção de mapas de distribuição espacial desses sítios, categorizados por tipo, tipologia e área de ocorrência.

55 Bolsista em Produtividade em Pesquisa – CNPq. Docente do Departamento de Oceanografia e Limnologia da UFMA. Professor Permanente do PGCult e PRODEMA. E-mail: arkley.bandeira@ufma.br.

Neste capítulo, serão apresentadas as principais regiões do Maranhão com a presença confirmada de sítios contendo gravuras rupestres, com destaque para as bacias dos rios Parnaíba e Itapecuru. Evidentemente, não há a pretensão de esgotar a temática, uma vez que diversos relatos orais não puderam ser confirmados *in loco*.

Além disso, conforme abordado neste texto, as pesquisas avançaram significativamente no que diz respeito à identificação, ao mapeamento e à distribuição espacial dos sítios. No entanto, ainda carecemos de contextos arqueológicos seguros, provenientes de escavações sistemáticas, que permitam estabelecer contextos espaciais mais precisos e vincular as gravuras rupestres à cultura material identificada. Isso possibilitaria, inclusive, a realização de estudos comparados intra e intersítios nas regiões estudadas.

2 HISTÓRICO DAS PESQUISAS ACERCA DOS SÍTIOS COM REGISTROS RUPESTRES NO MARANHÃO

Excetuando alguns relatos dispersos de viajantes, cronistas e religiosos nos períodos colonial e imperial, a maior parte das informações relacionadas aos sítios rupestres maranhenses são datas a partir de meados do século passado. Outro aspecto relevante é que essas indicações foram realizadas por entusiastas sem vínculo formal com a ciência arqueológica, tendo como principais fontes de informação a revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) e o boletim da Comissão Maranhense de Folclore (CMF).

Uma das primeiras referências sobre os registros rupestres no Maranhão foi publicada na edição de 1956 da revista do IHGM, pelo geógrafo Olímpio Fialho. Intitulado "A Casa de Pedra", o artigo descreveu a descoberta, em 1934, do sítio rupestre Casa de Pedra, localizado no povoado de Sabonete, entre as cidades de Colinas e São Domingos do Maranhão:

> Ao entrar, os sertanejos chamaram-me a atenção para sinais inscritos na parede interna, à esquerda. Esguardando êsses sinais, notei que além de sinais desconhecidos havia uns, como letras, legíveis, do alfabeto ocidental, formando até raízes… Fora disso, o que se vê, são sinais inteiramente estranhos e dispersos ao leo, como me parece (Fialho, 1956, p. 50).

Naquele período, o geógrafo já alertava para a antiguidade desses sinais desconhecidos, associando-os a um período pré-histórico de uma América remota. Além disso, destacava o estado de degradação das cavernas, resultante da ação depredatória humana (Fialho, 1956).

Em 1974, baseado nos relatos de Olímpio Fialho, o pesquisador Olavo Correia Lima também identificou outros sítios rupestres na região central do Maranhão, além de ter visitado o Sítio Casa de Pedra "As cavernas maranhenses são geralmente pequenas e não têm o esplendor espeleotêmico das irmãs sulinas. Contudo, nelas tenho encontrado inscrições rupestres, que para o antropólogo, compensam aquela pobreza" (Lima, 1985, p. 64).

Além da Casa de Pedra, outras três cavidades foram identificadas e mapeadas, levando Correia Lima a denominar a região central do Maranhão c omo Distrito Espeleológico de São Domingos. Esse distrito é composto pela Caverna Élida, localizada no Centro de Cardosos; pela Caverna Correia Lima, descoberta no Cocal dos Pioizeiros, no povoado de Bacupari; e pela Caverna Olímpio Fialho, situada na região da Lagoa da Serra, no povoado de Sabonete, conforme relatado pelo pesquisador:

> As cavernas de São Domingos ficam nos contrafortes mais setentrionais da Serra das Alpercatas, a qual se bifurca em dois ramos principais: a Serra da Boa Vista mais a Nordeste, e da Inhuma, para noroeste. Seu epicentro fica na localidade de Sabonete, no extremo sul de São Domingos, e na vizinhança de Tuntum (Lima, 1985, p. 64).

De formação calcária e localizadas nas encostas não muito elevadas de afloramentos rochosos, as cavernas de São Domingos do Maranhão destacam-se por abrigar registros rupestres, sobretudo pinturas no interior das cavidades. Das quatro cavernas descritas por Lima (1985, 1986), três apresentaram, em seu interior, pinturas ou gravuras rupestres. A Caverna Olímpio Fialho caracterizava-se pela presença de gravuras em formas de riscos e "pés de galinha"; a Caverna Élida, oculta na floresta densa, possuía, em seu interior, cerca de vinte figuras, entre pinturas figurativas (répteis) e geométricas (riscos); e, por fim, a Caverna Casa de Pedra apresentava duas pinturas que reproduziam um veado e uma série de círculos concêntricos (Bandeira, 2003).

Lima (1985) associou os registros rupestres de São Domingos do Maranhão aos povos Jê, da família Crans, especificamente os Timbira, com base em informações etnográficas e na ausência de artefatos cerâmicos em escavações realizadas no local. No entanto, tais informações devem ser utilizadas com cautela, uma vez que não foram realizadas datações arqueométricas dos achados, o que impossibilita a temporalização dos sítios e sua correlação com grupos étnicos específicos.

Na década de 1990, em outra região do estado, foram descobertos novos sítios rupestres em pesquisas realizadas por Leite Filho, da Secretaria de Cultura do Maranhão:

> Em 1990, através de contatos mantidos entre a Prefeitura Municipal de Carolina e o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico e Paisagístico do Maranhão, efetuou-se um levantamento preliminar na região do Rio Farinha onde foram localizados os sítios Morro das Figuras, caracterizado pela existência de gravuras com motivos antropomorfos e representações de pegadas e pontilhados e o sítio Morro das Araras, com painéis geométricos, ambos inseridos na região de flora e fauna típicas do cerrado em suportes areníticos (Leite Filho, 1991, p. 8).

As suas descobertas resultaram nos primeiros esforços sistemáticos para documentar os sítios com gravuras rupestres no Maranhão. A esse respeito, Gaspar Leite (2011) comentou:

> Os primeiros cadastramentos de sítios contendo registros rupestres foram feitos também nesse período, quando o diretor do referido órgão, Deusdédit Carneiro Leite Filho, efetuou a documentação das gravuras dos sítios do Morro das Araras e Morro das Figuras em Carolina, estando parte de um dos painéis hoje retratada em uma das paredes da sala expositiva de Arqueologia da referida instituição (Gaspar Leite, 2011)[56].

56 A fonte consultada não é paginada.

Em *Gravuras Rupestres no Município de Carolina – MA*, Leite Filho (1991) identificou dois sítios com ocorrência de gravuras: o Morro das Araras e o Morro das Figuras, localizados em Carolina, às margens do rio Tocantins. O autor também discorreu sobre a tecnologia empregada na execução das gravuras, destacando a utilização de técnicas como pressão e fricção, que resultaram em figuras ou sinais em baixo relevo. Entre os motivos representados, destacam-se formas antropomorfas, pegadas humanas, pontilhados gravados na rocha e elementos geométricos.

Com o objetivo de preservar os sítios com gravuras rupestres, o Governo do Estado do Maranhão, por meio do Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico (DPHP), realizou o primeiro tombamento de sítios pré-coloniais ao proteger o Morro das Araras e o Morro das Figuras, cadastrando-os também no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Outras regiões maranhenses com presença de registros rupestres foram mencionadas por Leite Filho e Gaspar Leite (1998), destacando-se o sítio Lageado do Escrivão, um abrigo de trinta metros de comprimento por três de altura, localizado no município de São João Sóter, onde foram identificadas manchas de gravuras com motivos geométricos e antropomorfos. Outro sítio mencionado é o Pedra da Letra, situado na cidade de Gonçalves Dias, cujas pinturas e gravuras com motivos geométricos e antropomorfos estão seriamente comprometidas pela ação da água, que acentua o desgaste da rocha suporte onde os registros rupestres estão inseridos.

Contudo, os primeiros trabalhos sistemáticos acerca dos sítios com registros rupestres foram realizados em duas monografias de conclusão de curso: *Um Estudo Sobre a Arqueologia Pré-Histórica no Maranhão* (2001), de autoria de Marcos Saldanha, e *Um panorama sobre os registros rupestres no Estado do Maranhão* (2003), de autoria de Arkley Marques Bandeira, ambos defendidos no Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão, em São Luís, respectivamente em 2001 e 2003.

O estudo conduzido por Saldanha (2001) elaborou uma arqueografia das pesquisas arqueológicas realizadas no estado, com foco no papel dos pioneiros na identificação e investigação de sítios arqueológicos até o surgimento do Centro de Pesquisa. Na monografia, foram realizadas visitas de campo a sítios arqueológicos, incluindo estearias, sambaquis e sítios rupestres no Maranhão.

A pesquisa de Bandeira (2003) abordou os registros rupestres no Maranhão, com ênfase nos principais pressupostos teórico-metodológicos para a análise desses vestígios. Além disso, realizou um mapeamento da ocorrência desses sítios arqueológicos no estado, com destaque para a porção centro-sul do Maranhão, especificamente nos municípios de Colinas e São Domingos do Maranhão.

Na década de 2000, pesquisadores da Fundação Casa de Cultura de Marabá registraram, no município de Tasso Fragoso, situado às margens do rio Parnaíba, a existência de cavidades com uma presença maciça de gravuras rupestres (GEM, 2002). Naquele município, localiza-se o Museu do Cerrado, coordenado por Agnaldo Guimarães, mais conhecido como Lirô, ambientalista incansável que contribuiu para a identificação de mais de 50 sítios com gravuras rupestres. A atuação política de Lirô resultou na elaboração de um projeto financiado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) – Unidade de Balsas, intitulado Arranjos Produtivos Locais de Turismo Sustentável, com ênfase na visitação de sítios arqueológicos contendo registros rupestres. O projeto foi desenvolvido entre 2007 e 2011, sob a coordenação do autor deste capítulo (Bandeira, 2011).

O desenvolvimento dessas ações no âmbito do Parque Nacional da Chapada das Mesas demandou um conhecimento aprofundado sobre a região, com o objetivo de caracterizar o potencial turístico a ser explorado e identificar quais produtos poderiam ser ofertados ao público. Dessa forma, Tasso Fragoso consolidou-se como um polo potencial para o planejamento e a implementação de ações no campo do turismo cultural, especialmente do turismo arqueológico, devido ao grande número de sítios rupestres encontrados na região, os quais possuem alta relevância para a pesquisa científica, além de serem fundamentais para atividades educativas e de visitação.

Os resultados obtidos até o momento contabilizam a descoberta de cinquenta e cinco sítios arqueológicos, a maioria com gravuras rupestres, o que atesta a intensa presença humana pré-colonial no sul do Maranhão. Somados aos dezoito sítios arqueológicos já registrados no IPHAN, esses achados posicionam Tasso Fragoso como o município maranhense com o maior número de sítios arqueológicos conhecidos no estado.

Outro trabalho relevante foi desenvolvido por Ariana Braga, que integrou a equipe responsável pela pesquisa de diversos sítios rupestres no contexto da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, localizada nos municípios de Estreito e Carolina (MA), no médio curso do rio Tocantins (Braga, 2011). Nesse contexto, a autora conduziu uma pesquisa abrangente no Sítio Testa Branca II, realizando levantamentos dos registros rupestres e escavações. O estudo resultou em uma dissertação de mestrado que inovou ao apresentar a primeira escavação de um sítio rupestre no Maranhão, associando as gravuras aos pisos de ocupação e à cultura material.

A partir de 2012, a expansão da fronteira agrícola na região e a demanda por infraestrutura básica de energia e transporte exigiram a construção de centrais hidrelétricas e estradas. Para a liberação desses empreendimentos, foram necessários estudos de impacto ambiental, incluindo pesquisas de arqueologia preventiva. Nesse contexto, novos sítios arqueológicos foram descobertos e registrados. No entanto, a maior parte dessas informações permanece restrita aos relatórios técnicos depositados nos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental.

Pesquisadores da Universidade Estadual do Maranhão, vinculados aos grupos de pesquisa em Unidades de Conservação (GEUC) e de Mapeamento Geomorfológico (GEOMAP), inventariaram mais de 130 cavernas em Tasso Fragoso, Alto Parnaíba, Carolina, Riachão e na margem direita do rio Parnaíba, em Santa Filomena, no Piauí (Morais; Castro, 2017). Em muitas dessas cavernas, foram identificados registros rupestres que demandam pesquisas mais aprofundadas.

Mais recentemente, Bandeira *et al.* (2020) sistematizaram e publicaram um mapeamento de sítios com registros rupestres nas bacias dos rios Itapecuru, Balsas e Grajaú, identificando sítios com gravuras em diversos municípios até então desconhecidos na literatura arqueológica. Entre eles, destacam-se o Lajeiro do Escrivão, em São João do Sóter; o Sítio Pedra de Letras, em Gonçalves Dias; os sítios Talhado de São Rafael, Cachoeirinha, Talhado da Pedra Grande e Barbosa, em Grajaú; o Sítio Pedra Marcada, em Balsas; e o Sítio Casa de Pedra, em Loreto.

3 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E CARACTERIZAÇÃO GEOARQUEOLÓGICA DAS ÁREAS DE OCORRÊNCIA DOS SÍTIOS COM GRAVURAS RUPESTRES

O critério adotado para organizar as informações sobre a distribuição espacial considerou as divisões das bacias hidrográficas nas quais os sítios com gravuras rupestres estão localizados. A este respeito, de acordo com Carvalho (2020, p. 141),

> As bacias hidrográficas são tidas no âmbito do planejamento territorial como a unidade básica de análise para o desenvolvimento de ações e medidas estruturais e não estruturais com a perspectiva de integração entre a gestão dos recursos hídricos e a gestão ambiental.

No âmbito da arqueologia, diversas pesquisas adotaram as bacias hidrográficas como referência para prospecção e identificação de sítios. Um exemplo notável é o trabalho pioneiro do Museu Arqueológico da Universidade Federal de Goiás, que utilizou o critério de bacias hidrográficas como parâmetro regional para o cadastramento de sítios arqueológicos em Goiás na década de 1970, resultando na elaboração da Carta Arqueológica daquele estado (Martins *et al.*, 2009).

Especificamente para a prospecção de sítios com registros rupestres, diversas pesquisas já foram conduzidas utilizando as bacias hidrográficas como critério de divisão territorial. Esse método é especialmente relevante em prospecções de amplas áreas, como no caso de Brito (2011), que estudou sítios com gravuras nas bacias dos rios Sabugi, Espinharas e Quipauá/Barra Nova, no Seridó Ocidental, no Rio Grande do Norte.

No Maranhão, diversos projetos de arqueologia, em suas fases prospectivas, adotaram o critério de bacias hidrográficas, muitas vezes em colaboração com outras áreas do conhecimento. Entre esses projetos, destacam-se Aplicação de um Modelo para Aferição do Risco ao Patrimônio Arqueológico na Bacia do Itapecuru – MA: Conhecimento e Zoneamento (Bandeira *et al.*, 2019) e Cadastramento e Identificação de Sítios com Registros Rupestres em Tasso Fragoso, Maranhão (Bandeira, 2017).

Neste capítulo serão apresentados os sítios com gravuras rupestres em duas das principais bacias hidrográficas do Maranhão, nas quais esses sítios ocorrem em maior quantidade: Bacia do Rio Parnaíba[57] e Bacia do Rio Itapecuru[58]. Apesar disso, também serão mencionados registros presentes em outras bacias hidrográficas, como as dos rios Tocantins e Grajaú.

57 A Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, somada à área de drenagem do Delta do Parnaíba, abrange 333.952 km², dos quais 20% estão no Estado do Maranhão, 75% no Piauí e 5% no Ceará, abrangendo uma população de aproximadamente 5 milhões de habitantes. Ao todo, são 277 municípios, sendo 223 piauienses, 35 maranhenses e 19 cearenses. Entre os múltiplos usos da água na bacia, destacam-se: a geração de energia elétrica (Barragem de Boa Esperança), a irrigação (Tabuleiros Litorâneos e Platôs de Guadalupe) e o abastecimento humano. Dentre os principais afluentes do Rio Parnaíba, destacam-se o Rio Balsas, o Rio Gurguéia, o Rio Uruçuí Preto e o Rio Poti (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, 2023).

58 Bacia do Rio Itapecuru abrange 56 municípios do Maranhão, totalizando mais de 1,2 milhão de habitantes em uma área de 53.216,84 km², o que corresponde a 16% da área do estado. Além disso, a bacia é responsável pelo abastecimento urbano na Grande São Luís, por meio do Sistema Produtor Itapecuru-Italuís, e na cidade de Bacabeira, através de sistema isolado, assim como nos municípios de Cantanhede e Miranda do Norte, mediante sistema integrado (Massulo & Soares, 2019).

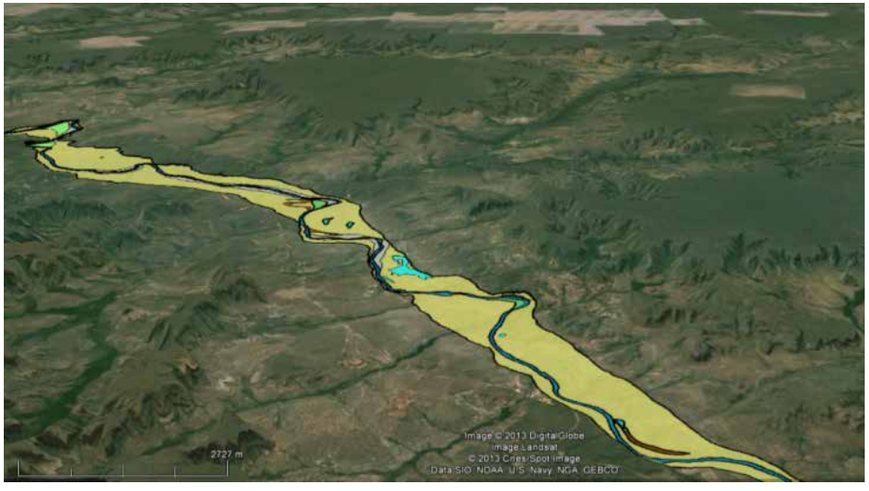
Em termos fitogeográficos, o Maranhão representa uma zona de encontro e transição entre biomas. A Floresta Amazônica ultrapassa a fronteira entre o Maranhão e o Pará, ocupando grande parte da metade norte e oeste do estado. O Cerrado avança desde o Brasil Central, estendendo-se por todo o extremo sul e a metade leste, até confrontar-se com os Lençóis Maranhenses, um extenso campo de dunas que caracteriza a paisagem do litoral oriental do estado. No extremo oeste, manchas de vegetação típica da Caatinga atravessam o rio Parnaíba e integram-se a essa diversidade de paisagens (Caino *et al.*, 2014).

As características dos sítios rupestres envolvidos neste capítulo e sua inserção na paisagem compartilham elementos comuns a uma ampla faixa de terra que se estende, no sentido leste-oeste, desde a bacia do Parnaíba até a bacia do Tocantins. Essa região abrange a depressão do vale do médio curso do Tocantins, a Chapada das Mesas, a depressão interplanáltica de Balsas e a Chapada do Alto Parnaíba, conforme ilustrado no mapa de distribuição de biomas a seguir.

A bacia do rio Parnaíba, especialmente em seu alto curso, onde se concentra a maioria dos registros de sítios com vestígios rupestres, caracteriza-se, do ponto de vista geoambiental, pela presença de duas unidades da Sequência Neocarbonífera-Eotriássica: as Formações Piauí e Pedra de Fogo (Casseti, 1995). O relevo da região resulta do soerguimento da bacia sedimentar e da instalação das redes de drenagem sobrepostas a ela.

A geomorfologia da região é caracterizada pela presença de cuestas e vales. O relevo de cuesta apresenta assimetria, distinguindo-se pela existência de escarpas abruptas voltadas para o sul e por um terreno plano com mergulho suave na direção oposta, ou seja, para o norte. Os vales resultam da dissecação provocada pelas drenagens e, geralmente, localizam-se na depressão periférica à cuesta (FIGURA 1).

Figura 1 – Vista oblíqua da margem direita do rio Parnaíba, na qual é possível reconhecer diversos cânions. (Imagem retirada do software Google Earth®, exagero vertical de três vezes



Fonte: Bandeira (2014).

O desnível médio da região é de aproximadamente uma centena de metros, sendo geralmente suavizado por depósitos de encosta, como leques aluviais ou colúvios (IBGE, 2023). As escarpas também abrigam cânions, onde a umidade é relativamente maior em comparação com as áreas adjacentes, favorecendo o crescimento de uma vegetação diferenciada nessas formações.

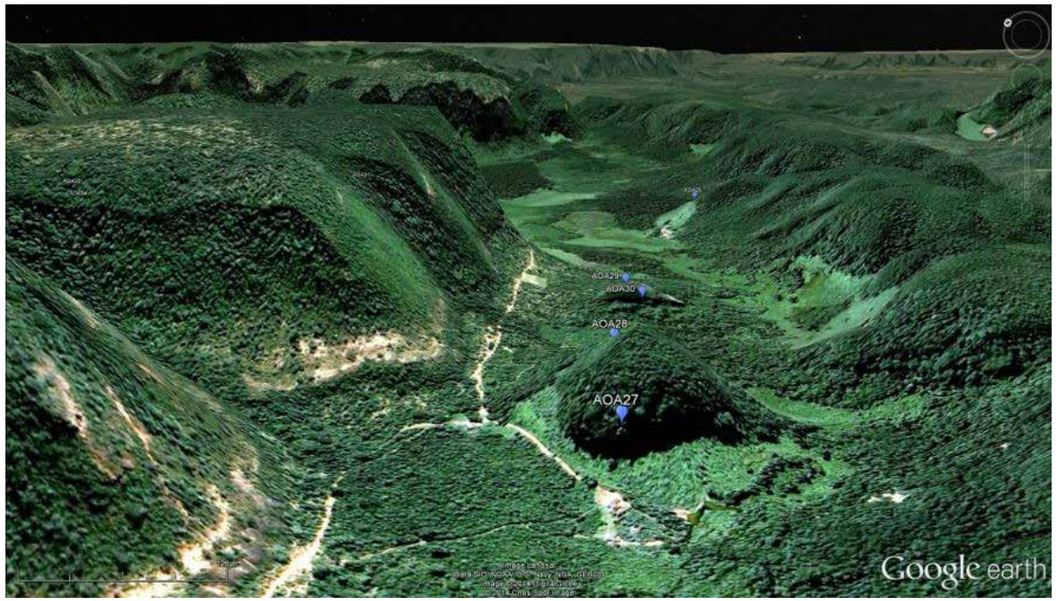
Considerando as principais unidades geomorfológicas da região — planalto, vales secundários e a planície fluvial do Parnaíba — e suas relações com a implantação dos sítios arqueológicos na paisagem, observa-se que a distribuição espacial dos sítios com gravuras rupestres está correlacionada a determinadas características do relevo e da ocupação ambiental.

A planície fluvial do Parnaíba caracteriza-se por um vale mais encaixado, resultando em uma área de deposição fluvial mais restrita. À medida que o rio avança para o norte, chegando ao território de Tasso Fragoso, o vale se expande, formando uma planície fluvial que, nas áreas mais abertas, atinge pouco mais de 2 km de largura. As ocupações humanas que deixaram maior evidência na paisagem remontam ao período colonial, estando associadas às primeiras frentes de expansão do gado. Essa região favoreceu o assentamento de fazendas e engenhos, impulsionados pela navegação do rio Parnaíba. Além disso, embora em menor densidade, também são encontrados nesse compartimento sítios líticos a céu aberto e sítios cerâmicos (Bandeira; Brandi, 2014).

Os vales secundários são formados pelos tributários do rio Parnaíba, como as microbacias do ribeirão Babilônia, riacho Marcelino, Purezinha, Pureza, Pedra Furada e rio Medonho. Nessas áreas, devido à deposição sedimentar laminar da bacia e ao distinto grau de friabilidade das camadas rochosas, as rupturas tendem a apresentar feições retilíneas, frequentemente formando degraus. Com o intemperismo químico e mecânico, as rochas expostas sofrem desagregação, originando blocos que se sedimentam e formam rampas de colúvio e depósitos de tálus nos sopés das escarpas (IBGE, 2023). Esse processo também contribui para a criação de áreas abrigadas, potencialmente favoráveis à ocupação humana.

Além disso, nas encostas e nos vales encaixados mais protegidos da insolação, ocorrem florestas submontanas, caracterizadas pela presença de matas ciliares e palmáceas, como o buriti, que representam importantes fontes de recursos naturais. Por essa razão, os vales secundários têm oferecido condições favoráveis à ocupação humana desde os tempos pré-coloniais. Nesse compartimento, encontram-se sítios rupestres com gravuras, bem como sítios líticos a céu aberto (Bandeira; Brandi, 2014; Caino *et al.*, 2014), conforme indicado na figura 2.

Figura 2 – Modelo de implantação dos sítios na paisagem considerando os vales secundários e cânions



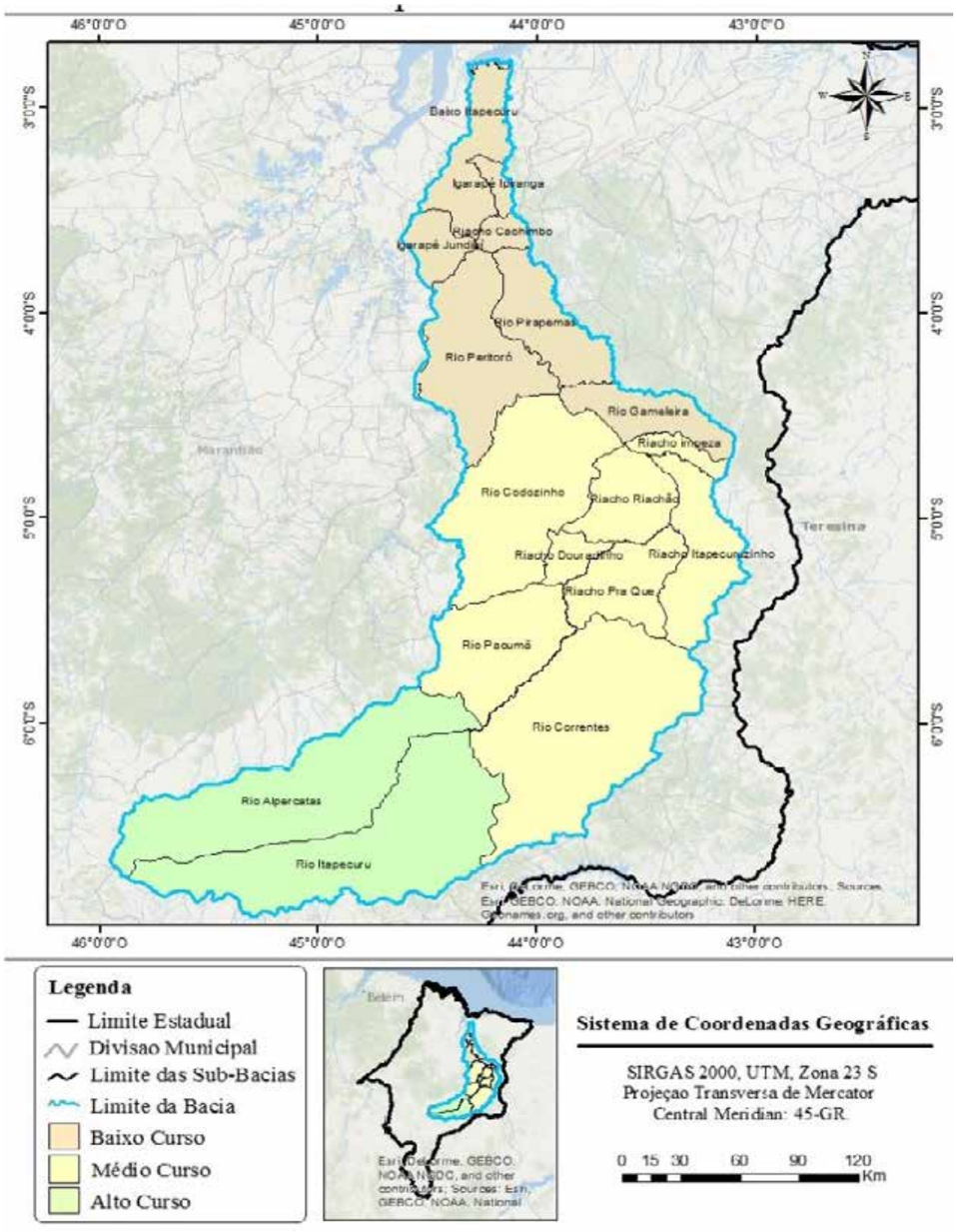
Fonte: Google Earth (2014).

A partir desse modelo de implantação, que será retomado no item seguinte deste capítulo, já foi possível observar algumas particularidades, como as categorias de ocorrências. Nota-se que os sítios mais próximos aos cursos d'água perenes apresentam uma grande quantidade de gravuras, muitas das quais exibem sobreposições e distintos momentos gráficos, evidenciando reocupações sucessivas da mesma área ao longo de diferentes períodos (Bandeira, 2009).

Por outro lado, nos sítios mais distantes dos cursos d'água perenes, especialmente nas médias encostas afastadas dos vales secundários, a quantidade de gravuras é menor e não apresenta sobreposições. Isso sugere que esses abrigos eram ocupados com menor intensidade, possivelmente funcionando como locais de passagem (Bandeira, 2009).

O conhecimento arqueológico da Bacia do Itapecuru (FIGURA 3) é mais fragmentado em comparação com o da Bacia do Parnaíba, uma vez que as pesquisas realizadas até o momento indicam a predominância de sítios com gravuras rupestres concentrados no extremo sul do Maranhão. No entanto, essa bacia apresenta peculiaridades geoambientais que permitem inferir a ocorrência de diferentes tipologias de sítios ao longo de seu curso, incluindo sítios com registros rupestres, sítios litocerâmicos a céu aberto, oficinas líticas e sítios históricos (Bandeira *et al.*, 2019).

Figura 3 – Mapa dos cursos da Bacia Hidrográfica do rio Itapecuru com as sub-bacias identificadas



Fonte: Massulo; Soares (2019).

A região do Alto Itapecuru, que se estende da nascente do rio até a altura do município de Colinas, é caracterizada por uma geomorfologia predominante de chapadões, chapadas e cuestas, apresentando um relevo fortemente ondulado que compõe as partes mais elevadas (350 metros) da bacia, com as serras de Itapecuru, Alpercatas, Croeira e Boa Vista. Nas áreas de chapada, predominam solos latossolos amarelos e latossolos vermelho-amarelos, que são profundos, bem drenados, de textura média e argilosa, originários de sedimentos areno-argilosos do Grupo Barreiras do Terciário, da Formação Itapecuru do Cretáceo e da Formação Pedra do Fogo do Permiano (Alcantara, 2003).

O Médio Itapecuru, que se estende do município de Colinas até o município de Caxias, apresenta uma geomorfologia mais diferenciada em relação ao Alto Curso, com predominância de relevo de chapadas baixas e uma superfície suavemente ondulada a fortemente ondulada, com uma diferença de altitude de cerca de 60 metros. Os solos dessa região são predominantemente do tipo podzólicos vermelho-amarelo, originários principalmente de sedimentos da Formação Pedra do Fogo do Permiano (Alcantara, 2003).

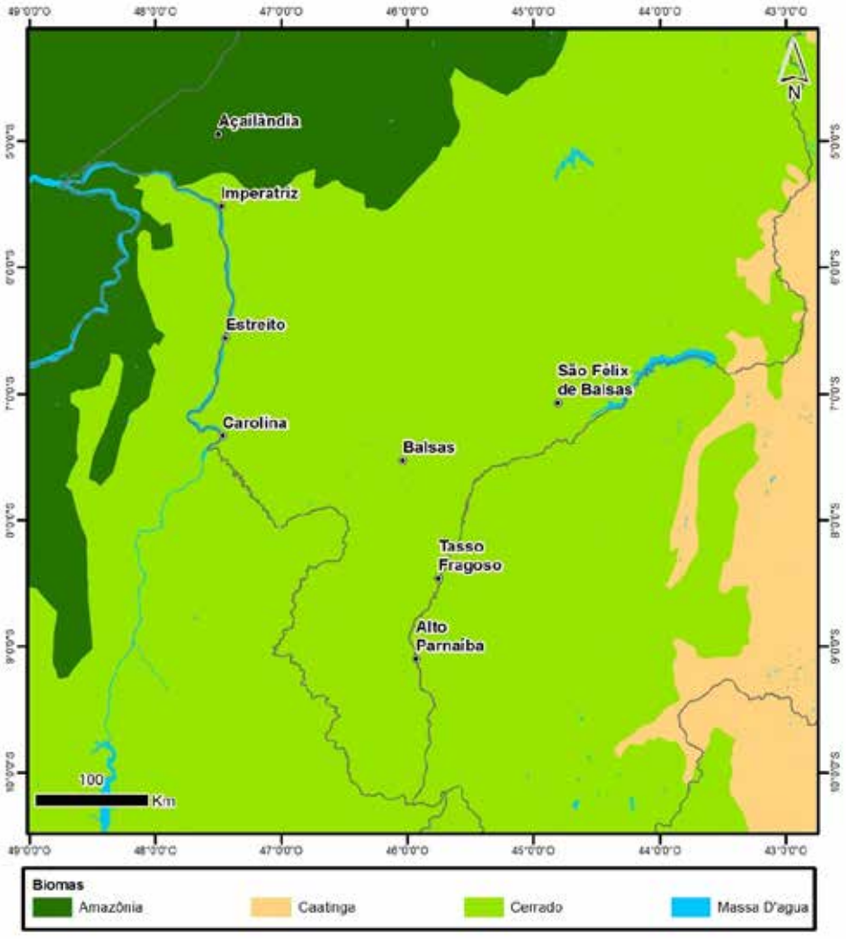
Em termos geoambientais, as áreas com ocorrência de sítios com gravuras rupestres coincidem com os dois comportamentos do rio Itapecuru, nos quais a geomorfologia é caracterizada por processos de modelamento que esculpem o relevo, criando declividades acentuadas nas bordas das superfícies tabulares pediplanadas, festonadas e dissecadas, formando mesas, mesetas e vertentes muito encaixadas (IBGE, 1998).

Ou seja, quanto mais próximo da planície costeira da bacia, menor será a probabilidade de ocorrência de sítios com gravuras rupestres, uma vez que as mesas e os paredões que se elevam nas chapadas apresentam maior potencialidade para a formação de cavidades naturais, dependendo das características das rochas, o que pode estar relacionado à existência de sítios arqueológicos. A espeleogênese nos arenitos, rochas sedimentares de alta porosidade, é facilitada pela infiltração e percolação da água, o que possibilita a dissolução da sílica e a remoção mecânica, ou fenômeno de Pipping, conforme proposto por Szcerban e Urbani (1974), Martini (2000). Spoladore e Cottas (2005) especificam quatro fases evolutivas para cavernas em arenito: 1ª fase: dissolução inicial da sílica; 2ª fase: implantação da drenagem; 3ª fase: abatimento de blocos; 4ª fase: inversão da drenagem.

4 OS SÍTIOS COM GRAVURAS RUPESTRES DA BACIA DO PARNAÍBA

Conforme abordado no item anterior, os sítios com gravuras rupestres identificados no extremo sul do Maranhão estão localizados em uma área de ecótonos, que transiciona o Cerrado e a Amazônia. Essa área é delimitada entre o Alto Curso da Bacia do Parnaíba e o Médio Curso da Bacia do Tocantins (FIGURA 4).

Figura 4 – Biomas no sul do Maranhão



Fonte: elaborado com dados do IBGE por Bandeira (2017).

Essa grande diversidade possibilitou o desenvolvimento de diferentes formas de uso e ocupação das sociedades humanas em relação ao seu meio ao longo do tempo. As evidências materiais dos povos que ocuparam a região no período pré-colonial atestam a presença de diversas tipologias de sítios, com destaque para a ocorrência predominante de abrigos com gravuras rupestres na região que limita os municípios de Tasso Fragoso e Alto Parnaíba, na margem maranhense do rio Parnaíba (FIGURAS 5 e 6).

Figura 5 – Formação rochosa típica do sul do Maranhão, denominada popularmente de mesas ou chapéu



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2011).

Figura 6 – Rio Parnaíba em seu alto curso



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2009).

Conforme exposto, o cenário atual para a arqueologia do centro-sul do Estado revela uma grande densidade de sítios arqueológicos entre o alto e o médio curso do rio Parnaíba. Outro aspecto relevante é a predominância de motivos gravados, em relação às pinturas, na proporção de 17 sítios com gravuras para um sítio pintado. Essa situação contrasta fortemente com a evidência arqueológica observada na Serra da Capivara e na Serra das Confusões, nas vizinhas São Raimundo Nonato e Coronel José Dias, no Piauí (Bandeira, 2013).

O mapeamento dos sítios arqueológicos resultou na identificação de 92 (noventa e dois) sítios conhecidos para a bacia do Parnaíba — margem maranhense, dos quais 51 (cinquenta e um) são sítios com registros rupestres gravados, localizados no município de Tasso Fragoso, conforme indicado no quadro 1.

Quadro 1 – Relação dos sítios com registros rupestres em Tasso Fragoso – MA

Nome do Sítio	UTM	Curso hídrico	Povoado	Município	Componentes
Abrigo Toca dos Caboclos	23L 423927/9105618	Riacho Fosdão	Fosdão	Tasso Fragoso	Gravura/pintura/lítico
Serra dos Caboclos I	23L 423927/9105618	Riacho Fosdão	Fosdão	Tasso Fragoso	Gravura
Serra dos Caboclos II	23L 423927/9105618	Riacho Fosdão	Fosdão	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Juá I	23L 421633/9103244	Riacho Fosdão	Fazenda Juá	Tasso Fragoso	Gravura/pintura/lítico
Juá II	23L 421679/9103150	Riacho Fosdão	Fazenda Juá	Tasso Fragoso	Gravura/pintura/lito-cerâmico
Abrigo Picos	23L 414218/9087249	Riacho Por Enquanto	Picos	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Por enquanto	23L 413420/9086816	Riacho Por Enquanto	Morro Falador	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Sem nome	23L 407549/9087713	Ribeirão Babilônia	Não identificado	Tasso Fragoso	Gravura/lito-cerâmico
Abrigo Taboca I	23L 406042/9087159	Ribeirão Babilônia	Taboca	Tasso Fragoso	Gravura/pintura/lítico
Toca/Gruta Urubu	23L 406271/9087288	Ribeirão Babilônia	Taboca	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Toca das Abelhas	23L 406640/9087457	Ribeirão Babilônia	Taboca	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Abrigo Taboca II	23L 406577/9087395	Ribeirão Babilônia	Taboca	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Paredão do Jussara	23L 407126/9088558	Ribeirão Babilônia	Juçara	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Gruta da Junçara	23L 406653/9089138	Ribeirão Babilônia	Juçara	Tasso Fragoso	Gravura/lito-cerâmico
Abrigo Forquilha	23L 394102/9062122	Riacho Marcelino	Vão do Marcelino	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Toca do Jumento	23L 402470/9060932	Riacho Marcelino	Lagoa da Mata	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Vale/Toca Lagoa da Mata	23L 402219/9060386	Riacho Marcelino	Lagoa da Mata	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Caboclo I	23L 401663/9058398	Riacho Marcelino	Caboclos	Tasso Fragoso	Gravura
Caboclo II	23L 401627/9058434	Riacho Marcelino	Caboclos	Tasso Fragoso	Gravura

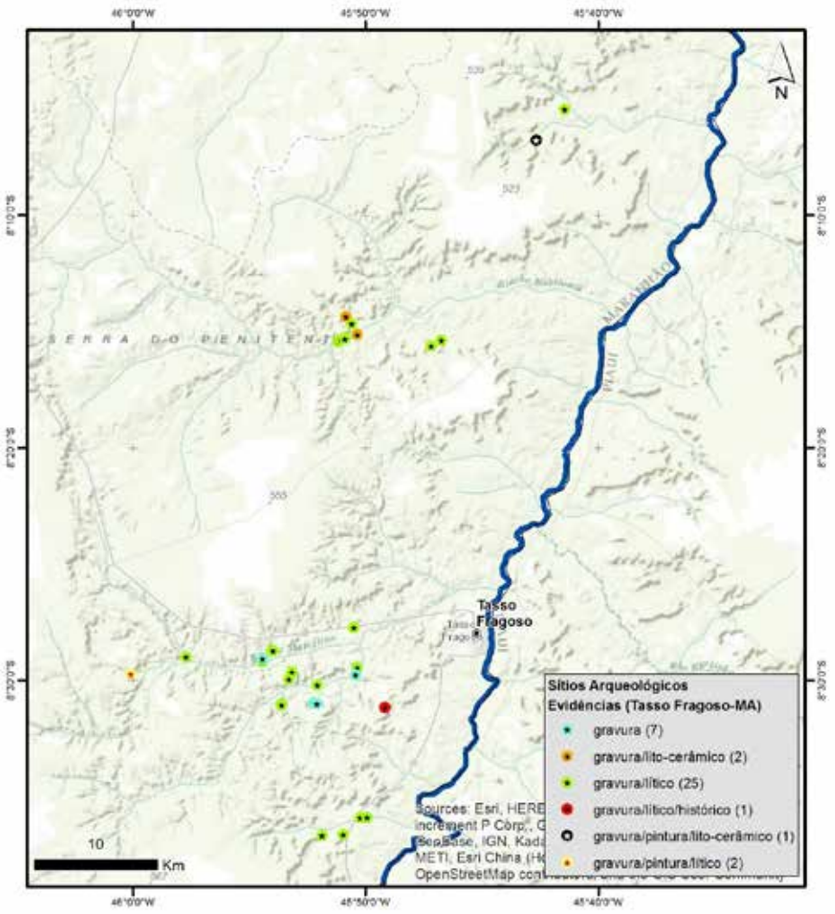
Nome do Sítio	UTM	Curso hídrico	Povoado	Município	Componentes
Caboclo III	23L 401611/9058419	Riacho Marcelino	Caboclos	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Caboclo IV	23L 401599/9058362	Riacho Marcelino	Caboclos	Tasso Fragoso	Gravura
Caboclo V	23L 401640/9058343	Riacho Marcelino	Caboclos	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Caboclo VI	23L 401656/9058342	Riacho Marcelino	Caboclos	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Abrigo Córrego do Marcelino	23L 400100/9061777	Riacho Marcelino	Caboclos	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Toca Ladeira Vermelha	23L 400141/9062004	Riacho Marcelino	Caboclos	Tasso Fragoso	Gravura
Abrigo do Lagarto	23L 400893/9062598	Riacho Marcelino	Caboclos	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Abrigo Frutuoso	23L 400977/9062650	Riacho Marcelino	Não identificado	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Abrigo Ferrugem/ Ferrugem III	23L 404855/9048007	Riacho Ferrugem	Santa Maria/Bela Vista	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Fazenda Santa Maria	23L 406551/9048074	Santa Maria	Santa Maria	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Abrigo Vão do Rosendo	23L 407882/9049413	Santa Maria	Santa Maria	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Abrigo do Rosendo	23L 408405/9049400	Não identificado	Não identificado	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Desmazelo	23L 409794/9058146	Brejo dos Cavalos	Brejo dos Cavalos	Tasso Fragoso	Gravura/lítico/histórico
Abrigo Walber	23L 407612/9061310	Riacho Marcelino	Não identificado	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Abrigo/Toca do PC/ Pé Falso	23L 404460/9059903	Brejo dos Cavalos	Brejo dos Cavalos	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Abrigo Baviera	23L 407297/9064471	Riacho Marcelino	Baviera	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Toca do Irajá	23L 389729/9060774	Riacho Marcelino	Não identificado	Tasso Fragoso	Gravura/pintura/ lítico
Abrigo Baviera/Nossa Senhora de Fátima	23L 407348/9064492	Brejo da Baviera	Baviera	Tasso Fragoso	Gravura/lítico
Lirô	23L 407487/9060748	Brejo dos Cavalos	Brejo dos Cavalos	Tasso Fragoso	Gravura

Nome do Sítio	UTM	Curso hídrico	Povoado	Município	Componentes
Abrigo Tubular	23L 404162/9058488	Brejo dos Cavalos	Brejo dos Cavalos	Tasso Fragoso	Gravura
Abrigo Chupé	23L 404432/9058441	Brejo dos Cavalos	Brejo dos Cavalos	Tasso Fragoso	Gravura
Abrigo Serra das Araras	23L 411952/9051337	Riacho Fundo	Riacho Fundo	Tasso Fragoso	Gravura
Cercado	23L 432106/9096082	Riacho Marcelino	Caboclos	Tasso Fragoso	Gravura
Cercado I	23L 432106/9096082	Riacho Marcelino	Caboclos	Tasso Fragoso	Gravura
Cercado II	23L 432106/9096082	Riacho Marcelino	Caboclos	Tasso Fragoso	Gravura
Cercado III	23L 432106/9096082	Riacho Marcelino	Caboclos	Tasso Fragoso	Gravura
Cercado IV	23L 432106/9096082	Riacho Marcelino	Caboclos	Tasso Fragoso	Gravura
Vão da Fonte	23L 417742/9063147	Não identificado	Não identificado	Tasso Fragoso	Gravura
Baixão do Coco	23L 434553/9103723	Não identificado	Não identificado	Tasso Fragoso	Gravura
Abrigo Samambaia	23L 417742/9063147	Ribeirão Babilônia	Babilônia/Junçara	Tasso Fragoso	Gravura
Abrigo Armadilha	23L 417742/9063147	Ribeirão Babilônia	Taboca	Tasso Fragoso	Gravura
Gruta Triângulo	23L 417742/9063147	Ribeirão Babilônia	Taboca	Tasso Fragoso	Gravura
Abrigo Lindo	23L 417742/9063147	Ribeirão Babilônia	Babilônia/Junçara	Tasso Fragoso	Gravura

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

A distribuição dos sítios rupestres expostos no quadro 1 é ilustrada na figura 7 com o mapa de localização dos achados.

Figura 7 – Mapa de distribuição dos sítios com gravuras rupestres em Tasso Fragoso – Maranhão



Fonte: Bandeira (2017).

Em relação à inserção dos sítios com gravuras rupestres na paisagem, observa-se que esses sítios estão localizados em diferentes tipologias de abrigos e cavidades. Além disso, algumas recorrências podem ser destacadas, como o fato de os sítios mais próximos aos cursos d'água perenes apresentarem uma grande quantidade de gravuras, incluindo várias sobreposições e momentos gráficos distintos, o que indica reocupações da mesma área ao longo de vários períodos (Bandeira, 2009). Por outro lado, os sítios mais distantes dos cursos d'água perenes, especialmente nas médias encostas afastadas dos vales secundários, apresentam uma quantidade menor de gravuras e sem sobreposições, o que sugere que esses abrigos foram ocupados com menor intensidade, possivelmente funcionando como locais de passagem (Bandeira, 2017).

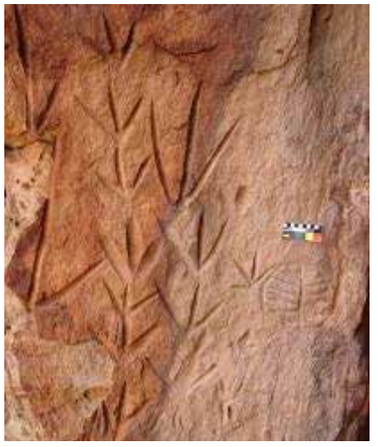
As diferentes tipologias de abrigos e suportes com ocorrência de gravuras rupestres estão ilustradas nas imagens a seguir.

Figura 8 – Sítio Arqueológico Serra dos Caboclos, localizado nas laterais do maciço rochoso



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2008).

Figura 9 – Gravuras rupestres observadas no Sítio Arqueológico Serra dos Caboclos



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2008).

Figura 10 – Sítio Gruta da Juçara situado em uma caverna



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2010).

Figura 11 – Gravuras rupestres Sítio Gruta da Juçara



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2010).

Figura 12 – Sítio arqueológico Morro das Araras situado em uma elevação do maçiso



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2010).

Figura 13 – Gravuras rupestres do Sítio arqueológico Morro das Araras



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2010).

Figura 14 – Sítio Arqueológio Serra dos Caboclos, localizado em um abrigo profundo



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2010).

Figura 15 – Representação de uma lâmina de machado gravada na Serra dos Caboclos, no Fosdão



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2010).

Figura 16 – Sítio Arqueológico Abrigo Baviera (Pedra do Elefante) localizado em um paredão rochoso



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2010).

Figura 17 – Gravuras rupestres do Sítio Arqueológico Abrigo Baviera (Pedra do Elefante)



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2010).

As técnicas utilizadas para a elaboração das gravuras rupestres foram predominantemente a abrasão e o picoteamento. As composições gravadas apresentam temas comuns a todos os sítios, embora algumas temáticas se destaquem mais do que outras. Por exemplo, no Sítio Baviera, predominam os motivos cupuliformes e fitomorfos em relação a outros tipos de representações, enquanto no Sítio Abrigo da Serra Vermelha foram identificadas representações de lâminas de machado polida e vulvas (Bandeira, 2013). Em quase todos os sítios observados, as representações de podomorfos, sejam na forma de pegadas humanas ou de animais (mamíferos e aves), foram encontradas. Além disso, há uma variedade de formas, com pés representados com três, quatro, cinco, seis, sete e até oito dedos. Em menor ocorrência, foram observadas gravuras reproduzindo formas humanas e animais, como nos sítios Taboca e Abrigo do Lagarto (Bandeira, 2017).

Figura 18 – Composição cupuliforme do Sítio Abrigo Baviera



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2008).

Figuras 19 – Composição de fitomorfo do Sítio Paredão da Jussara



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2008).

Figura 20 – Figuração de uma lâmina de machado semilunar do Sítio Abrigo da ladeira vermelha



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2009).

Figura 21 – Representação de uma vulva no Sítio Abrigo da ladeira vermelha



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2009).

Figura 22 – Composição de podomorfo (pés) no Sítio Abrigo do Caboclo 1



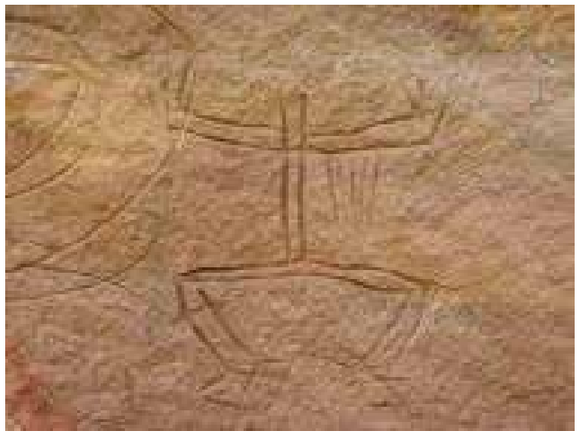
Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2009).

Figura 23 – Painel completo do Sítio Abrigo do Cabloco III



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2009).

Figura 24 – Representação de antropomorfo no Sítio Taboca



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2009).

Figura 25 – Composição de podomorfo (pés) no Sítio Abrigo Forquilha



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2010).

Figura 26 – Representação de zoomorfo na figura de dois lagartos no Sítio Abrigo do Lagarto



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2009).

Em Tasso Fragoso, dos 51 (cinquenta e um) sítios arqueológicos com registros rupestres identificados até o momento, apenas 5 (cinco) apresentam pinturas rupestres em sua composição, como nos sítios Taboca I, Juá I e II, Toca dos Caboclos e Toca do Irajá (Bandeira, 2008, 2009, 2013). Apesar disso, as pinturas nunca aparecem isoladas, estando sempre contidas em painéis associados ou sobrepostas às gravuras (Bandeira, 2013).

Figura 27 – Painel do Sítio Taboca I com gravuras e pinturas rupestres



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2009).

Figura 28 – Painel do Sítio Taboca I e as pinturas rupestres observadas



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2009).

Nos sítios Juá I e II foram observadas linhas de várias espessuras, pintadas em vermelho, formando elementos não identificáveis. A presença de outras pinturas em uma parte do painel, que sofreu descamamento natural, indica distintos momentos gráficos (Bandeira, 2009).

Figura 29 – Painel de pintura rupestre do Sítio Juá II, apresentando linhas vermelhas



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2009).

Figura 30 – Pinturas em miniaturas realizadas na área descamada, caracterizando o segundo momento gráfico do Sítio Juá I



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2009).

O sítio Toca dos Caboclos apresentou pinturas associadas a gravuras, ora demonstrando a intenção de pintar a gravura, ora surgindo na forma de sobreposições (Bandeira, 2010). O sítio Toca do Irajá, por sua vez, apresentou apenas vestígios de pintura na cor preta.

Figura 31 – Detalhe de grafismo com símbolo semilunar e retângulo com vestígios de pintura vermelha no sítio Toca dos Caboclos



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2009).

Figura 32 – Pinturas pretas associadas a gravações no sítio Toca do Irajá



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2009).

A baixa ocorrência desse tipo de registro nas bacias do Alto Parnaíba, na margem maranhense, configura-se como uma problemática para futuras investigações, principalmente pelo fato de essa região situar-se relativamente próxima a áreas arqueológicas que possuem algumas das maiores tradições de pesquisa em pinturas rupestres da arqueologia brasileira, como a Serra da Capivara e a Serra das Confusões, no Piauí, bem como à ocorrência de cavidades no município de Santa Filomena, situado no alto curso da margem piauiense do rio Parnaíba.

5 OS SÍTIOS COM GRAVURAS RUPESTRES DA BACIA DO ITAPECURU

A descrição dos sítios arqueológicos com registros rupestres na bacia do rio Itapecuru possui uma longa trajetória, conforme já apresentado neste capítulo, especialmente a partir das descobertas do sítio "Casa de Pedra", localizado no povoado de Sabonete, no município de São Domingos do Maranhão.

No entanto, no âmbito acadêmico, poucos trabalhos se debruçaram para compreender a arqueologia dessa região, sendo importante citar os trabalhos de Olavo Correia Lima com as cavidades com registro rupestre no alto Itapecuru e as pesquisas do autor deste capítulo nos municípios de São Domingos do Maranhão, Colinas e Mirador (Lima, 1985; Lima; Aroso, 1989; Bandeira, 2003).

É com base nesse conjunto de informações que se estruturou a síntese sobre a arqueologia dos alto e médio cursos da bacia do Itapecuru. É impor-

tante ressaltar que os sítios com gravuras identificados até o momento resultam de uma produção científica ainda incipiente, com poucos projetos de pesquisa realizados na região.

Não obstante, pontes interdisciplinares vêm sendo construídas, especialmente com a geologia e a espeleologia, como exemplificado no capítulo publicado no livro *Mais Itapecuru: Subsídios ao Planejamento e à Gestão de Recursos Hídricos*, intitulado *Os Sítios com Registros Rupestres na Bacia do Itapecuru: Interfaces entre a Espeleologia e a Arqueologia*. Esse capítulo foi elaborado por este autor em colaboração com pesquisadores dos grupos de pesquisa em Unidades de Conservação (GEUC) e de Mapeamento Geomorfológico (GEOMAP), ambos da Universidade Federal do Maranhão.

De acordo com levantamentos já realizados pelos grupos de pesquisa, há registros de, pelo menos, dez cavernas que poderiam conter vestígios rupestres, inclusive em razão de seus nomes, como Pedra Escrevida (Castro *et al.*, 2019). A relação completa das cavernas na bacia hidrográfica do Itapecuru é apresentada no quadro 2.

Quadro 2 – Cavernas identificadas na bacia do rio Itapecuru

Município	Nome da Cavidade
São Domingos do Maranhão	Casa de Pedra 1 Casa de Pedra 2 Casa de Pedra 3
Jatobá	Traqueira
Colinas	Casa de Pedra do Zoador
Tuntum	Asa de Pedra Pedra Escrevida Toca do Morcego
Benedito Leite	Toca do Retiro
Pastos Bons	Casa de Pedra Gapara

Fonte: CANIE-CECAV (2017).

Dentre as informações documentais levantadas para este capítulo, algumas foram registradas ainda no século passado e divulgadas em boletins de associações científicas, como os institutos históricos e geográficos. Além disso, foram encontradas notícias dispersas em jornais que mencionam a presença de sítios com gravuras e registros rupestres na bacia estudada.

Uma das referências mais antigas já publicadas foi o já citado artigo "Casa de Pedra", do geógrafo Olímpio Fialho, de 1956, no qual descreve que, em obras realizadas por ele em 1934, na antiga cidade de Picos, atualmente Colinas, visitou várias cavernas com inscrições em suas paredes.

Com a ajuda dos moradores, ele visitou a mencionada caverna pintada, no povoado de Sabonete, localizado atualmente na zona rural de São Domingos do Maranhão:

> Era uma caverna que, lá ainda hoje se deve encontrar como a vi nêsse tempo. Chegamos pela frente da grande abertura, em forma de arcada, cuja base medí 14 metros, por sete de altura, a qual dá entrada so vão maior que, por seu turno se comunica com dois outros vão menores e mais próximos ao tecto (Fialho, 1956, p. 49).

Após descrever, medir e desenhar a face externa da Casa de Pedra, o autor descreve a sua estrutura:

> Ao entrar, os sertanejos chamaram-me a atenção para sinais inscritos na parede interna, à esquerda. Esguardando êsses sinais, notei que além de sinais desconhecidos havia uns, como letras, legíveis, do alfabeto ocidental, formando até raíze. Fora disso, o que se vê, são sinais inteiramente estranhos e dispersos ao léo, como me parece (Fialho, 1956, p. 50).

Fialho chama a atenção para a antiguidade daqueles sinais desconhecidos, associando-os a um período pré-histórico remoto, e apontou o processo de destruição dessa caverna:

> É com propósito de trazer ao conhecimento do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, a existência de uma autêntica caverna com estalagmites e estalactites e ainda com inscrições de sinais desconhecidos nas paredes internas; em terras maranhenses (Fialho, 1956, p. 48).

Em 1974, com base nos relatos pioneiros de Olímpio Fialho, o professor Olavo Correia Lima realizou pesquisas na região de São Domingos do Maranhão, revisitando o sítio Casa de Pedra e descobrindo outras cavernas no município: "As cavernas maranhenses são geralmente pequenas e não têm o esplendor espeleotêmico das irmãs sulinas. Contudo, nelas tenho encontrado inscrições rupestres, que para o antropólogo, compensam aquela pobreza" (Lima, 1985, p. 64).

Além da Casa de Pedra, foram identificadas mais quatro cavernas, o que levou Correia Lima a batizar a região de Distrito Espeleológico de São Domingos:

> As cavernas de São Domingos ficam nos contrafortes mais setentrionais da Serra das Alpercatas, a qual se bifurca em dois ramos principais: a Serra da Boa Vista mais a Nordeste, e da Inhuma, para noroeste. Seu epicentro fica na localidade de Sabonete, no extremo sul de São Domingos e na vizinhança de Tuntum (Lima, 1985, p. 64).

Correia Lima batizou seus novos achados de Caverna Élida, situada no Centro do Cardoso, e Caverna Correia Lima, descoberta no Cocal dos Pioizeiros, ambas localizadas no povoado de Bacupari. Por fim, a Caverna Olímpio Fialho foi referenciada na região da Lagoa da Serra, no povoado de Sabonete (Lima, 1986).

Além da importância espeleológica, as cavernas de São Domingos do Maranhão destacam-se por apresentar inúmeras evidências arqueológicas, como registros rupestres, que testemunham a ocupação humana antiquíssima nessa região. Nesse sentido, das quatro cavernas descritas por Correia Lima (1986), três apresentaram pinturas ou gravuras rupestres. A caverna Olímpio Fialho caracteriza-se pela presença de gravuras em forma de riscos e

pés-de-galinha; a caverna Élida, oculta na floresta densa, possui em seu interior cerca de vinte figuras, entre pinturas figurativas (répteis) e geométricas (riscos); e a caverna Casa de Pedra, descrita com duas pinturas reproduzindo um veado e uma série de círculos concêntricos.
Sobre os responsáveis pelos vestígios rupestres, Correia Lima (1985, p. 69) afirma que aquela região, banhada pelo rio Itapecuru, "[…] foi um dos habitats preferidos pelas lácidas maranhenses. São os Crans de Von Martius, vistos por ele em passagem por Caxias".

Apesar de o referido pesquisador tentar associar os registros rupestres de São Domingos do Maranhão aos povos indígenas Jê, mais especificamente aos Timbira, essa vinculação baseia-se exclusivamente em analogias etnográficas e na ausência de artefatos cerâmicos nas escavações por ele realizadas no local. No entanto, consideramos que os dados coletados não são suficientes para estabelecer uma associação segura entre esses registros rupestres e os povos indígenas mencionados. A falta de pesquisas arqueológicas sistemáticas e de datações para os registros rupestres da região dificulta a interpretação dessa evidência.

Dentre as poucas referências de caráter científico, destaca-se um artigo de Leite Filho e Leite (1998, p. 6), no qual consta a indicação de alguns sítios rupestres, conforme citado:

> Em outubro de 1998, através de parceria mantida junto a professores e alunos do Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão em Caxias, visitou-se no município de São João Sóter, o sítio Lageado do Escrivão, que se estende por um abrigo de 30 metros de comprimento por 3 m de altura, com ocorrência de manchas de gravuras com motivos geométricos e antropomorfos. No município de Gonçalves Dias, encontrou-se também o sítio Pedra da Letra, com pinturas e gravuras com motivos geométricos e figuras antropomorfas. Ambos os sítios estão seriamente ameaçados pela ação das águas que gradativamente acentuam o desgaste da matriz rochosa em que os grafismos foram confeccionados, ocasionando a perda de testemunhos importantes contendo informações valiosas sobre o universo do imaginário pré-histórico maranhense. Temos informações da existência de muitos outros sítios rupestres no Estado, especificamente, nos municípios de Imperatriz, Colinas e Mirador.

Neste esforço de síntese, citamos ainda a matéria "Manifestações rupestres em cavernas do Maranhão", publicada pelo jornalista Paulo Melo Sousa no *Jornal Pequeno*, em 14 de agosto de 2008. Nela são relatadas as atividades prospectivas em alguns municípios maranhenses, como São Domingos do Maranhão, Tuntum e Colinas, incluindo a identificação de sítios arqueológicos ainda desconhecidos na literatura arqueológica.

A esse respeito, o jornalista comentou:

> Pertencente à propriedade de seu José, a 300 metros da casa da fazenda, encontra-se a Casa dos Cabocos ou Casa dos Índios, abrigo de pedra até então não registrado, com 40 metros de largura, e que apresenta, segundo Deusdédit Filho, um painel bastante complexo, com linhas entrecruzadas, tridígitos, e uma série de pontos, furos na pedra que formam uma sequência geométrica muito interessante. Boa parte da área central do painel desabou, mas ainda existem nas laterais do abrigo dois pequenos nichos com representação desses grupos. Afora os lugares que visitamos nesta viagem, existem diversas outras localidades do Maranhão com manifestações rupestres; nesta região, existe um grande potencial arqueológico, ainda à espera de prospecções na área, revelando a presença de grupos pré-históricos nesses locais (Sousa, 2008, p. 5).

Outra nota coletada na literatura foi publicada no Blog do Sabá, pelo jornalista Cláudio Sabá, em 26 de maio de 2013, sob o título "Inscrições rupestres próximas a Caxias". Na matéria, é registrada a existência de um sítio arqueológico no município de São João do Sóter, com várias inscrições rupestres. Trata-se do Lajeiro do Escrivão (ver FIGURAS 33 e 34), nome dado ao abrigo de pedra que mede 32,5 m de comprimento e atinge até 3 metros de altura, segundo Sabá (2013).

Para o jornalista, "o Lajeiro do Escrivão é ainda o único sítio do Maranhão até agora conhecido que apresenta vestígios de pintura nos sulcos das gravuras, tornando a importância de sua preservação uma necessidade dos poderes públicos municipal, estadual e federal" (Sabá, 2013, p. 2).

Figura 33 – Paredão que forma o sítio Lajeiro do Escrivão, em São João do Sóter



Fonte: Fotografia de Cláudio Sabá (2013).

Figura 34 – Composições gravadas do sítio Lajeiro do Escrivão, em São João do Sóter



Fonte: Fotografia de Cláudio Sabá (2013).

Convém também destacar a matéria "Um passado a ser desvendado em Gonçalves Dias", publicada no blog Gonçalves Dias, sob o domínio Clio, em 15 de janeiro de 2013, de autoria do jornalista Relve Marcos, que indica várias localidades que poderiam ter sido ocupadas por populações indígenas, sobretudo, falantes de línguas do Tronco Macro Jê, como os povoados de Coitezinho, Centro do Zé Antônio, Olho D'água Seco, Centro do Carolinda, Cruz, Patioba, Centro dos Correias e Reserva. Dentre os principais vestígios arqueológicos já identificados no município, o jornalista cita as inscrições rupestres situadas às margens do rio Codozinho, no povoado Coitezinho, no sítio chamado "Pedra de Letras" (ver FIGURAS 35 e 36).

Figura 35 – Gravura rupestre na base do paredão do Sítio Pedra de Letras, em Gonçalves Dias



Fonte: Fotografia de Relve Marcos (2013).

Figura 36 – Cúpulas rupestres no Sítio Pedra de Letras, em Gonçalves Dias



Fonte: Fotografia de Relve Marcos (2013).

Sobre esse sítio, o jornalista comentou:

> Apesar dos séculos que se passaram os vestígios da presença humana antes do século XX, chegaram até a contemporaneidade, como as marcações rupestres no paredão de arenito, localizado no povoado Coitezinho, há naquele lugar, vastas marcações em pedra, que foram encontradas pelos "primeiros" moradores locais no decorrer das décadas de 1930 e 1940, este local ficou conhecido como "Pedra de Letras", tida como encantada pelos moradores locais, onde segundo eles, aquelas chegam até a cantar (Marcos, 2013, p. 3).

Contudo, pesquisas mais sistemáticas realizadas nessa região ocorreram entre os municípios de São Domingos do Maranhão e Colinas, conduzidas por Bandeira (2003), que registrou a ocorrência de gravuras rupestres nas cavernas desses municípios. Sobre a Caverna Traqueira, ela situa-se no Baixão da Lagoa, no povoado Traqueira, em terras pertencentes ao Senhor Waldemiro Lopes de Oliveira, com acesso pela rodovia que liga São Domingos do Maranhão ao município de Colinas (ver FIGURA 37).

Figura 37 – Entrada da Caverna Traqueira, São Domingos do Maranhão



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2003).

Trata-se de um abrigo com três entradas distintas, parcialmente destruídas pelo desmoronamento de alguns blocos do teto, pela ação de abelhas e cupins, além da depredação causada por inúmeros riscos e assinaturas nas paredes, incluindo uma assinatura datada de 1700. A caverna apresentou dois compartimentos: o primeiro foi o único acessível para pesquisa, devido à luminosidade natural; já o segundo, com enormes blocos caídos, inviabilizava o acesso ao seu interior. Quanto aos registros rupestres, foram registradas apenas gravuras com motivos geométricos (FIGURAS 38 e 39), espalhadas em blocos caídos logo na entrada do abrigo e em algumas partes do teto e das paredes. Visualizaram-se cinco conjuntos de gravuras, entre bastonetes, sinais e traços geométricos (Bandeira, 2003).

Figura 38 – Gravuras ameaçadas de destruição por ação de cupim



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2003)

Figura 39 – Gravuras geométricas encontradas no interior da Traqueira



Fonte: Fotografia de Arkley Bandeira (2003).

A Caverna Élida situa-se no povoado de Bacupari, pertencente ao município de São Domingos do Maranhão. De lá, percorre-se cerca de sete quilômetros até o acesso à caverna Élida, conhecida pelos moradores locais como "Casa Escrita". Da entrada, avista-se um imenso paredão com uma pequena cavidade em seu interior.

Diante do exposto, a partir da síntese de conhecimento apresentada neste capítulo foi possível construir uma listagem dos sítios arqueológicos com gravuras rupestres já visitados e georeferenciados, conforme o quadro 3.

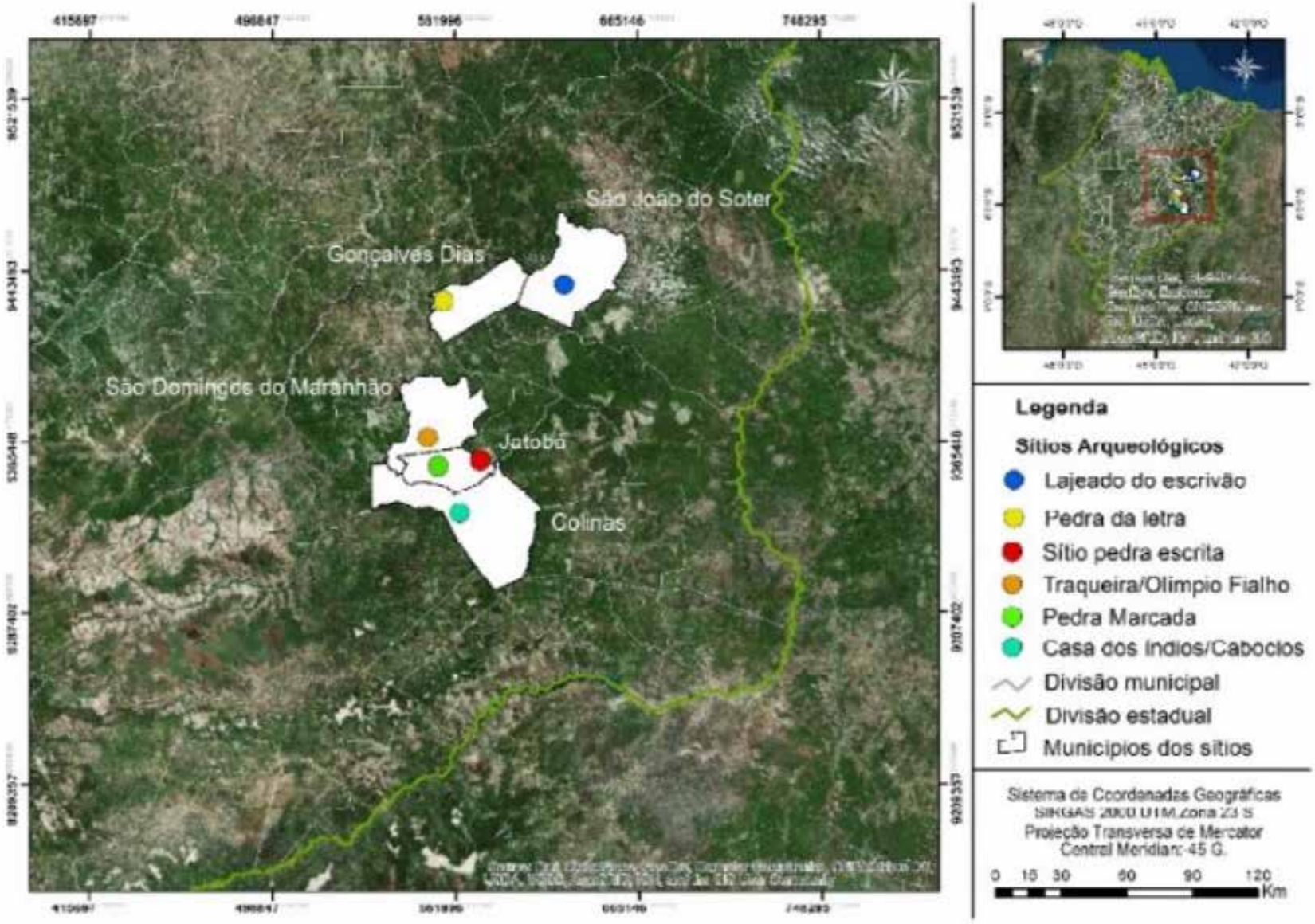
Quadro 3 – Listagem dos sítios com gravuras rupestres na bacia do Itapecuru

Nome do sítio	Coordenada UTM			Município	Tipologia
Lajeado do Escrivão	23M	631678	9437294	São João Sóter	Gravura Rupestre
Pedra da Letra	23M	576764	9429883	Gonçalves Dias	Gravura Rupestre
Caverna Élida/Sítio Pedra Escrita	23M	593396	9357175	São Domingos do Maranhão	Gravura Rupestre
Traqueira/Olímpio Fialho	23M	569456	9367482	São Domingos do Maranhão	Gravura Rupestre
Casa de Pedra	23M	574283	9354693	São Domingos do Maranhão	Gravura Rupestre
Casa dos Índios/Caboclos	23M	583953	9333418	Colinas	Gravura Rupestre
Sítio Pedra Marcada	23M	574283	9354693	Loreto	Gravura Rupestre

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

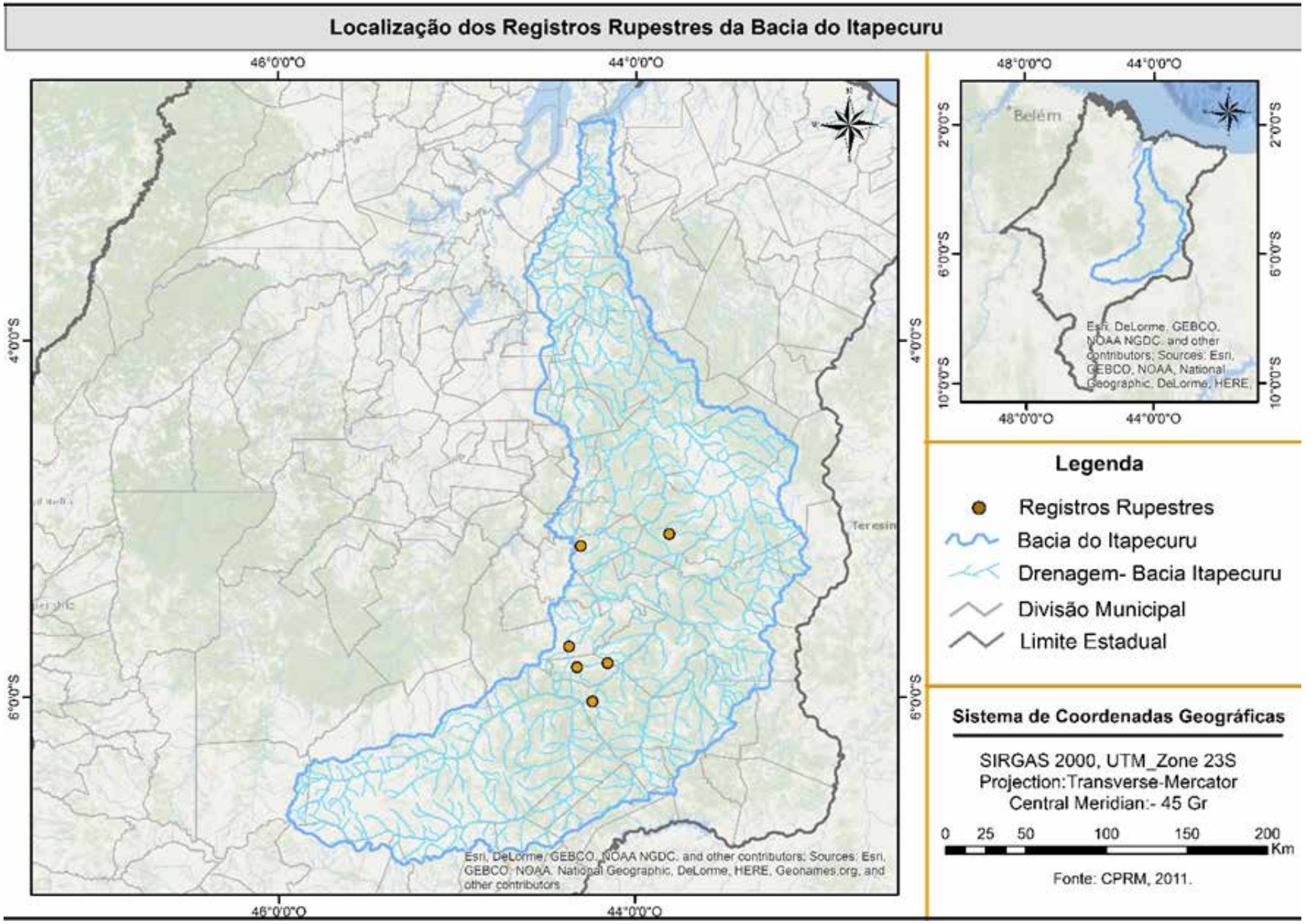
A partir da identificação e georeferenciamento foi possível categorizar a distribuição espacial dos sítios com registros rupestres na bacia do médio e alto Itapecuru, conforme ilustrado nas figuras 40 e 41.

Figura 40 – Sítios arqueológicos distribuídos por municípios na bacia do rio Itapecuru



Fonte: Arkley Bandeira (2019).

Figura 41 – Sítios arqueológicos distribuídos nos cursos da bacia do rio Itapecuru



Fonte: Arkley Bandeira (2019).

Apesar do conhecimento ainda fragmentado, algumas considerações já podem ser feitas acerca da ocorrência de sítios com gravuras rupestres nas porções do médio e alto curso do rio Itapecuru. A primeira é a associação com um relevo escarpado, com ocorrência de cavidades, paredões e abrigos, típicos do planalto centro-sul do Maranhão, com variações significativamente mais altas em relação ao nível do mar, além de apresentar condições geoambientais favoráveis, como a existência de uma extensa rede hídrica.

Além disso, dois tipos de registros rupestres estão sendo evidenciados nessa região, o que pode delimitar duas áreas de fronteiras culturais ou de contato interétnico: as pinturas rupestres, executadas em suportes rochosos de calcário e em abrigos mais protegidos, e as gravuras rupestres, em paredões e abrigos abertos, sobre suporte arenítico.

Além disso, a interface entre a arqueologia e a espeleologia pode avançar, visto que muitas cavernas são descobertas por profissionais que registram apenas as características físicas, frequentemente sem conseguir identificar vestígios da presença humana ancestral. Nesse contexto, a expectativa é de que o número de cavidades cresça rapidamente, assim como os sítios arqueológicos com registros rupestres na bacia do Parnaíba.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das pesquisas arqueológicas apresentarem um cenário fragmentado, uma vez que foram realizadas em intervalos temporais diferenciados, com objetivos e métodos diversos, o contexto arqueológico da porção centro-sul do Maranhão revela um altíssimo potencial para o aprofundamento dos estudos sobre as gravuras rupestres, inclusive por meio de escavações sistemáticas em cavernas e abrigos com acúmulo sedimentar.

Tomando como base estudos sobre gravuras realizadas em regiões próximas, identificamos os textos de Guidon (1992) e Martin (1999), que apresentam uma primeira sistemática de classificação desses registros no Piauí, indicando a existência de dois grandes conjuntos de evidências: a "Grande Tradição Itaquatiara", caracterizada por elementos diagnósticos, como tridáctilos, fitomorfos, triângulos semelhantes à vulva, pontos e incisões circulares, traços paralelos, horizontais e/ou verticais, pirogas, lâminas de machado, além da representação de pés e pegadas humanas e de animais, temáticas observadas tanto nos sítios da bacia do Parnaíba quanto do Itapecuru.

Supostamente, esses sítios estariam associados a grupos caçadores-coletores típicos do Nordeste brasileiro, com sítios localizados às margens e leitos rochosos de rios e riachos do sertão, marcando cachoeiras ou pontos onde a água persiste mesmo durante a época da seca (Guidon, 1992).
Tal classificação é genérica quando aplicada às gravuras rupestres de Tasso Fragoso e precisa ser mais refinada, especialmente no que diz respeito às filiações culturais, tanto para gravuras quanto para pinturas. Convém reiterar que não existem datações para os sítios com registros rupestres no Maranhão, o que dificulta associações diretas com os possíveis responsáveis pelos registros.

Ademais, faz-se necessário o aprofundamento das temáticas registradas, no sentido de avançar nas tipologias das gravuras, para além da dicotomia entre figurativas e abstratas, bem como no mapeamento das técnicas de elaboração. A esse respeito, algumas correlações já podem ser feitas, a partir da interpretação dos estudos até então disponíveis, como a clara semelhança visual entre os sítios do alto Parnaíba e as gravuras rupestres

do médio Tocantins, nas margens maranhense e tocantina (Leite Filho, 1991; Braga, 2011 e 2014; Bandeira, 2017).

De todo modo, o contexto arqueológico aponta para uma provável reocupação desses sítios por grupos de caçadores-coletores, incluindo povos ceramistas que praticavam algum tipo de cultivo em várias regiões do Estado.

Em relação ao potencial para futuras pesquisas arqueológicas, destacamos a necessidade premente de realização de escavações, visto que no interior das cavidades mais profundas há substrato sedimentar com alto potencial informativo, onde os contextos primários podem estar preservados. Contudo, ressalta-se que, até o fechamento deste capítulo, nenhum dos sítios mencionados foi objeto de escavação arqueológica. A partir da compreensão dos processos de formação desses abrigos, é essencial que se estabeleçam as primeiras referências temporais para as ocupações dos sítios e sua associação a outros elementos da cultura material.

A esse respeito, a análise de uma amostra de materiais líticos coletados em superfície nos sítios de Tasso Fragoso e Alto Parnaíba encontrou várias semelhanças com a Tradição Itaparica (Fagundes; Bandeira, 2014). Os artefatos foram classificados como não formais, predominando raspadores sobre lascas retocadas e raspadores denticulados, sobre lascas ou blocos. Os suportes mais utilizados foram o sílex e, em menor quantidade, quartzo e quartzito. Logo, apesar de não existirem datações para essa região, a associação das gravuras com a Tradição Itaquatiara e da indústria lítica com a Tradição Itaparica situa os sítios em uma faixa cronológica possivelmente entre 12 a 5 mil anos AP.

Para os períodos mais recentes, os relatos etnohistóricos podem auxiliar as pesquisas arqueológicas, uma vez que demonstram uma forte presença indígena na porção centro-sul do Maranhão até meados do século XIX, incluindo a resistência significativa desses povos às frentes colonizadoras provenientes da Bahia e do Piauí, conforme registrado em um relato do século XVIII. Ao correlacionar o mapa de Curt Nimuendaju (2002) com a área de pesquisa, observa-se um predomínio marcante de grupos de língua Jê em toda a região centro-sul do Maranhão, predominantemente compostos pelas etnias Crans e Timbiras.

Por fim, ressaltamos que, embora se trate de uma região com baixa densidade demográfica, muitos sítios rupestres estão localizados em áreas propícias à ocupação humana, caracterizadas por abundante recurso hídrico e solos férteis. A reocupação desses abrigos pelos moradores tem causado impacto significativo na matriz arqueológica, especialmente devido a práticas como a inscrição sobre as gravuras no arenito, o pastoreio de gado, que afugenta a fauna local nos abrigos, a implantação de fogueiras no interior das cavidades e a retirada de rochas.

Conforme abordado ao longo deste texto, a região centro-sul do Maranhão, especificamente as bacias dos altos e médios cursos dos rios Parnaíba e Itapecuru, anteriormente considerada um vazio arqueológico, configura-se como uma das regiões com maior potencial para a pesquisa sobre gravuras rupestres no Brasil. Dada a extensão dessa macrorregião e a existência de áreas com características geoambientais semelhantes, a tendência é que, com a intensificação das pesquisas, mais sítios com gravuras rupestres sejam identificados.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. Disponível em: https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/rodadas-concluidas/concessao-de-blocos--exploratorios/14a-rodada-licitacoes-blocos/arquivos/areas-oferta/sumario-parnaiba.pdf. Acesso em: 07 out 2023.

ALCANTARA, E. H. Caracterização da bacia hidrográfica do rio Itapecuru, Maranhão – Brasil. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, n. 7, v. 11, p. 97-113, 2004.

BANDEIRA, A. M. **Um panorama sobre os registros rupestres no Estado do Maranhão**. 2003. 38f. Monografia (Licenciatura plena em História). Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2003.

BANDEIRA, A. M. **Segundo Relatório Técnico de Consultoria de Pesquisa Arqueológica**. Arranjos Produtivos Locais – SEBRAE. Balsas: SEBRAE, 2009.

BANDEIRA, A. M. **Quarto Relatório Técnico de Consultoria de Pesquisa Arqueológica**. Arranjos Produtivos Locais – SEBRAE. Balsas: SEBRAE, 2011.

BANDEIRA, A. M. **Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luís – MA**: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica. 2013. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BANDEIRA, A. M; BRANDI, R. A (org.). **Nova luz sobre a arqueologia do Maranhão**. São Luís: Brandi & Bandeira Consultoria Cultural Ltda., 2014.

BANDEIRA, A. M. Tasso Fragoso: uma nova fronteira para pesquisa arqueológica no Maranhão. **Cadernos do LEPAARQ** – UFPEL, Pelotas, v. 14, n. 28, p.59-90, 2017.

BANDEIRA, A. M. *et al.* Aplicação de um Modelo para Aferição do Risco ao Patrimônio Arqueológico na Bacia do Itapecuru – MA: Conhecimento e Zoneamento. *In:* MASULLO, Y. A. G.; SOARES, L. S. (org.) **Mais Itapecuru**: subsídios ao planejamento e a gestão de recursos hídricos. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos, p. 184 – 223, São Luís: IMESC, 2019.

BANDEIRA, A. M. *et al.* Ocorrência de sítios com registros rupestres na bacia do rio Itapecuru, estado do Maranhão: distribuição espacial e potencial para as pesquisas arqueológicas. **International Journal of Development Research**, Índia, v. 10, n. 6, p. 37289-37299, 2020.

BRAGA, A. **Sítio Arqueológico Testa Branca II, Contributo a Arqueologia Rupestre no Brasil. Estreito, Maranhão – Brasil**. 2011. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2011.

BRAGA, A. Arte Rupestre no Maranhão, o caso Testa Branca II. *In:* BANDEIRA, A. M; BRANDI, R. A (org.). **Nova luz sobre a arqueologia do Maranhão**. São Luís: Brandi & Bandeira Consultoria Cultural Ltda., p. 239-267, 2014.

BRITO, F. P. **Análise de gravuras rupestres pré-históricas das bacias hidrográficas do nas bacias dos rios Espinharas/Sabugi/Quipauá/Barra Nova, no Seridó Ocidental – RN**. 2011. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

CAINO, J. S. *et al.* Perspectivas da arqueologia sul maranhense. *In:* BANDEIRA, A. M; BRANDI, R. A (org.). **Nova luz sobre a arqueologia do Maranhão**. São Luís: Brandi & Bandeira Consultoria Cultural Ltda., p. 215-238, 2014.

CARVALHO, A. T. F. Bacia hidrográfica como unidade de planejamento: discussão sobre os impactos da produção social na gestão de recursos hídricos no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 42, v. 1, p. 140-161, 2020.

CASSETI, V. **Compartimentação topográfica**. 1995. Disponível em: http://www.funape.org.br/geomorfologia/cap2/index.php#titulo2.2.1.2f. Acesso em: 11 fev 2014.

FAGUNDES, M. Relatório de Análise da cultura material lítica evidenciada na UHE Canto do Rio, Maranhão e Piauí. *In:* BANDEIRA, A. M. **Relatório de Diagnóstico Arqueológico Interventivo UHE Canto do Rio – Alto Parnaíba, Tasso Fragoso e Balsas – MA, e Santa Filomena – PI**. São Luís: Brandi & Bandeira Consultoria Cultural, 2014.

FIALHO, O. Casa de Pedra. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão**. São Luís, ano 7, n. 6, p. 47-51, 1956.

GASPAR LEITE, E. Patrimônio arqueológico do Maranhão: resgate da memória, construção da identidade e fortalecimento da cidadania. *In:* **SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO MARANHÃO OITOCENTISTA**, 2. UEMA: São Luís, 2011.

GEM – GRUPO ESPELEOLÓGICO DE MARABÁ. **Levantamentos temáticos preliminares para evidenciar o potencial turístico do Município de Tasso Fragoso – MA**. Marabá: Fundação Casa de Cultura de Marabá, 2002.

GUIDON, N. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). *In:* CUNHA, M. C. (org.) **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa Geoambiental do Maranhão**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em www.ibge.gov.br Acesso em: 02 jan 2012.

LEITE FILHO, D. C. Gravuras Rupestres no Município de Carolina – MA. Cantaria – **Boletim informativo do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico e Paisagístico do Maranhão**. São Luís, ano 4, n. 11, p. 2, 1991.

LEITE FILHO, D. C.; GASPAR LEITE, E. Grafismos rupestres. **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore**. São Luís, n. 12, p. 8, dez. 1998.

LIMA, O. C. Província Espeleológica do Maranhão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão**. São Luís, Ano 59, n 10, p. 62-70, 1985.

LIMA, O. C. Cultura rupestre maranhense – arqueologia, antropologia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão**. São Luís, Ano 60, n. 11, p. 07-12, mar. 1986.

LIMA, O. C.; AROSO, O. C. L. **Pré-História Maranhense**. São Luís-MA: SIOGE, 1989.

MARCOS, R. **Um passado a ser desvendado em Gonçalves Dias**. Blog Gonçalves Dias, sob o domínio Clio. Caxias, 15 de janeiro de 2013. Disponível em: https://gdclio.wordpress.com/2013/01/15/um-passado-a-ser-desvendadoem-goncalves-dias/ . Acesso em: 07 out 2023.

MARTIN, G. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora da UFPE, 1999.

MARTINS, D. C. *et al.* **Carta Arqueológica**: divisão regional para o registro e cadastramento de sítios arqueológicos do estado de Goiás. v. 1. Erechim: ed. Habilis Editora, 2009.

MARTINI, J. E. J. Dissolution of Quartz and Silicate Minerals. *In:* KLIMCHOUK, B. A.; FORD, D. C.; PALMER, A. N.; DREYBRODT, W. (ed.). **Speleogenesis**: Evolution of Karst Aquifers. Huntsville: National Speleological Society, 2000. p. 171-174.

MORAIS, A. R. C.; CASTRO, C. E de. Cavernas de Tasso Fragoso – MA: mapeamento e registro das ocorrências espeleológicas como subsídio à preservação da Geodiversidade. **Espeleo-Tema**, Campinas: SBE, v. 28, n. 1, 2017.

NIMUENDAJU, C. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

SABÁ, C. **Inscrições rupestres próximas a Caxias**. Blog do Sabá. Caxias, 26 de maio de 2013. Disponível em: http://www.blogdosaba.com.br/2013/05/exclusivoinscricoes-rupestres-proximas.html. Acesso em: 07 out 2023.

SALDANHA, M. **Estudo sobre a arqueologia pré-histórica do Maranhão**. 2011, 85f. Monografia (Licenciatura plena em História). Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2001.

SOUSA, P. M. Manifestações rupestres em cavernas do Maranhão. **Jornal Pequeno**. São Luís, 14 de agosto de 2008. Disponível em: https://edicao.jornalpequeno.com.br/impresso/2008/11/14/manifestacoes-rupestres-emcavernas-do-maranhao. Acesso em: 07 out 2023.

SPOLADORE, A.; COTTAS, L. R. A gruta do portão de cima e a gruta do portão de baixo: duas cavernas areníticas no município de Sengés – PR. **Geografia**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 71-83, 2005.

SZCZERBAN, E.; URBANI, F. Carsos de Venezuela. Parte 4: Formas carsicas en areniscas precambrianas del territorio federal Amazonas y estado Bolivar. **Boletin de la Sociedade Venezolana de Espeleologia**, Venezuela, v. 5, p. 27-54, 1974.



AS ITACOATIARAS DA PARAÍBA

Juvandi de Souza Santos[59]

1 O CONCEITO DE ITACOATIARA: UMA INTRODUÇÃO AO TEMA

O principal objetivo deste trabalho é evidenciar a existência de sítios arqueológicos com gravuras (Itacoatiaras) em todo o Estado da Paraíba. Selecionamos sete sítios localizados em mesorregiões distintas do estado, com o intuito de proporcionar ao leitor, pesquisador e até mesmo ao público leigo, uma percepção do grande número, da beleza cênica e da vasta distribuição desses sítios arqueológicos. As descobertas de pedras gravadas na Paraíba, especialmente nas prospecções realizadas recentemente, demonstram que este tipo de sítio é, até certo ponto, comum no estado. Isso fica evidente pelo fato de já termos identificado Itacoatiaras em diversos municípios paraibanos.

De modo geral, as itacoatiaras são associadas a gravuras localizadas nas proximidades de mananciais hídricos, como rios, riachos, tanques ou caldeirões. No entanto, nas sertanias da Paraíba, diversas itacoatiaras foram identificadas em áreas distantes de mananciais hídricos (FIGURA 1).

O termo "itacoatiaras" origina-se do Tupi e significa "Pedra Pintada". Embora as itacoatiaras sejam principalmente caracterizadas por gravuras feitas a cinzel, especialmente em baixo relevo, não há registros de itacoatiaras em alto relevo na Paraíba.

59 Arqueólogo e professor da Universidade Estadual da Paraíba. Doutorado em História/Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: juvandi@terra.com.br.

Figura 1 – Itacoatiara no sertão paraibano distante de algum manancial hídrico. Sítio arqueológico Gravier, Belém do Brejo do Cruz, Paraíba



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2024).

De acordo com a situação geoambiental da região, as itacoatiaras podem apresentar formas variadas. Gabriela Martin (2005) faz um alerta importante: devido à complexidade desses sítios arqueológicos, que englobam uma grande variedade de grafismos e técnicas, ela sugere que fossem estabelecidas tradições itacoatiaras, com base nas características de cada região. No entanto, ela observa que, na região Nordeste, as rochas gravadas acabam sendo agrupadas em uma única tradição, denominada ITACOATIARA.

Entre as diversas tradições de Itacoatiaras mencionadas pela autora, ela destaca algumas das principais características da "Grande Tradição Itacoatiara" (Martin, 2005, p. 292), que representa as gravuras rupestres da região Nordeste:

a) predomínio de grafismos puros;
b) presença de alguns antropomorfos;
c) marcas de pés;
d) lagartos e pássaros também aparecem com frequência;
e) as Itacoatiaras do Nordeste estão sempre próximas a corpos d'água (com exceção, como já exposto anteriormente);
f) pela sua complexidade e beleza cênica, essa tradição despertou a curiosidade e inspirou inúmeros jornalistas, viajantes, curiosos e até intelectuais a escreverem "estórias" fabulosas sobre esses petróglifos;
g) dificuldades em associá-las a um grupo étnico, pois, devido à sua proximidade com corpos d'água, todo e qualquer vestígio arqueológico

utilizado para confeccioná-las provavelmente se perdeu, sendo levado pela correnteza dos rios e riachos, exceto aquelas já identificadas na Paraíba que não estão próximas a nenhum tipo de manancial hídrico;
h) dificuldades em estabelecer cronologias, sendo uma exceção o abrigo do Letreiro do Sobrado (PE), cuja ocupação foi datada entre 1200 e 6000 AP, associada a material lítico e fogueiras.;
i) predomínio de desenhos esquemáticos;
j) os petróglífos do Nordeste sempre foram associados ao culto das águas;
k) com frequência, aparecem linhas onduladas que parecem imitar o movimento das águas;
l) representações de astros também aparecem com frequência. Um exemplo na nossa região é Itacoatiara do Ingá, que apresenta, em um de seus painéis, possíveis representações cosmológicas (FIGURA 2);
m) a presença frequente de marcas capsulares, também conhecidas na arqueologia como *cupules*, que são pequenas depressões esféricas.

Figura 2 – Suposta representação astronômica em um dos painéis rupestres da Itacoatiara do Ingá, Ingá, Paraíba



Fonte: Fotografia de Antônio Marcos Pereira dos Santos (2024).

2 QUEM PINTOU E GRAVOU OS DESENHOS RUPESTRES?

Segundo Martin (2005), três importantes grupos pintaram e gravaram matacões, abrigos e rochedos diversos, especialmente nos sertões. Atualmente, três tradições principais de arte rupestre são registradas no Nordeste do Brasil: a Tradição Nordeste, a Tradição Agreste e a Tradição Itacoatiara de gravuras rupestres. Embora outras tradições também tenham sido identificadas na região, são essas três que mais nos interessam, tanto pela riqueza visual dos painéis quanto pela quantidade de sítios existentes, especialmente os das Tradições Agreste e Itacoatiara na Paraíba. Esta última, aliás, é o foco principal do nosso estudo. Dessa forma, é possível que diferentes grupos humanos, em épocas distintas, tenham sido responsáveis pela execução dessa arte rupestre.

Nos últimos anos, diversas obras foram publicadas abordando as diferentes tradições de arte rupestre no Nordeste, como Martin (2005), Pessis (2003) e Santos (2005), entre outros. No entanto, nosso foco será a Tradição Itacoatiara, uma vez que um de nossos principais objetivos é apresentar algumas dessas gravuras no território paraibano.

2.1 A tradição Itacoatiara de gravuras rupestres

Uma tradição de arte rupestre é caracterizada por apresentar os horizontes culturais de um grupo, ou seja, determinados traços capazes de identificar aquele grupo étnico, o que só corrobora a ideia da existência de "grupos étnicos diversos e com características culturais diferentes" (Martin, 2005, p. 251). A autora ainda conceitua o termo tradição da seguinte forma: "um complexo sócio-cultural em que determinados grupos étnicos se desenvolvem" (Martin, 2005, p. 290).

Representações de corpos celestes aparecem com certa frequência nas Itacoatiaras. No entanto, ainda não há evidências suficientes para afirmar que esses desenhos e gravuras, possivelmente representando astros, devam ser enquadrados em uma nova tradição de arte rupestre, denominada por alguns como "astronômica". Essa crítica também foi exposta por Prous (2022).

2.2 Grafiteiros das cavidades naturais?

Marcela Buscato (2006), ao entrevistar o paleontólogo norte-americano Russel Guthrie, apresenta uma nova perspectiva sobre a arte rupestre no mundo.

De modo geral, cientistas identificam nas figuras rupestres ao redor do mundo, pintadas e gravadas há milhares de anos, "traços de narrativas antigas ou rituais místicos" (Buscato, 2006, p. 76). No entanto, a interpretação do paleontólogo norte-americano Russel Dale Guthrie (2005, p. 167), renomado no meio acadêmico dos Estados Unidos, diverge dessa visão. Ele argumenta que "grande parte da arte produzida por nossos ancestrais no período das cavernas foi feita por jovens, por pura diversão".

Segundo o cientista, a arte parietal era uma expressão da criatividade, essencial para a sobrevivência e a interação social, especialmente entre os jovens. Para chegar a essa conclusão, o paleontólogo utilizou um programa de computador capaz de identificar o sexo e até a idade provável dos "grafiteiros" da Pré-História.

3 OS GRAFISMOS RUPESTRES

É Gabriela Martin (2005) quem melhor apresenta a terminologia utilizada para designar qualquer desenho dentro do conjunto pictórico rupestre. Dessa forma, a autora classifica os grafismos em três grupos básicos:

Os grafismos puros: são as pinturas ou gravuras não identificáveis, geralmente chamadas de geométricas, astronômicas e abstratas (FIGURA 3);

Figura 3 – Gravuras de grafismos puros no sítio arqueológico Lajedo do Bravo, município de Boa Vista, Paraíba



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2024).

Grafismos de composição: são figuras capazes de reconhecimento: antropomorfos, zoomorfos e/ou fitomorfos (FIGURA 4).

Figura 4 – Grafismos compostos, nos quais se observam possíveis figuras zoomorfas, no sítio arqueológico Lagoa da Roça, município de Belém do Brejo do Cruz, Paraíba



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2024).

Grafismos de ação: são figuras que representam cenas a partir dos grafismos de composição (FIGURA 5).

Figura 5 – Grafismos de ação (?), sítio Letreiro, município de Água Branca, Paraíba



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2024).

3.1 Quando surge a arte rupestre?

Na Europa, a arte rupestre surge a partir do momento em que a imaginação humana começa a criar o pensamento abstrato, o que ocorre no Paleolítico Superior, com estudos indicando que traços rupestres já foram gravados na França há pelo menos 57 mil anos (CANALTECH, 2023), enquanto nas Américas, ela emerge com os primeiros grupos caçadores nômades.

Nas Américas, a arte pré-histórica, segundo Martin (2005), surge de forma simultânea em diversas partes do planeta entre 30 e 25 mil anos antes do presente, embora existam sítios muito mais antigos. A arte rupestre acompanha o processo de desenvolvimento da espécie humana, refletindo sua crescente capacidade de abstracionismo.

A arte rupestre pode ser vista como uma forma de arte moderna, um vestígio da arte pré-histórica, especialmente ao considerar que, no caso do Nordeste brasileiro, os sítios com figuras rupestres são datados, nos casos mais antigos, em até 12 mil anos, no Piauí, segundo Pessis (2003). Conforme Gabriela Martin (2005, p. 240), a arte rupestre teria sido a "primeira manifestação estética da Pré-história brasileira, especialmente rica no Nordeste". As pinturas rupestres também refletem uma preocupação com o BELO, pois o pintor (ou artista), mesmo que com intenções diversas – seja para a magia, para retratar o cotidiano grupal ou até mesmo o ócio – sem dúvida "desejava que o desenho fosse 'belo' segundo seus próprios padrões estéticos" (Martin, *op. cit.*, p. 240). Para comprovar isso, basta observarmos atentamente e de forma cuidadosa os belos painéis rupestres que existem nos incontáveis sítios espalhados pelo Brasil.

3.2 Uso de alucinógenos para a confecção dos painéis rupestres?

Seria uma grande pretensão afirmar que todos os desenhos rupestres, em qualquer lugar, foram elaborados por indivíduos sob o efeito de substâncias alucinógenas. Basta apenas considerar o tempo e o esforço necessários para gravar, em uma rocha dura, uma gravura em baixo-relevo como as encontradas na Itacoatiara do Ingá. Seriam necessários muitos psicotrópicos para tal.

As pesquisas da arqueóloga Conceição Beltrão, na Bahia, enfatizaram essa temática, sem, no entanto, afirmar que todos os sítios rupestres foram criados por indivíduos sob efeito de substâncias psicoativas.

Reichel-Dolmatof, ao estudar o uso de alucinógenos, demonstrou que, em alguns casos, o indivíduo, após inalar ou ingerir determinadas substâncias, "vê" figuras semelhantes às desenhadas por indígenas da região do Amazonas e às gravuras encontradas às margens dos rios, nas famosas itacoatiaras. No entanto, Gabriela Martin (2005) alerta para o fato de que não se deve assumir que o uso de alucinógenos tenha sido responsável por levar os indivíduos da Pré-história a pintar e gravar os locais de seus supostos rituais. Afirmar isso seria um erro grave, comum entre aqueles que carecem de um rigor científico mínimo: acreditar que toda arte rupestre foi criada por indivíduos sob o efeito de substâncias que os fariam ver fosfenos.

3.3 O perfil técnico para a confecção das gravuras

Pessis (2002), ao analisar o perfil técnico das gravuras rupestres, afirma que são necessárias análises mais complexas e precisas, pois essas gravuras resultam de diversas ações humanas sobre uma determinada rocha suporte.

Para identificar o conjunto das cadeias operatórias da sequência que leva à realização das gravuras, por meio das técnicas aplicadas, a pesquisadora defende que se devem considerar os seguintes passos: a matéria-prima gravada, os instrumentos técnicos utilizados para gravar, os processos de gravação da rocha suporte e, finalmente, o conjunto de conhecimentos técnicos.

Sendo assim, quais as técnicas de confecção das Itacoatiaras já identificadas na Paraíba?

Anne-Marie Pessis (2002, p. 34) afirma de forma clara que é necessário considerar vários fenômenos no processo de confecção das gravuras rupestres, os quais transcrevemos a seguir:

> a) a matéria-prima: é o suporte, a rocha, onde será gravado;
> b) instrumentos para gravar a rocha: geralmente são utilizadas rochas mais resistentes do que aquelas que serão gravadas (escala de Mohs, que quantifica a dureza dos minerais e, consequentemente, a resistência que um determinado mineral oferece ao risco);
> c) o processo e a sequência operatória: são as etapas sucessivas no processo de gravação;
> d) o conhecimento técnico: quem vai gravar a rocha necessita ter certo conhecimento técnico das etapas citadas anteriormente.

Tais características refutam a ideia generalizada de que as gravações em rochas foram feitas por indivíduos que haviam consumido alucinógenos.

Para a realização das gravuras rupestres, acredita-se que os grupos étnicos que as confeccionavam usavam materiais líticos mais resistentes do que o próprio suporte a ser gravado. Para cada tipo de rocha a ser gravada, é necessário o uso de materiais diferentes. De acordo com Pessis (2002, p. 35), "quando se pretende gravar sobre arenito, um instrumento preparado a partir de um seixo de quartzito será suficiente. Quando o suporte é um mármore ou granito, a escolha da matéria prima é mais restrita a rochas de dureza superior como o sílex".

Várias formas podem ser utilizadas para se chegar à gravura no bloco suporte. Anne-Marie Pessis cita duas principais: uma delas é a gravura picoteada, em que se chega ao resultado por meio de pequenos impactos com um instrumento pontiagudo; a outra forma é a raspagem, que permite o aprofundamento de uma fenda inicialmente criada, conferindo o contorno da figura. Em alguns casos, a gravura se limitava a arranhões na pedra, enquanto, em outros, havia o aprofundamento com incisões mais profundas, como as verificadas principalmente na Itacoatiara do Ingá, na Itacoatiara do Surrão e na Itacoatiara Cachoeira do Pedro, todas localizadas na Paraíba.

De forma clara, a professora Ruth Trindade de Almeida, no final da década de 1970, já afirmava que a confecção das gravuras era realizada por meio de "sulcos executados na pedra". Quanto às gravuras em alto relevo, as menos comuns encontradas no Nordeste do Brasil, ela ressaltava que "consis-

tem em modelar o objeto em relevo, em relação ao plano da rocha em que se insere, tratando-se, portanto, de uma escultura feita na rocha" (Almeida, 1979, p. 24-25). Segundo Ruth Trindade, essa forma ainda não havia sido detectada na Paraíba na época em que ela realizou as prospecções de sítios rupestres no interior do Estado. Atualmente, ao visitarmos centenas de itacoatiaras no interior da Paraíba, continuamos a não encontrar gravuras desse tipo. O que é mais comum são as gravuras em baixo relevo. O uso de madeira e ossos de animais também, provavelmente, esteve presente no processo de gravação das rochas.

Com relação ao polimento das gravuras, encontramos inúmeras itacoatiaras com suas imagens polidas, como é o caso da Itacoatiara do Ingá. Para esse processo, eram utilizados seixos rolados, areia e água, que funcionavam como uma espécie de lixa primitiva. No vai-e-vem contínuo, esses materiais acabavam conferindo às gravuras a característica polida, como pode ser observado em diversas itacoatiaras.

3.4 Técnicas de gravuras rupestres identificadas na Paraíba: uma abordagem didática

Anne-Marie Pessis (2003), ao analisar a arte parietal do Parque Nacional da Serra da Capivara, especialmente os sítios com gravuras, observou que eram utilizadas pelo menos três técnicas distintas para gravar os desenhos: a incisão, a raspagem e o picoteamento. Essas mesmas técnicas também são encontradas nos sítios com gravuras da Paraíba.

Para exemplificar o exposto, mostraremos a seguir exemplos de sítios com gravuras (Itacoatiaras) existentes na Paraíba, que se enquadram no exposto por Annie-Marie Pessis (FIGURAS 6, 7 e 8).

Sítio que foi confeccionado com a técnica de incisão (FIGURA 6):

Figura 6 – Sítio arqueológico Lameirão, município de São José de Espinharas, Paraíba



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2024).

Sítio que foi confeccionado com a técnica de raspagem (FIGURA 7):

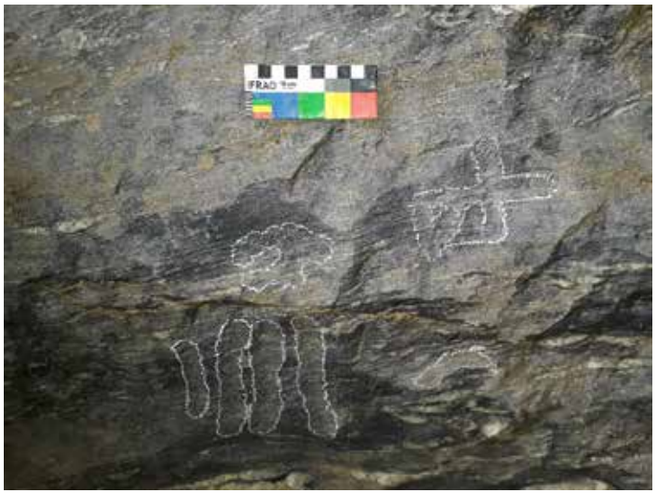
Figura 7 – Sítio arqueológico Baião, município de São José do Brejo do Cruz, Paraíba



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2024).

Sítio que foi confeccionado com a técnica de picoteamento (FIGURA 8):

Figura 8 – Sítio arqueológico Porcos IV, município de São Vicente do Seridó, Paraíba



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2024).

Em algumas regiões da Paraíba, há uma predominância de certas temáticas. Por exemplo, os sítios com incisões profundas ou meia-cana polida são encontrados com maior frequência nas mesorregiões do Agreste e Borborema, especialmente no Planalto da Borborema, enquanto os sítios com picoteamento e riscagem são mais comuns na mesorregião do Sertão da Paraíba.

3.5 Onde se encontram as Itacoatiaras?

De maneira geral, sítios arqueológicos de arte rupestre são encontrados em todo o território nacional, distribuídos em várias tradições, incluindo a Itacoatiara. Esta se distingue das outras tradições por apresentar gravuras rupestres (incisões) nas rochas. Na Paraíba, é possível encontrar Itacoatiaras em todas as mesorregiões e em quase todas as microrregiões.

As Itacoatiaras são encontradas em formas de relevos diversos, assim como em tipos de rochas diferentes, sendo o granito e o gnaisse as rochas mais comuns para a presença das gravuras rupestres.

Esse tipo de gravura rupestre é encontrado com maior frequência às margens ou nos leitos dos rios e riachos da Paraíba, assim como em penedos e afloramentos rochosos, e, às vezes, em pequenos matacões próximos a tanques e caldeirões, sendo comum nas regiões dos Cariris Velhos, Curimataú, Seridó e Sertão da Paraíba.

Nos imensos lajedos que ladeiam rios e riachos, pode-se encontrar este tipo de sítio arqueológico. A principal característica desse tipo de sítio arqueológico é a sua proximidade com a água. No entanto, existem Itacoatiaras que não apresentam essa característica, ou seja, encontram-se distantes de cursos d'água.

Tem sido comum encontrarmos gravuras rupestres associadas às pinturas, compondo um mesmo painel. Quase sempre, as figuras estão sobrepostas às gravuras, sendo, portanto, as gravuras mais antigas do que as pinturas (FIGURA 9).

Figura 9 – Sítio arqueológico Canta Galo IV, município de Pedra Lavrada, Paraíba: gravuras rupestres e pinturas sobrepostas



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2024).

Comparando-se os sítios de arte rupestre com as pinturas ou associações de pinturas/gravuras, percebe-se que os sítios com gravuras, ou seja, as Itacoatiaras, são a minoria. A explicação para esse fato talvez seja a dificuldade que os povos da Pré-história, responsáveis por aquelas gravuras, tinham em produzi-las, pois acredita-se que fossem de difícil confecção, um trabalho demorado e, a nosso ver, árduo e cansativo.

Menezes (2005, p. 24) afirma categoricamente que "nunca, até o presente, foram registradas gravuras que não estivessem localizadas nas proximidades imediatas de fontes hídricas". O autor da monografia intitulada *Ocorrências de Itacoatiaras no Planalto da Borborema – Paraíba*, em nossa opinião, fez uso de conceitos não científicos, pois já foram registradas na Paraíba itacoatiaras distantes algumas centenas de metros de um corpo d'água. Como exemplo, citamos a Itacoatiara Pedra da Torre, localizada na Fazenda Torre, no município de Riachão do Bacamarte, a cerca de 20 km de Campina Grande. No estudo da Pré-história, é sempre importante alertar aqueles eufóricos, céticos ou copistas que não utilizam metodologias e conceitos científicos a terem o máximo de cuidado antes de fazer afirmações sem fundamento.

No mesmo texto, o autor menciona os locais onde se encontram as famosas itacoatiaras: "em superfície de lajedos, paredes de boqueirões, caldeirões e marmitas, pedras assentadas as margens de rios ou olhos d'água e matacões sonoros sob lajedos onde existem tanques naturais de pedras ou lagoas próximas" (Menezes, 2005).

3.6 As Itacoatiaras de Leste e de Oeste

Como forma de traçar o perfil cultural dos grupos humanos que confeccionaram as gravuras, as quais pertencem à tradição Itacoatiara de arte rupestre, já se aceitam pelo menos duas tradições de gravuras rupestres no Brasil: as Itacoatiaras de Leste e as Itacoatiaras de Oeste. Vejamos as principais características de cada tradição:

> a) Itacoatiaras de Oeste: Este tipo de sítio com gravura já foi identificado em várias regiões do país, e foi no Estado de Mato Grosso que se conseguiu datar sítios desta tradição em pelo menos 12 mil anos AP. Os resultados de prospecções e sondagens demonstram que este tipo de sítio está ligado a grupos humanos caçadores-coletores, pois foi encontrada, associada a estas Itacoatiaras, uma indústria lítica de quartzito e sílex. Esse tipo de Itacoatiara apresenta grafismos puros e é encontrado desde a região de fronteira com a Bolívia até o Estado de Minas Gerais. Os painéis desta tradição geralmente estão em cachoeiras e próximos a lagos, fontes e grandes e pequenos depósitos naturais de água;
> b) Itacoatiaras de Leste: é uma típica tradição da região Nordeste do Brasil, em especial da área semiárida. Seus painéis são geralmente encontrados nos corpos d'água ou muito próximos a eles, embora com exceções. As Itacoatiaras servem como uma espécie de marca, pois é comum encontrá-las em locais semiáridos, mas com abundância de água, que, mesmo nos anos mais secos, conseguem reter o líquido precioso, geralmente em tanques e caldeirões, por um longo período de estiagem. Na Paraíba, são encontradas em quase todo o Estado, inclusive em municípios da mesorregião da Mata Paraibana.

3.7 Descrição de algumas itacoatiaras da Paraíba

A escolha dos sítios (em número de cinco) para expormos no trabalho se deveu a três características básicas: primeiro, a sua localização em pontos diferentes do Estado (QUADRO 1); em segundo lugar, a beleza cênica do sítio e seu entorno, que envolve desde sítios com uma quantidade significativa de gravuras, até o entorno faunístico e florístico do sítio; e, por último, levamos em consideração a rocha suporte e a técnica de gravação das gravuras (riscada, picoteada ou gravada), tudo isso com a meta de melhor informar aqueles que se interessam pela temática sobre a importância desses sítios pré-históricos.

O quadro 1 mostra, de forma simples, a localização espacial dos cinco sítios com gravuras que serão expostos a seguir. A ordem dos sítios segue o sentido leste/oeste do Estado da Paraíba.

Quadro 1 – Itacoatiaras com suas respectivas localizações no Estado da Paraíba, apontadas neste livro

Nº	Nome do sítio	Mesorregião	Microrregião	Município
01	Itacoatiara do Ingá	Agreste Paraibano	Itabaiana	Ingá
02	Itacoatiara do Estreito	Agreste Paraibano	Campina Grande	Campina Grande

Nº	Nome do sítio	Mesorregião	Microrregião	Município
03	Itacoatiara Cachoeira do Pedro	Borborema	Seridó Oriental Paraibano	Picuí
04	Itacoatiara Chorão	Borborema	Seridó Ocidental Paraibano	Junco do Seridó
05	Itacoatiara Pedra Branca	Borborema	Seridó Ocidental Paraibano	São Mamede

Fonte: Adaptado por Santos (2007).

A única mesorregião que não foi contemplado neste trabalho é a da Mata Paraibana, não pela inexistência de sítios com gravuras, mas sim, pela falta de pesquisa nesta região do Estado.

Recentemente, tomamos conhecimento da existência de Itacoatiaras as margens do rio Mamanguape nas imediações do município homônimo e no município de Sapé e no futuro iremos prospectá-las. Caso sejam identificadas, será publicado em outro material *a posteriori*.

No geral, as pesquisas de sítios rupestres, nos últimos tempos, não têm contemplado essa mesorregião (Mata Paraibana), carecendo de prospecções e pesquisas científicas mais contextualizadas e sistematizadas.

Para a descrição dos sítios fizemos uso da metodologia utilizada por Brito, Santos e Oliveira (2006) em obra intitulada *Pesquisas arqueológicas na Paraíba: a serra de Bodopitá*, por acharmos simples, porém abrangente, capaz de mostrar desde a localização do sítio, até características peculiares de cada local.

4 ALGUMAS ITACOATIARAS DA PARAÍBA

4.1 Itacoatiara do Ingá – Ingá, PB

Testemunho identificado: gravuras rupestres.

Localização geográfica: o sítio Itacoatiara do Ingá foi o primeiro monumento arqueológico tombado como patrimônio nacional, no ano de 1941. Portanto, toda a área é de domínio da União. O acesso é facílimo. O sítio dista cerca de 44 km da cidade de Campina Grande. Saindo de Campina Grande com destino à capital do estado (João Pessoa), pela BR-230, existem várias placas indicativas para chegar à cidade do Ingá, e de lá até as Itacoatiaras, que distam da cidade cerca de 4 km. Todo esse percurso, seja saindo do Recife, de João Pessoa ou de Campina Grande, é feito por vias

asfaltadas e em ótimo estado de conservação. A Itacoatiara do Ingá encontra-se nas seguintes coordenadas geográficas: altitude de 167 metros em relação ao nível do mar; latitude sul: 07°13'29.4"; longitude oeste: 35°35'52.6".

Descrição sumária: os arqueólogos classificam a Pedra do Ingá como "Itacoatiara" – que, em Tupi, significa "pedras pintadas", embora as inscrições estejam esculpidas em baixo relevo e não pintadas. No bloco rochoso principal, com 24 metros de comprimento e quase 4 metros de altura, pode-se observar a maioria das inscrições, que formam um fabuloso painel com dezenas de gravuras, provavelmente produzidas pelo uso de instrumentos de pedra, que "guardariam" dados sobre o cotidiano e os acontecimentos marcantes dos homens pré-históricos que ali viviam.

O local apresenta três painéis principais e outros locais marginais com centenas de gravuras, algumas riscadas, outras gravadas de forma profunda e polidas (FIGURA 10). Ao analisarmos com detalhes a Pedra do Ingá, podemos constatar estranhas gravuras que se assemelham a astros, aos animais, as plantas, a objetos desconhecidos e até algo que lembra um foguete, forçando a nossa imaginação, pois há quem diga que o tal foguete foi retratado para ir às estrelas, que também estão representadas na rocha. No entanto, isso é apenas uma mera hipótese. Alguns pesquisadores acreditam que essas inscrições tenham milhares de anos, enquanto outros afirmam que foram feitas há mais de oito mil anos AP.

Por estar à beira de um curso d'água, é praticamente impossível obter uma datação precisa, pois essa água teria eliminado qualquer vestígio da presença humana. Seria necessário encontrar evidências, como, por exemplo, restos de fogueiras, ossadas ou "instrumentos" utilizados por "eles". Infelizmente, qualquer datação que se faça das inscrições não deixa de ser apenas um "chute". Da mesma forma que não temos dados precisos sobre a idade em que esses desenhos (gravuras) foram realizados, também é muito difícil dar interpretações precisas das figuras apresentadas. Qualquer relação que se faça não passa do campo das suposições, dando margem às inúmeras especulações.

Figura 10 – Itacoatiara do Ingá, município do Ingá, Paraíba



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2024).

Estado de conservação do sítio: a Itacoatiara do Ingá está agonizante. Calcula-se que cerca de 20 a 30% das gravuras já foram destruídas pela ação da natureza e, principalmente, pela ação humana. O local, de rara beleza, vem sendo utilizado por excursionistas que o depredam, deixando lixo e até tentando levar lascas da rocha com gravuras como souvenir. A estrutura construída no local (cerca concretada, bar e um pequeno museu) é inadequada. O pisoteio de milhares de pessoas sobre os painéis compromete ainda mais a integridade dos mesmos. O processo de descamação natural da rocha é intenso, e os caldeirões existentes nas proximidades dos painéis, inclusive alguns contendo gravuras, estão assoreados, principalmente por detritos carreados pelas águas do rio Bacamarte, que está poluído.

Aspectos ambientais do entorno: o sítio atualmente passa por um elevado processo de destruição. Com seu entorno não é diferente. As chuvas torrenciais que ocorreram no ano de 2004 derrubaram parte do que restava da mata ciliar do rio Bacamarte. Hoje, a área está assoreada, desprovida de vegetação de médio e grande porte, comprometendo mais ainda o local. Nas imediações, ainda se verifica certa vegetação rasteira e algumas poucas árvores. Os animais nativos são poucos; vê-se, de forma esporádica, insetos, serpentes, poucos pássaros e um ou outro roedor. No geral, a Itacoatiara do Ingá pede socorro. Nas imediações também existem alguns afloramentos rochosos e pequenos abrigos.

O imaginário popular sobre o sítio: são inúmeros os relatos sobre a Itacoatiara do Ingá: que as gravuras teriam sido obras de extraterrestres, ou de fenícios, gregos, hebreus, egípcios, etc. O mais provável é que as gravuras do Ingá, assim como as outras itacoatiaras encontradas na Paraíba, tenham sido obra dos antigos habitantes pré-históricos da região.

Referências bibliográficas: inúmeros livros já referendaram a Itacoatiara do Ingá, desde livros científicos, como a obra de Gabriela Martin (2005), Pré-História do Nordeste, até obras de visionários, como a de Gilvan de Brito, Viagem ao Desconhecido (1993), e centenas de artigos em jornais e revistas de todo o mundo.

4.2 Itacoatiara do Estreito – Campina Grande, PB

Testemunho identificado: gravuras rupestres.

Localização geográfica: o sítio arqueológico Itacoatiara do Estreito localiza-se às margens do rio Gado Bravo e dista cerca de 12 km da cidade de Campina Grande. Para chegar ao sítio, saindo de Campina Grande com destino ao distrito de Catolé de Boa Vista (Av. Francisco Lopes de Almeida), percorre-se cerca de 11 km até chegar a uma pequena capela à esquerda da via (próximo ao aterro sanitário). O sítio localiza-se a cerca de 1 km, seguindo-se o rio que corre por trás da capela. O acesso até o local onde se encontram as gravuras é fácil. A propriedade pertence ao Sr. Reinaldo, que faz uso da mesma para atividades agropecuárias. O sítio localiza-se nas seguintes coordenadas geográficas: altitude de 466 metros em relação ao nível do mar; latitude sul: 07º16’53.6”; longitude oeste: 36º01’10.3”.

Descrição sumária: a Itacoatiara do Estreito é composta por cerca de quatro painéis, distribuídos numa área relativamente grande do sítio. Nas imediações, existem mais três sítios arqueológicos de arte rupestre com gravuras.

O painel principal (painel 1) possui inúmeras gravuras, com uma extensão de mais de 5 metros de comprimento por cerca de 2,40 metros de altura, voltado para o norte.

Ocorrem dezenas de gravuras em baixo relevo: grafismos puros e geométricos, com a presença de capsulares, comuns neste tipo de sítio arqueológico. Nos outros painéis existentes, verifica-se também grafismos puros e motivos geométricos. O que marca o sítio é uma belíssima gravura que mais parece uma pizza, conforme se observa na figura 11. No entanto, essa gravura não tira a beleza nem a importância das demais, seja no painel 1 ou nos outros que compõem o sítio.

Figura 11 – Um dos vários painéis do sítio arqueológico Itacoatiara do Estreito, município de Campina Grande, Paraíba



Fonte: Fotografia de Thomas Bruno Oliveira (2024).

Estado de conservação: a área há anos vem sendo utilizada para a exploração de granito, rocha predominante na região, o que deve ter comprometido alguns painéis do sítio. Algumas gravuras dos vários painéis já apresentam desgaste natural, mas a maioria está em bom estado de conservação.

Houve um desmoronamento de alguns blocos do painel 1 que se encontra depositado próximo ao monumento. No rio, já se encontra com frequência vestígios da ação antrópica: banhistas que fazem uso do local deixam lá lixo que produziram com suas atividades excursionistas, mas o que mais preocupa é a presença do aterro sanitário nas imediações, pois ainda não sabemos dos possíveis impactos que o sítio sofrerá em um futuro próximo.

Aspectos ambientas do entorno: a área ao redor do sítio é constituída por vegetação nativa e exótica, com predominância da caatinga. Diversas espécies foram observadas: cajueiro, marmeleiro, facheiro, xiquexique, juazeiro, entre outras. Ainda existe mata ciliar no rio, embora esta venha sofrendo desmatamento. Nas imediações da Itacoatiara, planta-se capim e palma para o gado que é criado na fazenda. Foi observada no local a algaroba como planta invasora. A fauna silvestre é composta por algumas espécies: insetos, raposas, preás, gatos-do-mato, além de várias espécies de pássaros, cágados e serpentes. O relevo apresenta-se em forma de um pequeno vale que converge para o rio. O local é de rara beleza. Na área, existem alguns tanques e vários caldeirões que acumulam água para os períodos de estiagens.

O imaginário popular sobre o sítio: as pessoas com quem conversamos acreditam que as gravuras foram feitas pelos indígenas, sendo, portanto, uma espécie de escrita indígena na visão popular local.

Referências bibliográficas: o sítio já foi referendado em artigo de jornal e no livro Itacoatiaras da Paraíba (2007), de Juvandi de Souza Santos.

4.3 Itacoatiara Cachoeira do Pedro – Picuí, PB

Testemunho identificado: gravuras e pinturas rupestres.

Localização geográfica: o sítio arqueológico Cachoeira do Pedro localiza-se na localidade denominada Riacho do Pedro, a cerca de 6 km da cidade de Picuí. A propriedade pertence aos herdeiros do Sr. Antônio Carneiro de Lucena. O sítio está localizado nas seguintes coordenadas geográficas: altitude de 475 metros em relação ao nível do mar; latitude sul: 06°31’29.4”; longitude oeste: 36°23’31.0”. O acesso se dá pela rodovia estadual que interliga Picuí à cidade de Carnaúba dos Dantas (RN). Após percorrer aproximadamente 5,8 km à esquerda, chega-se a uma residência situada no alto de uma pequena elevação. A 200 metros dessa residência, encontra-se o sítio. O acesso, portanto, é fácil.

Descrição sumária: o sítio consiste em uma junção de blocos de gnaisse compactado, que vêm sofrendo intensa ação da natureza, resultando em um relevo característico, com caldeirões, paredões e pequenas cachoeiras. As gravuras estão distribuídas em vários painéis ao longo de um pequeno riacho. Ao todo, o perímetro com gravuras mede aproximadamente 60 metros.

Nos painéis, encontram-se desde grafismos puros até figuras e gravuras identificáveis, como lagartos e possíveis fitomorfos. Talvez a principal característica desse sítio seja a profundidade das gravuras em alguns de seus painéis, chegando a pelo menos 3 cm escavados na rocha. Em outros, observa-se o uso do processo de raspagem da rocha para a elaboração das gravuras. Além disso, há painéis com pinturas em tonalidade vermelha, ora contornando as gravuras, ora preenchendo-as (FIGURA 12).

Figura 12 – Um dos inúmeros painéis do sítio Cachoeira do Pedro, município de Picuí, Paraíba



Fonte: Fotografia de Jônatas Rodrigue Pereira (2024).

Estado de conservação: o estado de conservação do sítio pode ser considerado razoável. Foram identificadas várias ações antrópicas, tais como a construção de uma barragem no riacho próximo aos painéis e pichações sobre as gravuras. Durante o período chuvoso, o local se torna um ponto atrativo para excursionistas, que deixam para trás diversos tipos de lixo, comprometendo o ambiente e seu entorno. Além disso, também foi verificada a descamação natural da rocha.

Aspectos ambientais do entorno: no geral, a área começa a sofrer descaracterização, seja pela visitação descontrolada, seja por atividades agropecuárias desenvolvidas nas imediações. A vegetação é típica da caatinga, com a presença de cactáceas, bromeliáceas, leguminosas e pequenas plantas arbustivas. Como espécie exótica, observa-se a algaroba. Nas imediações, cria-se gado, que utiliza o tanque existente no córrego para beber água. A fauna local inclui serpentes, como coral, cascavel e corre-campo, pequenos roedores, como o preá, além de raposas, gatos-do-mato e diversas espécies de pequenas aves. Nas proximidades, cultivam-se culturas de subsistência, como milho, feijão e favas. Na área do sítio, há uma grande quantidade de quartzo e quartzitos aflorando à superfície, característica comum da região, além de vários afloramentos rochosos.

O imaginário popular sobre o sítio: os visitantes do local atribuem a confecção das gravuras rupestres aos antigos indígenas da região.

Referência bibliográfica: três importantes obras referenciaram o sítio. A primeira foi *Pré-História do Nordeste do Brasil*, de Gabriela Martin (2005), que o menciona em uma fotografia. Posteriormente, o historiador Vanderley de Brito o citou em sua obra *A Pedra do Ingá: Itacoatiaras na Paraíba* (2007). Em 2023, Janaina Gomes de Melo apresentou um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na Universidade Estadual da Paraíba, abordando os sítios arqueológicos do município de Picuí, incluindo o sítio Cachoeira do Pedro.

4.4 Itacoatiara Chorão – Junco do Seridó, PB

Testemunho identificado: gravuras rupestres.

Localização geográfica: o sítio arqueológico Chorão está localizado na área urbana da cidade de Junco do Seridó, no leito do rio Chorão, que recebe parte dos esgotos domésticos das residências da cidade. Suas coordenadas geográficas são: altitude de 587 metros em relação ao nível do mar, latitude sul 06°59'53.7" e longitude oeste 36°42'55.5". Para chegar ao sítio, basta seguir as vias que cortam a cidade de Junco do Seridó, entrando à esquerda da BR-230 (sentido Campina Grande/Sertão) e seguindo por uma das ruas que terminam diretamente no rio Chorão. As gravuras são de fácil localização, pois todos os moradores das imediações as conhecem.

Descrição sumária: o sítio arqueológico consiste em um imenso paredão de quartzito na margem esquerda do rio Chorão. As gravuras estão espalhadas por vários painéis, com uma extensão de pelo menos 30 metros. No entanto, a poluição, a lama e os detritos no rio nos impediram de medir os painéis e realizar um estudo mais aprofundado.

As gravuras existentes são de rara beleza. Identificamos cápsulas, zoomorfos, antropomorfos, gradis e, principalmente, grafismos puros, impossíveis de serem identificados. As gravuras também apresentam diferentes profundidades: algumas são apenas riscadas, enquanto outras chegam a ter profundidades de 1 ou 2 cm.

Em vários locais do imenso paredão, verificamos que a lama cobria as gravuras, o que nos levou a imaginar que talvez exista o dobro de gravuras daquelas que verificamos *in loco*, pois significativas quantidades de gravuras estão supostamente soterradas pela lama.

A grande importância desse sítio reside em sua rocha suporte, ou seja, as gravuras foram elaboradas no quartzito, o que prova que os grupos étnicos pré-históricos fizeram uso de diversos tipos de rochas para gravar suas supostas mensagens (FIGURA 13).

Figura 13 – Um dos inúmeros painéis do sítio arqueológico Chorão, município de Junco do Seridó, Paraíba



Fonte: Fotografia de Thomas Bruno Oliveira (2024).

Estado de conservação: no geral, as gravuras ainda estão conservadas. No entanto, o elevado grau de poluição do rio Chorão e o seu assoreamento já comprometem alguns painéis, pois verificamos que várias gravuras podem estar soterradas pela lama, e não sabemos o estado de conservação delas. Aspectos ambientais do entorno: o rio Chorão encontra-se assoreado e poluído. Os esgotos da cidade são despejados *in natura* no rio. Nas adjacências dos painéis, criam-se porcos, que acabam se esfregando no paredão, sujando e comprometendo as gravuras. O rio, pelo menos na margem direita e nas proximidades das gravuras, está desprovido de mata ciliar, tendo sido plantado capim nessa área. A margem esquerda, devido ao paredão, ainda mantém alguma vegetação nativa, como cactáceas e bromeliáceas. Verificamos nas imediações a presença de plantas invasoras (como a algaroba), além da retirada de placas de quartzito. A fauna nativa é composta por pequenos insetos, serpentes, algumas espécies de roedores e pássaros. Nas imediações, há criações de porcos, galinhas, vacas, carneiros, cavalos, entre outros.

Mesmo com toda a poluição verificada, este sítio pode ser considerado um dos mais bonitos e significativos de toda a região.

O imaginário popular sobre o sítio: embora quase todos os moradores das imediações do rio Chorão conheçam a existência das gravuras, nenhum deles opinou sobre os valores arqueológicos da área, nem tampouco comentou sobre a origem das gravuras.

Referências bibliográficas: este sítio, até o presente, não constava em fontes bibliográficas.

4.5 Itacoatiara Pedra Branca – São Mamede, PB

Testemunho identificado: gravuras e pinturas rupestres.

Localização geográfica: o sítio arqueológico Pedra Branca localiza-se no riacho Pedra Branca, importante afluente do rio Sabugy. Está a cerca de 16 km da cidade de São Mamede, em uma propriedade do Sr. Liomar. Para chegar ao sítio arqueológico, segue-se a estrada pavimentada que interliga São Mamede a Impueiras, no Rio Grande do Norte. Após percorrer aproximadamente 11 km por essa estrada, deve-se pegar uma estrada vicinal à direita. O acesso é fácil, pois a estrada à direita é reconhecível devido à presença de um mata-burro que precisa ser transposto. O sítio encontra-se nas seguintes coordenadas geográficas: altitude de 246 metros em relação ao nível do mar, latitude sul 06°51'21.7" e longitude oeste 37°09'33.0".

Descrição sumária: o sítio consiste em um gigantesco afloramento granítico que cobre uma área de aproximadamente 3.000 m², com centenas de gravuras rupestres, "cujas figuras de quase todos os sítios que conhecemos fazem parte deste mega painel rupestre, como se estivesse concentrado num único local todos os sinais gráficos dos primitivos habitantes do Nordeste" (Brito, 2005b).

O local é de rara beleza e revela um alto teor de complexidade. Em todas as Itacoatiaras do vale do rio Sabugy, há uma grande concentração de grafismos raiados, círculos, formas capsulares e concêntricas. Entretanto, o que torna o sítio Pedra Branca diferente é o seu tamanho, tanto em extensão de área gravada quanto em quantidade de gravuras, posicionando-o como um dos maiores do Brasil.

A área do sítio foi subdividida pelo historiador Vanderley de Brito (2007) em três partes, denominadas Pedra Branca I, II e III. Essa divisão se deveu à necessidade de estudar o local de forma mais detalhada.

É importante lembrar que não se trata de sítios diferentes; na verdade, o sítio é único, com dezenas de painéis com gravuras e alguns com pinturas espalhadas pelo imenso lajedo.

Encontram-se nos inúmeros painéis desde gravuras com prováveis representações astronômicas até figuras zoomorfas, antropomorfas, fitomorfas e uma infinidade de grafismos puros, incapazes de serem identificados e compreendidos (FIGURA 14). Além disso, as três técnicas básicas de confecção de gravuras foram identificadas no local, conforme já mencionado neste trabalho.

Figura 14 – Um dos inúmeros painéis do sítio Pedra Branca, município de São Mamede, Paraíba



Fonte: Fotografia de Thomas Bruno Oliveira (2024).

Estado de conservação: o local, devido à sua beleza natural e cênica, além de estar no leito de um riacho e próximo a uma barragem, tem sido visitado por excursionistas. Já se percebe a ação danosa do homem, pois as placas de identificação colocadas pela prefeitura local foram danificadas, assim como há acúmulo de lixo em alguns pontos.

O maior problema é a existência de uma pedreira que vem retirando granito do local, o que já compromete alguns painéis do imenso sítio arqueológico.

Aspectos ambientais do entorno: o sítio ainda apresenta vegetação de caatinga natural, com espécies de pequeno e médio porte. Foram identificados juazeiro, unha-de-gato, urtiga, pereiro, caibreira, macambira, maniçoba, cactáceas diversas, bromeliáceas, entre outras. A presença da algaroba também foi verificada. No local, cria-se gado leiteiro, que faz uso das poças e pequenos caldeirões existentes para saciar a sede.

A fauna nativa é bem diversificada: coruja, mocó, preá, raposas, gato-do-mato, inúmeros tipos de pássaros, insetos e serpentes foram observados e identificados durante a visita ao local.

Nas imediações do gigantesco lajedo, existem numerosos afloramentos rochosos e abrigos sob rochas. A exploração do granito é visível e prejudica todo o ambiente. Inúmeros locais apresentam sedimentos que poderiam ser escavados em uma possível intervenção arqueológica.

O imaginário popular sobre o sítio: alguns moradores locais acreditam que as gravuras foram elaboradas pelos antigos indígenas que habitaram a região.

Referências bibliográficas: pelo menos duas importantes obras já referendaram o sítio Pedra Branca: a do historiador Vanderley de Brito (2007) e a da professora Gabriela Martin (2005).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As itacoatiaras da Paraíba são notáveis por vários motivos: a quantidade de sítios, a qualidade das gravuras e a diversidade, tanto das técnicas utilizadas nos processos de gravação quanto das gravuras confeccionadas.

Ainda não sabemos a quantidade de sítios arqueológicos da tradição Itacoatiara e da subtradição Ingá, criada recentemente (Santos, 2015), para enquadrar o gigantesco patrimônio rupestre do estado da Paraíba. O que sabemos e afirmamos é que os grupos humanos pré-históricos possuíam técnicas avançadas para a confecção de gravuras rupestres, como o que observamos na Itacoatiara do Ingá e na Itacoatiara Cachoeira do Pedro.

Nossa maior preocupação são os atos de vandalismo que os visitantes indesejados têm causado ao patrimônio arqueológico nacional existente na Paraíba. A falta de fiscalização dos órgãos competentes, a omissão, as atividades excursionistas e turísticas sem controle e a falta de Educação Patrimonial têm comprometido sensivelmente a segurança desse patrimônio, o que temos clamado, desde sempre, junto aos órgãos competentes para as devidas providências, mas tem sido negado.

Enfim, apresentamos aqui uma pequena amostragem do patrimônio rupestre da Paraíba, esperando, com isso, sensibilizar a todos sobre a importância de conhecer e, principalmente, preservar o que ainda resta de nosso patrimônio arqueológico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. T. de. **A arte rupestre nos Cariris Velhos**. João Pessoa: UFPB, 1979.
BRITO, G. de. **Viagem ao desconhecido**: os segredos da Pedra do Ingá. 3. ed. Brasília: Gráfica do Senado, 1993.
BRITO, V. de. **A cachoeira do Pedro**. Diário da Borborema, Campina Grande, 13 abr. 2005a. A2 – Opinião.
BRITO, V. de. **3000 m2 de Itacoatiaras**. Diário da Borborema, Campina Grande, 18 jan. 2005b. A2 – Opinião.
BRITO, V. de. **A Pedra do Ingá**: Itacoatiaras na Paraíba. João Pessoa: JRC, 2007.
BRITO, V. de; SANTOS, J. de S.; OLIVEIRA, T. B. de. **Pesquisas arqueológicas na Paraíba**: a serra de Bodopitá. João Pessoa: JRC, 2006.
BUSCATO, M. Os grafiteiros das cavernas. **Revista Época**, São Paulo, n. 445, nov. 2006.
CANALTECH. **Encontrada arte rupestre mais antiga do mundo, com 57 mil anos**. Disponível em: canaltech.com.br. Acesso em: 2 set. 2023.
GUTHRIE, R. D. **The Nature of Paleolithic Art**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.
MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste**. 4. ed. Recife: UFPE, 2005.

MELO, J. G. de. **Carta arqueológica do município de Picuí-PB**: tesouros primitivos de um passado ameaçado. 2023. 51 f. Monografia (Departamento de História) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2023.

MENEZES, W. L. A de. **Ocorrências de Itacoatiaras no Planalto da Borborema – Paraíba**. 2005. 71 f. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2005.

PESSIS, A-M. **Imagem da pré-história**. Parque Nacional Serra da Capivara. Images de la préhistoire; images from pré-history. São Raimundo Nonato: FUNDHAM/PETROBRÁS, 2003.

PESSIS, A-M. Do estudo das gravuras rupestres pré-históricos no Nordeste do Brasil. **Revista Clio** – Séria Arqueológica, Recife, v. 1, n. 15, p. 29-44, 2002.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UNB, 2022.

SANTOS, J. de S. **Estudando e conhecendo a pré-história**. Campina Grande: EDUEP, 2005.

SANTOS, J. de S. **Ocorrências de itacoatiaras da Paraíba**. João Pessoa: JRC – Gráfica e Editora, 2007.

SANTOS, J. de S. **Estudos da tradição Itacoatiara na Paraíba**: Subtradição ingá? Campina Grande: Cópias & Papéis, 2015.



GRAVURAS RUPESTRES NO PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU – PE: MORFOLOGIAS E PAISAGENS GRÁFICAS

Daniela Cisneiros[60]
Carlos Rios[61]
Marilia Perazzo[62]

1 INTRODUÇÃO

As gravuras rupestres podem ser definidas como técnicas utilizadas para registrar imagens em suportes rochosos. São intervenções físicas executadas a partir da subtração de parte do córtex com a intenção de remover uma porção da superfície, deixando sulcos à mostra que formam a silhueta do desenho em baixo relevo. A exposição do interior da rocha, muitas vezes, apresenta-se em coloração diferente, o que pode acentuar o destaque do desenho.

No Nordeste do Brasil, os estudos sobre gravuras rupestres, quando comparados aos de pinturas, sobretudo as que representam figuras de caráter naturalista e cenas cognitivamente reconhecíveis, são bem mais restritos (Valle, 2003; Brito, 2011; Correia, 2010; Santos Júnior, 2012, 2023; Nascimento e Comerlato, 2022). Em Pernambuco, em particular, o número de trabalhos que abordam apenas sítios com gravuras é ainda menor; para o estado, apresentam-se apenas duas dissertações específicas sobre essa temática (Oliveira, 2022; Correia, 2016).

As pesquisas sobre registros rupestres em Pernambuco seguem as orientações teórico-metodológicas das abordagens desenvolvidas desde a década de 1973 na área Arqueológica Serra da Capivara[63] (Pessis, 1987, 1989 e 1992; Guidon, 1981, 1982 e 1986). O ordenamento preliminar tinha caráter

60 Arqueóloga e professora do departamento de arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. Doutorado em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: danielacisneiros@gmail.com.
61 Arqueólogo e Professor do departamento de arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. Doutorado em arqueologia (UFPE). E-mail: carlos.rios@ufpe.br.
62 Arqueóloga e Pesquisadora associada ao Laboratório de Registros Rupestres (Dep. Arqueologia – UFPE). Doutorado em arqueologia (UFPE).
E-mail: mariliaperazzo@hotmail.com.
63 Os grafismos rupestres na área arqueológica da Serra da Capivara começaram a ser estudados antes mesmo dos demais aspectos da cultura material. Foi a tentativa de avançar nos estudos dos grafismos rupestres que orientou as pesquisas arqueológicas na área ainda na década de 1970.

hipotético e fundamentava-se, sobretudo, na constatação de que havia uma dominância numérica de tipos de figuras representadas nos painéis de pintura rupestre, que apareciam com diferentes formas e em espaços geográficos também distintos (Cisneiros, 2008). Buscava-se, naquele momento, identificar padrões que remetesse às identidades gráficas dentro do acervo rupestre circunscrito na área.

O primeiro critério técnico para o tipo de ordenação proposto foi baseado na semelhança dos vestígios gráficos. Esse critério distinguia dois grandes grupos em relação ao plano tecnológico: grafismos pintados e gravados (Guidon, 1989). O segundo critério utilizado referia-se ao reconhecimento que ofereciam os grafismos. Alguns permitiam conhecer elementos do mundo sensível, os quais foram denominados grafismos reconhecíveis (motivos figurativos), enquanto outros eram sinais gráficos, sem possibilidade de reconhecimento em termos de significados diretos relacionados à forma. Estes foram denominados grafismos não reconhecíveis (grafismos geométricos, puros, não figurativos ou não naturalistas) (Pessis, 1992).

A abordagem adotada para as análises dos registros rupestres nos últimos anos no estado de Pernambuco compreende o fenômeno gráfico rupestre como oriundo de um sistema de comunicação, manifesto em uma linguagem muito específica, não verbal (Pessis, 1992).

Ao adotar a perspectiva de que essa materialidade arqueológica se constitui em meios de comunicação, aceita-se que essas imagens possam se caracterizar como marcadores mnemotécnicos, cumprindo, nas sociedades de tradição oral, funções ligadas aos registros de conteúdos econômicos, sociais e da memória grupal, conteúdos esses essenciais à sobrevivência do grupo (Pessis, 2003; Perazzo, Cisneiros e Araujo, 2021).

Vale ressaltar ainda que estamos diante de uma complexidade simbólica que pode estar pautada em uma associação entre paisagem, sítio, painel e motivos gráficos; essa associação potencializa o conteúdo e o significado das pinturas e gravuras rupestres para os autores (Amador, 2017, 2020; Whitley, 1998).

A execução das gravuras rupestres exige técnicas específicas para romper a superfície rochosa, cujas matérias-primas possuem propriedades de dureza diferenciadas. Essa técnica demanda destreza e tempo, além do envolvimento de uma cadeia operatória que inclui: a definição do desenho, a seleção do suporte, a eleição dos percutores para a realização das gravuras, a manufatura e o descarte dos percutores. Estudos sobre a empregabilidade dessas técnicas vêm sendo desenvolvidos no âmbito da Arqueologia Experimental (Muñoz Ibáñez e San Nicolás Pedraz, 2010; Rodríguez Rellán, 2010; Garcia, 2019).

No Nordeste do Brasil, já foram descritas algumas das técnicas utilizadas para gravar em baixo relevo, entre elas: percussão indireta, percussão direta (incisões realizadas através do uso de ferramentas com borda fina, porém resistente), abrasão (desprendimento do córtex da rocha por fricção) e combinações da percussão direta com a abrasão[64].

Quanto aos temas, no Nordeste do Brasil, observa-se a dominância de motivos não naturalistas. Esses códigos têm significantes e significados herméticos, muitas vezes inacessíveis em suas características morfológicas e temáticas. A dificuldade no acesso a esses códigos, e muitas vezes a localização

64 Outras definições também aparecem nas fontes bibliográficas arqueológicas, como a definição de Fiore (1999), que inclui raspagem (fricção, abrasão, polimento), perfuração (ondulação, furação, perfuração, rotação), incisão e picoteamento (percussão, martelo, esmagamento).

de gravuras dentro do leito do rio, em áreas alagáveis ou afloramentos horizontais, torna frequentemente inviável a identificação de associações com outras materialidades arqueológicas (Valle, 2003; Sanchidrían, 2018; Martin, 2007), o que pode justificar, em parte, a pouca exploração dessa materialidade por pesquisadores, resultando em um baixo número de publicações.

Na classificação preliminar dos registros rupestres para a Área Arqueológica Serra da Capivara, a ordenação inicialmente proposta para os grafismos não reconhecíveis já apontava os problemas iniciais de descrição, identificação e segregação das unidades dentro dos painéis gráficos de um sítio (Valle, 2003; Correia, 2010). Essa ordenação apontava para classes muito gerais, denominadas Tradição Itacoatiara, que, em um dos ordenamentos propostos, foram segregadas em Itacoatiaras do Leste, Itacoatiaras do Oeste e Itacoatiaras do Gongo (Guidon, 1989).

Esse tipo de classe é abrangente e gerou na comunidade científica muitas críticas a respeito da forma como os grafismos estavam sendo segregados e as Tradições formadas. Sob o termo "Tradição Itacoatiara", estavam os desenhos gravados, predominantemente formados por grafismos não reconhecíveis, com poucos grafismos reconhecíveis, como: lagartos, marcas de pés e mãos (Martin, 2007).

A adoção de um *corpus* metodológico, orientado para a segregação de perfis, utilizando as dimensões do fenômeno gráfico como atributos flexíveis para segregação das características próprias desse acervo, permitiu a análise de significantes gráficos reconhecíveis e não reconhecíveis, naturalistas e simbólicos (Pessis, 1992, 1993). Essas dimensões foram ordenadas como: temática, cenografia e técnica.

A adoção desse corpus metodológico foi essencial para a descrição dos significantes gráficos. No entanto, é necessário ir além dessas categorias e incluir descritores em uma abordagem mais sistêmica para o estudo dos registros rupestres. As pinturas e gravuras rupestres estão inseridas em um cenário paisagístico, com suportes escolhidos, painéis e representações gráficas. Todos esses componentes foram escolhas socioculturais e técnicas, assim como as sobreposições. Esses parâmetros podem ser inseridos nas pesquisas, visando um aprofundamento nos estudos para a compreensão dos cenários rupestres de determinadas regiões.

2 OS PRIMEIROS TRABALHOS

As pesquisas sistemáticas sobre representações rupestres no estado de Pernambuco tiveram início após a década de 1980. Antes da segunda metade do século XX, é possível identificar trabalhos pontuais e isolados, com forte apelo amador, mas que foram significativos em termos de dados e conteúdo histórico.

Um dos primeiros autores a registrar os grafismos rupestres no estado de Pernambuco foi Sebastião Vasconcellos Galvão, que divulgou, ainda nos primeiros anos do século XX, no *Dicionário Chorográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco* (1921), notas de caráter geral e curiosidades locais, que muitas vezes indicam áreas com pinturas ou gravuras rupestres no estado. A obra não está voltada para essa temática, porém, a partir de alguns verbetes, são apontados locais indicativos dessas manifestações, como:

> No rio S. Francisco, abaixo do riacho dos Campinhos, no município de Cabrobó. Neste lugar, dizem que do cabeço de uma serra, caiu há muito tempo uma grande lasca de pedra que ficou incrustada na fenda ou talhada da mesma serra, em cuja face se vê um letreiro parecendo gravado a cinzel e picão (Galvão, 1921, p. 375).

A partir da segunda década do século XX, pode-se observar publicações voltadas para os estudos dos registros rupestres no estado. A primeira delas foi publicada em 1922 por J. A. Correia de Araújo, intitulada *Inscrições lapidares de Pernambuco*, seguida por Carlos Studart Filho, que no ano seguinte publica *Novos registros rupestres no Estado*, e pelo jornalista Mário Melo, que, em 1928, publica *Os Litoglifos de Vila Bela (PE)*. Esses autores já argumentam que as gravuras nos suportes rochosos daquela região eram de autoria indígena (Martin, 2007).

Na década de 1930, Ruber Van Den Linder inspecionou e registrou o sítio arqueológico Pedra do Navio (PE) e fez considerações sobre o tema das pinturas e gravuras rupestres da região (Aguiar, 1986; Martin, 2007). Também em 1930, o antropólogo Carlos Estevão, à época diretor do Museu Emílio Goeldi, percorreu grande faixa do vale do médio São Francisco, "assinalando sítios e recolhendo materiais arqueológicos que se encontram hoje, em grande parte, no Museu do Estado de Pernambuco" (Martin, 2007, p. 7).

Carlos Estevão também foi responsável pela primeira escavação de um sítio arqueológico no estado de Pernambuco, o sítio Gruta do Padre, localizado no município de Petrolândia. A Gruta do Padre encontra-se no vale do São Francisco, às margens do lago artificial de Itaparica. O sítio não apresenta registros de pinturas ou gravuras rupestres, porém as escavações naquela área se deram em três momentos diferentes e foram fundamentais para o desenvolvimento de uma mentalidade arqueológica no estado.

O potencial hidrológico do rio São Francisco para o aproveitamento energético trouxe para a região de Pernambuco as primeiras pesquisas em Arqueologia Preventiva, com a construção da Usina Hidroelétrica de Itaparica pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf. O Projeto Itaparica de Salvamento Arqueológico em Pernambuco (1981) foi coordenado pela arqueóloga Gabriela Martin e tinha como meta principal a identificação e o resgate de sítios arqueológicos existentes na área a ser inundada pelo lago artificial de Itaparica (Cisneiros, 2023).

Os dados disponíveis no relatório do Projeto Itaparica de Salvamento e nos artigos publicados durante e posteriormente à pesquisa demonstraram que, ao longo do vale, foram registrados sítios arqueológicos em abrigos sob rocha e sítios a céu aberto nos terraços fluviais do vale (Rocha e Martin, 1990; Costa, 2004; Martin, 1989). Os dados sobre esses sítios estão restritos ao relatório e algumas publicações. Foi possível, porém, identificar 17 sítios, entre os quais se destacam os sítios com registros rupestres: Letreiro do Sobrado, Pedra do Letreiro, Poço Mãe D'Água, com gravuras; e os sítios Pedra do Cavalo Dourado e Poço do Boi, com pinturas.

Dentre esses sítios, o que apresentou dados mais descritivos no relatório foi o sítio Letreiro do Sobrado, escavado no âmbito do Projeto. Esse foi o primeiro sítio escavado em Pernambuco com gravuras rupestres. Localizado no município de Petrolândia, configurava-se em um abrigo sob rocha arenítica, no qual encontravam-se gravuras rupestres dispostas em um painel de 12 metros (Rocha e Martin, 1990). Esse conjunto gráfico apresenta grafismos geométricos, como motivos circulares, tridigitais e cupulares, executados sob técnica de raspagem. No sítio, foram identificadas 20 estruturas de fogueiras em uma superfície de 6 x 3 metros da área escavada. O perfil estratigráfico obtido atingiu uma profundidade de 60 cm (Martin, 2007;

Nascimento, Alves e Luna, 1994) e proporcionou cronologias obtidas a partir dos carvões de fogueiras, utilizando o método do C14: de 980 ± 60 (CSIC 808), 1230 ± 50 (CSIC 807), 1630 ± 60 (CSIC 806) e 1680 ± 50 (Beta 21519) anos AP.; e no estrato III, de 6390 ± 80 (CSIC 809) anos AP. Embora essas datações não resultem em uma cronologia direta das gravuras, elas registram a ocupação da área do sítio. Um ponto a ser ressaltado sobre esse sítio é a presença de dois fragmentos de gravuras desprendidos do teto do abrigo, evidenciados sobre a superfície.

Nas primeiras pesquisas no sítio, já se mencionava a preocupação com a depredação que ocorria no suporte, sendo registrados vandalismos, como a retirada de parte do córtex e alterações nas gravuras (Rocha e Martin, 1990) (FIGURA 1).

Figura 1 – Gravuras rupestres do Sítio Letreiro do Sobrado: abrigo sob rocha arenítica situado a 150 m do rio São Francisco



Fonte: Acervo Imagético do Laboratório de Registro Rupestre – UFPE (2015).

Ainda na década de 1980, a arqueóloga Alice Aguiar desenvolveu o projeto A Tradição Agreste: análise de 20 Sítios de Arte Rupestre. Neste trabalho, Aguiar (1986) fez uma análise dos registros gráficos de sítios no Agreste pernambucano, caracterizando as especificidades da Tradição Agreste de pinturas no estado. Apesar de sua pesquisa ser voltada para pintura rupestre, Aguiar (1986) analisou o sítio Boi Branco, em Iati, classificando suas gravuras como pertencentes à Tradição Itacoatiara do Leste, em concordância com a divisão de Guidon (1989) para o Sudeste do Piauí (FIGURA 2). Aguiar (1986) delimitou o estilo Boi Branco, que teria como características os grandes painéis, com gravuras em formatos ondulados, sulcos preenchidos com tinta vermelha e presença de grafismos complexos.

Figura 2 – Sítio Boi Branco, Iati –PE

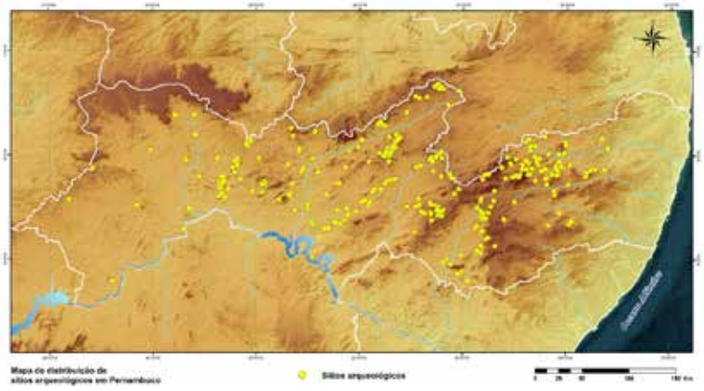


Fonte: Acervo Imagético do Laboratório de Registro Rupestre – UFPE (2015).

2.1 Estado atual das pesquisas

As pesquisas de sítios com pinturas e gravuras rupestres em Pernambuco ganham impulso após o século XXI, com o Projeto *Caracterização dos sítios pré-históricos com grafismos rupestres no estado de Pernambuco* (2008)[65], coordenado pela arqueóloga Anne-Marie Pessis. As prospecções no âmbito do Projeto viabilizaram a descoberta e o registro de 407 sítios com grafismos rupestres, um número consideravelmente maior do que os 43 conhecidos anteriormente e registrados no IPHAN-PE (Pessis *et al.*, 2017; Cisneiros, 2023) (FIGURA 3).

Figura 3 – Distribuição dos sítios arqueológicos com grafismos rupestres no estado de Pernambuco



Fonte: Arquivos imagéticos da FUMDHAM – Projeto Caracterização dos Sítios Pré-Históricos com Grafismos Rupestres no Estado de Pernambuco (FACEPE).
Autoria: Carol Wanderley (2023).

65 Projeto Financiado pela Fundação de Amparo a Ciência e a Tecnologia de Pernambuco – Facepe. Pronex- APQ 0606-7.04/14.

Esses sítios apresentam diferentes graus de complexidade gráfica e de estado de conservação. Os suportes sobre os quais se encontram as pinturas e as gravuras exibem marcas de desprendimento de blocos, cicatrizes da erosão e subtração do córtex, indicando a perda de um patrimônio cultural irrecuperável (Pessis *et al.*, 2017; Cisneiros, 2019).

Além da proteção jurídica assegurada pelas diretrizes gerais da legislação brasileira em esfera nacional, sobretudo em termos da Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, e do artigo 216 da Constituição de 1988, os sítios arqueológicos do estado de Pernambuco contam hoje com leis e decretos na esfera estadual (Lei nº 7.970/79, que instituiu o tombamento de bens pelo estado; Decreto nº 6.239/80 e Decreto nº 36.249/11). Essa proteção legal, porém, se resume em garantir a proteção física dos sítios. Todavia, são poucos os sítios identificados e que têm seus acessos controlados. Muitos fatores dificultam a imensa tarefa de proteger e conservar esse patrimônio, entre os quais podemos pontuar: o elevado número de sítios, a dispersão geográfica, o contingente mínimo operacional de profissionais ligados aos órgãos fiscalizadores e a localização de sítios em áreas, muitas vezes, de difícil acesso (Cisneiros, 2019; Perazzo, Cisneiros e Rios, 2023).

Esses sítios estão distribuídos em uma extensa área que compreende o Semiárido pernambucano. Dentre essas áreas, apenas uma pequena parcela de 57 sítios arqueológicos com grafismos rupestres encontra-se em locais protegidos: 55 no Parque Nacional do Catimbau e 2 no Monumento Natural Pedra do Cachorro (Cisneiros, 2019). Os demais sítios estão localizados em terrenos particulares.

No bojo das contribuições em pesquisas sobre registros rupestres na região, após o século XXI, destacam-se os trabalhos voltados para as definições de perfis gráficos (Amaral, 2014; Barbosa, 2013; Oliveira, Cisneiros e Perazzo, 2019) e sobre o estado de conservação dos sítios com pinturas e gravuras (Perazzo, Cisneiros e Rios, 2023; Cisneiros, 2019).

3 PARQUE NACIONAL DO CATIMBAU

O Parque Nacional do Catimbau é uma das mais destacadas unidades de conservação do bioma Caatinga no estado de Pernambuco, sendo reconhecido tanto por seu relevo imponente, marcado por uma geomorfologia moldada em arenitos e conglomerados, que confere à área uma beleza cênica única, quanto pela relevância de seu patrimônio arqueológico, que abriga expressivos painéis rupestres. (SNE, 2002).

O Parque Nacional do Catimbau foi criado a partir do Decreto Lei nº 4.340, de 2002, em conformidade com a Lei Federal nº 9.985 (Lei SNUC), com o objetivo de preservar os ecossistemas naturais existentes, além de possibilitar a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e o turismo ecológico. O parque ocupa atualmente uma superfície de 62.294,14 hectares (ICMBio, 2022; SNE, 2002).

O Parque Nacional do Catimbau abrange os municípios de Buíque, Tupanatinga, na Microrregião do Vale do Ipanema, e Ibimirim, na Microrregião do Sertão do Moxotó, no estado de Pernambuco. Embora as medidas de acesso aos sítios arqueológicos estejam sendo iniciadas, o acesso é orientado por guias de turismo. No entanto, a maioria das zonas de entrada ainda é livre, e os sítios não estão amplamente sinalizados nem possuem estruturas de proteção adequadas.

As microrregiões onde o Parque Nacional do Catimbau está localizado caracterizam-se por um clima semiárido brasileiro, com médias térmicas anuais oscilando em torno de 23ºC, geralmente quente e, apenas ocasionalmente, moderada. A distribuição do regime hidrológico é um fator decisivo na diversificação das paisagens, variando de acordo com os valores de precipitação e com o modo como a água precipitada é aproveitada pelos geossistemas (Cavalcanti e Corrêa, 2014).

O Parque destaca-se por apresentar um relevo composto por formações irregulares, com a presença de encostas abruptas do tipo cuestiforme. Essa dinâmica morfológica é decorrente, segundo Carvalho (2010), de uma diagênese silicificada, na qual se destacam arenitos grosseiros, arenitos conglomeráticos e níveis de conglomerados, com intercalações pelíticas subordinadas, muitas vezes cauliníticas, sobretudo em áreas de falhamento, onde o intemperismo físico esculpe formas ruiniformes (Carvalho, 2010; SIGEP, 2010; CPRM, 2010; Proença, 2010) (FIGURA 4).

Figura 4 – Contexto geomorfológico do Parque Nacional Vale do Catimbau



Fonte: Fotografia de Daniela Cisneiros (2023).

Na área do Parque, podem ser observadas três macroformas de características distintas na paisagem: os arcos, os abrigos sob rocha e as grutas. Os arcos demonstram a baixa suscetibilidade do arenito em resistir à erosão pluvial e eólica. A macroforma mais abundante no Parque é do tipo abrigo, presente nos paredões areníticos, que possuem um desenvolvimento horizontal, com pequenos desníveis. Suas dimensões variam de 20 a 40 metros de comprimento e de 2 a 5 metros de profundidade (IBAMA, 2002).

A área de estudo compreende uma das maiores concentrações de sítios arqueológicos documentados e observados com temáticas gráficas, equivalendo-se, em relevância comparada, à Área Arqueológica da Serra da Capivara (PI) e à Área Arqueológica do Seridó (PB e RN), que possuem as duas maiores concentrações de sítios arqueológicos do Nordeste e as mais estudadas até o momento. O Parque encontra-se a meio caminho dessas áreas arqueológicas, distante 576 km do Parque Nacional Serra da Capivara e 210 km do Seridó (Barbosa, 2013).

Atualmente, o sítio arqueológico mais estudado no Parque é o Alcobaça, localizado no município de Buíque. O sítio configura-se como um abrigo sob rocha arenítica, situado em uma média vertente, com 70 m de comprimento. O conjunto gráfico é composto por pinturas e gravuras rupestres. As pinturas incluem figuras antropomórficas, zoomórficas, marcas de mãos e figuras não naturalistas; as gravuras representam exclusivamente figuras não naturalistas e estão concentradas em um bloco rochoso desprendido do abrigo.

Oliveira (2001) aponta para ocupações humanas variadas no sítio, datadas entre 5.000 e 900 anos AP.

> Acredita-se que as gravuras encontradas em blocos caídos no chão do sítio, foram executadas por grupos diferentes dos autores das pinturas, grupos estes que respeitavam o espaço pintado, e que os mortos achados sepultados nos sítios também não são autores dos grafismos, o que nos mostra a diversidade de grupos pretéritos que ocuparam aquela região. Como na região há pouquíssimos sítios escavados, e intensamente apenas o Alcobaça, fica extremamente difícil estabelecer ligações entre os grupos, os sítios e os vestígios deixados por eles (Oliveira, 2001, p. 23).

Foram obtidas as seguintes datações: 1.785 ± 49 anos AP. e 1.766 ± 24 anos AP. Infelizmente, essas datações não têm vinculação direta com os grafismos rupestres, embora ajudem a contextualizar cronologicamente a ocupação da área.

3.1 Aporte teórico-metodológico na análise das gravuras rupestres do Parque Nacional Vale do Catimbau

A estrutura teórico-metodológica em que se assentou a pesquisa sobre o cenário de gravuras do Parque Nacional do Catimbau foi baseada na premissa de que as gravuras constituem um sistema de transmissão de ideias e informações. Os registros rupestres, assim como outros produtos culturais, servem como um meio para transmitir e armazenar informações, permitindo a troca de ideias relacionadas ao meio físico, social e espiritual (Cisneiros, 2019).

Partir desse ponto de vista permite abrir caminhos para pensar em espaços de narrativas e multiplicidade de códigos gráficos nos painéis, que não são necessariamente sincrônicos. Esses caminhos, que podem ir além da técnica e da morfologia, ultrapassando espaço e tempo, permitem também o reavivamento de antigas memórias e a construção de novas narrativas por povos indígenas (Tenório e Valle, 2019).

De certo, o conteúdo e o significado desses símbolos para seus autores nunca poderão ser recuperados em sua íntegra, de maneira literal. Porém, essa simbologia perpassou centenas de anos sem alterações em seu significante gráfico e sem mudanças em sua espacialidade. São esses elementos que podem constituir um cenário para que se possa analisar as relações de recorrência e a caracterização temática e espacial (Tenório e Valle, 2019).

Quando se discute registros rupestres como um sistema de comunicação, pressupõe-se que essas manifestações, para a ciência arqueológica, passam a ser vistas como uma relação estreita entre a imagem e a realidade, entre o representado e o vivido (Anati, 1985; Lumley, 1984). Contudo, como afirmam Santos e Garcia (2001), é preciso destacar as limitações e os riscos dessas interpretações, pois, no afã de se obter dados diretos, pode-se esquecer dos aspectos ideológicos que integram a práxis social.

Faz-se necessário, assim, como apontam Santos e Garcia (2001), parar de raciocinar o cenário rupestre como uma habilidade artesanal e pensar que é muito mais provável que sua gênese técnica esteja condicionada à sua natureza e sentido. Essa questão ganha maior proporção quando se discute as gravuras rupestres e os cenários paisagísticos em que são dominantes, assim como as representações morfológicas recorrentes de grafismos pintados e gravados nos mesmos sítios (Oliveira e Cisneiros, 2024).

Assim, os estudos das pinturas e gravuras rupestres acomodam, dentro da Arqueologia contemporânea, várias narrativas e interpretações. Aqui, por se tratar de uma apresentação da paisagem gráfica das gravuras do Parque Nacional do Catimbau, optou-se por apresentar os registros rupestres em seus aspectos técnicos, cenográficos e temáticos, na busca por uma compreensão inicial do que se encontra na área do Parque.

Diante do escopo da pesquisa, as gravuras rupestres dessa área foram analisadas de forma a observar a distribuição espacial dos sítios, as recorrências morfológicas dos grafismos, a técnica utilizada na confecção e o registro de seu estado atual de conservação.

O ordenamento exigido pela pesquisa sistemática de morfologias e espaçamentos pode fugir à realidade gráfica dos autores. O isolamento de certas características, como, por exemplo, o que atualmente se chama de naturalistas e não naturalistas (figurativo e não figurativo; grafismos reconhecíveis e grafismos geométricos), pode não fazer sentido para os grupos autores ou até mesmo para as sociedades indígenas que partilham ressignificações e narrativas com os cenários rupestres atuais. É importante reconhecer que essa dicotomia, muitas vezes necessária ao estudo sistemático das manifestações rupestres e utilizada pelos nossos métodos, extrai para conjuntos isolados um cenário que, ao longo dos anos, foi compartilhado por sociedades. O painel gráfico não é sincrônico, mas diacrônico, e pode estar, nessa diacronia de execução gráfica, repleto de ressignificados.

Essa perspectiva pode parecer um pouco desanimadora, e, em função disso, essa temática é frequentemente atingida por críticas que ora atestam seu caráter altamente descritivo, preso a estudos morfológicos e técnicos, ora sobre sua feição extrapoladamente relativista e interpretativa. Essas discussões, porém, podem nos convidar a um otimismo, ao vermos em um cenário diversificado de análises abordagens que podem se encontrar e levar a um conhecimento mais abrangente sobre essas práticas.

Considerando as ressalvas acima, para a análise das gravuras rupestres do Parque Nacional do Catimbau, foram segregados descritores relacionados ao contexto do sítio arqueológico, ao contexto gráfico e à conservação do sítio (QUADRO 1).

Quadro 1 – Descritores estabelecidos para análise das gravuras rupestres do Parque Nacional do Catimbau – PE



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Para a análise das gravuras rupestres do Parque Nacional do Catimbau, foram segregados elementos de ordem cenográfica (relacionados à morfologia dos grafismos e ao seu agenciamento gráfico) e de ordem técnica (relacionados aos procedimentos de execução).

A partir de prospecções realizadas no Parque Nacional do Catimbau, sobretudo no âmbito do Projeto Caracterização dos Sítios Pré-históricos com Grafismos Rupestres no Estado de Pernambuco, foram registrados 55 sítios com grafismos rupestres no perímetro do Parque. Desses, 17 possuem gravuras e pinturas, e apenas 5 têm somente gravuras (QUADRO 2; FIGURA 5).

Em termos de distribuição espacial, observa-se que as gravuras rupestres aparecem integradas ao cenário de sítios com pinturas, não sendo dominantes em número de figuras. Em alguns sítios, como o sítio Alcobaça, elas se destacam em blocos desprendidos do suporte.

Quadro 2 – Relação dos sítios com gravuras rupestres localizados dentro do perímetro do Parque Nacional Serra da Capivara

Nome	Município	Pintura	Gravura
Alcobaça	Buíque	Sim	Sim
Caldeirão da Velha	Ibimirim	Sim	Sim
Caldeirão do Facheiro	Ibimirim	Não	Sim
Canyon do Salgado	Ibimirim	Não	Sim
Dedos de Deus II	Buíque	Sim	Sim
Furna dos Veados	Ibimirim	Sim	Sim
Furtuoso I	Buíque	Sim	Sim
Furtuoso II	Buíque	Não	Sim
Iguana	Buíque	Sim	Sim
Loca da Cinza	Buíque	Sim	Sim
Olho d'Água do Catimbau	Buíque	Sim	Sim
Pititi	Buíque	Sim	Sim
Riacho do Pinga	Tupanatinga	Não	Sim
Riacho do Salgado I	Ibimirim	Sim	Sim
Riacho do Salgado II	Ibimirim	Sim	Sim
Salgado	Ibimirim	Sim	Sim
Serra do Catimbau	Buíque	Sim	Sim
Serrinha	Buíque	Sim	Sim
Sítio do Guardião	Ibimirim	Sim	Sim
Sítio do João	Buíque	Sim	Sim
Sítio do Juazeiro	Ibimirim	Não	Sim

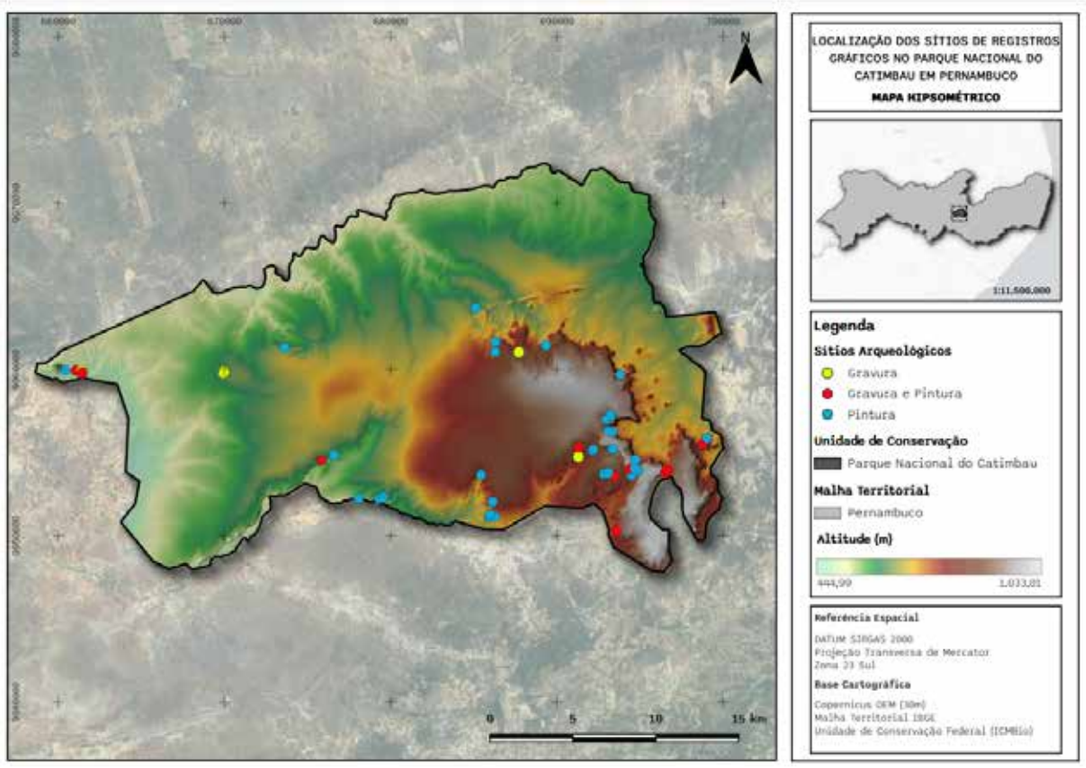
Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A análise dos sítios com gravuras rupestres no Parque Nacional do Catimbau considerou o entorno geomorfológico e a distribuição dos sítios no cenário paisagístico da área. Os sítios analisados estão situados em áreas de Brejo de Altitude ou em áreas pediplanizadas, sob sua influência direta. Considerando a inserção topográfica, observa-se que os sítios estão concentrados em fundo de vale (5), baixa vertente (5) e média vertente (10), com apenas dois sítios localizados em alta vertente. Os sítios que possuem apenas gravuras estão distribuídos em fundo de vale, com exceção do sítio Furtuoso II, que está em média vertente.

A maioria (13) dos sítios possui suportes em que sua morfologia permite a formação de abrigos, enquanto os demais (8) classificam-se como sítios não abrigados. É preciso levar em consideração também que os afloramentos horizontais são mais suscetíveis aos intemperismos, devido a estarem, na maioria das vezes, próximos a leitos de água e sem qualquer tipo de proteção, como os sítios abrigados (Cisneiros, 2019; Correia, 2016).

Todos os sítios, em ambas as morfologias, têm como matéria-prima dominante de seus suportes o arenito, em diferentes níveis de consolidação. O tipo de arenito presente, associado à formação Tacaratu, caracteriza-se pela granulometria grosseira e o aspecto ruiniforme; entretanto, os autores dos grafismos escolheram as zonas mais lisas do suporte para a realização das gravuras.

Figura 5 – Mapa hipsométrico com a distribuição dos sítios arqueológicos com registros rupestres no Parque Nacional do Catimbau



Fonte: Mapa elaborado por Carol Wanderley (2024).

O tamanho dos abrigos foi considerado na pesquisa a fim de avaliar a área de ocupação do sítio. Apenas cinco sítios possuem comprimento superior a 40 metros, enquanto os demais variam entre 10 e 39 metros, apresentando uma área abrigada inferior a aproximadamente 390 m². Os demais sítios encontram-se em pequenos afloramentos ao longo de riachos (FIGURAS 6 e 7). Pode-se inferir que esses sítios seriam de passagem ou acampamentos temporários. O único sítio escavado na área corrobora essa hipótese: Alcobaça apresenta áreas escavadas e distintos níveis de ocupação.

A área I se caracterizou como um período em que o sítio foi utilizado como cemitério entre 2405±30 e 1766±24 anos AP. Área II demonstra que eu abrigo foi utilizado por um período mais prolongado como habitação duração, denotando a utilização por diversas ocupações em diferentes momentos. A coluna estratigráfica desta área está entre 4697±30 anos AP para a primeira ocupação e 888±25 anos AP para a última ocupação. A área III com várias estruturas de fogueiras para cronologia diferenciadas caracteriza-se como períodos em que o sítio foi utilizado como acampamento temporário de curta duração (Oliveira, 2006, p. 17-18).

Figura 6 – Sítio Alcobaça, abrigo sob rocha. É o único sítio arqueológico com gravuras rupestres escavadas na área do Parque Nacional do Catimbau



Fonte: Fotografia de Daniela Cisneiros (2023).

Figura 7 – Sítio Riacho do Pinga. Gravuras rupestres em afloramento arenítico situado no leito do riacho do Pinga



Fonte: Acervo Imagético do Laboratório de Registro Rupestre – UFPE (2015).

Ao avaliar a dimensão pictórica dos painéis rupestres específicos para as gravuras, observa-se que estes não ultrapassam 5 metros. Embora os painéis com pinturas possam atingir até 70 metros de extensão, como no caso do sítio Alcobaça, a seção destinada às gravuras é significativamente menor (FIGURA 8).

Figura 8 – Sítio Alcobaça. Gravuras rupestres inseridas em bloco desprendido do abrigo



Fonte: Fotografia de Daniela Cisneiros (2023).

3.2 Das Dimensões do Fenômeno Gráfico

A análise das gravuras nesta pesquisa foi orientada pelas dimensões temáticas e técnicas. Os resultados permitem identificar recorrências e padrões regionais.

Dimensão Temática

O conjunto das unidades gráficas estudadas, distribuídas nos 21 sítios selecionados para a pesquisa, é composto, em sua maioria, por grafismos não naturalistas ou geométricos, executados com traços retilíneos e curvilíneos, de forma conjunta ou isolada. A única exceção é uma figura de mão gravada, localizada no sítio Riacho do Pinga.

No conjunto, foram identificadas as seguintes morfologias: circulares, triangulares, tridigitais, quadrangulares, lineares, ponteadas e formas complexas. O quadro 3 abaixo apresenta as morfologias dominantes na área (FIGURA 9).

Quadro 3: Morfologia das gravuras rupestres evidenciadas no Parque Nacional do Catimbau – PE

Circular	Triangular	Tridigital	Retangular	Linear	Cruciforme	*Cupule*	Forma complexa
							

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Figura 9 – Variação morfológica e técnica em painéis gravados no Parque Nacional do Catimbau. Sítio Riacho do Pinga



Fonte: Acervo Imagético do Laboratório de Registro Rupestre – UFPE (2015).

Dentre as formas circulares, há figuras com detalhes que as diferenciam e as singularizam, permitindo sua classificação em distintas categorias: círculos simples, círculos concêntricos (FIGURA 10), círculos com raios convergentes para um ponto central, círculos tetrapartidos, círculos interligados por traços e círculos com raios divergentes.

Dentre as formas lineares, há figuras com detalhes que as diferenciam e as singularizam, permitindo sua classificação em distintas categorias: linhas oblíquas, linhas paralelas retas, linhas paralelas curvas, linhas poligonais e linhas intercruzadas.

As formas triangulares, quadrangulares e cruciformes aparecem de maneira discreta no conjunto gráfico do Parque, com poucos exemplares de cada uma.

Os tridígitos são formas recorrentes nos sítios da área, aparecendo de forma isolada ou em pares, com haste central alongada ou com dimensões simétricas às outras duas (FIGURAS 11 e 12).

Figura 10 – Círculos concêntricos. Sítio Alcobaça



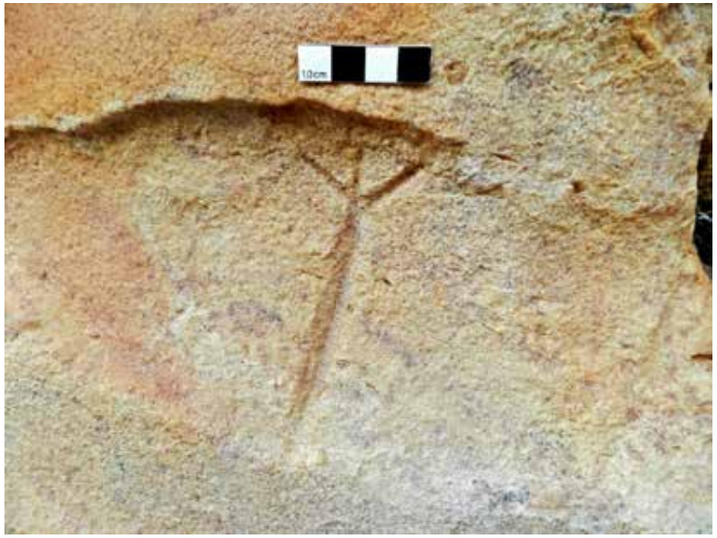
Fonte: Fotografia de Daniela Cisneiros (2023).

Figura 11 – Sítio Caldeirão da Velha. Tridígito em pares com hastes de tamanho similar inseridos sobre suporte pintado



Fonte: Acervo Imagético do Laboratório de Registro Rupestre – UFPE (2015).

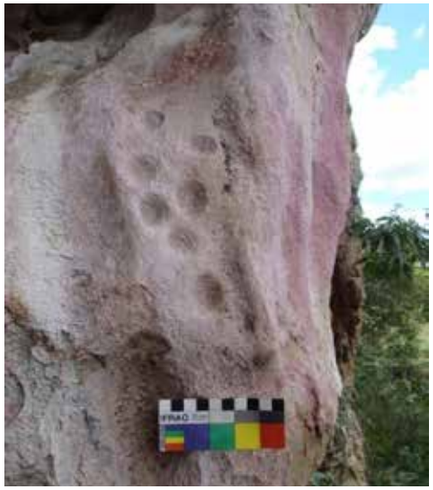
Figura 12 – Sítio Dedo de Deus II. Tridígito isolado com haste central alongada



Fonte: Acervo Imagético do Laboratório de Registro Rupestre – UFPE (2015).

As cúpulas são formas dominantes na área pesquisada e representam o maior número de formas nos sítios estudados. Elas podem aparecer de maneira isolada ou alinhada nos sítios. Foram observados conjuntos lineares, paralelos e com alinhamento contornando a topografia do suporte. É importante ressaltar a presença de cúpulas nas paredes dos abrigos e não apenas em afloramentos horizontais, sendo que, por vezes, podem ser confundidas com a base de pilão (FIGURAS 13 e 14).

Figura 13 – Sítio Furna dos Veados. Conjunto de figuras cupuliformes orientadas pela topografia da parede do suporte rochoso



Fonte: Acervo Imagético do Laboratório de Registro Rupestre – UFPE (2015).

Figura 14 – Sítio Furtuoso II. Alinhamento de "*cupule*" sobrepondo figuras circulares gravadas



Fonte: Acervo Imagético do Laboratório de Registro Rupestre – UFPE (2015).

As formas elaboradas (forma complexa e geometrizada) aparecem com pouca regularidade. No conjunto gráfico do Parque dominam as formas simples, sem preenchimento.

Algumas figuras, no entanto, possuem linhas indefinidas, de difícil relação com nosso arcabouço imagético. Parecem ser imagens muito intemperizadas, que não mantêm mais os contornos necessários para seu entendimento no espaço gráfico. É possível ver apenas alguns traços, mas a figura não se define (FIGURA 15).

Figura 15 – Sítio Pititi. Gravura rupestre complexa com reconhecimento morfológico afetado pelo intemperismo



Fonte: Acervo Imagético do Laboratório de Registro Rupestre – UFPE (2015).

Apenas uma figura reconhecível pode ser identificada na amostra estudada: trata-se de uma figura de mão gravada na parede do sítio Riacho do Pinga. As marcas de mão são frequentemente observadas em sítios com pinturas rupestres na região Nordeste do Brasil, seja em positivo, desenhadas diretamente ou carimbadas na rocha (Pessis, Vida, Martin, 2021). No entanto, a gravura de mão é mais rara na região.

Figura 16 – Formato de mão gravada no suporte rochoso do Sítio Riacho do Pinga



Fonte: Acervo Imagético do Laboratório de Registro Rupestre – UFPE (2015).

Nesta etapa do trabalho, com a amostra selecionada para análise, torna-se impeditivo falar em código gráfico, uma vez que a concepção de código (Hénault, 2006) só pode ser identificada frente a uma elevada frequência estatística, o que não é o foco deste trabalho. No entanto, é importante destacar que pressupor a existência de um código também implica na necessidade de definir e identificar sua localização.

Para fins de análise do espaço gráfico, considerou-se neste trabalho como "figuras agrupadas" aquelas em que o tamanho de uma das figuras é igual ou inferior à distância entre ela e sua vizinha. Já as "figuras isoladas" são aquelas em que a distância entre as figuras é maior que o tamanho de uma delas. Essa categoria apresentou certa complexidade, pois, em alguns sítios, cuja mancha gráfica é pequena e bastante densa, as gravuras estão todas muito próximas umas das outras, em justa posição, mas não parecem formar conjuntos ou sequências (salvo os conjuntos e alinhamentos de pontos e traços). O que se revelou para a área também foi o tamanho modal das figuras, que variam entre 15 e 25 cm para os motivos circulares, tridigitais, quadrangulares e formas complexas. As cúpulas apresentam-se entre 2 cm e 10 cm.

Dimensão técnica

Na dimensão técnica foram considerados dois descritores: a execução técnica e a profundidade. A técnica de execução das gravuras rupestres evidenciadas na área do Parque são: abrasão, percussão direta com percutor duro e percussão direta com abrasão.

A percussão direta (picoteamento) seguido de abrasão, enquanto técnica torna-se prevalente em todo o Parque, com 75% das amostras. A percussão direta sem a posterior abrasão (polimento) aparece de forma menos representativa, 25% da amostra (FIGURA 17).

Figura 17 – Sítio Caldeirão da Velha. Picoteamento seguido por polimento



Fonte: Acervo Imagético do Laboratório de Registro Rupestre – UFPE (2015).

Observa-se no picoteamento proporções regulares no diâmetro e na profundidade das áreas percutidas, além do grande número de aplicações para formar o desenho (FIGURA 18). Esses pontos abertos pela percussão direta têm, em média, 2 mm de diâmetro e 1 a 2 mm de profundidade por inserção.

Figura 18 – Sítio Furtuoso II. Percussão direta no círculo simples central e nas *cupules* à esquerda pode-se observar percussão seguida de abrasão



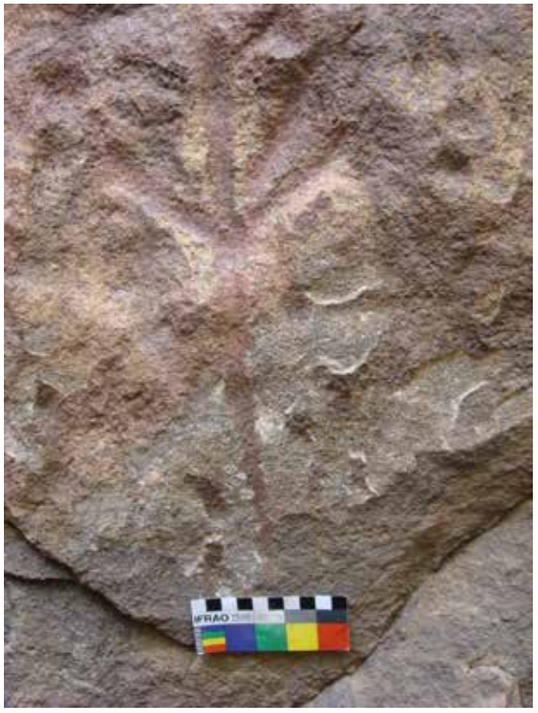
Fonte: Acervo Imagético do Laboratório de Registro Rupestre – UFPE (2015).

Em relação à profundidade das figuras, considerou-se a profundidade mínima e máxima de cada uma. Para efeito de análise, as figuras foram orientadas por uma escala de intervalos regulares em milímetros, já utilizada por Correia (2016): 1 a 5 mm; de 5,1 a 10 mm; e maior que 10 mm. Observou-se que, em relação à profundidade, os grafismos não ultrapassam a modal de 5 mm, com exceção de algumas cúpulas, que apresentaram profundidade maior que 10 mm e inferior a 20 mm.

Quanto à presença de tinta ou pigmento no interior das gravuras, pode-se afirmar que, em apenas um sítio, o Caldeirão da Velha, foi constatada a existência de tinta tanto no interior da unidade gráfica gravada quanto no suporte que serviu de base para a gravação (FIGURA 19). Localizado em baixa vertente e em curso d'água, o sítio Caldeirão da Velha ainda conserva vestígios de pintura. Outros sítios, mesmo sendo densamente pintados, como é o caso do sítio Alcobaça, não apresentam vestígios de tinta nas áreas destinadas às gravuras.

A execução técnica das gravuras, pela retirada da superfície da rocha, como mencionado, permite um contraste visual entre a cor do córtex e a cor da parte mais profunda do suporte. A adição de tinta, seja como preparação do suporte ou dentro dos sulcos, torna esse contraste ainda mais evidente, facilitando cenograficamente a visualização das gravuras à distância.

Figura 19 – Sítio Caldeirão da Velha. Presença de pigmentos no interior das gravuras



Fonte: Acervo Imagético do Laboratório de Registro Rupestre – UFPE (2015).

Vale salientar, ainda no tratamento do suporte, que os autores dos grafismos escolheram suportes com maiores regularidades topográficas e texturas mais lisas, o que nos leva a crer que a preparação do suporte, por meio de alisamento prévio, não foi necessária, visto que já havia a escolha por zonas mais lisas do suporte.

As sobreposições são menos constantes nos painéis estudados, mas, quando ocorrem, as gravuras rupestres estão sobre as pinturas e não o contrário (FIGURA 20), indicando um momento gráfico posterior à execução das pinturas. Verifica-se na área apenas três sítios que apresentam sobreposições de gravuras sobre gravuras.

Figura 20 – Sítio Pititi. Sobreposição de gravura sobre as pinturas



Fonte: Acervo Imagético do Laboratório de Registro Rupestre – UFPE (2015).

As formações geológicas observadas no Parque Nacional do Catimbau têm sido modeladas ao longo do tempo. A ação erosiva dos agentes geológicos, associada a fatores climáticos e topográficos, tem transformado os abrigos e afloramentos utilizados como refúgio ou morada de grupos humanos e, consequentemente, os registros gravados e pintados existentes nos suportes.

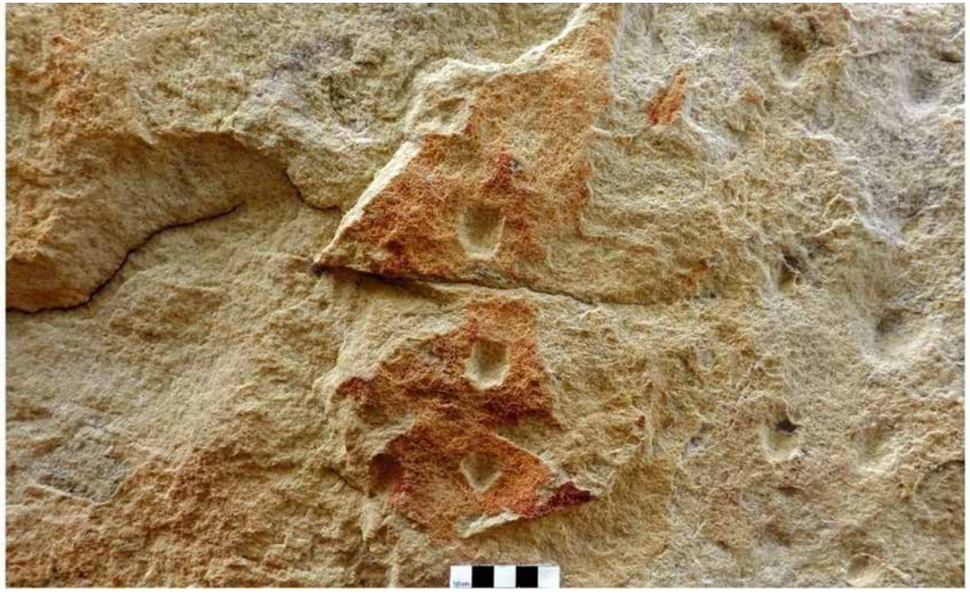
O diagnóstico de conservação realizado nos sítios do Parque Nacional do Catimbau (Cisneiros, 2019) aponta para alguns fatores, entre eles: a ação, sobretudo, de águas com infiltração nos poros das rochas, provocando rupturas; a corrosão eólica, com pequenas partículas transportadas pelo vento, provocando danos à superfície da rocha; e a radiação, atuante sobre a despigmentação dos grafismos, que pode ter efeitos danosos para o córtex rochoso, dependendo de fatores que se interpõem e se agregam à composição rochosa.

Sítios com gênese, suporte e morfologia semelhantes apresentam diferentes situações de conservação para as gravuras rupestres. Isso ocorre porque muitos painéis foram alocados em áreas mais protegidas do suporte. Assim, pode-se ter abrigos fraturados e painéis rupestres bem conservados (Cisneiros, 2019).

Alguns painéis gráficos foram gravados quando o córtex já havia sido desprendido ou fraturado. Em outros painéis, porém, observa-se que os deslocamentos e as fraturas ocorreram posteriormente às práticas gráficas.

Considerando o conjunto dos sítios com gravuras pesquisados, foi possível detectar indicadores de degradação das rochas provocados por agentes de origem natural (físico-químicos e biológicos) e de origem antrópica. Entre os agentes naturais físico-químicos observou-se a formação de fissuras, desprendimento de fragmentos ou de córtex, fraturas e escamação (FIGURA 21). Entre agentes biológicos foi possível registrar a presença de microorganismos, raízes de plantas e casas de insetos.

Figura 21 – Sítio Pititi. Atuação físico-química, erosão e escamação do córtex rochoso



Fonte: Acervo Imagético do Laboratório de Registro Rupestre – UFPE (2015).

Quanto aos agentes de degradação antrópicos, estes podem ser diretos e indiretos. Os diretos são aqueles cuja intencionalidade é a ação direta e vândala sobre o painel rupestre. No Parque, foi evidenciada a presença de giz no interior das gravuras e grafitagem (FIGURA 18). Ações de picotagem diretas sobre o painel, com o objetivo de cobrir os grafismos ou retirar o painel pictórico, causam danos irreversíveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre as gravuras rupestres no Parque Nacional do Catimbau trouxe à luz a caracterização dos motivos cenográficos, temáticos e das técnicas executadas nos sítios dessa área. Pode-se destacar na amostra estudada que as escolhas cenográficas e técnicas na produção das gravuras, de forma recorrente nos sítios da região, demonstram a existência de um código de acentuado hermetismo, sobretudo devido à ausência de figuras naturalistas. O repertório gráfico dessa área está acompanhado de elementos simbólicos que não exigem uma disposição naturalista.

Em relação aos temas representados, observou-se que a dominância recai sobre grafismos não naturalistas de elaboração simples, ou seja, com poucos traços adicionados à forma. As gravuras também se dispõem em manchas gráficas pequenas, em comparação ao tamanho do suporte.

Em relação à técnica utilizada, podemos concluir que foi empregada a percussão direta com percutor duro, seguida de abrasão. Para maior precisão técnica e correlação com os vestígios líticos relacionados aos percutores, sobretudo na área do sítio Alcobaça, seria necessário avançar com pesquisas em Arqueologia Experimental e investigar a existência de percutores nos vestígios líticos coletados no sítio.

Também foi possível observar a predileção por sulcos rasos, mesmo quando se tratava de um arenito mais friável e menos consolidado. O formato dos sulcos, embora rasos, possui ângulos mais abertos em seu interior, seguindo o formato de "U". Quanto à localização dessas gravuras, há uma predileção por paredes, e não por afloramentos horizontais.

Estes estudos ainda são iniciais e considera-se que a Arqueologia Experimental pode vir a complementar a visão, sobretudo em relação às técnicas das gravuras rupestres. Esse campo poderia aprimorar o entendimento sobre a execução e a maneira de produção das gravuras, assim como sobre a eleição dos espaços gráficos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. A tradição Agreste: estudo sobre arte rupestre em Pernambuco. **Revista Clio** – Série Arqueológica, Recife, n. 3, p. 7-78, 1986.

AMADOR, J. **Símbolos de la lluvia y la abundancia en el arte rupestre del Desierto de Sonora. Lineamientos generales para la interpretación del arte rupestre y estudo de caso**. México: Secretaría de Cultura/ENAH-INAH/Mil Libros Editorial, 2017.

AMADOR, J. El Arte Rupestre como Medio de Comunicación. Observaciones de Método Sobre Su Interpretación. *In:* **Interacciones artísticas y procesos comunicativos**. Red México/amic/Editorial Elementum/Creativa Independiente, 2020.

AMARAL, M. P. V. do. **As pinturas rupestres da tradição agreste em Pernambuco e na Paraíba – Brasil**. 2014. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

ANATI, E. Alle origini della civiltà europea. L'arte rupestre in Valcamonica. **Archeo Dossier**. Novara: Instituto Geográfico De Agostini, 1985.

BARBOSA, R. J. N. **Perfil gráfico das pinturas rupestres pré-históricas do Vale do Moxotó e quadrante nordeste da Bacia Hidrográfica do Pajeú – Pernambuco, Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

BRASIL. Decreto nº 13, de 12 de novembro de 2002. Dispõe sobre a criação do Parque Nacional do Catimbau, nos Municípios de Ibimirim, Tupanatinga e Buíque, no Estado de Pernambuco, e de outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 nov. 2002. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DSN&numero=13/12-11&ano=2002&ato=77dQTU65ENNpWTe82. Acesso em: 10 out. 2023.

BRITO, F. **Análise das gravuras rupestres pré-históricas das Bacias Hidrográficas do Espinharas/Sabugi/Quipauá-Barra Nova no Seridó Ocidental-RN**. 2011. Tese (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

CARVALHO, R. R. **Origem e proveniência da sequência siliciclástica inferior da Bacia do Jatobá**. 2010. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Geomorfologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

CAVALCANTI, L. C. S. I; CORRÊA, A. C. B. Pluviosidade no Parque Nacional do Catimbau (Pernambuco): seus Condicionantes e seus Efeitos sobre a Paisagem. **Geografia** (Londrina), Paraná, v. 23, n. 2, p. 133-156, jul./dez. 2014.

CISNEIROS, D. **Similaridades e diferenças nas pinturas rupestres pré-históricas de contorno aberto no Parque Nacional Serra da Capivara – PI**. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

CISNEIROS, D. Diagnóstico do Estado de Conservação dos Sítios com Grafismos Rupestres no Parque Nacional do Catimbau – Pernambuco. **Revista Clio** – Séria Arqueológica, Recife, v. 34, p. 139-170, 2019.

CISNEIROS, F. **Arqueologia Preventiva em Pernambuco**: Da Prática Arqueológica à Produção e Divulgação do Conhecimento Científico. 2023. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

CORREIA, A. C. B. **Engraved World**: A Contextual Analysis of Engravings and Markings in South-Eastern Piauí, Brazil. Newcastle University, 2010.

CORREIA, M. F. dos S. B. **Gravuras Rupestres no Vale do Moxotó, Pernambuco-Brasil**: um estudo da técnica de execução da cenografia do conjunto gráfico. 2016. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016

COSTA, H. C. da. A**s Ocupações Humanas Pré-históricas no Médio e Baixo São Francisco**: uma pesquisa sobre os Projetos de Salvamento Arqueológico. 2004. 59f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2004.

CPRM. **Base Municipal de informações das águas subterrâneas**: municípios de Buíque. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2010.

FIORE, D. Cuestiones teórico-metodológicas e implicaciones arqueológicas en la identificación de artefactos utilizados en la produção de grabados rupestres. Hacia una arqueología del arte. **Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología**, Buenos Aires, v. 24, p. 277-291, 1999.

GALVÃO, S. V. **Diccionario chorographico, historico e estatistico de Pernambuco**. 2. ed. Rio de janeiro: Imp. nacional, 1921.

GUIDON, N. Tradições e estilos da Arte Rupestre no Sudeste do Piauí. **Pré-história Brasileira**: Aspectos da Arte Parietal. Catálogo de Exposição. São Paulo: USP, p. 19-20, 1981.

GUIDON, N. Da aplicabilidade das classificações preliminares na arte rupestre. **Revista Clio** – Série Arqueológica, Recife, n. 5, 1982.

GUIDON, N. Tradições Rupestres da Área Arqueológica de São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil. **Revista Clio** – Série Arqueológica, Recife, n. 5, p. 5-10, 1989.

HÉNAULT, A. **História concisa da semiótica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

LUMLEY, H. Les gravures rupestres de l´Age du Bronze de la Vallée des Merveilles (Mont Bego, Alpes Maritimes). **L´ Anthropologie**, França, v.

88, n. 4, p. 613-647, 1984.
MARTIN, G. Projeto Itaparica de Salvamento. **Revista Clio** – Série Arqueológica, Recife, v. 4, p. 320-328, 1989.
MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. Recife: Editora da UFPE, 2007.
MELO, M. Arqueologia pernambucana: os litoglifos de Vila Bela. A pedra do letreiro. **A pedra do sino**, Pernambuco, v. 29, n. 135-142, p. 7-24, jan./dez. 1928.
MUÑOZ IBÁÑEZ, F. J.; SAN NICOLÁS PEDRAZ, M. P. **La cultura material como fonte esencial de conocimiento en Arqueología**. Universidad Nacional de Educación a Distancia, Uned, 2010.
NASCIMENTO, A.; ALVES, C.; LUNA, S. O Sítio Alcobaça, Buíque, Pernambuco: Primeiros Resultados. **Revista Clio** – Série Arqueológica, Recife, v. 6, n. 1, 1994.
NASCIMENTO, R. A. N.; COMERLATO, F. Estudo da Produção Bibliográfica sobre Gravura Rupestre no Nordeste do Brasil. **Revista de Ciências Humanas Caeté**, Alagoas, v. 4, n. 1, 2022.
OLIVEIRA, A. L. N. **O Sítio arqueológico Alcobaça, Buíque, Pernambuco**: Estudo das Estruturas Arqueológicas. 2001. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
OLIVEIRA, A. L. N. **O Sítio Alcobaça**: referência no Vale do Catimbau. Revista Clio, Recife, v. 21, n. 2, p. 5-39, 2006.
OLIVEIRA, A. L. S. **Formas Gráficas Pintadas e Gravadas do Vale do Catimbau**: Semelhanças e Diferenças Presentes no Plano de Expressão. 2022. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.
OLIVEIRA, A. L. S.; CISNEIROS, D. Formas Gráficas Pintadas e Gravadas do Vale do Catimbau: Semelhanças e Diferenças Presentes no Plano de Expressão. **Revista Fumdhamentos**, São Raimundo Nonato, n. 20, v. 1, 2024.
OLIVEIRA, A. L. S.; CISNEIROS, D.; PERAZZO, M. Grafismos Puros nos sítios arqueológicos do Parque Nacional do Catimbau, PE. **Revista Noctua**, Recife, v. 1, n. 4, p. 81-112, 2019.
PERAZZO, M.; CISNEIROS, D.; AMARAL, M. E.; RIOS, C.; DELIA, F. S. A Atuação Jurídica dos Órgãos de Proteção do Patrimônio Arqueológico Pré-Histórico em Pernambuco. **Cadernos do Lepaarq (UFPEL)**, Pelotas, v. 20, p. 278-297, 2023.
PERAZZO, M.; CISNEIROS, D.; ARAUJO, A. Registros rupestres na região central do estado de São Paulo: o Abrigo do Alvo, Analândia, São Paulo, Brasil. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, Belém, v. 17, n. 2, 2021.
PESSIS, A.; CISNEIROS, D.; MUTZENBERG, D.; MARTIN, G.; LAVALLE, H. Caracterização dos Sítios Pré-Históricos com Grafismos Rupestres no Estado de Pernambuco, Brasil. **Revista Clio** – Série Arqueológica, Recife, v. 32, p. 165, 2017.
PESSIS, A-M.; VIDAL, I.; MARTIN, G. As Mãos do Passado: Desenhos, Impressões e Marcas de Mãos nos Registros Rupestres da Região Nordeste do Brasil. **FUMDHAMentos**, São Raimundo Nonato, v. 18, n. 2, p. 3-28, 2021.
PESSIS, A-M. **Art rupestre préhistorique**: Premiers registres de la mise en scene. 1987. Tese (Doutorado de Estado) – Université de Paris X, Nanterre. 1987.
PESSIS, A-M. Apresentação Gráfica e Apresentação Social na Tradição Nordeste de Pintura Rupestre do Brasil. *In:* First AURA Congress, 1988, Darwin, Austrália. **Anais [...]** Darw*In:* [s.n.], 1988. p. 1-17.
PESSIS, A-M. Identidades e Classificações dos registros gráficos pré-históricos do nordeste do Brasil. **Revista Clio** – Arqueológica, Recife, v. 1, n. 8, 1992.
PESSIS, A-M. Registros rupestres, perfil gráfico e grupo social. **Revista Clio** – Arqueológica, Recife, n. 9, p. 7-14, 1993.
PESSIS, A-M Do Estudo das Gravuras Rupestres Pré-Históricas no Nordeste do Brasil. **Revista Clio** – Arqueológica, Recife, v. 1, n. 9, p. 29-44, 2002.

PROENÇA, A. L. Reconhecimento Arqueológico na Região do Catimbau: Prospecção, Geoprocessamento e Estratigrafias no Contexto Arqueológico. **Revista de Geografia**, Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. especial VIII Sinageo, n. 2, p. 288-301, 2010.

ROCHA, J.; MARTIN, G. O Adeus à Gruta do Padre. A Tradição Itaparica de Indústrias Líticas no Vale do São Francisco. **Revista Clio** – Série Arqueológica, Recife, v. 6, n. 1, p. 31-64, 1990.

RODRÍGUEZ-RELLÁN, C. **Unha perspectiva tecnolóxica e experimental das indústrias sobre lousa, cristal de rocha e cuarzo na Prehistoria Recente do Noroeste Peninsular**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidad de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2010.

SANCHIDRÍAN, J. L. **Manual de Arte Prehistórico**. Barcelona: Ed. Ariel Prehistoria, 2018.

SANTOS, A. DE LA P.; GARCIA, J. M. R. Ideología y Sociedad en los grabados rupestres galaico. **Cuadernos de Prehistoria**, [S. l.]v. 22, 2001.

SNE. Sociedade Nordestina de Ecologia. **Projeto Técnico para a Criação do Parque Nacional do Catimbau/PE** – versão final, em cumprimento ao contrato n° 086-00/02, Subprojeto "Proposta para criação do Parque Nacional do Catimbau/PE", 2002.

TUYUKA, P. H. T.; VALLE, R. B. M. ʉTÃ WORI – Um Diálogo entre Conhecimento Tuyuka e Arqueologia Rupestre no Baixo Rio Negro, Amazonas, Brasil. **Tellus**, [S. l.], v. 19, n. 39, p. 17–37, 2019. DOI: 10.20435/tellus.v19i39.576. Disponível em: https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/576. Acesso em: 30 jul. 2024.

VALLE, R. B. M. **Gravuras pré-históricas da área arqueológica do Seridó potiguar/paraibano**: um estudo técnico e cenográfico. 2003. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

WHITLEY, D. S. Finding rain in the desert: landscape, gender and far western North American rock-art. *In:* **The Archaeology of Rock-Art**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.



AS GRAVURAS RUPESTRES DO CÂNION DO RIO POTI – NORTE DO PIAUÍ

Ana Luisa Meneses Lage do Nascimento[66]
Benedito Rubens Luna de Azevedo[67]
Maria Conceição Soares Meneses Lage[68]
Pablo Meneses Lage[69]
Welington Lage[70]

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O cânion do rio Poti apresenta uma beleza natural singular, marcada pela presença de imponentes gravuras rupestres que se destacam tanto sob o sol escaldante da região quanto sob a luz da lua. Essas formações se misturam ao curso do rio, onde pescadores aproveitam para garantir o sustento de suas famílias. Sentados sobre os rochedos gravados, vivenciam aqueles espaços, integram-se à paisagem e fortalecem sua memória. Por um instante, natureza, cultura e indigeneidade (Balée, 2008) tornam-se um só, conectando-se naquele momento.

No entanto, as belas gravuras encontram-se em acelerado processo de degradação, devido à exposição ao tempo e à presença de humanos, animais e plantas, que há milênios convivem e compartilham esse espaço. Ainda que em estado vestigial, sua beleza persiste, realçando insistentemente a paisagem.

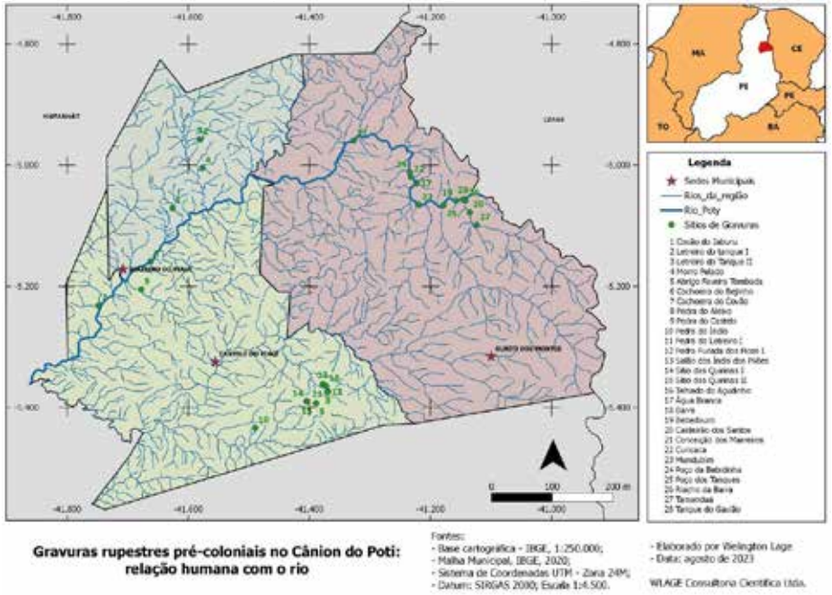
66 Arqueóloga e professora do departamento de arqueologia da Universidade Federal do Piauí. Doutorado em Arqueologia pelo Museu Nacional (UFRJ). E-mail: analage@ufpi.edu.br.
67 Especialista em Conservação de Arte Rupestre pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduado em Ciências Sociais (UFPI). E-mail: rubens.luna@gmail.com.
68 Arqueóloga e professora do departamento de arqueologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutora em Arqueologia Antropologia Etnologia – Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne). E-mail: meneses.lage@gmail.com.
69 Especialista em Arqueologia Social Inclusiva, desenvolve trabalhos de comunicação e preservação cultural na empresa WLage Consultoria Científica LTDA, onde é sócio e atua como analista ambiental. E-mail: pablage@hotmail.com.br.
70 Arqueólogo e Pesquisador colaborador do Centro de Estudos de Arqueologia, Arte e Ciências do Patrimônio – CEAACP da Universidade de Coimbra. Doutorado em Arqueologia pela Universidade de Coimbra (Portugal). E-mail:welingtonlage@gmail.com.

Diante dessa situação, em 2019, a Superintendência do IPHAN no Piauí financiou um projeto com o objetivo de revisar os sítios existentes na área, documentá-los e cadastrar aqueles ainda não estudados. Os autores deste capítulo foram contemplados na licitação e executaram o projeto.

Com relação à área de abrangência do projeto, objeto deste capítulo, apesar de se reconhecer o erro na demarcação dos limites entre os estados do Ceará e do Piauí — atualmente em processo de revisão, uma vez que, no passado, o Piauí foi bastante prejudicado, ficando em desvantagem —, este trabalho limitou-se a investigar exclusivamente a área de influência do cânion do rio Poti, que abrange os municípios de Buriti dos Montes, Castelo do Piauí e Juazeiro do Piauí. Essa região abriga uma grande quantidade de sítios arqueológicos e paleontológicos. Os sítios arqueológicos datam de períodos pré-coloniais, coloniais e de contato. Durante a pesquisa, foram documentados muros de pedra de períodos coloniais, estações e vilas ferroviárias de épocas históricas, fazendas bicentenárias, vestígios de antigas moradas de sertanejos e uma grande quantidade de sítios de arte rupestre. A maioria desses sítios apresenta gravuras, embora também existam alguns com pinturas. Neste trabalho, serão descritos apenas os sítios com gravuras mais significativos da área, uma vez que esse é o foco da presente publicação.

Quando se consulta o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA, o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG e a relação de sítios em vias de cadastramento no SICG, todos do IPHAN, aparece o registro de 111 (cento e onze) sítios arqueológicos distribuídos nos três municípios do Cânion do Poti, contabilizando 28 (vinte e oito) em Buriti dos Montes, 70 (setenta) em Castelo do Piauí e 13 (treze) em Juazeiro do Piauí. Todavia, o número de sítios existentes na região deve ser muito maior, conforme relatórios depositados nos arquivos da Superintendência do IPHAN em Teresina (FIGURA 1).

Figura 1 – Mapa de localização dos sítios de gravura na região do Cânion do Rio Poti



Fonte: IPHAN (2020).

2 SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE BURITI DOS MONTES

Entre os sítios cadastrados, Buriti dos Montes apresenta 14 (quatorze) sítios com gravuras, todos a céu aberto, em blocos gravados dispersos ao longo das margens do rio Poti. De acordo com a dinâmica das águas, essas gravuras ficam submersas durante o período chuvoso, fenômeno que, somado à exposição a altas temperaturas e à intensa insolação, acelera a degradação dos grafismos, alterando suas feições e deixando-os em estado vestigial. A técnica utilizada na execução das gravuras presentes nos sítios é predominantemente o picoteamento, seguido por raspagem ou alisamento. Os motivos gravados no suporte rochoso são, em sua maioria, não figurativos, caracterizados por grafismos pontilhados, circulares, tracejados e semicirculares. No entanto, também há representações figurativas, incluindo elementos fitomorfos e zoomorfos, como lagartos, símios e formas serpentiformes, além de figuras antropomorfas, pegadas, mãos e outros símbolos.

Entre os sítios de gravuras do cânion do rio Poti, destaca-se o Poço da Bebidinha, notável por sua grande extensão e pela quantidade de gravuras rupestres distribuídas ao longo de ambas as margens do rio Poti, em um trecho de aproximadamente 800 metros (FIGURA 2). O sítio está localizado no vale da Serra do Barreiro, nas proximidades da Fazenda Espírito Santo, no município de Buriti dos Montes, abrangendo uma área de 48.600 m² (FIGURA 3).

Figura 2 – Vista geral do Rio Poti



Fonte: Fotografia do Arquivo WLAGE Consultoria Científica Ltda (2019).

Figura 3 – Vista geral da Fazenda Espírito Santo e acampamento dos pesquisadores



Fonte: Fotografia do Arquivo WLAGE Consultoria Científica Ltda (2019).

No sítio arqueológico Poço da Bebidinha, as gravuras estão distribuídas desde o nível do rio até o topo do suporte rochoso, estendendo-se por uma ampla área. Devido ao elevado número de grafismos, torna-se impossível determinar sua quantidade exata. Ainda assim, observa-se que a maior concentração de gravuras está na margem direita do rio, na porção leste, sugerindo que foram provavelmente realizadas no período da manhã, quando o autor se abrigava na sombra da rocha enquanto executava a gravação. No entanto, é possível que também houvesse gravuras na porção oeste, já desaparecidas devido à maior exposição ao sol da tarde, que eleva significativamente a temperatura da rocha e acelera seu processo de desagregação.

Quanto à técnica de execução, as gravuras foram produzidas por meio de picoteamento, raspagem e/ou polimento. Em relação aos motivos, predominam as representações não figurativas, como bastões, linhas, cúpulas e tridígitos, embora também haja, em menor quantidade, representações figurativas (FIGURA 4).

Figura 4 – Gravuras do sítio Poço da Bebidinha



Fonte: Fotografia do Arquivo WLAGE Consultoria Científica Ltda (2019).

É importante ressaltar que os grupos humanos sempre mantiveram uma relação íntima com o meio ambiente, tanto na seleção e ocupação do espaço quanto nas alterações ambientais que nele provocaram. Isso ocorre devido ao reconhecimento da paisagem, à identificação de locais adequados para habitação e às possíveis associações com a fauna e a flora.

O sítio Poço da Bebidinha encontra-se em uma zona de transição, apresentando um ecótono com diferentes comunidades ecológicas, ricas em espécies, sejam elas provenientes dos biomas que o compõem ou espécies únicas (endêmicas) que surgiram nesse ambiente. A vegetação dominante pertence ao bioma Caatinga (savana-estépica), que Carlos Toledo Rizzini (1963) classifica como Caatinga arbórea e arbustiva. Também está presente o ecossistema Cerrado Rupestre ou Campo Rupestre, que pode ser observado em gravuras fitomorfas (FIGURAS 5 e 6).

Figura 5 – Gravura fitomorfa



Fonte: Fotografia do Arquivo WLAGE Consultoria Científica Ltda (2019).

Figura 6 – Gravura zoomorfa



Fonte: Fotografia do Arquivo WLAGE Consultoria Científica Ltda (2019).

Na arte rupestre, é comum encontrar grafismos que remetem a formas humanas (antropomorfas), à flora (fitomorfas) e à fauna (zoomorfas) do local, refletindo assim o ambiente onde os indivíduos viviam na época. Dessa forma, os símbolos gravados ou pintados podem ser considerados marcadores ambientais. Lúcia Santaella (2012, p. 51) afirma que "o ambiente é aquilo que é percebido. É também a fonte de estimulação necessária à percepção. Esta implica a compreensão de como a estimulação vinda do ambiente pode especificar o ambiente". Com essa afirmação, pode-se concluir que o ser humano reproduz o que lhe é conhecido e aprendido, demonstrando a capacidade de replicá-lo (FIGURA 7).

Figura 7 – Gravuras do sítio Poço da Bebidinha



Fonte: Fotografia do Arquivo WLAGE Consultoria Científica Ltda (2019).

A região apresenta uma grande diversidade de ambientes, por estar localizada em uma área geográfica de transição de clima, de solo e de vegetação. As áreas de ecótono "apresentam alta fragilidade natural e características florísticas e estruturais bastante peculiares e diferenciadas em relação aos demais Biomas" (Albino; Castro, 2007, p. 252-253).

O sítio Poço da Bebidinha apresenta nítida relação do vale do rio Poti com as rochas que formam seu cânion. É uma relação significante na construção de uma nova paisagem, pela ação inconstante, mas renovadora do rio e do homem.

> […] os grupos humanos constroem paisagens, isto é, percepções multidimensionais dos territórios que habitam ou pressupõem. É nas paisagens que os grupos humanos se reconhecem, estabelecem os limites da sua ação e definem as suas estratégias comportamentais. O comportamento adaptativo, motor das sociedades e da evolução, é sempre decorrente de adaptações a paisagens, a percepções culturalmente informadas (…), e não uma mera reação a condicionantes territoriais (ambientais, climáticas ou outras) (Oosterbeek, 2011, p. 23).

Logicamente, a paisagem que se apresenta nos dias de hoje não é a mesma de tempos passados, tendo sofrido alterações climáticas (como as glaciações), topográficas, culturais e no ecossistema. A Arqueologia desempenha um papel fundamental na compreensão desse contexto, com o estudo dos hábitos e necessidades dos grupos humanos da região, além do conhecimento teórico e tecnológico aplicáveis a cada caso (Sanches, 2003).

A aproximadamente 470 metros do ponto inicial da área do sítio, em um campo plano de cerca de 2.870 m², foi encontrada uma grande quantidade de material lítico em superfície, incluindo seixos de quartzito com marcas de retiradas (núcleos) e outros artefatos líticos. A área apresenta todas as características de uma oficina lítica. Esse fato pode indicar que as ferramentas utilizadas na confecção das gravuras tenham se originado desse ambiente. Essa área já havia sido observada e identificada anteriormente pela equipe de arqueólogos do Núcleo de Antropologia Pré-histórica (NAP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), por volta dos anos de 1997/98. No entanto, não há nenhuma publicação a seu respeito, nem está cadastrada no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O sítio **Poço da Bebidinha** enfrenta graves problemas de conservação, principalmente devido à localização dos blocos gravados nas margens do rio, conforme mencionado anteriormente. Esses blocos estão sujeitos a alagamentos, à exposição a altas temperaturas e à forte radiação solar durante os períodos de estiagem, além de sofrerem com o pisoteio de animais domésticos, a presença de vegetação entre os blocos e a visitação sem o devido acompanhamento.

Ressalta-se que o sítio Poço da Bebidinha foi tema de pesquisa de mestrado e doutorado de um dos autores deste capítulo, Welington Lage. Assim, o Poço da Bebidinha é o sítio que apresenta mais informações sobre suas características técnicas, estilísticas e o estado geral de conservação. Considerando que os outros sítios de gravura abordados neste capítulo foram apenas objeto de reconhecimento e cadastramento, sem estudos mais aprofundados, e, consequentemente, com poucas informações a seu respeito, observa-se uma grande semelhança entre as características gerais das gravuras desses sítios e as do Poço da Bebidinha. Para evitar repetições, as explanações sobre os demais sítios de gravuras da região serão omitidas. Dessa forma, com a mesma configuração do Poço da Bebidinha, existem outros sítios de gravuras localizados no cânion do Rio Poti, em terras do município de Buriti dos Montes. Entre eles, destacam-se os seguintes:

O sítio **Água Branca**, localizado nas proximidades da estrada carroçável que liga a Fazenda Água Branca à Fazenda Espírito Santo, é do tipo multicomponencial. Ele contém gravuras rupestres não figurativas em blocos situados na margem direita do Rio Poti, além de material lítico composto por lascas de sílex e quartzito em toda a sua extensão. A área de abrangência do sítio é de quase 8.000 m². As gravuras estão bastante desgastadas devido a diferentes fatores, como a localização na margem do rio Poti, sujeita a submersão durante as cheias e à forte radiação solar nos períodos de estiagem, além do pisoteio de animais domésticos, entre outros fatores (FIGURA 8).

Figura 8 – Gravuras do sítio Água Branca



Fonte: Fotografia do Arquivo WLAGE Consultoria Científica Ltda (2019).

O sítio **Barra** é do tipo multicomponencial, composto por um conjunto de blocos gravados localizados na margem esquerda do rio Poti, abrangendo uma área de 6.672 m². Na área, também foi identificado material lítico em quartzito. A técnica de execução das gravuras é do tipo picoteamento, com grafismos predominantemente não figurativos. Quanto aos problemas de conservação, o sítio está sujeito à submersão durante as cheias do rio Poti, além de ser exposto a altas temperaturas e forte radiação solar nos períodos de estiagem. Também se observa a presença de animais domésticos na área, vegetação entre os blocos e visitação sem acompanhamento (FIGURA 9).

Figura 09 – Gravuras do sítio Barra



Fonte: Fotografia do Arquivo WLAGE Consultoria Científica Ltda (2019).

Na mesma margem esquerda do rio Poti, encontra-se o sítio **Bebedouro**, que contém gravuras rupestres não figurativas realizadas em blocos rochosos. O sítio ocupa uma área de 1.400 m² e as gravuras são predominantemente não figurativas. O sítio está em acentuado estado de degradação, especialmente as gravuras localizadas no topo dos blocos na posição horizontal, uma vez que estão expostas às intempéries, como chuva, vento, incidência solar e altas temperaturas. Além disso, as gravuras são afetadas pela dinâmica do rio, que as submerge nas primeiras cheias, pelo pisoteio e excrementos de animais domésticos, e pela presença de vegetação na área (FIGURA 10).

Figura 10 – Gravuras do sítio Bebedouro



Fonte: Fotografia do Arquivo WLAGE Consultoria Científica Ltda (2019).

O sítio **Caldeirão dos Santos** apresenta gravuras rupestres realizadas por picoteamento sobre lajedo, frequentemente pisoteadas por animais domésticos, o que acelera sua degradação. As gravuras são, em sua maioria, compostas por motivos não figurativos. O sítio ocupa uma área de 960 m² e sofre degradação devido à forte exposição solar, ao pisoteio e aos excrementos de animais domésticos, que favorecem o desplacamento do suporte rochoso. Além disso, há biodepósitos na área e, durante a época chuvosa, ocorre a passagem de um córrego sobre as gravuras.

O sítio **Conceição dos Marreiros** é do tipo multicomponencial, situado na margem direita do rio Poti, na altura do povoado Conceição dos Marreiros. É formado por um conjunto de blocos rochosos que apresentam gravuras figurativas e não figurativas, elaboradas pelas técnicas de picoteamento e raspagem. No local, também foram encontrados materiais líticos em quartzo e fragmentos de louças. A área total do sítio abrange 9.891 m². O estado de conservação do sítio é bastante delicado, devido a problemas naturais e antrópicos. Entre os fatores de degradação, destaca-se a submersão nas cheias do rio Poti e a exposição às altas temperaturas e forte radiação solar durante os períodos de estiagem. Outros problemas observados incluem o pisoteio de animais domésticos, a presença de vegetação entre os blocos, pichações recentes sobre os grafismos pré-coloniais, feitas por visitação descontrolada e sem acompanhamento adequado (FIGURA 11).

Figura 11 – Gravuras do sítio Conceição dos Marreiros



Fonte: Fotografia do Arquivo WLAGE Consultoria Científica Ltda (2019).

O sítio **Curicaca** é do tipo multicomponencial, constituído por blocos rochosos gravados, localizados na margem esquerda do rio Poti, com a presença de vestígios de louça, faiança e um muro de pedras, distribuídos em uma área de 600 m². O sítio apresenta gravuras figurativas (lagartos) e não figurativas, realizadas pela técnica de picoteamento. Atualmente, as gravuras encontram-se bastante desgastadas, tornando-se difícil visualizá-las, com apenas leves marcas ainda visíveis. Os problemas de conservação são atribuídos às intempéries, como a exposição a chuvas e à forte radiação solar, com altas temperaturas ambientes. Outros fatores que contribuem para a degradação incluem o pisoteio de animais domésticos e transeuntes, além da presença de vegetação entre os blocos (FIGURA 12).

Figura 12 – Gravuras do sítio Curicaca



Fonte: Fotografia do Arquivo WLAGE Consultoria Científica Ltda (2019).

O sítio **Mudubim** apresenta gravuras não figurativas, realizadas em matacões e lajedo situados nas duas margens do rio Poti, ocupando uma área de 1.700 m². A técnica de execução utilizada é o picoteamento. O sítio enfrenta problemas de conservação devido à forte exposição solar, além do pisoteio e excrementos de animais domésticos, presença de roças e currais nas proximidades. Está também exposto à chuva, vento, sol e altas temperaturas. Além disso, observa-se o pisoteio de animais domésticos, presença de vegetação na área e a realização de atividades agrícolas, como roças. O turismo no local ocorre sem controle (FIGURA 13).

Figura 13 – Gravuras do sítio Mudubim

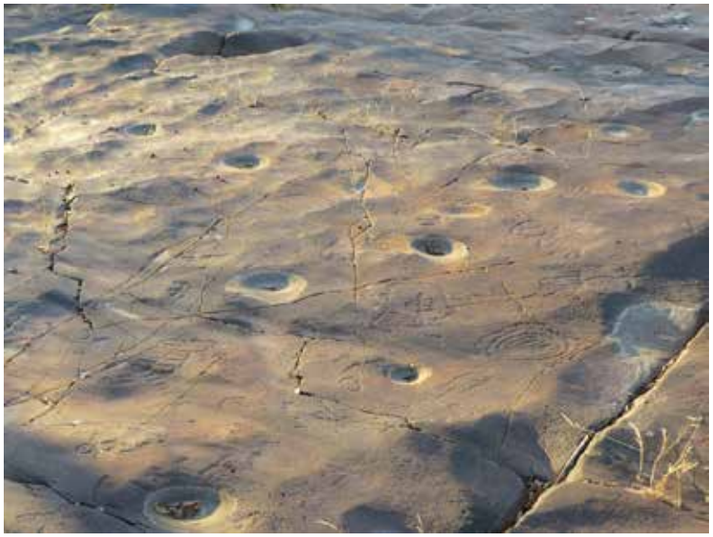


Fonte: Fotografia do Arquivo WLAGE Consultoria Científica Ltda (2019).

O **Poço dos Tanques** é um sítio multicomponencial com gravuras realizadas em matacões e no lajedo, algumas das quais já se encontram em estágio vestigial. Os motivos dos grafismos rupestres são figurativos (lagartos) e não figurativos. Durante o percurso, foram encontradas algumas peças líticas lascadas em quartzo. O sítio ocupa uma área de 2.236 m². Os problemas de conservação incluem a forte exposição solar, pisoteio e excrementos de animais, além da presença de roças e currais na área.

O sítio **Riacho da Barra** é multicomponencial e apresenta gravuras rupestres esculpidas no lajedo, utilizando a técnica de picoteamento. Durante o percurso, diversas peças líticas foram encontradas. A área total do sítio é de 22.710 m². Os problemas de conservação são causados pela forte exposição solar, pelo pisoteio e excrementos de animais, além da presença de roças e currais nas proximidades (FIGURA 14).

Figura 14 – Gravuras do sítio Riacho da Barra



Fonte: Fotografia do Arquivo WLAGE Consultoria Científica Ltda (2019).

O sítio **Tamanduá** é composto por gravuras rupestres com motivos figurativos e não figurativos, realizadas em lajedo e matacões. A área do sítio é de 10.700 m². Muitas das gravuras estão em estado vestigial devido à exposição às intempéries. O local aparenta ter sido abandonado pelo proprietário. As gravuras estão expostas à chuva, sol e vento, além do pisoteio e excrementos de animais domésticos.

O sítio **Tanque do Gavião** é composto por uma grande concentração de blocos gravados com figuras zoomorfas, geométricas, pés e mãos, localizados principalmente na margem esquerda do rio Poti, embora também haja alguns na margem direita. O sítio ocupa uma área de 1.830 m². Os problemas de conservação incluem o desgaste do suporte rochoso, presença de ninhos de insetos construtores, como abelhas, vespas, cupins e marimbondos, além de vegetação de pequeno e médio porte entre os blocos. A ação de animais domésticos provoca pisoteamento, fricção e excrementos, e há visitação sem acompanhamento de condutores (FIGURA 15).

Figura 15 – Gravuras do sítio Tanque do Gavião



Fonte: Fotografia do Arquivo WLAGE Consultoria Científica Ltda (2019).

3 SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE CASTELO DO PIAUÍ

Castelo do Piauí é o município do Cânion do Rio Poti com o maior número de sítios arqueológicos conhecidos, embora a maioria seja composta por pinturas rupestres e não gravuras. Dentre os sítios de gravuras, destacam-se os abaixo descritos.

A Pedra do Castelo é o sítio arqueológico mais importante da região. Trata-se de um monumento geológico esculpido pela erosão diferencial, que assumiu uma forma especial, lembrando um castelo de pedra em ruínas. No seu interior, encontram-se salões e cavernas com pinturas bicromáticas, gravuras rupestres, túmulos de períodos históricos, ex-votos recentes e imagens de santos da religião católica. A importância do sítio é tamanha que, em 1948, levou à mudança do nome do município de Marvão para Castelo do Piauí, por meio da Lei nº 169, de 8 de outubro. O sítio é considerado sagrado desde os períodos pré-coloniais e continua a ser até os dias atuais. É visitado por seguidores de diferentes crenças e serve como espaço para celebrações e peregrinações, o que evidencia o dinamismo na ocupação e na reutilização do local ao longo do tempo.

Infelizmente, o estado de conservação do sítio é bastante preocupante devido ao acelerado processo de degradação, especialmente das gravuras localizadas no piso, que são pisoteadas por visitantes e animais domésticos (FIGURAS 16 e 17), que circulam livremente pela área.

Figura 16 – Vista geral do sítio Pedra do Castelo



Fonte: Fotografia do Arquivo WLAGE Consultoria Científica Ltda (2019).

Figura 17 – Gravuras do sítio Pedra do Castelo



Fonte: Fotografia do Arquivo WLAGE Consultoria Científica Ltda (2019).

O Sítio **Cachoeira do Brejinho** é composto por um conjunto de blocos rochosos gravados, situados na margem direita do rio Poti, em uma área próxima a uma queda d'água. O sítio ocupa uma área de 80 m², e as gravuras foram elaboradas por meio da técnica de picoteamento. As representações incluem mãos, tridígitos, *cupules* e formas não-figurativas. Devido à proximidade com o rio, o sítio sofre um acelerado processo de desagregação do suporte rochoso, estando sujeito a submersão durante as cheias e à forte radiação solar nos períodos de estiagem. Outros problemas de conservação incluem o pisoteio de animais domésticos, a presença de vegetação entre os blocos e a visitação sem monitoramento (FIGURA 18).

Figura 18 – Gravuras do sítio Cachoeira do Brejinho



Fonte: Fotografia do Arquivo WLAGE Consultoria Científica Ltda (2019).

O Sítio **Cachoeira do Covão** é um conjunto rochoso localizado no leito do rio Covão, em uma área de cachoeira. Nos blocos dessa formação, foram identificadas cinco gravuras não-figurativas, confeccionadas pela técnica de picoteamento, dispersas ao longo de uma área de aproximadamente 100 metros. No entanto, essas gravuras só são visíveis durante os períodos de seca, já que ficam submersas quando há chuvas. O estado de conservação do sítio é bastante comprometido, devido à exposição contínua à chuva, vento, sol e altas temperaturas. Além disso, o pisoteio e os excrementos de animais domésticos, o vandalismo e a falta de manutenção tornam mais grave o processo de degradação.

No município de Castelo do Piauí, há muitos outros sítios que possuem tanto gravuras quanto pinturas rupestres, incluindo motivos bastante diferenciados dos demais, como as pinturas policrômicas. Alguns exemplos incluem os sítios Pedra do Índio, Pedra do Letreiro I, Pedra do Aleixo, Pedra Furada dos Picos I, Salão dos Índios dos Pilões, os sítios das Quirinas I e II, e o Abrigo Faveira Tombada.

4 SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO PIAUÍ

O sítio mais importante do município de Juazeiro do Piauí é o Covão do Jaburu, que apresenta gravuras picoteadas em placas sobre o lajedo, estendendo-se do leito para fora do riacho do Covão. Essas gravuras já fazem parte do imaginário popular. No entanto, algumas estão bastante degradadas, pois parte do lajedo invade a estrada carroçável que margeia o riacho. Outro problema grave é a ameaça iminente de submersão pelas águas da barragem de Castelo, que está prevista para ser construída na área. A figura 19 ilustra as referidas gravuras.

Figura 19 – Gravuras do sítio Covão do Jaburu



Fonte: Fotografia do Arquivo WLAGE Consultoria Científica Ltda (2019).

No município de Juazeiro do Piauí há ainda os sítios arqueológicos Casa de Pedra Boa Vista, Letreiro dos Tanques I e Letreiro dos Tanques II, Mirante do Sambaíba, Pinturas do Amarelo, Serra da Sambaíba 1, Serra da Sambaíba 2, Serra da Sambaíba 3, Serra da Sambaíba 4, Serra da Sambaíba 5, Serra da Sambaíba 6 e Morro Pelado.

Dentre esses sítios, destaca-se o **Morro Pelado**, localizado em uma vasta área de lajedo com gravuras, que fica inundada durante a época das chuvas. O sítio está situado em um córrego próximo ao rio Parafuso. As gravuras representam motivos figurativos e não-figurativos, e a área total do sítio é de 5.200 m². Devido à exposição a intempéries, o sítio apresenta graves problemas de conservação, como a exposição à chuva, vento, sol e altas temperaturas. Além disso, o pisoteio e os excrementos de animais domésticos, a presença de vegetação entre os blocos, os alagamentos durante o período chuvoso e a degradação do suporte rochoso, aliados à presença de biodepósitos, comprometem ainda mais o estado do sítio (FIGURA 20).

Figura 20 – Gravuras do sítio Morro Pelado



Fonte: Fotografia do Arquivo WLAGE Consultoria Científica Ltda (2019).

Os sítios **Letreiro do Tanque I** e **Letreiro do Tanque II** são formados por abrigo rochoso de três metros de comprimento por dois metros de largura, contendo gravuras pintadas em vermelho e alaranjado. No Tanque II há superposição de gravura sobre uma pintura vermelha. No piso do abrigo observa-se a presença de pilões. A área do sítio é de 3 m².

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inquestionável que a região do Cânion do Poti foi amplamente habitada no passado, muito antes da chegada dos colonizadores europeus, durante o período de contato e também em épocas históricas. Sabe-se que a área servia como um ponto de passagem para viajantes que se deslocavam de outras regiões do Nordeste em direção à Amazônia, ou no sentido inverso, uma vez que as condições geomorfológicas da região só permitiam o acesso a outros locais através da falha do rio Poti. Esse constante movimento de grupos humanos certamente deixou marcas nos locais de passagem ou estadia, que hoje se configuram como vestígios arqueológicos, possibilitando aos especialistas um maior conhecimento sobre essas civilizações.

Embora a região apresente um alto potencial arqueológico e paleontológico, as pesquisas realizadas ainda são incipientes, e a lista de sítios identificados é parcial. A cada nova visita ao Cânion do Poti, surgem notícias de novos achados, ou, ao se visitar áreas de ocupações mais recentes, como os sítios históricos da região — entre eles, destaca-se a estação ferroviária de Cana Brava (inaugurada em 1972), o muro de Pedra da Conceição dos Marreiros, a Fazenda Espírito Santo, entre outros. É fundamental que esses testemunhos sejam devidamente identificados e cadastrados junto ao IPHAN, garantindo a salvaguarda, preservação e documentação desse rico patrimônio cultural. Atualmente, a principal responsabilidade dos pesquisadores é, pelo menos, documentar esse patrimônio e buscar meios de auxiliar em sua preservação, uma vez que a situação atual acelera sua destruição. Recomenda-se que todo esse trabalho seja realizado com a participação da sociedade local nos diálogos acadêmicos, pois são os moradores da região os verdadeiros guardiões desse patrimônio.

REFERÊNCIAS

ALBINO, R. S.; CASTRO, A. A. J. F. Florística e fitossociologia da vegetação de cerrado rupestre de baixa altitude em Castelo do Piauí e Juazeiro do Piauí, Brasil. **Cerrado Piauiense**: uma visão multidisciplinar, Teresina, v. 2, n. 2, p. 224-246, jun. 2007.

BALÉE, W. Sobre a indigeneidade das paisagens. **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 21, n. 2, p. 09-23, jul/dez. 2008.

LAGE, W. **Por entre rochedos bordados passa um rio**: um olhar da Gestalt para efetuar uma leitura do passado. Orientadora: Maria Conceição Lopes. 2017. 304 p. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Centro de Estudos em Arqueologia, Arte e Ciências do Patrimônio, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

LAGE, M. C. S. M. **Mapeamento, Cadastro, Caracterização e Diagnóstico do Estado de Conservação dos Sítios Arqueológicos Localizados no Cânion do Rio Poti**: relatório final. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2020. 307 p. Projeto IPHAN-PI. Wlage Consultoria Científica Ltda.

OOSTERBEEK, L. Arte rupestre, paisagem e identidades na arte rupestre de Angola: Namibe e Ebo. **Landscape within rock art**, Tomar, v. 2, n. 29, p. 21-33, dez. 2011.

RIZZINI, C. T. Nota prévia sobre a vegetação fitográfica do Brasil. **Separata da Revista Brasil de Geografia e Estatística**. Conselho Regional de Geografia. Rio de Janeiro, 1963.

SANCHES, M. de J. Escrever na paisagem: Sentido para as "artes rupestres". *In:* **Mesa Redonda da Primavera**, 7., 2003, Porto. Arquitectando espaços. Da natureza à metrópolis… Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003. p. 85-104.

SANTAELLA, M. L. B. **Percepção**: Fenomenologia, Ecologia e Semiótica. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 148 p.



AS GRAVURAS RUPESTRES DA ÁREA ARQUEOLÓGICA SERRA DA CAPIVARA

Vanessa Linke[71]

1 INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo caracterizar e situar as gravuras da área arqueológica da Serra da Capivara[72] no contexto das discussões sobre vestígios gráficos na região. Até o momento, os grafismos gravados da Serra da Capivara[73] parecem receber atenção secundária nas pesquisas, sendo pouco abordados nas produções acadêmicas. Essa baixa visibilidade tem contribuído, ao longo do tempo, para a formulação de assertivas sobre sua representatividade no processo de ocupação regional que carecem de uma análise mais aprofundada.

Indubitavelmente, o acervo de pinturas rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara e na área arqueológica como um todo é consideravelmente maior. Nos sítios em que estão presentes, as pinturas predominam no total de grafismos e ocupam um número significativamente maior de abrigos em comparação às gravuras. De acordo com a documentação da Fundação e Museu do Homem Americano (FUMDHAM[74]), que cataloga os sítios arqueológicos da área da Serra da Capivara, há 1.042 sítios com grafismos rupestres registrados. Desses, 88 apresentam apenas gravuras, 220 possuem ambas as categorias técnicas e 734 contêm exclusivamente pinturas. Em termos percentuais, aproximadamente 30% dos sítios com grafismos na região possuem gravuras, um número estatisticamente relevante. Além disso, no que se refere às dinâmicas culturais e aos processos de ocupação do território, o quantitativo de sítios com gravuras na área supera o de outras regiões pesquisadas e áreas arqueológicas definidas no Brasil, totalizando 308 sítios.

71 Docente da Universidade Federal do Vale do São Francisco – Colegiado de Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial e Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia; São Raimundo Nonato, Piauí. E-mail: vanessa.linke@univasf.edu.br.

72 Aqui, utilizo "área arqueológica" como categoria espacial de análise, não por me aproximar das teorias arqueológicas que a definem, mas por aproveitar um recorte espacial de pesquisa e distribuição de materialidade já estabelecido na literatura.

73 Cabe esclarecer que, neste contexto, "Serra da Capivara" é um nome genérico que engloba diversas feições geomorfológicas situadas no Parque Nacional Serra da Capivara, como as serras Talhada, Branca, Vermelha, do Gongo, e a própria Serra da Capivara. Já a área arqueológica ultrapassa os limites do Parque Nacional e das feições mencionadas, abrangendo outras áreas, incluindo o Parque Nacional Serra das Confusões.

74 Documentação fornecida pela FUMDHAM com dados atualizados até 2018.

Recorro a esses números para enfatizar que a presença de gravuras na área não é insignificante — muito pelo contrário. Elas possuem expressividade e apresentam recorrências visíveis em suas características formais, além de variações que podem contar uma história, assim como ocorre com as pinturas. A diferença numérica e formal entre gravuras e pinturas não deve, *a priori*, relegar as gravuras a um papel secundário na história da ocupação regional.

A título ilustrativo da distribuição dos grafismos pintados e gravados na área arqueológica, apresento a seguir quadros que mostram a distribuição das gravuras e pinturas em diferentes porções espaciais da região, considerando tanto a quantidade absoluta quanto a porcentagem (QUADROS 1 e 2).

Quadro 1 – Distribuição em números absolutos de sítios com grafismos rupestres

Sítios	Área arqueológica	Serra da Capivara	Entorno serra da Capivara	Serra das Confusões	Entorno serra das Confusões	Corredor ecológico
Pinturas e gravuras	220	92	34	39	21	1
Apenas pinturas	734	390	177	43	72	11
Apenas gravuras	88	12	4	27	15	1
Total	1042	494	215	109	108	13

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quadro 2 – Distribuição percentual dos sítios com grafismos rupestres

Sítios	Área arqueológica	Serra da Capivara	Entorno serra da Capivara	Serra das Confusões	Entorno serra das Confusões	Corredor ecológico
Pinturas e gravuras	21,1%	18,6%	15,8%	35,8%	19,4%	7,7%
Apenas pinturas	70,4%	78,9%	82,3%	39,4%	66,7%	84,6%
Apenas gravuras	8,4%	2,4%	1,9%	24,8%	13,9%	7,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Ao analisarmos as publicações sobre os grafismos rupestres dessa área arqueológica, produzidas desde a década de 1970, observamos que as gravuras foram caracterizadas de forma significativamente menos aprofundada. Além disso, quando categorizadas em grandes unidades classificatórias, os resultados obtidos parecem ter produzido poucos avanços em relação aos objetivos a que se propunham[75]. Dessa maneira, no panorama da arqueologia brasileira, as gravuras rupestres da área arqueológica Serra da Capivara parecem constituir um corpo amorfo e nebuloso. O mesmo ocorre em outras regiões do país, mas, especificamente na Serra da Capivara, a atenção dedicada a essas manifestações ocorreu tardiamente no histórico das pesquisas. Foi apenas na primeira década dos anos 2000 que essa categoria de vestígio passou a ser analisada de forma sistemática. No âmbito de seu doutorado, Ana Clélia Correia do Nascimento dedicou-se a uma análise detalhada das gravuras rupestres da Serra da Capivara. Sua tese, defendida na *Newcastle University* em 2009, trouxe, entre outras contribuições, um trabalho sistemático de caracterização e tipologização dessas gravuras (Nascimento, 2009). Infelizmente, a pesquisadora faleceu prematuramente, e seu estudo acabou restrito a um pequeno público dentro da arqueologia brasileira, sem ter sido publicado em outros formatos, traduzido para o português ou disponibilizado em plataformas digitais. Além disso, sua pesquisa não foi continuada por outros pesquisadores, nem houve novos estudos que se propusessem a dar continuidade ao seu trabalho.

Neste texto, busco trazer os vestígios gravados da Serra da Capivara para um ponto de maior visibilidade e compartilhamento, de modo a conferir-lhes um corpo menos amorfo. Trata-se de um passo inicial para inseri-los no jogo de narrativas sobre o passado pré-colonial da Serra da Capivara e suas adjacências.

Para isso, utilizei dados de pesquisa do acervo da FUMDHAM, incluindo fotografias de 29 sítios, fichas de cadastro, além de informações coletadas durante dois projetos de pesquisa que coordenei como docente e pesquisadora da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Nesses projetos, foram obtidos dados de campo referentes a outros oito sítios. Também recorri a material bibliográfico sobre a área, com destaque para os trabalhos de Nascimento (2009), importante referência na construção deste texto, e a dissertação de Fabiana Ferrer (2023).

2 CLASSIFICAÇÕES DAS GRAVURAS NA ÁREA ARQUEOLÓGICA

A classificação dos conjuntos gráficos na área arqueológica sempre esteve alinhada às abordagens adotadas para o estudo dos grafismos na arqueologia brasileira, seguindo a metodologia empregada no restante do país. Esse processo foi fortemente influenciado pelas discussões histórico-culturais, ao mesmo tempo em que incorporou conceitos e entendimentos teóricos de base estruturalista.
Quanto às classificações dos diversos conjuntos gráficos da área arqueológica, Martin e Guidon (2010) afirmam que:

> As grandes classes preliminares, que orientam o início das pesquisas sobre arte rupestre no Brasil foram de grande utilidade para a criação de um primeiro ordenamento, à medida que se descobriam áreas arqueológicas com densidade gráfica. Para estes agrupamentos gráficos, foram utilizados critérios de caráter geral. No interior destas classificações preliminares é que se trabalhou com o objetivo de realizar aproximações destinadas a segregar identidades gráficas e posicionamentos cronológicos (Martin; Guidon, 2010, p. 21).

75 As gravuras da área arqueológica Serra da Capivara passaram por mudanças no quadro de classificações da materialidade, em termos de tradições e estilos. Este ponto será abordado mais adiante neste texto.

Pessis (1992) pontua que:

> Para definir as tradições foram consideradas os tipos de figuras presentes, as proporções relativas que existem entre os diferentes tipos e as relações que estabelecem entre os grafismos que compõem um painel. A formulação dos tipos é o resultado da síntese de comportamento de vários parâmetros de natureza proxêmica, cognitiva, técnica, kinésica e cenográfica. Observando os conjuntos de todas as manifestações gráficas existentes da unidade regional (Pessis; Guidon, 1992, p. 43).

Quanto às gravuras, o processo de classificação passou por algumas revisões, mas ainda não há uma definição de classificações que satisfaçam plenamente a compreensão dos fenômenos culturais a elas associados (Martin e Guidon, 2010).

Em 1970, segundo Nascimento (2009), os grafismos geométricos gravados foram classificados como parte do estilo Várzea Grande, dentro da subtradição Serra da Capivara, da Tradição Nordeste.

Guidon (1984, 1985) apresentou três tradições de gravuras delineadas para a área, nas quais estas foram compreendidas como corpos independentes, não relacionadas às pinturas. São elas: Tradição Itacoatiara de Leste, Tradição Itacoatiara de Oeste e Tradição Gongo. A Tradição Itacoatiara de Leste estaria presente nas margens das redes de drenagem, enquanto a Tradição Itacoatiara de Oeste se manifestaria em paredes abrigadas próximas a essas redes. Quanto à Tradição Gongo, Martin e Guidon (2010) questionam sua validade, uma vez que não apresenta recorrência regional suficiente, ao mesmo tempo em que questionam a eficácia da Tradição Itacoatiara para interpretar os contextos de produção e as dinâmicas socioculturais associadas à criação dos grafismos gravados.

Quanto à caracterização dessas tradições, os textos publicados oferecem poucos elementos. Pode-se afirmar que ambas possuem grafismos puros como seu principal corpo temático, sendo que a Tradição Itacoatiara de Leste incluiria em seu repertório figuras zoomorfas e antropomorfas, embora com poucos exemplares.

Nascimento (2009) realiza sua tese de doutoramento buscando elementos em um número maior de sítios do que os conhecidos no início das pesquisas e no primeiro ordenamento dos grafismos. Sua pesquisa, no entanto, não se dedica a subsidiar reflexões ou delineamentos classificatórios mais precisos e eficazes para os grafismos da área, mas sim a realizar um inventário desses grafismos e a compreender as relações entre os tipos gráficos delineados e aspectos da paisagem.

Assim, as classificações regionais para as gravuras não sofreram, ao longo dos anos de pesquisa, novos delineamentos ou aprimoramentos, nem resolveram antigos impasses.

3 OS VESTÍGIOS GRÁFICOS GRAVADOS DA ÁREA ARQUEOLÓGICA

Até o momento, venho discutindo as gravuras da área arqueológica dentro do contexto dos grafismos pré-coloniais. No entanto, é importante destacar a existência de grafismos atribuídos ao período histórico, mais ou menos recuado. Alguns desses vestígios estão associados aos maniçobeiros que ocuparam os abrigos da Serra da Capivara durante os ciclos de extração de látex, que marcaram a história da economia regional. A esses grafismos mais recentes são atribuídas algumas retiradas de matéria do suporte, cujas cicatrizes são coerentes com o picoteamento, mas que, na interpretação de pesquisadores e guias locais, são associadas à prática de tiro sobre as pinturas, formando gráficos reconhecíveis. Cabe ressaltar que a distinção entre esses dois grandes momentos de produção das gravuras — o pré-colonial e o histórico — se dá pelo reconhecimento de repertórios claramente vinculados à sociedade ocidental, pela narrativa dos próprios maniçobeiros e pela coerência do repertório temático considerado pré-colonial, especialmente quando comparado a outros contextos de gravura no Brasil.

Figura 1 – Grafismo históricos da área arqueológica



grafismo histórico -
sítio oficina lítica lajedo do escrito

grafismo histórico associado aos maniçobeiros
que o utilizavam de tabuleiro para
o jogo a onça e os cachorros - toca da pedra
solta da serra branca

Fonte: Fotografia do acervo documental da FUMDHAM (2024).

Quanto às gravuras pré-coloniais, que serão o foco desta discussão, elas apresentam uma diversidade técnica de execução, incluindo, em alguns casos, o uso de técnicas mistas.

As técnicas, segundo Nascimento (2009), são: fricção/incisão, abrasão/polimento, picoteamento por percussão direta e picoteamento por percussão indireta. Os grafismos realizados por incisão são mais recentes, frequentemente sobrepondo-se aos grafismos picoteados. Quando é possível observar o uso de mais de uma técnica na confecção de uma gravura, nota-se a combinação entre picoteado e abrasão (polimento), especialmente na elaboração de cúpulas, além de incisão e polimento.

O repertório temático das gravuras é bastante diverso e pode ser entendido em dois grandes grupos com os quais os arqueólogos vêm trabalhando tradicionalmente: o grupo dos grafismos figurativos e o dos geométricos, ou não figurativos.

Sabemos que a classificação prévia dos grafismos em figurativos e não figurativos obedece às percepções do nosso próprio sistema cognitivo, formado no contexto sociocultural no qual nos tornamos pessoas ou indivíduos. Assim, a semântica contida nas formas, dada por quem as produziu, pode não corresponder ao nosso entendimento. Por exemplo, uma figura antropomorfa pode não necessariamente representar/emular/construir/significar um humano, como tendemos a interpretar. Da mesma forma, uma forma reconhecida por nós apenas como "geométrica", em nossa categorização das formas gerais dos grafismos, pode representar/emular/construir/significar seres humanos e não humanos[76]. Neste sentido, a classificação apresentada aqui parte de critérios formais (morfológicos) e não semânticos. Exemplares imagéticos da diversidade temática das gravuras podem ser observados na figura 2 e na figura 3.

Assim, em uma tentativa de ordenar em grandes grupos morfológicos, o repertório de gravura na área apresenta: grafismos antropomorfos; sauriformes; serpentiforme; biomorfos; impressões de pés e mãos antropomorfos; as chamadas vulvas[77]; tridígitos ou tridáctilos[78]; didigítos ou figuras em "v"; grafismos circulares, compostos por linhas ou conjunto de pontos, simples e concêntricos; formações radiais (como asteriscos); conjuntos de pontos ou depressões[79]; linhas sinuosas[80] simples (uma única linha sinuosa ou em zig-zag) ou composta (duas ou mais linhas); "pentes"; "grades" ou "redes" abertas (sem contorno, apenas linhas que se entrecruzam), ou fechadas (com contorno que delimita borda para início e fim das linhas que se entrecruzam e conformam o preenchimento); conjuntos de linhas paralelas (bastonetes); depressões ovaladas e arredondadas distintas das cúpulas e que aqui chamarei de cartuchos[81]; e as chamadas cúpulas. Todas estas formas aqui elencadas aparecem com recorrências nos sítios. Há ainda outras formas gráficas que aparecem, mas sem recorrência numérica no número de sítios trabalhados aqui.

76 Etnograficamente, existem vários exemplos da relação entre forma e significado nos grafismos indígenas, que demonstram que as figurações geométricas carregam significados, agências e relações ontológicas profundas (Vidal, 2000; Lagrou, 2009; Van Velthem, 2003; Barcellos, 2002).

77 Manterei aqui o apelido dado a esses grafismos, embora seu sentido deva ser relativizado. A manutenção se justifica apenas por uma questão pragmática: o apelido já está amplamente difundido nas discussões sobre grafismos rupestres, o que facilita a visualização das formas pelos interlocutores.

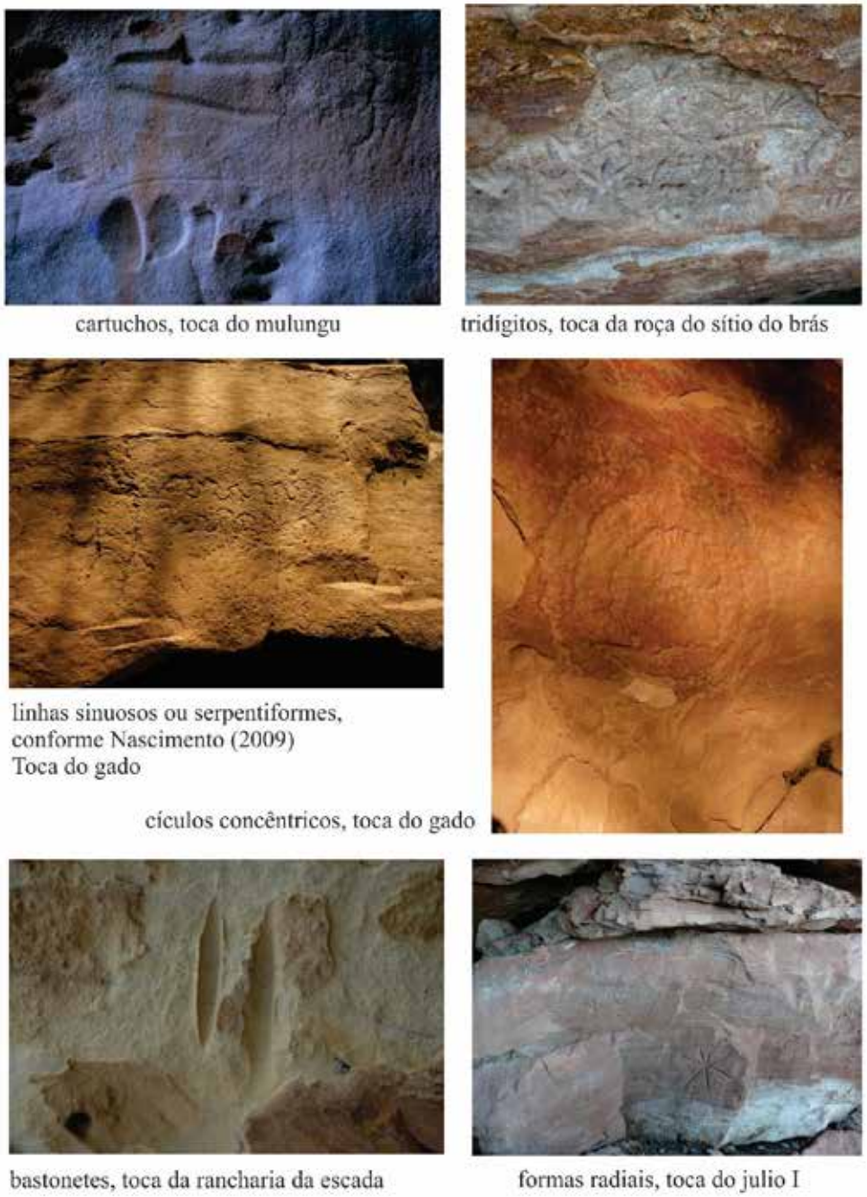
78 Nascimento (2009) classifica tais grafismos como pegadas de pássaros. Neste trabalho, optei por utilizar a nomenclatura para a forma que é mais comum na literatura arqueológica em geral.

79 Nascimento (2009) classificou os conjuntos de pontos ou depressões como pegadas de animais. Opto por não adotar essa classificação, pois não desejo incorrer na interpretação dessa caracterização temática. Embora o argumento da autora, baseado na associação dessas figurações com pegadas e impressões de mãos antropomorfas no painel, seja, no mínimo, interessante, ainda considero que não apresenta consistência arqueológica suficiente, a meu ver.

80 Nascimento (2009) classificou alguns grafismos compostos por linhas sinuosas como serpentiformes. Nas figurações por ela assim classificadas, a pesquisadora observou a presença de representação de cabeça em alguns grafismos, além da recorrência na localização dos mesmos no sítio e de associações temáticas. Por esse motivo, ela justifica a existência de uma outra classe – chamada por ela de curvilíneas – na qual estão inclusos grafismos morfologicamente parecidos com os serpentiformes, mas também outros bastante distintos, cujo contexto sugeriu à pesquisadora que se tratavam de representações diferentes. Contudo, aqui optarei por não utilizar a classificação serpentiforme e tratarei todos esses grafismos como linhas sinuosas, adotando, portanto, o critério puramente formal (de forma) para sua classificação.

81 Em alusão aos cartuchos da Tradição São Francisco, que, por sua vez, fazem referência aos cartuchos egípcios.

Figura 2 – Exemplares da diversidade temática das gravuras da área arqueológica Serra da Capivara



Fonte: Fotografia do acervo documental da FUMDHAM (2024).

Figura 3 – Exemplares da diversidade temática das gravuras da área arqueológica Serra da Capivara



Fonte: Fotografia do acervo documental da FUMDHAM (2024).

As figuras antropomorfas, por vezes, parecem conter a representação de genitálias, tanto masculinas quanto femininas. Inclusive, é a partir da diferença nas representações sexuais que grafismos formados por uma forma triangular ou ogival, com um traço que parte de um de seus vértices ou próximo a ele, configurariam uma vulva — um dos grafismos mais recorrentes na área arqueológica (Nascimento, 2009).

As impressões de pegadas antropomorfas aparecem de forma unitária nos painéis, em pares ou em grupos. Quanto à técnica, são produzidas por percussão, e toda a superfície da figura é picoteada, ou seja, apresenta preenchimento na execução técnica.

As impressões de mãos antropomorfas não são frequentes em muitos sítios; no entanto, quando aparecem, estão associadas a círculos concêntricos no painel (Nascimento, 2009). Ao contrário das pegadas antropomorfas, elas podem aparecer totalmente preenchidas ou apenas com o contorno picoteado. Do ponto de vista técnico, esses grafismos são sempre produzidos por percussão.

As vulvas aparecem em muitos sítios da área arqueológica e se apresentam por técnicas distintas, tanto por percussão (direta e indireta, segundo Nascimento, 2009), como por incisão. Elas podem aparecer agrupadas a outras figurações do mesmo tipo ou isoladamente. Frequentemente, estão associadas no painel (seja sincrônica ou diacronicamente) a cúpulas, cartuchos, bastonetes, tridígitos e linhas sinuosas.

Segundo Nascimento (2009), os grafismos sauriformes estão predominantemente nos sítios situados fora das serras que compõem a área arqueológica, estando associados aos cursos d'água, seja em abrigos ou blocos. Esses grafismos são construídos por picoteamento (percussão) e aparecem agrupados ou isolados. Não se observam associações recorrentes com outras formas de gravura, embora eles apareçam em associação nos painéis, mais do que isoladamente.

Os tridígitos correspondem à forma mais frequente na área arqueológica, aparecendo em conjuntos ou isolados, e são executados por percussão ou incisão. É interessante notar que, quando executados por incisão, tendem a estar arranjados no painel em associação exclusiva com cúpulas e cartuchos. Já os tridígitos executados por percussão/picoteamento associam-se, principalmente, as pegadas antropomorfas, vulvas, linhas sinuosas, figuras antropomorfas, círculos concêntricos e, sempre que não isolados no sítio, as cúpulas e cartuchos.

As figuras em V se comportam de maneira semelhante aos tridígitos, mas é importante destacar sua maior distribuição e frequência nos limites do parque Nacional Serra das Confusões, sendo sempre realizadas a partir da técnica de incisão (Ferrer, 2023).

Os agrupamentos ou arranjos de pontos aparecem sempre por picoteamento/percussão, podendo ser encontrados em grupo ou isolados. As associações mais recorrentes com outras gravuras são com aquelas em forma de vulva. Quanto à ocupação dos espaços, esses agrupamentos estão restritos aos abrigos.

As redes são frequentes nos sítios, sejam abertas ou fechadas, variando de formas quadrangulares a ovaladas, e podem estar compostas tanto na vertical quanto na horizontal. Elas são realizadas por picoteamento em sítios a céu aberto e, principalmente, por incisão nos sítios em abrigo. As redes aparecem associadas, sobretudo, as figuras geométricas de formas semelhantes, mas também a cúpulas e bastonetes. Esses grafismos são bastante

comuns na área arqueológica, com alguns sítios reunindo dezenas dessas figurações. Percebe-se que, no Parque Nacional Serra das Confusões, as redes, junto com vulvas e tridígitos, parecem ser proporcionalmente mais frequentes do que no Parque Nacional Serra da Capivara.

Bastonetes e pentes aparecem, sobretudo, em abrigos, sendo realizados tanto por picoteamento quanto por incisão, com maior frequência na segunda técnica. Quanto às associações temáticas, esses grafismos se agrupam no painel principalmente com outras figurações geométricas, embora também possam aparecer isolados. Por vezes, são as únicas figurações gravadas em suportes verticais planos de painéis pintados, sempre se sobrepondo às pinturas.

As figuras radiais aparecem tanto por picoteamento quanto por incisão, sendo, assim como bastonetes e pentes, mais frequentemente elaboradas por incisão. Quanto às associações temáticas, elas se agrupam no painel principalmente com cúpulas e cartuchos.

As figuras circulares aparecem de diversas formas, como mencionado anteriormente, sejam simples ou concêntricas, e podem ser elaboradas por linhas ou pontos. Elas são concebidas por percussão tanto em sítios em abrigo quanto a céu aberto e se associam a um amplo repertório gráfico, incluindo grafismos figurativos, como antropomorfos.

As linhas sinuosas aparecem agrupadas ou isoladas, realizadas por técnica de percussão, e ocupam tanto sítios em abrigo quanto a céu aberto. Elas se associam principalmente a redes, cúpulas e vulvas, mas também podem aparecer isoladas nos sítios.

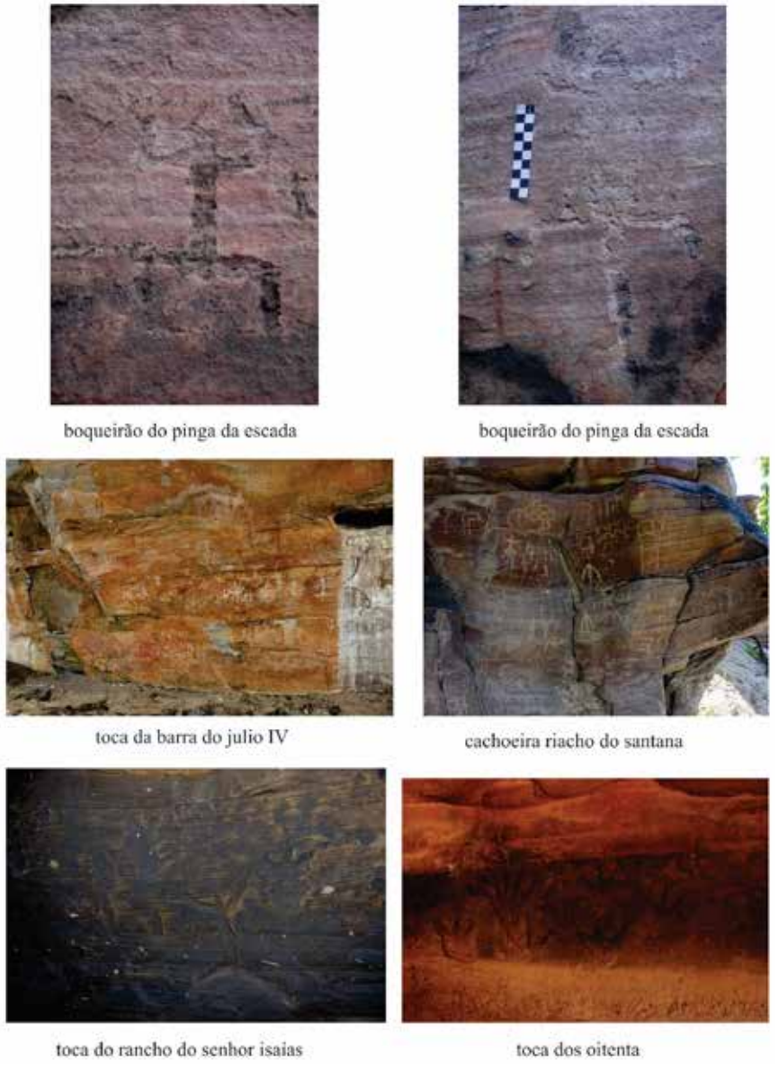
Os cartuchos aparecem apenas nos sítios em abrigo, sendo realizados por picoteamento, polimento ou por uma combinação das duas técnicas. Eles surgem em unidades, frequentemente associados a vulvas, tridígitos, bastonetes e cúpulas.

As cúpulas são realizadas por picoteamento (percussão), polimento ou por uma técnica mista que combina picoteamento e polimento. Elas aparecem tanto em pisos rochosos e blocos caídos no chão dos abrigos quanto em paredes verticais, embora sejam menos frequentes nessas últimas. São as gravuras mais amplamente distribuídas na área arqueológica, sendo encontradas em sítios tanto em abrigo quanto a céu aberto, mas com predominância nos abrigos. Variam amplamente em diâmetro e número, embora apareçam sempre compondo conjuntos de cúpulas. Frequentemente, se associam a outras gravuras, mas também aparecem isoladas, especialmente em sítios com poucas ou nenhuma outra gravura além das cúpulas.

A partir de uma análise preliminar das formas dos grafismos, associadas às temáticas e técnicas de produção, é possível delinear conjuntos estilísticos ou estéticos na área, sem necessariamente implicar que essas diferenças indiquem diversidade de autores ou grupos culturais distintos.

Um desses conjuntos é formado por figuras elaboradas por picoteamento, com uma temática ampla que inclui sauriformes, antropomorfos, impressões de pés e mãos antropomorfas, pentes, grades, redes, círculos concêntricos e linhas sinuosas. Essas figuras predominam nos sítios a céu aberto e estão associadas a redes de drenagem. Outro conjunto é composto principalmente por figuras incisas, com um repertório que inclui bastonetes, grades, redes, figuras radiais, vulvas e figuras em “V” (FIGURA 5). O terceiro conjunto se restringe a cartuchos, bastonetes, cúpulas e vulvas, elaborados por técnica mista – picoteamento ou incisão combinada com polimento. Esse conjunto aparece em suportes bastante friáveis, possivelmente relacionados à cor esbranquiçada do suporte, e os sulcos incisos tendem a ser mais alargados do que os do segundo conjunto (FIGURA 6).

Figura 4 – Conjunto preliminar de figuras picoteada



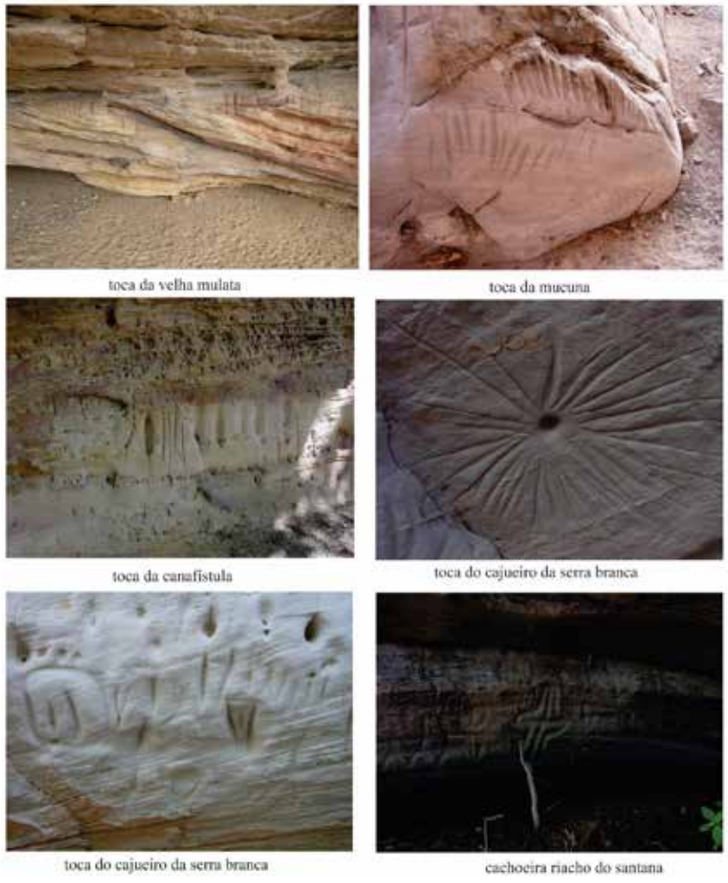
Fonte: Fotografia do acervo documental da FUMDHAM (2024).

Figura 5 – Conjunto preliminar de figuras incisas



Fonte: Fotografia do acervo documental da FUMDHAM (2024).

Figura 6 – Conjunto preliminar de grafismos com técnica mista (inciso mais polido ou picoteado mais polido



Fonte: Fotografia do acervo documental da FUMDHAM (2024).

Essa divisão preliminar, em certa medida, parece corroborar a ideia de Guidon (1985) no delineamento classificatório realizado no início das pesquisas, que identificou uma diferença na forma de compor os grafismos, levando-a a compreender as gravuras como pertencentes a duas grandes categorias: Itacoatiaras de Leste e Oeste, que foram posteriormente abandonadas. Contudo, é necessário um maior investimento nas análises em curso para entender melhor as variabilidades observadas.

Cronologicamente, é possível nos sítios observar sobreposições entre gravuras de um mesmo conjunto estilístico e também entre figuras que poderiam ser entendidas como pertencente a conjuntos distintos, sendo também possível observar diferenças de pátina entre grafismos em um mesmo sítio (FIGURA 7).

Figura 7 – Informações de cronologia observadas



Fonte: Fotografia do acervo documental da FUMDHAM (2024).

Contudo, é necessário observar com mais atenção para tentar delinear conjuntos cronoestilísticos, assim como avançar no entendimento dos três conjuntos preliminares apresentados aqui.

4 CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES

Como vimos, os grafismos gravados da área arqueológica Serra da Capivara apresentam consistência numérica e fornecem informações relevantes sobre sua materialidade no processo de ocupação regional. Eles formam um corpus gráfico coerente entre si e que dialoga com as diversas porções territoriais que compõem seus limites.

É importante destacar que, comparativamente, os sítios da Serra das Confusões apresentam proporcionalmente mais gravuras do que o Parque Nacional Serra da Capivara, onde as pinturas predominam de forma inquestionável. Enquanto na Serra das Confusões as gravuras se destacam tanto pela intensidade nos sítios ocupados quanto pelo número de sítios com gravuras, na Serra da Capivara, elas se tornam menos evidentes em relação à intensidade de ocupação e à predominância das pinturas.

Fabiana Ferrer (2022), ao estudar as gravuras do Parque Nacional Serra das Confusões, vizinho ao Parque Nacional Serra da Capivara, afirma que há uma maior representatividade dessa categoria de vestígios no primeiro, sugerindo que os processos de ocupação e, consequentemente, culturais, foram distintos entre os territórios correspondentes aos dois parques nacionais e suas áreas de entorno. Em sua reflexão, o principal argumento de Ferrer baseia-se no número de sítios com gravuras rupestres na Serra da Capivara, em comparação com o número observado na área de estudo de sua pesquisa, por meio de uma extrapolação de potencial.

Apesar das diferenças observadas nos dados gerados pelas pesquisas ao longo dos anos, é possível identificar recorrências temáticas, estilísticas e na frequência dos temas mais presentes entre os distintos espaços ou unidades territoriais definidos pelas investigações — inclusive entre as áreas da Serra das Confusões e da Serra da Capivara. Essas recorrências parecem indicar um diálogo nos contextos socioculturais de produção das gravuras na área arqueológica.

Ao mesmo tempo, é importante destacar que as diferenças observadas, tanto por Ferrer quanto neste estudo, em relação à frequência de gravuras entre os sítios da Serra das Confusões e da Serra da Capivara, também se estendem ao comportamento do acervo gráfico pintado entre essas duas áreas. Enquanto, na Serra das Confusões, predominam nas pinturas temáticas semelhantes às dos grafismos gravados, na Serra da Capivara as temáticas figurativas atribuídas às Tradições Nordeste e Agreste predominam nos sítios, especialmente nos mais densamente ocupados, tanto em número de figuras quanto em ocupação. Não se pode afirmar, no entanto, que grafismos geométricos pintados não estejam presentes — muito pelo contrário. Contudo, eles passaram por diversas revisões nos entendimentos gerais e acabaram sendo secundarizados nas pesquisas. Isso talvez se deva ao fato de que esses grafismos, embora presentes, não são os que mais chamam atenção nos sítios, aparecendo dispersos em sítios grandes (em tamanho e número de grafismos) ou em sítios menores, considerando-se os dois critérios mencionados anteriormente.

Assim, acredito que, antes de propor modelos de distribuição ou ocupação de territórios amplos por grupos semelhantes ou distintos, é fundamental que nos dediquemos mais à compreensão do comportamento das materialidades gráficas preservadas nos sítios, colocando-as em diálogo. Sem juízos de valor, e como já foi mencionado, é importante destacar que pouco se dedicou aos grafismos gravados e aos grafismos geométricos pintados. Quanto aos primeiros, os trabalhos de Nascimento (2009) e Ferrer (2023) são extremamente valiosos, especialmente no que se refere ao tratamento da cultura material de forma descritiva e analítica, trazendo à tona discussões sobre grafismos que, até então, haviam sido pouco abordados com tanta profundidade na área arqueológica. Sem dúvida, esses estudos contribuem significativamente para o conhecimento dos vestígios pré-coloniais, representando um avanço no entendimento das dinâmicas socioculturais das ocupações na área arqueológica[82].

82 Este trabalho de síntese só foi possível também graças ao esforço das pesquisadoras e das muitas pessoas envolvidas nas pesquisas da FUMDHAM e da Universidade Federal do Piauí.

Há muito a ser avançado na compreensão contextual, tanto inter quanto intrasítios, em escalas mais amplas ou restritas na área arqueológica. Podemos avançar de forma significativa ao considerar as diferenças estéticas e estilísticas aqui apresentadas, seja para refutá-las ou confirmá-las, acrescentando aspectos importantes para o entendimento técnico e tecnológico da produção das gravuras, bem como suas relações cronológicas entre os diferentes conjuntos delineados. Além disso, é essencial expandir as abordagens para compreender as gravuras dentro do contexto mais amplo do mundo envolvente, incluindo sua interação na construção das paisagens da área. Por fim, é fundamental criar pontes entre as gravuras e as pinturas, tratando-as de forma integrada, ao invés de isolá-las, reconhecendo que, apesar dos processos técnicos distintos, elas podem oferecer *insights* valiosos quando analisadas em conjunto.

Aos poucos, estamos construindo possibilidades para desatar os nós e abrir novos olhares sobre a materialidade gravada da área arqueológica.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS NETO, A. **A Arte dos Sonhos**: Uma iconografia ameríndia. Lisboa: Assírio & Alvim, 2002.

FERRER, F. M. **Análise das Gravuras do Parque Nacional da Serra das Confusões – Piauí, Brasil**: Uma Abordagem Espacial Inter e Intra-Sítios Rupestres. 2023. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.

GUIDON, N. As primeiras ocupações humanas da área arqueológica de São Raimundo Nonato, Piauí. **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 2, n. 1, p. 38-46, 1984.

GUIDON, N. A arte pré-histórica da área arqueológica de São Raimundo Nonato - Síntese de dez anos de pesquisa. **Revista Clio** – Série Arqueológica, Recife, v. 2, n. 7, p. 3-81, 1985.

LAGROU, E. **Arte indígena no Brasil**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2009.

MARTIN, G.; GUIDON, N. A Onça e as Orantes: Uma Revisão das Classificações Tradicionais dos Registros Rupestres do NE do Brasil. **Revista Clio** – Série Arqueológica, Recife, v. 25, n. 1, p. 11-30, 2010.

NASCIMENTO, A. C. C. **Engraved World**: A Contextual Analysis of Figures and Markings on the Rock of South-Eastern Piauí, Brazil. 2009. Tese (Doutorado em Arqueologia) - School of Historical Studies, Newcastle University, Newcastle, 2009.

PESSIS, A.M.; GUIDON, N. Registros Rupestres e caracterização das etnias pré-históricas. *In:* VIDAL, Lux (org.). **Grafismo Indígena**: Estudos de Antropologia Estética. São Paulo: Edusp, 2000.

VAN VELTHEM, L. **O Belo é a Fera**: A estética da produção e da predação entre os Wayana. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.



AS GRAVURAS RUPESTRES NOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Valdeci dos Santos Júnior[83]
Daline Lima de Oliveira[84]
Alano Jaciguara Dantas de Alencar Martins[85]

1 INTRODUÇÃO

Somando os lugares registrados oficialmente no sistema de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com os espaços ainda não registrados, o estado do Rio Grande do Norte conta com cerca de 400 sítios arqueológicos com arte rupestre, elaborados com as técnicas de pintura e gravura. No livro "A Simbologia Rupestre do Rio Grande do Norte", lançado em 2022 pelo IPHAN-RN, foram fornecidas informações sobre a existência de 381 desses sítios. Desses, 189 são exclusivamente com a técnica de gravuras, 155 com a técnica de pinturas e 37 sítios utilizam ambas as técnicas (Santos Júnior, 2022).

Devido ao impacto visual e ao apelo estético que as pinturas rupestres naturalmente exercem sobre a maioria das pessoas, durante muito tempo, quando se falava em arte rupestre no Rio Grande do Norte, os sítios arqueológicos do Lajedo de Soledade, no município de Apodi, e os sítios Xique-Xique I, Xique-Xique II e Xique-Xique III, no município de Carnaúba dos Dantas, além do sítio arqueológico Mirador, no município de Parelhas, eram os mais lembrados pela população local. Essa notoriedade foi impulsionada, em grande parte, pela exposição na mídia televisiva, resultante das ações de proteção patrimonial e socialização promovidas pela Petrobras e pelo IPHAN-RN a partir de 1992.

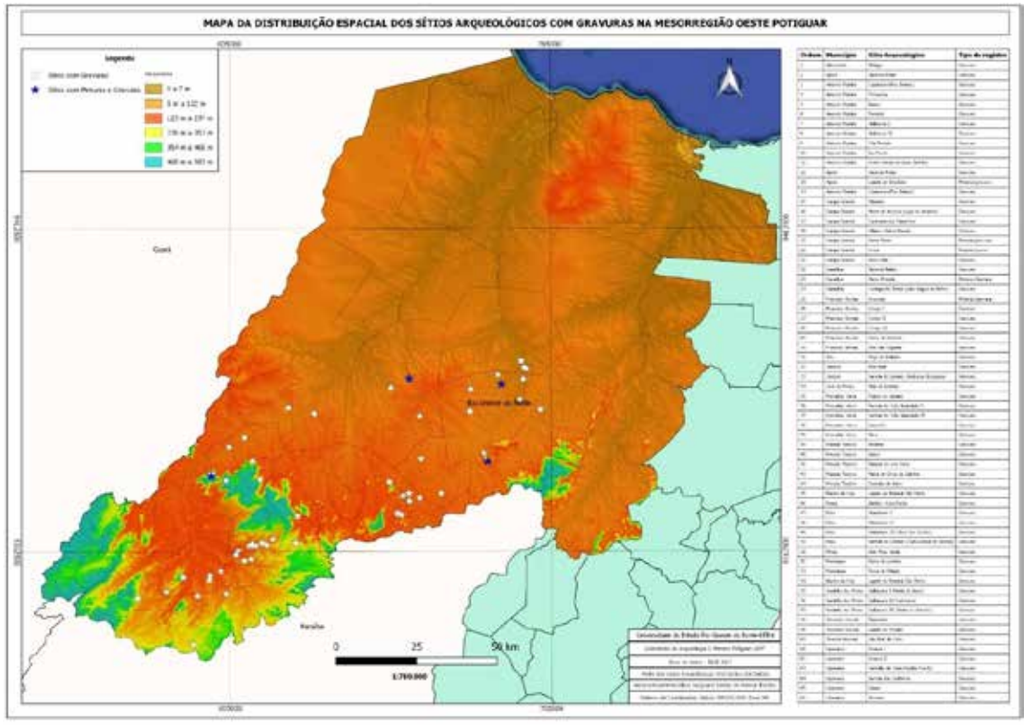
Este capítulo abordará a distribuição espacial desses sítios nas dezenove microrregiões e 69 municípios do estado, a tipologia das suas elaborações, os suportes rochosos utilizados, bem como as temáticas representadas, as datações já obtidas e a questão da preservação patrimonial desses locais com simbolismo ancestral.

83 Arqueólogo e professor do departamento de História da Universidade do estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutorado em arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: valdecisantosjr@hotmail.com.
84 Arqueóloga e pesquisadora da Universidade Federal do Ceará. Mestrado em arqueologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: daline.bs@hotmail.com.
85 Arqueólogo. Graduado em arqueologia (UNIVASF). Mestrado em geografia pela Universidade do estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: jaciguara@ymail.com.

2 AS GRAVURAS RUPESTRES DA MESORREGIÃO OESTE

A mesorregião Oeste do Rio Grande do Norte compreende 6 microrregiões (Chapada do Apodi, Médio Oeste, Mossoró, Pau dos Ferros, Serra de São Miguel e Umarizal) onde já foram identificados um total de 70 sítios arqueológicos com arte rupestre, onde 61 desses sítios possuem somente a técnica de gravuras, 4 sítios possuem somente a técnica de pinturas e 5 sítios possuem pinturas e gravuras (FIGURA 1).

Figura 1 – Mapa da distribuição espacial dos sítios arqueológicos contendo apenas gravuras rupestres, além daqueles com gravuras rupestres associadas a pinturas rupestres, na mesorregião Oeste do Rio Grande do Norte



Fonte: Base de dados – IBGE (2017), adaptado por Alano Jaciguara (2024).

A escolha dos suportes geológicos para a elaboração das gravuras rupestres pode ter levado em consideração diversas características geoambientais, como relevo, vegetação e vias de acesso. A característica recorrente em quase todos os sítios arqueológicos está diretamente relacionada à proximidade da água, com uma clara preferência por suportes rochosos graníticos, localizados, principalmente, às margens de cursos d'água, como riachos.

Esses sítios geralmente estão situados em entroncamentos rochosos que favorecem o acúmulo de água durante o período chuvoso, como corredeiras, cachoeiras e pequenos declives. Nesses locais específicos, a quantidade de painéis gráficos com registros rupestres aumenta substancialmente (FIGURAS 2 e 3). Também são comuns os afloramentos sub-horizontais, como lajedos, às margens de riachos (FIGURAS 4 e 5).

Figuras 2 e 3 – Suportes litológicos graníticos localizados em entroncamento rochoso no sítio arqueológico Fazenda Pinturas, no município de Caraúbas-RN



Fonte: Fotografia de Valdeci Santos (2016).

Figuras 4 e 5 – Suporte litológico granítico sub-horizontal (lajedo) com gravuras rupestres no sítio arqueológico Casa Nova, no município de Antônio Martins-RN



Fonte: Fotografias de Valdeci Santos (2004).

As técnicas utilizadas na execução das gravuras incluem raspagens simples, picotagem por percussão direta ou indireta e picotagem com posterior polimento (abrasão). A técnica de raspagem simples é a mais predominante, embora seja comum identificar as três técnicas associadas dentro de um mesmo sítio arqueológico.

Na maioria dos sítios arqueológicos com registros gravados da mesorregião Oeste Potiguar, não se observa uma delimitação ordenada de espaço entre os registros. Frequentemente, as gravuras se sobrepõem em lajedos graníticos sub-horizontais ou em formações rochosas verticais (FIGURAS 6 e 7). A prática gráfica foi intensa, aproveitando-se ao máximo todos os espaços disponíveis nos suportes, incluindo a reutilização desses espaços.

Figuras 6 e 7 – Sobreposições gráficas de registros gravados nos sítios arqueológicos Fazenda Prado, em Apodi (município de Antônio Martins-RN), e Nova Vida (município de Campo Grande-RN)



Fonte: Fotografias de Valdeci Santos (2019).

As temáticas dos registros gravados concentram-se predominantemente em grafismos não reconhecíveis. Entre os traços geométricos mais utilizados, destacam-se os círculos, cúpulas, retas entrecortadas, círculos cortados por pequenas retas (concêntricos radiados), tridígitos, retângulos e traços retilíneos (FIGURAS 8 a 10).

Figuras 8 e 9 – Predominância de grafismos não reconhecíveis nos sítios arqueológicos Santa Maria, em Apodi (município de Campo Grande-RN), Fazenda Encanto (município de Messias Targino-RN) e Furna do Letreiro (município de Portalegre-RN)



Fonte: Fotografia de Valdeci Santos (2018).

Figura 10 – Predominância de grafismos não reconhecíveis nos sítios arqueológicos Santa Maria, em Apodi (município de Campo Grande-RN), Fazenda Encanto (município de Messias Targino-RN) e Furna do Letreiro (município de Portalegre-RN)



Fonte: Fotografia de Getúlio Moura (2017).

Os grafismos reconhecíveis (figurativos), por sua vez, são menos frequentes e compostos por zoomorfos e antropomorfos, elaborados quase sempre de maneira esquemática. Os delineamentos são feitos com traços elementares fechados, representando partes do corpo, como braços, mãos, pernas, tronco e cabeça, ou com raspagens simples nos espaços internos. Esses traços simples são geralmente formados por retas entrecortadas, executadas com raspagem simples, com o objetivo de representar figuras humanas ou animais (FIGURAS 11 e 12).

Figuras 11 e 12 – Grafismos reconhecíveis nos sítios arqueológicos Poço do Letreiro, no município de Itaú-RN, e Ramada, em Antônio Martins-RN



Fonte: Fotografia de Valdeci Santos (2019).

No quadro 1 (abaixo), foi possível delinear um perfil preliminar dos registros gravados da mesorregião Oeste, considerando a tipologia dos suportes rochosos, as técnicas de execução utilizadas e as temáticas presentes nas gravuras rupestres.

Quadro 1 – Registros gravados da mesorregião do Oeste Potiguar

Perfil preliminar das gravuras rupestres da mesorregião do Oeste Potiguar		
Suporte rochoso	**Técnicas de execução**	**Temáticas**
a) Lajedos graníticos sub-horizontais e próximos ariachos (predominância); b) Formações graníticas verticais próximas a riachos; c) Abrigos e semiabrigos no alto das serras;	Raspagens Picotagem Picotagem/polimento	a) Grafismos não reconhecíveis (predominância) b) Raros grafismos reconhecíveis

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

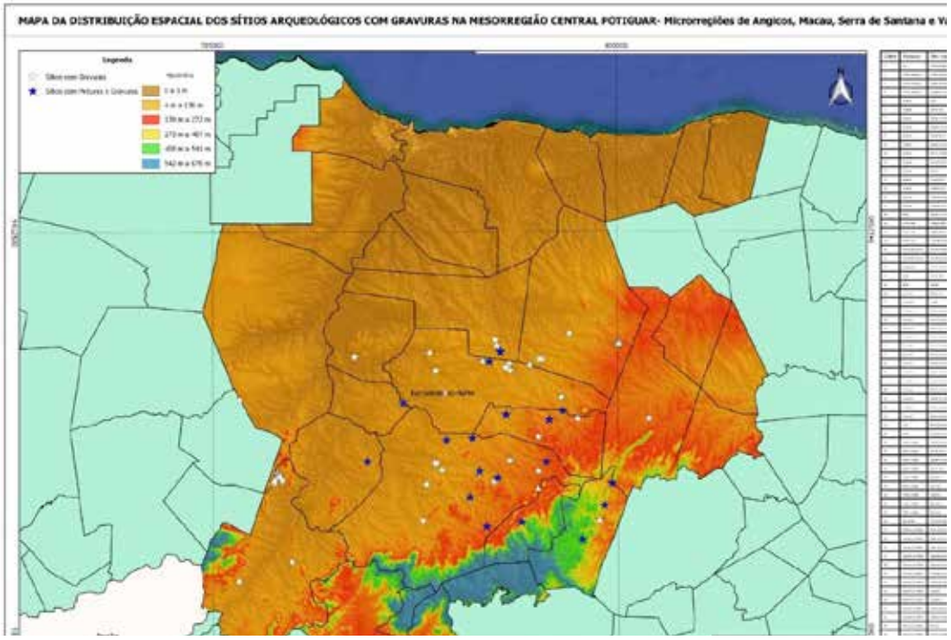
3 AS GRAVURAS RUPESTRES DA MESORREGIÃO CENTRAL: MICRORREGIÕES DE ANGICOS, MACAU, SERRA DE SANTANA, VALE DO AÇU, SERIDÓ OCIDENTAL E SERIDÓ ORIENTAL

A mesorregião central do Rio Grande do Norte compreende cinco microrregiões: Angicos, Macau, Seridó Ocidental, Seridó Oriental e Serra de Santana. Nessa mesorregião, foram identificados 153 sítios arqueológicos com gravuras rupestres, seja de forma isolada ou associada à técnica de pintura. Esse número torna-se ainda mais expressivo quando se incluem os sítios com pinturas rupestres, totalizando 298 sítios arqueológicos. Isso significa que 78% dos sítios arqueológicos com arte rupestre do Rio Grande do Norte estão localizados nessa mesorregião.

Considerando suas especificidades locais, especialmente do ponto de vista geomorfológico, subdividiremos essa mesorregião em dois blocos. O primeiro abrangerá as microrregiões de Angicos, Macau, Serra de Santana e Vale do Açu; o segundo incluirá as microrregiões de Seridó Ocidental e Seridó Oriental.

Nas microrregiões de Angicos, Macau, Serra de Santana e Vale do Açu, foram identificados 159 sítios arqueológicos com arte rupestre. Desses, 55 apresentam exclusivamente gravuras, 85 possuem apenas pinturas e 19 combinam ambas as técnicas. (FIGURA 13).

Figura 13 – Mapa da distribuição espacial dos sítios arqueológicos contendo apenas gravuras rupestres, além daqueles com gravuras rupestres associadas a pinturas rupestres, na mesorregião central do Rio Grande do Norte (microrregiões de Angicos, Macau, Serra de Santana e Vale do Açu)



Fonte: Base de dados – IBGE (2017), adaptado por Alano Jaciguara (2024).

Na microrregião de Macau, não foi identificado nenhum sítio arqueológico com arte rupestre, devido à inexistência de rochas, uma vez que a região é composta apenas por sedimentos do Quaternário. Já na microrregião do Vale do Açu, há sítios com gravuras nos municípios de Açu, Ipanguaçu, Itajá, Jucurutu e São Rafael. No entanto, a maior concentração de sítios ocorre nas microrregiões de Angicos e Serra de Santana, especialmente nos municípios de Santana do Matos, Lajes, Angicos e Pedro Avelino. Cabe destacar que, dos 74 sítios arqueológicos com gravuras ou gravuras associadas a pinturas, apenas cinco estão situados em cotas altimétricas mais elevadas, no alto das serras.

A maioria dos suportes geológicos utilizados nessas microrregiões corresponde a formações rochosas graníticas, resultantes do embasamento geológico, onde afloramentos sub-horizontais são abundantes (FIGURA 14). Muitas dessas rochas apresentam aspecto semiovalado ou possuem reentrâncias, favorecendo a formação de abrigos (FIGURA 15) ou semiabrigos temporários às margens de riachos, especialmente ao longo do rio Piranhas-Açu, nas encostas e no platô da Serra de Santana.

Figuras 14 e 15 – Suportes litológicos graníticos com afloramento sub-horizontal no sítio arqueológico Pedra Ferrada, no município de Jucurutu-RN, e abrigo rochoso no sítio arqueológico Saquinho I, em Santana do Matos-RN



Fonte: Fotografia de Valdeci Santos (2018).

Os registros gravados apresentam diversas técnicas de execução, sendo observados quatro principais modos: a) raspagem simples; b) raspagem simples com posterior polimento (FIGURA 16); c) picotagem associada à raspagem simples (FIGURA 17); d) picotagem com posterior polimento.
A técnica de raspagem simples é predominante em suportes graníticos situados às margens de pequenos cursos d'água, como os riachos não perenes da região, ou em entroncamentos rochosos onde ocorre acúmulo de água durante o período invernoso.

Figuras 16 e 17 – Registros gravados com raspagem simples seguida de polimento no sítio arqueológico Santa Cruz, no município de Angicos-RN; e com raspagens e picotagem no sítio arqueológico Pinturas, em Santana do Matos-RN



Fonte: Fotografia de Valdeci Santos (2007).

A técnica de picotagem com posterior polimento é observada principalmente em grafismos em forma de cúpulas em série (FIGURA 18) ou na delimitação de pontos espaciais específicos da representação. Exemplos disso incluem olhos em possíveis figuras antropomorfas, pontos centrais de círculos concêntricos radiados e elementos complementares dos registros.

Figura 18 – Cúpulas elaboradas com a técnica de picotagem seguida de polimento em formação rochosa vertical no sítio arqueológico Varzinha, no município de Cerro Corá-RN



Fonte: Fotografia de Valdeci Santos (2015).

Nos suportes rochosos verticais e horizontais são muito comuns as sobreposições gráficas com a reutilização do de todos os espaços disponíveis, tanto no plano horizontal, como no vertical (FIGURA 19 e 20). Essas reutilizações sugerem, em determinados casos, elaborações efetuadas por grupos autores diferenciados, possivelmente, em períodos cronológicos também diferenciados, onde, muitas vezes, o observador percebe que não houve um "respeito" ao simbolismo efetuado por grupos autores pretéritos.

Figuras 19 e 20 – Suportes litológicos verticais com sobreposições de registros gravados nos sítios arqueológicos Riacho do Chaves e Riacho do Chaves II, município de Jucurutu-RN



Fonte: Fotografia de Valdeci Santos (2006).

As microrregiões de Angicos e Serra de Santana se diferenciam das demais do estado potiguar quando consideradas as temáticas representadas nos registros gravados.

Enquanto nas demais microrregiões a predominância de grafismos não reconhecíveis é significativamente maior em relação aos grafismos reconhecíveis e/ou figurativos, nas microrregiões de Angicos e Serra de Santana essa tendência ainda se mantém. No entanto, observa-se um aumento substancial na proporção de grafismos reconhecíveis (FIGURAS 21 a 23).

Figuras 21 a 23 – Registros gravados com grafismos reconhecíveis nos sítios arqueológicos Varzinha, no município de Cerro-Corá-RN; Riacho do Chaves III, em Jucurutu-RN; e Fazenda Cachoeira, em Santana do Matos-RN



Fonte: Fotografia de Valdeci Santos (2006).

No quadro 2 (abaixo), foi possível traçar um perfil preliminar dos registros gravados da mesorregião Central (microrregiões de Angicos, Macau, Serra de Santana e Vale do Açu), considerando a tipologia dos suportes rochosos, as técnicas de execução utilizadas e as temáticas presentes nas gravuras rupestres.

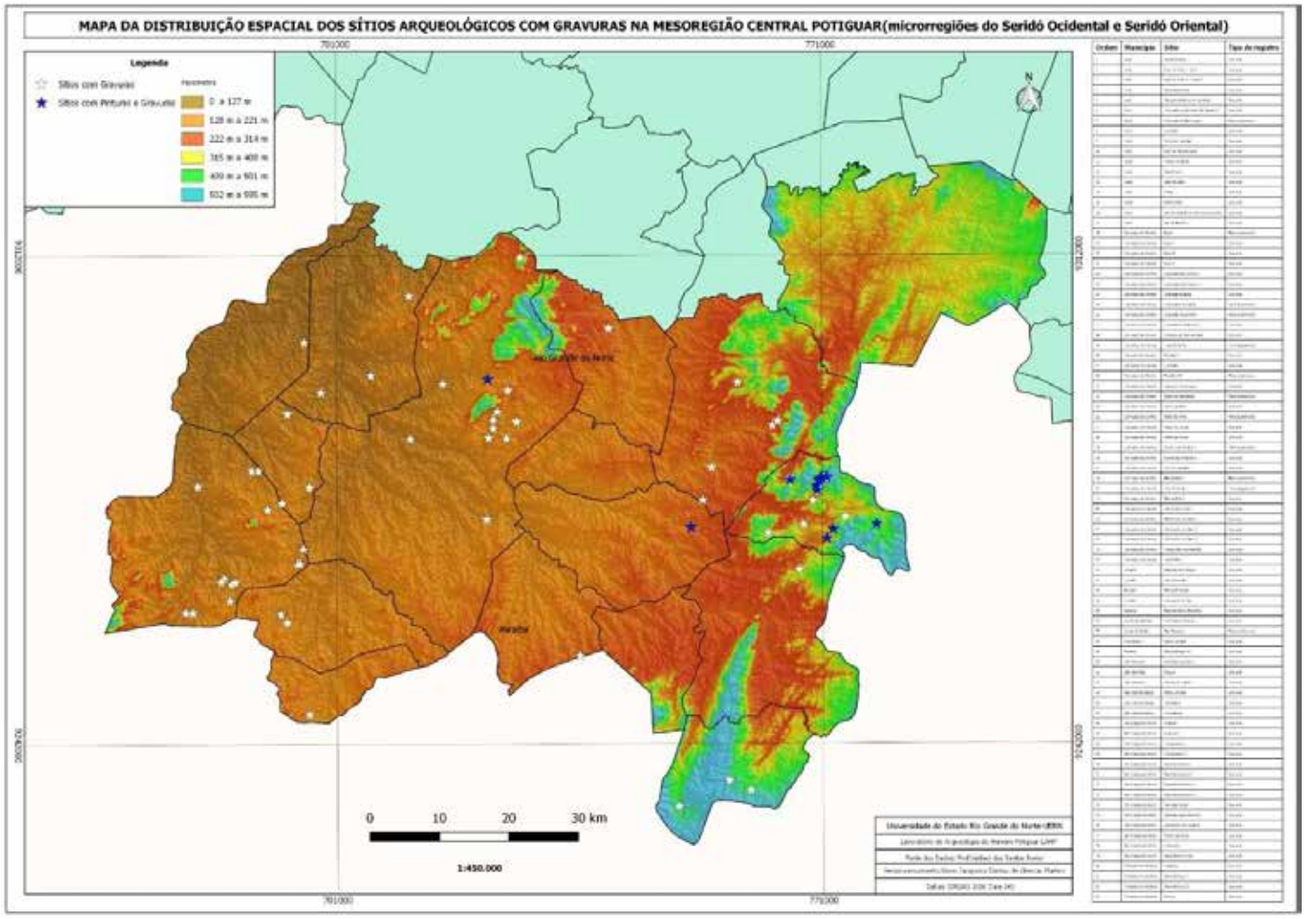
Quadro 2 – Registros gravados da mesorregião Central

Perfil preliminar das gravuras rupestres da mesorregião Central (microrregiões de Angicos, Macau, Serra de Santana e Vale do Açu)		
Suporte rochoso	**Técnicas de execução**	**Temáticas**
a) Lajedos graníticos rentes ao solo e próximos a riachos (predominância). b) Formações graníticas laterais próximas a riachos. c) Formações marmorizadas.	Raspagem Picotagem Picotagem com posterior polimento	Grafismos não reconhecíveis (predominância). Grafismos reconhecíveis em percentual bem superior em relação às demais regiões potiguares.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Nas microrregiões de Seridó Ocidental e Seridó Oriental, foram identificados 139 sítios arqueológicos com arte rupestre. Desses, 71 apresentam exclusivamente a técnica de gravuras, 12 combinam pinturas e gravuras, e 56 possuem apenas a técnica de pinturas (FIGURA 24).

Figura 24 – Mapa da distribuição espacial dos sítios arqueológicos contendo apenas gravuras rupestres, bem como daqueles que apresentam gravuras rupestres associadas a pinturas rupestres, na mesorregião central do Rio Grande do Norte (microrregiões de Angicos, Macau, Serra de Santana e Vale do Açu)



Fonte: Base de dados – IBGE (2017), adaptado por Alano Jaciguara (2024).

A região do Seridó Ocidental está situada na depressão interplanáltica central, entre o Planalto da Borborema e o Planalto Sertanejo, apresentando feições geomorfológicas diferenciadas, como cristas quartzíticas e topos convexos esculpidos em granitos e gnaisses (Brito, 2011). Em uma parte dos sítios dos municípios de Serra Negra do Norte e Timbaúba dos Batistas, os suportes são compostos por ortognaisses (FIGURA 25), enquanto em outras áreas, como no município de Caicó, aparecem suportes marmorizados (FIGURA 26).

Figuras 25 e 26 – Suporte litológico em ortognaisse no sítio arqueológico Caibeiras, no município de Timbaúba dos Batistas-RN, e suporte litológico marmorizado no sítio arqueológico Pedra Preta, em Caicó-RN



Fonte: Fotografia de Valdeci Santos (2014).

No Seridó Ocidental, há uma predominância quase absoluta da técnica de registros gravados, que geralmente estão localizados em rochas próximas aos olhos d'água, em lajedos rochosos próximos ao solo (FIGURA 27), ou nas formações rochosas laterais das margens de riachos (FIGURA 28).

Figuras 27 e 28 – Lajedo rochoso rente ao solo no sítio arqueológico Abernal II, no município de Serra Negra do Norte-RN, e formação rochosa à margem de riacho no sítio arqueológico Jerusalém I, em São João do Sabugi-RN



Fonte: Fotografia de Valdeci Santos (2014).

Na microrregião do Seridó Oriental, composta pelos municípios de Parelhas, Acari, Carnaúba dos Dantas, Currais Novos, Santana do Seridó, Jardim do Seridó, São José do Seridó, Equador e Cruzeta, os registros gravados mantêm características semelhantes às do Seridó Ocidental, especialmente em

relação à preferência por grafismos em suportes rochosos nas margens de riachos (FIGURAS 29 e 30). No entanto, também se observa uma opção por grutas e semiabrigos (FIGURAS 31 e 32).

Figuras 29 e 30 – Suportes litológicos às margens de riachos nos sítios arqueológicos Fazenda Olho D'Água, no município de Cruzeta-RN, e Periquito, em Equador-RN



Fonte: Fotografia de Valdeci Santos (2006).

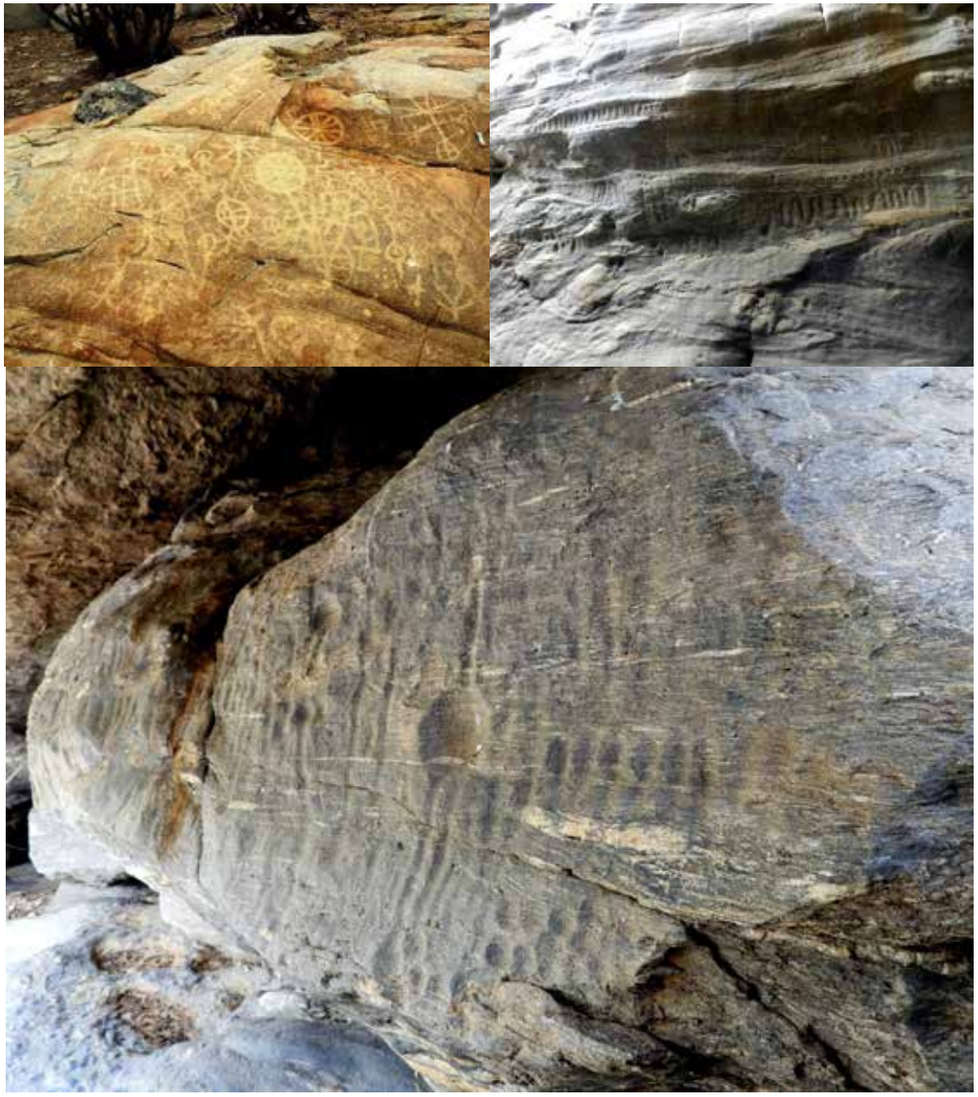
Figuras 31 e 32 – Suportes litológicos em semiabrigos com gravuras rupestres nos sítios arqueológicos Grota Funda, no município de Carnaúba dos Dantas-RN, e Letreiro, em Equador-RN



Fonte: Fotografia de Valdeci Santos (2006).

Nas microrregiões do Seridó Ocidental e Oriental, as principais técnicas utilizadas são a raspagem e o picoteamento com posterior polimento, com ocorrência frequente de sobreposições entre os grafismos, que apresentam dimensões variáveis. As temáticas mais comuns são grafismos abstratos, com raros motivos figurativos, quase sempre representações de zoomorfos, além de ocorrências esporádicas de antropomorfos esquemáticos (FIGURAS 33 a 35).

Figuras 33 a 35 – Registros gravados com predominância de grafismos não reconhecíveis e raros grafismos reconhecíveis nos sítios arqueológicos Pintado, no município de Timbaúba dos Batistas-RN; Cachoeira do Maracajá, em Carnaúba dos Dantas-RN; e Tanques de Zé Elias, em Equador-RN



Fonte: Fotografia de Valdeci Santos (2023).

Quanto à distribuição espacial dos sítios arqueológicos com gravuras nas duas microrregiões, observa-se uma diferenciação bem nítida. Na depressão sertaneja do Seridó Ocidental, há uma predominância quase absoluta de registros gravados. Por outro lado, na microrregião do Seridó Oriental, principalmente nas cotas altimétricas mais elevadas, a presença de registros gravados diminui substancialmente, dando lugar à predominância de registros pintados.

São várias as possíveis causas dessa distinção espacial em relação às técnicas de execução dos registros. Entre elas, podem ser citadas as preferências por determinados tipos de suportes rochosos, ocupações de áreas geoambientais por grupos específicos, fatores paleoambientais relacionados a potenciais hidrográficos e geológicos, alterações climáticas, migrações forçadas ou até mesmo a ausência de matérias-primas para a elaboração de tintas em certos contextos ambientais.

No quadro 3 (abaixo), foi possível traçar um perfil preliminar dos registros gravados da mesorregião Central (microrregiões do Seridó Ocidental e Oriental), considerando a tipologia dos suportes rochosos, as técnicas de execução utilizadas e as temáticas presentes nas gravuras rupestres.

Quadro 3 – Registros gravados da mesorregião Central: microrregiões do Seridó Ocidental e Oriental

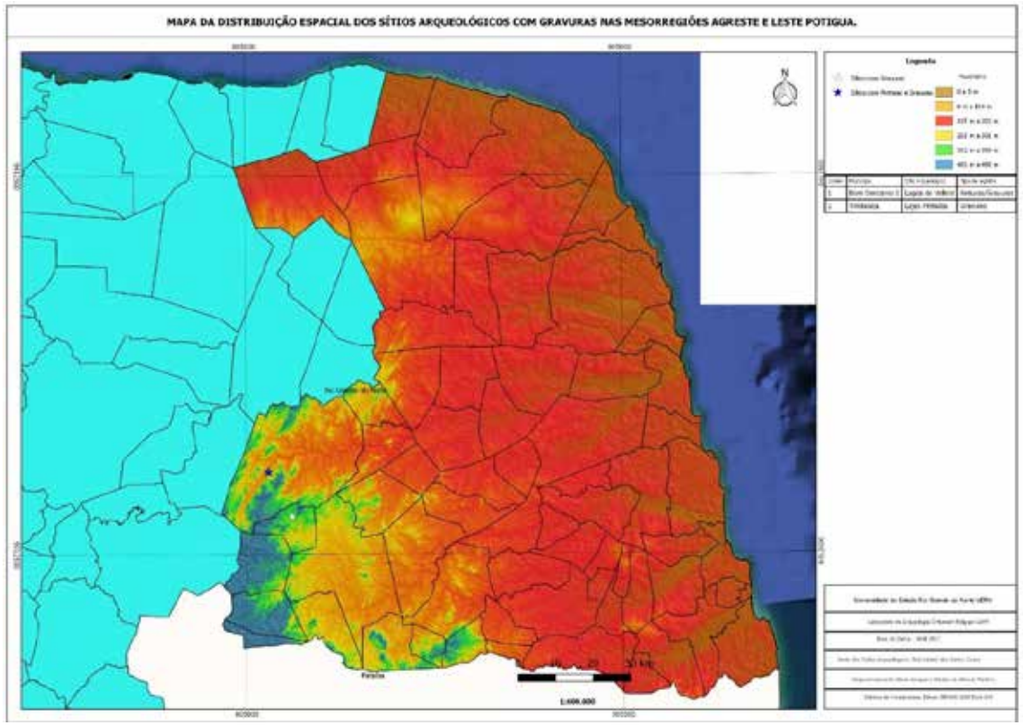
Perfil preliminar das gravuras rupestres da mesorregião Central (microrregiões do Seridó Ocidental e Oriental)		
Suporte rochoso	**Técnicas de execução**	**Temáticas**
a) Lajedos graníticos rentes ao solo e próximos a riachos (predominância). b) Formações graníticas laterais próximas a riachos. c) Formações marmorizadas.	Raspagem Picotagem Picotagem com posterior polimento	Grafismos não reconhecíveis (predominância). Grafismos reconhecíveis em percentual bem superior em relação às demais regiões potiguares.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

4 AS GRAVURAS RUPESTRES DA MESORREGIÃO AGRESTE POTIGUAR E LESTE POTIGUAR: MICRORREGIÕES DE AGRESTE POTIGUAR, BAIXA VERDE E BORBOREMA POTIGUAR

Na mesorregião Agreste Potiguar e Leste Potiguar foram identificados um total de 13 sítios arqueológicos com arte rupestre, onde um desses sítios possui somente a técnica de gravuras, um sítio possui pinturas e gravuras e 11 sítios possuem somente a técnica de pinturas (FIGURA 36).

Figura 36 – Mapa da distribuição espacial dos sítios arqueológicos somente com gravuras rupestres, além de sítios arqueológicos com gravuras rupestres associados com pinturas rupestres, na mesorregião do Agreste Potiguar e Leste Potiguar (microrregiões Agreste Potiguar, Baixa Verde, Borborema



Fonte: Base de dados – IBGE (2017), adaptado por Alano Jaciguara (2024).

Nas mesorregiões do Agreste Potiguar e Leste Potiguar há uma diminuição drástica na quantidade de formações rochosas com abrigos e semiabrigos, quando comparada a outras mesorregiões do estado. A maior parte dessas áreas apresenta relevos planos, entrecortados por pequenas elevações, mas sem uma quantidade expressiva de rochas, especialmente à medida que se aproxima do litoral leste. As concentrações mais relevantes de formações geológicas com granitos e ortognaisses estão localizadas em cotas altimétricas mais elevadas, principalmente nos municípios de Passa e Fica, Monte das Gameleiras, Japi, Sítio Novo e Serra de São Bento.

Na mesorregião do Agreste Potiguar foram identificados apenas dois sítios arqueológicos com registros gravados: o sítio arqueológico Bom Descanso I, localizado em Lagoa de Velhos-RN (FIGURAS 37 e 38), e o sítio arqueológico Timbaúba, em Lajes Pintadas-RN (FIGURAS 39 e 40). A técnica de execução utilizada foi a raspagem simples, e os registros apresentam predominantemente grafismos não reconhecíveis, com raras

representações identificáveis, como figuras zoomorfas e antropomorfas. Os suportes rochosos utilizados para essas elaborações gráficas encontram-se, em geral, em relevo plano, próximos a riachos intermitentes.

Figuras 37 e 38 – Suporte litológico granítico com grafismo reconhecível (Sítio arqueológico Bom Descanso I – Município de Lagoa de Velhos – RN)



Fonte: Fotografia de Valdeci Santos (2004).

Figuras 39 e 40 – Suporte litológico granítico com gravuras rupestres (Sítio arqueológico Timbaúba – Município de Lajes Pintadas – RN)



Fonte: Fotografia de Valdeci Santos (2008).

No quadro 4 (abaixo) foi possível traçar um perfil preliminar dos registros gravados das mesorregiões Agreste Potiguar e Leste Potiguar, considerando a tipologia dos suportes rochosos, as técnicas de execução utilizadas e as temáticas presentes nas gravuras rupestres.

Quadro 4 – Registros gravados das mesorregiões Agreste Potiguar e Leste Potiguar

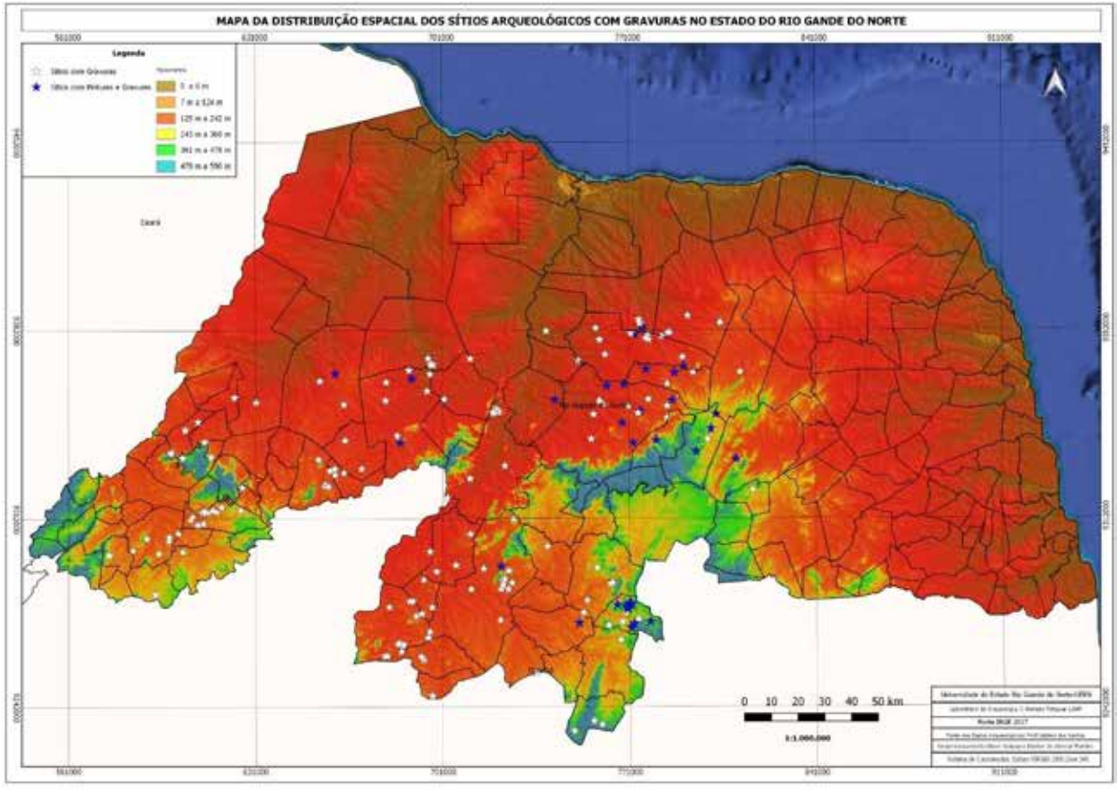
Perfil preliminar das gravuras rupestres das mesorregiões do Agreste Potiguar e Leste Potiguar (microrregiões do Agreste Potiguar, Baixa Verde e Borborema Potiguar)		
Suporte rochoso	**Técnicas de execução**	**Temáticas**
a) Formações graníticas laterais próximas a riachos.	Raspagem	Grafismos não reconhecíveis (predominância)

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

5 O CONTEXTO ESTADUAL DAS GRAVURAS RUPESTRES NO RIO GRANDE DO NORTE

Em todo o estado, foram identificados 188 sítios arqueológicos com a técnica exclusiva de gravuras e 37 sítios arqueológicos contendo tanto gravuras quanto pinturas, totalizando 225 sítios (FIGURA 41) com registros de gravuras rupestres. Em termos percentuais, esse total representa 59% dos sítios arqueológicos com arte rupestre identificados até 2022.

Figura 41 – Mapa com a distribuição espacial dos sítios arqueológicos somente com gravuras rupestres e sítios arqueológicos com gravuras rupestres e pinturas associados, no estado do Rio Grande do Norte



Fonte: Base de dados – IBGE (2017), adaptado por Alano Jaciguara (2024).

Em termos de distribuição espacial, a predominância dos sítios com gravuras rupestres ocorre na mesorregião Central (nas microrregiões de Angicos, Serra de Santana e Seridó Oriental) e na mesorregião Oeste (nas microrregiões do Médio Oeste, Pau dos Ferros e Umarizal). Essa intensidade está relacionada a dois fatores geoambientais:

a) o primeiro fator está relacionado à presença das bacias hidrográficas dos rios Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró. O curso principal do rio Piranhas-Açu, com seus afluentes, como os rios Acauã e Seridó, abrange diversos municípios das microrregiões de Angicos, Serra de Santana e Seridó Oriental. Da mesma forma, o rio Apodi-Mossoró e seus tributários percorrem as microrregiões do Médio Oeste, Pau dos Ferros e Umarizal;
b) o segundo fator está diretamente relacionado à abundante presença de suportes rochosos graníticos no embasamento cristalino das microrregiões de Angicos e Serra de Santana, bem como à ocorrência de ortognaisses no Seridó Oriental.

Cabe destacar a quase inexistência de sítios arqueológicos com gravuras rupestres em cotas altimétricas mais elevadas, como nos municípios situados no topo da Serra de Santana, Serra de São Miguel (Alto Oeste) e Serra de São Bento (Agreste). A presença dessas gravuras torna-se mais constante apenas em áreas mais elevadas dos municípios de Carnaúba dos Dantas e Equador, especificamente nas serras que dividem o Rio Grande do Norte e a Paraíba. Nesses locais, a arte rupestre é predominantemente representada por pinturas rupestres.

A ausência de sítios arqueológicos com gravuras rupestres na faixa litorânea e nos tabuleiros pré-litorâneos está associada a quase inexistência de suportes rochosos (graníticos) do embasamento, onde é possível observar somente suportes calcáreos da Formação Jandaíra (onde só foi possível identificar sítios com pinturas rupestres).

Com relação às técnicas de execução e às temáticas das gravuras rupestres nos sítios arqueológicos, foi possível identificar uma diversidade de autorias gráficas, evidenciando estilos distintos de elaboração, com sobreposições frequentes (FIGURAS 42 a 45).

Quanto à possível identificação gráfica de grupos autores, foi possível observar a recorrência de técnicas de execução e temáticas em dois conjuntos de sítios arqueológicos. No município de Apodi-RN, no sítio arqueológico Lajedo de Soledade, há um conjunto de 22 setores espaciais com gravuras rupestres que apresentam as mesmas características, sugerindo a autoria de um único grupo gráfico. Da mesma forma, no município de Jucurutu-RN, nas proximidades da Mina de Bonito, há um conjunto de 11 sítios arqueológicos cujas características estilísticas e temáticas também são similares.

Figuras 42 a 45 – Diversidade de estilos nas gravuras rupestres (Sítio arqueológico Lajedo da Soledade – Município de Apodi – RN; sítio arqueológico Riacho do Chaves II, município de Jucurutu-RN; sítio arqueológico Serrote do Urubu, município de Pedro Avelino-RN; sítio arqueológico Cachoeira, município de Santana do Matos-RN)





Fonte: Fotografia de Valdeci Santos (2016).

6 AS DATAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS DAS GRAVURAS RUPESTRES NO RIO GRANDE DO NORTE

Já foram publicadas algumas datações das gravuras rupestres no Rio Grande do Norte, obtidas por métodos indiretos, que estimam cronologias mínimas de elaboração, e por métodos diretos.

Entre os métodos indiretos, pode-se citar o aspecto iconográfico. No município de Jucurutu, nos sítios arqueológicos localizados no Riacho do Chaves (FIGURA 46), e no município de Upanema, no sítio arqueológico do Serrotão de Cima (FIGURA 47), é possível observar grafismos com representações simbólicas cujas morfologias assemelham-se a embarcações. Esses registros sugerem que foram elaborados por grupos pretéritos que viveram no período colonial ou pós-colonial.

Figuras 46 e 47 – Representações simbólicas com morfologias assemelhadas a embarcações: sítio arqueológico Riacho do Chaves VI – Município de Jucurutu-RN e Sítio arqueológico Serrotão de Cima – Município de Upanema-RN



Fonte: Fotografia de Valdeci Santos (2014).

Infelizmente, outra forma de obter datações indiretas desses registros gravados decorre de atos de vandalismo, manifestando-se nas datas inscritas nos sítios arqueológicos por visitantes em períodos passados. Assim como em outras regiões, há sítios arqueológicos no Rio Grande do Norte com simbologia rupestre que apresentam inscrições datadas de séculos passados. Entre eles, destacam-se dois sítios arqueológicos com datas do século XIX (FIGURAS 48 e 49), o que nos permite concluir que os registros gráficos nesses locais foram efetuados, no mínimo, antes do século XX.

Figuras 48 e 49 – Aposição de datas do século XIX: Sítio arqueológico Açude das Flores III – Município de Afonso Bezerra-RN e Sítio arqueológico Riacho do Chaves VIII – Município de Jucurutu-RN)



Fonte: Fotografia de Valdeci Santos (2016).

Em relação aos métodos diretos de datação das gravuras rupestres, foi aplicado, em 2016, o método da microerosão em cinco sítios arqueológicos. Esse método, desenvolvido pelo pesquisador Robert Bednarik (1992), realiza a análise por microerosão a partir de um conjunto de técnicas aplicadas para datar petróglifos em rochas resistentes à erosão, como os granitos.

Ele menciona dois critérios metodológicos utilizados: a medição da taxa de declínio de cristais fraturados e a análise da perda seletiva de componentes rochosos devido a intemperismos físico-químicos, em relação ao ambiente. As condições para a aplicação do método de datação por microerosão devem ser rigorosas, sendo necessários alguns requisitos para garantir seu sucesso, entre os quais dois são fundamentais: a possibilidade de calibração com um local de gravuras rupestres de data conhecida e a aplicação do método em rochas graníticas.

O pressuposto básico do método da microerosão é de que a intempérie progressiva ocorre em cristais originalmente fraturados durante a elaboração das gravuras rupestres e a taxa de desgaste pode ser calibrada em grafismos do mesmo sítio arqueológico (ou de sítios próximos com o mesmo tipo de suporte rochoso) que tenham uma data já conhecida. O método analisa esse intemperismo progressivo através da observação geométrica das partículas de quartzo do suporte granítico que sofreram arredondamento das bordas de rocha recém-quebradas. Com a aplicação desse método, foi possível obter um quadro cronológico de dezesseis datações diretas (QUADRO 5) obtidas nas gravuras rupestres em cinco sítios arqueológicos do Rio Grande do Norte, apresentando os seguintes dados:

Quadro 5 – Datações diretas obtidas pelo método de microerosão do granito

Sítio arqueológico	Município	Datação
Açude das Flores III	Afonso Bezerra	1011 +100 – 59 AP.
Serra do Papagaio III	Santana do Matos	2778 ± 397 AP. 2646 + 211/-265 AP. 2567 + 131/-186 AP. 1130 + 140/-178 AP. 952 ± 158 AP. 873 ± 79 AP.
Fazenda Pedra Pintada	Caraúbas	5040 + 198/-119 AP. 2540 ± 158 AP.
Santa Cruz	Angicos	825 / + 127/-31 AP. 846 + 106 /-52 AP.

Sítio arqueológico	Município	Datação
Serrote do Urubu	Pedro Avelino	703 + 91/-68 AP. 508 + 127/-32 AP. 657 + 137/-22 AP. 516 + 119/-40 AP. 476 AP.

Fonte: Santos Júnior (2022).

O quadro cronológico de elaboração das gravuras rupestres neste conjunto de sítios datados abrange um intervalo geral entre 476 AP (datação mais recente) e 5.040 + 198/-119 AP (datação mais antiga), situando-se, portanto, no contexto de elaboração de registros gravados durante o período Holocênico.

A pesquisa com o método direto da microerosão das gravuras revelou informações fundamentais além dos dados cronológicos. Ao analisar as datações diretas obtidas nas cúpulas do sítio Serra do Papagaio III, por exemplo, observou-se uma persistência temporal na elaboração exclusivamente dessa tipologia de gravuras, abrangendo o período entre 2.778 ± 397 AP (datação mais antiga) e 873 ± 79 AP (datação mais recente). As dimensões e as pátinas variáveis nas cúpulas indicam uma possível atividade ritualística ao longo de 1.905 anos (sem contar as margens de erro), sugerindo uma forte significação simbólica para as diversas gerações de seus autores (FIGURAS 50 e 51).

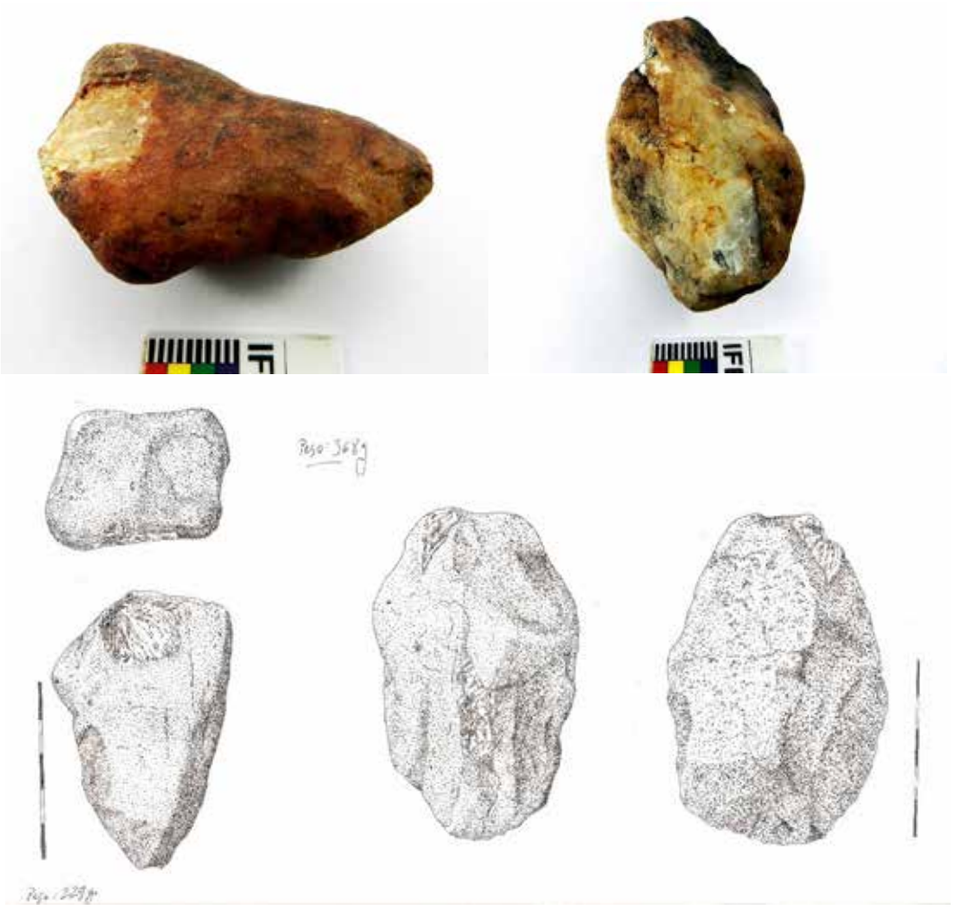
Figuras 50 e 51 – Pesquisador Robert Bednarik (1992) aplicando o método da datação direta por microerosão nas cúpulas gravadas do Sítio Arqueológico Serra do Urubu III, obtendo um intervalo de elaboração de cúpulas entre 2.778 ± 397 AP (datação mais antiga) e 873 ± 79 AP (datação mais recente), Santana do Matos-RN



Fonte: Fotografia de Valdeci Santos (2016).

Mais recentemente (2020), foram obtidas datações diretas pelo método da microerosão do granito (também desenvolvido por Robert Bednarik) em oito percutores líticos, utilizados na elaboração de gravuras rupestres, no complexo do sítio arqueológico Pedra Ferrada, no município de Jucurutu-RN. Esses percutores foram localizados próximos (entre 1 e 4 metros) aos afloramentos graníticos onde os registros simbólicos foram realizados, apresentando estigmas específicos (como lascas interrompidas), que indicam sua utilização em atividades de raspagens ou percussões (FIGURAS 50 a 52, QUADRO 6).

Figuras 50 a 52 – Percutores líticos (fotos e desenhos) utilizados para elaboração de gravuras rupestres no Complexo do Sítio Arqueológico Pedra Ferrada, município de Jucurutu – RN



Fonte: Fotografia de Valdeci Santos (2016); ilustração de Marcellus D'Almeida (2018).

Quadro 6 – Datações diretas obtidas em oito percutores líticos pelo método de microerosão do granito no Complexo do Sítio Arqueológico Pedra Ferrada, município de Jucurutu – RN

Sítio arqueológico	Município	Datação
Pedra Ferrada – EAPF 17	Jucurutu	2090 ± 300
Pedra Ferrada – EAPF 19	Jucurutu	1640 ± 150
Pedra Ferrada – EAPF 19	Jucurutu	1420 + 80/ - 220
Pedra Ferrada – EAPF 27	Jucurutu	670 + 80/-70
Pedra Ferrada – EAPF 27	Jucurutu	780 + 120/- 30
Pedra Ferrada – EAPF 55	Jucurutu	930 + 110/ - 30
Pedra Ferrada – EAPF 56	Jucurutu	700 + 50/- 100
Pedra Ferrada – EAPF 56	Jucurutu	1130 + 70/- 90

Fonte: Relatório de preservação do patrimônio gráfico/simbólico dos sítios arqueológicos com gravuras rupestres na área da barragem de Oiticica, município de Jucurutu-RN (2022).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto dos sítios arqueológicos com gravuras rupestres no estado do Rio Grande do Norte indica uma maior concentração dessas elaborações por grupos pretéritos na mesorregião Central e na mesorregião do Oeste Potiguar. Esse padrão está relacionado à presença das bacias hidrográficas dos rios Piranhas/Açu e Apodi/Mossoró, que atravessam essas áreas, assim como à abundância de suportes litológicos adequados.

As datações obtidas indicam que essas gravuras rupestres foram elaboradas durante o período Holocênico, abrangendo intervalos cronológicos entre 5.040 AP e 476 AP. Observa-se a ocupação e reocupação de alguns desses espaços para a realização dos registros simbólicos, quase sempre em locais próximos a cursos ou depósitos de água, um critério determinante para sua escolha. A variedade de estilos e temáticas sugere que diferentes grupos pretéritos frequentavam essas áreas, seja de forma temporária ou permanente. Além disso, a hipótese de processos migratórios constantes, motivados por fatores climáticos, como secas eventuais, não pode ser descartada.

Os motivos figurativos incluem representações zoomorfas, predominantemente de aves e lagartos, possivelmente relacionadas a atividades de caça para consumo alimentar dos grupos. As figuras antropomorfas, por sua vez, geralmente aparecem de forma unitária, com morfologias variadas. Além disso, há representações de mãos e pés, que podem indicar a perpetuação simbólica das identidades de seus autores.

REFERÊNCIAS

BEDNARIK, R. A new method to date petroglyphs. **Archaometry**, Reino Unido, v. 34, n. 2, p. 279-291, 1992.

BRASIL. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**. Relatório final de preservação do patrimônio gráfico/simbólico dos sítios arqueológicos com gravuras rupestres na área da barragem de Oiticica, município de Jucurutu-RN. Processo SEI/IPHAN nº 01421.001554/2013-69, 2022.

BRITO, F. P. **Análise de gravuras rupestres pré-históricas das bacias hidrográficas do nas bacias dos rios Espinharas/Sabugi/Quipauá/Barra Nova, no Seridó Ocidental – RN**. 2011. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Base de dados. 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 20 dez 2023.

SANTOS JÚNIOR, V. **A simbologia rupestre do Rio Grande do Norte**. Mossoró, RN: Edição do autor, IPHAN, 2022. 354 p.



AS GRAVURAS RUPESTRES DA REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL


25
50
centímetros
N

ROCHAS HORIZONTAIS E VERTICAIS: UM BREVE PANORAMA DAS GRAVURAS RUPESTRES DO ESTADO DE GOIÁS

Grazieli Pacelli Procópio[86]
Marciel Mendes de Avelar Pereira[87]

RESUMO

Os relatos sobre a existência de grafismos rupestres no estado de Goiás remontam ao século XVII. Porém, foi a partir de 1913 que se registraram, por meio de pesquisas pioneiras — independentes e vinculadas a instituições —, dezenas de sítios arqueológicos. Considerando a importância dessas pesquisas e a escassez de informações sobre o tema nas publicações atuais, sobretudo sobre os sítios com presença de gravuras rupestres, apresentaremos um panorama dessas manifestações pretéritas, destacando contextos arqueológicos cujas pesquisas não foram retomadas desde o século passado. Sendo assim, o presente trabalho visa elencar, de forma sucinta, por meio de levantamento de banco de dados e revisão bibliográfica, uma parcela dos sítios com gravações em suportes rochosos (horizontais e verticais) em solo goiano.
Palavras-Chave: gravuras rupestres; arqueologia em Goiás; pesquisas pioneiras; história profunda; grafismos rupestres.

1 INTRODUÇÃO

A história de ocupação humana na região de Goiás, segundo dados de pesquisas arqueológicas, remonta há cerca de 11 mil anos. As inúmeras evidências dessas ocupações estão presentes em todo o território goiano, entre as quais os grafismos rupestres. Em Serranópolis, no estado de Goiás, segundo Rubin *et al.* (2022), as datações mais antigas variam entre 10.400 ± 130 AP (GO-JA-02) e, no GO-JA-14, 10.740 ± 85 AP (datação não calibrada). Em Palestina de Goiás, as datações chegaram a 10.000 AP (Viana *et al.*, 2023). Tais datações, obtidas a partir de vestígios de carvão, estão relacionadas ao material lítico identificado como Tradição Itaparica — fase Paranaíba — (Rubin *et al.*, 2020).

86 Mestre em História e bacharela em arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO. Membro da Associação Brasileira de Arte Rupestre (ABAR) e da Sociedade Arqueologia Brasileira (SAB). Email; grazieli.arqueologia@gmail.com.
87 Bacharel em Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO. Membro da Sociedade Arqueologia Brasileira (SAB). Email: marcielavelararqueo@gmail.com.

No entanto, essas datações não possuem relação direta com os registros rupestres, mas as evidências arqueológicas sugerem que as pinturas e, provavelmente, as gravuras rupestres são tão antigas quanto os acampamentos nos abrigos rochosos (Moura; Pedroso, 2006). Mediante isso, sabe-se que é praticamente impossível determinar quais grupos étnicos ocuparam esses espaços e quais motivos levaram, por exemplo, essas pessoas a pintar ou gravar símbolos nas rochas. Logo, seu significado é inexequível para nós, pesquisadores (Procópio, 2023).

Sem pretensão de esgotar as discussões sobre as tradições rupestres já presentes na literatura arqueológica ou de realizar uma análise das técnicas empregadas na execução dos grafismos rupestres, este trabalho tem por objetivo apresentar os sítios com gravuras rupestres em Goiás. Decidimos escrever sobre as gravuras, pois esses são os vestígios menos investigados nos últimos anos, como observamos durante nossas pesquisas.

É importante destacar que muitas das pesquisas pioneiras sobre os grafismos rupestres realizadas nos últimos cinquenta anos não foram retomadas por outros pesquisadores. No entanto, esses dados precursores disponíveis têm favorecido as pesquisas acadêmicas, sobretudo nos cursos de Arqueologia. Todavia, notamos que há uma necessidade de intensificar os estudos sobre as inscrições rupestres em Goiás, já que muitos desses sítios, desde as décadas de 1970 e 1980, não receberam atualizações e/ou novas avaliações técnicas para a elaboração de um projeto de preservação do patrimônio arqueológico. Diante disso, buscamos reunir, neste texto, os dados gerais de alguns sítios com gravuras rupestres, que podem contribuir para o desenvolvimento de futuras pesquisas.

2 OS REGISTROS E ESTUDOS PIONEIROS DOS GRAFISMOS RUPESTRES EM GOIÁS

De acordo com o levantamento realizado por Procópio (2019), as primeiras informações sobre grafismos rupestres em Goiás datam do século XVII, com a entrada de bandeirantes na região em busca de ouro. Lajes com manifestações rupestres, encontradas durante expedições no sudoeste goiano, foram relatadas e passaram a ser conhecidas como Martírio ou Serra do Martírio. Conforme Alencastre (1979), ex-presidente da província de Goiás, em sua obra publicada em 1864 (Anais da Província de Goiás), essa região do Martírio pertence, além de Rio Claro e Dores do Rio Verde, a Torres do Rio Bonito, citada também em documentos expeditórios como Torres de Babel. Atualmente, essa região abrange os municípios de Caiapônia e Palestina de Goiás (Souza, 1985).

No século XIX, outras menções foram feitas relacionadas às inscrições rupestres em território goiano. Cunha Mattos, em sua visita à então Província de Goiás (1824/1825), registrou a presença de grafismos rupestres no "Morro das Figuras", que seriam caracteres semelhantes ao que o autor denominou de "hieróglifos" e gravuras em forma de mãos humanas. "Na província de Minas Gerais, em um lugar denominado S. Tomé das Letras, há caracteres *hieroglýphicos* semelhantes aos do Morro das Figuras da estrada do Carretão. Penso eu que são obras dos índios" (Mattos, 2021, p. 140). Segundo relatou Cunha Mattos (2021, p. 141), "algumas dessas impressões parece como se fossem feitas pouco a pouco, principiando a comprimir a pedra com a parte mais próxima ao punho, de maneira que apenas aparece a cova feita com aquela parte da mão". Apesar de suas visitas e relatos terem ocorrido no início da década de 1820, seus escritos foram publicados apenas em 1874, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob o título *Chorographia Histórica da Província de Goyaz*. O autor também cita, em seu relato sobre Goiás, que no distrito de Arraias, São Domingos e Traíras havia inúmeras grutas, eventualmente com indícios de vestígios humanos antigos.

Foi no ano de 1913 que o professor João Angyone Costa elaborou o primeiro documento até então identificado contendo informações arqueológicas em Goiás. Trata-se do Mapa de Inscrições Rupestres presentes na região de Niquelândia e Formosa (Folha de Goiaz, 1979; Costa, 1938).

Já nos anos de 1970, ocorreram os primeiros registros oficiais de sítios arqueológicos em Goiás[88], realizados por pesquisadores como Acary de Passo de Oliveira, Mairi Baiocchi, Igor Chmyz, Iluska Simonsen e Pedro Agostinho. Dessa forma, até 1972 foram registrados 44 sítios arqueológicos (Wust, 2001). Os primeiros sítios arqueológicos com gravuras rupestres registrados, segundo os dados do Iphan, foram o de Jussara (Molha Biscoito – GO--JU-57) e outro em Aruanã, a partir dos estudos dirigidos por Mendonça de Souza em 1970. Na ficha de cadastro de sítios disponibilizada pelo CNSA, os registros foram feitos pelo professor Cid Albernaz (UFG) e pela professora Maria da Conceição de M. C. Beltrão (UFRJ). A partir de então, as pesquisas arqueológicas sistemáticas passaram a ser produzidas a partir de 1971, promovidas pela Universidade Católica de Goiás (atual PUC-Goiás) e pela Universidade Federal de Goiás (UFG), em parceria com pesquisadores de diferentes instituições e universidades do Brasil.

Como apresenta Mendes *et al.*, (2019) em um artigo sobre a história da arqueologia em Goiás, a qual traz importantes informações sobre as pesquisas pioneiras do estado:

> a institucionalização da Arqueologia no Estado de Goiás é normalmente descrita a partir de uma dicotomia representada pela parceira da professora da Universidade de São Paulo, Margarida Davina Andreatta com o MA/UFG, e do professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Pedro Ignácio Schmitz com o Instituto Goiânia de Pré-História e Antropologia da PUC Goiás (IGPA/PUC Goiás), que teriam produzido os primeiros dados e interpretações sobre as ocupações pré-coloniais do território goiano" (Eremites de Oliveira; Viana, 1999-2000; Mello; Viana, 2006; Schmitz *et al.*, 1982) (Mendes *et al.*, 2019, p. 130).

No ano de 1971, foi publicado o trabalho elaborado pelas pesquisadoras Edna Luísa de Melo Taveira e Judite Ivanir Breda, do Setor de Arqueologia do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, que tinha como objetivo homogeneizar e sistematizar o processo de registro dos sítios arqueológicos de Goiás, "buscando traçar um planejamento científico para as pesquisas arqueológicas" no estado (Mendes *et al.*, 2019, p. 128). No desenvolvimento do trabalho, as pesquisadoras dividiram o estado de Goiás em quatro grandes áreas arqueológicas, delimitadas pelas bacias hidrográficas do Araguaia, Tocantins, Paranaíba e São Francisco (Melo; Breda, 1971).

A partir de 1972, os programas desenvolvidos em conjunto com a então Universidade Católica de Goiás (UCG) e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Rio Grande do Sul) buscaram compreender o processo de ocupação humana pré-colonial a partir dos vestígios arqueológicos encontrados (Schmitz *et al.*, 1986). Entre os programas, destaca-se o Programa Arqueológico de Goiás, que começou no mesmo ano, abrangendo uma área com aproximadamente 20.000 km² (Schmitz, 1987):

> Haviam sido escolhidas inicialmente 5 áreas, ao azar: uma no norte, outra no sul, uma no leste, uma no oeste, ainda uma no centro (…). Logo se percebeu que estas 5 áreas não captavam suficientemente as culturas e foram acrescentadas mais três, duas delas em áreas antes evitadas por se afigurarem difíceis e uma complementar no centro-sul (Schmitz *et al.*, 1986, p. 7).

88 O Estado de Goiás, até maio de 1989, abrangia todo o território do atual estado do Tocantins.

Entre os subprogramas do grande Programa Arqueológico de Goiás, estão: (1) o Subprograma Amazônia Legal, dividido em Projeto Extremo Norte (área de transição entre Amazônia, Nordeste e Centro do Brasil), Projeto Médio Tocantins (áreas de conexões entre Amazônia, Centro e Nordeste brasileiro – 1979-1982) e Projeto Ilha do Bananal (iniciado em 1984); (2) o Subprograma Serra Geral, com o Projeto Serra Geral (leste de Goiás e sudoeste da Bahia – 1981-1985); (3) o Subprograma Centro-Sul de Goiás, dividido em Projeto Alto Tocantins (iniciado em 1973), Projeto Paranaíba (iniciado em 1975 e desenvolvido até 1982), Projeto Complementar Centro-Sul (1975-1977), Projeto Alto-Araguaia (1974-1981) — este dividido em duas partes: Projeto Jussara e Projeto Caiapônia, sendo este último executado entre 1979 e 1981 (Schmitz *et al.*, 1986).

Importante ressaltar que, entre os projetos que obtiveram maior número de sítios arqueológicos e apresentaram alto potencial de pesquisa, destacam-se o Projeto Paranaíba, onde está localizado o município de Serranópolis, e o Projeto Alto Araguaia (Projeto Caiapônia), que abriga o complexo arqueológico de Palestina de Goiás[89]. Essas duas áreas, situadas na região sudoeste de Goiás, contêm dezenas de sítios com inscrições rupestres, entre os quais 19 são de gravuras rupestres. Vale salientar também que o levantamento e o registro dos grafismos rupestres nessas regiões devem-se, em grande parte, às pesquisadoras que compuseram as equipes pioneiras, como Silvia Moehlecke Copé, Maira Barberi Ribeiro e Mariza Oliveira Barbosa.

Além do Programa Arqueológico de Goiás, pesquisadores do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (MA/UFG) e do Instituto Superior de Cultura Brasileira (Rio de Janeiro) desenvolveram, a partir de 1975, o Projeto Bacia do Paranã, sob a coordenação de Alfredo Mendonça de Souza. Esse projeto contou com diversas etapas de trabalho de campo, que resultaram na identificação de cerca de 90 sítios arqueológicos, em sua maioria pré-cerâmicos e, sobretudo, com evidências de grafismos rupestres (Souza, 1977, 1979, 1981). Segundo artigo publicado na edição de 1981-1982 dos *Arquivos do Museu de História Natural* da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), as áreas escolhidas para o projeto não foram aleatórias, mas selecionadas de forma criteriosa:

> (…) de acordo com as mais modernas técnicas de análise locacional, levando-se em conta as informações disponíveis para outras áreas próximas (bacia do rio Paranaíba e bacia do rio São Franscisco), a situação geográfica privilegiada do rio Paranã, que corre para a bacia amazônica (é o principal formador do rio Tocantins), tendo suas nascentes na área da chapada da Contenda (planalto de Brasília), onde situam-se também, as nascentes de rios que correm para a bacia platina e sanfranscicana e pela estrutura dendrítica de seus formadores, que penetram em todas as chapadas, e que são perenes (Souza *et al.*, 1981/82, p. 81).

Esses primeiros trabalhos sistemáticos permitiram a identificação de dezenas de sítios arqueológicos, sobretudo com a presença de grafismos rupestres. Dessa forma, elaboramos uma tabela em que apresentamos o número de sítios com gravuras rupestres.

Ressalta-se que esses dados contêm informações provenientes dos bancos de dados do Iphan, dos projetos pioneiros da UFG e da UCG, além de trabalhos acadêmicos. Como mencionado anteriormente, esses números podem variar, e os nomes dos municípios podem ter sofrido alterações, uma vez que a maioria dos registros não foi atualizada nos últimos anos.

89 Palestina de Goiás pertenceu como distrito de Caiapônia até o ano de 1987, quando ocorreu sua emancipação.

Tabela 1 – Número de sítios arqueológicos com gravuras rupestres em Goiás

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM GRAVURAS RUPESTRES EM GOIÁS	
MUNICÍPIO	QUANTIDADE
ARUANÃ	1
BALIZA	1
CAIAPÔNIA	1
CAVALCANTE	3
DORVELÂNDIA	4
FORMOSA	1
GOIÁS	1
GUARAÍTA	1
ITAGUAÇU	1
ITAGUARU	1
ITARUMÃ	1
JARAGUÁ	1
JAUPACI	1
JUSSARA[90]	5
MARA ROSA	15[91]
MINEIROS	2
MONTE ALEGRE	2
NOVA ROMA	1
PALESTINA DE GOIÁS	3
SERRANÓPOLIS	16
TERESINA DE GOIÁS	2
TOTAL	49

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

90 Segundo Schmitz (1984), o município é Itapirapuã e não Jussara.
91 Segundo Pereira (2022), foram identificados até 2022, 15 suportes rochosos com gravuras rupestres em Mara Rosa, Goiás.

3 DEFINIÇÕES E MÉTODOS PARA A PESQUISA

A princípio, nem todos os sítios serão descritos, conforme apresentado na Tabela 1, pois, como mencionado, muitos dados provenientes das pesquisas pioneiras foram levantados apenas à época dos estudos e arquivados em diferentes acervos e instituições pelo Brasil. Esses arquivos, de acordo com o levantamento realizado para este trabalho, não foram identificados ou disponibilizados para consulta. Outro elemento que acentuou as limitações é o fato de haver poucas publicações sobre a temática dos grafismos rupestres em Goiás.

Diante disso, a princípio, a metodologia de pesquisa utilizada foi a revisão bibliográfica e a consulta às documentações em bancos de dados. Os sítios selecionados para este trabalho tiveram como critério a maior quantidade de informações obtidas para descrever e ilustrar as manifestações gráficas existentes. Dessa forma, foi necessário sermos descritivos, sem prescindir de dados fundamentais que favorecem a informação e a compreensão dos elementos que compõem a análise iconográfica e arqueológica.

Por isso, dividimos este trabalho em três etapas: a primeira trata das gravuras dos sítios arqueológicos do Projeto Paranã, cujos dados utilizados são provenientes de pesquisas acadêmicas e/ou de contrato, além de arquivos disponibilizados para consulta pelo Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás; a segunda aborda as gravuras de alguns sítios dos Projetos Alto Tocantins e Alto Araguaia, do Programa Arqueológico de Goiás, cujos dados são provenientes da literatura arqueológica, de trabalhos acadêmicos e do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, disponível no site do Iphan; e, por último, apresenta-se o resumo da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso de Pereira (2022) sobre os petróglifos[92] de Mara Rosa.

4 PROJETO ALTO TOCANTINS E ALTO ARAGUAIA DO PROGRAMA ARQUEOLÓGICO DE GOIÁS

Projeto Alto Araguaia (1974–1981) — dividido em duas partes: Projeto Jussara e Projeto Caiapônia, este último executado entre 1979 e 1981.

O Projeto Alto Tocantins teve suas pesquisas desenvolvidas entre os anos de 1973 e 1982, abrangendo a bacia do alto rio Tocantins, localizada no norte de Goiás. Já o Projeto Jussara, vinculado ao Projeto Alto Araguaia, foi desenvolvido em 1974. Segundo Schmitz *et al.* (1979), foram identificados cinco sítios arqueológicos com gravuras rupestres: um localizado na bacia do rio das Almas, no município de Jaraguá (GO-NI-54); um na bacia do rio Claro, no município de Jaupaci (GO-JU-28); e três na bacia do rio Vermelho, nas proximidades do município de Jussara (GO-JU-10, GO-JU-11 e GO-JU-25).

92 Petróglifos é o nome dado as gravações feitas em rochas através de instrumentos líticos (rochas), onde as imagens executadas são denominadas de gravuras rupestres. Diferente das pinturas rupestres (pictoglifos) que são imagens pintadas ou desenhadas nas rochas utilizando como base o pigmento, as gravuras utilizam de técnicas como a raspagem, picoteamento e incisões (abrasões).

A pesquisa classificou três unidades estilísticas distintas: a primeira, formada pelo sítio de Jaraguá, onde estão representadas figuras antropomorfas estilizadas sobre um paredão rochoso vertical (FIGURA 1); a segunda, formada pelo sítio de Jaupaci, na qual as figuras predominantes são abstratas, geométricas ou representações esquematizadas de antropomorfos, pintadas em bloco levemente vertical (FIGURA 2); e a terceira unidade, composta por três sítios de Jussara (FIGURAS 3 a 6), onde estão representadas figuras eventualmente naturalistas zoomorfas, adjacentes a representações estilizadas e esquematizadas zoomorfas e fitomorfas, além de abstrações pontiformes, geométricas e livres (Schmitz; Moehlecke e Barbosa, 1979).

As gravuras rupestres do petróglifo de Jaraguá (GO-NI-54) estão paralelas à Serra de Jaraguá e foram gravadas em um bloco rochoso de arenito, levemente inclinado em posição vertical. O painel apresenta formas gráficas com características peculiares de antropomorfos (figuras humanas) em perspectiva frontal, aproximadamente simétricas e sem movimento, com cabeças ovais ou circulares que exibem cúpulas que eventualmente sugerem olhos e boca. Em algumas delas, predominam traços retilíneos paralelos ao redor das cabeças, possivelmente indicando adornos, como cocares. As figuras geralmente apresentam traços paralelos que constituem braços e pernas abertos.

Figura 1 – Sítio petróglifos de Jaraguá (GO-NI-54)

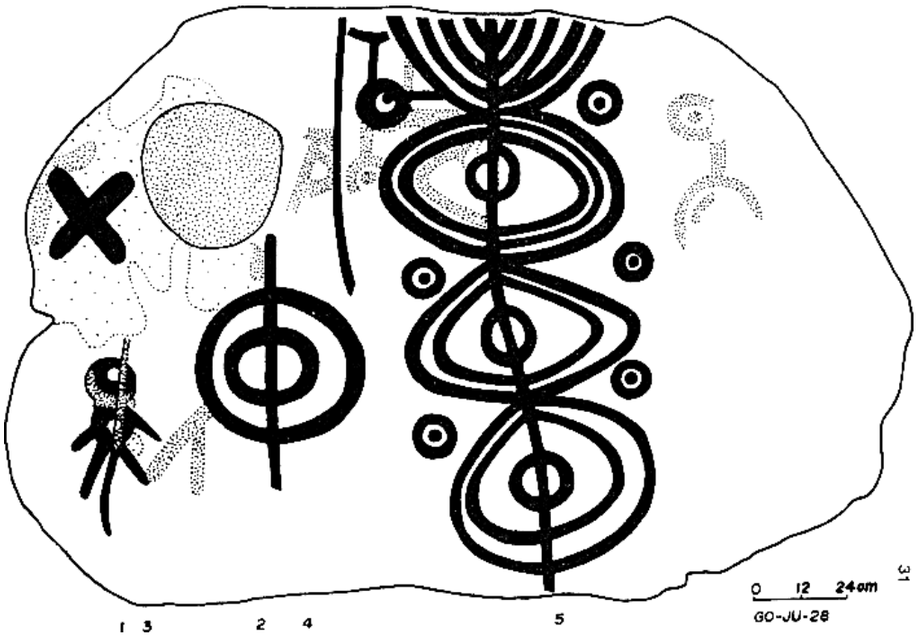


Fonte: Schmitz; Moehlecke e Barbosa (1979).

As gravuras rupestres do sítio de Jaupaci (GO-JU-28) localizam-se às margens do rio Claro, afluente do rio Araguaia, no município de Jaupaci. Os petróglifos estão representados em uma rocha granítica que, no período de seca, fica aproximadamente 2,70 m acima do nível do rio; já no período de chuva, quando as águas sobem até 3,70 m acima desse nível, as inscrições ficam quase completamente submersas (Schmitz; Moehlecke e Barbosa, 1979).

As formas gráficas sugerem que os grupos utilizaram a técnica de raspagem, formando inscrições em linhas retas ou levemente sinuosas, além de círculos e/ou elipses que compõem, geralmente, motivos abstratos geométricos, raramente representações esquematizadas antropomorfas (Schmitz; Moehlecke e Barbosa, 1979).

Figura 2 – Sítio Petróglifos de Jaupaci (GO-JU-28)

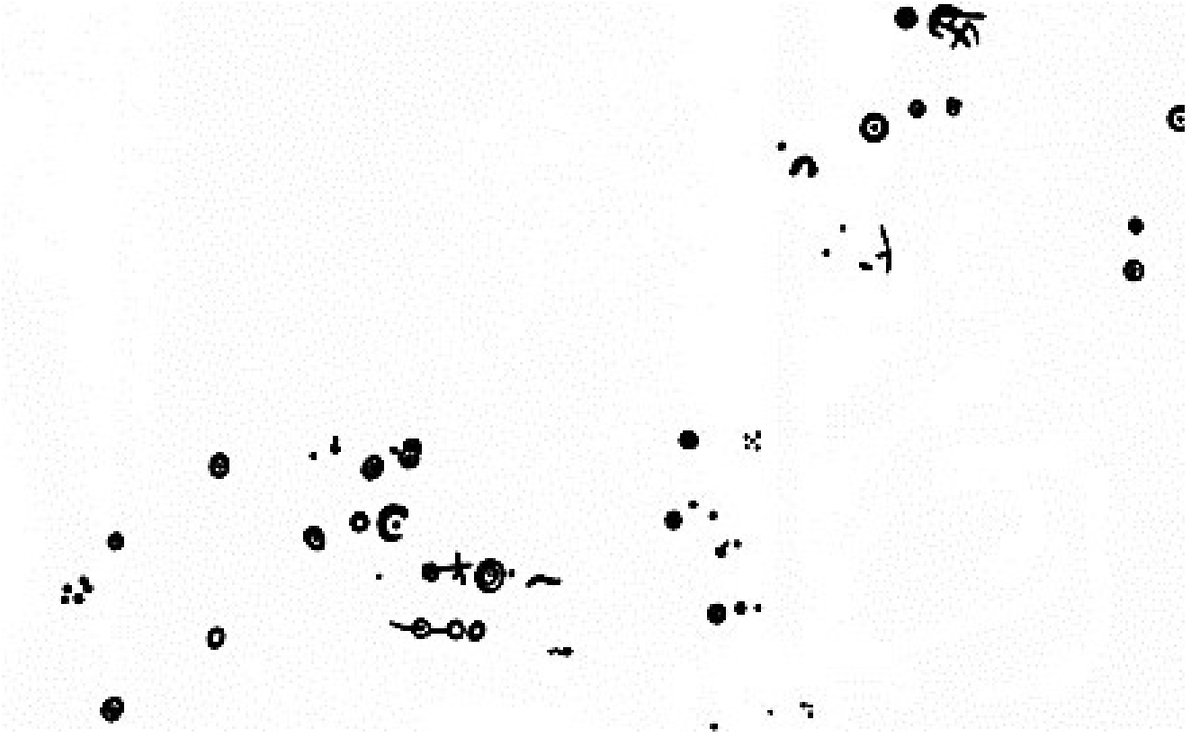


Fonte: Schmitz; Moehlecke e Barbosa (1979).

Os petróglifos de Jussara, conforme relatado inicialmente, compõem três sítios identificados e registrados na bacia do rio Vermelho, próximos ao divisor de águas do rio Claro.

O sítio GO-JU-10 localiza-se às margens do córrego Molha-Biscoito, no município de Itapirapuã. As gravuras rupestres estão presentes em afloramentos rochosos de granito, raramente em blocos pouco elevados, com aproximadamente 1 m acima da superfície, predominando lajedos de 20 x 60 m de extensão na superfície. Devido a essa geomorfologia, durante o período de inundações, a maior parte do lajedo fica submersa (Schmitz *et al.*, 1984). A imagem abaixo mostra o registro gráfico de apenas um compartimento das inscrições rupestres do sítio GO-JU-10.

Figura 3 – Sítio Petróglifos de Jussara (GO-JU-10)



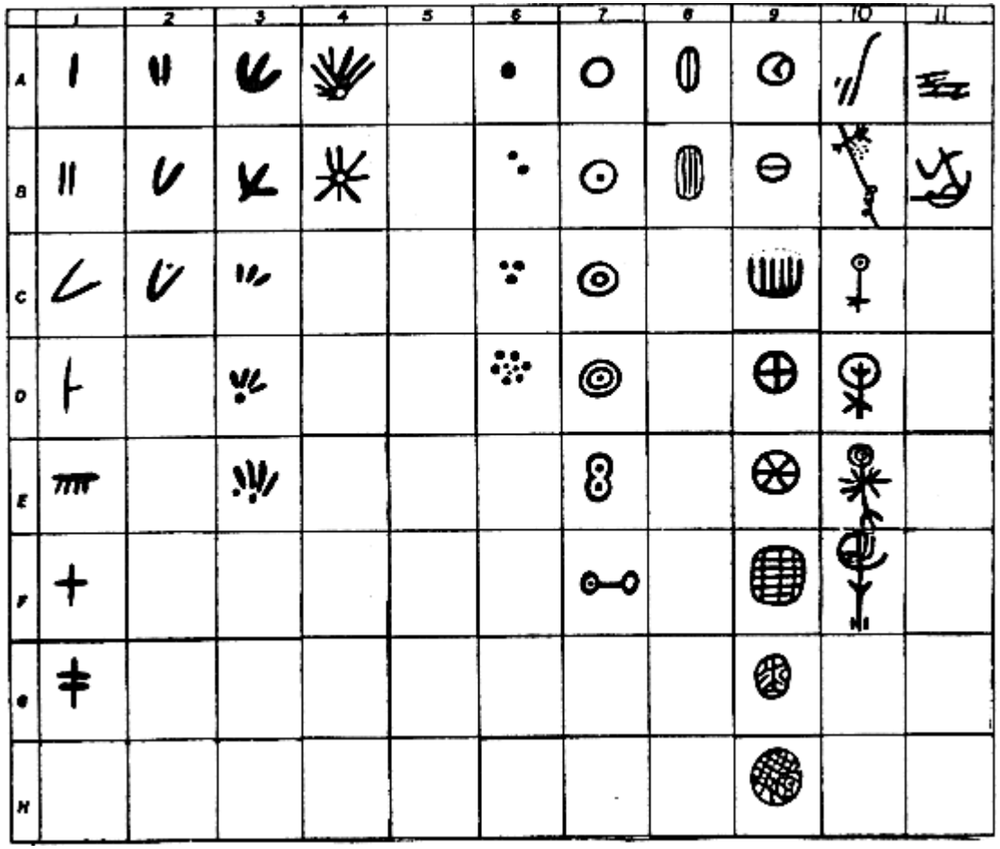
Fonte: Schmitz; Moehlecke e Barbosa (1979).

As figuras foram produzidas por meio da técnica de raspagem; em alguns casos, devido às características das superfícies rochosas, os grupos ajustaram ou regularizaram essas superfícies para a elaboração dos gravados. As formas gráficas estão organizadas em agrupamentos, nos quais predominam círculos com cúpulas centrais e formas cupulares, além de traços levemente sinuosos que, em alguns casos, interligam esses círculos (Schmitz; Moehlecke e Barbosa, 1979).

O quadro abaixo ilustra os motivos rupestres do sítio mencionado. Observa-se que, nas colunas de "1" a "4", predominam traços retilíneos formando figuras de tridígitos, traços paralelos, em "V" e em "X" (cruciformes). Também estão presentes círculos circundados por traços retilíneos, configurando figuras soliformes.

Nas colunas de "6" a "11", destacam-se motivos punctiformes (cúpulas), tanto isolados quanto agrupados, além de traços que formam círculos simétricos ou ovais. Em alguns casos, esses traços retilíneos sugerem a presença de figuras antropomorfas.

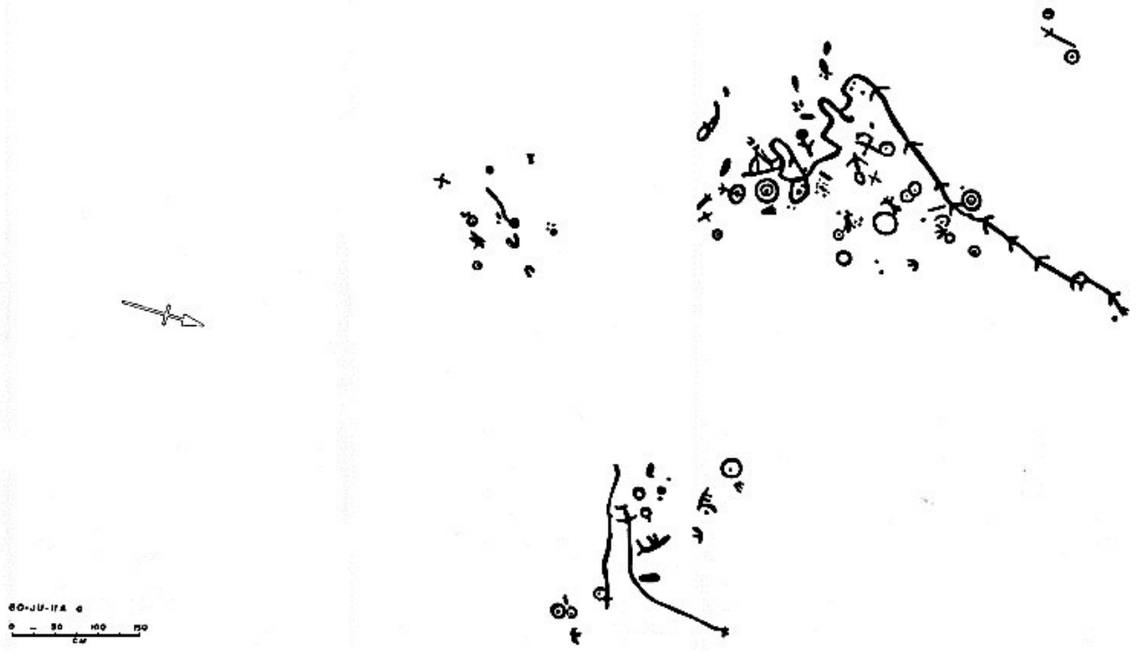
Figura 4 – Tabela de motivos rupestres do sítio GO-JU-10



Fonte: Schmitz, Moehlecke e Barbosa (1979).

O sítio no lajedo de Santa Fé, designado GO-JU-11 (FIGURA 5), segundo Schmitz; Moehlecke e Barbosa (1979), apresenta inscrições rupestres em um afloramento rochoso de limonita, com extensão de algumas centenas de metros. As gravuras estão distribuídas em dois grupos: GO-JU--11A, que compreende um compartimento pequeno, e GO-JU-11B, localizado em uma área de aproximadamente 200 metros, onde as figuras são maiores e estão dispersas em locais próximos à Lagoa do Lajedo. A técnica empregada na produção das gravuras foi a raspagem. A imagem a seguir mostra o registro gráfico da unidade GO-JU-11A, onde predominam traços sinuosos intercalados com figuras de cúpulas, cruciformes e formas geométricas abstratas.

Figura 5 – Sítio Petróglifos de Jussara (GO-JU-11)

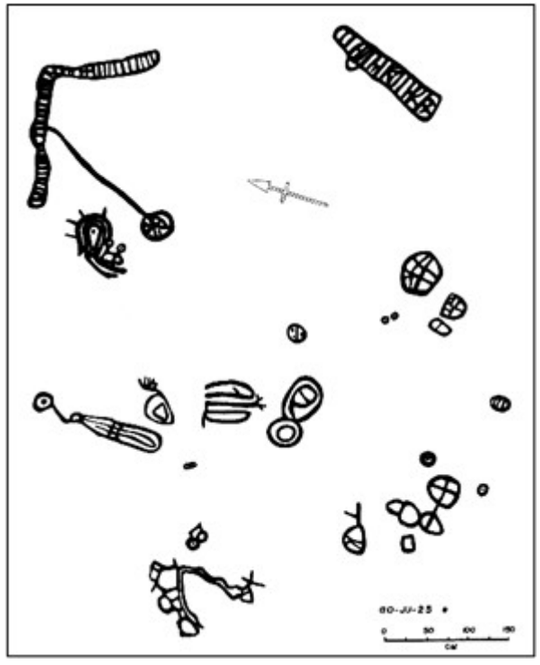


Fonte: Schmitz; Moehlecke e Barbosa (1979).

Conforme observado e de acordo com a tabela de motivos rupestres apresentadas na obra de Schmitz; Moehlecke e Barbosa (1979), o lajedo exibe formas gráficas compostas por traços paralelos, agrupamentos de figuras punctiformes e gravações que sugerem pegadas. Além disso, destacam-se formas circulares com cúpulas centrais ou círculos concêntricos, algumas vezes apresentando traços paralelos em seu interior. Complementam o conjunto figuras antropomorfas estilizadas e abstratas.

O outro sítio identificado no município de Jussara é o GO-JU-25 (FIGURA 6), localizado às margens do córrego Pintura. As gravuras rupestres encontram-se em um lajedo de limonita com aproximadamente 200 metros de extensão por 50 metros de largura.

Figura 6 – Sítio Petróglifos de Jussara (GO-JU-25)



Fonte: Schmitz; Moehlecke e Barbosa (1979).

É possível observar que cada conjunto de composições gráficas do sítio GO-JU-25 apresenta características distintas. De forma recorrente, destacam-se círculos concêntricos acompanhados de traços cruciformes e/ou paralelos convergentes. Também são visíveis traços longos que se convergem, contendo em seu interior linhas paralelas. Outras figuras apresentam formas abstratas, sem associação clara com elementos do mundo sensível.

As representações rupestres do sítio GO-JU-25, além das composições gráficas já mencionadas, apresentam grafismos fitomorfos (representações de plantas), pegadas humanas e figuras punctiformes. Entretanto, essas classificações constituem apenas tentativas de compreensão das morfologias, estabelecidas em diálogo com os elementos interpretativos do(a) pesquisador(a).

4.1 Subprograma Centro-Sul de Goiás: Projeto Paranaíba (1975-1982)

O Projeto Paranaíba foi desenvolvido entre 1975 e 1982, embora os trabalhos em campo tenham continuado a ser revisitados até 1999. Inicialmente, o projeto consistiu no levantamento dos sítios arqueológicos ao longo dos rios Claro, Verdinho e Corrente. Contudo, durante o decorrer das investi-

gações, os pesquisadores decidiram concentrar esforços na região do médio rio Verdinho, onde está localizado o município de Serranópolis, devido à ameaça de perda de informações ocasionada pela deterioração do material superficial encontrado nessa área (Schmitz *et al.*, 1989; 2004). "Durante a realização deste projeto, os pesquisadores identificaram cerca de quarenta sítios arqueológicos" (Oliveira, 2016, p. 17). De acordo com os dados do CNSA/Iphan, os sítios arqueológicos que apresentam gravuras rupestres em Serranópolis são: GO-JA-01/02 (A e B), 03, 04 (04A), 05, 09, 10, 12, 13, 14, 15, 24 e 27.

Apesar de não obter datação direta para os grafismos rupestres em Goiás, em Serranópolis, segundo Schmitz *et al.* (1984), durante as pesquisas surgiram nas camadas estratigráficas, datada em torno de 10.500 anos, pigmentos nas cores vermelha, preto e branco sob alguns instrumentos líticos, indicando que essas poderiam estar relacionadas com as pinturas do sítio GO-JA-01.

4.2 Projeto Alto Araguaia: Projeto Caiapônia (1979-1981)

O Projeto Caiapônia (1979–1981), subdividido a partir do Projeto Alto Araguaia, consistiu em um levantamento intensivo dos sítios com "arte rupestre" na bacia do rio Caiapó (sudoeste de Goiás), documentando-os por meio de decalques e fotografias. A equipe, formada sob a coordenação de Schmitz[93] por meio dos vestígios identificados nos sítios, coletas superficiais e escavações, procurou caracterizar os eventos e as tecnologias culturais. Além disso, buscou, por meio de datações por carbono-14, aferir a cronologia das ocupações. O resultado dos grafismos rupestres mostrou que as pinturas formavam um conjunto estilístico próprio, denominado estilo Caiapônia, enquanto as gravuras permaneceram sem nome (Barberi, 1984; Schmitz *et al.*, 1986).

Sobre os estudos dos grafismos rupestres em Caiapônia: "A arte rupestre foi olhada sob três pontos de vista: o primeiro foi a sua documentação e perpetuação; o segundo a sua descrição sumária como complexo estilístico; o terceiro, a sua disposição e função nos abrigos" (Schmitz *et al.*, 1986, p. 12). O relatório final do Projeto Caiapônia, produzido em 1986, registrou 42 sítios arqueológicos nas duas principais áreas prospectadas: Córrego do Ouro e Torres do Rio Bonito. À época, foram identificados 33 sítios com pinturas rupestres e três com gravações. Na área do Córrego do Ouro, registraram-se 17 sítios com pinturas, sendo dois deles também com gravações — inclusive com gravuras preenchidas por pigmento. Já em Torres do Rio Bonito, foram identificados 16 sítios com pinturas, dos quais um também apresentava gravuras rupestres (Schmitz *et al.*, 1997).

Vale lembrar que, atualmente, a região de Palestina de Goiás carece de estudos arqueológicos, sobretudo no que se refere aos grafismos rupestres, em especial na área de Torres do Rio Bonito. Os esforços de Viana (2007), com destaque para a participação e contribuição de pesquisas científicas realizadas por discentes do curso de graduação em Arqueologia e da pós-graduação em História da PUC-Goiás, têm contribuído para a obtenção de dados importantes sobre o mosaico da ocupação humana antiga do Planalto Central e a história profunda de Goiás. Ainda assim, há muito a ser explorado e descoberto. Recentemente, novos dados sobre a ocupação humana dessa região foram registrados, com datações que alcançam 10.000 AP (Viana, 2023).

93 A equipe que participou do Projeto Alto-Araguaia foi composta pelos (as) pesquisadores (as) Maira Barberi Ribeiro, Altair Sales Barbosa, Mariza de Oliveira Barbosa e Avelino Fernandes de Miranda.

Entre as pesquisas recentes sobre os grafismos rupestres em Palestina de Goiás, destacam-se os estudos realizados entre os anos de 2018 e 2023 pela arqueóloga Grazieli Procópio, na região de Torres do Rio Bonito. Inicialmente, foram analisadas as pinturas do sítio GO-CP-33 (Abrigo do Índio), com foco na compreensão da distribuição e da visibilidade das figuras no local. Posteriormente, os estudos foram ampliados na região, abrangendo quatro sítios (GO-CP-29, GO-CP-33, GO-CP-34, GO-CP-37A, B e C), os quais foram investigados sob as perspectivas da memória coletiva, da paisagem e do patrimônio cultural.

Em 2018, arqueólogos(as) e outros pesquisadores, sob a coordenação do professor Alfredo Palau Peña (in memoriam), realizaram um levantamento em Palestina de Goiás com o objetivo de atualizar os dados referentes aos sítios arqueológicos previamente identificados pelas pesquisas pioneiras. Nesse trabalho, "foram registrados 07 novos sítios arqueológicos, dentre eles, 03 apresentam figuras rupestres e 12 novos lugares com pinturas" (Binant *et al.*, 2018, p. 223). Entre os sítios rupestres identificados, um se destacou pela quantidade e variedade de pinturas e gravuras rupestres. Localizado na região de Torres do Rio Bonito, o sítio é composto por altos paredões verticais e apresenta gravações com sulcos paralelos em forma de "V", os quais receberam da equipe o nome de "vulva", por se assemelharem ao símbolo feminino reconhecido em outros estilos gráficos presentes em diferentes regiões do Brasil. Apesar de sua identificação, o sítio ainda não foi objeto de pesquisas arqueológicas mais aprofundadas.

Sobre a necessidade de realizar novas pesquisas e atualizações na região, não se pretende, neste trabalho, instituir um novo programa de estudo voltado à arte rupestre local. O objetivo é, antes, reunir esforços para a formatação e a atualização de um banco de dados que integre informações já existentes com dados obtidos em pesquisas de campo mais recentes — estratégia que tem permitido avaliar o estado atual de conservação dos sítios e dar continuidade ao processo investigativo (Binant *et al.*, 2018).

A escassez de fomento para a realização de novos estudos e revisitas tem contribuído não apenas para a perda de informações arqueológicas já registradas, mas também para a diminuição das possibilidades de preservação de sítios ainda não identificados. Tal cenário é especialmente preocupante diante do alto potencial da região para a presença de vestígios de ocupações humanas pretéritas, como demonstram as investigações científicas mais recentes em Palestina de Goiás.

4.3 As gravuras do Projeto Caiapônia

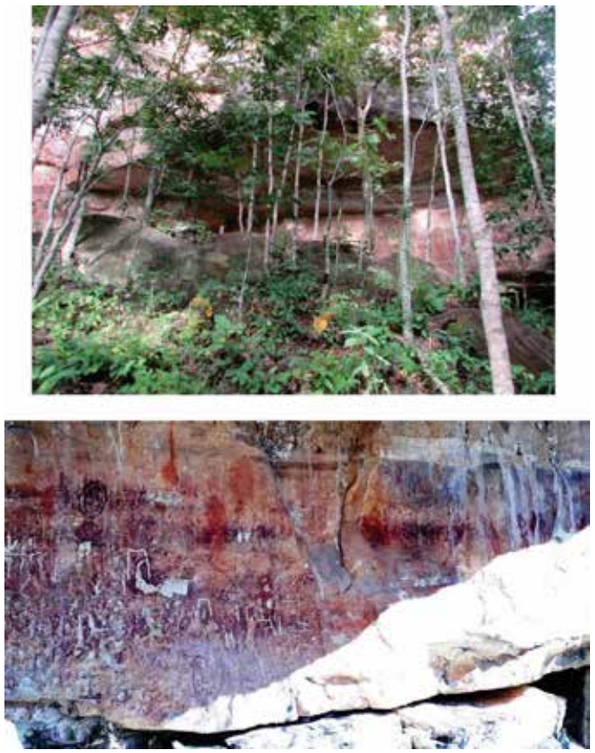
Como apresentado anteriormente, os sítios com presença de gravuras rupestres identificados na região de Palestina de Goiás ainda são poucos. As únicas fontes com informações consistentes utilizadas neste trabalho são provenientes do relatório de 1986 e das pranchas de decalques publicadas na obra de Schmitz *et al.* (1986). Apesar de recentes levantamentos terem identificado novas gravuras, serão apresentados aqui dois sítios que fornecem dados mais robustos para esta proposta: o abrigo Buriti Feio (GO-CP-04), localizado na área do Córrego do Ouro, e o sítio GO-CP-30, em Torres do Rio Bonito. Além das fontes pioneiras, outros elementos observados por nós durante visitas realizadas ao longo dos anos — especialmente no abrigo GO-CP-04 — também poderão contribuir para a análise dos aspectos gráficos.

4.4 Abrigo Buriti Feio – GO-CP-04

O sítio Buriti Feio possui uma extensão aproximada de 40 metros, e quase todo o paredão vertical encontra-se ocupado por pinturas e gravuras, especialmente na área abrigável (FIGURA 7). Durante os trabalhos de escavação realizados na década de 1970, foi identificada uma grande quantidade de vestígios de ocupação humana, entre os quais fragmentos cerâmicos, artefatos líticos, sementes, frutos, restos alimentares e estruturas de fogueiras (Schmitz *et al.*, 1986). Na parte oposta à área abrigável do sítio, foi encontrado um sepultamento humano, com um enterramento primário completo em cova rasa. Também foram identificados dois pilões esculpidos na própria rocha, além de diversos "quebra-cocos".

As gravuras, em sua totalidade, apresentam formas geométricas — como círculos, figuras cruciformes, curvas sinuosas e traços retilíneos em forma de "I" —, e a técnica de execução empregada foi a abrasão com instrumento lítico, formando sulcos rasos e cúpulas. De acordo com a análise, as gravuras parecem ser mais recentes do que as pinturas, uma vez que estão sobrepostas ao painel pintado, sendo que algumas apresentam preenchimento parcial com pigmento em tom vermelho (FIGURA 8).

Figura 7 – Sítio Buriti Feio (GO-CP-04) parte abrigável (acima) e parte do paredão pintado e gravado (abaixo)



Fonte: Procópio (2019).

Figura 8 – Gravuras preenchidas com pigmento vermelho no abrigo Buriti Feio (GO-CP-04)



Fonte: Procópio (2019).

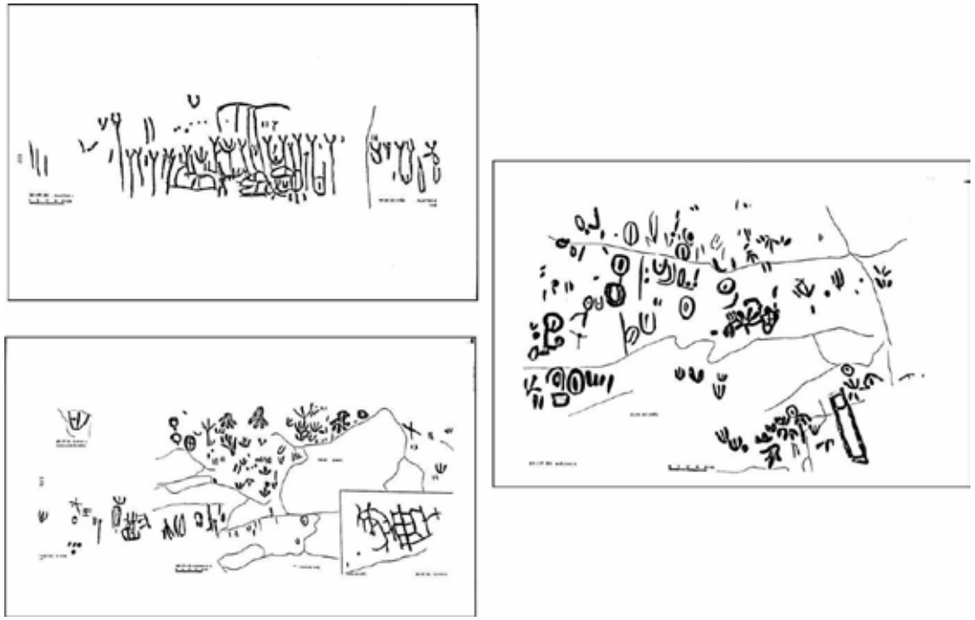
Conforme se observa na figura 7, o painel indica uma densa ocupação de grafismos rupestres ao longo de diferentes períodos. Nota-se, ainda, que algumas inscrições — sobretudo as localizadas na parte superior do painel, de maior dimensão e tonalidade mais clara — parecem corresponder a gravações rupestres mais recentes.

4.5 Abrigo GO-CP-30

Na descrição do relatório (Schmitz *et al.*, 1986, p. 17), as gravuras deste sítio "encontram-se ora pintados de preto ou vermelho, ora sem pintura, e são geralmente mais recentes que as pinturas, pois estão sob os descamamentos destas". Nesse sítio foram realizados dois cortes estratigráficos onde foram identificados materiais arqueológicos como cerâmica, lítico, carvão e carapaças de moluscos, indicando que esse abrigo foi ocupado para diferentes atividades humanas.

Nas imagens a seguir, observam-se as pranchas elaboradas a partir dos decalques usados pela equipe em 1980 para a transcrição das figuras.

Figura 9 – Pranchas das gravuras do sítio GO-CP-30 em Torres do Rio Bonito



Fonte: Schmitz *et al.* (1986), adaptação de Procópio (2023).

Os motivos gráficos são variados, incluindo pegadas humanas, figuras geométricas e traços retilíneos. Destacam-se os tridígitos e alguns semicírculos com um traço retilíneo central (painel à direita). Esse é o mesmo símbolo identificado em 2018, denominado "vulva".

5 PROJETO BACIA DO PARANÃ DESENVOLVIDA PELOS PESQUISADORES DO MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UFG

As pesquisas pioneiras foram realizadas por pesquisadores do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, sob a coordenação de Alfredo Mendonça de Souza *et al.*, (1979; 1982), que identificaram e estudaram petróglifos do médio rio Paranã e da Chapada dos Veadeiros.

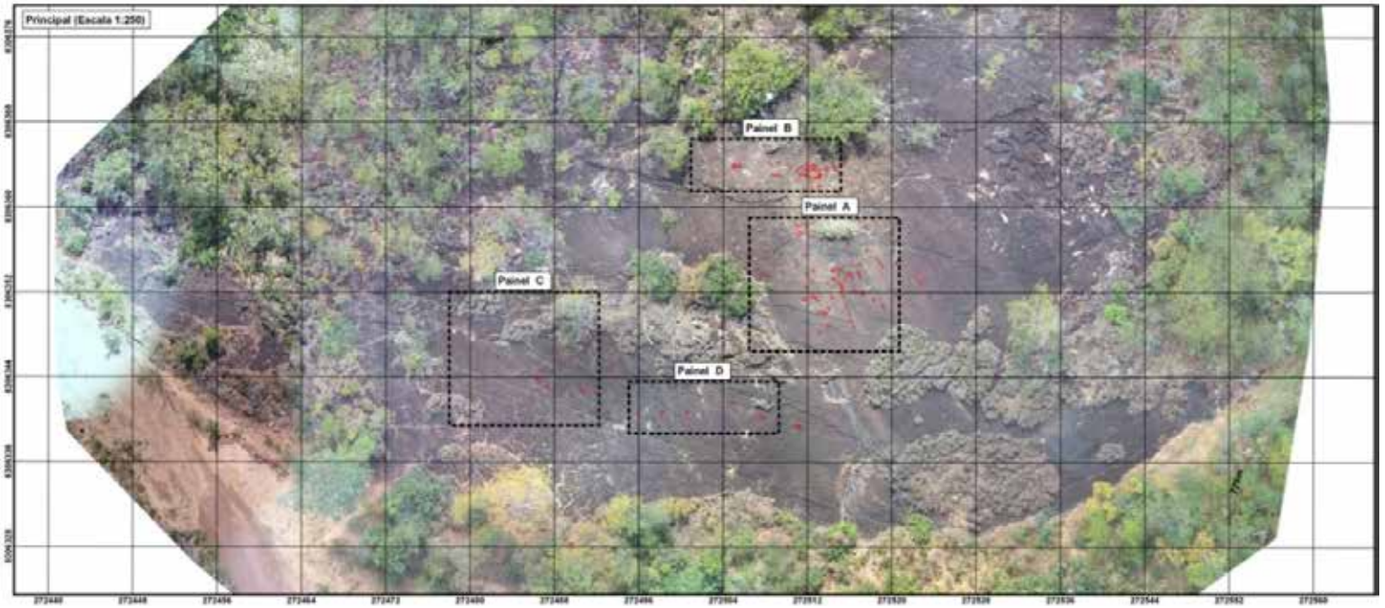
O sítio do Bisnau (GO-PA-01), localizado no município de Formosa, compõe um lajedo de arenito com aproximadamente 3.500 m². Foi identificado inicialmente pela pesquisadora Iluska Simonsen em 1974, durante prospecções arqueológicas, e posteriormente integrado ao Projeto Bacia do Paranã. Na época, o sítio já havia sido vandalizado com tinta sobre as gravuras, o que dificultou o registro dos motivos gráficos (Souza *et al.* 1979; 1982).

Segundo Penã, Soares e Magalhães (2017), as gravuras rupestres do sítio do Bisnau são conhecidas na região e apresentam diversas formas geometrizadas. Os grafismos representados no lajedo possuem formas semelhantes a outros estilos gráficos de sítios arqueológicos no Brasil, aspecto que indica a necessidade de pesquisas mais detalhadas para a compreensão desses elementos (Almeida, 2015).

Em 2019, o pesquisador em arqueoastronomia Gustavo Villa Fernandes desenvolveu uma pesquisa detalhada sobre um dos agrupamentos rupestres do lajedo, a partir de uma perspectiva arqueoastronômica respaldada nos saberes dos povos originários. De acordo com Fernandes (2019), as gravuras do sítio do Bisnau, compostas por motivos geométricos e astronômicos, estariam alinhadas com astros celestes.

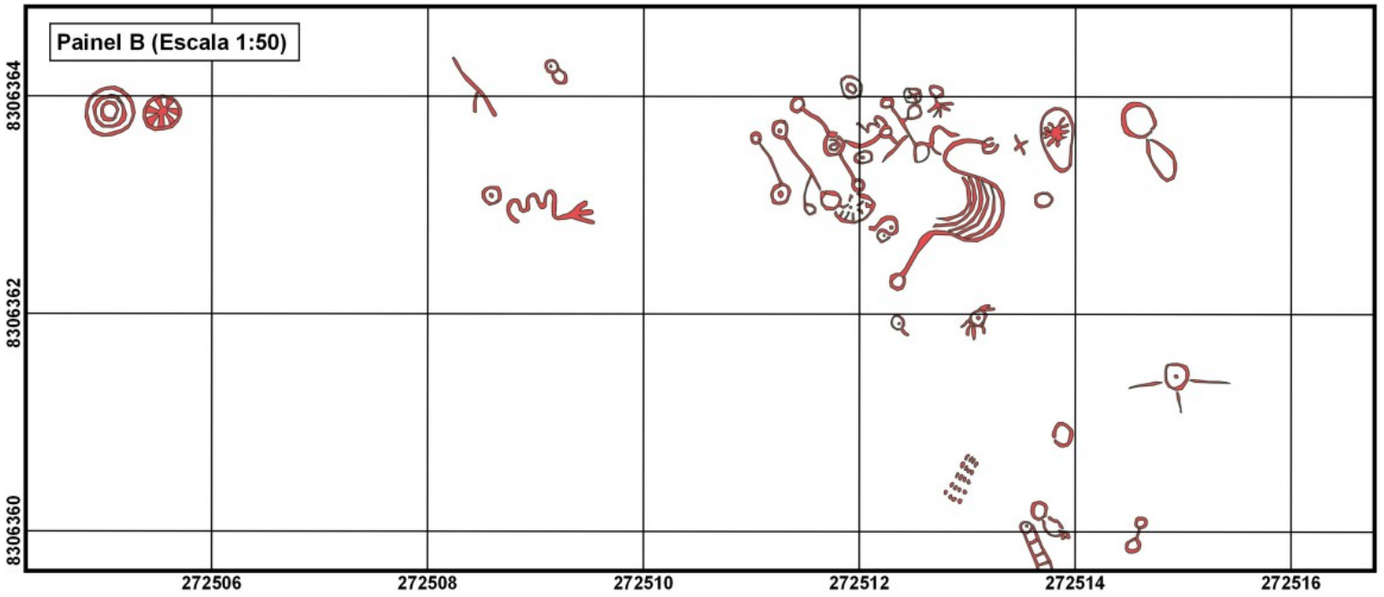
Os mapas, a seguir, foram realizados pelo pesquisador Paulo Cunha (2018) durante sua pesquisa de dissertação de mestrado, evidenciando as formas gráficas do sítio do Bisnau, além de considerar as posições geográficas das figuras com os conhecimentos astronômicos dos povos originários.

Figura 10 – Vista geral do lajedo do Bisnau (GO-PA-01)



Fonte: Cunha (2018).

Figura 11 – Vista do painel B do sítio do Bisnau GO-PA-01



Fonte: Cunha (2018).

A figura 11, no painel B, destaca uma das maiores concentrações de gravuras com motivos astronômicos, conforme sugerem os estudos de Cunha (2018) e Fernandes (2019).

Os petróglifos do Ribeirão dos Bois (GO-PA-03), localizados no município de Cavalcante, estão representados em um lajedo de arenito com 4.707 m². A técnica utilizada sugere picoteamento seguido de polimento. As gravuras apresentam motivos geométricos e abstratos, com predomínio de formas circulares com traços paralelos e concêntricos (Souza *et al.*, 1979; 1982).

Figura 12 – Sítio Petróglifos do Ribeirão dos Bois (GO-PA-03)



Fonte: Acervo do Museu Antropológico da UFG, adaptação de Pereira (2023).

O Sítio Petróglifos do Córrego Doce (GO-PA-04) está situado no município de Cavalcante, na região leste-sudeste do Rio dos Bois. Localizado nas nascentes do Córrego Doce, apresenta gravuras executadas em um lajedo de arenito. A técnica empregada sugere o uso de polimento. Os motivos são abstratos, com predomínio de figuras geométricas, e a maior parte das representações concentra-se em uma área de 8 m² (Souza *et al.*, 1979; 1982).

Figura 13 – Sítio Petróglifos do Córrego Doce (GO-PA-04)

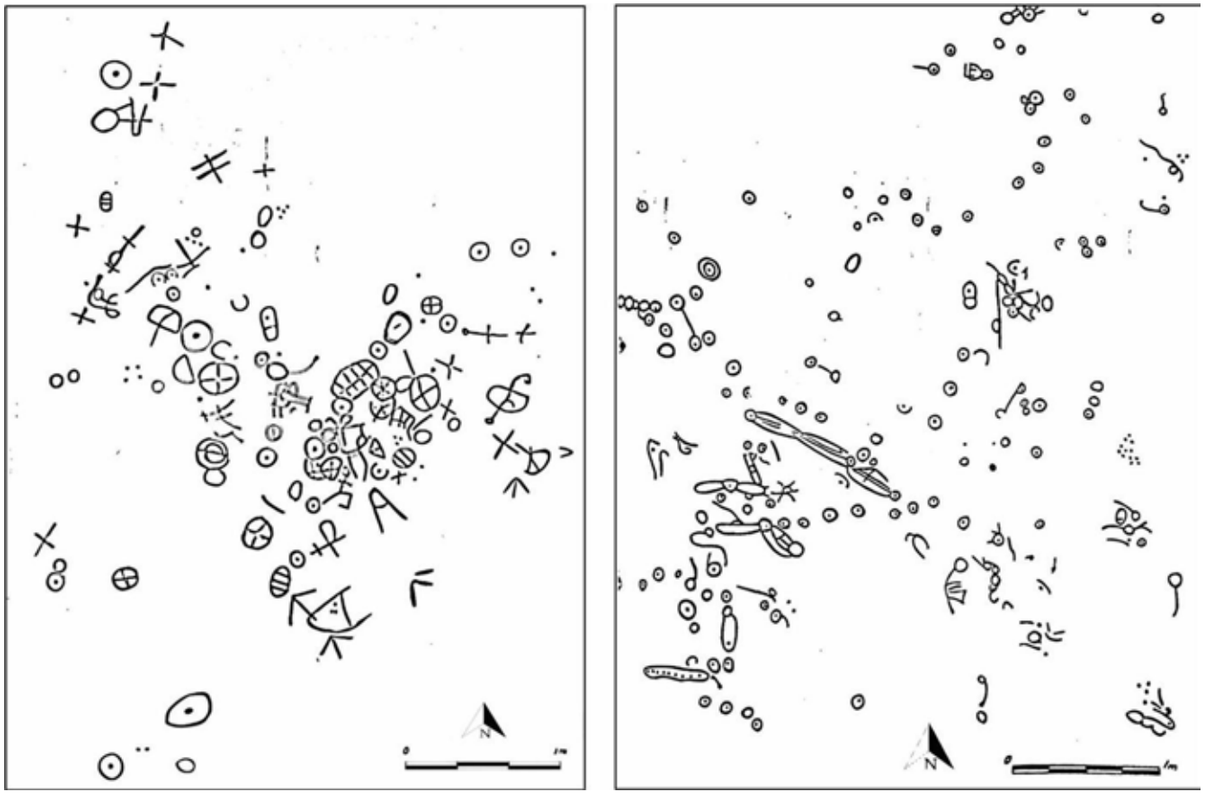


Fonte: Acervo do Museu Antropológico da UFG, adaptação de Pereira (2023).

O Sítio Cachoeira do Paranã (GO-PA-05) localizado no município de Cavalcante compõe um lajedo rochoso com representações rupestres de motivos geométricos, círculos isolados, círculos com cúpulas no centro, círculos com traços paralelos e cruciformes. Observe no registro gráfico que há uma predominância de traços cruciformes e curvilíneos isolados (Souza *et al.*, 1979, 1982).

Os petróglifos do Rio Sucuri (GO-PA-06) estão localizados no município de Monte Alegre, em um pequeno riacho na confluência com o Rio Sucuri, em uma área plana com afloramentos rochosos de arenito. A área rochosa mede 432 m², e as representações rupestres concentram-se em apenas 72 m², na parte mais alta do lajedo. O sítio foi registrado inicialmente por Mills (1975), recebendo a designação popular de Pedra de Nossa Senhora, em razão de uma lenda atribuída pela população local. O registro gráfico evidencia uma predominância de grafismos circulares, círculos concêntricos e figuras com cúpulas no centro.

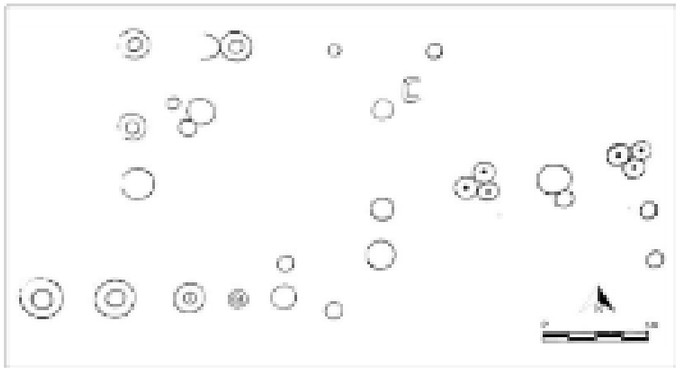
Figura 14 – Sítios Cachoeira do Paranã (GO-PA-05) à esquerda e petróglifos do rio Sucuri (GO-PA-06) à direita



Fonte: Acervo do Museu Antropológico da UFG, adaptação de Pereira (2023).

As gravuras rupestres do Córrego Pedra Escrita (não localizamos a designação oficial) foram documentadas inicialmente em 1930 pelo historiador Lysias Augusto Rodrigues, durante uma expedição comandada pelo governo com o objetivo de abrir aeroportos entre o Rio de Janeiro e Manaus, especialmente na região do Planalto Central. Essa expedição culminou na publicação do livro Roteiro Tocantins (1943), no qual Rodrigues identificou e registrou sítios arqueológicos, entre eles os petróglifos da Pedra Riscada, situados no córrego de mesmo nome, afluente do Rio Tocantins (Souza *et al.*, 1979, 1982).

Figura 15 – Sítio Petróglifos do Córrego Pedra Escrita



Fonte: Acervo do Museu Antropológico da UFG, adaptação de Pereira (2023).

As gravuras estão representadas em um lajedo rochoso levemente inclinado, no qual se evidenciam símbolos geométricos, círculos com cúpulas no centro, círculos concêntricos e isolados.

As gravuras curvilíneas, ao que tudo indica, foram executadas com a técnica de polimento; no entanto, é necessária uma análise mais detalhada *in loco*.

6 SÍTIO ARQUEOLÓGICO PETRÓGLIFOS DE MARA ROSA: PESQUISAS PRECURSORAS

O sítio Petróglifos de Mara Rosa (GO-NI-09) foi inicialmente denominado "Sítio Arqueológico da Fazenda Lajes", onde foram registrados quatro suportes rochosos, sendo três com gravuras, conforme fotografias feitas pelos pesquisadores Acary de Passos Oliveira e Vivaldo Vieira da Silva em 1971 (Iphan, 2010).

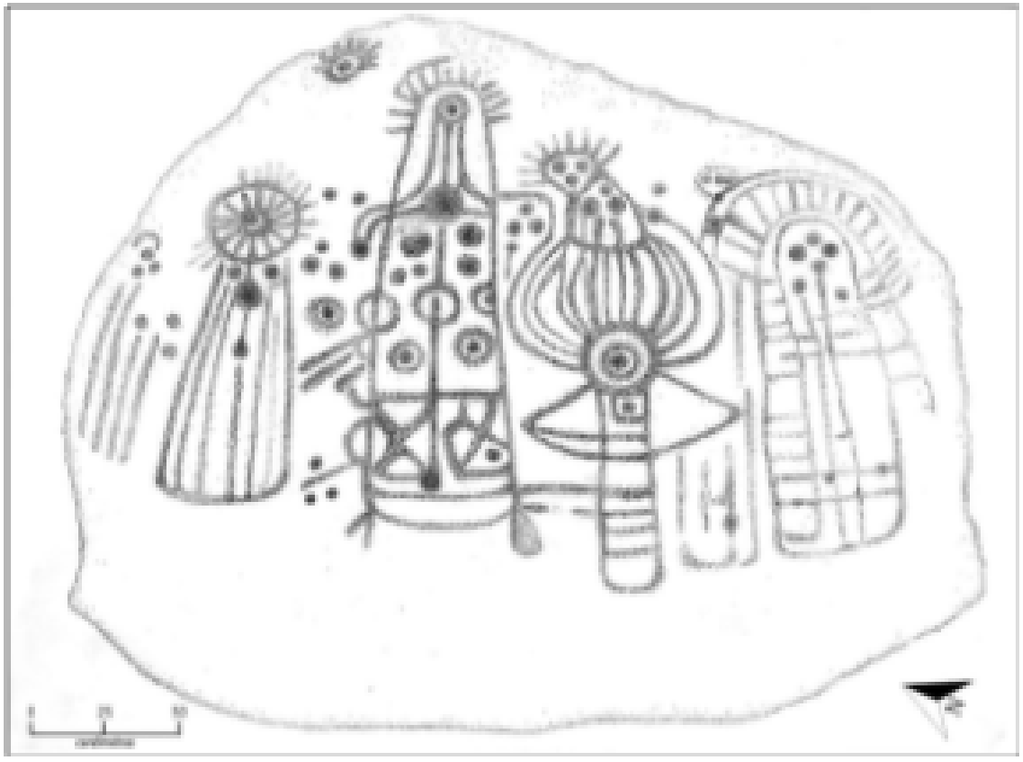
Em 1974, a arqueóloga e professora doutora Maria Conceição Morais Coutinho Beltrão, do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), visitou a região e documentou os sítios arqueológicos. Posteriormente, a doutora Margarida Davina Andreatta, arqueóloga da Universidade de São Paulo (USP) e coordenadora científica do "Projeto Anhanguera", desenvolvido em parceria com o Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, alterou o nome para sítio Petróglifos de Mara Rosa (Pardi, 1999).

Em 2013, o arqueólogo Alfredo Palau Peña e a equipe da EcoArqueologia Brasil realizaram um levantamento específico no entorno dos petróglifos, com o objetivo de identificar outras estruturas não cadastradas no CNSA do Iphan. Essa prospecção visual possibilitou a identificação de mais sete petróglifos, totalizando dez suportes com gravuras (Peña *et al.*, 2017).

No entanto, somente em 2022, o estudante Marciel M. de A. Pereira, do curso de graduação em Arqueologia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, realizou a primeira documentação dos suportes rochosos com gravuras rupestres de Mara Rosa, tendo como objetivos, entre outros, o levantamento de dados primários e a análise da distribuição dos registros rupestres na paisagem. Ao documentar os suportes, foram identificadas cinco novas rochas com gravuras rupestres, totalizando, até o momento, quinze petróglifos (Pereira, 2022).

Considerando as restrições de espaço para uma exposição ampliada sobre os petróglifos de Mara Rosa, é significativo destacar o Petróglifo-01, que constitui o elemento principal do sítio arqueológico, pois esse painel apresenta o maior número de gravuras rupestres emblemáticas, tornando-o peculiar em relação aos demais suportes rochosos.

Figura 16 – Registro gráfico do petróglifo-01 (GO-NI-09)



Fonte: Pereira (2022).

Na imagem obtida em campo (FIGURA 16), destacam-se quatro gravuras cujos traços se convergem formando, eventualmente, uma representação da constituição física humana e, no interior dessas, outras gravuras em formas de cúpulas e círculos. Ao redor dessas figuras, há uma sequência de cúpulas distribuídas e alinhadas no eixo norte-sul. A terceira figura antropomorfa apresenta um grafismo com formas semelhantes a uma cabeça humana ou máscara. Por fim, a última figura antropomorfa (da esquerda para a direita), na parte superior, exibe um círculo com três cúpulas em seu interior (Pereira, 2022).

É pertinente ressaltar que, em 1971, Acary de Passos Oliveira observou que, em termos regionais, essas gravuras diferem dos sítios arqueológicos identificados em outras partes do Brasil, apresentando formas gráficas semelhantes aos grafismos da região Norte do país, na fronteira com a Colômbia (Oliveira, 1971; Pardi, 1999).

7 CONCLUSÃO

Os sítios apresentados neste trabalho representam apenas uma parcela dos sítios com gravuras rupestres em Goiás até então identificados e registrados. Conforme observado, os poucos dados obtidos pelo levantamento revelam uma diversidade de elementos que compõem a análise dos registros gráficos, entre os quais se destacam as técnicas empregadas na execução das imagens, o tipo de suporte, as temáticas abordadas e o espaço ocupado por esses grafismos na paisagem.

Esses detalhes sugerem que os símbolos foram executados com um propósito específico, refletindo escolhas conscientes dos grupos responsáveis por sua criação, possivelmente relacionadas a atribuições e significados sob a ótica cultural de cada comunidade (Corteleti; Deblais, 2018). Isso é corroborado por Pereira (2022), cuja pesquisa demonstra que muitas rochas foram selecionadas e/ou posicionadas intencionalmente voltadas para o oeste da paisagem, o que pode indicar uma relação com eventos astronômicos, especialmente considerando a aparente posição do sol na linha do horizonte durante as diferentes estações do ano.

É importante lembrar que toda interpretação atribuída a esses sítios e suas gravuras reflete a visão atual de mundo dos pesquisadores. A memória registrada pela imagem é reconfigurada no presente, sob o olhar de quem a observa (Didi-Huberman, 2021). Por isso, nós, pesquisadores(as), precisamos agir com cautela em nossas análises, evitando projetar nossa própria visão de mundo sobre os valores e realidades do passado dessas populações (Procópio, 2023).

Todavia, é válido lançar hipóteses e realizar análises em nossas pesquisas, já que não temos acesso direto aos significados originais. O mais importante é reconhecer que diferentes pessoas, de grupos diversos ou não, deixaram registrados suas histórias, crenças, memórias e formas de perceber o mundo. Cada uma dessas expressões foi eternizada nas rochas, e cabe a nós, pesquisadores(as), especialmente arqueólogos(as), preservá-las.

Diante do exposto, é importante ressaltar que a pesquisa arqueológica em Goiás, especialmente no que se refere aos estudos dos grafismos rupestres, necessita de atualização. Essa atualização só será possível mediante maior fomento às pesquisas científicas, com um novo levantamento do atual estado de conservação desses sítios, a descoberta de novos locais, bem como a implementação de projetos de longo prazo voltados à preservação do patrimônio arqueológico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, H. E. **Imaginário e experiência turística no sítio arqueológico Bisnau Formosa – Goiás**: praticando espaços e construindo lugares. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BERTRAN, P. **História da terra e do homem do Planalto Central**: eco-história do DF–do indígena ao colonizador. Brasília: Editora da UnB, 2011.

BINANT, P.; VIANA, S. A.; PENÃ, A. P. "Ver, Ser Vista e Deixar Ser Vista": aspectos das relações dialéticas entre as pinturas rupestres de Caiapônia. Amazônica – **Revista de Antropologia**, Belém, v. 10, n. 1, p. 212-233, 2018.

CORTELETTI, R.; DE BLASIS, P. Arqueologia Jê do Sul do Brasil: ambiente, sistema, poder e experiência na paisagem de Urubici, Santa Catarina. **Revista Memorare**, Tubarão, v. 5, n. 2, p. 132-164, maio/ago. 2018. DOI: 10.19177/memorare.v5e22018132-164. Disponível em: https://www.liveabout.com/what-is-doy-2483188. Acesso em: 06 mar 2023.

CUNHA, J. P. L. da. **Mapeamento cadastral de sítios arqueológicos com uso de dados remotamente adquiridos** – Um exemplo do mapeamento de petróglifos do sítio arqueológico do Bisnau. 2018. 169 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Geociências Aplicadas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

DIDI-HUBERMAN, G. **O que vemos, o que nos olha**. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2021.

FERNANDES, G. H. V. **Petroglifos de Bisnau e Lewis Canyon**: estudo comparativo do mapa estelar mais antigo da América. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Disponível em: https://pucpcaldas.academia.edu/GustavoVillaFernandes. Acesso em: 5 nov. 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Controle de Processos e Documentos – CPROD**. Nº 01458.000682/2010-25. Rio de Janeiro: Arquivo Central do Iphan, 2010.

ISNARDIS, A. Interações e paisagens nas paredes de pedra – Padrões de escolha de sítio e relações diacrônicas entre as Unidades Estilísticas de grafismos rupestres do vale do Peruaçu. *In:* **Arqueologia no vale do Peruaçu e adjacências – Minas Gerais – Tomo I**. Belo Horizonte: Arquivos do Museu de História Natural do Jardim Botânico – UFMG, 2009. v. 19, p. 319-368.

MARTINS, D. C. (org.); BRAGGIO, S. L. B.; BUCCI, R. L. F. **Carta Arqueológica**: Divisão Regional para Registro e Cadastramento de Sítios Arqueológicos do Estado de Goiás. Goiânia: UFG/MA/LabArq, 2009.

MELO, E. L. Carta Arqueológica de Goiás. *In:* **Anais do Instituto de Ciências Humanas e Letras**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Departamento de Antropologia e Sociologia, 1971. p. 645-658.

MOURA, M. C. O. de. (Coord.). **Índios de Goiás**: uma perspectiva Histórico-Cultural. Goiânia: Ed. da Universidade Católica de Goiás; Ed. Vieira; Ed. Kelps, 2006.

NOGUEIRA, R. A. S. **A construção do Patrimônio Arqueológico em Serranópolis, GO**. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013.

OLIVEIRA, A. P. **Relatório de viagem realizada nos dias 16 e 17 do corrente mês ao município de Mara Rosa (antigo Amaro Leite) com vistas à identificação de possíveis sítios de pesquisas arqueológicas**. Goiânia: Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás – MA/UFG, 1971.

PARDI, M. L. F. **Relatório de Viagem, Vistoria e Laudo Técnico Sobre a Denúncia de Destruição dos Petroglifos de Mara Rosa – Goiás**. [S. l.: s.n.]: Arquivos 14ª SR/IPHAN, 1999.

PEÑA, A. P.; MAMEDE, M. P. **Relatório do projeto levantamento prospectivo arqueológico na área do empreendimento "Projeto Posse – mina de ouro" no município de Mara Rosa, Estado de Goiás**. Goiânia: EcoArqueologia Brasil LTDA., 2017. (Projeto de Contrato).

PEÑA, A. P.; SOARES, V. C. N.; MAGALHÃES, E. D. Achado de ferramenta lítica plano convexo no interior da caverna Toca da Onça da Capitinga, Formosa Goiás. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 34., 2017, [S. l.]. **Anais eletrônicos [...]**. [S. l.: s. n.], 2017. v. 2, p. 537-545.

PEREIRA, M. M. de A. **Sítio Petróglifos de Mara Rosa-Goiás, Brasil**: uma análise das representações rupestres na paisagem. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

PESSIS, A. M. Do estudo das gravuras pré-históricas no Nordeste do Brasil. **Clio** - Série Arqueológica, Recife, v. 15, p. 29-44, 2002.

PROCÓPIO, G. P. **Memórias desenhadas nas rochas em Torres do Rio Bonito e seu papel na compreensão da história profunda de Goiás**. 2023. 320 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023.

PROCÓPIO, G. P.; VIANA, S. A. Visibilidade e intencionalidade das pinturas rupestres no sítio GO-CP-33, em Palestina de Goiás, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 16, 2021.

PROCÓPIO, G. P. **Reflexões espaciais e visibilidade dos grafismos rupestres do sítio GO-CP-33 de Palestina de Goiás**. 2019. 105f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

RUBIN, J. C.; VIANA, S. A.; SILVA, R. T.; BARBERI, M.; RESENDE, F. E. C. P. de; FREITAS, J. E. R.; SOUZA, M. G. de; RIBEIRO, E. V. Cazadores-recolectores y el paisaje en Serranópolis, Goiás, Brasil. **Boletín de Arqueología PUCP**, [S. l.], n. 29, p. 129-158, 2020.

RUBIN, J. C. R. *et al.* Sítios arqueológicos ao Núcleo B de Serranópolis, Goiás: tipos e intensidades de impactos naturais e antrópicos. **Revista de Arqueologia**, Recife, v. 35, n. 3, p. 52-68, 2022. DOI: 10.24885/sab.v35i3.999. Disponível em: https://www.revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/999. Acesso em: 06 mar 2023.

SCHMITZ, P. I. Caçadores antigos no sudoeste de Goiás, Brasil. **Estudios Atacameños**, n. 8, p. 16-35, 1987.

SCHMITZ, P. I.; BARBOSA, A. S.; RIBEIRO, M. B. **Arte Rupestre no centro do Brasil: Pinturas e gravuras da pré-história de Goiás e oeste da Bahia**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas – Unisinos, 1984.

SCHMITZ, P. I.; MOEHLECKE, S.; SALES BARBOSA, A. Sítios de petroglifos nos projetos alto-Tocantins e alto-Araguaia, Goiás. **Pesquisas**. Série Antropologia, São Leopoldo, v. 30, p. 1-73, 1979.

SCHMITZ, P. I. *et al.* **Caiapônia**: arqueologia nos cerrados do Brasil Central. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, Unisinos, 1986.

SOUZA, A. M. de. Mapa de localização dos sítios arqueológicos. Anexo ao manuscrito II. *In:* SOUZA, A. M. de. **Projeto Bacia do Paranã – Volume I**. Goiânia: Museu Antropológico-UFG, 1979.

SOUZA, A. M. de. Mapa de localização dos Sítios Arqueológicos. Anexo ao manuscrito – documentos n. 38 (1975), 50 (1978) e 51 (1979). *In:* SOUZA, A. M. de. **Projeto Bacia do Paranã – Volume II**. Goiânia: Museu Antropológico-UFG, 1982.

SOUZA, A. M. de. **Projeto Bacia do Paranã I**. Goiânia: Museu Antropológico-UFG, 1977.

SOUZA, A. M. de. **Projeto Bacia do Paranã II**. Goiânia: Museu Antropológico-UFG, 1979.
SOUZA, A. M. de. **Projeto Bacia do Paranã III**. Goiânia: Museu Antropológico-UFG, 1981.
SOUZA, M. E. E. **Preservação e Patrimônio**: impactos sobre pinturas e gravuras rupestres no sítio arqueológico GO-JÁ-02, Serranópolis-GO. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/2083. Acesso em: 06 mar 2023.
VIANA, S. A. **Análise do sistema tecnológico das indústrias líticas pré-históricas recuperadas pelo projeto Alto-Araguaia**. 2007. Projeto de Pesquisa – Instituto Goiano de Pré-História Antropologia (IGPA) e Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GO), Goiânia.
VIANA, S. A. *et al.* As sutilezas do registro arqueológico de Palestina de Goiás. *In:* TEIXEIRA, D. (org.). **Arqueologia no Centro Oeste do Brasil**: Ciência, Cultura e Democracia. [S. l.]: SAB Centro Oeste, 2023.



PODOMORFOS NA ARTE RUPESTRE DE SERRANÓPOLIS – GOIÁS: UMA PROPOSTA HOLÍSTICA DE ANÁLISE

Fernanda Elisa Costa P. Resende[94]
Luiz Phellipe de Lima[95]

RESUMO

Este capítulo analisa o registro de gravuras podomorfas (representações de pés e pegadas humanas) inseridas na diversidade de grafismos rupestres da área arqueológica de Serranópolis, no sudoeste de Goiás. Essa tipologia, frequentemente denominada "pisadas", é recorrente no panorama global da arte rupestre, estando presente em diversos estilos descritos pela historiografia da pré-história brasileira. O corpus analisado concentra-se, com maior ênfase, em dois sítios específicos, apresentando menor densidade em outros três. Tais figuras encontram-se associadas a pisadas de animais e destacam-se como as elaborações gravadas mais complexas em meio à predominância de motivos geométricos, riscos e pontos. Embora as representações de pés apresentem variabilidade morfológica, todas convergem para um arquétipo simbólico compartilhado. Propõe-se, aqui, uma interpretação relacional desses grafismos, sugerindo que as cavidades naturais (entendidas como entes dotados de agência) atuaram como parâmetros ativos que, por meio de *affordances* visuais e geomorfológicas, convidaram os grupos humanos à materialização de sua arte. Sob essa perspectiva, as "assinaturas" das rochas e o fenômeno neuropsicológico da pareidolia teriam funcionado como gatilhos tanto para a construção de lugares quanto para a fixação da presença humana nos paredões de Serranópolis.

Palavras-chave: arte rupestre brasileira; estilo pisadas; Serranópolis; *affordances*; pareidolia.

94 Arqueóloga. Mestra em Gestão do Patrimônio Cultural/Antropologia. Doutoranda em Arqueologia/arte rupestre pela FACSO/UNICEN-AR. Coordenadora de Arqueologia Preventiva na Clam Meio Ambiente. Rua Henrique Sales, 252, Luxemburgo, Belo Horizonte, MG, Brasil. CEP: 30380-280. fernandaecosta@gmail.com.
95 Doutor em Arqueologia pelo Departamento de Antropologia do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Quinta da Boa Vista, s/nº, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 20940-040. lima.phellipe94@gmail.com.

ABSTRACT

This chapter analyzes the record of podomorphic engravings (representations of human feet and footprints) within the broader diversity of rock art in the Serranópolis archaeological area, in southwestern Goiás, Brazil. This typology, frequently referred to as "pisadas," is recurrent in the global rock art record and appears across various styles described in the historiography of Brazilian prehistory. The analyzed corpus is primarily concentrated in two specific sites, with a lower density observed in three others. These figures are associated with animal tracks and stand out as the most complex and elaborate engravings amid an abundance of geometric motifs, lines, and dots. Although the representations of feet exhibit morphological variability, they all converge toward a shared symbolic archetype. This study proposes a relational interpretation of these graphics, suggesting that natural cavities (understood as entities endowed with agency) acted as active parameters that, through visual and geomorphological affordances, invited human groups to materialize their art. From this perspective, the "signatures" of the rocks and the neuropsychological phenomenon of pareidolia may have functioned as triggers for both the construction of places and the anchoring of human presence on the rock walls of Serranópolis.

Keywords: Brazilian rock art; footprint style; Serranópolis; affordances; pareidolia.

1 INTRODUÇÃO

A área arqueológica de Serranópolis vem sendo pesquisada desde a década de 1970. Como resultado desses estudos, foi produzido um amplo conjunto de dados sobre a arqueologia da região, o que a consolida como uma das mais importantes áreas arqueológicas do país. Nesse contexto, Serranópolis permanece como um campo fértil para a obtenção de informações valiosas acerca dos processos de migração, dispersão e ocupação humana na América do Sul.

Este artigo toma como ponto de partida uma importante reunião da comunidade arqueológica, ocorrida em Goiânia (Goiás), em 1980, na qual se discutiu a arte rupestre brasileira (Schmitz; Barbosa; Ribeiro, 1980), com o objetivo de estabelecer um panorama sobre sua classificação e as metodologias adotadas nesse campo de estudo.

Na ocasião, a arqueóloga Niède Guidon conduziu a apresentação, expondo seus estudos sobre a arte rupestre no estado do Piauí e convidando os demais participantes a compartilharem suas observações, de modo a complementar as investigações então em desenvolvimento.

Essa reunião será frequentemente mencionada ao longo deste artigo, em razão de seu caráter pioneiro na articulação de pesquisadores brasileiros em torno da temática.

Em sua fala, Niède Guidon defendia que os critérios interpretativos adotados pelos pesquisadores precisavam ser revistos e que uma definição estilística para a arte rupestre brasileira deveria ser considerada, com vistas à construção de uma unificação conceitual capaz de abarcar a complexidade expressa nos sítios arqueológicos de norte a sul do país.

Nesse sentido, consolidaram-se grandes grupos classificatórios denominados “tradições” e, no interior destes, a categoria de “estilos”. Essa forma de organizar e interpretar a arte pré-histórica no Brasil (sobretudo na tentativa de compreender a mobilidade humana desde a ocupação inicial, por volta de 12 mil anos AP) foi amplamente adotada e permanece como referência para a descrição de novos sítios arqueológicos.

Segundo Niède Guidon (1975), inspirada em André Leroi-Gourhan (1964a, 1964b, 1965, 1966), destaca-se a recorrência da figura de pés humanos pintados, frequentemente associada a representações denominadas geométricas, ou grafismos puros. Esses elementos se difundem na Tradição Nordeste, de ampla dispersão, ultrapassando, inclusive, sua região de origem; na Tradição Meridional (ou Planalto, conforme referida por Prous no encontro de 1980), que abrange sítios nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; e na chamada Tradição Geométrica, criada para caracterizar sítios cujas representações são estritamente geométricas (desde traços simples até formas mais elaboradas) distribuídas em diferentes localidades do país.

Especificamente no que se refere às gravuras, foram propostas as Tradições Itaquatiara, caracterizada por ocorrências em rochas situadas nas margens e nos cursos de rios, e a Tradição Central (ou Oriental, conforme André Prous), cuja distribuição abrange o Centro-Oeste, o Sul e parte do Nordeste, sendo representada por blocos caídos nas entradas de abrigos ou isolados na paisagem.

Em ambas, a referência aos pés humanos é recorrente. Para o sul do continente, alcançando a Patagônia, descreveu-se o estilo Pisadas (Oswald Menghin, 1957), no qual predominam pegadas de animais (principalmente tridígitos) e, entre estas, aparecem também pés humanos.

É importante destacar que, na reunião de 1980, a menção às representações de pés foi recorrente entre os especialistas, embora com incidência relativamente baixa e, em sua maioria, associada a populações que habitaram o centro do Brasil. Em contrapartida, a profusão de composições mais complexas ao longo do território nacional chamava maior atenção: a fauna amplamente representada, as cenas pintadas e as gravuras com predomínio de traços, pontos e tridígitos mostram-se particularmente expressivas, relegando os pés humanos a uma posição minoritária entre os motivos.

Esses motivos se enquadram, portanto, entre os sinais mais raros na arte rupestre brasileira. Em Serranópolis, contudo, essa lógica se inverte, configurando uma característica distintiva de alguns sítios, nos quais tal expressão se apresenta de forma abundante. Cabe destacar que Niède Guidon já havia feito, à época, uma observação relevante sobre a ocorrência de pés isolados, sugerindo que poderiam ser compreendidos como parte de uma “linguagem de difusão universal”, uma vez que se manifestam em diferentes partes do mundo. Tomamos essa proposição como ponto de partida para enquadrar os podomorfos de Serranópolis no arquétipo de pés/pegadas proposto por Bertilsson (2013). Nesse contexto, os pés em Serranópolis destacam-se não apenas por sua quantidade, mas também por sua concentração em um número restrito de abrigos, como será demonstrado ao longo deste artigo.

A referência aos pés humanos amplia-se à medida que novos sítios são registrados e analisados. Considerando que cada sítio e cada representação são singulares, entende-se que os agentes responsáveis por esses grafismos expressaram suas próprias realidades; assim, não há estranhamento na presença ou ausência de determinada tipologia.

O ponto fundamental é que, no cotidiano e na ontologia desses grupos, esse elemento pode ter recebido maior ou menor ênfase. No caso aqui analisado, os pés assumem papel central, em razão de sua elevada recorrência nos sítios investigados.

Para compreender essa recorrência em Serranópolis de maneira mais holística, este estudo não se limita à classificação estilística, mas busca investigar a relação entre o suporte rochoso e o agente humano. Nesse sentido, mobilizamos o conceito de *affordance* (Gibson, 1979; Ingold, 2000), a fim de compreender como as características geomorfológicas do suporte ofereceram possibilidades de ação ao artista, bem como o conceito de agência, para tratar a arte não como um mero reflexo passivo, mas como um elemento ativo na construção do mundo social e cosmológico desses grupos.

Adicionalmente, exploramos o papel da pareidolia (Guthrie, 1993; Valle *et al.*, 2018) no processo criativo, analisando como percepções sensoriais de formas naturais na rocha podem ter orientado a presentificação desses pés, transformando o suporte geológico em um espaço vivido e significativo.

2 UM BREVE COMENTÁRIO SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS CAVIDADES NATURAIS NA HISTÓRIA HOMINÍDEA

É inegável que, ao longo da história dos hominídeos na Terra, as cavidades naturais ao redor do planeta têm capturado a atenção desde os mais remotos antepassados, sejam eles do gênero Homo ou Australopithecus. Este trabalho não pretende realizar uma revisão exaustiva da ocupação desses espaços; contudo, é impossível ignorar a relevância de achados como o crânio e os remanescentes do esqueleto (quase completo, diga-se de passagem) do australopitecíneo conhecido como Little Foot (Clarke, 1998), encontrado na gruta de Silberberg, em Sterkfontein, África do Sul.

Da mesma forma, destaca-se o *Peking Man* (*Homo erectus*), cujos vestígios na gruta de Zhoukoudian, na China, ampliaram significativamente a compreensão dos estudiosos acerca da dispersão hominínea, sobretudo porque os primeiros indícios dessa espécie haviam sido encontrados em Java, na Indonésia (Boaz & Ciochon, 2004).

Ao se considerarem os parentes evolutivos mais próximos, os sepultamentos de *Homo neanderthalensis* na caverna de Shanidar, no Iraque, tornam-se igualmente imprescindíveis. Em especial, o célebre *flower burial* (Shanidar 4) permanece como objeto de debates intensos (e, possivelmente, inesgotáveis) por sugerir a existência de práticas funerárias de caráter simbólico entre os neandertais, evidenciando possíveis formas de cuidado com os mortos (Solecki, 1971; Pomeroy *et al.*, 2020).

Avançando na cronologia, observa-se que o *Homo sapiens* interagiu com as cavidades naturais sob diversos propósitos. No cenário brasileiro, essa trajetória é indissociável de achados como o de Luzia, considerado o fóssil humano mais antigo do continente, recuperado em contexto de abrigo (Prous, 1992). Também se observa que esse tipo de local assumiu funções rituais profundas, como demonstram as práticas funerárias dos povos Jê do Sul. Nesses contextos, as grutas operam como "paisagens mortuárias" (*deathscapes*), integradas a elementos como cascatas e cursos d'água, que materializam aspectos cosmológicos centrais.

Tais espaços são compreendidos como entes não humanos dotados de espiritualidade e agência, nos quais a paisagem demanda ações específicas dos vivos, ao presentificar mitos fundadores e processos cosmogônicos (De Lima, 2020; De Lima *et al.*, 2025).

Diferentemente da noção de espaço físico como uma entidade natural, dotada de objetividade e existente independentemente dos humanos (Skousen & Antoniuk, 2025, com base em Meskell & Preucel, 2007), rejeita-se a ideia de que o espaço constitua um mero receptáculo; seja como um "quadro em branco" para a projeção de significados, seja como um pano de fundo inerte para as ações humanas (Ingold, 2015; De Lima, 2025).

Em vez disso, as cavidades são compreendidas como lugares: epicentros nos quais humanos e não humanos coexistem, afetam-se mutuamente e experienciam o mundo. Nessa perspectiva, o lugar emerge por meio do habitar e, a partir dessa relação de engajamento, torna-se significativo e atrativo para as sociedades ao longo de extensos períodos cronológicos. Assim, os lugares são tratados como agentes ativos e fundamentais para a existência social, participando diretamente da "feitura de mundos" por meio das interações relacionais entre pessoas, grupos, animais, espíritos e demais entes não humanos (Skousen & Antoniuk, 2025; De Lima, 2025).

Sob essa ótica relacional, observa-se que, em diferentes localidades do globo, as cavidades podem assumir múltiplos significados: em alguns contextos, configuram-se como lugares de morte; em outros, manifestam-se como suportes para a arte, podendo ser compreendidas como grandes painéis ou galerias onde diversos artistas (cujas identidades se perderam no tempo) imprimiram seus gestos, pessoalidades e universos simbólicos. Tais expressões revelam, sobretudo, modos de habitar o mundo, isto é, formas de engajamento e de relação com um mundo constituído por humanos e não humanos, configurando uma condição de ser-no-mundo (*being-in-the-world*) (Ingold, 1996, 2000).

É importante destacar que, para a perspectiva do habitar (*dwelling perspective*), proposta por Tim Ingold, fundamentada no conceito de Dasein da fenomenologia de Martin Heidegger (1962), tanto o mundo e suas propriedades quanto a própria pessoa emergem de maneira relacional, em um processo de mútua constituição. Nesse sentido, o habitar ocorre por meio do corpo (entendido como sujeito da percepção) conforme desenvolvido por Ingold a partir das contribuições de Maurice Merleau-Ponty (1962).

Inevitavelmente, esse habitar e a própria percepção são atravessados por relações de poder, cosmologias e temporalidades, de modo que o espaço é continuamente criado, reproduzido, transformado e ressignificado (De Lima, 2025).

Um dos principais exemplares desses paredões rochosos utilizados como galerias artísticas é a Toca do Boqueirão da Pedra Furada. Além de sua imponência estética, o sítio está no centro de um importante e polêmico debate sobre a antiguidade do Homo sapiens na América: enquanto Guidon & Delibrias (1986) apontam datas de 32.000 AP, estudos mais recentes atestam com maior segurança um intervalo de ocupação antrópica por volta de 20.000 AP (Boëda *et al.*, 2014; Parenti *et al.*, 2018).

Mais ao sul do país, em Urubici (Santa Catarina), o sítio Morro do Avencal 1 apresenta diversas inscrições rupestres associadas aos povos Jê do Sul. Segundo as interpretações de Corteletti e DeBlasis (2018) e Riris e Corteletti (2015), esses grafismos representam animais vinculados a práticas xamânicas, incluindo o jaguar e máscaras com motivos em ziguezague, que possivelmente simbolizam a metade *Kamé*.

Formas fechadas, como pontos e triângulos, são relacionadas à metade *Kanhru*, enquanto as formas *ra ianhiã* integrariam e articulariam ambas as metades. Adicionalmente, a arte rupestre desse sítio está orientada para o pôr do sol, com visibilidade direta para uma grande cascata e para as montanhas circundantes.

Propõe-se que esse posicionamento, aliado ao caráter de ocultamento do sítio, possua um significado simbólico profundo, vinculado à cosmologia Jê do Sul. Tal interpretação envolve elementos como a permeabilidade da água (que demarca fronteiras no mundo tripartido Kaingang) e a associação das montanhas ao mito de *Krinjinjimbé*.

3 SEM "ENFIAR OS PÉS PELAS MÃOS": UM BREVE HISTÓRICO DE SÍTIOS DE ARTE RUPESTRE RELACIONADOS A PÉS

A arte rupestre configura-se como um vestígio material deixado por populações pretéritas, expressando uma complexa rede de intencionalidades e simbolismos que articulam experiências vividas, narrativas históricas, o universo imagético e o sagrado. Tais registros inscrevem, na paisagem e nos lugares, traços de identidade, fenômenos sociais e dimensões cosmológicas (Lewis-Williams, 1981; Ashmore, 2008; Taçon, 2008).

Embora este trabalho busque evitar a reprodução de dicotomias, a afirmação de Lane (2008) revela-se particularmente precisa: a arte rupestre constitui, possivelmente, a tipologia de materialidade arqueológica mais intrinsecamente ligada à natureza e, ao mesmo tempo, dotada de um elevado potencial de carga simbólica.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, assim como a escrita atua na fixação de eventos, a arte rupestre exerce uma função análoga ao materializar narrativas orais por meio de grafismos. Ao transformar o suporte rochoso em um repositório de memória, essas populações converteram o simbolismo visual em um registro duradouro de seu engajamento com o mundo.

Sob essa perspectiva, Taçon (1994) argumenta que, ao marcarem as paisagens, os humanos as socializam, integrando-as à esfera da vida social. Contudo, tal proposição (embora relevante) tensiona premissas centrais deste capítulo ao atribuir às cavidades naturais um papel predominantemente passivo, centralizando a agência exclusivamente no humano.

Conforme será demonstrado a partir do contexto de Serranópolis e dos paralelos amazônicos apresentados por Valle *et al.* (2018), as cavidades e os suportes rochosos são dotados de agência e *affordances*, atuando como coparticipantes na criação do registro arqueológico.

Nas palavras de Lars Bertilsson (2013), a arte rupestre constitui um dos legados culturais mais amplamente difundidos da humanidade, estando presente em todos os continentes; à exceção, ao menos até o momento, das regiões polares. Nesse vasto panorama, certos motivos artísticos apresentam notáveis semelhanças, evidenciando uma interessante dispersão no espaço e no tempo.

Quanto a este estudo de caso, os sítios GO-JA-01, GO-JA-02, GO-JA-03, GO-JA-08, GO-JA-13 e Sítio do Pastinho alinham-se a esse fenômeno global ao apresentarem uma categoria temática bastante específica: a representação de pés e pegadas humanas. Conforme sistematizado no *Handbook of Rock Art Research* (Whitley, 2001), diversos estilos incorporam esses motivos como elementos estruturantes de suas composições.

Na América do Norte, especificamente na Grande Bacia Oriental, a arte rupestre associada aos Uinta Fremont manifesta o chamado Estilo Vernal Clássico. De acordo com Francis (2001), esse estilo é considerado a expressão mais sofisticada da tradição Fremont, caracterizando-se por painéis nos quais antropomorfos imponentes coocorrem com quadrúpedes, serpentes, pegadas de urso e, de modo notável, mãos, pegadas humanas e representações de sandálias.

De forma semelhante, o Interior *Line Style* e seu subconjunto, os petróglifos Dinwoody, evidenciam uma atenção anatômica específica: embora membros como pernas e braços sejam frequentemente reduzidos ou ausentes, as figuras humanas apresentam pés com dedos estendidos de maneira proeminente.

Ainda no contexto norte-americano, abrangendo o norte do México e o sudoeste do Texas, Turpin (2001) aponta a ocorrência de petróglifos em matacões isolados (*free-standing boulders*). Localizados em passagens estreitas de bacias de drenagem, esses grafismos incluem instrumentos de caça associados a impressões de mãos e pegadas. Após 1000 d.C., emerge o *Hoofprint Style*, relacionado aos povos Siouan das Planícies do Norte, no qual rastros humanos e animais se articulam a simbolismos de fertilidade e regeneração. Já na região das *Eastern Woodlands*, destacam-se os sítios do Kentucky, onde a recorrência de pegadas humanas em afloramentos rochosos aparece frequentemente associada a almofarizes (*bedrock mortars*), sugerindo a marcação de locais destinados ao processamento de alimentos e a outras atividades cotidianas.

Essa recorrência temática se estende à Oceania, onde a tradição Panaramitee, na Austrália, apresenta um repertório composto por cúpulas e círculos, nos quais pegadas humanas ocorrem de forma ocasional, mas significativa. Fenômeno análogo é observado na Nova Zelândia; na Ilha do Norte, as gravuras apresentam-se de maneira mais individualizada, incluindo representações de canoas e motivos geométricos associados a pegadas humanas (Taçon, 2001).

Bertilsson (2013) apresenta uma síntese de alcance global com o objetivo de compreender traços cosmológicos e do sagrado associados a esse motivo, caracterizando a pegada como um arquétipo. No deserto de Negev, em Israel (Har Karkom), exemplares de pegadas são representados por contornos externos sem a linha do calcanhar (o que pode indicar o uso de sandálias) ou sem a representação dos dedos.

Em outros casos, pegadas emparelhadas surgem associadas a íbexes, sendo interpretadas como possíveis sinais de adoração. Já na Suécia, o sítio de Nämforsen revela conexões culturais instigantes: as pegadas (compostas por linhas de contorno e calcanhar, representativas de pés calçados) sugerem o contato entre sociedades de caçadores do norte e agricultores do sul.

Ainda conforme Lars Bertilsson (op. cit.), em Bardal, na Noruega, o painel assume grande relevância por integrar tradições do norte e do sul da Escandinávia. Nesse contexto, as pegadas ocorrem em pares ou trios, posicionadas em contato direto com figuras de alces, baleias e embarcações.

Por fim, em Järrestad, na Suécia, o painel insere-se em uma paisagem marcada pela presença de megalitos neolíticos e túmulos das Idades do Bronze e do Ferro. Com aproximadamente 1.000 imagens, o sítio reúne cerca de uma centena de representações podomorfas, incluindo tanto exemplares de pés descalços, com indicação de dedos, quanto representações de pés calçados, sugerindo o uso de sandálias.

Dessa forma, os sítios estudados inserem Serranópolis e o Brasil no panorama mundial de contextos arqueológicos em que o arquétipo de pés/pegadas se faz presente. Considerando a crítica de Fredell (2003), citada por Bertilsson (2013), não se pretende, aqui, propor uma interpretação universalista de caráter redutor. Parte-se do entendimento de que os contextos histórico-sociais locais devem ser cuidadosamente considerados; contudo, na ausência do suporte direto da etnografia (tendo em vista tratar-se, provavelmente, de grupos caçadores-coletores do Holoceno Inicial), a análise comparativa, aliada a uma abordagem fenomenológica, permite vislumbrar a força desse signo na construção do lugar.

3.1 Pés para que te quero?

Após compreender a relevância dos pés e das pegadas na arte rupestre em escala global, impõe-se a seguinte questão: por que, em diferentes partes do mundo e ao longo de distintos períodos cronológicos, grupos humanos pintaram e/ou gravaram pés em cavidades, e de formas tão variadas?

Parte-se, aqui, da premissa de que um dos elementos constitutivos da condição humana é a postura bípede. Essa característica se tornou possível justamente pela perda da capacidade de utilização dos pés para funções de preensão e manipulação, progressivamente transferidas às mãos.

Desse modo, pode-se afirmar que os pés passaram a estar mais diretamente vinculados ao contato com o solo; o que, longe de representar uma limitação, configura-se como um aspecto fundamental da relação entre os humanos e o mundo que habitam.

A postura bípede é frequentemente apontada como um fator central na evolução da espécie humana, sendo, para muitos autores, a característica que mais profundamente a define (Achrati, 2008). Em contraste com perspectivas que privilegiam exclusivamente a destreza manual, é no bipedalismo que se encontra a gênese de novos comportamentos adaptativos.

O ato de se manter ereto não apenas permitiu que os primeiros hominínios ampliassem seu campo visual sobre as savanas ou acessassem recursos em diferentes estratos da vegetação, como também favoreceu a termorregulação e reconfigurou dinâmicas sociais e reprodutivas fundamentais. Nesse sentido, a transição para a locomoção sobre dois pés não deve ser compreendida apenas como uma mudança mecânica (Achrati, 2008), mas como um processo que possibilitou a liberação das mãos para a confecção de artefatos e o desenvolvimento de tecnologias que acompanharam a trajetória humana até o presente.

Contudo, longe de estabelecer uma dicotomia funcional entre membros superiores e inferiores, entende-se que pés e mãos, em articulação com as ferramentas, constituem elementos fundamentais do habitar humano no mundo. Caminhar é, em essência, uma forma de perceber e conhecer o

ambiente. Foi essa mobilidade que tornou possível percorrer distâncias continentais, partindo da África e colonizando o planeta, transformando o espaço geográfico em lugar vivido.

Como argumentam Tilley (1994) e Ingold (2015), é nesse movimento rítmico do caminhar que as paisagens são tecidas na vida, assim como as vidas se entrelaçam na paisagem, em um processo contínuo de engajamento e criação de mundo.

Nesse sentido, Achrati (2008) aponta que os pés assumem uma dimensão simbólica ambivalente, sendo associados tanto à fertilidade e ao início da vida quanto à morte. Em um sítio funerário em *Ti-n-Affelfelen*, na Argélia, foram identificadas, em uma laje na base da estrutura, gravuras de duas sandálias. De modo semelhante, uma pedra plana com um par de sandálias foi recuperada de um monumento funerário próximo, em Akkar, no Líbano; no Egito, por sua vez, sandálias eram oferecidas aos mortos como parte das práticas funerárias.

O autor acrescenta que, sendo o corpo humano o locus dos sentidos, o sujeito atua simultaneamente como criador de símbolos e como parte integrante deles. Essa perspectiva ressoa com as propostas de Ingold e Tilley, ao sugerir que o habitar não constitui uma abstração mental, mas uma prática corporificada, na qual o pé se apresenta como evidência material desse engajamento com o mundo.

Não obstante, uma das ferramentas de SIG (Sistema de Informação Geográfica) mais utilizadas atualmente na arqueologia é voltada justamente à compreensão dos possíveis caminhos utilizados por populações pretéritas para se deslocarem entre pontos no espaço: a *Least-Cost Path Analysis* (LCP). Essa abordagem tem como objetivo determinar a rota mais eficiente (ou seja, o caminho de menor custo), considerando a tendência humana de minimizar o esforço de deslocamento, seja em termos de gasto energético ou de tempo (Herzog, 2020; Verhagen, 2018).

No entanto, é fundamental que o uso das LCPs seja compreendido de forma crítica, conforme argumentam Surface-Evans e White (2012). Segundo os autores, para que essa análise seja efetivamente capaz de produzir inferências sobre o passado, é necessário considerar as condições humanas, as ações e as dificuldades enfrentadas pelas sociedades estudadas.

Nesse sentido, abordagens que incorporam aspectos mais subjetivos (como visibilidade, barreiras naturais e potenciais pontos de interesse) vêm sendo progressivamente integradas, contribuindo para a elaboração de modelos mais robustos acerca dos caminhos percorridos no passado (De Lima, 2025).

Neste trabalho, busca-se compreender os pés gravados nos sítios de Serranópolis a partir do conceito de "exaptação" cultural da pareidolia. Conforme Valle e colaboradores (2018), esse fenômeno neuropsicológico (caracterizado por Guthrie (1993) como a tendência de perceber padrões em estímulos aleatórios) atua como um gatilho perceptivo-cognitivo que entrelaça características geológicas a construções conceituais, conforme evidenciado em seu estudo de caso na região amazônica. Nessa perspectiva, a percepção de padrões depende intrinsecamente do que é conhecido, experienciado e corporificado; isto é, de imagens e vivências presentificadas que possibilitam o ato de classificação perceptiva. Valle e colaboradores (2018) argumentam que essa experiência pareidólica confere uma agência significativa à criação imagética visual geossituada, seja ela tecnicamente produzida ou apenas percebida como um constructo mental, em um processo contínuo de familiarização com a paisagem.

Tal agência é observada na arte rupestre amazônica por meio dos cefalomorfos e, supõe-se, manifesta-se de maneira análoga em Serranópolis, onde a pareidolia atua como um mecanismo de familiarização da paisagem. Nesse processo, a materialização dos pés e pegadas atualmente identificados nos paredões rochosos teria sido possibilitada por um engajamento sensorial e físico do observador, mediado por sua ontologia e pelo habitar local, no qual se percebem as *affordances* oferecidas pelas "assinaturas" das rochas.

Retomando uma explicação de cunho mais biológico, Valle *et al.* (op. cit.) compreendem que a relação entre o sistema nervoso humano e a cultura é marcada por uma profunda reciprocidade, operando em um ciclo de retroalimentação no qual a biologia molda a cultura, ao mesmo tempo em que a aprendizagem cultural e a interação com o mundo material reconfiguram o desenvolvimento e o funcionamento cerebral.

Essa dinâmica neurocultural permite que a pareidolia atue como uma fonte de informação sensorial capaz de suscitar respostas emocionais intensas, culminando na construção de significados e na transmissão de conhecimento cultural. Nesse contexto, processos pareidólicos e apofênicos; entendidos como a tendência humana de perceber padrões, conexões ou significados em estímulos aparentemente aleatórios — devem ser compreendidos, no âmbito da arte rupestre, como resultados de processos evolutivos culturalmente exaptados, isto é, quando uma característica passa a desempenhar uma função distinta daquela originalmente selecionada. Assim, a pareidolia, no contexto indígena, ao contribuir para a atribuição de sentido a estruturas geológicas aparentemente aleatórias, configura-se como um processo de antropogênese cultural-cognitiva, funcionando como um mecanismo de compreensão e familiarização da paisagem. Nesse processo, destacam-se as *affordances* — entendidas como as possibilidades de ação que os elementos do ambiente oferecem aos sujeitos (Gibson, 1979) —, que orientam a produção de construções imagéticas visuais geossituadas.

Parte-se, aqui, da premissa de que a pareidolia, aliada a processos apofênicos de detecção de padrões na paisagem e a aspectos geomorfológicos, pode ter levado os habitantes de tempos remotos a reconhecerem semelhanças com o arquétipo de pés e pegadas em formas aparentemente aleatórias.

Como destacam os autores, antes de qualquer modificação antropogênica, as texturas e "assinaturas" naturais da rocha já eram dotadas de significado para os observadores; o que, no presente trabalho, também se compreende como resultado do habitar. Em Serranópolis, essas características geomórficas podem ter atuado como parâmetros ativos, exercendo agência sobre os humanos, a ponto de favorecer a apropriação dessas formas preexistentes para a demarcação de sua presença nos paredões rochosos por meio da arte rupestre.

4 A ÁREA ARQUEOLÓGICA DE SERRANÓPOLIS E A LOCALIZAÇÃO DOS SÍTIOS

O Complexo Arqueológico de Serranópolis destaca-se no cenário pré-histórico das Terras Baixas sul-americanas por apresentar uma ocupação contínua que remonta à transição Pleistoceno/Holoceno. As pesquisas na região tiveram início na década de 1970, com a equipe do professor Pedro Ignácio Schmitz (IAP/UNISINOS), cujos trabalhos seminais descreveram a cultura lítica, a estratigrafia e as primeiras representações rupestres (Schmitz, 1980; Schmitz *et al.*, 2004).

Nas décadas seguintes, o volume de dados cresceu significativamente, impulsionado por estudos geoarqueológicos, pedológicos e estilísticos conduzidos por diferentes equipes (ex.: Rubin *et al.*, 2020; Mamede, 1996; Almeida, 2024), consolidando a região como uma das mais densas e complexas áreas arqueológicas do Brasil.

Atualmente, o registro oficial contabiliza 53 sítios, dos quais 27 estão integrados à base de dados do IPHAN. A maioria dessas ocorrências concentra-se na bacia do rio Verde, distribuída em seis núcleos, que se estendem do Complexo do Diogo (núcleo A) ao do Urubu (núcleo F).

Para a presente análise, foram selecionados os sítios GO-JA-01, GO-JA-08 e GO-JA-13, por apresentarem painéis com elevada concentração de podomorfos, bem como os sítios GO-JA-02, GO-JA-03 e o Sítio do Pastinho, escolhidos em função da singularidade de suas representações de pés isolados. As janelas cronológicas confirmadas para essas ocupações recuam a 12.732 anos AP, com datações mais recentes alcançando cerca de 14.940 ± 1.590 anos, obtidas por meio da técnica de Luminescência Opticamente Estimulada (LOE) (Rubin *et al.*, 2025).

Essa profundidade temporal se encontra preservada em um contexto geológico específico, marcado pelo contato entre as areias da Formação Botucatu (Jurássico) e os derrames de lava da Formação Serra Geral. Tal interação resultou na formação de superfícies de arenito com diferentes graus de silicificação.

As porções inferiores, mais friáveis, favoreceram a execução de gravuras, enquanto os painéis mais resistentes (mais intensamente silicificados) receberam as pinturas e, adicionalmente, serviram como fonte de matéria-prima para o lascamento lítico.

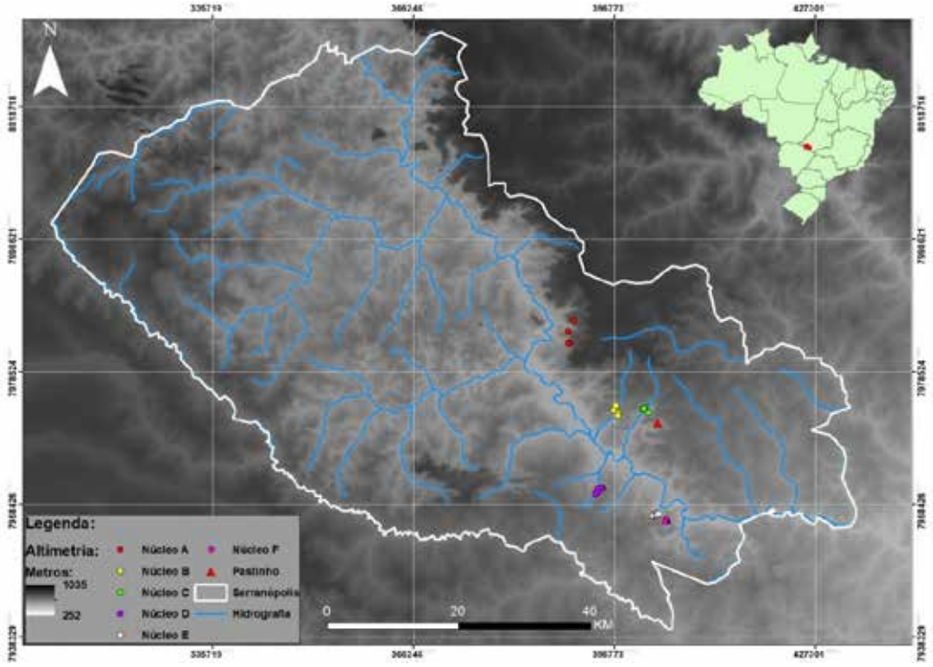
Do ponto de vista ambiental, a região insere-se no domínio do Cerradão, sob um clima semiúmido (média de 20°C), com marcada sazonalidade hídrica. No entanto, o estado de conservação desses registros enfrenta atualmente uma tensão significativa. Se, por um lado, a geologia favoreceu a preservação da estratigrafia e da arte rupestre, por outro, a pressão do agronegócio e o desmatamento no entorno dos abrigos configuram-se como as principais ameaças à integridade desse patrimônio informacional.

Tabela 1 - Sítios registrados em 1970 - Núcleos que compõe o Complexo Arqueológico

Núcleos	Sítios
A – Complexo do Diogo	Sítio GO-Ja-01 (Diogo1) Sítio GO-Ja-02 (Diogo 2) Sítio GO-Ja-08 (Sítio Fazenda Sem Tinta) Sítio GO-Ja-08A (Sítio Sem Tinta)
B – Complexo da Moranga	Sítio GO-Ja-20 (Córrego Raio) Sítio GO-Ja-21 (Casão de Pedra) Sítio GO-Ja-22 (Córrego Moranga) Sítio GO-Ja-24 (Sítio Sol e Lua)
C– Complexo do Coliseu ou do Ozorinho	Sítio GO-Ja-05 (Sítio do Ozorinho, Gruta do Mel, ou do Japonês) Sítio GO-Ja-11A (Pequeno Coliseu) Sítio GO-Ja-11B (Coliseu do Meio) Sítio GO-Ja-11C (Coliseu do Alto – ou Grande Coliseu) Sítio GO-Ja-11D (Abrigo do Cachorro ou da Clara)
D – Complexo Serra das Araras	Sítio GO-Ja-03 e 03A (Serra das Araras) Sítio GO-Ja-04 (Paredão da Serra das Araras) Sítio GO-Ja-25 (Sítio dos Peixes) Sítio GO-Ja-26 (Sítio Ivana) Sítio GO-Ja-27 (Guardião 1) Sítio GO-Ja-28 (Guardião 2)
E – Complexo do Muquém	Sítio GO-Ja-13 (Véu do Muquém) Sítio GO-Ja-13C (Muquém aberto)
F – Complexo do Urubu	Sítio GO-Ja-10 Sítio GO-Ja-12 Sítio GO-Ja-14 Sítio GO-Ja-15 Sítio GO-Ja15B (recentemente registrado)

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Figura 1 – Mapa de Serranópolis com o complexo arqueológico da região



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O Complexo Arqueológico de Serranópolis destaca-se no contexto pré-histórico das Américas por situar-se no centro das chamadas Terras Baixas da América do Sul e por apresentar datações que inserem a ocupação humana no período de transição Pleistoceno/Holoceno. Desde as primeiras investigações, descreve-se um cenário de elevada complexidade, marcado por sítios com ocupações densas e milhares de registros gráficos nas paredes. Tais registros evidenciam a presença de uma fauna diversificada e a disponibilidade de recursos alimentares, documentadas nos paredões dos abrigos areníticos por inúmeras populações que transitaram pela região.

Nas últimas décadas, diversas equipes produziram dezenas de estudos sobre esses contextos. As pesquisas que fundamentam e complementam estes dados podem ser consultadas em: Souza (2009); Fernandes *et al.* (2022) Rubin e Silva (2006); Silva (2019); Griphus Consultoria (2006, 2007); Nascimento (2012); Nogueira (2013, 2015); Ramos (2016); Viana (2016); Rubin (2017, 2025); Rubin *et al.* (2016a, 2016b, 2017, 2018, 2020, 2022, 2023); Resende (2017); Resende *et al.* (2019); Andrade (2018); Araujo (2018); Rodet *et al.* (2019); Ramos e Viana (2019); Procedino (2019); Carvalho (2019); Oliveira (2019); Barbosa (2025); Barbosa *et al.* (2009); Fonseca (2019); Silva *et al.* (2020); Souza (2020).

Esses autores investigaram a paisagem, a estratigrafia, os paleossolos, as dinâmicas sedimentares, as flutuações hídricas e a ocupação humana, bem como a arte rupestre. Destacam-se os arqueólogos Julio Cezar Rubin e Antônio Batarda, pesquisadores atentos à preservação dos sítios e das informações pretéritas, uma vez que a pressão exercida pela agricultura extensiva no entorno é, atualmente, o agente mais letal ao conteúdo informacional. Por outro lado, o complexo de Serranópolis tem como característica principal a ocorrência de sítios cuja estratigrafia, cronologia e representações rupestres ainda se encontram em relativo estado de conservação, permitindo o estudo detalhado das ocupações antigas.

Os dados geoarqueológicos fundamentais para a compreensão da área referem-se à interação entre as areias da Formação Botucatu (depositadas em ambiente desértico no período Jurássico) e os derrames de lava da Formação Serra Geral. O contato entre esses eventos resultou na formação de arenitos silicificados que caracterizam os afloramentos presentes na paisagem.

As superfícies rochosas das porções inferiores dos abrigos apresentam-se mais friáveis, o que favoreceu a execução de gravuras. Em contrapartida, as partes mais silicificadas constituem os painéis que receberam pinturas e, adicionalmente, serviram como fonte de matéria-prima para a indústria lítica local (Almeida *et al.*, 2012 *apud* Rubin *et al.*, 2020; Almeida, 2024; Rubin, 2025).

No que se refere à pedologia, os processos de intemperismo resultaram na formação de Neossolos Quartzarênicos, nos quais predominam materiais arenosos friáveis e permeáveis, e de Neossolos Litólicos nas porções superiores mais silicificadas. A meteorização dos basaltos deu origem a Latossolos Vermelhos e Amarelos, profundos e bem estruturados, ricos em óxidos de ferro e alumínio, que predominam nas áreas intercaladas entre os blocos areníticos (Reatto *et al.*, 2008; Scopel *et al.*, 2010 *apud* Rubin, 2020).

O clima regional é semiúmido, com precipitação anual em torno de 1.700 mm e temperatura média de 20°C. As estações são bem definidas: uma estação seca (inverno), que se estende de abril a setembro, e uma estação chuvosa e quente, de outubro a março, sendo o período de novembro a janeiro o de maior pluviosidade (Silva *et al.*, 2008 *apud* Rubin, 2020).

A vegetação original predominante é o Cerradão, com áreas florestadas e fitofisionomias savânicas (cerrado aberto). Atualmente, a ação antrópica configura-se como a principal fonte de degradação ambiental, com extensas áreas desmatadas para o cultivo de grãos, o que coloca os abrigos em uma zona de forte pressão ambiental, decorrente do avanço do agronegócio no Centro-Oeste.

4.1 Tecnologia de produção

No que tange à tecnologia de produção das gravuras, observa-se que os métodos e técnicas empregados respeitaram estritamente as características do suporte. Como afirmou Guidon (1980, *apud* Schmitz *et al.*, 1980), "a técnica é limitada à matéria, enquanto o simbolismo é livre como o espírito humano". Em Serranópolis, a presença de arenito friável em determinados setores facilitou o processo de gravação; por outro lado, nas áreas de rochas silicificadas, onde o gasto energético para sulcar o suporte seria significativamente maior, nota-se a predominância de pinturas em detrimento das gravuras.

Na representação dos podomorfos aqui analisados, a técnica consiste, majoritariamente, em uma associação de orifícios (*cupules*) que formam os dígitos, ao passo que a raspagem ou o picoteamento delimitam a região plantar. Um aspecto notável é a variabilidade no número de dedos, que oscila entre três e sete. Prous e Caldarelli, na reunião de 1980 (Schmitz *et al.*, 1980) já haviam apontado essa flutuação em seus estudos, sugerindo que a intenção da representação se sobrepõe à precisão anatômica. Caldarelli também destacou o aproveitamento de acidentes naturais do suporte para a composição das figuras, prática recorrente nos sítios de Serranópolis. Além disso, no que tange à estratigrafia gráfica, Guidon registrou a ocorrência de pés sobrepostos a pinturas preexistentes, evidenciando a diacronia nas ocupações.

4.2 Particularidades dos sítios de Serranópolis

Durante a reunião de especialistas em 1980, sugeriu-se a existência de um "Estilo Serranópolis", caracterizado pela intersecção de tradições do entorno da região central. O complexo destaca-se pela baixa incidência de antropomorfos e pelo predomínio de figuras geométricas e zoomorfas, apresentando, contudo, uma densidade incomum de podomorfos gravados, tanto em agrupamentos quanto isolados. Embora o pé seja considerado uma "figura de difusão universal" (Guidon, *apud* Schmitz, 1980), com ocorrência registrada do Nordeste brasileiro à Patagônia, em Serranópolis tal motivo assume protagonismo.

Quanto à tipologia, os podomorfos manifestam-se por meio de pinturas (em contorno ou preenchimento) ou gravuras (completas ou parciais), com clara ênfase nas técnicas de gravação. Observam-se casos de sobreposição e, inclusive, figuras que compartilham os mesmos dígitos entre dois pés distintos; fenômeno análogo ao registrado por Guidon em Jequitaí (Minas Gerais).

O sítio GO-JA-13 apresenta uma particularidade notável: uma sequência de podomorfos diminutos que, à primeira vista, assemelha-se a meros alinhamentos de *cupules* espalhados por cerca de 1 m². A observação detalhada revela a sulcagem sutil e cuidadosa das regiões plantares. Alinhamentos de podomorfos foram referidos por Prous (Schmitz, 1980) como "extremamente raros", ocorrendo geralmente em zonas de transição entre as tradições Planalto e São Francisco. O caso de Serranópolis revela-se ainda mais singular pela profusão e pelas dimensões reduzidas desses grafismos, que configuram um autêntico "caminho de pés".

Outro destaque é o uso deliberado de *affordances* geológicas: fraturas, veios e reentrâncias do suporte são incorporados à elaboração das figuras. No sítio GO-JA-03 (Serra das Araras), destaca-se o motivo designado como "Pé Grande". Localizado em um matacão e circundado por podomorfos menores, o grafismo destoa do conjunto regional por suas dimensões e execução, ocupando posição de destaque no que é considerado o maior sítio da região.

4.3 Apresentação dos sítios

A seguir, os sítios selecionados (GO-JA-01, GO-JA-02, GO-JA-08, GO-JA-13 e Pastinho) são apresentados por meio de seus croquis, nos quais as concentrações de podomorfos estão indicadas por setas laranjas. Tais mapas foram elaborados a partir dos registros originais de Schmitz (1970) e atualizados no âmbito de projetos de conservação aprovados pelo IPHAN em 2019 e 2021. A revisão contemplou o georreferenciamento atualizado, o redimensionamento das áreas grafadas e o mapeamento de cavidades e blocos tombados.

4.3.1 Sítio GO-JA-01

Este sítio é um dos mais estudados da região, figurando como o segundo maior da área arqueológica, com 1.500 m² de extensão. Conforme Schmitz (1997), na margem esquerda do rio Verde e em proximidade a dois cursos d'água permanentes, verificam-se, em um raio de 1 km, ao menos dez abrigos. O autor detalha que "ao longo do córrego Bela Vista (ou Inaciozinho), estão o GO-JA-01, GO-JA-01a-g e o GO-JA-02. Ao longo do córrego Canguçu, localizam-se o GO-JA-08 e o GO-JA-08A" (*apud* Resende *et al.*, 2019).

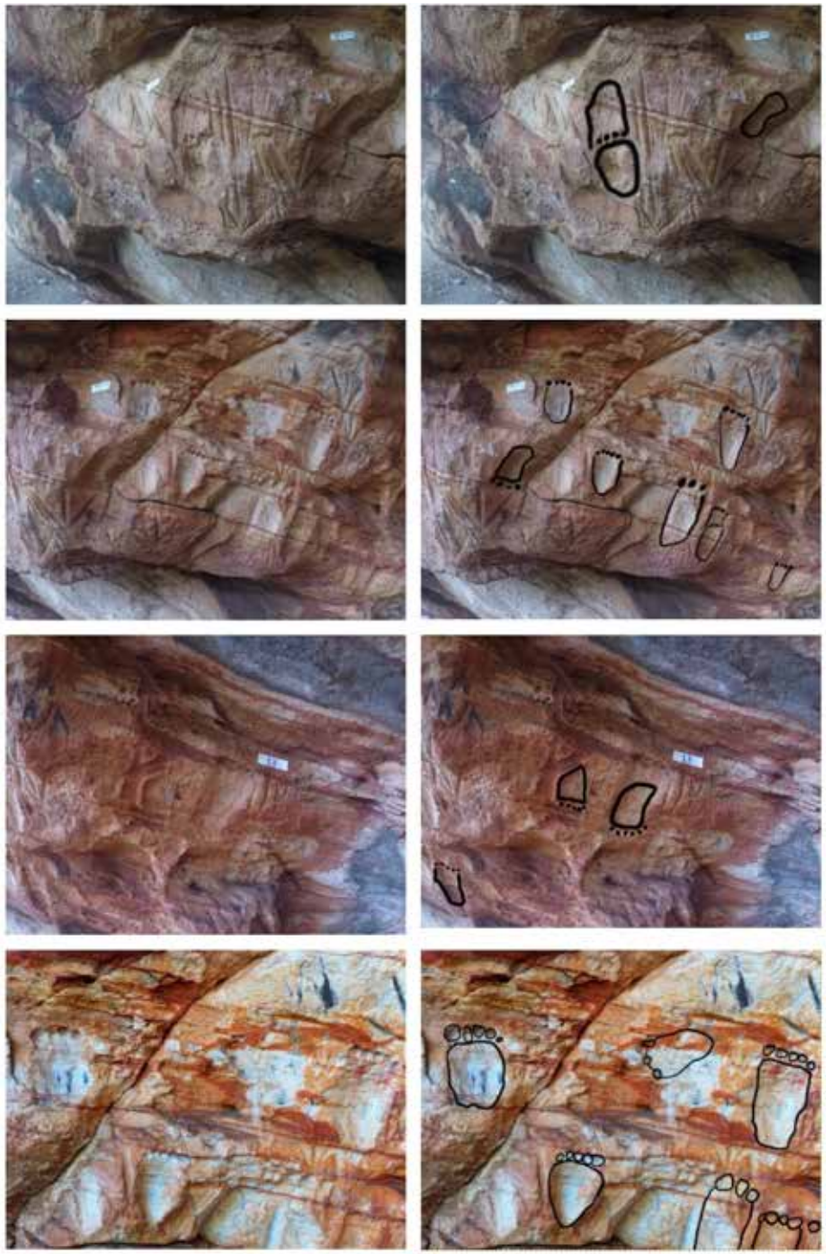
O sítio localiza-se em uma ampla cavidade secundária, desenvolvida após a litificação do suporte por ação fluvial. Sob a perspectiva da classificação espeleogenética, trata-se de uma cavidade epigênica (originada pela ação de águas meteóricas), sendo o termo "abrigo sob rocha" o mais adequado e recorrente na literatura brasileira para esta morfologia (Calux; Lobo, 2016).

O abrigo GO-JA-01, integrante do núcleo A do complexo arqueológico, possui em seu interior oito cavidades menores, das quais duas apresentam desenvolvimento interno considerável. A cavidade designada como C1 possui cerca de 22 m²; embora o teto baixo impeça a permanência em ortostase, o espaço comporta indivíduos em repouso. Notadamente, esta cavidade apresenta arte rupestre (gravuras) em zona afótica, ocorrência extremamente rara no contexto brasileiro. Outra cavidade se configura como um conduto de aproximadamente 12 m², servindo de abrigo para colônias de quirópteros (*bat cave*). Sua relevância arqueológica é acentuada pela presença de diversos vestígios líticos em seu interior.

O salão principal é amplo e iluminado, incidência solar direta em períodos específicos do dia. Na porção externa, dez metros acima do teto do abrigo (setor leste), verifica-se um compartimento superior que também comporta grafismos rupestres (pinturas). O sítio está registrado no IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) com cronologias que oscilam entre 10.580 +- 115 anos AP (SI-3699) e 925 +- 60 anos AP (SI-3690) na área de escavação principal; e entre 10.400 +- 130 anos AP (N-2348) e 915 +- 75 anos AP (N-2346) no Corte I/II (Schmitz, 1980).

Quanto aos grafismos no salão, estes ocupam praticamente todas as superfícies passíveis de servirem como suporte. Em um nicho exíguo e de teto baixo, no setor direito do abrigo, destaca-se uma expressiva concentração de podomorfos gravados. Estes se localizam em proximidade ao piso e apresentam acentuada similaridade formal entre si, o que sugere uma execução contemporânea por um mesmo agente ou grupo. As imagens tratadas desses grafismos são evidenciadas a seguir.

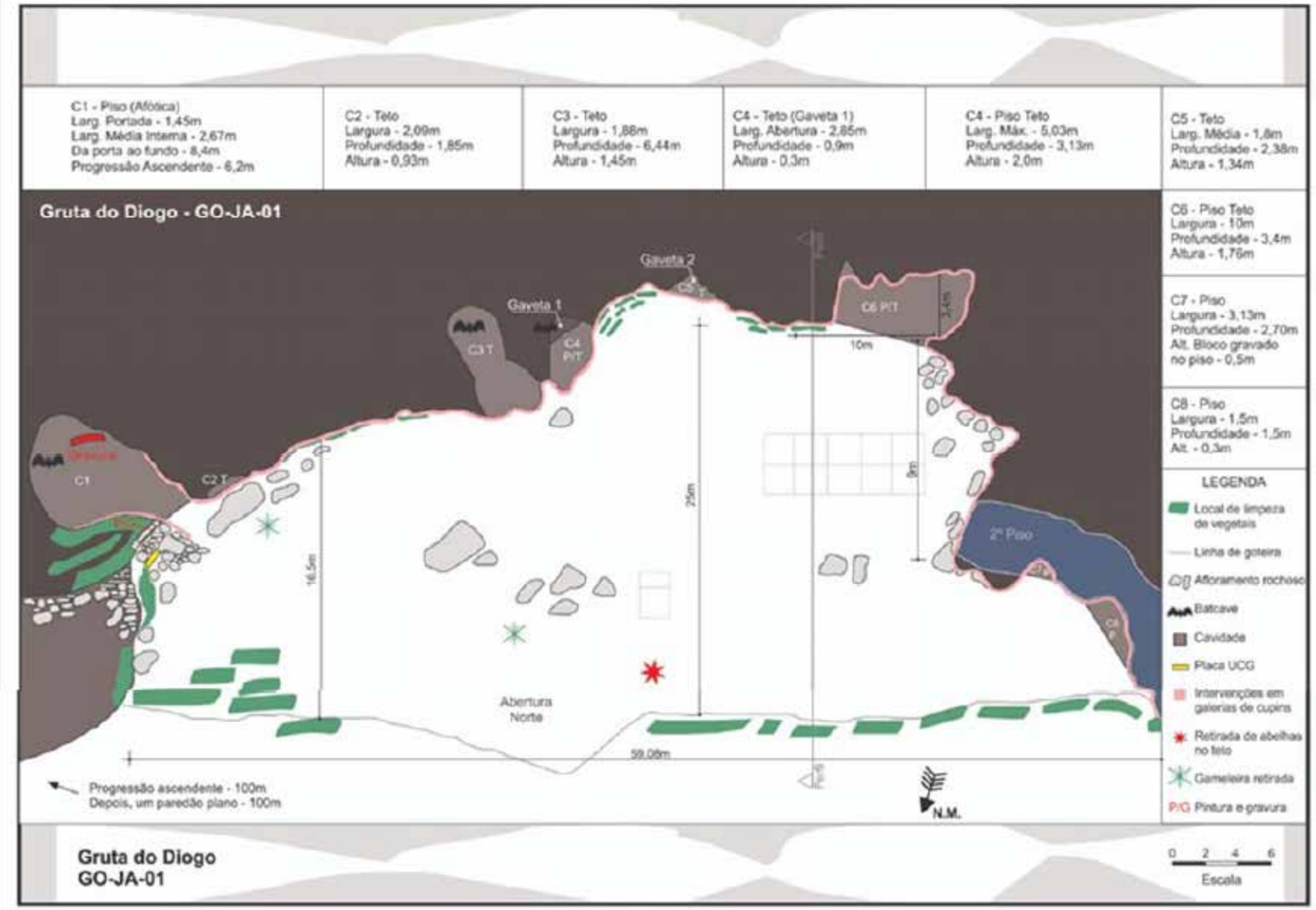
Figura 2 – Painéis de arte rupestre do sítio GO-JA-01. À esquerda as imagens originais e à direita a evidenciação dos motivos podomorfos



Fonte: Fernanda Costa e Nilo Resende (2025). Desenho: Fernanda Costa (2025).

O croqui do sítio GO-JA-01 (Gruta do Diogo 1), apresentado a seguir, evidencia a localização dos podomorfos, indicados pela seta. Observa-se que se trata de um abrigo de amplas dimensões, capaz de comportar grupos humanos numerosos; tal configuração sugere que os ocupantes dispunham de tempo e estabilidade no espaço para o exercício da atividade simbólica e imaginativa.

Figura 3 – Croqui do sítio GO-JA-01



Fonte: Adaptado de Schmitz (1970) e IPHAN (2019, 2021).

4.3.2 Sítio GO-JA-02

Este sítio arqueológico se localiza a aproximadamente 400 m do GO-JA-01. Possui duas áreas distintas com grafismos: uma externa, onde predominam as pinturas, e uma interna, caracterizada majoritariamente por gravuras. Atualmente, o sítio é objeto de escavações sistemáticas no âmbito de um projeto acadêmico autorizado pelo IPHAN, o qual tem revelado importantes dados sobre a cronologia e o contexto ocupacional da área (Rubin, 2025). Assim como o sítio anterior, o GO-JA-02 apresenta elevada complexidade arqueológica, testemunhando sucessivas ocupações humanas. Sobre sua morfologia, Schmitz (1997, p. 35-36) descreve que:

> […] em bloco saliente no mesmo paredão, 550 m para a direita […] abre-se um abrigo, escavado, em parte, pelo gotejar da água do teto em arenito pouco ou nada metamorfizado […]. Compõe-se de duas partes: A, aberta para o norte […] ligada a um setor B por uma porta natural, sendo mais da metade deste setor iluminada e a outra metade escura. No fundo, há uma goteira permanente que formou um lago raso. Ao redor dele estão numerosas gravuras […] (*apud* Resende *et al.*, 2019).

Tanto na área externa quanto na interna, verificam-se superfícies de interesse para o estudo da arte rupestre. As localizações das gravuras estão indicadas no croqui apresentado a seguir. Os podomorfos selecionados para análise neste abrigo encontram-se intercalados a diversos vestígios de icnogramas animais (tridígitos).

Quanto à morfologia e às técnicas de execução: o primeiro motivo, de formato alongado, foi executado por abrasão em fenda (formato de “canoa”) e apresenta quatro dígitos; o segundo, de aspecto arredondado, foi produzido por picoteamento e apresenta cinco dígitos; o terceiro foi elaborado por escarificação e apresenta três dígitos. Tais grafismos estão evidenciados nas figuras sequenciais.

Figura 4 – Painéis de arte rupestre do sítio GO-JA-02. A imagem inferior direita é um enfoque direto da porção esquerda da imagem superior



Fonte: Fernanda Costa e Nilo Resende (2025). Desenho: Fernanda Costa (2025).

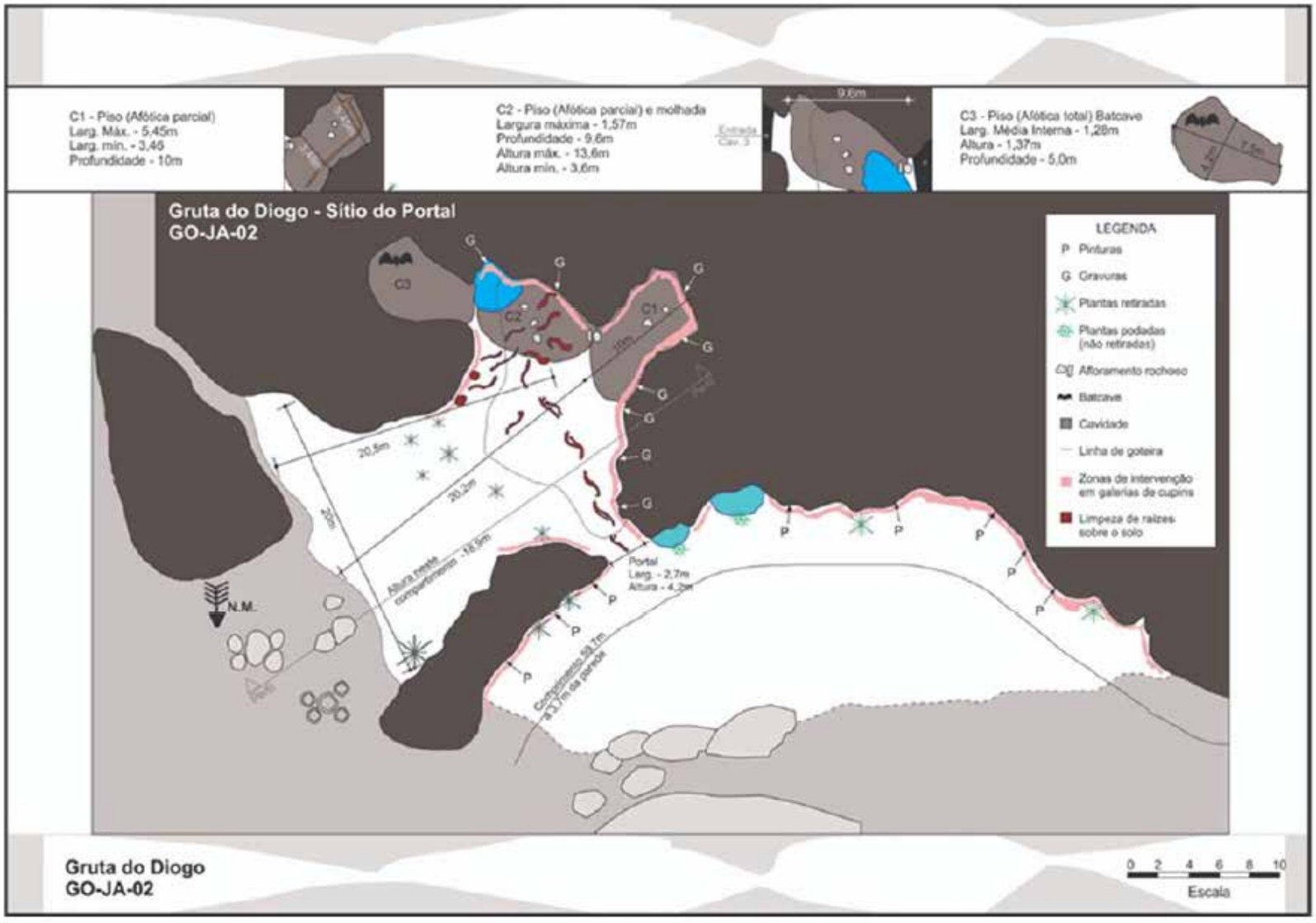
Figura 5 – Podomorfo presente no sítio GO-JA-02



Fonte: Fernanda Costa e Nilo Resende (2025). Desenho: Fernanda Costa (2025).

No croqui do sítio GO-JA-02 (Gruta do Diogo 2), apresentado a seguir, destaca-se a localização específica do painel dos podomorfos, indicado pela seta. Evidenciam-se, outrossim, os dois compartimentos do abrigo: o setor externo, caracterizado por ser aberto e iluminado, e o setor interno, de maiores dimensões e mais protegido, onde se concentra a maioria dos grafismos rupestres.

Figura 6 – Croqui do sítio GO-JA-02



Fonte: Adaptado de Schmitz (1970) e IPHAN (2019, 2021).

4.3.3 Sítio Go-Já-03

Localizado na RPPN Pousada das Araras, o sítio Serra das Araras é considerado o mais extenso e complexo de toda a área arqueológica de Serranópolis. Para fins de sistematização das análises, a área foi subdividida em sete compartimentos, conforme detalhado no croqui apresentado. Os podomorfos selecionados para este estudo se localizam, especificamente, no Compartimento 4.

Estes grafismos se destacam de todo o conjunto regional devido às suas dimensões excepcionais, sendo popularmente designados como "pés grandes". Ao menos quatro pés foram identificados e analisados: dois deles são de grandes proporções e apresentam sulcagem profunda e evidente, enquanto os outros dois são menores e de execução mais sutil.

Tais figuras apresentam uma descontinuidade intrassítio notável, parecendo destoar das demais manifestações gráficas predominantes. Essa diferenciação morfológica e técnica sugere que tais podomorfos possam ser significativamente mais pretéritos que o restante do painel, possivelmente elaborados por grupos ou agentes distintos daqueles que executaram as abundantes pinturas e gravuras que caracterizam o sítio.

As imagens a seguir evidenciam os podomorfos em questão, partindo da contextualização da localização específica dos registros no suporte rochoso.

Figura 7 – Área do sítio GO-JA-03 onde foram encontrados os painéis de arte rupestre



Fonte: Fernanda Costa e Nilo Resende (2025).

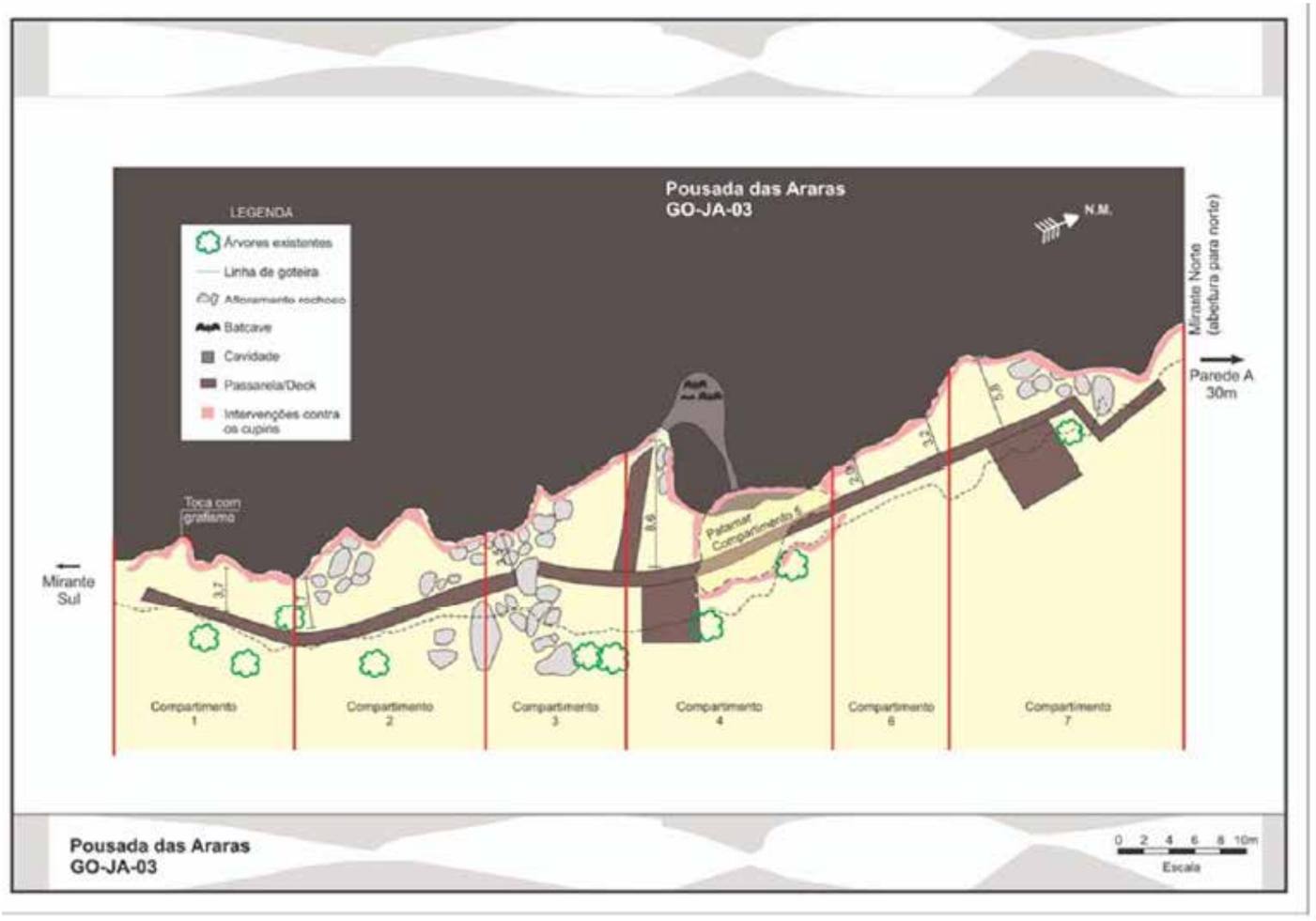
Figura 8 – Motivos podomorfos horizontalizados no sítio GO-JA-03



Fonte: Fernanda Costa e Nilo Resende (2025). Desenho: Fernanda Costa (2025).

O croqui do sítio GO-JA-03 (Serra das Araras), apresentado a seguir, evidencia sua expressiva extensão longitudinal em contraste com a reduzida largura, morfologia que não favorece o acolhimento permanente de grandes grupos, sugerindo um uso sazonal ou efêmero. No entanto, trata-se do sítio com maior densidade de grafismos de toda a região, o que reforça a hipótese de sua relevância como área ritualística. O afloramento no qual se insere possui grandes dimensões e, em todo o seu entorno, têm sido identificadas novas manifestações que corroboram a densidade demográfica pretérita da área. Cumpre considerar que esta é uma região com diversas pesquisas ativas, cujas ponderações científicas encontram-se em constante desenvolvimento.

Figura 9 – Croqui do sítio GO-JA-03



Fonte: Adaptado de Schmitz (1970) e IPHAN (2019, 2021).

4.3.4 Sítio GO-JA-08

Este sítio integra o mesmo núcleo dos abrigos apresentados anteriormente, o que reforça a hipótese de que as populações ocupantes possuíam uma predileção cultural pela temática podomorfa. Dentre os sítios analisados, o GO-JA-08 destaca-se pela maior diversidade de expressões e densidade quantitativa desses grafismos.

Os registros distribuem-se tanto em blocos rochosos desprendidos (matacões) quanto em segmentos específicos da parede do abrigo, ambos caracterizados por uma elevada profusão de motivos. Destaca-se, ainda, a presença de um podomorfo pintado em um setor elevado do suporte, além de dois exemplares gravados com morfologia distinta, localizados na porção rasteira, ao fundo do abrigo.

As imagens a seguir apresentam, inicialmente, uma vista geral dos setores grafados e, na sequência, o detalhamento técnico de cada registro.

Figura 10 – Sítio GO-JA-08



Fonte: Fernanda Costa e Nilo Resende (2025). Desenho: Fernanda Costa (2025).

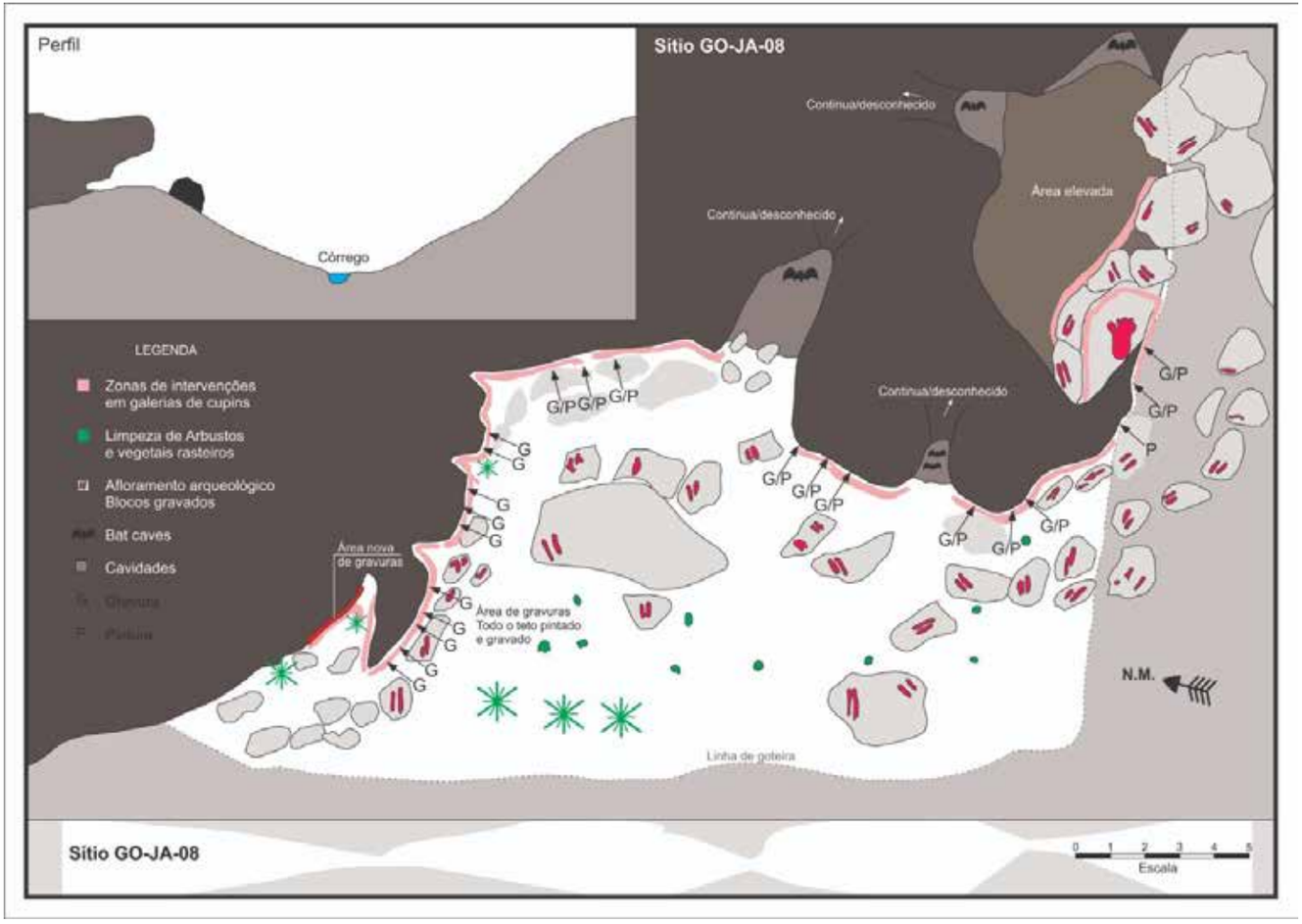
Figura 11 – Painéis do sítio GO-JA-08 com motivos podomorfos gravados, à exceção do registro presente na imagem inferior direita, executado por meio de técnica pictórica



Fonte: Fernanda Costa e Nilo Resende (2025). Desenho: Fernanda Costa (2025).

No croqui a seguir do sítio GO-Ja-08 (Gruta da Fazenda em Tinta), os locais do registro das pegadas estão marcados pelas setas. Não se trata de um sítio grande, e a quantidade de blocos esparsos em sua área o inviabiliza enquanto moradia permanente, sendo este também sugestivo de um abrigo sazonal de forrageio.

Figura 12 – Croqui do sítio GO-JA-08



Fonte: Adaptado de Schmitz (1970) e IPHAN (2019, 2021).

4.3.5 Sítio GO-JA-13

Conhecido como Véu do Moquém, este sítio se caracteriza como um local de clima ameno e protegido da incidência solar direta, inserido em densa vegetação e marcado por uma cachoeira que se desprende de seu teto. Em seu entorno imediato, existem ao menos dez outros sítios grafados, que variam entre abrigos sob rocha e grandes blocos isolados com áreas protegidas que permitiram a expressão gráfica. A configuração da paisagem sugere um amplo território para o estabelecimento de aldeias, intercalado por estratégicas áreas de forrageio.

A expressão gráfica no sítio é diversificada; a pintura, em especial, retrata uma fauna variada e figuras antropomorfas interagindo nesse contexto. Já as gravuras são majoritariamente geométricas, representando pegadas de diversos animais. Dentre estas, destacam-se os podomorfos humanos, particularmente uma sequência de motivos minúsculos, evidenciados por conjuntos de pequenos orifícios que representam os dedos.

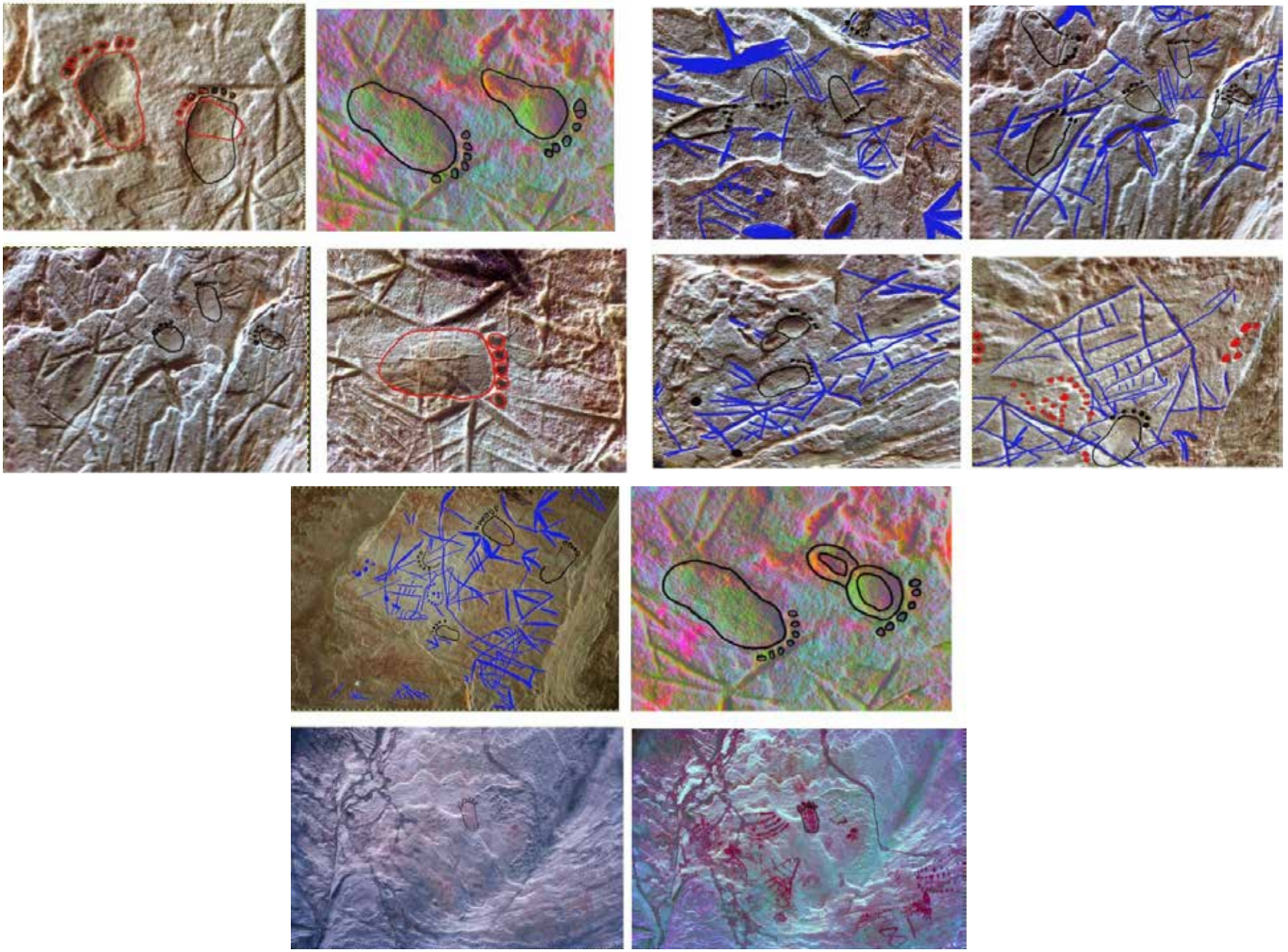
Estes grafismos se encontram concentrados em um painel baixo de arenito friável e, devido às suas dimensões reduzidas, são de difícil percepção. As imagens a seguir evidenciam a profusão desses minúsculos pés, que não excedem 2 cm de comprimento cada, configurando um registro excepcional no conjunto de Serranópolis.

Figura 13 – Paisagem do sítio GO-JA-13



Fonte: Fernanda Costa e Nilo Resende (2025). Desenho: Fernanda Costa (2025).

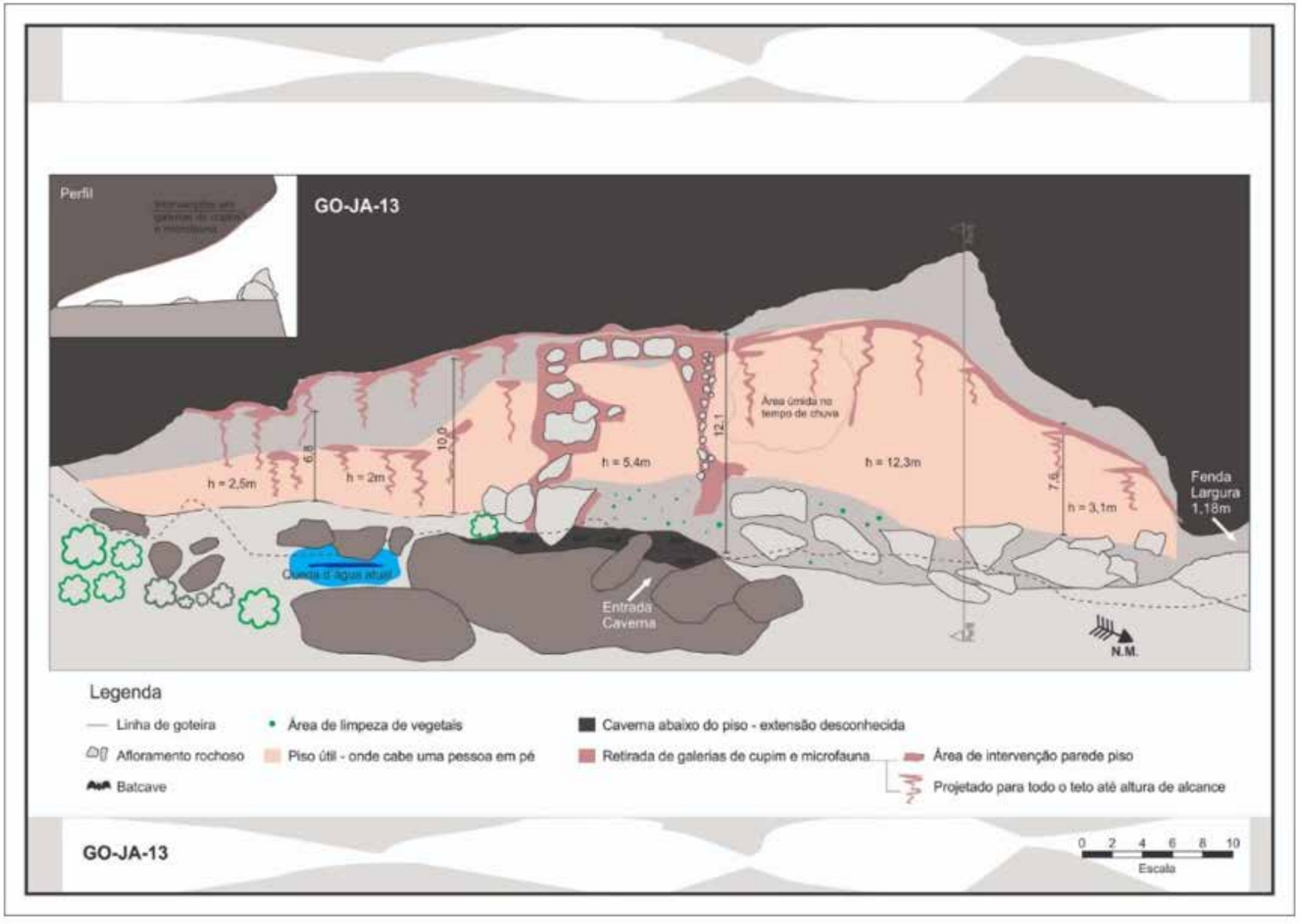
Figura 14 – Recortes do sítio GO-Já-13 (Véu do Moquém)



Fonte: Fernanda Costa e Nilo Resende (2025). Desenho: Fernanda Costa (2025).

No croqui a seguir do sítio GO-Ja13 (Gruta Véu do Moquém), o local específico do registro das pegadas está marcado pela seta.

Figura 15: Croqui do sítio GO-Ja-13



Fonte: Adaptado de Schmitz (1970) e IPHAN (2019, 2021).

4.3.6 Sítio do Pastinho

Este sítio se localiza fora das áreas nucleares prospectadas por Schmitz na década de 1970. Situado em uma propriedade particular e distante do circuito turístico de Serranópolis, o abrigo apresenta um estado de conservação superior. Seu registro é recente e, geograficamente, insere-se na bacia do rio Verde.

Morfologicamente, o sítio possui dois segmentos distintos, separados por uma queda d'água de grande altura que se desprende do topo da escarpa, configurando duas grutas altas e de baixa profundidade. Ambos os setores apresentam uma densa concentração de grafismos, com predominância de gravuras. As pegadas animais são abundantes e, entre elas, identificam-se diversos podomorfos humanos esculpidos.

As superfícies rochosas encontram-se bastante meteorizadas, observando-se um aproveitamento deliberado dos acidentes naturais e das texturas da rocha para a composição dos motivos. As imagens a seguir revelam o contexto paisagístico do sítio e as particularidades técnicas de seus registros.

Figura 16 – Sítio Pastinho com sua paisagem, paredão de arte rupestre e a cascata em contexto



Fonte: Fernanda Costa e Nilo Resende (2025).

Figura 17 – Arte rupestre no sítio Pastinho evidenciada manualmente



Fonte: Fernanda Costa e Nilo Resende (2025). Desenho: Fernanda Costa (2025).

Este sítio ainda não possui croqui elaborado, uma vez que se encontra em fase de estudo e não foi integrado ao projeto de ações de conservação realizado anteriormente.

5 ROCHAS QUE FALAM E PÉS MARCADOS: UM ENSAIO SOBRE AS AGÊNCIAS GEOMÓRFICAS E A MATERIALIZAÇÃO DE IDEIAS EM SERRANÓPOLIS

A partir da análise em campo e das imagens referentes aos motivos podomorfos dos sítios GO-JA-01, GO-JA-02, GO-JA-03 e GO-JA-13, foi possível identificar traços do que Valle *et al.* (2018) descrevem como a exaptação da pareidolia. Nesse processo, as populações pretéritas de Serranópolis habitaram um ambiente onde as superfícies geológicas, com suas disposições e feições particulares, ofereceram estímulos sensoriais específicos.

Através do ordenamento geomórfico, a percepção visual de certas saliências ou depressões na rocha foi integrada à produção imagética; dessa forma, o relevo natural proporcionaria uma *affordance* importante para a materialização de símbolos podomorfos. Assim, a ação humana de demarcar esses pés nas rochas surge de uma reciprocidade entre o gestual e o geomorfismo natural, na qual a agência pareidólica guiou a formalização dessa "obsessão" regional pelos podomorfos.

O caso do sítio GO-JA-01 (FIGURA 18) é emblemático para a nossa argumentação. A Imagem A apresenta um dos desafios mais complexos deste trabalho: distinguir o geofato da ação antrópica. Nela, os elementos que interpretamos como "dedos" assemelham-se a processos de erosão alveolar natural; contudo, não se pode descartar uma intervenção intencional para acentuar a similaridade anatômica.

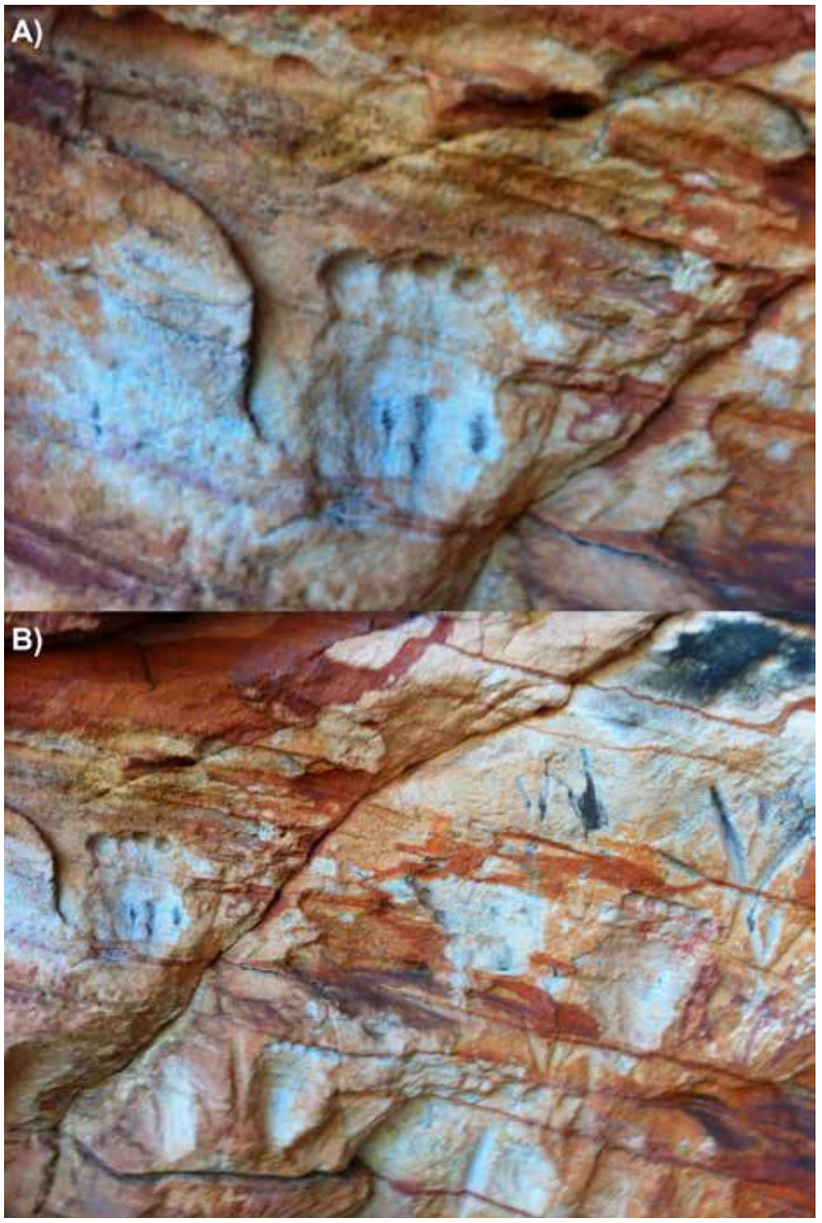
Adicionalmente, uma linha de oxidação avermelhada (típica do intemperismo em arenitos) se posiciona logo abaixo desses alvéolos, podendo ter atuado como um demarcador natural que separa os dedos da planta do pé. Embora a gênese do podomorfo seja de certa forma ambígua (entre a natureza e o picoteamento humano), sua relevância reside na convergência visual que oferece.

Ao analisarmos a imagem B, que revela outro painel no mesmo paredão, essa ambiguidade ganha um novo contexto. Observamos ali a possibilidade de outros dois podomorfos (nas porções central e inferior direita). Assim como na imagem A, os dedos parecem derivar de erosão alveolar, mas o exemplar central inferior sugere um acabamento por abrasão que torna o "calcanhar" mais evidente, ainda que a planta do pé possa ser uma depressão causada por erosão natural.

Somando-se a isso, na porção superior direita da imagem B, observa-se uma gravura tridígita com pigmentação escura. Em Serranópolis, tais motivos são interpretados como representações naturalistas de pegadas de aves ou de outros animais (Fernandes *et al.*, 2022). Em suma, as incertezas sobre a gênese de certas características reforçam nossa tese: o paredão do GO-JA-01 ofereceu diversas *affordances* geológicas que permitiram às populações pretéritas reconhecer e reforçar figuras podomorfas.

Isso é evidente tanto na aplicação de pigmento sobre as formas da imagem A, quanto na definição do calcanhar no exemplar central da imagem B. Assim, a agência da morfologia natural das rochas foi importante a ponto de ser ativamente integrada ao universo material e simbólico desses grupos.

Figura 18 – Arte rupestre do sítio GO-JA-01. (A) Possível motivo podomorfo com geomorfismo associado; (B) Painel de arte rupestre em perspectiva, evidenciando os tridígitos



Fonte: Fernanda Costa e Nilo Resende (2025).

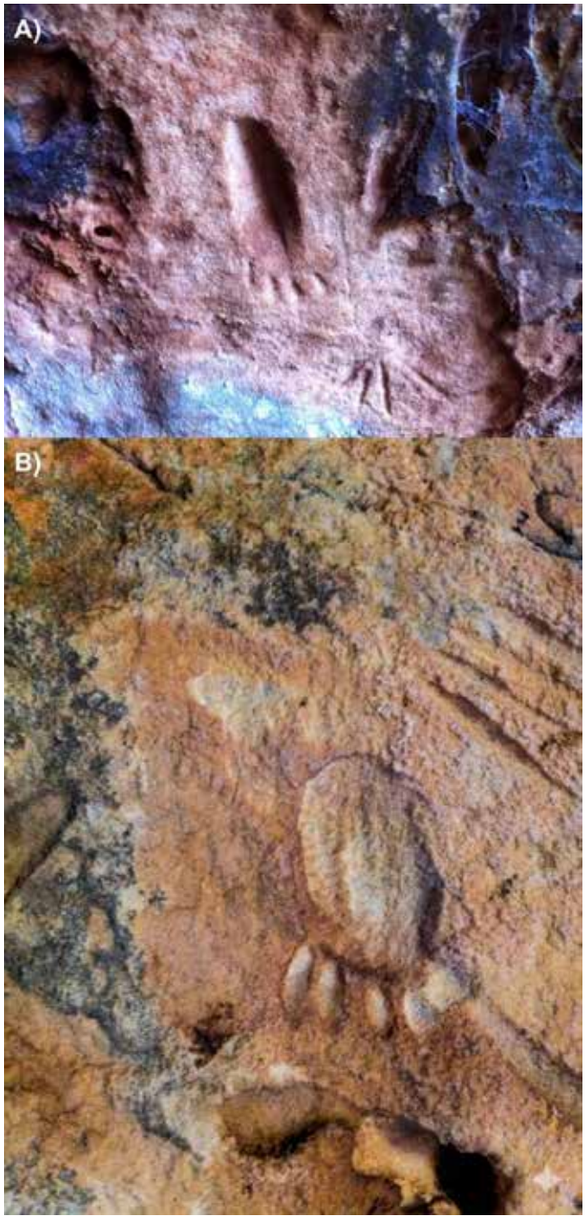
No caso do sítio GO-JA-02, destacam-se dois exemplares que ilustram diferentes graus de engajamento com o suporte: um cuja produção é estritamente antrópica e outro no qual os aspectos geomorfológicos naturais foram convidativos e aproveitados. Na imagem A (FIGURA 19), observa-se um exemplo claro de ação antrópica na execução tanto do podomorfo humanoide quanto da tridígita.

A depressão central, correspondente à planta do pé, apresenta-se profunda e relativamente simétrica, sugerindo uma escavação intencional finalizada por abrasão com o intuito de polimento, como indicam suas bordas suavizadas. Diferentemente do observado no GO-JA-01, os dedos aqui não derivam de erosão alveolar, mas da intencionalidade do artista, materializada por meio de incisões lineares na rocha.

Por outro lado, a imagem B (FIGURA 19) exemplifica de forma mais nítida os conceitos de *affordance* e pareidolia. A base do podomorfo (planta do pé) parece resultar de um processo erosivo natural, possivelmente um desplacamento da rocha, embora não se descarte um retoque antrópico para o acabamento da que é encontrada atualmente.

Contudo, os três dedos situados à esquerda se apresentam alongados e profundos, com um polimento aparente que suaviza suas bordas, enquanto os aparentes dois dedos da direita não parece ter tido o mesmo cuidado, podendo ser, na verdade, algum aspecto geomórfico. Esse exemplar permite interpretar que a *affordance* geomorfológica ofereceu a base, enquanto o sujeito, orientado pela pareidolia, reconheceu a forma e materializou os dedos no paredão, convertendo o suporte físico em um lugar demarcado por “pisadas”.

Figura 19 – Motivos podomorfos do sítio GO-JA-02. (A) Evidenciação de uma ação antrópica deliberada para a impressão da pegada na rocha. (B) Podomorfo o qual a base, “planta do pé”, apresenta uma clara *affordance* propiciada pela erosão natural da rocha, enquanto os dedos foram confeccionados por abrasão



Fonte: Fernanda Costa e Nilo Resende (2025).

No sítio GO-JA-08, identificamos dois casos de especial interesse: um que evidencia a deliberação antrópica na execução da arte podomorfa e outro onde a pareidolia parece ter influenciado a representação de tridígitos. Conforme observado na figura 20, os exemplares analisados são, até o momento, os que mais claramente indicam uma ação antrópica deliberada para a obtenção da forma podomorfa. Diferentemente das erosões alveolares discutidas anteriormente, em ambos os casos os apêndices digitais aparentam ter sido confeccionados por meio da técnica de picoteamento.

Ademais, ao contrário do observado no sítio GO-JA-02 – onde os dedos situam-se externamente à base plantar –, no GO-JA-13 eles integram a mesma depressão que a planta do pé, sem uma divisão morfológica estabelecida entre eles. A estrutura da figura como um todo, especialmente as laterais e os calcanhares, forma "degraus" nítidos em relação à superfície original da rocha. A ausência de suavização nessas bordas reforça a hipótese do picoteamento sem o acabamento posterior por polimento.

Embora não se perceba uma *affordance* específica para a morfologia interna dos pés, existe uma diaclase que separa ambas as figuras (as quais sugerem, inclusive, um movimento de caminhada). Valle *et al.* (2018) sugerem que, em contextos amazônicos, artistas aproveitaram fraturas geomorfológicas de intemperismo para delimitar ou contornar suas obras.

Nesse sentido, o posicionamento da arte no GO-JA-13 assemelha-se a essa "resposta cognitiva à fratura", onde a fissura natural atua como um elemento ordenador e delimitador entre as pegadas.

Figura 20 - Motivos podomorfos produzidos pela ação humana, no sítio GO-JA-13. Nota-se a diaclase que separa ambas as pegadas



Fonte: Fernanda Costa e Nilo Resende (2025).

Em outro painel do GO-JA-13 (FIGURA 21), a erosão alveolar manifesta-se de forma intensa, criando a impressão de que o próprio paredão possui seus "dedos" marcados. As diaclases nas porções inferior e esquerda exercem uma agência organizadora sobre o suporte, oferecendo as *affordances* necessárias para delimitar a tela onde o agente presentificou sua obra. Embora o nível da agência antrópica seja difícil de mensurar com precisão, as figuras podomorfas sugerem intervenções mínimas que geraram um rebaixamento do plano, conferindo ênfase às plantas dos pés, aspecto observável no motivo da porção central superior. Adicionalmente, na porção direita do suporte, uma diaclase estabelece um limite físico claro entre a área dos podomorfos e a das gravuras tridígitas/zoomorfas, evidenciando uma organização espacial deliberada entre o domínio das representações do humano e do não humano.

Figura 21 – Painel presente no sítio GO-JA-13. Ao centro da imagem notam-se erosões alveolares que propiciaram um aspecto pareidólico que pode ter sido interpretado como dedos humanos. À esquerda, ao centro e à direita nota-se as diaclases que separam a porção humanoide do paredão da porção zoomorfa, posicionada à direita



Fonte: Fernanda Costa e Nilo Resende (2025).

No caso do sítio GO-JA-03, destaca-se a presença de motivos podomorfos que rompem com a lógica dos painéis verticalizados apresentados anteriormente. Conforme observado na Figura 22, a gravura dispõe-se em uma superfície horizontalizada, cuja topografia irregular exerceu uma importante *affordance* sobre a percepção humana. A curvatura específica do suporte mimetiza a anatomia volumétrica de um pé, sugerindo que o agente não apenas "visualizou" a forma, mas engajou-se com a tridimensionalidade da rocha.

Diferentemente de outros casos discutidos, os apêndices digitais aqui não resultam de erosão alveolar fortuita; apresentam indícios de produção antrópica deliberada, possivelmente por meio de picoteamento ou abrasão seletiva, a fim de materializar o imagético propiciado pela pareidolia.

Figura 22 – Superfície horizontal presente no sítio GO-JA-03, seguido das depressões circulares produzidas pela ação humana, dando a forma de dedos que seguem à superfície da rocha.



Fonte: Fernanda Costa e Nilo Resende (2025).

Para finalizar a discussão, o sítio do Pastinho apresenta um caso emblemático no qual o geomorfismo da cavidade sobressai por sua nítida *affordance*. Conforme ilustrado na figura 23 e fundamentado no trabalho de Valle *et al.* (2018), o posicionamento estratégico de depressões naturais que formam um padrão triangular de três pontos tende a ser processado cognitivamente como um rosto, o fenômeno de *face-pattern*. Esta manifestação de pareidolia constitui uma estratégia neural humana fundamental que, no Pastinho, parece ter orientado a apropriação do suporte rochoso.

A erosão alveolar, marcadamente ampla e profunda neste sítio (destacada no retângulo vermelho à direita), atuou como fator determinante para a seleção deste paredão como suporte. Nele, os agentes aproveitaram as cavidades preexistentes para materializar não apenas podomorfos humanos e tridígitos (compatíveis com pegadas de aves), mas também o que sugerem ser icnogramas de felinos na porção central do painel.

Adicionalmente, destaca-se um padrão tridígito à esquerda (marcado com o quadrado amarelo), onde duas erosões alveolares adjacentes permitiram que o grafismo assumisse uma nova configuração: a de uma máscara ou face. Assim, este semblante, materializado pela intervenção antrópica, complementa feições que o geomorfismo já havia projetado na superfície rochosa. Tal processo evidencia como a morfologia da rocha exerceu agência direta sobre os sujeitos que experienciavam o sítio de maneira corporificada, transformando o geofato em um artefato simbólico.

Figura 23 – À direita, demarcado pelo retângulo vermelho, um exemplo de *face-pattern* presente no sítio Postinho. À esquerda, delimitado pelo quadrado amarelo, o tridígito que, aliado às erosões alveolares, remetem a mais um *face-pattern*



Fonte: Fernanda Costa e Nilo Resende (2025). Desenho: Fernanda Costa (2025).

6 CONCLUSÃO

A análise dos sítios GO-JA-01, 02, 03, 08, 13 e Pastinho permite atestar que a região de Serranópolis se configura como um território arqueológico de fronteiras fluidas e alta complexidade simbólica. Localizada em uma zona central do Brasil, a região parece ter congregado manifestações que transitam entre diferentes "tradições" de arte rupestre, funcionando como uma zona de contato fundamental na qual a convergência de povos e saberes se materializou nos suportes rochosos; fenômeno impulsionado por suas diversas *affordances*. Mais do que um receptáculo passivo, esta zona central permite indagar sobre as interferências culturais de áreas periféricas, consolidando-se como um campo fértil para avanços interpretativos sobre a ocupação do Planalto Central.

No âmago desta expressividade, os motivos podomorfos emergem como uma linguagem que, embora universal em sua forma, é singular em sua execução e recorrência regional. A diversidade de técnicas (do reconhecimento pareidólico sutil por parte dos sujeitos ao picoteamento deliberado) e a densidade numérica destas pegadas desafiam percepções que outrora relegariam tais motivos a um baixo valor expressivo se analisados isoladamente. Pelo contrário, no contexto da temática de Serranópolis, a onipresença dos pés revela uma significância profunda para os agentes desses grafismos, indicando uma "obsessão" temática que servia como pilar de identidade e comunicação visual, posicionando a arte rupestre podomorfa da região no panorama mundial do que Bertilsson (2013) aponta como um arquétipo. Um dado que corrobora essa centralidade é a escassez de representações de

mãos na mesma proporção; os pés foram, portanto, a porção anatômica humana privilegiada, sugerindo uma prioridade ontológica ou cosmológica desses grupos relacionada ao caminhar ou à própria pegada.

Conclui-se que a materialização desses podomorfos só foi possível através de um engajamento sensorial e físico profundo, proporcionado pelo habitar local e pelas experiências corporificadas. A agência da morfologia natural das rochas foi tão determinante que se integrou ativamente ao universo simbólico, sendo os diversos geomorfismos convites à ação humana. Seja no reconhecimento de um rosto através do *face-pattern* no Pastinho ou na delimitação espacial imposta pelas diaclases no GO-JA-13, a rocha atuou como coparticipante da feitura de mundos por parte dos habitantes pretéritos.

Espera-se que este estudo, tal como a obra de Valle *et al.* (2018) serviu de alicerce para esta análise, estimule novas investigações sobre a expressão rupestre de Serranópolis e amplie as possibilidades teóricas para o estudo da arte parietal. O exame dos podomorfos demonstra que a arte rupestre não deve ser vista apenas como um registro do passado, mas como o testemunho de uma relação complexa e recíproca entre as agências humana e não humana, reforçando que o estudo desta materialidade deve ser conduzido de forma cada vez mais holística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHRATI, Ahmed. Hand prints, footprints and the imprints of evolution. **Rock Art Research**, v. 25, n. 1, p. 23-33, 2008.

ANDRADE, J. S. **Abrigo, representações rupestres e impactos naturais no sítio GO-JA-02, Serranópolis, Goiás**. 2018. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018.

ARAUJO, M. M. **Compartimentação da paisagem e recursos naturais**: uma proposta para a dinâmica dos grupos pré-coloniais dos sítios GO-JA-01 e GO-JA-02. 2018. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018.

ASHMORE, Wendy. Visions of the cosmos: ceremonial landscapes and civic plans. *In*: DAVID, B.; THOMAS, J. (ed.). **Handbook of Landscape Archaeology.** London: Routledge, 2008. p. 167-175.

BARBOSA, M. O. *et al.* **Projeto estudos para chancela de paisagem cultural**: diagnóstico arqueológico do aglomerado Manuel Braga – Pousada das Araras e georreferenciamento de sítios arqueológicos no município de Serranópolis, Goiás. Goiânia: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2009.

BARBOSA, J. B. **Estratigrafia, arqueologia e reconstrução paleoambiental do sítio GO-Ja-02 no Holoceno – Serranópolis/GO**. 2025. Tese (Doutorado) – UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2025.

BERTILSSON, Ulf. Divine footprints: traces of cosmological archetypes and prehistoric religion on the rock faces. *In*: **Art as a Source of History**. Papers XXV Valcamonica Symposium 2013. Edizioni del Centro, 2013. p. 163-172.

BOAZ, Noel T.; CIOCHON, Russell L. **Dragon Bone Hill**: an ice-age saga of Homo erectus. Oxford: Oxford University Press, 2004.

BOËDA, E.; LOURDEAU, A. *et al.* A new late Pleistocene archaeological sequence in South America: the Vale da Pedra Furada (Piauí, Brazil). **Antiquity**, v. 88, n. 341, p. 927-941, 2014.

CALUX, A. S.; LOBO, F. L. (org.). **Guia de boas práticas ambientais na mineração de calcário em áreas cársticas**. 1. ed. Campinas: Sociedade Brasileira de Espeleologia, 2016.

CARVALHO, J. S. **Perdas de solo a montante do sítio arqueológico GO-JA-02, Serranópolis, Goiás**: impactos ao patrimônio cultural. 2019. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

CLARKE, R. J. First ever discovery of a well-preserved skull and associated skeleton of Australopithecus. **South African Journal of Science**, v. 94, n. 10, p. 460-463, 1998.

CORTELETTI, R. L.; DEBLASIS, P. Arqueologia Jê do Sul do Brasil: ambiente, sistema, poder e experiência na paisagem de Urubici. **Revista Memorare**, v. 5, n. 2, p. 132-164, 2018.

DE LIMA, L. P. **Crônicas de terra e água**: arqueologia espacial e paisagens cosmológicas dos abrigos/grutas com sepultamento Jê do Sul. 2020. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

DE LIMA, L. P.; KLOKLER, D.; GASPAR, M. A song of earth and water: burial caves as sacred and animated Southern Jê deathscapes in Brazil. **Journal of Anthropological Archaeology**, v. 77, p. 101646, 2025.

FERNANDES, A. B. *et al*. Rock art in the Cerrado: cultural and natural heritage conservation come together at Serranópolis, Goiás, Brazil. *In*: FERNANDES, A. B.; MARSHALL, M.; DOMINGO, I. (org.). **Global perspectives for the conservation and management of open-air rock art sites**. London: Routledge, 2022. p. 283-301.

FRANCIS, J. E. Style and classification. *In*: WHITLEY, D. S. (ed.). **Handbook of rock art research**. Walnut Creek: AltaMira Press, 2001. p. 221-244.

FREDELL, Åsa. Bildbroar: figurativ kommunikation av ideologi och kosmologi under sydskandinavisk bronsålder. Göteborg: Göteborg University, 2003.

FONSECA, C. R. **Para além dos "planos-convexos"**: análise tecnofuncional dos instrumentos líticos do Holoceno antigo no sítio arqueológico GO-JA-26, Serranópolis, Goiás. 2019. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

GIBSON, J. J. **The ecological approach to visual perception**. Boston: Houghton Mifflin, 1979.

GRIPHUS CONSULTORIA. **Projeto de levantamento arqueológico na faixa de servidão da linha de transmissão da UHE Espora – Cachoeira Alta-GO (103 km)**: relatório final. Goiânia: Griphus Consultoria, 2006.

GRIPHUS CONSULTORIA. **Projeto de resgate do patrimônio cultural e arqueológico da AHE Espora-GO**: relatório final. Goiânia: Griphus Consultoria, 2007.

GUIDON, Niède. **Peintures rupestres de Várzea Grande, Piauí, Brésil**. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1975.

GUIDON, Niède; DELIBRIAS, Georgette. Carbon-14 dates point to man in the Americas 32,000 years ago. **Nature**, v. 321, n. 6072, p. 769-771, 1986.

GUTHRIE, Stewart E. **Faces in the clouds**: a new theory of religion. New York: Oxford University Press, 1993.

HEIDEGGER, Martin. **Being and time**. Tradução de John Macquarrie e Edward Robinson. New York: Harper & Row, 1962.

HERZOG, Irmela. Spatial analysis based on cost functions. *In*: GILLINGS, M.; HACIIGÜZELLER, P.; LOCK, G. (ed.). **Archaeological spatial analysis**. London: Routledge, 2020. p. 333-358.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Projeto de Conservação e Gestão de Sítios Arqueológicos de Serranópolis**. Relatório Técnico de Atualização (Processos 2019/2021). Brasília/Goiânia: IPHAN, 2021.

INGOLD, Tim. Culture, perception and cognition. **Psychological Research**, v. 5, n. 1, p. 99-119, 1996.

INGOLD, Tim. **The perception of the environment**: essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, 2000.
INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2015.
LANE, Paul J. The use of ethnography in landscape archaeology. *In*: DAVID, B.; THOMAS, J. (ed.). **Handbook of landscape archaeology**. London: Routledge, 2008. p. 237-244.
LEROI-GOURHAN, André. **Le geste et la parole**: technique et langage. Paris: Albin Michel, 1964a.
LEROI-GOURHAN, André. **Le geste et la parole**. Paris: Albin Michel, 1966. v. 2.
LEROI-GOURHAN, André. **Les religions de la préhistoire**. Paris: PUF, 1964b.
LEROI-GOURHAN, André. **Préhistoire de l'art occidental**. Paris: Mazenod, 1965.
LEWIS-WILLIAMS, James D. **Believing and seeing**: symbolic meanings in Southern San rock paintings. London: Academic Press, 1981.
MAMEDE, L. O significado das coberturas terciárias nas chapadas da região Centro-Oeste. *In*: Simpósio Nacional de Geomorfologia, 1., 1996, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Sociedade & Natureza, 1996. v. 8, n. 15, p. 26-30.
MERLEAU-PONTY, Maurice. Un inédit de Maurice Merleau-Ponty. **Revue de Métaphysique et de Morale**, v. 67, n. 4, p. 401-409, 1962.
MENGHIN, O. Estilos de arte rupestre de Patagonia. **Acta Praehistorica**, v. 1, p. 57-87, 1957.
MESKELL, Lynn; PREUCEL, Robert W. (ed.). **A companion to social archaeology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.
NASCIMENTO, J. B. **Análise dos principais condicionantes naturais e antrópicos de destruição dos registros rupestres de Serranópolis, Goiás**. 2012. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.
NOGUEIRA, R. S. Arqueologia da paisagem: Serranópolis na interpretação dos espaços sociais. **Habitus**, v. 13, n. 1, p. 89-112, 2015.
NOGUEIRA, R. S. **A construção do patrimônio arqueológico em Serranópolis, Goiás**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013.
OLIVEIRA, K. G. **Diversidades tecnológicas dos instrumentos líticos da transição do Pleistoceno/Holoceno antigo – Sítio GO-JA-01 – Serranópolis**. 2019. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2019.
PARENTI, F. *et al.* Genesis and taphonomy of the archaeological layers of Pedra Furada rock-shelter, Brazil. **Quaternaire**, v. 29, n. 3, p. 255-269, 2018.
POMEROY, E. *et al.* New Neanderthal remains associated with the "flower burial" at Shanidar Cave. **Antiquity**, v. 94, n. 373, p. 11-26, 2020.
PROCEDINO, P. M. O. A. **Formação e preservação do registro arqueológico: processos naturais-culturais no sítio GO-JA-02, Serranópolis, Goiás**. 2019. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.
PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Ed. UnB, 1992.
RAMOS, M. P. M. **As indústrias líticas do Holoceno médio no sítio GO-JA-01**: uma reavaliação a partir da abordagem tecnofuncional. 2016. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.
RAMOS, M. P. M.; VIANA, S. A. Diagnose tecno-funcional de amostragem lítica datada do início do Holoceno Médio no sítio arqueológico GO-JA-01. **Revista Mosaico**, v. 12, p. 135-163, 2019.
RESENDE, F. E. C. P. *et al.* **Projeto de conservação das pinturas e gravuras rupestres nos sítios de abrigos do complexo arqueológico de Serranópolis**. Brasília, DF: MRS Ambiental, 2017.
RESENDE, F. E. C. P. *et al.* **Relatório final das ações emergenciais de conservação das pinturas e gravuras rupestres nos sítios de abrigos do**

complexo arqueológico de Serranópolis-GO. Brasília, DF: MRS Estudos Ambientais, 2019.
RIRIS, Philip; CORTELETTI, Rafael. A new record of pre-Columbian engravings in Urubici (SC), Brazil using polynomial texture mapping. **Internet Archaeology**, v. 38, 2015.
RODET, M. J. *et al.* As indústrias líticas antigas de Serranópolis (sítios GO-JA-03 e GO-JA-14). **Revista de Arqueologia**, v. 32, p. 175-206, 2019.
RUBIN, J. C. R. **Escavação do sítio arqueológico GO-Ja-02, Serranópolis, Goiás**. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2017.
RUBIN, J. C. R.; SILVA, R. T. **Programa patrimônio arqueológico histórico-cultural AHE Espora**: levantamento do potencial arqueológico da área diretamente afetada. Goiânia: Lithotec Consultoria e Assessoria, 2006.
RUBIN, J. C. R. *et al.* Consideraciones al respecto del contexto arqueológico: Serranópolis, Goiás (Brasil). *In*: JIMÉNEZ LÓPEZ, J.; SERRANO SÁNCHEZ, C.; VALLES CANALES, B.; AGUILAR ARELLANO, F.; GONZÁLEZ, A. **El poblamiento temprano en América 6**. Saltillo: Museo del Desierto, 2016. p. 320-328.
RUBIN, J. C. R. *et al.* Efeitos da erosão em sítios arqueológicos no estado de Goiás: casos de Serranópolis e Palestina de Goiás. **Clio Arqueológica**, v. 32, n. 1, p. 37-67, 2017.
RUBIN, J. C. R. *et al.* Revisitando o sítio arqueológico Casa da Pedra, Serranópolis, Goiás. *In*: **Anais do VI Grupo de Estudos Geoarqueologia da América Latina**. Ubajara, 2018.
RUBIN, J. C. R. *et al.* Cazadores-recolectores y el paisaje en Serranópolis, Goiás, Brasil. **Boletín de Arqueología PUCP**, Lima, n. 29, p. 129-158, 2020. DOI: https://doi.org/10.18800/boletindearqueologiapucp.202002.006.
RUBIN, J. C. R. *et al.* Sítios arqueológicos do Núcleo B de Serranópolis, Goiás: tipos e intensidades de impactos naturais e antrópicos. **Revista de Arqueologia**, v. 35, n. 3, p. 52-68, 2022.
RUBIN, J. C. R. *et al.* Análise integrada dos sítios arqueológicos dos Núcleos E-F e Macaco, Serranópolis, Goiás. **Clio Arqueológica**, v. 38, n. 1, p. 12-40, 2023. DOI: https://doi.org/10.51359/2448-2331.2022.258910.
RUBIN, J. C. R. *et al.* Archaeological landscape perceptions: Gruta do Diogo 2 archaeological site, Serranópolis, Brazil. **Global Journal of Archaeology & Anthropology**, v. 14, n. 4, 2025.
SCHMITZ, P. I. **Arqueologia de Goiás em 1970**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1970.
SCHMITZ, P. I. A evolução da cultura no sudoeste de Goiás. **Pesquisas: Antropologia**, n. 31, p. 185-225, 1980.
SCHMITZ, P. I.; BARBOSA, A. S.; WÜST, I. **Arqueologia de Goiás**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1976.
SCHMITZ, P. I.; MOEHLECKE, S.; BARBOSA, A. S. Sítios de petroglifos nos projetos Alto Tocantins e Alto Araguaia, Goiás. **Pesquisas: Antropologia**, n. 30. São Leopoldo, 1979.
SCHMITZ, P. I.; BARBOSA, A. S.; RIBEIRO, M. B. (ed.). Temas de arqueologia brasileira: arte rupestre. **Anuário de Divulgação Científica**, v. 4, n. 8, 1980.
SCHMITZ, P. I.; SILVA, F. A.; BEBER, M. V. **Arqueologia nos cerrados do Brasil Central**: Serranópolis II. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1997.
SCHMITZ, P. I.; ROSA, A. O.; BITENCOURT, A. L. V. Arqueologia nos cerrados do Brasil Central: Serranópolis III. **Pesquisas: Antropologia**, São Leopoldo, n. 60, 2004.
SKOUSEN, B. J.; ANTONIUK, C. B. Rethinking persistent places: relationships, affects, and atmospheres. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 33, n. 1, p. 1-28, 2025.

SILVA, E. B. **Planície aluvial do médio do rio Verde**: hipóteses e reflexões. 2019. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.
SILVA, E. B. *et al*. Principais abordagens arqueológicas em planícies aluviais: um estudo de caso do Rio Verde no município de Serranópolis – Goiás, Brasil. **Cadernos do CEOM**, v. 33, n. 52, p. 50-60, 2020.
SILVA, F. A. M. *et al*. Caracterização climática do bioma Cerrado. *In*: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P.; RIBEIRO, J. F. (ed.). **Cerrado**: ecologia e flora. Brasília: Embrapa, 2008. p. 71-88.
SOUZA, M. G. **Análise macrorregional do complexo de sítios arqueológicos de Serranópolis**: relação e interação entre paisagem e caçadores-coletores. 2020. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.
SOUZA, M. L. **Estudos para chancela de paisagem cultural**: diagnóstico arqueológico dos núcleos B, C, E, F e georreferenciamento de sítios arqueológicos no município de Serranópolis, Goiás. Brasília, DF: IPHAN, 2009.
SOLECKI, R. S. **Shanidar**: the first flower people. New York: Alfred A. Knopf, 1971.
SURFACE-EVANS, S. L.; WHITE, D. A. An introduction to the least cost analysis of social landscapes. *In*: **Least cost analysis of social landscapes**: archaeological case studies. Salt Lake City: University of Utah Press, 2012. p. 1-10.
TAÇON, P. Socialising landscapes: the long-term implications of signs, symbols and marks on the land. **Archaeology in Oceania**, v. 29, n. 3, p. 117-129, 1994.
TAÇON, P. Australia. *In*: WHITLEY, D. S. (ed.). **Handbook of rock art research**. Walnut Creek: AltaMira Press, 2001. p. 530-575.
TAÇON, P. Marks of possession: the archaeology of territory and cross-cultural encounter in Australia and South Africa. *In*: DAVID, B.; THOMAS, J. (ed.). **Handbook of landscape archaeology**. London: Routledge, 2008. p. 218-227.
TILLEY, C. **A phenomenology of landscape**: places, paths and monuments. Oxford: Berg, 1994.
TURPIN, S. Archaic North America. *In*: WHITLEY, D. S. (ed.). **Handbook of rock art research**. Walnut Creek: AltaMira Press, 2001. p. 361-413.
VALLE, R. *et al*. What is anthropogenic? On the cultural aetiology of geo-situated visual imagery in indigenous Amazonia. **Rock Art Research**, v. 35, n. 2, p. 123-144, 2018.
VERHAGEN, P. Spatial analysis in archaeology: moving into new territories. *In*: **Digital geoarchaeology**: new techniques for interdisciplinary human-environmental research. Cham: Springer, 2018. p. 11-25.
VIANA, S. A. **Repensando os povoamentos no Planalto Central do Brasil a partir da região de Serranópolis**. Goiânia: PUC Goiás, 2016.
WHITLEY, D. S. (ed.). **Handbook of rock art research**. Walnut Creek: AltaMira Press, 2001.



SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM GRAVURAS RUPESTRES EM MATO GROSSO, BRASIL

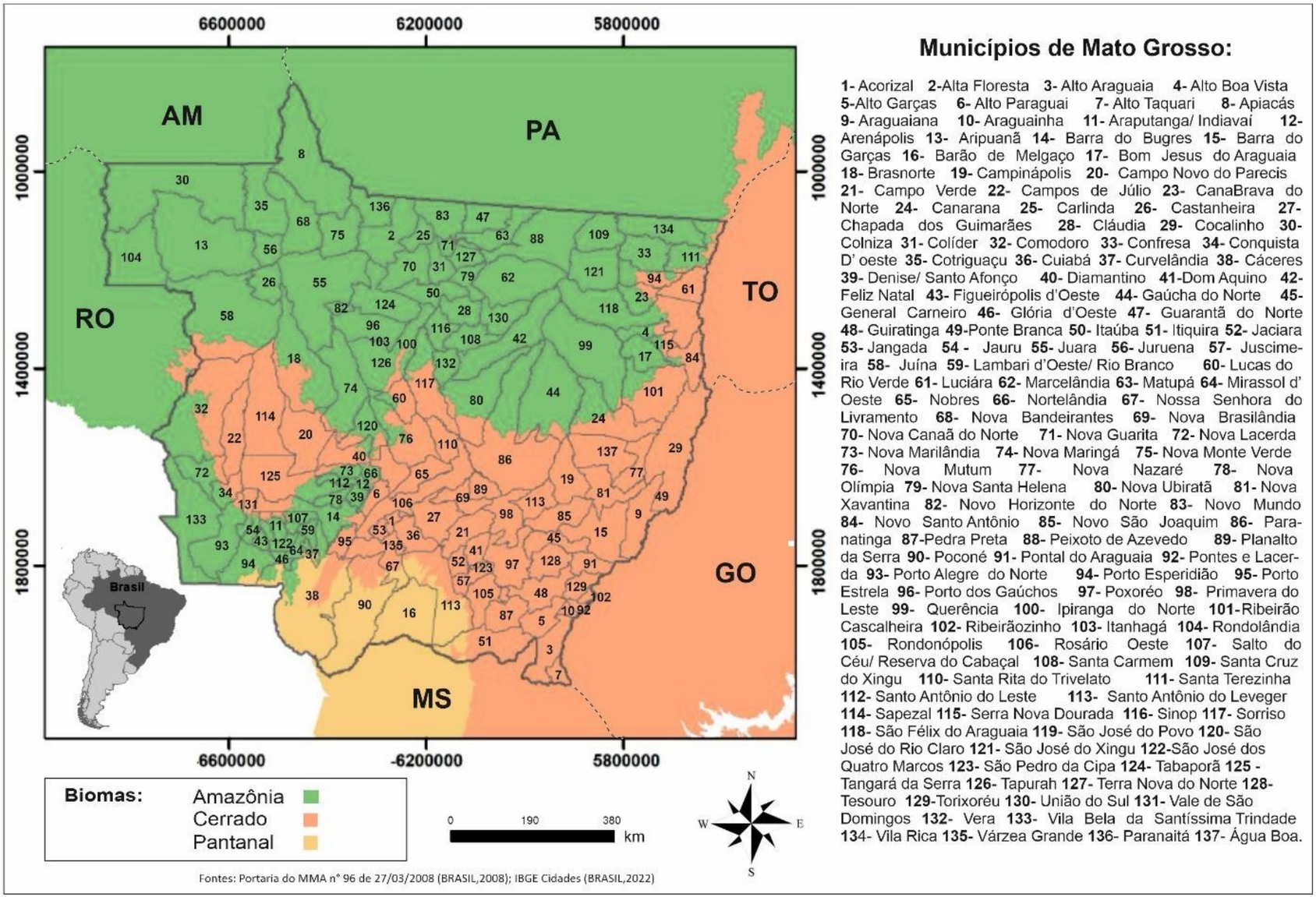
Ana Joaquina da Cruz Oliveira[96]
Carolina Machado Guedes[98]
Jesus da Silva Paixão[100]
Jorge Eremites de Oliveira[102]
Ludimília Justino de Melo Vaz[97]
Sibeli Aparecida Viana[99]
Suzana Schisuco Hirooka[101]
Verônica Wesolowski[103]

1 CONSIDERAÇÕS INICIAIS

Mato Grosso é o terceiro estado brasileiro em extensão territorial, cuja área abrange parte de três biomas sul-americanos: a Amazônia, com 480.215 km² (53,6%), predominante na porção norte do estado; o Cerrado, presente majoritariamente na porção sul, com 354.823 km² (39,6%); e o Pantanal, na porção sudoeste, com 60.885 km² (6,8%), representando a menor área. Grupos humanos da atualidade e do passado indígena ocuparam de forma particular esses biomas. Os sítios arqueológicos rupestres do tipo gravação estão presentes em todo o estado, sendo o Cerrado responsável por mais de 70% dos registros. O contexto geomorfológico da região, caracterizado por relevo com serras escarpadas e morros testemunhos formados por rochas sedimentares, especialmente arenitos, pode ser considerado um facilitador para a confecção dos grafismos rupestres. Por outro lado, há uma baixa representatividade quantitativa de sítios rupestres na Amazônia, com aproximadamente 20% dos registros no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan, 2023). Surpreendentemente, o Pantanal, apesar de sua menor extensão, abriga cerca de 7% dos sítios, indicando uma concentração notável de registros rupestres na planície pantaneira.

96 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Cuiabá, Mato Grosso – Brasil. E-mail: ana.cruz@iphan.gov.br.
97 Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Escola de Formação de Professores e Humanidades (EFPH). Instituto do Trópico Subúmido (ITS). Goiânia, Goiás – Brasil. E-mail: ludimila@pucgoias.edu.br.
98 Arqueóloga formada pelo MAE/USP, atua como discente no curso de Arqueologia da Universidade Metropolitana de Santos, onde coordena o LADIG. Suas pesquisas envolvem arte rupestre e mobiliar, arqueologia digital, fotogrametria, modelagem 3D, restauração digital e ilustração arqueológica. E-mail: cmguedes@gmail.com.
99 Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA). Programa de Pós-Graduação em História. Pesquisadora do CNPQ. Goiânia, Goiás – Brasil. E-mail: sibeliaparecidaviana@gmail.com.
100 Universidade do Estado de Mato Grosso/Museu de História Natural de Alta Floresta. Alta Floresta, Mato Grosso – Brasil. E-mail: jesuspaixao@unemat.com.br.
101 Museu de História Natural de Mato Grosso. Cuiabá, Mato Grosso – Brasil. E-mail: suzanahirooka@gmail.com.
102 Docente da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pelotas, Rio Grande do Sul – Brasil. E-mail: eremites.br@gmail.com.
103 Universidade de São Paulo – Museu de Arqueologia e Etnologia – Programa de Pós-graduação em Arqueologia. São Paulo, São Paulo – Brasil. E-mail: wesowski@usp.br.

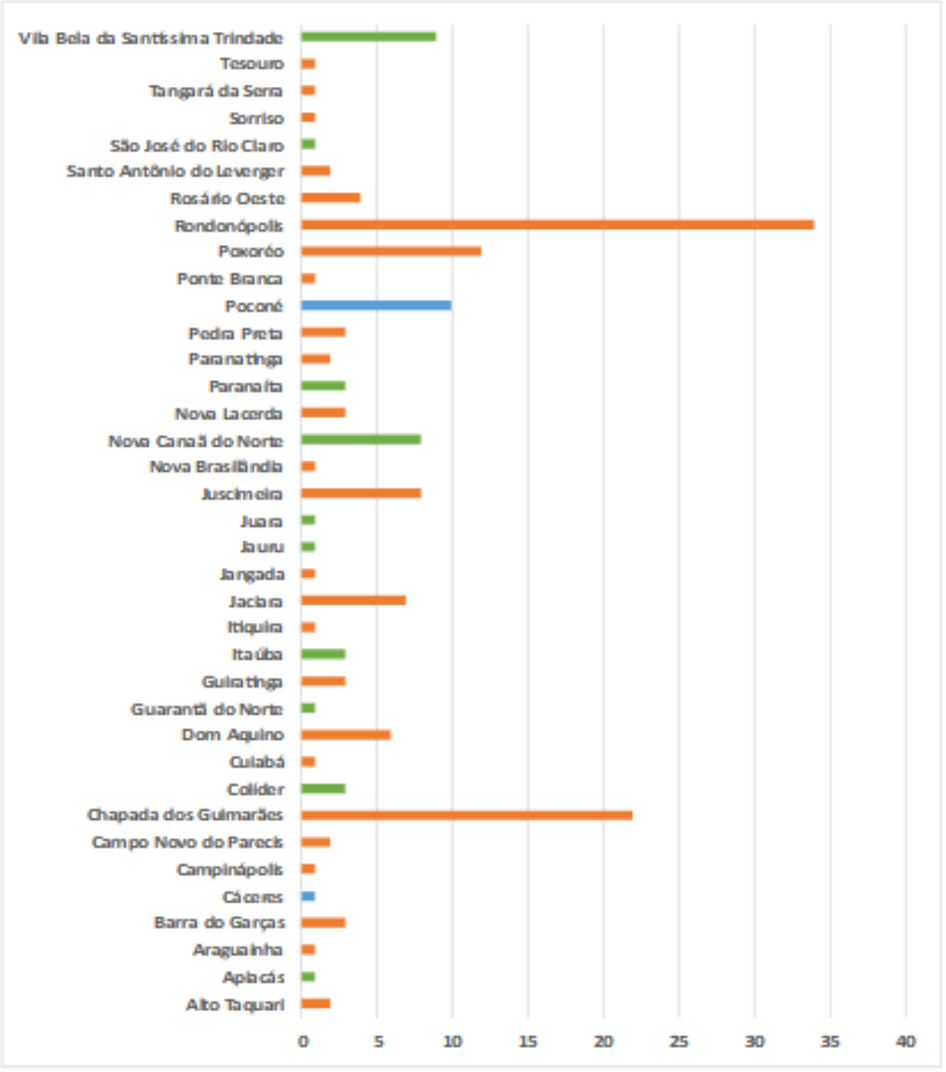
Figura 1 – Localização dos municípios de Mato Grosso nos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal



Fonte: Kuhn *et al.* (2022).

No banco de dados do Iphan (2023), Mato Grosso possui o registro de 1.756 sítios arqueológicos, distribuídos em 37 municípios. Desse total, 165 correspondem a sítios com inscrições rupestres do tipo gravura, sendo 85 georreferenciados e 80 apenas registrados.

Figura 2 – Relação de sítios arqueológicos com gravuras por municípios e biomas em Mato Grosso. A cor azul representa o Pantanal, verde a Amazônia e laranja o Cerrado



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

2 AMAZÔNIA

De acordo com a base de dados do Iphan, no bioma Amazônia encontram-se 34 sítios com petróglifos, o que representa 20,6% dos sítios com esse tipo de registro no estado. Contudo, esse dado não reflete a realidade de forma integral, em razão das dificuldades ecológicas para a localização e o registro de sítios rupestres na porção setentrional do estado. A configuração ambiental dessa região, aliada à menor densidade populacional e ao reduzido número de pesquisas arqueológicas, limita a visibilidade e o mapeamento desses sítios. Isso dificulta compreender com precisão a quantidade de sítios com grafismos na Amazônia mato-grossense. Apesar desses desafios, concentramos a análise em duas regiões: a bacia hidrográfica do rio Teles Pires e a bacia sedimentar dos Parecis.

Na bacia do rio Teles Pires, a maior concentração de sítios rupestres encontra-se em grandes lajedos, matacões e blocos de granito e arenito, entremeados por sítios cerâmicos e lito-cerâmicos. Esses sítios, localizados nos municípios de Guarantã do Norte, Terra Nova do Norte, Alta Floresta, Apiacás e Paranaíta, estão inseridos nas regiões serranas do Cachimbo, dos Apiacás e dos Kayabis. São predominantemente compostos por petróglifos, com algumas pinturas rupestres, que compartilham semelhanças quanto aos motivos e às técnicas construtivas, conforme registrado por Pardi (1994, 1996), Budweg (1998) e Migliácio (2017).

Pardi (1994) registrou, nas margens do rio Teles Pires, dois importantes sítios: Caldeirão do Teles Pires e Pedra Preta de Paranaíta. O primeiro é composto por mais de 27 blocos com diversas gravuras, incluindo figuras geométricas, zoomorfas e, sobretudo, antropomorfas. As técnicas de confecção correspondem a dois estilos: o picoteado, caracterizado por traços largos e uniformes em dimensões e temáticas, e o raspado, que apresenta sulcos finos e um menor número de representações.

Figura 3 – Desenhos dos grafismos do Sítio Caldeirão



Fonte: Pardi (1994).

O potencial arqueológico da região é confirmado pelos resultados de pesquisas realizadas na área afetada por usinas hidrelétricas na bacia do rio Teles Pires, que identificaram 11 sítios com registros de gravuras rupestres (Documento, 2014; Parellada, 2014). Esses sítios estão localizados em afloramentos e blocos rochosos situados às margens de rios e em ilhas. O sítio Pedra Preta de Paranaíta, por sua vez, destaca-se pelas dimensões avantajadas, até então não registradas em outros sítios e paisagens circundantes, o que o torna incomparável no contexto arqueológico de Mato Grosso. Os petróglifos estão distribuídos em uma laje rochosa de aproximadamente 10 hectares, situada a 40 metros acima do nível do solo local. Os painéis encontram-se em um bloco granítico elíptico, acinzentado, com superfície irregular e diaclases em suas extremidades. Depressões formadas pelo intemperismo acumulam água durante os períodos de cheia, favorecendo o crescimento de vegetação composta por bromélias, gramíneas e pequenos arbustos. O bloco é recoberto por uma pátina escura, resultante da presença de algas, musgos e líquens, que lhe confere uma aparência aveludada e quase negra — característica que originou o nome "Pedra Preta".

Figura 4 – Vista aérea do maciço de granito onde se localiza o sítio Pedra Preta de Paranaíta. Observa-se os processos do intemperismo formando sulcos e marmitas, nos quais flancos das ondulações são o suporte dos painéis



Fonte: Pascon (2007).

Figura 5 – Vista panorâmica do sítio Pedra Preta, ao fundo. No flanco mais vertical da ondulação da rocha está o painel principal

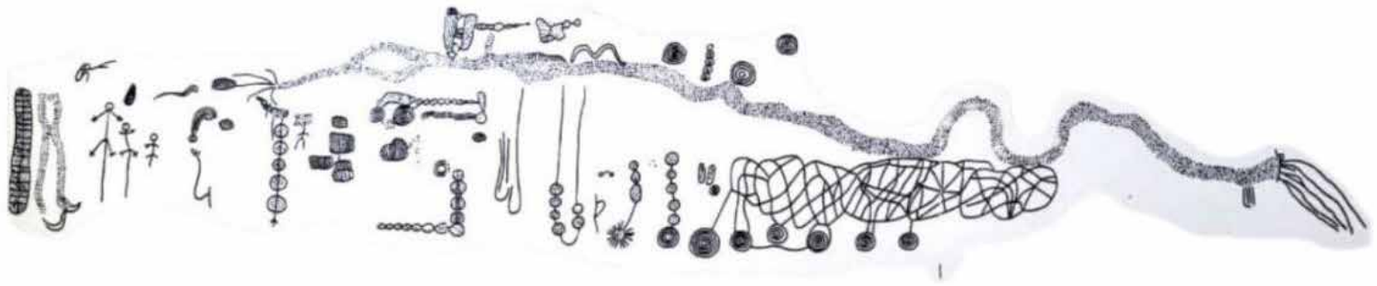


Fonte: Fotografia de Suzana Hirooka. Acervo: Archaeo (2012).

Existem cerca de nove painéis que apresentam técnicas de picoteamento, raspagem e polimento, incluindo pequenas depressões intencionalmente confeccionadas em forma aproximada de meia calota, denominadas *cupules*. Com diâmetros variando entre quatro e sete cm, essas *cupules* são distribuídas de forma uniforme, conferindo relevo a alguns grafismos.

O polimento foi empregado de forma inversa, removendo a textura natural da rocha e proporcionando uma superfície lisa. As linhas são utilizadas para definir, preencher e conectar figuras, além de atravessar áreas extensas. Os painéis apresentam um número reduzido de grafismos, são de grandes dimensões e podem alcançar até 40 m de extensão. Os motivos podem ser categorizados como zoomorfos, antropomorfos, zoomorfos antropomorfizados, geométricos, fitomorfos e formas "livres" ou geométricos abertos (Migliácio, 2017).

Figura 6 – Croqui do Painel central do sítio Pedra Preta de Paranaíta



Fonte: Budweg (1998).

Figura 7 – Parte do painel central com grafismos alongados por dezenas de metros e preenchimento com *cupules*



Fonte: Pascon (2007).

Figura 8 – Parte do Painel 4: "serpente" com preenchimento em linhas paralelas



Fonte: Pascon (2007).

Figura 9 – Painel 5: figura com preenchimentos com *cupules*



Fonte: Pascon (2007).

A presença desses sítios na região do Teles Pires fortalece as concepções sugeridas por Prous (2019) acerca de uma Tradição Amazônica na área, caracterizada por representações antropomorfas simétricas e geometrizadas. Também são encontradas outras figuras, como bastonetes paralelos e secantes, gravações curvilíneas, entre outras (Pardi, 1994).

Em outra região, no limite entre a Amazônia e o Cerrado, encontram-se sítios com grafismos, preferencialmente nos arenitos das escarpas, cavernas e abrigos da Bacia Sedimentar dos Parecis, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade. Dentre esse conjunto de sítios, destaca-se o Abrigo do Sol, localizado pelo documentarista Jesco von Puttkamer e pesquisado na década de 1970 por Eurico Theófilo Miller, cuja escavação atingiu cerca de 5 m de profundidade e obteve datações radiocarbônicas não calibradas entre 9.000 e 19.000 AP (anos antes do presente, considerando como referência o ano de 1950) (Miller, 1987). Há ainda o registro de um bloco com petróglifos em contexto estratigráfico datado em 5.000 AP (Resende, 2013).

As informações sobre os petróglifos desse sítio são escassas e, por isso, apresentamos alguns destaques baseados nos estudos de Resende (2013) e na consulta à coleção de imagens fotográficas registradas por Puttkamer (1979). Os grafismos estão predominantemente localizados em blocos que se desprenderam do teto, sendo as gravuras nas paredes menos frequentes. As gravações variam em técnicas, incluindo sulcos (finos, rasos, largos ou profundos), picoteamentos e polimentos, assumindo formas diversas, como representações geométricas, antropomorfas, máscaras, fitomorfas, zoomorfas e máscaras humanizadas, além de sinais que sugerem impressões plantares (pés), "vulvas" e "sinais astronômicos". Dentre as representações, destacam-se os triângulos. Um exemplo notável é a figura 10, nas quais triângulos são inseridos em um rosto triangular, de contorno fálico, compondo os olhos e o nariz. Também por meio de triângulos interceptados por sulcos estão representadas as "vulvas". As máscaras, por sua vez, foram

realizadas com várias técnicas e estilos. Esse conjunto reflete uma importante diversidade de expressões culturais, as quais foram compreendidas pelos primeiros pesquisadores como representações de entidades sobrenaturais.

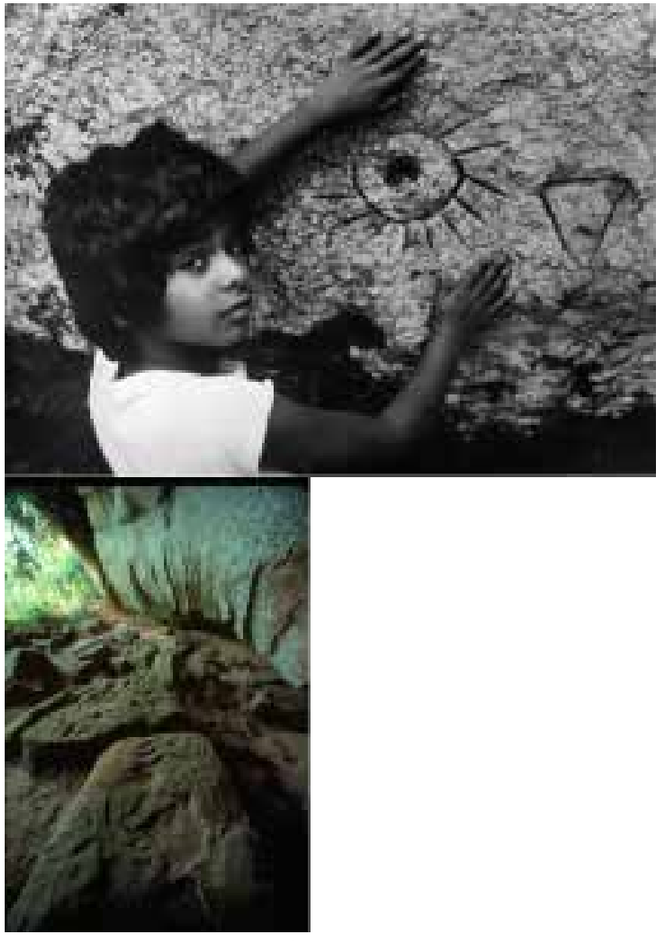
Figura 10 – Representação de máscara em formato fálico, com triângulos representando olhos e nariz. Há ainda evidências de adornamento na parte inferior do rosto e nas laterais



Fonte: Acervo – IGPA/PUC Goiás; Fotografia de J. Puttkamer (1970, 1977).

A organização espacial dos grafismos é predominantemente ampla, ocupando extensas áreas disponíveis. Entretanto, uma situação distinta ocorre na entrada do abrigo, onde se observa uma representação que lembra uma figura solar, situada próxima à entrada e que deu origem ao nome do sítio, Abrigo do Sol. Essa figura está associada a pequenos triângulos intersectados por sulcos ("vulvas"), dispostos de forma dispersa.

Figura 11 – A: Criança Nambikwara mostrando o petróglifo. B: Blocos com petróglifos no interior do Abrigo do Sol



Fonte: Acervo – IGPA/PUC Goiás; Fotografia de J. Puttkamer (1970, 1977).

Os petróglifos do Abrigo do Sol apresentam uma diversidade de expressões culturais que instigam estudos mais abrangentes e aprofundados, tanto das figuras em si, quanto de suas interações e conexões com o ambiente circundante e com os Nambikwara, tendo em vista que o sítio está situado em terra sagrada desse povo indígena.

3 CERRADO

O Cerrado concentra 72,7% dos sítios arqueológicos oficialmente conhecidos em Mato Grosso, totalizando 120 sítios com petróglifos. Trata-se de um número expressivo para o segundo maior bioma do estado, representando mais da metade dos sítios cadastrados pelo Iphan para essa região do Centro-Oeste. Essa concentração está associada à presença de duas bacias sedimentares — a do Paraná e a dos Parecis — que abrangem toda a extensão do Cerrado mato-grossense. Esse bioma oferece uma variedade de escarpas, lajedos, cavernas e abrigos em um contexto de rochas sedimentares, proporcionando ambientes favoráveis para a execução dos grafismos. Pesquisadoras como Irmhild Wüst e Águeda Vilhena Vialou, entre outras, desempenharam papel crucial no considerável aumento do número de sítios cadastrados na região.

Grande parte desses sítios está localizada nas bacias dos rios São Lourenço, Cuiabá e Manso, assim como ao longo de seus afluentes. Os painéis rupestres ocorrem em abrigos e cavernas formados nas escarpas, em morros testemunhos ou sobre lajedos.

Na bacia do rio São Lourenço, no município de Poxoréu, encontram-se diversos sítios pesquisados por Wüst, cujas datações variam desde cerca de 10.000 AP até aproximadamente 1.000 anos atrás. Nesse período mais recente, parte dos grafismos pode ser atribuída aos ceramistas URU, que habitavam aldeias a céu aberto (Wüst, 1991). Esse é o caso das datas radiocarbônicas dos níveis cerâmicos do sítio Abrigo Troale, que indicam 1.010±50 d.C., enquanto no sítio Morro da Janela as datas chegam a 860±75 d.C. (Wüst, 1991; Barreto e Wüst, 1995).

O sítio Morro da Janela está localizado em um abrigo rochoso de formação arenítica, situado em um morro testemunho de forma tabular que se destaca na paisagem circundante. Nesse sítio, há painéis de gravuras que se estendem por aproximadamente 80 metros. Predominam os grafismos geométricos, com formas fechadas ou abertas, contendo em seu interior um ou mais pontos ou *cupules*. Os grafismos antropomorfos sobressaem pelo tamanho, com cerca de 50 cm; as figuras estão em posição frontal, com os braços estendidos ao longo do corpo, apresentam cabeça circular e podem exibir um diadema formado por uma sequência de pontos ou linhas radiais. Também ocorrem gravuras que sugerem pés e mãos com três a cinco dedos. Além disso, figuram possíveis pés humanos com número variável de dedos, assim como máscaras ou rostos humanizados, nos quais se distinguem dois olhos, nariz, boca e desenhos lineares nas faces e no queixo, semelhantes à pintura corporal de alguns povos indígenas conhecidos etnograficamente. Entre as figuras zoomorfas, destacam-se aves, quelônios e quadrúpedes, com poucas características que permitam a identificação precisa das espécies. As aves e os quadrúpedes são representados em perfil, enquanto os quelônios aparecem em vista superior, exibindo simetria bilateral. Os desenhos são lineares e sem preenchimento.

Ainda na bacia do rio São Lourenço, em seu afluente rio Vermelho, no município de Rondonópolis, destacam-se as pesquisas de Vialou. Na área conhecida como Cidade de Pedra, caracterizada por formações areníticas escarpadas em uma extensão de cerca de 400 km², circundada pelo rio Vermelho, foram identificadas diversas formações rochosas, incluindo abrigos e maciços, que teriam propiciado manifestações rupestres por antigas populações originárias. Isso é evidenciado pela presença de aproximadamente 100 abrigos rupestres e cerca de 3.000 representações, entre pinturas e gravuras (Vialou, 2008, 2009).

Dentre os mais de 30 sítios com petróglifos, destaca-se o Abrigo da Arvorezinha, que apresenta cerca de 130 unidades gráficas, exclusivamente gravadas ou pontilhadas, representando motivos de humanos e animais indeterminados, além de ranhuras, *cupules*, círculos concêntricos e outras formas geométricas (Paillet, 2006). Também merece destaque o sítio Pedra Branca, que, além de representações pictóricas, possui elementos gravados por meio de ranhuras verticais convergentes ou subparalelas, grelhas fechadas ou abertas, círculos concêntricos, círculos radiados, ovais e, finalmente, cerca de 15 figuras humanas esquemáticas de corpo retilíneo, com membros anteriores e posteriores articulados (Paillet, 2006).

Figura 12 – Sítio Morro da Janela, município de Poxoréo



Fonte: Fotografia de Irmhild Wüst. Acervo: IGPA/PUC Goiás (1991).

O vale do rio Manso, situado na bacia do rio Cuiabá, destaca-se pela presença exclusiva de gravuras rupestres. Entre os petróglifos, sobressaem os sítios arqueológicos Pedra Preta e Cambaiuval, ambos localizados em lajedos próximos a drenagens (Viana *et al.*, 2002). No sítio Pedra Preta, as gravuras encontram-se em blocos de quartzito com topografia levemente convexa, apresentando superfícies parcialmente alisadas e filitos (Barbosa, 2006). No sítio Cambaiuval, os lajedos estão situados na margem do rio homônimo. Os painéis rupestres estão distribuídos em blocos de rochas metamórficas com superfícies aplainadas, exibindo diversas colorações e fissuras que sugerem a delimitação de determinados painéis rupestres. Esses blocos margeiam o curso do rio e uma pequena cachoeira a montante (Barbosa, 2006).

As gravuras, produzidas por técnicas de picoteamento, alisamento e raspagem, apresentam uma ampla variedade de dimensões, que vão desde cerca de 100 cm de comprimento por 90 cm de largura até gravuras diminutas com sulcos de aproximadamente 0,1 cm de comprimento por 50 cm de largura. As expressões gráficas são diversas e pouco naturalistas, classificando-se em categorias como "geométrico" — o mais predominante — seguido de antropomorfo e zoomorfo. Também se observa o aproveitamento de certas irregularidades das superfícies rochosas para compor parte das figuras ou conferir-lhes movimento e volume (Barbosa, 2006).

Mesmo considerando as possíveis mudanças ambientais ocorridas ao longo do tempo, como alterações nos cursos dos rios e no volume d'água, é importante destacar a relação espacial das gravuras do vale do rio Manso com os recursos hídricos, como rios e cachoeiras mencionados. Essa relação sugere um entrelaçamento cultural que transcende as figuras em si, abrangendo tanto os sítios arqueológicos quanto a paisagem circundante, na qual a presença da água teria desempenhado papel significativo.

Figura 13 – Grafismos do sítio Cambaiuval em suporte de filitos



Fonte: Fotografia de Barbosa. Acervo IGPA/PUC Goiás (1999).

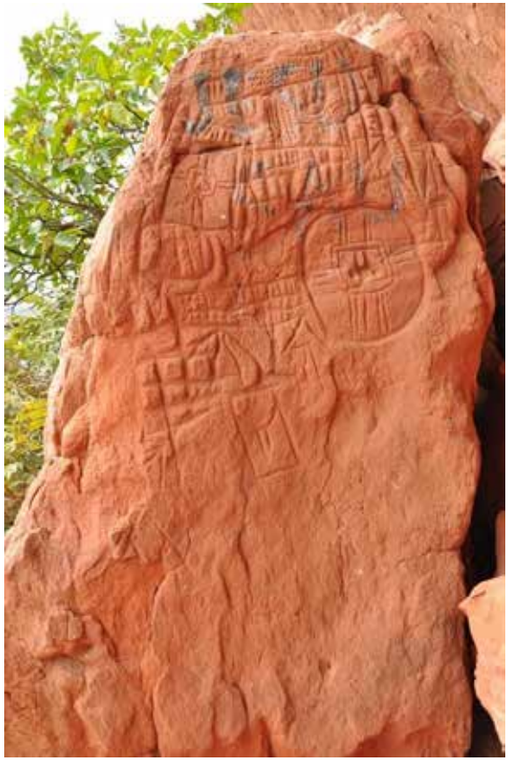
Ainda na bacia do rio Cuiabá, nas cabeceiras dos rios Manso e Coxipó, já no contexto do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (PNCG), destacam-se as imensas escarpas areníticas da formação Botucatu. Algumas delas abrigam sítios com grafismos em grande quantidade, embora os abrigos sejam de tamanho modesto. As representações geométricas, sejam pintadas ou gravadas, predominam na temática regional. Entre as pinturas, ressaltam-se representações figurativas, principalmente de animais, enquanto nas raras gravuras percebem-se figuras incompletas — por exemplo, nunca

uma ave está inteira, mas apenas são registradas marcas de suas pegadas (tridígitos) (Wesolowski *et al.*, 2019; Paillet *et al.*, 2023). Quanto às técnicas, estão presentes tanto as incisões (finas, rasas, largas ou profundas) quanto o picoteado, que podem ocorrer concomitantemente em um mesmo sítio. Para a construção de um grafismo, por vezes foram associados elementos naturais do relevo da superfície, como orifícios, a elementos intencionalmente gravados (Paillet *et al.*, 2023).

Dentre os sítios localizados na região, destacamos os de Salgadeira e Fecho do Morro da Lagoinha.

O sítio Salgadeira encontra-se em um abrigo arenítico localizado no vale do rio Claro. A partir do abrigo, voltado para o norte, descortina-se a vista impactante do extenso platô da Chapada dos Guimarães. As gravuras variam de finas incisões a profundos sulcos e foram principalmente realizadas sobre os blocos caídos à frente da área. A topografia dos suportes rochosos parece ter orientado a organização e disposição das gravuras, que compõem 21 painéis agrupados em quatro conjuntos maiores (Wesolowski *et al.*, 2019; Paillet *et al.*, 2023).

Figura 14 – Sítio Salgadeira, face principal do painel, localizada sobre o bloco caído. Observa-se uma complexa organização do espaço do painel, com presença de grafismos geométricos simples e complexos



Fonte: Fotografia de Carolina Guedes (2023).

A temática do sítio é dominada por formas geométricas, em sua maioria de construção complexa. Os elementos gráficos foram elaborados por meio da combinação de formas geométricas puras, que se articulam em composições únicas, compreendidas como motivos. O primeiro grupo localiza-se a leste do sítio, fora da área efetivamente abrigada, sobre uma grande parede vertical. O segundo grupo situa-se sobre um bloco de aproximadamente 1,90 m de altura, cujas faces estão completamente ocupadas pelas gravuras.

Alguns grafismos presentes nesse abrigo também ocorrem em outros sítios da região, como os motivos circulares e quadrangulares preenchidos, além da representação de "pés", que igualmente aparecem no sítio Fecho do Morro da Lagoinha.

O sítio Fecho do Morro da Lagoinha, localizado fora do PNCG, próximo aos rios Lagoinha e Glória, situa-se em um abrigo de dimensões modestas, com aproximadamente 10 metros de comprimento por três metros de largura de área plana.

Todas as representações são gravuras organizadas ao longo da parede do abrigo, formando um conjunto único e densamente ocupado. Centenas de figuras se articulam e justaponham, frequentemente incorporando elementos do relevo natural da parede na composição dos grafismos. Além das incisões, diversas técnicas de gravação foram empregadas na elaboração dos grafismos, incluindo a criação de formas em baixo relevo.

As gravuras representam uma variedade de temas, incluindo formas geométricas e figurativas, destacando-se os pequenos pés, que aparecem em grande quantidade e estabelecem uma conexão com o Abrigo Salgadeira. Também são observados motivos quadrangulares complexos, tridígitos e uma temática notável que consiste na associação de linhas gravadas às concavidades naturais do arenito, lembrando a forma de "vulva". Dezenas de grafismos foram elaborados seguindo esse padrão.

O conjunto rupestre deste sítio destaca-se na região pela diversidade de figuras e técnicas, assim como pela forma de composição dos motivos e pelo uso criativo do suporte. Ao mesmo tempo, compartilha elementos comuns com outros sítios da área.

Figura 15 – Sítio Fecho do Morro da Lagoinha, detalhe do segmento central, uso repetido de motivo quadrangular e o emprego de técnicas de perfuração e de orifícios naturais nos grafismos



Fonte: Acervo Archaeo; Fotografia de Suzana Hirooka (2024).

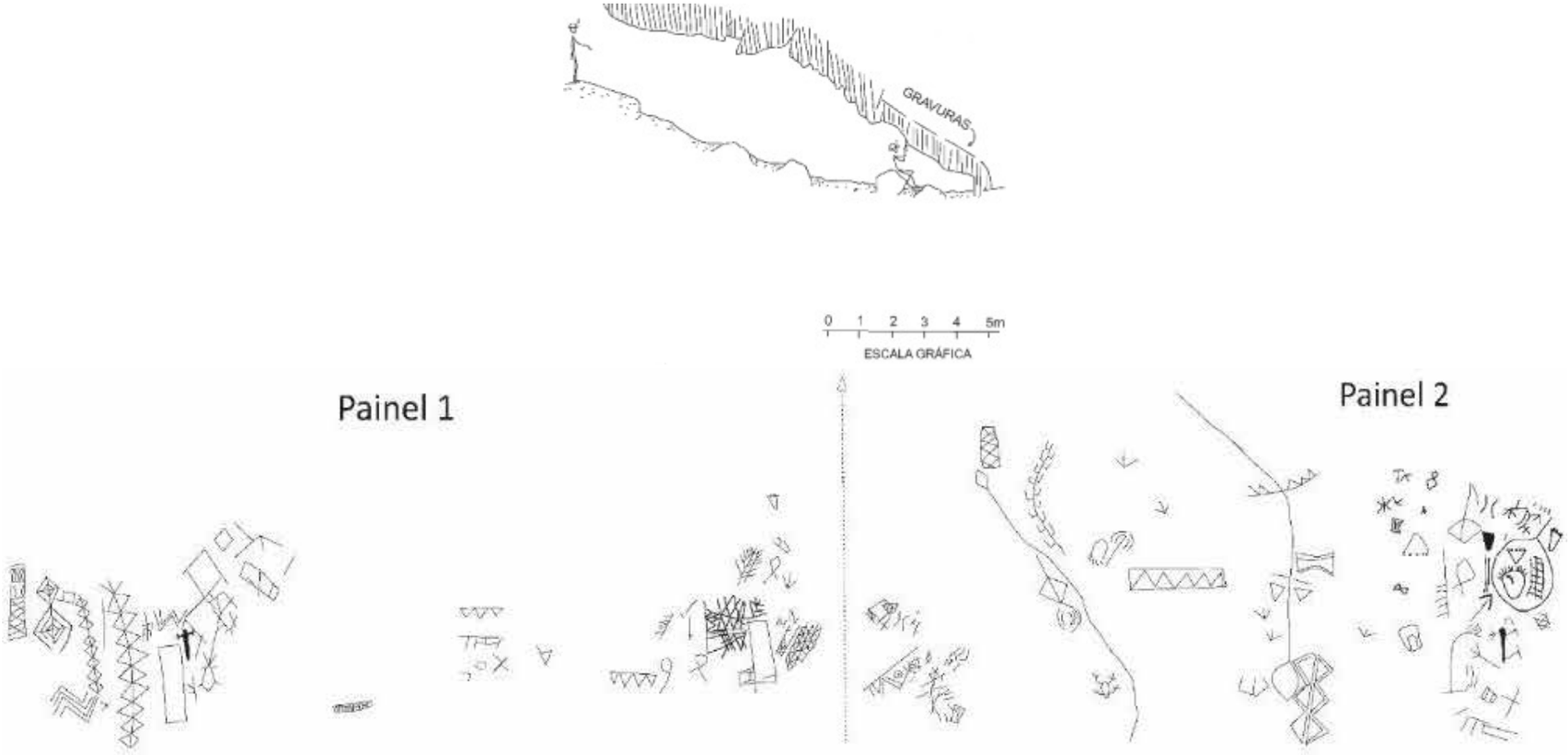
4 SÍTIOS E GRAVURAS RUPESTRES DO SÍTIO PRAINHA E SEUS SIGNIFICADOS PARA O POVO PARESIS-HALITI

Compreende-se que sítios e gravuras desempenham um papel fundamental entre os povos indígenas, tanto no passado quanto no presente, atuando não apenas como suportes de comunicação simbólica, mas também como componentes essenciais de um "sistema de ação" (Gell, 1998) e de mediação com o sobrenatural. Nesse sentido, selecionamos o sítio Gruta da Prainha para tratar dessa relação, explorando a relevância dos símbolos e do próprio contexto do sítio para a mitologia e cosmologia dos povos Paresi-Haliti.

A Gruta da Prainha está situada às margens do rio do Sangue, afluente do rio Juruena, em uma região de transição entre o Cerrado e a Amazônia. Localiza-se em meia encosta, no final de um cânion que forma paredões verticais de arenito. O desfiladeiro torna a correnteza do rio muito rápida e perigosa. Próximo à entrada da caverna, o rio se estreita antes de se alargar novamente, diminuindo a velocidade da água. Esse ponto revela-se propício para a pesca, pois cardumes utilizam a área para repor energias após enfrentar as águas turbulentas. As águas cristalinas, aliadas a essa combinação única de características, conferem à paisagem um caráter cênico verdadeiramente especial.

A Gruta da Prainha situa-se em uma cavidade subterrânea de pequenas dimensões, acessada pelo alto do paredão. A entrada da gruta localiza-se na base de uma encosta vertical e possui formato oval, alongado horizontalmente, acompanhando os planos de fratura e acamamento das rochas. Seu maior comprimento é de 16 metros, e a altura máxima atinge aproximadamente 2 metros. A superfície da rocha exibe uma variedade de líquens, fungos e musgos. O piso da gruta apresenta um desnível de 4,1 metros, causado pela abertura elevada na entrada, enquanto o teto é irregular, variando entre 0,2 e 3,0 metros de altura. A gruta consiste em um único salão, estendendo-se por cerca de 50 metros de comprimento e 10 metros de largura. As figuras rupestres na gruta abrangem cerca de 200 m², distribuídas em duas zonas espeleológicas distintas: uma situada na zona de penumbra, próxima à entrada, que recebe luz solar direta por um curto período durante a manhã; e outra localizada em uma área escura, com visibilidade limitada. As manifestações rupestres consistem em, pelo menos, dois painéis com inscrições que incluem símbolos geométricos, além de representações zoomorfas e antropomorfas.

Figura 16 – Cópia dos grafismos da Gruta da Prainha. Painel 1 situado em zona afótica e painel 2 em zona de penumbra. O croqui do perfil da Gruta demonstra o painel 2, situado em frente a entrada da gruta permitindo incidência de luz do sol por poucas horas



Fonte: Archaeo (2018).

Figura 17 – Detalhe de grafismos do painel 2, da Gruta da Prainha



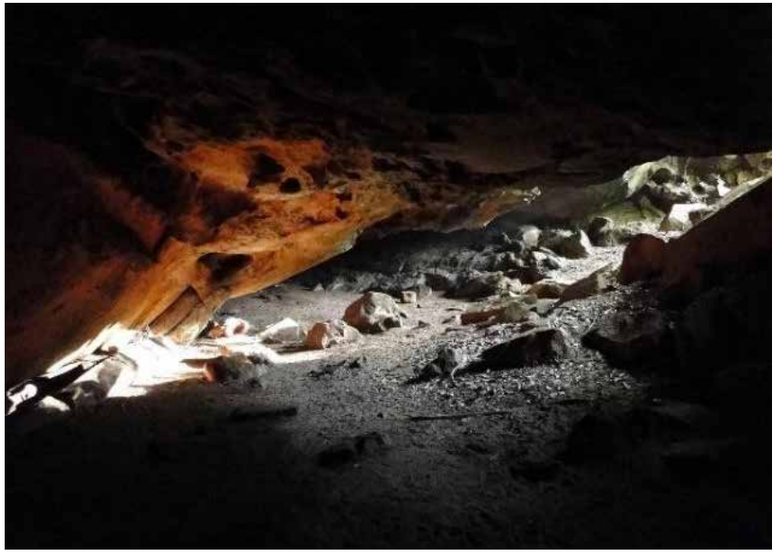
Fonte: Fotografia de Suzana Hirooka. Acervo: Archaeo (2011).

Figura 18 – Gravuras do painel 1: retângulos, triângulos e hipérboles, associados pelos Parecis a escudos, cestaria e pele de jararaca



Fonte: Fotografia de Suzana Hirooka. Acervo: Archaeo (2011)

Figura 19 – Salão principal da gruta da Prainha com destaque aos painéis com grafismos no lado esquerdo da foto



Fonte: Fotografia de Suzana Hirooka. Acervo: Archaeo (2011)

Escavações na gruta registraram fragmentos de cerâmica e líticos, além de materiais industriais como cartuchos de projéteis de arma de fogo, vidro e metal. A partir de 40 cm de profundidade, grandes blocos de rocha ocupam parte da área de escavação, evidenciando a presença de gravuras que sugerem pegadas de aves (Documento, 2005). Os grafismos estão distribuídos em, pelo menos, dois painéis, que apresentam 149 símbolos, incluindo elementos geométricos, zoomórficos e antropomórficos (Archaeo, 2011, 2013, 2018). Um dos painéis está localizado na parede plana à esquerda da entrada da gruta (painel 1), enquanto o outro encontra-se em uma parede convexa e irregular, em frente à entrada da gruta (painel 2). Este segundo painel foi dividido em seções devido à irregularidade de sua superfície (FIGURAS 14 e 15).

Dentre as temáticas das gravuras, predominam representações interpretadas como zoomórficas, especialmente peixes e pegadas de aves (tridígitos), seguidas por anfíbios e répteis, enquanto mamíferos e aves aparecem raramente. São também abundantes as representações antropomórficas segmentadas, como mãos e pés, sendo mais raras as figuras de "vulvas", cabeças e corpos humanos completos. Motivos fitomórficos também compõem o conjunto. Destaca-se a presença de diversos motivos geométricos, incluindo tramas reticuladas e entrecruzadas que sugerem cestarias, assim como formas retangulares, triangulares e hipérboles de definição complexa. Além dessas figuras, evidenciam-se sinais que podem corresponder à representação de "escudos" e a recorrência do motivo "Pele de Jararaca", característica frequente na iconografia Pareci. Também merecem destaque os desenhos de grandes cobras dispostas em sentidos opostos.

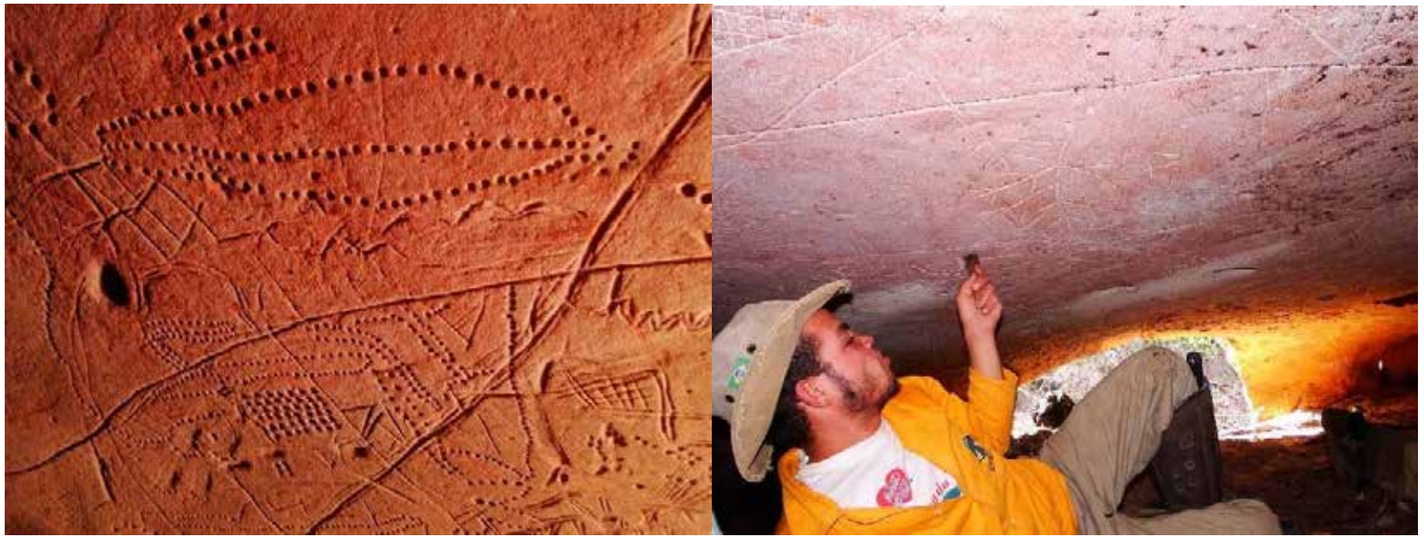
Essas correlações entre figuras e objetos fundamentam-se em pesquisas arqueológicas anteriores e preliminares, realizadas em colaboração com as comunidades indígenas Paresi-Haliti e Enawene Nawe. Nesses estudos, observou-se que os grafismos estão vinculados às tradições culturais desses povos, reconhecendo o sítio como local de ocupação ancestral do povo Paresi-Haliti (Documentos, 2005). A pesquisa de Moi e Morales incluiu depoimentos de diversos interlocutores Paresi, os quais identificaram vários símbolos presentes na gruta e os relacionaram a objetos como instrumentos de caça, tramas de cestos de carga e escudos, entre outros (Moi e Morales, 2008, 2009).

Destaca-se ainda a entrevista com Rony Azoinayp, membro do povo Paresi, realizada por Moi e Morales (2008, 2009). Mesmo sem conhecimento prévio sobre a Gruta, Rony reconheceu vários desenhos de profundo significado simbólico para a cultura Paresi. Ele identificou referências mitológicas, tais como o "sol nascente", a "escada por onde a lua subiu (Takwahidyo)", as "pernas de gafanhoto (ktxitza kano tari)", o "ombro do urubu (olohôe-tyakoli)", além de grafismos relacionados aos clãs. A Archaeo constatou a visita de líderes indígenas à Gruta da Prainha, acompanhados pelo Secretário Municipal de Cultura e Turismo, Vanderlei César Guollo. Durante essa visita, o cacique Valdomiro Yamore, da aldeia Vale do Papagaio, com Mirian (Bacaval), Maria Durcelina (Bacaiuval), Tarcilo (Sacre 2) e Orivaldo (Utiariti), reconheceram os grafismos rupestres como parte significativa de sua cultura (Archaeo, 2013).

De acordo com as palavras do cacique Vanderlei, os indígenas Paresi-Haliti reconhecem os desenhos como parte integrante de sua cultura. Eles compreendem que a Gruta da Prainha é o local onde a entidade espiritual denominada Kamayrrie realizou sua primeira pescaria. Nesse contexto, os desenhos rupestres representam Kamayrrie ensinando o povo Paresi-Haliti a pescar.

O cacique Vanderlei destaca a relevância dos sítios Garganta Jararaca e Abrigo Peia Véia. O Salto da Garganta Jararaca é o local onde os Pareci receberam a flauta e a flecha sagrada da serpente jararaca. A Gruta Peia Véia, por sua vez, é considerada a morada da jararaca e serve de abrigo para as mulheres, consideradas filhas do rei das árvores, conhecido como Ateyahiso.

Figura 20 – Abrigo Peia Véia, próximo a Gruta da Prainha e sob influência indireta da PCH Garganta Jararaca. Representa um pequeno abrigo com altura de aproximadamente 0 cm, com grafismos situados no teto



Fonte: Fotografia de Suzana Hirooka. Acervo: Archaeo (2011).

Esse abrigo, situado em uma paisagem semelhante à do sítio Gruta da Prainha, localiza-se em um cânion fechado com uma forte corredeira onde ocorre a cachoeira Salto da Garganta Jararaca. Sua forma é incomum, consistindo em uma cavidade natural em arenito friável, com 60 cm de altura, 5 m de extensão horizontal e 12 m de largura. A altura limitada permite que as pessoas permaneçam apenas deitadas ou, muito mal acomodadas, sentadas. Os painéis são compostos por figuras geométricas e antropomorfas, realizadas por técnicas de gravação e com presença de *cupules*, havendo ainda sobreposições entre as figuras (Archaeo, 2011 e 2013).

Mello (1999) estabeleceu conexões entre os símbolos do sítio Gruta da Prainha e o povo Paresi. De forma semelhante, as inscrições arqueológicas da região conhecida como Ponte Pedra já haviam sido associadas aos Paresi por Max Schmidt (1943).

Devido à grande relevância mitológica e cosmológica dos sítios arqueológicos aqui analisados, os Paresi-Haliti manifestam preocupação diante das mudanças ambientais, especialmente quanto aos impactos provocados pelas construções das PCH Baruito, PCH Inxú e PCH Garganta Jararaca, implantadas nas proximidades dos locais sagrados que abrigam registros significativos da ancestralidade indígena.

5 PANTANAL

O Pantanal é a maior área contínua de inundação do planeta e o bioma mais jovem e sensível dentre os três presentes no estado de Mato Grosso. A planície pantaneira corresponde a 7% dos sítios arqueológicos registrados na base do Iphan para todo o estado, incluindo 11 sítios com petróglifos. A maioria desses sítios está localizada nos planaltos residuais da Serra do Amolar e áreas adjacentes, onde se encontram painéis e lajedos com figuras rupestres, situados nas proximidades de rios, córregos, lagoas, baías, canais ou corixos.

Os grafismos conhecidos no Pantanal de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul integram o Estilo Alto Paraguai, associado a um complexo de populações canoeiras portadoras da macrotradição tecnológica ceramista Pantanal e suas variações estilísticas, bem como aos aterros indígenas — conhecidos como aterrados — presentes na planície de inundação. Dentre essas populações canoeiras, o povo Guató, cuja língua pertence à família homônima, filiada ao tronco macro-jê, é o único representante conhecido atualmente (Eremites de Oliveira e Viana, 2000; Eremites de Oliveira, 2002; Eremites de Oliveira e Milheira, 2021).

Os sítios arqueológicos com figuras rupestres foram registrados nas proximidades da divisa entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no extenso território historicamente ocupado pelo povo Guató. A região apresenta uma configuração singular, composta por dois ambientes distintos, porém interligados. O primeiro corresponde às terras baixas ou áreas alagadas do Pantanal, caracterizadas pela flutuação hídrica periódica e pelo pulso de inundação, ou seja, pelos ciclos alternados de cheia e seca. O segundo ambiente refere-se às terras altas, que incluem os planaltos residuais de Urucum e Amolar, formados por uma crista alinhada cujo pico mais elevado atinge aproximadamente 1.000 metros de altitude acima do nível do mar (Eremites de Oliveira e Viana, 2000).

A Serra do Amolar é composta por rochas proterozóicas da Unidade Amolar, incluindo metarenitos, xistos, metaconglomerados e quartzitos, originadas a partir de diversos eventos tectônicos globais, tais como falhas, cisalhamento, dobramentos das camadas rochosas e intrusões ígneas, que deram origem a morros inseridos na planície alagável (DNPM/CPRM, 1991). Essas rochas frequentemente constituem a matéria-prima da indústria lítica observada em diferentes sítios arqueológicos da região.

Figura 21 – Fotografia aérea do Morro do Caracará e adjacências. Na extremidade inferior é observada parte do atual rio Cuiabá, antigo rio São Lourenço. Na parte superior consta a Serra do Amolar e ao centro está o Morro do Caracará, cercado por águas



Fonte: Fotografia de Mario Friedlander (2014).

Os petróglifos do Pantanal ocorrem sobre painéis formados por planos de falhas e blocos, dispostos preferencialmente nas margens de rios, córregos, baías e corixos. Contudo, não é incomum que os grafismos apareçam também em lajes e blocos situados em locais mais afastados dos cursos d'água permanentes. Entre os sítios com grafismos, destaca-se o Morro do Caracará, objeto de pesquisas conduzidas por Schmidt (1914), Pardi (1987), Eremites de Oliveira (2002), Peixoto e Schmitz (2011) e Garcia (2014).

O sítio Morro do Caracará, registrado no Iphan sob a sigla MT-PO-03 e estudado pela primeira vez por Schmidt (1914), possui uma datação radiocarbônica de 820±60 anos AP (Beta-118269) para o nível entre 60 e 80 cm. O solo do sítio apresenta alta fertilidade, cuja análise química indica origem antrópica, similar à observada nos solos dos aterros indígenas (Eremites de Oliveira, 2002). Na paisagem, configura-se como uma elevação cercada

por corpos d'água, onde predominam gravações rupestres, embora também existam pinturas em pigmentos vermelhos, manifestadas em figuras isoladas, sobrepostas ou soto-postas às gravuras (Peixoto e Schmitz, 2011). Essas manifestações rupestres concentram-se na face leste do morro, que é composta por rochas de baixa dureza, possivelmente arenitos sericíticos ou xistos, caracterizados por uma sucessão de finas camadas sedimentares em tonalidades que variam do vermelho ao cinza, conferindo um efeito artístico à composição dos grafismos (Garcia, 2014). Os níveis vermelhos correspondem a óxido de ferro, presumivelmente utilizado na produção do pigmento vermelho presente nas pinturas (Peixoto e Schmitz, 2011).

Figura 22 – Localização dos Morros do Caracará e do campo



Fonte: BCIN/IBGE (2023); Dados de campo levantados por Silva, Oliveira e Mattos (2023, 2024); Google Earth (2024).

O Morro do Caracará está situado no interior do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense, integrando as terras e águas tradicionalmente ocupadas pelo povo Guató. Até os anos 2000, na porção leste do morro residiam os irmãos José e Veridiano, filhos do cacique Caetano e irmãos de Júlia, mãe de Vicente (ou Vicentinho), que atualmente vive na margem esquerda do rio São Lourenço e é reconhecido como um dos últimos indígenas falantes do idioma guató (Eremites de Oliveira, 2022). Trata-se de um local sagrado para esse povo canoeiro do Pantanal, que, no passado, realizava ali encontros periódicos, cerimônias e outras atividades, conforme registrado em fontes históricas e em estudos etnológicos, etno-históricos e etnoarqueológicos. Na cosmologia guató, conforme explicado por Vicente em janeiro de 2016, as figuras rupestres do Morro do Caracará, em Mato Grosso, assim como as do Morro do Campo, em Mato Grosso do Sul, registram episódios dos tempos primordiais em que o Dono do Mundo, Matá — um ser sobrenatural cujo nome também significa "fogo" — separou as morrarias para que o antigo rio São Lourenço, atual Cuiabá, pudesse fluir e se encontrar com o rio Paraguai. Dessa forma, as famílias canoeiras que habitavam os dois cursos d'água puderam se reunir e manter contatos permanentes entre si.

Os grafismos rupestres do Morro do Caracará estão distribuídos em aproximadamente 19 painéis, apresentando inúmeros símbolos geométricos, zoomorfos e antropomorfos, cujas dimensões variam de poucos centímetros até cerca de 1 metro. Essas figuras foram confeccionadas por meio de técnicas de picoteamento (percussão) e/ou polimento, com preenchimento realizado pela técnica de *cupules* (Garcia, 2014).

A face oeste do Morro do Caracará é composta por quartzitos de coloração branca, uma rocha de alta dureza e resistente ao intemperismo atmosférico. Essa característica resulta em baixo potencial para a utilização como painel de petróglifos, visto que a dureza do quartzito dificulta a confecção de grafismos desse tipo.

O Morro do Caracará destaca-se na paisagem como um morro testemunho, cercado por rios, lagoas e corixos. Sua posição afastada da Serra do Amolar proporciona ampla visibilidade no contexto das morrarias e dos ambientes aquáticos adjacentes. Os painéis rupestres encontram-se na face leste, justamente a parte que antecede a imponente Serra do Amolar, vista por aqueles que descem o rio de Mato Grosso em direção a Mato Grosso do Sul, até alcançar a Terra Indígena Barra do São Lourenço, ainda não regularizada.

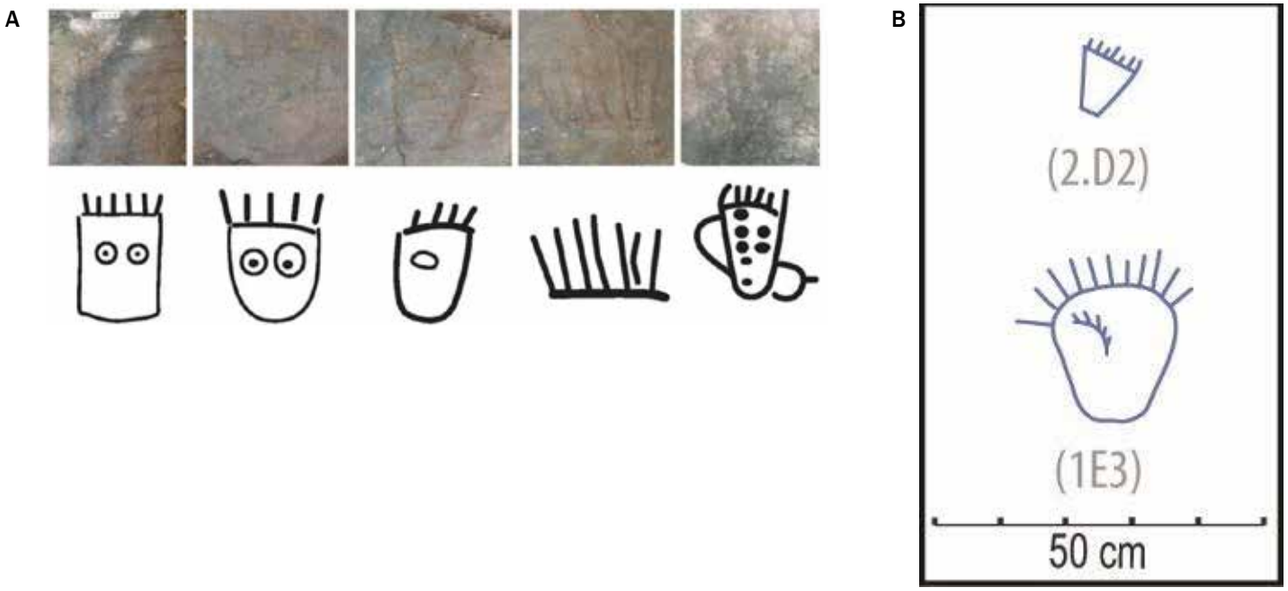
Os painéis, contendo centenas de gravuras, estão assentados sobre superfícies semiverticalizadas, formadas pelos planos de falhas geológicas das rochas. Na região pantaneira, há milhares de aterros indígenas ocupados por populações canoeiras que não possuíam cerâmica desde, ao menos, 8.390±80 AP (aterro MS-CP-22) até cerca de 3.000 anos atrás. A partir do milênio anterior ao início da Era Cristã, seguramente entre aproximadamente 2.820±120 e 1.700±60 AP até o presente, essas populações passaram a portar a tecnologia ceramista conhecida como Tradição Pantanal.

Portanto, os aterros indígenas distribuídos pela planície de inundação integram a materialidade dessas antigas populações canoeiras que produziram os registros rupestres do Morro do Caracará. O povo Guató entende-se como descendente direto dessas populações, possui uma cosmologia própria para interpretar as manifestações rupestres e mantém a tradição milenar de construção e ocupação de aterrados no Pantanal, como observado na Terra Indígena Baía dos Guató, município de Barão de Melgaço, Mato Grosso, entre outras localidades.

Vale ressaltar que, já na década de 1910, Max Schmidt (1914) identificou no Morro do Caracará símbolos semelhantes aos conhecidos por populações linguisticamente *aruák*, como os *Paresi Kabixi*, associados ao mito da serpente *Yararaka*. No contexto da arqueologia das populações originárias estabelecidas no bioma Cerrado, o sítio Gruta da Prainha também foi associado a esse mito pelas próprias comunidades Paresi.

Um símbolo antropomórfico exclusivo da Gruta da Prainha apresenta semelhança com signos antropomorfos do Morro do Caracará, especificamente no conjunto de grafismos rupestres numerado como 13, descrito por Garcia (2014, p. 193) (FIGURAS 17-20). Embora o Morro do Caracará e a Gruta da Prainha estejam geograficamente distantes e seus contextos arqueológicos e etno-históricos no Pantanal e Cerrado sejam particulares, observa-se a ocorrência de símbolos semelhantes em ambos os sítios arqueológicos. Isso, contudo, não implica necessariamente que as populações indígenas dessas duas áreas compartilhassem uma mesma cosmologia (Schmidt, 1914; Schmitz *et al.*, 1998; Eremites de Oliveira e Viana, 2000; Eremites de Oliveira, 2002; Peixoto e Felicíssimo, 2007; Peixoto e Schmitz, 2011).

Figura 23 – A) Antropomorfos localizados no Morro do Caracará; B) Antropomorfos da Gruta da Prainha



Fonte: Garcia (2014); Archaeo (2018).

Figura 24 – Gravuras e pinturas do painel 5, Sítio Morro do Caracará



Fonte: Peixoto e Schmitz (2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados aqui apresentados, pode-se concluir que os sítios com registros rupestres do tipo gravura, conhecidos até o momento, apresentam tipologias e filiações culturais diversas, estando distribuídos ao longo de todo o extenso território de Mato Grosso. Esses sítios estão inseridos em diferentes biomas do estado — como Amazônia, Cerrado e Pantanal — e revelam estratégias de ocupação e variabilidade sociocultural que se constituem como importantes testemunhos materiais da presença indígena milenar na porção central da América do Sul e do Brasil.

Esses sítios rupestres, com a paisagem circundante, configuram-se como verdadeiros lugares de memória para os povos indígenas contemporâneos. São entendidos como espaços dinâmicos, dotados de agência, que desempenham papel fundamental na atualidade, fortalecendo a vitalidade e a resiliência de suas tradições. Sob essa perspectiva, os petróglifos e seus contextos não apenas testemunham a dinâmica histórica, mas atuam como catalisadores ativos na preservação e revitalização das identidades culturais indígenas.

REFERÊNCIAS

ARCHAEO. **Relatório Final Prospecção Arqueológica na Área da PCH Inxú, Estado de Mato Grosso**. Cuiabá: Archaeo Pesquisas Arqueológicas, 2011.

ARCHAEO. **Relatório Parcial 1 Prospecção e Monitoramento Arqueológico na área da PCH Inxú – Fase II**. Cuiabá: Archaeo Pesquisas Arqueológicas, 2013.

ARCHAEO. **Relatório Parcial de Prospecção e Monitoramento Arqueológico na Área da PCH Inxú - Fase II**. Cuiabá: Archaeo Pesquisas Arqueológicas, 2018.

BARBOSA, M. O. Os petróglifos do vale do rio Manso. *In:* VIANA, S. A. (org.). **A pré-história no Vale do Rio Manso**. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

BARRETO, C.; WÜST, I. **Projeto Etnoarqueológico e Arqueológico da Bacia do Rio São Lourenço, MT**. Sub-Projeto Tombador. Relatório de pesquisa de campo. Cuiabá: IPHAN, 1995.

BUDWEG, H. **Projeto Tapajós**: 5.000 anos antes da chegada de Cabral – relatório de viagem arqueológica – estados de Mato Grosso e Goiás de 06/07 a 22/08/98. 1998. Manuscrito.

DOCUMENTOS. **Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico, Arqueológico, Paleontológico e Etnoarqueológico da UHE Teles Pires**. MASTER PLAN. Relatório Final, Anexo 7 – Instrução ao Tombamento IPHAN do Sítio Pedra Preta. São Paulo: Antropologia e Arqueologia SS Ltda., 2014.

DOCUMENTOS. **Relatório de Acompanhamento – Programa de Arqueologia da PCH Garganta Jararaca**. São Paulo: Documentos, 2002.

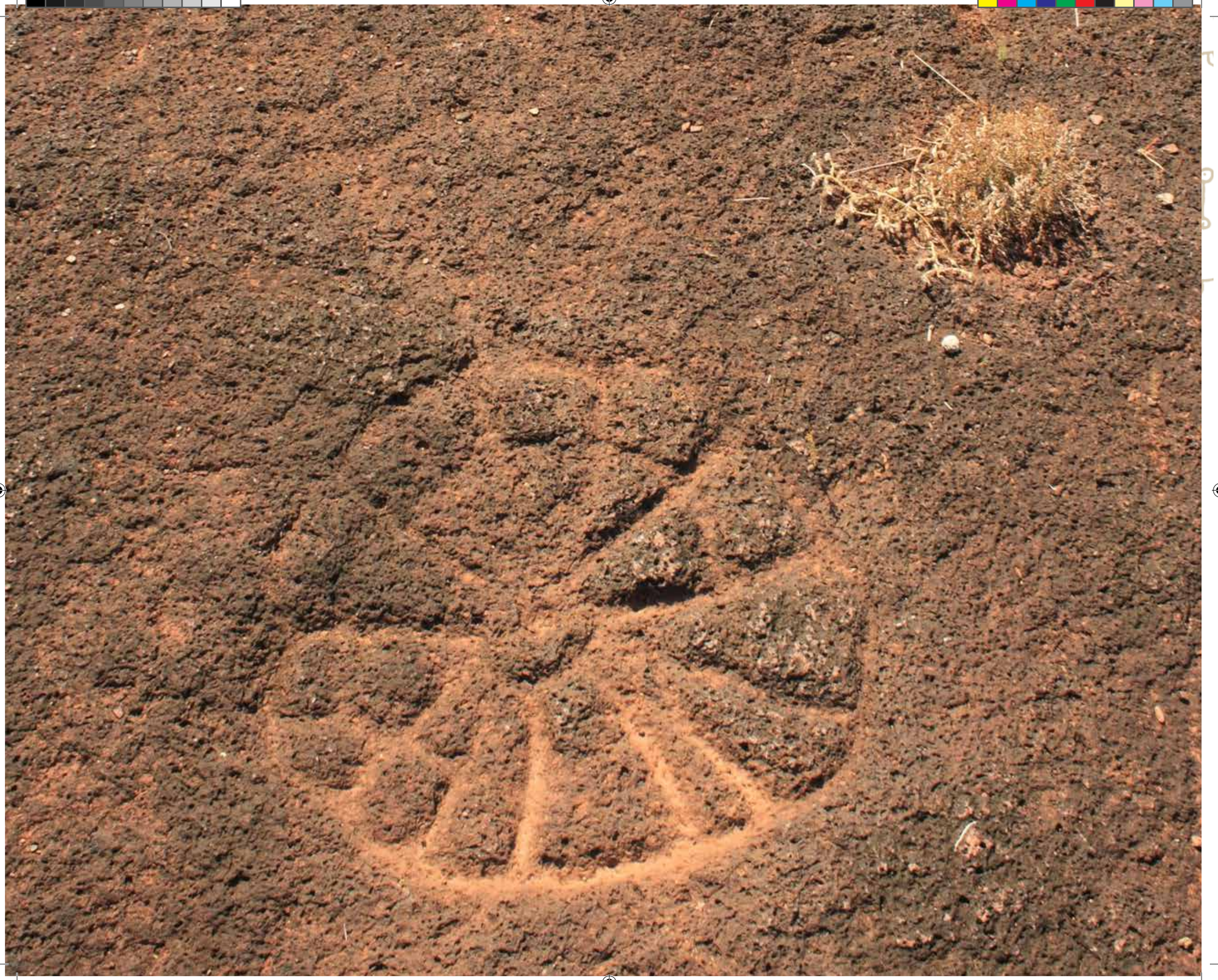
DOCUMENTOS. **Relatório Final do Programa Mitigador de Patrimônio Arqueológico – PCH Baruito / LT 138 KV**. São Paulo: Documentos, 2005.

EREMITES DE OLIVEIRA, J. **Da pré-história à história indígena**: (re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal. 2002. Tese (Doutorado em História/Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; MILHEIRA, R. G. Etnoarqueologia de dois aterros Guató no Pantanal: dinâmica construtiva e história de lugares

persistentes. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 1-39, 2021.
EREMITES DE OLIVEIRA, J.; VIANA, S. A. O Centro-Oeste antes de Cabral. **Revista USP**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 142-189, 2000.
FRIEDLANDER, M. **Morro do Carcará**. 2014. Fotografia. Disponível em: https://www.pulsarimagens.com.br/foto-video?procurar=Morro+do+Caracar%C3%A1&tipo=1&direito-imagem=&autorizacao-imagem=&depois-ano=&anterior-ano=&orientacao=&tipo-video=&autor=&pais=&estado=&cidade=&regiao=&pagina=1&id=0&codigo-imagem=0&ordenar=1. Acesso em: 1 ago. 2024.
GARCIA, G. V. **A paisagem do Complexo Arqueológico Morro do Caracará no Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense**. 2014. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.
GELL, A. **Art and agency**: an anthropological theory. Oxford: Clarendon, 1998.
IPHAN. **Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa. Acesso em: 28 ago. 2023.
IPHAN. **Sistema de Conhecimento e Gestão**. Disponível em: https://sicg.iphan.gov.br. Acesso em: 28 ago. 2023.
PUTTKAMER, J. de. Man in the Amazon: Stone Age in the Present. **Revista de Antropologia**, Belém, v. 155, n. 1, p. 60–83, jan. 1979. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aputtkamer-1979-man/Puttkamer_1979_ManInTheAmazon_StoneAgePresent.pdf. Acesso em: 1 ago. 2025.
KUHN, C. E. S. *et al.* **História Natural de Mato Grosso**. Belo Horizonte: Federação Brasileira de Geólogos, 2022.
MELLO, P. J. (coord.). **Levantamento do Patrimônio Arqueológico Pré-Histórico da Área diretamente Afetada pela PCH Baruito (MT)**. Relatório Final. Goiânia: UCG/Global Energia Elétrica S.A., 1999.
MIGLIÁCIO, M. C. Pedra Preta de Paranaíta: arte rupestre na ocupação do Alto Tapajós, Amazônia Mato-grossense. **Especiaria – Cadernos de Ciências Humanas**, Ilhéus, v. 17, n. 30, p. 173-201, 2017.
MILLER, T. E. Pesquisas arqueológicas paleoindígenas no Brasil ocidental. **Estudios Atacamenos**, San Pedro de Atacama, n. 8, p. 37-61, 1987.
MOI, F. P.; MORALES, W. F. Arqueologia e gestão de recursos culturais entre os Paresi da Chapada dos Pareci, MT (Brasil). **Especiaria – Cadernos de Ciências Humanas**, Ilhéus, v. 11-12, n. 20-21, 2008/2009.
PAILLET, P. Os abrigos vermelhos. *In:* VIALOU, A. (ed.). **Pré-história do Mato Grosso**: Cidade de Pedra. São Paulo: EDUSP, 2006. v. 2, p. 91-123.
PAILLET, P. Nouvelles découvertes d'art rupestre au Mato Grosso (Cidade de Pedra, Rondonópolis, Brésil 1). **L'Anthropologie**, Paris, v. 110, p. 547–579, 2006.
PAILLET, P. *et al.* Archéologie de l'art rupestre au Mato Grosso (Brésil): la Chapada dos Guimarães. **L'Anthropologie**, Paris, v. 127, n. 2, p. 103-132, 2023. DOI: 10.1016/j.anthro.2023.103132. Disponível em: https://www.liveabout.com/what-is-doy-2483188. Acesso em: 28 ago. 2023.
PARDI, M. L. F. **Relatório da 5 BR ISPHAN**. Cuiabá: IPHAN-MT, 1987. (Não publicado).
PARDI, M. L. F. **Relatório de Reconhecimento Arqueológico na Região de Alta Floresta e Rio Teles Pires**. Cuiabá: IPHAN-MT, 1994. Arquivo do IPHAN Mato Grosso, 18º SR.
PARDI, M. L. F. Frentes de Expansão. Seu Potencial e Impacto Sobre o Patrimônio Arqueológico – O Caso da Amazônia Mato-grossense e a Partir de um Reconhecimento de 14 "CR/IPHAN". *In:* REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 8. 1995, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Edipucrs, 1996. v. 1, p. 289-306.
PARELLADA, C. I. **Programa de Preservação, Prospecção, Resgate do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial da UHE Colíder, Mato Grosso**. Cuiabá: Copel, 2014.
PASCON. **Projeto de Pesquisa Arqueológica, Plano de Gestão e Estratégias de Uso Público do Sítio Arqueológico Pedra Preta em Paranaita/**

MT. [S. l.]: PASCON – Projetos, Assistência Técnica e Consultoria Ambiental, Programa Proecotur, MMA, 2007.
PEIXOTO, J. L. S.; FELICÍSSIMO, M. P. A indústria cerâmica dos povos indígenas pré-coloniais das Lagoas do Castelo e Vermelha, Pantanal (MS). *In:* CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 14., 2007, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: SAB, 2007. 1 CD-ROM.
PEIXOTO, J. L. S.; SCHMITZ, P. I. A Arte rupestre do Caracará, Pantanal, Brasil. **Revista Clio**, Série Arqueologia, Recife, v. 26, n. 2, p. 237-263, 2011.
PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. A Pré-História e os verdadeiros colonizadores. [S. l.]: Editora Carlini Caniato, 2019.
RESENDE, F. P. **Sítio Abrigo do Sol – a recuperação dos dados de uma escavação, em um acervo audiovisual e diários de campo**. 2013. 89f. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2013.
SCHMIDT, M. Die Guató und ihr gebiet. Ethnologische und archaologische ergebnisse der expedition zum Caracara-fluss in Matto-Grosso. **Baessler-Archiv**, Berlin, v. 4, n. 6, p. 251-283, 1914.
SCHMIDT, M. Los Paresis. **Revista de la Sociedad Cientifica del Paraguay**, Asunción, v. 1, 1943.
SCHMIDT, M. Resultados de mi tercera expedición a los Guatós efectuada en el año de 1928. **Revista de la Sociedad Científica del Paraguay**, Asunción, v. 5, n. 6, p. 41-75, 1942.
SCHMITZ, P. I. *et al.* Aterros indígenas no Pantanal do Mato Grosso do Sul. **Pesquisas – Antropologia**, São Leopoldo, v. 54, p. 1-271, 1998.
VIALOU, Á. V. Dos primeiros povoamentos às ocupações ceramistas em abrigos rupestres do Mato Grosso. **Especiaria – Cadernos de Ciências Humanas**, Ilhéus, v. 11-12, n. 20-21, p. 33-54, 2008/2009.
VIANA, S. A. *et al.* **Projeto de levantamento e resgate dos sítios arqueológicos pré-históricos da região da UHE-Manso**. Relatório Final. Goiânia: IGPA/UCG, 2002.
WESOLOWSKI, V. *et al.* **Pré-história e paleoambientes na Região do Pantanal (Mato Grosso-Brasil)** - Relatório de Atividades 2016-2019. Parte 2: Chapada dos Guimarães. [S. l.: s. n.], 2019. Relatório de pesquisa apresentado ao IPHAN PROC. 01425.000903/2015-57.
WÜST, I. **Continuidade e mudança**: para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio Vermelho, Mato Grosso. 1991. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.



AS GRAVURAS RUPESTRES NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, BRASIL

Rodrigo Luiz Simas de Aguiar[104]

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O estado de Mato Grosso do Sul apresenta, em seus campos de Cerrado, um contexto arqueológico análogo ao proposto para as terras do Brasil Central. Grupos de caçadores e coletores arcaicos estabeleceram-se em abrigos e cavernas da região ainda no final do Pleistoceno. As ocupações mais antigas foram registradas nos sítios Casa de Pedra, em Paraíso das Águas (anteriormente pertencente a Paranaíba), com cerca de 12 mil anos (Martins; Kashimoto, 2012), e Templo dos Pilares, em Alcinópolis, com quase 11 mil anos (Aguiar, 2017; Aguiar; Souza, 2017).

Os caçadores e coletores arcaicos do Centro-Oeste ocuparam majoritariamente os abrigos e cavernas, abundantes nas serras e nos montes que despontam nos campos de Cerrado. Nota-se, entre várias dessas ocupações, uma continuidade tecnológica, na qual predomina a produção de artefatos do tipo plano-convexo, razão pela qual alguns arqueólogos empregaram a denominação "tradição Itaparica" para se referir a esse período ocupacional (Schmitz *et al.*, 1984; Schmitz *et al.*, 1989; Schmitz, 2005; Veroneze, 1992; Dias Jr., 2006; Souza, 2016). Indiscutivelmente, o modelo classificatório baseado nas "tradições" tem sido alvo de críticas. Contudo, na falta de um sistema mais adequado, as tradições seguem em uso como modelo classificatório, desde que entendidas como chaves de ordenamento baseadas em características tecnoestilísticas, sem necessariamente representar vínculos étnicos.

104 Professor titular de Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados. Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Antropologia pela Universidade de Salamanca com pós-doutoramento em Arqueologia Pré-histórica na Universidade de Coimbra. Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Mídia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: rodrigoaguiar@ufgd.edu.br.

Os mesmos abrigos e cavernas ocupados pelos primeiros caçadores e coletores são também espaços de produção de arte rupestre. Entre 12 mil e 8 mil anos AP, predominam as pinturas rupestres, abrangendo desde estilos mais naturalistas e monocrômicos até motivos geométricos, em alguns casos com uso de policromia. Entretanto, as pinturas rupestres não serão aqui abordadas; basta compreendermos que correspondem ao período mais antigo, ou seja, estão relacionadas ao povoamento por caçadores e coletores arcaicos e ocorrem nos abrigos e cavernas distribuídos pelos muitos montes e serras que se erguem nos campos de Cerrado — espaços que, mais tarde, em alguns casos, serão reocupados por povos produtores de gravuras rupestres.

De fato, o estado de Mato Grosso do Sul conta com um inestimável patrimônio rupestre, resultado da produção simbólica de populações pré-históricas que ocuparam o território ao longo de milênios, utilizando diferentes técnicas e estilos para representar elementos essenciais de sua cosmologia.

2 AS GRAVURAS RUPESTRES DE MATO GROSSO DO SUL E SEUS POSSÍVEIS AUTORES

Datar a arte rupestre, bem como estabelecer relações com grupos humanos, é uma tarefa bastante complexa. As técnicas de datação direta ainda não são plenamente eficazes e, muitas vezes, geram mais problemas do que soluções — questão debatida por arqueólogos há décadas (Arcá; Fossati, 1996). Até hoje, a melhor possibilidade para relacionar um sítio de arte rupestre a uma cronologia é por meio da associação com o espaço de ocupação humana, deduzindo-se sua idade (datação relativa). Isso, contudo, só é viável em abrigos e cavernas, onde os espaços de ocupação e de produção de arte rupestre coincidem. Ainda assim, dependemos de contextos arqueológicos muito bem definidos, o que nem sempre ocorre. Já nos sítios a céu aberto, distantes dos espaços de habitação, as datações relativas tornam-se bem mais difíceis.

No caso de Mato Grosso do Sul, há um sítio arqueológico extraordinário, que apresenta contexto ocupacional muito claro e estratigrafia rupestre bem definida, o que permitiu estabelecer relações entre a arte rupestre e os povos que ali habitaram. Trata-se do Templo dos Pilares, situado em Alcinópolis, ao norte de Mato Grosso do Sul. O sítio vem sendo estudado pela equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal da Grande Dourados desde 2011, mas a primeira campanha de escavação ocorreu somente em 2016. Foi um momento importante para o estudo da arte rupestre em Mato Grosso do Sul, considerando que Alcinópolis detém um terço de todos os grafismos rupestres do estado.

Figura 1 – Vista do abrigo Templo dos Pilares, em Alcinópolis



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2023).

O contexto ocupacional do grande abrigo é muito bem definido. Os primeiros habitantes chegam à região do abrigo por volta de 11 mil anos atrás e permanecem continuamente até cerca de 8 mil anos AP, quando o sítio sofre abandono, sendo novamente ocupado por volta de cinco mil anos atrás (Aguiar, 2017; Aguiar; Souza, 2017; Aguiar *et al.*, 2022). A primeira ocupação é atribuída a caçadores e coletores arcaicos, relacionados na literatura à tradição Itaparica. Entretanto, no Templo dos Pilares não aparecem os típicos raspadores plano-convexos. O hiato observado entre 8 e 5 mil anos pode estar associado a questões climáticas, conforme apontado por alguns paleoclimatólogos (Araújo *et al.*, 2003; Melo; Marengo, 2008). Por fim, nota-se uma reocupação, ainda incipiente, por volta de 5 mil anos atrás, por caçadores e coletores tardios, que persiste até cerca de 3 mil anos atrás, quando a presença humana se torna muito intensa, com a queima contínua de grandes fogueiras. Nesse momento, surgem alguns fragmentos de cerâmica tipicamente Jê, que, no Centro-Oeste, é classificada como tradição Una. De fato, esse contexto arqueológico corrobora a tese levantada por Ingrid Wust (1990), segundo a qual os grupos Jê arqueológicos seriam a continuidade dos caçadores e coletores tardios que, gradualmente, passam a produzir cerâmica. Ainda assim, mesmo com a produção ocasional de cerâmica, não há registro de agricultura nos estratos arqueológicos do Templo dos Pilares, indicando tratar-se de ceramistas caçadores e coletores (Aguiar, 2017; Aguiar *et al.*, 2020).

Diante de um contexto ocupacional tão bem definido, restava elaborar a cronologia da arte rupestre, para o que foi realizada uma análise da estratigrafia dos motivos. Em diversos trechos dos espaços gravados, foram observadas sobreposições, com gravuras se sobrepondo a pinturas. Isso evidencia que as pinturas foram produzidas pelos caçadores e coletores arcaicos, enquanto as gravuras seriam obra dos grupos Jê arqueológicos. Tal evidência soma-se a dados de outros sítios com gravuras rupestres no estado de Mato Grosso do Sul, onde, em cavernas com petróglifos, foi constatada a presença da cerâmica Una.

Figura 2 – Gravura rupestre do Templo dos Pilares



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2023).

O estilo Pisadas é dominante no contexto arqueológico dos Campos de Cerrado de Mato Grosso do Sul. De fato, as gravuras rupestres desse estilo se estendem por um vasto território, abrangendo Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil. No Brasil, esses grafismos foram enquadrados nas tradições Geométrica e Meridional (Prous, 1992), ocorrendo nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Tocantins e chegando até o Nordeste do país. Ou seja, trata-se do estilo rupestre com a maior área de dispersão na América do Sul. A arte rupestre do tipo "Pisadas" possui elementos essenciais bem definidos: as figuras emblemáticas são os tridáctilos (pegadas de aves), pegadas de felinos, pegadas de cervídeos, vulvas, fitomorfos e linhas sinuosas. Representações astronômicas também são relativamente frequentes.

Em outra publicação (Aguiar, 2017), propus que a faixa que se estende desde o distrito paraguaio de Amambay até o norte de Mato Grosso do Sul, em um corredor que se desenvolve pelas franjas de serras que antecedem a transição para a planície pantaneira, constitui um importante centro de irradiação do estilo Pisadas. Corroborando esse argumento, sabe-se que, além do caso do Templo dos Pilares, que situa o início de sua produção potencialmente em torno de cinco mil anos atrás, na região paraguaia de Cerro Corá uma equipe de arqueólogos paraguaios e espanhóis encontrou um contexto análogo, com início da ocupação também há cerca de cinco mil anos, seguido pela produção de cerâmica em abrigos amplamente decorados com o estilo Pisadas (Lasheras Corruchaga e Fatás Monforte, 2013). Esse estilo se desenvolve ainda em outros sítios do Paraguai, também situados no distrito de Amambay (Lasheras *et al*., 2014). Dessa forma, percebe-se que, tanto em quantidade de grafismos quanto em número de sítios, essa faixa que se estende entre o Paraguai e o norte de Mato Grosso do Sul, nos limites do Cerrado, é ímpar no que se refere às gravuras rupestres do estilo Pisadas.

Figura 3 – Painel situado em Antônio João onde aparecem os tridátilos, motivo típico do estilo Pisadas



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2023).

Figura 4 – Grafismos do sítio Fazenda Buritizal, Pedro Gomes



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2023).

Ao comparar os grafismos rupestres do cerrado de Mato Grosso do Sul com os guias de identificação de pegadas disponíveis (Silva e Rufino, 2007; Moro-Rios *et al.*, 2008), observa-se que as principais pegadas representadas são de aves em geral, cervídeos, felinos, tamanduás, antas, mão pelada, quati e queixada. Além disso, aparecem fitomorfos e representações astronômicas, conforme mencionado anteriormente.

Ou seja, a continuidade observada no repertório rupestre do estilo Pisadas em diferentes pontos da América do Sul é impressionante. Isso não implica, necessariamente, que seja obra de um grande coletivo humano com vínculos étnicos e culturais estreitos, que protagonizou extensas migrações, levando consigo esse conteúdo simbólico tão singular. Ainda assim, trata-se de um processo de difusão de temas cosmológicos que ainda não é completamente compreendido, e a associação entre a arte rupestre do estilo Pisadas e os grupos Jê arqueológicos, evidenciada em vários sítios, pode ser a chave para a solução dessa questão.

Figura 5 – tipos de pisadas: a) cervídeo, sítio Arco de Pedra, Alcinópolis; b) felino, sítio Pata da Onça, Alcniópolis; c) tridáctilo, Sítio Fazenda Cedro, Antônio João; d) tamanduá (Myrmecophagidae), sítio Fazenda Buritizal, Pedro Gomes; e) anta (Tapirus terrestris), sítio Templo dos Pilares, Alcinópolis; f) mão pelada (Procyon cancrivorus), Templo dos Pilares; g) quati (Nasua nasua), também Templo dos Pilares; h) queixada (Tayassu pecari), Fazenda Cedro, Antônio João





Fonte: Fotografias registradas pelo autor (2023).

3 E AS GRAVURAS DO PANTANAL?

No Pantanal de Mato Grosso do Sul, encontramos outro tipo de gravura rupestre, que não possui relação com os petróglifos dos campos de cerrado. Trata-se de uma arte rupestre singular, tanto no estilo quanto na técnica de elaboração, a ponto de eu ter proposto, em outra publicação, que se trata de uma tradição distinta, a qual denomino Tradição Geométrica Pantaneira (Aguiar *et al.*, 2015). Em seu repertório, as figuras circulares são predominantes, ocorrendo também linhas retas, onduladas e, mais raramente, representações zoomorfas (Aguiar *et al.*, 2014; Aguiar *et al.*, 2015). Identificam-se dois grandes domínios desse estilo: o primeiro abrange os lajedos no entorno urbano de Corumbá e parte de Ladário; o segundo, localiza-se em blocos rochosos verticais que margeiam a região das Grandes Lagoas do Pantanal — denominação utilizada por Peixoto (2003) — ao longo do Rio Paraguai.

Figura 6 – Lajedo da Fazenda Figueirinha, Corumbá



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2023).

Uma das primeiras referências à arte rupestre do Pantanal data da visita de Max Schmidt aos índios Guató, em 1901 (Peixoto e Schmitz, 2011). Posteriormente, em 1975, José Afonso de Moraes Bueno Passos publicou algumas notas sobre os petróglifos de Corumbá em sua tese de livre-docência. Contudo, foi somente a partir dos trabalhos desenvolvidos por Pedro Ignácio Schmitz e sua equipe, com o Projeto Corumbá (entre 1990 e 2001), que a arte rupestre pantaneira passou a ser melhor compreendida (*vide* Rogge, 2000; Schmitz *et al.*, 2001; Schmitz e Rogge, 2015). Os dados relacionados à arte rupestre dos lajedos de Corumbá e Ladário, coletados durante o Projeto Corumbá, encontram-se publicados na dissertação de Maribel Girelli (1994).

No que se refere à arte rupestre das grandes lagoas, depois da menção de Max Schmitz, só veio a ser relatada novamente em tempos recentes, por José Luiz dos Santos Peixoto em razão de suas investigações arqueológicas no pantanal (Peixoto e Schmitz, 2011; Peixoto, 2012). Por fim, um registro mais detalhado foi feito entre 2013 e 2014 (publicado em Aguiar *et al.*, 2014; Aguiar *et al.*, 2015) pela equipe do Laboratório de Arqueologia da UFGD, por conta do Inventário da Arte Rupestre de Mato Grosso do Sul.

Figura 7 – Gravura rupestre à margem do Rio Paraguai, em Lagoa Gaíva



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2023).

Na região do Pantanal de Mato Grosso do Sul, existem quatro sítios registrados: um em Baía Vermelha, dois em Lagoa Gaíva e o quarto no Morro do Campo. Embora não seja objeto deste texto, é importante destacar que o sítio do Morro do Caracará, estudado por Peixoto e Schmitz (2011), apesar de estar situado no Estado do Mato Grosso, encontra-se em região próxima ao Morro do Campo e apresenta temática análoga.

As gravuras de Baía Vermelha estão dispostas ao pé de um cerro, ao longo de uma enseada. Foram elaboradas em blocos soltos que se estendem por uma faixa de 600 metros, apresentando uma elevada ocorrência de figuras circulares, algumas das quais remetem a representações astronômicas. Graças a alguns grafismos inacabados, observa-se que os autores inicialmente utilizaram o picoteamento para fazer o esboço, empregando posteriormente o polimento. Durante o período de cheias, essas gravuras ficam totalmente submersas, o que ocasionou desgaste acentuado.

Em Lagoa Gaíva, situada a aproximadamente 140 km de Baía Vermelha, encontram-se dois sítios: o primeiro, na região da Fazenda Acurizal, e o segundo, na Fazenda Rumo Oeste. Com notável persistência temática, aparecem novamente os círculos simples, concêntricos e aqueles que remetem a representações astronômicas. No segundo sítio — o mais expressivo — surgem, ainda que de forma excepcional, representações zoomorfas. Esses dois sítios indicam que as figuras rupestres parecem dialogar com o ciclo das águas do Pantanal, sendo encobertas durante as cheias e expostas nas vazantes. As cheias deixaram marcas de nível sobre os grafismos, o que poderia funcionar como um excelente marcador para medir os ciclos anuais, algo fundamental para as populações pretéritas. Assim, esses painéis mensuradores serviriam como balizas para orientar as estratégias grupais diante das variações fisionômicas do território pantaneiro. Em certos momentos, quando o nível do rio começa a subir, tem-se a impressão de que as águas são parte integrante da cena representada.

Figura 8 – Vista desde o sítio do Morro do Campo



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2023).

Figura 9 – Um dos painéis do Morro do Campo



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2023).

4 GRAFISMOS NÃO CLASSIFICÁVEIS

As gravuras rupestres de Mato Grosso do Sul ocorrem em dois domínios muito bem definidos: no cerrado, com os petróglifos do estilo Pisadas; e no Pantanal, com grafismos geométricos característicos daquela região. Contudo, existem dois sítios cujos conteúdos gráficos fogem completamente a essa regra. Ambos situam-se no espaço territorial de Aquidauana: o primeiro em um paredão dentro de uma fazenda no distrito de Cipolândia, e o segundo, ao pé do Morro do Amparo.

O painel de Cipolândia pode ser considerado uma verdadeira narrativa de caça: humanos armados com lanças e portando escudos atraem uma onça com o auxílio de outros animais como isca e, uma vez encurralada a fera, utilizam redes para capturá-la. Esse tipo de naturalismo não é comum em gravuras rupestres e, de fato, configura-se como um caso único entre os petróglifos registrados em Mato Grosso do Sul.

Figura 10 a e b – Painel de caçada à onça, em Cipolândia. Como as gravuras foram feitas em uma reentrância de teto muito baixo, não foi possível tirar uma foto de qualidade que mostrasse toda a cena, por isso a imagem aparece acompanhada do vetorial correspondente



Fonte: Fotografia e decalque registrada pelo autor (2023).

O Morro do Amparo, situado na Aldeia Limão Verde, abriga o segundo painel de estilo anômalo. Gravado em um bloco solto ao pé do morro, que fazia parte de um bloco maior que se partiu, o painel apresenta motivos bastante estilizados. Ainda assim, é possível supor que se tratam de figuras antropomórficas compondo uma cena. A técnica empregada na elaboração lembra bastante aquela usada em outro sítio de Aquidauana, na Furna dos Baianos, porém, nesse último, os motivos são mais próximos do estilo Pisadas.

Figura 11 – Petróglifos do Morro do Amparo, Aquidauana.



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2023).

Aquidauana é uma das portas de acesso ao Pantanal. Ainda assim, os sítios arqueológicos da região estão situados em altitude mediana, na faixa dos 300 metros. Os sítios do cerrado localizam-se entre 400 e 600 metros de altitude, enquanto os do Pantanal estão em torno de 100 metros. Assim, percebe-se que Aquidauana está em uma zona intermediária, o que pode favorecer a formação de expressões culturais híbridas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, as gravuras rupestres registradas em Mato Grosso do Sul ocorrem em dois domínios estilísticos muito bem definidos. Nas serras e montes que delimitam os domínios do cerrado, aparecem as gravuras características do estilo Pisadas, localizadas entre 400 e 600 metros de altitude. Os dados obtidos nas escavações do Templo dos Pilares indicam que os petróglifos do estilo Pisadas em Mato Grosso do Sul podem ser datados entre 5 mil e 3 mil anos AP. Já na planície pantaneira, a uma altitude média de cerca de 100 metros, situam-se gravuras com estilo próprio da região, que evidenciam o domínio territorial por populações distintas daquelas das terras altas. A ausência de dados que permitam uma datação relativa impede, até o momento, a estimativa de uma cronologia para a arte rupestre do Pantanal. Considerando que esses estilos possuem repertórios tão claramente definidos e característicos, entende-se que tais domínios territoriais eram explorados por populações distintas, cada qual especializada nos respectivos recursos ambientais.

Ambos os ecossistemas são copiosos e favorecem o assentamento humano. Não se pode descartar o uso de mobilidades estratégicas com o objetivo de aproveitar recursos sazonais. Contudo, parece existir uma cota limite para tais deslocamentos, situada em torno de 300 metros de altitude. Abaixo desse limite, predominam os domínios dos povos pantaneiros, não sendo registrados na planície sítios análogos aos do cerrado. Além dos lajedos que se estendem aos pés dos maciços de Corumbá e Ladário, os territórios dos artistas rupestres canoeiros da pré-história pantaneira parecem concentrar-se principalmente nas grandes lagoas.

Considerando a cota de 300 metros de altitude, observa-se um espaço intermediário que possivelmente foi utilizado nas mobilidades dos povos pertencentes a esses dois grandes domínios, caracterizado por uma elevada diversidade ecológica. Esse ponto de convergência parece propício ao surgimento de algumas manifestações híbridas, ainda que bastante restritas. A presença, em Aquidauana, de pinturas análogas às encontradas nas terras altas indica que os caçadores e coletores arcaicos já faziam uso frequente desse nicho ecológico.

O entorno ecológico é um fator primordial que afeta diretamente o modo de vida das populações humanas, inserindo-se no universo cosmológico e influenciando sobremaneira o fluxo da vida social. Não surpreende, portanto, que representações do ecossistema estejam tematizadas na arte rupestre. Essa característica é especialmente evidente nas gravuras do estilo Pisadas, nas quais rastros de animais recriam o movimento das espécies que habitam os campos de cerrado. Por sua vez, a arte rupestre pantaneira incorpora os astros celestes como tema dominante, embora representações de animais surjam de forma esporádica. A predominância da temática astronômica na arte rupestre do Pantanal talvez decorra da necessidade de monitorar as épocas do ano dentro do sistema de cheias e vazantes, cujas variações acarretam consequências imediatas para a vida das sociedades locais. De qualquer forma, as gravuras rupestres estabelecem uma conexão significativa com o universo simbólico das populações pretéritas que habitaram o Cerrado e o Pantanal de Mato Grosso do Sul, e a arqueologia atualmente recorre a esses registros para ampliar o conhecimento além dos artefatos provenientes das escavações.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. L. S. Petroglyphs of footprints in the Brazilian State of Mato Grosso do Sul: genesis and stylistic diffusion. **Acta Archaeologica (Papirform)**, [S. l.], v. 88, p. 205-216, 2017.

AGUIAR, R. L. S.; LEITE, E. F.; SOUZA, J. C. A arte rupestre do sítio arqueológico Morro do Campo no contexto das gravuras do Pantanal de Mato Grosso do Sul. **TAE – Trabalhos de Arqueologia e Etnologia**, Portugal, v. 53, p. 217-234, 2015.

AGUIAR, R. L. S.; MERKYTE, I.; NEITZKE-ABREU, H. C.; LIMA JÚNIOR, M. S. C.; FIGUEIREDO, B. B. P.; MUZZI, R. M.; FIGUEIREDO, H. P. de; SOUZA, J. C. Prehistoric Archaeology or CSI? Analysis of two skull fragments from Templo dos Pilares archaeological site, Alcinópolis, Mato Grosso do Sul, Brazil. **Acta Archaeologica**, [S. l.; s. n.], 2022.

AGUIAR, R. L. S.; REGONATO, D. K.; LOPES, A. P.; OLIVEIRA, R. Os grupos Jê na Pré-história de Mato Grosso do Sul, Brasil. *In:* AGUIAR, R. R. S. (org.). **(I)mobilidades na pré-história: pessoas, recursos, objetos, sítios e territórios**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020. v. 1, p. 465-478.

AGUIAR, R. L. S.; RIBEIRO, L.; SAMPAIO, D.; SOUZA, J. C.; LIMA, K. M. As gravuras rupestres do Alto Pantanal de Mato Grosso do Sul. **Fronteiras: Revista de História**, Mato Grosso do Sul, v. 16, p. 70-86, 2014.

AGUIAR, R. L. S.; SOUZA, J. C. A escavação no sítio arqueológico Templo dos Pilares: Relação entre a Ocupação Humana e a Produção de Arte Rupestre em Mato Grosso do Sul. **CLIO**. Série Arqueológica, Recife. v. 32, p. 118-138, 2017.

ARCA, A.; FOSSATI, A. A question of style: direct dating vs rupestrian archaeology?. **TRACCE, Online Rock Art Bulletin**, [S. l.], n. 3, 1996. Disponível em: http://rupestre.net/tracce/?p=428. Acesso em: 13 mar 2025.

ARAUJO, A. G. M.; NEVES, W. A.; PILO, L. B. Eventos de seca no Holoceno e suas implicações no povoamento pré-histórico do Brasil Central. *In:* CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO QUATERNÁRIO, 9., 2003, [S. l.]. Anais **[...]**. [S. l.: s. n.], 2003.

DIAS JR, O. O Estado do Tocantins: relações arqueológicas. *In:* **Estudos de Arqueologia Contemporânea**. Palmas: Unitins/IAB, 2006.

GIRELLI, M. **Lajedos com Gravuras na Região de Corumbá, MS**. 1994. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) – Instituto Anchietano de Pesquisas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1994.

LASHERAS CORRUCHAGA, J. A.; FATÁS MONFORTE, P. Itaguy Guasu: un abrigo con grabados de pisadas y abstractos en el cerro Guasú (Amambay, Paraguay): su contexto en América del Sur. **Espacio, tiempo y forma. Serie I, Prehistoria y arqueología**, Madrid, v. 6, p. 55-85, 2013.

LASHERAS CORRUCHAGA, J. A.; FATÁS MONFORTE, P.; MONTÉS, R.; MUÑOZ, E. Itaguy Guasú: un abrigo del arcaico en Amambay (Paraguay) con útiles planoconvexos y puntas bifaciales y con grabados abstractos y de pisadas. **Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano** – Series Especiales, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 234-252, 2014.

MARTINS, G. R.; KASHIMOTO, E. M. **12.000 anos**: Arqueologia do povoamento humano no nordeste de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS: Life Editora, 2012.

MELO, M. L. D.; MARENGO, J. A. Simulações do clima do Holoceno Médio na América do Sul com o Modelo de Circulação Geral da Atmosfera do CPTEC. **Revista Brasileira de Meteorologia**, São José dos Campos, v. 23, n. 2, p. 190-204, 2008.

MORO-RIOS, R. F. *et al.* **Manual de rastros da fauna paranaense**. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2008.

PASSOS, J. A. M. B. **Alguns petroglifos em Mato Grosso com apêndice sobre outros do Paraguai e Bolívia**. 1975. Tese (Livre-Docência em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

PEIXOTO, J. L. S. A **ocupação dos povos indígenas pré-coloniais nos Grandes Lagos do Pantanal Sul-matogrossense**. 2003. 262 p. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PEIXOTO, J. L. S. Os registros rupestres da Chiquitania/Bolívia e do Pantanal/Brasil. *In:* MELO, W. F. de. **Caminhos do Campus do Pantanal**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012. p. 33-49.

PEIXOTO, J. L. S.; SCHMITZ, P. I. A arte rupestre do Caracará, Pantanal, Brasil. **CLIO Revista de Arqueologia**, Recife, v. 26, n. 2, p. 237-263, 2011.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UnB, 1992.

ROGGE, J. H. A ocupação antiga no Pantanal do Mato Grosso do Sul. **CLIO Revista de Arqueologia**, Recife, v. 14, p. 343-352, 2000.

SCHMIDT, M. Die Guató und ihr gebiet. Ethnologische und archaologische ergebnisse der expedition zum Caracara-fluss in Matto-Grosso. **Baessler-Archiv,** Berlin, v. 4, n. 6, p. 251-283, 1914.

SCHMIDT, M. Los Paresis. **Revista de la Sociedad Cientifica del Paraguay,** Asunción, v. 1, 1943.

SCHMIDT, M. Resultados de mi tercera expedición a los Guatós efectuada en el año de 1928. **Revista de la Sociedad Científica del Paraguay**, Asunción, v. 5, n. 6, p. 41-75, 1942.

SCHMITZ, P. I. Arqueologia do Estado do Mato Grosso do Sul. *In:* CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 13., 2005, São Leopoldo. **Palestras de abertura [...]**. São Leopoldo: IAP/Unisinos, 2005. Disponível em: http://www.anchietano.com.br. Acesso em: 11 mar 2023

SCHMITZ, P. I. Arqueologia em Mato Grosso do Sul. *In:* CHAMORRO, G.; COMBÈS, I. (org.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul**: história, cultura e transformações sociais. Dourados: EdUFGD, 2015. p. 27-38.

SCHMITZ, P. I. *et al.* Aterros indígenas no Pantanal do Mato Grosso do Sul. **Pesquisas – Antropologia**, São Leopoldo, v. 54, p. 1-271, 1998.

SCHMITZ, P. I.; BARBOSA, A. S.; JACOBUS, A. L.; RIBEIRO, M. B. **Arqueologia nos cerrados do Brasil Central**: Serranópolis I. São Leopoldo: IAP, 1989. (Pesquisas, Série Antropologia, n. 44).

SCHMITZ, P. I.; BARBOSA, A. S.; RIBEIRO, M. B.; VERARDI, I. **Arte Rupestre no Centro do Brasil**: pinturas e gravuras da Pré-História de Goiás e oeste da Bahia. São Leopoldo: IAP/Unisinos, 1984.

SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. H. 8.400 anos de ocupação indígena nas margens do rio Paraguai. *In:* CHAMORRO, G.; COMBÈS, I. (org.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul**: história, cultura e transformações sociais. Dourados: EdUFGD, 2015. p. 27-38.

SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. H.; BEBER, M. V.; ROSA, A. O. Arqueologia do Pantanal de Mato Grosso do Sul – Projeto Corumbá. **Revista Tellus**, Estocolmo, v. 1, n. 1, p. 11-26, 2001.

SILVA, E. A.; RUFFINO, S. F. **Guia para identificação de pegadas**. São Carlos: Centro de Divulgação Científica e Cultural da USP, 2007.

SOUZA, J. C. M. Lithic technology of an Itaparica industry archaeological site: the Gruta das Araras rockshelter, Midwest Brazil. **Journal of Lithic Studies**, Reino Unido, v. 3, n. 1, p. 1-20, 2016.

VERONEZE, E. **A ocupação do Planalto Central Brasileiro: o nordeste do Mato Grosso do Sul**. 1992. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1992.

WÜST, I. **Continuidade e mudança**: para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio Vermelho, Mato Grosso. 1991. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.


0 1 2 3cm
ESCALA

AS GRAVURAS RUPESTRES DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL


0 1 2 3cm
ESCALA

GRAVURAS NO CENTRO E NO SUL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Alenice Baeta[105]
André Prous[106]

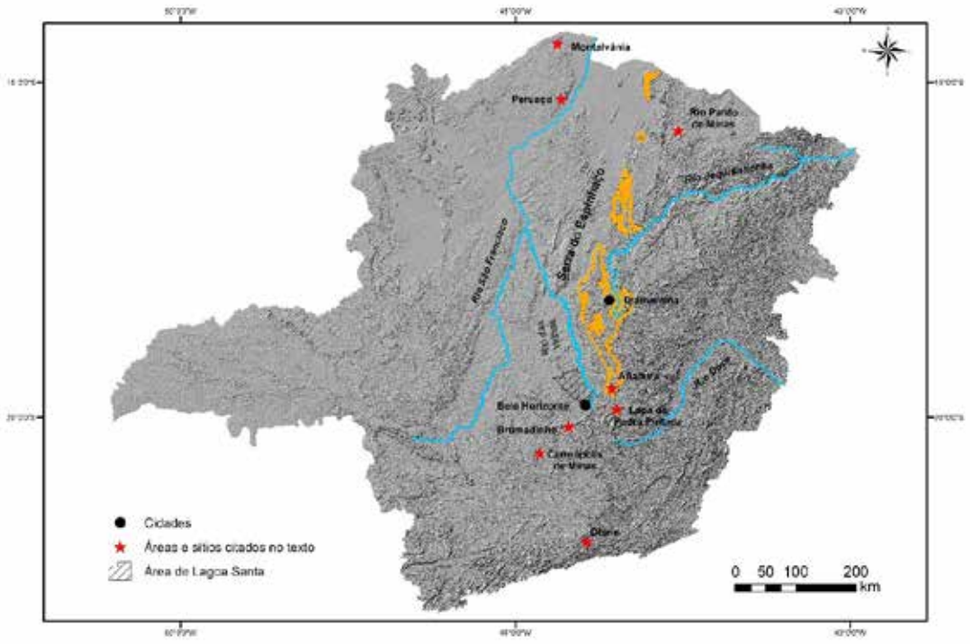
1 INTRODUÇÃO

À diferença do norte do estado de Minas Gerais — particularmente na região de Montalvânia, e, em menor grau, em certos sítios do vale do rio Peruaçu —, onde as gravuras podem ser numerosíssimas, as pinturas predominam absolutamente, tanto em número quanto em visibilidade, nos sítios da região calcária de Lagoa Santa e no sul da serra quartzítica do Espinhaço (Serra do Cipó, Serra dos Dois Irmãos, já no Alto Rio Doce). O registro gravado ocorre, em geral, de forma discreta nos abrigos maiores, e de forma destacada apenas em locais menores. Por esse motivo, tem sido pouco evidenciado nas publicações sobre a arqueologia de Minas Gerais.

Neste texto, apresentaremos de forma sucinta as características e a variedade dessas manifestações rupestres — picoteadas, incisas, raspadas, polidas, com suas temáticas diversificadas.

105 Arqueóloga e Historiadora, Doutorado em Arqueologia no MAE/USP e Pós-Doutorado no Departamento de Antropologia/Arqueologia, FAFICH/UFMG. Pesquisadora Colaboradora do antigo Setor de Arqueologia da UFMG. E-mail: alenicembaeta@gmail.com.
106 Professor aposentado da UFMG, foi membro da Mission Archéologique de Lagoa Santa e Chef de la Mission Archéologique française de Minas Gerais. Pesquisador e Professor voluntário do PPGAN da FAFICH e do MHN-JB da UFMG. Pesquisador do CNPq. E-mail: aprous80@gmail.com.

Figura 1 – Mapa do relevo de Minas Gerais, com destaque para as áreas e os sítios mencionados



Fonte: Jarbas Dirceo Lima Sampaio (2024).

Levando em conta o pequeno número de figuras diagnósticas, a raridade dos elementos de datação e a diversidade das manifestações, torna-se difícil atribuí-las a alguma tradição temática ou a uma faixa cronológica específica. Assim sendo, limitamo-nos a descrever os sítios e conjuntos gravados em função da técnica de elaboração, informando apenas os elementos existentes que permitam tentar inseri-los no quadro rupestre da pré-história regional, para a qual já foram propostas — sempre a partir das pinturas — diversas unidades estilísticas.

Seguindo uma tradição internacional já consolidada, incluímos no rol das gravuras rupestres os *cupules* sobre suportes rochosos fixos ou sobre blocos pesados desabados, quando apresentam localização e configuração que não sugerem uso funcional — não se tratando, portanto, de quebra-cocos, pilões ou crisóis.

Por diversas razões, não nos foi possível revisitar os sítios para a preparação deste texto; assim, deixou-se de fotografar ou medir certas figuras discretas, ainda não publicadas ou cujos registros não estavam prontamente disponíveis no momento — como aquela executada por raspagem nas "janelas" de Cerca Grande, ou o "tabuleiro" inciso de Lapa Vermelha IV. Tais figuras, portanto, são aqui apenas mencionadas com base em lembranças antigas, sem que seja possível oferecer uma descrição precisa ou apresentar uma ilustração, mesmo que esquemática.

2 HISTÓRICO

Embora o naturalista W. P. Lund tenha sido o primeiro a mencionar a arte rupestre de Lagoa Santa (Hoch e Prous, 1985; Prous, 2003), não se deteve sobre o assunto, mencionando apenas de forma breve as pinturas de Cerca Grande, registradas em uma prancha por seu assistente norueguês, o artista P. A. Brandt. Provavelmente, ambos sequer tenham notado as discretas incisões existentes no sítio. A primeira pessoa que parece ter-se interessado realmente pelo registro rupestre da região foi o dentista Josaphat Penna, que chegou a copiar por calque algumas figuras do centro mineiro (Penna, 1960). Ele divulgou os sítios com pinturas e gravuras (Penna, 1964) em um encontro organizado por Paulo Duarte, em São Paulo. Nessa oportunidade, conheceu A. Laming-Emperaire, levando essa pesquisadora a visitar a região em 1962. Acompanhou-a em alguns sítios, entre os quais os abrigos componentes de Caieras, que possuíam o único conjunto com gravuras então conhecido. Essa breve estadia foi provavelmente decisiva para que, poucos anos depois, a arqueóloga francesa decidisse retornar à região para escavar e pedisse a André Prous que realizasse uma sondagem na pequena cavidade de Caieras II — na qual se encontrariam uma mandíbula humana e uma datação de 9.600 BP (data não calibrada).

Com o início da Missão Franco-Brasileira e o descobrimento, em 1973, de pinturas enterradas na Lapa Vermelha IV, cuja antiguidade mínima pôde então ser comprovada, A. Prous foi encarregado de levantar o acervo rupestre regional. Contudo, em razão de sua falta de experiência nesse campo, solicitou a A. Laming-Emperaire que trouxesse o técnico Pierre Colombel, que passou a participar das campanhas da Missão a partir do ano seguinte. Dessa forma, foram copiadas as gravuras de Caieras, e reconhecemos as incisões de Cerca Grande, sem, todavia, reproduzi-las (Anthonioz *et al.*, 1979). Após a morte de A. Laming-Emperaire, A. Prous mobilizou a equipe do recém-criado Setor de Arqueologia do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais para dar continuidade a esse trabalho, paralelamente às escavações realizadas no Grande Abrigo de Santana do Riacho. No final dos anos 1970 e início da década de 1980, foi reconhecida a presença de gravuras nas Lapas do Carroção, da Pia, da Lapa Vermelha I, do Porco Preto, do Capão das Éguas e no Grande Abrigo de Santana do Riacho, assim como nos abrigos Rei do Mato, Cocais e Altamira.

Mais tarde, A. Baeta prosseguiu, de forma episódica, com as prospecções nas regiões de Lagoa Santa e da Serra do Cipó, descobrindo gravuras nos sítios Escrivania, Congonhas, Limeira, Sumidouro, Criciúma, Sucupira, Serrinha, Lapa Cinzenta, Curral Queimado, Vargem do Cipó, Mata Grande, Mortuária, Galinheiro e no abrigo do Teto Preto. Ao estender suas pesquisas para o Alto São Francisco, evidenciou a existência de manifestações rupestres gravadas até essa região (Doresópolis), ainda não tão pesquisada quanto as duas anteriormente mencionadas. Sua tese de doutorado (Baeta, 2011), ao realizar uma ampla revisão dos sítios do centro mineiro, subsidiou este trabalho.

Finalmente, em 2009, a equipe dirigida por W. Neves, que escavava a Lapa do Santo ou Lapa Cinzenta[107], descobriu uma gravura profundamente enterrada neste sítio. Foram ainda considerados o Sítio da Lagoa, que possui inscrições rupestres polidas e está situado no município de Carmópolis de Minas, no vale do rio Pará, e o sítio Capela Velha, no vale do Paraopeba, em Brumadinho, também no Alto São Francisco. Esses locais são aqueles que representam o centro mineiro neste trabalho.

107 A Lapa do Santo era anteriormente conhecida como Lapa Cinzenta, Lapa do Cinzeiro ou Lapa da Fenda. Será tratada neste estudo como Lapa Cinzenta, respeitando-se a anterioridade deste nome, registrado em órgãos públicos.

No ano de 2023, recebemos de G. Pires de Azevedo fotografias de conjuntos de estrias em diferentes cavernas no quartzito feldspático da região de Ibitipoca, em Olaria, no sul do estado — formações bastante distintas daquelas até então conhecidas no Brasil. Esses locais foram identificados e visitados por espeleólogos e geólogos. Embora ainda não tenham sido examinados por arqueólogos, consideramo-los aqui, na expectativa de que possam ser pesquisados em breve.

3 GRAVURAS PICOTEADAS

Entre as gravuras, as mais visíveis são, de longe, aquelas que foram picoteadas, provavelmente elaboradas com um seixo alongado, mas não se conhece nenhum instrumento deste tipo proveniente dos sítios com picoteamentos. Geralmente, essas figuras compõem painéis com motivos predominantemente figurativos (Caieras I, II, Serrinha, Lapa Cinzenta). No abrigo Curral Queimado, por sua vez, as figuras são predominantemente geometrizantes
.
Essas gravuras costumam ocupar zonas relativamente baixas, podendo ser realizadas por uma pessoa sentada ou em pé, sem necessidade de levantar o braço acima da linha dos olhos, ao passo que as pinturas costumam ocorrer também em locais mais elevados. Apenas em Samambaia se encontram figuras vestigiais, gravadas e raspadas, a cerca de 3 metros de altura em uma das paredes componentes do grande abrigo, onde ainda podem ser identificados antropomorfos.

O suporte pode ser uma parede vertical (Caieras I, Curral Queimado) ou grandes blocos desabados (Porco Preto, Lapa Cinzenta, Lapa Vermelha I, Doresópolis). Quando essas gravuras foram feitas próximas ao nível do chão, costumam destacar-se sobre uma superfície polida, seja natural ou artificialmente (Caieras I e II, Lapa Vermelha I, Samambaia, Lapa Cinzenta).

As figuras picoteadas são pouco numerosas e de tamanho mediano, variando entre uma dezena e poucas dezenas de centímetros. Destacam-se os sítios Caieras I e II, Lapa Cinzenta, Porco Preto e Curral Queimado, em razão da maior "imponência"[108] e organização das figuras:

Na pequena gruta de Caieras I, os dois painéis gravados, cada um com um pouco mais de 1 m², cobrem uma parede e uma face de um pilar natural, ambas verticais. Em um dos painéis, as figuras — todas filiformes e delineadas com traços retos (cervídeo e outros quadrúpedes, antropomorfos e possíveis vegetais) — estão distribuídas de forma equilibrada no espaço, seguindo linhas verticais e horizontais. O outro painel comporta antropomorfos agrupados e apenas dois possíveis cervídeos, que formam um bloco inferior confuso de figuras filiformes, abaixo de duas figuras antropomorfas que se projetam verticalmente.

108 É importante mencionar os sítios Bonina e Lapa do Homem, situados no município de Monjolos, pertencente à bacia do Rio das Velhas, também no Alto São Francisco. Esses sítios foram divulgados por Teixeira-Santos *et al.* (2004), quando foi realizada uma varredura em inúmeras cavernas da região, apontando aquelas que possuíam grafismos rupestres. Os dois abrigos mencionados teriam inúmeros conjuntos de gravuras geométricas e zoomórficas. Posteriormente, os principais sítios arqueológicos indicados foram visitados por Guimarães, Panisset e Link (2011). Os sítios de Monjolos serão abordados, por sua vez, em outro capítulo desta obra.

Nota-se, em ambos os conjuntos, a característica cabeça em forma de bico de ave (os nossos colegas do Nordeste se referem a ela como "cabeça de caju") nas figuras antropomorfas.

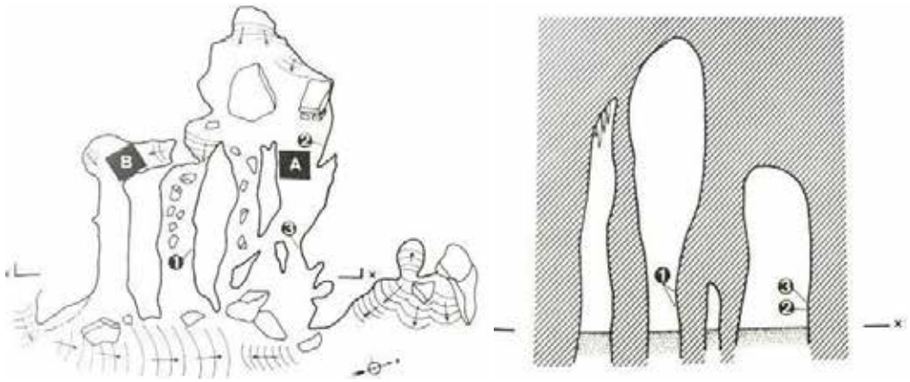
No pequeno abrigo vizinho (Caieras II), as gravuras se estendem horizontalmente na base inclinada e encurvada do paredão. Neste suporte, infelizmente muito alterado, ainda se distingue um emaranhado de figuras antropomorfas filiformes (mais curvilíneas que as de Caieras I), além de pequenas aves e quadrúpedes que se destacam sobre um fundo liso e avermelhado. O conjunto ocupa 4 m de comprimento por 1 m de altura e encontra-se parcialmente recoberto por cinzas pulverulentas, que formavam a camada superior do sedimento arqueológico. Dois a três metros mais acima, encontram-se várias pinturas.

Esses painéis, realizados a pouca distância um do outro, parecem refletir um mesmo propósito e uma única temática, mas apresentam uma grande diferença na capacidade de estruturação e na forma de execução das figuras. Nota-se a característica cabeça em forma de bico de ave ou de caju nas figuras antropomorfas.

No sítio Serrinha, o pequeno conjunto de antropomorfos que parece representar uma família, filiformes com "cabeça de caju" provavelmente possa se relacionar às figuras de Caieras.

O mesmo ocorre, em razão de sua morfologia, com a gravura antropomorfa enterrada da Lapa do Santo: filiforme, apresentada de perfil, com cabeça "de ave", sexo (itifálico), etc. Está recoberta por sedimentos datados em cerca de 9.000 anos (Neves *et al.*, 2012). Apareceu em local afastado de um patamar do piso onde ocorrem as demais gravuras do sítio, e ainda mais distante do nicho mais alto com pinturas sob incisões rasas que decoram a parte central do abrigo. Neste sítio, contudo, deve-se considerar a possibilidade de que outras figuras possam ter sido realizadas em blocos e/ou paredes também enterrados, ainda não revelados, apesar da ampla escavação realizada.

Figura 2 – Croqui topográfico da Lapa Caieiras I com a indicação dos painéis com gravuras rupestres. A e B: sondagens. 1, 2 e 3: conjuntos gravados



Fonte: Laming-Emperaire *et. al*, (1975).

Figura 3 – Gravuras da Lapa Caieiras I. Matozinhos



Fonte: Fotografia de Ézio Rubbioli (2002).

Figura 4 – Gravuras da Lapa Caieiras I. Matozinhos, MG



Fonte: Baeta (2011).

Figura 5 – Detalhe das gravuras da Lapa Caieiras II



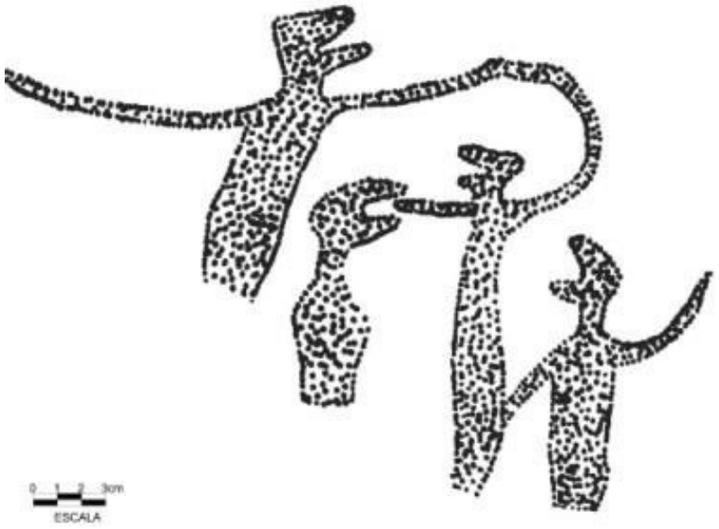
Fonte: Baeta (2011).

Figura 6 – Gravuras da Lapa da Caieiras II



Fonte: Fotografia de Ézio Rubbioli (2002).

Figura 7 – Detalhe da Figura 6 de Gravuras da Lapa Caieiras II. Matozinhos, MG



Fonte: Baeta (2011).

Figura 8 – Gravuras da Lapa Caieiras II de difícil visibilidade



Fonte: Baeta (2013).

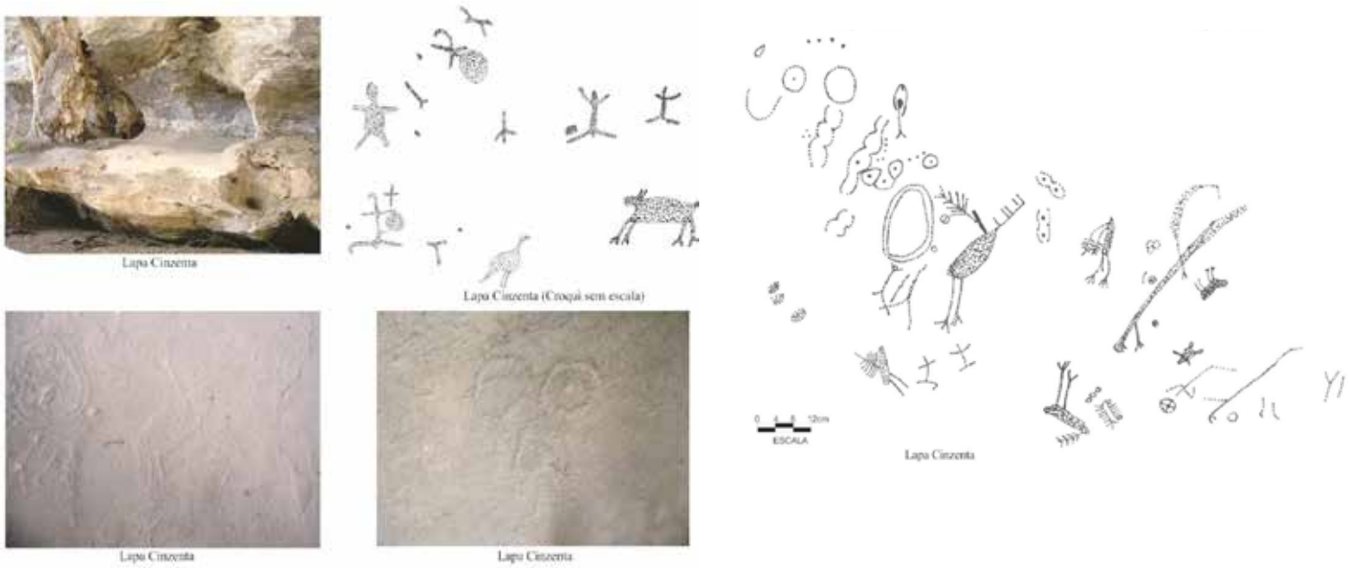
Figura 9 – Lapa da Serrinha, Matozinhos, MG. Figuras picoteadas



Fonte: Baeta (2011).

Como exposto, a mesma lapa apresenta, em seu piso, na base do paredão, uma temática que poderia ainda ser compatível com a das gravuras de Caieras (quadrúpedes, aves e figuras biomorfas possivelmente evocando seres humanos), embora a forma de representação seja diferente (os corpos dos animais não são filiformes). Dois grafismos incompletos poderiam ser restos de antropomorfos com "cabeça de ave". Dessa forma, este sítio poderia refletir o mesmo imaginário; contudo, ao contrário dos painéis de Caieras, nota-se a presença de um conjunto de grafismos circulares ou elípticos, eventualmente marcados por pontos centrais. Há ainda *cupules* e figuras que evocam rostos ou máscaras (Baeta, 2011).

Figura 10 – Gravuras da Lapa Cinzenta. Matozinhos, MG



Fonte: Baeta (2011).

Na entrada do sítio do Porco Preto, um bloco desabado, cuja parte superior forma uma superfície plana e lisa, apresenta gravuras picoteadas. Algumas representam antropomorfos (alguns deles com "bico de ave") alinhados ao longo de uma série de figuras circulares (Prous; Baeta e Rubbioli, 2003). Nota-se que essas figuras estão sobrepostas por *cupules* e incisões, que serão descritas mais adiante.

Figura 11. Gravuras da Lapa do Porco Preto, Matozinhos, MG



Fonte: Prous; Rubbioli e Baeta (2023).

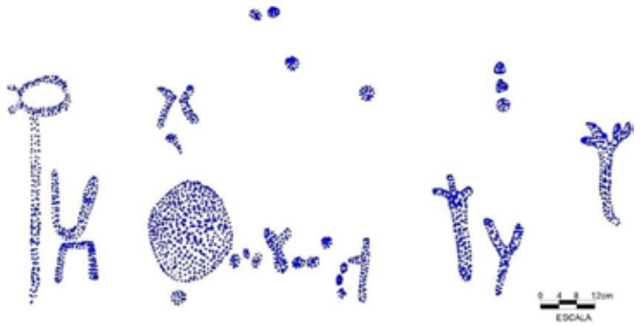
Na Lapa Vermelha I também ocorrem figuras circulares, "asteriscos", representações muito esquemáticas (cinco traços retos) de antropomorfos filiformes acéfalos, típicas da Tradição Planalto, e desenhos que poderiam representar as patas de um quadrúpede. Estas podem ser vistas no meio de alinhamentos de bastonetes, no sítio da Fazenda Experiência da Jaguara. Figura circular similar à da Lapa Vermelha I foi observada, de forma isolada, em uma parede da Gruta Mata Grande, em Sete Lagoas.

Figura 12 – Reprodução de gravuras da Lapa Vermelha I. Pedro Leopoldo – MG



Fonte: Setor de Arqueologia da UFMG.

Figura 13 – Reproduções de gravuras da Lapa Curral Queimado. Santana do Riacho – MG



Fonte: Baeta (2011).

A Lapa do Curral Queimado, por sua vez, apresenta uma temática completamente distinta, distribuída ao longo de 10 metros de parede, na qual se destacam linhas de pontos, círculos e traços longos, formando diversas figuras geométricas (talvez uma delas componha a figuração de um propulsor?). Um peixe aparece junto de um provável antropomorfo.

Figura 14 – Gravuras da Lapa do Curral Queimado. Santana do Riacho, MG



Fonte: Baeta (2011).

Figura 15 – Gravuras picoteadas da Lapa do Curral Queimado sobre vestígios de figurações vermelhas e sob graffiti atuais. Santana do Riacho, MG



Fonte: Baeta (2009).

Outros sítios apresentam raras figuras biomorfas, uma delas associada a um polidor (Samambaia) ou a quadrúpedes de corpo não filiforme (Criciúma I). Tais grafismos são pouco diagnósticos, não permitindo propor agrupamentos temáticos ou estilísticos. No sítio Capão das Éguas, onde predominam figuras pintadas, há, em uma parede, um antropomorfo picoteado e afiadores em um dos blocos do abrigo principal.

Figura 16 – Reproduções de gravuras da Lapa da Criciúma I, Matozinhos, MG



Fonte: Baeta (2011).

Figura 17 – Figuras picoteadas, Lapa da Samambaia



Fonte: Baeta (2010).

Figura 18 – Gravura da Lapa Capão das Éguas, Prudente de Moraes, MG



Fonte: Baeta (2011).

No pequeno abrigo de Altamira (Alto Rio Doce), duas gravuras picoteadas, próximas uma da outra, inserem-se em um espaço pouco densamente pintado pelos portadores da Tradição Planalto. Trata-se de um desenho geométrico bem delineado (um traço reto recortando um círculo em sua parte inferior) e de uma possível figura biomorfa (figuras 161 e 169 do levantamento de 1987).

Finalmente, nota-se que algumas marcas de picoteado não chegam a formar figuras, mas podem acompanhar desenhos incisos (Lapa da Pia), intercalando-se com estes. Outras contornam uma figura pintada (Cerca Grande, sauromorfo, figura 58 do painel I, Anthonioz *et al.*, 1979); nesse caso, seria preciso verificar se essas marcas correspondem a um esboço do desenho que ainda seria pintado ou a um contorno posterior.

4 CONJUNTO DE GRAVURAS INCISAS (RASAS OU PROFUNDAS) E FIGURAS OBTIDAS POR RASPAGEM

Quando rasas (cerca de 1 mm de profundidade), essas manifestações são difíceis de perceber, pois não se destacam — ou se destacam muito pouco — sobre o suporte natural. Provavelmente tenham sido feitas com o gume de um instrumento de pedra, utilizado longitudinalmente (incisões) ou transversalmente (raspagem), por vezes presentes nos mesmos suportes.

4.1 Gravuras rasas: no centro do estado de Minas Gerais

Logo no levantamento realizado em 1974, encontramos, em uma pequena galeria (painel III) da Lapa de Cerca Grande, conjuntos horizontais de incisões geralmente equidistantes, curtas, rasas e muito finas (uma fração de milímetro), que formavam uma faixa quase contínua nas paredes verticais laterais, a uma altura de cerca de 1,5 m.

Desistimos de contar essas incisões na penumbra, mas cada conjunto comporta entre algumas dezenas e centenas de traços verticais. Na parede esquerda, alguns desses traços apresentam a parte inferior bífida, como se fossem pernas; assim, não se pode excluir a possibilidade de que evoquem pessoas.

Poucas manchas vermelhas residuais eram visíveis nesse local (ora parecendo mais recentes, ora mais antigas que as incisões), enquanto o teto do fundo, em forma de abside do corredor, comporta pinturas figurativas. Também discretamente incisas estão uma figura triangular e outra zoomorfa (Anthonioz; Colombel e Monzon, 1978).

Em 1976, incisões finas enterradas apareceram durante a escavação da Lapa Vermelha IV, pouco mais de um metro abaixo do chão original. Trata-se de linhas horizontais e verticais cruzadas, como se formassem um grande tabuleiro de xadrez. Essa figura poderia ter sido riscada em qualquer momento anterior a cerca de 2.500 anos atrás.

Incisões finas foram observadas no patamar alto da Lapa do Sumidouro, sobre pinturas vermelhas e amarelas sobrepostas. Há locais em que o risco retirou o pigmento vermelho, deixando o amarelo aparecer logo abaixo, correspondendo à técnica do "esgrafito", em que se utiliza a ponta de um instrumento pontiagudo para riscar as camadas de cor mais ou menos profundamente, revelando algumas delas. Também foram observadas sequências de incisões finas e rasas sobre quadrúpedes tracejados nas cores vermelho e preto.

Figura 19 – Incisões finas sobre pinturas (pontos vermelhos sobre fundo amarelo) na Lapa do Sumidouro (técnica semelhante ao esgrafito). Em detalhe, com maior contraste



Fonte: Fotografia de Baeta (2013).

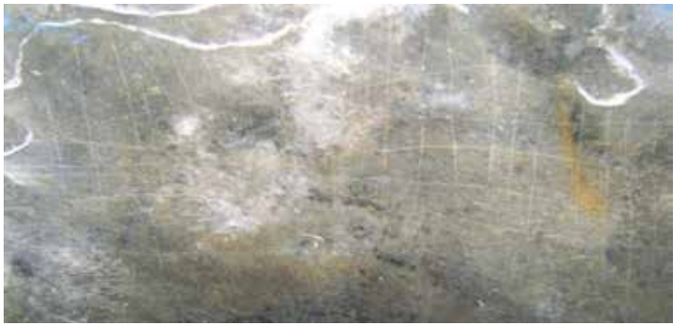
Figura 20 – Incisões finas paralelas sobre pintura rupestre vermelha na Lapa do Sumidouro, Pedro Leopoldo, MG. Em detalhe, realçado com DStretch



Fonte: Fotografia de Baeta (2013).

Na Lapa Vargem da Pedra, riscos ondulados finos e paralelos foram elaborados sobre uma mancha de tinta vermelha, buscando destacar as finas incisões na parede. Na Lapa Mata Grande, há incisões retas cruzadas que lembram a figura enterrada da Lapa Vermelha IV. Em função da depredação com tinta azul em seu suporte, não foi possível delimitar todo o conjunto. Incisões similares, porém inscritas sobre crosta branca, foram notadas no abrigo Congonhas, na Serra do Cipó. As incisões estão em locais distintos das demais pinturas rupestres neste sítio.

Figura 21 – Incisões finas cruzadas na Lapa Mata Grande, Sete Lagoas, MG



Fonte: Fotografia de Baeta (2016).

Figura 22 – Incisões quadriculadas sobre crosta natural na Lapa Congonhas, Santana do Riacho, MG



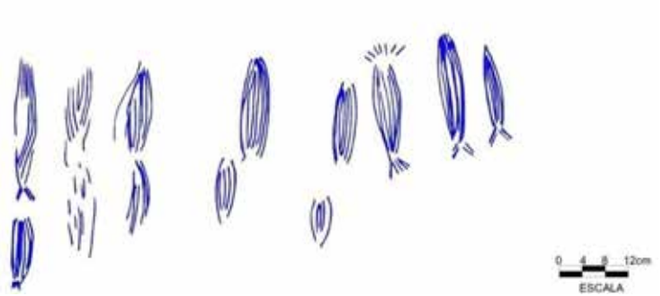
Fonte: Fotografia de Baeta (2008).

A Lapa da Pia apresenta vários conjuntos de figuras feitas com incisões rasas, finas e discretas. O mais elaborado deles está exposto a uma luz rasante numa das entradas da cavidade, que proporciona uma visibilidade razoável para um olhar atento. Trata-se de uma coluna vertical formada por 15 figuras pectiformes, elaboradas parcialmente sobre um grande quadrúpede pintado na cor amarela.

As extremidades da linha "horizontal" podem ultrapassar o conjunto dos ramos verticais e ser levemente encurvadas, inclusive por seguir o relevo do suporte rochoso, sugerindo, para algumas pessoas, um saiote ou tanga retangular de fibras vegetais.

Na outra extremidade do sítio, encontram-se, de forma desordenada e sequencial, traços incisos paralelos, com formas de feixes, elípticas e peixes. Tais incisões sobrepõem pinturas (entre as quais cervídeos). É interessante notar que essas incisões estão, por sua vez, sobrepostas por traços de *crayon* (pigmento seco) que reproduzem temas parecidos: traços retos, peixes e grades, aos quais se acrescentam, ainda, figuras antropomorfas.

Figura 23 – Incisões da Lapa da Pia. Prudente de Moraes, MG



Fonte: Baeta (2011).

Figura 24 – Lapa Limeira, Prudente de Moraes, MG. Reprodução de Incisões sobre figuras pintadas



Fonte: Baeta (2011).

Figura 25 – Incisões da Lapa da Pia

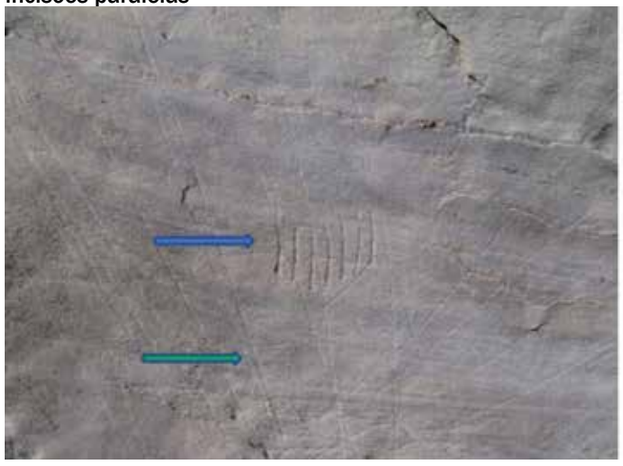


Fonte: Fotografia de Ézio Rubbioli (2003).

Os mesmos temas incisos ocorrem nos abrigos de Escrivania (pouco distante da Pia, onde se vê um peixe absolutamente semelhante àqueles riscados na Pia), Cinzenta e Limeira. Neste último, alguns feixes de traços parecem "retocar", de forma voluntária e precisa, círculos cheios ou concêntricos pintados anteriormente.

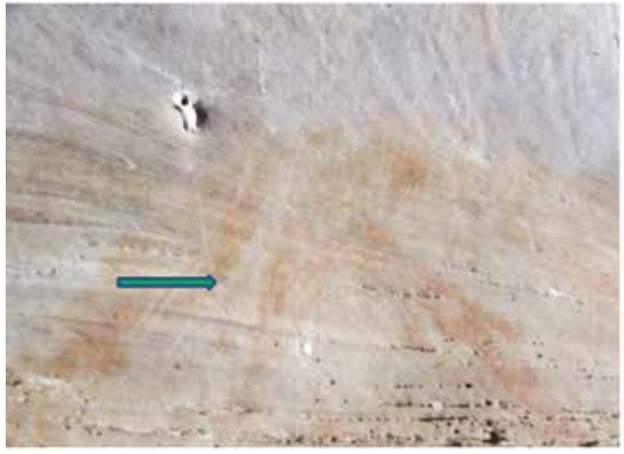
Na Lapa Cinzenta, no nicho mais alto, onde há pinturas rupestres vermelhas claras, existem várias incisões rasas e discretas em formato de feixes divergentes para cima, além de algumas menores, porém mais profundas, paralelas entre si. Na Lapa do Baú, em um local de penumbra, há um conjunto de incisões isoladas formando uma sequência de bastonetes, que também se alternam com traços amarelos.

Figura 26 – Incisões rasas na Lapa Cinzenta. A seta verde indica a parte distal de um dos feixes; a seta azul indica sequência de pequenas incisões paralelas



Fonte: Fotografia de Baeta (2010).

Figura 27 – Incisões rasas sobre pinturas rupestres na Lapa Cinzenta, Matozinhos, MG. A seta verde indica raspagens em feixes sobre pintura



Fonte: Fotografia de Baeta (2010).

Na parte inferior do paredão vertical da Lapa de Sumidouro (cujos patamares superiores receberam numerosas pinturas), foram também visualizadas por Baeta (2011) algumas dezenas de incisões muito finas e pequenas: bastonetes isolados ou formando conjuntos de elementos paralelos entre si; traços retos longos com terminação superior bífida ou trífida, que passam completamente despercebidos pelos visitantes.

Figura 28 – Lapa do Sumidouro. Reprodução de Incisões pequenas e rasas de baixa visibilidade em parede com camada de pátina. Pedro Leopoldo, MG



Fonte: Baeta (2011).



Fonte: Fotografia de Lucas Nishimoto (2013).

Figura 29 – Conjuntos variados de incisões rasas, pequenas e de baixa visibilidade na Lapa do Sumidouro, Pedro Leopoldo, MG



Fonte: Fotografia de Baeta (2013).

No sítio de Altamira, as incisões encontram-se no mesmo setor, porém mais baixo, que as duas gravuras picoteadas já mencionadas. Formam conjuntos de traços verticais paralelos entre si (figuras 108, 114, 159, 165 na montagem dos painéis do levantamento de 1987) e compõem uma figura formada por duas parábolas hachuradas espelhadas (figura 162 do levantamento de 1987).

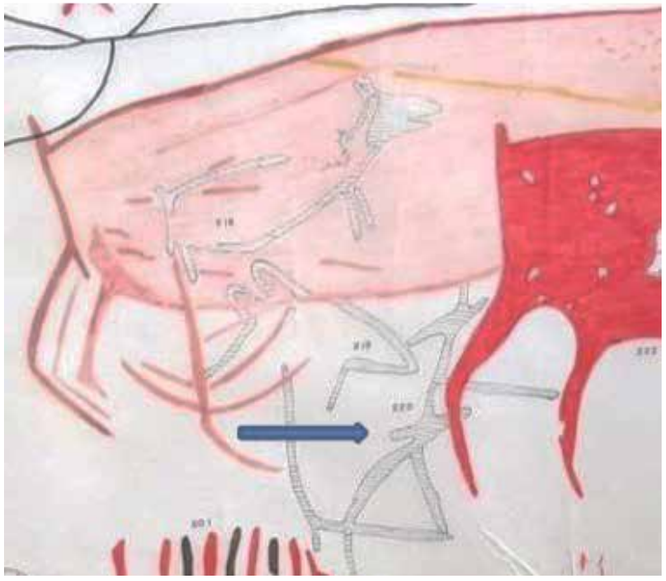
Sequências de incisões também foram notadas em suportes polidos nas Lapas do Galinheiro e na Lapa Mortuária, em Confins, mas, devido ao alto nível de depredação, fica muito difícil precisar se teriam formado conjuntos ou afirmar eventuais superposições.

As figuras obtidas por raspagem reconhecidas são muito poucas (talvez tenha seu número subestimado pela sua pouca visibilidade).

Em Cerca Grande, pode-se mencionar uma figura zoomorfa (seria uma ave pernalta?) que não foi calcada, pois escapou aos pesquisadores durante a campanha de levantamento em 1974. Ela se encontra nas "janelas" (galeria alta que domina a dolina que circunda o sítio).

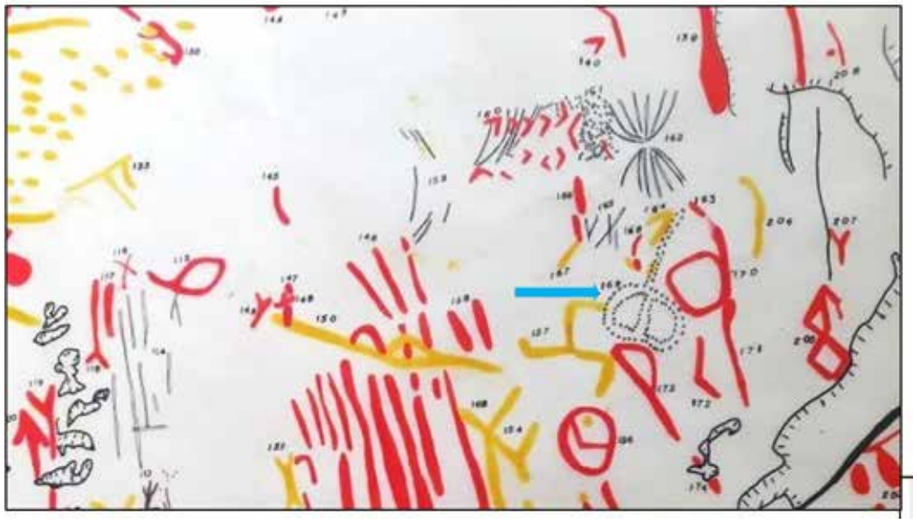
No Abrigo nº I da Lapa Pintada de Cocais, há vestígios de uma tríade — talvez familiar — de cervídeos (figuras 218 e 219 do levantamento de 1987) na parte central e mais visualmente impactante do sítio, cuidadosamente raspadas sobre outras figuras de cervídeos pintadas, com as mesmas características estilísticas e tamanho comparável (Siqueira; Mota e Prous, 1989).

Figura 30 – Gravuras raspadas (hachurado preto) de cervídeos na Lapa Pintada de Cocais, Cocais, MG



Fonte: Siqueira; Motta, Prous (1989).

Figura 31 – A seta azul indica figura picoteada em painel com pinturas na Lapa da Pedra Pintada. Mais alto, em preto, incisões. Cocais, MG



Fonte: Siqueira; Motta, Prous (1989).

4.2 Traços profundos

Incisões mais profundas e facilmente visíveis, semelhantes às encontradas no norte de Minas Gerais, são raras. Um pequeno conjunto foi identificado na base do paredão vertical do Abrigo Rei do Mato, composto por traços verticais, alguns dos quais formam uma figura "tridáctila". No abrigo Teto Preto, observam-se incisões retas e paralelas na superfície de um bloco.

Figura 32 – Abrigo Rei do Mato, Sete Lagoas, MG. Incisões profundas



Fonte: Prous; Rubbioli e Baeta (2003).

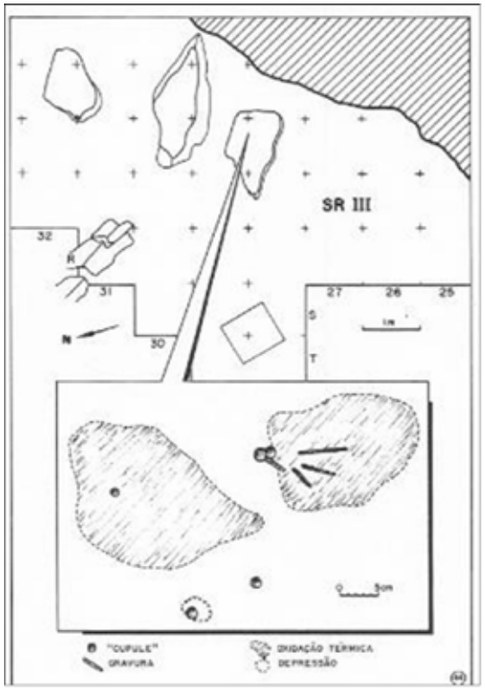
Figura 33 – Abrigo do Teto Preto, Matozinhos, MG. Incisões de tipo "afiador" associadas a alguns pontos de picoteamentos



Fonte: Prous; Rubbioli e Baeta (2003).

Na escavação nº III do grande abrigo de Santana do Riacho, foi identificado um grande bloco desabado e recoberto por sedimento arqueológico, no qual se observam quatro incisões profundas acompanhando duas *cupules* geminadas (Brito; Baeta e Prous, 1993/1994). Trata-se, mais uma vez, de uma feição até agora única na região.

Figura 34 – Detalhe da escavação nº III do Grande abrigo de Santana do Riacho. Bloco desabado com 4 incisões profundas e 2 *cupules* geminadas



Fonte: Brito; Baeta e Prous (1993, 1994).

Figura 35 – Detalhe de duas formas antropomorfas confeccionadas por raspagem em parede alta da Lapa da Samambaia, Lagoa Santa. A seta indica um dos antropomorfos

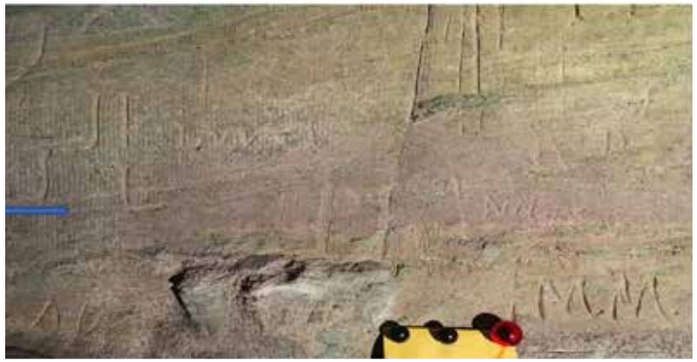


Fonte: Fotografia de Baeta (2010).

5 ESTRIAS PARIETAIS DO SUL DE MINAS GERAIS

No município de Olaria, sul de Minas Gerais, a Sociedade Carioca de Pesquisas Espeleológicas, em parceria com o Núcleo de Pesquisa Arqueológica do Alto Rio Grande, registrou na Gruta Tigre, região do Ibitipoca, inscrições históricas (iniciais maiúsculas e possíveis símbolos religiosos), bem como algumas incisões de animais (como cobras e quadrúpedes), possivelmente mais antigas. Estas, por sua vez, sobrepõem fissuras verticais muito finas, longas e de feição bastante homogênea, cuja fotografia, realizada por Guilherme Salgado, foi enviada por Gilberto Pires de Azevedo. O mesmo fenômeno foi observado e documentado nas Grutas Bocão, Moreira e Fugitivo, na mesma região.

Figura 36 – Estrias da rocha na Gruta Tigre, Olaria, MG, aparentemente naturais. Há incisões variadas históricas na mesma parede



Fonte: Fotografia de Guilherme Salgado (2023).

Figura 37 – Detalhe das estrias ou fissuras paralelas e simétricas da rocha



Fonte: Fotografia de Guilherme Salgado (2023).

Essas estrias parecem cobrir uma grande superfície, possivelmente vários metros quadrados. Seriam feições naturais ou de origem antrópica? Com certeza, não se trata de marcas de garras de paleofauna, como as encontradas em diversos locais de Minas Gerais e do Brasil, pois são excessivamente regulares, retas, verticais e em grande número, absolutamente paralelas entre si. Seria, então, um fenômeno natural? Essa é a opinião do geólogo e espeleólogo Marcelo Taylor de Lima, segundo o qual essas linhas ocorreriam naturalmente nos

> quartzitos feldspáticos que se alteram em caolinita permitindo, onde a rocha esteja saturada, um fluxo de água por exudação nas paredes altas das grutas, cujas gotículas coalescem e escoam pelas paredes. Esse escoamento erode as partículas finas de caolinita, formando lapiazes de pequeno porte, semelhantes morfologicamente a alguns que ocorrem em calcários, embora nesses o fenômeno principal seja a dissolução e não a erosão. (Comunicação de M. Lima, fevereiro de 2024)

O suporte é bastante duro, mas, com a presença dessas fissuras naturais, possivelmente se tornou mais friável e, por isso, foi bem aproveitado para a execução das inscrições históricas.

Observa-se situação semelhante, embora em contexto ferruginoso, na Caverna das Maritacas, no município de Rio Pardo de Minas (Carmo e Tobias Jr. 2015). Nesse local, foi constatada a interrupção de certos segmentos de linhas verticais, o que sugere, segundo os inventariantes, uma possível origem antrópica. Uma fotografia dessas incisões pode ser consultada no texto de Isnardis *et alii*, neste volume.

Essas ocorrências, portanto, merecem um estudo mais aprofundado por geólogos e arqueólogos, a fim de se alcançar uma conclusão definitiva. Até que isso ocorra, será importante observar se feições semelhantes existem em outras cavidades e contextos geológicos de Minas Gerais ou de outros estados, bem como em que condições ocorrem.

6 CONJUNTO DE *CUPULES*

No abrigo Caieras I, que apresenta pinturas rupestres e está situado a poucas dezenas de metros de um painel com gravuras picoteadas, observa-se um bloco desabado e fraturado, parcialmente enterrado no sedimento. Um grande fragmento exibe uma dezena de *cupules* com cerca de 2 cm de diâmetro, alinhadas de forma rítmica próximo a uma das quinas — localização pouco compatível com o uso para quebra de coquinhos.

Uma ocorrência semelhante foi registrada durante a primeira escavação do Setor de Arqueologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), realizada na Lapa do Carroção, em 1975. Esse abrigo não apresenta pinturas rupestres, mas vestígios de ocupação, com presença de material lítico e ósseo ainda não datado. Um pequeno bloco achatado, com cerca de 40 cm de comprimento, foi encontrado em uma camada pouco profunda (aproximadamente 10 cm da superfície), próximo ao paredão que delimita o fundo do abrigo. Sua face voltada para cima exibia um conjunto de *cupules* com cerca de 2 cm de diâmetro, organizados em forma de rosácea. Outros *cupules* também foram identificados na base do paredão.

Figura 38 -. Alinhamento de *cupules* em um bloco caído na Lapa Caieiras I, Matozinhos, MG



Fonte: Prous; Rubbioli, Baeta (2003).

Figura 39 – Detalhe das *cupules* da Lapa do Carroção, Pedro Leopoldo, MG



Fonte: Baeta (2009).

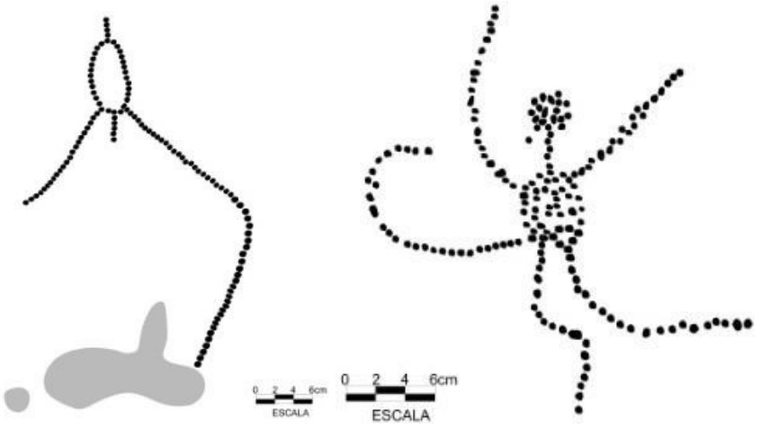
Figura 40 – *Cupules* em concreção na Lapa do Sumidouro, Pedro Leopoldo, MG



Fonte: Baeta (2013).

Na entrada da caverna Lapa Vermelha I, um bloco semienterrado apresenta várias *cupules* e algumas gravuras picoteadas. No abrigo Samambaia, os *cupules* estão associados a pequenas bacias de polimento.

Figura 41 – Reprodução de picoteamentos, sendo um deles associado à bacia de polimento na Lapa da Samambaia. Lagoa Santa, MG



Fonte: Baeta (2011).

Já mencionamos a presença de duas *cupules* associadas a sulcos profundos no Grande Abrigo de Santana do Riacho; há ainda uma terceira, localizada a pouca distância das duas geminadas.

Todas essas depressões, observadas em contextos do Holoceno recente, assemelham-se àquelas que caracterizam os quebra-coquinhos da região. No entanto, sua disposição e localização sugerem uma intenção mais simbólica do que uma simples utilização funcional para o processamento de vegetais.

Isso se torna ainda mais evidente no sítio Porco Preto, em Lagoa Santa, e em Doresópolis, no Alto São Francisco, onde *cupules* estão associadas a linhas de pontos picoteados que acompanham o flanco da rocha. Em Doresópolis, um bloco calcário, possivelmente polido de forma intencional, apresenta *cupules* de diâmetros variados (entre 2 e 3,5 cm) espalhados por sua face superior. A partir de uma dessas depressões, descem dois alinhamentos divergentes de *cupules* bem menores, seguindo a superfície abaulada do bloco em direção à sua lateral, "como se a intenção fosse a representação de água escorrendo na pedra" (Baeta 2011, p. 154). Em razão da sua pequena dimensão e da inclinação do suporte, essas *cupules* menores não teriam funcionalidade como base para quebra de materiais duros. Abaixo desses conjuntos, encontram-se figuras antropomorfas picoteadas com cabeças em forma de caju, algumas das quais apresentam braços e pernas tridígitos. No mesmo abrigo, sobre um bloco oposto, há uma concentração de incisões profundas.

Figura 42 – *Cupules* associadas a antropomorfos filiformes tridáctilos (esquerda) e *cupules* associadas a alinhamento de pontos picoteados (direita). Abrigo Doresópolis, Doresópolis, MG



Fonte: Fotografia de Baeta (2002).

No sítio do Porco Preto, um grande bloco desabado, cuja face superior inclinada se encontra bem acima do nível do solo, apresenta dezenas de pequenas *cupules* polidas. De cerca da metade delas parte uma incisão reta, relativamente profunda, com poucos centímetros de comprimento, o que as torna bem visíveis. O efeito visual geral remete à imagem de um bando de girinos — ou de cometas — dirigindo-se em direção ao bloco superior.

Figura 43 – Suporte em penumbra no interior do abrigo com sucessivas marcas de incisões e raspagens. Abrigo Doresópolis, Doresópolis, MG



Fonte: Fotografia de Baeta (2002).

Figura 44 – Lapa do Porco Preto, Incisões sobre picoteados (seta)



Fonte: Fotografia de Ézio Rubbioli (2003).

Nota-se que essas *cupules* do sítio Porco Preto sobrepõem gravuras picoteadas pré-históricas, como também ocorre no abrigo de Doresópolis; no entanto, são anteriores a um desenho histórico cuidadosamente riscado, que representa uma pessoa segurando uma pistola (Prous; Baeta e Rubbioli, 2003).

Bem distintas são as depressões polidas de maior diâmetro (cerca de 7 cm), abertas em um bloco abatido diante do paredão pintado da Lapa de Sucupira ou no abrigo da Lagoa, que tanto poderiam corresponder a pequenos pilões quanto a marcas de caráter simbólico.

7 CANELURAS OU SULCOS

Há um conjunto de grafismos diferenciados, nos quais se observa a técnica de polimento formando sulcos verticais de seção semicircular ou em meia cana, com formatos variados, em pisos granitóides de uma localidade a céu aberto no município de Carmópolis de Minas, Alto São Francisco. Trata-se de figuras geometrizantes — como círculos, traços e linhas onduladas — que merecem investigação mais aprofundada. Algumas formas e conjuntos assemelham-se às figurações inscritas nos pisos das bancadas lateríticas do Maciço Urucum, em Corumbá, MS (Peixoto, 2015).

Em Brumadinho, sobre uma grande laje quartzítica próxima a uma corredeira do rio Capela Velha, foram observados sinais de polimento e picoteamento em formatos circulares, retos e semicirculares — estes últimos lembrando a forma de uma 'ferradura'. As figuras estão muito rasas, devido ao processo erosivo, mas é possível notar que originalmente havia, pelo menos, uma dezena de inscrições polidas.

Como se trata de ocorrências isoladas, não se descarta a possibilidade de serem oriundas do período histórico[109]. O importante é dar continuidade às investigações sobre esses acervos parietais diferenciados, buscando identificar situações regionais similares.

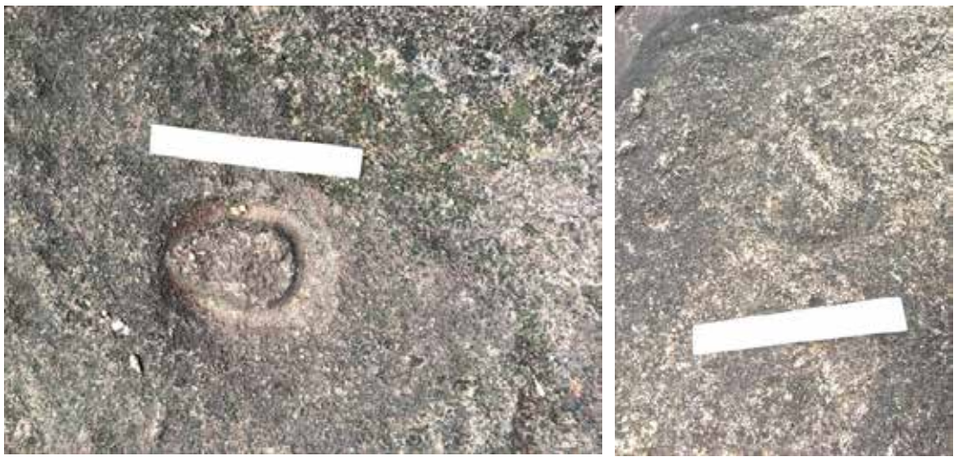
109 Os conjuntos de figurações também evocam formas muito similares ao "alfabeto sertanejo" (Suassuna, 1974; Cardinalle, 2016) que se baseou em estudo profundo das figuras e dos tipos de "ferros de marcar".

Figura 45 – Sítio da Lagoa, Carmópolis de Minas, Minas Gerais



Fonte: Guedes *et alii* (2021).

Figura 46 – Gravuras do Sítio Capela Velha, Brumadinho, Minas Gerais. Comprimento da escala: 15 cm



Fonte: Fotografia de Baeta (2023).

8 ESCULTURA DO ABRIGO DO NECTOR

Não se conheciam, no Brasil, esculturas pré-históricas em alto-relevo feitas em suporte rochoso até que os autores deste texto revisitaram, em 2001, a Lapa do Niactor (mais tarde também denominada Lapa Grande pela equipe da Universidade de São Paulo, que trabalhou recentemente na região). A luz oblíqua do final da tarde permitiu vislumbrar uma figura que nos havia passado despercebida durante a visita realizada por um de nós em 1976. Na base de uma concreção calcítica, na qual uma face havia sido esculpida, evidenciava-se, logo acima do nível do solo, um rosto e um busto completos, aparentemente de um indígena, sugerido pela representação do corte de cabelo. Tentamos disfarçar nosso interesse, pois estávamos sendo acompanhados por um jovem morador das imediações. Infelizmente, foi em vão; quando retornamos sozinhos, poucos dias depois, para documentar adequadamente a ocorrência, a escultura havia sido totalmente desfigurada. Dela, conservamos apenas uma fotografia de qualidade medíocre, que publicamos pouco depois (Prous; Baeta e Rubbioli, 2003). Reproduzimos novamente essa imagem, embora não seja possível afirmar se a escultura era pré-colonial ou não.

Figura 47 – Escultura em base de estalactite na Lapa do Niactor



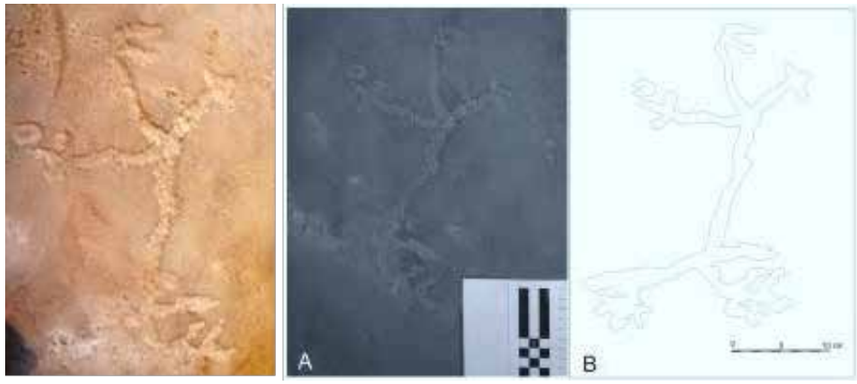
Fonte: Fotografia de Baeta (2001).

9 CRONOLOGIA E ASSOCIAÇÕES

Como vimos, os elementos de cronologia são escassos: datações radiocarbônicas mínimas e superposições. Elementos temático-estilísticos também podem ser utilizados, embora com muita cautela, para avaliar as possibilidades de inserção das gravuras nas unidades cronoestilísticas já definidas para a região: Tradições Planalto e Agreste, e Unidade *Ballet* (Prous; Lanna e Paula, 1989; Prous, 2019).

No caso da Lapa Cinzenta (ou "do Santo"), a datação de cerca de 9.000 anos para uma figura muito semelhante àquelas da unidade estilística *Ballet* — cujas pinturas se acredita serem bem posteriores a 3.000 anos BP — é totalmente inesperada. Ao aceitá-la, algumas possibilidades podem ser sugeridas: (a) a antiguidade da unidade Ballet estaria sendo subestimada; isso, no entanto, parece improvável, devido à sua clara posição posterior à Tradição Planalto (a menos que esta última devesse ser recuada para o período pleistocênico); (b) a semelhança entre a gravura da Lapa do Santo e as figuras pintadas da unidade *Ballet* seria fruto de uma convergência acidental. É evidente que figuras antropomorfas esquemáticas e filiformes ocorrem em várias partes do mundo e em diferentes épocas. Contudo, a figura da Lapa do Santo apresenta uma impressionante identidade de detalhes; (c) no Holoceno Tardio, populações teriam avistado, nos paredões, gravuras antigas do Holoceno Inicial, que teriam sido imitadas e integradas minuciosamente em suas expressões gráficas, as quais agrupamos sob a unidade estilística *Ballet*. Nesse caso, restaria determinar se as gravuras de Caieiras I e II fariam parte das manifestações rupestres mais antigas ou das mais recentes. Não é nosso propósito, neste momento, estudar essas hipóteses em profundidade, mas cabe observar que as pinturas da unidade *Ballet* costumam formar "procissões" (no sítio epônimo, na Pedra Pintada de Cocais, em Vargem da Pedra, entre outros), disposição que não se manifesta de forma clara nos painéis de Caieiras, embora também ali estejam presentes cenas de ação e/ou de rituais.

Figura 48 – Antropomorfo picoteado isolado, Lapa Cinzenta, Matozinhos, MG



Fonte: Neves *et al*. (2012).

As datações radiocarbônicas dos sedimentos que recobrem as incisões em forma de grade na Lapa Vermelha IV e das *cupules* em Santana do Riacho constituem apenas datas mínimas, o que indica que essas marcas podem ter sido executadas desde o início da presença humana na região até o período pré-colonial recente.

As figuras raspadas, de temática *Planalto* e com delineação semelhante às pinturas da mesma tradição na Pedra Pintada de Cocais, podem ser interpretadas tanto como obra de membros da mesma comunidade dos pintores quanto como uma imitação tardia por parte de visitantes casuais.

As gravuras picoteadas da Lapa Cinzenta e da Lapa Vermelha I apresentam certa semelhança com os conjuntos da Tradição *Planalto*, mas não há elementos suficientes para permitir uma atribuição definitiva.

Quanto às figuras vermelhas que aparecem tanto sob quanto sobre as gravuras do Abrigo Curral Queimado, representando aves, quadrúpedes, bastonetes e traços, elas sugerem a possibilidade de que ambas as técnicas tenham sido praticadas por uma mesma população.

Os únicos conjuntos que apresentam superposições bem nítidas entre tipos de ocorrências muito contrastantes são os de Doresópolis e do Porco Preto, que mostram uma sucessão (do mais antigo ao mais recente) entre as gravuras picoteadas, as *cupules* e uma gravura do período colonial.

No que se refere à superposição de incisões rasas sobre pinturas rupestres, podem-se destacar as Lapas Sumidouro, Cinzenta, Limeira, Pia e Escrivania. A figura tridáctila e as demais incisões profundas do Abrigo Rei do Mato formam uma ocorrência única; por isso, não acreditamos que se trate de uma manifestação do Estilo de *Pisadas*, que, por enquanto, não está registrado no estado de Minas Gerais.

10 DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

A proporção de sítios rupestres que apresentam grafismos gravados é alta no centro de Minas, totalizando 31 dos 70 sítios rupestres na área estudada por A. Baeta (2011) em sua tese. Uma revisão dos paredões dos demais sítios talvez aumente ainda esse número. Contudo, trata-se de manifestações geralmente muito discretas (enquanto as pinturas costumam se destacar) e quase sempre compostas por poucas figuras.

Poucos sítios de tamanho modesto ostentam um conjunto gravado bem visível; mesmo assim, geralmente são picoteados e, em regra, separados dos painéis pintados pré-históricos, muito mais visíveis. Até as gravuras do sítio Caieiras I, picoteadas em uma zona de penumbra, mas aparentes durante o dia sem necessidade de luz artificial, só se tornam visíveis a menos de 2 m de distância, devido ao espaço estreito da pequena gruta.

O que explicaria o caráter discreto das incisões finas? Seriam elas o resultado de simples gestos casuais, sem a pretensão de marcar presença ou transmitir alguma mensagem, ao contrário das pinturas, que foram deixadas para ser vistas? A existência de temas incisos recorrentes e organizados, como aqueles encontrados na Lapa da Pia (peixes, pseudo-tangas), contudo, sugere uma intenção precisa. Também é nítido o cuidado em riscar exclusivamente a superfície de certas figuras na Lapa do Sumidouro, com "retoques" esgrafitados delicados e de baixíssima visibilidade. Este procedimento contrasta com a maioria das incisões, que são compostas por traços anárquicos, paralelos, tridáctilos, associados a pequenas *cupules* em paredes limpas.

Seriam essas incisões finas a forma de expressão utilizada por quem carregava apenas um estilete de pedra, instrumento provavelmente sempre disponível no estojo pessoal, enquanto as pinturas exigiam a preparação de pigmentos? No entanto, quem quisesse deixar uma marca vistosa certamente traria consigo pigmentos.

Não há como tirar conclusões a partir dos poucos vestígios atualmente conhecidos, mas é provável que as motivações daqueles que deixaram incisões rupestres de baixa visibilidade tenham sido variadas. Espera-se que, com as novas tecnologias de captação e tratamento de imagens, essas figurações possam ser melhores identificadas e documentadas. Desejamos que esta revisão das ocorrências já registradas incentive pesquisadores e

órgãos patrimoniais a buscarem, de forma mais sistemática, essas discretas manifestações parietais, muitas das quais quase imperceptíveis. Apesar de terem sido, até agora, completamente ofuscadas pela maior visibilidade, contrastes de tamanho e colorido das pinturas, elas não são de menor importância no contexto crono-estilístico.

REFERÊNCIAS

ANTHONIOZ, S.; COLOMBEL, P.; MONZON, S. **Les peintures rupestres de Cerca Grande, Minas Gerais, Brésil**. Paris: Cahiers d'Archéologie d'Amérique du Sud, 1978. 303 p.

BAETA, A. M. **Os grafismos rupestres e suas unidades estilísticas no Carste de Lagoa Santa e Serra do Cipó – MG**. 2011. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BRITO, M.; BAETA, A.; PROUS, A. **O levantamento geral dos grafismos rupestres de Santana do Riacho**. Arquivos do Museu de História Natural, Belo Horizonte, v. 13/14, p. 193–240, 1993/1994.

CARDINALLI, L. A tipografia Armorial: a concepção de uma identidade visual sertaneja. **DAT Journal: Design, Art and Technology**, São Paulo, v. 1, n. 1, out. 2016.

CARMO, F. F.; FONSECA DO CARMO, I.; FONSECA DO CARMO, F.; TOBIAS JÚNIOR, R. O Vale do Peixe Bravo: área prioritária para a conservação dos geossistemas ferruginosos no norte de Minas Gerais. *In:* FONSECA DO CARMO, F.; KAMINO, L. Y. (Org.). **Geossistemas ferruginosos no Brasil**. Belo Horizonte: 3i Editora, 2015. p. 497–520.

GUEDES, T.; PEREIRA, B.; FERREIRA, A.; SOUZA, M. M. Arte rupestre nos arredores do município de Itutinga, Sul de Minas Gerais, Brasil. MG. **BIOTA**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jan./jun. 2021.

GUIMARÃES, R.; TRAVASSOS, L. E. P.; LINKE, V. A Geografia Cultural do Carste Tradicional Carbonático de Monjolos, MG: uma primeira aproximação. *In:* **Anais do 31 Congresso Brasileiro de Espeleologia da SBE**, Ponta Grossa, 2011.

HÖCH, E.; PROUS, A. **A contribuição de P. W. Lund à arqueologia europeia e brasileira**. Arquivos do Museu de História Natural, Belo Horizonte, v. 10, p. 170–176, 1985.

LAMING-EMPERAIRE, A.; PROUS, A.; MORÃES, A.; BELTRÃO, M. da C. **Grottes et abris de la région de Lagoa Santa**. Cahiers d'Archéologie d'Amérique du Sud, n. 1, Paris, 1975.

MOTA, J.; SIQUEIRA, A.; PROUS, A. **Les oeuvres rupestres d'Altamira, José de Mello, Minas Gerais, Brésil**. Paris: Musée de l'Homme, Institut d'Ethnologie, 1987. Edição em microfiches R 87 039 4301.

NEVES, W. *et al.* Rock art at the Pleistocene/Holocene boundary in eastern South America. **PLOS ONE**, San Francisco, v. 7, n. 2, 2012.

PENNA, J. de P. Figuras de Caieiras I. **O Cruzeiro**, 1º ago. 1960.

PENNA, J. de P. Pinturas e gravuras rupestres de Minas Gerais. *In:* **Origens do Homem Americano**. São Paulo: Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, v. 2, p. 419–421, 1964.

PEIXOTO, J. L. dos S. Petróglifos nas bancadas lateríticas de Corumbá, MS. *In:* FONSECA DO CARMO, F.; KAMINO, L. Y. (Org.). **Geossistemas ferruginosos no Brasil**. Belo Horizonte: 3i Editora, 2015, p. 487–495.

PROUS, A. **Missão de estudo da arte rupestre de Lagoa Santa**. Arquivos do Museu de História Natural, Corumbá, v. 2, p. 51–65, 1977.
PROUS, A. P. W. Lund e a arqueologia brasileira. **O Carste**, [S. l], v. 14, n. 1, p. 50–51, 2002.
PROUS, A. Arqueologia brasileira: os primeiros colonizadores. Campo Grande: Carlini & Caniato, 2019. 880 p.
PROUS, A.; BAETA, A.; RUBBIOLI, E. **O patrimônio arqueológico da região de Matozinhos – conhecer para proteger**. Belo Horizonte: [s.n.], 2003. 132 p.
PROUS, A.; PAULA, F. L.; LANNA, A. L. Estilística e cronologia na arte rupestre de Minas Gerais. **Pesquisas**. Série Antropologia, São Leopoldo, n. 31, p. 21–146, 1989.
SEKIBUCHI BUCHMAN *et al.* Paleotocas desenvolvidas em rochas ferríferas: importante registro da megafauna no norte de Minas. *In:* FONSECA DO CARMO, F.; KAMINO, L. Y. (org.). **Geossistemas ferruginosos no Brasil**. Belo Horizonte: 3i Editora, 2015. 149 p.
SIQUEIRA, A.; MOTA, J.; PROUS, A. **L'art rupestre de la Pedra Pintada de Cocais, Minas Gerais, Brésil**. Paris: Musée de l'Homme, Institut d'Ethnologie, 1989. Edição em microfiches R 89 039 5342.
SUASSUNA, A. **Ferros do Cariri**: uma heráldica sertaneja. Recife: Editora Guariba, 1974.
TEIXEIRA SILVA, C. M. *et al.* Espeleologia na área cárstica de Monjolos. *In:* **Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Espeleologia da SBE**, Campinas, 2005.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Walter A. Neves, que autorizou a reprodução da gravura da Lapa do Santo. A Hugo Sales pelo apoio no tratamento visual de algumas fotografias. A Ulisses C. Penha pela formatação das ilustrações e a Jarbas Dias Lima Sampaio pela elaboração do mapa. A Gilberto P. de Azevedo e a Guilherme Salgado pelas informações e fotografias das grutas de Olaria.



GRAVURAS E SUAS PINTURAS: OLHARES ARQUEOLÓGICOS SOBRE A DIVERSIDADE DAS GRAVURAS E SUAS COMPANHEIRAS NO NORTE DE MINAS GERAIS

Andrei Isnardis[110]
Bruna Damiance[111]

1 INTRODUÇÃO

O norte do estado de Minas Gerais é bastante conhecido por seus exuberantes sítios de pinturas rupestres, onde a bicromia, a alta concentração de figuras e a ocupação de paredes amplas e elevadas produzem painéis espetaculares. Também a diversidade estilística nessa região se destaca, tanto nas produções científicas quanto na circulação das imagens para além do meio acadêmico. Contudo, o norte de Minas guarda não apenas grandes e fartos painéis de pinturas rupestres, mas também numerosos e diversos acervos gráficos compostos por gravuras, que se distribuem por várias áreas arqueologicamente pesquisadas, como Monjolos, Jequitaí, o Vale do Peruaçu e a região de Montalvânia, sendo esta última a que apresenta a maior abundância e densidade de painéis gravados.

110 Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutor e mestre em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP). É professor do Departamento de Antropologia e Arqueologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFMG. Pesquisador do Setor de Arqueologia do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, desenvolve pesquisas sobre grafismos rupestres indígenas, grafismos urbanos, contextos arqueológicos indígenas do Holoceno Superior, bem como contextos arqueológicos indígenas da transição do Pleistoceno para o Holoceno. E-mail: isnardis.andrei@gmail.com.

111 Bacharela em Arqueologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisadora colaboradora do Setor de Arqueologia do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da mesma instituição. Atua em pesquisas sobre grafismos rupestres em Minas Gerais e desenvolve investigação voltada para contextos arqueológicos funerários indígenas no estado.

Figura 1 – Gravuras no calcário do sítio Labirinto de Zeus, em Montalvânia, Minas Gerais



Fonte: Fotografia de Rogério Tobias Júnior (2008).

Neste texto, a intenção é abordar a diversidade das gravuras, destacando suas afinidades e diferenças em relação às pinturas nas distintas regiões, além de compartilhar alguns dos desafios e das possibilidades de entendimento que essa diversidade tem nos colocado. Convidamos você a observar algumas das paredes, pisos e blocos gravados (e pintados) do Peruaçu, de Montalvânia, duas áreas no Sertão do rio São Francisco e, de passagem, também de Monjolos — não no Norte, mas no Centro de Minas Gerais (FIGURA 2). Ao percorrer essas diferentes superfícies rochosas, nos perguntaremos sobre a notável variabilidade dos grafismos e sobre a sofisticada dinâmica de ocupação dos sítios e painéis que podemos observar.

Figura 2 – Mapa com localidades e áreas diretamente citadas no texto



Fonte: Google Earth (2023); editado pelos autores (2024).

Quando uma pessoa pinta qualquer superfície — de pedra, tecido, madeira ou pele — ela agrega a essa superfície um elemento novo: a tinta, criatura radicalmente versátil. Com sua natureza fluida e aderente, a tinta permite virtualmente qualquer composição. Plurais, as tintas possibilitam os mais diversos jogos de tons e contrastes, texturas, diluições e saturações, como as próprias paredes rochosas do Sertão do São Francisco nos mostram. Gravar, por sua vez, é uma experiência diversa. Não se agregam, a princípio, novos elementos à rocha; retira-se dela uma parte. É pela remoção da própria pele da rocha que se produzem as figuras; é a própria rocha que assume os papéis de (com pele) suporte e (sem pele) figura. A radicalidade da diferença entre as duas práticas poderia levar a supor que as gentes que praticam uma não praticariam a outra, que essa diferença técnica e relacional (entre pessoas, tintas, rochas, pincéis, dedos, batedores, cinzéis, figuras) estabelecesse uma fronteira conceitual entre os dois fazeres. Já foi proposto, inclusive, com essa suposição, que, ao se proceder a classificações e tentar sistematizar semelhanças e diferenças, a técnica deveria ser o critério principal de distinção (Pessis, 1992). No entanto, as práticas das gentes ameríndias antigas, também nesse aspecto, não se submetem às suposições de cientistas e se revelam mais sofisticadas e diversas do que esperávamos. Como pretendemos mostrar aqui, há

intensas afinidades entre gravuras e pinturas nos sertões de Minas Gerais. E essas afinidades, com suas diferenças companheiras, não são óbvias, tampouco parecem dispostas a obedecer à organização inicial que se propôs para elas.

A produção de narrativas sobre os grafismos rupestres tem tentado ultrapassar os limites da forma final das figuras — especialmente nos estudos produzidos pelo Setor de Arqueologia da UFMG — à luz de discussões teóricas que questionam o que a forma propriamente dita pode revelar aos pesquisadores (Alcantara, 2015; Linke *et al.*, 2020; Isnardis, 2024). Partindo do pressuposto de que todo conhecimento é localizado e de que toda narrativa é perpassada pelo engenho ontológico de quem a constrói, é necessário discutir a ideia de representação, que está intrinsecamente ligada à forma como concebemos as "imagens" dentro de sistemas ocidentalizados de pensamento. A palavra "representação" é comumente utilizada como sinônimo de "imagem", "figura" ou "grafismo", porém o ato de representar implica uma relação alusiva entre duas partes, na qual uma simboliza a outra. Essa relação metafórica gera a tendência de interpretarmos, a priori, formas específicas com as quais nos deparamos, em paredões e nos mais diversos suportes, como signos que replicam o significado de algo externo a elas. Assim, utilizamos a morfologia das figuras para relacioná-las a outras coisas que já conhecemos e, nesse processo, projetamos sobre elas aquilo que nossa sensibilidade identifica. Contudo, ao tratarmos dos grafismos rupestres, especialmente daqueles inseridos em contextos de história indígena de longa duração, o que as figuras e suas formas comunicam à nossa sensibilidade não necessariamente — e pouco provavelmente — encontra afinidade com os entendimentos de mundo e formas de pensamento que constituíram as pessoas que as produziram.

Por isso, uma grande chave na nossa atual orientação teórica são outros grafismos que, apesar de povoarem peles diferentes das peles das rochas, nos comunicam com potência ímpar sobre o próprio ato de grafar em contextos indígenas atuais. Em uma tentativa de criar narrativas pautadas em formas de pensamento que se aproximem mais dos contextos nos quais pinturas e gravuras foram construídas do que do pensamento ocidentalizado — que nossa sensibilidade aciona com muita naturalidade — buscamos ir além das morfologias, focando nossos interesses no fazer, ponto essencial, no sentido mais radical da palavra, quando nos debruçamos sobre a multiplicidade de teorias e pensamentos ameríndios a respeito do grafar. Entendemos que a importância do fazer nas produções artísticas ameríndias vai muito além da simples instrumentalização necessária para alcançar uma forma final. A forma é, de fato, importante; porém, ela é indissociável de seu processo de construção (Linke *et al.*, 2020). No limite, podemos dizer que o fazer não constitui apenas um meio pelo qual se chega ao final; ele é, em si, o final, e ele é, em si, a forma. Somando a essa ideia, para além das concepções teóricas e interpretativas que acionamos para a produção de narrativas sobre os grafismos, as próprias figuras, ao longo dos anos de relação com pesquisadoras e pesquisadores, se mostraram reticentes às categorizações e tipologias criadas unicamente com embasamento em aspectos formais.

Com tais reflexões, a bibliografia sobre os grafismos passou a se encaminhar para outros questionamentos, que não ficassem restritos à forma como vetor central do diálogo. Assim, acabamos por direcionar nossos esforços para os fazeres que permeiam o que vemos na parede, e aprendemos com as pinturas diamantinenses a perceber os traços por trás de figuras antes entendidas como maciças (Linke; Isnardis, 2008; Isnardis, 2009a; Magalhães, 2021; Linke, 2022). Hoje, é raro para as sensibilidades da equipe, que já se treinaram para buscar partes, julgar uma forma final como totalidade, e a ideia de que pinturas e gravuras não se encerram na morfologia se reflete na maneira como registramos e interpretamos os grafismos com os quais nos relacionamos (Magalhães, 2021; Montovanelli, 2022; Isnardis, 2024). Não à toa, observamos as relações de sobreposição entre tintas e figuras no nível do traço, mesma categoria de informação que buscamos quando desenhamos no plástico ao fazer o calque ou quando vetorizamos painéis em laboratório, no processo de produção da documentação que utilizamos (Magalhães, 2021).

Esse esforço ficou muito concentrado nas pinturas, mas também se desdobrou em interpretações e questionamentos sobre as gravuras. Um exemplo disso é a monografia de conclusão de curso *Escolhas gravadas: técnica e experiência: uma análise das gravuras da Lapa do Poseidon, Montalvânia – norte do Sertão Mineiro*, apresentada ao curso de graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais por Henrique Alcantara, em 2015. No texto, o autor se debruça sobre os grafismos da Lapa, tendo como viés central a sua produção, esforço bastante singular quando consideramos a bibliografia regional sobre as gravuras. Além de desenvolver um estudo experimental utilizando diferentes matérias-primas e técnicas para o picoteamento, Alcantara se utiliza da fotografia (sobretudo da técnica *Reflectance Transformation Imaging* ou RTI) para buscar outros possíveis marcadores da cadeia de gestos que produzem as figuras, o que culmina na proposição da ideia de "segmento". De maneira análoga ao traço para as pinturas, o segmento seria a sequência gestual mínima que constitui uma gravura, tendo, apesar das relevantes diferenças técnicas, uma concepção de natureza muito similar: "unidades, que são articuladas com outras, para estabelecer o formato desejado" (Alcantara, 2015).

Discussões nesse sentido continuam florescendo e trazendo novas perspectivas sobre como lidamos com os grafismos. Entretanto, apesar de sermos ávidos crentes em seu grande potencial, o que escolhemos fazer neste capítulo se baseia justamente na semelhança formal entre pinturas e gravuras. Acreditamos que o pensamento científico é essencialmente cumulativo, e o questionamento de métodos, teorias, perspectivas e perguntas de pesquisa anteriores não implica na desqualificação do que os precede e os fundamenta. Mesmo com todas as discussões nas quais nos engajamos, e sem nos esquecermos delas, acreditamos que o que a morfologia nos informa pode contribuir de forma potente para que possamos conversar sobre as interseções entre as figuras constituídas pelas duas técnicas em questão. O que despertou a discussão aqui apresentada foi, inicialmente, a percepção de semelhanças formais entre gravuras e pinturas no norte de Minas Gerais. Atualmente, existem várias produções que estudam ou estudaram os grafismos da região (Prous, 2011; Isnardis, 2009b; Isnardis e Linke, 2010; Linke *et al.*, 2020; Isnardis, 2024; Soares, 2023). No entanto, as pinturas têm sido mais protagonistas nas análises atuais, e a bibliografia que lida especificamente com as gravuras, nos últimos anos, é escassa.

2 AS TEXTURAS DOS SERTÕES DO NORTE DE MINAS

O rio Cochá é um afluente do Carinhanha, que, por sua margem esquerda, divide Minas Gerais da Bahia, ao longo do São Francisco. O Cochá e o Carinhanha carregam águas que banham e esculpem os calcários da região de Montalvânia. Muitos desses calcários abrigam cavernas e abrigos, que, por sua vez, guardam gravuras e pinturas rupestres. Os afloramentos rochosos de Montalvânia e região correspondem principalmente a relevos residuais, muitas vezes afastados uns dos outros, com cavidades de áreas e alturas restritas. No entanto, algumas formações se destacam pela exuberância, como os campos de lapiás, maciços de estrutura labiríntica e dolinas de desabamento. O Cerrado, na sua variante caducifólia mais típica, a Mata Seca, e formações vegetais que se definem como variantes da Caatinga, entremeiam os calcários e cobrem seus solos. Elas se espalham pelas áreas aplainadas de solos argilosos ou arenosos, desde as margens do Cochá e do Carinhanha até os altos do relevo. A rede de cursos d'água na região é esparsa, sendo que apenas os dois rios principais são perenes.

Em forte contraste com Montalvânia, o Peruaçu é um relevo cárstico de proporções arrebatadoras. O vale constitui um fluviocarste: um cânion principal formado pelo desabamento de uma grande e contínua gruta, por onde originalmente fluía a maior parte do curso do rio Peruaçu. Esse curso principal é acompanhado de cânions secundários, moldados por afluentes intermitentes e pelas águas pluviais. Em alguns trechos, o rio ainda corre envolto pelos remanescentes da antiga gruta, cujos tetos se elevam a mais de 50 metros acima do nível da água.

Ao contrário do que se observa em Montalvânia, o Peruaçu é povoado por cavidades de grande escala, com mais de 100 metros de altura, abrigos com milhares de metros quadrados de área, profundas dolinas de desabamento e paredões verticais muito elevados e regulares. Isso não impede, contudo, a presença de centenas de pequenas grutas e abrigos com áreas bastante limitadas.

Os sítios com pinturas e/ou gravuras estão densamente distribuídos nesse cenário. Ocupam tanto os grandes abrigos e grutas quanto as pequenas e restritas cavidades. O relevo, intensamente compartimentado em sua verticalidade, é recoberto por uma vegetação diversa. Os topos não rochosos, resultantes da decomposição das rochas areníticas e filíticas superiores, são cobertos por cerrado stricto sensu ou por Mata Seca. Esta última também reveste as vertentes íngremes e acidentadas, bem como as áreas de inclinação mais suave, tanto fora quanto dentro do cânion principal.

Nos afloramentos rochosos e em suas brechas, floresce uma vegetação hiperxerófila, composta por cactáceas, bromeliáceas e espécies arbóreas especialmente adaptadas. Já no fundo do cânion, a mata de galeria abriga espécies de porte elevado, que combinam elementos típicos do Cerrado (como jatobás, coqueiros-guarirobas e aroeiras) com representantes característicos da Mata Atlântica (como jequitibás, jacarandás e embaúbas).

Portanto, os formatos das paredes e pisos, e os modos como eles se relacionam com os outros elementos em cena, são bastante diferentes entre as duas áreas. E o modo como as pessoas autoras de gravuras e pinturas vão interagir com tais paredes e pisos é bastante contrastante entre as regiões — porém, recorrências de escolhas também são visíveis.

2.1 Formas Montalvânicas

A lapa mais intensamente gravada da região de Montalvânia nos oferece nada menos que 6.000 figuras, a maioria delas em pisos ondulados, em áreas de luz indireta ou penumbra (FIGURA 3). O sítio recebeu o nome de Lapa de Poseidon, dado pelo fazendeiro e líder político fundador da cidade de Montalvânia. Dezenas de outros sítios são conhecidos em Montalvânia e, na maioria deles, há gravuras — mesmo que, em alguns casos, numericamente suplantadas pelas pinturas.

Se o nome grego do sítio mais farto em gravuras lhe causou estranheza, você ainda não viu nada! Vale aqui fazermos uma digressão. O dito líder político que escolheu o nome entendia que as lapas, com suas gravuras e pinturas rupestres, eram testemunhos grafados de diferentes fases da história de toda a humanidade, baseado numa teoria própria sobre a história da Terra e da vida inteligente nela — uma fusão singular de múltiplas mitologias, de diferentes partes do mundo; mitologias que, para ele, eram diferentes versões de uma mesma e real história universal. Antônio Montalvão era o nome

da pessoa. Sim, o nome Montalvânia deriva dele — duplamente, pois é uma declinação de seu nome e por ter sido uma criação sua para nomear a cidade (e, logo, o município), que ele inventou naqueles sertões.

Conforme Montalvão, estão gravadas e pintadas nas lapas figuras míticas — como o próprio Poseidon, Zeus, Vulcano, Viracocha, um gigante, centímanos, um dragão — que, em sua peculiar cosmologia, correspondem a seres históricos, diferentes formas de vida inteligente que se desenvolveram ao longo da história; seres que, reais, teriam sido diferentemente nomeados por diferentes povos em suas tradições — povos de todos os continentes. O cadastro dos sítios realizado pela Missão Arqueológica Franco-Brasileira, nos anos de 1970, manteve os nomes que Montalvão deu aos sítios, que haviam sido intensamente procurados por homem seu de confiança, conhecido como João Geólogo.

Figura 3 – Gravuras na Lapa de Poseidon



Fonte: Fotografia de Rogério Tobias Júnior (2008).

Quando olhamos as superfícies rochosas gravadas e pintadas da região de Montalvânia, destacam-se figuras antropomorfas, ou seja, figuras cujas formas sugerem, à nossa educação cognitiva, seres humanos ou assemelhados. Nessas figuras, os traços que parecem figurar "braços" e "pernas" são frequentemente curvilíneos, e a porção que parece figurar o "tronco" apresenta formatos variados, indo de redondos a lineares, passando por ovais e retangulares.

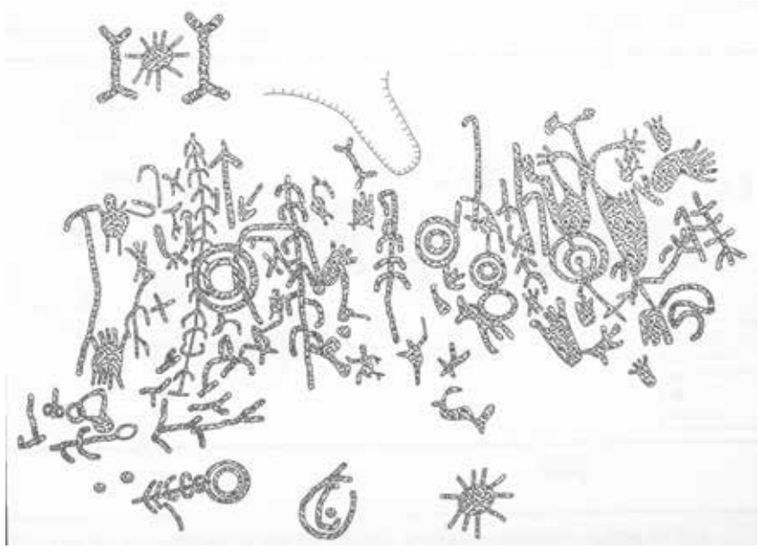
Muitas figuras evocam seres de braços e pernas bastante esquemáticos, que as(os) pesquisadoras(es) nomearam "biomorfos", evitando postular que fossem formas humanóides, deixando aberta a possibilidade de figurarem tanto animais quanto humanos (Ribeiro, 1996, 1997 [2001]).

Destacam-se também figuras cujas formas evocam, à nossa percepção, "pés" ou "pegadas humanas". Muitas figuras têm composições que sugeriram às(os) pesquisadoras(es) "armas", especialmente "propulsores de dardos" e os próprios "dardos" (ou "setas"). Completando o repertório de figuras,

podemos ver formas circulares — por vezes, círculos concêntricos; por vezes, círculos de tamanhos diferentes combinados; ou ainda círculos radiados, interna ou externamente (Castro e Silva, 1996, 1997 [2001]; Ribeiro, 1996, 1997 [2001]).

A Figura 4 reproduz um dos painéis de gravuras (o mesmo retratado fotograficamente na Figura 1), que exemplifica a expressiva diversidade de formas concentradas, típica dos sítios gravados de Montalvânia. A quase totalidade das gravuras em Montalvânia foi composta por picoteamento do suporte, podendo-se ver, sem dificuldades, uma acentuada variedade de modos de picotar — com artefatos de pontas de diâmetros diferentes, com profundidades e densidades diferentes.

Figura 4 – Painel do sítio Labirinto de Zeus. Destaca-se a intensa diversidade de formas entre as figuras

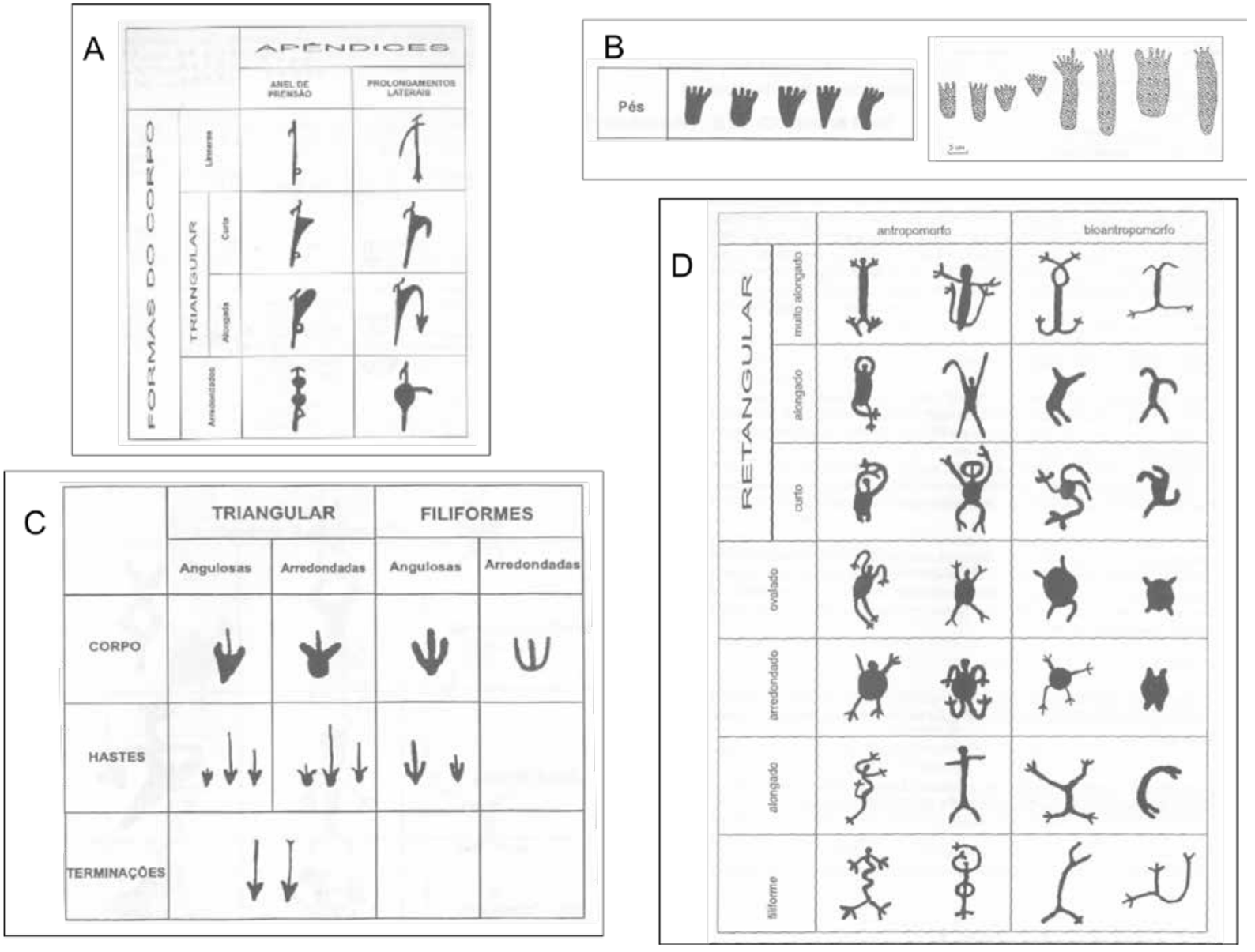


Fonte: Imagem do acervo do Setor de Arqueologia do MHNJB da UFMG, reprodução de Ribeiro (1996, 1997).

Essas sugestões de formas foram base para a construção de tipologias que pretendiam organizar a diversidade das figuras e apoiar análises cronoestilísticas e de associações entre figuras (FIGURA 5). O que é notável no repertório gráfico da região é que todas essas classes de figuras que a bibliografia propôs são muito difíceis de delimitar, pois há figuras que poderiam ser incluídas na classe dos "pés" e, ao mesmo tempo, na das "setas"; outras, na classe das "setas" e, simultaneamente, na dos "biomorfos" ou dos "antropomorfos".

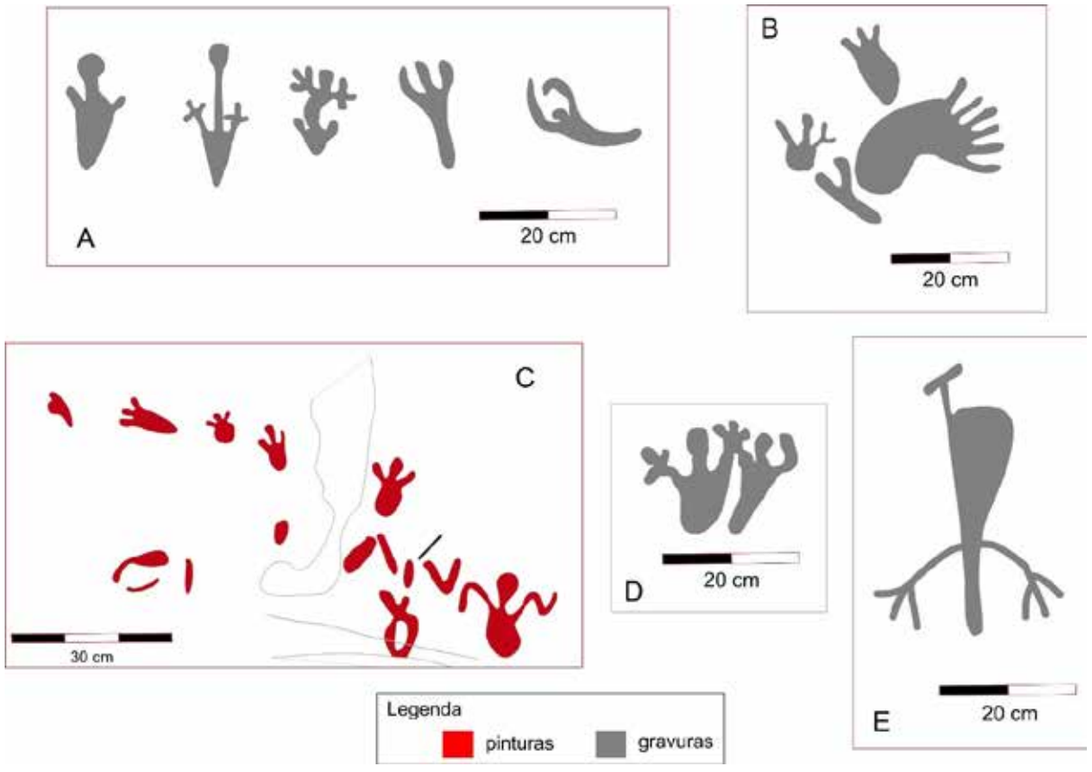
Há também o que pareceram, aos olhos das pessoas que conduziram as pesquisas, "propulsores" com "pernas", "pés" com "pernas" (não em sua articulação anatômica, mas um "pé" do qual saem, do "calcanhar", duas "pernas" lineares), "propulsores" cuja extremidade parece uma "seta" (FIGURA 6).

Figura 5 – Classificação das formas de gravuras de Montalvânia: A) armas – propulsores; B) pés; C) setas; D) antropomorfos e bio-antropomorfos



Fonte: A) Castro e Silva (1996, 1997); B) imagem à esquerda: Castro e Silva (1996, 1997); imagem à direita: Ribeiro (1996, 1997); C) Castro e Silva (1996, 1997); D) Castro e Silva (1996, 1997).

Figura 6 – Gravuras de Montalvânia que poderiam ser enquadradas em dois ou mais tipos:
A) Seleção de figuras com elementos de "setas" e de "antropomorfos" ou "biomorfos", oriundas de diferentes sítios de Montalvânia; B) Conjunto de gravuras do Labirinto de Zeus, onde se pode ver figuras que foram classificadas como "pés" e uma figura "biomorfa", muito semelhante aos "pés"; C) Trecho de painel pintado no teto da Lapa do Tikão, no Peruaçu, onde figuras que seriam classificadas como "pés", como "biomorfos" e como "antropomorfos" se associam fortemente por proximidade direta e poderiam ser vistas como pequenas variantes formais umas das outras; D) Figuras da Lapa de Poseidon que combinam atributos de "setas" e de "bioantropomorfos"; E) Figura que tem os atributos típicos dos "propulsores", mas também duas "pernas", com "dedos"



Fonte: A) Martha Castro e Silva (1996, 1997); B) Castro e Silva (1996, 1997); C) Setor de Arqueologia do MHNJB; D) Castro e Silva (1996, 1997); E) Castro e Silva (1996, 1997). Composição elaborada pelos autores (2023).

A resistência das figuras a se conterem nas categorias propostas se conecta, em nosso entendimento, a uma questão teórica, que se baseia na própria tipologia. Melhor seria dizer que se conecta a duas questões teóricas. A primeira delas é a expectativa de que figuras diferentes tenham significados específicos e distintos entre si; e, portanto, formas específicas e entre si distintas. Assim, a expectativa é de que as figuras sejam agrupáveis em classes paradigmáticas (Dunnell, 2007), delimitáveis com rigidez. O que sustenta essa expectativa é a outra questão teórica: a natureza geral das figuras.

Toda a bibliografia sobre as gravuras e pinturas de Montalvânia, assim como boa parte da bibliografia arqueológica em geral, refere-se a elas como representações (com exceção de Alcantara (2015), que, a propósito, não propôs uma tipologia). E esse termo não tem nada de neutro, conforme discutimos acima, ainda que possa ter sido eventualmente entendido pelas autoras e autores desse modo. Na bibliografia, percebe-se que as gravuras são,

de fato, pensadas como representações. E, portanto, se elas representam — sejam os representados seres do mundo ou ideias abstratas — há de haver uma delimitação clara em classes, que corresponderiam a esses seres ou ideias representados, que, por sua vez, corresponderiam a classes estáveis e distintas de seres.

Não faz sentido, nessa chave da representação, que algo pareça uma forma humana e uma "seta" ao mesmo tempo, pois humanos e setas são seres de naturezas distintas; não há transitoriedade entre um e outro — crê-se que uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. Portanto, suas representações hão de ser categorias distintas e distinguíveis de imagens. É uma questão de ontologia: qual é a natureza dos seres do mundo e qual a natureza das figuras.

Se considerarmos que é possível que seres do mundo transitem entre formas corporais específicas — que alguém se torne onça, que o genipapeiro seja a nova forma de uma moça, que os macacos-pregos sejam humanos que fugiram para as árvores, que a cobra que abriu o rio e formou o mundo seja também uma canoa —, então a fluidez entre as classes que se tentaram definir ganha um novo sentido e pode ter "lógica". Como imaginamos que tenha ficado visível, estamos falando das filosofias ameríndias, das teorias indígenas sobre a natureza dos seres do mundo e de suas relações (Vilaça, 1992; Viveiros de Castro, 2002a; Descola, 2005; 2006; Lima, 2005).

Fazemos aqui apenas uma pequena aproximação ao tema, mas as figuras gravadas de Montalvânia — e também as pintadas — parecem nos fornecer elementos para uma crítica severa de nossas expectativas sobre o que deveriam ser e como se deveriam comportar as figuras. Elas estimulam, pelas suas características particulares, uma crítica que pode nos perturbar a ponto de refletirmos efetivamente sobre as bases ontológicas com que, usualmente, nos aproximamos dos antigos conjuntos gráficos indígenas, que nos chegaram por meio da pele da pedra. Não será este o momento de avançarmos na questão, mas a fluidez de que aqui falamos é um atributo muito marcante das gravuras norte-mineiras e nos parece um atributo bastante convidativo, que nos convida a muito trabalho de pesquisa.

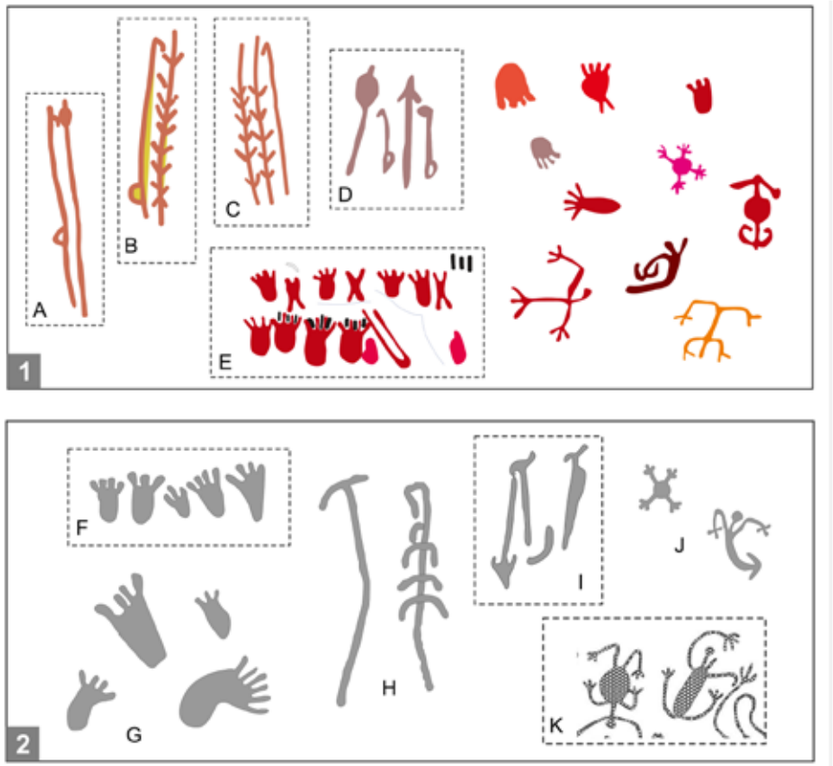
É importante destacar que esse repertório fluido de formas, que resiste a se conformar a uma tipologia de contornos rígidos, está presente na região tanto nas gravuras quanto nas pinturas. As figuras podem ser encontradas nas duas técnicas, por vezes num mesmo sítio, mas em diferentes setores dos suportes; por vezes, em sítios próximos. Mas, no geral, guardam forte afinidade de estilo e de temática, para além da diferença técnica. Os estudos desenvolvidos no decênio de 1990 e no primeiro decênio do século XXI propuseram uma unidade classificatória para esse repertório de figuras, nomeada "Complexo Montalvânia" (Ribeiro e Isnardis, 1996, 1997 [2001]; Castro e Silva, 1996, 1997 [2001]), unidade classificatória que está articulada ao esforço de definir diferentes estilos de grafismos para o Norte de Minas e estabelecer entre eles uma cronologia (Prous, 1992; Ribeiro e Isnardis, *op. cit.*). Grafismos que foram agrupados nessa unidade classificatória são largamente majoritários em Montalvânia, mas nem todos os grafismos da região foram agrupados nesse estilo, como discutiremos adiante.

Na região de Montalvânia, não há simplesmente um repertório de formas igualmente presente em gravuras e em pinturas; há ênfases ou preferências temáticas em cada técnica. Ao mesmo tempo em que há um repertório compartilhado, existem temas mais frequentes nas gravuras e outros nas pinturas, por vezes, com variações sutis de composição particulares de cada técnica. Outras pinturas, que poderiam ser associadas ao conjunto estilístico nomeado na bibliografia como "Tradição São Francisco" (Prous *et al.*, 1980; Prous, 1992, 2019; Ribeiro e Isnardis, 1996, 1997 [2001]), com atributos

estilísticos particulares, também ocupam os painéis, sem que haja gravuras semelhantes a elas. Há, ainda, gravuras que foram, pela temática, associadas a outros conjuntos estilísticos do Norte de Minas (Ribeiro, 1996, 1997 [2001]a; Ribeiro e Isnardis, 1996, 1997 [2001]), particularmente do Vale do Peruaçu, especialmente com a unidade estilística Desenhos, de que trataremos adiante, mas essas têm presença muito minoritária na região. Portanto, embora regionalmente se vejam outros estilos tanto pintados quanto gravados, temos seguramente o manejo de um repertório — majoritário na área — que se concretiza em gravuras e em pinturas, cujas conexões envolvem temas, estilo e seleção de suporte (FIGURA 7).

As figuras chamadas de "pés" podem ser vistas tanto pintadas quanto gravadas, mas são muito mais frequentemente encontradas como gravuras. Muitas vezes, elas se agrupam em conjuntos de mesma morfologia ou com variações morfológicas. Os "propulsores" e as "setas", embora também apareçam em pinturas, são mais frequentes como gravuras, com expressiva variação de forma. Já os biomorfos e antropomorfos figuram com mais frequência entre as pinturas, embora também sejam abundantes entre as gravuras.

Figura 7 – Repertório de figuras semelhantes entre pinturas do Vale do Peruaçu (1) e gravuras da região de Montalvânia (2). Quadro 1): A, B e C – pinturas da Lapa dos Bichos; D – figuras da Lapa dos Desenhos; as demais figuras, distribuídas à direita no quadro 1, são todas oriundas da Lapa do Tikão. Quadro 2): F, I, J e K – gravuras da Lapa de Poseidon; G e H – gravuras do Labirinto de Zeus. As figuras contornadas por retângulos tracejados se apresentam nessas posições relativas nos suportes; as figuras sem contorno retangular estão arbitrariamente agrupadas aqui



Fonte: Imagens do acervo do Setor de Arqueologia do MHNJB da UFMG; composição elaborada pelos autores (2023).

Um aspecto marcante nas gravuras e pinturas da região de Montalvânia é a seleção dos suportes. Este é um aspecto de grande relevância para todas as áreas de que trataremos aqui.

Em Montalvânia, há uma clara preferência por suportes horizontais ou sub-horizontais para compor as gravuras. Os suportes escolhidos são, muitas vezes, naturalmente polidos, o que proporciona um forte contraste entre a superfície gravada, de onde a pele lisa da rocha foi removida, e a superfície não gravada, onde a pele lisa da rocha chega, sob certas condições de luz, a brilhar.

O sítio mais intensamente gravado, Poseidon, é justamente aquele que apresenta as mais amplas superfícies naturalmente polidas que conhecemos na região. Essas superfícies conformam pisos ou patamares horizontais ou levemente inclinados, com ondulações, ressaltos e depressões.

Essas superfícies foram densamente ocupadas por figuras, dando a elas um aspecto que evoca um tecido rendado, tamanha é a densidade de formas picoteadas. Mas também sítios com superfícies desse tipo mais restritas, como a Lapa de Vulcano ou a Lapa da Esquadrilha, tiveram tais suportes intensamente ocupados.

As pinturas, por sua vez, nunca ocupam pisos horizontais ou sub-horizontais. Elas são compostas em paredes verticais ou em tetos. Assim, é recorrente encontrarmos sítios que têm as superfícies sub-horizontais gravadas e tetos ou paredes pintadas, como Poseidon, o Labirinto de Zeus e a Esquadrilha. A mais notável exceção talvez não o seja propriamente: a Lapa do Gigante, onde se veem gravuras e pinturas na mesma parede vertical. Tal sítio tem painéis verticais levemente inclinados, nas duas bordas da área abrigada, que estão densamente gravados — um deles apresentando o brilho natural de que falamos acima.

O corpo principal do abrigo, na verdade uma pequena gruta, apresenta uma parede vertical lisa, de cerca de 5 metros de altura, que se desenvolve formando um semi-círculo. Ela é ocupada por gravuras do piso até uma certa altura; dali para cima, são as pinturas que a povoam.

Embora não haja no sítio uma oposição entre piso e parede na distribuição das técnicas — não há pisos rochosos disponíveis —, há uma forte oposição na distribuição das técnicas em relação à altura das figuras, estando as gravuras até certa altura do suporte e as pinturas acima delas (Ribeiro, 1996, 1997 [2001]a).

Não bastasse a própria distribuição para marcar o contraste entre gravuras e pinturas, o limite entre a dominância de cada técnica (há uma estreita zona de interposição) é ocupado por duas longas linhas horizontais que se desenvolvem por toda a parede. O trabalho de Loredana Ribeiro sobre esse sítio desenvolve uma detalhada e sofisticada análise da distribuição espacial das técnicas e dos temas grafados, considerando cuidadosamente os elementos dos suportes (Ribeiro, 1996, 1997 [2001]a).

Tendo em vista a ênfase temática que se pode observar em pinturas e gravuras, e a sólida correspondência entre as duas técnicas e o suporte, poderíamos estar diante tanto de uma ênfase de temas em razão da técnica quanto de uma ênfase de temas em razão do espaço no interior do sítio, da natureza do suporte que as figuras ocupam. Não é possível definir uma prevalência entre as duas possibilidades, uma vez que, arqueologicamente, até o momento, o que temos é essa covariação.

O tempo é também uma dimensão relevante nas gravuras de Montalvânia. É possível perceber que os conjuntos de gravuras guardam uma expressiva cronologia interna. Podemos ver grandes diferenças na intensidade das pátinas, que sugerem uma profundidade cronológica significativa entre as gravuras mais antigas e as mais recentes – especialmente na Lapa de Poseidon. Não dispomos, contudo, de datações absolutas que parametrizem essa cronologia. Covariando com as diferenças de pátinas, podemos perceber a presença de densidades diferenciadas de picoteamentos e diâmetros distintos dos picotes. Nessa variação, destaca-se um conjunto de figuras com picoteamento fino e denso, e muito pouco patinadas, cujas formas são ajustadas de modo a evitar sobrepor-se às demais gravuras, mais patinadas, que certamente as precederam (Castro e Silva, 1996, 1997 [2001]; Ribeiro, 1996, 1997 [2001]a; 1996, 1997 [2001]b). Há casos de sobreposição entre gravuras, que fornecem elementos complementares de cronologia. Estabelecer uma sólida cronologia para as gravuras foi desafiador para as pesquisas, pois a prática dominante ao se ocupar a superfície das rochas foi o evitamento de sobreposições. Loredana Ribeiro e Martha Castro e Silva, ainda assim, propuseram uma cronologia para as gravuras da região, e tal cronologia dialoga de perto com a cronologia relativa das pinturas (Castro e Silva, 1996, 1997 [2001]). Henrique Alcantara, munido de outros recursos e realizando observações em uma maior escala de detalhamento, introduziu novos e relevantes elementos para o estudo das sobreposições entre gravuras (Alcantara, 2015), apoiado por fotografias em macroescala e por RTI (Reflectância…).

A cronologia também é perceptível nas pinturas, entre as quais, dada a maior facilidade de observação de sobreposições e as distinções macroscópicas entre as tintas, os elementos para o estabelecimento de uma cronologia relativa são mais evidentes. Construíram-se, assim, cronologias das variantes estilísticas internas a cada sítio e, a partir da articulação entre elas, uma proposta de cronologia de estilos em escala regional, que foi também vinculada à cronoestilística proposta para o Vale do Peruaçu (Ribeiro e Isnardis, 1996, 1997 [2001]; Ribeiro, 2007).

3 SOBRE E ENTRE AS GRANDES PAREDES DO PERUAÇU

No Vale do Peruaçu, foi atribuída às gravuras uma única unidade classificatória, que agrupa todos os grafismos como pertencentes a um mesmo conjunto. Este foi inicialmente denominado por André Prous como "Tradição Desenhos", posteriormente perdendo o prefixo "tradição" e sendo rebatizado como unidade estilística (Prous, 1992; Ribeiro e Isnardis, 1996, 1997 [2001]). Contudo, pinturas e gravuras figuradas ao longo do carste do Peruaçu continuam a nos alimentar com dúvidas quanto a essa classificação. Desde 1996, temos abordado as semelhanças entre as gravuras da unidade Desenhos e as pinturas pertencentes a outra unidade estilística do vale, nomeada Piolho de Urubu. Já naquele momento, surgiram inquietações quanto à possível continuidade entre as duas unidades. Em 2004, a discussão foi retomada na dissertação de mestrado de um dos autores (Isnardis, 2004), que afirma, especificamente sobre a Lapa dos Desenhos:

> A distribuição das gravuras Desenhos ao longo dos painéis coincide com as concentrações de figuras Piolho de Urubu. Há mais do que coincidência: os conjuntos de zoomorfos numericamente significativos da unidade estilística Piolho de Urubu localizam-se nos painéis I, II e IV (*vide* Prancha 23, na pág. 116) e nesses mesmos painéis estão concentradas as figuras Desenhos - no Painel I, elas se agrupam numa faixa do suporte logo abaixo da concentração Piolho de Urubu; no painel II, as gravuras também estão na faixa abaixo dessas figuras, e são menos numerosas também como as mesmas; no Painel IV as gravuras se concentram à direita da área de maior ocorrência Piolho de Urubu, num suporte diferenciado, formado por um escorrimento calcítico concrecionado (as gravuras foram realizadas sobre

> o concrecionamento, o que, inclusive, lhes dá contornos algo imprecisos, ainda que reconhecíveis). Além disso, no Painel I, acima da faixa de maior concentração, há gravuras de cervídeos, que se distribuem em meio aos cervídeos pintados pelos autores das figuras Piolho de Urubu. (Isnardis, 2004, p. 19-20).

Foi justamente a partir da relação entre as duas unidades estilísticas em um mesmo sítio que começamos a dialogar sobre o questionamento aqui tratado, muitos anos depois, em 2020. O primeiro ponto de diálogo foram as semelhanças temáticas — suficientemente instigantes para que se questionasse a natureza da separação prévia entre os dois estilos. Ambas as unidades estilísticas são compostas, majoritariamente, por figuras classificadas como zoomorfas, e entre elas é comum o que a bibliografia denomina "naturalismo". Além disso, observa-se uma semelhança quanto às proporções empregadas na elaboração das formas.

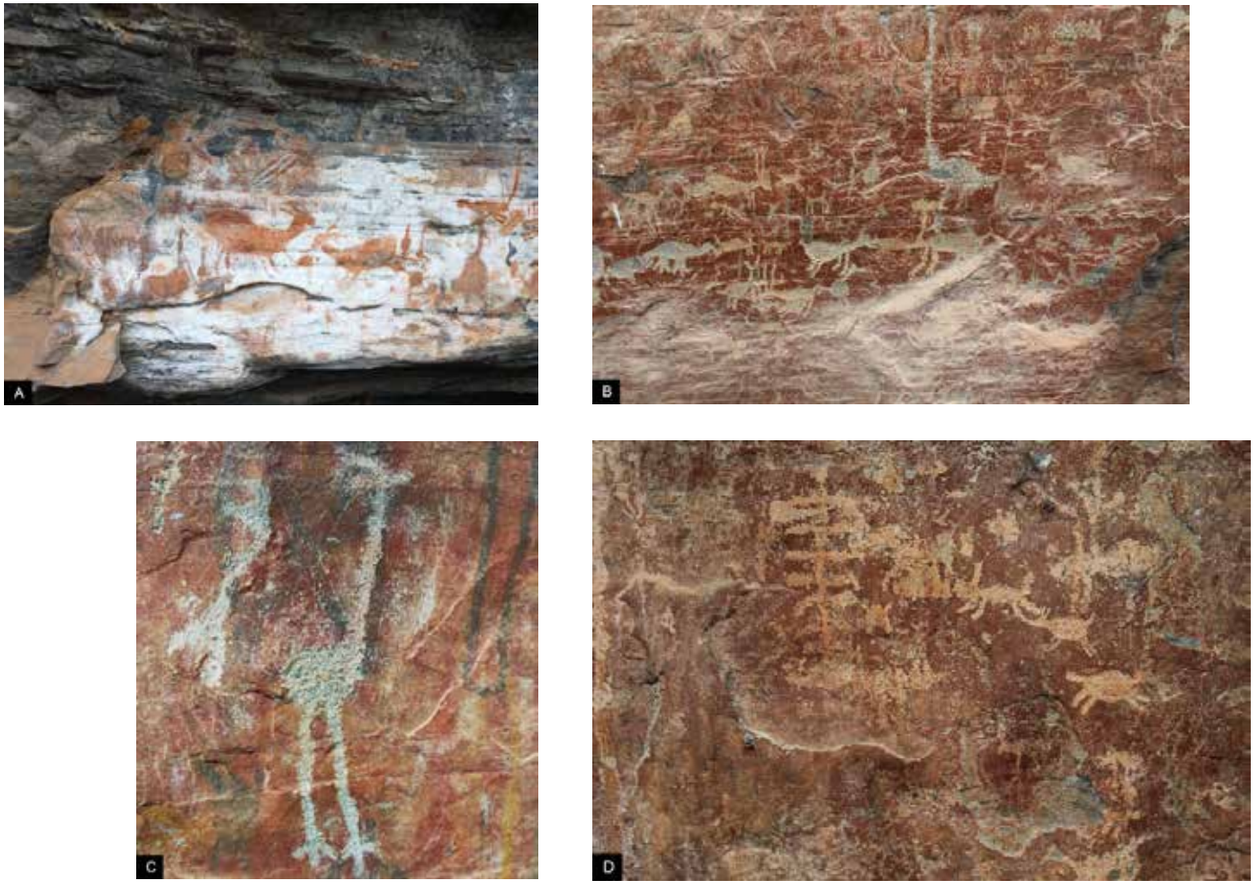
O comportamento no suporte das gravuras Desenhos e das pinturas Piolho de Urubu também coincide. Além da associação geográfica mencionada na citação anterior, ambos os estilos se organizam nos painéis de forma horizontalizada e tendem a ocupar suportes baixos (sobretudo em comparação com outros grafismos peruaçuanos). Quanto à disposição cronológica, figuras pertencentes às duas unidades estilísticas se situam de maneira muito semelhante, sendo tanto anteriores quanto posteriores aos mesmos momentos de pintura. Contudo, as relações de sobreposição direta registradas até o momento indicam que as pinturas Piolho de Urubu são anteriores às gravuras Desenhos. Segundo Prous (2011), o exemplo mais marcante dessa interação diacrônica pode ser observado, também na Lapa dos Desenhos, na preparação do suporte a ser gravado por meio do "apagamento" de figuras pertencentes a unidades estilísticas anteriores, notadamente São Francisco e Piolho de Urubu. No painel I, onde se encontra a maior concentração de figuras gravadas, os grafismos picoteados foram realizados sobre uma "mão de tinta vermelha" que recobre as pinturas previamente presentes na parede, criando um contraste marcante de cor e textura. Nesse caso, é especialmente notável a presença da tinta preta que constitui zoomorfos e fitomorfos sob a camada vermelha, a qual altera intensamente a porção inferior do painel — mas essas figuras em tinta preta não são invisibilizadas, permanecendo bastante legíveis.

Entretanto, o próprio autor discute, em outra produção, a ideia de "arqueofatos" (Prous, 1999), conceito que, como o próprio termo indica, é intrinsecamente arqueológico, mas que acaba sendo assimilado a ponto de ser compreendido como uma realidade objetiva, ou fato. As Tradições que deram nome às unidades estilísticas aqui tratadas constituem um exemplo notório de conceito criado pelo pensamento arqueológico que ultrapassou o estatuto de narrativa construída, tornando-se algo paradigmático e central nas discussões não apenas sobre os grafismos rupestres, mas sobre a materialidade dos contextos pré-coloniais brasileiros como um todo. Mesmo sendo externas à materialidade, categorias elaboradas pela arqueologia frequentemente passam a orientar o diálogo entre arqueólogas, arqueólogos e os próprios vestígios materiais. Nesse sentido, não é despropositado pensar que a rigidez conceitual introduzida pelas Tradições, ao delimitar pinturas e gravuras, pode ter influenciado as interpretações sobre as formas como esses elementos interagem entre si. Isso implica dizer que as relações de sobreposição observadas até o momento não atestam, de forma definitiva, a diacronia entre Piolho de Urubu e Desenhos; e que olhares alimentados por novos questionamentos podem atentar-se a aspectos distintos. Observações de campo mais recentes sugerem sobreposições recíprocas entre figuras atribuídas às duas unidades estilísticas, o que abriria espaço para considerarmos uma composição sincrônica. Entendemos, assim, que é necessário retornar aos painéis e estabelecer um novo diálogo com os grafismos, formulando a eles novas perguntas.

Saindo do eixo da Lapa dos Desenhos, é notável que as semelhanças estilísticas continuam a perpassar as duas unidades classificatórias de diversas maneiras. Na Lapa do Camaleão Amarelo, por exemplo, os zoomorfos com traços anatômicos constituem a temática central dos painéis gravados e

também se organizam de forma horizontal e a baixa altura no paredão — uma conformação que se repete, nas pinturas, na Lapa do Piolho de Urubu, e, nas gravuras, na Lapa do Caboclo. Além disso, no Abrigo do Malhador, observam-se figuras gravadas classificáveis como fitomorfas — o segundo tema mais comum entre as pinturas atribuídas à unidade Piolho de Urubu —, que também apresentam características anatômicas e seguem o mesmo padrão horizontal de inserção no suporte.

Figura 8 – Comparação entre figuras "zoomorfas" agrupadas na Unidade Estilísitca Piolho de Urubu e gravuras inseridas nas porções inferiores de painéis em três sítios do Vale do Peruaçu: A) Painel I da Lapa do Piolho de Urubu povoado por pinturas atribuídas à unidade homônima que se inserem na parte inferior de suporte vertical com contraste marcado entre as pinturas e o fundo branco; B) Parte inferior do painel I da Lapa dos Desenhos, onde podemos observar a maior concentração de gravuras "zoomorfas" do sítio, o contraste é acentuado entre as gravuras, que trazem à tona a cor clara do suporte, e o fundo vermelho; C) Gravuras "zoomorfas" localizadas na porção inferior do painel III da Lapa do Caboclo que contrastam de forma marcante com o fundo pintado; D) Gravuras, em maioria zoomorfas, inseridas na porção inferior de painel localizado no sítio Lapa do Camaleão Amarelo, observa-se a mesma relação de contraste entre gravuras e fundo



Fonte: Fotografia "A", "B" e "C" registrada por Bruna Damiance (2021); fotografia "D" registrada por Raíssa Baldoni (2021).

Figura 9 – Semelhanças entre gravuras e pinturas no Vale do Peruaçu. À esquerda, documento sobre suporte de papel (produzido nos anos de 1980), com o registro de gravuras fitomorfas do Abrigo do Malhador; à direita, pinturas fitomorfas da Lapa dos Desenhos



Fonte: Imagens retiradas do acervo do Setor de Arqueologia do MHNJB; fotografia de Andrei Isnardis (2021).

No entanto, paralelamente às afinidades, o comportamento e a constituição das figuras atribuídas à unidade estilística Desenhos também carregam características que indicam "critérios próprios, autônomos, de escolha" (Isnardis, 2004). Exemplos disso são as composições gravadas na Lapa do Boquete e no sítio Laranjeiras. No primeiro caso, em um sítio onde não há pinturas Piolho de Urubu, as gravuras se acomodam em painéis restritos, ou nichos; no segundo, estabelecem-se em porções comparativamente mais altas dos painéis grafados. Mais do que isso, algumas gravuras fogem completamente aos padrões da unidade Desenhos, podendo inclusive ser relacionadas a outros momentos de pintura. Ao longo do Abrigo do Janelão, aparecem algumas gravuras dispersas que se relacionam topograficamente, nos painéis, com pinturas diversas e de temáticas igualmente variadas. Na Lapa do Rezar, as gravuras são muito menos numerosas e aparecem apenas em suportes sub-horizontais, geralmente com superfícies mais homogêneas e de aspecto "polido" — o que remete, guardadas as devidas proporções, aos suportes eleitos para as gravuras de Montalvânia. Além disso, as gravuras da Lapa apresentam temas bastante distintos daqueles previamente descritos para a unidade estilística Desenhos, aproximando-se mais do que se observa na cidade de Montalvânia.

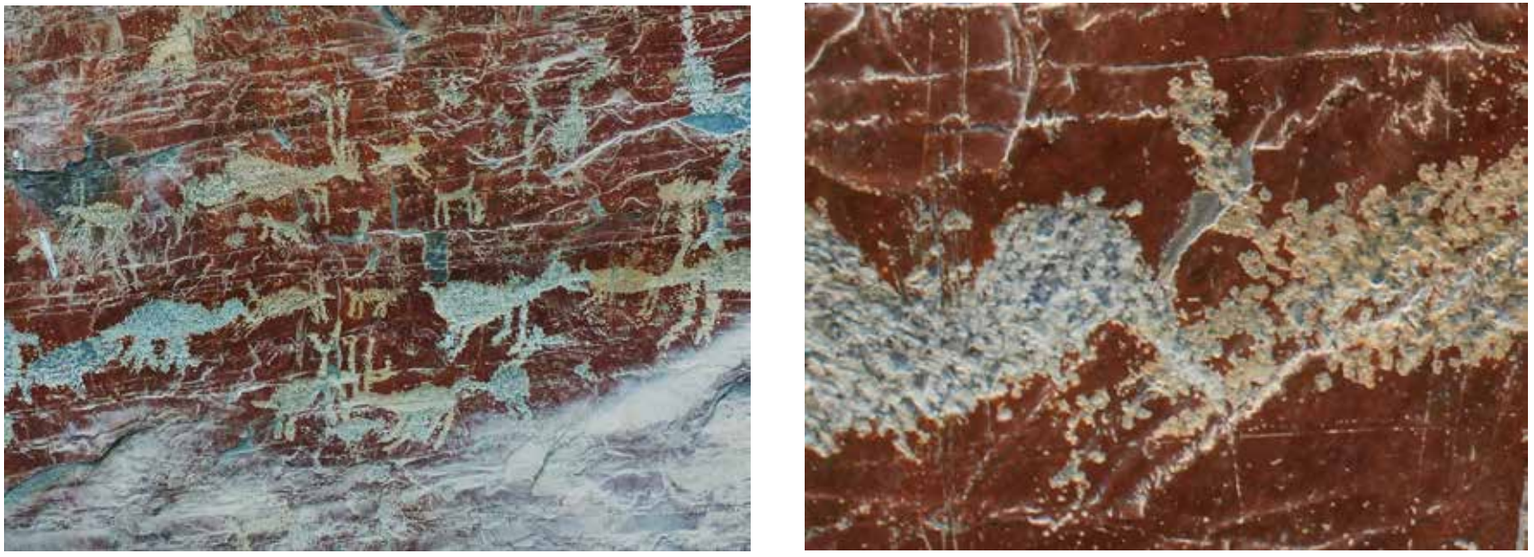
Figura 10 – Gravuras sobre bloco desabado, na área de penumbra da Lapa de Rezar, no Peruaçu



Fonte: Fotografia de Bruna Damiance (2021).

As diferenças, contudo, não se manifestam apenas quando comparamos conjuntos gráficos atribuídos a unidades classificatórias distintas; elas também são perceptíveis dentro dos próprios agrupamentos. No caso das gravuras Desenhos, entendidas como um conjunto coeso para o Vale, algumas dissonâncias emergiram nos contatos mais recentes que estabelecemos com elas *in loco*. O mais marcante desses achados foi a notável diferença de pátinas entre gravuras distintas que ocupam um mesmo painel e, por vezes, estabelecem relações de sobreposição entre si. Pátinas diferentes implicam em temporalidades distintas e indicam um movimento diacrônico na construção das figuras que foram reunidas no conjunto Desenhos. Além disso, apesar de termos sensibilidades pouco treinadas e esforços de campo pouco direcionados para lidar com as gravuras, outra inquietação se colocou de forma complementar à anteriormente mencionada: seriam todos esses grafismos picoteados feitos da mesma forma?

Figura 11 – Gravuras zoomorfas, atribuídas à unidade estilística Desenhos, na lapa epônima. Na foto da direita, detalhe das diferenças de pátina entre gravuras



Fonte: Fotografia de Andrei Isnardis (2012); Bruna Damiance (2021).

Para responder a essa pergunta, seria necessária a aplicação de metodologias especificamente voltadas para investigar, por exemplo, a densidade e a profundidade dos picotes, as possibilidades a respeito de cinzéis e percutores utilizados em sua manufatura, outras relações de sobreposição e como elas se comportam em relação aos padrões de construção das figuras e painéis — nos moldes do que foi apresentado por Alcantara (2015) em trabalho previamente mencionado. Entretanto, não é apenas da interação entre os próprios petroglifos que nascem as narrativas a respeito deles e, como tentamos argumentar ao longo deste artigo, pinturas e gravuras se entrelaçam de forma bastante profunda. Na mesma ocasião em que começamos a nos questionar sobre as pátinas na Lapa dos Desenhos, notamos também, em um caso pontual, uma relação entre tinta e picotes que difere da expectativa com a qual nos dirigimos ao Vale: um grande traço em tinta preta parece sobrepor um pequeno cervídeo gravado.

Figura 12 – Tinta preta de figura atribuída à unidade estilística Piolho de Urubu recobrindo gravura atribuída à unidade estilística Desenhos



Fonte: Fotografia de Bruna Damiance (2021).

Até o momento, o consenso a respeito das gravuras peruaçuanas considera apenas que elas interagem diretamente com as pinturas quando as sobrepõem, envolvendo inclusive um esforço de grafar que se alia a uma demão de tinta vermelha que cobre pinturas anteriores. As tintas não aparecem por cima dos picotes e, ao partirmos para o campo com esse pressuposto, não esperamos que elas o façam. Contudo, voltamos a reiterar: os grafismos não parecem se preocupar com o que esperamos deles. Mesmo que tenhamos em mente, para esta discussão, apenas um caso isolado, ele já nos obriga a repensar a dinâmica estabelecida entre pinturas e gravuras na região, reconsiderando a sincronia e a diacronia das coisas com as quais nos deparamos e como elas se constroem conjuntamente ao longo do tempo.

Os questionamentos sobre as gravuras Desenhos não se limitam ao Peruaçu, mas se expandem junto à Unidade Estilística (U.E.) e seguem mais ao norte até Montalvânia, onde alguns zoomorfos picoteados em suportes baixos, na Lapa do Gigante, foram atribuídos a ela. Segundo Ribeiro e Isnardis (1996, 1997 [2001]a, p. 273):

> No painel que recebeu a maior quantidade dessas figuras – e já ocupado por diversas gravuras mais antigas – o suporte foi previamente pintado com tinta vermelha, técnica observada também no Peruaçu. Se na Lapa dos Desenhos essas gravuras distribuem-se associadas às figuras "Piolho de Urubu" (sob a tinta vermelha), no Gigante os grafismos "Desenhos" dispõem-se de forma complementar ao arranjo espacial anterior de figuras "Montalvânia" (também sob tinta vermelha).

No mesmo artigo, também são mencionados "outros conjuntos de grafismos não atribuídos", referindo-se a composições "não figurativas" que não se

enquadram nas unidades classificatórias adotadas até o momento. É nesse contexto que são mencionadas as gravuras "não zoomorfas" que povoam o Vale, presentes sob a forma de incisões de diferentes profundidades, figuras picoteadas "geometrizadas", composições que combinam picoteamento, abrasão e incisão, cúpulas incisas sobre concreções carbonáticas, figuras com características montalvânicas gravadas em blocos horizontais, entre outras. Elencar essa diversidade revela o quanto ainda temos pouco a dizer e muito a entender sobre as gravuras, que, embora numericamente pareçam representar uma quantidade menor no Vale, carregam uma infinidade de possibilidades que apenas começamos a explorar. Além disso, esses grafismos não apenas desafiam cronologias ou o entendimento das relações nos painéis, mas também oferecem excelentes ferramentas para questionar como a arqueologia lida com a diversidade dos contextos indígenas antigos.

4 NO SERTÃO DO RIO DAS VELHAS AO PÉ DA SERRA

A região de Monjolos situa-se na margem direita do rio das Velhas, composta por terrenos calcários e filíticos. A rocha carbonática aflora ali principalmente em maciços residuais. Está localizada imediatamente a oeste da borda da Serra do Espinhaço, onde predominam os quartzitos e onde há um vasto acervo de sítios com pinturas rupestres (Linke, 2022; Linke e Isnardis, 2012; Isnardis, 2009). O levantamento de sítios com grafismos e de sítios a céu aberto ainda é modesto na região de Monjolos, concentrando-se os sítios conhecidos no distrito de Rodeador. Nesse local, pequenas grutas e abrigos calcários guardam acervos gráficos com notáveis similaridades tanto com a região de Diamantina, imediatamente a leste (já nos altos da Serra do Espinhaço), quanto com áreas do Sertão do São Francisco, mais ao norte (Jequitaí, Lagoa dos Patos, Peruaçu e Montalvânia). Os conjuntos gráficos de Monjolos foram objeto de pesquisa ao longo da última década (Dias, 2017; Alcantara, 2018) e suscitam questões provocativas para o esquema classificatório aplicado nas demais regiões mineiras, pois seus grafismos, embora semelhantes, não se encaixam plenamente nem parecem confortáveis nas unidades estilísticas descritas na bibliografia. Zoomorfos pintados, de composição sofisticada e com fluidez nos contornos e preenchimentos — semelhantes, portanto, ao que se descreveu para Diamantina (Isnardis, 2009; Linke *et al.*, 2020) — podem ser vistos em sítios da área (Dias, 2017; Alcantara, 2018), assim como composições de traços simples e pontos agregados, também pintadas. Em contraste com a região de Diamantina, onde apenas uma gravura foi registrada até o momento (Diniz, 2019), as lapas de Monjolos apresentam um número expressivo de gravuras e, o que é mais notável, embora algumas delas remetam ao repertório de formas do Norte de Minas, outras incluem figurações zoomorfas diversas.

Em Monjolos, o repertório de figuras gravadas também varia claramente de acordo com o suporte — talvez até de forma mais acentuada do que em outras regiões. Blocos dispostos no piso, superfícies rochosas planas e suportes horizontais ou sub-horizontais são ocupados por formas "geometrizadas", enquanto as figurações zoomorfas e antropomorfas se concentram nas paredes.

Dois sítios conhecidos concentram a maior quantidade de gravuras com registros sistemáticos: a Lapa da Fazenda Velha e a Lapa Bonina. No entanto, gravuras também estão presentes, ainda que em menor número, em outras lapas da região, sendo os suportes horizontais ou sub-horizontais os mais recorrentes. Nos dois sítios com maior concentração de petróglifos, é possível distinguir conjuntos de gravuras com relativa clareza — e parte dessa distinção decorre do fato de formas distintas ocuparem, em ambos os sítios, suportes diferenciados.

Os pisos ou blocos dispostos sobre o piso apresentam, predominantemente, formas circulares ou compostas por linhas simples conectadas em arranjos geometrizados. Além dessas, observam-se figuras circulares das quais partem prolongamentos lineares, bi ou trifurcados nas extremidades, assemelhando-se a pernas ou mãos com dedos, bem como outras figuras de caráter biomorfo (FIGURA 11). O repertório de formas corresponde, em parte, àquele identificado no Norte de Minas e denominado na bibliografia como Complexo Montalvânia, embora, em Monjolos, esse repertório seja mais restrito. Um observador que analisasse exclusivamente os grafismos presentes nos blocos e pisos das lapas de Monjolos poderia facilmente acreditar estar diante de sítios típicos dos sertões setentrionais mineiros.

Figura 13 – Piso rochoso gravado, na Lapa da Fazenda Velha, em Monjolos



Fonte: Fotografia de Andrei Isnardis (2017).

Os suportes verticais, por sua vez, são ocupados predominantemente por figuras antropomorfas de traçado linear, embora algumas apresentem "troncos" com formatos retangulares ou ovalados. Também se observam figuras zoomorfas variadas, com destaque para representações elafomorfas, além de uma presença visualmente expressiva — ainda que numericamente discreta — de figuras ornitomorfas. Além dessas, formas não figurativas compostas por traços lineares também estão presentes.

A Lapa da Fazenda Velha é um sítio intensamente ocupado também por pinturas, havendo uma afinidade temática e estilística entre determinado conjunto de gravuras e pinturas. As pinturas são numericamente dominadas por agrupamentos de elementos geométricos muito simples, como conjuntos de pontos ou traços. O segundo repertório temático de destaque é composto por figuras elafomorfas que, embora não muito numerosas, apresentam grande visibilidade nos painéis. A maioria dessas figuras zoomorfas é formada por traços lineares, sendo poucas aquelas representadas de forma chapada (ou em silhueta). Nessas representações elafomorfas, destacam-se elementos que, à nossa sensibilidade, parecem corresponder a detalhes "anatômicos", como "dedos" (ou "cascos") e "galhadas", com volumes "corporais" bem marcados — característica que também se observa nas figuras ornitomorfas, as quais apresentam "dedos" nos "pés", além de pescoços e pernas alongados. Essa ênfase nos detalhes anatômicos é compartilhada pelas pinturas e pelas gravuras elafomorfas, tanto na Fazenda Velha quanto na Bonina.

Figura 14 – Figuras zoomorfas e antropomorfas gravadas em suporte vertical, na Lapa da Fazenda Velha



Fonte: Fotografia de Andrei Isnardis (2017).

Figura 15 – Pinturas elamorfas, em painel vertical elevado, na Lapa da Fazenda Velha



Fonte: Fotografia de Andrei Isnardis (2017).

Na Bonina, o investimento em detalhes "anatômicos" é ainda mais acentuado. As "galhadas" das figuras elafomorfas são especialmente agigantadas — uma delas, por exemplo, apresenta uma "galhada" cuja área é mais de seis vezes maior que a do "corpo". Para além desse caso extremo, o interesse e o destaque conferido a esses atributos são marcantes no conjunto das figuras.

Figura 16 – Zoomorfo com “galhada” agigantada em relação às proporções do “corpo”, na Lapa Bonina, em Monjolos



Fonte: Fotografia de Andrei Isnardis (2017).

Se compararmos o que se observa nos sítios de Monjolos com as regiões vizinhas, é possível perceber como as classificações criadas para outras áreas se mostram um tanto claudicantes para caracterizar seus painéis. Ao mesmo tempo em que não seria difícil sustentar uma afinidade estilística entre as gravuras do Norte de Minas e aquelas presentes nos suportes horizontais de Monjolos, às últimas faltam elementos muito marcantes das gravuras de Montalvânia, como os “pés”, “propulsores” e “setas” — o que torna as gravuras de Monjolos mais próximas das do Peruaçu. Ainda assim, embora Peruaçu e Monjolos compartilhem significativa semelhança temática, sobretudo pela presença de figuras elafomorfas e ornitomorfas, observa-se uma expressiva diferença estilística entre essas figuras nas duas regiões.

Olhando as paredes verticais, encontramos tanto pinturas elafomorfas de grandes dimensões (com mais de 60 cm) quanto outras de tamanho reduzido, que apresentam, nas proporções entre as partes e no interesse por detalhes, uma significativa semelhança com as gravuras. Com tal variabilidade, o repertório de figuras zoomorfas como um todo (incluindo as ornitomorfas e outras formas) guarda afinidade com o repertório que domina amplamente a região de Diamantina, inicialmente associado à Tradição Planalto (Isnardis e Linke, 2012; Linke, 2022). Contudo, a densidade de ocupação tanto da área como um todo quanto do interior de cada sítio (Alcantara, 2018) é muito mais baixa, e os atributos que dominam a composição das figuras em Diamantina não são claramente visíveis em Monjolos. Outro ponto a ser destacado, já mencionado acima, é o fato de as figuras

elafomorfas, especialmente na Fazenda Velha — onde os estudos foram mais intensivos —, apresentarem uma clara associação (a partir das tintas descritas e das relações de sobreposição) com os conjuntos de pontos e bastonetes (Dias, 2017), algo que não ocorre em Diamantina.

5 ARREMATANDO A PROSA (POR ENQUANTO...) OU INCONCLUSÕES

Considerando a diversidade e as recorrências entre as gravuras das regiões aqui tratadas, é importante que nos questionemos sobre os "porquês" que norteiam as categorias utilizadas ao falar não apenas dos grafismos rupestres, mas do amplo conjunto de vestígios que reconhecemos como arqueológicos. Fazer arqueologia é construir narrativas, contar histórias criadas não a partir das coisas, mas com elas. Quem escreve está sempre situado no presente, atravessado por noções culturais, paradigmas acadêmicos e curiosidades específicas que busca sanar. O que a bibliografia tem a dizer sobre as gravuras passa por esse processo. Entretanto, as perguntas que temos nos feito mais recentemente, ao dialogarmos com os grafismos rupestres, têm suscitado novos questionamentos e outras formas de interação com os petróglifos. Parece-nos haver uma multiplicidade muito maior do que a anteriormente antecipada para as gravuras do norte de Minas. As sobreposições de diferentes pátinas, as distintas relações com suportes e pinturas, a variedade nas técnicas de gravação e as múltiplas associações sugerem uma construção consideravelmente complexa. São muitas as formas de gravar. Considerando as três áreas aqui abordadas, é possível perceber uma conexão marcante entre pinturas e gravuras, e nos parece evidente que qualquer proposta de organização de sua variabilidade precisa ser transversal ao grande recorte tradicional entre técnicas — gravura ou pintura. Para além das convergências temáticas e estilísticas entre o que é produzido por meio de ambas as técnicas, as formas e contornos construídos pelas populações indígenas antigas não se ajustam bem a uma separação rígida entre a tinta que se agrega e a pele da pedra que se retira. Pinturas e gravuras compõem contextos de forma conjunta.

No Peruaçu, em Montalvânia e em Monjolos, em vez de encontrarmos classificações sólidas e imperturbáveis, o que se evidencia — quando consideramos as propostas existentes para organizar sua diversidade — é que, diante dos novos elementos surgidos das relações mais recentes entre arqueólogas(os) e grafismos, não apenas sentimos a necessidade e o desejo de aprofundar as pesquisas, mas também percebemos a urgência de maior flexibilidade nas classificações. Ou, mais precisamente, impõe-se uma reavaliação do alcance e dos propósitos dessas classificações, acompanhada de uma postura que explicite seu caráter instrumental, transitório e incompleto. Quanto mais áreas são envolvidas, mais frágeis se tornam as unidades classificatórias, que, em contextos inéditos, servem apenas parcialmente como ferramentas para organizar a diversidade. E, como já mencionado, ao revisitarmos áreas previamente estudadas sem tomar as classificações estabelecidas como ponto de partida absoluto, deparamo-nos com novos elementos e somos por eles convidados a reconsiderar os limites previamente traçados — como já advertia Ribeiro (2008) e como também têm apontado trabalhos mais recentes (Alcantara, 2018).

É importante que levantemos a seguinte questão: por que "pés" pintados e gravados são considerados parte de um mesmo grupo de grafismos — o Complexo Montalvânia —, enquanto "coqueiros" pintados são atribuídos à U.E. Piolho de Urubu, mas "coqueiros" gravados não o são? Em certos casos, parece-nos que a técnica empregada tem se imposto como critério distintivo, ainda que a escolha entre adicionar ou retirar matéria do suporte para compor os grafismos não implique, necessariamente, em uma ruptura conceitual ou estilística. Para nós, parece mais razoável apontar para as

continuidades entre o que é produzido por meio das duas técnicas, especialmente à luz do que vem sendo observado na bibliografia etnográfica acerca do ato de grafar em diferentes suportes. Um exemplo emblemático disso é a produção aparentada de imagens em peles humanas e em peles cerâmicas (Oliveira, 2020; Lagrou, 2007; Vidal, 1992; Müller, 1992).

O cenário que procuramos ilustrar ao longo deste artigo revela uma diversidade considerável nas formas de gravar nas regiões abordadas, o que envolve não apenas técnica e estilo, mas também temporalidades e relações. Independentemente da resolução com que analisamos os contextos — seja a partir de uma visão macro, considerando as regiões como um todo, ou micro, focando nas interações entre figuras em um painel —, nos deparamos com uma multiplicidade que ainda não conseguimos compreender plenamente, uma multiplicidade que talvez nunca dominemos por completo e que definitivamente não se limita aos esforços classificatórios que até então temos empreendido. Diante disso, é fundamental que nos questionemos: por que os grafismos parecem se recusar a aceitar as classificações que propomos para organizá-los?

Para nós, o desencaixe não é um problema das figuras em si, mas sim uma questão relacionada a quem tenta encaixá-las em moldes que, no fundo, não foram feitos para elas. Por mais que construamos narrativas a partir da materialidade, é fundamental lembrar que os contextos indígenas antigos pertencem a realidades que escapam das nossas, e, muitas vezes, nossas expectativas, ontologicamente situadas, não têm as ferramentas necessárias para lidar adequadamente com os elementos com os quais interagimos. Não é incomum que nas classificações apareçam categorias como "biomorfos" ou que figuras identificadas como "pés" acabem se confundindo com "setas". E, por vezes, surgem nos painéis representações como "pássaros com galhadas" — ou seriam "veados com asas"?

A realidade ocidental na qual estamos inseridos nos leva, em primeiro lugar, a acreditar que as figurações representam algo (as palavras "figurar" e "representar" são frequentemente usadas como sinônimos) e, em segundo lugar, que esse "algo" é fixo, que existe por si só, em sua natureza. No entanto, essas suposições não se alinham com o que as produções indígenas e etnográficas nos revelam sobre outros mundos e formas de entender as "imagens". Em um contexto em que uma figura de pássaro representa um pássaro, cuja existência se limita a essa categoria de ser, não há espaço para um "pássaro com galhadas". Esse entendimento muda em contextos nos quais as figuras são seres em si, dotados de suas próprias potências, e o ser, por definição, é algo mutável. Em resumo, ao falarmos de grafismos rupestres, sejam pinturas ou gravuras, não podemos esperar uma relação rígida e linear entre figuras e categorias arqueológicas. Além disso, não podemos deixar de ressaltar que, apesar da grande diversidade das gravuras, existem recorrências significativas entre as regiões com as quais interagimos. Acreditamos que essa percepção tem uma relação metonímica com um contexto mais amplo, ligado à história indígena de longa duração, que é ao mesmo tempo marcada por afinidades ontológicas e uma vasta diversidade cultural.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, H. **Escolhas Gravadas: técnica e experiência**. Uma análise das gravuras da Lapa do Poseidon, Montalvânia – norte do Sertão Mineiro. 2015. 132f. Monografia (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015

ALCANTARA, H. **Serras e caminhos na compreensão dos sítios de grafismos rupestres numa perspectiva de fluxos e paisagens**. 2018. Disserta-

ção (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
CASTRO e SILVA, M. As Gravuras do Complexo Montalvânia – Vale do Rio Cochá. **Arquivos do Museu de História Natural da UFMG**, Belo Horizonte, v. 17/18, p. 287-329, 1996/1997 [2001].
DESCOLA, P. **As Lanças do Crepúsculo**. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.
DESCOLA, P. **Par-delà de la nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005.
DIAS, N. **Análise cronoestilística dos grafismos rupestres da Lapa da Fazenda Velha – Monjolos**, Minas Gerais. 2017. 87f. Monografia (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
DINIZ, A. **(Re)Desenhando desenhos**: A produção de imagens nos estudos de grafismos rupestres. 2019. 124f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
DUNNEL, R. **Classificação em Arqueologia**. São Paulo: EdUsp, 2007.
ISNARDIS, A. **Lapa, Parede, Painel**. A Distribuição Geográfica das Unidades Estilísticas de Grafismos Rupestres do Vale do Rio Peruaçu e suas Relações Diacrônicas (Alto-Médio São Francisco, Norte de Minas Gerais). 2004. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
ISNARDIS, A. Entre as Pedras – as ocupações pré-históricas recentes e os grafismos rupestres da região de Diamantina, Minas Gerais. **Revista do MAE**, Suplemento 10, São Paulo: USP, 2009a.
ISNARDIS, A. Interações e paisagens nas paredes de pedra – Padrões de escolha de sítio e relações diacrônicas entre as unidades estilísticas de grafismos rupestres do vale do Peruaçu. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG**, Belo Horizonte, v, 19, p. 319-368, 2009b.
ISNARDIS, A. Pintar como relação: interações de pessoas e pinturas nas paredes de pedra. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 19, n. 1, 2024.
ISNARDIS, A; LINKE, V. Paisagens construídas: a integração de elementos culturalmente arquitetados na transformação e manutenção da paisagem. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 42-58, 2010.
LAGROU, E. A **Fluidez da Forma**: arte, alteridade e agência em uma sociedade amazônica (Kaxinawa, Acre). Rio de Janeiro: Topbooks, 2007
LIMA, T. S. **Um peixe olhou pra mim**. O povo Yudjá e a perspectiva. São Paulo: Ed UNESP/ISA/NUTI, 2005.
LINKE, V. Os vestígios gráficos da região de Diamantina: uma síntese das narrativas construídas na arqueologia sobre os mesmos. *In:* FAGUNDES M. (Org.). **Paisagem e Arqueologias em Serra Negra, Espinhaço Meridional, Minas Gerais**. Curitiba: CRV editora, 2022. p. 149-162.
LINKE, V; ISNARDIS, A. Concepções estéticas dos conjuntos gráficos da tradição planalto, na região de diamantina (Brasil Central). **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 21, p. 27-43, 2008.
LINKE, V; ISNARDIS, A. Arqueologia Pré-histórica da região de Diamantina (Minas Gerais): perspectivas e síntese das pesquisas. **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico**, Belo Horizonte, v. 21, p. 13-27, 2012.
LINKE, V; ALCANTARA, H; ISNARDIS, A; TOBIAS JÚNIOR, R; BALDONI, R. Do fazer a arte rupestre: reflexões sobre os modos de composição de figuras e painéis gráficos rupestres de Minas Gerais (Brasil). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 15, n. 1, 2020. e20190017 2020.
MAGALHÃES, L. **Tintas emaranhadas**. Relações, estilo e cronologia nos painéis rupestres da Lapa do Boi (Diamantina – MG). 2021. 126f. Monografia (Graduação em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
MONTOVANELLI, L, H. **As pinturas do Galheiro como corpos ameríndios de facto**: das relações de seus traços ao perspectivismo ameríndio. 2022.

98f. Monografia (Graduação em Antropologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.
MÜLLER, R. Tayngava, a noção de representação na arte gráfica Asurini do Xingu. *In:* VIDAL, L.(org.). **Grafismo Indígena**. Estudos de antropologia estética. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, EdUSP, 1992. p. 231-248
OLIVEIRA, E. Corpo de barro, corpo de gente: metáforas na iconografia das urnas funerárias polícromas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 15, n. 3, 2020. e20190108.
PESSIS, A-M. Identidade e classificação dos registros gráficos pré-históricos do Nordeste do Brasil. **CLIO – Série Antropologia**. Recife, v. 1, n. 8, p. 35-68, 1992.
PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: EdUnB, 1992.
PROUS, A. As categorias estilísticas nos estudos da arte pré-histórica: arqueofatos ou realidades? **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**. Suplemento 3. São Paulo: USP, 1999. p. 251-262.
PROUS, A. **Arte Pré-Histórica do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Com Arte, 2011.
PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. A pré-história e os verdadeiros colonizadores. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2019.
PROUS, A; LANNA, A; PAULA, F. Estilística e Cronologia na Arte Rupestre de Minas Gerais. Pesquisas. **CLIO – Série Antropologia**, Recife, v. 31, p. 121-146, 1980.
RIBEIRO, L. **Tradição e Ruptura na Arte Rupestre da Lapa do Gigante – Montalvânia / MG**. 1997. 109f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.
RIBEIRO, L. O Acervo Gráfico da Lapa do Gigante. **Arquivos do Museu de História Natural da UFMG**, Belo Horizonte, v. 17-18, p. 331-405, 1996/1997 [2001]a.
RIBEIRO, L. **Arquivos do Museu de História Natural da UFMG**, Belo Horizonte, v. 17-18, p. 465-493, 1996/1997 [2001]b.
RIBEIRO, L. M. R. **Os significados da similaridade e do contraste entre os estilos de arte rupestre** – um estudo regional das pinturas e gravuras do alto-médio São Francisco. 2006. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. DOI:10.11606/T.71.2006.tde-11082006-111750. Acesso em: 20 jan 2024.
RIBEIRO, L; ISNARDIS, A. Os conjuntos gráficos do alto-médio São Francisco (Vale do Peruaçu e Montalvânia) - Caracterização e sequências sucessórias. **Arquivos do Museu de História Natural**, Belo Horizonte, v. 17-18, p. 243-285, 1996/1997 [2001].
SOARES, L. **De lapas pintadas e outras coisas psedi**: diálogos sobre a arte rupestre do corpo-território xakriabá. 2023. 124f. Monografia (Graduação em Antropologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.
VIDAL, L. A pintura corporal e a arte gráfica entre os Kayapó-Xikrin do Cateté. *In:* VIDAL, L. (org.). **Grafismo Indígena**. Estudos de antropologia estética. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, EdUSP, 1992, p. 143-190.
VILAÇA, A. **Comendo como Gente:** Formas do Canibalismo Wari'. Rio de Janeiro: ANPOCS/EdUFRJ, 1992.
VIVEIROS DE CASTRO, E. **Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena**. A In-constância da Alma Selvagem. São Paulo: Cosac & Naify. 2002a, p. 345-399.
VIVEIROS DE CASTRO, E. **Imanência do inimigo.** A Inconstância da Alma Selvagem. São Paulo: Cosac & Naify. 2002b, p. 265-294.



INCISÕES E *CUPULES* EM ABRIGOS DO VALE DO RIO PERUAÇU (NORTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS)

André Prous[112]
Daniel Cruz[113]
Lilian Panachuk[114]

1 INTRODUÇÃO

Além das pinturas e das gravuras figurativas picoteadas — cuja maioria se insere em unidades cronoestilísticas definidas há vários anos —, identificam-se, nas paredes e abrigos de diversas regiões mineiras, manifestações gráficas em relevo menos chamativas que, no entanto, possivelmente não eram menos significativas para os grupos que as produziram. Trata-se de sulcos incisos na rocha — inicialmente denominados "afiadores" — e de pequenas depressões cavadas por picoteamento, às vezes regularizadas por polimento ou abertas por perfuração. Tais depressões hemisféricas são comumente denominadas *cupules* (termo de origem francesa, utilizado na pré-história europeia); também podem ser chamadas *hoyuelos* ou *tacitas* (em países de língua espanhola) e *pits* ou *dots* (em países de língua inglesa).

Embora morfologicamente elementares e não figurativas, essas manifestações (incisões e *cupules*) tendem a ser consideradas, por pré-historiadores, como parte integrante do universo da chamada "arte" rupestre. De fato, as *cupules* estão presentes desde, pelo menos, o Paleolítico Médio europeu, aparecendo em sítios e níveis arqueológicos ocupados por neandertais — como no sepultamento infantil de La Ferrassie —, sendo, portanto, anteriores às mais antigas representações figurativas paleolíticas. Alguns autores chegam a atribuir *cupules* do subcontinente indiano ao período Paleolítico Inferior (Bednarik, 1996), embora essa hipótese tenha sido refutada por Lorblanchet (1999). Trata-se, em todo caso, de feições quase universais, presentes em diversas partes do mundo ao longo de dezenas de milênios, provavelmente com significados variados conforme a região e o contexto temporal.

112 Professor aposentado e pesquisador vinculado ao Museu de História Natural e Jardim Botânico-Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil). E-mail: aprous@dedalus.lcc.ufmg.br.
113 Arqueólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Minas Gerais (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil). E-mail: daniel.cruz@iphan.gov.br.
114 Professora do Departamento de Antropologia e Arqueologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil). E-mail: lipanachuk@gmail.com.

No Brasil, incisões e *cupules* estão frequentemente associadas, particularmente no que se convencionou denominar "Tradição Geométrica" (Prous, 1989, 1994), a qual se relaciona ao "estilo de pisadas", inicialmente definido na República Argentina. Nesse contexto, *cupules* e incisões aparecem acompanhadas por representações de pisadas — incisões convergentes interpretadas como pegadas de aves — e por *cupules* dispostos em arco ao redor de uma depressão central, geralmente considerados como representações de pegadas de felinos. Esse complexo gráfico estende-se desde a Argentina até o sul do Maranhão, passando pelos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, oeste da Bahia e sudeste do Piauí (Prous, 1994; Jorge, Prous e Ribeiro, 2007; Schmitz *et al.*, 1997; Brochado *et al.*, 1976; Comerlato, 2007).

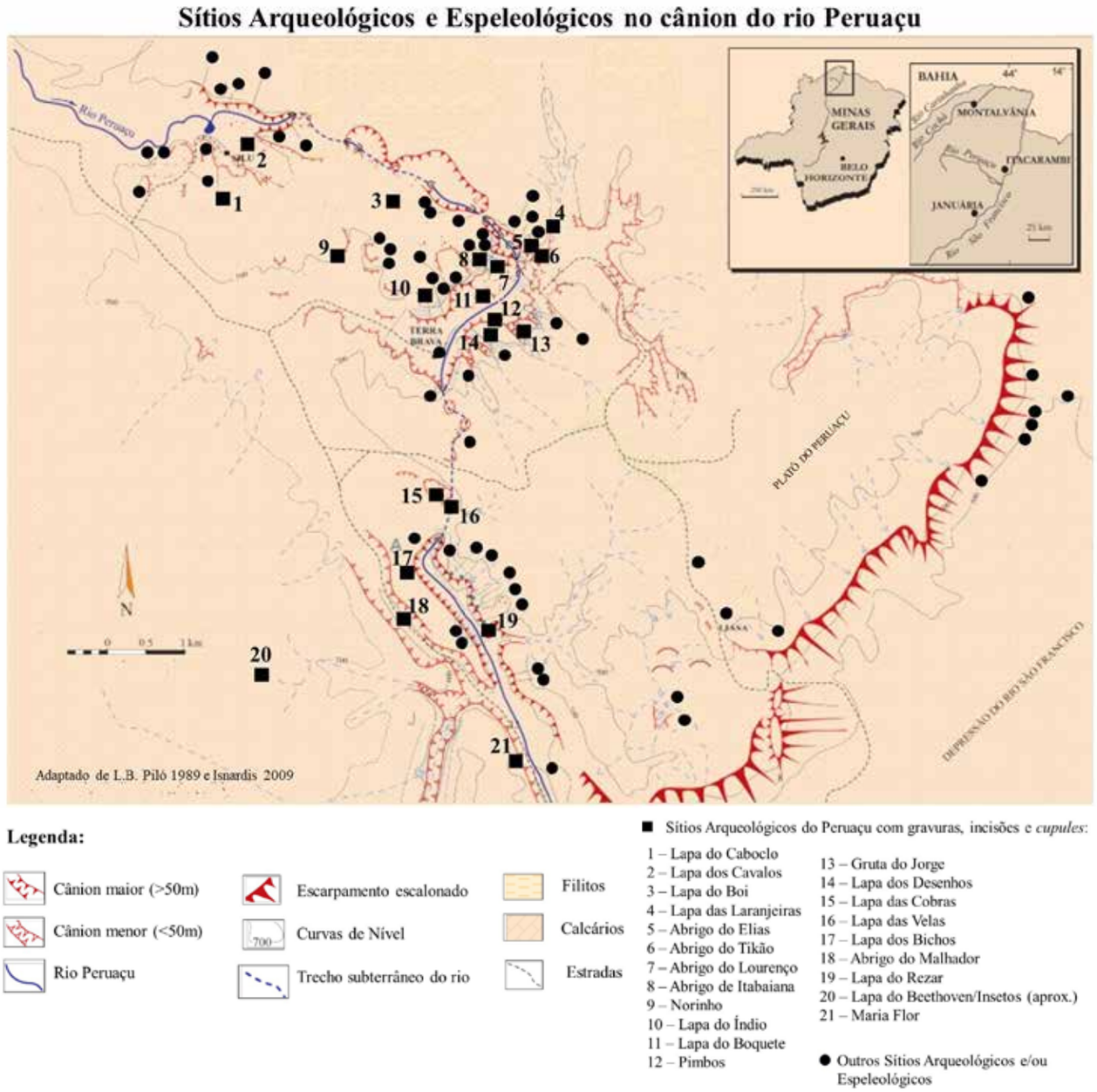
No centro e no norte do estado de Minas Gerais — regiões arqueológicas de Lagoa Santa e do vale do rio Peruaçu —, *cupules* e incisões ocorrem de forma distinta: quase sempre isoladas umas das outras, raramente associadas e, por vezes, visualmente muito discretas, em contextos diferenciados. Foram observadas ocorrências bastante semelhantes no sul do estado de Goiás, nos abrigos de Serranópolis (Schmitz *et al.*, 1997), e no sertão do Rio Grande do Norte (Santos *et al.*, 2018), que talvez estejam relacionadas aos achados de Minas Gerais. Acreditamos que manifestações semelhantes possam estar presentes em outras partes do Brasil central e nordestino. Pretendemos, neste texto, mostrar que, pelo menos no cânion do rio Peruaçu, essas feições obedecem a normas reconhecíveis e merecem ser descritas como parte significativa do registro arqueológico. Também nos propomos a avaliar o investimento relacionado à execução dessas depressões e incisões.

2 *CUPULES* E INCISÕES NOS ABRIGOS DO CÂNION DO RIO PERUAÇU

Apresentaremos separadamente as incisões e os *cupules*, pois, nesta região, tratam-se de fenômenos quase sempre separados no espaço, mesmo quando ocorrem no mesmo sítio — como nas Lapas do Índio, do Tikão, do Lourenço, dos Desenhos, do Malhador, das Cobras e da Maria Flor, nas quais também aparecem incisões. Nas Lapas do Rezar, do Elias e do Boi, há *cupules*, porém não há incisões. Já os sítios que possuem incisões, mas nos quais não foram registrados conjuntos de *cupules*, são as Lapas do Pimpo II, do Norinho, da Itabaiana, de Laranjeiras, do Caboclo, dos Cavalos, do Jorge, das Velas, das Incisões, dos Bichos e do Bethoven, também denominado Insetos.

Não podemos afirmar que todas as ocorrências foram reconhecidas, pois algumas podem ter passado despercebidas pelas equipes de prospecção, especialmente em sítios menores que não foram estudados de forma mais sistemática. Em fevereiro de 2018, realizamos uma visita dedicada à revisão dessas manifestações em 18 dos 22 abrigos citados e recebemos dos moradores informações sobre outras ocorrências em sítios novos, que não tivemos tempo de verificar.

Figura 1 – Localização dos sítios arqueológicos no cânion do vale do rio Peruaçu



Fonte: Luana Rodrigues Nascimento (2024).

3 AS *CUPULES* NOS SÍTIOS DO VALE DO RIO PERUAÇU

Chamamos de *cupules* as depressões arredondadas que podem apresentar diferentes tamanhos, dispostas em conjunto ou, mais raramente, de forma isolada, marcadas em distintos suportes rochosos.

Não discutiremos aqui as eventuais dificuldades para diferenciar as depressões naturais daquelas modificadas por ação antrópica. Esse tema foi tratado por Bednarik (2008), a quem remetemos o leitor interessado. No cânion do rio Peruaçu, as dúvidas eventualmente se concentram em concreções carbonáticas.

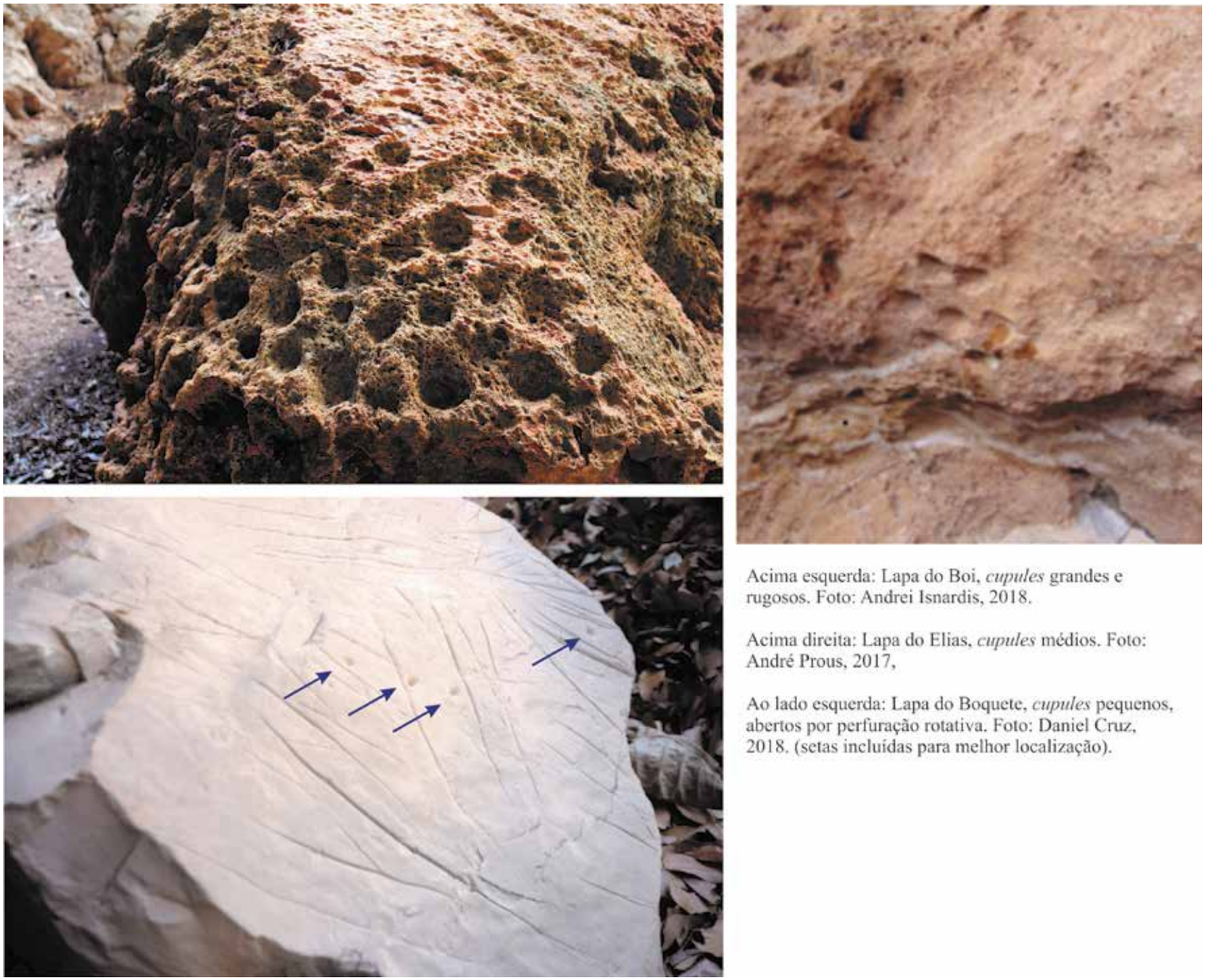
Encontramos três variedades de *cupules* no vale do rio Peruaçu:

(a) A mais frequente consiste em conjuntos de *cupules* grandes (entre 2,5 e 8 cm de diâmetro; geralmente entre 3,5 e 5 cm) e profundos (entre 0,4 e 5,2 cm; geralmente entre 2 e 3 cm). Foram observados nas Lapas (também referidas como abrigos e/ou grutas) do Boquete, do Tikão, do Malhador, do Boi, do Índio, dos Desenhos, de Rezar, de Laranjeiras e da Maria Flor, além de Cabeça d'Antas (este último informado por Alenice Baeta). Contrastando com a superfície naturalmente alisada ou polida dos suportes, o interior das cavidades costuma ser rugoso, embora algumas depressões da Lapa do Índio apresentem um picoteado fino, incomum na região;

(b) Uma segunda variedade é composta por *cupules* rasas, pouco numerosas e um pouco menores, feitas em suporte calcário. Foram encontradas apenas em quatro sítios (Lapas do Elias, de Rezar, das Cobras e do Malhador), onde apresentam arranjos semelhantes aos das *cupules* profundas de concreções. É possível, portanto, que suas dimensões reduzidas decorram da maior dureza e compactação do suporte e do fato de que, sobressaindo facilmente sobre o fundo plano e liso, não precisem ser tão grandes para apresentar visibilidade;

(c) Por fim, *cupules* muito pequenas, polidas e de formato cônico foram encontradas exclusivamente em alguns blocos calcários caídos — um em nível antigo da Lapa do Boquete (com quatro *cupules*), outro em suporte caído num nível mais recente da Lapa do Índio e também em superfície na Lapa do Lourenço. São as únicas *cupules* da região produzidas por rotação abrasiva.

Figura 2 – Variedade de *cupules*



Acima esquerda: Lapa do Boi, *cupules* grandes e rugosos. Foto: Andrei Isnardis, 2018.

Acima direita: Lapa do Elias, *cupules* médios. Foto: André Prous, 2017,

Ao lado esquerda: Lapa do Boquete, *cupules* pequenos, abertos por perfuração rotativa. Foto: Daniel Cruz, 2018. (setas incluídas para melhor localização).

Fonte: Composição ilustrativa elaborada pelos autores (2023).

3.1 Frequência nos sítios

No vale do rio Peruaçu, os conjuntos de *cupules* de grande diâmetro e profundidade foram realizados em grandes blocos de concreções (do tipo estalactite ou piso estalagmítico) desabados nos abrigos ou, mais raramente, em concreções ainda *in situ*, que se projetam do paredão. Essas feições foram registradas em pelo menos 10 dos mais de 50 abrigos com vestígios arqueológicos no cânion.

Nota-se que, com exceção da Lapa do Boi, todos esses sítios com *cupules* apresentam também, em seus paredões e/ou tetos calcários, pinturas e, por vezes, gravuras. Em contrapartida, a grande maioria dos sítios abrigados — mesmo aqueles que apresentam registros rupestres pintados ou picoteados (são muitas dezenas já conhecidos no cânion em estudo) — não possui essas *cupules*, mesmo quando oferecem grandes suportes de estalactites desabados (exceto pela Lapa das Laranjeiras). Em um mesmo sítio, é possível encontrar desde boa parte dos blocos marcados com *cupules* (como na Lapa do Boquete) até apenas um ou dois, entre muitos disponíveis (como nas Lapas dos Desenhos, das Laranjeiras, do Boi e do Tikão). Nota-se ainda que essas *cupules* não parecem ocorrer nos escorrimentos de calcita aderidos à parede rochosa.

3.2 Suportes

Em alguns abrigos (Lapas do Boquete, das Laranjeiras, do Tikão, do Malhador e do Boi), os fragmentos de concreção que servem de suporte são bem maciços, medindo entre 2 e 4 metros de comprimento e cerca de 2 metros de altura, com volume de vários metros cúbicos. A morfologia de um ou outro desses blocos poderia ter sido interpretada como biomorfa. É o caso do maior bloco da Lapa do Tikão, que evoca para os autores a forma de um corpo humano caído, e dos dois blocos da Lapa do Boi — menos sugestivos. Em outros sítios (Lapas dos Desenhos, das Laranjeiras e do Índio), os suportes são pequenas colunas verticais, com 1,5 a 1,65 metro de altura, cuja forma poderia ter sido considerada fálica.

Em ambos os casos, a superfície dessas concreções (assim como a daquelas que não foram decoradas) é ondulada de forma irregular, apresentando depressões de dissolução natural — possivelmente resultantes da ação de ácidos húmicos provenientes das raízes. Essas depressões são pequenas, normalmente pouco profundas e com interior naturalmente liso.

Figura 3 – Suporte de *cupules*



Acima esquerda: Lapa do Tikão. Acima direita: Lapa do Malhador. Abaixo esquerda: Lapa das Cobras. Fotos: Daniel Cruz, 2018.
Abaixo direita: Lapa do Boi. Foto Andrei Isnardis, 2018.

Fonte: Composição ilustrativa elaborada pelos autores (2023).

3.3 Localização no sítio

Não parece haver uma escolha dos suportes em função de sua posição na topografia dos sítios; essa seleção possivelmente se relaciona mais às oportunidades encontradas em cada abrigo. Os autores das *cupules* parecem ter escolhido os blocos disponíveis com base em seu formato. De todo modo, todos os suportes selecionados são bem visíveis a partir da entrada dos abrigos, embora os conjuntos de *cupules* sejam visualmente bastante discretos e possam estar localizados em faces das concreções invisíveis para quem adentra o local. A única exceção é a Lapa de Rezar, onde a laje marcada com algumas *cupules* encontra-se distante da entrada da caverna, em uma zona de penumbra. Como vimos, tratam-se de blocos desabados, exceto no caso do suporte das *cupules* do abrigo de Maria Flor, cavadas no topo de uma pequena concreção que se projeta no meio do sítio, a pouco mais de 2 metros de altura, formando o relevo mais proeminente. Dessa forma, as depressões de Maria Flor são as únicas *cupules* que não são visíveis a partir do chão, exigindo uma pequena escalada, sem maiores dificuldades, para serem observadas de perto.

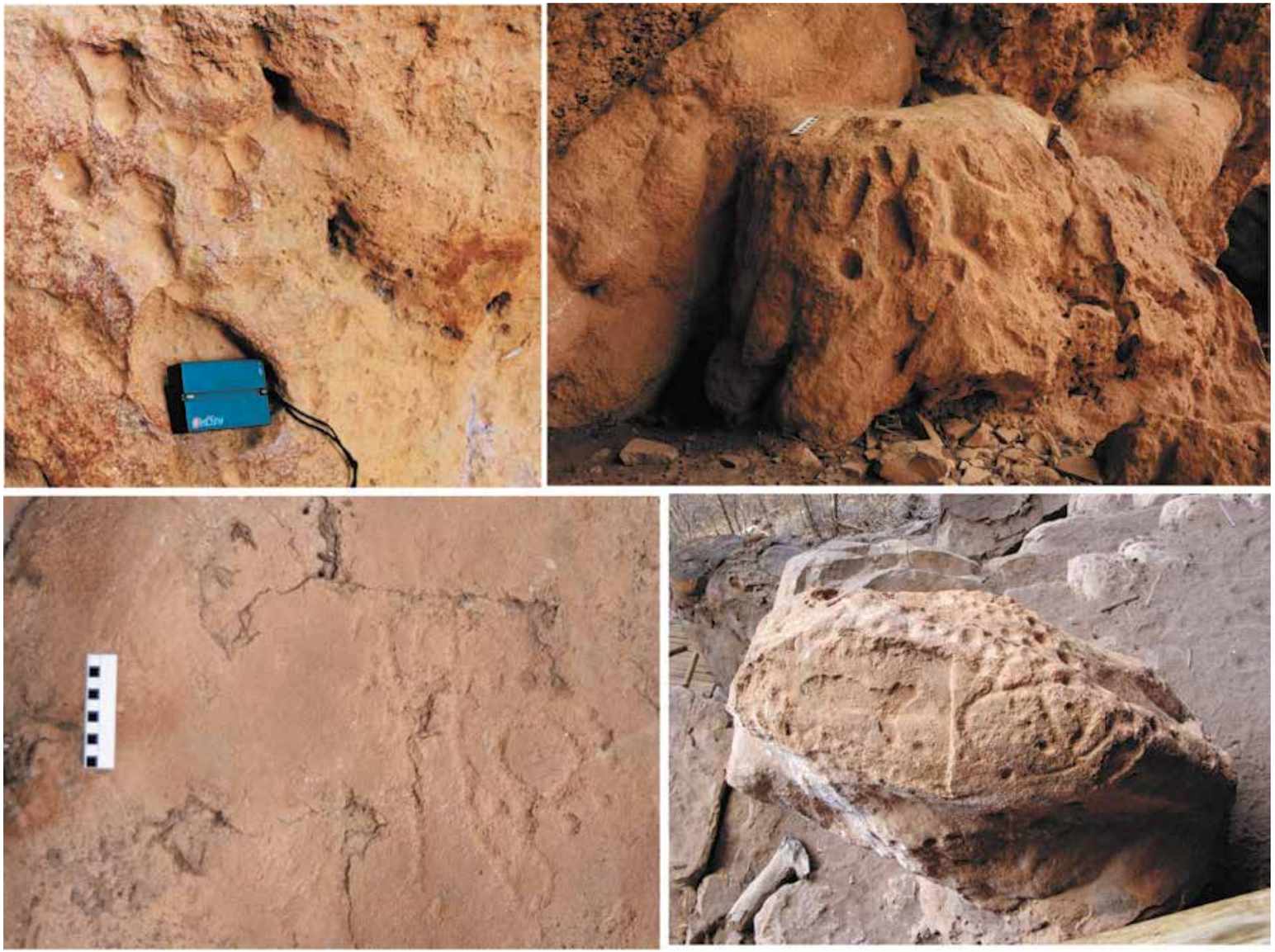
3.4 Organização dos conjuntos

As *cupules* não estão distribuídas ao acaso, mas formam agrupamentos coerentes. Algumas compõem um arranjo recorrente: uma *cupule* central (geralmente a maior) é circundada por outras (geralmente menores e em número de cinco), evocando, talvez, a marca deixada por uma pata de felino. Esse padrão ocorre em dois dos três sítios nos quais as *cupules* foram feitas em superfícies calcárias (Lapas do Elias e do Malhador), ou onde as figuras estão bem individualizadas. Pode ser observado também em concreções desabadas (Lapas do Boquete, do Índio, de Maria Flor e do Boi), embora, nesses casos, o padrão esteja por vezes "perdido" em meio a agrupamentos de *cupules* antrópicas e depressões naturais, o que torna a identificação da intenção duvidosa ou sujeita a múltiplas interpretações.

Em três sítios, depressões maiores e canaletas se inserem entre as *cupules*, formando figuras. Na Lapa do Malhador, cinco *cupules* parecem reforçar a representação de uma mão; na Lapa do Tikão, observa-se também uma possível mão e, em um bloco distinto, uma depressão que evoca a sola de um pé. Na Lapa do Índio, uma depressão de fundo plano, localizada em uma área artificialmente rebaixada, sugere a forma de um peixe. No abrigo do Lourenço, o contorno de uma superfície levemente em relevo, situada no meio de uma descamação e próxima a uma *cupule*, evoca o perfil de um cervídeo.

De modo geral, as *cupules* se agregam em números variáveis, que vão de quatro até algumas dezenas de unidades, formando uma textura que realça as irregularidades das concreções, apropriando-se das depressões naturais e, por vezes, retocando-as. Sua elaboração parece seguir as linhas de crista (observadas nas Lapas dos Desenhos e do Índio), além de ocupar espaços nos flancos dos volumes disponíveis. Canaletas picoteadas atravessam o campo de *cupules* (na maior concreção da Lapa do Boi) ou delimitam perímetros (na concreção mais proeminente da Lapa do Índio).

Figura 4 – Organização de *cupules*



Acima esquerda: Lapa Maria Flor. Foto: Andrei Isnardis. Acima direita: Lapa do Tikão. Abaixo esquerda: Lapa do Malhador. Fotos: Daniel Cruz, 2018. Abaixo direita: Lapa do Índio. Foto André Prous, 2018.

Fonte: Composição ilustrativa elaborada pelos autores (2023).

3.5 Técnica de fabricação das *cupules*

A estrutura dos espeleotemas é geralmente formada por anéis concêntricos de carbonato de cálcio (calcita, aragonita), semelhantes aos anéis de crescimento das árvores. Trata-se de materiais de dureza relativamente baixa (cerca de 3 na escala de Mohs). Diferentemente das estalactites e estalagmites comuns, os blocos de travertino que receberam a maioria das *cupules* são formações pouco compactas, o que facilita consideravelmente sua escavação. Ao picotar uma pequena superfície, abre-se uma depressão que gradualmente atravessa os sucessivos anéis.

A parede da *cupules* tende, então, a formar degraus, sendo cada um deles correspondente a um dos anéis. Essa estrutura nos parece indicativa de uma intervenção percussiva humana.

Uma tentativa preliminar utilizando um percutor de diabásio permitiu escavar, em menos de cinco minutos, uma depressão de 3,5 cm de diâmetro e 1 cm de profundidade em uma estalactite; a operação foi interrompida devido à quebra do suporte, mas ficou evidente que a abertura da depressão não exige grande esforço. Para alcançar profundidades maiores, provavelmente seria necessária uma percussão indireta, com o uso de um cinzel de sílex, por exemplo. Diferentemente do observado nos travertinos, a depressão apresenta superfície pouco rugosa, quase lisa. Outra experiência, realizada em uma placa de travertino, demonstrou a facilidade com que o picoteamento removia uma quantidade significativa de pó, embora a placa tenha se rompido rapidamente. Assim, mesmo antes de prosseguir com outras experimentações, fica claro que poucas horas de trabalho contínuo seriam suficientes para realizar todas as *cupules* em qualquer um dos sítios visitados.

3.6 Situação dos sítios com *cupules* no Vale do Rio Peruaçu

Os sítios com *cupules* distribuem-se desde a entrada do cânion a jusante (abrigo Maria Flor) até, pelo menos, sua parte mediana superior — ainda restando completar as prospecções no extremo norte do cânion —, onde se localiza a Lapa do Boi. Alguns desses sítios estão muito próximos entre si, como é o caso das Lapas do Índio e do Boquete (separadas por poucas centenas de metros); outros, por sua vez, encontram-se a vários quilômetros de distância dos demais sítios com *cupules*, como as Lapas do Boi, do Malhador, do Tikão e de Maria Flor. Ainda assim, esses sítios mais isolados podem estar próximos de outros com expressiva ocupação pré-histórica e abundantes registros rupestres, pintados e/ou gravados — a Lapa do Boi, por exemplo, é vizinha ao Piolho do Urubu; a Lapa do Tikão é quase visível a partir do sítio Laranjeiras, e é possível ouvir vozes entre os dois abrigos. Entre os sítios com *cupules* encontram-se amplos abrigos e grutas com ricos vestígios de ocupação humana (Tikão, Malhador, Boquete); uma gruta de porte mediano com vestígios enterrados pouco densos (Índio); e um abrigo com reduzida área protegida, aparentemente pouco adequado a uma ocupação mais intensa (Maria Flor). Em contrapartida, grandes sítios (como a Lapa dos Bichos), abrigos de porte mediano (como a Lapa do Lourenço) ou mesmo pequenos (como o Pimpo II) não apresentam conjuntos de cupules.

Dessa forma, e considerando o pequeno número de sítios marcados por essas feições, não é possível estabelecer uma regra que explique a escolha de determinados locais em detrimento de outros. Em relação ao relevo local, há sítios com *cupules* situados no topo da encosta (Lapa do Boi), em encostas intermediárias (Desenhos, Lourenço, Tikão) e ao pé dos paredões, quase ao nível do rio (Maria Flor).

3.7 Cronologia

Quando iniciamos nossas pesquisas no cânion do Peruaçu, considerávamos que as grandes *cupules* profundas seriam uma manifestação gráfica do período pré-histórico recente. Com efeito, todas ocorrem em blocos cuja base parece repousar sobre o chão atual, com apenas as partes inferiores salientes levemente enterradas. Contudo, isso pode ser uma ilusão, pois esses blocos costumam ser apenas fragmentos de enormes concreções que se espatifaram ao atingir o piso. Assim, os blocos visíveis repousam sobre outros, contemporâneos, que hoje se encontram completamente soterrados — como pode ser observado nas Lapas do Tikão e do Boquete. Dessa forma, esses suportes estavam disponíveis desde um período antigo e podem ter sido decorados em qualquer momento após o desabamento generalizado — ainda não datado, por falta de escavações na base das grandes concreções.

Contudo, as seis datações propostas para as *cupules* que cobrem matacões no interior do estado do Rio Grande do Norte (Santos *et al.*, 2018) variam entre apenas 846 +106/-52 AP e 2.778 ± 397 AP. Ora, é tentador atribuir os conjuntos de depressões do Peruaçu e do Nordeste a um mesmo período — possivelmente tardio no Holoceno —, considerando-se as idades obtidas por meio da técnica de R. Bednarik, que compara o grau de desgaste dos grãos de sílica fraturados pelo picoteamento pré-histórico com aquele observado em grãos afetados por grafites históricos datados. Ressalte-se, no entanto, que essa técnica não pode ser aplicada a rochas carbonáticas, como o calcário presente no norte de Minas Gerais.

As pequenas *cupules* perfuradas no bloco calcário da Lapa do Boquete, por outro lado, foram encontradas durante a escavação da parte central. Considerando a sua posição na face decorada e a estratigrafia local, podem ter sido feitas em qualquer momento entre pouco mais de 9.000 e cerca de 8.000 anos atrás.

4 AS INCISÕES NOS SÍTIOS DO VALE DO RIO PERUAÇU

Chamaremos aqui de *incisões* os traçados lineares estreitos (geralmente entre 1 mm e 3 mm de largura em, pelo menos, parte do seu percurso), retos ou com poucos desvios em sua direção; apresentam corte transversal em forma de V e profundidade mínima de 1 mm, também em, pelo menos, parte de seu trajeto. Excluem-se, portanto, os traçados extremamente finos e rasos (com espessura de fração de milímetro), que denominaremos "arranhões", bem como as depressões largas de fundo curvo, transversais ao eixo da figura, que formam canaletas. Dois desses três tipos de traços podem, no entanto, ocorrer concomitantemente nos conjuntos gráficos observados.

É importante notar que as profundidades das incisões mencionadas a partir deste ponto são ligeiramente inferiores às reais, uma vez que foram medidas com um paquímetro cuja haste de medição possui cerca de 1 mm de diâmetro, o que impede o alcance do ponto mais profundo das depressões. Ainda assim, a diferença entre a profundidade registrada e a real não deve ultrapassar 1 mm.
As incisões encontradas nos sítios do Peruaçu medem, em geral, entre 3,5 e 30 cm de comprimento; costumam ter entre 1 e 4 mm de largura e entre 1 e 3 mm de profundidade. Em suportes particularmente destacados, os sulcos podem ser significativamente maiores: em um bloco abatido da Lapa do Tikão, o mais comprido mede 1,4 m; outros apresentam largura de até 7 mm e profundidade de 5 mm. No paredão da Itabaiana (que não pudemos revisitar para esta análise), nossas lembranças indicam que diversos sulcos — gravados sob um suporte vertical pintado de vermelho — seriam ainda mais compridos, largos e profundos.

Registramos 19 sítios com incisões no trecho estudado do vale do rio Peruaçu; a maioria deles apresenta também pinturas, além de vestígios de artefatos, tanto enterrados quanto em superfície.

Os abrigos com incisões prospectados são as Lapas de Maria Flor, do Jorge, do Malhador, dos Cavalos, do Caboclo, dos Desenhos, do Boquete, do Índio, das Laranjeiras, do Tikão, do Lourenço, das Incisões, da Vela, das Cobras, do Beethoven (também denominada “dos Insetos”), do Pimpo II, da Itabaiana, do Norinho e dos Bichos. O sítio da Itabaiana consiste em uma parede vertical de pequeno porte, que não chega a formar um abrigo, sendo caracterizado pelo comprimento e pela largura incomuns dos sulcos. É possível que o sítio do Norinho, que não chegamos a alcançar, seja também uma parede pouco ou nada abrigada.

Figura 5 – Variações entre incisões, arranhões e canaletas



Acima esquerda: Lapa das Laranjeiras (incisão). Acima direita: Lapa das Laranjeiras (incisões e arranhões). Abaixo esquerda: Lapa do Indio (canaletas). Fotos: Daniel Cruz, 2018.

Fonte: Composição ilustrativa elaborada pelos autores (2023).

4.1 Frequência nos sítios

É difícil quantificar o número exato de incisões nos suportes, pois muitas vezes elas se encontram, se cruzam e se combinam, de modo que alguns agrupamentos podem sugerir uma figura. Por exemplo, uma figura formada por um traço bifurcado em uma extremidade (com formato semelhante a um "Y") seria constituída por uma, duas ou três incisões, caso não haja ruptura angular entre a "haste" e os ramos divergentes? Neste estágio da pesquisa, ainda não contabilizamos todas as incisões unitárias registradas nos sítios em estudo, mas é evidente que o número varia bastante. No sítio mais rico, a Lapa das Laranjeiras, contabilizamos cerca de 300 sulcos em apenas um dos sete blocos marcados por essas feições (sendo este o segundo bloco mais rico do sítio).

Contudo, vários sítios totalizam menos de uma dezena de traços pequenos e discretos (nas Lapas do Caboclo, do Lourenço, dos Desenhos, da Vela, do Malhador, dos Bichos e do Jorge). Outros apresentam poucas dezenas de incisões (Lapas do Índio, do Pimpo II, dos Cavalos e abrigo das Incisões), enquanto em alguns sítios é possível observar uma centena ou várias centenas de incisões, como nas Lapas da Maria Flor, do Tikão, das Laranjeiras, das Cobras e do Beethoven (também chamada dos Insetos). Vale ressaltar que esses números referem-se apenas às incisões visíveis atualmente na superfície; sabemos que outras podem estar enterradas, como ocorre na Lapa do Boquete, onde um bloco coberto por essas incisões lineares estava completamente recoberto por sedimentos do Holoceno antigo. Dessa forma, outras incisões podem existir em setores ainda não escavados dos abrigos.

4.2 Suporte

Há três tipos de suporte para as incisões, sendo que em cada sítio um deles é nitidamente preferencial. O primeiro consiste na face plana (cerca de 1,5 a 3 m^2) mais visível de blocos calcários tombados de tamanho mediano. Esse tipo de suporte foi utilizado nas Lapas do Tikão, das Laranjeiras e do Lourenço, situadas muito próximas umas das outras, na parte centro-norte do cânion; também foi empregado, de forma mais discreta, nas Lapas do Índio e dos Bichos, localizadas alguns quilômetros mais ao sul.

O segundo tipo caracteriza sítios meridionais, afastados do cânion principal: as Lapas do Jorge, das Cobras, do Índio, do Malhador e do Beethoven. Trata-se do piso calcário subhorizontal da cavidade ou de um patamar, onde as incisões aparecem na quina que marca a extremidade do suporte.

A terceira categoria corresponde à parte inferior (entre 0,5 e 2 m de altura, predominando entre 1,0 e 1,3 m) dos paredões verticais de paredes expostas (Itabaiana) ou de abrigos pouco profundos (Pimpo II, Cavalos, Maria Flor, painel 1 da Lapa dos Desenhos e abrigo das Incisões).

A maioria dos suportes apresenta superfície naturalmente plana e lisa, mas é importante notar que alguns setores das paredes onde se concentram as incisões foram polidos. Essas preparações, feitas pelos autores das incisões, nem sempre se distinguem claramente das quinas e relevos polidos pelos mocós (*Kerodon rupestris*) ao saltarem de um local para outro. Nos sítios dos Bichos, das Cobras e de Maria Flor, é possível que as superfícies previamente polidas pelos mocós tenham sido escolhidas por seu aspecto brilhante para receber os sulcos, que, posteriormente, também foram polidos pelos roedores.

Figura 6 – Suporte de ocorrência entre incisões, arranhões e canaletas



Acima esquerda: Lapa Maria Flor, parede vertical. Foto : Flávia Costa, 2018. Acima direita: Lapa das Laranjeiras, face plana visível. Abaixo: Lapa do Caboclo, piso calcário sub-horizontal. Fotos: Daniel Cruz, 2018.

Fonte: Composição ilustrativa elaborada pelos autores (2023).

4.3 Localização nos sítios e eventuais associações com outros grafismos

As incisões formam manifestações gráficas muito visíveis e até provocantes nos dois sítios vizinhos do Tikão e das Laranjeiras. Neste último, as faces sulcadas dos dois principais suportes — cada uma com centenas de incisões — estão orientadas de modo que o sol da tarde projeta sombras vigorosas, tornando os blocos extremamente chamativos na extremidade direita do abrigo (olhando para o paredão). Observa-se que o bloco com a maior superfície já havia sido previamente decorado com figuras zoomorfas picoteadas, características da unidade estilística Desenhos (exclusivamente aves e cervídeos).

Por sua vez, os cinco blocos menores com incisões, localizados na extremidade oeste do abrigo, apresentam superfícies menores, faces menos visíveis e impacto visual inferior — sobretudo por estarem próximos aos conjuntos pintados. É difícil determinar se o contraste entre as incisões à direita e à esquerda decorre apenas da oferta natural dos suportes ou de uma escolha intencional dos povos pré-históricos.

Na Lapa vizinha, do Tikão, nem todos os blocos desabados foram aproveitados como suporte para incisões. Apenas cinco dos quase vinte blocos planos agrupados (testemunhas de um importante desabamento) na entrada esquerda do sítio receberam incisões. Destes, dois blocos — um deles já decorado com figuras da unidade estilística Desenhos — concentram a maior parte dos sulcos, enquanto os blocos menores apresentam poucas incisões cada um.

Vale destacar que o único bloco desabado da Lapa do Lourenço com incisões já possuía também gravuras picoteadas. Resta incerto se, no trecho do cânion do rio Peruaçu conhecido como "Poço das Laranjeiras", os autores das incisões buscavam marcar preferencialmente rochedos já picoteados, ou se houve apenas uma convergência de interesse dos autores de ambas as manifestações pelo mesmo tipo de suporte: blocos bem planos e com faces extensas.

Na Lapa do Índio, as incisões concentram-se em três blocos e na borda de um patamar, todos localizados próximo ao acesso. São pequenas e discretas, especialmente se consideradas em contraste com o grande painel pintado vertical, visível desde a entrada. Na penumbra, no interior de um salão cujo teto está escurecido pela fuligem das pinturas, um pequeno bloco ainda exibe algumas incisões igualmente discretas.

Na Lapa do Malhador, um bloco modesto recebeu cerca de uma dúzia de incisões dispersas em sua superfície.

Nos paredões previamente pintados e/ou gravados, as incisões são bastante discretas. Geralmente, são curtas e estreitas, raramente ultrapassando 10 cm de comprimento (como observado nas Lapas dos Desenhos, do Caboclo, dos Cavalos e do Jorge) e só podem ser identificadas por meio de exame minucioso.

A visibilidade das incisões no paredão é razoável apenas quando não há pinturas no suporte ou nas imediações que desviem a atenção. Isso ocorre especialmente no abrigo Maria Flor — onde as pinturas, discretas, concentram-se em áreas mais elevadas — assim como nas paredes da Itabaiana e da Lapa das Incisões, locais onde as gravuras não competem com outras formas de registro rupestre.

Na Lapa do Boquete, o bloco com face incisa datado do Holoceno antigo era bastante chamativo, situado no centro da ampla entrada do salão. Até ser completamente coberto pelo sedimento no Holoceno médio, suas grandes incisões certamente não passavam despercebidas pelos visitantes.

Dessa forma, pode-se afirmar que a visibilidade das incisões é bastante variável, embora pareça seguir critérios específicos. Em diversos sítios, os grandes blocos de face plana foram marcados por numerosas incisões grandes e bastante evidentes; ainda assim, no Lourenço, o grande bloco abatido recebeu poucas marcas. Alguns blocos menores apresentavam incisões discretas, facilmente despercebidas atualmente, o mesmo ocorrendo com as incisões feitas na parte inferior dos paredões intensamente pintados. Em sítios menores, com um único painel decorado, as incisões costumam constituir o registro rupestre mais visível e, por vezes, o único — como nos casos de Itabaiana, Incisões, Pimpo II e Maria Flor — sendo também o mais bem preservado atualmente. Nos sítios das Cobras e do Beethoven, as densas incisões gravadas no piso são inconfundíveis.

4.4 Organização dos conjuntos

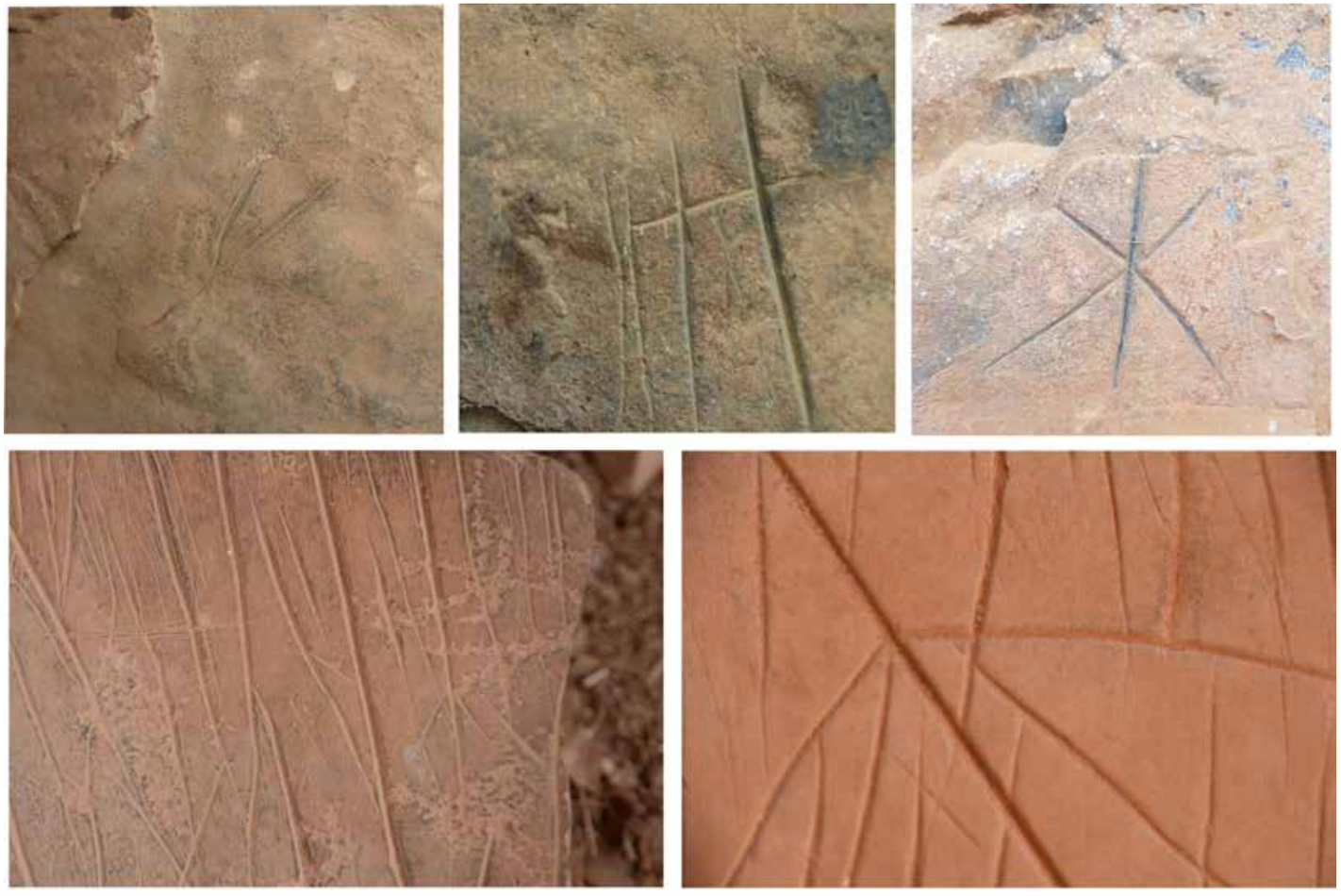
A maioria das incisões apresenta-se reta, vertical ou subvertical; são mais raras aquelas formadas por uma sucessão de segmentos levemente desviados entre si. Observa-se que esses desvios são claramente voluntários, uma vez que o aprofundamento de uma incisão no calcário requer um gesto repetitivo; portanto, não se trata do resultado de falta de habilidade manual por parte de quem elaborou a incisão. Em vários sítios (Laranjeiras, Tikão), as linhas retas maiores que 15 cm costumam ser acompanhadas, a uma distância de poucos milímetros, por incisões curtas, extremamente rasas e estreitas, semelhantes a arranhões, porém feitas com mão firme. Não se trata de esboços anteriores à execução da linha definitiva, pois são muito curtas, embora, na Lapa das Laranjeiras, algumas pareçam ter sido riscadas antes da abertura das incisões.

A grande maioria dos sulcos incisos foi traçada sem contato com os vizinhos; assim, frequentemente formam conjuntos de traços paralelos, a maioria com comprimentos semelhantes. Nos grandes suportes de blocos desabados, esses pacotes de traços grosseiramente paralelos costumam ser atravessados diagonalmente por uma incisão mais longa, geralmente mais larga e profunda. Outrossim, é comum ocorrer a convergência de duas ou três incisões – uma delas curta, a outra maior – formando um “Y”; outras se cruzam, formando um “X”; excepcionalmente, desenham um “T” ou um “H”. Observam-se também traços curtos convergentes para um mesmo ponto, em número variável; algumas dessas figuras sugerem um “tridátilo”, enquanto outras com formato em asterisco poderiam ser interpretadas como um duplo tridátilo. No entanto, ao contrário das gravuras do estilo de pisadas, trata-se de ocorrências raras, que não se destacam nos conjuntos.

Alguns sítios apresentam configurações especiais: na Lapa das Laranjeiras, são numerosos os traços longos cuja parte superior se subdivide em vários segmentos oblíquos levemente divergentes. Nesse mesmo sítio, assim como na Lapa das Cobras, trechos de duas linhas compridas paralelas estão quase interligados por traços curtos cuidadosamente incisos, regularmente espaçados e perpendiculares às “linhas mestras”.

Um conjunto de traços na Lapa das Incisões forma uma grade retangular. Trata-se de uma fórmula única no universo do vale, o que sugere a possibilidade de se tratar de uma “intrusão” — talvez moderna, já que não visitamos o local e, com base nos documentos fotográficos disponíveis, não podemos avaliar sua pátina.

Figura 7 – Organização dos conjuntos incisos



Acima esquerda: Lapa Lourenço. Acima central: Lapa dos Cavalos. Fotos: Daniel Cruz, 2018,. Acima direita: Lapa Maria Flor: Foto: Flávia Costa, 2018. Abaixo esquerda e direita: Lapa das Laranjeiras Fotos: Daniel Cruz, 2018.

Fonte: Composição ilustrativa elaborada pelos autores (2023).

4.5 Técnicas de fabricação das incisões

Conseguimos reproduzir, sem esforço, o mesmo tipo de incisões de corte transversal retangular em suporte calcário do Peruaçu, utilizando o gume agudo e uma quina do talão, em forma de buril, de uma lasca de silexito extraída de um bloco encontrado no encascalhamento de um caminho local. Em cerca de cinco minutos, riscamos um sulco de 3,5 cm de comprimento, 2 mm de largura e 1,2 mm de profundidade. O procedimento não exige nenhuma habilidade especial.

4.6 Cronologia

Não há dúvida de que as incisões foram produzidas desde muito cedo, como comprova o bloco enterrado nos níveis profundos da Lapa do Boquete; assim, as incisões que alcançam a base do bloco devem ter pelo menos 9.000 anos. Nota-se que, nesse suporte, parte das incisões sobrepõe gravuras picoteadas; contudo, estas não pertencem à unidade estilística Desenhos. Pelo contrário, embora não sejam muito diagnósticas, elas poderiam estar relacionadas ao complexo Montalvânia. Essas incisões estão associadas a três pequenas *cupules* (uma delas obtida por rotação) que não se assemelham àquelas encontradas em contextos mais recentes. Também ocorrem junto a elas alguns traços finíssimos, embora alcancem uma profundidade de até 6 mm. Verificamos que tais traços não resultam do uso de instrumentos metálicos durante as escavações, pois apresentam pátina bem desenvolvida. Outro bloco com incisões — este, apenas parcialmente enterrado — foi escavado na Lapa dos Bichos, onde sua base repousava na camada IV (conforme a identificação da equipe da UFMG que realizou a sondagem, não correspondendo ao nível arbitrário 4 das sondagens conduzidas por R. Kipnis). Dessa forma, as incisões da Lapa dos Bichos não antecedem o Holoceno médio. Por fim, em vários sítios (Índio, Desenhos, Lourenço, Laranjeiras, Tikão, Caboclo), blocos desabados com incisões repousam nas camadas superiores da estratigrafia, sugerindo uma datação recente, do Holoceno tardio. Dessa forma, pode-se supor que as incisões foram produzidas em diversos períodos ou, talvez, até de forma contínua.

Quanto aos sulcos abertos em paredes (sub)verticais, não é possível estimar sua idade quando não estão associados a pinturas rupestres. Contudo, em todos os locais onde há sobreposição entre pinturas e incisões, estas últimas se encontram sobre os grafismos da tradição São Francisco — a mais antiga do vale — e das unidades Piolho do Urubu e Desenhos. Uma unidade estilística expressa por grafismos geralmente pretos e traçados pela técnica de *crayon*, que apresenta tanto cenas semelhantes às da tradição Nordeste quanto "garatujas" (Lima, Panachuk e Cruz, 2019), também parece ser anterior às incisões, como se observa na Lapa do Pimpo II.

Nas Lapas dos Desenhos e do Lourenço, as incisões sobrepõem-se às gravuras picoteadas figurativas da unidade cronoestilística Desenhos. Contudo, observa-se que, nas Lapas Maria Flor e Laranjeiras, algumas pequenas gravuras — não diagnósticas do ponto de vista estilístico, especialmente na primeira — foram picoteadas acima de um grupo de incisões, sendo pouco visíveis. De qualquer forma, a maior parte das incisões em paredões parece constituir uma das manifestações rupestres pré-históricas mais recentes no vale do rio Peruaçu.

Figura 8 – Sobreposição entre técnicas no suporte calcário



Acima: Lapa do Jorge (incisão sobre gravura). Centro: Lapa das Laranjeiras (incisão sobre gravura). Abaixo: Lapa do Pimpolho 2 (incisão sobre crayon). Fotos: Daniel Cruz, 2018.

Fonte: Composição ilustrativa elaborada pelos autores (2023).

5 INCISÕES E *CUPULES* EM DIVERSOS CONTEXTOS REGIONAIS

É importante frisar que as incisões e *cupules* encontradas no norte de Minas Gerais não parecem relacionadas aos conjuntos de incisões e *cupules* gravadas característicos do "Estilo de Pisadas", identificado por pesquisadores argentinos e atualmente reconhecido em uma ampla área que se estende desde a bacia do rio da Prata até o Nordeste brasileiro, abrangendo os estados de Goiás (município de Serranópolis), Ceará, Piauí e Maranhão. No Estilo de Pisadas, *cupules* e incisões coexistem nos mesmos painéis, muitos deles compondo marcas de pegadas animais — incisões finas ou largas, rasas ou superficiais representam marcas de aves; incisões mais profundas e largas indicam pistas de artiodáctilos; *cupules* correspondem a pegadas de felinos. Além disso, em vários sítios desse estilo, outras incisões finas e rasas formam redes que lembram tabuleiros.

Tais composições são raríssimas no Peruaçu e, quando alguns traços incisos convergentes evocam tridátilos, nunca se assemelham a pisadas. Em dois sítios do Peruaçu (Tikão e Malhador), depressões parecem evocar um pé e uma mão, porém são ocorrências isoladas e pouco características, que não se assemelham — nem em morfologia nem em técnica de elaboração — às pisadas da tradição Geométrica ou aos "pés" gravados do Complexo Montalvânia.

Observa-se também que as raras incisões e *cupules* (combinadas ou não) identificadas em alguns sítios da região central de Minas Gerais (região de Lagoa Santa) apresentam características bastante distintas daquelas do Peruaçu. Na Lapa do Porco Preto, por exemplo, as incisões profundas estão claramente associadas às *cupules* — estas últimas polidas e pouco profundas —, das quais parecem "surgir" (Prous, Baeta e Rubbioli, *op. cit.*); fenômeno semelhante pode ser observado na Pedra Lavrada de Picuí, Paraíba. Ainda em Lagoa Santa, as incisões do abrigo Rei do Mato ocorrem isoladas no espaço rupestre, formando um conjunto muito pequeno, embora bem definido, que não se compara aos encontrados no norte.

Outras incisões rupestres — estas extremamente finas e discretas — que formam conjuntos de bastonetes e figuras pectiformes nos sítios de Cerca Grande e da Pia (Prous, Baeta e Rubbioli, 2003) e do Sumidouro (Baeta, 2011) apresentam características claramente distintas em sua técnica, organização e temas quando comparadas às ocorrências do norte.

Outros conjuntos de incisões, rigorosamente verticais, curtas, equidistantes e de tamanho uniforme, foram registrados na Caverna das Maritacas (município de Grão Mogol, distrito de Peixe Bravo, a mais de 200 km do vale do rio Peruaçu). A disposição dessas marcas exclui a hipótese de serem produzidas por garras de preguiça gigante. Uma ocorrência absolutamente semelhante foi recentemente identificada na Serra da Mantiqueira, no sul do estado de Minas Gerais (Gilberto de Azevedo, comunicação pessoal). O aspecto desses painéis, assim como a disposição e a técnica de elaboração, sugere que tenham sido produzidos por grupos distintos daqueles que frequentavam o Peruaçu e Lagoa Santa, indicando provavelmente significados diferentes para esses grafismos.

Dessa forma, parece que as gravuras incisas foram produzidas de maneiras distintas e com significados diversos em, pelo menos, quatro contextos pré-históricos no estado de Minas Gerais.

A situação e o aspecto dos conjuntos de incisões em sítios específicos, separados por grandes distâncias, levantam algumas questões. A banqueta do sítio das Cobras, no Peruaçu, cuja borda intensamente polida ficou totalmente marcada por incisões, evoca, de forma instigante, uma comparação com as banquetas de um abrigo do Lajedo de Soledade (RS). Contudo, a superfície polida no sítio das Cobras se limita a poucos centímetros na borda do degrau natural, enquanto se estende por toda a superfície plana no sítio potiguar. Seria a semelhança de aspecto — com as incisões ressaltando-se sobre a superfície brilhante — uma imitação, por parte dos pré-históricos mineiros, da realização dos decoradores de Soledade? Ou será que a estreita franja polida no sítio das Cobras resultaria de um polimento acidental, produzido pelos mocós ao saltar do alto do degrau para o chão externo ao abrigo? Essa pergunta permanece sem resposta.

A marcação de blocos estalagmíticos por grandes *cupules*, característica do Peruaçu, não foi assinalada em outras regiões — ainda que, de todo modo, só pudesse ocorrer em ambientes calcários.

Em compensação, pode-se salientar que as *cupules* menores — discretamente presentes no Peruaçu (nos abrigos do Malhador e do Elias) — são extremamente numerosas em sítios do Nordeste brasileiro, onde formam, com frequência, alinhamentos. Nos lajedos gravados do Rio Grande do Norte e do Ceará, as *cupules* com 2 a 3 cm de diâmetro parecem equivaler aos pontos pintados em paredes verticais de abrigos.

Certamente, essas *cupules* pequenas não devem ser confundidas com depressões maiores (macro-*cupules*, com cerca de 10 cm de diâmetro) abertas em suportes planos, identificadas como pilões fixos pelas populações nordestinas. Ambas as manifestações podem até coexistir no mesmo espaço — como na Casa de Pedra de Ibiapina (CE) —, mas apresentam, evidentemente, finalidades distintas. Conhecemos as "macro-*cupules*" em Minas Gerais apenas no rio Doce (onde foram localizadas por A. Baeta), mas elas são numerosas em muitos abrigos nordestinos e até amazônicos (por exemplo, nas proximidades de Alenquer, no Pará).

6 CONCLUSÃO

Presentes em cerca de um terço dos sítios sob abrigo conhecidos no cânion do rio Peruaçu, as incisões e as *cupules* não são marcas deixadas ao acaso. Organizam-se de forma diferenciada, sendo abundantes e bem visíveis em algumas lapas, discretas e raras em outras. Nos sítios, ocupam espaços específicos e são realizadas em suportes escolhidos. Certamente, tiveram um significado importante para várias das populações que se sucederam na região.

Nota-se que, no Peruaçu, *cupules* e incisões não ocupam sistematicamente os mesmos espaços, não sendo possível associar esses dois tipos de ocorrência nem atribuí-los aos mesmos autores. A maior parte dos registros levantados parece recente, mas as escavações que realizamos na Lapa do Boquete mostram que incisões eram produzidas desde o Holoceno Antigo e que *cupules* feitas por rotação eram praticadas pelo menos desde o Holoceno Médio. As *cupules* maiores, realizadas em concreções, parecem todas relativamente recentes na sequência regional. Incisões também foram feitas no Holoceno Superior, sem que se saiba ao certo se houve continuidade em sua elaboração desde o período antigo até a pré-história tardia.

Vistas dentro dessa perspectiva mais ampla, as incisões e *cupules* — manifestações até então pouco valorizadas nas pesquisas realizadas no vale do rio Peruaçu, em razão de sua baixa visibilidade — revelam-se hoje como parte de fenômenos tão amplos geograficamente quanto as pinturas e gravuras que, inicialmente, se impuseram como as evidências rupestres mais úteis do registro gráfico pré-histórico para a avaliação das conexões interregionais entre as populações do passado.

REFERÊNCIAS

BAETA, A. **Os grafismos rupestres e suas unidades estilísticas no Carste de Lagoa Santa e Serra do Cipó-MG**. 2011. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BEDNARIK, R. G. Cupules. **Rock Art Research,** Melbourne, v. 25, n. 1, p. 61-100, 2008.

BEDNARIK, R. G. The cupules on Chief's Rock, Auditorium Cave, Bhimbakta. **The Artifact**, [S. l.] v. 19, p. 63-72, 1996.

BROCHADO, J. P.; SCHMITZ, P. I. PETROGLIFOS DO ESTILO DE PISADAS NO RIO GRANDE DO SUL. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 93-146, 1976. Disponível em: https://doi.org/10.15448/1980-864X.1976.1.36217. Acesso em: 12 de maio de 2023.

CARMO, F. F.; CAMPOS, I. C.; TOBIAS JR., R. O Vale do Peixe Bravo. *In:* CARMO, F. F.; KAMINO, L. H. Y. (org.). **Geosistemas ferruginosos do Brasil**. Belo Horizonte: 3i Editora, 2015. p. 497-519.

COMERLATO, F. **Estudo metodológico em sítios de gravuras rupestres em lajedos, Bahia**. 2007. 42 f. Monografia (Pós-Doutorado Júnior em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Fabiana-Comerlato/publication/350290357_ESTUDO_METODOLOGICO_EM_SITIOS_DE_GRAVURAS_RUPESTRES_EM_LAJEDOS_BAHIA/links/6058e82ea6fdccbfeafc7dfa/ESTUDO-METODOLOGICO-EM-SITIOS-DE-GRAVURAS-RUPESTRES-EM-LAJEDOS-BAHIA.pdf. Acesso em: 26 maio 2025.

JORGE, M.; PROUS, A.; RIBEIRO, L. **Brasil Rupestre**: arte pré-histórica brasileira. Curitiba: Zencrane, 2007. 272 p.

LIMA, T. A.; PANACHUK, L.; CRUZ, D. Scribbling the walls: children's contribution to the rock art of Peruaçu Valley, Minas Gerais, Brazil. **Rock Art Research**, Melbourne, v. 36, n. 2, p. 131-147, 2019.

LINKE, V. **Relatório de visita de estudo à Lapa das Cobras, para a Missão Franco-Brasileira de Minas Gerais**. [S. l.: s. n.], [entre 19-- e 20--]. Manuscrito de campo. Centro Especializado de Arqueologia Pré-Histórica, Museu de História Natural Jardim Botânico. 15 p.

LORBLANCHET, M. **La naissance de l'Art**. Paris: Errances, 1999. 304 p.

PROUS, A. **A arte rupestre brasileira**: uma tentativa de classificação. Revista de Pré-História USP, São Paulo, v. 1, p. 9-33, 1989.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**: a pré-história e os verdadeiros colonizadores. Campo Grande: Carlini e Caniato; Tanta Tinta, 2019. 880 p.

PROUS, A. L'art rupestre du Brésil. **Bulletin de la Société Préhistorique de l'Ariège**, [S. l.], v. 49, p. 77-144, 1994.

PROUS, A.; BAETA, A. M.; RUBBIOLI, E. O **patrimônio arqueológico da região de Matozinhos**: conhecer para proteger. Belo Horizonte: [s. n.], 2003. 132 p. ISBN 8590367711.

PROUS, A.; CRUZ, D.; PANACHUK, L. Incisões e cupules na arqueologia dos abrigos de Minas Gerais. *In:* **Reunião da Associação Brasileira de Arte Rupestre**, 7., 2018, Diamantina. Caderno de resumos, p. 15-16. Disponível em: https://37b13798-a532-40d7-9288-61464720b435.filesusr.com/

ugd/f2d77a_df115f111217413eb3ecaf59505a0ebe.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.
QUEREJAZU LEWIS, R.; BEDNARIK, R. **Mysterious cup marks**. Proceedings of the First International Cupule Conference. Oxford: Archeopress, 2010. (BAR International Series, 2073). 121 p.
SANTOS, V. dos; VALLE, R.; LAVALLE, H.; OLIVEIRA, D. L. de; BEDNARIK, R. Direct Dating of Petroglyphs in Rio Grande do Norte, Brazil. **Rock Art Research**, Melbourne, v. 35, n. 1, p. 85-97, 2018.
SCHMITZ, P. I. *et al.* **Serranópolis II**: as pinturas e gravuras dos abrigos. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1997. 75 p.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Andrei Isnardis, Vanessa Linke e Henrique Alcantara, que participaram de uma das viagens de verificação. Andrei Isnardis disponibilizou suas fotografias das Lapas do Boi e Maria Flor; Mara Chanoca, suas fotografias da Lapa de Rezar. Flavia Vieira fotografou e montou parte dos calques da Lapa do Beethoven, além de disponibilizar imagens da Lapa Maria Flor. Matthias Strecker forneceu cópias dos artigos publicados nas Atas da *First Cupule Conference*. Agradecemos também a Luana Rodrigues Nascimento pela valiosa contribuição à elaboração deste artigo, com a produção do mapa.



CIRCULAÇÃO DE IDEIAS E RECORRÊNCIAS GRÁFICAS: ANÁLISE DAS GRAVURAS RUPESTRES NO ESTADO DE SÃO PAULO – BRASIL

Marilia Perazzo[115]
Daniela Cisneiros[116]
Camila Duelis Viana[117]
Astolfo G. M. Araujo [118]

1 INTRODUÇÃO

O estado de São Paulo vem, nos últimos quatro anos, sendo inserido no mapa da arte rupestre brasileira. Resultados preliminares do projeto temático intitulado *Ocupação Humana do Sudeste da América do Sul ao Longo do Holoceno: uma abordagem interdisciplinar, multiescalar e diacrônica*[119] apontam para o elevado potencial arqueológico do estado, no qual foram registrados 54 sítios com manifestações rupestres (Amaral e Araujo, 2023). Esse número tende a aumentar com o avanço dos esforços acadêmicos e a sistematização das pesquisas realizadas em áreas previamente delimitadas pelo referido projeto.

No estado de São Paulo, foram cadastrados sítios com pinturas e gravuras rupestres; no entanto, até o momento, predominam aqueles com figuras gravadas sobre o suporte rochoso. Neste contexto, este capítulo tem como objetivo analisar as gravuras rupestres em seus aspectos temáticos, cenográficos e técnicos, buscando identificar, por meio das recorrências gráficas, a existência de padrões representados por similaridades entre determinados códigos. Tais padrões podem estar presentes em um único sítio ou em diferentes sítios distribuídos em uma área mais ampla, o que poderá permitir ao pesquisador levantar hipóteses sobre a circulação de códigos entre grupos em um determinado território.

115 Pós-doutoranda pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) e Vice-presidente da Fundação Paranã-buc. Atua nas áreas de registros rupestres; Educação Patrimonial; Arqueologia subaquática. E-mail: mariliaperazzo@hotmail.com.
116 Arqueóloga e professora do departamento de arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. Doutorado em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: danielacisneiros@gmail.com.
117 Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Geologia Sedimentar e Ambiental, Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo. Ciência de Dados e Inteligência Artificial em Geociências. E-mail: camila.viana@usp.br.
118 Doutor em arqueologia pela Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia da US. E-mail: astwolfo@usp.br.
119 Projeto financiado pela Fapesp nº 2019/18.664-9 coordenado pelo Astolfo Araujo e integrados por uma equipe multidisciplinar.

2 ASPECTOS TEÓRICOS E EPISTEMOLÓGICOS DO ESTUDO SOBRE OS REGISTROS RUPESTRES

As pinturas e gravuras rupestres podem ser consideradas marcadores de memória de povos de tradição oral (Pessis, 2002), materializados sobre os suportes rochosos. Esses vestígios constituem fontes de dados importantes para a compreensão da dinâmica cultural dos grupos que habitaram a região em tempos pretéritos e elaboraram seus códigos gráficos sobre as rochas. Tais registros podem ter sido utilizados para diversas finalidades, como socializar ambientes, marcar rotas, ou ainda criar espaços de significado cultural ou ritual (Sanz; Fiore e May, 2008; Fiore, 2006).

Documentar os grafismos rupestres, sejam eles pintados ou gravados, vai além da produção de fotografias, desenhos ou decalques. A principal preocupação dos pesquisadores que trabalham com esse tipo de vestígio é documentá-los com o máximo de rigor e precisão, uma vez que a documentação constitui a base a partir da qual se extraem os dados para as análises (Villa Verde Bonilla, 2007). A partir dessa base, é possível associar os elementos observados *in situ* aos processamentos de imagens, croquis, desenhos, relatórios e bibliografia relacionada.

As análises gráficas, seja para definir e demarcar os limites das figuras, seja para verificar suas associações no espaço gráfico, dependem consubstancialmente da documentação primária elaborada pelo pesquisador no sítio arqueológico. Dessa forma, a análise dos grafismos rupestres é, em grande medida, realizada com base no material produzido ao longo das atividades de campo. A elaboração de protocolos de coleta e de documentação de dados constitui condição *sine qua non* para uma análise completa e estruturada dos grafismos, de suas recorrências e, por conseguinte, da identificação de tipos gráficos.

Os grafismos rupestres constituem um registro material arqueológico cujas morfologias e distribuições expressam aspectos da memória gráfica coletiva de uma comunidade ou grupo cultural (Gallardo e Souza, 2008). O *corpus* gráfico, desenvolvido por grupos humanos que habitaram determinadas regiões em tempos remotos, está fixado nos suportes rochosos e representa um dado material relevante para a análise do universo simbólico e dos possíveis intercâmbios culturais.

Interpretar as finalidades ou mesmo buscar os significados das imagens representadas está além das possibilidades atuais, devido ao desconhecimento dos códigos que lhes deram origem. O caráter hermético dos registros rupestres configura-se como uma interface entre o simbólico e o social, o territorial e o cultural (Perazzo, Cisneiros e Araujo, 2021).

Os registros gráficos possuem um duplo valor arqueológico: o material, constituído pelas figuras em suas singularidades e pelos recursos técnicos empregados em sua elaboração; e o imaterial, relacionado aos múltiplos significados evocados pelas temáticas representadas, os quais se perderam ao longo do tempo em razão do desconhecimento dos códigos (Pessis, 2013). Esses códigos são dinâmicos e podem ser transformados ao longo do tempo, tanto no interior de um mesmo núcleo social quanto por meio de contatos e trocas culturais entre diferentes populações. Eles permeiam a vida social, cultural e espiritual dos grupos, não se restringindo aos suportes rochosos, mas estendendo-se também às pinturas corporais, objetos cerâmicos, cestaria, entre outros.

Grupos de caçadores-coletores, com o intuito de mitigar riscos e envidar esforços para a sobrevivência, recorrem a diversas estratégias de proteção, como mobilidade, armazenamento, troca e compartilhamento de informações — peças-chave no quebra-cabeça teleonômico (Kipnis, 2001). Desse modo, as trocas culturais integram redes de alianças por meio da disseminação da cultura material e do intercâmbio de informações (Champion *et al.*, 1996).

Indivíduos que compartilham uma mesma rede cultural podem interagir com diversos outros indivíduos e grupos, expandindo códigos, valores e referências. Essas relações se apresentam de forma multidirecional, podendo ser refletidas na cultura material e nas similaridades e diferenças gráficas observadas nos diversos sítios arqueológicos pesquisados, especialmente em áreas arqueológicas[120] distintas.

Nesta perspectiva, os indivíduos são atores sociais, e os vínculos criados entre eles, por meio das interações culturais e das relações sociais ou de subsistência[121], atribuem significados importantes para a dispersão do conhecimento (Gamble, 2001). Segundo Leroi-Gourhan (2002), com base nas pesquisas realizadas sobre o Paleolítico Superior europeu, a evolução social ocorreu em razão das diversas mudanças ecológicas e ambientais enfrentadas pelos grupos humanos que lá habitavam. Tais mudanças geraram consequências na organização social desses grupos, que sofreram modificações bruscas, especialmente no que diz respeito ao tamanho dos agrupamentos humanos, os quais, quando comparados aos do Paleolítico Médio, apresentaram um aumento considerável no número de indivíduos (Champion *et al.*, 1996). Nesse contexto, as pressões ecológicas provocaram pressões seletivas em diversas esferas do sistema cultural (Binford, 1994).

Nesse cenário, as condições ambientais extremas e o crescimento populacional no Paleolítico Superior propiciaram a criação de redes de alianças, as quais, além de promoverem segurança entre os grupos, estabeleceram rotas para a circulação de informações, permitindo também o acesso a terrenos de caça e recursos alternativos (Champion *et al.*, 1996). Tais redes definiram diferentes tipos de relações sociais, com variados vínculos, os quais podem ser quantificados por meio de densidade[122], centralidade[123] e conectividade[124] (Gamble, 2001).

As redes de alianças, segundo Gamble (2001), são marcos essenciais para formalizar conceitos sociais baseados em interações e relações entre indivíduos em determinados territórios. Essas redes envolvem um conjunto de contatos entre grupos, que podem criar vínculos, sejam eles necessários do ponto de vista teleonômico, ou fortes e duradouros. As redes de indivíduos poderiam mudar constantemente, o que conferia a elas um caráter dinâmico; no entanto, mantinham um grau mínimo de interação para que pudessem continuar existindo (Gamble, 2001).

120 Segundo Martin, áreas arqueológicas são as "divisões geográficas que compartilham das mesmas condições ecológicas e nas quais está delimitado um número expressivo de sítios pré-históricos. Estes correspondem a assentamentos humanos onde se tenham observado condições de ocupação suficientes para se poder estudar os grupos étnicos que os povoaram" (Martin, 2005, p. 87).

121 As interações caracterizam-se pelo contato direto entre os indivíduos e são os elementos fundamentais que embasam uma estrutura social. As relações são definidas como uma sucessão de interações e surgem a partir de regras de interação no interior de um grupo social (Gamble, 2001).

122 A densidade de vínculo serve para comprovar até que ponto as possíveis relações entre indivíduos se produzem efetivamente" (Gamble, 2001, p. 64).

123 A centralidade é uma medida de acessibilidade, estando relacionada ao tamanho e estrutura da rede. Quanto mais central se encontra o indivíduo, mais estratégica será a comunicação (Gamble, 2001).

124 A conectividade está associada à sua acessibilidade, as quais podem ser medidas pelos vínculos e pelas conexões efetuadas entre os indivíduos. Uma alta transitividade entre os vínculos pode gerar uma rede de alta densidade (Gamble, 2001).

As interpretações acerca das redes de alianças foram fundamentadas em pesquisas sobre a cultura material e no possível intercâmbio de informações entre os grupos culturais. Como exemplo, são utilizados os estudos sobre as estatuetas de Vênus, que aparecem, em épocas de condições ambientais extremas, em diversos países europeus. Não se sabe a informação que elas carregam, mas todas compartilham características morfológicas e estilísticas recorrentes.

A Vênus de Willendorf é uma das estatuetas mais conhecidas e frequentemente citadas na bibliografia arqueológica, especialmente na História da Arte. Foi descoberta em 1908, em Willendorf (Áustria), pela equipe de escavações do Museu de História Natural da Corte Imperial, sob a supervisão de Josef Szombathy (Antl-Weiser, 2009).

A estatueta possui 11 cm de comprimento e encontra-se em bom estado de conservação. Foi esculpida em calcário oolítico e pintada de vermelho, possivelmente com ocre, que, segundo Weber *et al.* (2022), foi quase removido durante a limpeza realizada na época de sua descoberta. O aspecto mais interessante e discutido entre os pesquisadores que a estudaram é a matéria-prima utilizada para sua confecção. Os calcários oolíticos estão completamente ausentes em Willendorf e nas regiões circundantes, o que gerou diversas discussões sobre sua origem (Antl-Weiser, 2009; Weber *et al.*, 2022).

Segundo Antl-Weiser (2009), foram realizadas investigações sobre a origem da matéria-prima, uma vez que existia a suspeita de que ela tivesse sido coletada em outro local, possivelmente na Bacia de Viena, onde há depósitos de calcário Terciário. Nos últimos anos, o sítio de Stránská Skála (República Tcheca) foi sugerido como a possível fonte de material para a Vênus de Willendorf (Weber *et al.*, 2022). Nesse contexto, pode-se observar que a estatueta é mais um indicativo da existência das redes de informações no Paleolítico Superior europeu, facilitando o intercâmbio cultural entre grupos de diferentes territórios.

No Brasil, o interesse por redes ou esferas de transmissão cultural é antigo e faz parte do próprio arcabouço teórico do Histórico-culturalismo, estendendo-se até hoje, embora com uma abordagem mais processualista. O estabelecimento das áreas de dispersão de tipos de materiais cerâmicos (Dias, 1994; Chmyz, 1977; Meggers, 1979) ou de líticos lascados (Bueno e Dias, 2015; Lourdeau, 2019; Schmitz, 1987) parte do princípio de que há algum tipo de contato cultural entre grupos que habitavam ou circulavam por vastas regiões. Mais recentemente, o desenvolvimento da chamada Teoria de Transmissão Cultural (Boyd e Richerson, 2005; Eerkens e Lipo, 2007; Sperber e Claidiere, 2008) tem inserido essas questões em um arcabouço teórico mais explícito, que alguns autores já começaram a aplicar em casos brasileiros (Araujo, 2015; Mageste e Araujo, 2017; Mageste e Fernandes, 2018; Okumura e Araujo, 2017). Usando o sudeste brasileiro como exemplo, o achado de pontas líticas lascadas bifaciais foi inicialmente interpretado como uma continuidade da Tradição Umbu meridional passando por São Paulo (Morais, 1999; DeBlasis, 1996) e se estendendo até Minas Gerais (Koole, 2014). Posteriormente, verificou-se uma variação nas formas das pontas, sugerindo a presença de grupos distintos (Okumura e Araujo, 2013; Okumura e Araujo, 2017).

Ainda assim, no Brasil, a questão da variabilidade nas indústrias líticas tende a ser explicada em termos tecnológicos, ambientais ou de performance, refletindo a forte influência do paradigma processualista (Bueno e Isnardis, 2018). Nesta perspectiva, a percepção que os indivíduos pré-históricos teriam sobre os ambientes que ocupavam e a melhor maneira (no sentido de mais eficiente, de melhor desempenho) de fabricar artefatos seria predominante na formação das indústrias líticas, atribuindo um papel marginal às normas culturais transmitidas entre gerações, as quais constituiriam filogenias culturais (Araujo e Okumura, 2021).

No âmbito dos registros rupestres, tais discussões têm sido desenvolvidas de forma gradual no Brasil. A busca por padrões de similaridades gráficas em contextos macroambientais não é recorrente, sendo realizada apenas em áreas pontuais (Amaral, 2007; Amaral, 2014; Perazzo, Cisneiros e Araujo, 2021; Amaral, Cisneiros e Araujo, 2022; Cisneiros, 2008; Comerlato, 2005; Pereira, 2003; Pessis, Cisneiros e Mutzenberg, 2018; Pessis e Guidon, 1992). No estado de São Paulo, pesquisas sistemáticas têm buscado identificar recorrências gráficas com o intuito de estabelecer padrões nos conjuntos rupestres. Para tanto, entende-se que o intercâmbio de informações possibilitou a disseminação do conhecimento entre os grupos, seja em termos culturais ou de subsistência, permitindo levantar hipóteses sobre os elementos gráficos que aparecem de forma recorrente em diferentes áreas do estado de São Paulo (Perazzo, Cisneiros e Araujo, 2021; Amaral, Cisneiros e Araujo, 2022).

A localização dos sítios com registros rupestres é outro aspecto a ser considerado. Esses sítios provavelmente não eram escolhidos de forma aleatória, mas sim com base em uma motivação teleonômica e cultural, concebida tanto em termos ambientais quanto socioculturais. A escolha dos locais para a execução dos registros rupestres estava vinculada a um conjunto de regras culturais, que regulavam quais tipos de atividades eram aceitáveis em diferentes lugares da paisagem (Engelmark e Larsson, 2005). Por esse motivo, observar a distribuição dos motivos ou tipos gráficos e suas recorrências pode permitir a identificação de regularidades gráficas e escolhas culturais.

Nesse contexto, existem figuras observadas nos paredões rochosos que apresentam diferentes formas, as quais são categorizadas como tipos gráficos (Scheinsohn *et al.*, 2015). Há tipos gráficos que não são identificados de forma recorrente e outros que aparecem em menor quantidade e em poucos sítios, mas estão disseminados em áreas distantes entre si, podendo alcançar distâncias de até 400 km, o que pode ser resultado da circulação de pessoas e ideias em um dado território. Esse processo de transmissão cultural pode ser observado não apenas em termos espaciais, mas também temporais, uma vez que, com o passar do tempo, as redes de informações que conectavam os grupos permitiam que os códigos e, consequentemente, os tipos gráficos se difundissem.

A análise dos registros rupestres pode ser realizada a partir das três dimensões do fenômeno gráfico (temática, técnica e cenográfica), com o objetivo de identificar perfis gráficos, os quais são portadores de conteúdos culturais de caráter material e imaterial (Pessis, 1992). O estabelecimento de perfis gráficos em um conjunto de sítios pode permitir a identificação de identidades gráficas.

A identidade gráfica está diretamente relacionada ao conceito de territorialidade (Pessis, Cisneiros e Mutzenberg, 2018), que envolve o reconhecimento das fronteiras gráficas em âmbitos determinados, funcionando como marcadores de territórios. No entanto, esses limites podem ser imprecisos, ou seja, os limites de um espaço natural podem ser ocupados por diversos grupos, cada um detentor de padrões gráficos diferenciados e posicionados em momentos cronológicos distintos. Dessa forma, é possível observar que as fronteiras entre as identidades gráficas podem ser sutis, pois em um mesmo sítio podem coexistir diversas pinturas ou gravuras que, quando segregadas, podem pertencer a identidades culturais distintas, elaboradas em diferentes períodos cronológicos.

Outro conceito importante a ser considerado, aliado ao de identidade gráfica, é o de espaço intra-sítio e o de contexto. Além disso, a análise do conjunto gráfico dos sítios localizados no Estado de São Paulo é fundamental, sendo necessário segregar identidades distintas em seus respectivos momentos cronológicos. Isso permitirá, por meio de categorias de análise bem definidas, operar objetivamente no campo das representações gráficas, observando-as em diferentes escalas temporais.

Quando se estudam os registros rupestres, trabalha-se com formas de comunicação não verbal, diretamente ligadas à necessidade de expressar, por meio de gestos, ritmos e posturas, aspectos do cotidiano dos grupos culturais (Pessis, 2013). Observar e analisar as identidades gráficas dos grupos culturais pré-históricos pode levar à segregação, no âmbito material dos registros rupestres, de comportamentos estilísticos análogos ou diferenciados, os quais são utilizados para expressar identidades.

3 OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM GRAVURAS RUPESTRES NO ESTADO DE SÃO PAULO

O Estado de São Paulo é, predominantemente, conhecido por pesquisas arqueológicas voltadas para sambaquis e vestígios de materialidade lítica e cerâmica. O estudo dos registros rupestres não foi intensificado nas últimas décadas, seja devido ao diminuto número de sítios conhecidos, seja pela falta de dados e recursos direcionados a essa temática.

As pesquisas sistemáticas sobre os registros rupestres começaram a ser realizadas em 2019, no âmbito do Projeto "Ocupação Humana do Sudeste da América do Sul ao longo do Holoceno: uma abordagem interdisciplinar, multiescalar e diacrônica". O cadastro dos sítios arqueológicos com grafismos rupestres tem sido orientado por um planejamento metodológico das prospecções, com foco em áreas geológicas e geomorfológicas propícias. Utilizando softwares de mapeamento e georreferenciamento de dados, estão sendo elaborados mapas temáticos georreferenciados e uma Carta Arqueológica de sítios com grafismos rupestres, o que possibilita uma maior integração dos dados contextuais dos sítios arqueológicos paulistas no âmbito do projeto.

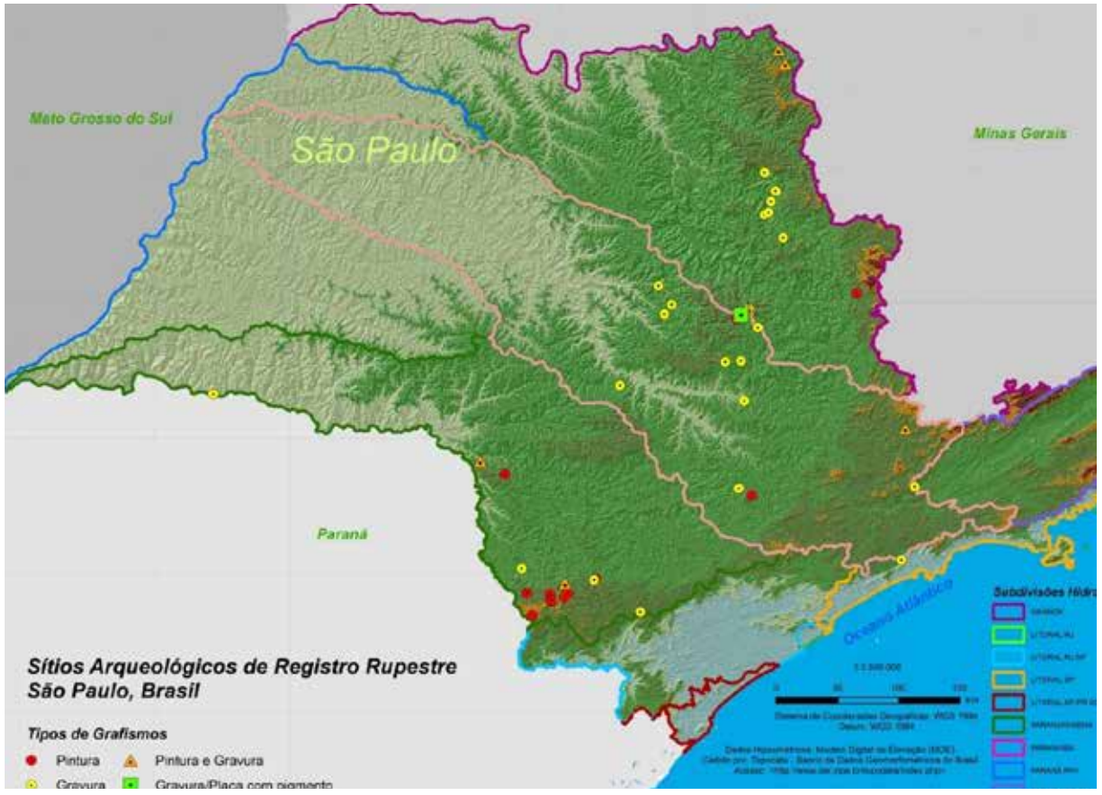
Para realizar tais levantamentos, partiu-se de pesquisas existentes sobre o tema, buscando compreender, a priori, a distribuição espacial dos sítios em seus contextos paisagísticos e observando as áreas de maior densidade de sítios arqueológicos com registros rupestres. As atividades de prospecção arqueológica estão sendo orientadas por aportes geológicos, geomorfológicos e arqueológicos, com o objetivo de identificar novos sítios com grafismos rupestres. Com o levantamento bibliográfico e imagético (Alberto, 2014; Araújo, 2006; Aytai, 1970; Azevedo, 2006; Caldarelli, 1980; Collet, 1982, 1986, 1994; Kunzli, 1991; Prous, 1992), essas atividades resultaram, até o momento, na identificação e cadastro de 36 sítios arqueológicos que, somados aos já registrados no CNSA-Iphan e à bibliografia disponível sobre o tema, totalizam um universo de 54 sítios (FIGURA 1).

Os sítios arqueológicos estudados estão localizados nas mesorregiões do Ribeira, Paranapanema, Ribeirão Preto, Campinas, Rio Claro, Araraquara, Assis e Macro Metropolitana Paulista. De forma predominante, os sítios encontram-se no contexto geológico da Bacia Sedimentar do Paraná e, do ponto de vista geomorfológico, na Depressão Periférica de São Paulo, Escarpa Estrutural Furnas e Formação Botucatu, áreas onde predominam as rochas areníticas (Araujo, 2001; Ross e Moroz, 1996).

Os sítios com gravuras rupestres aparecem predominantemente em abrigos sob rocha, sendo observados, em menor quantidade, sítios situados em suportes horizontais a céu aberto (FIGURAS 2 A e B). Diferentemente do que é observado nas tradições Itaquatiara (Nordeste do Brasil) e Litorânea

Catarinense (Santa Catarina) (Comerlato, 2005; Prous, 1992), os sítios com gravuras rupestres no estado de São Paulo estão, em sua maioria, localizados em áreas abrigadas, não necessariamente próximas a fontes de água. Do total de 35 sítios cadastrados com gravuras rupestres, apenas três estão localizados a céu aberto (Morro do Nhangussu, Narandiba e Pilões). Estão sendo realizados estudos com o objetivo de mapear áreas de maior incidência de gravuras e identificar perfis gráficos para algumas regiões do estado.

Figura 1 – Posicionamento dos sítios com registros rupestres identificados no estado de São Paulo



Fonte: Mapa Levoc-MAE/USP (2023).

Figuras 2 – A) Gravuras rupestres a céu aberto. Sítio Pilões-Cubatão/SP; B) Sítio com gravuras rupestres em área abrigada. Abrigo das Furnas-Cajuru/SP



Fonte: Fotografia de Marilia Perazzo (2021).

4 MÉTODOS

As atividades de prospecção realizadas têm possibilitado a identificação de novos sítios, bem como o seu posicionamento georreferenciado, o registro imagético em alta resolução, a descrição e a análise das manchas gráficas e do contexto físico do entorno. Para a análise das gravuras rupestres, foram utilizadas como instrumentos metodológicos as dimensões técnica, temática e cenográfica, que podem se relacionar com variáveis ambientais, cronológicas e espaciais.

A dimensão técnica refere-se aos procedimentos empregados na execução dos registros rupestres, sejam eles pintados ou gravados (Amaral, 2014). No caso das gravuras rupestres, são considerados aspectos como a escolha do suporte, a profundidade e a forma dos sulcos, bem como as técnicas utilizadas na realização dos traços, as quais podem possibilitar a reconstituição dos processos gestuais e técnicos envolvidos.

A dimensão temática refere-se aos elementos essenciais que possibilitam o reconhecimento dos registros rupestres. Nesse sentido, foram identificados dois grupos de grafismos: os reconhecíveis e os não reconhecíveis.

Grafismos reconhecíveis: foram analisados a partir de seus elementos identificatórios essenciais, como figuras zoomórficas e marcas de pés.
Grafismos não reconhecíveis: são aqueles que não apresentam possibilidade de associação direta com formas do mundo sensível do observador, incluindo conjuntos de linhas, *cupules*, figuras circulares, ângulos fechados e ângulos abertos.

Essas variações temáticas podem estar integradas em uma unidade que representa o tema da ação, originando um novo nível de reconhecimento, com maior complexidade. Isso permite identificar, quando observadas recorrências, determinados tipos gráficos. A dimensão cenográfica refere-se às formas de apresentação gráfica e à composição das figuras nos espaços gráficos.

No que concerne à documentação, os sítios foram divididos preliminarmente em duas categorias: sítios a serem escaneados e sítios nos quais é possível realizar a restituição por meio de fotogrametria digital. Para o escaneamento, foi utilizado o *scanner* a laser FARO Focus X130. Com os dados obtidos, tem sido possível investigar o potencial desses métodos para ressaltar e/ou revelar diferentes feições naturais e antrópicas presentes no suporte rochoso.

A fotogrametria digital está sendo realizada por meio das seguintes etapas: captura de imagens com sobreposição lateral mínima de 70%, seguindo um padrão de aquisição compatível com a geometria do suporte, de modo a garantir a restituição; pré-processamento das imagens, quando necessário, por meio do mascaramento de feições fora da cena de interesse; restituição com o programa *Agisoft Metashape*, que opera com os algoritmos *Structure-from-Motion* e *Multi-view Stereo*, para a geração de produtos intermediários (nuvens de pontos e malhas) e finais (modelo 3D texturizado/fotorrealista e mosaico ortorretificado); e pós-processamento, quando necessário, com correções da malha, decimação e/ou recorte, utilizando os programas livres *MeshLab* e *CloudCompare*.

Os dados coletados e processados estão sendo disponibilizados em alta resolução no repositório científico aberto Zenodo, que atribui DOI às diferentes versões, possibilitando o acesso por outros pesquisadores e sua citação em publicações. As versões em resolução média estão sendo incluídas na plataforma de modelagem 3D *Sketchfab* (https://sketchfab.com/levoc) (FIGURA 3), como forma de divulgação e popularização dos sítios documentados.

Figura 3 – Exemplo de modelo 3D de painel de gravuras.



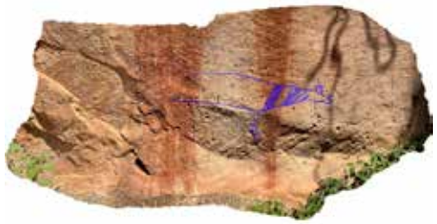
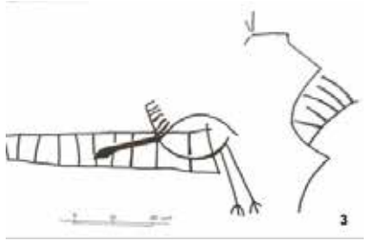
Fonte: https://sketchfab.com/3d-models/painel-2-sitio-arqueologico-pedra-do-dioguinho-6ae179a8f7b342ab9e207a974f387956.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Quanto à análise gráfica, foram realizados estudos temáticos, técnicos e cenográficos. No que se refere à temática, os grafismos foram classificados em dois grupos: reconhecíveis e não reconhecíveis. Entre os grafismos reconhecíveis, identificaram-se figuras com morfologias relacionadas a zoomorfos e marcas de pés humanos. No que diz respeito às figuras zoomórficas, foram identificados, até o momento, apenas três exemplares, posicionados de forma isolada e sem composição de cena (QUADRO 1). Essas figuras apresentam elementos essenciais de reconhecimento, sendo possível observar dois cervídeos e uma ave. Os cervídeos exibem corpo e patas, contudo, as cabeças de ambos se encontram com visualização comprometida devido à ação de intempéries. Essas figuras estão localizadas nos sítios Fazenda Alto da Boa Vista – Pedregulho e Pedra do Dioguinho – Ribeirão Bonito, os quais serão registrados em alta definição para uma análise minuciosa dos traçados e morfologias.

No caso da ave, localizada no sítio Abrigo da Bocaina em Analândia, dispõe-se apenas do registro realizado por Collet (1982). Esse sítio não foi visitado pela equipe devido a dificuldades de acesso, uma vez que está situado em propriedade particular.

Quadro 1 – Fotografias e desenhos de gravuras zoomórficas mamíferos presentes nos sítios arqueológicos com registros rupestres de São Paulo

Abrigo do Dioguinho / Dourado - SP	Fazenda Alto da Boa Vista / Pedregulho	Abrigo da Bocaina / Analândia
		Não existem fotografias
	Figura incompleta de difícil reprodução gráfica.	

Fonte: Desenho de Collet (1982); Fotografia de Marilia Perazzo (2023).

As marcas de pés foram identificadas, até o momento, em apenas dois sítios cadastrados: Abrigo de Itapeva (Itapeva) e Santo Antônio (Serra Azul). No sítio Abrigo de Itapeva, foi encontrada uma marca de pé gravado, com presença de pigmento preto no interior do sulco (FIGURA 4). No sítio Santo Antônio, foram registradas quatro marcas de pés com morfologias semelhantes, variando entre 3 a 5 dedos, e sem pigmento no interior dos sulcos (FIGURAS 5 A, B e C). Esse número difere daquele identificado na década de 1980 pela equipe de Colombel, que encontrou seis marcas de pés, com variação no número de dedos, entre 3 e 6. Este descompasso pode ser atribuído às intensas ações intempéricas às quais os grafismos têm sido expostos ao longo do tempo, fenômeno que pode ser observado de forma macroscópica nas análises dos suportes rochosos.

Dentre os grafismos não reconhecíveis, observados de forma predominante nos sítios pesquisados, foram identificadas cinco classes de figuras: 1) Figuras angulares abertas; 2) Figuras angulares fechadas; 3) Figuras circulares; 4) *Cupules*; 5) Conjunto de linhas.

Figura 4 – Representação de marca de pé com presença de pigmento preto no interior do sulco da gravura.
Abrigo de Itapeva, Itapeva – SP



Fonte: Fotografia de Marilia Perazzo (2022).

Figuras 5 – A) Marca de pé com representação de 3 dedos; B) Marca de pé com representação de 4 dedos; C) Marca de pé com representação de 5 dedos.
Sítio Santo Antônio, Serra Azul – SP







Fonte: Fotografia de Marilia Perazzo (2021).

As figuras angulares abertas caracterizam-se por linhas retas ou sinuosas que se unem, formando ângulos entre si, sem contornos nas extremidades, podendo ser representadas de forma bifurcada, como tridígitos, tridentes e asteriscos. Os tridígitos são figuras recorrentes nos sítios rupestres paulistas, caracterizando tipos gráficos típicos do conjunto rupestre da região (FIGURAS 6, 7 e 8). Aparecem nos conjuntos gráficos tanto de forma isolada quanto agrupados, em tamanhos variados, e estão presentes em 15 dos 35 sítios com gravuras rupestres identificados (FIGURA 9).

Figura 6 – Figuras angulares abertas. Tridígito. Pedra do Dioguinho, Dourado, SP



Fonte: Fotografia de Marilia Perazzo (2019).

Figura 7 – Conjunto de tridígitos. Sítio Santo Antônio, Serra Azul – SP



Fonte: Fotografia de Marilia Perazzo (2021).

Figura 8 – Representação de figuras angulares abertas. Sítio Morro do Trem, Timburi – SP



Fonte: Fotografia de Marilia Perazzo (2022).

Figura 9 – Distribuição de sítios com presença de tridígitos no estado de São Paulo



Fonte: Mapa de Maíra Rodrigues Lima (2023).

As figuras angulares fechadas são compostas por linhas retas que se unem, formando ângulos entre si, com contornos fechados em suas extremidades. Geralmente, apresentam formatos retangulares ou quadrangulares, preenchidos por linhas retas ou sinuosas, que se cruzam formando ângulos em seu interior (FIGURAS 11 "A" e "B"). Existem diversas indicações de figuras com morfologias semelhantes associadas a grades ou gradis (Aguiar, 1986; Amaral, 2014; Martin, 2005).

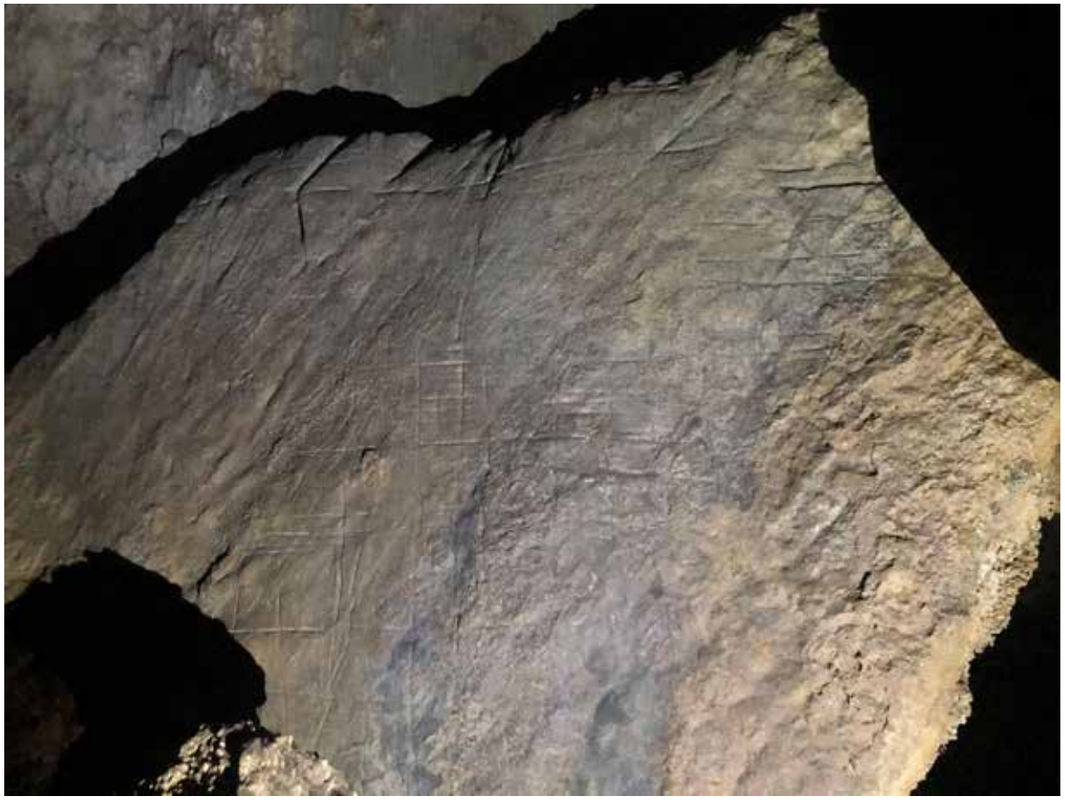
Na área do Parque Estadual de Intervales, foi identificado um conjunto de gravuras rupestres com um padrão sui generis na Gruta Colorida. As gravuras estão localizadas em uma área afótica, caracterizando, até o momento, o único sítio com essas características registrado no estado de São Paulo. As figuras são formadas por linhas que se intercruzam horizontal e verticalmente, formando gradis. Apresentam sulcos estreitos e finos, e não foram identificados pigmentos em seus interiores (FIGURA 12). As gravuras estão posicionadas a aproximadamente 60 m da entrada da gruta.

Figuras 10 – A) Figuras angulares fechadas, com linhas entrecruzadas em seu interior. Sítio Narandiba, Narandiba – SP; B) Grafismo angular fechado. Sítio Santo Antônio, Serra Azul – SP



Fonte: Fotografia de Marilia Perazzo (2021).

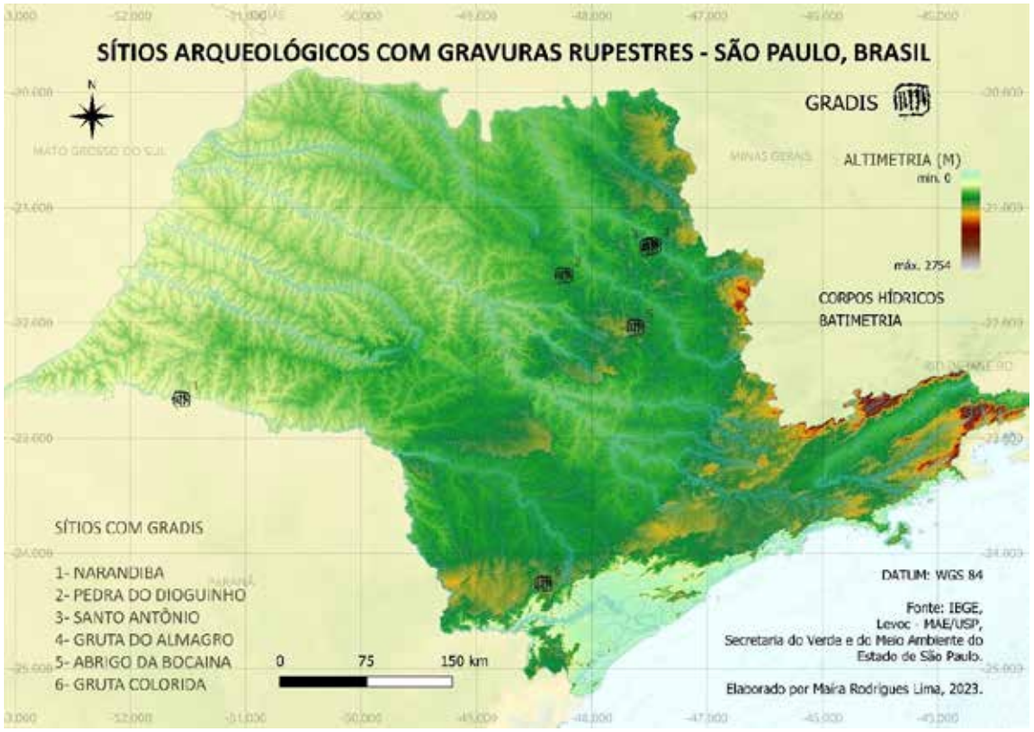
Figura 11 – Conjunto de linhas paralelas e entrecruzadas. Gruta Colorida, Iporanga – SP



Fonte: Fotografia de Marilia Perazzo (2022).

Os gradis são figuras pouco recorrentes nos cenários rupestres paulistas; no entanto, foram identificados, até o momento, em sítios localizados em diferentes regiões do estado. Foram observados em 6 dos 35 sítios com gravuras rupestres cadastrados (FIGURA 12).

Figura 12 – Distribuição de sítios com presença de gradis no estado de São Paulo



Fonte: Mapa de Maíra Rodrigues Lima (2023).

As figuras circulares apresentam contornos arredondados ou semiarredondados em forma de "U". As formas arredondadas podem formar círculos simples, combinados ou círculos concêntricos, às vezes contendo figuras angulares em seu interior (FIGURA 13). As formas semilunares também podem ser sequenciadas, sem formarem ângulos retos.

Figura 13 – Figuras circulares com contorno, contendo figura angular aberta em seu interior. Abrigo do Alvo, Analândia, SP



Fonte: Fotografia de Marilia Perazzo (2021).

As figuras circulares aparecem de forma dominante nos sítios Abrigo de Itapeva, Pouso Alto e borda, e Narandiba, com morfologias diferenciadas. Observam-se figuras circulares simples, apenas contornadas, bem como figuras circulares com preenchimento interno. Apresentam-se isoladas ou agrupadas (FIGURAS 14 A e B). Em algumas figuras, foi verificada a presença de pigmento vermelho no interior dos sulcos. No sítio Narandiba, há presença de círculos concêntricos e combinados, no entanto, não há pigmento no interior dos sulcos (FIGURAS 15 A e B).

Figuras 14 – A) Figuras circulares simples agrupadas. Abrigo de Itapeva, Itapeva – SP; B) Figura circular com preenchimento interno e presença de pigmento no interior. Abrigo de Itapeva, Itapeva – SP



Fonte: Fotografia de Marilia Perazzo (2022).

Figuras 15 – A) Círculos concêntricos. Narandiba, Narandiba – SP; B) Figuras circulares combinadas. Narandiba, Narandiba – SP



Fonte: Fotografia de Marilia Perazzo (2019).

As figuras circulares aparecem em sítios pontuais no estado de São Paulo. No entanto, quando observada a sua distribuição espacial em mapa, verifica-se que estão posicionadas em regiões diferenciadas e distantes entre si dentro do estado. Apesar de não possuírem muita recorrência espacial, essas figuras aparecem de forma densa nos sítios, compondo figuras com morfologias simples. Essa temática foi identificada em 6 sítios (FIGURA 16).

Figura 16 – Distribuição de sítios com presença de figuras circulares no estado de São Paulo



Fonte: Mapa de Maíra Rodrigues Lima (2023).

As figuras cupuliformes (conjunto de pontos) são compostas por pequenas marcas arredondadas apresentadas sob a forma de pontos. Podem aparecer em linhas simples (FIGURA 17), em conjuntos dispostos de forma aleatória (FIGURAS 18 A e B) ou em disposição circular. Essas depressões arredondadas, com características esféricas, são descritas na bibliografia arqueológica como "*cupules*", "capsulares", "cupuliformes" ou "puntiformes" (Santos Júnior, 2012). As *cupules* são tipos gráficos recorrentes nos sítios arqueológicos analisados e estão representadas em 13 sítios, distribuídos por uma vasta região do território paulista (FIGURA 19).

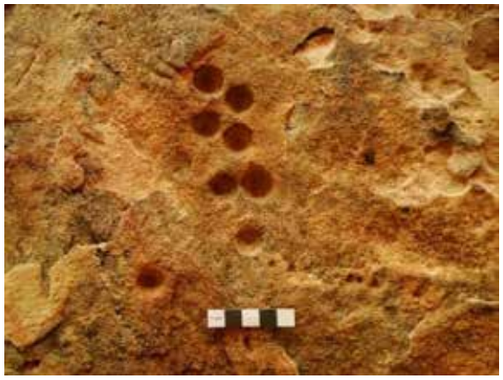
Figura 17 – Figuras cupuliformes alinhadas. Pedra do Dioguinho, Dourado, SP



Fonte: Fotografia de Marilia Perazzo (2019).

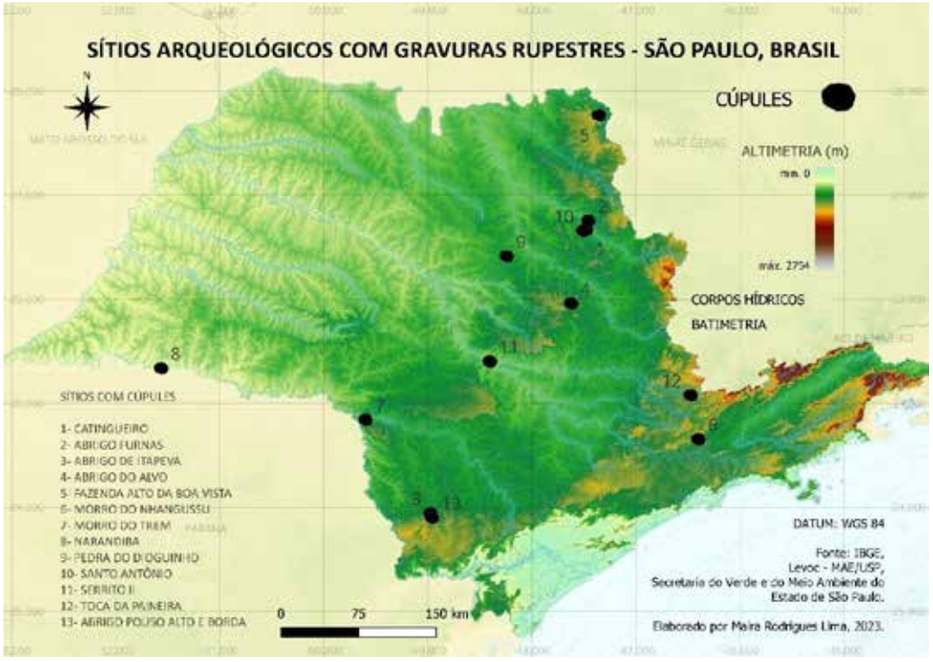
Figuras 18 – A) Conjunto de *cupules*: Morro do Trem, Timburi – SP; B) Figuras cupuliformes: Abrigo do Alvo, Analândia, SP





Fonte: Fotografia de Marilia Perazzo (2022).

Figura 19 – Distribuição de sítios com presença de *cupules* no estado de São Paulo



Fonte: Mapa de Maíra Rodrigues Lima (2023).

Os conjuntos de linhas caracterizam-se como objetos unidimensionais (Arnheim, 1980). Nos sítios pesquisados, foram identificadas linhas unitárias, bem como conjuntos de linhas paralelas ou entrecruzadas, apresentando características técnicas diferenciadas.

As linhas paralelas, largas e com sulcos aprofundados, aparecem de forma dominante nos sítios pesquisados. Os conjuntos de linhas paralelas verticais constituem os motivos gráficos mais representativos do estado de São Paulo. Apresentam-se com sulcos profundos e traços largos, cujo impacto visual é marcante no contexto gráfico dos sítios (FIGURAS 20 A e B).

Figuras 20 – A) Representação de linhas paralelas verticais largas e com sulco aprofundado. Sítio Santo Antônio, Serra Azul – SP; B) Conjunto de linhas. Sítio Fazenda Alto da Boa Vista, Pedregulho – SP



Fonte: Fotografia de Marilia Perazzo (2021).

Há também linhas que se apresentam com morfologias diversas, sejam paralelas ou sinuosas (FIGURAS 21 A e B). Observam-se diversos pares de linhas com traçados finos e sulcos rasos, presentes em dois sítios: Pedra do Dioguinho (Dourado) e Santo Antônio (Serra Azul) (FIGURAS 22 A e B). Essas linhas diferenciam-se das largas e aprofundadas que caracterizam os tipos gráficos do estado de São Paulo. Estão representadas de forma delicada, alinhadas verticalmente e, em alguns trechos, unidas por uma das extremidades.

Figuras 21 – A) Conjunto de linhas sinuosas. Narandiba, Narandiba – SP.; B) Linhas paralelas. Sítio Pilões, Cubatão – SP



Fonte: Fotografia de Marilia Perazzo (2019).

Figuras 22 – A) Representação de linhas paralelas verticais. Sítio Santo Antônio, Serra Azul – SP; B) Linhas paralelas verticais em pares. Sítio Pedra do Dioguinho, Dourado





Fonte: Fotografia de Marilia Perazzo (2023).

Os conjuntos de linhas com sulcos largos e profundos caracterizam-se como o tipo gráfico predominante e característico do estado de São Paulo, estando presentes em 18, dos 35 sítios arqueológicos com presença de gravuras rupestres cadastrados até o momento. Nos demais sítios observados no mapa abaixo se verificam a presença de linhas com morfologias diferenciadas (sinuosas ou retas) e com sulcos finos e rasos (FIGURA 23).

Figura 23 – Distribuição de sítios com presença de conjuntos de linhas no estado de São Paulo



Fonte: Mapa de Maíra Rodrigues Lima (2023).

Na dimensão técnica utilizada para a produção dos grafismos, foram observadas a profundidade dos sulcos e as dimensões dos traços. O tipo de rocha não parece, a priori, ser um fator condicionante da profundidade dos sulcos. Quanto à espessura e à morfologia do traço, observa-se uma preferência por sulcos em formato de "V", profundos (2,5 cm), largos (4 cm) e de traçado contínuo. No entanto, em menor quantidade, também há presença de figuras com sulcos estreitos (> 1 cm) e rasos, igualmente com traços contínuos. No conjunto gráfico analisado, foram identificadas ainda gravuras com sulcos pintados nas cores vermelha e preta (Abrigo de Itapeva – Itapeva).

As técnicas de execução das gravuras são, em geral, o picoteamento[125], que consiste na elaboração do traço por meio de percussão direta ou indireta. Observa-se também, em menor quantidade, a raspagem, que consiste no aprofundamento da fenda gravada por meio do polimento[126] (Pessis, 2002).

125 Procedimento pelo qual "o traço é obtido através de uma série de pequenos impactos contínuos feitos com um instrumento com ponta" (Pessis, 2002. p. 36).
126 "Processo que permite o aprofundamento da fenda gravada pelos efeitos abrasivos do polimento" (Pessis, 2002, p. 36).

As classes temáticas apresentam-se pouco diversificadas, sendo possível verificar tipos gráficos recorrentes na área estudada. Nos sítios em que se observa a presença de figuras circulares, por exemplo, identificam-se também figuras angulares abertas, à semelhança de tridígitos (Abrigo do Alvo, Pedra do Dioguinho, Serrito II).

Conjuntos de *cupules* foram identificados em 13 sítios, apresentando-se sob a forma de pontos sequenciais dispostos horizontalmente, verticalmente, circularmente ou sem sequência determinada. Nesses sítios, também foram observados conjuntos de linhas paralelas verticais e horizontais, bem como figuras do tipo tridígito.

Em relação à composição cenográfica, os grafismos observados na área de estudo apresentam-se, predominantemente, dispostos de forma agrupada nos suportes. No entanto, há, em menor número, figuras apresentadas de forma isolada. No conjunto gráfico analisado, não foram observadas figuras diretamente associadas ou compondo cenas. Foram identificadas diversas áreas de sobreposição entre as figuras.

Ao observar as similaridades e diferenças gráficas, analisando-as à luz das técnicas empregadas para sua elaboração, das morfologias e da distribuição espacial desses grafismos na paisagem, é possível levantar hipóteses acerca do intercâmbio de informações entre os grupos culturais em uma determinada área arqueológica ou entre áreas arqueológicas distintas. Do ponto de vista regional, essa recorrência temática e morfológica permite vincular os grafismos em termos de fluxos de informações (Scheinsohn e Caridi, 2015).

As recorrências gráficas são de suma importância para o estudo e reconhecimento dos códigos gráficos. Assim, uma análise dos grafismos rupestres deve levar em consideração o significante, o agenciamento da figura no espaço gráfico e o contexto arqueológico do sítio. Essa tríade analítica é essencial para permitir uma análise gráfica integrada, tendo como principal critério analítico a inserção dos registros gráficos no contexto arqueológico regional.

Desse modo, a possibilidade de levantar hipóteses acerca das interações sociais e reconhecer possíveis fronteiras culturais entre grupos é especialmente viável por meio da análise dos registros rupestres. Estes, ao contrário dos suportes móveis, são fixos e foram executados nos locais onde atualmente se encontram (Burke e Smith, 2004).

A documentação digital em alta resolução, realizada em parceria com os pesquisadores do CITI-USP e IGC-USP, está sendo elaborada com base no escaneamento a laser e na fotogrametria. Contudo, os dados relacionados ao escaneamento a laser ainda estão em processamento e serão disponibilizados futuramente. Até o momento, esses métodos de documentação foram aplicados nos painéis rupestres de seis sítios. Os modelos 3D gerados por fotogrametria dos painéis rupestres podem ser acessados por meio do link: https://sketchfab.com/levoc.

As figuras 24 A e B exemplificam como os modelos tridimensionais de alta resolução, gerados por fotogrametria, podem auxiliar na identificação de grafismos e na análise dos sulcos. A visualização e manipulação dos modelos em ambiente computacional, utilizando recursos de computação gráfica como iluminação, textura e sombreamento, possibilitam uma análise mais detalhada dos painéis. Adicionalmente, os dados tridimensionais digitais podem apoiar análises morfológicas mais complexas, por meio da aplicação de algoritmos.

Figuras 24 – A) Exemplo de visualização do modelo 3D sem textura; B) Exemplo de visualização de modelo 3D com textura.
O grau de detalhamento permite ressaltar as morfologias das figuras, além da estrutura do acamamento do suporte rochoso. Sítio Serrito II, São Manuel – SP



Fonte: Fotografia de Marilia Perazzo (2022).

6 CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho foi caracterizar e analisar as gravuras rupestres identificadas no estado de São Paulo, observando as recorrências gráficas para identificar tipos gráficos característicos da região paulista. Ao longo da pesquisa, que ainda se encontra em andamento, a sistematização dos dados, integrando de forma interdisciplinar informações geológicas, geomorfológicas e arqueológicas, ampliou e aprofundou as informações sobre a inserção dos sítios na paisagem, o suporte rochoso, os grafismos rupestres e o seu estado de conservação. Os dados coletados ao longo dos últimos quatro anos de pesquisa possibilitaram a elaboração de uma Carta Arqueológica de Sítios com Grafismos Rupestres no estado de São Paulo, a qual pode ser acessada por meio do link: https://quipomap.com/levoc-grafismorupestresp/.

Os sítios paulistas com presença de gravuras rupestres estão localizados nas mesorregiões Ribeira, Paranapanema, Ribeirão Preto, Campinas, Rio Claro, Araraquara, Assis e Macro Metropolitana Paulista. A maioria deles está posicionada em abrigos areníticos, em média e alta vertente, sendo que, de forma menos frequente, também ocorrem em cavernas, grutas e afloramentos horizontais a céu aberto. O suporte arenítico da Formação Botucatu e da Escarpa Estrutural de Furnas compreende aproximadamente 90% dos sítios pesquisados até o momento, com registros em suportes graníticos e calcários em menor quantidade.

Com relação à análise gráfica, predominam, do ponto de vista temático, figuras sem traços de identificação reconhecíveis, representadas pelos seguintes tipos gráficos: conjunto de linhas, figuras circulares, cúpules, angulares abertas (com destaque para os tridígitos) e angulares fechados (com destaque para os gradis). As figuras reconhecíveis se dividem em duas categorias: figuras zoomórficas e marcas de pés. As figuras zoomórficas identificadas estão relacionadas às representações de cervídeos, posicionadas nos sítios Pedra do Dioguinho e Fazenda Alto da Boa Vista. Já as marcas de pés foram encontradas em apenas 2 sítios (Abrigo de Itapeva e Santo Antônio), gravadas sobre o suporte rochoso.

No que tange aos tipos gráficos analisados, observa-se que os conjuntos de linhas paralelas com sulcos largos e aprofundados, as cúpules e os grafismos no formato de tridígitos são, até o momento, características predominantes dos sítios rupestres paulistas, distribuindo-se por 71% dos sítios com gravuras rupestres analisados. As figuras circulares e os gradis, embora não identificados em um número expressivo de sítios, estão presentes no cenário rupestre paulista em diferentes regiões, como exemplificado pelos sítios Narandiba (Narandiba – SP) e Pedra do Dioguinho (Dourado – SP), que estão separados por cerca de 430 km. Dessa forma, a análise da distribuição espacial dos tipos gráficos no estado de São Paulo sugere a circulação de códigos na região em tempos remotos.

Em relação à técnica de elaboração, observa-se uma predileção pela raspagem, seguida pela técnica de picoteamento. As gravuras, em sua maioria, apresentam sulcos profundos (de até 2,5 cm) e largos, com preferência por um traçado em forma de "V". A composição cenográfica das gravuras observadas na área de estudo é predominantemente agrupada. No conjunto gráfico analisado, não foram observadas figuras diretamente associadas entre si ou formando cenas compostas.

A documentação e análise de sítios com registros rupestres por meio de tecnologias emergentes é uma abordagem inovadora e ainda pouco explorada. Com base na experiência adquirida durante a realização desta pesquisa, por meio da documentação de sítios em diferentes condições (geometria, iluminação, acessos), tem sido possível desenvolver protocolos de coleta e análise adaptados à realidade paulista.

A documentação por meio de modelos tridimensionais abre novos caminhos para diversas abordagens educacionais, permitindo que esse material seja integrado ao aprendizado tradicional ou complementado com materiais adicionais, além de possibilitar o uso de outras tecnologias emergentes, como realidade virtual e aumentada.

É importante ressaltar que os modelos produzidos podem servir de base para análises sob novas perspectivas, inclusive em outras áreas do conhecimento, como a Geologia. Assim, com base nos princípios de ciência aberta, os dados gerados estão sendo disponibilizados no repositório científico online Zenodo, permitindo sua reutilização e promovendo o avanço do conhecimento científico, além de proporcionar maiores benefícios para a sociedade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. **A Tradição Agreste**: Análise de 20 sítios de arte rupestres em Pernambuco. 1986. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1986.

ALBERTO, L. A. **Registros Rupestres de São Paulo**: Conhecer para preservar. 2014. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

AMARAL, M. P. V. **Os Sítios de Registros Rupestres em Buíque, Venturosa e Pedra (PE) no Contexto da Geopaisagem**. 2007. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

AMARAL, M. P. V. **As pinturas rupestres da Tradição Agreste em Pernambuco e na Paraíba – Brasil. 2014**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

AMARAL, M. P. V.; CISNEIROS; D.; ARAUJO, A. G. M. Registros rupestres na região central do estado de São Paulo: o Abrigo do Alvo, Analândia, São Paulo, Brasil. **Boletim Museu Emílio Goeldi**, v. 17, n. 2, p. 1 – 14, 2022.

AMARAL, M. P. V.; ARAUJO, A. G. M. **BD Grafismos Rupestres SP**: banco de dados sobre os sítios com grafismos rupestres do estado de São Paulo. 2023.

ANTL-WEISER W. The time of the willendorf figurines and new results of palaeolithic research in lower Austria. **Anthropologie**, XLVII/1–2, p. 131–141, 2009.

ARAUJO, A. G. M, OKUMURA, M. Cultural Taxonomies in Eastern South America: Historical Review and Perspectives. **Journal of Paleolithic Archaeology**, 2021.

ARAUJO, A. G. M. On Vastness and Variability: Cultural Transmission, Historicity, and the Paleoindian Record in Eastern South America. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, 2015.

ARAUJO, A.G.M. **Teoria e método em Arqueologia Regional**: um estudo de caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo. 2001. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ARAÚJO, S. A. C. **Arqueologia de Itapeva, SP**: contribuição à formação de políticas públicas para gestão patrimonial. 2006. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arqueologia) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.

ARNHEIM. R. **Arte e Percepção Visual**: Uma psicologia da visão criadora. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

AYTAI, D. As gravações rupestres de Itapeva. **Revista da Universidade Católica**, Campinas, p. 29-61, 1970.

AZEVEDO. P. **Pré-história da Pedra Chata**: Itapeva. Itapeva: Folha do Sul, 2006.

BINFORD, L. R. **En Busca del Pasado**. Barcelona: Ed. Crítica, 1994.

BOYD, R.; RICHERSON, P. J. **The Origin and Evolution of Cultures**. New York: Oxford University Press, 2005.

BUENO, L.; ISNARDIS, A. Peopling Central Brazilian Plateau at the onset of the Holocene: Building territorial histories. **Quaternary International**, Journal Elsevier, 2018.

BUENO, L.; DIAS, A. Povoamento inicial da América do Sul: contribuições do contexto brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 119-147, jan./abr. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/MWDL9kTTb8DQ9XmX3KwbNfR/?lang=pt.

BURKE, H.; SMITH, C. **The Archaeologist's Field Handbook**. New South Wales: Allen and Unwin, 2004.

CALDARELLI, S. B. Pesquisas no interior do Estado de São Paulo. **Revista de Pré-história**. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 2, n. 2, p. 85-92, 1980.
CHAMPION, T.; GAMBLE, C.; SHENNAN, S.; WHITTLE, A. **Prehistoria de Europa**. Barcelona: Crítica, 1996.
CHMYZ, I. Pesquisas paleoetnográficas efetuadas no vale do rio Paranapanema, Paraná - São Paulo. **Boletim de Psicologia e Antropologia**. Curitiba, n. 5, p. 1-248, 1977.
CISNEIROS, D. **Similaridades e diferenças nas pinturas rupestres pré-históricas de contorno aberto no Parque Nacional Serra da Capivara – PI**. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
COLLET, G. C. **Abrigo do Roncador**: relatório de sondagens. Grupo Bagrus de Espeleologia. Instituto Paulista de Arqueologia, 1982.
COLLET, G. C. Descoberta de sítio arqueológico na caverna Ribeirãozinho III (SP-138). **Boletim Informativo da Soc. Bras. de Espeleologia**, set/out, ano II n. ll, Belo Horizonte, 1986.
COLLET, G. C. Proteção Rupestre. **Informativo SBE**, n. 60, nov/dez, 1994.
COMERLATO, F. **As representações rupestres do litoral de Santa Catarina**. 2005. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.
DEBLASIS, P. A. D. **Bairro da Serra em três tempos**. Arqueologia, uso do espaço regional e continuidade cultural no Médio Vale do Ribeira. 1996. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
DIAS, O. Considerações a respeito dos modelos de difusão de cerâmica Tupi-Guarani no Brasil. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 113-132, maio/ago. 1994.
EERKENS, J. W.; LIPO, C. P. Cultural Transmission Theory and the Archaeological Record: Providing Context to Understanding Variation and Temporal Changes in Material Culture. **J Archaeol Res** 15, 239–274, 2007.
ENGELMARK, R.; LARSSON, T. B. Rock art and environment: toward increased contextual understanding. *In:* SANTOS, M.; TRONCOSO, A. **Reflexiones sobre Arte Rupestre**: paisaje, forma y contenido. Tapa 33. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Galegos Padre Sarmiento, p. 113–22, 2005.
FIORE, D. Poblamiento de imagens: Arte rupestre y colonización de la Patagonia. Variabilidad y ritmos de cambio en tiempo y espacio. *In:* FIORE, D.; PODESTÁ, M. M. (Eds.), **Tramas en la piedra**. Producción y usos del arte rupestre. Buenos Aires: World Archaeological Congress, Asociación Amigos de Instituto Nacional de Antropología, Sociedad Argentina de Antropología, 2006.
GALLARDO, F; SOUZA, P. Rock art, modes of Productions, and social identities during Early Formative Period in the Atacama Desert (Northern Chile). **Archaeologies of Art**: time, place, and identity (pp. 15-28). Publisher: Left Coast Press, p. 79-97, 2008.
GAMBLE, C. **Las sociedades paleolíticas de Europa**. Barcelona: Arial, 2001.
KIPNIS, R. **Foraging Societies of eastern Central Brazil**: An Evolutionary Ecology Study os Subsistence Strategies During the Terminal Plesitocene and Early/Middle Holocene. Thesis (Doctorate in Antropology/Archeology) University of Michigan, 2001.
KOOLE, E. K. M. **Entre as tradições planálticas e meridionais**: caracterização arqueológica dos grupos caçadores coletores a partir da análise de sete elementos e suas implicações para a ocupação pré-cerâmica da Região Cárstica do Alto São Francisco, Minas Gerais, Brasil: cronologia, tecnologia lítica, subsistência (fauna), sepultamentos, mobilidade, uso do espaço em abrigos naturais e arte rupestre. 2014. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
KUNZLI, R. **Análise das Gravuras do Sitio Arqueológico Narandiba**. 1991. Tese (Doutorado em Arqueologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.

LEROI-GOURHAN. A. **La Prehistoria en el mundo**. Madrid: Ediciones Akal, 2002.
LOURDEAU, A. A Serra da Capivara e os primeiros povoamentos sul-americanos: uma revisão bibliográfica. **Boletim Museu Paraense Emilio Goeldi**, Ciências Humanas. Belém, v. 14, n. 2, p. 367-398, 2019.
MAGESTE, L. E. C.; ARAUJO, A. G. M. Cronologia e variabilidade: os ceramistas Tupiguarani da Zona da Mata Mineira e Complexo Lagunar de Araruama. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 211-214, 2017.
MAGESTE, L. E. C.; FERNANDES, F. Arqueologia Evolutiva no Sudeste do Piauí: Questões sobre cronologia, variabilidade e transmissão cultural. **Fumdhamentos**, São Raimundo Nonato, v. 15, n. 2. p. 55-78, 2018.
MARTIN, G. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.
MEGGERS, B. J. Climatic oscillation as a factor in the prehistory of Amazonia. **American Antiquity**, Washington, v. 44, n. 2, p. 252-266, 1979.
MORAIS, J. L. Arqueologia da região Sudeste. **Revista USP**, São Paulo, v. 44, p. 194-217, 1999.
OKUMURA, M.; ARAUJO, A. G. M. Pontas bifaciais no Brasil Meridional: caracterização estatística das formas e suas implicações culturais. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 23, p. 111-127, 2013.
OKUMURA, M.; ARAUJO, A. G. M. Fronteiras sul e sudeste: uma análise morfométrica de pontas bifaciais de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul (Brasil). **Journal of Lithic Studies**, Edinburgh, v. 4, n. 3, 163-188, 2017.
PERAZZO, M.; CISNEIROS, D.; ARAUJO, A. Caracterização e análise dos registros rupestres do Sítio Santo Antônio, Serra Azul, SP – Brasil. **Fumdhamentos**, São Raimundo Nonato, v. 18, p. 73-101, 2021.
PEREIRA, E. **Arte rupestre na Amazônia – Pará**. São Paulo: Unesp; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2003.
PESSIS, A.M. Identidade e Classificação dos Registros Gráficos Pré-históricos do Nordeste do Brasil. **Revista Clio** – Série Arqueológica, Recife, n. 8, 1992.
PESSIS, A. M. Do estudo das gravuras rupestres no Nordeste do Brasil. *In:* **CLIO Arqueológica**, Recife, n. 15, 2002.
PESSIS, A. M. **Imagens da Pré-História**. Parque Nacional Serra da Capivara. 2. ed. São Raimundo Nonato: Fumdham, 2013.
PESSIS, A. M; CISNEIROS, D. MUTZENBERG, D. Identidades Gráficas nos Registros Rupestres no parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil. **Revista Fumdhamentos**, São Raimundo Nonato, v. 15, n. 2, 2018.
PESSIS. A. M.; GUIDON, N. Registros Rupestres e caracterização das etnias pré-históricas. *In:* VIDAL, Lux (Org.). **Grafismos Indígenas**: Estudo de Antropologia Estética. São Paulo: Studio Nobel Editora, Fapesp, 1992.
PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992.
ROSS, J. L. S.; MOROZ, I.C. Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia**, [S. l.], v. 10, p. 41-58, 1996.
SANTOS JÚNIOR, V. Havia cúpules no caminho: Algumas considerações sobre as marcas cupulares nas gravuras rupestres do Estado do Rio Grande do Norte e da Paraíba (Ingá). *In:* **Tarairiú – Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB**. Campina Grande: Ano III, v. 1, n. 5, 2012.
SANZ, I. D.; FIORE, D. MAY, S. K. Archaeologies of Art: Time, Place, and Identity in Rock Art, Portable Art, and Body Art. *In:* **Archaeologies of Art:** time, place and identity (p.15-28). Publisher: Left Coast Press, 2008.
SCHEINSOHN, V.; CARIDI, I. Mind the network: cultural transmission, mutual information networks and rock art. *In:* MENDOZA L. S. (Ed.), **Cultural Phylogenetics**: Concepts and Applications in Archaeology and Anthropology. Interdisciplinary Evolution Research Series. New York: Springer (in press), 2015.
SCHEINSOHN, V.; SZUMIK, C.; LEONARDT, S.; RIZZO, F. The "Hidden" Code: Coding and Classifying in Rock Art. The Case of Northwestern

Patagonia. *In:* **J Archaeol Method Theory** 2015, p. 500–519, 2015.
SCHMITZ, P. I. Prehistoric hunters and gatherers of Brazil. **Journal of World Prehistory**, Estados Unidos, v. 1, p. 53-126, 1987.
SPERBER, D.; CLAIDIÈRE, N. Defining and explaining culture (comments on Richerson and Boyd, not by genes alone). **Biology e Philosophy**, Países Baixos, v. 23, p. 283-292, 2008.
UCHÔA, D. P. CALDARELLI, S. B. Petróglifos na região Nordeste do estado de São Paulo. *In:* **Pesquisas – Estudo de Arqueologia e Pré-história brasileira**. Instituto Anchieta de Pesquisas, Rio Grande do Sul. p. 25-42, 1980.
VILLAVERDE BONILLA, V. Formas de documentação da Arte Levantina. **Fumdhamentos**, São Raimundo Nonato, v. 5, p. 151-158, 2007.
WEBER, G. W. W.; LUKENEDER, A.; HARZHAUSER, M.; MITTEROECKER, P.; WURM, L.; HOLLAUS, L-M.; KAINZ, S.; HAACK, F.; ANTL-WEISER, W. KERN, A. The microstructure and the origin of the Venus from Willendorf. **Sci Rep 12**, 2926. Disponível em: https://doi.org/10.1038/s41598-022-06799-z, 2022. Acesso em: 14 jan. 2023.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Prof. Dr. Marcelo Zuffo (CITI-USP) e a Arthur Miyazaki (CITI-USP) pelas valiosas discussões e pela parceria no escaneamento dos sítios arqueológicos paulistas. Ao Dr. Eduardo Krempser (Fiocruz) pela colaboração na elaboração do mapa interativo de registros rupestres de São Paulo. À startup Quipo Tech, que disponibilizou a infraestrutura computacional para o mapa.

Os autores também agradecem ao apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) — Projeto "Ocupação Humana do Sudeste da América do Sul ao longo do Holoceno: uma abordagem interdisciplinar, multiescalar e diacrônica" — Processo nº 2019/18.664-9; e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) — Projeto: "Documentação, Caracterização e Análise dos Sítios Pré-históricos com Arte Rupestre no Estado de São Paulo – Brasil", processo nº 405303/2023-8.



AS GRAVURAS RUPESTRES DA REGIÃO SUL DO BRASIL



GRAVURAS RUPESTRES NO PARANÁ: ENTRELAÇANDO MEMÓRIAS, PAISAGENS E NARRATIVAS DE DIVERSIDADE

Claudia Inês Parellada[127]

1 INTRODUÇÃO: ENTRELAÇANDO MEMÓRIAS E GRAVURAS RUPESTRES NO PARANÁ

Conhecer melhor o passado permite discutir e ressignificar memórias e patrimônios dispersos no tempo, além de compreender a diversidade cultural no presente. Essa compreensão também contribui para o planejamento de novos horizontes na gestão patrimonial e ambiental, bem como para a definição de estratégias voltadas à ampliação e articulação da conservação e do desenvolvimento sustentável.

No território compreendido pelo estado do Paraná, no sul do Brasil, há numerosos sítios arqueológicos com pinturas e gravuras rupestres, distribuídos em um rico mosaico de paisagens. Esses registros estão associados a diferentes povos e temporalidades, ganhando destaque na literatura nacional e internacional (Laming & Emperaire, 1956; Laming-Emperaire, 1962, 1968; Blasi, 1972; Ribeiro, 1978; Jorge *et al.*, 2007; Parellada, 2009a, 2015, 2023; Lopes *et al.*, 2017).

Referências antigas sobre gravuras rupestres no Paraná foram apresentadas por Leão (1918 [1926], p. 12–18), que as descreve como testemunhos de povos pretéritos. Dentre elas, destaca-se a chamada "pedra da Graciosa", um gradil com linhas perpendiculares gravado em um bloco de rocha próximo a um sambaqui (FIGURA 1). Essa gravura localizava-se em uma encosta no Morro da Graciosa, no município de Antonina, a cerca de cinco metros acima do nível do mar, na baía de Antonina. No texto, já se mencionava a destruição parcial do grafismo, situada em antiga propriedade do sargento-mor Valle do Porto.

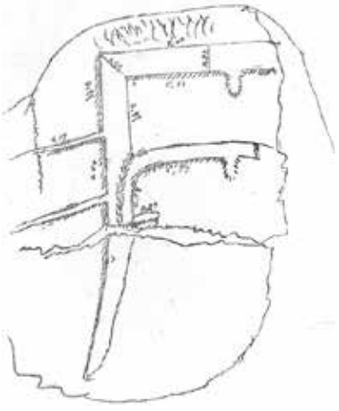
127 Museu Paranaense, Departamento de Arqueologia e Programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Paraná (PPGAA-UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: claudiaparellada@ufpr.br.

Algumas gravuras rupestres identificadas em costões de gnaisse na baía de Antonina, junto ao Sambaqui Ponta da Pita I (Parellada *et al.*, 2022) — ver figura 2 — apresentam a incorporação de estruturas geológicas com percolação de quartzo, preenchendo fissuras ortogonais, de forma semelhante àquela descrita por Leão (1918).

É importante destacar a existência de numerosos sítios com bacias de polimento e afiadores distribuídos por todo o território paranaense — desde os costões rochosos do Oceano Atlântico até as Cataratas do Iguaçu, no extremo oeste, junto às fronteiras com Argentina e Paraguai. Alguns desses sítios apresentam gravuras rupestres associadas, como ocorre no município de Porto Amazonas, especificamente na localidade de Passo do Meio (Nigro *et al.*, 1973).

Bacias de polimento e afiadores são relativamente comuns nos grandes afloramentos rochosos localizados em áreas costeiras, como nos municípios de Morretes, Antonina, Matinhos e Guaratuba — alguns deles associados a sambaquis (Bigarella, 2011; Fernandes e Bandeira, 2014). No entanto, parte desses vestígios foi danificada e/ou destruída por ações antrópicas.

Figura 1 – Pedra da Graciosa: grafismo em alto-relevo



Fonte: Leão (1918, 1926).

Figura 2 – Gravuras semelhantes à "pedra da Graciosa", documentadas em gnaisse junto ao Sambaqui Ponta da Pita I, baía de Antonina



Fonte: Fotografia de Claudia Parellada (2022).

A análise das materialidades, considerando sua agência e entrelaçamento com as memórias, por meio de filtros teóricos abrangentes e sob perspectivas decoloniais, tem contribuído para a construção de visões mais amplas de uma história de longa duração, articulada com os contextos contemporâneos, conforme destacam Hamilakis (2016) e Ruibal e Vila (2018).

Narrativas simbólicas que ganham estrutura e potência por meio de expressões como a arte rupestre, em diferentes tempos e territorialidades. São vestígios isolados ou em painéis — figurativos, geométricos ou compostos — que entrelaçam elementos de mitos e ritos com diversas práticas e saberes culturais, iluminando relações de alteridade, gênero e ontologias, além de evidenciar transformações nas paisagens e nas mudanças climáticas.

A arqueologia, enquanto ciência com arcabouço teórico complexo, busca estudar especialmente os povos do passado, integrando em suas análises paisagens e materialidades imersas em diversidades culturais ao longo do tempo. Em alguns sítios arqueológicos, é possível documentar representações simbólicas em diversos suportes, como pinturas e gravuras rupestres. Para maiores discussões, ver Zedeño e Bowser (2009) e Prous (2019).

2 ARQUEOLOGIA REGIONAL: CARACTERIZANDO SÍTIOS COM GRAVURAS RUPESTRES NO PARANÁ

Pesquisas anteriores evidenciaram a existência de bens arqueológicos com gravuras. Para caracterizar esse patrimônio, realizou-se uma síntese dos dados de sítios conhecidos na área de estudo por meio de análise bibliográfica, além de informações inéditas provenientes de estudos em desenvolvimento no Museu Paranaense. Deve-se destacar que foram consultados relatórios referentes a licenciamentos ambientais, pesquisas acadêmicas e plataformas digitais de dados disponibilizadas pelo IPHAN.

Nos estudos realizados em áreas com gravuras rupestres, podem ser caracterizados sítios interpretados como acampamentos, aldeias, áreas de domesticação e manejo de fauna e flora, bem como redes de entrelaçamento de saberes, identidades e territórios, sob diversas perspectivas, incluindo caminhos, entre outros.

Os sítios arqueológicos estudados no Paraná foram agrupados, a partir de 1960, segundo a metodologia do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, em tradições — sendo que a tradição representa um grupo de sítios nos quais uma série de elementos ou técnicas apresenta persistência temporal. Embora não seja a única estratégia classificatória, essa ainda é a mais usual no Brasil, permeando a maioria das discussões regionais (Parellada, 2005).

No Paraná, os vestígios de caçadores-coletores podem ser classificados em tradições como Paleoíndios, Umbu, Humaitá e Sambaquieiros; já os de agricultores e ceramistas incluem as tradições Jê Meridional ou Itararé-Taquara, Aratu e Tupiguarani. Os grafismos rupestres, geralmente classificados separadamente dos demais contextos devido às problemáticas de associação, podem ser relacionados às tradições Planalto, Cosmológica ou Astronômica, Geométrica e Meridional (Parellada, 2009a, 2015; Prous, 2019). Os sítios apresentados neste capítulo abrangem, especialmente, as tradições Geométrica e Litorânea, e certamente o avanço das pesquisas possibilitará a proposição de novos sistemas classificatórios.

Possivelmente, em datas anteriores a 15.000 anos atrás, nos territórios que hoje abrangem o sul do Brasil e o nordeste da Argentina, já existiam povos caçadores-coletores. Desde esse período, parecem existir evidências do uso de grafismos em suportes rochosos (Parellada, 2020). No interior do Paraná, esses grupos estão representados pelos Paleoíndios, e, há cerca de 10.000 anos, já há vestígios das populações Umbu e Humaitá.

Com o clima mais quente e úmido, há cerca de 8.000 anos, nos espaços atualmente abrangidos pelo estado do Paraná, adensaram-se os grupos caçadores-coletores: Umbu, em áreas mais abertas de campos e cerrados; Humaitá, em regiões florestadas; e Sambaquieiros, na costa litorânea e no vale do rio Ribeira.

Desde cerca de 4.000 anos atrás, há vestígios de ceramistas e agricultores ligados aos povos Jês Arqueológicos Meridionais, ou, conforme classificação mais antiga, Itararé-Taquara. A partir de aproximadamente 2.000 anos atrás, chegam povos da família linguística tupi-guarani, sendo que, na arqueologia, convencionou-se chamar de Tupiguarani a cultura material associada a esses grupos. Alguns pesquisadores subdividem essa cultura em arqueologias Guarani e Tupinambá.

Em alguns sítios, com estudos mais aprofundados e vestígios contextualizados, existem possíveis correlações entre os povos que elaboraram os grafismos rupestres e os próprios grafismos. Aytai (1970), ao estudar um abrigo em Itapeva, área fronteiriça entre o estado de São Paulo e o norte do Paraná, relaciona aquelas pinturas e gravuras a povos da família linguística Jê. Dados etno-históricos dessa região, desde o século XVI e, principalmente, do século XIX, descrevem a presença dos indígenas Coroados, ou Kaingang (Nimuendaju, 1981). Parte desses grafismos rupestres no Paraná, com datação entre quatro mil e duzentos anos atrás, parece estar relacionada a povos Jês Meridionais (Parellada, 2005, 2016; Lopes *et al.*, 2017).

No século XIX, no Rio Grande do Sul, Mabilde (1983) menciona que os indígenas *Kaingang* delimitavam seus territórios marcando símbolos clânicos em troncos de pinheiros Araucária.

Em alguns sítios Jês Meridionais, existem estruturas semi-subterrâneas circulares utilizadas para habitações, estocagem e sepultamentos (Parellada, 2005), bem como aterros circulares ou praças cerimoniais, como os "danceiros" (Beber, 2005; Corteletti, 2012, 2024; Parellada, 2016). Essas estruturas circulares podem estar relacionadas a alguns sítios com gravuras, uma vez que outros vestígios desses contextos culturais também são frequentemente identificados. Alguns povos Jês ocupavam abrigos e paredões rochosos onde realizavam rituais, inclusive sepultamentos, e ali poderiam elaborar representações em diversos tipos de suporte, inclusive no rochoso.

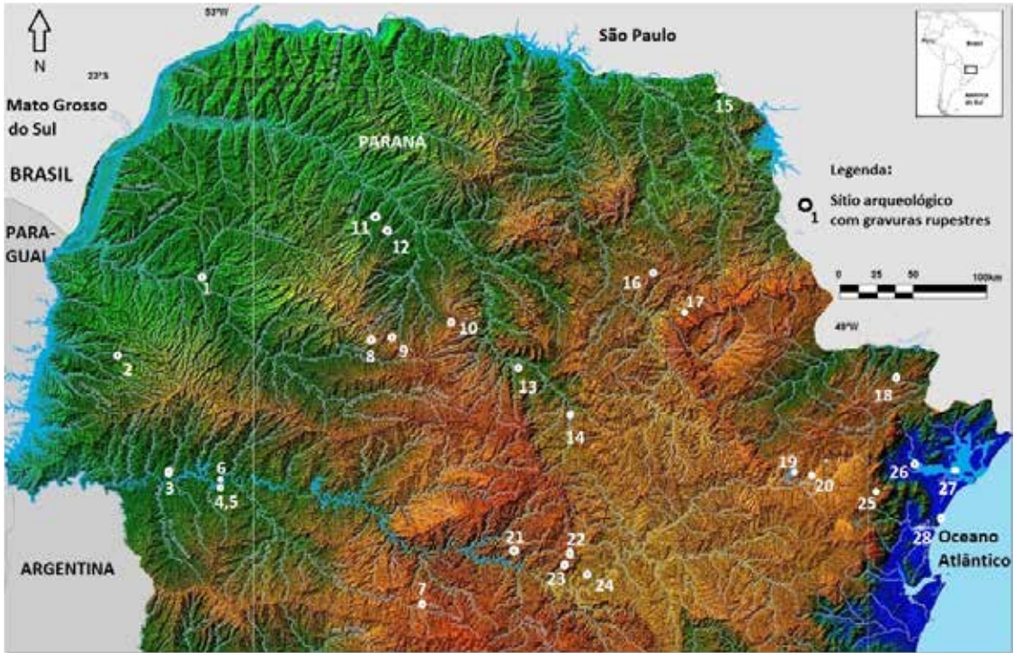
Os povos Jês, do sul do Brasil, utilizavam tradicionalmente bastões cerimoniais, bordunas, arcos, flechas e lanças decorados com elementos míticos (Mabilde, 1983; Parellada, 2008b). Certas materialidades, como a cestaria e a cerâmica, apresentam uma estética marcada por padrões geométricos complexos, associados a diferentes grupos clânicos. As representações das manchas e listras da onça — grande mamífero da América do Sul e um dos animais mais importantes na ontologia Jê — estão relacionadas a expressões identitárias clânicas, de metades ou individuais, presentes em pinturas corporais, desenhos em tecidos confeccionados com fibras de urtiga brava, e em motivos decorativos impressos com malhas, carimbados e/ou incisos na cerâmica (Parellada, 2005, 2008b).

3 AS GRAVURAS RUPESTRES NO PARANÁ: SINTETIZANDO DADOS

As gravuras rupestres no Paraná, amplamente distribuídas espacialmente, já foram documentadas em áreas de afloramentos, blocos, paredões, abrigos e cavernas, presentes em diferentes litologias e formadas por rochas de distintas eras geológicas (Besser *et al.*, 2021).

Povos de diversas culturas e temporalidades elaboraram grafismos, no Paraná, sobre diferentes tipos de rochas: basaltos, andesitos e diques de diabásio do Grupo Serra Geral; arenitos Furnas, Botucatu e Caiuá; arenitos e diamictitos Itararé; rochas metamórficas do Complexo Cristalino; rochas calcárias e quartzíticas do Supergrupo Açungui e do Grupo Votuverava; além de granitos da Serra do Mar. Esses grafismos estão distribuídos por diferentes paisagens e mosaicos florestais do Paraná, desde as margens do rio Paraná, a oeste, até as planícies litorâneas atlânticas, a leste, em variados afloramentos e blocos rochosos (FIGURA 3 e TABELAS 1 e 2).

Figura 3 – Mapa, de relevo e hidrográfico, apresentando a localização de alguns sítios arqueológicos com gravuras rupestres no Paraná



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Nas rochas mais duras, como basaltos, andesitos, granitos e gnaisses, as técnicas de execução das gravuras geralmente seguiram, sucessivamente, as etapas de picoteamento, raspagem e polimento, resultando em sulcos em "U", mais largos e profundos. Já nas rochas menos resistentes, como arenitos, diamictitos e calcários, predominam o picoteamento e a raspagem, com sulcos mais finos e rasos, em formato de "V". Santos Júnior (2008) discute detalhadamente as técnicas empregadas na elaboração das gravuras rupestres no Nordeste do Brasil, apresentando possíveis sequências de aplicação dessas técnicas.

Tabela 1 – Alguns sítios arqueológicos com gravuras rupestres cadastrados no estado do Paraná, sul do Brasil, parte 1, regiões mais a oeste e parte das centrais, ver figura 3

Nº	Sítio Arqueológico ou localidade	Município do Paraná	Coord. UTM, e inserção topográfica	Descrição sintética das gravuras	Possíveis tradições associadas	Referências Bibliográficas
1	Recanto Apertados Piquiri I	Formosa do Oeste	22J 7.320.148, 263.916 Baixa vertente	Cúpulas, círculos, ovais, linhas paralelas	Bituruna, Umbu, Jê Meridional, Geométrica	Parellada (2013, 2021).
2	Atalípio, PCH São Francisco I9	Ouro Verde do Oeste	22J 7.261.315, 208.720 Baixa vertente	Mais de 25 cúpules e círculos, alguns concêntricos	Geométrica	Miguel e Silva (2001).
3	Vista Alta	Capitão Leônidas Marques	22J 1: 7.176.003, 244.407, e 2: 7.175.970, 244.395 Alta vertente	2 afloramentos em basaltos: 1 com 118 gravuras, 2 com 57: cúpules, círculos, alguns concêntricos	Umbu, Jê Meridional, Geométrica	Merencio e Souza (2011). Schwengber *et al.* (2019).
4	Ouro Verde I	Boa Esperança do Iguaçu	22J 7.169.235, 276.290 Média vertente	500 gravuras: monólitos, cúpules, círculos, alguns concêntricos, linhas, cometa ou cachoeira (?)	Umbu, Jê Meridional, Geométrica	Parellada (2001, 2005, 2008a, 2015, 2016).
5	Ouro Verde II	Boa Esperança do Iguaçu	22J 7.169.320, 275.400 Média vertente	50 gravuras: monólitos, cúpules, círculos, alguns concêntricos	Geométrica	Parellada (2001, 2005, 2008a, 2015).
6	Cruz Alta I	Três Barras do Paraná	22J 7.171.300, 279.300 Baixa vertente	50 gravuras: cúpules, círculos, alguns concêntricos	Umbu, Jê Meridional, Geométrica	Parellada (2001, 2005, 2008a).
7	Rio Chopim 1	Coronel Domingos Soares	22J 7.086.313, 395.305 Baixa vertente	10 gravuras: linhas, círculos	Geométrica	Schwengber (2020).

Nº	Sítio Arqueológico ou localidade	Município do Paraná	Coord. UTM, e inserção topográfica	Descrição sintética das gravuras	Possíveis tradições associadas	Referências Bibliográficas
8	Rio Branco Palmital 1	Palmital	22J 7.247.105, 365.345 Média vertente	Cúpulas, círculos, alguns concêntricos	Geométrica	Parellada (2016).
9	Monólito Palmital 1	Palmital	22J 7.247.824, 375.581 Média vertente	Monólito com gravuras, cúpules, círculos, alguns concêntricos	Geométrica	Parellada (2016).
10	Cachoeira do Gamelão	Pitanga	22J 7.257.174, 415.984 Baixa vertente	Monólito com círculos concêntricos; cúpules, círculos, antropomorfo, cervídeo, linhas paralelas zigue-zague, letras gregas	Geométrica, séculos XIX e XX	Parellada (2016).
11	Peabiru Mourão 1	Peabiru	22J 7.349.631, 371.360 Baixa vertente	Círculos concêntricos, cúpules	Geométrica	Rocha (2020).
12	Corumbataí do Sul 1	Corumbataí do Sul	22J 7.336.591, 383.637 Média vertente	Círculo com 5 anéis concêntricos e cúpules centrais	Geométrica	Colavite (2006).
13	Abrigo Paredinha I	Turvo	22J 7.243.219, 457.558 Média vertente	Gradis, losangos, linhas, cúpules, antropomorfo	Jê Meridional, Geométrica	Balestieri (2023); Macedo Neto (2023).
14	Salto São João	Prudentópolis	22J 7.226.746, 499.962 Alta vertente	Quadrados, círculos, quadriláteros, estruturas sedimentares – MISS	Geométrica	Dorneles e Parellada (2018); Parellada (2004).

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Tabela 2 – Alguns sítios arqueológicos com gravuras rupestres cadastrados no estado do Paraná, sul do Brasil, parte 2, regiões centrais e a leste, ver figura 3.

Nº	Sítio Arqueológico ou localidade	Município do Paraná	Coord. UTM, e inserção topográfica	Descrição sintética das gravuras	Possíveis tradições associadas	Referências Bibliográficas
15	Abrigo Jacarezinho	Jacarezinho	22K 7.453.773 610.339 Média vertente	Tridígitos, linhas em X e estrelas, grades, e linhas em zigue-zagues		Robrahn-González (1995)
16	Morro Azul I e II	Ventania	22J I: 7.327.259, 577.042, e II 7.327.431, 576.955 Média vertente	Tridígitos, linhas paralelas diagonais e verticais, círculos próximos polidores e afiadores	Umbu, Jê Meridional, Planalto, Geométrica	Parellada (2009a, 2015, 2016).
17	Abrigo da Paulina I ou Metamorfose	Piraí do Sul	22J 7.295.362, 596.819 Média vertente	Tridígitos, linhas paralelas diagonais	Planalto, Geométrica	Parellada e Gomes (2022); Pontes *et al.* (2022).
18	Abismo do Leão	Adrianópolis	22J 7.249.355, 730.486 Baixa vertente	Sulcos alongados, cúpules, zoomorfos, sulcos em V	Planalto, Geométrica	
19	Palmito Piraquara 1	Piraquara	22J 7.179.181, 692.276 Baixa vertente	Monólito com gravuras, círculos, cúpules	Umbu, Jê Meridional, Geométrica	Parellada (2029b).
20	Caverna do Bruninho	Piraquara	22J 7.174.651, 701.961 Média vertente	Cúpules, círculos, alguns concêntricos	Geométrica, século XX	
21	Pedra Fincada	Cruz Machado	Coord. Indet. Média vertente	Círculos e linhas onduladas, monólitos	Jê Meridional, Geométrica	Langer e Santos (2001, 2002).
22	Morro das Tocas	União da Vitória	Coord. Indet. Alta vertente	Triângulo invertido, com linha central parcial	Jê Meridional, Geométrica	Langer e Santos (2001, 2002).

Nº	Sítio Arqueológico ou localidade	Município do Paraná	Coord. UTM, e inserção topográfica	Descrição sintética das gravuras	Possíveis tradições associadas	Referências Bibliográficas
23	Abrigo Bruacas PR UV-17	União da Vitória	22J 7.114.331, 484.658 Média vertente	Linhas simples, bipartidas e tripartidas	Jê Meridional, Geomátrica	Chmyz (1969).
24	Vargem Grande PR UV-5	Paulo Frontin	22J 7.111.037, 512.679 Média vertente	Linhas simples, bipartidas e tripartidas	Jê Meridional, Pisadas Geomátrica	Chmyz (1968).
25	Abrigo Cachoeira Monjolo 1	Morretes	22J 7.161.615, 710.475 Baixa vertente	Círculos, linhas sinuosas, grades, linhas em zigue-zagues	Geomátrica	Silva (2024).
26	Sambaqui Ponta da Pita I	Antonina	22 J 7.182.992, 733.016 Costão, nível mar	Cúpules, círculos, linhas sinuosas, próximas a bacias de polimento	Sambaquis, Litorânea	Parellada *et al.* (2022).
27	Ilha das Cobras 1	Paranaguá	22J 7.178.874, 758.215 Costão, nível mar	Círculos, linhas retas e sinuosas	Litorânea	Parellada *et al.* (2022).
28	Praia Mansa Matinhos 1	Matinhos	22J 7.138.495, 745.788 Costão, nível mar	Círculos, cúpules, gradis, linhas sinuosas,	Litorânea	Ferreira *et al.* (2021).

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os grafismos rupestres estão relacionados a diferentes povos que ocuparam o território paranaense desde períodos anteriores a quinze mil anos até, provavelmente, o século XIX. Em países fronteiriços, como Argentina e Paraguai, a oeste, e em estados vizinhos, como Mato Grosso do Sul e São Paulo, ao norte, e Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ao sul, há materialidades e grafismos que dialogam com aqueles caracterizados no Paraná.

Na Província de *Misiones*, na Argentina, Loponte e Carbonera (2015) pesquisaram o sítio Campo *Yabebirí*, descrevendo gravuras compostas por 28 círculos com *cupules* centrais, além de alguns conjuntos de linhas paralelas, diagonais e entrecruzadas. Esses grafismos circulares, com sulcos em "U" e "V" e diâmetros máximos variando entre 12 e 20 cm, foram registrados em afloramentos e blocos de arenitos avermelhados da Formação Botucatu, na

margem direita do rio *Yabebirí*, em San Ignacio. Documentaram-se gravuras semelhantes às encontradas em diversos sítios arqueológicos do Paraná, especialmente nas regiões oeste e central (TABELA 1).

4 SÍTIOS COM GRAVURAS RUPESTRES NO PARANÁ: CONTEXTUALIZANDO OS VESTÍGIOS E AS PAISAGENS

É importante destacar que as gravuras rupestres, em sua maioria, ocorrem em afloramentos rochosos a céu aberto, o que as torna especialmente vulneráveis tanto ao intemperismo quanto ao vandalismo. As diferentes morfologias dessas gravuras, as tecnologias empregadas em sua elaboração, bem como a inserção topográfica na paisagem e suas articulações com outras materialidades e contextos arqueológicos são aspectos fundamentais para a compreensão dos significados simbólicos atribuídos por diferentes povos a essas representações.

Parellada (2013) documentou, no oeste do Paraná, diversas gravuras rupestres, além de bacias de polimento e afiadores, em afloramentos de rochas básicas localizados nas margens do rio Piquiri, em uma área de lazer conhecida como Cachoeira dos Apertados, no sítio arqueológico Recanto Apertados Piquiri I, no município de Formosa do Oeste. As gravuras apresentam dimensões entre 2 e 15 cm, consistindo em sulcos alongados, representações geométricas de formas circulares a elípticas, com profundidades que variam de 0,5 a 1,5 cm.

No oeste do Paraná, no município de Ouro Verde do Oeste, foram identificadas 26 gravuras rupestres em dois afloramentos de basalto situados a 50 metros do rio São Francisco, nas proximidades do eixo da barragem da PCH São Francisco, em área limítrofe ao município de Toledo. As gravuras consistiam, predominantemente, em círculos com sulco central, dispostos entre fraturas da rocha; alguns desses círculos apresentavam de dois a quatro anéis concêntricos (Miguel e Silva, 2001). A maior gravura possuía 38 cm de diâmetro externo, e a menor, 8 cm, sendo mais frequentes aquelas com cerca de 20 cm de diâmetro externo. Os dois afloramentos mediam, respectivamente, 15 × 9 metros e 13 × 8 metros e, atualmente, parecem estar submersos devido à formação do reservatório da PCH São Francisco.

Em três sítios arqueológicos pesquisados em decorrência da construção da UHE Salto Caxias — Ouro Verde I, Ouro Verde II e Cruz Alta —, situados no vale do baixo rio Iguaçu, no sudoeste do Paraná, foram identificados conjuntos de gravuras rupestres com predominância de círculos, muitos deles concêntricos e com cúpula central. Também foram encontrados monólitos. As atividades de documentação incluíram registros imagéticos, inclusive em infravermelho, decalques em plásticos transparentes e levantamento topográfico com distanciômetro a laser WILD TC 1610. No sítio Ouro Verde I, foi confeccionado um molde tridimensional de 90 m² em borracha de silicone BX3-8001 da DOW CORNING, que ainda se encontra em análise (Parellada, 1999, 2001, 2008).

No sítio Ouro Verde I, situado no município de Boa Esperança do Iguaçu, no sudoeste do Paraná, foram documentadas aproximadamente 500 gravuras rupestres, esculpidas em afloramentos de basalto e andesito. A maioria dessas figuras apresenta formas circulares com sulcos centrais, sendo que muitas são compostas por anéis concêntricos (FIGURAS 4 a 6).

Figura 4 –Vista de afloramento com gravuras no sítio Ouro Verde 1, município de Boa Esperança do Iguaçu



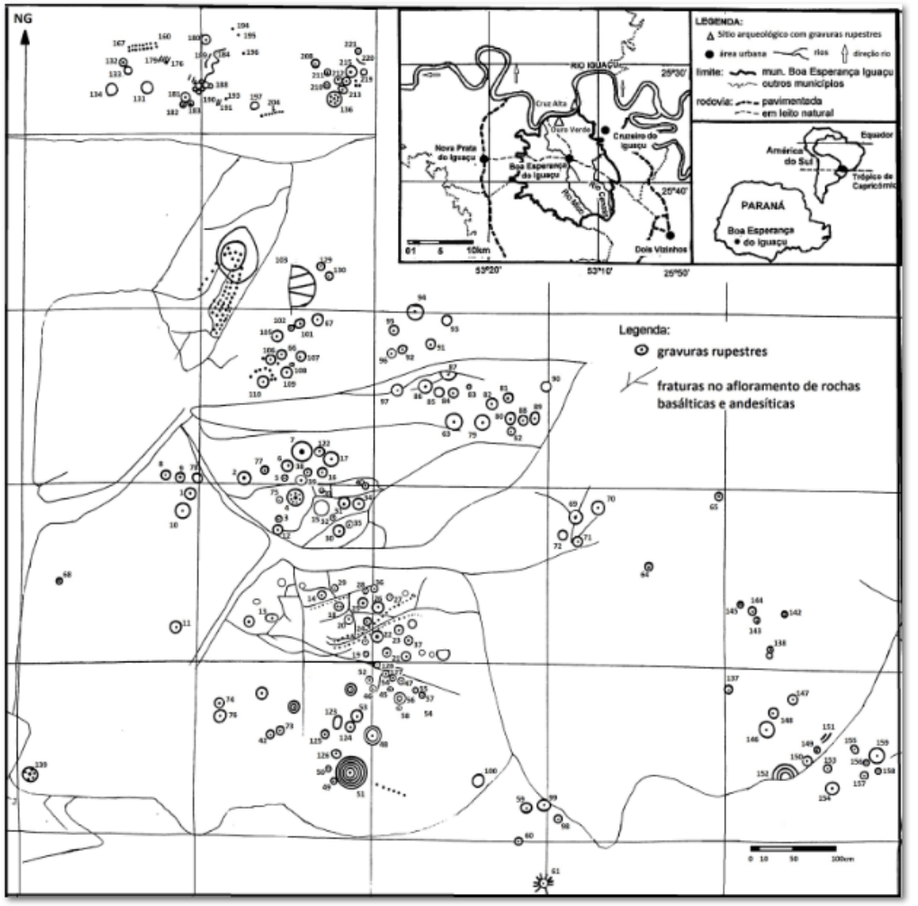
Fonte: Fotografia de Claudia Parellada (1998).

Figura 5 – Mosaico de documentação imagética, com linhas de nylon se entrecruzando de 1x1 m, sítio Ouro Verde 1, Boa Esperança do Iguaçu



Fonte: Fotografia de Claudia Parellada (1998).

Figura 6 – Mapa de localização do sítio Ouro Verde 1, e planta com a maioria das gravuras mapeadas



Fonte: Elaborado por Claudia Parellada (2015).

Também foram identificados círculos raiados, agrupamentos de pontos formando linhas sinuosas e grades, além de uma possível representação astronômica — como um cometa — ou, alternativamente, a representação de uma cachoeira, além de diversas linhas (FIGURAS 7 e 8). Os sulcos, predominantemente em formato de "U", apresentavam profundidades variando entre 0,2 e 3,5 cm, sendo mais frequente a profundidade de 0,4 cm. Os diâmetros externos dos círculos variavam entre 1 e 34 cm, com predominância daqueles situados no intervalo entre 8 e 13 cm. Na parte superior do sítio, foram registrados conjuntos de monólitos trapezoidais junto aos afloramentos que contêm as gravuras.

Figura 7 – Círculo raiado com cúpule central, sítio Ouro Verde 1, Boa Esperança do Iguaçu



Fonte: Fotografia de Claudia Parellada (1998).

Figura 8 – Painel com gravuras com representação astronômica ou cachoeira (?), sítio Ouro Verde 1, Boa Esperança do Iguaçu



Fonte: Fotografia de Claudia Parellada (1998).

Parte dessas gravuras pode estar relacionada a uma das ocupações mais antigas do Paraná: o nível inferior do sítio Ouro Verde I, datado de 9.040 ± 400 anos AP (ANU 192-17), associado a povos caçadores-coletores Umbu. Nesse sítio, também foram identificados vestígios mais recentes de ceramistas Jês Meridionais, datados de aproximadamente 300 anos atrás (Parellada, 1999, 2005, 2009a, 2015). O sítio foi submerso pela formação do reservatório da UHE Salto Caxias, estando atualmente a 16 metros de profundidade. Futuramente, por meio da arqueologia subaquática, ou caso a usina hidrelétrica seja desativada ou ocorram mudanças nas matrizes energéticas, novos estudos poderão ser realizados.

Em parte das gravuras rupestres, houve a evidência de pigmentos coloridos, a maioria bastante fragilizada pelo intemperismo físico e químico. Em alguns sítios, observam-se superposições, bem como pinturas rupestres com temáticas possivelmente correlacionadas às gravuras. A presença de pigmentos em gravuras rupestres já foi descrita para regiões próximas ao Paraná, conforme apontado por Laming-Emperaire (1968), Piazza e Prous (1977), Prous (1994) e Corteletti *et al.* (2021).

No sítio Ouro Verde II, também localizado em Boa Esperança do Iguaçu, nas proximidades do sítio Ouro Verde I, foram registradas gravuras em dois blocos de basalto que se desprenderam de um mesmo grande conjunto. Foram mapeadas 32 gravuras rupestres, sendo a maioria círculos com anéis concêntricos e cúpula central; em alguns círculos, havia múltiplas cúpulas, chegando a sete no interior do círculo. Os diâmetros externos dos círculos variaram entre 1 e 18 cm, e os sulcos em "U" apresentaram profundidades entre 0,2 e 0,6 cm. Os blocos, com peso estimado entre 1,5 e 2,5 toneladas, foram protegidos com lonas de pneus, suspensos por cabos de aço e transportados em caminhão caçamba, cuja carga foi protegida por uma camada de 50 cm de areia. Atualmente, esses blocos encontram-se expostos na parte frontal do Museu Regional do Iguaçu, no município de Reserva do Iguaçu, Paraná, antiga área administrada pela Copel (FIGURA 9).

Figura 9 – Blocos com gravuras do sítio Ouro Verde 2, agora na parte frontal do Museu Regional do Iguaçu, em Reserva do Iguaçu, Paraná



Fonte: Fotografia de Claudia Parellada (2018).

O sítio arqueológico Cruz Alta I está situado no município de Três Barras do Paraná, em remanso do reservatório da UHE Salto Caxias, na margem direita do rio Iguaçu. Foram documentadas cerca de 100 gravuras rupestres, em sua maioria círculos com anéis concêntricos e cúpula central, em afloramentos de rochas basálticas, com sulcos em "U" e profundidades entre 0,2 e 4,2 cm, e diâmetros externos dos círculos variando entre 2 e 25 cm (FIGURA 10). Em 1998, durante atividades do Programa de Resgate Arqueológico da UHE Salto Caxias (Parellada, 1999), escavaram-se cinco quadras, medindo 1 × 1 × 0,4 m, com o objetivo de caracterizar a estratigrafia do terreno. O nível de ocupação identificado estendia-se desde a superfície até 20 cm de profundidade, em meio a uma matriz de sedimentos marrom avermelhados escuros, areno-argilosos, com muitas raízes e radículas, além de blocos de basalto. Buscou-se a criação de unidade de conservação na área do remanso do reservatório da UHE Salto Caxias (Parellada, 2001), mas, infelizmente, isso não ocorreu.

Figura 10 – Círculo raiado com cúpule central, sítio Ouro Verde 1, Boa Esperança do Iguaçu



Fonte: Fotografia de Claudia Parellada (1998).

Merencio e Souza (2011) relacionam sítios com gravuras rupestres à Tradição Geométrica, e, no município de Capitão Leônidas Marques, durante as prospecções do Programa Arqueológico da UHE Baixo Iguaçu, cadastraram o sítio Vista Alta, conhecido desde 1970 pelo agricultor Delfino Borille, morador local. Posteriormente, Schwengber *et al.* (2019) aprofundaram os estudos na região e realizaram uma excepcional documentação das gravuras, utilizando técnicas variadas, inclusive decalques noturnos com iluminação artificial e modelagem 3D. Foram mapeados cerca de 180 grafismos, a maioria cúpulas e círculos concêntricos, em dois afloramentos de basalto, no topo de um morro, nas proximidades da foz do rio Andrade. O aflo-

ramento 1, medindo 3 × 5 m, teve 118 gravuras mapeadas, e o afloramento 2, com tamanho de 9 × 11 m, apresentou 57 grafismos, com os trabalhos de campo coordenados pelo arqueólogo Jedson Picci Cerezer. Duas amostras da camada de sedimentos que recobria parcialmente as gravuras foram datadas pelo método de luminescência opticamente estimulada, indicando idades entre 500 e 600 anos atrás (Schwengber *et al.*, 2019). Entretanto, não há segurança para afirmar quais seriam as temporalidades em que esses grafismos foram elaborados, assim como no sítio Ouro Verde I.

No sítio arqueológico Rio Chopim I, em Coronel Domingos Soares, foram documentadas 10 gravuras — círculos e linhas — em um afloramento basáltico localizado na margem esquerda do rio Chopim, em uma área de 2 × 1 m. Schwengber (2020), em relatório para o licenciamento ambiental da PCH Alto Chopim, descreve que, em outros dois sítios próximos, Rio Chopim II e III, foram caracterizados fragmentos cerâmicos relacionados a povos Jês Meridionais.

Em áreas próximas ao médio rio Ivaí, foram caracterizados outros sítios com gravuras rupestres, alguns inseridos em roteiros de turismo cultural, como os Caminhos de Peabiru, segundo Colavite (2006) e Rocha (2020) — verificar dados na tabela 1. Esses sítios localizam-se próximos às margens de rios, em plantações agrícolas e junto a estradas vicinais.

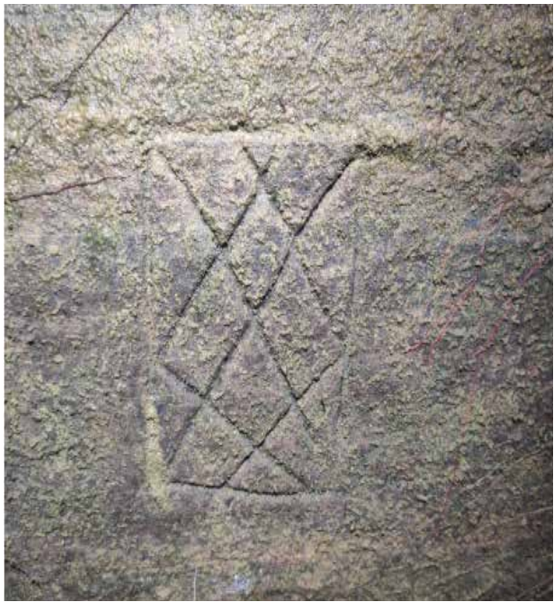
Ainda na região do vale do rio Ivaí, foi caracterizado o sítio arqueológico Paredinha I, situado junto ao assentamento Marrecas, no município de Turvo, na margem esquerda do rio Cachoeira. O sítio abrange três abrigos sob rocha, sendo que dois apresentam painéis com gravuras, conforme Balestieri (2023) e Macedo Neto *et al.* (2023). Foram identificadas cúpulas, linhas verticais paralelas e entrecruzadas, quadriláteros, triângulos, antropomorfos e gradil com linhas diagonais entrecruzadas (FIGURAS 11 a 13). É importante destacar que, em áreas próximas, foram recuperados fragmentos cerâmicos Jês Meridionais.

Figura 11 – Painel 1, abrigo Paredinha 1, Turvo, Paraná



Fonte: Fotografia de Rafael Balestieri (2023).

Figura 12 – Gradil com linhas diagonais cruzadas, abrigo Paredinha 1, Turvo, Paraná



Fonte: Fotografia de Rafael Balestieri (2023).

Figura 13 – Painel 3, abrigo Paredinha 1, Turvo, Paraná



Fonte: Fotografia de Rafael Balestieri (2023).

No município de Prudentópolis, já foram caracterizados grafismos no topo do Salto São João, e provavelmente muitas outras representações associadas às grandes cachoeiras e cavernas da região ainda serão documentadas. Essas representações incluem círculos, triângulos, retângulos, grades, além de linhas verticais e horizontais (Parellada, 2020). No Salto São João, parte das feições documentadas tem origem natural, pois a presença de microrganismos durante a deposição de sedimentos pode formar estruturas sedimentares microbianas induzidas (MISS), como biofilmes e esteiras microbianas (Dorneles e Parellada, 2018). Muitas rochas exibem estruturas naturais e/ou ocorrências fossilíferas com características semelhantes às de alguns grafismos, o que torna fundamental a realização de estudos geológicos e geomorfológicos associados à documentação da arte rupestre. Algumas formas de MISS assemelham-se a gravuras rupestres que aparecem em diversos sítios arqueológicos no Paraná, inclusive no Salto São João (FIGURA 14).

Formas concêntricas e espirais interrompem as laminações de maneira perpendicular e, vistas em planta, aparentam gravuras artificiais. Entretanto, a análise por MEV revelou a presença de microrganismos, predominantemente filamentosos, que propiciam a precipitação de cristais na matriz, evidenciando tratar-se de estruturas microbianas induzidas (Dorneles e Parellada, 2018). Parte dessas MISS aparenta ter sido modificada por populações pretéritas, com prováveis associações a elementos míticos, e essas formas, em diferentes rochas, podem ter sido reproduzidas por meio de picoteamento, raspagem e polimento, configurando-se como gravuras rupestres.

Figura 14 – Estruturas sedimentares microbianas induzidas (MISS) em rochasda Formação Teresina, Salto São João, Prudentópolis



Fonte: Fotografia de Claudia Parellada (2017).

5 GRAVURAS EM ROCHAS ARENÍTICAS E CARBONÁTICAS NO PARANÁ

Em Jacarezinho, no norte do Paraná, Robrahn-González (1995) cadastrou o abrigo Jacarezinho, situado em arenito Furnas, com 30 m de extensão, 30 m de altura e 5 m de comprimento da área abrigada (desenvolvimento linear), onde foram documentadas numerosas gravuras em baixo relevo, consideradas do mesmo estilo, sem o registro de outros vestígios arqueológicos. As gravuras predominantes são tridígitos, alguns com sulcos medianos, além de diversas linhas cruzadas em "X", estrelas com número variado de linhas cruzadas, linhas verticais, grades, losangos e linhas paralelas em zigue-zague. Pela descrição, parecem tratar-se de sulcos em "V".

Nas cavernas Morro Azul I e II, em arenitos e diamictitos Itararé, no município de Ventania, encontra-se o maior conjunto de pinturas rupestres já documentado no Paraná, com representações em vermelho e preto de figuras humanas, animais, seres híbridos, máscaras, bastonetes, círculos raiados e com linhas entrecruzadas (Parellada, 2009a, 2015). A área foi palco de múltiplas ocupações por povos Umbu e Jê, sendo que uma das ocupações Jê foi datada em 1941 ± 35 anos AP (LACUFF 150057). Na entrada da caverna Morro Azul II, foram caracterizados tridígitos e linhas diagonais, com dimensões de 15 × 30 cm e sulcos que se aprofundam até 3 cm. Em um bloco situado a leste de Morro Azul, foram registrados, além de bacias de polimento e afiadores, gravuras de círculos e linhas diagonais (Parellada, 2016).

No abrigo Paulina I, situado na área frontal à cachoeira da Paulina, em Piraí da Serra, município de Piraí do Sul, foram documentados diversos painéis de pinturas rupestres, especialmente em vermelho e branco, além de tridígitos e linhas paralelas diagonais, conforme Parellada e Gomes (2022) e Pontes *et al.* (2022).

Langer e Santos (2002) pesquisaram a gruta Morro das Tocas, situada no município de União da Vitória, na localidade de Rio do Meio, em arenito Botucatu. A cavidade possui altura máxima da entrada de 2,5 m, com área abrigada de 4 m de comprimento e largura de 10 m. Documentou-se uma gravura isolada: um triângulo invertido, medindo 18 × 19 × 16 cm, com um traço interno — de comprimento 7 cm — associado a uma depressão circular central, de 1,5 cm de diâmetro e profundidade de 1 cm. Foram coletados 54 fragmentos cerâmicos Jês Meridionais, de cores negras a avermelhadas, além de partes de conchas de gastrópodes, ossos de pequenas aves e uma costela de mamífero.

Vários abrigos em calcários, junto à entrada principal do Abismo do Leão, localizado no município paranaense de Adrianópolis, nas proximidades da sede principal do Parque Estadual das Lauráceas, no vale do Ribeira, possuem gravuras de linhas paralelas, diagonais, convergentes e zoomorfos. A área, documentada anteriormente por levantamento espeleológico, está agora sendo estudada por meio de teorias e metodologias arqueológicas. São sulcos em "V", bastante superficiais, que podem ter sido elaborados por incisões e raspagens.

6 GRAVURAS E MONÓLITOS, OU MONÓLITOS COM GRAVURAS

Em parte dos sítios arqueológicos no Paraná onde foram identificadas gravuras, houve também o registro de monólitos, sendo que alguns apresentavam gravuras circulares e/ou com linhas sinuosas, como os dos sítios Pedra Fincada, em Cruz Machado (Langer e Santos, 2002), e Palmito Piraquara I, pesquisado para o licenciamento do reservatório de água da barragem Piraquara II (Parellada, 2009b, 2021).

No município de Pitanga, o sítio Cachoeira do Gamelão 1, conhecido por estudiosos do Caminho do Peabiru, especialmente pelo morador local Clemente Gaioski, possui painéis com gravuras vandalizadas, e parte parece estar relacionada aos séculos XIX e XX, inclusive com inscrições de letras gregas. É importante destacar a presença de um monólito com círculos concêntricos, bastante apagados devido à passagem frequente da água, além de zoomorfo (cervídeo), máscara (antropomorfo), linhas bipartidas e tripartidas, verticais e entrecruzadas (FIGURAS 15 e 16). As dimensões do monólito são 43 × 33 × 70 cm (largura, profundidade e altura).

Figura 15 – Monólito com círculos concêntricos e cúpules, sítio Cachoeira do Gamelão 1, Pitanga



Fonte: Fotografia de Claudia Parellada (2024).

Figura 16 – Painel 1 do sítio Cachoeira do Gamelão 1



Fonte: Fotografia de Claudia Parellada (2024).

No médio vale do rio Ivaí, os sítios Rio Branco Palmital 1 e Monólito Palmital 1, no município de Palmital, localizados em áreas de afloramentos e blocos de rochas basálticas, foram documentados em 2016 pela arqueóloga Claudia Parellada, com a caracterização de muitas gravuras de círculos, alguns concêntricos, e cúpules.

No sítio Monólito Palmital 1, um bloco trapezoidal foi transportado para a frente de uma residência devido ao encantamento dos moradores locais pela estética desse monólito, que apresenta círculos com anéis concêntricos e sete cúpulas centrais. O monólito possui as seguintes dimensões: 100 × 50 × 120 cm (largura, profundidade e altura), como pode ser visto na figura 17.

Figura 17 – Monólito com círculos concêntricos e cúpules, sítio Monólito Palmital 1, Palmital



Fonte: Fotografia de Claudia Parellada (2018).

Os monólitos possuem formas trapezoidais e podem compor estruturas circulares, com diâmetros entre 5 m e 10 m; geralmente, cada monólito tem altura entre 70 e 120 cm, largura entre 40 e 100 cm, além de espessuras de 30 a 50 cm. Essas estruturas com monólitos, no Paraná, possivelmente eram usadas para observações astronômicas e/ou rituais funerários, estando associadas a povos Jês do Sul ou Jês Meridionais, com histórias de longa duração, denominados, outrora, pertencentes à tradição Itararé-Taquara ou Taquara-Itararé.

Os monólitos poderiam caracterizar espaços rituais para a marcação da vida e da morte, e para a visualização do céu, das estrelas e das constelações, com a possível identificação de equinócios e solstícios de verão e inverno, além da delimitação territorial, como observado por Afonso e Nadal (2013) e Parellada (2021). O tamanho da sombra projetada ou a passagem de raios de sol em alinhamentos entre monólitos e relevos na paisagem poderia colaborar na determinação das melhores épocas para o plantio, a colheita, as festas, entre outros momentos. Também representariam paisagens funerárias, possuindo diferentes significados de acordo com a diversidade de povos que, ao longo dos tempos, se articularam com essas áreas, como nos conjuntos megalíticos do Amapá estudados por Saldanha (2024).

O sítio arqueológico Palmito Piraquara 1, situado na área do atual reservatório da barragem Piraquara II, em Piraquara, apresentou três ocupações: as duas mais antigas por populações caçadoras e coletoras Umbu, e a mais recente por ceramistas Jê Arqueológicos Meridionais. Situava-se em pequena elevação de quartzitos e gnaisses, em meio à várzea do rio Piraquara. Da superfície até 30 cm de profundidade, ocorreram lascas e cerâmica Jê Meridional, além do monólito, em matriz de sedimentos marrom-escuros a negros, argilo-arenosos, com muitas raízes e radículas. De 30 a 50 cm de profundidade, sedimentos areno-argilosos de cor marrom médio, com muitas radículas, além de variadas lascas e núcleos; em 50 cm há uma camada rica em carvão, com espessura variando entre 0,5 e 2 cm. De 50 a 90 cm, sedimentos de cor marrom amarelada, mais argilosos, com poucas raízes e radículas, e lascas retocadas em menor quantidade associadas à matriz sedimentar (Parellada, 2009b).

No sítio arqueológico Palmito Piraquara I foi caracterizado um monólito em gnaisse com gravuras circulares, relacionado a povos Jês Meridionais, que pode ter sido usado em rituais e na observação celeste, colaborando na orientação espacial e na determinação das melhores épocas para plantio. Esses ciclos da natureza estão conectados aos solstícios de verão e inverno, além dos equinócios. O sítio Palmito Piraquara I teve datação calibrada entre 2.505 e 2.349 anos AP (antes do presente, ou seja, antes de 1950). As técnicas usadas para elaborar as gravuras parecem ter sido picoteamento e raspagem. As dimensões do monólito em gnaisse são 48 × 30 × 95 cm (largura × espessura × altura).

No vale do médio rio Iguaçu, sul do Paraná, foram caracterizadas gravuras nos sítios Vargem Grande (Chmyz, 1968) e Abrigo Bruacas (Chmyz, 1969), associadas a povos ceramistas Jês Meridionais, antigamente relacionados à tradição Itararé-Taquara.

O sítio Vargem Grande (PR UV 5), caracterizado no município de Paulo Frontin, era um abrigo em bloco de diabásio, com formato retangular e 3 m de altura. No alto apresentava cerca de 25 linhas, com sulcos em "V" e espessura de até 3 mm. Algumas linhas se apresentavam bipartidas, outras tripartidas, semelhantes a pés de pássaros, além de linhas paralelas, diagonais, em cruz e associadas a triângulos (FIGURA 18). Fragmentos cerâmicos Jês Meridionais, de espessura fina e cor marrom escura, além de lascas, foram evidenciados junto ao bloco (Chmyz, 1968).

No abrigo Bruacas (PR UV 17), situado na escarpa basáltica, no município de União da Vitória, sul do Paraná, existem conjuntos de círculos formando alinhamentos paralelos. Os círculos possuem diâmetro médio de 2 cm e cerca de 5 mm de profundidade, e outros conjuntos apresentam sulcos alongados, semelhantes aos causados geralmente pelo polimento de artefatos. O sítio possui datação de 1.475 ± 65 AP (SI-2197), conforme Chmyz (1981). Langer e Santos (2001, 2002) caracterizaram mais três sítios com gravuras no médio rio Iguaçu: Caverna do Alemão, em Porto União, Santa Catarina; e, no Paraná, Morro das Tocas, no município de União da Vitória, e sítio Pedra Fincada, em Cruz Machado (FIGURA 18).

O sítio Pedra Fincada, com blocos em basalto com gravuras, está situado no município de Cruz Machado, próximo ao arroio Guarani. Possui quatro conjuntos que representam círculos, com diâmetros externos máximos de 25 cm, e linhas sinoidais, além de um conjunto com grafismos relacionados a tropeiros dos séculos XIX e XX. Langer e Santos (2001, 2002) associaram parte dos grafismos aos povos Jês Meridionais, destacando a destruição de muitos painéis por vândalos.

Figura 18 – À esquerda, representações esquemáticas de gravuras do abrigo Vargem Grande, Paulo Frontin; à direita, temáticas principais dos grafismos no médio rio Iguaçu



Fonte: Chmyz (1968); Langer e Santos (2002).

7 GRAVURAS NA SERRA DO MAR E LITORAL DO PARANÁ

Em 2023, na Terra Indígena Tupã *Nhe'e Kretã*, situada no Parque Nacional do Guaricana, Serra do Mar, município de Morretes, foram realizadas pesquisas de arqueologia colaborativa, com a participação efetiva de indígenas *Kaingang* e Guarani, para a dissertação de mestrado em Antropologia e Arqueologia na Universidade Federal do Paraná, de Gustavo Luiz Santos da Silva, sob orientação da arqueóloga Claudia Inês Parellada. Lá foram mapeados saberes e práticas tradicionais, bem como percorridas trilhas e caminhos, mesmo que a aldeia tenha sido fundada há menos de 10 anos. Foram caracterizadas paisagens com plantas tradicionais e sítios arqueológicos com bacias de polimento e gravuras, como o abrigo Cachoeira Monjolo 1, em gnaisse, onde existiam círculos, linhas sinuosas e em zigue-zague, com sulcos em "V" (Silva, 2024), verificar figura 19.

Figura 19 – Linhas em zigue-zague no abrigo Cachoeira Monjolo 1, em Morretes



Fonte: Fotografia de Claudia Parellada (2023).

Em costões rochosos da costa litorânea paranaense, muitos com sambaquis próximos, podem ser observados conjuntos associados de bacias de polimento e gravuras, com círculos, gradis, linhas retas e sinuosas, muitas vezes aparecendo paralelas, em sequência. Já foram identificadas na Ponta da Pita, em Antonina; na Ilha das Cobras, em Paranaguá (Parellada *et al.*, 2022); e nos costões do Castelinho, na Praia Mansa de Caiobá, em Matinhos (Ferreira *et al.*, 2021).

Em sambaquis da costa paranaense, recuperaram-se zoólitos — esculturas em diabásio, andesito, serpentinito, gnaisse e granito —, principalmente em forma de pássaros, mamíferos, répteis, entre outros, além de zoósteos (Tiburtius e Bigarella, 1960; Prous, 2018). Essas esculturas evidenciam a complexidade que envolve o gravar e o esculpir das rochas.

A documentação inédita, em 2022, de gravuras rupestres e bacias de polimento em áreas junto ao Sambaqui Ponta da Pita I evidencia a importância da realização de pesquisas de maior abrangência na Baía de Antonina (Parellada *et al.*, 2022). Bigarella (1950/51) aponta dimensões do Sambaqui Ponta da Pita I de 25 x 20 m, comentando que seria raso, com muitas conchas de *Crassostrea* sp. e *Modiolus* sp. Em 2022, foram caracterizados níveis de valvas de *Crassostrea* sp., com poucas de *Modiolus* sp. e dos gastrópodes *Phrontis vibex* e *Stramonita haemastoma*, e, superficialmente, artefatos líticos em gnaisse e diabásio, bacias de polimento e gravuras rupestres contíguas ao Ponta da Pita I. São grafismos circulares, e alguns de composição complexa (TABELA 2), com formas orgânicas, como curvas sinuosas e figuras híbridas (FIGURA 20), que podem estar associadas a contextos míticos e/ou rituais.

Fernandes e Wasilewski (2013) caracterizaram uma gravura em forma de círculo raiado no município de Guaratuba, no litoral sul do Paraná. Em costões rochosos das ilhas da Pescaria e da Sepultura, também em Guaratuba e nas proximidades de sambaquis, foram identificadas várias bacias de polimento (Bigarella, 2011).

Figura 20 – Gravuras rupestres sendo documentadas nos costões em gnaisse junto ao sambaqui Ponta da Pita 1, baía de Antonina



Fonte: Fotografia de Claudia Parellada (2022).

8 HORIZONTES PARA O ESTUDO E CONSERVAÇÃO DE SÍTIOS COM GRAVURAS RUPESTRES NO PARANÁ

Os sítios com pinturas e gravuras rupestres no Paraná, apesar de diferentes estudos, ainda não conseguiram ser analisados com uma abrangência capaz der configurar cronologias seguras e contextos detalhados com materialidades entrelaçadas.

Assim, é fundamental ampliar as pesquisas arqueológicas, com prospecções e documentação sistemática, utilizando inovações, bem como revisar e complementar dados referentes a sítios rupestres que fazem parte da história da ciência arqueológica no Brasil. Novas pesquisas e tecnologias de do-

cumentação imagética vêm possibilitando a caracterização de um grande mosaico com diferentes povos relacionados à arte rupestre. Conjuntamente, devem ser pensadas estratégias para documentar memórias locais e do imaginário em relação ao patrimônio arqueológico e histórico, além de comunicar os bens arqueológicos, entrelaçando-os com as histórias dos povos originários e das comunidades tradicionais.

A conservação de sítios arqueológicos com arte rupestre está diretamente relacionada à maior efetividade na comunicação dos dados oriundos das pesquisas, especialmente com a comunidade local, aliada a um monitoramento contínuo, por meio de parcerias entre instituições públicas, privadas e proprietários de áreas onde esse rico patrimônio se encontra. Dessa forma, destaca-se a importância da implementação de diferentes estratégias e ações de educação patrimonial, integradas a escolas, associações regionais, parques em áreas públicas e privadas, instituições culturais, empresas e guias de turismo, juntamente à ampliação dos estudos arqueológicos em regiões com sítios rupestres.

Há uma necessidade premente de ampliar a conscientização sobre a proteção do patrimônio arqueológico no Brasil, uma vez que muitos sítios, que resistiram ao tempo, vêm sendo destruídos pela ação humana. Ainda há inúmeros bens arqueológicos a serem caracterizados e documentados — mesmo aqueles já impactados —, pois somente com a ampliação dos estudos será possível alcançar uma compreensão mais aprofundada sobre a diversidade cultural, os processos de ocupação humana e as transformações ocorridas nas paisagens, sejam elas rurais ou urbanas, costeiras ou do interior. A documentação inédita de gravuras rupestres em distintas regiões do Paraná, realizada ao longo do século XXI, evidencia a relevância de pesquisas arqueológicas de maior abrangência. A interlocução entre arqueologia e antropologia pode oferecer contribuições significativas para a compreensão da memória e da diversidade dos povos que ocuparam — e/ou ainda ocupam — o território paranaense, além de ampliar as possibilidades para o turismo regional com base na sustentabilidade e na preservação do patrimônio. Tais ações devem ser articuladas com as comunidades locais, os gestores e os pesquisadores, com a mediação e o acompanhamento de profissionais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão responsável pela proteção e gestão do patrimônio arqueológico brasileiro.

REFERÊNCIAS

AFONSO, G. B.; NADAL, C. A arqueoastronomia no Brasil. *In:* MATSUURA, O. (org.). **História da astronomia no Brasil**. Recife: CEPE/SEC-TEC, 2013. v. 1. p. 50-86.

BALESTIERI, R. **Relatório técnico com informações relativas ao acompanhamento e apoio técnico espeleológico em empreendimento**: PCH Paredinha, em conjunto com a equipe do IAT, referente ao Protocolo SINAFLOR: 24119801. [S. l.: s. n.], 2023. 11 p.

BEBER, M. V. O sistema do assentamento dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro: o caso da Tradição Taquara/Itararé. **Documentos**, São Leopoldo: Unisinos, v. 10, p. 5-125, 2005.

BESSER, M. L.; BRUMATTI, M.; SPISILA, A. L. **Mapa Geológico e de Recursos Minerais do Estado do Paraná**. Curitiba: SGB-CPRM, 2021. 1 mapa colorido.

BIGARELLA, J. J. Contribuição ao estudo dos sambaquis no Estado do Paraná I, regiões adjacentes às baías de Paranaguá e Antonina. **Arquivos de Biologia e Tecnologia**, Curitiba, v. 5/6, p. 231-292, 1950/1951.

BLASI, O. Cultura do índio pré-histórico. Vale do Iapó, Tibagi-PR. **Arquivos do Museu Paranaense/nova série arqueologia**, Curitiba, n. 6, 1972.
CHMYZ, I. Breves notas sobre petrolifos no segundo planalto paranaense, sítio PR UV 5. **Revista do CEPA-UFPR**, [S. l.], v. 1, p. 53-63, 1968.
CHMYZ, I. Novas manifestações da tradição Itararé no estado do Paraná. **Pesquisas**. Antropologia, São Leopoldo, n. 20, p. 121-129, 1969.
CHMYZ, I. **Relatório das pesquisas arqueológicas realizadas na área da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago (1979-80)**. Florianópolis: ELETROSUL/IPHAN, 1981.
COLAVITE, A. P. **Contribuição do geoprocessamento para criação de roteiros turísticos nos caminhos de Peabiru – PR**. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.
CORTELETTI, R. **Projeto Arqueológico Alto Canoas - PARACA**: Um estudo da Presença Jê no Planalto Catarinense. 2012. 323 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
CORTELETTI, R. (org.). **Paisagens Jê**: uma arqueologia sobre povos indígenas do sul do Brasil. 1. ed. Florianópolis: Habitus, 2024. 317 p.
CORTELETTI, R.; SOARES, M.; LABRADOR, B.; DE BLASIS, P. Southern Jê engravings at Morro do Avencal: preliminary archaeometrical analysis and interpretation of a rock shelter in Southern Brazil. **Journal of Archaeological Science**, Reports, v. 35, art. 102721, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2020.102721. Acesso em: 07 out. 2023.
DORNELES, V. A.; PARELLADA, C. I. Estruturas sedimentares microbianas induzidas (MISS) e gravuras rupestres: uma análise geoarqueológica. *In:* SABSUL, 11., 2018, Curitiba. **Boletim de Resumos [...]**. Curitiba: UFPR, 2018. p. 134.
FERNANDES, R. P.; BANDEIRA, D. R. Potencialidades da musealização de sítios arqueológicos: caso da APA de Guaratuba – PR. **Revista Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro: Unirio-MAST, v. 7, n. 1, p. 77-94, 2014.
FERREIRA, L.; RUSCHMANN, C. B.; GERNET, M. V. **História das artes visuais do litoral do Paraná**: da arte primitiva aos artistas modernos. Matinhos, PR: [s. n.], 2021. 60 p. Projeto de extensão conhecendo e vivenciando as artes visuais.
GONZÁLEZ RUIBAL, A.; AYÁN VILA, X. **Arqueología**: uma introducción al estudio de la materialidad del pasado. Madrid: Alianza, 2018. 552 p.
HAMILAKIS, Y. Decolonial archaeologies: from ethnoarchaeology to archaeological ethnography. **World Archaeology**, London, v. 48, n. 5, p. 678-682, 2016.
JORGE, M.; PROUS, A.; RIBEIRO, L. **Brasil rupestre**: arte pré-histórica brasileira. Curitiba: Zencrane Livros, 2007. 265 p.
LAMING, A.; EMPERAIRE, J. Decouvertes de peintures rupestres sur les hauts plateaux du Paraná. **Journal Soc. Americanistes**, Paris, n. XLV, p. 165-178, 1956.
LAMING-EMPERAIRE, A. Travaux arquéologiques en Amerique du Sud. **Objets et Mondes**, Paris, v. 2, n. 3, p. 149-164, 1962.
LAMING-EMPERAIRE, A. Missions arquéologiques françaises au Chili Austral et au Brésil Méridional: Datation de quelques sites par le radiocarbone. **Journal Soc. Americanistes**, Paris, v. 67, p. 77-99, 1968.
LANGER, J.; SANTOS, S. F. **Petróglifos do médio rio Iguaçu**. Rupestrweb. [S. l.], 2001. Disponível em: http://rupestreweb.tripod.com/iguazu.html. Acesso em: 07 out. 2023.
LANGER, J.; SANTOS, S. F. Petróglifos e megálitos do médio rio Iguaçu (PR/SC). **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v. 1, n. 1, p. 74-100, 2002.
LEÃO, E. A. **Antonina**: factos e homens: da idade archeolíthica à elevação à cidade. Curitiba: F. J. Gonçalves, 1926.
LOPES, F. *et al.* Investigating a rock art site in Paraná, State, South of Brazil. **Radiocarbon**, Oxford, v. 59, p. 1691-1703, 2017.
LOPONTE, D.; CARBONERA, M. Arte rupestre na província de Misiones, Argentina: o sítio Campo Yabebirí. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 10, n. 3, p. 629-639, 2015.

MABILDE, P. F. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul**: 1836-1866. São Paulo: IBRASA, 1983. 232 p.
MACEDO, NETO *et al.* **Estudo espeleológico complementar, esclarecimentos adicionais, PCH Paredinha, Turvo, Paraná**. Turvo, PR: [s. n.], 2023. 37 p.
MERENCIO, F. T.; SOUZA, J. G. Prospecção arqueológica no baixo rio Iguaçu (PR): resultados e perspectivas de pesquisas. *In:* BARCELOS, A. H.; PARELLADA, C. I.; CAMPOS, J. (org.). **Arqueologia do sul do Brasil**. Criciúma: UNESC, 2011. p. 343-364.
MIGUEL, R.; SILVA, A. (coord.). **Avaliação prévia do potencial arqueológico da área do reservatório da PCH São Francisco, Paraná**. [S. l.: s. n.], 2001. Relatório enviado ao IPHAN.
NIGRO, L. H. F. *et al.* Projeto Porto Amazonas. **Dédalo**, São Paulo, v. 17-18, p. 100, 1973.
NIMUENDAJU, C. U. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. 1. ed., 2. impr. Rio de Janeiro: Fund. IBGE/Fund. Nacional Pró-Memória, 1987.
PARELLADA, C. I. Programa de salvamento arqueológico da Usina Hidrelétrica Salto Caxias, rio Iguaçu, Paraná. *In:* SEMINÁRIO DE PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, 15., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: GIA 21, 1999. p. 1-6.
PARELLADA, C. I. **O patrimônio arqueológico e a Copel**. Curitiba: [s. n.], 2001. 46 p. Relatório do Museu Paranaense protocolado no CPC/SEEC-PR e no IPHAN-PR.
PARELLADA, C. I. **Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira**: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná. 2005. 271 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
PARELLADA, C. I. Revisão dos sítios arqueológicos com mais de seis mil anos BP no Paraná: discussões geoarqueológicas. **Fumdhamentos**, São Raimundo Nonato, v. 7, p. 117-135, 2008.
PARELLADA, C. I. Estética indígena Jê no Paraná: tradição e mudança no acervo do Museu Paranaense. **Revista Científica da FAP**, Curitiba, n. 3, p. 213-229, 2008.
PARELLADA, C. I. Arte rupestre no Paraná. **Revista Científica de Artes**, Curitiba: FAP/Unespar, n. 5, p. 73-89, 2009.
PARELLADA, C. I. (coord.). **Relatório final de atividades do programa de resgate arqueológico da barragem Piraquara II, Paraná**. Curitiba: Museu Paranaense, 2009. 110 p.
PARELLADA, C. I. Arqueologia do vale do rio Piquiri, Paraná: paisagens, memórias e transformações. **Revista Memorare**, Tubarão, v. 1, p. 24-42, 2013.
PARELLADA, C. I. Arte rupestre no Paraná: novas discussões. **Revista Tecnologia e Ambiente**, Criciúma, v. 21, n. 1, p. 45-69, 2015.
PARELLADA, C. I. Paisagens transformadas: a arqueologia de povos Jê no Paraná, sul do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 27, p. 158-167, 2016.
PARELLADA, C. I. Arqueologia em Prudentópolis: memórias e patrimônio no Paraná. *In:* RAMOS, O. F.; OLINTO, B. A. **Prudentópolis**: cultura, história e sociedade. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2020. p. 69-100.
PARELLADA, C. I. Arqueologia do Peabiru: entrelaçando caminhos e conflitos. **Habitus**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 276-301, 2021.
PARELLADA, C. I. Entrelaçando memórias e diversidade: paisagens sagradas e arte rupestre no Paraná. *In:* CONGRESSO DA SAB, 22., 2023, Florianópolis. **Caderno de Resumos [...]**. Florianópolis, 2023. v. 1, p. 462-464.
PARELLADA, C. I.; GOMES, G. R.; LIPKA, R. **Relatório de visita técnica aos sambaquis Ponta da Pita I e II, município de Antonina, Paraná, em janeiro de 2022**. Curitiba: Museu Paranaense/IPHAN PR, 2022. 39 p.
PARELLADA, C. I.; GOMES, G. R. Fauna e flora ressignificadas em sítios rupestres do Paraná: entrelaçando bioarqueologia, etnobiologia e identida-

des regionais. *In:* REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 33, 2022, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba, 2022. p. 1-20.
PIAZZA, W. F.; PROUS, A. **Documents pour la prehistoire du Bresil meridional**. 2. L'etat de Santa Catarina. Paris: [s. n.], 1977. 178 p. (Cahiers d'archeologie d'Amerique du Sud).
PROUS, A. L'art rupestre du Bresil. **Bulletin de la Société préhistorique Ariège**, Tarascon-sur-Ariège: Société préhistorique de Ariège, 1994.
PROUS, A. As esculturas de pedra (zoólitos) e de osso dos sambaquis do Brasil Meridional e do Uruguay. **Revista Memorare**, Tubarão, v. 5, n. 1, p. 197-217, 2018.
PROUS, A. **Arqueologia brasileira**: a pré-história e os verdadeiros colonizadores. Cuiabá: Archaeo; Carlini & Caniatto, 2019. 880 p.
RIBEIRO, P. M. A arte rupestre no sul do Brasil. **Revista CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 7, p. 1-27, 1978.
ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. A ocupação ribeirinha pré-colonial do médio Paranapanema. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 5, p. 99-116, 1995.
ROCHA, A. **Caminhos de Peabiru**: história & memória. Curitiba: Edit. Heliograf, 2020.
SALDANHA, J. D. M. **Monumentos megalíticos do Amapá**: resultados dos primeiros 20 anos de pesquisa. Brasília: Senado Federal, 2024. 92 p.
SANTOS JÚNIOR, V. As técnicas de execução das gravuras do Rio Grande do Norte. **Fumdhamentos**, [S. l.], v. 7, p. 516-528, 2008.
SCHWENGBER, V. L. *et al.* **Relatório consolidado de atividades do programa de resgate arqueológico, monitoramento e educação patrimonial nas áreas de influência da UHE Baixo Iguaçu, municípios de Capanema, Capitão Leônidas Marques e Realeza, Paraná**. [S. l.: s. n.], 2019. Documento enviado ao IPHAN.
SCHWENGBER, V. L. (coord.). **Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de implantação da PCH Alto Chopim, municípios de Palmas e Coronel Domingos Soares, Paraná**. [S. l.: s. n.], 2020. 300 p. Documento enviado ao IPHAN.
SILVA, G. L. S. **Arqueologia, observação participante e engajamento**: viabilidades da abordagem colaborativa com e para comunidades indígenas e camponesa em áreas no litoral paranaense e entorno. 2024. 193 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.
TIBURTIUS, G.; BIGARELLA, J. J. Objetos zoomorfos do litoral de Santa Catarina e Paraná. Pesquisas. **Antropologia**, São Leopoldo, v. 7, p. 1-51, 1960.
ZEDEÑO, M. N.; BOWSER, B. J. The archaeology of meaningful places. *In:* BOWSER, B. J.; ZEDEÑO, M. N. (ed.). **The archaeology of meaningful places**. Salt Lake City: University of Utah Press, 2009. p. 1-14.



REPRESENTAÇÕES RUPESTRES DE SANTA CATARINA: O QUE AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS TÊM A NOS DIZER?

Fabiana Comerlato[128]
Carlos Alberto Santos Costa[129]

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar os sítios arqueológicos com representações rupestres no estado de Santa Catarina, a partir das pesquisas realizadas desde meados do século XX até a atualidade, ressaltando também a necessidade de sua preservação. Utiliza-se, neste trabalho, o conceito de representação rupestre desenvolvido por Denis Vialou, Professor Emérito do Museu de História Natural de Paris, que a define como a manifestação gráfica de uma representação mental (Comerlato, 2005b, p. 21). As representações rupestres englobam figuras e traços realizados, principalmente, por duas técnicas: gravuras e pinturas. Em Santa Catarina, a maioria dos sítios arqueológicos apresenta gravuras, com evidências de pintura registradas apenas em um sítio localizado no litoral norte. As gravuras consistem em uma técnica subtrativa aplicada ao suporte rochoso, sendo assim definidas:

> *Sous le nom générique de "gravure", les préhistoriens ont coutume de rassembler les représentations réalisées soit par incisions, fines, larges, profondes, à bords symétriques ou asymétriques, etc., soit par raclages, larges, superficiels, profonds, etc., sur des calcaires ou des tissus organiques animaux (sans doute aussi végétaux), avec des instruments plus durs et coupants tels des éclats de silex à bords bruts ou retouchés* (Vialou, 1988, p. 59).

A pesquisa arqueológica voltada às representações rupestres apresenta algumas especificidades em relação aos demais tipos de sítios arqueológicos. Em primeiro lugar, destaca-se a intencionalidade do ator social em realizar o registro: as representações rupestres foram concebidas como registros gráficos deliberados. Em segundo lugar, há a possibilidade de se estudar esses sítios sem que se exerça qualquer tipo de alteração física sobre eles — característica que também se aplica às oficinas líticas. Essa última condição permite que tais sítios possam ser documentados por diferentes pesqui-

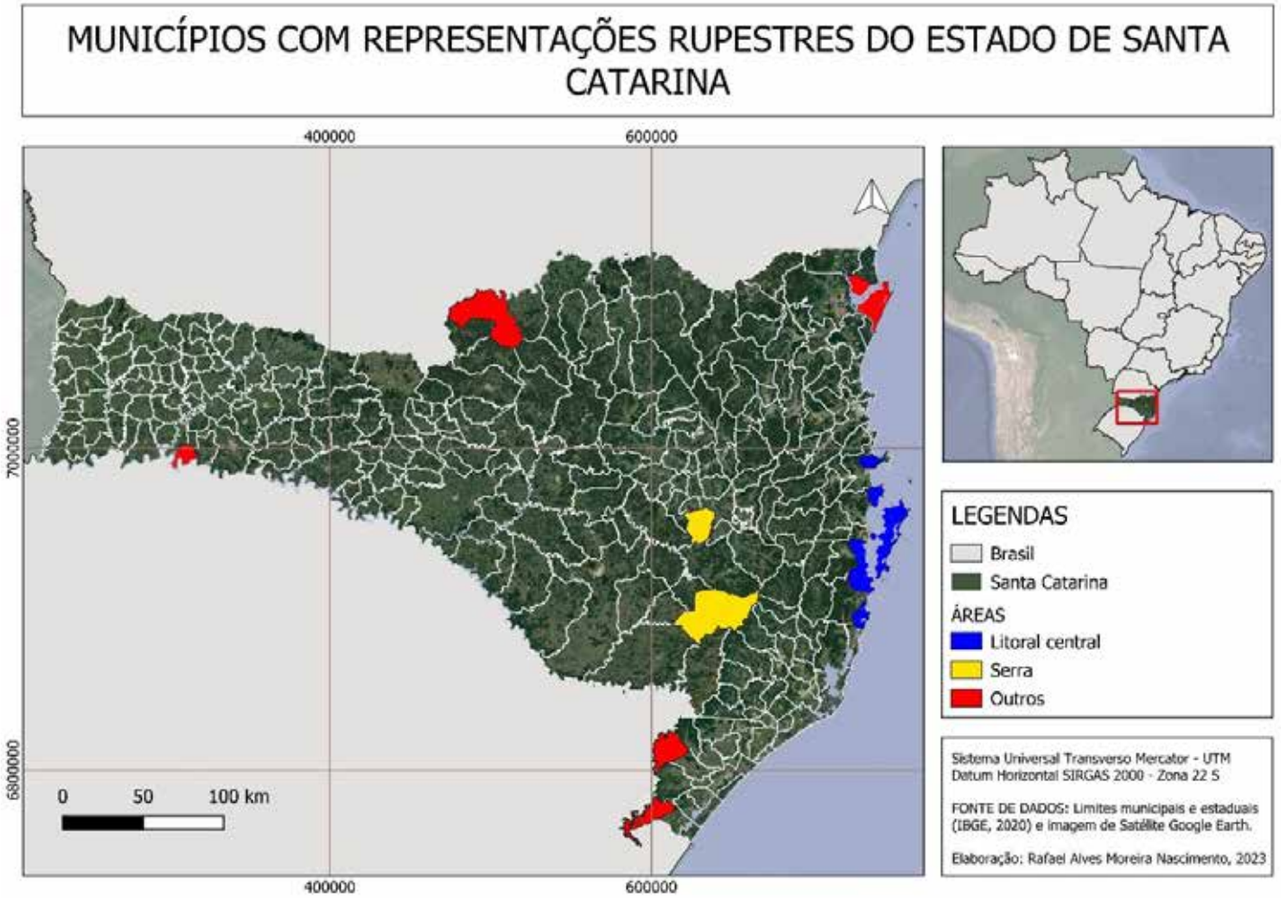
128 Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural, São Félix, Bahia, Brasil. E-mail: fabianacomerlato@ufrb.edu.br.
129 Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural, São Félix, Bahia, Brasil. E-mail: carloscosta@ufrb.edu.br.

sadores, viabilizando a reconstrução e/ou complementação dos dados de campo ao longo do tempo. Essa situação contrasta com os sítios que exigem escavações, pois, caso não sejam devidamente registrados, os dados podem ser irremediavelmente perdidos (Consens *et al.*, 1977). Apesar dessa particularidade dos sítios com representações rupestres e das oficinas líticas, ela não exime o arqueólogo da responsabilidade em relação à condução e ao rigor metodológico dos estudos realizados.

Essas especificidades das representações rupestres têm contribuído para que aventureiros despreparados — pseudocientistas ou indivíduos que se autodenominam pesquisadores — sintam-se autorizados a estudar esses sítios arqueológicos. De maneira deturpada e sem formação científica adequada, tais não arqueólogos acabam divulgando ao grande público interpretações equivocadas e excessivamente especulativas. Por isso, é fundamental observar com clareza a distinção entre ciência e pseudociência. De acordo com os princípios estabelecidos pelo filósofo Mario Bunge, um campo cognitivo não científico "[…] seria composto por comunidades de indivíduos crentes que se auto proclamam cientistas, ainda que não conduzam nenhum tipo de pesquisa científica ou se engajarem em práticas de pesquisa que são incompletas pelos padrões científicos" (*apud* Pilati, 2018, p. 30-31). Em Santa Catarina, é fundamental distinguir o que é produzido e divulgado por pseudocientistas e autodenominados pesquisadores — indivíduos despreparados e sem a formação necessária para a abordagem arqueológica — daquilo que é elaborado por arqueólogas e arqueólogos, cuja formação acadêmica oferece a base teórica e metodológica indispensável à produção de conhecimento científico consistente.

O texto foi estruturado como uma síntese que percorre as regiões do litoral central e da serra catarinense, além de contemplar outros sítios localizados no norte e no extremo sul do Estado (FIGURA 1). Cabe destacar que já existem trabalhos com propostas semelhantes de recopilação analítica das pesquisas sobre representação rupestre, os quais, com o passar do tempo, demandam atualizações críticas da produção científica (Comerlato, 2004, 2005b). Nesta abordagem, adotamos um recorte geográfico para apresentar as regiões rupestres de Santa Catarina, com foco nas pesquisas arqueológicas realizadas, bem como na caracterização ambiental — incluindo aspectos geológicos e morfológicos dos suportes —, nas técnicas de confecção, no repertório gráfico, nas técnicas gráficas e no agenciamento das representações. Por fim, propomos uma reflexão sobre o cenário atual de ameaças ao patrimônio arqueológico e a ausência de uma política efetiva de gestão da herança rupestre catarinense.

Figura. 1 – Mapa com indicação dos municípios com representações rupestres do Estado de Santa Catarina



Fonte: IBGE (2020).

2 LITORAL CENTRAL

O litoral central de Santa Catarina concentra mais de 39 registros de sítios arqueológicos com representações rupestres, distribuídos ao longo de uma faixa de aproximadamente 120 km de extensão, entre os municípios de Porto Belo e Garopaba. A maioria desses sítios localiza-se em ilhas ou nos costões rochosos da costa, os quais funcionam como suporte para as gravuras — isoladas ou organizadas em conjuntos gráficos, painéis e dispositivos.

Em 1839, foi publicado o desenho de Jean Baptiste Debret, uma litografia intitulada *Inscrição do rochedo dos Arvoredos*, que, pela toponímia, indica tratar-se do sítio Arvoredo I, localizado na ponta norte da referida ilha (FIGURA 2). Trata-se da primeira reprodução artística conhecida de um sítio arqueológico em Santa Catarina. O painel apresenta:

> [...] de cinco metros e meio de comprimento por metro e quarenta de largura máxima, reúne uma série de motivos, encontrados, também, em petroglifos de outras ilhas, tais como círculos concêntricos, círculos simples com pontos ou linhas cruzadas no centro, figuras humanas estilizadas, linhas onduladas verticais e grandes número de pontos ovóides, entalhados na rocha (Rohr, 1969, p. 16).

Abaixo da vista da ilha, observa-se uma ampliação da gravura que, à época, era associada à escrita dos fenícios. Como aponta Johnni Langer, havia, durante o Império, uma busca pelas origens das civilizações brasileiras, sendo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um dos protagonistas desse movimento (Langer, 2000).

Figura 2 – Litografia da "Inscrição do rochedo dos Arvoredos"



Fonte: Biblioteca Nacional (Brasil); ilustração de J. B. Thierry Frères (1839).

As gravuras rupestres do litoral são mencionadas em uma carta de Francisco Manuel Raposo d'Almeida ao Conde de La Have, datada de 1865. Nessa correspondência[130] é registrado o conhecimento sobre a existência de gravuras em uma ilha do litoral:

> Nunca cheguei a ver, posto que por mais de uma vez me dispozesse a ir pessoalmente examinar esta inscrição. Existe em Santa Catharina um negociante Manoel Marques Guimarães, que me deu uma copia, que aliás não sei onde a tenho. Se V. Exa. se dirigir a elle, de certo será satisfeito. A existencia d'esta inscrição é muito sabida em Santa Catarina; e já houve um pescador muito pratico da ilha, que me disse haver, além do letreiro grande e outros mais pequenos. Navio […] - Parece-me que foi em 1859 ou 1860 que se fez esta descoberta de que todos os jornais deram noticias. Infelizmente, graças á indifferença proverbial dos brazileiros, não me consta que o governo, ou o Instituto mandassem fazer um exame d'essa preciosa reliquia archeologica. Nada mais posso dizer a V. Exa. sobre este importante assumpto. Talvez que alguma pessoa de Iguape ou Paranaguá, mais curiosa, possa dar alguma informação.

Somente em meados do século XX tiveram início os estudos científicos sobre as gravuras litorâneas, com a atuação de João Alfredo Rohr em Santa Catarina. Em 1946, o Pe. Rohr — que, à época, ainda não havia voltado sua vida à arqueologia — retirou da praia do Santinho um bloco de diabásio contendo uma gravura de representação humana. Esse ato provocou grande revolta na comunidade local e, posteriormente, suscitou opiniões divergentes entre os membros da comunidade arqueológica. Atualmente, no acervo do Museu do Homem do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, encontram-se duas gravuras: uma proveniente da Ponta das Campanhas, na Armação do Pântano do Sul, e outra da Ilha dos Corais.

A primeira referência em trabalho científico sobre as gravuras foi realizada por Rohr, que já estava envolvido com a questão arqueológica (Rohr, 1950a, 1950b). Em sua obra, o autor relata suas primeiras pesquisas arqueológicas, dedicando um pequeno capítulo às "inscrições rupestres". Rohr apresenta algumas tentativas[131] de decifrar o significado dessas inscrições, mas ressalta que "[…] o certo é que as inscrições, até hoje, se conservam indecifráveis, cerradas ante a curiosidade do homem" (Rohr, 1950b, p. 12). Os sítios mencionados nessa publicação foram Ilha de Porto Belo, Santinho I, Armação do Sul e Ilha dos Corais. Rohr também aponta semelhanças entre os tipos do sítio Santinho I (na época denominado Praia dos Ingleses) e os existentes nas Ilhas dos Corais e Porto Belo. As fotografias publicadas em 1950 ainda não apresentavam o uso de giz sobre as gravuras.

Mais tarde, em 1959, Rohr publicou *Pesquisas Paleo-Etnográficas na Ilha de Santa Catarina*, incluindo um pequeno trecho sobre as gravuras, no qual comenta a retirada dessas da Praia do Santinho e da Armação do Sul. Também menciona a existência de numerosas gravuras nas ilhas Moleques do Sul e Campeche. Essas representações já eram conhecidas pela população local, especialmente pelos pescadores que circulavam constantemente pelos costões.

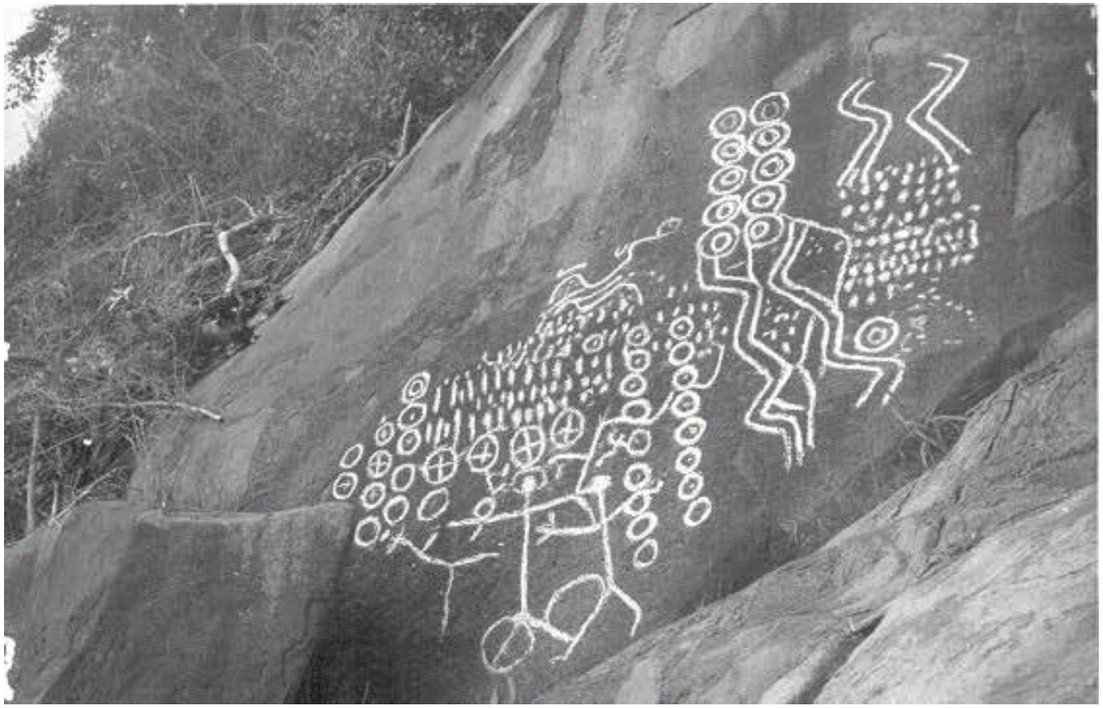
Somente em 1969 foi publicada a primeira obra dedicada exclusivamente ao tema, intitulada *Petroglifos da Ilha de Santa Catarina e Ilhas Adjacentes*, na qual Rohr apresenta os resultados das pesquisas sistemáticas realizadas em 1968 nos seguintes locais: Ilha João Cunha (Porto Belo), Praia do Santinho, Ilha do Arvoredo, Ilha do Campeche e Ilha dos Corais. As etapas para as cópias das gravuras foram: 1) retoque das gravuras com giz branco; 2) cópia em papel-manteiga usando pincel atômico; 3) as primeiras cópias eram repassadas novamente em papel vegetal; 4) do papel vegetal eram feitas

130 Documento copiado em 3/6/1957 por Moacir Poletto. *In:* Enciclopédia de Santa Catarina –vol 23/ antigo acervo do Almirante Carneiro. Setor de Santa Catarina (obras raras) da Biblioteca Central da UFSC.

131 Um exemplo é a interpretação que dá a representação da Armação do Sul (FIGURA 1): "O desenho representa provavelmente o sinal totem duma tribu (gato do mato ou onça pintada)" (Rohr, 1950a, p. 344).

cópias heliográficas; 5) as cópias heliográficas eram reforçadas com tinta preta para exposição; 6) essas últimas cópias eram fotografadas; 7) dessas fotografias eram feitas novamente cópias em papel vegetal, que serviam como matriz para publicação (Rohr, 1969).

Figura 3 – Vista parcial do painel do sítio Arvoredo I, com o destaque das gravuras feito em giz



Fonte: Acervo do Museu do Homem de Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr (1968).

Rohr, nas obras citadas, admite a repetição de motivos em diferentes ilhas, concluindo que as gravuras seriam o "[…] produto de uma mesma cultura ou grupo cultural" (Rohr, 1969, p. 3). Após o reconhecimento das gravuras rupestres pela comunidade científica, na década de 1970, André Prous e Walter Piazza descreveram os sítios de representação rupestre com base nessa última publicação de Rohr. No trabalho de síntese *Documents pour la Préhistoire du Brésil Méridional*, os autores dividiram as gravuras em quatorze tipos característicos. Nessa classificação, destacam a dificuldade em se tirar conclusões, uma vez que consideraram cada ilha como um todo, sem trabalhar os painéis de forma isolada. Também ressaltam a inexistência de estudos sobre a frequência desses tipos e suas associações nos painéis, questionando a validade de análises estatísticas devido à baixa quantidade de tipos representados (Prous e Piazza, 1977, p. 78-79).

Prous e Piazza apresentaram uma explicação difusionista para a presença de onze tipos na Ilha do Campeche, observando que ilhas periféricas, como a Ilha de Porto Belo, exibem uma tipologia mais pobre. A ideia de existência de um ou dois centros criadores na região central — sendo a Ilha do Cam-

peche um deles — encaixa-se em um modelo explicativo que os participantes do PRONAPA utilizavam para compreender a distribuição e variação dos tipos em determinado espaço. Alfonso Moure Romanillo faz uma crítica a esse tipo de pensamento evolucionista e difusionista ao afirmar: "[…] uma autêntica obsessão periodizadora, em que os apriorismos estilísticos tentam encaixar diferenças técnicas e estilísticas em sequências arqueológicas ainda não muito bem contrastadas[132]" (Romanillo, 1999, p. 25, tradução nossa).

Em 1978, Pedro Mentz Ribeiro concluiu que as gravuras do litoral catarinense formavam uma única tradição (Ribeiro, 1978, p. 20). Posteriormente, passou-se a utilizar a denominação "Tradição Litorânea Catarinense" para essas manifestações (Prous, 1989, 1992, 1994), ou simplesmente "Tradição Litorânea" em estudos mais recentes (Prous, 2019).

Em 1984, foi publicada uma síntese dos sítios arqueológicos do estado registrados por Rohr. Nessa publicação, os sítios com gravuras localizados no litoral foram denominados "sinalizações rupestres" (Rohr, 1973). Até aquele momento, eram conhecidos sítios com esse tipo de manifestação nas seguintes localidades: Ilha de João Cunha, Ilha do Arvoredo, Praia do Santinho, Ilha do Campeche e Ilha dos Corais[133] (Rohr, 1984).

Em caráter de levantamento, realizado entre 1987 e 1989, o projeto "Povoamento Pré-Histórico da Ilha de Santa Catarina" buscou um novo cadastramento com informações atualizadas dos sítios arqueológicos referentes às ocupações pré-históricas. Nesse trabalho, foram registrados novos sítios de representação rupestre. Os sítios descobertos por Rodrigo Lavina correspondem a Arvoredo IV, Arvoredo V, Santinho IV, Santinho V, Santinho VI e Ponta do Caçador III, enquanto os identificados por Rossano Lopes Bastos foram Praia Mole I e Morro das Aranhas II (Fossari, 1988a, 1988b, 1989). Na última década do século XX, o primeiro trabalho de Rodrigo Aguiar, publicado posteriormente, realizou um levantamento de todos os sítios entre a Ilha do Arvoredo e a Ilha dos Corais, analisando a existência de diferenças estilísticas (Aguiar, 1997, 2002). Apesar dos bons resultados no registro das gravuras, os trabalhos de Aguiar retomam a utilização da Fase do PRONAPA, elaborando três fases cronológicas para as mesmas: sambaquiana, cerâmica e final (Aguiar, 2001). Na tentativa de estabelecer uma tipologia, o autor afirma que "[…] através das figuras antropomórficas que se descobriu o caminho para, pela primeira vez, afirmar a data e o autor de uma das manifestações rupestres do litoral catarinense" (Aguiar, 2001, p. 52). As diferenças estilísticas podem ser interpretadas como variações ao longo do tempo; porém, outros parâmetros (como arte mobiliar e datações) são necessários para seu respaldo. O caráter subjetivo desse tipo de análise acaba por fornecer uma cronologia que pode ser facilmente contestada.

Marco Aurélio de Masi discute as limitações dos modelos explanatórios oferecidos pelos estudos em arte pré-histórica quando aplicados à realidade catarinense. O autor também critica os estudos realizados até aquele momento, limitados a levantamentos fotográficos, sem o apoio de análises etno-históricas voltadas às representações rupestres, as quais "[…] poderiam tentar estabelecer modelos interpretativos da arte gráfica destes grupos associados ao pensamento mítico-religioso e à sua adaptação ao meio ambiente" (De Masi, 2002, p. 55). No caso específico dessas representações litorâneas, esse tipo de estudo é de difícil execução, uma vez que não há associação clara com um grupo étnico específico.

132 "[…] una auténtica obsesión periodizadora, en la que los apriorismos estilísticos intentan encajar diferencias técnicas y estilísticas en secuencias arqueológicas aún no muy bien contrastadas".

133 Rohr registrou somente o primeiro sítio do Santinho e da Ilha do Campeche reuniu os sítios Pedra Preta do Norte, Saco da Rosa, Conforto, Letreiro, e Triste em um único registro.

No caso específico da Ilha do Campeche, Fabiana Ferret Soares buscou identificar uma fidelidade estrutural na reprodução das gravuras, bem como o período de ocupação da ilha, com base nas informações sobre a oscilação do nível do mar na costa catarinense (Soares, 2002, 2003).

As gravuras rupestres aqui estudadas também foram abordadas em duas teses de doutorado, embora não constituíssem o foco central dessas pesquisas, que se voltaram principalmente para o estabelecimento de vínculos de autoria. A tese de João Baptista da Silva, defendida em 2001, buscou articular o registro arqueológico das tradições Taquara, Itararé e Casa de Pedra ao registro etnográfico, etno-histórico e linguístico dos povos *Kaingang* e *Xokleng*, com o objetivo de construir uma etnoarqueologia dos grafismos das sociedades Jê meridionais (Silva, 2001). O autor considera os grafismos cerâmicos e rupestres (incluindo os da costa catarinense) como parte de um sistema de representações visuais desses grupos. As similaridades entre os grafismos arqueológicos e os grafismos etnográficos — como os presentes em trançados, tecidos, pinturas corporais, armas, entre outros — são destacadas a fim de reforçar a hipótese de continuidade cultural baseada em um sistema de representação visual proto-Jê meridional.

A tese de Teresa Domitila Fossari, concluída em 2004, teve como objetivo trabalhar com a ideia da existência de um sistema de assentamento pré-colonial Jê, aplicando a "análise de captação de recursos", na qual a Ilha de Santa Catarina é compreendida como um macroassentamento, e os sítios arqueológicos são analisados como unidades espaciais integradas (Fossari, 2004). Essa pesquisa dá ênfase às inter-relações entre as unidades espaciais por meio de quatro sítios escavados (Tapera, Caiacanga-Mirim, Ponta do Lessa e Rio do Meio) e suas relações com áreas específicas, como oficinas líticas e sítios de inscrições rupestres. O achado de um fragmento ósseo gravado nas escavações do sítio Rio do Meio constitui o ponto de partida para o exercício de associação das inscrições rupestres às populações pré-coloniais Jê na Ilha de Santa Catarina.

Ainda em 2004, uma pesquisa de mestrado realizou o levantamento fotogramétrico das gravuras do sítio Santinho I, gerando modelos tridimensionais em meio digital e documentando milimetricamente as representações rupestres (Duarte, 2004).

A tese de Fabiana Comerlato aborda as representações rupestres por meio do levantamento em campo e da análise de 28 sítios arqueológicos, incluindo muitos já conhecidos e outros registrados durante a pesquisa (Comerlato, 2005a). As análises dos dados de campo indicaram que os diques de diabásio foram preferencialmente utilizados como áreas de gravação; na ausência desses, optou-se pelo riolito e pelo aplito. Essas escolhas podem estar relacionadas às técnicas de confecção — como os locais preferidos para gravar — e ao resultado gráfico desejado. Assim, a predominância da localização da maioria dos sítios na costa leste da Ilha de Santa Catarina e nas ilhas adjacentes está condicionada à ocorrência dos diques de diabásio, mais frequentes do oeste para o leste (FIGURA 4). Além disso, entre os tipos de relevo das costas rochosas, observa-se predominância de sítios em áreas de alto ou médio declive, em falésias escarpadas e compostas (Comerlato, 2005a).

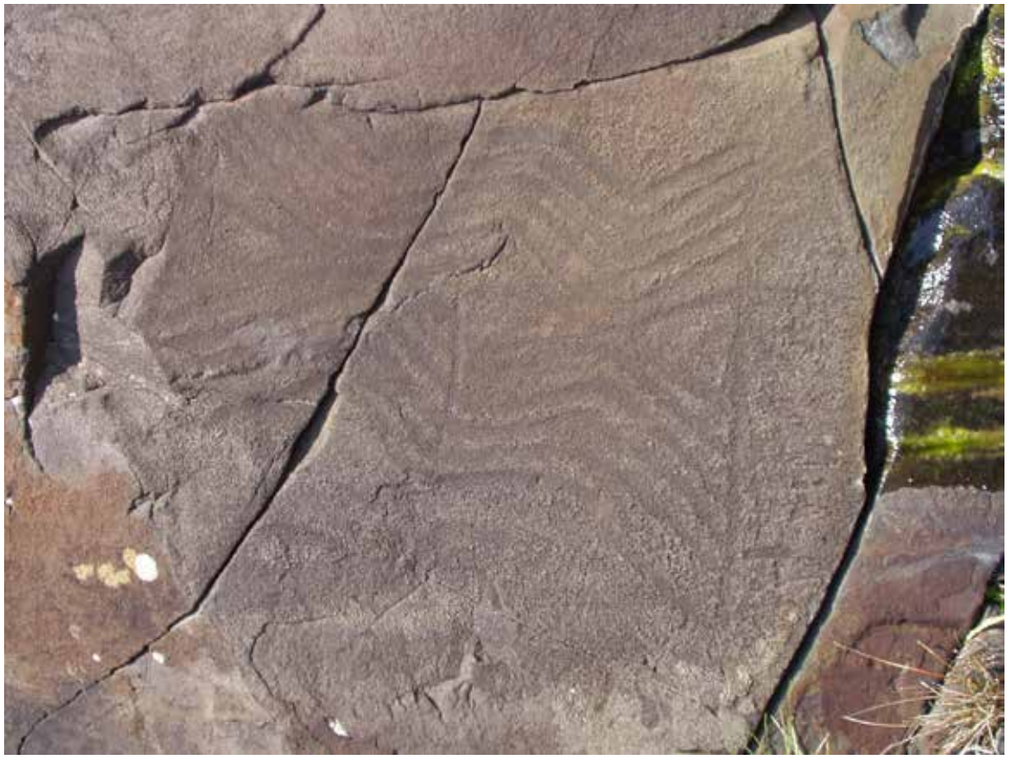
Figura 4 – Vista parcial do sítio Santinho III. Na imagem, observa-se o dique de riolito porfirítico (bege claro) e o dique de diabásio (cinza escuro). Acima, destaca-se a típica vegetação pioneira de costão rochoso. Na porção inferior, Nelson Comerlato aparece descansando após realizar a trilha



Fonte: Fotografia de Fabiana Comerlato (2002).

Através da geometria descritiva, as representações rupestres foram classificadas em 12 tipos e 69 subtipos, sendo os mais recorrentes as circunferências, as linhas retas e as linhas retas em ângulo agudo e obtuso com reflexão em espelho. Durante a análise das figuras e suas simetrias, foi possível identificar diferentes operações de simetria na elaboração das representações rupestres catarinenses. As formas geométricas e o caráter simétrico na construção das gravuras foram elementos fundamentais para a criação de um estilo de produção gráfica (FIGURA 5). Isso revela uma percepção própria na elaboração das representações, característica cultural dos seus autores, evidenciando uma gramática plástica singular (Comerlato, 2005a).

Figura 5 – Gravura rupestre do sítio arqueológico Ingleses IV, classificada por Comerlato como J4, "Ampulheta" dupla.
O tipo "J" é composto por figuras complexas, dispostas vertical e horizontalmente, apresentando diversas variações e associações com outras figuras



Fonte: Fotografia de Fabiana Comerlato (2004).

Os limites geográficos das representações, a utilização da simetria na construção de formas específicas e a escolha dos diques em falésias rochosas marcam a construção de um espaço semântico das populações pré-históricas, delimitado por uma faixa de maior ocorrência de ilhas costeiras, que corresponde atualmente ao litoral central catarinense. Dessa forma, pode-se afirmar que, entre Porto Belo e Garopaba, existiu um território rupestre. Isso indica que as representações rupestres funcionavam, de certo modo, como um código visual comum a grupos culturais específicos. Essa unidade gráfica entre os sítios estudados, mesmo sem permitir a apreensão do significado das representações rupestres, revela que esses espaços eram, para seus criadores, parte integrante de seu território simbólico e identitário (Comerlato, 2005a).

Nos últimos anos, o filósofo Rodrigo Dalmolin Santos tem identificado novos sítios e outras gravuras antes desconhecidas em locais já registrados. Dalmolin vem percorrendo as trilhas costeiras entre os promontórios que separam as praias, principalmente na porção leste da Ilha de Santa Catarina, localizando essas ocorrências. A 11ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Ministério Público Federal têm visitado esses novos sítios e incorporado-os ao cadastro nacional. Ainda, a equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia Professor Oswaldo

Rodrigues Cabral da Universidade Federal de Santa Catarina (MArquE/UFSC), durante o projeto "Florianópolis Arqueológica", realizou uma atualização dos sítios arqueológicos da capital catarinense, incluindo, por exemplo, os sítios de representação rupestre Matadeiro III, Morro das Aranhas III, Ponta das Canas V e Ponta dos Ingleses I (Pereira, 2021).

3 SERRA

Os sítios de representações rupestres da serra catarinense localizam-se nos vales do rio Pelotas e do rio Canoas, formadores do rio Uruguai. Referimo-nos a sítios de gravuras feitas por raspagem, em alguns casos com vestígios de pigmentos nos sulcos, caracterizados, em sua maioria, por figuras geométricas.

As representações do planalto apresentam-se em grutas, abrigos sob rocha e a céu aberto. As técnicas de execução são, em sua maioria, gravações por incisão com secção em "V"; ocorre também a preparação da área por picoteamento e o relevo parietal em "demi-relief" (FIGURA 6). As categorias de representação podem ser divididas em humanas (figurações frontais de faces), traços indeterminados e figuras geométricas (linhas, triângulos, quadriláteros, circunferências).

Figura 6 – Gravura do sítio arqueológico Morro do Avencal I: representação de uma face humana rebaixada por raspagem, formando um "demi-relief"



Fonte: Fotografia de Rafael Corteletti (2016).

A área onde se localizam as gravuras situa-se na zona de Campos de Lages, em altitudes entre 400 e 1200 metros. Geologicamente, essa região abarca três séries: Tubarão (composta por rochas sedimentares areníticas e xistos ou folhelhos escuros, denominada Grupo Itararé), Passa Dois (Permiano, com rochas sedimentares da Formação Serra Alta, incluindo folhelhos argilosos e argilitos, folhelhos escuros e calcários) e São Bento (arenito Morro Pelado e derrames basálticos). Os sítios de gravuras conhecidos estão nas camadas de arenito permiano da Formação Botucatu, em locais mais elevados das encostas ou em blocos desagregados dessas camadas. Entretanto, há relatos de sítios de gravuras também nas camadas basálticas da Serra Geral.

Quanto à formação rochosa dos sítios rupestres da serra catarinense:

> A Formação Botucatu está exposta em Santa Catarina numa faixa estreita e contínua, seguindo o contorno da escarpa basáltica da Serra Geral. […] A maioria dos autores atualmente considera a formação como constituída predominantemente por arenitos regularmente a bem selecionados, finos a médios (classe modal dominante de areia fina), com pouca matriz, estratificações cruzadas tangenciais de grande a médio porte, quartzosos, friáveis (às vezes silicificados), grãos foscos, em geral bem arredondados. As estruturas sedimentares mais sugestivas do Botucatu são as estratificações cruzadas de grande porte, sendo comuns as sequências de até 15 m de altura (Silva, 1987, p. 153-154).

A notícia mais remota até o momento sobre trabalhos com gravuras rupestres no Planalto de Santa Catarina data da segunda década do século XX. Isso porque a primeira informação conhecida sobre o tema é atribuída a Jorge Clarke Bleyer, médico alemão que, em 1913, noticiou a existência de cavernas no planalto catarinense durante a XVIII Congresso Internacional de Americanistas, em Londres (Piazza, 1966). A partir desse informe preliminar, em 1919 foi publicada a obra intitulada *Contribuição para o estudo dos troglodytas das cavernas do Planalto do Brasil* (Prous, 1992). Ao que se sabe, não se trata de um estudo aprofundado sobre o tema, mas sim da notícia da existência de vestígios pré-coloniais na região serrana, com conclusões especulativas que enfatizavam o caráter supostamente inusitado de alguns contextos arqueológicos, sobretudo restos humanos e materiais líticos encontrados nas galerias subterrâneas.

Anos mais tarde, em 1931, o arqueólogo austríaco Padenberg-Drenkpol, contratado pelo Museu Nacional, retomou o tema ao atender o chamado de José Batista Roza, catarinense de Florianópolis, que, em carta, notificava a existência de galerias subterrâneas com gravuras. Nessa correspondência, informava sobre os trabalhos de desobstrução da galeria, realizados com a finalidade de encontrar minas de prata. Dessa visita, Padenberg-Drenkpol publicou, em 1933, o trabalho intitulado *Mysteriosas galerias subterrâneas em Santa Catarina*, cujo único objetivo era desmistificar o caráter pré-colonial das evidências das cavernas e dos "glifos", que acreditava serem gregos, atribuindo-lhes uma idade recente, do final do século XIX (Drenkpol, 1933). Para esse autor, as galerias e gravuras foram feitas por ocasião da abertura de buracos para a localização de ouro e prata, realizados por Antônio Marques Arzão; essa condição teria feito com que as galerias subterrâneas com gravuras fossem conhecidas localmente como "minas de Arzão" (Drenkpol, 1933). Indiferente à antiguidade que Padenberg-Drenkpol atribuiu às galerias, mas segundo sua interpretação, fica claro que, efetivamente, não se tratam de galerias e gravuras naturais, e sim feitas inequivocamente por ação humana.

Após esses dois momentos iniciais, um retorno ao tema só ocorreria trinta e cinco anos depois, no final dos anos 1960, com Walter Piazza e Pe. Alfredo Rohr. Tratam-se de pesquisas distintas, realizadas paralelamente na região de Campos de Lages.

Com relação ao trabalho do primeiro autor, imbuído de um forte enfoque histórico-cultural, baseado no esquema das tradições arqueológicas vigentes na época, Piazza escavou os sítios de galerias subterrâneas com o intuito de identificar estágios culturais dos habitantes da área serrana (Piazza, 1967). Ao longo de suas incursões de campo, realizou levantamentos, desenhos e sondagens em grutas na região serrana, na zona dos Campos de Lages, nos municípios de São Joaquim e Urubici. Naquele momento, localizou dezesseis sítios, dentre os quais cinco casas subterrâneas, quatro abrigos sob-rocha (com ou sem gravuras), três sítios cerâmicos, um sítio lítico aberto, um sítio de gravuras e dois sítios-oficinas.

No universo dos sítios localizados, os três que contêm gravuras rupestres foram inseridos na Fase Urubici. Contudo, percebe-se que as fases definidas por Piazza apresentam uma coesão lógica, sempre justificada pelo compartimento ambiental no qual os sítios estavam inseridos, mas nem sempre apresentam relação direta com os contextos arqueológicos observados. Essa situação fica evidente especialmente no caso das gravuras, cujos sítios estão isolados, em abrigos sob-rocha ou nas galerias subterrâneas, de modo que não fica clara qual a relação existente entre eles, exceto pelo fato de estarem todos no arenito permiano. Ademais, o universo de sítios levantados é pequeno para a determinação de categorias fechadas, sendo que algumas fases são determinadas por apenas um sítio, como no caso da Fase Ibirama.

Paralelamente ao trabalho de Piazza, Pe. Alfredo Rohr também estudou sítios na área dos Campos de Lages, abrangendo os municípios de Alfredo Wagner, São Pedro (Canudo), Petrolândia, Rancho Queimado, Atalanta, Imbuia, Urubici, Ituporanga, Bom Retiro, Lages e São Joaquim (Rohr, 1971). Do total de sessenta e sete sítios localizados, cinco apresentam representações rupestres, quinze são sepultamentos em abrigos sob-rocha, quatorze casas subterrâneas, dezenove galerias subterrâneas, oito terreiros de antigas aldeias, dois sítios cerâmicos e cinco sítios líticos. Influenciado pelos aportes histórico-culturais da época, Rohr realizou descrições detalhadas dos sítios, caracterizando-os pelo tipo de evidência, e ofereceu poucas interpretações sobre os contextos arqueológicos.

Porém, em relação aos cinco sítios com gravuras, Rohr apresenta um dado extremamente relevante para o entendimento da arqueologia regional ao associar entre si três sítios localizados em abrigos sob-rocha (SC-Urubici-1, SC-Urubici-2 e SC-Urubici-14) e o sítio em bloco isolado (SC-Petrolândia-11), considerando a maneira de execução das gravuras, o suporte utilizado e as figuras gravadas. Com base nesses critérios, exclui do grupo o único sítio situado em galeria subterrânea (SC-Urubici-34) (Rohr, 1971).

Anos mais tarde, com base exclusivamente nos trabalhos de Piazza e Rohr, foram elaboradas três sínteses sobre o tema: a primeira por Piazza e Prous (1977), a segunda por Mentz Ribeiro (1978) e a terceira por André Prous (1980, 1992, 1994).

Prous e Piazza organizaram os temas das gravuras rupestres em três categorias: temas geométricos, linhas curvas e temas naturalistas, criando uma grade temática preliminar (TABELA 1). Os autores sugerem que os temas naturalistas (faces humanas e quadrúpedes) seriam uma evolução dos temas geométricos. Embora não argumentem essa hipótese explicitamente, pode-se supor que essa explicação decorre do fato de as faces serem esquemáticas (Piazza e Prous, 1977).

Tabela 1 – Painéis com representações rupestres no planalto serrano catarinense (em “X” mais de uma gravura e com “+” apenas uma gravura no painel)

Temas	Rio Dos Bugres	Morro Pelado II	Morro do Avencal I				Avencal II	Casa de Pedra
			Painel I	Painel IV	Painel II	Painel III		
Face antropomorfa			X					
Triângulo Antropomorfo	+		X					
Triângulo com cúpule	X	X	X					
Triângulo com barra	X	X	X					
Retângulo com cúpule			X			X	X	
Retângulo com diagonais			+					
Retângulo com linhas verticais				+	X			
Triângulo vazio		X		X				
Retângulo com linhas cruzadas		+		X				
Quadrúpede				+				
Séries de cúpules				X				
Círculo ou cúpule isolada				X			X	X
Linhas curvas								X

Fonte: Traduzido e adaptado por Prous e Piazza (1977).

No que tange à síntese de Ribeiro, ao traçar comparações entre as gravuras do planalto rio-grandense, as do planalto catarinense, as do litoral catarinense e as pinturas do segundo planalto paranaense, ele consideraria cada uma dessas regiões como zona de uma tradição arqueológica. No caso do planalto catarinense, Ribeiro entende que as gravuras constituem um conjunto único, excetuando-se as da localidade de São Pedro, ou Casa de Pedras, que apresentam alguns motivos semelhantes aos observados na margem do planalto do Rio Grande do Sul (Ribeiro, 1978).

Por sua vez, a síntese de André Prous classifica todas as gravuras do sul do Brasil como *Tradição Geométrica Meridional*, destacando as diferenças qualitativas e quantitativas entre as regiões, e classificando as do planalto catarinense como a "sub-tradição Morro do Avencal" (Prous, 1992; Prous, 1994). Contudo, o sítio Morro do Avencal I, principal referência dessa sub-tradição, apresenta uma grande diversidade gráfica entre os quatro painéis, característica que não se observa nos demais sítios registrados na região.

Na recente coletânea sobre a arqueologia pré-colonial brasileira, Prous classificou os sítios de representação rupestre da serra como integrantes da "Tradição Geométrica" — expandindo essa tradição para outras regiões brasileiras — e, devido às diferenças regionais, renomeou-os como "fácies Morro do Avencal" ou "de caretas" (Prous, 2019).

Vale ressaltar que os levantamentos de sítios rupestres no planalto catarinense partiram do pressuposto de que a camada de arenito permiano das serras, por ser mais mole, seria mais propícia e facilitada para a gravação ou escavação. É importante explicitar que podem existir sítios em formações geológicas diferentes do arenito. Na margem do planalto do Rio Grande do Sul — que apresenta conformação geológica similar à da margem catarinense — foi localizado o sítio de gravuras RS-PQ-32, inserido em camada geológica correspondente a derramamento basáltico, com suporte caracterizado como lajedo, distinto de tudo que se conhece para essa região (Caldarelli, 2004).

Ainda cabe lembrar que as pesquisas com gravuras nessas áreas foram realizadas no âmbito de programas com etapas de campo relativamente curtas, mas com objetivos amplos. Isso porque o interesse era construir um quadro arqueológico regional, valorizando a diversidade dos sítios arqueológicos. Nesse contexto, foram localizados sobretudo os sítios rupestres mais acessíveis. Não se pode esquecer que existem registros de outros sítios na região, inclusive mencionados pelos próprios autores que trabalharam com o tema (Piazza, 1966; Rohr, 1971).

No século XIX, nas últimas décadas, a região serrana vem sendo estudada de forma sistemática, trazendo importantes discussões e resultados, como os vinculados ao Projeto Arqueológico Alto Canoas (PARACA). A tese de Rafael Corteletti trouxe uma nova interpretação das paisagens das populações Jê no município de Urubici (Corteletti, 2013).

O sítio Morro do Avencal I, principal sítio da região, foi documentado por meio da técnica de Fotografia Computacional *Reflectance Transformation Imaging* (RTI) e pela vetorização (decalque digital), contabilizando 117 gravuras (Oliveira, 2018). Observa-se que o uso dessas novas tecnologias proporcionou maior precisão no processo de documentação, além de ampliar a acessibilidade aos dados[134]. Outro dado relevante a ser destacado é que o sítio Morro do Avencal I é o único no sul do Brasil em que foi confirmada a existência de gravuras pintadas, resultado da análise química de amostras coletadas, provavelmente uma mistura de cera de abelha e carvão de planta C3 (arbórea) (Corteletti *et al.*, 2021).

134 O banco de dados está disponível em DOI: https://doi.org/10.5284/1031218.

Figura 7 – Vista parcial do painel 1, localizado mais ao norte do sítio Morro do Avencal I.
O painel tem aproximadamente 6 m² de extensão e é composto, em sua maioria, por representações humanas segmentadas, especialmente faces



Fonte: Fotografia de Rafael Corteletti (2016).

4 OUTRAS ÁREAS

Outros sítios de gravuras foram documentados por arqueólogos, como o sítio Caxambu do Sul IV, em Caxambu do Sul, registrado por João Alfredo Rohr, e a Caverna do Alemão, em Porto União (Comerlato, 2005b). Em sua pesquisa de mestrado, Sérgio Roberto Ferreira dos Santos analisa as alterações naturais e antrópicas ocorridas no abrigo Caverna do Alemão, destacando processos como a dissolução dos arenitos, além da presença de concreções, nódulos e líquens (Santos, 2006). As gravuras geométricas estão localizadas em um abrigo de formato ovalado, em arenito da Formação Botucatu, com evidências de fogueira e instrumentos líticos associados (Santos, 2006).

Nos últimos dez anos, foram identificados sítios de gravuras no extremo sul catarinense, configurando-se uma nova área de pesquisa no âmbito do projeto Arqueologia entre rios: do Urussanga ao Mampituba (Campos *et al.*, 2013). Nesta região, destaca-se o sítio Toca do Tatu, localizado em uma

paleotoca, que apresenta gravuras em sulcos alinhados, gradeados e figuras geométricas sobre rocha sedimentar da Formação Botucatu, no município de Timbé do Sul (Cezaro, 2016). O sítio Malacara I consiste em um conjunto de gravuras geométricas dispostas em um matacão de basalto dentro do rio, no cânion Malacara (Cezaro *et al.*, 2013). As gravuras foram realizadas por picoteamento, formando áreas delimitadas em formas triangulares, distintas daquelas encontradas na serra e no litoral (Cezaro *et al.*, 2019).

Em São Francisco do Sul, o abrigo "Casa de Pedra" apresenta pinturas rupestres. As escavações no piso de moluscos do abrigo revelaram datações de sua ocupação em torno de 4.330 ± 700 e 5.670 ± 850 anos AP (Bandeira *et al.*, 2020). Trata-se de um sambaqui sob rocha, situado em uma gruta, com dois painéis de pinturas compostos por figuras geométricas em vermelho e amarelo (verificáveis após realce da imagem). Pela sua importância e ineditismo, seria interessante o aprofundamento dos estudos em Arqueometria para a verificação da composição química dos pigmentos.

Estas novas descobertas e pesquisas indicam áreas até então desconhecidas pela arqueologia e evidenciam a necessidade de estudos acadêmicos sobre arte rupestre de forma mais sistemática e contínua em Santa Catarina.

5 UM PATRIMÔNIO AMEAÇADO

O texto apresentado evidenciou a trajetória de diversos profissionais da arqueologia que atuaram no registro e estudo das representações rupestres a partir dos anos 1960. Verificou-se que cada época dedicou olhares e problemáticas distintas para a compreensão do universo simbólico pretérito. Nesse sentido, as áreas do litoral e da serra catarinense possuem legados próprios de "momentos" e "rupturas" na produção arqueológica; portanto, ambas carecem de continuidade e de programas de pesquisa a longo prazo.

Em termos de visibilidade pública, as gravuras rupestres do litoral tornaram-se conhecidas pela população local, por turistas e por pesquisadores de outros estados. Em 1998, iniciou-se o processo de tombamento da Ilha do Campeche, localizada na porção leste da Ilha de Santa Catarina, que foi oficialmente tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 2000. Esse reconhecimento deveu-se ao importante conjunto de sítios rupestres, composto por gravuras e oficinas líticas na paisagem, além do forte apelo cênico, dada a composição geológica e a cobertura vegetal. Decorridos mais de 20 anos desde o tombamento, as ações educativas propiciaram um maior engajamento da população local e dos turistas na preservação dos sítios.

Após o tombamento, a visitação turística passou a ser realizada por monitores, moradores da própria comunidade, que receberam formação promovida pelo IPHAN em parceria com outras instituições (Comerlato, 2002). Posteriormente, percebeu-se a necessidade de criar o Instituto Ilha do Campeche, responsável atualmente pela gestão do Programa de Visitação e Conservação da Ilha do Campeche. Dentro desse programa, desde 2012, o projeto "Escolas na Ilha do Campeche" investe no processo de aprendizagem dos jovens das escolas locais, que, por meio das práticas de educação patrimonial, passam a valorizar e a desenvolver um sentimento de pertencimento em relação ao patrimônio local (Santos, 2018).

No contexto da serra catarinense, o sítio de maior visibilidade é o Morro do Avencal I, devido ao seu fácil acesso e à vista panorâmica que oferece. A visão do sítio é magnífica, com o vale do rio Canoas e, no mesmo patamar, outros afloramentos naturais de arenito. O local conta com sinalização indicativa pela rodovia SC-430, que é o caminho para o Parque Nacional de São Joaquim. Contudo, a visita ao sítio é cobrada por um estabelecimento comercial, o que pode constranger pessoas interessadas em conhecer um patrimônio público e um bem cultural que deveria estar à disposição da comunidade para usufruto livre.

As representações rupestres ainda são alvo de *fake news*, que inventam acontecimentos, estabelecem ligações históricas inexistentes — uma verdadeira guerra ideológica que desconecta os testemunhos arqueológicos dos povos indígenas, atribuindo-lhes outros sentidos e vínculos étnicos. É preciso combater o racismo contra os povos indígenas, pois essas ações devem ser tipificadas como crimes, uma vez que suprimem os direitos desses povos à sua memória ancestral. Templários[135], fenícios[136], chineses[137] — e quem sabe mais que outra civilização não ameríndia — já foram outorgados como supostos autores das representações rupestres em Santa Catarina. Repudiamos veementemente o racismo e suas forças ocultas. Valorizemos a história indígena de longa duração.

Podemos concluir que, apesar de todos os estudos científicos já realizados e da crescente pressão turística sobre o litoral, o investimento em programas permanentes de pesquisa e monitoramento dos sítios arqueológicos por parte dos órgãos governamentais — nas esferas federal, estadual e municipal — ainda é baixo ou inexistente. A serra catarinense é outra região em que as representações rupestres carecem de maior atenção, com a urgência de pesquisas arqueológicas contínuas e da implementação de um plano de gestão específico para esse patrimônio. Sem pesquisa científica, financiamento adequado e uma gestão participativa, o patrimônio arqueológico rupestre catarinense dificilmente alcançará sua plena valorização.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. **Levantamento de Arte Rupestre na Ilha de Santa Catarina e Ilhas Adjacentes**. 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

AGUIAR, R. **Arte Indígena e Pré-histórica no Litoral de Santa Catarina**. Florianópolis: Bristot, 2001.

AGUIAR, R. **Manual de Arqueologia Rupestre**: uma introdução ao estudo da arte rupestre na Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes. Florianópolis: IOESC, 2002.

BROT, J. L'utilisation des reliefs naturels dans l'art gravé et sculpté pariétal du paléolithique supérieur français. **Archéologie et Préhistoire**, [S. l.], 2005. Disponível em: Dumas-00357629. Acesso em: 9 out. 2023.

CALDARELLI, S. **Relatório Final 02**: Levantamento arqueológico da margem direita do Rio Pelotas, SC. v. 1. Florianópolis: Scientia Ambiental, 2004.

CAMPOS, J. B.; SANTOS, M. C. P.; ROSA, R. C. da; RICKEN, C.; ZOCCHE, J. J. Arqueologia entre rios: do Urussanga ao Mampituba. registros

135 SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira – Notícias – Nota de Repúdio - peça publicitária. Disponível em: https://www.sabnet.org/informativo/view?TIPO=1&ID_INFORMATIVO=1002. Acessado em 06 out. 2023.

136 Trilha da Oração. https://arqueoastronomia.com.br/trilhas/trilha-da-oracao. Acessado em 06 out. 2023.

137 MArquE. Disponível em: https://museu.ufsc.br/nota-de-posicionamento-gravuras-rupestres-do-litoral-de-santa-catarina/. Acessado em 06 out. 2023.

arqueológicos pré-Históricos no Extremo Sul Catarinense. **Cadernos do LEPAARQ** (UFPEL), v. 10, n. 20, p. 9-39, 30 set. 2013. DOI: https://doi.org/10.15210/lepaarq.v10i20.2127 . Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarq/article/view/2127. Acesso em: 9 out. 2023.

CEZARO, H. S. de. **A arte pré-histórica no Extremo Sul Catarinense – SC**: um estudo de caso do sítio de arte pré-histórica "Toca do Tatu" e das ocorrências Malacara, Josafaz I e Salto da Serrinha. 2016. Dissertação (Mestrado em história) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

CEZARO, H. S. de; BRAGA, A. S.; SANTOS, M. C. P.; ZOCCHE, J. J.; CAMPOS, J. B. A Arte rupestre do Extremo Sul Catarinense: o caso do Sítio Malacara I – Santa Catarina – Brasil. **Tecnologia e Ambiente**, [S. l.], v. 17, 2013. Disponível em: https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/tecnoambiente/article/view/1212. Acesso em: 4 out. 2023.

CEZARO, H. S. de; CAMPOS, J. B. A ocorrência de arte pré-histórica Malacara I: Considerações técnicas e tipológicas. **Clio Arqueológica**, Recife, v. 3, n. 1, p. 11-37, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica/article/view/246272/35426. Acesso em: 8 out. 2023.

COMERLATO, F. Preservação, Educação e Patrimônio: a experiência do Curso de Capacitação dos Monitores da Ilha do Campeche. **Revista de Arqueologia do IPHAN**. Florianópolis, p. 39-46, 2002.

COMERLATO, F. Gravuras rupestres em Santa Catarina, como pensá-las na atualidade? **Revista do Cepa**. Santa Cruz do Sul, v. 28, n. 40, p. 15-33, jul./dez. 2004.

COMERLATO, F. **As representações rupestres do litoral de Santa Catarina**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005a.

COMERLATO, F. As representações rupestres do Estado de Santa Catarina, Brasil. **Revista Ohun** – Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFBA, Salvador. v. 2, n. 2, p. 150-164, outubro, 2005b.

CONSENS, M.; BESPALI DE CONSENS, Y. Fundamentos para la aplicación de técnicas documentales en la investigación del Arte Rupestre. *In:* ENCUENTRO DE ARQUEOLOGÍA DEL LITORAL, 5., 1977, Fray Bentos, Uruguai. **Anais [...]**. Fray Bentos: Museo Municipal de Historia Natural, 1977. p. 143-152.

CORTELETTI, R. **Projeto arqueológico Alto Canoas – Paraca**: um estudo da presença Jê no planalto Catarinense. 2013. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CORTELETTI, R.; SOARES, M. S.; LABRADOR, B.; DEBLASIS, P. Southern Jê engravings at Morro do Avencal: Preliminary archaeometrical analysis and interpretation of a rock shelter in Southern Brazil. **Journal of Archaeological Science**: Reports, v. 35, art. 102721, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2020.102721. Acesso em: 09 out. 2023.

DEBRET, J. B. **Inscription du rocher dos Arvoredos, des Buissons**. [1839]. 1 imagem. *In:* BRASILIANA ICONOGRÁFICA. [S. l.: s. n.], [ca. 1839]. Disponível em: https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/17177/inscription-du-rocher-dos-arvoredos-des-buissons. Acesso em: 9 out. 2023.

DE MASI, M. A. N. de. A arte pré-histórica da Ilha do Campeche. **Revista do IPHAN**, Florianópolis, n. 30, p. 47–56, 2002. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/28994460/A-arte-pre-historica-da-ilha-do-campeche. Acesso em: 9 jul. 2025.

DUARTE, A. A. M. **A fotogrametria a curta distância como uma ferramenta de documentação das inscrições rupestres**: estudo de caso sítio arqueológico Santinho Norte I – SC. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

FOSSARI, T. D. (coord.). **O povoamento pré-histórico da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: MU/UFSC, 1988a. 2º Relatório Parcial.

FOSSARI, T. D. (coord.). **O povoamento pré-histórico da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: MU/UFSC, 1988b. 3º Relatório Parcial.

FOSSARI, T. D. (coord.). O **povoamento pré-Histórico da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: MU/UFSC, 1989. 4º Relatório Parcial.
FOSSARI, T. D. **A população pré-colonial Jê na paisagem da Ilha de Santa Catarina**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
LANGER, J. **Ruínas e Mito**: A Arqueologia no Brasil Império. 2000. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.
OLIVEIRA, G. P. de. **Uma Nova Luz sobre o Sítio Morro do Avencal 1**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia – Arqueologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.
PADBERG-DRENKPOL, J. A. Mysteriosas galerias subterraneas em Santa Catharina. **Separata do Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. IX, n. 1, 1933.
PEREIRA, T. Florianópolis marcada na pedra: amoladores-polidores fixos e representações rupestres. *In:* BUENO, L.; REIS, L. B. (org.). **Florianópolis arqueológica** [recurso eletrônico]. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021. cap. 8, p. 236-268.
PIAZZA, W. **As grutas de São Joaquim e Urubici**. Florianópolis: UFSC, 1966.
PIAZZA, W. As fontes primárias da história: fontes arqueológicas catarinenses. *In:* SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 3., 1967, Franca. **Anais [...]**. São Paulo: UFSC, 1967.
PIAZZA, W. A área arqueológica dos "Campos de Lages". **Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas**, Belém, Publicações Avulsas, n. 13, 1969.
PILATI, R. **Ciência e pseudociência**: por que acreditamos em que queremos acreditar. São Paulo: Contexto, 2018.
PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UnB, 1992.
PROUS, André. L'art rupestre du Brésil. **PréHistoire Ariégeoise**, Paris, v. 49, p. 77–144, 1994. Publicação do Bulletin de la Société Préhistorique de l'Ariège.
PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**: a pré-história e os verdadeiros colonizadores. Cuiabá-MT: Archeo; Carlini & Caniato Editorial, 2019.
PROUS, A.; PIAZZA, W. Documents pour la préhistorie du Brèsil Meridional. **Chiers d'Amerique du Sud**, Paris, n. 4, p. 1-178, 1977.
RIBEIRO, M. P. A arte rupestre no sul do Brasil. **Revista do Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas**, Santa Cruz do Sul, n. 7, p. 1-27, 1978.
ROHR, J. A. Contribuição para a Etnologia Indígena do Estado de Santa Catarina. *In:* CONGRESSO DE HISTÓRIA CATARINENSE, 1., 1950, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950a. v. 2, p. 335-450.
ROHR, J. A. **Contribuição para a Etnologia Indígena do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950b.
ROHR, J. A. Os sítios arqueológicos no Planalto Catarinense, Brasil. **Pesquisas**, São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 24, 1971a.
ROHR, J. A. **Desvendando o Mistério das Galerias Subterrâneas**. Livro da Família, Porto Alegre, 1971b. p.104-107.
ROHR, J. A. Paleo-Etnográficas na Ilha de Santa Catarina. **Pesquisas**, São Leopoldo, n. 3, p. 199-266, 1959.
ROHR, J. A. Petroglifos da Ilha de Santa Catarina e Ilhas Adjacentes. **Pesquisas**, Série Antropologia, São Leopoldo, n. 19, 1969.
ROHR, J. A. Sinalações Rupestres em Santa Catarina. *In:* SIMPÓSIO INTERNACIONAL AMERICANO DE ARTE RUPESTRE, 4.; REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 25., 1973, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1973.
ROHR, J. A. Sítios Arqueológicos de Santa Catarina. **Anais do Museu de Antropologia da UFSC**, Florianópolis, n. 17, p. 76-167, 1984.
ROMANILLO, A. M. **Arqueología del arte prehistórico en la Península Ibérica**. 1. ed. Madrid: Editorial Síntesis, 1999.
SANTOS, M. J. dos. **Educação Patrimonial do Projeto Escolas na Ilha do Campeche**: interfaces entre Memória e Identidade. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SANTOS, S. R. F. dos. **Espeleogênese dos abrigos areníticos com registros arqueológicos no centro-norte catarinense**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
SILVA, J. B. da. **Etnoarqueologia dos Grafismos Kaingang**: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
SILVA, L. C. da. Geologia do Pré-Cambriano e o Paleozóico de Santa Catarina. *In:* DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM); COMPANHIA DE RECURSOS MINERAIS (CRM). **Textos Básicos de Geologia e Recursos Minerais de Santa Catarina**. Série: Mapas e Cartas de Síntese, n. 3. Florianópolis, 1987. p. 135-167.
SOARES, F. F. Expressões Gráficas na Ilha do Campeche, Município de Florianópolis – SC. **Histórica**, Porto Alegre, n. 6, p. 61-72, 2002.
SOARES, F. F. **Expressões Gráficas na Ilha do Campeche – SC**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
VIALOU, D. PréHistorique (Art). *In:* **ENCYCLOPEDIA UNIVERSALIS**. Paris, v. 15, p. 54-61, 1988.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos aos editores do livro pelo convite; a Rafael Moreira Nascimento, pela produção do mapa; a Rodrigo Dalmolin, pelas trocas de informações; e a Rafael Corteletti, pela cessão de uso de suas fotografias e pelas reflexões partilhadas.



GRAVURAS RUPESTRES NO RIO GRANDE DO SUL

Lizete Dias de Oliveira[138]

1 INTRODUÇÃO

Contam os Guarani que, após receberem uma iluminação dos *Nhẽe Rue Te*, os espíritos originais, os filhos de *Ñanderú* saíram do *Yvy Mbyte*, o Centro da Terra, e iniciaram uma caminhada em direção ao sol poente (Popygua, 2017).

Eles encontraram montanhas (*yvyty*) de difícil acesso, que chamaram de *Ytajekupe*, a Muralha de Pedras, a Cordilheira dos Andes. O tempo passou, e eles chegaram a um lugar onde havia muito sal, que chamaram de *Yvyjuky*, a Terra Feita de Sal. Não permaneceram ali, pois não podiam plantar nem formar um *Tekoá*, um lugar para viver do jeito Guarani.

O tempo passou, e eles continuaram caminhando, dando nomes a cada lugar que encontravam. Chegaram a um espaço aberto e totalmente branco, que chamaram de *Yvyku'ixirenda*, a Morada da Terra Branca. Ali havia muita areia (*Ytaku'i*). O tempo seguiu seu curso, e eles continuaram caminhando até encontrarem a morada do Espírito do Fogo — as montanhas que expeliam *tataryku*, o fogo líquido, as lavas do vulcão.

Continuaram caminhando até chegarem ao lugar do sol poente, onde sopravam ventos frios, havia montanhas de gelo e a água era muito salgada. Chamaram esse lugar de *Mymba Reta*, *Ypo*, *Guyra*, a morada dos animais e aves marinhas. Consagraram-no e lhe deram o nome de *Para Yvytu Ro'y* — *para* é oceano, *yvytu* é vento, e *ro'y* é frio. Era o Oceano Pacífico.

138 Professora aposentada do Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui Doutorado em Arqueologia (Université de Paris I – Panthéon-SORBONNE, 1997), estágio de pós-doutoramento na FLUP (Universidade do Porto 2007-2008) e especialização em Arqueologia Subaquática (Universidade Tomar, Portugal). Mestre em HISTÓRIA (Pontifícia Universidade Católica - PUCRS). Escreveu *Les réductions guarani de la Province Jésuite du Paraguay* (Lille, 1997). Pesquisa em semiótica; arte rupestre; arqueologia subaquática e documentação. E-mail: lee7dias@gmail.com.

O tempo passou, e, nos *Mborai*, os Cantos Sagrados, receberam uma inspiração de *Nhanderu* para buscar *Yvy Porã*, a Terra Boa e Fértil. Caminharam na direção de onde nasce o sol, em *Yy Ramoi*, chamado de *Para guaxu*, o Oceano Atlântico, levando as plantas originárias que traziam consigo desde *Yvy Mbyte*, o Centro da Terra. *Nhanderu* lhes mostrava os lugares onde deveriam parar e cultivar as sementes, que se reproduziriam por todos os cantos de *Yvyrupa*, a Terra criada por *Nhanderu*. Seguiam pelas margens dos vários rios (*yakãs*), que chamaram de *Yguaxu* (Iguaçu), Paraná, *Paraygua* (Paraguai) e *Uruguay* (Uruguai).

Para chegarem ao Paraguaçu, o Oceano Atlântico, os parentes ancestrais seguiram o *Tape*, o Caminho, que acompanha os rios Ibicuí, o rio de areia, e Jacuí, até desaguar no Guaíba e, depois, no *Yyupa*, a Lagoa dos Patos, a grande poça d'água. *Tape* (no guarani, *ta* significa ação; *pe*, achatado, pisado) quer dizer "caminho", o lugar pisado. Na caminhada, os Guarani foram formando *tekoá* nos *pararakã* (os afluentes) do Ibicuí e do Jacuí, até chegarem ao *Ñëëry*, a Mata Atlântica, o "Lugar onde as Almas se Banham".

No seu *guatá*, na sua caminhada, desde os tempos imemoriais, os Guarani modificam a paisagem — e são por ela modificados. Aqui, acompanho seu *guatá* pelo estado do Rio Grande do Sul, seguindo os tridáctilos: marcas gravadas no arenito, interpretadas como pegadas de aves ou, em sua materialidade, como um índice da presença Guarani (Oliveira, 2002).

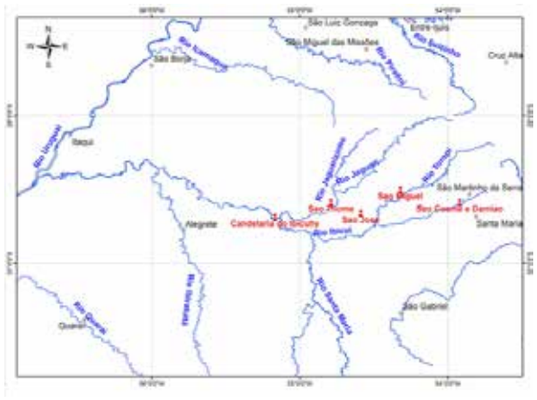
Figura 1 - Mapa de Ernot

Detalhe da Bacia do rio Ibicuí



Fonte: Ernot (1639); Bibliothèque Nationale de France.

Missões jesuíticas no rio Ibicuí



Fonte: Oliveira; Caneppele (2020)

O tempo passou. No século XVII, os tekoás das margens do rio Ibicuí e seus *pararakãs* (afluentes) foram visitados pelos missionários da Companhia de Jesus. O cacique Guaimica, do *tekoá* chamado *Itaiacecó*, aceitou que os jesuítas fundassem ali uma missão, que recebeu o nome de São Miguel (Oliveira, 1998; Brochado; Hilbert, 2001). Os padres fundaram São Tomé e, logo depois São Miguel, no *tekoá* chamado Itaiacecó. Entre as duas, fundariam São José no *tekoá* chamado *Itacuatiá* e, subindo o Ibicuí, fundariam São Cosme e Damião (FIGURAS 01 e 09).

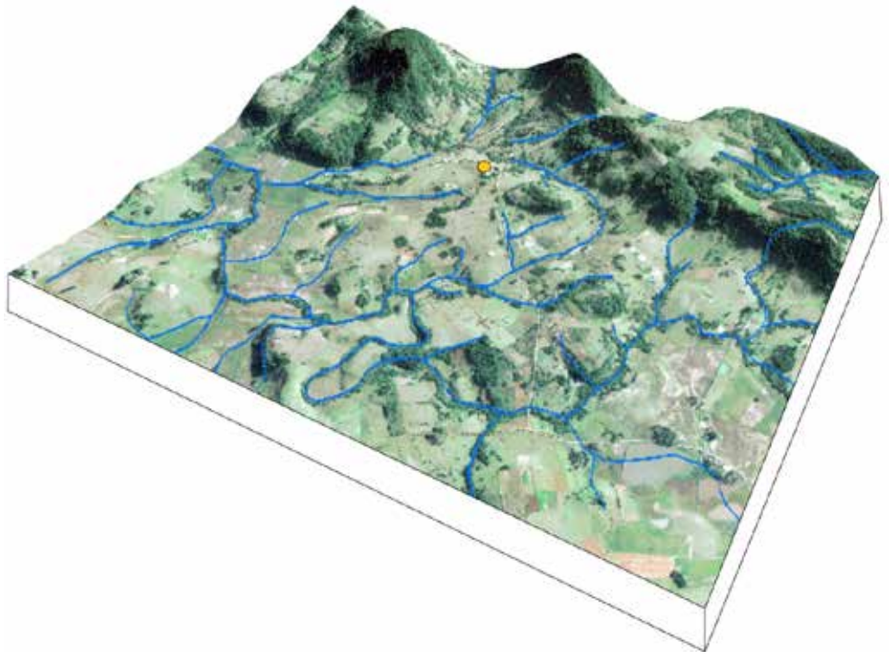
Logo, os missionários passaram a percorrer os afluentes do Jacuí, onde fundaram outras missões. Em poucos anos, todas foram abandonadas ou destruídas pelos bandeirantes.

Os sobreviventes de São Tomé, São Miguel e São José atravessaram o rio Uruguai para se proteger dos ataques. Após quarenta anos, os habitantes de São Miguel atravessaram novamente o rio Uruguai e fundaram a redução de São Miguel Arcanjo, hoje declarada Patrimônio da Humanidade. Em 1698, a população de São Miguel dividiu-se e fundou São João Batista.

2 SÍTIOS COM GRAVURAS NA BACIA NO RIO IBICUÍ

A água (*yy*) é fundamental na cosmovisão Guarani; por isso, os rios são seguidos e se ligam a lugares sagrados, como o *Yy Rupa Marae*, o lago de águas eternas, o Aquífero Guarani. As nascentes dos pararakã, que deságuam no rio Toropi-Ibicuí e, depois, no rio Uruguai, também são lugares sagrados (FIGURA 02).

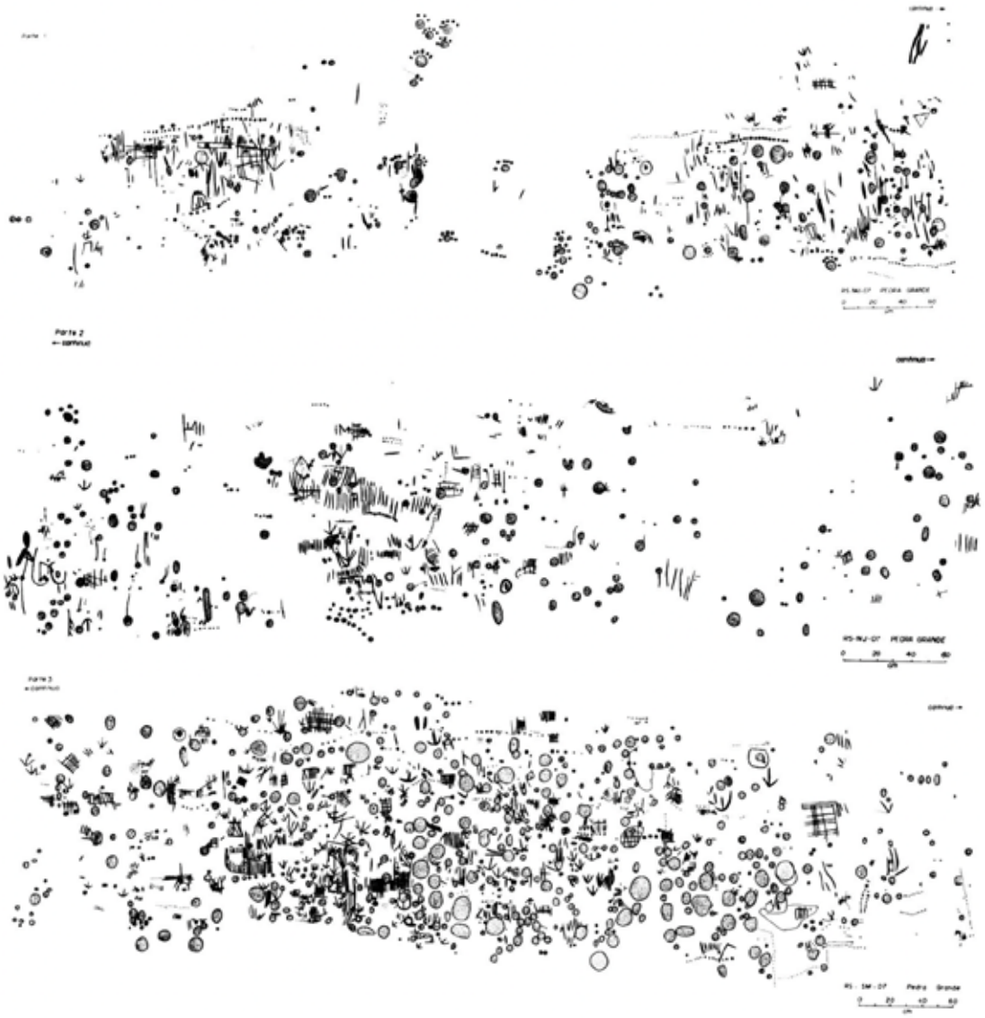
Figura 02 – Bloco esquemático da localização do *tekoá* Itaiacecó / Missão de São Miguel / Sítio Pedra Grande com os morros ao Norte



Fonte: Oliveira; Caneppele (2023).

No centro dessas nascentes, um bloco tabular de arenito, com oito metros e meio de altura, oitenta e seis metros de comprimento e nove metros de largura, sobressai na paisagem como um grande monumento que emerge do chão. Em uma das faces desse enorme bloco, a inclinação formou um abrigo onde uma constelação de signos foi gravada no arenito. A maior parte deles está concentrada no centro do bloco. O painel principal, com petróglifos, mede vinte e quatro metros de comprimento e alcança mais de dois metros de altura. Nas duas extremidades, onde a altura não é suficiente para formar um abrigo, há dois outros painéis menores.

Figura 3 – Painel principal do Abrigo Pedra Grande dividido em três partes



Fonte: Schmitz; Brochado (1982).

Além do mistério provocado pelas gravuras deste enorme bloco de arenito, hoje conhecido como sítio arqueológico Abrigo da Pedra Grande, há uma dúvida sobre o nome histórico desse lugar: seria o *tekoá* Itaiacecó ou o Itacuatiá? Teria sido nesse local fundada a missão de São José do Itacuatiá ou a missão de São Miguel do Itaiacecó?

Os pesquisadores que defendem a hipótese de São José baseiam-se no fato de que Itacuatiá significa "pedra" (*ita*) com "desenhos" (*kuatiá*)[139]. E afirmam que

> nenhum sítio da área se aproxima mais a descrição como pedra pintada do que o imenso bloco com sua face coberta de petroglifos gravados e pintados, mesmo que o abrigo da Pedra Grande se localize na margem esquerda do Rio Toropí, e não na direita, como cita Jaeger (Zuze, 2006, p. 25).

Conforme Brochado e Schmitz (1976), que cadastraram o sítio arqueológico Abrigo da Pedra Grande, também afirmaram que ali fora fundada a missão de São José. Entretanto, apesar de parecer óbvio relacionar São José à Pedra Grande, existe um lugar chamado Cerro do Itaquatiá, no mesmo município de São Pedro do Sul, situado mais ao sul da Pedra Grande, que, acredito, possa ser o local da antiga missão de São José (FIGURA 1). Essa hipótese precisa ser comprovada por meio de pesquisas arqueológicas. Além disso, como veremos a seguir, existem vários sítios com arte rupestre ao redor da Pedra Grande.

José Proenza Brochado e Klaus Hilbert, no Relatório da Pesquisa Arqueológica apresentado ao IPHAN, apresentam dois argumentos "que possibilitam inferir que o sítio em questão se tratava da redução de São Miguel do Itaiacecó" (2001, p. 5). De acordo com os pesquisadores, essa inferência se baseia na documentação histórica que afirma ser:

> Itaiacecó – uma pedra suspensa em cuja face haveria inscrições. […] Além, disso, segundo o mapa das Reduções Jesuíticas, organizado pelo Pe. Luiz Gonzaga Jaeger (1936), tal localidade próxima ao rio Toropi correspondia por suas coordenadas, até certo ponto, ao atual município de São Pedro do Sul (Brochado, 2001, p. 5).

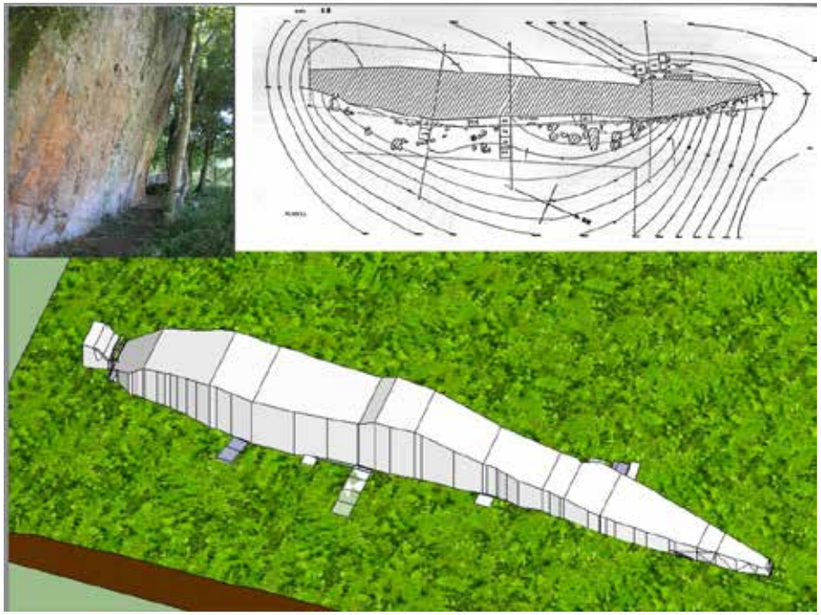
Concordando com a posição de José Brochado e Klaus Hilbert, acrescento que na documentação jesuítica, o *tekoá* do cacique Guaimica é chamado de Itaiacecó. Mas, segundo o professor e cacique Gerônimo Verá Tupã[140], a palavra Itaiacecó não existe no idioma guarani. Deveria ser *Itaiajekó* (*ita* significa pedra; *i* significa pequena; *jekó* significa apoio)[141]. Literalmente, "pequena pedra de apoio".

De acordo com Sampaio (2016), no dicionário de Guarani, há também o verbete *jeká*, que pode ser traduzido por "falha", "rachadura". Assim, o *tekoá* poderia ser chamado *Itaiajeká*, significando a "pequena pedra da rachadura". Pesquisas geoarqueológicas[142] indicam que o bloco de arenito é um "mo-

139 No vocabulário Guarani-Português de Mario Arnaud Sampaio (2015, p. 83) o verbete *kuatiá* significa "Papel. Escrever. Riscar".
140 Conforme informação pessoal, 2021.
141 Sampaio, 2016.
142 Pesquisas realizadas nas Disciplinas de Geoarqueologia e de Arqueologia ministradas em conjunto pelo geólogo Rualdo Menegat e a arqueóloga Lizete Dias de Oliveira nos anos de 2015 e 2016.

numento pétreo tabular que marca exatamente uma falha geológica de comprimento superior a 10 km. O formato tabular da Pedra Grande resultou da erosão das porções menos silicificadas ao longo de um plano de falha" (Oliveira; Caneppele; Menegat, 2024, p. 54).

Figura 4 – Abrigo da Pedra Grande; Croqui do Abrigo Pedra Grande; Bloco do Abrigo Pedra Grande



Fonte: Fotografia do Acervo pessoal (2008); Brochado; Schmitz (1976); Elaboração da autora (2024).

Conforme exposto por Brochado (1969, 1976), Itaiacecó era conhecida, desde o início da década de 1930, pelo nome de Ribeirão. No século XX, os arqueólogos José Proença Brochado e Pedro Inácio Schmitz cadastraram o sítio arqueológico Abrigo da Pedra Grande. Em 1971, Brochado e Schmitz [143]escavaram onze quadrículas de 4 m², em níveis artificiais de 10 cm (FIGURA 4), totalizando uma área de 44 m². Em duas das quadrículas escavadas, foram obtidas três datações por carbono-14, as quais foram fundamentais para a datação do Abrigo da Pedra Grande, além de permitir o relacionamento com outras datações obtidas no estado do Rio Grande do Sul.

Na quadrícula C10, entre 70 e 80 cm de profundidade, a datação indicou um intervalo entre 900 e 790 a.C. Junto ao bloco, na quadrícula C2, foram obtidas duas datações: entre 30 e 40 cm de profundidade, o resultado indicou o intervalo entre 1305 e 1385 d.C.; mais abaixo, entre 60 e 70 cm, a datação foi estimada entre 1110 e 1190 d.C.

143 Brochado, 1971; Brochado; Schmitz, 1976; Schmitz; Brochado, 1982.

Na mesma quadrícula C2, no nível entre 70 e 80 cm de profundidade, foi encontrado um fragmento plano de arenito, esfoliado da parede do abrigo, que fazia parte de um petróglifo ainda visível *in situ*, logo acima do ponto de escavação da quadrícula. Esse fragmento permite supor que algumas gravuras sejam mais antigas do que o intervalo de 900 a 790 d.C. No nível de 40 a 50 cm da mesma quadrícula, havia outro fragmento esfoliado, que deixou uma cicatriz na parede do bloco de arenito. Posteriormente, nessa área de esfoliação, foram realizadas algumas perfurações, indicando que, entre 1200 e 1300 d.C., ainda se gravavam petróglifos nas paredes do bloco.

A partir da posição estratigráfica das lascas esfoliadas encontradas na quadrícula C2, Brochado e Schmitz (1976), assim como Schmitz e Brochado (1982), estabeleceram uma cronologia para as inscrições do Abrigo da Pedra Grande, classificando-as em três estilos: A, B e C. O sítio foi atribuído à Tradição Meridional, no Estilo Pegadas, em referência ao Estilo Pegadas da Patagônia[144]. Os autores justificam a relação entre a arte rupestre do Rio Grande do Sul e a da Argentina com base nos estudos de O. F. Menghin (1957), que estabeleceu fases ou estágios para os petróglifos na Argentina. O mais antigo seria de "pinturas arcaicas" (negativos de mãos); o segundo, "Grabados de pisadas" e o terceiro "Pinturas e grabados recentes (estilo de paralelas, gravados finos e símbolos complicados)[145]". Os motivos da Fase Pisadas incluem pegadas de felinos, pegadas de aves, sulcos retilíneos, círculos, labirintos e grupos de perfurações, que se encontram gravados — assim como os nossos — no interior de abrigos e grutas ou, ainda, em paredões e rochas isoladas. Esses motivos são observados desde o sul da Patagônia (Chubut e Santa Cruz), passando pelo norte da Patagônia (Neuquén e Rio Negro), pela região de Cuyo (San Juan e Mendoza), até o noroeste argentino (Jujuy, Salta, Tucumán, Catamarca e La Rioja) (Schmitz; Brochado, 1982). Os estilos A, B e C, propostos por Brochado e Schmitz, podem ser relacionados — tanto em técnica quanto em dimensões e motivos — com a segunda fase, representada pelo Estilo Pisadas.

Os petróglifos do Estilo Pisadas foram atribuídos aos grupos de caçadores do sul da Patagônia, ligados à indústria lítica patagônica. Segundo Brochado e Schmitz (1982, p. 43-44), essa indústria seria "a mesma que encontramos nos abrigos e grutas do Rio Grande do Sul, também relacionada com petróglifos que correspondem ao mesmo estilo".

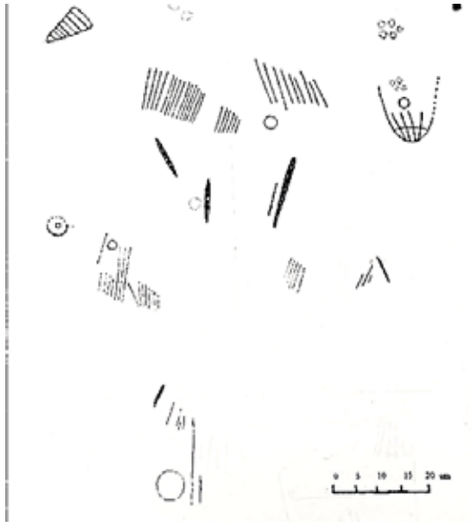
A pesquisa realizada em 1971 possibilitou a datação absoluta de duas camadas arqueológicas, bem como a datação relativa dos petróglifos, os quais teriam sido produzidos em momentos sucessivos ao longo de mais de dois mil anos. Conforme Schmitz e Brochado (1982, p. 44), "a faixa de tempo dentro da qual podemos situar os nossos petroglifos (c. 1100 a.C. – d.C. 1600) também corresponde ao estilo Pisadas da Argentina (c. 3000 a.C. – d.C. 1600)". Assim, a Pedra Grande pode ser entendida como um palimpsesto, desenhado ao longo de séculos, semelhante ao céu cujas estrelas visíveis possuem idades variadas.

A relação entre as três datações por carbono-14 e a cultura material resgatada nas escavações posteriores indica uma sequência de ocupação do sítio arqueológico, que vai de caçadores-coletores a horticultores ceramistas. Essa sequência culmina na documentação escrita pelos jesuítas, que fundaram a missão de São Miguel em 1632. Poucos anos depois, a missão foi abandonada devido aos ataques dos bandeirantes. Posteriormente, os jesuítas criaram diversas estâncias missioneiras nas terras onde estavam as missões abandonadas. A estância de São Miguel foi estabelecida no território do *tekoá* Itaiacecó. Atualmente, a antiga aldeia, hoje sítio arqueológico, pertence ao município de São Pedro do Sul.

144 Uma discussão aprofundada sobre os conceitos de Tradições, Estilo. Consultar Silva, 2001.
145 Menghin 1957, p. 61; Gradin, 1970, p. 425; *apud* Schmitz; Brochado, 1982, p. 42.

Próximo ao sítio Pedra Grande, no município de Mata, que faz limite com São Pedro do Sul, o arqueólogo Irmão Guilherme Naue coordenou o Projeto Alto Ibicuí entre 1977 e 1982, quando relatou a existência de blocos com inscrições rupestres. Na década de 1990, Taís Vargas Lima registrou cinco sítios no município de Mata: Paredão do Moura, Abrigo Bach, Abrigo Shütz, Chacrinha e De Davi. Esses sítios foram objeto de estudo na dissertação de mestrado e na tese de doutorado de Lima, que constituem importantes trabalhos de compilação de motivos de arte rupestre no Rio Grande do Sul (Lima, 1998, 2005).

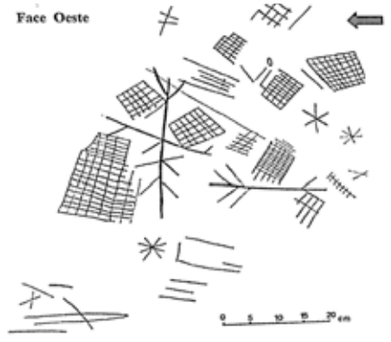
Figura 6 – Detalhes dos painéis de sítios na Bacia do Ibicuí



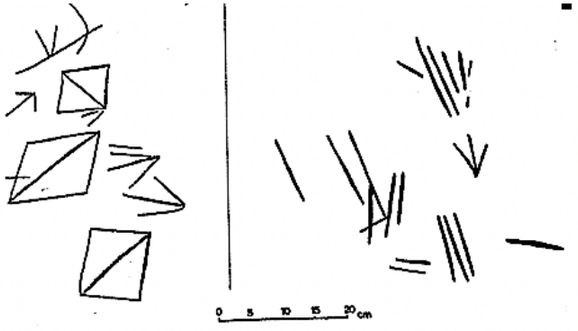
Paredão do Moura (RS-TO-01)



De Davi (RS-TO-07)



Abrigo Bach (RS-TO-02)
Fontes: Lima (1998, 2005).

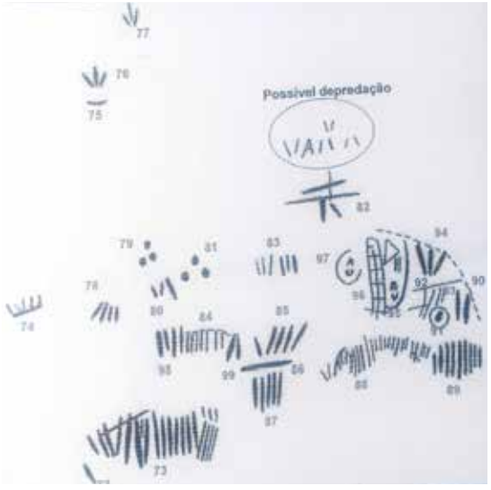


Abrigo Shütz (RS-TO-03)
Fontes: Lima (1998, 2005).

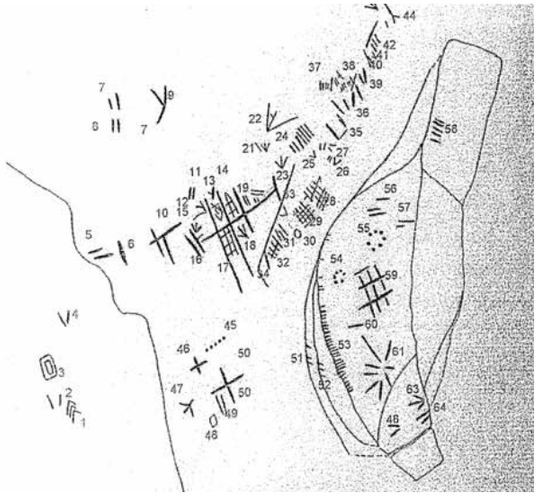
Entre os motivos presentes nesses cinco sítios, nota-se a presença marcante de linhas retas paralelas, gradeados e estrelas. Os tridígitos, que deram nome ao Estilo Pegadas, aparecem com menor frequência nos sítios de Mata do que na Pedra Grande.

Na outra margem do Ibicuí, onde, no século XVIII, foi instalada a estância missioneira de Yapeyú, foram localizados outros três sítios com arte rupestre: Cerro do Letreiro, no município de Alegrete; Cerro do Bugio, em Rosário do Sul; e Cerro da Panela, em Quaraí. Esses sítios foram pesquisados por Taís Lima (1998, 2005) em sua tese de doutorado. Percebe-se uma proximidade formal entre os cinco sítios do município de Mata e os motivos desses três sítios ao sul do Ibicuí, bem como um afastamento em relação ao Abrigo da Pedra Grande.

Figura 6 – Detalhes de painéis dos sítios ao sul do Ibicuí



Cerro do Letreiro (RS-I-17)
Fonte: Lima (2005).



Cerro do Bugio (RS-I-18)
Fonte: Lima (2005).

No ano de 1974, Mentz Ribeiro reportou a existência de um bloco de arenito com gravuras — incluindo gradeados, tridáctilos e vários outros motivos geométricos — chamado Cerro da Panela, localizado na Serra do Caverá (Ribeiro; Fénis, 1984). Os autores atribuíram esse sítio aos caçadores-coletores da Tradição Umbú e estimam sua datação como posterior ao nascimento de Cristo. Ainda com base nesses autores, essa tradição de "pontas-de-projétil tem sua área de dispersão desde o norte do estado do Paraná, no Brasil, até a Patagônia e do Atlântico à Província de Misiones, Argentina" (Ribeiro; Fénis, 1984, p. 18).

Nos sítios da Bacia do Ibicuí, observam-se motivos geométricos, linhas retas paralelas e os tridígitos, que deram nome ao Estilo Pisadas.

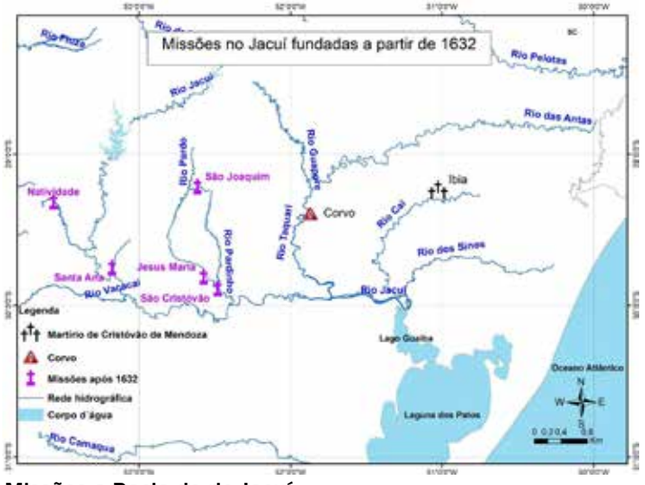
3 SÍTIOS COM GRAVURAS NA BACIA DO RIO JACUÍ

Após fundarem as missões entre os Guarani na bacia do rio Ibicuí, os jesuítas avançaram para as terras da bacia do rio Jacuí, onde estabeleceram mais cinco missões. Para expulsá-los, os Guarani se reuniram em uma Junta de Feiticeiros nas terras banhadas pelos afluentes do rio Jacuí. Entre eles, havia mulheres *xondaras* que comandavam os *xondaros*, os guerreiros. Também estavam os *apicairés*, que convocavam os itaquiceras — as onças que vivem nas cavernas escuras da encosta da Serra do Planalto — para eliminar os *tekoás* que aceitassem a missão. Havia ainda os *hieraquaras*, que percorriam os *tekoás* dançando ao som de flautas feitas com ossos humanos, anunciando o caos em seus cantos. Eram como o vento que, por onde passava sua melodia, deixava um rastro de transformação. A Junta dos Feiticeiros foi massacrada pelos Guarani das missões. Pouco tempo depois, todas as missões da bacia do Jacuí foram abandonadas ou destruídas pelos bandeirantes (Oliveira, 1998, 2000).

Figura 7 – Mapa de Ernot



Detalhe do Mapa de Ernot
Fonte: Ernot (1639); Bibliothèque Nationale de France.



Missões a Bacia do rio Jacuí
Fonte: Ernot (1639); Bibliothèque Nationale de France.

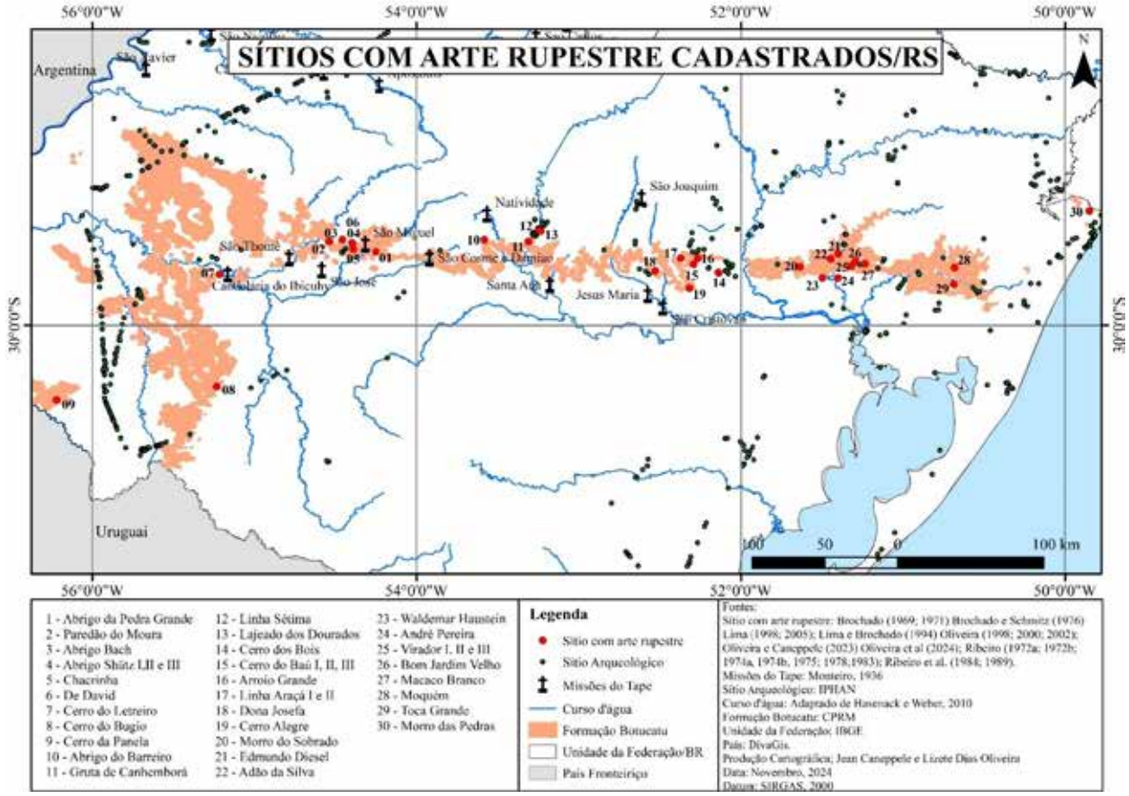
O mapa de Ernot (FIGURA 8) apresenta o rio Jacuí e seus afluentes com os nomes em guarani, datados do período dos primeiros contatos. A imprecisão cartográfica na representação tanto dos cursos dos rios quanto do relevo evidencia a falta de conhecimento dos jesuítas e a dificuldade em fundar missões nessa região pouco explorada.

Entender essa paisagem, onde os rios escavaram vales profundos, formando paredões, grutas e abrigos, implica compreender a percepção e a visão dos grupos que ali viveram. A paisagem é mais do que apenas o entorno; é a relação das pessoas com os lugares. Pesquisas etnográficas em vários continentes mostram que alguns lugares adquirem maior relevância, como grutas e abrigos, conhecidos por seus poderes e escolhidos justamente por isso (Toledo; Vigliani, 2021, 2016). Estes são lugares de poder.

No Rio Grande do Sul, a arte rupestre concentra-se em locais situados dentro de vales de rios ou em paredões rochosos. A escolha do arenito da Formação Botucatu como suporte foi deliberada. A maioria dos sítios de arte rupestre no estado foi gravada no arenito da escarpa da Serra Geral, com exceção do bloco com gravuras denominadas Moquém e do Morro das Pedras, ambos situados já na Planície Litorânea (FIGURA 9). Trata-se de arenitos avermelhados, porosos e permeáveis, formados por deposição eólica em ambiente desértico e árido, que sofreram processos erosivos antes de serem recobertos por sucessivos derrames basálticos.

Além disso, a localização da grande maioria dos sítios nas proximidades de fontes de água — sejam nascentes ou rios das bacias hidrográficas do Ibicuí e do Jacuí — indica uma agência, uma escolha deliberada dos lugares. Porém, se há agência nas escolhas dos locais, também há agência da paisagem sobre aqueles que produziram as imagens. As imagens geram efeitos em quem as criou, assim como seus criadores produzem efeitos na paisagem.

Figura 8 – Mapa dos sítios arqueológicos, sítios com arte rupestre e missões jesuíticas



Fonte: Elaboração própria (2024).

O mapa anterior relaciona a distribuição dos sítios arqueológicos com arte rupestre aos sítios cadastrados na base do CNSA, embora esta não represente a totalidade dos sítios conhecidos. Também são indicadas a localização aproximada das missões jesuíticas do Tape, ao longo das bacias dos rios Ibicuí e Jacuí, e a área correspondente à Formação Botucatu. Observa-se que todos os sítios com arte rupestre estão situados na Formação de arenito Botucatu, o que possibilita orientar futuras pesquisas de prospecção arqueológica.

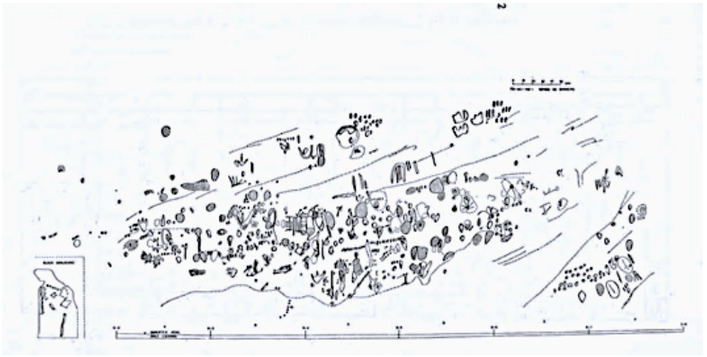
No século XVIII, as terras situadas na bacia do rio Jacuí e de seus afluentes passaram a ser percorridas pelas tropas de gado, inicialmente provenientes das estâncias e vacarias dos jesuítas, e, posteriormente, por tropeiros que conduziam o gado até as Minas Gerais. No século XIX, essas terras foram colonizadas por europeus — inicialmente portugueses e alemães, seguidos por italianos e poloneses —, os quais também deixaram marcas na paisagem. Desse modo, para estudar a arte rupestre, é necessário compreender a paisagem, o que implica considerar o processo histórico ao qual os sítios arqueológicos foram submetidos, à luz dos conceitos de valor de antiguidade e valor histórico, conforme desenvolvido por Aloïs Riegl (1984).

Na região situada entre as bacias dos rios Ibicuí e Jacuí, no município de Ivorá, foi descoberto pelo padre Daniel Cargnin o sítio Abrigo do Barreiro, cadastrado por Taís Vargas Lima e Cláudio Batista Carle em 1992. Posteriormente, o sítio foi escavado por Klaus Hilbert. Os grafismos, copiados por José P. Brochado – ver figura 10 – incluem linhas ondulantes, perfurações, depressões e figuras tridáctilas (Lima; Brochado, 1994).

Em sua tese de doutorado, Sergio Baptista da Silva articulando dados arqueológicos com informações históricas e etnográficas *Kaingang* e *Xokleng* atribuiu influência de grupos Proto-Jê na arte rupestre da Bacia do Jacuí. No Abrigo do Barreiro, Silva (2001) identifica semelhanças entre os motivos descritos com os "sistemas de representações visuais Proto-Jê do Sul, enfatizando a oposição aberto/fechado" (Silva, 2001, p. 275).

Na década de 1970, José Proenza Brochado e Pedro Ignácio Schmitz atuaram na região da encosta do Planalto Meridional, entre o Ibicuí-Mirim e o Jacuí. Além de realizarem o registro dos painéis da Pedra Grande, também copiaram e escavaram outros três sítios arqueológicos: a Gruta de Canhemborá e o Abrigo da Linha Sétima, ambos em Nova Palma, e a Gruta Lajeado dos Dourados, em Sobradinho.

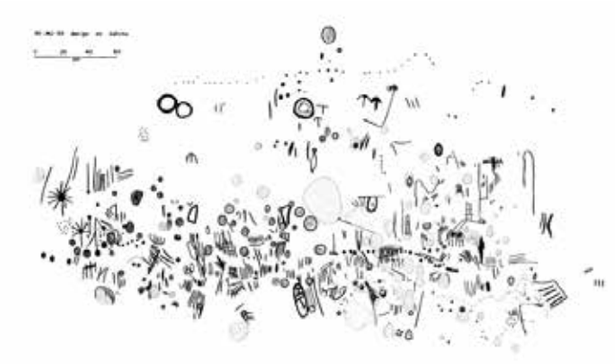
Figura 9 – Detalhes de painéis



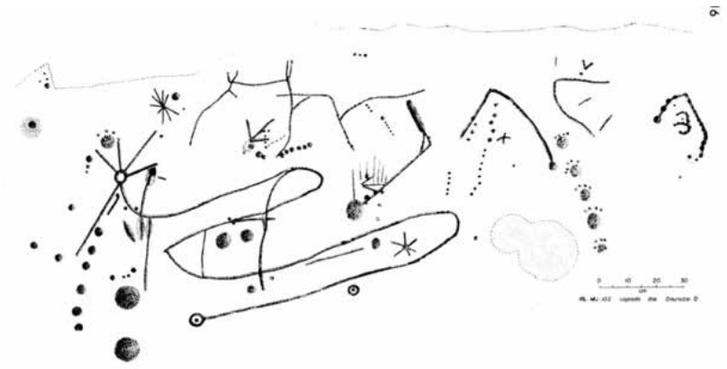
Abrigo do Barreiro (RS-452-1)



Gruta de Canhemborá (RS MJ 15)



Abrigo da Linha Sétima (RS MJ 53)
Fontes: Lima; Brochado (1994); Schmitz; Brochado (1982).



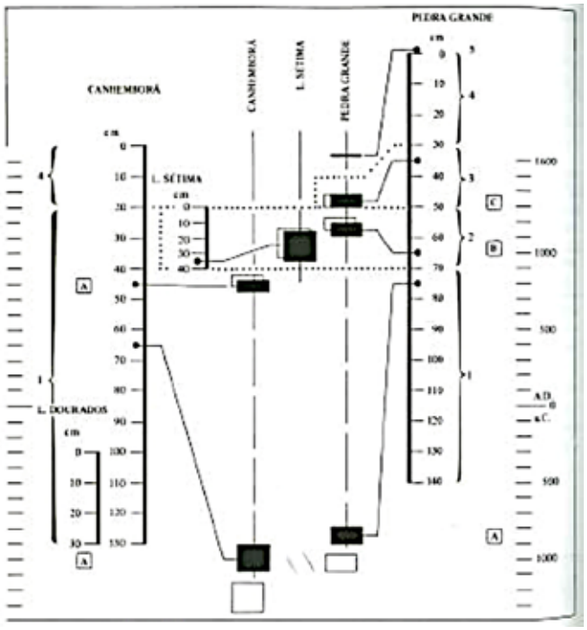
Gruta Lajeado dos Dourados (RS MJ 102)
Fontes: Lima; Brochado (1994); Schmitz; Brochado (1982).

Os petróglifos foram gravados por meio de duas técnicas distintas: picoteamento com raspagem e polimento. Segundo os autores, "o picoteamento, executado com a ponta de um instrumento aguçado, criou pequenas depressões contínuas e alinhadas que foram reunidas por raspagem, formando sulcos que apresentam bordas ondulantes e irregulares". Já os sulcos polidos são descritos como apresentando uma "secção em V mais ou menos obtusa e bordas bem definidas, em bisel" (Brochado; Schmitz, 1982, p. 8).

Ao ser criado, cada grafismo produziu um som — fosse o picotear de um instrumento lítico ou o polimento do bloco — a depender da técnica empregada. Há, portanto, uma dimensão performática: a ação de gravar em um momento específico, em um bloco isolado ou em um paredão de difícil acesso, imprime marcas na materialidade do suporte.

Na gruta de Canhemborá, Brochado e Schmitz relataram que "alguns dos sulcos, depressões e perfurações apresentam restos de pigmentos de cor em seu interior. A cor mais comum é o preto, seguindo-se do verde" (Schmitz; Brochado, 1982, p. 9). Os autores também observaram tonalidades mais claras, como branco, marrom e roxo. Segundo eles, os pigmentos parecem ter sido aplicados por fricção, com o uso de um fragmento mineral brando ou previamente macerado. O material lítico proveniente da gruta de Canhemborá foi analisado por Goldmeier (Goldmeier; Schmitz, 1987).

Figura 10 – Quadro comparativo entre os abrigos Lajeado dos Dourados, Canhemborá, Linha Sétima e Pedra Grande



Fonte: Schmitz; Brochado (1976).

O gráfico acima, publicado por Brochado e Schmitz (1976), relaciona as datações em C14 com a estratigrafia de grutas e abrigos. Nas barras centrais estão indicadas, em preto, as datações e, em branco, a correção MASCA para os sítios de Canhemborá, Linha Sétima e Pedra Grande. As barras laterais representam a estratigrafia, enquanto as linhas indicam as correspondências entre as datações e as amostras analisadas, apontando cinco momentos distintos e sucessivos de ocupação: "as quatro primeiras ocupações humanas são pré-históricas […] e a quinta já é histórica, correspondendo ao momento do contato entre indígenas e missionários no século XVII" (Brochado; Schmitz, 1976, p. 123).

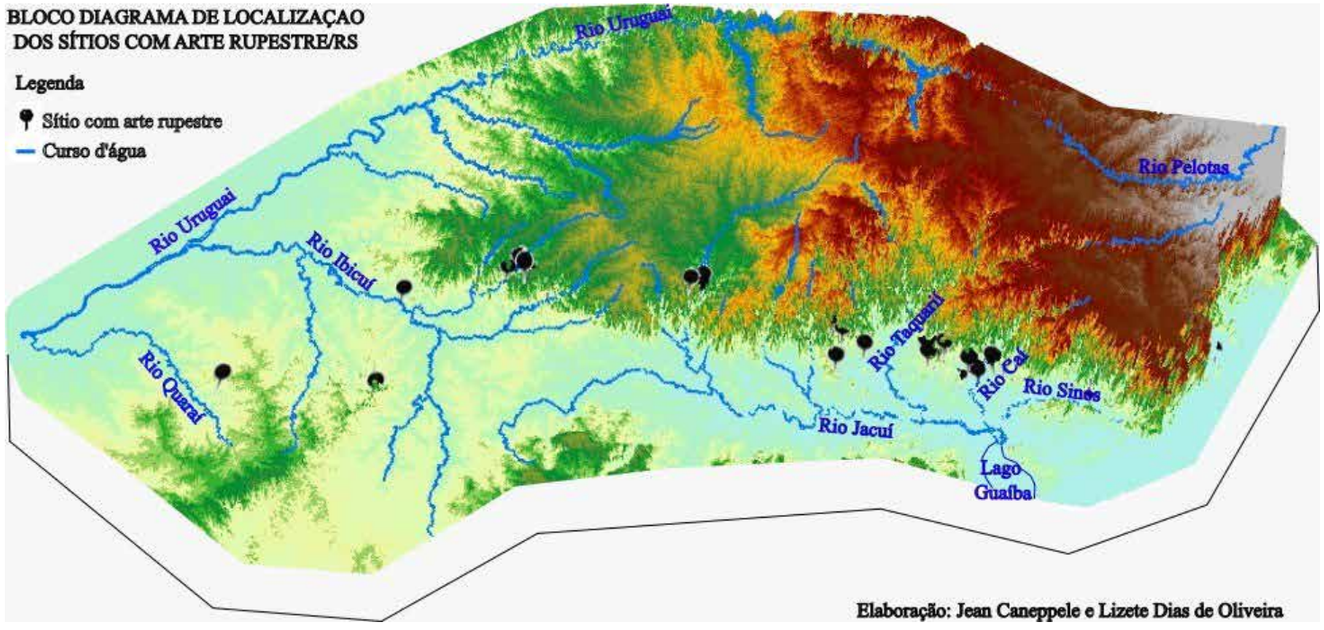
Os autores afirmam que os petróglifos,

> iniciados pelos primeiros ocupantes humanos, foram sendo renovados e aumentados pelos ocupantes seguintes, às vezes durante longos períodos de tempo, como os mais de dois mil anos observados na gruta de Canhemborá e no abrigo da Pedra Grande. O passar de tanto tempo pode justificar perfeitamente as mudanças de estilo que se observaram (Brochado; Schmitz, 1976, p. 130).

A hipótese de ocupações sucessivas parece correta; contudo, Brochado e Schmitz, ao adotarem o Estilo Pegadas — atribuído às populações da Patagônia —, afirmaram que não seria possível relacionar as gravuras do abrigo da Pedra Grande à Tradição Cerâmica Tupiguarani. Segundo os autores, também não foram observadas inscrições rupestres que sugerissem a intervenção dos indígenas de Itaiacecó ou dos jesuítas das missões de São Miguel ou de São José nos painéis do abrigo da Pedra Grande.

Defendo, ao contrário, que os tridáctilos estão ligados à cultura Guarani e constituem marcas deixadas por eles em seu *guatá*. Contudo, mesmo que se admita — em uma leitura contrária à que proponho — que os Guarani não tenham gravado os tridáctilos, sua presença em Itaiacecó e na maioria dos sítios do Rio Grande do Sul é incontestável e está registrada na documentação histórica dos primeiros jesuítas. Assim, mesmo que não tenham produzido essas gravuras, os Guarani viveram sob a agência dos tridáctilos.

Figura 11 – Bloco do relevo mostrando os sítios com Arte Rupestre



Fonte: Elaboração própria (2024).

4 ENTRE TAQUARI – ANTAS – PARDO E PARDINHO

Nas terras banhadas pelos rios Taquari, Antas, Pardo e Pardinho, habitavam caciques e xamãs que resistiam à presença dos jesuítas em seus territórios. Nas margens do Taquari, viviam também os *mu*, indígenas que aprisionavam outros indígenas e os trocavam por chapéus e roupas com os portugueses que chegavam pela Lagoa dos Patos, pelo lago Guaíba e pelo rio Jacuí, até uma curva do rio Taquari, em um lugar chamado Corvo, hoje município de Colinas (FIGURA 8).

Nessa região, além das populações guarani — que Sérgio Baptista da Silva conceitua como proto-guarani —, havia também populações proto-jê. Essa diversidade cultural acrescenta complexidade ao estudo dos sítios com gravuras, uma vez que Sérgio Baptista atribui a possível autoria dos

petróglifos localizados nas terras banhadas pelo rio Jacuí e seus afluentes tanto aos proto-jê quanto aos proto-guarani (Silva, 2001). Hipótese a qual concordo plenamente.

Nas bacias dos rios Taquari, Antas e Pardo-Pardinho, Mentz Ribeiro (1973) registrou e/ou escavou sítios com arte rupestre: Dona Josefa, Cerro do Baú, Cerro dos Bois, Arroio Grande, Linha Araçá I e II, e Cerro Alegre (FIGURA 12). A grande maioria desses grafismos encontra-se em blocos de arenito, sendo que apenas o sítio Linha Araçá II está localizado em paredão.

No sítio Dona Josefa, existem cinco blocos de arenito cujos motivos foram descritos por Ribeiro como tridáctilos, sulcos paralelos, linhas em zigue-zague, letras "V", linhas isoladas e triângulos com uma linha interna que liga a base ao vértice. Silva (2001) identifica nesses motivos semelhanças com os grafismos descritos por Pierre Mabilde (1983), um engenheiro belga que foi aprisionado e viveu por dois anos entre os *Kaingang*, nas terras da bacia dos rios Taquari e Caí. O grafismo de "triângulos com linha interna ligando a base ao vértice [...] conecta a arte rupestre de Santa Catarina, inclusive a que ocorre em casas e galerias subterrâneas, de incontestável contexto cultural Proto-Jê, com representações rupestres do Rio Grande do Sul" (Silva, 2001, p. 263).

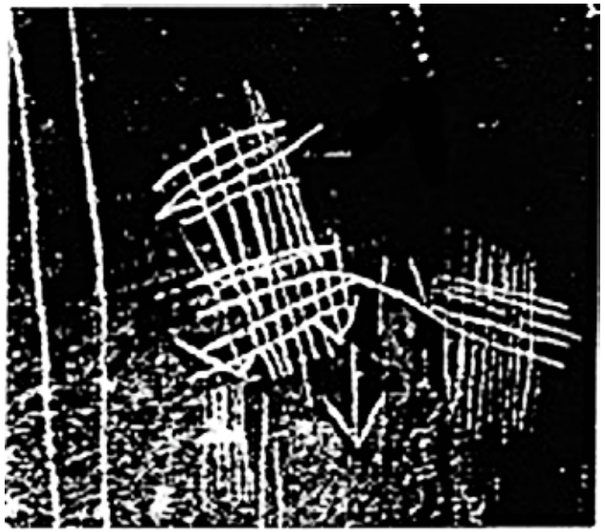
No Cerro do Baú, os grafismos foram descritos como geométricos, compostos por linhas e pontos. Em um dos blocos está gravado um pequeno zoomorfo, medindo 7,5 cm por 4 cm, que, segundo Sérgio Baptista, pode ser atribuído ao horizonte proto-jê meridional.

De acordo com Lima (2005), o Cerro dos Bois é outro bloco de arenito com gravuras de tridáctilos, linhas isoladas, linhas oblíquas. Nas proximidades foram encontrados dois zoolitos em basalto em forma de pomba.

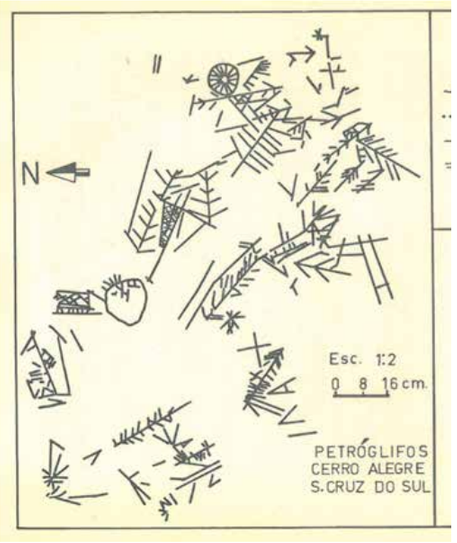
No sítio Arroio Grande, aparecem "tridáctilos em sequência", linhas isoladas e os "gradeados", que Silva (2001) identifica como os mesmos grafismos apresentados por Pierre Mabilde (1983).

O sítio Linha Araçá I é um bloco de arenito próximo do único sítio em paredão, o Araçá II. Os dois são descritos como grafismos geométricos, linhas isoladas ou paralelas que formam conjuntos de quadriláteros ou losangos, "recorrentes na cerâmica do horizonte Proto-Jê do sul e na pintura corporal *Kaingang* (*ra ianhiá*)" (Silva, 2001, p. 267).

Figura 12 – Detalhes de motivos em sítios de arte rupestre nas Bacias Taquari-Antas e Pardo-Pardinho



Linha Araçá II



Cerro Alegre



Cerro do Baú I
Fonte Lima (1998); Ribeiro (1974).



Dona Josefa
Fonte Lima (1998); Ribeiro (1974).

Ao bloco de arenito denominado Cerro Alegre, Mentz Ribeiro atribuiu "a confecção dos petróglifos a um grupo de caçadores com pontas de projétil (Fase Itapuí) que parece ter migrado do sul (Patagônia argentina) há aproximadamente 6.000 anos antes do presente" (Ribeiro, 1974, p. 2). O argumento que fundamenta essa afirmação é que "para o norte este estilo é desconhecido" e "para o sul é abundante" (Ribeiro, 1974, p. 8). Além disso, o autor indica que, na República Argentina, o Estilo Pisadas é atribuído a grupos de caçadores, cujos motivos característicos são os rastros de *ñandú* (avestruz) e felinos. Também aparecem imagens esquemáticas de guanacos e pumas, de lagartos vistos de cima, pequenas figuras antropomorfas e signos lineares, circulares ou sinuosos.

Assim como Brochado e Schmitz, Mentz Ribeiro descartou a autoria dos petróglifos atribuída à Tradição Tupiguarani, que migrou desde o Norte, argumentando que "se fosse tradicional confeccionadora de petróglifos, teríamos uma quantidade apreciável desse tipo de sítios no Rio Grande do Sul; a eliminamos como sua autora" (Ribeiro, 1974, p. 9).

Ainda no parágrafo citado, Mentz Ribeiro (1974) também descartou a autoria relacionada à Tradição Taquara e ao Complexo Alto-paranaense, argumentando que pesquisas não revelaram petróglifos do estilo IA e, porque, tanto a "Tradição Taquara, bem como o Complexo Alto-paranaense, não apresenta área de dispersão ao sul da faixa onde encontramos petróglifos", na encosta da Serra Geral entre 29 e 30 graus de latitude.

Contudo, Sérgio Baptista indica vários sítios nessa região onde os motivos são semelhantes aos apresentados por Mabilde, como no Cerro Alegre, onde o "grafismo linear formado por traço maior, no qual se juntam obliquamente, de ambos os lados, outros traços menores e paralelos entre si" é conectado a alguns painéis de Santa Catarina. Atualmente, esse motivo "é muito usado na pintura corporal *Kaingang*, representando graficamente a metade *Kamé* (*ra t´rei*), uma vez que é considerado como representação do pinheiro (*fãg*)" (Silva, 2001, p. 272).

5 NAS BACIAS DOS RIOS CAÍ E GRAVATAÍ

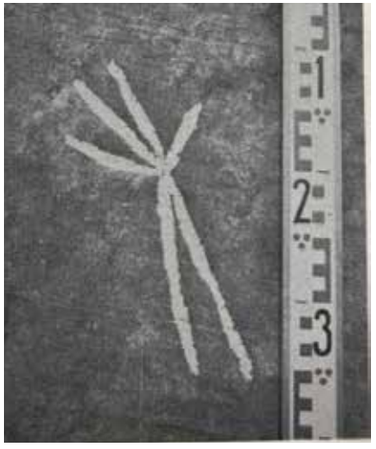
Foi nessa região que o jesuíta Cristóvão de Mendonza foi morto pelos Guarani da Junta de Feiticeiros, em um local chamado Ibia, próximo ao rio Caí (FIGURA 8). Nos séculos XVII e XVIII, não há informações disponíveis para essa região, exceto sobre as tropas de gado que seguiam para o norte, em direção às Minas Gerais. A principal fonte histórica do século XIX é a obra do engenheiro Pierre Mabilde (1983), que participou da expedição que abriu um caminho entre o Planalto e São Leopoldo, e que viveu como prisioneiro entre os *Kaingang*, nas terras das bacias dos rios Taquari e Caí. Na década de 1970, Mentz Ribeiro registrou e/ou escavou sete sítios com grafismos na bacia do rio Caí: Morro do Sobrado, Bom Jardim Velho, Virador I, II e III, André Pereira, Henrique Diesel, Adão da Silva e Waldemar Haustein. Na bacia do Gravataí, registrou os sítios de Moquém e Toca Grande.

A grande maioria das gravuras encontra-se em abrigos sob rocha na encosta do planalto, em arenitos da Formação Botucatu, como nos sítios Virador I, II e III, Bom Jardim Velho, Macaco Branco e em um bloco de arenito no Morro do Sobrado. No sítio Moquém, há gravuras em um bloco de basalto, único do tipo encontrado na região.

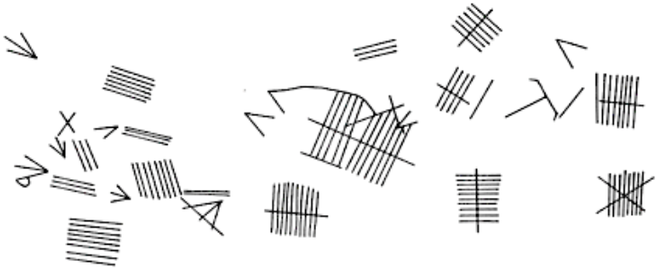
Figura 13 – Detalhes de gravuras em sítios dos rios Caí e Gravataí



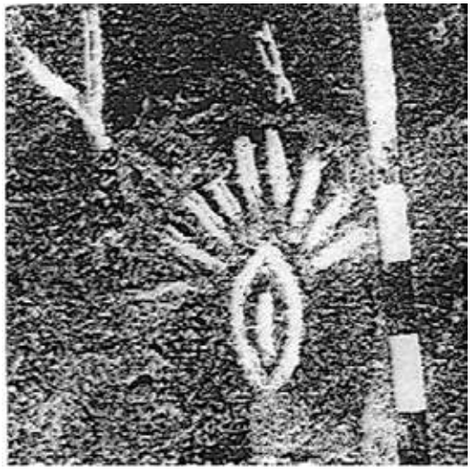
Morro do Sobrado



RS C 14: Bom Jardim Velho
Fonte: Lima (2005).



Waldemar Haustein



Macaco Branco
Fonte: Lima (2005).

O Virador é formado por três abrigos sob rocha com petróglifos gravados por picoteamento ou alisamento. Nos sítios Virador I e II, foram identificados dois níveis de ocupação: um mais antigo, pré-cerâmico, e outro, mais recente, situado em nível superior, com cerâmica da Tradição Taquara e artefatos líticos lascados e polidos. Nesse nível cerâmico, foi encontrada "uma lasca que, pelo desgaste das bordas, poderia ter sido utilizada para realizar os petróglifos" (Ribeiro, 1969, p. 129 *apud* Silva, 2001, p. 258).

Ou seja, a lasca resgatada *in situ* estava em uma camada relacionada à tradição ceramista Taquara, mas Mentz Ribeiro associa os petróglifos à tradição Umbu. Sérgio Baptista da Silva observa, nos padrões dos grafismos presentes no Abrigo Virador, semelhanças "aos registrados por Rohr para

o litoral catarinense (Rohr, 1969)" (Silva, 2001, p. 259), destacando, entre eles, os losangos em linhas ou as linhas concêntricas em zigue-zague, também idênticos aos grafismos do interior do Paraná.

Segundo Sergio Baptista da Silva, os motivos gravados no bloco de arenito no sítio Morro do Sobrado "não se adéquam às representações gráficas características do *Estilo de Pisadas*, mas sim, aos grafismos catarinenses copiados e estudados por Rohr, especialmente no litoral catarinense (Rohr, 1969) […] alguns sendo iguais" (Silva, 2001, p. 259). Nos sítios Morro do Sobrado e Virador, Silva (2001) indica seis grafismos idênticos às marcas *Kaingang*, apresentadas por Mabilde.

O abrigo Bom Jardim Velho está situado em frente a uma queda d'água que deságua no rio Caí. Nesse sítio, um pequeno bloco de arenito, desprendido da parede do abrigo, apresenta grafismos semelhantes aos da cerâmica das "tradições locais planálticas (ponteado) e a grafismos rupestres sul-rio-grandenses, catarinenses, paranaense e paulistas (série de pontos dispostos linearmente; linhas paralelas)" (Silva, 2001, p. 269). Além disso, a camada em que o bloco foi encontrado parece indicar uma relação com populações ceramistas, embora Mentz Ribeiro relacione os grafismos a uma fase pré-cerâmica.

Sérgio Baptista, no entanto, afirma que o padrão formal "não é patagoniense, mas sim mesopotâmico, conforme encontrado em *Yapeyú*", na margem oposta do rio Uruguai, na Argentina. Os mesmos grafismos estão presentes nos sítios do município de Mata e no Morro do Sobrado, sendo "igualmente presente[s] na pintura corporal *Kaingang*, representando graficamente uma marca *téi*, aberta" (Silva, 2001, p. 268).

Quando Sergio Baptista da Silva mostrou aos *Kaingang* o grafismo do abrigo Macaco Branco, estes o interpretaram como "uma cabeça com cocar, com pintura *téi*". Silva (2001, p. 270) considera haver "possibilidades da autoria dos grafismos rupestres rio-grandenses em várias populações pré-históricas, incluindo também as populações Proto-Jê Meridionais".

Mentz Ribeiro propôs uma sequência para a ocupação da bacia do rio Caí: há cerca de seis mil anos, pequenos "bandos" de caçadores-coletores, vindos do sul, da Patagônia Argentina, teriam ocupado abrigos sob rocha e cavernas.

> Provavelmente foram os autores dos petróglifos. Posteriormente, vindos do Norte, do Planalto Meridional, chegaram tribos ceramistas de Tradição Taquara. Finalmente, ceramistas da Tradição Tupiguarani ocuparam o vale do rio Caí em sítios de campo aberto, em encostas voltadas para o rio e seus afluentes, ocupando, ainda, partes planas ou suaves encostas ao longo dos rios, mais próximo a sangas ou vertentes (Ribeiro, 1974, p. 21).

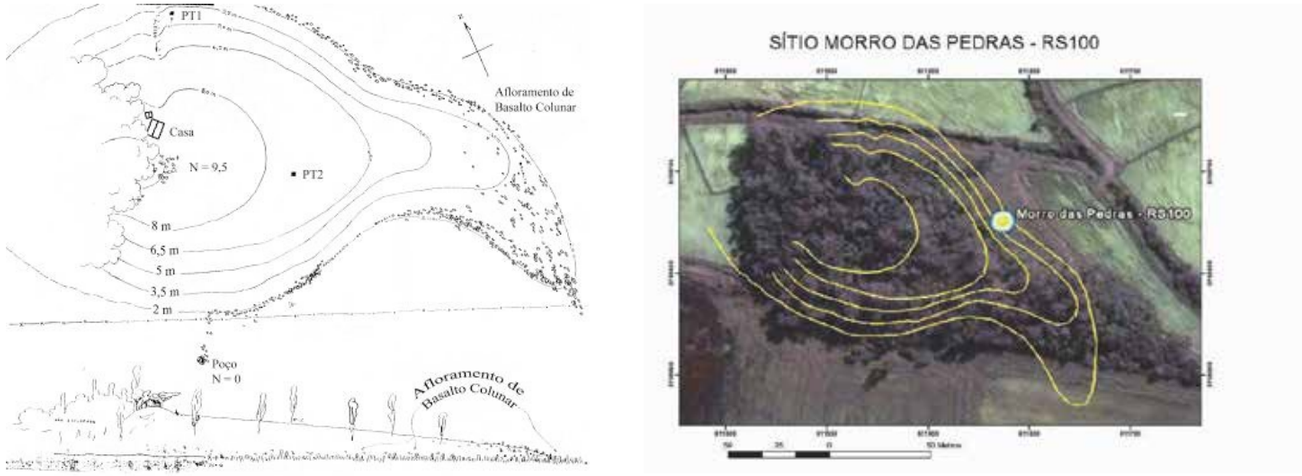
6 SÍTIO MORRO DAS PEDRAS

Em seu *guatá*, os Guarani chegaram, ao final do Tape, ao lago Guaíba, ao *Ñe'ĕry* — o lugar onde as almas se banham — e ao Paraguaçu, o Oceano Atlântico.

Em um excelente trabalho de síntese, Brochado traça um histórico das pesquisas arqueológicas no Estado do Rio Grande do Sul até o ano de 1969. O autor destaca que a pesquisa científica na região teve início na segunda metade do século XIX, com os estudos realizados em sambaquis litorâneos. Já havia, desde 1774/1775, registros da existência de sambaquis entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico. No início do século XX, o relatório da excursão ao litoral e à região das lagoas do Rio Grande do Sul, realizada em 1906, relata a escavação superficial de vinte e quatro sambaquis entre as praias de Cidreira e Torres. Em 1969, o sítio Morro das Pedras foi cadastrado por Schmitz, Brochado, Bombim e Becker e, trinta anos depois, estudado por Lima (1998, 2005).

Na ficha de registro, o Morro das Pedras foi descrito como um "montículo de forma elíptica que mede 150 m × 60 m × 9,5 m, rodeado de N-NO a S-Sw por um verdadeiro muro de pedras (afloramento basáltico) que começam pequenas e separadas (+-5cm) a N-NE, são muito altas ao SE e médias a W" (Schmitz; Brochado; Bombim; Becker, 1967)[146].

Figura 14 – Croqui do sítio Morro das Pedras



Fonte: Schmitz (1967); Oliveira (2002).

Figura 15 – Fotografia do Morro das Pedras



Fonte: Oliveira (2002).

146 A fonte consultada não é paginada.

Conforme o croqui (FIGURA 15), dois poços-teste foram abertos no Morro das Pedras. O primeiro revelou a presença de conchas em várias camadas, gastrópodes lacustres e material associado à pesca. No segundo poço-teste, foram encontrados ossos humanos. Os autores informam que "[…] frequentemente os moradores encontram ossadas humanas, que são enterradas novamente"[147].

Figura 16 – Detalhes de gravuras no Morro das Pedras



Fonte: Lima (2005).

Nos blocos de basalto que cercam o sambaqui, os grafismos apresentam traços finos e profundos "parecendo ter sido obtidos por raspagem com instrumentos de gume estreito. Não há sinal algum de picoteamento como nos demais desenhos ou gravações rupestres de índios do sul do Brasil"[148]. Os motivos foram definidos como "geometrizantes": quadriculados, pequenos traços paralelos, dispostos em ângulo em relação com um outro maior horizontal e orbiculares"[149].

147 Cadastro dos Sítios Arqueológicos do Rio Grande do Sul, 1967.
148 Cadastro dos Sítios Arqueológicos do Rio Grande do Sul, 1967.
149 Cadastro dos Sítios Arqueológicos do Rio Grande do Sul, 1967.

Sergio Baptista da Silva (2001) sublinha que os grafismos foram interpretados por seus informantes como representações de pinheiros, árvores "ligadas à metade *Kamé*. Aliás, esta é a interpretação dos próprios *Kaingang* atuais que […] usam a 'pinta' – *ra téi* (marca comprida) – para registrar seu pertencimento à metade *Kamé*".

Na ficha de registro do sítio consta que "nesses terrenos encontram-se coqueiros (jerivá) e matos de banhado"[150]. Os frutos do jerivá, chamados *pindó* em guarani, são denominados *mapuitã*. O *pindó* está ligado à criação de *Yvy tenonde*, a Primeira Terra, e ao mito das Cinco Palmeiras Azuis (*teīnhui-rui pindovy*): a primeira, no futuro centro da Terra (*Yby mbyterã*); a segunda, na morada de *Karai*, pai da chama; a terceira, na morada de *Tupã*, pai do ar fresco e do trovão; a quarta, na origem dos bons ventos, *Yvytu porã*; e a quinta, *pindó*, na origem do tempo frio, *Yvytu ro´y*.

Da ponta do *popyngua*, o bastão de *Ñamandu Tenondegua*, uma pequena porção de Terra se estendeu sobre o oceano primitivo. *Ñamandu Tenondegua* desceu de seu *apyka*, seu assento primitivo, e começou a caminhar. Onde pisava, a Terra ia se criando.

7 O *GUATÁ* E O *ARAKUPUXÃ*

Os Guarani são conhecidos como o povo da caminhada, o povo do *guatá*. Em conversa pessoal, o cacique Gerônimo Verá Tupã explicou que cada família tem seu próprio *guatá*, e que cada pessoa trilha o seu próprio caminho[151]. Disse que, como professor, segue o seu *guatá* na busca pelo conhecimento. *Guatá* não significa apenas caminhar fisicamente, mas também pensar e elaborar ideias. Criar um pensamento também é um *guatá*. Cada *tekoá* possui um modo próprio de pensar, de caminhar e de ver o mundo.

A narrativa cosmo-mitológica do *guatá* dos parentes ancestrais, contada pelo cacique Timóteo Verá Popygua (2017), coincide com a dispersão dos motivos tridáctilos, abrangendo uma área que vai desde a Patagônia até o Planalto do Rio Grande do Sul. A adoção do Estilo Pegadas — categoria utilizada para classificar os sítios rupestres nas bacias dos rios Ibicuí e Jacuí — era praticamente unânime entre os primeiros arqueólogos que registraram e escavaram alguns desses sítios (Brochado; Schmitz, 1976; Schmitz; Brochado, 1982; Ribeiro, 1974).

Apesar de relativizarem essa posição ao declararem que "não possuímos nenhuma informação segura a respeito do verdadeiro sentido da difusão", Brochado e Schmitz afirmam que "tudo leva a crer, portanto, que o sentido da difusão tivesse sido do sul para o norte" (Schmitz; Brochado, 1982, p. 44). Hipótese essa compartilhada por Mentz Ribeiro (1974) e André Prous (1992).

Outro argumento que confirmaria o sentido da dispersão fundamenta-se na distribuição dos abrigos e grutas com petróglifos ao longo da escarpa do planalto e no vale do rio Jacuí, o que "sugere a ideia do planalto como um obstáculo anteposto e do vale do rio como uma rota de penetração de tradições provenientes do sul" (Schmitz; Brochado, 1982, p. 44). Os autores ainda afirmam que "não há existência de petróglifos semelhantes mais ao norte sobre o planalto".

150 Cadastro dos Sítios Arqueológicos do Rio Grande do Sul, 1967
151 Professor Gerônimo Verá Tupã em comunicação pessoal, 2024.

Contudo, Sergio Baptista da Silva, ao estudar os grafismos *Kaingang*, articulando a cultura material aos registros etnográficos, etno-históricos e linguísticos da sociedade Jê Meridional e dos Guarani à arte rupestre, identifica "uma homogeneidade formal entre os grafismos rupestres geométricos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e de São Paulo com exceção dos sítios trabalhados por Brochado e Schmitz (1976)" (Silva, 2001, p. 310).

Sergio Baptista também relaciona os grafismos rupestres à cerâmica arqueológica Proto-Jê, a alguns padrões gráficos da pintura corporal e aos grafismos registrados por Mabilde entre os Coroados, no século XIX. Isso indica "que a maioria destes painéis rupestres poderia ser Proto-Jê Meridional, vinculando-os a tradições culturais e linguísticas indígenas do território brasileiro, tradicionais habitantes do Planalto Brasileiro" (Silva, 2001, p. 247). Havia também um consenso em afirmar que as gravuras não foram feitas pelos Guarani. Brochado e Schmitz (1982, p. 39) escreveram que

> não é possível atribuir nenhuma das gravações aos portadores da Tradição Cerâmica Tupiguarani, tanto no abrigo Canhemborá como no abrigo da Pedra Grande, porque em todo o imenso âmbito onde eles se espalharam no leste da América do Sul, jamais apresentaram este tipo de manifestação cultural.

Comparando os sistemas simbólicos gráficos Proto-Jê do Sul e Proto-Guarani na escarpa do Planalto Sul-Brasileiro, Sergio Baptista da Silva identifica, em um mesmo sítio, grafismos dos dois sistemas simbólicos, "o que pode significar incorporações ou ocupações em épocas diferentes" (Silva, 2001, p. 257).

Concordo com Sergio Baptista, pois entendo que os sítios de arte rupestre, assim como o céu, são grandes bibliotecas de narrativas. Cada petroglifo conta a história de um grupo, de um momento específico em que foi gravado. No entanto, assim como as estrelas, não foram necessariamente criados ao mesmo tempo ou pelo mesmo grupo.

Aqui, observei a presença de um motivo comum à maioria dos sítios com gravuras no Rio Grande do Sul: os tridáctilos. Para os Guarani, um tridáctilo é um *ipará*, termo que designa qualquer grafismo, independentemente do suporte em que esteja registrado, desenhado ou gravado. *Ipará* é uma palavra da língua divina dos Guarani, pronunciada apenas pela boca dos xamãs. Na outra linguagem, a linguagem humana, *ipará* corresponde a *angá* (Silva, 2001, 2010).

Estudando a Etnoarte dos Guarani, Sergio Baptista da Silva (2001) identifica conceitos cosmológicos nos padrões gráficos presentes nas cestas (*adjaká*), entre eles o *arakú pipó* (rastro da saracura). A origem divina desses grafismos continua a ser lembrada no mito da cesta, que relaciona sua decoração ao mundo sobrenatural[152].

Assim como a *adjaká*, a *ysy* — pintura corporal guarani — também se relaciona com o mundo divino. Ela é feita com uma tinta preta obtida da cera da abelha jataí misturada a criciúma ou taquarembó queimados. O motivo *ysy* dos homens chama-se *kurusu*, a cruz, que é pintada nos pulsos ou nas plantas dos pés para afastar perigos[153].

152 De acordo com Silva (2010), há dois grafismos que foram ensinados por *Ñanderu: ipara ryty* (desenho reto em fileira) e *ipará pirárãinhykã* (desenho de mandíbula de peixe).

153 A *kururu*, segundo Silva, "pode ser desenhada no chão, ´para desviar um vento, um temporal" (2010, p. 134).

Antigamente, as mulheres utilizavam *ysy* como sinal de luto por um parente próximo. Desde pequenas, elas pintam a *ysy* chamada *karú guá* "no rosto ou nos pulsos, como proteção contra doenças 'do músculo e do reumatismo'" (Silva, 2010, p. 133). Esses grafismos também serviam para afastar enfermidades ou as almas dos parentes falecidos. Após o parto, as mulheres os aplicavam nas articulações. O *ipará ysy* é evocado em processos de cura espiritual e proteção, por se aproximar do espírito dos animais ou das plantas.

Ainda hoje, após a primeira menstruação, a menina utiliza *ysy* nos pulsos ou em ambos os lados do rosto, com o grafismo *araku pyxã* — a pegada da saracura — ou o *arakú pipó* (rastro da saracura)[154]. O professor e cacique Gerônimo Verá Tupã, ao desenhar o *araku pyxã*, explicou que "hoje, as mulheres Guarani desenham no rosto a pegada da saracura, o pássaro identificado com o feminino, por sua esperteza, rapidez e por anunciar a noite"[155].

Figura 17 – Saracura; Tridáctilo no Abrigo Pedra Grande; Desenho da *araku pyxã*



Fonte: Geronimo Verá, 2020; Pintura de *arakupyxã*

Que relação poderá haver entre a *araku pyxã*, pintada no rosto das mulheres, e os registros tridáctilos gravados no arenito Botucatú? Entre o Estilo Pegadas da Patagônia e da Tradição Meridional e a saracura, ave ágil e veloz?

Seria *araku pyxã* uma evocação do feminino inscrita nos blocos e abrigos sob rocha do Tape — como em Itaicecó, Itaiajekó ou Itaiajeká?

154 Sergio Baptista da Silva lembra que a saracura era interditada como alimento para crianças de até quinze anos.
155 Comunicacão pessoal.

REFERÊNCIAS

BROCHADO, J. P. **Campanha de escavação do Abrigo da Pedra Grande**. Diário de campo. Manuscrito, 1971.

BROCHADO, J. P. Histórico das Pesquisas Arqueológicas no Rio Grande do Sul. **Iheringia**, Antropologia, n. 1, Porto Alegre, 1969.

BROCHADO, J. P.; HILBERT, K. **Pesquisas arqueológicas no Município de São Pedro do Sul-RS**. Relatório entregue ao IPHAN, Processo n° 01512.000039/96-44, 2001.

BROCHADO, J. P.; SCHMITZ, P. I. PETROGLIFOS DO ESTILO DE PISADAS NO RIO GRANDE DO SUL. **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 93–146, 1976. DOI: 10.15448/1980-864X.1976.1.36217. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/36217. Acesso em: 25 out. 2024.

GOLDMEIER, V. A., SCHIMITZ, P.. O Abrigo de Canhemborá: estudo do material lítico. *In:* **Documentos**. [S. l.: s. n.], 1987.

LIMA, T. V. **Estudo das representações rupestres do Rio Grande do Sul/Brasil**. 2005. 106 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

LIMA, T. V. **Gravuras rupestres no estado do Rio Grande do Sul/Brasil**: processo de documentação – salvamento e educação para sua preservação e valorização. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

LIMA, T. V; BROCHADO, J. P. Petroglifos do Abrigo do Barreiro. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, n. 1, p. 47-61, 1994.

MABILDE. P. A. **Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul**. São Paulo: IBRASA, 1983.

MILDER, S. E. S. **Levantamento Geo-Arqueológico na Meia Encosta da Serr**a. Relatório entregue ao IPHAN, Processo n° 01512.000172/2001-65, 2005.

MOTTA, L. da. **Patrimônio arqueológico de Montenegro/RS**: dialogando com a arqueologia e o compromisso social. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

OLIVEIRA, L. D. de. **Les réductions Guarani de la Province Jésuite du Paraguay**: étude historique et sémiotique. Lille: Presses Universitaires Septentrion, 1998.

OLIVEIRA, L. D. de. Os registros visuais dos viajantes europeus na América Meridional durante o século XVI. **Textura**: Revista de Educação, Ciências Humanas e Letras, Canoas, v. 2, n. 3, p. 23–29, 2000. Editora da ULBRA.

OLIVEIRA, L. D. de. A Teoria Geral dos Signos como instrumento de análise da Arte Rupestre. *In:* TALLER INTERNACIONAL DE ARTE RUPESTRE, 1., 2002, Havana. **Anais [...]**. Havana: [s. n.], 2002.

OLIVEIRA, L. D. de; CANEPPELE, J. Sítio arqueológico Abrigo da Pedra Grande. *In:* COLÓQUIO GUATEMALTECO DE ARTE RUPESTRE, 24., 2023, Ciudad de Guatemala. **Anais [...]**. Ciudad de Guatemala: [s. n.], 2023.

OLIVEIRA, L. D. de; CANEPPELE, J.; MENEGAT, R. **Sítio arqueológico Abrigo da Pedra Grande**: Nuovi mondi nuove idee. Nuevos mundos nuevas ideas. Novos mundos novas ideias. Valcamonica: Edizioni del Centro (Capo di Ponte), 2024. E-book.

OLIVEIRA, L. D. de; SILVEIRA, E. da (org.). **Etnoconhecimento e Saúde dos povos indígenas do Rio Grande do Sul**. Canoas: Editora da ULBRA, 2005.

POPYGUA, T. da S. V. T. Yvyrupa. A Terra uma só. São Paulo: Editora Hedra, 2017.

PROUS, A. **A Arqueologia Brasileira**. Brasília: UNB, 1992.

PROUS, A; LIMA, T. A. **Os ceramistas Tupiguani**. Belo Horizonte: Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, 2010.
RIBEIRO, P. A. M.; BAUMHARDT, G.; MARTIN, H. E.; HEUSER, L. F.; STEINHAUS, R. Novos Petróglifos na Encosta Centro Oriental da Serra Geral Rio Grande do Sul - Brasil (Nota Prévia). **Antropologia**, Santa Cruz do Sul, v. 2, 1973.
RIBEIRO, P. A. M. Os Petróglifos de Cerro Alegre, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil (Nota Prévia). **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, n. 1, 1974a.
RIBEIRO, P. A. M. Primeiras Datações pelo Método do C-14 para o Vale do Rio Caí, RS. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, n. 1, 1974b.
RIBEIRO, P. M.; FÉNIS, J. S. Sítios com Petróglifos na Campanha do Rio Grande do Sul. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 13, p. 1-32, 1984.
RIBEIRO, P. A. M.; KLAMT, S. C.; SILVEIRA, B.; RIBEIRO, C. T. Levantamentos Arqueológicos na Encosta do Planalto entre o Vale dos Rios Taquari e Caí, RS, Brasil. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 19, p. 49-89, 1989.
RIEGL, A. **Le culte moderne des monuments**: son essence et sa genèse. Paris: Éditions du Seuil, 1984.
SAMPAIO, M. A. **Vocabulário Guarani-Português**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2015.
SAMPAIO, M. A. **Vocabulário Português-Guarani**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2016.
SCHMITZ, P. I.; BROCHADO, J. P. Petróglifos no Estilo de Pisadas no Centro do Rio Grande do Sul. **Antropologia**, São Leopoldo, n. 4, 1982.
SCHMITZ, P. I.; BROCHADO, J. P.; BECKER, I. **Sítio Arqueológico Morro das Pedras**. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/UNISINOS, 1967. (Ficha de registro dos sítios arqueológicos do Rio Grande do Sul).
SILVA, S. B. da. **Etnoarqueologia dos Grafismos 'Kaingang'**: um modelo para a compreensão das sociedades Proto-Jê meridionais. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. DOI:10.11606/T.8.2001.tde-17122001-005542.
SILVA, S. B. da. Iconografia e ecologia simbólica: retratando o cosmos Guarani. *In:* PROUS, A.; LIMA, T. A. **Os ceramistas Tupiguani**. Belo Horizonte: Superintendência do IPHAN em Minas Gerais, 2010. p. 115-p. 148. Disponível em: https://www.ufrgs.br/museu/wp-content/uploads/2022/05/Iconografia-e-ecol.simbolica-2011-IPHAN.pdf. Acesso em: 26 jul. 2025.
LOZADA TOLEDO, J.; VIGLIANI, S. Un soplo de vida en la pared. Arte rupestre y la noción de persona entre los mayas del Posclásico de Laguna Mensabak, Chiapas. **LiminaR**. Estudios Sociales y Humanísticos, v. 19, n. 1, p. 225-241, 3 dic. 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.29043/liminar.v19i1.798. Acesso em: 26 jul. 2025.
VVIGLIANI, S. La nación de persona y la agencia de las cosas. Una mirada desde el arte rupestre. **Anales de Antropología**, [S. l.], v. 50, n. 1, p. 24–48, 2016. DOI: 10.1016/j.antro.2015.10.001. Disponível em: https://www.revistas.unam.mx/index.php/antropologia/article/view/46813. Acesso em: 26 jul. 2025.
ZUSE, S. **Os Guarani e a Redução Jesuítica**: tradição e mudança técnica na cadeia operatória de confecção dos artefatos cerâmicos do sítio Pedra Grande e entorno. 2009. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/D.71.2009.tde-12082009-154227. Acesso em: 26 jul. 2025.